

## ÍNDICE

Resumo/Abstract.....	3
Agradecimentos.....	5
Prefácio.....	7
Introdução.....	9
Parte I – Entre discursos	19
Capítulo I – O começo.....	20
1.1 – No trilho de Augusto Bastos e José de Macedo.....	44
1.2 O Despertar para África.....	74
Capítulo II – Discursos cruzados na sociedade civil.....	82
2.1 – A Sociedade de Geografia de Lisboa e a questão colonial.....	93
2.2 – A imprensa e a problemática africana.....	105
Capítulo III – A emergência colonial em texto.....	111
3.1 – Augusto Bastos e o saber etnográfico.....	130
3.2 – José de Macedo: o ideólogo jornalista.....	151
Parte II – Do real ao utópico ou o inverso?.....	177
Capítulo IV – O real e o utópico nos discursos científico e jornalístico.....	178
4.1 – Imprensa, sociedade civil e novos projetos de escrita.....	199
4.2 – Ciência e colonização: a elaboração de um novo discurso.....	218
Capítulo V – Realidade e utopia em discurso literário.....	249
5.1 – Literatura e realidade: ficcionar o real.....	280
5.2 – Literatura e utopia: a criação de mundos novos?.....	287
Capítulo VI – Ensaaiar a utopia ou experimentar a realidade?.....	298
6.1 – Augusto Bastos e a Monographia da Catumbella.....	318
6.2 – José de Macedo e a Autonomia de Angola.....	332
Parte III – Escritas em nome próprio	355
Capítulo VII – Escrita Popular ou Erudita?.....	356

7.1 – Entre oralidade e escrita.....	371
7.2 – A literatura “outra”.....	377
Capítulo VIII – Aventuras do sertão e da cidade.....	387
8.1 – As coleções romântico-históricas.....	405
8.2 – A sociedade colonial em ficção.....	422
Capítulo IX – Amarguras e ilusões para a mudança.....	443
9.1 – A tese: <i>Etnografia e Economia</i> .....	450
9.2 – A ficção: <i>Herança de Amarguras</i> .....	463
Conclusão.....	489
Matriz das Epígrafes.....	507
Bibliografia.....	510

## RESUMO

A dissertação *Continuidades e descontinuidades da colonização portuguesa: literatura e jornalismo entre utopia e realidade* propõe a reflexão sobre os discursos em torno da colonização portuguesa, procurando identificar e avaliar as continuidades e descontinuidades entre o discurso oficial, a retórica dominante e outros discursos que caracterizaram a sociedade civil colonial em transição para o século XX. A produção textual dos dois autores, Augusto Bastos e José de Macedo (um angolano e um metropolitano) é usada para atingir este objetivo. Oscilando a sua reflexão sobre utopia e realidade e circunstanciando o seu trabalho e a sua receção, a dissertação pretende compreender a contribuição do discurso para a construção do mundo real e do imaginário.

O contexto cultural diversificado, as rápidas mudanças sociopolíticas e a natureza complexa das evidências textuais conduzem esta dissertação a seguir métodos multidisciplinares e transdisciplinares, bem como, a seguir uma análise transdisciplinar. Se, por um lado, os textos jornalísticos e os ensaios são essenciais para entender o discurso sobre a realidade, por outro lado, a literatura é um elemento crucial para compreender o poder criativo da utopia como cenário de antecipação acerca de mundos possíveis. Desta forma, são argumentadas as principais contribuições do discurso para a interpretação da realidade e criação do imaginário.

## TITLE IN ENGLISH

“Continuities and discontinuities of the Portuguese colonization: literature and journalism between utopia and reality”

## ABSTRACT

The Dissertation *Continuities and Discontinuities of the Portuguese Colonization: Literature and Journalism between Utopia and Reality* provides a reflection on discourses about Portuguese colonization, seeking to identify and appraise continuities and discontinuities between official speech, mainstream rhetoric and other discourses that characterized colonial civil society in the transition to the twentieth century. The textual output of two authors, José de Macedo and Augusto Bastos (a metropolitan and an Angolan), is used to achieve this goal. These individuals produced fictional texts, journalistic articles and essays on colonial items. Balancing their discussion of utopia and reality, and considering the circumstances of their work and reception, this thesis seeks to understand the contribution of discourse for the construction of both the real and the imaginary world.

The diverse set of cultural contexts under focus, the fast changing sociopolitical background and the complex nature of the textual evidence leads the Dissertation to engage with multidisciplinary and interdisciplinary methods as well as with transdisciplinary analysis. If, on the one hand, journalism and essays are essential to understand discourse about reality, on the other hand, literature is critical to understand the creative power of utopia as anticipatory scenarios about possible worlds. In this way, it is argued, the central contributions of discourse to the interpretation of reality and creation of the imaginary.

## AGRADECIMENTOS

Gostaria de começar por agradecer ao orientador desta tese, o Prof. Doutor Francisco Soares, pelo entusiasmo que partilhámos durante a sua elaboração e pelo clima de constante descoberta que conseguimos manter até ao final da sua elaboração. Foi, igualmente, precioso o seu auxílio na identificação e digitalização dos textos das *Aventuras do Repórter Zimbrow*, bem como todo o apoio dado à prossecução dos momentos mais técnicos desta tese.

Agradeço ao colega António Trindade, pela localização e envio dos textos de *As Furnas do Lobito* que foram importantíssimos para completar a análise da ficção de Augusto Bastos.

Também é impossível esquecer os momentos que vivi em Angola, na companhia do Francisco, da Cidália e da Amelinha que me receberam em sua casa e foram imprescindíveis para o sucesso do trabalho de campo que desenvolvi e que foi humanamente muito gratificante, devendo-lhes um profundo agradecimento.

Menciono, ainda, o apoio das famílias dos autores que foi indispensável para esclarecer alguns pontos menos óbvios dos seus percursos intelectuais. No caso de Augusto Bastos, agradeço a Ana Cristina Bastos Marques, a Isabel Bastos Clington e a Denise Bastos Benchimol, de quem tive o privilégio não só de partilhar momentos, como de ficar amiga. Relativamente a José de Macedo, agradeço a toda a família a disponibilização do espólio do autor e, em especial, a Marcelino Borges de Macedo (um entusiasta sempre presente e afetuoso desta tese), a Fernanda de Macedo, a Sérgio Borges de Macedo, a Jorge Braga de Macedo (pelo apoio dado durante todo o processo de recolha de dados), a Branca Braga de Macedo (por toda a disponibilidade e pelas histórias que foi partilhando comigo) e ao Jorge Castro Henriques (pelo apoio aquando da recolha da documentação).

Agradeço à Fundação para a Ciência e Tecnologia pelo apoio dado à realização deste trabalho, através da concessão de uma bolsa de doutoramento.

Lembro, também, o apoio dos funcionários da Administração de Benguela, tentando colmatar as dificuldades técnicas de recolha da documentação, que muito agradeço.

Gostaria de referir a disponibilidade da Biblioteca Nacional de Lisboa que autorizou a consulta de documentos reservados ou em condições de degradação, agradecendo-a.

Ao Instituto de Investigação Científica Tropical agradeço a disponibilidade para receber o espólio Dr. José de Macedo.

Um profundo agradecimento a Arminda Fortes, pelo carinho com que acolheu o espólio Dr. José de Macedo e se tornou a sua arquivista e, também, pelos momentos partilhados na procura de reconstituir a história do autor, logo em seguida a eu ter começado esse trabalho duro de identificação e tratamento do espólio.

A Carlos Bastien agradeço a celeridade com que me ajudou a reconstruir alguns passos não só da história do pensamento histórico económico como também de alguns intelectuais

contemporâneos de Macedo. A Nuno Luís Madureira agradeço a partilha de bibliografia importante para esta tese e o entusiasmo com que o fez.

Agradeço a muitos colegas de diferentes áreas e colaborando comigo em diversos momentos da tese, mas todos eles importantes para que este trabalho chegasse a bom porto. Refiro-me a Ana Paula Gomes, Ana Lúcia Sá, José Carlos Tiago Oliveira, Jacint Creus, José Manuel Pedrosa, José Luis Garrosa, Javier Cardeña, Valérie Wulf, Isabela Aranzadi, Philip Havik, Ana Cristina Roque, Benita Sampedro, José Matos, Caridad Rodriguez e tantos mais.

Agradeço a Mário Duarte e a Armando, por me terem apoiado nas burocracias em Benguela e por terem sido amigos presentes.

Agradeço ao meu grupo de amigas (Girls) que nunca desvaneceu em dar o seu apoio, aguardando avidamente a próxima publicação.

Agradeço a Teresa Pinheiro da Costa pela revisão de alguns capítulos desta tese e pelas palavras amigas e de encorajamento que sempre me deu.

Agradeço ao Sandro a partilha de muitos pensamentos sobre a economia do início do século XX e os demais assuntos ligados a esta tese, o entusiasmo com que sempre os recebeu e discutiu comigo, bem como, o acompanhamento da última fase da mesma. Agradeço à Cândida por todo o apoio aquando do resgate do espólio de José de Macedo e pelo carinho com que o fez.

Agradeço muito em especial à minha mãe, pela duríssima luta que travou durante a elaboração deste trabalho e pela coragem com que o fez e me apoiou a prosseguir mesmo nos momentos mais difíceis. Ao meu pai agradeço por estar sempre presente e me dar alento a continuar. Ao Vítor e à Fernanda agradeço as partilhas que fomos fazendo (incluindo as de falta de tempo). Ao João e ao Luís pela alegria que trouxeram aos momentos mais difíceis deste percurso.

## PREFÁCIO

*Desejo-o mais que o espero.*

Tomás Morus

Fechava assim Tomás Morus o seu livro *Utopia*, referindo-se às possibilidades de concretização do que apresentava como sendo uma realidade distante e que se sabe tratar-se de uma utopia. Na verdade, a expressão textual e mais propriamente a literatura, incarnando diversos formatos, permitiu uma certa liberdade de antecipar mundos, de propor alternativas e, sobretudo, de transformar o imaginário acerca da realidade. A construção de uma ideia de realidade é transversal a todo o processo criativo, subjacente à produção científica ou artística, pois se é o mundo real que inspira é um mundo criativo que é criado a partir dessa inspiração. Os objetivos de criação podem ser diversos, as linguagens usadas distintas e os resultados variados, mas a verdade é que o criador opera cerebralmente o mesmo tipo de processo sobre a realidade num e noutro caso. Assim, ao estudar a vida intelectual dos autores que escolhi como testemunhos da diversidade discursiva em torno das colónias, fi-lo atentando nesta circunstância de uma produção textual vasta, disseminada em vários tipos de texto, que apresentava coerência, tanto ao nível de conteúdo como ao nível da forma. A estética funcionava, deste modo, como uma marca do autor, circunstanciada nas condições de produção e receção das obras, existentes à época.

Foi meu objetivo não só recuperar autores e textos secundarizados atualmente, como demonstrar a diversidade discursiva em torno das colónias e que, entre continuidades e descontinuidades, foram sendo edificadas alternativas às opções que vingaram e que constituem hoje o principal objeto de estudo das várias disciplinas que aqui me auxiliam neste percurso. Recorrendo a uma metodologia profundamente multidisciplinar e a uma análise transdisciplinar, encontrei na literatura e no seu método de análise o instrumento certo não só para identificar o estilo próprio de cada autor, como para compreender como eram colocadas essas visões alternativas do mundo. A ficção foi, indubitavelmente, o meio mais procurado pelos autores para exporem as suas propostas, antecipando soluções, muitas destas que vieram a revelar-se mais tarde como as corretas ou sendo mesmo aplicadas.

O percurso desta tese permitiu-me enriquecer em termos de conhecimento de várias disciplinas e, sobretudo, na área da literatura como constituiu uma experiência de vida muito profunda que me fez repensar profundamente a relação entre utopia e realidade e a importância da construção discursiva, em que a palavra é muitas vezes mais expressiva que a própria realidade. Mundo real e a construção do imaginário tornaram-se, então, num desafio aliciante que me permitiu viajar no tempo e no espaço e reconstituir o papel do discurso. Descobrir estes autores, fez-me acreditar que a realidade é sempre bem mais complexa do que pensamos e mais ampla dos que as versões prontas a consumir que nos são oferecidas.

Pelo caminho percorrido e pela riqueza da descoberta, dedico esta tese às memórias de Augusto Bastos e de José de Macedo e de todos aqueles que acreditaram que a mudança é

possível e que tudo começa na palavra, no seu manuseio, na sua produção e na sua recepção. Afinal, a nossa construção tanto da realidade como do imaginário é em grande parte tributária do discurso.



## INTRODUÇÃO

*La utopía no ha muerto, tenemos que conseguir lo que ahora parece imposible. Aunque como escritores no estemos obligados a llevar a la práctica nuestras ensoñaciones, al conocer de todo poder tangible, sí tenemos el poder de anticipación, el poder de proponer, el poder de transformar, el poder de la palabra, vehículo de la acción.*

Donato Ndongo

Escrevia assim o escritor equatoguineense Donato Ndongo, em 2010, num ensaio sobre a função do escritor na literatura do seu país. É revelador este pequeno trecho, pois percebe-se que realidade e ficção não só apresentam uma relação próxima como se alimentam mutuamente. Este poder de antecipação e de proposição de que fala Ndongo, na palavra que antes de mais é veículo de ação, vem de uma tradição longa, muito explorada a partir do momento em que o romance se revelou como um recurso importante para veicular mensagens que, por vezes, o discurso do real, fosse jornalístico ou ensaístico tinha forçosamente de evitar. No entanto, as suas raízes são mais longínquas e reportam-nos para os sermões e cartas ainda escritas com base na retórica religiosa, como o são os casos estudados de Frei Bartolomé de Las Casas ou do Padre António Vieira, ou ainda as simulações de uma realidade alternativa que se encontra em Tomas Morus. Também as publicações ensaísticas e jornalísticas foram palco de ação destes discursos alternativos que propunham a mudança, fosse pela denúncia e análise de situações reais, fosse pela proposta de soluções (algumas das quais legislativas, outras ao nível da instrução, outras ainda no âmbito de novas dinâmicas sociais ou de diferentes perspetivas para o desenvolvimento local). Tudo somado, permitiu-me perceber que se trata de um conjunto de discursos complexos, dispersos nos meios de publicação (diversos títulos, vários suportes e diferentes anos) e com distintos conteúdos que tinha raízes distantes e que alastrava nos diversos espaços coloniais sob formas diferenciadas que aqui exploro.

Em *Continuidades e Descontinuidades da Colonização Portuguesa: literatura e jornalismo entre a realidade e a utopia* debruço-me sobre os discursos patentes na sociedade civil (ficcionais, ensaísticos e jornalísticos), circunstanciando-os sociopoliticamente, tanto a nível interno como externo, e analisando-os do ponto de vista hermenêutico. O acento é colocado na diversidade discursiva, com o recurso a documentos e textos publicados que demonstram a existência de uma variedade de propostas assinalável, tendo como ponto de partida dois autores, Augusto Bastos e José de Macedo que apresentam algumas características complementares. O primeiro, autor angolano de Benguela, mestiço e membro da elite local, o segundo autor português de Vila Nova de Gaia, membro da elite intelectual emergente com a transição da monarquia para a república. Ambos passando por Luanda, Benguela e Lisboa. Ambos escrevendo ensaios, artigos, crónicas e ficção, ambos centrados na questão colonial, entre a realidade e a utopia, ambos produzindo discursos alternativos ao discurso dominante. Ambos procurando afirmar-se junto de diferentes públicos e tendo um fio condutor entre a sua produção intelectual ficcional e não ficcional, o que sendo evidente em termos de conteúdos também é assinalável em termos de recursos estéticos convocados para a escrita dos textos. A

diferente origem e percurso dos autores, as experiências de vida bem diversas e a possibilidade de distintas influências intelectuais e literárias, a par de um encontro factual em Angola e da partilha de objetivos similares no que concerne ao futuro das colónias, torna-os e às suas obras excelentes testemunhos de experiências divergentes que por vezes se transformaram em finalidades convergentes, independentemente da origem metropolitana ou colonial.

Numa lógica de articulação e perceção da relação entre os discursos do real e do utópico (serão complementares? Contraditórios? Expressam uma lógica conflitual ou um diálogo mesmo que tenso e algumas vezes parecendo paradoxal?), valoriza-se a comparação entre o que constituíram os discursos oficiais e oficiosos da sociedade civil (e o modo como estes se influenciaram), na sua maioria veiculando utopias para as sociedades coloniais, e a realidade dos espaços em estudo (patente nos testemunhos sociais, como por exemplo, a implementação de novas leis ou os materiais veiculados na imprensa local, com relevo para os textos literários). Igualmente, se recorre à comparação sempre que necessário para realçar as continuidades ou descontinuidades discursivas, seja ao abrigo de exemplos nacionais como internacionais, estudados e publicados pela literatura da especialidade, sobretudo a partir dos anos oitenta do século XX e já em contexto puramente pós-colonial (por exemplo, casos espanhol, francês ou inglês). Este processo comparativo entre os vários discursos constitui apoio imprescindível para a análise da literatura produzida pelos autores, de modo a entender-se não só o seu enquadramento na contemporaneidade da sua produção, como as perspetivas de receção que os autores poderiam perseguir relativamente aos seus textos, reposicionando-os nos dias de hoje na história da literatura de expressão portuguesa, pois trata-se de dois autores pouco ou nada estudados no panorama literário em português.

O discurso relativo às temáticas coloniais tem sido analisado de forma fragmentada, em geral, vocacionado para um território colonial em concreto ou para um assunto específico. A dispersão em termos geográficos das colónias portuguesas leva a que o estudo sistemático da colonização seja difícil, aparentando que os diferentes espaços, outrora sob domínio português, se encontram desgarrados com raras ligações entre si e quase desligados de uma política colonial, com características específicas, perpetrada a partir da metrópole, mais propriamente da capital, Lisboa. Porém, acredito que um estudo analisando e comparando os discursos propagados pelas elites metropolitanas, representadas por José de Macedo, e pelas elites locais, representadas por Augusto Bastos, (tanto no que concerne à política como à intervenção da sociedade civil), procurando a sua essência, o seu significado e contextualizando-o, é da maior importância quando se quer perceber a longa presença colonial portuguesa em espaços intertropicais e tropicais. Bastos e Macedo representam faces da mesma moeda, inserida num sistema político e social e, sobretudo, cultural que os levava, apesar de vivendo em sociedades diferenciadas, a obedecerem a uma série de regras que iam do direito e da ética ao gosto estético. Assim as divisões estanques entre colonizador e colonizado, entre sociedade metropolitana e sociedade colonial revelam-se insuficientes para perceber-se a complexidade do que foi o discurso real e criativo em torno das então colónias. Conteúdos e estéticas foram partilhados, reinventados, numa tentativa permanente de chegar a um público leitor, influenciá-lo e mesmo levá-lo à ação. Assim, tornou-se extremamente importante aprofundar a análise discursiva, dado que me pareciam existir algumas lacunas.

No que se refere à análise hermenêutica do discurso é perceptível uma lacuna relativamente ao estudo das utopias coloniais desenvolvidas pelo pensamento intelectual no nosso país, ou seja, a análise do discurso tem sido essencialmente vocacionada para a realidade política e social sem atentar verdadeiramente no papel que as utopias propagadas durante o período colonial tiveram no delineamento de políticas, na conceção de legislação e na interpretação do papel de Portugal no contexto internacional. Ainda menor tem sido a atenção prestada aos textos ficcionais que em si exprimem ideias de sociedade e propostas de presente e futuro alternativos e assim veiculados para um público consideravelmente vasto, visto serem publicados em fascículos ou mesmo no corpo de jornais, acessíveis pelo menos à população alfabetizada. Entretanto, é também notória a ausência da preocupação de articulação entre a análise do conteúdo do texto e o elemento estético ou vice-versa, parecendo que no caso a que me reporto a interação conteúdo/estética é elementar para ter uma interpretação holística do mesmo. Separar estes dois elementos é perder parte do significado que os autores lhe quiseram dar e do cunho pessoal que imprimiram à sua produção intelectual. Mais protegida face à perseguição política imediata, a literatura foi a forma de expressão que concentrou em si os projetos de contrapoder mais arrojados e também as propostas mais suaves de mudança. É na ficção de Bastos e Macedo que se encontram as provas cabais da sua esperança no futuro e certeza na mudança, com personagens que, incarnando tipos ideais ou reconhecidos facilmente pelo leitor, expressam essa possibilidade de transformação social e política, podendo mesmo contribuir para o reescrever da história oficial para que o presente também possa ser feito ou reescrito.

Ao nível internacional também não são conhecidos muitos estudos nesta área, estando a surgir, desde a última década, reflexões interessantes sobre o discurso político e as utopias coloniais transformadas em legislação ou em ato político, nomeadamente, em França e no Reino Unido, mas ainda com uma escassa abordagem à literatura, privilegiando outros acontecimentos culturais e artísticos como a produção para as exposições coloniais. Destacam-se os estudos realizados em torno do abolicionismo enquanto utopia colonial e da temática utópica propalada através do discurso político, em que existe alguma referência à literatura, sobretudo a peças de teatro<sup>1</sup>. Contudo, a preocupação com a relação entre utopia, colonização e colonialismo não é recente e encontra-se expressa em autores contemporâneos dos autores em que coloco o enfoque, revelando que apesar de pouco explorado este foi um tema que surgia com alguma recorrência nos meios intelectuais e de escrita<sup>2</sup>. No entanto, a análise profunda dos discursos antecipativos e ficcionais relativos à utopia colonial é praticamente inexistente, ficando-se pelos estudos de intelectuais dos países ibero-americanos relativamente à utopia colonial das missões e das reduções do Novo Mundo, alguns dos quais centrados na obra de Frei Bartolomé de las Casas e nos *Sermões* do Padre António Vieira<sup>3</sup>. À

---

<sup>1</sup> Nomeamos apenas alguns exemplos desses trabalhos: Françoise Vergès, *Abolir l'esclavage: une utopie coloniale. Les Ambigüités d'une politique humanitaire*, Paris, Éditions Albin Michel, 2001 ; Pascal Blanchard, Sandrine Lemaire, *Culture Coloniale: La France conquise par son empire, 1871-1931*, Paris, Éditions Autrement, 2008 ; Dohra Ahmed, *Landscapes of Hope: Anti-Colonial Utopianism in America*, Oxford, University Press, 2009.

<sup>2</sup> Por exemplo ver o trabalho de Henry MORTIMER, *L'Utopie Coloniale, s/local*, Bureau du Voltaire, 1899.

<sup>3</sup> Frei Bartolomé Las Casas [tradução Júlio Henriques], *Brevíssima Relação da Destruição das Índias*, Lisboa, Edições Antígona, 1997, 2.ª Edição; e como exemplo para o padre António Vieira, um dos seus

parte disso poucas são as investigações sobre utopia colonial e ainda são em menor número os estudos relativos às consequências da divulgação das utopias coloniais sobre a própria realidade dos espaços colonizados. Em relação aos séculos XIX e XX, esses estudos são ainda menos comuns, reportando-se a temáticas muito específicas, o que não deixa de ser curioso, visto tratar-se da época em que a “ocupação efetiva dos territórios” e a internacionalização da política colonial são factos indiscutíveis. Todavia, encontram-se autores a referenciar as utopias em geral e, logo, a reportarem-se a utopias contendo os conceitos colonial e colónia<sup>4</sup>.

Portugal não é exceção às tendências que se verificam nos estudos sobre colonização ao longo dos tempos. A dispersão geográfica dos antigos territórios sob colonização portuguesa, a descolonização recente (se se pensar em termos históricos) e a preocupação com o estudo dos fenómenos políticos e sociais quotidianos (que numa conjuntura de profunda transformação têm-se alterado constantemente) tem relegado esta temática para segundo plano, apesar da sua relevância no que toca à definição daquilo que constituiu a presença oficial portuguesa nestes espaços. Entendo, pois, que faz todo o sentido desenvolver um estudo com a finalidade de apurar dentro dos vários discursos difundidos, políticos, jornalísticos, ensaísticos e, claro, ficcionais, quais as utopias propagadas e de que forma estas influenciaram a realidade colonial. Perceber como se aliaram publicações periódicas e textos literários e ensaísticos e como ciência e arte contribuíram para a formação de cenários identitários protonacionais ou nacionais e como todo o contexto histórico circunstanciou a produção discursiva aqui em análise. Deste modo, se o objeto de estudo primário são os textos publicados pelos autores entre a última década do século XIX e os anos 40 do século XX (no caso de José de Macedo, pois Augusto Bastos falece na década de trinta e o último conjunto de textos que analiso data de 1931), que, para uma finalidade de contextualização, tive de recorrer não só a outros textos contemporâneos como a textos anteriores e posteriores ou analíticos no que se refere aos processos históricos e políticos.

Entre os objetivos específicos deste trabalho nomeio os mais relevantes: a análise, do ponto de vista hermenêutico, de discursos e de textos publicados (em contexto de intervenção política ou fruto de manifestações de vontade da sociedade civil), com óbvio destaque para os autores escolhidos e para os textos ficcionais publicados; o estudo das utopias coloniais difundidas em território português ao longo do tempo, no período escolhido e anteriormente mencionado (que se prende não só com o tempo de publicação dos autores, mas porque também pode funcionar como período exemplar, pois atravessam-se três regimes políticos – Monarquia constitucional, Primeira República e Estado Novo – e dois sistemas de governação – Monarquia e República –, oscila-se entre regimes democráticos e ditatoriais, e ainda se sofrem as consequências da partição de África e do Ultimato Britânico que provocam realinhamentos políticos profundos, tanto na metrópole como nas colónias); a interpretação crítica da realidade colonial portuguesa; a comparação entre o discurso e, conseqüentemente, as utopias coloniais transmitidas através deste e a realidade da colonização; o enquadramento dos discursos reais e ficcionais dos autores em estudo nas conjunturas coloniais portuguesa e internacional; a análise das continuidades e descontinuidades da colonização portuguesa no

---

muitos sermões publicados: Padre António Vieira, *Sermão do Bom Ladrão*, Lisboa, Editorial Nova Ática, 2007.

<sup>4</sup> Vide como exemplo Lewis Mumford, [tradução Isabel Donas Botto], *História das Utopias*, Lisboa, Antígona [edição original em inglês de 1922].

que concerne às utopias coloniais propagadas e à situação real; o estudo da recepção dos discursos sobre a temática colonial em geral e dos textos dos autores em estudo em particular; a definição do papel da estética na obra dos autores em estudo e a sua contribuição para a aceitação da sua obra.

Deste modo, pretende-se estudar aprofundadamente de que forma se relacionaram estes dois vetores que considero essenciais na caracterização da presença portuguesa nos trópicos: o teor discursivo (real e ficcional), usado como móbil para a colonização e como argumento de mobilização da sociedade, em grande parte vocacionado para a transmissão de utopias coloniais, e a realidade das comunidades locais colonizadas. A seleção destes dois autores decorreu depois de ter explorado as possibilidades de dispersão autoral e geográfica, mas verificando que o trabalho ficaria enriquecido pela colocação do foco em Augusto Bastos e José de Macedo, dadas as suas características: são dois autores com obra jornalística, ensaística e ficcional. São escritores em nome próprio que desempenharam um papel importante e que tiveram largo eco no discurso colonial de então. Ambos sofreram a perseguição política e detenções temporárias, ambos reflectiram sobre a criação de mundos alternativos à realidade e possíveis de conduzir as colónias ao desenvolvimento. Complementares para esse estudo, porque representam a intelectualidade angolense e portuguesa, respetivamente, acresce ainda um factor que os torna mais paritários: se Bastos passa por uma vivência marcante em Portugal, regressando a Angola; Macedo faz o percurso inverso, com uma experiência determinante em Angola, regressando a Portugal. A esta alteração de percurso não foi alheio o acesso ao espólio de José de Macedo, encerrado até 2010 e aberto pela família do autor a meu pedido, e os dados recolhidos em Benguela, junto da Administração daquela cidade que me permitiram aceder à carreira política de Bastos, sendo ambos elementos determinantes no processo de elaboração desta tese.

Assim e como anteriormente afluído, o período em estudo é balizado pelas intervenções discursivas destas duas personalidades, estendendo-se desde a última década do século XIX até à década de 40 do século XX. Esta época caracteriza-se pela internacionalização do fenómeno colonial e pela sua extensão à quase totalidade das potências europeias, pelo domínio efetivo de grandes parcelas de território em zonas tropicais e inter-tropicais, a introdução de novas tecnologias industriais e agrícolas, pelo domínio de povos estrangeiros sem o consentimento autóctone, o encurtamento das distâncias e uma maior circulação de pessoas, bens e conhecimentos. Ao nível nacional, é também um período de constante mudança, não só de regimes políticos como também de orientações para o desenvolvimento do país. Procuo, por isso, identificar as clivagens e os aspetos comuns existentes entre a política colonial portuguesa em presença de sistemas e regimes políticos diversos, partindo dos textos dos nossos autores, em permanente contextualização com o ambiente envolvente às temáticas coloniais. É evidente que esta conjuntura trouxe também consequências à produção intelectual, em geral, e literária em particular. A literatura colonial começa a ganhar fôlego enquanto tal, pois até então não existia essa categorização, tornada patente até em iniciativas públicas como os concursos de literatura colonial que se vieram a vulgarizar a partir dos anos vinte do século XX. A literatura portuguesa em que o tema colonial aparecesse era, amiúde, fruto de um imaginário e de uma ausência mais do que de uma vivência, encontrando-se algumas pequenas referências em autores portugueses. Contudo, são os autores africanos os primeiros a marcar a diferença, introduzindo no panorama da literatura

portuguesa elementos que identificam uma nova tendência, apesar do recurso a ferramentas comuns para a produção literária. Assim, analisar textos literários produzidos no seio de uma sociedade colonial em tempos de mudança constante constituiu um desafio muito interessante e uma possibilidade única de estabelecer a ponte entre realidade e ficção.

Algumas dificuldades foram detetadas ao longo deste trabalho, entre estas o tardio acesso ao espólio de José de Macedo e o facto de este não se encontrar minimamente organizado ou tratado, estando muitos dos materiais em mau estado de conservação e alguns manuscritos tiveram de ser reconstruídos, pois encontravam-se em folhas soltas. Iguamente, a pesquisa em Benguela foi morosa, obedeceu a muitos pedidos de autorização e em alguns casos, mesmo tendo conseguido que estas solicitações fossem deferidas foi impossível concretizar a pesquisa, devido a impedimentos no próprio local de consulta, como aconteceu, por exemplo, com os Inventários de Órfãos que estão no Tribunal na cidade de Benguela. A vastidão de objetos de estudo e a permanente descoberta de novos elementos que me poderiam indicar novas redes intelectuais acabaram por retardar a execução do trabalho que, ficará, pois em permanente processo de possível atualização. Também relativamente aos textos literários e dada a sua publicação em fascículos ou no corpo dos jornais, enquanto folhetins, foi muito difícil coligir alguns conteúdos, permanecendo a noção de que ainda existe a possibilidade de se descobrirem mais textos, os quais sei que foram publicados, mas aos quais não consegui aceder. Contudo, creio ter reunido e analisado uma quantidade de materiais significativa para o cumprimento dos objetivos propostos e que seguiu a metodologia exposta em seguida.

### **Metodologia:**

Considerando tratar-se da análise de produções intelectuais e estéticas num contexto complexo, de mediadores entre uma sociedade colonizadora, a metropolitana, e a sociedade colonial, a da colónia, creio que a aproximação metodológica teria de reflectir esse intrincado processo de produção e receção discursivas. Assim, mais do que uma produção sobre sociedades interculturais, seja pela presença da metrópole na colónia ou vice-versa, no caso colonial fala-se de sociedades já transculturais, isto é, que se, por um lado, apresentam características que parecem duais, por outro lado, percebe-se que ali já existe a forja de uma identidade própria e de mecanismos sociológicos de especificidade que as tornam um “produto” sociológico completamente novo<sup>5</sup>. Esta realidade pressupõe uma mestiçagem de culturas prévia, ou seja, um contacto profundo e continuado entre pessoas oriundas de diferentes culturas. Nos casos abordados, em redor de Luanda e Benguela, é óbvio que a urbanidade proporcionou um contacto inter-racial mais estreito, logo uma maior interpenetração cultural, sendo que provia o contacto dos colonizados com o sector administrativo e económico colonial, consciencializando-os da diferença que representavam. Esse aglomerado de gentes, a prática religiosa, os colégios que iam surgindo, o apreço pelos serões e pelas longas conversas levavam a que a oratória tivesse sido cultivada e

---

<sup>5</sup> Sobre a definição de transcultural, vide Francisco Soares, *Notícia da Literatura Angolana*, Lisboa, Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 2001, p. 18.

proporcionasse uma relativamente rápida viagem entre escrita e oralidade e entre culturas. Um dos desafios neste caso é lidar com a pretendida universalidade da razão humana que levaria à criação de conhecimento e de expressões artísticas similares. A ideia de civilizar o “outro” encaixa perfeitamente nesta perspetiva, no entanto, dificulta que se percebam alguns dos fenómenos socioculturais que não respeitem especificamente essa uniformidade conceptual que se crê aceitável entre as culturas dominantes. Daí que também as ferramentas metodológicas e as teorias aplicáveis, como, por exemplo, a literária, devam atentar neste facto e adaptar-se de modo a poderem captar todas as variações que vão sendo encontradas<sup>6</sup>. Neste enquadramento, torna-se ainda mais importante não só perceber-se quem produziu como em que circunstâncias o fez e dirigido a quem, pois não podendo fugir a essa “universalidade da razão”, a verdade é que a produção textual tem na sua receção boa parte da sua explicação, enquanto produto final. A leitura do texto só foi entendida enquanto processo ativo na segunda metade do século XX, mas trouxe novas possibilidades interpretativas, nomeadamente, as que se escondem nas entrelinhas dos textos produzidos fora dos centros dominantes em termos artísticos, científicos e jornalísticos. Tanto escritores como jornalistas em ambiente colonial vivenciavam experiências muito diversas das que os produtores metropolitanos tinham e isso revela-se na sua obra, atendendo à leitura que vão ter e aos factores tradicionais que estão em jogo, explicando uns aspetos em detrimento de outros, colocando uns em evidência e outros relegando para segundo plano.

A análise semiótica dos textos, pelas razões anteriormente apontadas, tornou-se essencial. Era necessário perceber se as ideias e as palavras expostas pelos autores, eram decompostas, interpretadas e regressavam à sua unidade, representando aquilo que o autor pretendia. A palavra apenas faz a ligação à ideia de algo e não ao objeto em si, o que está patente por exemplo quando os autores explicam um determinado elemento natural ou outro, ou quando traduzem entre a língua portuguesa e outra língua, ou quando referem um regionalismo para em seguida explicá-lo, existindo a perfeita ideia que a palavra é apenas uma representação<sup>7</sup>. Nas sociedades de várias línguas e com culturas conviventes, o desafio interpretativo é ainda maior, revelando-se a interpretação à luz da semiótica como uma ferramenta essencial. Ainda é mais importante esta análise quando durante anos foi muito mais estudada a produção com carácter de exterioridade do que aquela que foi desenvolvida no seio da própria sociedade colonial e que envolvia colonizadores e colonizados, sendo necessário ultrapassar a visão reportada nos “orientalismos” e “exotismos”<sup>8</sup>. Lembre-se que a consignação dos termos “é cultura” ou “é civilizado” depende de o elemento observado pertencer ou não à cultura de quem emite o juízo, isto é, a cultura, a civilização não são elementos constantes e universais, são diversos os comportamentos segundo cada cultura que levam a essa interpretação. Contudo, no caso colonial como uma cultura se propunha como superior à outra, esse aspeto acaba por ser eliminado, daí o discurso exterior, atribuindo “exotismos” e “orientalismos”. A proposta de análise semiótica permite ultrapassar este fator que se apresenta como restritivo, buscando a memória que vai sendo passada de geração em geração e entendendo a produção textual como um resultado desta. Nas sociedades urbanas de Luanda e Benguela, a verdade é

---

<sup>6</sup> Para o caso da teoria literária vide Francisco Soares, *Teoria da Literatura, Criatividade e Estrutura*, Luanda, Editorial Kilombelombe, 2007, pp. 32-39.

<sup>7</sup> Vide Umberto Eco, *O signo*, Lisboa, Editorial Presença, 2004, 6.ª Edição, p. 118.

<sup>8</sup> Estes argumentos estão muito desenvolvidos no livro já clássico de Edward Said, tradução Pedro Serra], *Orientalismo: Representações Ocidentais do Oriente*, Lisboa, Livros Cotovia, 2004, 2.ª Edição.

que já existia uma memória de encontros e desencontros que se revelava já na ideia de um passado comum, até louvado e tornado heróico do lado português, o que permitia ao lado colonizado reclamar a sua participação no processo, e que o futuro fosse visto como o prolongamento do “agora”, portanto, já com a possibilidade de obedecer a planos alternativos. Daí a possibilidade de perscrutarem-se os indícios utópicos em textos que parecem numa leitura menos atenta apenas ligados à realidade quando na verdade estão a usar a realidade para propor uma utopia.

Ao escrever, o autor usa uma abordagem estratégica ao texto, tentando identificar também quem e como se vai ler<sup>9</sup>. Na cabeça do produtor textual está, amiúde, uma ideia de leitor modelo que o ajuda a construir a sua narrativa e a conduzir, inspirado pelos conhecimentos não só provindos da sua própria experiência literária como da sua própria análise do impacto das leituras no público em geral. As condicionantes da produção textual são outro elemento importante, pois muitas vezes o autor diz o que pode dizer e não o que desejaria e é esse o caso, por exemplo, de José de Macedo no discurso proferido em homenagem aos dez anos de governação de Salazar, em que o autor foi compelido a dizer o que se esperava que dissesse, embora não deixasse de revelar algum desacordo relativamente ao exercício de poder de Salazar. Querendo fazer uma análise da função social dos textos, é necessário então contar com a questão das circunstâncias de produção e, em simultâneo, com a expectativa do público que conduz à aceitação ou rejeição do corpo textual proposto. Seria sempre uma perspetiva incompleta, aquela que não se complementasse pela receção do texto que acaba por determinar a sua influência sociocultural ou a falta desta. Assim, as experiências literárias (sejam de ficção ou de ensaio) do leitor são tão determinantes para o sucesso textual quanto as próprias experiências literárias do autor, sendo antes de mais interdependentes. Como refere Jauss, *a função social da literatura só manifesta genuinamente as suas possibilidades quando a experiência literária do autor intervém no horizonte de expectativa da sua vida quotidiana, orienta ou modifica a sua visão do mundo e age conseqüentemente sobre o seu comportamento social*<sup>10</sup>, ou seja, quando realidade e ficção se voltam a encontrar.

De forma a cobrir a complexidade anteriormente apresentada, foi seguida a metodologia, aqui explanada em itens reduzidos:

1. Recolha e selecção de textos relevantes publicados entre 1890 e a década de quarenta do século XX, sejam estes de fonte oficial ou fruto da intervenção da sociedade civil. A importância dos textos é medida pela repercussão que estes têm na sociedade em geral, ou seja, atento especificamente a textos que constituíram discursos em situações oficiais, que constituíram acordos ou posicionamentos entre as potências coloniais, que tiveram repercussões junto da imprensa ou que a imprensa conseguiu que tivessem impacto na sociedade, que revelem o posicionamento das populações locais, sobretudo das elites, face ao poder colonial. Entre estes textos são abarcados: textos oficiais publicados; documentos diplomáticos portugueses; relatórios de instituições nacionais e internacionais no que concerne especificamente à política

---

<sup>9</sup> Ver Umberto Eco, *Leitura do Texto Literário: Lector in Fabula*, Lisboa, Editorial Presença, 1993, 2.ª Edição, p. 65.

<sup>10</sup> Hans Robert Jauss, *A Literatura como Provocação (História da Literatura como provocação literária)*, [tradução Teresa Cruz], Lisboa, Vega, 2003, 2.ª Edição, p. 105.



colonial; legislação publicada; opiniões, crónicas, relatos ou notícias expressos na imprensa; textos resultantes de intervenções directas da sociedade civil em convénios, congressos, conferências; textos literários; textos literários produzidos em contexto colonial (literatura local); escritos resultantes de testemunhos que exprimem uma determinada realidade (diários, crónicas de costumes, relatos de viagem). Entre estes textos é analisada com particular atenção toda a obra dos autores em estudo que reflectam a sua cogitação em torno dos assuntos coloniais.

2. Contextualização dos textos tanto em termos nacionais como internacionais, avaliando a conjuntura em que se inserem.
3. Análise do ponto de vista hermenêutico dos textos seleccionados e contextualizados, de modo a interpretá-los e a procurar a mensagem essencial que buscam incutir no seu público-alvo.
4. Apuramento da receção dos textos com temáticas de carácter colonial pelo público-leitor.
5. Interpretação das utopias coloniais propagadas através dos documentos escritos analisados, com destaque para os textos literários.
6. Comparação entre as utopias coloniais difundidas pela elite de origem metropolitana e pela elite local.
7. Confrontação entre o que constituiu a utopia do discurso e a realidade apurada localmente.
8. Análise das continuidades e descontinuidades do sistema colonial português encontradas nos diferentes espaços em estudo e sua evolução durante o período em estudo.
9. Contextualização e análise estética e de conteúdo em profundidade dos textos (ficcionais, ensaísticos e jornalísticos, produzidos entre 1898 e 1947) de dois autores, representando a elite da sociedade colonial e a elite oriunda da sociedade metropolitana, Augusto Bastos e José de Macedo respetivamente, inserindo-os nas tendências do seu tempo e procurando, através deles, perceber as continuidades e descontinuidades discursivas relativas à sociedade colonial.
10. Estudo do papel do elemento estético na construção do estilo de cada um dos autores e averiguação do seu contributo enquanto elemento unificador da produção intelectual dos autores. Portanto, verificando se as tendências estéticas usadas na ficção se estendem à produção textual não literária e se foram consideradas determinantes pelos autores.
11. Aferição da receção dos textos dos autores na época em que as obras foram publicadas, sobretudo, através dos testemunhos publicados na imprensa e de alguma correspondência.

Durante a realização da tese foi efetuado um trabalho de campo nas cidades de Luanda e de Benguela e aproveitando para captar mais alguns dados no Lobito e na Catumbela, com a finalidade de recolher material inexistente em Portugal, tendo permanecido em Angola entre 19 de Março e 30 de Abril de 2010. Durante essa estada fiz pesquisa em bibliotecas, arquivos administrativos e visitei locais, tentando reconstruir os passos dos autores e procurando ligações das suas redes. Fui conseguindo apurar alguns elementos e consultei documentos que apenas ali poderia aceder como as actas camarárias, os periódicos locais (alguns nem na

Biblioteca Nacional de Lisboa existem), os actos administrativos, etc.. No entanto, é de assinalar a dificuldade constante na recolha de documentação, dado os obstáculos que surgem, nomeadamente, no que concerne à cedência de autorizações para consulta. Outra questão relevante é a falta de condições em que o investigador tem de trabalhar, estando os documentos, em muitos casos, degredados, arrumados sem qualquer ordem e sendo as condições de trabalho deficitárias com a falta de energia eléctrica constante, sem qualquer meio para reprodução documental, apesar da boa vontade de muitos funcionários que tentavam colaborar. Também a abertura do espólio de José de Macedo, como anteriormente referido, constituiu um imenso desafio às minhas capacidades de análise e identificação documental, dadas as condições em que se encontravam. O facto de trabalhar com documentação não catalogada e em que a transcrição foi um método constante por dificuldade em aplicar qualquer outro, tornou o processo mais moroso, apesar de mais desafiante e interessante, pois fiquei com a consciência que muitos materiais eram tocados pela primeira vez pelas mãos de um investigador. O passo seguinte à recolha, identificação e transcrição da documentação foi a sua análise e a aplicação do método científico. Toda a documentação é analisada interdisciplinarmente, recorrendo sempre a uma interpretação apoiada na disciplina semiótica. A aproximação procurada baseia-se numa tentativa permanente de enquadramento antropro-sociológico dos discursos apurados, tendo em conta uma multiplicidade de disciplinas que se estendem da ciência política à economia, da história à sociologia, passando pela antropologia, e, claro, pela literatura que me guia em todo o percurso desta tese.

Como resultado e de modo a dar uma organização lógica ao mesmo, decidi dividir a tese em três partes. A primeira intitulada “Entre discursos”, pretendendo enquadrar os autores na sua época e, em simultâneo, demonstrar não só a variedade discursiva como a sua proliferação em várias áreas da vida humana, começando-se desde logo a analisar textos dos autores. Na segunda parte denominada “Do real ao utópico ou o inverso?”, proponho que sejam percorridos os vários tipos de discurso, do científico e jornalístico ao literário em que os autores em estudo foram produtores discursivos e leitores ávidos. A Parte III, “Escritas em nome próprio” é inteiramente dedicada à literatura produzida pelos autores, em que de novo se vê como os discursos se entrelaçam em realidade e ficção, entre ciência e literatura, num processo criativo profundo e profícuo. Para chegar a esta proposta foi feita uma recolha de discursos do real e do utópico, tendo de passar não só pela produção ficcional de vários autores e em especial dos escritores em estudo, Augusto Bastos e José de Macedo, como pela produção textual do real, em que insiro todos os textos jornalísticos, documentais, científicos entre outros como, por exemplo, os relatos, alguns destes assumindo uma forma híbrida e sendo difíceis de catalogar como estando apenas dentro de um género, dada a intenção dos autores de os tornarem mais apetecíveis para ser mais lidos. A interação entre mundo real e mundo ficcional, entre realidade e utopia pareceu-me essencial para entender-se que as continuidades entre um e outro mundos são evidentes e que sem se perceber esta inter-relação, poder-se-á perder a oportunidade de rececionar a diversidade da produção textual em torno das sociedades coloniais e, em particular, da sociedade angolana, em destaque neste estudo. Deste modo, penso conseguir-se uma análise em profundidade sobre a diversidade discursiva colonial, apurando, em simultâneo, o que constituíram as continuidades e as discontinuidades da literatura e do jornalismo, entre a utopia e a realidade.

**PARTE I**  
**ENTRE DISCURSOS**

## CAPÍTULO I – O COMEÇO

*(...) quase que tudo esquecera o seu domínio colonial; e a zona da marinha e ultramar reputou-se como uma dependência do Parnaso, a pasta relativa a essa província da pública administração (consoante se dizia no inglesado de estilo oficial) foi tida com pertença dos poetas jovens, em aprendizagem árida dos graves negócios do Estado. A Índia só dava rumor de que ainda existia para nós outros pelos periódicos de revoltas que não sobressaltavam sequer um descoroçoado indiferentismo; e a África era terra para degredados. De resto, a curiosidade mundial, toda ela, sopítara.*

Sampaio Bruno

Augusto Bastos (1873-1936) e José de Macedo (1876-1948), autores que me acompanham ao longo deste trabalho, representam um pensamento colonial que não saiu vencedor naquilo que constituiu a política e prática coloniais portuguesas, o discurso oficial ou mesmo o discurso dominante. Como intelectuais sobrevivem a dois sistemas políticos (Monarquia e República) e a três regimes políticos (Monarquia Liberal, República Democrática e Estado Novo) que condicionam a sua produção textual. Escrevendo em periódicos e livros, publicam ensaios, artigos e prosas ficcionais, abarcando o mundo real e o imaginário, concertando na sua escrita realidade e utopia. Ambos influenciados pelo positivismo de Comte que penetrara nas fileiras das propostas alternativas ao poder instituído, sobretudo no republicanismo, em que se inscrevem Bastos e Macedo, recebem também a interferência no seu pensamento da filosofia alemã, do empirismo britânico, do evolucionismo darwiniano e, através das alas socialistas do republicanismo, de pensadores como Proudhon que é uma referência assumida no caso de Macedo. Aliás, estas correntes de pensamento marcam a intelectualidade portuguesa e luso-africana de todo este período do último quartel do século XIX ao primeiro do século XX, sendo leituras obrigatórias, mais ou menos assumidas e transversais no debate intelectual de então<sup>11</sup>. Contextualize-se, pois, as circunstâncias em que os autores produzem a sua obra e de como estes percursos podem simbolizar as continuidades e descontinuidades da colonização portuguesa, das propostas que se revelaram utópicas às soluções reais.

Bastos e Macedo, um angolano mestiço, o outro português de Vila de Nova de Gaia, vivem respetivamente em Benguela e em Luanda, tendo ambos uma vivência da então metrópole, como se verá em seguida. Tanto Benguela como Luanda eram cidades antigas, com um tecido urbano próprio e com dinâmicas já firmadas. Contudo, Benguela, durante o período em estudo, ver-se-á confrontada com o surgimento de novas cidades mais ao sul e com a concorrência de outras ali bem perto, como é o caso do Lobito. Está-se, pois, num período de mudança e de adaptação, em torno de mobilidades sociais, políticas e territoriais. Aliás, esta vontade de mudança e tendência para transformação dos equilíbrios internos e externos, fazia-se sentir desde o processo de independência do Brasil, mais propriamente em 1823, que Benguela, talvez pressentido a sua perda de protagonismo com o afastamento do Brasil (devido aos laços familiares e interesses económicos existentes, facilitadas pelas ligações entre estas margens do Atlântico Sul), desejou a sua incorporação na “Confederação Brasileira” cujo objetivo seria o de conseguir a independência de Angola num quadro federativo com o Brasil.

---

<sup>11</sup> Vide Maria Isabel João, *Memória e Império*, Comemorações em Portugal (1880-1960), Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian/Fundação para a Ciência e Tecnologia, 2002, p. 57.

Esta confederação era defendida, sobretudo, por uma população mestiça luso-africana e afro-brasileira que pretendia instaurar um relacionamento sul/sul direto<sup>12</sup>.

Escusado será dizer que saiu vencida esta pretensão, derrota para a qual contribuiu o facto de a elite colonial existente não ser uniforme na origem e, mais importante, neste caso nem nos interesses e pretensões. Inúmeras vezes, nem a necessidade de reunir capitais e esforço humano para a construção das infraestruturas, que pareciam ser um interesse comum, foram consensuais. Para além desta desarticulação entre si da elite colonial, advinha o facto de, muitas vezes, esta surgir de fenómenos socioculturais (como o enriquecimento de gente modesta, a mestiçagem biológica e cultural, a origem socioeconómica dos indivíduos) desprezados pela elite e pela sociedade de referência, a metropolitana, logo produzindo, igualmente, uma desconexão entre aspirações da elite metropolitana e da elite colonial<sup>13</sup>. Interessa, essencialmente, perceber-se que parte da elite colonial, aquela que era gerada pela urbe e na urbe e não resultante de um contexto de migração, assumia características de criouldade, isto é, demarcando-se de uma “portugalidade” unívoca, predominante entre as visões elitistas metropolitanas, apesar da sua afirmação enquanto portugueses que parecendo paradoxal, ver-se-á adiante que não é<sup>14</sup>. É nesse aparente paradoxo que se coloca a afirmação identitária de portugalidade a par de uma asserção de ser angolense (repare-se bem que não é uma declaração de angolanidade), portanto, diferenciado do português de Portugal, que gera a pretensão da autonomia, conducente a uma independência. Apesar das críticas à metrópole, esta autonomia não é contra o colonizador, mas antes pelo direito a que os cidadãos locais estejam mais perto do poder e o possam manejar em nome de um bem-comum para a colónia e para a metrópole<sup>15</sup>. De sociedades em espera, porque bloqueadas pelo poder colonial metropolitano, tornar-se-iam sociedades dinâmicas, capazes de agir. Em vez de aprisionadas na expectativa de decisões longínquas de poderes ainda mais distantes que tardavam a chegar e que as obrigavam a apenas reagir, em período de tempo dilatado, a questões prementes, chegando, por vezes, a decisão, quando o problema ou questão já se era incontornável poderiam, tornar-se proativas<sup>16</sup>; era esta a esperança das elites colonizadas.

---

<sup>12</sup> Vide Alfredo Margarido, “Prefácio”, in TORRES, Adelino, *O Império Português entre o real e o imaginário*, Lisboa, Escher, 1991, p. 9.

<sup>13</sup> Vide Adelino Torres, *O Império Português entre o real e o imaginário*, Lisboa, Escher, 1991, p. 61.

<sup>14</sup> Vide Francisco Sores, *Notícia da Literatura Angolana*, op. Cit., p. 11 e 153.

<sup>15</sup> Note-se que o território que corresponde hoje à atual Angola está ainda em formação em termos de geografia política, com o domínio de certas áreas territoriais ainda inconclusivo ou com o recurso a campanhas militares que algumas vezes terminaram em derrota para o exército colonial. Assim, “angolanidade” será um conceito identitário introduzido mais tarde. Em finais do século XIX e início do século XX, o termo seria “angolense”, reconhecendo a diferença face ao português de Portugal, mas reclamando ainda e apenas um regionalismo autonómico, tendente a uma independência de que o Brasil era exemplo. Desta forma, nenhuma afirmação de um intelectual como “angolense” poderia levantar suspeição de traição à pátria portuguesa, tal como era inconcebível pensá-lo relativamente a alguém que se declarasse algarvio, minhoto ou beirão.

<sup>16</sup> “Sociedade em espera” é um conceito elaborado por mim, a partir de um trabalho de uma outra terminologia, “identidades em espera”, introduzido por Gabriela Dalla Corte e aplicado ao caso colonial africano por Jacint Creus. Tendo este ponto de partida, alarguei o campo de análise a todos os fenómenos ocorridos socialmente e pareceu-me óbvio o seguinte: essas sociedades estavam “em espera” porque o poder e as decisões imanavam de um espaço exterior que lhes impossibilitava tomar as rédeas dos seus destinos; para além disso estavam bloqueadas pelo medo de agir. Vide Gabriele Dalla

Convém agora entender-se como a sociedade colonial urbana, já em si complicada, se vê confrontada com uma complexidade crescente, advinda de um novo interesse pelos territórios africanos. A situação internacional, a denominada “corrida a África”, contribui bastante para esse fenómeno e leva a alguma crispação nacional, envolvendo toda a sociedade portuguesa numa procura incessante de afirmação interna e externa que se pautava pelo caminho do progresso e pela pressão exterior que parecia empurrar Portugal para as traseiras da Europa. Assim se explica o protagonismo da sociedade civil, acompanhando todo o conhecimento que chegava através das sociedades científicas geográficas, das sociedades históricas, da literatura de viagens, dos poetas de que fala Sampaio Bruno na abertura deste capítulo, da reformulação do conhecimento científico e do desenvolvimento económico e organizando-se através da criação das suas próprias associações, da publicação de artigos, ensaios e textos literários e no debate tornado público, com a ajuda da imprensa, paulatinamente, mais acessível à população alfabetizada<sup>17</sup>. Contudo, convém assinalar que este dinamismo não se exercia apenas nos centros urbanos metropolitanos. Também, nas cidades coloniais se organizavam movimentos cívicos e se escrevia, publicando, o que significa que as populações destas urbes tropicais, em que se incluem Luanda e Benguela, pontos de referência dos autores que sigo, não eram apenas recetoras dos discursos oficiais, dominantes ou apenas veiculados publicamente. Estas sociedades são produtoras de um discurso, embrionário desde os primeiros momentos em que se cultivaram artes e letras nos quintais e salões destas pequenas elites urbanas, mesmo que modestamente.

Assim a uma complexidade social e política, pode-se acrescentar uma crescente diversidade intelectual. Vários produtores de discurso vão-se afirmando, separados no espaço, embora contemporâneos, com vivências próprias que os circunstanciam na sua produção e que, no caso colonial, ainda podem afastar-se mais, pois se uns são intrínsecos à realidade que descrevem e aos anseios que praticam, outros são observadores externos dessa mesma realidade, reproduzindo a sua própria visão da alteridade, mas, muitas vezes, assente em posições de legitimação resultantes da própria posição do emissor discursivo (refiro-me a classificações como a “informação oficial”, o “conhecimento científico”, etc.)<sup>18</sup>. Deste modo, encontra-se a par intelectuais que escrevem com carácter de exterioridade face ao assunto sobre o qual redigem e outros que escrevem com carácter de interioridade, outros tantos ainda, que sendo exteriores, escolhem durante parte ou a totalidade da sua vida a sociedade que os acolhe e acabam por poder escrever em ambas situações. Noutros casos, descobre-se, ainda, a ideia que é preciso produzir discurso onde este não existe, o que igualmente é falso; sob a forma escrita ou oral todas as sociedades são produtoras de discursos, em que estas se representam e se dão a conhecer. É por isso necessário perceber-se a experiência de vida de quem produz, para conceber-se como a sua experiência pode ser vertida em escrita, em tão

---

Corte e Paola Piacenza, *A las puertas del hogar: madres niños y damas de caridad en el Hogar del Huérfano de Rosario, 1870-1920*, Rosario, Pro Historia Ediciones, 2006.

<sup>17</sup> Ernesto Castro Leal descreve assim o ambiente no início do século XX: *Perante um problema que marque a inquietação a escola intelectual, artístico, militar ou empresarial, gente de variados percursos e convicções reúne-se em torno de uma liga, revista ou jornal*. Enumera, em seguida, vários casos ilustrativos desta tendência. Vide Ernesto Castro Leal, *António Ferro Espaço Político e Imaginário Social (1918-32)*, Lisboa, Edição Cosmos, 1994, pp. 120-121.

<sup>18</sup> Edward W. Said aprofunda este tema relativamente ao Oriente, mas que se pode, em meu entender, estender para outras sociedades colonizadas como é o caso da angolana. Edward W. Said, [tradução Pedro Serra], op. Cit., p. 13.

complexas situações, em que à mudança dos tempos se junta a diversidade, tornando as sociedades coloniais extremamente dinâmicas, ao invés do retrato estático de que, inúmeras vezes, foram alvo.

Igualmente importante é não estabelecer fronteiras rígidas entre “mundos” e contextos culturais, porque em casos de contactos contínuos é difícil que não ocorram empréstimos mesmo que não reconhecidos ou circulação de ideias. Os meios urbanos coloniais de que falo, apesar de limitados em população, não deixavam de ter um toque de cosmopolitismo que lhes chega exatamente com o encurtamento das distâncias, providos pelas viagens regulares a vapor e pela instalação do caminho-de-ferro, que traz novos habitantes de origens diversas para a cidade, assim como chegam novos materiais impressos, discursos inovadores ou renovadores. E aí surge a aplicação do grande desafio do Iluminismo que a Europa inaugurava e que parecia querer exportar: o que era correto para uma parte da humanidade seria correto para toda a humanidade. Paralelamente a esta tendência para a globalização de direitos e deveres, nem que fosse teórica, uma outra, a da afirmação dos nacionalismo, disputando terras além-mar, buscando as suas origens fundadoras, não como alternativa a essa globalização, mas como complemento, quase como travão a uma globalização que se poderia tornar incontrolável e incontornável<sup>19</sup>. Havia um “nós” europeu, mas havia também um “nós” português e depois um “nós” que partilhávamos uma cultura, espaços e tempos, originando jogos de alteridade que nem sempre eram os mesmos<sup>20</sup>. Lembre-se ainda que ao referir estas sociedades urbanas fruto da colonização, estou a referir-me a sociedades construídas com a participação de populações muito diversas, incluindo a população autóctone, que não pulula só nestas cidades, como viajou dentro do que eram os sistemas de comunicação coloniais, encontrando-se por isso populações oriundas do que hoje é Angola, tanto em Lisboa (em que a escravatura só é abolida com o Marquês de Pombal no século XVIII) como no Brasil<sup>21</sup>.

Contudo, pode-se afirmar que os escritores africanos não eram muito numerosos e que se deparavam com diferentes desafios, um destes a língua, que no caso de muitos a língua materna não era coincidente com a língua do colonizador que era também a língua de escrita e de publicação. Assim, têm mais facilidade no exercício da escrita os urbanos, já criados em ambiente de criouldade, em que podendo existir uma língua local coexiste a língua colonial. Outro desafio era libertarem-se daquilo que seria esperado de si ou do que era estimulado pelos poderes coloniais e que não era mais do que mostrar a autenticidade local, através das literaturas tradicionais, baseadas na oralidade, enquanto esta era valorizada na sua forma e desvalorizada no seu conteúdo, sendo folclorizada e tornado o seu conteúdo inverosímil ou algo associado a uma manifestação irracional. Todavia, alguns autores africanos conseguem suplantar esta tendência e, escrevendo na língua do colonizador, contam entre as suas publicações o ensaio etnográfico, produzindo, em simultâneo, ficção. Este é o caso, por

---

<sup>19</sup> Vide Kwame Anthony Appiah, *My Cosmopolitanism*, Barcelona, Centre de Cultura Contemporània de Barcelona, 2008, pp. 40-44.

<sup>20</sup> Em discurso, a contraposição do “eu” ou “nós” pode basear-se na oposição ao poder colonial competidor, como o da Grã-Bretanha, pode enraizar-se na consideração do “outro” como incivilizado, pode ser o colono versus o colonizado, numa variedade de possibilidades que à partida geralmente são descartadas, mas que discursivamente se vão afirmando.

<sup>21</sup> Vide John Thornton [tradução Marisa Rocha Motta], *A África e os Africanos na Formação do Mundo Atlântico, 1400-1800*, Rio de Janeiro, Campus Editora/Elsevier, 2004, 2.ª Edição, p. 48.

exemplo de Augusto Bastos, mas também de Paul Hazoumé, do Daomé, com a diferença que o escritor francófono começa a escrever cerca de vinte anos depois de Bastos. Com contornos e intensidades diferenciados pode aperceber-se que a situação colonial lança o mesmo tipo de desafios aos escritores oriundos do meio colonizado, embora com especificidades intrínsecas a cada caso. Assim, também aqui encontram-se cenários de continuidade e descontinuidade num mundo paulatinamente mais globalizado<sup>22</sup>.

### **Contexto Internacional: do abolicionismo à partilha de um continente**

África entra no debate internacional, em grande parte, através da discussão do abolicionismo. Até então, eram os relatos de viagem e as experiências esporádicas de aventureiros que alimentavam o imaginário europeu, fruto das navegações europeias começadas no século XV. Com a afirmação das correntes iluministas, a discussão sobre todas as questões ligadas à humanidade traz a lume o debate em torno da abolição da escravatura, o que se inscreve na inauguração de um certo cosmopolitismo, associado à visão da humanidade como um todo. Contudo, este debate não significa automaticamente que o escravo ou as populações de que é oriundo sejam consideradas exatamente da mesma forma como aqueles que já conhecem as Luzes. Os escravos continuam reféns da sua ignorância, bem como os territórios de sua origem mantêm-se carentes de desenvolvimento. Assim sendo, a intervenção justa é a abolição do regime escravocrata em paralelo com a educação dos indivíduos e a modernização das sociedades de que são oriundos. M. Ladébat, em 1788, apresenta o esclavagismo como crime público e como algo contrário à moral natural da humanidade. O seu discurso, apresentado publicamente, na Academia Real das Ciências, Belas Letras e Artes de Bordeaux, inscreve-se no debate combativo e abolicionista da época, justificando o seu autor a sua impressão, em *postscriptum*, com a necessidade de contribuir para a libertação dos escravos, formando-os no trabalho e no respeito pelos costumes. A sua liberdade não seria suficiente, era necessária providenciar-lhes uma existência feliz e útil. Acrescenta ainda que estas ideias devem ser apresentadas à opinião pública. Refere, ainda, um trabalho impresso de M. Schwartz que o teria levado a disseminar a sua ideia para além da apresentação oral do discurso<sup>23</sup>. Dois elementos, desde já, a reter na sua análise: a injustiça da escravatura, por um lado, o tornar pública a discussão, não só para ouvintes como para leitores, ou seja, o assumir da importância do elemento discursivo, por outro lado. O que aqui se denota é que os abolicionistas de finais do século XVIII já estão a lidar com os desafios que o século XIX aprofundará, tendo a noção de um novo poder em formação, o da opinião pública que Ladebat refere da seguinte maneira: *Je crois donc devoir encore soumettre mes idées à l'opinion publique*<sup>24</sup>. Lembre-se que nos países europeus, como Portugal, a prática da escravatura é abolida com o Iluminismo, no caso

---

<sup>22</sup> Para a literatura francófona e ainda nos anos sessenta, Robert Pageard publica um pequeno livro que pretende traçar esse caminho da literatura negro-africana, levantando alguns dos problemas com que os autores lusófonos se confrontam e que adiante será analisado. Vide Robert Pageard, *Littérature negro-africaine*, Paris, Le Livre Africain, 1966, pp. 8-12.

<sup>23</sup> M. de Ladebat, *Discours sur la nécessité et les moyens de détruire l'esclavage dans les colonies*, Lu à la séance publique de l'Académie royale des Sciences, belles lettres et arts de Bordeaux, le 26 Août 1788, Project Gutenberg, [Ebook #10697] January 12, 2004, p. 3 e *postscriptum*, p. 32.

<sup>24</sup> Idem, p. 33.



português pelas leis pombalinas de 1761 e 1773, impossibilitando a importação deste tipo de mão-de-obra e proibindo a sua prática, mesmo que enquanto costume<sup>25</sup>.

Com o dealbar do século XIX e as transformações das sociedades em processo de industrialização, a estes princípios humanitários, juntam-se outros, mais pragmáticos, num ambiente internacional de competição nacional e, em simultâneo, de partilha de ideias de princípio, como a imoralidade do tráfico negreiro. Ideias que já se vinham desenhando, por exemplo, no trabalho de Ladebat, em que já são referidos os benefícios do trabalho livre e a sua importância para a manutenção das colónias, isto é, existe uma preocupação em justificar a libertação do escravo de modo racional e, em seguida, de explicar a possibilidade de regimes transitórios de libertação da mão-de-obra que mais do que um custo seriam uma conquista humanitária e política. Quer isto dizer que as ideias largamente disseminadas no século XIX, têm a sua fecundação no século XVIII<sup>26</sup>. Muda, essencialmente, com a transição do século, a relação entre discurso e prática. O século XIX é uma afirmação contínua de pragmatismo e jogo político, com consequências diretas nas populações escravizadas. Françoise Vergès, num trabalho não consensual e com propósitos revisionistas acerca do abolicionismo, refere mesmo que o decreto que liberta os escravos os transforma diretamente em proletários<sup>27</sup>. Joaquim Nabuco refere num livro publicado na época, *O Abolicionismo*, que a escravatura era um óbice à criação de uma classe operária, à criação de meios rurais e urbanos saudáveis e à valorização do trabalho, enquanto fator de afirmação do ser humano<sup>28</sup>. À emancipação são associadas outras duas noções no discurso abolicionista para a construção do ser humano livre, isto é, de um potencial cidadão: a assimilação, através da educação, e a integração numa sociedade já modernizada. De toda a forma, o mais interessante do discurso abolicionista é este “estar a caminho de” mas “não ser ou pertencer completamente a”. Note-se ainda que, apesar de uma libertação de uma parte da população subordinada e sem quaisquer direitos políticos ou sociais estar em curso, o discurso continua a ser unívoco, isto é, o discurso do escravo simplesmente não existe, é muito deficitário ou tem a intermediação de alguém que o dissemina. Esta situação permitiu que durante muitos decénios houvesse uma vitimização do escravo e que o abolicionismo fosse visto como uma questão moral do Ocidente desenvolvido, ocultando-se toda a envolvência que o tráfico escravagista teve e que foi muito para além da relação entre senhor e escravo na sociedade que em que este era acolhido.

Os registos do abolicionismo, para além da prosa e arte humanistas e, por vezes, inflamadas dos abolicionistas (todos eles vindos das elites intelectuais, com raríssimas exceções), são feitos em cadastros notariais, em minutas de aprisionamento e, raras vezes, com a recolha de narrativas pessoais, sintoma que um dos nomes maiores do abolicionismo em português, Joaquim Nabuco descreve: *Se cada escravo narrasse a sua vida desde a infância – as suas relações e família, a sua educação de espírito e coração e coração, as cenas que presenciou, os castigos que sofreu, o tratamento que tece, a retribuição que deram ao seu trabalho de tantos anos para aumentar a fortuna e o bem estar de estranhos –, que seria “A Cabana do pai Tomás?”, de Mrs. Beecher Stowe, ou “A Vida”, de Frederick Douglas, ao lado de algumas*

<sup>25</sup> Jean-Yves Loude, *Lisboa na Cidade Negra*, Lisboa, D. Quixote, 2005, p. 169.

<sup>26</sup> Ladebat, M. de, op. cit., pp. 13-16.

<sup>27</sup> Françoise Vergès, op. cit., p. 33.

<sup>28</sup> Vide Joaquim Nabuco, *O Abolicionismo*, S. Paulo, Publifolha, 2000, <http://www.bibvirt.futuro.usp.br> (Biblioteca Virtual do Estudante Brasileiro), pp. 59-66 e 74-76.

*narrações que nós teríamos de escutar?*<sup>29</sup>. Importante passo dá este autor que termina este livro em 1863, em Londres, onde vivia à época, exemplificando com o discurso ficcional e artístico a causa abolicionista e, indo mais longe, acaba por detetar onde estes discursos reais e ficcionais não chegam que não é mais do que a própria vivência do escravo. É que uma sociedade escravocrata é diferente de uma sociedade com escravos, é uma sociedade condicionada pela relação senhor/escravo que não só modela o sistema de produção como toda e qualquer relação social. Diz Françoise Vergès que numa sociedade escravagista todos aspiram a possuir escravos, fator direto de promoção social, determinando a história, a demografia, a construção geográfica, etc.<sup>30</sup>. Logo, a maioria dos abolicionistas quando escreve fá-lo de sociedades com escravos ou que toleram a escravatura, situação em que não estão os abolicionistas do continente americano como Joaquim Nabuco ou como os intelectuais africanos que também o fazem. Aliás, Nabuco, entre muitos outros, representa outra diversidade do discurso abolicionista. Ele já é o intelectual da sociedade escravocrata a desenvolver um sentimento de *injustiça e ultraje* que o leva a escrever o seu livro<sup>31</sup>. E, apesar do seu livro assentar no humanitarismo europeu e sobretudo britânico quanto à escravatura, a verdade é que o autor levanta inúmeras questões que se prendem com o paradoxo da emancipação nacional do Brasil que permite a manutenção da escravatura.

Tanto Nabuco como Vergès fazem essa distinção entre os sentimentos e realidades de uma e de outra sociedade, dizendo Nabuco: *A guerra contra a escravidão foi, na Inglaterra um movimento religioso e filantrópico, determinado por sentimentos que nada tinham de política, senão no sentido em que se pode chamar política à moral social do Evangelho. No Brasil, porém, o abolicionismo é antes de tudo um movimento político, para o qual, sem dúvida, poderosamente concorre o interesse pelos escravos e a compaixão pela sua sorte, mas que nasce de um pensamento diverso: o de reconstruir o Brasil sobre o trabalho livre e a união das raças na liberdade.* Segue e mais à frente afirma: *Nos outros países o abolicionismo não tinha esse carácter de reforma primordial, porque não se queria a raça negra para elemento permanente da população; nem como parte homogénea da sociedade. O negro, libertado, ficaria nas colónias, não seria nunca um fator eleitoral na própria Inglaterra ou França. Nos Estados Unidos os acontecimentos marcharam com tanta rapidez e desenharam-se de tal forma, que o Congresso se viu forçado a fazer dos antigos escravos do sul, de um dia para o outro, cidadãos americanos, com os mesmos direitos que os demais; mas esse foi um dos resultados imprevistos da guerra*<sup>32</sup>. No entanto e apesar da asserção muito correta de Nabuco, dizendo que *no Brasil, a questão não é, como nas colónias europeias, um movimento de generosidade em favor da classe de homens vítimas de uma opressão injusta a grande distância das nossas praias*<sup>33</sup>, a verdade é que existe uma vontade política no abolicionismo europeu a par de vontades filantrópicas e humanitárias não menos valiosas da sociedade civil. Contudo, a hipótese determinante de análise que Nabuco levanta é aquela que muitos anos mais tarde guiará o historiador John Thornton quando este se refere aos africanos no século XVII como “a maioria dos colonos no mundo atlântico”, ou seja, nas Américas o abolicionismo tem de ser analisado em todas as suas vertentes como um movimento intrínseco à sociedade e

---

<sup>29</sup> Idem, p. 16.

<sup>30</sup> Françoise Vergès, op. Cit., p. 42.

<sup>31</sup> Joaquim Nabuco, op. Cit., pp. 1-2

<sup>32</sup> Idem, p. 9.

<sup>33</sup> Idem, p. 9.

com consequências diretas nesta<sup>34</sup>. Quanto à dimensão política do pensamento abolicionista, analisa bem Vergès quando, à distância do facto permitida pelo tempo, refere as razões políticas que estariam não na origem, mas na permanência deste movimento abolicionista. Há um elemento político importante a considerar: sem o fim do tráfico negreiro e da demanda escravagista não poderiam os países europeus estabelecer-se nos países africanos fornecedores desta mão-de-obra e aí criarem estados coloniais. A habilidade discursiva de políticos e a vontade da sociedade civil permitem ao tempo colocar o acento tónico na questão humanitária que tantas vezes desprezou as consequências de medidas imediatas libertadoras, como a capacidade de sobrevivência do próprio escravo. Portanto, se é verdade que os escravos não estariam nas praias europeias, também é verdade que esta mão-de-obra fazia falta para os novos projetos expansionistas europeus. Concentre-se agora o estudo, apenas, neste elemento do jogo discursivo abolicionista, pois mais à frente explorarei este assunto.

A função humanitária não termina com a libertação do escravo, seguem-se outras premissas necessárias para o bem da civilização. Num jogo de vitimização do escravo e heroicização do ativista antiescravista, a responsabilidade das sociedades africanas no próprio tráfico é diluída para que apenas os dirigentes políticos e responsáveis sociais africanos, afinal os aliados dos europeus nas suas primeiras incursões em território africano, fossem demonizados, sendo preciso libertar a população da sua influência. Assim, surge a necessidade de educar e fazer progredir o grande continente dominado por reis déspotas, sobas escravagistas, régulos sem escrúpulos e muçulmanos negreiros<sup>35</sup>. Expia-se a culpa que os europeus tinham no tráfico escravagista: o de terem sido responsáveis pela sua ampliação, sistematização e endurecimento, enquanto construíam o mundo atlântico. A variação das narrativas relativas a África, sobretudo, no chamado “continente negro”, era também fruto de uma diversificação de presenças neste mesmo continente, facilitada pelo uso do quinino que baixava a mortandade entre os europeus e que ia ao encontro da nova função protagonizada pelos poderes europeus. A percepção de que a escravatura em África era endógena por razões de organização sociopolítica, em que não existindo a propriedade privada, existia o direito à propriedade privada da força de trabalho, controlada por complexos sistemas de linhagem, em que os membros mais novos tinham de prestar obediência aos mais velhos tinha facilitado a situação. Portanto, uma série de ferramentas institucionais africanas estão adaptadas a esta realidade, como por exemplo, a existência de tribunais próprios que condenavam homens livres à escravatura. Igualmente as guerras eram fornecedoras de escravos, situação que se exacerba no início do século XIX, com a intensificação de fornecimento de armamento pelos europeus em troca de escravos, que apenas findará com os acordos de proibição de comércio de armas entre as potências europeias para tornar possível a ocupação efetiva do continente. Mesmo assim durante as campanhas de ocupação dos europeus é comum haver relatos do uso de armamento ao tempo já desatualizado.

Logo, se, por um lado, há a incompreensão europeia face à instituição da escravatura tal como esta é praticada em África, a verdade é que a realidade e os interesses em jogo facilitam a criação de discursos humanitários que justificarão uma ação política, mobilizando intelectuais das mais diversas origens. Com isto não quero dizer que não existe uma franca vontade dos

---

<sup>34</sup> Vide John Thornton, op. cit., p. 54.

<sup>35</sup> Vide idem, pp. 124-125 sobre a participação africana no tráfico negreiro.

aboliconistas contribuírem para o bem da humanidade, mas tão só referir que aí existe um dos maiores testemunhos que a utopia e a realidade coexistem e se complementam em quadros de mudança. Na verdade, o abolicionismo começa por ser uma utopia de quem não sofre na pele os seus efeitos e não deixa de ser uma proposta alternativa à sociedade escravocrata.

Assim, aos aventureiros e comerciantes juntam-se os missionários, os exploradores científicos, seguidos dos militares que demarcavam o território e muito lentamente alguns colonos. O continente misterioso, obscuro e perigoso estava agora qual fera domada nas mãos dos europeus, capazes de o tornar compreensível ao leitor europeu no conforto do seu lar. Reconhecendo que a luta antiescravagista seria longa e dura, os poderes internacionais acordam fixar os seus princípios, seja no Ato Anti-esclavagista de Berlim, em 1885, reafirmando a vontade das potências europeias em debelar este tráfico, seja em 1888 com a criação da Sociedade Anti-Esclavagista em França, sob o modelo da sua congénere inglesa, e, em 1889, o Rei Leopoldo II da Bélgica organiza uma conferência internacional contra a escravatura, em Bruxelas. Contudo, todas estas medidas eram ainda de alcance limitado, pois atuavam essencialmente sobre o tráfico e não sobre o exercício da escravatura em si dentro do continente africano. Todavia, o efeito dos relatórios de viagem dos exploradores e os relatos dos missionários contribuíram em muito para que houvesse uma consciência diferente relativamente ao tráfico continental e à escravatura praticada no interior das sociedades africanas. A escravatura torna-se igual em qualquer parte do mundo e uma tragédia a combater. A razão e o progresso não podem permitir que mulheres e homens, só pela sua condição de subordinação, sejam tratados como mercadoria. Deste modo, o pensamento antiescravista pode aceitar a colónia e esse tipo de subordinação em nome do progresso, mas não a continuação da escravatura. A abolição da escravatura significava, igualmente, o seu apagamento, em nome do conhecimento que levaria à formação de sociedades modernas. Ao longo de todo o século XIX inventar-se-iam e organizar-se-iam arquivos paulatinamente mais vastos de conhecimento destas regiões, até há pouco tempo inóspitas, e ao fazê-lo inicia-se um longo processo de hierarquização de objetos e naturezas, como se tudo funcionasse por alteridade e, em alguns casos, mesmo por oposição<sup>36</sup>. Ao longo de todo este processo, os mais abolicionistas vão descobrindo as próprias perversões possibilitadas pela sua retórica humanitária que nunca lhes teria aflorado o pensamento. Personalidades como o Rei Leopoldo II ou o jornalista aventureiro Stanley simbolizam bem essa perversidade e as tensões que podem existir entre o discurso e a prática, entre a utopia e a realidade. Com a concretização paulatina da luta abolicionista por terra e por mar, abria-se espaço para a ocupação efetiva dos territórios africanos. Lembre-se que são dois movimentos que se tornam contemporâneos em meados do século XIX, gerando ainda mais diversidade discursiva. Conferências, negociações diplomáticas, imprensa, com a tentativa de formar a opinião pública sobre as questões africanas, e prática política a par de intervenções militares tornam-se os palcos da ação colonial.

---

<sup>36</sup> Vide Pascal Blanchard e Sandrine Lemaire, *Culture Coloniale: La France conquise par son empire, 1871-1931*, op. cit., p. 55.

A Conferência de Berlim ficou conhecida como aquela que traça os destinos do continente africano para a modernidade. Com negociações que duraram de Novembro de 1884 a Fevereiro de 1885, realiza-se apenas com a discussão entre as potências colonizadoras (Grã-Bretanha, França e Portugal), com as potências que tinham pretensões a tornarem-se colonizadoras (Alemanha e Bélgica) e com as que tinham pequenos enclaves ou faziam parte do denominado Concerto das Nações (Áustria-Hungria, Dinamarca, Espanha, E.U.A., Itália, Países Baixos, Rússia, Suíça e Turquia), portanto sem a representação de qualquer poder autóctone africano. Daqui sai uma orientação para todos os países colonizadores baseada numa ocupação territorial efetiva, com o estabelecimento de instituições e povoados e o assentamento de população europeia no papel de colono. Esta nova “diretiva” internacional trará muitas alterações à gesta colonial, com especial impacto em Angola cujo sertão estava apenas pontilhado por pequenos estabelecimentos de comerciantes portugueses que se aventuravam para o interior. Na verdade o que está em causa é a tentativa de poderes como o francês e o britânico, sobretudo o segundo, que tinham já muitas possessões informais, formalizarem o seu poder de modo a manter o exclusivo sobre atividades económicas que se apresentavam agora como dinâmicas. A projeção para interior dos territórios parecia ser a única forma de manter e alargar o seu poder.

A questão meramente económica, muitas vezes apontada pelos autores como a fonte do “desejo africano” é refutada por alguns autores como Sanderson que afirma que o comércio em cerca de cinquenta anos de progressiva ocupação do interior africano (1860/1909-13) apenas teria atingido os 12% do comércio extraeuropeu de países como a Grã-Bretanha, a França e a Alemanha<sup>37</sup>. No entanto, a ocupação de África dá-se em simultâneo com o crescimento da confiança tecnológica, com o encurtamento das distâncias e com a confiança científica que era possível dominar a natureza e com a certeza política que o mundo podia ser dominado pelo conhecimento e pela política da razão. No caso português, com uma fraca industrialização, o argumento económico é ainda mais frágil e a grande questão de Portugal em África era, ainda, o domínio do tráfico escravagista. Deste modo, o que move o país são os argumentos históricos, numa atitude reativa à afronta internacional de tentativa de exclusão de Portugal dos palcos europeus da negociação africana, como tinha acontecido com a Conferência Geográfica de Bruxelas, em 1876, para a qual Portugal não tinha sido convidado, gerando uma contestação nacional transversal a todos os setores da vida intelectual e social<sup>38</sup>. Sanderson aponta cinco fatores que teriam contribuído para a “corrida” a África: o ganho económico esperado, a estratégia, a vantagem diplomática, o “imperialismo social manipulado”, a influência missionária e o carreirismo militar. Contudo, o mesmo autor refere que, no caso britânico, nenhum destes motivos poderia ter originado a opção pela ocupação efetiva se o poder britânico não tivesse temido a extinção deste poder informal que não obrigada a assentar uma nova geografia política<sup>39</sup>. A situação complexificara-se desde a luta anti-escravagista. Nas palavras de Carneiro de Moura, professor da Escola Colonial, em Lisboa, os acordos internacionais entre as potências coloniais europeias teriam levado à admissão *da*

---

<sup>37</sup> Vide G. N. Sanderson, “The European partition of Africa: origins and dynamics”, in Oliver Roland e G.N. Sanderson [EDITOR], *The Cambridge History of Africa, 1870-1905*, VOL. 6, 1985, pp. 96-158, p. 101.

<sup>38</sup> Vide Bruce, Dish e Becky Durost Fish, *Angola 1880 to the present: Slavery, Exploitation, and Revolt*, Philadelphia, Chelsea House Publishers, 2001, pp. 33-34.

<sup>39</sup> Vide G. N. Sanderson, op. Cit., p. 116.

*socialização dos territórios africanos, e assim as potencias coloniais, como Portugal teriam de admitir nos seus territórios ultramarinos, como que o condomínio de outras potências. Este condomínio, ou socialização, ou cosmopolitismo colonial, ficou firmado na livre navegação dos rios, na intercomercialização dos portos, no livre comércio, na liberdade de acção de todas as nações, a todas as seitas, a todas as escolas filosóficas e políticas*<sup>40</sup>. Conclui, pois, que *a velha Europa estava saturada, carecia de novos mercados e de novo «habitat» para a sua emigração. Não exclui todavia a população autóctone do que parecia ser a marcha da civilização: É na África que estão os destinos da civilização europeia. Mas para que a África venha a ser a nova europa é necessário tornar sadio, forte e triunfador não só o colono mas ainda o indígena*<sup>41</sup>.

Agora era necessário o entendimento com os poderes locais e a colaboração das populações autóctones para a construção de infraestruturas, para a cobrança de impostos e para o estabelecimento da administração colonial, como tinha acontecido no Novo Mundo, só que sem a recorrência a um trabalho que pudesse formalmente ser considerado escravo<sup>42</sup>. A era dos contratados chegava, com novas questões e velhos hábitos, o mais relevante de todos o trabalho compulsivo. A mobilidade dentro do continente acentua-se e os movimentos migratórios tornam-se uma constante. A demanda político-económica dos poderes coloniais obrigada à centralização de mão-de-obra em áreas até então com pouca população, como nos casos das minas, da referida construção de infraestruturas ou nos novos ensaios de produção agrícola. Deste modo, os movimentos migratórios vulgarizam-se e, em simultâneo, começam também a ser usados pelas populações para reunião com o seu clã, por exemplo, nas situações em que ficam separados pelas novas fronteiras políticas, para fuga ao trabalho forçado ou aos impostos, por calamidades naturais como as secas, etc.. A deserção, a atividade grevista são armas que lentamente estas populações vão usando com graves custos para si, porque se no papel e nas mentes a escravidão tinha acabado, a redenção e suposta educação e civilização através do trabalho era ainda uma ideia recorrente. O trabalho era o primeiro passo para a civilização, apesar das condições sub-humanas de desempenho desse mesmo labor<sup>43</sup>. A imposição de impostos foi uma das mais efetivas maneiras de levar a população autóctone a colaborar no esforço de trabalho colonial. Alguns dos pressupostos introduzidos pela administração colonial e, sobretudo, a negociação da mão-de-obra diretamente com os mais velhos, originaram um clima de certa cumplicidade em alguns casos que permitiram a lenta afirmação da administração colonial no interior do território<sup>44</sup>.

Trata-se de um mundo em mudança, condicionado pelo acesso à tecnologia e ao conhecimento, e os africanos fazem parte dessa mudança de uma forma ativa. A imposição da nova ordem punha termo a uma dinâmica de oposições e complementaridades entre poderes

---

<sup>40</sup> Vide Carneiro de Moura, *A História Administrativa, colonial e política de Portugal (Dissertação para concurso a um lugar de professor da Faculdade de Estudos Sociaes e de Direito da Universidade de Lisboa)*, Lisboa, Typ. Anuario Commercial, 1913, p. 294.

<sup>41</sup> Idem, p. 295.

<sup>42</sup> J. D. Hargreaves, "Western Africa, 1886-1905", in Oliver Roland e G.N. Sanderson [EDITOR], *The Cambridge History of Africa, 1870-1905*, Vol. 6, 1985, pp. 257-297, p. 280.

<sup>43</sup> Vide Shula Marks, "Southern and Central Africa, 1866-1910", in Oliver Roland e G.N. Sanderson [EDITOR], *The Cambridge History of Africa, 1870-1905*, Vol. 6, 1985, pp. 422-492, p. 427.

<sup>44</sup> Vide Marcia Wright, "East Africa, 1870-1905", in Oliver Roland e G.N. Sanderson [EDITOR], *The Cambridge History of Africa, 1870-1905*, Vol. 6, 1985, pp. 539-591, p. 590.

tradicionais e comerciantes e estabelecimentos administrativos litorâneos estrangeiros, homens livres dos clãs e escravos, ou seja, são os frágeis equilíbrios existentes que desaparecem, substituídos por outros já fora do controlo das populações autóctones que passam a jogar com as suas capacidades adaptativas face a poderes que já não podem vencer belicamente e expulsar económica e politicamente<sup>45</sup>. Contudo, a arma dos poderes africanos era, agora, o condicionamento da ação europeia, dominadora, é certo, mas necessitada de estabilidade num processo de mudança e a uma diplomacia armada e militarizada substitui-se uma diplomacia do medo, controlada administrativamente, e que cedia às autoridades tradicionais alguns poderes para que a sua soberania fosse reconhecida e as populações fossem de alguma forma colaborantes, o que não aconteceu com todas as etnias, como se terá a possibilidade de ver para o caso angolano<sup>46</sup>. Andrew Roberts refere que muita da luta entre potências europeias e as autoridades tradicionais africanas se devia a um objetivo negativo: não se tratava da defesa dos interesses nacionais, mas da exclusão dos poderes concorrentes em nome de benefícios improváveis. Durante o século XIX, se no discurso ganha centralidade, na realidade mantém-se periférica todo o continente<sup>47</sup>.

Ter-se-á de esperar pelos anos 30 do século XX e pelo fulgor imperialista ao mais alto nível para, em termos políticos e de investimento económico, as colónias africanas ganharem centralidade<sup>48</sup>. Outros desafios surgiam agora nessa África colonizada, em parte urbanizada. O trabalho assalariado, a educação (mesmo que básica) de população local e a necessidade de ter indivíduos autóctones como intermediários levanta, no período entre as guerras, sérios problemas aos poderes coloniais que reajustam as suas estratégias de domínio. Agora deixa de ser a partilha que está em causa, mas a gestão competitiva do espaço, para que as riquezas locais não sejam exploradas por uma potência concorrente. Contudo, percebe-se que a educação da população local começa a ser uma necessidade que tem de ser alimentada num quadro de subordinação. O trabalho forçado apenas nos anos 30 do século XX é tido como fator a eliminar nas relações laborais coloniais, incrementando a complexidade de leis e práticas que precisam de justificar o recrutamento de população para os trabalhos públicos. Os autores acompanhados seguem todos estes debates, fazendo parte deste tempo de mudança e da geração que mais esperança colocará nas alternativas às estruturas que já então lhes pareciam envelhecidas. Se Bastos, como elemento intermediário, sofre a perseguição das autoridades coloniais, testemunhando a ambiguidade do relacionamento desta elite local intermediária do poder colonial, também Macedo, enquanto diretor de jornal, foi obrigado a abandonar Luanda devido ao seu combate contra o regime servil. Portanto, dois exemplos da complexidade discursiva destas sociedades.

---

<sup>45</sup> Vide John Lonsdale, "The European Scramble and conquest in African History", in Oliver Roland e G.N. Sanderson [EDITOR], *The Cambridge History of Africa, 1870-1905*, Vol. 6, 1985, pp. 680-766, pp. 692, 710-711.

<sup>46</sup> Idem, p. 729.

<sup>47</sup> Vide Andrew Roberts, "The imperial mind", A.D. Roberts [editor], *The Cambridge History of Africa, 1905-1940*, Vol. 7, 1986, pp. 24-76.

<sup>48</sup> Idem, pp. 24-26.

## Republicanism and Colonialism

O denso ambiente externo e os desafios que se colocavam aos estados numa fase de transformação política, social, económica e cultural lançaram Portugal num fervor intelectual, espelhado na imprensa e nos clubes das grandes cidades. Não escapam a esta discussão pública dois grandes temas que atravessavam a sociedade portuguesa. Por um lado, a questão colonial, com todas as ameaças externas, por outro lado, a procura incessante de tornar Portugal mais forte, nem que fosse através de uma aliança federalista com o país vizinho, Espanha, que enfrentava exatamente os mesmos problemas, com a perda das suas colónias americanas, das quais Cuba abriu a maior ferida, tal como o Brasil o fizera relativamente a Portugal. É nesta atmosfera que o movimento republicano ganha força em Portugal, culpando as oligarquias mantidas pela Monarquia de todos os males que assolavam o país e, mormente, pelo desrespeito internacional que parecia aos seus olhos galopante. Contudo, a sua visão sobre os outros povos europeus, nomeadamente, no que concerne à colonização não é benevolente como se poderia pensar. São colocadas em questão as políticas britânicas que levam à discriminação positiva de colónias como o Canadá e a Austrália, onde as populações autóctones foram simplesmente afastadas de qualquer processo de desenvolvimento colonial. E era esse mesmo país que atacava Portugal, o acusava de tráfico negreiro, o abordava sempre que possível. Havia, então, que recuperar as boas tradições, valorizar o património nacional e destruir tudo o que fosse reminiscência de estagnação.

Aliás, por essa época e devido às vicissitudes do combate político, muitos destes intelectuais foram arrastados para situações de exílio mais ou menos forçados, mas sempre ligados à perseguição que iam sofrendo pelas suas ideias, tal como acontece com um dos autores em estudo, José de Macedo. Um desses republicanos é Sampaio Bruno, pseudónimo de J. Pereira de Sampaio, filho do padrinho de José de Macedo, que se exilou após o fracasso da tentativa de golpe do 31 de Janeiro. Num livro quase autobiográfico, em que o prefácio é subscrito em nome próprio e não com o pseudónimo literário da capa do livro, o autor refere a sua experiência enquanto exilado em Espanha e França e defende algo muito interessante que se pode conceptualizar como o humanismo republicano da época, afirmando: *Porque a noção de humanidade é tendencial no fito de extirpar os preconceitos tradicionais de raça, de cor, de patriotismo chauvinico, de intolerância religionária. A ideia da humanidade não se coaduna com a escravatura, com a guerra, com a condenação supersticiosa pela divergência dogmática e cultural, visto que por esse laço comum não réprobos e eleitos, antes todos se salvam*<sup>49</sup>. Ora, parte das políticas coloniais enfermavam da contradição deste princípio humanista. Daí que o republicanism português encontre uma divergência entre o que vem a ser esta vertente humanitária que tem uma tradição de propor alternativas ao poder que se viria a instituir e que dramaticamente será contrariado aquando da política colonial da Primeira República. José de Macedo enforma as suas ideias nesta tradição humanista republicana e, sendo republicano, não cessa de expor a sua visão alternativa às soluções que considerava à partida feridas de morte. Defensores do federalismo, alguns chegam a pugnar por uma solução federativa com

---

<sup>49</sup> Sampaio Bruno, *Os modernos Publicistas Portugueses*, Porto, Livraria Civilização/Lello & Irmão Editores, 1987, p. 45. É interessante atentar no título do livro e perceber-se que também em Portugal havia uma produção para a opinião pública. Estes publicistas não eram mais que intelectuais, lutando pelas suas ideias através de texto escrito ou como oradores em conferências, procurando leitores e públicos que os escutassem. As suas capacidades oratórias são, em geral, bastante assinaláveis.



Espanha, mas que seria num contexto de bicefalia federativa. Projeto que abandonam, mas que de quando em quando vai ressurgindo, nomeadamente, com a ideia de se criar uma federação com as colónias.

Estas propostas republicanas ganham forma nos centros de debate e associações cidadinas, reunindo trabalhadores especializados, como os que se reuniam em torno de A Voz do Operário, pequena burguesia, constituída por bacharéis, militares de baixa patente, donos de pequenos negócios e intelectuais oriundos das classes mais favorecidas<sup>50</sup>. A recuperação das tradições populares, como Teófilo Braga realizou, o trabalho que muitos republicanos tiveram junto do operariado, vivendo e partilhando os seus dias com trabalhadores, como o fizera Antero de Quental e também o faz José de Macedo, permite uma aproximação às classes populares e, em simultâneo, ter uma visão da educação e da necessidade de “civilização” um pouco diversa da que circulava entre as elites conservadoras de então. Era necessário educar, massiva, urgente e profundamente a população, vivendo na metrópole ou nas colónias. A modernização do país disso dependia. Fundando-se neste tipo de base de apoio e com uma estratégia de conquista do poder, é natural o envolvimento dos republicanos em todas as vertentes da sociedade portuguesa, com especial enfoque para o problema colonial que seria mais do que uma questão de responder à humilhação externa. Poderia ser a esperança de um Portugal ativo em vez de reativo, de um país que construía em vez de estar em espera. Para tal era necessário ter uma sociedade civil participativa.

Sampaio Bruno descreve, então, o ambiente vivido em torno da questão colonial, o empenhamento da Sociedade de Geografia de Lisboa, a ideia de unir o império colonial português em forja de costa a costa. Havia, pois, um pensamento coletivo que se propunha a uma missão nacional: manter as colónias. Nesse sentido, Bruno defende que *o grande segredo da política patriótica portuguesa está em transformar a sua pendência exclusiva com a Inglaterra num grande problema europeu; está em dar à sua questão nacional o carácter de questão internacional*<sup>51</sup>. Tinha o autor toda a razão, Portugal sozinho não conseguiria enfrentar a Grã-Bretanha e foi sempre através da exteriorização dos seus conflitos com este país que obteve resultados, como por exemplo, no caso de Bolama em que foram os Estados Unidos da América o árbitro da contenda. Curiosamente, Bruno já reflete sobre a demografia europeia face à dos povos que se pretende colonizar, concluindo que, por exemplo só os britânicos seriam cerca de 118 milhões a governarem 353 milhões de africanos e asiáticos, se todas as suas ambições fossem cumpridas e, também, como os Estados Unidos da América já tendencialmente se imiscuíam nos negócios do Velho Mundo. O Ultimatum britânico de 1890, se fora um dos mais duros golpes no orgulho nacional, igualmente, fizera acordar as consciências para as fragilidades do país, despertando violentamente os intelectuais mais empedernidos para a realidade colonial, esquecida e quase abandonada desde que o Brasil, joia da coroa, se separara da antiga metrópole. Os relatos impressos em livros dos exploradores europeus tinham provocado o seu efeito junto de uma opinião pública paulatinamente mais interessada nestas questões e abalada por tanta convulsão. Portugal despertava e no seu seio cruzavam-se discursos, vontades e ações. Bruno classifica como

---

<sup>50</sup> Carlos D’Alge, *A Experiência Futurista e a Geração de «Orfeu»*, Lisboa, ICALP, 1989, pp. 37-38.

<sup>51</sup> Sampaio Bruno, *Os modernos publicistas portugueses*, Porto, Livraria Civilização/Lello & Irmão Editores, 1987, p. 150.

“verdadeira renascença” o que se passa depois de 1891, o que coincide com o engrandecimento do movimento republicano, é certo.

As colónias deveriam ser uma continuação de um Portugal que se queria maior e mais feliz, aproveitando todas as suas idiossincrasias que no passado haviam feito de si o motor da expansão marítima europeia e o descobridor por missão de novos caminhos e populações. Nos últimos decénios do século XIX, encontra-se uma continuidade relativamente ao discurso republicano em vários países colonizadores, em que talvez o exemplo maior seja a França. Tal como em Portugal, o Republicanismo defende consensualmente o colonialismo, sendo que a visão, que se acentua ainda mais com a 1.ª Guerra Mundial, é a de que as colónias não só estariam abertas ao modelo republicano como seriam o campo perfeito para a sua aplicação, num projeto de progresso que parecia até partir do nada, construindo uma sociedade nova a partir de um conjunto de populações incivilizadas<sup>52</sup>. O festejo de personalidades ligadas às descobertas e, nesta altura, à penetração no sertão começa a ser algo naturalmente aceite por monárquicos e republicanos. É preciso definir a identidade por oposição ao diferente de *nós*, ao estrangeiro, e mostrar a *nossa* capacidade de civilizar e acompanhar os ventos externos de mudança. O colonizado torna-se, então, no indivíduo a trazer à cidadania mesmo que se encontre ainda “incivilizado”. A grande arma apontada pelos republicanos para a criação deste prolongamento do “Portugal Maior” é a educação que deveria ser o grande pilar da memória e, em simultâneo, do progresso. Defensor da educação também o é relativamente ao papel da imprensa na divulgação da cultura e no progresso das massas populares. Aliás o Republicanismo português apoia-se desde cedo nos meios impressos, seja na imprensa periódica, seja nos folhetos e panfletos ou mesmo nos livros. Há uma forte componente de relação com a opinião pública em todo o processo de conquista de mais espaço social e político por parte dos republicanos, não sendo por isso de estranhar que sejam as zonas urbanas, industrializadas e litorâneas as mais favoráveis ao republicanismo mesmo durante o regime monárquico, com Lisboa e Porto a encabeçar a lista, mas com pequenas cidades na sua esfera também importantes na ação republicana como Vila Nova de Gaia, Almada e Loures, por exemplo.

Não é de estranhar, pois, que articulando uma polifonia de discursos, a República tivesse tocado as elites afro-portuguesas em África, também estas consignadas a um espaço urbano, em que se formava opinião pública e se expressavam anseios em texto impresso e se faziam serões culturais nos quintais e salas da elite local. É entre os crioulos que surge uma alternativa discursiva mais premente, expressa em artigo, ensaio e ficção que lentamente e ao longo do século XX diluirá a sua marca noutros discursos, não podendo, todavia, ser esquecida pela sua novidade e pela resiliência sociocultural que representou. Aliás, o crioulo seria o intermediário perfeito para a educação do “negro”, porque era ele próprio agente da cultura do colonizador em terras tropicais, se bem que modelando essa cultura ao seu meio e às dinâmicas locais. É esta elite colonial afro-portuguesa que vê no Republicanismo a esperança para o seu caminho em terras distantes. É por isso essencial perceber-se como se inicia o processo de mestiçagem não só biológica, mas sobretudo cultural e social no mundo colonizado e entender o seu impacto nos espaços culturais que estudo: Luanda, Benguela e Lisboa. Cidades coloniais e

---

<sup>52</sup> Vide Pascal Blanchard, Nicholas Bancel e Sandrine Lemaire, *La Fracture Coloniale*, Paris, Éditions La Découverte, 2006, p. 41.

capital metropolitana, porque o sistema colonial é comunicante e dinâmico com relações estreitas entre metrópole e colónia, afetando a produção dos autores em estudo, Augusto Bastos e José de Macedo.

### **Mestiçagem em Curso**

A mestiçagem tem uma história longa que se inicia quando povos diferentes por força das circunstâncias se encontram. Aquando da expansão europeia pelo mundo e especificamente no caso português, houve a tendência para fixar pequenos grupos populacionais, constituídos quase exclusivamente por homens, em terras tropicais. Degredados, comerciantes e soldados iam ficando largados em paragens distantes das da sua origem. A própria escravatura contribuiu para este processo, fazendo conviver senhores europeus com escravos africanos, misturando, por vezes, branco e negro. A globalização que se produziu com a escravatura permitiu que se constituíssem os primeiros espaços de mestiçagem, de crioulaização cultural. O surgimento de línguas crioulas, como línguas francas dos portos, demonstra como este processo foi dinâmico e incontrolado pelas autoridades das comunidades em interação. As comunidades crioulaizadas surgem, então, como intermediárias, movendo-se bem no mundo autóctone e no mundo dos que chegam. Utilizam os seus conhecimentos para firmar o seu estatuto e colocam-se entre estes dois mundos como marinheiros, interpretes, guias, comerciantes, etc.. A sua funcionalidade e o facto de se moverem igualmente bem entre os dois mundos, traz-lhes também suspeitas e medo de se tornarem incontroláveis pelo poder estabelecido. Daí ao seu controlo ou mesmo perseguição vai uma distância muito curta e esta realidade foi de tal modo significativa que levou a que os diferentes países coloniais desenhasses legislação com o intuito de regulamentar estas relações de foro privado<sup>53</sup>.

A mestiçagem torna-se um problema e um desafio para as autoridades coloniais. A França chega mesmo a interditar, em 1733, por ordenação real que os mestiços exercessem qualquer cargo de justiça e de polícia, proibindo, ainda, o relacionamento sexual entre brancos e negros. Se nos casos administrativos e através das nomeações foi possível controlar o acesso dos mestiços ao “mundo” do colono, nas relações pessoais era quase impossível controlar o que se passava. Assim, o que se assiste é a uma progressiva e lenta perseguição aos mestiços que vão ocupar cargos públicos de prestígio ou funções tipicamente atribuídas ao colono. Em África, esta perseguição torna-se expressiva no final do século XIX, com a ocupação territorial efetiva por parte dos colonos europeus, adensando-se dramaticamente durante e após a Primeira Guerra Mundial, período de consagração do colonialismo no continente. As teorias raciais e o seu auge no início do século XX reforçaram a visão de que o mestiço poderia ser um perigo, ainda maior se tivesse uma posição que lhe concedesse alguma margem de manobra. Alguns historiadores denominaram esse processo “desafricanização geral dos postos graduados do serviço público” que perpassa os continentes americano e africano<sup>54</sup>. Assim, o discurso mestiço torna-se um discurso de resiliência que acabará por ser substituído pelos discursos da negritude ou do pan-africanismo, com o avançar dos tempos. Mas agora recue-se de novo no tempo, centrando no fenómeno da mestiçagem no continente africano.

---

<sup>53</sup> Vide Françoise Vergès, op. Cit., pp. 50-51.

<sup>54</sup> Vide J.D. Hargreaves, op. cit., pp. 287-288.

Os assentamentos administrativos coloniais em África, sobretudo, com a formação das primeiras cidades, núcleos que substituíam outros mais antigos autóctones e que tinham servido para comerciar com os recém-chegados ou que foram criados de raiz (como é o caso dos arquipélagos), com a modernização progressiva do estado sofreram um processo de criação de um funcionalismo local. Ligado a esse funcionalismo está esta elite mestiça, em que o cargo funcionava como mecanismo de prestígio social e modo de penetrar de alguma forma na elite metropolitana, se bem que de um modo distante. Essa participação na administração colonial local também lhes permitia defender os seus interesses<sup>55</sup>. É de assinalar que, por esses tempos, a população branca era em número reduzido e tinha um impacto limitado na realidade local, no entanto, lembre-se que os mestiços africanos se identificavam com a cultura formal branca, apesar de a revestirem de diversas cores no seu conteúdo<sup>56</sup>. Somente com o declínio da elite mestiça, se assiste a uma tentativa de manutenção destes cargos, agora por razões económicas e que se prendiam diretamente com a subsistência e isso teve essencialmente a ver com a perda de alguns tipos de comércio em que dominavam ou com a introdução de novos tipos de exploração económica. Augusto Bastos é um excelente exemplo deste processo, como adiante veremos, passando de uma atividade comercial tradicional para atividades terciárias ligadas ao direito até à tentativa exaustiva de fixação no funcionalismo colonial. O prestígio e a criação de motes culturais próprios, que os afastavam tanto da população local como os demarcavam mesmo que mais subtilmente da elite metropolitana, levaram, muitas vezes, a que o português, chegado para trabalhar na administração colonial ou tentar a sua vida numa casa comercial como caixeiro, acabasse por se interessar pelos costumes locais, por praticá-los ou até por criticar o modo como se colonizava o país. Esse é o caso de José de Macedo que, não chegando para administração nem com caixeiro, mas como jornalista, tenta perceber os anseios e a cultura local, envolve-se com a elite da terra e critica ferozmente o modelo colonial aplicado. A esta crítica ao colonialismo está subjacente uma postura algo paradoxal que, se é fundada na elite mestiça local, acolhe entre os seus defensores colonos portugueses. Se existe uma vontade de alterar o modelo colonial existente e o reparo é feito dentro do modelo e para sua modificação, a questão fulcral é que depressa essa censura dá azo à defesa da autonomia progressiva e conducente à independência, inaugurando já uma vontade de substituição de modelo<sup>57</sup>. A situação de subalternidade colonial, contudo, inviabiliza que estas posições possam ser tomadas de modo frontal, sobretudo, por aqueles que sendo uma elite local estão num papel de charneira entre o colonizador e o colonizado, como é o caso dos mestiços.

Este discurso alternativo e local será o argumento utilizado, posteriormente, pelo poder colonial para asfixiar a elite mestiça, tendência assumida não só no seio do colonialismo português (estendendo-se ao colonialismo francês, britânico e mesmo ao incipiente colonialismo espanhol em África). Talvez no caso português e dada a existência de uma elite já circulante dentro daquilo que eram as possessões coloniais portuguesas, por exemplo, com comunicação entre as elites brasileira e angolana, o assentamento de alguns intelectuais santomenses em Lisboa, etc., tenha tomado uma proporção ampliada, se comparar-se o que

---

<sup>55</sup> Idem, p. 287.

<sup>56</sup> Vide Jacopo Corrado, "The Fall of a Creole Elite? Angola at the Turn of the 20<sup>th</sup> Century: the decline of the Euro-African Urban community", *Luso-Brazilian Review*, 2010, pp. 101-102.

<sup>57</sup> Vide Francisco Soares, *Notícia da Literatura Angolana*, op. Cit., p. 149.

era a elite metropolitana e a elite crioula dos núcleos colonizados em termos de dimensão. Por se tratar de uma elite que se forjava ao longo dos séculos, a verdade é que a sua perseguição foi mais imprevista que noutros casos, ou seja, o próprio mestiço foi-se escudando nos movimentos políticos e sociais modernizantes da sociedade portuguesa, por exemplo, aderindo ao republicanismo, nunca pensando que a transição para a ocupação efetiva do território poderia resultar naquilo que veio a suceder: uma tentativa de substituição drástica da elite mestiça local por colonos chegados de Portugal. Numa derradeira tentativa de manterem o seu estatuto, acompanhada de um processo de adaptação discursiva que, paulatinamente, parecia tornar-se mais e mais flutuante, se por um lado criticam o colonialismo, por outro lado, afirmam mais fortemente a defesa da portugalidade e do colonialismo português, almejando que este traga a descentralização, conducente a uma maior autonomia. O caso angolano é um excelente exemplo da evolução das sociedades crioulas e como esta mudança veio a afetar os destinos do colonialismo português.

### O Caso Angolano

Angola coloca-se no centro das atenções portuguesas e internacionais com a questão abolicionista. Logo em 1842, o Duque de Palmela assina um contrato, em Londres, que classifica o tráfico negreiro como infame<sup>58</sup>. O Marquês de Sá da Bandeira escreve o seu livro, *O Tráfico da escravatura e o Bill de Lord Palmerston*, publicado pela primeira vez em 1840, denunciando todo o processo relativo à abolição da escravatura. Na verdade é Sá da Bandeira o grande responsável político pelo controlo do tráfico negreiro em Angola que trará tantas adaptações na então colónia. Homem de visão questiona até que ponto o abolicionismo britânico é apenas ou sobretudo uma questão humanitária. Um controlo apenas marítimo seria uma fiscalização incompleta, por um lado, os usos que se faziam dessa mão-de-obra “apreendida” asseguram uma fonte de trabalho barato garantida, acrescentando ainda o facto de ser do conhecimento das potências coloniais o desvio do tráfico para a África Oriental e corno de África, bem como, para zonas da África Ocidental sob domínio britânico. Isto quer significar que o tráfico se mantinha e apenas tornara mais dispendiosa adquirir a “peça”, isto é, o escravo. Toda a ação britânica parecia ser dirigida contra Portugal e à sua colónia Angola, nas palavras de Sá da Bandeira e relativamente à repressão do tráfico, *a adopção pelo parlamento britânico de um Bill que autoriza certos navios britânicos a capturar, em todos os mares, as embarcações, que, com bandeira portuguesa, se empreguem ou sejam suspeitas de empregarem no Tráfico da Escravatura, e para que as pessoas e propriedade portuguesas nelas achadas, fiquem sujeitas à jurisdição dos tribunais britânicos dos direitos de soberania de uma nação independente da Coroa britânica, tem excitado o interesse da Europa, e, com muita razão, o de Portugal*<sup>59</sup>. Assim, a Grã-Bretanha arroga-se o direito, sem qualquer mandato internacional, de fiscalizar e confiscar tudo o que lhe pareça indicar que existe uma intenção ou o tráfico real de escravos.

---

<sup>58</sup> Vide Carlos Consiglierei, “Prefácio”, Marquês de Sá da Bandeira, *O Tráfico da escravatura e o Bill de Lord Palmerston*, Lisboa, Ulmeiro, 1997, pp. 5-14, p. 13.

<sup>59</sup> Marquês Sá da Bandeira, *O Tráfico da escravatura e o Bill de Lord Palmerston*, Lisboa, Ulmeiro, 1997, p. 17.

A conhecida *Pax Britânica* foi complementada por uma *Pax Negreira*<sup>60</sup> que alastrava a ordem que interessava a Grã-Bretanha a todas as paragens. Lembre-se que, nesta altura, os britânicos ainda não têm grandes estabelecimentos territoriais no hinterland africano, preferindo uma gestão indireta de pequenos portos comerciais, querendo isto dizer que o seu abolicionismo não só interessava às colónias que mantinham noutras partes do mundo, como preparava a ocupação efetiva do continente africano. O autor prossegue, tocando na ferida e declarando: *A abolição total do Tráfico da Escravatura necessita para ser eficaz, que para ela concorram todas as potências marítimas e todas aquelas em que existe a escravidão*<sup>61</sup>. A abolição do tráfico negreiro nunca poderia centrar-se apenas no transporte intercontinental dos escravos, pois apesar de esta ser a parte mais rentável do tráfico, a verdade é que enquanto houvesse demanda e quem pagasse, até mais caro, o transporte seria feito. Prossegue, assim, *enquanto houver povos em que se comprem escravos, há de haver quem os vá buscar a África para os vender (...). Todas as marinhas de guerra do mundo reunidas não bastariam para bloquear milhares de léguas da Costa de África, e milhares de léguas da costa da América, aonde hoje se embarcam e desembarcam escravos*<sup>62</sup>. Duvidando do aspeto apenas humanitário do processo abolicionista inglês, denuncia: *Foi no ano de 1838 que efetivamente teve lugar a completa emancipação dos negros nas colónias britânicas, isto é, 65 anos depois que um rei de Portugal a decretara para as suas colónias da Madeira e Açores; onde há muitos anos, não existem escravos*<sup>63</sup>. O testemunho deixado pelo Marquês Sá da Bandeira reflete, desde já, a complexidade do processo abolicionista e dos discursos produzidos em seu torno e o princípio daquilo que foi, mais tarde, considerada a humilhação portuguesa, culminante com o Ultimatum britânico de 1890, que viria a influenciar decisivamente toda a produção textual em torno das colónias. Igualmente, se esforça por denunciar os interesses económicos subjacentes a todo o processo e condicionaria não só a ação como a prática discursiva dos intervenientes.

O que defendia, pois, o Marquês Sá da Bandeira era a extinção do tráfico nos países onde esta existisse, onde quer que fosse. Num tom coloquial e dialogando com o leitor, num claro esforço de proporcionar uma leitura compreensível e de esclarecer e mobilizar a opinião pública, declara: *pretende-se que tanto os exportadores da África, como os importadores da América, e aqueles que se empregam em fazer o transporte de escravos, sacrifiquem à justiça, à humanidade, e à moral, aquilo que eles todos consideram como os seus mais importantes interesses. – Mas quantas vezes nos países ainda mais policiados não são esquecidas estas virtudes em presença do lucro material?*<sup>64</sup>. Sá da Bandeira escrevia para ser lido e para conseguir apoio para a sua causa, aproximando-se do leitor, o que a massificação do texto escrito tinha permitido a partir de meados do século XIX, usando a retórica no estilo, dando o mote para uma discussão que durante muitos anos animaria as lides coloniais. Findo o regime escravagista viria o regime do serviço, não menos problemático e alvo de discussão internacional. Seguindo o método pedagógico expõe o caudal histórico dos acontecimentos, os

---

<sup>60</sup> Conceito que utilizei na comunicação *Pax Negreira: abolicionismo e tráfico escravagista no palco atlântico nos meados do século XIX*, apresentada em Novembro de 2012 nas Jornadas do Mar, organizadas pela Marinha de Guerra Portuguesa, em que se exploram os discursos em redor do abolicionismo e do escravagismo e como o Atlântico se tornou palco desta luta.

<sup>61</sup> Idem, p. 19.

<sup>62</sup> Idem, p. 21.

<sup>63</sup> Idem, p. 20.

<sup>64</sup> Idem, pp. 22-23.

avanços, os recuos, os acordos diretos com a Grã-Bretanha, evocando uma técnica de inspiração positivista que visa não só esclarecer quem lê, como fundamentar com conhecimento profundo do tema o que está em discussão. Sá da Bandeira defendia a par da intervenção marítima, uma intervenção continental tanto no mercado expedicionário como no mercado recetor, sobretudo, para a prevenção de revoltas, processo de discussão que fora interrompido.

Denuncia, ainda, que apesar de pavilhões de várias nações se aplicarem no tráfico como o espanhol, americano, motevideano (uruguaio), brasileiro, russo, austríaco e toscano (no caso do Egipto e da Turquia), os navios fustigados eram os de bandeira portuguesa, mesmo que no parlamento inglês tivesse sido reconhecida esta diversidade de nações a contribuir para o tráfico. Portugal como pavilhão dos navios e Angola como território de fornecimento de mão-de-obra escrava eram o grande objetivo do controlo do tráfico. Seguindo a prosa de Sá da Bandeira percebe-se que a *Pax Negreira*, sobretudo, no Atlântico é altamente vantajosa para os cruzadores ingleses que assim podiam perseguir e capturar navios em trânsito que parecem incapazes de controlar o tráfico nas suas próprias áreas de atuação: *a Grã-Bretanha possui na África e na proximidade dos lugares onde se embarcam os escravos, numerosas colónias, tais como as do Rio Gambia, ilhas dos Ídolos, das Bananas, Serra Leoa, Cabo Corso, Acará, Ilha de Fernando Pó* [ainda sob domínio inglês e que vem a tornar-se espanhola], *etc., etc., e na América os escravos para o Porto Rico, Cuba e Texas*<sup>65</sup>. Continua, mencionando a complexidade de agentes envolvidos no tráfico negreiro: *uns fornecendo os capitais necessários, outros os meios; outros armando-os; outros aprontando bandeiras e papéis falsos; outros dando as fazendas, outros finalmente prestando serviço pessoal, quer como capitães, quer como marinheiros*<sup>66</sup>. Citando um autor inglês, Fowley Bruxton, num livro sobre o tráfico de escravatura, e escrito segundo uma declaração de benevolência e solidariedade para com os africanos escravizados, calcula em 250 000 libras as fazendas que em Manchester se manufacturaram com destino ao tráfico negreiro, o que correspondia à tese do Marquês de Sá da Bandeira de fortes interesses económicos intrínsecos à luta antiescravagista, apenas direcionada para um ponto, e o envolvimento de várias nações em todo o processo. Para o autor não havia dúvidas, as acusações de Lord Palmerston e o seu *Bill* estariam apenas a servir um fim utilitário mais que humanitário: *Por este modo os proprietários das colónias britânicas, depois de haverem recebido grandes indemnizações, para que os seus escravos ficassem livres, virão a adquirir negros, que, durante um certo número de anos, com o nome de libertados lhes farão os trabalhos, que antes lhes faziam os seus escravos, com grande vantagem de os obterem gratuitamente; ao passo que os cultivadores do Brasil e de Cuba os hão-de comprar por altos preços*<sup>67</sup>. Dirige-se de novo a quem lê: *O leitor terá achado neste escrito um bosquejo da história da abolição do Tráfico da Escravatura (...). E terá podido precisar os motivos pelos quais considero ineficaz o sistema hoje seguido para se efectuar a supressão do tráfico (...)*<sup>68</sup>.

O que Sá da Bandeira denuncia é a imposição de regras de uma potência europeia relativamente a um país mais fraco que servem sobretudo a si própria. Parte da experiência da intelectualidade portuguesa face à questão colonial começa a ficar marcada nesta época.

---

<sup>65</sup> Idem, p. 78.

<sup>66</sup> Idem, p.79-80.

<sup>67</sup> Idem, p. 95.

<sup>68</sup> Idem, p. 117.

Angola, sendo palco de toda esta oposição entre senhores e libertadores de escravos, sofre as consequências de medidas que à sua elite maioritariamente parecerão exógenas. É com dificuldade que o trato escravagista é controlado e Angola notabilizava-se da pior forma, como terra de negreiros e sertões de sofrimento. A internacionalização da questão escravagista e os interesses em jogo colocavam os olhos naquela longa extensão da costa africana em detrimento de outras partes do continente. O processo de transição forçada atingira o coração da colónia e o Marquês de Sá da Bandeira dava o mote, mas defendendo o fim total da escravatura. Do livro de Sá da Bandeira fica a história do processo abolicionista na sua prática política numa perspetiva anglo-portuguesa e a forma que dá ao texto, visando a receção da mensagem pelo leitor e o agitar das consciências, estratégia que vai ser retomada vezes sem conta numa tentativa de mobilização para a questão colonial. Contudo, é de referir que Sá da Bandeira competia com os relatos dos exploradores que vinham e estariam para vir de África, com a ficção em torno da questão colonial que faz com que Júlio Verne, autor de aventuras muito lido pelos seus contemporâneos, num livro de 1878, intitulado *Um herói de quinze anos*, ainda se refira a Angola como terra de tráfico e de negreiros, vinte e oito anos depois de Sá da Bandeira ter escrito este seu testemunho<sup>69</sup>.

No entanto, em Angola não existiam só histórias de tráfico negreiro, existiam outras dinâmicas, menos fáceis de apreender por quem apenas conhecia o país de relatos longínquos. Assim, dois núcleos urbanos privilegiados constituem o meu conjunto espacial para Angola, por se tratar de urbes marcantes na ocupação efetiva do país, portanto, determinantes no que respeita ao desenvolvimento do modelo colonial não só em terras angolanas como exemplar no contexto do colonialismo português (lembre-se como Angola era considerada no período em estudo a joia colonial portuguesa) e porque são, igualmente, as terras de desenvolvimento da atividade intelectual dos autores em estudo (Lisboa aparece como a referência metropolitana). Em 1860, no dealbar das competições europeias em torno de África, a presença portuguesa em Angola centrava-se em redor de Luanda, ao longo do lado norte do Rio Cuanza e, a sul, em Benguela, despontando um novo povoado, Moçâmedes. Lentamente, nesses núcleos urbanos, por falta de colonos, pela chegada de colonos duvidosos, como os degredados (uns por delito comum, outros por ameaça política) que inúmeras vezes após a pena abandonavam o país, criou-se uma cultura local resiliente e com capacidade de afirmação, fruto de empréstimos entre as culturas locais e a cultura formalmente dominante, a colonial. Apesar de, com a ocupação progressiva do terreno e a extensão da colonização para sul, com contribuições não só de colonos brancos portugueses<sup>70</sup>, como de populações bóeres em retirada da África do Sul, se denotar que a tendência para a colonização no século XX é diferente. Todavia os núcleos urbanos antigos mostravam uma dinâmica própria e algo afastada desta colonização gizada a partir de mapas de ocupação, conferências internacionais distantes e gabinetes ministeriais desconhedores da realidade local. Assim, verifica-se que, enquanto nas cidades como Luanda e Benguela se afirmava cada vez mais uma dinâmica crioula, com um discurso público mais proeminente, nas novas zonas de colonização, cedia-se

---

<sup>69</sup> Júlio Verne [tradução Pedro Guilherme dos Santos Dinis], *Um herói de quinze anos*, Barcelona, RBA Editores, 2002 [1878].

<sup>70</sup> Alguns destes enviados nos programas de colonização decididos no parlamento português.



aos pressupostos de uma colonização moderna, portanto, ostensivamente branca e propalando a distância racial<sup>71</sup>.

Todo o mundo colonial se agitava em mudança e a alteração das expectativas económicas relativas a África tiveram influência direta na burguesia e pequena burguesia das cidades que teve de se adaptar às novas tendências. Inicia-se, pois, um sistema de plantações e uma troca comercial de produtos sistemática (sejam estes de exploração, como por exemplo a borracha, ou de plantio, como é o caso do café), com um sistema de transportes montado, em que o vapor assegurava ligações a diferentes partes do globo com alguma periodicidade. No caso angolano, as comunicações poderão mesmo ter sido decisivas, dando-lhe uma vantagem em relação às outras colónias portuguesas. Para além do tráfico negreiro que a tornou internacionalmente famosa, também é verdade que Angola foi das primeiras colónias a beneficiar com a ligação por vapor, registando um elevado número de escalas, portanto, de passagens internacionais pelos seus portos e não funcionando apenas como destino. Antes da abertura do canal do Suez foi mesmo paragem estratégica, aproximando-se por isso dos mercados mundiais importantes na altura. Essa sua posição estratégica que funcionava positivamente, trouxe também e, mais uma vez com a importância dos vapores, a desarticulação do tráfico escravagista porque aproximava Angola das potências europeias em tempo e espaço e que teve consequências efetivas na organização económica da colónia. Este dinamismo, ligado à sua exposição face ao exterior, fez acreditar em planos de desenvolvimento consequentes para a colónia, mas que acabaram por ser abortados ou limitados pela crise de 1890 que, por endividamento e o colapso da casa financeira que suportava a dívida pública portuguesa, levou ao abandono do padrão ouro, vigente na época e trouxe uma inflação incontrolada que teve fortes repercussões também nas colónias. Esta situação débil leva a uma ocupação lenta do território, definido internacionalmente e por acordo como português, e desilude as elites crioulas locais, crentes numa mudança que viria com a modernização da colonização. É num contexto de crise que se estende para além do século XX, mas que suavizará no início deste com alguma retoma económica em 1902, que a elite crioula se mobiliza politicamente e parte desta se junta ao movimento republicano. O que acontecia era que a economia tradicional da colónia tinha sido desarticulada, bem como, as linhas de penetração no sertão tinham sido afetadas e o difundido desenvolvimento colonial, em nome do qual teria sido tomada esta opção, parecia não chegar.

A imposição de administração colonial mais regular também produziu os seus conflitos, pois em muitos casos significava o decréscimo da importância da elite afro-portuguesa e o seu controlo. Metropolitanos pobres e, muitas vezes, com menos qualificação que os crioulos locais eram colocados nos serviços que até então eram parte da estratégia de prestígio da elite de filhos da terra. Na verdade, a posição de ambivalência da comunidade crioula, independentemente de ser mais clara ou mais escura, limitava a sua capacidade de ação e expunha-la perante os avanços do poder metropolitano. Como combater um poder de que se é consequência? Sem colonialismo não haveria criouldade e de facto, amiúde, o crioulo da

---

<sup>71</sup> Alan K. Smith, Gervase Clarence Smith, Herbert Deschamps, "Portuguese colonies and Madagascar", Roland Oliver e G. N. Sanderson [Editor], *The Cambridge History of Africa, 1870-1905*, Vol. 6, 1985, pp. 493-538, p. 495.

elite local identificava-se mais com o estatuto e cultura do português metropolitano do que com as populações autóctones. As divergências no seio da comunidade crioula, muitas vezes com interesses económicos imediatos diferentes, e as polifonias que se criaram intrinsicamente ao próprio discurso crioulo fragilizaram a resistência que poderiam fazer ao poder colonial. A uma resistência inicial, segue-se uma resiliência que pode até parecer colaboracionismo, mas que não é mais que a busca de estratégias de sobrevivência de um grupo sociocultural, através da manutenção de algumas atividades tradicionais, uma das quais a escrita. Outro aspeto significativo é que a entrada de uma administração colonial mais pronunciada não produziu os efeitos desejados pela elite local que seria mais investimento na economia local. Vetado no parlamento português o investimento estrangeiro direto nas atividades económicas produtivas das colónias, parecia estar-se perante um quadro de estagnação. Entretanto, esse investimento externo seria aprovado para a criação de infraestruturas como o caminho-de-ferro ou o telégrafo, num processo que se viria a revelar lento para as ambições locais. Contudo, Angola atrairia estrangeiros, senão para investir, pelo menos para exercer a sua influência. Desde a liberdade religiosa para os territórios coloniais, Angola via crescer exponencialmente a presença das missões, sobretudo, das protestantes, o que gerava algum desconforto nas instituições coloniais, pois eram antes de mais instituições fora do controlo direto da administração colonial.

Esta falta de investimento direto nas atividades económicas que poderia gerar algum retorno para as populações e elites locais, aprofundou uma tendência antiga da colónia que se baseava, ainda, na exportação de mão-de-obra, agora sob a forma de trabalho servil. O arquipélago de São Tomé e Príncipe era na altura um território em permanente demanda por mais trabalho a baixo custo para as roças do cacau e do café, numa época em que ocupava um dos lugares cimeiros na exportação destas matérias-primas, consideradas de elevada qualidade pelo mercado exterior. Aliás, esta tendência não é apenas exclusiva de Angola, encontramos-la igualmente em Moçambique com a alocação de trabalho servil nas minas das, então, colónias inglesas. Contudo, algo diferenciava ambos casos, em Angola o retorno do trabalhador quase nunca se verificava, assim como, o pagamento da verba que acompanharia o regresso era feito. Mais uma vez, o que se fazia era despovoar o país e beneficiar o circuito colonial mas não a colónia em si. A política colonial portuguesa ainda parecia pautada pelo idealismo. Se se proibia o tráfico negreiro e abolia a pena de morte, por um lado, não havia um sério e conseqüente investimento na modificação das estruturas administrativas e na produção local, por outro lado. As leis laborais impunham a obrigação moral do trabalho, o que facilitava a exportação de mão-de-obra ou o seu emprego na construção das infraestruturas. O trabalho obrigatório seguia-se ao trabalho escravo, sob um mesmo princípio: construir uma sociedade em processo de modernização<sup>72</sup>. Os orçamentos coloniais eram manipulados na metrópole e as transferências de verbas de uma colónia para a outra uma prática comum a que José de Macedo dedica uma parte substancial da sua obra *Autonomia de Angola*<sup>73</sup>. O crédito e a moeda colonial era controlada pelo Banco Nacional Ultramarino, sediado em Lisboa e mais propenso a ceder às pressões governamentais do que aos interesses de desenvolvimento das colónias.

---

<sup>72</sup> Vide Andrew Roberts, op. Cit., pp. 498-500.

<sup>73</sup> José de Macedo, *Autonomia de Angola, Estudo de Administração Colonial*, Lisboa, Editor o Autor, Typographia Leiria, 1910.

O desconhecimento face à situação angolana, ou de qualquer outra colónia, era recorrente, gerando, amiúde, conflitos evitáveis. Durante o período escravagista e em que a colonização se tinha circunscrito a pontos litorâneos, como Luanda e Benguela, a elite afro-portuguesa tinha ganho algum protagonismo pela ausência de colonos e também por desempenharem o papel de intermediários entre poderes que não se opunham, antes se complementavam, mantendo alguns interesses comuns e escaramuças pontuais que tinham, sobretudo, a ver com o domínio territorial. Com a introdução de uma perspectiva em que a ocupação territorial efetiva deve prevalecer, este equilíbrio sofreu profundas alterações. A decadência e extinção do tráfico escravagista foram apenas um desses sinais, apesar de a alguns ter parecido a maior indicação de que algo iria mudar. Essa elite crioula incluía pessoas com as mais diversas funções dentro do sistema colonial ainda incipiente e muito circunscrito espacialmente. Governadores provinciais ou funcionários destes governos, funcionários ou eleitos camarários, magistrados, padres, copistas, agentes de impostos, comandantes militares, proprietários rurais e urbanos, professores, comerciantes, etc., encontram-se entre as profissões de alguns dos crioulos que se destacaram ao longo da vigência do poder colonial. Com ligações fortes com o Brasil, esta burguesia autóctone, letrada e com profissões de prestígio, mantinha um certo distanciamento face à metrópole, apesar de esta continuar a ser a sua cultura de referência. Os colonos metropolitanos que vinham engrossar as fileiras do sistema colonial poderiam até ter funcionado como uma elite complementar, mas em muitos casos e, devido ao afastamento deliberado de autóctones para benefício direto de metropolitanos, provocou sérios conflitos. Claro que existem casos em que tal não aconteceu; por exemplo, José de Macedo, apesar de metropolitano, faz sucessivas alianças com a pequena e média burguesia local e será uma das vozes a favor da autonomia do país.

O que é importante por agora reter é o facto dos crioulos, fossem mais ou menos brancos, já com laços menos fortes a Portugal que não fossem os culturais e familiares distantes, terem ganho uma consciência identitária e com isso gizaram a sua auto-designação, considerando e afirmando enquanto “angolenses” ou “filhos da terra”, isto é, os que partilhavam uma cultura similar com o colono mas que, em simultâneo, tinham raízes locais e por isso estavam em posição de alteridade face ao metropolitano. Eram aqueles que representavam os anseios locais, porque permanentemente ali estavam, aqueles que melhor poderiam e sabiam representar o país na ordem colonial estabelecida. O acesso a profissões de prestígio, a posse de terra, a educação, as ligações privilegiadas a dois mundos, o europeu e o africano, o desempenho de funções económicas muito importantes na colónia como o comércio, permitiam-lhes afirmar-se enquanto elite. Era a posição social alcançada que determinava o seu papel social e não a herança biológica. Assim encontram-se expressões cromáticas diferentes dentro da crioullidade que mais do que um grupo biossocial era um grupo sociocultural, apoiado no acesso à educação, à administração colonial e a algum poder económico. Deste modo, muitos mestiços, devido ao seu afastamento do sistema colonial, podiam ser vistos como meros assimilados.

## 1.1. No trilho de Augusto Bastos e de José de Macedo

*Além do modestíssimo e obscuro trabalho sobre Ethnographia do districto de Benguella que tive a honra e felicidade de offerecer a Ex.<sup>cia</sup> por ocasião da luzida passagem de Sua alteza o Príncipe Real e de V. Ex.<sup>cia</sup> pela cidade de Benguella, em 6 de Setembro, passagem que deixou em nós todos, naturaes de Angola, que a ella assistimos, a mais preduravel e grata recordação, tenho entre mãos outros trabalhos sobre Angola, que desejo fazer publicação para utilidade geral.*

Carta de Augusto Bastos para José de Macedo, “Catumbella, 10 de Janeiro de 1908”

Através desta carta fiquei a saber que Augusto Bastos e José de Macedo se cruzaram pessoalmente, pelo menos, em Setembro de 1907, aquando da visita do Príncipe D. Filipe a Benguela. José de Macedo, enquanto jornalista e ativista social e político, teria naturalmente acompanhado esta visita<sup>74</sup>. Mas o que esta correspondência revela de mais interessante é a profundidade deste relacionamento e, sobretudo, a sua relação direta com a obra de Augusto Bastos. Infelizmente, tenho apenas seis cartas escritas por Augusto Bastos para José de Macedo e que identifiquei tardiamente durante a pesquisa concernente à tese, visto terem sido arquivadas no arquivo pessoal de José de Macedo que esteve encerrado durante muitas décadas, aberto apenas durante o decorrer deste trabalho<sup>75</sup>. Quer isto dizer que apesar de ser uma forte hipótese que tracei desde o início, apenas consegui através destas cartas entender minimamente a relação entre os autores. Percebi também que não acedi ao conjunto completo da correspondência de Bastos para Macedo e não acedi a nenhuma resposta de Macedo para Bastos. Entre as cartas datadas de 10 de Janeiro de 1908 e de 23 de Junho de 1909, ambas escritas a partir da Catumbela por Augusto Bastos, é perceptível terem existido muitas outras, pois na primeira Bastos fala da sua *Ethnographia do Districto de Benguella* e na segunda refere: *Pelo paquete passado, aqui chegado a 5 do corrente, recebi 50 exemplares da separata da minha Ethnographia de Benguella, mandada pela Sociedade de geografia. Agradeço do coração os esforços que V. Exa. empregou para esse fim, e fiquei satisfeitíssimo*<sup>76</sup>. É, igualmente, óbvio que Macedo teria envidado esforços para esta publicação, que adiante analisarei, fosse uma realidade. Contudo, esta correspondência permite-me aceder não só ao encontro dos autores, mas também às suas ambições e propósitos, algo que ainda não tinha sido estudado. Portanto, mais do que uma informação sobre um relacionamento humano, pode-se detetar um jogo de sensibilidades e vontades, complementado pela existência de correspondência entre José de Macedo e outros intelectuais que analisarei também e que, por vezes, se referem também a Augusto Bastos. Este facto fez-me presumir que existia uma rede de contactos entre José de Macedo e os intelectuais angolenses ou colonos que se

---

<sup>74</sup> Contudo, uma carta que analisarei adiante, enviada por António Freitas para José de Macedo, datada de 1906, faz-nos prever que antes da data aqui apontada os dois já teriam conhecimento um do outro, mesmo que fosse apenas através de correspondência.

<sup>75</sup> O espólio pessoal de José de Macedo foi identificado por mim durante a pesquisa para tese e através do contacto com a família do autor. Este manteve-se encerrado durante décadas, não tendo sido organizado ou estudado desde a morte do autor em 1948. Assim sendo, os manuscritos encontravam-se desgarrados, bem como toda a correspondência misturada, o que levou muitos meses a ordenar e constituiu um trabalho exaustivo que acabou por ser feito no âmbito desta tese.

<sup>76</sup> Carta de Augusto Bastos para José de Macedo, Catumbela, 23 de Junho de 1909, espólio pessoal de José de Macedo.

posicionavam um pouco fora do que eram as correntes gerais do pensamento colonial dominante. Tanto Macedo como Bastos faziam parte dessa rede que discutia ferverosamente o futuro de Angola, a questão dos serviços, os problemas graves da saúde, educação e salubridade e tantos outros.

Analise-se agora estas seis cartas individualmente e comece-se pela primeira a que acedi, datada de 10 de Janeiro de 1908, já com José de Macedo regressado a Lisboa. Augusto Bastos reconhece a José de Macedo uma opinião *auctorizada e preclara* e refere-se ao trabalho que lhe ofereceu sobre Benguela, questionando-o se seria possível ou não a sua publicação na Imprensa Nacional, denotando-se aqui dois aspetos: o primeiro relacionado com o prestígio que José de Macedo detinha entre os intelectuais angolano; o segundo a vontade do autor, Augusto Bastos, publicar com uma editora que lhe permitisse o reconhecimento do público (colonial e metropolitano) e da comunidade africanista que buscava<sup>77</sup>. Bastos refere-se ainda a si mesmo como natural de Angola, não usando o termo em voga “angolense”, mas identificando-se a si e ao seu grupo como nascidos em Angola, logo diferenciando-os dos outros portugueses, mas em simultâneo e de um modo quase paradoxal, mostrando o quanto a presença de altos dignatários portugueses eram motivo de regozijo local: *por ocasião da luzida passagem de Sua alteza o Príncipe Real e de V. Ex.<sup>cia</sup> pela cidade de Benguella, em 6 de Setembro, passagem que deixou em nós todos, naturaes de Angola, que a ella assistimos, a mais preduravel e grata recordação*. Macedo teria boas relações com estes naturais de Angola, que mesmo com a noção de alteridade se consideravam integrados na esfera de influência portuguesa e a ela apelavam, pois nesta carta segue-se o apelo de Bastos para que Macedo interceda em seu favor junto do então Governador-Geral de Angola, Henrique Paiva Couceiro. Pretendia Bastos ser nomeado para um cargo como a administração de concelho, o lugar de aspirante da alfândega de Benguela ou o secretário da comarca municipal de Benguela, visto estar a desempenhar o lugar de escrivão da Administração do Concelho da Catumbela e os seus proventos serem, segundo diz, insuficientes para o sustento da família. Daqui se depreende que Macedo era bem relacionado tanto em Angola como em Portugal e que Bastos nele depositava esperança para aceder a um melhor cargo dentro da sua área de residência (lembre-se que Catumbela e Benguela são concelhos vizinhos). Por último, coloca outra questão, muito importante a meu ver, porque enuncia a preparação de uma obra sobre a “língua bunda” que serviria para colocar Augusto Bastos ao serviço da Escola Colonial, tentativa que teria feito antes sem resultados e que atribuíra ao facto de não ser conhecido em Lisboa. Publicar pela Imprensa Nacional, com o apoio de José de Macedo poderia representar uma reviravolta na vida de Bastos, pois poderia indiciar a capacidade de aceder a um lugar em Lisboa, para onde desejava voltar por motivos de saúde, segundo refere<sup>78</sup>.

---

<sup>77</sup> Não sei mesmo se o trabalho oferecido, a que me refiro, merecerá a V. Ex.<sup>cia</sup> que seja mandado publicar na Imprensa Nacional, para conhecimento do publico; se tal fosse, eu sentir-me-hia muito honrado e feliz, e cobraria novo alento para trabalhar para a utilidade pública. Angola, com os seus sertões desconhecidos ainda e riquíssimos, oferece um vasto campo de estudo, e sobre ella incidirão os meus trabalhos actuaes e futuros. Profundamente agradecia, pois, a opinião de V. Ex.<sup>cia</sup> sobre este ponto., Carta de Augusto Bastos para José de Macedo, Catumbella, 10 de Janeiro de 1908.

<sup>78</sup> Em 1906, quando se creou a Escola Colonial em Lisboa, pretendi a nomeação para a cadeira de língua Bunda; não o consegui, porém, por não ser conhecido em Lisboa. tenciono apresentar documentos para concorrer este anno a esse logar, se for possível obtel-o, porque prefiro viver em Lisboa a viver em África

A segunda carta, datada de 23 de Junho de 1909, cerca de ano e meio depois, refere-se já à edição da obra *Ethnographia do Districto de Benguella* como publicada e já com o envio de exemplares para o autor. Solicita Bastos que Macedo consiga que lhe sejam enviados mais exemplares da obra para que os possa vender em Luanda, Benguela e outras partes da província, já que os 50 exemplares remetidos ficariam todos comprometidos na Catumbela. Caso não fosse possível esse envio, pedia autorização para publicar a obra em Angola, em edição de autor<sup>79</sup>. Parece-me que a par do reconhecimento que pretendia na metrópole, haveria de facto uma necessidade económica e a possibilidade de vender os livros na Catumbela e nas outras cidades importantes onde tinha boas relações, como Benguela ou Luanda, para além de torna-lo conhecido poderia ajudar em termos financeiros, pois na realidade Augusto Bastos escreveu não só para ser lido como para ser pago, por exemplo, quando publicou em folhetim. Nesta mesma carta menciona o livro *Methodo Bundo*, no qual já estava a trabalhar e que poderia ser determinante para a sua colocação na Escola Colonial, sabendo-se que fazia esses envios para José de Macedo que deveria interceder para sua publicação<sup>80</sup>. Aliás, o tema do pagamento é mesmo aflorado, tendo sido portador da novidade um amigo comum que, igualmente, manteve correspondência com Macedo durante alguns anos, querendo isto dizer que mais do que uma intenção, seria um assunto para ser concretizado<sup>81</sup>. Na verdade, não localizei no espólio de José de Macedo este manuscrito, o que me leva a crer que este tenha de facto sido entregue para publicação, apesar de não ter encontrado o seu registo de publicação nem através da Sociedade de Geografia de Lisboa, nem através da Escola Colonial. A publicação desta obra que Augusto Bastos vem anunciando desde a edição de *Ethnographia do Districto de Benguella*, constituiria o passo para a sua eventual integração no quadro da Escola Colonial, assunto que retoma ao longo de toda a correspondência com José de Macedo, sob diversas formas, incluindo as questões ligadas ao reconhecimento das suas habilitações. Nesta carta, introduz mesmo essa questão como um tema, o que nos faz querer que era seu firme desejo ter vindo para Lisboa. Refere, ainda outras publicações como *Riqueza de Angola* e *Monographia da Catumbella*. Quanto à primeira obra não localizei qualquer manuscrito ou livro impresso com este nome e atribuído ao autor, mas as repetidas referências ao mesmo provam que trabalhava neste. A segunda, que analisarei adiante, foi de facto publicada sob a égide da Sociedade de Geografia de Lisboa em

---

*por motivo de ter um passamento chronico há sete anos, ao qual é muito prejudicial a permanência em África, e para cuja cura os médicos me aconselham a vida europeia. Idem.*

<sup>79</sup> (...) tive, porém, pena de que não tivessem mandado todos os 100 exemplares da separata que tiraram, porque os 50 que mandaram apenas me chagaram para vender na Catumbela, quando era meu desejo tornar a *Ethnographia* também conhecida em Loanda, Benguella e outras partes da Província. Se a Sociedade de Geographia precisa dos 50 exemplares que ficaram, para algum fim, agradecia que a Sociedade, como proprietária actual da obra, me desse auctorisação para eu, de minha conta, tirar uma segunda edição, em Loanda ou Lisboa, afim de vulgarisar a obra. Carta de Augusto Bastos para José de Macedo, Catumbella, 23 de Junho de 1909, espólio pessoal de José de Macedo.

<sup>80</sup> *Methodo Bundo*: Estou continuando a trabalhar nelle e deve estar concluído em Setembro, d'aqui a três mezes. Tencionava mandar por este paquete a continuação, mas por motivos de doença e outros trabalhos, fica transferida a remessa para Julho. Só poderá ficar concluído em Setembro, porque ainda tenho muito que escrever no methodo para ficar o mais completo possível e ter alguma utilidade no ensino. Idem.

<sup>81</sup> Como V. Ex.<sup>cia</sup> havia mandado dizer ao nosso amigo Freitas que o pagamento do methodo já estava auctorisado pelo governo e orçamentado, desejava saber em quanto o orçaram e em que condições era feito o pagamento. Desejo saber isto, porque não consigo aqui sahir do logar de escrívão da Catumbella, e quero ir para Lisboa concorrer à cadeira de língua bunda, este anno ainda, se poder ser. Idem.

1912. Bastos vinha tentando publicar esse título, referindo isso mesmo e que contactara o ainda Governador-Geral Paiva Couceiro nesse sentido e não tendo obtido ainda resposta, queria saber se seria possível proceder à publicação da obra em Lisboa, o que vem a acontecer apenas três anos mais tarde<sup>82</sup>.

Contudo, nesta carta introduz-se outro assunto, que será tema de troca de correspondência de Macedo com António Freitas, que Augusto Bastos refere nesta carta como tendo sido o mensageiro sobre o pagamento do *Methodo Bundo*. Trata-se do Grémio Africano, uma agremiação reunindo indivíduos de Luanda, Benguela e Catumbela que estava à espera de aprovação dos seus estatutos há quatro meses. António Freitas também refere este assunto a Macedo, parecendo entrever-se uma ligação direta entre este grémio e a loja maçónica fundada na Catumbela. Este assunto desaparecerá da correspondência a que acedemos, o que não quer dizer que deixasse de ser um assunto importante entre ambos, no entanto, também é verdade que existiriam algumas dissensões no seio da Maçonaria da Catumbela que eventualmente está ligada ao Grémio Africano de que falei, mas essa pesquisa teria de ser confirmada com outras fontes, nomeadamente, os arquivos da Maçonaria.

Na carta seguinte, datada de 10 de Julho de 1909, Bastos acusa a falta de resposta de Macedo, mas envia-lhe nova remessa do seu *Methodo*, não afluindo qualquer outro assunto, a não ser o que diretamente se relaciona com este, o envio da sua documentação para a candidatura à Escola Colonial que tinha seguido através do amigo comum, Benigno José Ferreira que também se correspondia com Macedo e era sua visita em Lisboa<sup>83</sup>. Aproximadamente duas semanas depois, a 23 de Julho, volta a escrever a Macedo, aludindo de novo à ausência de resposta do amigo e enviando mais uma parte do *Methodo*, considerando este como prova cabal para a sua habilitação enquanto professor de língua bunda. Mesmo não tendo obtido qualquer resposta, em 11 de Agosto de 1909, volta a escrever, de novo da Catumbela, referindo esse facto e reiterando as suas cartas anteriores. Envia-lhe a continuação do *Methodo* que, por essa altura, já ultrapassava as 500 páginas manuscritas, explicando a sua necessidade de se retirar para Lisboa, e alude de novo ao caso da *Monographia da Catumbella* e da vontade de editá-la segundo os moldes em que tinha sido publicada a *Ethnographia de Benguella*. Macedo é, cada vez mais, o interlocutor de Bastos na metrópole, o que me faz querer que não só José de Macedo continuava muito ligado às questões coloniais, como o comprova a sua correspondência e a participação nos jornais angolanos, como tinha boas relações com vários responsáveis de instituições como a Sociedade de Geografia de Lisboa. O prestígio de Macedo era reconhecido tanto em Portugal como em Angola e Bastos tentava conquistar com a sua ajuda um espaço que o fizesse igualmente reconhecido pela sua obra.

---

<sup>82</sup> *Monographia da Catumbella*: mandei esta minha obra para Loanda para ser publicada pela Imprensa Nacional, e fiz esse pedido ao Ex.<sup>mo</sup> senhor Governador Geral, Paiva Couceiro. Como, porém, dizem que elle se retira por este rápido, não sei se será publicada. (...)Se a *Monographia da Catumbella* não poder ser publicada em Loanda, posso mandá-la para ahí, bem como a *Riqueza de Angola*? Em que condições a Sociedade de Geographia poderia continuar fazendo as publicações dos meus trabalhos presentes e futuros? Idem.

<sup>83</sup> Carta de Augusto Bastos para José de Macedo, Catumbella, 10 de Julho de 1909. Benigno José Ferreira era também conhecido por “Chiquito” na Catumbela e um dos mais importantes comerciantes “filhos da terra”.

A última carta encontrada data de 23 de Setembro de 1909, em que Bastos envia a conclusão do *Methodo Bundo*, num total de 630 páginas, explicitando a sua vontade de continuar o trabalho e elaborar uma gramática, um dicionário e uma conjugação especial de ambos, avançando mesmo a hipótese de publicar em Lisboa mas a suas expensas os 500 exemplares pretendidos. Lembra da necessidade que há em resolver o assunto, pois em breve teria três obras prontas as editar em Lisboa, a *Monographia da Catumbela*, concluída e já em Lisboa, o *Methodo Bundo*, agora terminado, e a *Riqueza de Angola* em que agora trabalhava para finalizar. Entretanto, ainda refere as condições de publicação da monografia e as suas expectativas relativamente a esta. Relativamente a *Riqueza de Angola* explica que já tem 150 páginas escritas e que este texto teria sido começado em *A Defeza de Angola*, jornal que tinha sido dirigido por José de Macedo, que conhecia o ponto de partida dos textos, o que me demonstrou que haveria uma relação intelectual e profissional prévia, talvez, ao próprio conhecimento pessoal dos autores e que Macedo teria considerado positivamente as contribuições de Bastos desde o início. O assunto da Escola Colonial volta a esta presente, mas desta vez, parece Macedo ter desiludido Bastos quanto às suas pretensões, demonstrando talvez dificuldade em conseguir o solicitado: *Escola Colonial: Fico sciente do quanto V. Ex.<sup>cia</sup> me diz sobre a minha pretensão, e aguardarei com paciência a oportunidade de me fazerem ahi justiça*<sup>84</sup>. A carta e a parte final do manuscrito do *Methodo* eram enviadas por portador, António Alves Ferreira, apresentado como um comerciante africanista que manifestava o desejo de conhecer Macedo. Esta foi a última carta que encontrei no espólio de José de Macedo. Através desta e confrontando com os percursos de vida dos autores e com as outras correspondências encontradas, pude perceber a importância que as relações entre estes intelectuais tiveram na sua produção escrita e as suas consequências nos ideais que defenderam entre realidade e utopia, entre verdade e ficção. Caminhe-se agora um pouco pela vida dos autores, para melhor perceber este encontro e a conjuntura em que as suas vidas se cruzaram e prosseguiram.

Para tal e antes de penetrar na biografia dos autores, é importante compreender um pouco as circunstâncias que rodeavam então a vida colonial. Nascidos na época em que se discutia o mapa colonial africano, a sua idade adulta passa-se com a consolidação do regime colonial que ganha grande fôlego com a Primeira Guerra Mundial como adiante se verá. O facto de os protonacionalistas e nacionalistas africanos terem de se mover e de agir condicionados por uma ordem colonial, o que impunha que uma ordem exterior prevalecesse sobre a local, obrigou-os a subscrever uma série de normas políticas e sociais para que pudessem participar ativamente numa sociedade que afinal também era a sua. A abundante literatura crítica em relação às leis coloniais ou propondo novas soluções e caminhos alternativos como a autonomia e, mais tarde, o nacionalismo (que passa de uma forma sub-reptícia de expressão a um modo explícito de exposição) demonstra que o caminho dos nacionalismos africanos foi longo e apesar das especificidades de cada colónia e de cada regime colonial, na verdade, encontram-se algumas características comuns aos condicionamentos que o regime colonial impunha<sup>85</sup>. Esses condicionalismos poderão ser verificados em análise comparativa entre estes

---

<sup>84</sup> Carta de Augusto Bastos para José de Macedo, Catumbella, 23 de Setembro de 1909.

<sup>85</sup> Vide B. Olantuji Oloruntimehon, "A política e o nacionalismo africano 1919-1935", Albert Adu Boahen [Editor], *História Geral da África, VII: África sob dominação colonial, 1880-1935*, Brasília, UNESCO, 2010, 2.ª Edição Revista, p. 657-659.



autores numa fase posterior, a condição de filho da terra colonizada de Augusto Bastos, condicioná-lo-á de um modo diferente das circunstâncias que se verificam em José de Macedo, na sua qualidade de cidadão da metrópole. Igualmente, a tão reclamada educação, de que ambos autores faziam seu estandarte era um veículo para disseminar a colonização e assim foi vista, amiúde, pelas populações autóctones que impediam as suas crianças de frequentar a missão ou de ir à escola. Todavia, o mais pernicioso era que, de facto, os autores que estudo desejam uma educação para que qualquer filho da terra se pudesse tornar num cidadão pleno, enquanto os regimes coloniais aproveitavam essa necessidade imposta para dar um mínimo de conhecimentos à população local, obrigando-a através disso a entrar na sua cultura e a aceitar a lógica de domínio sociopolítico imposto.

Parecendo paradoxal a questão da educação, a realidade é que estes autores vivem todas estas experiências simultaneamente e, de certa forma, sempre propondo um papel que não foi aquele que a política e administração coloniais firmaram para a educação. Mas não era Augusto Bastos o exemplo desta tentativa de integração do filho da terra no sistema de pensamento e de cultura da metrópole? Era, pois, uma situação de estar entre dois mundos, como filho de um metropolitano e de uma colonizada, mas era também a tentativa de concretizar esses dois mundos em um só, específico, autónomo, capaz de se fazer subsistir por si próprio. Parte desse descontentamento da classe instruída de filhos da terra advém mesmo do facto de, apesar de ter entrado na cultura do colonizador e de ter educação equivalente ou superior a alguns colonos, serem, muitas vezes, preteridos face a estes. No entanto, o domínio da escrita e a educação davam-lhes a possibilidade de liderar movimentos de opinião através da publicação de folhetos, artigos, petições, etc., o que acabou por ser de extrema importância para a afirmação das ideias de contestação ao colonialismo. No caso das colónias portuguesas, duas são referidas comparativamente por alguns estudiosos, Angola e Moçambique, exatamente aquelas para onde Macedo tem projetos jornalísticos, como adiante se verá. Em geral, são assumidas algumas especificidades ao colonialismo português que vão desde a falta de capitais próprios, a uma ocupação litorânea e do interior com a discrepância de muitos anos ou ainda, não menos importante, o facto de o regime colonial português, a par do que acontecia em termos nacionais na metrópole, era paulatinamente mais autoritário<sup>86</sup>. Davidson, Isaacman e Pelissier referem com o jornalismo metropolitano e colonial denunciava os abusos do colonialismo e como existia nas então colónias portuguesas uma riqueza literária assinalável, apontando os nomes de António José do Nascimento, Joaquim Cordeiro Dias da Matta, ente outros. Igualmente, referem a expectativa positiva com que foi recebida a República nas colónias e como pouco tempo depois tudo parecia ter sido uma vã esperança. A perseguição aos nativistas não é mais do que parte dessa desilusão provocada por um republicanismo que não abraçava o regime colonial como seu, mantendo velhos nomes, estruturas antigas e hábitos ainda persecutórios e tornando a “*res publica*” ou a coisa pública em algo longínquo. Contudo, as cidades foram locais vibrantes de atividade intelectual, publicando panfletos, artigos, ensaios e folhetins, organizando serões culturais e petições, clamando por justiça. Vários títulos ficam na memória antes e depois da República,

---

<sup>86</sup> Vide, A. Basil Davidson, Allen F. Isaacman, René Pélissier, “Política e Nacionalismos nas Áfricas Central e Meridional”, Albert Adu Boahen [Editor], *História Geral da África, VII: África sob dominação colonial, 1880-1935*, Brasília, UNESCO, 2010, 2.ª Edição Revista, p. 813-814.

comprovando que até ser silenciados, houve intelectuais de uma corrente alternativa, hoje pouco conhecidos, mas que tiveram repercussão direta nas sociedades coloniais da época.

Internacionalmente, também se vão verificando diferentes movimentos que questionam as problemáticas da colonização, das barreiras ráticas, do acesso à riqueza, à educação e à participação cívica. Entre estes destacam-se os congressos pan-africanistas que respondem quatro décadas depois à divisão arbitrária de África. É nas capitais europeias com colónias que estes congressos se realizam, em 1919, em Paris, em 1921 em Londres, Bruxelas e Paris e em 1923 em Londres e Lisboa<sup>87</sup>. O alcance destes congressos que reúne a diáspora africana do Novo Mundo, em que se destaca Du Bois, como seu grande animador, e intelectuais africanos, acaba por ter um alcance limitado, goradas as possibilidades de participação direta na conferência de paz após a primeira grande guerra e as aspirações de conseguir a autodeterminação dos povos africanos. Os autores cujas biografias estudo passam por todas estas fases, vivenciam estes momentos, partilham das mesmas armas discursivas que tantos outros, mas criando um produto final diferente, específico, forjado pela sua própria experiência. Acompanhe-se, pois, o seu percurso.

### **Augusto Bastos**

Augusto Bastos nasceu em Benguela, sendo consensual o seu local de nascimento. Contudo, relativamente à data de nascimento são apontados diferentes anos para o nascimento: o registo de batizado coloca no mês de Setembro de 1873 a data natal, indicando Dezembro de 1875 para o batismo que ocorreu na Igreja de Nossa Senhora do Populo, em Benguela. Os biógrafos de Augusto Bastos apontam diferentes datas para o seu nascimento, Júlio Castro Lopo, em 1964, e Geraldo Bessa Victor, em 1975, dão o dia 16 de Agosto de 1872 como o correto<sup>88</sup>. Na lápide do cemitério de Benguela, a inscrição remete-nos para o dia 16 de Junho de 1874. Relativamente à morte existe consenso tanto no local como no mês e ano, teria sido em Benguela, em Abril 1936. No entanto, a lápide indica dia 9 e a imprensa faz o obituário datado de 10, dia tomado pelos biógrafos como o da sua morte. Esta disparidade de datas pode querer apenas dizer que, muitas vezes, a informação biográfica sobre figuras marcantes circulava livremente e, por exemplo, relativamente aos autores referidos, Geraldo Bessa Victor poderia apenas ter tomada como certa e indubitável a data fornecida por Júlio Castro Lopo. É importante, todavia, reter que Augusto Bastos foi mencionado nos principais jornais de Benguela e mesmo em Luanda, apontando *O Intransigente*, citado por Júlio Castro Lopo, um elemento muito interessante, referindo que o manuscrito do *Methodo Bundo* ter-se-ia extraviado e que Augusto Bastos teria sabido que certo professor de dialetos angolanos apoderara-se da obra e desta faria “muleta de apoio”<sup>89</sup>. Esta nota explica, talvez, o que

---

<sup>87</sup> Richard David Ralston, Fernando Augusto de Albuquerque Mourão, “A África e o Novo Mundo”, Albert Adu Boahen [Editor], *História Geral da África, VII: África sob dominação colonial, 1880-1935*, Brasília, UNESCO, 2010, 2.ª Edição Revista, p. 903.

<sup>88</sup> Júlio de Castro Lopo, *Jornalismo de Angola: subsídios para a sua história*, Luanda, Centro de Informação e Turismo de Angola, 1964 e Geraldo Bessa Victor, *Intelectuais angolenses dos séculos XIX e XX: Augusto Bastos*, I, Lisboa, Edição do Autor, 1975.

<sup>89</sup> Júlio de Castro, Lopo, *Para a história da imprensa de Angola*, Luanda, Edição do Museu de Angola, 1962, p. 13.

aconteceu com o *Methodo* e a razão da sua não publicação, como se viu anteriormente. É extremamente importante notar o facto de o periódico se ter apoderado desta informação para, numa nota necrológica, poder denunciar uma injustiça contra um filho da terra, mesmo que a levando para o lado do ensino oficial das línguas africanas, mas não tinha sido a grande ambição de Augusto Bastos ser professor na Escola Colonial? Isto quer dizer que, mesmo sem o mencionar, a consciência da injustiça contra os filhos da terra, mesmo que recalcada se encontrava lá a par de um reconhecimento que o ensino colonial não seria ministrado da melhor forma. Mas volte-se atrás e ao início do seu percurso.

O pai de Augusto Bastos, Manuel Tadeu Pereira Bastos, era de Cabeceiras de Basto, Portugal, e desenvolvia atividades ligadas ao comércio, tendo-se estabelecido em Benguela. A sua mãe era angolana, apresentada no assentamento de batismo sem apelido, naturalidade, não existindo por isso informações, por exemplo, se seria uma filha da terra benguelense, se teria vindo de outra região, mas dado o domínio que Bastos tinha da língua local deveria ser alguém da região e que falava a língua “bunda”. Augusto Bastos teria vindo ainda criança para Portugal para prosseguir os seus estudos, acompanhado de sua irmã Ana. Desde cedo, demonstrava curiosidade intelectual, gosto pela música, pela pintura, conhecimentos no âmbito da matemática e de outras ciências exatas como a astronomia e domínio perfeito do português e do francês. Em Lisboa, chegou a inscrever-se na faculdade de medicina, mas a morte prematura do pai fê-lo regressar sem ter concluído o curso para tomar conta dos negócios. Na verdade, em Lisboa, Augusto Bastos apreendera as ferramentas que seriam determinantes para a sua carreira, numa vida repleta de atividade. Foi comerciante, guarda-livros, perito contabilista, escrivão, vogal suplente do Conselho Legislativo de Angola, membro da Junta distrital da Instrução pública de Benguela, membro da Associação Comercial de Benguela, Vereador da Câmara Municipal de Benguela, Presidente da mesma câmara e responsável pela instalação do Arquivo Histórico de Angola, por nomeação do Alto-comissário, António Vicente Ferreira. A par destas atividades destacou-se, ainda, como escritor e jornalista, tendo publicado em títulos como *Almanach Ensaios Literários*, *Ensaios Literários – Propaganda e Instrução*, *Jornal de Benguela*, *A Defeza de Angola*, *O Benguela: Semanário Noticioso, Litterario e Annunciador*, *O Intransigente* e *O Lobito*. Como prosador escreveu e publicou artigos, crónicas, ensaios e ficção. A sua atividade ensaística liga-se indubitavelmente à relação que vem a estabelecer com a Sociedade de Geografia de Lisboa (SGL), à época a maior autoridade no que concerne às questões coloniais, sobre as quais publicava, estando registado como sócio efetivo na Sociedade de Geografia, enquanto comerciante, em 1897, portanto, bastante antes da sua primeira publicação pela SGL que viria a ocorrer doze anos depois, em 1909. Como ficcionista publicou folhetim e aventuras em fascículos.

Também, como compositor se distinguiu, tocando piano e tendo composto a obra *As Furnas do Lobito*, podendo existir mais alguma obra até agora não identificada<sup>90</sup>. Igualmente, o seu

---

<sup>90</sup> É de referir que relativamente a Augusto Bastos não conseguimos localizar o seu espólio, tendo de cruzar a informação obtida a através de diversos autores (sobretudo os seus biógrafos, anteriormente referidos) e os documentos oficiais a que pudemos aceder, como por exemplo, o registo de batismo, as actas camarárias, a correspondência com José de Macedo. É importante referir-se que apesar de, durante o trabalho de campo em Benguela, ter tentado aceder ao assentamento dos seus bens e mesmo em posse da autorização por parte do Juiz responsável, a verdade é que a falta de colaboração para aceder à documentação que se encontrava numa prateleira junto ao teto (não havendo escada) me

interesse pela pintura é referido pelos seus biógrafos que apontam para, pelo menos, dois quadros, retratando Teófilo Braga e António José de Almeida. Atente-se nas personalidades retratadas, duas figuras de destaque da República Portuguesa que testemunham o seu alinhamento ideológico e parte da sua atividade cívica, como animador do Grémio Africano na Catumbela. Aliás neste domínio, pode-se ainda apontar a sua participação em outros movimentos como o que surtiu na *Mensagem do grupo de africanistas residente na Catumbela*, de 28 de Setembro de 1912 e publicado em 29 de Janeiro de 1913, ou a sua colaboração no *Congresso Distrital de Benguela*, inaugurado em 22 de Junho de 1913 ou, ainda, em 1919, quando contribui para a elaboração do *Manifesto da Comissão Organizadora da Liga de Defesa e Propaganda de Angola*. No seguimento desta sua atividade e sendo esta reconhecida não só pelos seus pares como pelas próprias autoridades coloniais, é convidado pelo Governador do Distrito de Benguela, António Pinto Teixeira, em Novembro de 1919, a organizar um novo congresso distrital, o qual não se vem a realizar. Toda esta sua atividade cívica terá estado na origem da identificação por parte das autoridades coloniais da sua pessoa com os então propalados movimentos nativistas que desembocou na sua detenção, em Junho de 1917, sob a acusação de ativamente colaborar com os movimentos que tinham em vista a eliminação do colono branco e da soberania portuguesa.

António Assis Júnior descreve o impacto deste acontecimento e as razões políticas do mesmo no seu *Relato dos acontecimentos de Dala Tando e Lucala*, parte I e II, publicados respetivamente em 1917 e 1918. Atente-se neste facto, pela importância e representatividade que esta perseguição aos filhos da terra, na sua maioria mestiços, tem. Lembre-se que pela totalidade das colónias europeias e desde os anos 13/14 do século XX, assolava os poderes coloniais uma vontade de controlar os países debaixo do seu domínio, assunto que retomarei. Os casos de Senegal, Guiné Equatorial, Madagáscar, Gana, entre outros, prestam um bom exemplo. Os intelectuais locais eram tidos como ameaça, existindo a necessidade de a controlar. O envolvimento das colónias na Primeira Guerra Mundial explica parcialmente esta tendência, a outra parte é explicada pela necessidade de ocupação efetiva por parte dos poderes europeus e do receio de manipulação das populações locais. Mas retomando o que agora interessa, o caso angolano, escreve Assis: *Para nós, a revolta de nativos em Angola é uma coisa já velha e gasta, sem figura nem forma de qualquer espécie – é um papão que já não mete medo às crianças. Para os outros é ainda uma alavanca poderosa por ela conseguirem os seus fins – bons ou maus não sabemos. (...) Inventava-se uma revolução de indígenas orientada pelos mais civilizados: e a ocasião é azada por coincidir com os acontecimentos de Amboim e Seles, tornada necessária a sua imediata prisão, todas as dificuldades desapareceram e servimos não só os interesses particulares mas também colectivos: queremos ver pelas costas um homem que eles, ou a maioria temem em conservar*<sup>91</sup>. Se, por um lado, Assis Júnior fala de uma perseguição antiga, por outro lado, refere-se às revoltas de Seles e de Amboim diretamente ligadas aos campos de café, a direitos de propriedade e de comercialização dos produtos ali produzidos com relevo para este que era produto de exportação.

---

impossibilitou de poder verificar os registos relativamente ao autor. Constitui uma hipótese plausível pensar-se que parte do espólio do autor se pode encontrar no arquivo Nacional em Luanda, já que este contém os documentos do primeiro arquivo formal da colónia começado a constituir por Bastos.

<sup>91</sup> António Assis Júnior, *Relato dos acontecimentos de Dala Tando e Lucala*, Parte I, Loanda, Tipografia Mamã Tita, 1917, pp. 3-4.

Assis é diretamente envolvido na contenda por estar a defender alguns proprietários autóctones, numa altura em que a corrida às terras era um facto incontornável. Assis era amigo pessoal de Bastos e ambos mestiços, vivendo a ambivalência que poder-se-ia denominar, em linguagem colonial, o “fardo do mestiço”, assim exposta: *Alguns, cursando as mesmas escolas na metrópole, são aqui votados ao mais flagrante desprezo; na maioria, é o mais desgraçado aquele que aparentar hábitos civilizados e usufruir direitos que só a educação confere, porque, como disse aquele outro preto moçambiquense referido por Freire Andrade «antes (disia ele) me deixassem sempre ficar com os da minha raça, vivendo como eles, do que educarem-me e me lançarem na situação actual, repellido pelos brancos que me vêem preto, e repelindo eu os da minha cor com os quais não posso habituar-me a viver por ter contraído, por educação, os hábitos dos brancos»<sup>92</sup>*. Esta situação de pertença a dois mundos vem a ser de facto uma das dificuldades enfrentadas por estes intelectuais não só durante a sua vida, mas no modo como a sua obra intelectual foi rececionada, parecendo ocupar um terreno inóspito de meio-termo e sendo, frequentemente, ignoradas não só as condições de produção como de receção das suas obras e as condicionantes culturais e de mentalidade de uma época, fortemente dominada pelo racionalismo e positivismo que via nas culturas autóctones apenas um ponto de partida para a civilização que seria trazida pelos métodos científicos de colonização. Ao manusear o conhecimento europeu, este africano educado ocupa uma posição de charneira, entre uns e outros, rejeitado por uns, afastando outros que não o acompanharam. Característica comum a estes autores e intelectuais é, indubitavelmente, o aspeto de procurarem para as suas terras e gentes, que reconhecem diferenciadas e com identidade própria, projetos gizados segundo os princípios apreendidos nessas sociedades *outras* onde são educados. É na alteridade que encontram as respostas para a mesmidade, o que os torna não longínquos de tantos outros que traçam os destinos nacionais, que assumindo posições de estrangeirado propõem soluções experimentadas em situações diversas<sup>93</sup>.

Mas, retorne-se às supostas revoltas nativistas, de modo a perceber-se o envolvimento de Bastos, de novo relatados pela pena de Assis: *E, mais que as palavras contantes do auto inicial, reveladoras das intenções em que estavam os nativos contra os europeus, são apenas o complemento do que em conversas secretas combinavam. E tanto assim é, que no dia 15 de Agosto desse ano, em um banquete por mim presidido (!) e assistido por Xavier de Lemos [que também colaborava com a imprensa], recebedor, em cada de Guilherme Silva (!), ali se afirmar, em brindes e discursos por António Galiano (...) e outros nativos, trocados, o desejo de se fazer a revolta, ficando já ali assente o massacre, pelo menos, dos europeus residentes em Dala-Tando. (...) Eram muito videntes esses homens: Nessa data chegava eu, com Augusto Bastos, a Loanda, vindo do Bié. Pelo mesmo processo também foram vistos Jorge Gurjel (...) e outros, em*

---

<sup>92</sup> António Assis Júnior, *Relato dos acontecimentos de Dala Tando e Lucala*, Parte II, Loanda, Tipografia Mamã Tita, 1918, p. 69. Freire de Andrade também se correspondia com José de Macedo, tendo projetos próximos para Moçambique aos desta rede de contactos que se organizava no seio da sociedade angolana.

<sup>93</sup> Francisco Soares em *Notícia da Literatura Angolana*, op. Cit., p. 131, dá bem essa noção de “estrangeirado” para Augusto Bastos. Mas a questão não se coloca apenas para as sociedades colonizadas ou para o caso angolano, também, acontece na Europa, nomeadamente, em Portugal, em que os exemplos e as soluções teóricas são, amiúde, encontradas em experiências outras.

*cada de Maritz, em larga conferencia!... Santa gente esta!...*<sup>94</sup>. O envolvimento destes filhos da terra surge aqui como tendo sido inventado e fruto da sua atividade profissional, social e política, mas que era feita dentro dos quadros normais de atuação. Quer isto dizer que houve uma iniciativa concertada contra os filhos da terra, fossem estes pequenos proprietários autóctones, fossem aqueles que mais frente poderiam fazer ao poder colonial, pela partilha de conhecimentos e de semiosfera, tendo adquirido todas as ferramentas necessárias para descodificar, interpretar e reagir dentro do aceitável por aquela sociedade. De facto, o perigo iminente para o colonialismo era este grupo que se deveria ter controlado e apenas como intermediário do poder colonial, nunca como seu executante.

#### CÂMARA MUNICIPAL DE BENGUELA E VIDA POLÍTICA

João Napomeceno dos Reis, acusado em simultâneo com Augusto Bastos de nativismo em 1917, é um dos vereadores que acompanha desde sempre Bastos na Câmara Municipal de Benguela, o que me faz crer que seriam amigos ou pelo menos contactar-se-iam mesmo antes de integrar o projeto camarário, querendo isto dizer que passada a fase de tormenta, de algum modo os indivíduos perseguidos foram reintegrados nas suas atividades, nada se tendo provado contra si. Augusto Bastos começa a sua atividade camarária como secretário da câmara e encontra-se nas Actas da Câmara Municipal de Benguela a autorização deste seguir para Lisboa e, posteriormente, a sua partida no vapor África em 25 de Agosto de 1921. Como vereador, Augusto Bastos começou a presidir à câmara em 3 de Novembro de 1923, tendo apenas desaparecido a referência a vereador em 10 de Janeiro de 1924. A sua obra na câmara vai ao encontro de muito do que defendeu na sua escrita, sobretudo, ensaística e facilmente se encontra correspondência entre os projetos que apresentou textualmente e as suas concretizações enquanto político. Na Acta Ordinária de 24 de Fevereiro de 1921 é indigitado Augusto Bastos para o cargo de secretário, decisão aceite por unanimidade: *O senhor presidente declarou em virtude do fallecimento do primeiro amanuense [...] de secretario interino – Anibal Achelles Guerreiro – propunha para assumir interinamente as funções de secretario d’esta câmara o cidadão Augusto Thadeu Pereira Bastos, proposta que foi aprovada por unanimidade, tendo em seguida sido deferida a declaração d’honra ao novo secretario interino, que a prestou, sendo lhe dada a posse do seu logar*<sup>95</sup>.

Enquanto secretário camarário, Augusto Bastos teve acesso a todas as informações e processos que decorriam na câmara, tendo até superado em alguns casos o seu trabalho e organizado alguns elementos que estariam por fazer. Assim e reconhecendo o trabalho é-lhe aumentado o vencimento enquanto secretário, ainda, interino: *Pela mesma excelentíssima câmara foi deliberado, por maioria de votos em número de cinco, que, precisando a Câmara de contar com a permanência dos serviços de um secretario interino – Augusto Tadeu Pereira Bastos –, com a sua assiduidade e boa vontade em tratar não só, dos serviços correntes, presentes e futuros que lhe competem, como dos serviços, em grande atrazo, da secretaria, é, reconhecendo como muito exíguos os vencimentos que ao mesmo secretario interino foram [...] por esta Câmara, e que se referem ao [...] que hoje finda e aos dias que serviu no passado mês*

<sup>94</sup> António Assis Júnior, *Relato dos acontecimentos de Dala Tando e Lucala*, Parte II, op. Cit, p. 69.

<sup>95</sup> Livro de Actas n.º 21, Câmara Municipal de Benguela, aberto em 14 de Dezembro de 1920.

de Fevereiro, deve ao mesmo secretário interino ser abonada, pelos serviços extraordinários que tem de prestar a esta câmara, do próximo dia um de Abril em diante até se assumir o seu lugar o secretario effectivo, a quantificação de tresentos, noventa e dois escudos e setenta e sete centavos por mez, para, assim, com os seus vencimentos de exercício e de subvenção, completar a totalidade do vencimento de quinhentos escudos por mez. Pelos Exmos. Vereadores Francisco António Correia e António Agostinho Pereira de Lacerda foi declarado que o vencimento total do secretário interino não devia ir além de quatrocentos escudos, e por isso se assignavam vencidos<sup>96</sup>. O ano de 1921 é marcado, em boa parte, pelas melhorias imediatas na cidade. A eletricidade, cujo contrato se pretendia denunciar, pois vinha de 1909 e mostrava-se desadequado às necessidades do tempo, e o abastecimento de água são um tema recorrente<sup>97</sup>. Igualmente, a questão dos vencimentos está em debate, porque a carestia de vida tornava extremamente baixos os rendimentos auferidos pelos trabalhadores, sendo decidido um aumento desigual consoante os casos, crianças e velhos mantinham o vencimento, mulheres tinham um aumento único de 40 centavos e homens “válidos” recebiam um acréscimo de 40% sobre o seu salário<sup>98</sup>. A 26 de Maio de 1921 requer Augusto Bastos para se retirar para Lisboa, demitindo-se do seu cargo de secretário interino, o que foi deferido. Contudo e até à sua retirada para Lisboa, Augusto Bastos continua em exercício camarário. Entre 23 de Junho e 18 de Agosto de 1921 são lavradas cinco actas de não reuniões, todas lavradas e assinadas por Augusto Bastos ainda em exercício, o que demonstra que o exercício do poder local nem sempre era regular e efetivo. A 25 de Agosto, comunica-se, então, o período de ausência de Bastos. Depois, existe um hiato em que apenas há um registo de acta em 1 de Setembro de 1921, declarando a existência de uma não reunião.

Entretanto, realizam-se eleições em que Augusto Bastos é eleito, como vereador efetivo, ficando com o pelouro da limpeza e higiene, assunto que o vinha interessando desde há muitos anos e que expressa nas suas duas monografias publicadas pela Sociedade de Geografia de Lisboa, refiro-me a *Traços Geraes sobre a Ethnographia do Districto de Benguella* e *Monographia da Catumbella*<sup>99</sup>. A intervenção de Bastos faz-se logo sentir em Janeiro e Fevereiro de 1922, em que refere necessidades várias em termos de limpeza e higiene, com a instalação de retretes e mictórios na cidade, o aterro do mercado e a criação de um posto médico no interior do edifício<sup>100</sup>. Novamente se decide o aumento de salários, agora especificamente para pessoal “indígena”. Decide-se, ainda, a nomeação de um fiscal para as áreas de limpeza, matadouro, cemitério e iluminação, bem como é proposto por Bastos que o serviço de limpeza seja dado por arrematação. A sua entrada imediata em ação deixa antever que Bastos teria um plano para a cidade, ou seja, que a experiência enquanto secretário interino e o seu interesse pelo desenvolvimento urbano lhe ter dado ideias sobre as áreas de atuação imediata no executivo camarário. Exemplo que comprova este facto é o ter voltado a

---

<sup>96</sup> Acta da Sessão Ordinária do dia 31 de Março de 1921, Livro de Actas n.º 21, Câmara Municipal de Benguela, aberto em 14 de Dezembro de 1920.

<sup>97</sup> Vide Actas das sessões ordinárias do mês de Abril de 1921 como exemplo; Livro de Actas n.º 21, Câmara Municipal de Benguela, aberto em 14 de Dezembro de 1920.

<sup>98</sup> Acta da sessão ordinária de 5 de Maio de 1921, Livro de Actas n.º 21, Câmara Municipal de Benguela, aberto em 14 de Dezembro de 1920.

<sup>99</sup> Vide Acta Sessão de posse conferida à Câmara eleita em 18 de dezembro de 1921, Livro de Actas n.º 21, Câmara Municipal de Benguela, aberto em 14 de Dezembro de 1920.

<sup>100</sup> Vide atas de Fevereiro de 1922, Livro de Actas n.º 21, Câmara Municipal de Benguela, aberto em 14 de Dezembro de 1920.

discutir-se a questão do abastecimento da água, feita parcialmente por tanque e Augusto Bastos ter solicitado uma vistoria prévia ao pagamento. Relativamente às contas da cidade e ao fornecimento da eletricidade, Bastos é um dos elementos mais ativos na requisição de esclarecimentos, na proposta de multas ao fornecedor por falta de luz e nas questões ligadas ao fornecimento da água<sup>101</sup>. Por esta época, está também em cogitação a reorganização do trânsito na cidade, com a construção de uma estrada entre o hospital e o caminho-de-ferro de forma a retirar os carros do centro da cidade. Aliás, a cidade estaria numa fase de ganhar outra feição, sendo subsidiada com 20\$00 por cubata a transladação dos moradores “indígenas” do Bairro do Casseque para um outro bairro. Agora, a construção de cubatas tinha de ser autorizada pela câmara, bem como a sua traça e as que estivessem fora do estipulado seriam corrigidas ou demolidas, defendendo Bastos que houvesse opção para a cobertura das habitações (capim ou zinco). Toma-se a iniciativa de ajardinamento da cidade, de elevação do tanque de abastecimento de água à cidade, é mudado o horário de expediente e são redistribuídos os pelouros camarários, ficando Bastos com o abastecimento de água, limpeza, higiene e cuidado das ruas<sup>102</sup>.

Um aspeto interessante é uma medida tomada na sessão extraordinária de 4 de Setembro de 1922 e que demonstra a ambivalência que abordámos anteriormente. Apesar de no executivo encontrarem-se figuras que identifiquei com as pessoas perseguidas, acusadas de pertencerem ao movimento nativista cinco anos antes, estas mesmas pessoas, em que se incluem Augusto Bastos e João Nepomuceno Reis, aprovam aceder ao pedido do Governo de distrito para a construção de um monumento comemorativo da travessia do Atlântico e valorizando a raça, com 1 000\$00, o que à época representava um gasto não previsto numa câmara de baixos recursos, numa fase em que a cidade se encontrava em processo de reforma<sup>103</sup>. Na sessão seguinte, a 8 de Setembro, Bastos é nomeado para representante camarário para os festejos em honra do Presidente da República e nessa mesma sessão é decidido dar o nome de Gago Coutinho e de Sacadura Cabral à Av. Tiro Civil e Rua das Flores respetivamente; decisão aprovada por aclamação. Portanto, reitera-se o reconhecimento à pátria portuguesa em terras além-mar, mas o que se festeja é uma travessia entre países com a mesma língua e independentes um do outro, ambos com ligações a Angola. Logo a leitura que faço do ato em si, também poderá ser ambígua se o tentar interpretar de diferentes perspetivas. Igualmente nessa sessão se decide a arborização dos Largos Romeiras Macedo e Teófilo Braga e da Rua do Brasil, sendo considerada esta iniciativa de grande importância para uma cidade tão quente<sup>104</sup>. Outra decisão importante deste executivo é a iluminação para o Bairro Indígena que representa o alargamento das preocupações de urbanismo a uma população por norma excluída dos programas de ordenamento das cidades. Aliás se analisar-se a regulamentação para as cubatas e a tentativa de organizar os chamados bairros indígenas, percebe-se que o que se pretende é o seu ordenamento enquanto espaço urbano, integrando-

---

<sup>101</sup> Vide Actas de Maio de 1922, Livro de Actas n.º 21, Câmara Municipal de Benguela, aberto em 14 de Dezembro de 1920.

<sup>102</sup> Acta da Sessão Ordinária de 4 de agosto de 1922, Livro de Actas n.º 21, Câmara Municipal de Benguela, aberto em 14 de Dezembro de 1920.

<sup>103</sup> Acta da Sessão Extraordinária de 4 de Setembro de 1922, Livro de Actas n.º 21, Câmara Municipal de Benguela, aberto em 14 de Dezembro de 1920.

<sup>104</sup> Acta da Sessão Extraordinária de 8 de Setembro de 1922, Livro de Actas n.º 21, Câmara Municipal de Benguela, aberto em 14 de Dezembro de 1920.



o na cidade. As tentativas de alargar o abastecimento de água à cidade são constantes, sendo colocados mais chafarizes em zonas até agora sem esses recursos, preocupação que se estende aos bairros indígenas<sup>105</sup>.

A obra camarária de Augusto Bastos é reconhecida, mas mesmo assim ele falha a eleição interina para presidente da câmara, conseguindo apenas um voto, enquanto Christovam Fernandes consegue 5 votos<sup>106</sup>. Na sessão seguinte, de 12 de Janeiro de 1923, discorda Bastos do valor a gastar na receção ao Presidente da República, no valor de 100 000\$00, considerando-a excessiva e introduz o tema da limpeza do Bairro de Benfica (bairro indígena) que acumulava lixos. Na verdade, Augusto Bastos, apesar de se preocupar com a animação na cidade e com a criação de locais aprazíveis e programas interessantes para desfrutar da cidade (daí a sua proposta para que exista uma banda), tem como prioridade a modernização da urbe, através de um urbanismo responsável e que promova a higiene e limpeza que responsabiliza por grande parte das doenças e óbitos verificados. Na Sessão Ordinária de 9 de Março de 1923, pede Augusto Bastos licença para se retirar para o interior em virtude do seu estado de saúde, o que lhe é concedido, tendo os seus pelouros sido concedidos a outros vereadores, ficando João Nepomuceno dos Reis com a limpeza<sup>107</sup>. Bastos volta a apresentar-se na sessão de 29 de Junho de 1923, prescindindo do resto do tempo da licença. Na sessão ordinária de 12 de Outubro, e por motivo de doença do presidente de Câmara, Christovam Ribeiro, Bastos preside, pela primeira vez, a uma reunião do executivo camarário, tendo o presidente regressado na sessão seguinte. A 3 de Novembro de 1923, Bastos volta a presidir a uma reunião camarária, enquanto vereador, situação que se manterá. É interessante verificarem-se as medidas que foram tomadas neste período, algumas destas muito relacionadas com os problemas das cidades atuais: decide-se a proibição de veículos pesados em determinadas ruas de Benguela, são decididas obras camarárias relativamente à reparação de canalizações e de edifícios, repavimentação das ruas, etc. Igualmente, neste período é aberto um inquérito relativo a questões de higiene e saúde, devido ao aumento de óbitos entre a população “indígena”. Chegados ao ano de 1924, é necessária a eleição do executivo camarário, pois Augusto Bastos tem exercido a presidência deste enquanto vereador. Assim sendo e evocando o Código Administrativo, Augusto Bastos propõe que se proceda à eleição, cujo processo é registado em ata e que aqui transcrevo, pois será determinante aquando da saída de Bastos da presidência da câmara e relaciona-se com o final da sua vida na política ativa:

*O senhor Vereador Bastos opôs que sendo esta a primeira sessão do ano deve ela constituir-se como determina o artigo quarenta e cinco do Código Administrativo para a eleição do*

---

<sup>105</sup> Vide Atas do mês de Novembro de 1922, Livro de Actas n.º 21, Câmara Municipal de Benguela, aberto em 14 de Dezembro de 1920.

<sup>106</sup> Sessão Ordinária de 12 de Janeiro de 1923, Livro de Actas n.º 21, Câmara Municipal de Benguela, aberto em 14 de Dezembro de 1920.

<sup>107</sup> *O sr. Bastos pediu 6 meses de licença em virtude do seu estado de saúde o obrigar a retirar-se para o interior. O Sr. Presidente lastima que o seu estado de saúde não permitisse que o Sr. Bastos continue a cooperar na Administração Municipal fazendo votos para o seu pronto restabelecimento. Todos os vereadores acompanharam o Sr. Presidente neste seu desejo. Concedida a licença., Sessão Ordinária de 9 de Março de 1923, Livro de Actas da Câmara Municipal de Benguela, aberto em 1 de Fevereiro de 1922 [quer dizer 1923].*

*Presidente e Vice-Presidente, sob a presidência do vogal mais velho, sendo este vereador suplente, e presente, Senhor António Vicente de Oliveira Martha, mas determinando o parágrafo terceiro do citado artigo que enquanto funcionar voages efectivos não pudesse presidir os substitutos nem suplentes, o que para todos os efeitos constitui uma excepção à regra do citado artigo quarenta e cinco; achando-se presente como vereador efectivo e único nesta sessão o senhor Augusto Thadeu Pereira Bastos; em obediência ao estabelecido no referido parágrafo, assumio este a presidência, declarando aberta a sessão. A Câmara tomou conhecimento dos ofícios dos Senhores Francisco Gomes Comprido, ficando para resolver após a eleição a que se vai proceder para Presidente e Vice-presidente, para que, o vereador senhor Augusto Thadeu Pereira Bastos suspendeu a sessão por dez minutos. Reaberta a sessão o senhor Vereador Bastos convidou para escrutinar os senhores António Joaquim Loureiro e António Vicente de Oliveira Martha. Feita a eleição por escrutínio secreto verificou-se terem dado entrada na urna cinco listas sendo o resultado da eleição o seguinte: Para presidente – Senhor Augusto Thadeu Pereira Bastos, três votos. – Senhor Cristovam José Fernandes da Silva Ribeiro, um voto, - Em branco um. – Para Vice-presidente – Senhor Benjamim de Figueiredo Paiva quatro votos. – Senhor Augusto Thadeu Pereira Bastos. Um voto. (...) a Câmara proclama eleito: Presidente senhor Augusto Thadeu Pereira Bastos – Vice-presidente Senhor Benjamim de Figueiredo Paiva. O Senhor Presidente agradeceu à câmara a forma cativante e honrosa como acabou de o distinguir prometendo empregar todos os seus esforços lealdade e zelo trabalhando a bem da cidade e procurando honrar o mandato de Presidente que a Exma. Câmara lhe acaba de confiar.<sup>108</sup>*

Augusto Bastos é, agora, Presidente da Câmara Municipal de Benguela, por processo e eleição administrativa, argumento que será usado contra si, aquando da sua deposição. No entanto e como se entende por esta ata seria um processo perfeitamente legitimado pelo Código Administrativo em vigor, mas que não deixa de testemunhar a vontade que Bastos teria em chegar ao poder executivo da cidade, pois todo o processo acaba por ser gerado por iniciativa sua. Igualmente, esta situação deixa antever que Bastos teria, de facto, um plano para a cidade, um objetivo de criar uma cidade moderna, adaptada às necessidades das sociedades urbanizadas. Assim, a habitação será uma das primeiras preocupações do ano, obrigando à limpeza e ocupação dos terrenos disponíveis na cidade para os privados e à intervenção da câmara nos seus próprios edifícios e espaços vagos de forma a prover maior número de casas e condições mais condignas de habitabilidade. Toda a operação de mudança da cidade reverteu num aumento da despesa e num reforço do orçamento ordinário em todas as rubricas do mesmo. A salubridade, a segurança, a instrução, o ordenamento urbano, o desporto, a melhoria dos espaços públicos tinham-se tornado questões em que o executivo camarário pretendia intervir. Há que assinalar um investimento considerável na educação, tanto em termos diretos como no que respeita à intervenção junto do governo provincial para que haja maior cobertura do ensino e, igualmente, existe uma tentativa de prover condições mínimas para a sobrevivência da população com a criação de uma padaria municipal e com o pagamento dos medicamentos aos “indigentes” e funcionários camarários<sup>109</sup>. São, também,

---

<sup>108</sup> Sessão Ordinária de 4 de Janeiro de 1924, Livro de Actas da Câmara Municipal de Benguela, aberto em 1 de Fevereiro de 1922 [quer dizer 1923].

<sup>109</sup> Sessões Ordinárias de 5 de Junho de 1924 e 3 de Julho de 1924, Livro de Actas da Câmara Municipal de Benguela, aberto em 1 de Fevereiro de 1922 [quer dizer 1923].

introduzidas melhorias nas residências “indígenas” e protegido este tipo de propriedade, devendo ser vedado a outras pessoas a comercialização destas propriedades, localizadas no perímetro da cidade. A arborização foi uma realidade bem como a macdemização das ruas e o encanamento das águas pluviais. Igualmente se pensava na construção de um balneário, a par da melhoria dos mictórios e pias, ou seja, a par de uma preocupação da melhoria dos espaços públicos, existe um forte empenho na salubridade e higiene públicas, dando mais condições à população. Uma das áreas em que houve sempre alguma tensão latente foi a do fornecimento da energia elétrica, pois a interrupção do serviço era constante, o que levava à imposição do pagamento de multas à companhia fornecedora e, outras vezes, à troca de correspondência e votações sucessivas no executivo camarário. Tratou-se, 1924, de um ano repleto de transformações na cidade, envolvendo um grande investimento de tempo e orçamento.

Em 8 de Janeiro de 1925, Augusto Bastos volta a ser eleito pela mesma forma de escrutínio, com base no Código Administrativo, tendo de novo sido eleito presidente da câmara pelos seus pares, conforme consta na Acta da Sessão Ordinária correspondente a esse mesmo dia. Em 27 de Janeiro de 1925, um diploma polémico vai a discussão: o caso da companhia elétrica que fornecia a cidade e que parecia ter acumulado não só erros de faturação, como interrupções no fornecimento de energia sem prévio aviso e por longos períodos. As deliberações relativamente à companhia são tomadas por unanimidade e decide-se a iluminação do Bairro de Benfica onde vivia população “indígena”. A 19 de Fevereiro do mesmo ano, é recebida a ordem de dissolução da Câmara Municipal de Benguela, publicada em portaria no Boletim Oficial, número seis, segunda série, de 5 de Fevereiro, emitidas pelo Governo-geral que no mesmo boletim nomeava uma comissão administrativa municipal, composta de cinco vogais. Interpretando o Código Administrativo de forma diversa, decide a Câmara contestar a decisão. Apesar da contestação, a próxima Acta de Sessão Ordinária, datada de 21 de Fevereiro de 1925, portanto, apenas dois dias depois já refere a nova Comissão Municipal. Apenas quase um ano depois se realizam as eleições, o que não deixa de ser estranho dado que a evocação de falta de legitimidade e de ilegalidade é baseada na manutenção do poder na câmara municipal sem que tivessem sido convocadas eleições, desconsiderando o período em que a câmara estivera em gestão sem órgãos eleitos, por impossibilidade do Presidente da Câmara e em que entrara em funcionamento o regime de substituição. Este afastamento determina o final da carreira política ativa de Augusto Bastos e também do seu projeto para a cidade de Benguela.

Na verdade, o que Bastos tentou fazer enquanto político tinha as suas raízes nos textos que escrevera e que adiante analisarei, em que tentava, mesmo que dentro do modelo colonial, criar condições de modernidade urbana e de inovação social que levassem a uma maior participação da população autóctone na governação local e na sociedade que integravam. A sua crença no “progresso”, tal como era entendido na época, aliada a um conhecimento real das questões que afetavam o quotidiano de quem realmente habitava aquele espaço dava-lhe a possibilidade de passar da palavra à ação. Durante os quatro anos em que está ligado ao poder político da cidade, pode-se ver que essa linha orientadora, progressiva, no seu entender, e concedendo oportunidades de integração a todos, esteve sempre presente. Contudo, não se pode dizer que a vida política de Bastos se resumiu ao seu exercício camarário, como anteriormente se viu com o seu envolvimento mesmo que forçado com aquilo que o poder colonial designou como “movimentos nativistas”, querendo isto dizer que a sua atividade

intelectual enquanto escritor e figura pública se pautou muito pela intervenção junto da sociedade civil. Assim, escreve sobre assuntos diversos, da ficção à realidade, passando pelo folhetim, pela anedota, pelo artigo de jornal, pelo ensaio etnográfico, pela monografia, tantas foram as suas áreas de intervenção e de interesse. Ainda como músico e compositor de “As Furnas do Lobito” ou como pintor, como interessado na ciência que se produzia mundo fora, igualmente, enquanto leitor. Assim, não é de estranhar que se encontre correspondência de Augusto Bastos no espólio de José de Macedo que passou por Luanda, enquanto diretor do jornal *A Defeza de Angola*, mesmo depois de regressado a Lisboa. Os assuntos eram, sobretudo, intelectuais, mas não deixavam de ter um forte significado político. Augusto Bastos acreditou que era possível construir um mundo alternativo, mesmo que dentro de um sistema colonial que, a seu ver, deveria não só promover a educação e “progresso” da população local, como a deveria ter em conta no projeto colonial. Perfeitamente localista, a sua passagem pela Câmara Municipal de Benguela testemunha esse seu projeto, de iluminado, educado fora da terra, mas, em simultâneo, a esta ligado, pela família e pela sua própria experiência de vida<sup>110</sup>, tentando desenvolvê-la e ao mesmo tempo prover condições para que a população possa participar desse progresso, mesmo aquela que era considerada “indígena”. Na verdade, o caso de Bastos, como o de tantos outros intelectuais filhos da terra, apresenta uma quase dualidade, fruto do ser dali, mas educado acolá, o de se saber diferente, mas em simultâneo de querer fazer dessa sua diferença uma unidade que abarca o colono e o colonizado. Convém reter-se, essencialmente, que o seu trabalho intelectual gira em torno de mundos alternativos, mas possíveis.

### **José de Macedo**

José de Macedo nasce a 13 de Janeiro de 1876, na freguesia de Santa Marinha, em Vila Nova de Gaia, filho do dono de uma alfaiataria, tendo vindo a falecer de forma súbita na Nazaré, em Julho de 1948, quando se encontrava de férias. Entre 1895 e 1896 teria concluído os seus estudos superiores em economia e comércio, tendo concorrido para o corpo diplomático, concurso em que não foi escolhido, de que lhe ficará uma mágoa por saber-se mais capacitado e com melhor pontuação que o escolhido para o cargo. Nesse mesmo ano, 1896, com vinte anos envolveu-se em movimentos políticos, com vista a uma revolução republicana, influenciado pela geração do 31 de Janeiro que frequentava o estabelecimento de seu pai e que tentara a implantação da república. Com o curso terminado, regressou à sua terra natal e, desde cedo, se interessa pela questão colonial, tendo a sua primeira publicação sobre o tema saído na *Revista Portuguesa Colonial e Marítima* no número referente a 1899-1900. Porém, a sua experiência de publicação começa no ano anterior com a edição de dois volumes na coleção “O Ideal Moderno” da Companhia Nacional Editora, *A Socialização do Ensino* e *O Cooperativismo*. Quer isto dizer que começa a escrever cedo e a publicar aos 22 anos e que o seu interesse pelos assuntos africanos é simultâneo ao seu despertar para as várias questões

---

<sup>110</sup> Sua mãe era angolana, apesar de não sabermos qual a sua etnia, mas seria daquela região e tanto a sua primeira como a sua segunda mulher são dali naturais, bem como, os seus filhos. A segunda esposa é mesmo indicada como sendo filha de um chefe tradicional.

sociais envolvendo o país. A sua atividade política e a sua participação em movimentos cívicos despertou o interesse da polícia do Porto que começa a persegui-lo, tendo Macedo se visto forçado a ir viver para Lisboa, onde prosseguiu o seu trabalho cívico, agora frequentando as associações populares da capital e fazendo conferências sobre o derrube da Monarquia e sobre a necessidade de uma Revolução<sup>111</sup>.

Já em Lisboa, ingressa no jornalismo, tornando-se redator do jornal *A Vanguarda* e, em 1900, diretor do jornal *A Lucta*, lançado no dia 1.º de Maio desse ano e encerrado pela polícia no mesmo dia, sendo detido José de Macedo por um período curto. Aquela edição foi de imediato proibida, o jornal encerrado temporariamente e Macedo começa a ser investigado pela polícia de Lisboa. Em Agosto desse ano é preso sob a acusação de propaganda anarquista em favor do assassinado do rei italiano, não se conseguindo determinar a data exata da sua detenção. No seu espólio, encontrei o rascunho do documento que redigiu em sua defesa, sem título, mas com a indicação do local e da data: *Lisboa, calabouço da esquadra do Rato, aos 6 de agosto de 1900*<sup>112</sup>, o que faz prever que a sua detenção poderia ter sido dias antes. Neste rascunho, feito em folhas que mais parecem tiras de papel, Macedo redige a sua defesa, rebatendo todas as acusações que lhe são feitas, uma destas a de anarquismo que resultou na apreensão da sua biblioteca. A causa de toda a investigação e acusação estão explícitas no primeiro parágrafo: *Disse-me V. Exa. que eu poderia apresentar quaisquer razões escritas, sobre o meu artigo, em que V. Exa. julga encontrar matéria criminal mas que eu, por mais que leia e releia, não sou capaz de encontrar.* Refere-se Macedo ao artigo que publica no jornal *A Lucta*, no 1.º de Maio de 1900, de imediato encerrado, voltando a abrir posteriormente, mas debaixo dos olhos vigilantes da polícia que vê num artigo de 1 de Agosto nova matéria contrária à Lei da Imprensa de 1896. No segundo parágrafo refere o conhecimento da lei da imprensa e de como acata os princípios legais na plenitude, concluindo: *(...) de contrário não poderia estar à frente dum jornal que custou o sacrifício de muitos homens dedicados que me escolheram para lhes dirigir o diário que está sempre na brecha em defesa dos pequenos e dos infelizes.* Nesta declaração de finalidade, pejada de contexto ideológico, Macedo apresenta-se como um eleito entre muitos que apenas pretende dar voz aos sem voz, aos mais débeis na sociedade, quase replicando que esse poderia ser o seu único crime, mas isso não era crime pois não constava como tal entre as leis da imprensa.

Prosseguindo a sua defesa, afirma-se contrário à pena de morte e repudia qualquer acusação de anarquismo, o que automaticamente lhe retiraria qualquer ação em prol do assassinato de alguém, fosse essa pessoa o rei ou um criminoso de delito comum. Busca exemplos na história de Portugal para explicar com os métodos violentos nunca produziram efeitos positivos e duradouros, passando por D. João I, D. João II, o Marquês de Pombal e D. Miguel, caso ainda recente da Guerra Civil. Evocando estes nomes estabelece balizas comportamentais para demonstrar a ineficácia da política da violência, aproximando o discurso da experiência de conhecimento do interlocutor que partilha uma mesma história. Insiste no argumento, questionando: *Suponhamos nós agora que, por uma circunstância tragica, um punhal*

---

<sup>111</sup> O próprio autor no seu livro *Autonomia de Angola* dá pistas sobre a sua biografia, evocando estes casos de perseguição e os desafios enfrentados neste período. Este livro foi publicado no ano da Implantação da República, portanto, ainda no decorrer da revolução que Macedo tanto ambicionou. Vide José de Macedo, *Autonomia de Angola*, op. Cit., p. 7, p. 84.

<sup>112</sup> Documento manuscrito do espólio Dr. José de Macedo, atualmente a guarda do IICT.

*criminoso se erguia mortífero sobre S. Majestade El-Rei, Sr. D. Carlos I que se originaria deste acto sob todos os pontos de vista condenável? Algum benefício? Algum progresso? Algum melhoramento moral? Nada disso, absolutamente nada. Pelo contrário, agravar-se-ia a situação; piorar-se-ia consideravelmente, e a história portuguesa ficaria maculada com mais um assassinato que repugna, sempre, às almas bem formadas.* Consciente que a questão política é o elemento determinante na sua detenção, transporta o caso do rei italiano para o contexto português. Afinal, o que estaria em causa não era a defesa do assassinato de um rei europeu, o problema ultrapassava essa questão moral da morte de um rei distante. A problemática surge porque Macedo é diretor de um jornal dirigido ao proletariado e à pequena burguesia, acérrimos defensores da República, como o próprio diretor, e explica como um regicídio se pode tornar factual numa sociedade insatisfeita, o que tem impacto junto dos seus leitores. Ora, a acusação mais do que um exercício de mero controlo sobre a imprensa, busca nas raízes ideológicas do autor a exaltação ao cometimento de um crime possível numa sociedade que, tal como no caso italiano, se encontrava em profundo descontentamento. Se fosse lido pela aristocracia e alta burguesia, Macedo não escreveria o que escreveu, mas o seu público era outro e o seu jornalismo era profundamente ativista como verá adiante. A interjeição direta ao acusador, depois de uma série de exemplos que comprovam que o assassinato político ou a violência não são a solução, não deixa de ser um recurso interessante no estilo em que o autor redige o texto, dirigindo-se em tom de diálogo constante ao seu acusador cuja identidade se desconhece<sup>113</sup>.

Relativamente à acusação de anarquismo (estavam proibidas por lei todas as referências a movimentos ou ações anarquista na imprensa) conclui: *O atentado não é anarquista, insisto, logo a lei de 19 de Fev, sendo uma lei especial e destinada aos anarquistas, não se pode aplicar ao caso presente.* E quanto à sua eventual defesa do regicídio italiano, alude ao texto do artigo diretamente: *Não podemos aplaudir o acto que Breci praticou (...)* ou *Nós em princípio, não o aprovamos, mas justificadamente (...)*<sup>114</sup>. De facto, Gaetano Bresci, que cometeu o regicídio contra o Rei Humberto I, em Monza, em 29 de Julho de 1900, foi identificado como tendo ideias próximas do anarquismo, mas a verdade é que o artigo de Macedo sai apenas dois dias após o facto e tratava-se do assassinato de um monarca europeu, não parecendo ser neste artigo tratadas as simpatias ideológicas do assassino. Macedo ainda se defende com o facto de o artigo ter por vezes ideias incompletas e dá o exemplo de uma, fruto da pressa com que o jornal teria de seguir para ser impresso e intrínseca a essa justificação alude ao orgulho de pertencer à *mais honrosa e nobre profissão, o quinto poder do Estado* que sublinha no seu texto que tem destes contratemplos ou *percalços do ofício*. Habilmente transporta de novo o discurso da prática exterior ao ofício do acusador para a sua experiência pessoal, referindo: *Assim não se tendo o jornalismo honrado com a camaradagem de V. Exa. não pode esperar*

---

<sup>113</sup> É muito interessante que em entrevista ao único filho vivo de José de Macedo, o Dr. Marcelino de Macedo, e aos netos, a Dra. Branca Braga Macedo e o Prof. Doutor Jorge Braga Macedo, todos me tenham referido o regicídio que ouviam contar à avó e que sempre associaram a vivência do avô em África devido a este facto. Na realidade, a detenção de Macedo dá-se por causa de um regicídio, mas o do Rei Humberto de Itália e apesar de já estar em Portugal à data do regicídio, pela correspondência e documentação a que tivemos acesso, não existe qualquer ligação direta ao autor.

<sup>114</sup> José de Macedo, Rascunho da *Carta de defesa*, escrita durante a sua detenção por motivos políticos em 1900, 6 de Agosto de 1900 (calabouços da esquadra do Rato), transcrição Arminda Fortes e Cátia Miriam Costa.

amor e dedicação de V. Exa. quem me diz a mim que a posição que V. Exa. goza hoje seja, em parte, devida a elogios que algumas pessoas tenham tecido a V. Exa., (foi a V. Exa., se não me engano) por ocasião dum célebre acto de justiça mandado executar pelo então ministro conselheiro Augusto Fuschini, se me engano também? V. Exa. conhece muitos homens públicos, eminentes que devem a sua ascensão às alturas à sua pena e ao seu jornal. Poderia-los apresentar, mas não o faço para evitar considerações longas de mais<sup>115</sup>. Nesta manipulação discursiva, Macedo toca no âmago da questão: o acusador conhecia demasiado bem os meandros do jornalismo e o seu poder para ser capaz de dissociar esta acusação da envolvente política que, de facto, ali estava em julgamento. Na realidade, Macedo desvia a acusação para onde esta de facto se fundamenta: o poder que a imprensa tem, sobretudo, o poder de agitação quando sediada em quadrantes que poderiam estar insatisfeitos na sociedade. O autor continua distinguindo comportamento e personalidade: falar contra uma política em quadro democrático não pode ser encarado como falar contra uma pessoa e reforça novamente o seu exemplo com a realidade portuguesa, aludindo a progressistas e regeneradores.

Finalmente, alude à entrada em sua casa e à apreensão dos seus livros, referindo a existência de títulos sobre o anarquismo e escritos por anarquistas, mas que não estavam proibidos pela lei portuguesa. Alude, ainda, aos autores que mais lê e cita: Comte, Spencer, Proudhon, Morse, Kropotkine, Malon, Dickens, Burnouf, Tolstoi, Janet, Buchanan, Victor Hugo, etc., numa tentativa de demonstrar a variedade dos seus interesses, mencionando ainda o facto de ler muitos autores portugueses, sobretudo, os contemporâneos. Declara-se frontalmente socialista e fala da situação familiar que estaria disposto a sacrificar: *Agora se V. Exa deseja saber as minhas opiniões, francas e sinceras, eu lhe declaro simplesmente que sou socialista. Director de um jornal socialista eu não poderia ser, logicamente, outra coisa. Se nisso há crime, aqui estou pronto para o castigo. Se nisso há falta aqui estou disposto para a penalidade mais severa. (...) Digo mais a V. Ex.ª, sem bravatas, sem a menor preocupação de vaidade: Tendo por minha mulher a maior das afeições, eu não hesitaria em sacrificar o seu sossego, se tiver de sofrer as consequências de minha declaração, mais ainda: Tendo por minha família uma afeição ilimitada e sabendo o estado aflitivo em que a estas horas se encontra, chorando a minha prisão, carpindo meu encarceramento, eu não hesitaria em sacrificar o seu sossego assim como o sentimento dos meus amigos, se desta declaração alguma coisa de perigoso me pudesse advir.* Termina a sua defesa num exercício de lógica absoluto: *Resumo aqui o meu depoimento: a) Não sou, nunca fui, nem julgo que possa vir a ser anarquista; b) Reprovo absolutamente a propaganda pelo facto, assim como todas as violências; c) Considero os atentados como fruto de doidos ou ignorantes; d) O meu artigo, Morte d'um Rei, não está incluso em nenhum das leis que regem a imprensa, nem código penal, pois nem insulto nem calunio; nem a lei de 13 de Fevereiro de 1896, pois não é o atentado anarquista, e, mesmo que o fosse, não o defendo nem aplaudo, antes reprovo; nem na lei da imprensa ordinária, pois não dirijo apenas, a S. Majestade, aos ministros, às autoridades, nem incito à revolta; e) Considero o atentado de Monza, sob o ponto de vista do estado de excitação dos espíritos na Itália; f) O ponto em que digo que poderia dizer mal do rei refiro-me aos meus actos políticos e não*

---

<sup>115</sup> Idem.

*particulares; g) Os livros que me foram apreendidos não podem, por muito variados em assuntos constituir prova contra mim mesmo; h) As minhas opiniões são socialistas*<sup>116</sup>.

O ano seguinte, 1901, constitui um ponto de viragem. Macedo participa no I Congresso Colonial Nacional da Sociedade de Geografia de Lisboa e envia a memória *As Nossas Riquezas Coloniaes* que sai nesse mesmo ano, com a chancela da Imprensa Nacional. Ainda, nesse ano, tendo em conta a data da dedicatória que faz à Sociedade de Geografia de Lisboa, publica *O Poderio de Inglaterra*, em que aborda o apogeu deste país e as suas fragilidades intrínsecas. Este ano pode ser considerado de mudança, porque de facto assinala o estreitamento do seu interesse intelectual pelas colónias e, também, porque se começa a gizar a modificação da sua vida. Assim, a convite de Magalhães Lima, parte em 1902, para Luanda para dirigir o jornal *A Defeza de Angola*, de que será diretor até 1906, permanecendo em Angola até, pelo menos 1907, já que em 1908 regista a existência de correspondência recebida já em Lisboa, onde teria voltado por doença de sua mulher. Em 19 de Março de 1907 tinha escrito um rascunho, provavelmente de algum texto para ser enviado, em que regista a sua vontade de partir de Angola. A par da atividade de jornalista, Macedo desenvolve em Luanda uma atividade pedagógica, fundando o Colégio Progresso, na capital da então Província, e organizando o curso comercial, sob a égide da Associação Comercial de Luanda, onde foi professor. Pode-se dizer que se integra no meio intelectual local, o que é testemunhado pelo seu envolvimento com a comunidade residente, mesmo após o seu regresso a Lisboa. Segundo a correspondência com António Freitas, residente na Catumbela, publicou o seu primeiro e único romance, em fascículos, em Luanda, que creio constituírem as provas sobre as quais reescreveu a primeira parte do romance tendo-lhe acrescentado uma parte dois, já na década de quarenta do século XX e que nunca chegou a publicar. Igualmente, uma pequena nota sobre a alternância entre a publicação do folhetim e de um outro texto no jornal *A Defeza de Angola*, enviado a Macedo e segundo instruções de António Perez, um dos administradores, atesta no mesmo sentido. Existe um outro manuscrito, igualmente redigido nos anos quarenta, intitulado *Paz Perpétua*, em correção de texto que não chegou a ser publicado e que se pode classificar como romance.

Mas volte-se à sua vida em Angola e ao seu ativismo no seio da sociedade civil. Contestado ao início pela elite mestiça local que exercia um papel importante na área do jornalismo local da época, Macedo acaba por ser acolhido pelos antigos opositores e por granjear apoio na pequena e média burguesia existente na colónia. A sua atividade, enquanto jornalista, volta a ser vigiada, agora pelas autoridades locais em Luanda que a reportam às autoridades centrais. Em Abril de 1904 é detido no Hotel Areias, em Luanda, em companhia de António Perez que, por vezes e em correspondência, também aparece com a grafia “Peres”, tratando-se do mesmo indivíduo. A acusação é o incitamento à revolta e o Ofício do Governador-geral [Miguel de Borja] para o Ministro e Secretário de estado dos Negócios de Marinha e Ultramar, datado do dia 27 de Abril de 1904, relativo ao cidadão espanhol António Peres, alvo de um processo de extradição sumária. O referido ofício acompanha o auto de investigação que nomeia diretamente o nome de José de Macedo, considerando-o como alguém contratado para provocar a desordem na província. Neste caso, estaria em jogo não a situação específica em que ocorre a detenção, mas um correr de acontecimentos que pareciam conectar-se com a

---

<sup>116</sup> Idem.



atividade de Macedo que se destacava pela sua tentativa de investigação dos contratos dos serviçais, pelas questões sobre a política económica para o desenvolvimento da colónia, pelas interpelações sobre as situações de compadrio nas instituições públicas e sobre os interesses lesados dos letrados locais, todos temas incómodos ao poder na época.

Assim, não é com surpresa que se lê o registo disto mesmo no relatório confidencial enviado para Lisboa: *Dá-se porém o caso de que ha tempos para cá que, em Loanda, se tem desenvolvido uma certa reacção contra os governos da metrópole e província, reacção que se tem manifestado em comícios e outras reuniões publicas, e não publicas onde se pronunciavam discursos aggressivos para as instituições do Paiz e onde se discutiam as leis, no intuito de obstar aí sua execução, como succede com o decreto de 29 de Janeiro de 1903, sobre emigração, e succedeu ultimamente com o regulamento da contribuição industrial, e enfim se combinaram manifestações de agrado ou desagrado ás auctoridades que respectivamente fraquejassem ou não perante as suas imposições. Secundando esses elementos de desordem, existe um pamphleto para não lhe chamar jornal, intitulado “A Defeza de Angola” que mensalmente é publicado n’esta cidade, usando de linguagem verrinosa, dirigido por um tal José de Macedo ex-reporter de um jornal republicano-socialista de Lisboa, que para aqui veio expressamente contractado pelos reaccionários a que venho de referir-me. Como era do meu dever, tratei, de pouco a pouco, me informar quem eram os cabecilhas d’essa hoste revolta, para com a minha auctoridade poder intervir na primeira occasião em que se desmandassem, para ver se assim punha cobro a este estado de cousas<sup>117</sup>. Neste trecho, percebe-se que o caso do Hotel Areias não será mais do que um pretexto para expulsar António Perez, dado a sua ação política, e de calar ou, pelo menos, controlar Macedo que vinha já identificado desde Lisboa e que parecia dar voz aos protestos locais contra um governo colonial que parecia se distanciar das realidades locais<sup>118</sup>. Continuando, refere: *De informação em informação, escrupulosamente obtidas, com a máxima segurança, cheguei à conclusão de que a parte illustrada da cidade como: magistratura, funcñonalismo, principaes negociantes, enfim toda a gente que merece alguma consideração era estranha a qualquer manifestação das que se tem realisado. O grupo reagente compunha-se de negociantes de haveres embaraçados e em véspera de fallencia, um ou outro funcñionario civil e militar de inferior cathegoria e, sobretudo, de grande número de caixeiros, tendo por inspirador e inxtigador o tal António Perez que pela palavra violenta (...) alimentava o movimento.**

O grupo que era apoiado por Perez e Macedo não representava a oligarquia da colónia, era antes constituído pela pequena burguesia local, pela gente de baixo posto ligada ao comércio e por “negociantes de haveres embaraçados”. Sabendo-se historicamente o processo que ocorria lentamente na viragem do século XIX para o século XX e que ganhará expressão máxima na perseguição aos intelectuais e aos pequenos proprietários locais que vimos no caso dos nativistas e de Augusto Bastos, pode-se antever que esses negociantes arruinados não eram mais que filhos da terra, mesmo que descendentes de colonos. Estes estavam a ser lentamente substituídos na influência política e na posse de terras e acesso aos negócios por

---

<sup>117</sup> Documento que consta do Arquivo Histórico Ultramarino, n.º 805, pasta 21, período 1901-1904, recolhido e digitalizado por mim.

<sup>118</sup> Antonio Perez foi administrador de *A Defeza de Angola*, tendo-se desvinculado desta atividade algum tempo depois. É referido, algumas vezes, na correspondência de Fernando Reis com José de Macedo como um defensor da investigação da questão dos contratos dos serviçais.

uma nova elite, fruto de um novo tipo de colonização e de um desenvolvimento colonial que não tinha em conta o que já existia na colónia e muito menos a existência de um grupo de pessoas qualificadas e com os seus negócios já estabelecidos. O que agora se fazia era prover a entrada de grupos ou companhias que viessem investir em larga escala em produtos vocacionados para a satisfação do mercado europeu, afastando mesmo que lentamente os locais do exercício de todo e qualquer poder político e administrativo, tendência essa que se manterá ao longo do período que aqui foco, portanto, estendendo-se desde a viragem do século até aos anos 30/40 do século XX. O incidente tinha ocorrido a 21 de Abril e teria resultado de uma discussão entre José de Macedo e o advogado Calvão de Mello que se sentiria lesado por um artigo escrito em *A Defeza de Angola*, em que interveio António Perez, segundo o auto de investigação, acusando o governo português de ser o culpado da decadência da colónia, segundo José de Macedo em *Autonomia de Angola* porque Perez gritou *Viva a República!*, tendo sido muito aplaudido<sup>119</sup>. Mesmo assim, Macedo permanece em Angola, pelo menos mais três anos, até que a sua mulher adocece e, em 1907, tenta o ingresso na Escola Superior Colonial que falha. Em 1908 já recebe correspondência em Lisboa, contudo, indica em *Autonomia de Angola* como ano de seu regresso o de 1909, parecendo-me poder aí existir uma gralha tipográfica ou um erro do autor; ou ainda uma situação em que Macedo ainda oscilava entre uma e outra cidade. A evocação da doença da mulher parece-me bastante plausível, pois ela vem a falecer pouco tempo depois já em Lisboa.

Em 1910 publica *Autonomia de Angola* e vê o seu desejo de sempre concretiza-se: a República era uma realidade mas em construção, o que Macedo admite mesmo nas páginas deste seu livro, publicado em edição de autor, em que alerta para o perigo dos que mudam de ideia política, apenas para permanecerem no poder. No ano seguinte, funda a União Colonial, ao lado de nomes como Freire de Andrade, Norton de Matos, Leito do Rego, Ernesto Vilhena, Pires Avelanoso e Loureiro da Fonseca, no sentido de aprofundar o conhecimento sobre as colónias e pugnar pelo seu desenvolvimento. Em 1912, inicia a sua colaboração com o *Jornal de Benguela* que manterá ao longo de alguns anos, até 1919. Em 1916 publica *O Conflito Internacional sob o ponto de vista português: estudo político e económico*, começo de uma série de estudos ligados à política interna e externa e economia, na sua maioria inacabados e não publicados. Em 1921, dá-se o culminar de um processo disciplinar no Instituto Comercial de Lisboa, onde era professor que teria começado em 1919. Em Agosto de 1925 é-lhe concedido o grau 20.º (Mestre Ad Vitam), pelo grande Oriente Lusitano Unido, obedecendo ao rito escocês antigo, instituição que tentara implementar durante a sua estada em Angola e de que são testemunho as tentativas e real implementação em Benguela, sob o nome de

---

<sup>119</sup> “Na noite de vinte e um do corrente, deu-se, na sala de jantar do restaurante Areias, um conflicto, entre o advogado Doutor Calvão de Mello e José de Macedo, director do “Defeza d’Angola”, conflicto provocado por um artigo publicado no jornal, offensivo para aquelle advogado. Como succede nestes casos estabeleceu-se grande confusão, e no meio d’esta apparece António Perez, á frente de grande número de caixeiros e impondo o silencio, aproveitou o momento para mais uma vez pronunciar um discurso em que atacou o governo portuguez, attribuindo-lhe a responsabilidade da decadência d’esta colónia, do seu mal estar, e de permittir a escravatura, palavras estas que foram applaudidas e saudadas com gritos sediciosos pela sua troupe. Em face d’estes successos, não poude deixar de proceder logo que d’elles tive conhecimento. Por amotinador e perturbador da ordem publica e ainda para que se provasse a sua identidade, fiz deter, para averiguações, o referido António Perez e levantei o auto que incluzo envio para ser apreciado por sua Exc. O Conselheiro Governador Geral.” Arquivo Histórico Ultramarino, n.º 805, pasta 21, período 1901-1904.

Kuribeca, onde se edificou uma escola denominada Eduardo da Costa sob a égide e princípios da maçonaria, e na Catumbela. Em 1930 participa no Congresso Internacional de Antropologia e a importância deste facto relaciona-se diretamente com a escrita da sua tese de doutoramento, denominada *Etnografia e Economia*, que não chega a ser discutida, apesar de completa do ponto de conteúdo. Seria uma tese polémica, num tempo em que dominavam os movimentos intelectuais racistas, corrente que se afastava desde sempre do que Macedo defendia, assente em dados que comprovavam que todas as “raças” eram “progressivas” e poderiam aprender novos conhecimentos.

Nos anos quarenta revê as provas de *Herança de Amarguras* e começa a reescrevê-la, tal como referi anteriormente. Aliás esse decénio caracteriza-se por um retorno às lutas cívicas e a uma certa liberdade interior que contrasta com a sua perseguição pelo regime, pelo apagamento forçado da sua voz, erradicado do ensino, afastado do jornalismo, vigiado mesmo que discretamente. Em 1945, fazendo parte da Liga Portuguesa dos Direitos Humanos, desenvolve um sério trabalho de contactos com jornalistas estrangeiros para denunciar o que se passava em Portugal e forçar a mudança política. No mesmo ano, expressa o seu apoio tácito ao MUD – Movimento de Unidade Democrática. Acreditava que aquele era o momento para fazer cair a ditadura e que havia que agitar todos os quadros intelectuais do país nesse esforço coletivo. Em 1947, giza um projeto de redemocratização do país, com o regresso à República democrática, crendo que ainda era possível reverter a situação. Morre nesse ano, vítima de doença súbita, durante um período de férias na Nazaré. Sobre si próprio escreveu, no texto da sua tese de doutoramento: *Velho professor e jornalista quis ter sempre a coragem das minhas opiniões e incitar os meus concidadãos à arte da responsabilidade, sem me importar das consequências*<sup>120</sup>. Se saíra derrotado de algumas batalhas, mantivera-se fiel aos seus princípios e acreditava na vitória. Para si a realidade deveria ser completada por possibilidades de mudança e em toda a sua vida investiu na possibilidade de criar uma realidade alternativa. Analise-se, agora, a sua correspondência e ficar-se-á com uma visão mais aprofundada da sua dimensão enquanto intelectual e da sua repercussão.

#### A CORRESPONDÊNCIA DE JOSÉ DE MACEDO

José de Macedo, apesar das mudanças de residência e de se saber perseguido, manteve numerosa correspondência entre os seus pertences e encontrei encontrar no seu espólio, encerrado há algumas décadas em baús, uma boa parte das cartas que recebeu de diversas individualidades. Os temas são muito variados, sempre ligados a interesses intelectuais e políticos, determinantes para a sociedade portuguesa, exceção feita à correspondência de índole meramente familiar. De toda a correspondência selecionei uma parte do todo e que corresponde, sobretudo, às questões ligadas com a colonização e com as então províncias ultramarinas e projetos associados a esta questão. Entre esse conjunto de cartas decidi excluir da análise, tomando apenas conta da sua existência, a correspondência relativa às crianças e jovens enviados para os colégios de Macedo, tanto aquele que teve em Luanda, como o que veio a fundar em Lisboa e que ainda recebeu alguns estudantes provenientes de Angola,

---

<sup>120</sup> *Etnografia e Economia*, manuscrito inédito, digitalização de Arminda Fortes, Espólio José de Macedo, IICT.

encaminhados através de amigos e conhecidos, por se tratar, sobretudo, de temas ligados à educação e pagamentos de prestações dos alunos. Da parte da correspondência que merece agora análise mais profunda, pode-se verificar que existe uma variedade considerável, indo da troca de correspondência fruto do recebimento de textos para publicação, a pequenos relatórios e descrições de povos, como ainda troca de informações sobre os movimentos cívicos a decorrer ou a planear ou, ainda, cópias de correspondências com as autoridades administrativas da colónia a que Macedo teria acesso de forma oficiosa. Assim, analisei cada uma das cartas, retirando os elementos importantes de cada uma para traçar a biografia dos autores (porque novamente se menciona Augusto Bastos), a relevância da sua obra, o seu percurso intelectual, dada a impossibilidade, devido à extensão e qualidade dos elementos existentes, aprofundar aqui todo o conteúdo que daí se poderia retirar.

Comece-se por duas personalidades que se correspondem com José de Macedo e que são determinantes para entender-se o seu percurso no que se refere à sua saída de Angola. A correspondência de António de Freitas e de José Maria d'Araújo Freire d'Andrade são determinantes para se compreender o envolvimento de Macedo relativamente à questão colonial, a sua crença no jornalismo enquanto “quinto poder” como refere na sua defesa, aquando da sua prisão política em Lisboa, em Agosto de 1901, a sua integração no meio intelectual. Completarei estas cartas com as de outra pessoa determinante no acompanhamento a Macedo em Angola, Fernando Reis que, escrevendo de Lisboa, pugnava pela questão dos serviços na metrópole e era o representante do Comité Permanente da Grande Comissão de Loanda na capital do então Império.

Escrevendo da Catumbela, em 25 de março de 1906, António de Freitas dá a prova de que José de Macedo vinha publicando, em fascículos pela forma como é aludido por Freitas, um romance ainda residindo na cidade de Luanda: *Já o formoso romance que vem publicando nos revela uma existência dolorida do seu autor, e por um trecho da carta a que tenho o prazer de estar respondendo se vê em alguns desgostos o têm alcançado n'essa terra*<sup>121</sup>. Dois elementos a reter: Macedo *vinha publicando* um romance, ou seja, Macedo não tinha publicado uma ficção em livro, vinha publicando, o que sugere que seria uma publicação faseada de acordo com o que era prática na altura; o outro elemento é que não tendo encontrado os fascículos ou livro nem sequer no espólio do autor, a verdade é que este existiu. Tendo o autor, na década de quarenta reescrito o que penso serem provas, existe a forte possibilidade de esse ser realmente o romance a que aqui se alude, datado de 1906 e que mais de trinta anos depois, o autor tenha decidido no próprio original em fascículos introduzir novos elementos e inclusivamente alterar a descrição física de algumas personagens. Infelizmente, o título da obra não é referido, contudo a alusão à *descrença que nos mortifica e abrevia os dias da nossa existência tornando-os amargos e desesperados* e intitulando-se o romance que encontrei *Herança de Amarguras*, parece haver uma coincidência entre os dias tornados amargos e desesperados. Igualmente, o facto de José de Macedo ainda possuir o colégio é claro, pois António de Freitas refere o desejo de um conhecido seu fazer ingressar seu filho na instituição. Prosseguindo a sua carta, Freitas menciona a saída de Macedo de *A Defeza de Angola* que teria ocorrido por algum conflito ou desgosto do jornalista relativamente a algum facto aí

---

<sup>121</sup> Carta de António de Freitas para José de Macedo, Catumbela, 25 de Março de 1906, atualmente no Espólio Dr. José de Macedo, IICT.

ocorrido, escrevendo: *Muito lamento eu de todo o coração a saída de V. Ex.<sup>a</sup> do jornal que lhe deve a existência e que tão bem orientado foi e tantas lutas sustentou durante os três anos em que V. Exa. esteve à testa dos seus destinos, e deploro tanto esse facto, quanto é certo que me parece sai desgostoso por alguma injustiça que lhe tenha sido feita, ou por ingratidão d'algum mal agradecido.*

Já nos parágrafos finais refere o amigo comum, Augusto Bastos, do qual só encontrei correspondência datada de dois anos mais tarde, mas que aqui se percebe que já era conhecido de Macedo. Os elementos dados por Freitas nesta carta condizem com o teor das cartas anteriormente referenciadas e trocadas entre os dois autores em estudo. Escreve António de Freitas: *O amigo Augusto Bastos, que leu no "Boletim" um decreto criando uma escola colonial em Lisboa, empenha-se muito em ocupar a cadeira de língua "ambundo", mas faltam-lhe os recursos a lançar mão para a obter, por parecer que são lugares para apadrinhados, talvez expressamente criados para esse fim como tanta vez se faz no nosso país. Ele é a meu ver competentíssimo e capaz mesmo de se distinguir e ir longe em Lisboa, pois é estudioso e capaz de lá frequentar faculdades que lhe permitam obter conhecimentos que o elevem e lhe granjeiem um nome proeminente. Com esta cadeira da língua preta e propõe-se fazer em seguida o dicionário competente, método prático d'ensino e guia de conversação. Conhecimentos da língua e capacidade para realizar estes seus intentos não lhe faltam; o pior é se lhe falta cadeira, e mesmo se o projecto irá avante com a queda do ministério que o criou. De facto, Bastos vem a escrever o *Método da Língua Bunda*, como anteriormente referi e tenta, sem sucesso, o ingresso na Escola Superior Colonial, sendo, também, interessante verificar que Bastos via o seu valor reconhecido localmente e era considerado em termos intelectuais. Nesta mesma carta, ainda refere uma inconfidência havida na loja de Catumbela, da qual não consegue dar mais dados, por há muito se ter afastado dos trabalhos *por desilusão quanto às coisas maçónicas por cá*, lamentando não poder informar melhor Macedo, mas acrescentando que teria sido prevenido Paes Brandão deste facto. Este aspeto só reitera a ligação de Macedo às maçonarias locais em Angola, estabelecendo o triângulo entre Luanda, Benguela e Catumbela.*

Em 11 de Novembro de 1909 e de Catumbela, volta a escrever António de Freitas, ficando-se com a clara ideia de que haveria questões em aberto que seriam tratadas por interlocutores locais e um deles seria Freitas. Nesta carta volta a referir-se a Bastos e ao livro que, então, pretendia publicar e que veio a ser editado pela Sociedade de Geografia de Lisboa, com a intervenção de José de Macedo. Redige Freitas: *Muitos judiciosas as considerações do meu caro amigo sobre a *Monographia da Catumbella* que o Bastos enviou ao Paiva Couceiro – esquecendo-se que ele, podendo, não faz aprovar os estatutos do decantado Grémio Africano. Não sei se a lição lhe aproveitará. Diz-me elle ter já remetido o resto do original para conclusão do methodo*<sup>122</sup>. Na verdade, há algum tempo que se esperava pela aprovação destes estatutos, situação que o próprio Bastos relata a Macedo na sua carta de 23 de Junho do mesmo ano, a mesma em que refere o envio da *Monographia da Catumbella* a Paiva Couceiro. Na restante correspondência que analiso, não existem mais referências a Augusto Bastos, mas a situação aqui evocada por Freitas sobre a saída de Macedo do jornal que tinha ido para Luanda dirigir,

---

<sup>122</sup> Carta de António Freitas para José de Macedo, Catumbela, 11 de Novembro de 1909, atualmente no Espólio Dr. José de Macedo, IICT, identificação e digitalização minhas.

deve ter conduzido à correspondência que manteve com José Maria D'Araújo Freire d'Andrade, com quem Macedo se cruzou em Luanda, e que se refere à criação de um novo projeto jornalístico em Lourenço Marques que seria similar ao que Macedo teria tentado implementar com *A Defeza de Angola*, o que é comprovado pelo seguinte trecho: *Recebi a sua carta de 29 d'Outubro último e junto a ella um projeto de sociedade para a exploração da industria tipográfica e juntamente a criação de um jornal que defenda os interesses da província de Moçambique, onde hoje tenho importantíssimos interesses*<sup>123</sup>. Tal como acontecera com *A Defeza de Angola*, Macedo propunha a criação de um órgão de imprensa para defesa dos interesses locais, de caráter autonomista, apesar de tal não se encontrar aqui expresso, mas a defesa dos interesses autóctones passava por uma maior participação da comunidade na resolução das questões ligadas à colónia.

José Freire d'Andrade aprecia a ideia e até fundamenta a receção deste tipo de imprensa na sociedade da então Lourenço Marques, evocando a sua experiência na área: *O Portuguez* [título por si publicado anteriormente] *agradou imenso porque lhe dei a feição de um jornal de combate, único género com que se pode obter bom êxito na província e como tenho a felicidade de arranjar bons informadores, as campanhas que iniciei e levei ao fim deram-lhe um prestígio extraordinário*. Se, por um lado, José Freire d'Andrade se refere aos leitores e à receção do jornal, cujo sucesso dependeria do seu conteúdo e do quanto se mostrasse defensor da colónia, por outro lado, demonstra como o jornalismo se ligava diretamente ao ativismo político e social, sendo, por isso, natural e espontânea a referência às campanhas levadas a cabo pelo periódico. Portanto, o nicho de leitores da imprensa da colónia esperava a existência de um jornal ativo e combativo, mais, queria ser informada, mas também participar, daí a organização das campanhas públicas. Está-se, pois, em presença não só de uma análise da expectativa do leitor como de uma introdução à semiosfera onde se vai e para quem se vai produzir o discurso. Continuando, menciona como o nome de José de Macedo estava em cogitação para um projeto deste tipo já antes de 1906, logo antes da sua saída de *A Defeza de Angola*; escreve: *Já muito antes de 1906 eu insistia com o Clemente para lhe fazer uma proposta vantajosa. Insistia porque lhe reconhecia muito mérito e se não estava muito ao corrente d'esta extraordinária política sul-africana, a sua intelligencia em breve lhe desvendaria os mystérios d'esta complexa política e que nós andamos agregados como um satélite que acompanha o planeta no gyro da sua orbita*. Para além de ser reconhecido o valor de Macedo, percebe-se que um projeto como *A Defeza de Angola* tinha tido eco nas então províncias coloniais portuguesas e que de facto a imprensa era considerada como tendo o poder de propor alternativas e fomentar a mudança, sendo isto consensual entre ambos.

Prosseguindo, afirma José Freire D'Andrade: *Quanto à orientação do jornal só imponho feição democrática, mas convem ser independente*. Relativamente ao princípio mais firmemente defendido por Macedo, declara: *Não faço questão da descentralização porque sou theoreticamente descentralista e se ultimamente combato a descentralização foi porque vi que uma petulante oligarquia se preparava para ditar a lei, reservando-se a criação de monopólios e [...] em que iam todos feitos*. Novamente dois aspetos interessantes nestas declarações, o primeiro, a discussão da orientação política do jornal e a firme proposição do que seria

---

<sup>123</sup> Carta de José Maria d'Araújo Freire d'Andrade, Lourenço Marques, 20 de Novembro de 1908, atualmente no Espólio Dr. José de Macedo, IICT, identificação e digitalização minhas.

aceitável, admitindo-se intrinsecamente o papel ideológico e de formação de opinião política que o periódico teria; o segundo o posicionamento de José Freire d'Andrade relativamente à descentralização, pois era um tema que o interessava sobremaneira, tendo mesmo publicado o livro *A Descentralização Administrativa de Moçambique*, editado em Lisboa neste mesmo ano em que escreve a Macedo, querendo isto dizer que para além do tema estar em debate na sociedade civil também o estava entre os decisores políticos, daí a referência a uma oligarquia que estaria a aproveitar o princípio da descentralização para se servir a ela própria<sup>124</sup>. Somente três anos após, se encontra registo de nova correspondência entre ambos, depois de ter assegurado o seu interesse pelo projeto jornalístico na primeira carta e ter explicado que apenas a doença do seu sócio, várias vezes referenciado, o impedia de avançar desde logo. Tinha fechado essa sua carta, indicando a Macedo que se avistasse com o governador Freire d'Andrade, tendo inclusivamente enviado um bilhete para que lhe fosse entregue, e asseverando que este estava ao corrente dos seus projetos. Ora, em 1912 abre precisamente a sua carta escrevendo: *Escrevi-lhe a semana passada lembrando-lhe (...) o lugar d'administrador do Conselho que está sendo desempenhado por um interino. Volto a insistir para que o faça o quanto antes. N'esta mala vae uma tremenda charge ao Freire D'Andrade e outros se seguirão. Elle bem sabe que eu não sou homem que se leva assim à parede e muito mal fez em o esquecer*<sup>125</sup>. O Governador referido é Alfredo Augusto Freire de Andrade que governou Moçambique entre 1906 e 1910 e que sofre uma campanha de denúncia na imprensa no período em que esta correspondência é escrita. Mas mais importante que a questão política subjacente, é o facto de Macedo, apesar da implantação da República pela qual tinha lutado, não ver os seus dias facilitados, daí que necessitasse no momento de uma colocação administrativa nem tampouco os seus projetos mereciam qualquer outro apoio que não o que já anteriormente recebiam. Quer isto dizer que, igualmente, o seu posicionamento relativamente à política colonial continuaria crítico e, portanto, difícil de encaixar no que continuava a ser a política colonial portuguesa.

Volte-se, agora, atrás no tempo e leia-se a correspondência de Fernando Reis com José de Macedo que ficou para o final porque representa essa ligação entre Lisboa e Luanda que passava por tantas outras cidades angolanas, também pela discussão da estratégia que *A Defeza de Angola* deveria seguir. Também oferece a possibilidade de compreender-se a rede de informantes que se tinha estabelecido e o conjunto de relacionamentos sociais e intelectuais que permitiu ao jornal ser bem-sucedido e um elemento incómodo na sociedade colonial de então. Em 1903 e como membro da Grande Comissão de Loanda teria Macedo escrito a Fernando Reis a convidá-lo para, com outras personalidades, participar de um Comité permanente em Lisboa a que Reis responde positivamente<sup>126</sup>. Dois meses depois escreve nova carta, mencionando o seu trabalho no programa do Comité para que seja impresso e distribuído na capital do Império, considerando, no entanto, que esta atividade seria limitada, sendo necessário fazer-se muito mais para garantir que o impacto desejado sobre a opinião pública fosse alcançado. Assim, escreve: *Ora, o que era preciso, a bem de todos, era a*

---

<sup>124</sup> José Maria d'Araújo Freire d'Andrade, *A Descentralização Administrativa na província de Moçambique*, Lisboa, 1908.

<sup>125</sup> Carta de José d'Araújo Freire d'Andrade, Lourenço Marques, 20 Janeiro de 1912, atualmente no Espólio Dr. José de Macedo, IICT, identificação e digitalização minhas.

<sup>126</sup> Carta de Fernando Reis, Lisboa, 11 de Outubro de 1903, atualmente no Espólio Dr. José de Macedo, IICT, identificação e digitalização minhas.

*continuação, a constância, a pertinácia que só com uma certa liberdade se pode cumprir. Assim, lembrei-me que se torna imprescindível um Centro para a gente de Angola, aqui em Lisboa, ao qual se poderia intitular Centro de Angola. Para isso era preciso interessar toda a gente daí, a de Benguela, a de Moçamedes e do Ambriz (...). Esse centro seria uma força de substituição da outra, o Centro Colonial, que os de S. Tomé nos levaram. Acha que não será viável a ideia? Aqui considera-se aceitável, falta aí anuírem. Deste modo, o Centro de Angola tornar-se-ia, repito, uma grande força, repercutindo a voz da gente daí, porque era a essa casa, a essa associação o seu reduto*<sup>127</sup>. O objetivo final parecia ser, de facto, influenciar a opinião pública e o poder político num determinado sentido.

Em carta de 17 de Junho de 1904 já não aparece qualquer referência ao Comité ou Centro de Angola, mas aparece uma menção a um Guerra Peres que de facto deve ser o já conhecido António Perez ou Peres que foi alvo do processo de expulsão sumária em Angola. Reis recorda a conversa que tem com ele, registando: *Falei hoje com o Guerra Peres, pela 3.ª ou 4.ª vez que ele está em Lisboa. Conversámos sobre coisas daí e daqui, a respeito de serviçais. Ele decerto lhe escreverá*<sup>128</sup>. Percebe-se que este Peres não viveria em Lisboa e que tinha profundo conhecimento relativamente à questão dos serviçais, o que condiz com o que se sabe de António Peres de quem inclusivamente encontrei correspondência entre os documentos de Macedo, numa carta dirigida a Brito Pires e por si assinada em que dizia: *Dê-nos um alegrão. Consta-lhe alguma coisa sobre os serviçais de Benguela? Disseram-nos ontem que o comércio daquela cidade se recusava a transacções de serviçais! Será verdade? Se assim é, temos alcançado o primeiro triunfo, e importante*<sup>129</sup>. Percebe-se não só o seu interesse e militância na questão dos serviçais como se entende a rede de informações que era estabelecida e o facto de existir uma tão profunda ligação a Benguela e Catumbela que estaria diretamente relacionada com esta problemática. Ainda de referir que a existência desta correspondência testemunha o quão seria incómoda a presença de Peres em território angolano que à data desta correspondência ainda permanecia em Angola. Volte-se a Reis e à carta em análise, em que cita o papel de *A Vanguarda* na questão dos serviçais: *Como verá pela Vanguarda eu tenho tratado do assumpto, - serviçais – e o negócio caminha mais lentamente. (...) O meu amigo sabe que todas as campanhas se vencem com duas armas: a razão e o dinheiro. Aí que falta a primeira e vence a 2.ª só a 1.ª nunca convenceu nem venceu interesseiros, que são, afinal, os dirigentes*<sup>130</sup>. Daqui depreende-se que existia uma campanha articulada em alguns setores da imprensa da metrópole e da colónia e que era reconhecida que a falta de fundos para a concretização do objetivo pretendido, que era a suspensão dos contratos de serviçais tal como estes eram feitos à época. Na carta de 22 do mesmo mês, reincide na referida problemática: *Relativo à nossa questão dos negros, (emigração) falei o outro dia ao Guerra Peres, e ele ficou de escrever par ahi. (...) Enfim, diga ahi a essa gente do caso que se trata, de contrário, embora a justiça nos assista, a vitória será longa e quiçá problemática. A fonte de S. Thomé tem feito constar que a questão dos serviçais é a sua ruína, a ruína da colónia, etc., e*

<sup>127</sup> Carta de Fernando Reis, Lisboa, 23 de Dezembro de 1903, atualmente no Espólio Dr. José de Macedo, IICT, identificação e digitalização minhas.

<sup>128</sup> Carta de Fernando Reis, Lisboa, 17 de Junho de 1904, atualmente no Espólio Dr. José de Macedo, IICT, identificação e digitalização minhas.

<sup>129</sup> Carta de António Peres para Brito Pires, Luanda, 27 de Março de 1903, atualmente no Espólio Dr. José de Macedo, IICT, identificação e digitalização minhas.

<sup>130</sup> Carta de Fernando Reis, Lisboa, 17 de Junho de 1904, op. Cit..



*d'ahi também só com o fim humanitário não é fácil vencer*<sup>131</sup>. Percebemos, pois, que havia uma ação concertada entre Luanda – Lisboa – São Tomé relativamente a esta questão e que, tal como tinha acontecido com a escravatura transoceânica, o argumento humanitário era insuficiente, apesar de chegar para indispor os poderes locais e centrais.

Encontrei nova correspondência de Reis, datada de seis meses depois, agora referindo o conflito existente entre o periódico e o governador-geral, Miguel Borja, que tinha sido também o responsável pela expulsão de António Peres: *O Dr. Oliveira disse-me há algumas semanas, a propósito d'um número da Defeza que publicou noticias pormenorizadas da derrota de Angola, que lhe parecia impossível que esse jornal tendo atacado tanto o Borja, e sendo victima dos seus rancores, caia em lhe fazer o seu jogo. (...) De Mossamedes, é claro, que os amigos do Borja mandaram dizer o mesmo para o Século e Diário de Notícias, ressaltando assim o contraste entre o que antes escreveram, e depois anunciaram*<sup>132</sup>. Importante atentar neste jogo entre falsas e verdadeiras informações e o uso que os políticos e a administração colonial também faziam da imprensa a par desse suposto “rancor” que o Governador-Geral já teria pelo jornal. Três meses depois, Reis volta a escrever, agora referindo: *O nosso previsto amigo Guerra Perez parte para ahi a 1 d'este mez, e agora ahi tem o meu amigo um excelente companheiro e um maravilhoso auxiliar. (...) Angola é feliz de o ter como paladino do progresso angolano, e eu vanglorio-me com a sua amizade*<sup>133</sup>. Peres iria tentar entrar de novo em Angola, um ano após a sua expulsão e Reis continuava a usar as cartas que acompanhavam o envio dos seus textos para *A Defeza de Angola* com informações preciosas sobre esta questão dos serviços que, mais do que as outras, lhe parecia absorver toda a dedicação. Encontrei outra carta que relata a visita do Presidente da República francês a Portugal e nada mais a partir de 1905, mas na verdade Macedo abandona a direção do jornal em 1906, portanto, poderiam não ter existido muito mais assuntos interessantes registados na correspondência.

Através do acompanhamento destas cartas, o que se retira é a existência de uma rede de informantes e de colaboradores que não eram jornalistas. Assim, não é de estranhar que no seu espólio encontremos correspondência com personalidades locais como Benigno Ferreira, um endinheirado comerciante filho da terra de Catumbela, José Rodam Tavares, um advogado importante de Benguela, envolvido em projetos jornalísticos, Joaquim Bravo da Costa, comerciante e conhecedor do sertão angolano, Joaquim Silva que lhe fornecia relatórios sobre o interior, com descrições que iam das atividades económicas (agricultura, por exemplo), às questões de género e comportamento sexual entre os habitantes, aos adornos, à alimentação, aos rituais, do Xinge e da Lunda, passando pela correspondência oficial que é copiada para seu conhecimento, às denúncias que chegavam de Novo Redondo, do Loremo e de outras partes de Angola. Significa tudo isto que Macedo tinha uma excelente rede de relacionamentos em Angola e que tinha conseguido ser aceite entre os filhos da terra, pois muitos dos seus colaboradores são angolanos, se bem que provavelmente educados ou passando por Portugal.

---

<sup>131</sup> Carta de Fernando Reis, Lisboa, 22 de Junho de 1904, atualmente no Espólio Dr. José de Macedo, IICT, identificação e digitalização minhas.

<sup>132</sup> Carta de Fernando Reis, Lisboa, 6 de Dezembro de 1904, atualmente no Espólio Dr. José de Macedo, IICT, identificação e digitalização minhas.

<sup>133</sup> Carta de Fernando Reis, Lisboa, 7 de Março de 1905, atualmente no Espólio Dr. José de Macedo, IICT, identificação e digitalização minhas.

## 1.2 O despertar para a África

*Quando em 1876 na Conferência de Bruxelas foi criada a Associação internacional Africana no intuito de excluir do continente negro os que não pudessem titular o domínio pela ocupação, preparou-se o novo direito público africano, afirmado com a Conferência de Berlim, cuja acta de 26 de Fevereiro de 1885 a muitos pareceu de condenação da política colonial portuguesa.*

Carneiro de Moura

África sempre exercera um polo de atração entre os europeus, essencialmente, por, apesar de ser parte do Velho Mundo, se tratar de um mundo quase desconhecido no que se refere ao sul do Saara. São os relatos de viagens, com aventuras imensas, parecendo quase ficcionadas ou verdadeiramente imaginárias e os diários de bordo e de viagem (estes com acesso mais restrito) que constituem as primeiras leituras sobre o continente. Com a descoberta do novo mundo e sua colonização e chegada à Ásia, África deixa de ser a única terra de coisas extraordinárias e vai-se apagando lentamente dos relatos, sendo apenas mais um tema. Notabilizada lentamente como o fornecedor de escravos para a Europa e para as colónias de plantação, tem de esperar para voltar a ser, no século XIX, um tema com crescente presença. O abolicionismo traz África para a ribalta e dos relatos de viagens e das aventuras passa a estar associada a textos pautados pelo realismo. Já não são as aventuras e os elementos fantásticos do “obscuro” continente que dão mote à escrita. Estes foram substituídos por artigos publicados em jornal, ensaios, folhetos de informação e divulgação até chegarem aos tratados internacionais. África entrava no discurso elaborado para a opinião pública e nas discussões de política internacional, sendo recentrada na escrita e conseguindo escritores e leitores. A Europa e os países americanos despertavam para a África, esse enorme continente adormecido e vítima das suas próprias tradições e incapacidades, aos olhos de muitos dos que produzem esses mesmos discursos sobre o continente. E como era em Portugal? Tal como no resto da Europa, a imprensa florescia, publicando artigos, reportagens, opiniões, crónicas e ficção (em folhetim, no corpo do jornal ou em fascículos) e o livro tinha-se tornado mais acessível à população alfabetizada, mesmo que sob leitura partilhada. Paulatinamente, a imprensa assumia o papel de fazedora de opinião, tornando-se no instrumento mais eficaz para o esclarecimento e mobilização da opinião pública. Cientes deste papel, os intelectuais e os políticos, cada vez mais, fazem uso deste novo meio ao seu alcance. Na correspondência trocada entre Fernando Reis e José de Macedo, esse é um dos temas recorrentes, o papel da imprensa nos grandes combates cívicos. No caso abordado, esta reflexão reportava-se, essencialmente, às questões envolventes os serviços angolanos que saíam das suas regiões de origem contra sua vontade pela qual ambos pugnavam<sup>134</sup>.

Todavia, em Portugal outros temas tinham abalado as consciências e provocado uma viragem para a questão africana. As sucessivas negociações e tratados abolicionistas que colocavam sempre Portugal no banco dos réus do tráfico negreiro e as sucessivas pretensões britânicas afetando diretamente o que era considerada a zona de intervenção histórica portuguesa nos trópicos desembocaram num crescente interesse por África e numa progressiva revolta contra

---

<sup>134</sup> Correspondência de Fernando Reis para José de Macedo: Lisboa, 11 Outubro 1903; Lisboa, 23 Dezembro 1903; Lisboa, 17 Junho 1904; Lisboa, 22 Junho de 1904; (sem local) 6 Dezembro 1904; Lisboa, 7 Março 1905; Lisboa, 21 Outubro 1905.

a Grã-Bretanha que protagonizava, acima de todos os outros países, a vontade de substituir os portugueses em África. A Conferência de Bruxelas, em 1876, que excluiu propositadamente Portugal criou uma onda de indignação no país, à qual a recentemente criada Sociedade Geografia de Lisboa (1875) tentou dar resposta, esforçando-se por congregar apoios para a exploração científica dos territórios africanos e lançando na sociedade civil o debate profundo sobre as questões africanas. Nesta instituição, como adiante analisarei, surgiu um debate profundo sobre as questões coloniais, em que a diversidade de opinião era salvaguardada e estimulada, dentro de um conceito de patriotismo em que o opositor era aquele que tentava usurpar o que era português. A tensão internacional em torno dos territórios africanos, para o caso português, conhece o seu expoente máximo com o caso do Ultimatum britânico, tendo sido colocada a então poderosa armada britânica às portas de Lisboa e em posição de cerco. Portugal capitulou e deixou cair por terra as suas aspirações desenhadas no famoso Mapa Cor-de-rosa que ligava Angola a Moçambique, a costa à contracosta, o que seria o prenúncio para perdas territoriais sobretudo na zona do rio Zambeze e seu vale com a desarticulação do sistema de prazos da Zambézia que sobreviva desde o século XVII, enquanto forma de poder e de posse de terra. Goradas as esperanças portuguesas, eram satisfeitas as expectativas britânicas de ligar o Cabo ao Egipto.

Se Portugal pensara ter alcançado alguma estabilidade com o delinear da fronteira de Angola a norte com o Zaire e no denominado enclave de Cabinda, a verdade é que acabou por ser a fronteira leste a que viria a desencadear maiores problemas internacionalmente e a levar a uma ameaça direta de guerra<sup>135</sup>. Findo o conflito, ficava o rasto de humilhação entre os portugueses que acediam ao discurso escrito. Multiplicam-se as publicações relativas ao assunto e as gerações nascidas nas últimas décadas do século XIX entraram na vida adulta com o espectro deste acontecimento. Desde a perda do Brasil que as colónias não agitavam tanto as consciências nacionais e as gerações que preparam a implantação da república são aquelas que mais intensamente viveram esse momento<sup>136</sup>. Efervesciam os debates em torno destas questões e proliferam as instituições que pretendem agitar consciências e responder ao Ultimatum. Apenas um mês depois sucedem-se os movimentos para criação e reavivamento de instituições já existentes. Nesse esteio encontra-se uma carta de Antero de Quental escrevendo a Jaime Magalhães Lima (maçon tal como seu irmão Sebastião Magalhães Lima o grande protetor de José de Macedo que vivia, à época, em Lisboa) para agitar a Liga Patriótica do Norte<sup>137</sup>. O impacto deste acontecimento é trágico, lançando o desapontamento numa sociedade que via no Mapa Cor-de-rosa um novo Brasil, uma nova possibilidade de concretização<sup>138</sup>. De facto, o que acontece é um constante reviver de uma época mítica para o

---

<sup>135</sup> Jorge Borges Macedo, “Uma Reapresentação”, José de Macedo, *Autonomia de Angola, Estudo de Administração Colonial*, Lisboa, Instituto de Investigação Científica Tropical, 2008, 3.ª Edição, pp. 27-38, p. 29.

<sup>136</sup> Vide Cátia Miriam Costa, “Pensamento republicano e africanismo: o caso de José de Macedo”. In *Viagens e missões científicas nos trópicos: 1883-2010*. Lisboa: Instituto de Investigação Científica Tropical, 2010, p. 34-38.

<sup>137</sup> É curioso verificar-se que estes irmãos, ambos maçons, eram oriundos de uma família com forte enraizamento no Brasil, onde provavelmente já estaria ligada à maçonaria. Defensores, desde o primeiro dia, de ideais republicanos, Sebastião chega a grão-mestre do Grande Oriente Lusitano e Jaime notabiliza-se como intelectual e escritor representativo da zona norte de Portugal.

<sup>138</sup> Maria Teresa Pinto Coelho descreve assim a situação: *Encarado por muitos como um novo Brasil, concepção a que não será alheio o velho mito de Prestes João, o projecto do Mapa Cor-de-rosa constitui,*

país, os descobrimentos, e de um ideário existente quando outros países ainda não tinham entrado na disputa pelos domínios dos mares ou dos territórios. No Oriente, os portugueses haviam defrontado a influência dos poderes orientais que derrotaram para se fixarem nos pontos que acabariam por ocupar, em África tinham sido pioneiros, na América tinham assinado um tratado que lhes permitia manter as suas áreas de interesse e penetrar na zona continental americana. Deste modo, a situação agora vivida era nova e abalava até os princípios messiânicos que tinham estado na origem da busca do Reino de Prestes João ou que animavam agora a crença que na África, esquecida durante tantos séculos e apenas lembrada para o tráfico escravagista, se encontraria um novo momento de glória para uma nação pequena em território, mas enorme em história e projeção no mundo. Os tempos tinham mudado, mas os discursos que se cruzavam na sociedade procuravam sempre esse fio de continuidade com um passado já longínquo mas sempre glorioso.

A ausência de convite para a Conferência de Bruxelas, a assinatura do Tratado de Livre Navegação do Congo (1879) que acabou por não ser ratificado, alimentava a agitação política no país, levando os republicanos a acusarem a Monarquia de entregar parte dos domínios que deveriam manter-se sob posse portuguesa<sup>139</sup>. A tensão em torno destas questões aumenta para o que também contribui a chegada de informações sobre o publicismo na Grã-Bretanha em torno destes temas e os relatos publicados por Livingstone. Era urgente reagir e agir. Complementando as ações discursivas para mobilização da sociedade, surgem as viagens exploratórias com algum apoio científico<sup>140</sup>. Organizam-se a expedição de Serpa Pinto com Augusto Cardoso, ao Niassa, em 1885, e a expedição de António Maria Cardoso, também ao Niassa, mas com a missão de fazer o assentamento de uma missão católica e alargar a zona de influência portuguesa em 1888, testemunhando o empenho português em combater pela sua esfera de influência em África. Todos estes movimentos e todo o envolvimento da sociedade civil demonstram que, no preciso momento, em que os maiores ataques externos contra os portugueses são feitos e publicitados na imprensa estrangeira, é exatamente na altura que Portugal se mostra ativo e desperto para África, após um longo adormecimento e um acordar tardio e, por vezes, desfasado como acontece com as reclamações históricas numa época em que a ciência e a tecnologia fazem o imaginário europeu galopar para as concretizações reais, físicas e absolutamente materiais. A exclusão de Portugal da Conferência de Bruxelas e as convenções secretas entre britânicos e alemães, dividindo entre si territórios de Angola, Moçambique e Timor mostram como era difícil o plano de negociação em que os portugueses estavam<sup>141</sup>. Não é de estranhar, por isso, que as posições assumidas no discurso escrito e oral fossem também estas, amiúde, extremadas.

---

*em grande parte, a tentativa de concretização de expectativas milenaristas. (...) Enquanto ingleses, franceses e alemães (...) se lançavam na conquista do Novo Éden, Portugal vira abaladas as suas até então consideradas inquestionáveis pretensões no Continente Negro e assistia à destruição do velho mito de um Portugal africano estendendo-se de costa a costa (...).* Maria Teresa Pinto Coelho, *Apocalipse e regeneração: o Ultimatum e a mitologia da Pátria na literatura finissecular*, Lisboa, Edições Cosmos, 1996, p. 38.

<sup>139</sup> Idem, p. 44.

<sup>140</sup> Godfrey N. Nzoigwe, "Partilha europeia e conquista da África: apanhado geral", Albert Adu Boahen [Editor], *História Geral da África, VII: África sob dominação colonial, 1880-1935*, Brasília, UNESCO, 2010, 2.ª Edição Revista pp. 21-50, p. 32.

<sup>141</sup> Maria Teresa Pinto Coelho, p. cit., p. 57.

Seguindo uma análise comparativa entre a imprensa portuguesa e a britânica relativamente ao Ultimatum sabe-se que: *Enquanto a imprensa britânica dá importância à questão africana antes do 11 de Janeiro, sendo então publicados longos e interessantes artigos sobre os antecedentes do conflito, os jornais portugueses centram-se primordialmente na reacção ao Ultimatum, sendo de registar a pouca informação saída a lume acerca da questão colonial antes do início de 1890*<sup>142</sup>. É, pois, perceptível que na Grã-Bretanha e, perante uma opinião pública já com inclinação para os assuntos coloniais, existe uma tentativa de justificação ação política que poderia desembocar numa ação militar. Em Portugal, trata-se de uma reação à posição britânica perante uma opinião pública ainda em formação relativamente aos assuntos coloniais, daí que o espectro do orgulho nacional ferido seja o que mais se sente nestes artigos. Na Grã-Bretanha desde a década de cinquenta do século XIX que vinham a público publicações de missionários, em que se destacou Livingstone, e de viajantes sobre as questões ligadas ao tráfico negreiro, ao abolicionismo e a uma eventual colonização dos territórios. Estas edições teriam permitido à imprensa britânica não só tomar o assunto em mãos como literalmente desenvolver campanhas contra a presença portuguesa em África, formando uma opinião pública favorável aos seus interesses e a eventuais ações mais duras que fossem necessárias. Se em Portugal, como se viu, também existem vozes tentando orientar a opinião pública, como a expressa pelo Marquês Sá da Bandeira, em livro em que o próprio autor denuncia essa intenção, na verdade, a imprensa até à época não agarrara o tema tão fortemente como acontecera noutros países como a Grã-Bretanha ou mesmo a França. Portugal despertava para África com atraso, apesar de uma presença histórica sonolenta muito longa.

A opinião pública na Grã-Bretanha tinha atingido um nível de preponderância tal no apoio à ação política que, quando Barros Gomes tenta a arbitragem internacional, como tinha acontecido no caso de Bolama em 1870 (arbitrado pelo Presidente Ulisses Grant dos Estados Unidos da América), dando razão a Portugal e levando os britânicos à desistência das suas pretensões, apesar de uma comunidade de súbditos seus já ali residir, o governo britânico recusa-a, escudando-se numa opinião pública favorável aos seus intentos que via em Portugal e nos portugueses apenas um obstáculo às suas concretizações. Deste modo, o único jornal que mantinha alguma equidade relativamente à questão e afastamento face ao poder político era o *Pall Mall Gazette* que, originando o “new journalism”, introduzia um jornalismo de autor, evidenciando o papel que, mais tarde, os jornalistas viriam a ter<sup>143</sup>. Em Portugal e com o impacto do Ultimatum começava a imprensa a gerir a publicação de um conjunto de discursos sobre a temática colonial, agora com um leque mais vasto de dissonância. A própria situação gerara que algumas vozes silenciadas fossem agora ouvidas. O momento da oposição ao sistema e regime políticos tinha chegado, inundando as publicações periódicas. Também os escritores de ficção são afetados por toda esta situação e, por exemplo, um dos nomes mais emblemáticos da prosa portuguesa de então, Eça de Queirós, parece evoluir no que concerne à questão do Ultimatum, tendo mesmo Salvato Trigo traçado uma explicação sobre o impacto deste acontecimento na sua obra que teria feito o autor mudar a sua opinião quanto às colónias, vendo nestas uma possível salvação<sup>144</sup>. Eça de Queirós reconhece mesmo em carta a

---

<sup>142</sup> Idem, p. 62.

<sup>143</sup> Idem, p. 67.

<sup>144</sup> Idem, p. 199.

Jaime Batalha Reis, datada de 4 de abril de 1889 e referindo-se a um texto para a Revista Portugal: *A África está terrivelmente na moda. E um artigo sobre ela é da mais frisante actualidade*<sup>145</sup>. Isto quer dizer que o tema África estava a sair dos meios mais tradicionais ligados à política colonial e invadia os vários periódicos existentes no final do século XIX, acompanhando aqueles que se continuam a afirmar durante o século XX.

O Ultimatum acabou por funcionar como elemento catalisador que uniu a nação a favor de uma mudança relativamente à presença em África, os portugueses tornaram-se proactivos, os intelectuais deixaram de desprezar o tema, incluindo-o nas suas reflexões e tanto ficção como realidade receberam este tema, independentemente da sua simpatia ideológica, sensibilidade estética ou filiação literária. Subjacente ao que era considerada uma agressão externa está, igualmente, a procura de símbolos consensuais entre monárquicos e republicanos que pudessem reanimar a memória dos portugueses e levantar a autoestima do país. Assim, acaba por ser no escritor épico Luiz Vaz de Camões que se encontra essa figura representativa da cultura genuinamente portuguesa, fazendo do seu tricentenário uma celebração patriótica<sup>146</sup>. Os heróis das explorações científicas e de ocupação do sertão africano e os militares das denominadas guerras de pacificação também merecem algum destaque, acabando por ficar imortalizados também nos nomes das ruas. Personalidades como Mouzinho de Albuquerque, António Maria Cardoso, Serpa Pinto, Capelo Ivens, Silva Porto (como sertanejo e posto avançado de Portugal em Angola), António Ennes, Marquês Sá da Bandeira (associado ao fim do tráfico negreiro) são tomadas como consensuais, independentemente da sua ideologia, e colocadas nas narrativas heroicas portuguesas. Nesse momento surge a possibilidade de entronizar alguns heróis que sendo portugueses são também mestiços e oriundos dessas terras que agora se pretendem submissas, sendo este o caso, por exemplo, de Honório Barreto (guineense, 1818-1859) ou de Giraldo António Victor (luandense, 1835-1894); ambos estiveram ligados às denominadas Guerras de Pacificação e ao estabelecimento da soberania portuguesa no hinterland dos seus países<sup>147</sup>.

Ao texto escrito, acrescentam-se, então, personalidades simbólicas de modo a mobilizar a opinião pública para a defesa dos territórios africanos e nesta busca de indivíduos exemplares acaba por dar-se oportunidade ao reconhecimento do papel de alguns africanos na gesta colonial portuguesa. Aos navegadores sucedem-se estes exploradores para, mais tarde, se voltar ao culto dos navegadores. É de referir que para além do culto simbólico a estas personalidades, houve também a criação textual em seu torno, fosse em belo texto, portanto, literatura, fosse em simples notas jornalísticas, crónicas, etc.. O facto de por esta altura já existir fotografia proporcionou que ao texto se acrescentassem fotos dos protagonistas e das façanhas, criando todo um ambiente de modernidade em redor da questão colonial. Iuri Lotman explica bem este processo, estava-se perante uma nova situação cultural, gerada pelo correr dos tempos e dos acontecimentos, em que África já não podia ser terra de degredo ou

---

<sup>145</sup> Idem, p. 249.

<sup>146</sup> Vide Maria Isabel João, op. Cit., p. 53.

<sup>147</sup> Vide Mário Pinto de Andrade, *Origens do Nacionalismo Africano: continuidade e ruptura nos movimentos unitários emergentes de luta contra a dominação 1911-1961*, Lisboa, Publicações D. Quixote, 1997, p. 34.

de escravatura, tornando-se em terra de promessa e de afirmação nacional<sup>148</sup>. Como nos diz Lotman *a constituição duma nova situação cultural e dum novo sistema de autodescrições reorganiza os seus estados precedentes, ou até uma nova concepção da história, o que cria dois tipos de efeitos: dum lado, redescobertos precursores esquecidos, grandes figuras da cultura (...)*<sup>149</sup>. Com o orgulho nacional ferido e a necessidade de procurar um elemento catalisador para a sociedade portuguesa, o que os intelectuais e produtores discursivos em geral fazem, é encontrar estas grandes figuras da cultura, como Camões, ou da história, como os exploradores e “pacificadores” de África para construir uma narrativa adaptada aos tempos de então. Uma nova concepção dos acontecimentos surge, em que África se torna central para a identidade portuguesa e em que a narrativa histórica tornar-se-á num processo de afirmação contra o outro: o estrangeiro que compete com o *nós* nas terras africanas, seguido do *outro* (autóctone) que se recusa a educar-se e trabalhar segundo os nossos mores e os valores do progresso.

Todo o simbolismo pretendia formar uma opinião pública no sentido da assunção que todo o território em que fosse hasteada a bandeira portuguesa seria território nacional e, assim, as colónias fariam parte do património português, não podendo ser alienadas. Alienação que durante algum tempo chegou a estar em discussão em alguns meios intelectuais portugueses, mas que com a afirmação republicana ficará, paulatinamente, mais afastada daquilo que se considerava serem os desígnios nacionais. Esta tendência para o nacionalismo e criação do império, como visto anteriormente, não é exclusiva de Portugal e encontrou um verdadeiro eco nas populações urbanas<sup>150</sup>. Aliás, passa por ser uma conversão política das exigências da Conferência de Berlim de 1885 numa lógica do imperialismo europeu, sem que nenhum poder autóctone pudesse defender outra solução<sup>151</sup>. A uma ocupação de território efetiva, a um estabelecimento de uma administração local que funcionasse, a um domínio das populações autóctones, ao conhecimento do território e seu desenvolvimento, só poderia estar subjacente uma política de domínio real que levantaria confrontos com as populações locais, logo envolveria esforço e participação direta da população metropolitana, num contexto de trazer o *outro* até *nós*, transformando a alteridade em algo convertível em assimilação. Deste modo, surge o chamado colonialismo moderno, assente como refere Isabel Castro Henriques na “invenção do território colonial”<sup>152</sup>, feita a partir da laicização da terra que para as populações autóctones tem um significado não mercantilizável e, por isso, incompreensível aos olhos europeus. Sendo um legado dos antepassados, na crença banto, a terra nunca poderia ser objeto de venda ou alienação e esta vem a ser uma das principais fontes de conflito entre europeus e africanos, seguida depois das outras imposições associadas a uma administração colonial, como o pagamento de impostos, a obrigatoriedade de trabalho, etc.. Em pouco

---

<sup>148</sup> Vide Cátia Miriam Costa, *Para lá do horizonte: da terra do degredo à terra da promessa*, J.L. Ruiz Peinado, *Atlántico imaginado: fronteras, migraciones y encuentros*, Madrid, Ministerio de Trabajo e Inmigración/Subdirección General de Información Administrativa y Publicaciones, 2010, pp. 55-77/59-81.

<sup>149</sup> Iuri Lotman, “Um modelo dinâmico do sistema semiótico”, Iuri Lotman, Boris Uspenskii, V. Ivanóv, *Ensaio de Semiótica Soviética*, Lisboa, Livros horizonte, 1981, pp. 67-86, p. 75.

<sup>150</sup> Vide Ernesto Castro Leal, op. Cit., p. 24.

<sup>151</sup> Vide Godfrey N. Nzoigwe, op. Cit., p. 39.

<sup>152</sup> Isabel Castro Henriques, *Território e Identidade. A construção da Angola colonial (c.1872-c.1926)*, Lisboa, Centro de História da Universidade de Lisboa, 2004, p. 13.

tempo, também a cultura crioula, porque local e própria das elites urbanas autóctones, começa a ser perseguida, com políticas de afastamento dos crioulos dos centros de poder e com a lenta mas contínua substituição de uma cultura crioula por uma cultura de assimilação, em que no primeiro caso assistimos a uma interpenetração cultural e no segundo apenas à receção acrítica dos valores culturais da sociedade dominante, neste caso a metropolitana.

Este processo arrastar-se-á pelo século XX e somente após a Primeira Guerra Mundial se conhecem as perseguições massivas e generalizadas aos crioulos que culminam com o seu quase total afastamento de funções diretivas nos anos 30 do século XX. Durante estas décadas de efetivo estabelecimento do domínio português em Angola e mais especificamente Luanda e Benguela, espaços coloniais que de mais de perto são acompanhados, a cultura crioula de uma cultura de prestígio passou a ser uma cultura de resiliência. O regime colonial moderno chegara a África com toda a sua pujança e após o despertar para África. Na verdade, é preciso reter-se que na história de África nunca tinham sucedido mudanças tão rápidas e importantes como no período que medeia os anos 1880 a 1935, sendo que entre 1880 e 1910, com a definição de fronteiras, este processo ganha uma dinâmica até então inimaginável<sup>153</sup>. O referido despertar para a África também incluiu a produção de conhecimento sobre um espaço que parecia oferecer-se como obscuro e místico aos olhares europeus que envolveu uma substituição dos conhecimentos locais e, igualmente, quando não houve destruição do conhecimento pré-existente houve a sua hierarquização. A entrada da África no discurso deu-se por várias vias, mas a historiografia colonial acabou por consagrar apenas uma vertente do conhecimento e das iniciativas discursivas mesmo que a prática fosse a seguida na Europa, com acontece com os autores em estudo que, usando as técnicas e recursos existentes na Europa, foram esquecidos no panorama dos estudos coloniais e pós-coloniais<sup>154</sup>.

Fosse debaixo das formas consagradas pelos europeus, fosse dentro daquilo que era a sua própria realidade colonial, portanto, a sua semiosfera, a verdade, é que os africanos despertaram para a Europa, tal como os europeus despertavam para África. Às relações comerciais e de fixação pontual, complementares aos seus interesses económicos e políticos, com acordos de longa data firmados, chegava agora o momento de se confrontarem com vagas de militares e colonos europeus em nome da ocupação efetiva do seu território e que, para além de se instalarem nos seus países, ditavam as leis de organização da sua sociedade. A presença europeia e os mores culturais europeus tornam-se acessíveis a qualquer população que se visse integrada no colonialismo moderno. O estabelecimento das infraestruturas como o telégrafo, as ferrovias, as picadas é dos indícios mais fortes de ocupação territorial e de mudança com as quais as populações locais se defrontam primeiramente e que anunciam uma nova ordem social e política<sup>155</sup>. Este despertar encerra uma certa violência, fruto da resistência

---

<sup>153</sup> Vide Albert Adu Boahen, “A África diante do desafio colonial”, BOAHEN, Albert Adu [Editor], *História Geral da África, VII: África sob dominação colonial, 1880-1935*, Brasília, UNESCO, 2010, 2.ª Edição Revista, pp. 1-20, p. 1.

<sup>154</sup> Vide idem, p. 11,

<sup>155</sup> Vide Walter Dodney, “A economia colonial”, BOAHEN, Albert Adu [Editor], *História Geral da África, VII: África sob dominação colonial, 1880-1935*, Brasília, UNESCO, 2010, 2.ª Edição Revista, pp. 377-400, pp. 377-378.



que as populações africanas ensaiam frente aos europeus<sup>156</sup>. Esta resistência a partir de certo momento deixa de ser militar, mas culturalmente mantém-se e as formas e conteúdos passados de geração em geração estão repletos de referências a este acordar traumático para a Europa. Tanto sob as formas importadas da Europa (como no texto impresso) como nas formas tradicionais (contos, cantigas, provérbios) este despertar entra no discurso local, aliás situação que atrás tinha referido para as comunidades crioulas, portanto, autóctones do continente. Outro grupo africano, por vezes, esquecido pela sua origem europeia, mas que enfrentou uma das primeiras guerras coloniais foram os bóeres que, sendo oriundos dos Países Baixos, foram dos primeiros colonos a estabelecerem-se em território hoje correspondente à África do Sul e aí a permanecerem. Quer isto dizer que a guerra anglo-bóer (1899-1902) foi desencadeada por uma potência europeia contra o estabelecimento de uma comunidade africana se bem que de origem europeia que ali se fixara<sup>157</sup>. Esta guerra dará azo a novos arranjos na ocupação espacial e à migração de parte da comunidade bóer para outras paragens, incluindo o planalto central angolano e a região da Huíla. Pode-se dizer, embora de forma que parece algo paradoxal, que se trata de mais uma guerra de ocupação e pacificação territorial em que a Grã-Bretanha pretendia a inserção dos territórios ocupados por esta comunidade social e politicamente organizada nos seus domínios, tal como aconteceu com outras populações africanas. Conclui-se, pois, que não apenas a Europa despertava para África, também a África despertava para a Europa, surgindo uma polifonia de discursos raramente analisada, mas tão necessária para que se obtenha uma visão global das narrativas do que foi realmente o encontro entre europeus e africanos.

---

<sup>156</sup> Vide Allen Isaacman e Jan Vansina, “Iniciativas e resistência africanas na África Central 1880-1914”, BOAHEN, Albert Adu [Editor], *História Geral da África, VII: África sob dominação colonial, 1880-1935*, Brasília, UNESCO, 2010, 2.ª Edição Revista, pp. 191-218, pp. 192 e 203.

<sup>157</sup> Vide Walter Rodney, op. Cit., p. 381.

## CAPÍTULO II – DISCURSOS CRUZADOS NA SOCIEDADE CIVIL

*O atrevimento fora ao ponto de, em Janeiro desse ano de 1890, um velho jornalista, José de Fontes Pereira, não temer afrontar toda a conquista, publicando no “Arauto Africano” um artigo no qual negava a acção civilizadora de Portugal que, segundo ele, não possuía “senão ardis e ferros para escravizar”. O artigo causara um grande choque, e levava mesmo o próprio cônsul inglês a esfregar as mãos de contente, fazendo remessa de vários exemplares daquela folha para o seu país, ignomínia provocadora e mal vista, que suscitou vigorosa resposta de cidadãos de Loanda, numa manifestação espontânea encabeçada pelo Marquês das Minas, e cujas peripécias organizativas foram depois relatadas em pormenor no “O Mercantil” para que se soubesse no futuro quanto pôde o ânimo dos honrados cidadãos portugueses. Assim sem derramamento de sangue, esse movimento viria a provocar a extinção do “Arauto Africano”, que passaria doravante a chamar-se de “Polícia Africano”, nome que o editor Carlos Silva escolheria na pressa e sob a pressão dos gritos espontâneos dos manifestantes.*

Arnaldo Santos

Neste trecho, Arnaldo Santos com mestria literária retrata um período que em parágrafo posterior analisarei, sob o título de ventos de mudança. No seu belíssimo livro *A Casa Velha das Margens* traça um fiel retrato da agitação social vivida aquando do despertar para a África, mas partindo da elite local fosse esta metropolitana colonial ou os filhos da terra; uns mais outros menos, mas quase todos imbuídos de uma cultura crioula<sup>158</sup>. Com recurso aos jornais da época, Arnaldo Santos entrelaça jornalismo e literatura num exercício que já era executado nos tempos retratados por este seu romance. A proeminência da imprensa na divulgação da produção escrita real e ficcional fica aqui registada bem como outro aspeto ainda mais importante: a descentralização do discurso, revelando a diversidade discursiva no seio da própria sociedade colonial e não apenas consignando o discurso em torno das colónias na metrópole, como habitualmente é estudado. Como muito bem refere José Carlos Venâncio, se por um lado, podemos dizer que existe um aportuguesamento devido ao domínio das técnicas e estéticas lusas, apreendidas através da educação, também existe uma angolanização dos conteúdos e da forma estes são tratados, concedendo um localismo e particularismo ao texto que permite identificar de onde foi emanado<sup>159</sup>. E tudo isto sem que a cor da pele fosse o elemento determinante, era antes o ambiente cultural que proporcionava o surgimento desta escrita e oralidades convencionadas para serem subalternas, mas revelando-se dominantes no contexto da semiosfera urbana colonial por representarem a maior parte do discurso propagado, se bem que sempre oficiosamente. Não só a imprensa, como algumas instituições, mesmo que metropolitanas, como a Sociedade Geografia de Lisboa, contribuíram para a diversificação do discurso sobre as colónias, existindo mesmo uma circulação de autores entre esta iniciativa da sociedade civil e a imprensa colonial. Se é verdade que muitos autores

<sup>158</sup> Arnaldo Santos, *A Casa Velha das Margens*, Luanda, Edições Chá de Caxinde, 1999.

<sup>159</sup> José Carlos Venâncio, *Uma perspectiva etnológica da literatura angolana*, Lisboa, Ulmeiro, 1993, 2.ª Edição, p. 38.

africanos têm possibilidade de publicar graças à SGL, como é o caso Augusto Bastos, angolense e autor que estudamos, também é verdade que muitos jornalistas a fundarem periódicos nas colónias têm ligações enquanto autores ou associados à SGL, como no caso de José de Macedo, autor português aqui acompanhado, dando Ilídio da Rocha mais exemplos deste facto, referindo que todos os fundadores do primeiro jornal da então Lourenço Marques, o *Distrito de Lourenço Marques* (1888), eram sócios da SGL<sup>160</sup>.

Dois aspetos ressaltam aqui: por um lado, há uma evidente africanização do discurso nas colónias (não sendo um exclusivo de Angola) como tendência da existência de uma elite local; por outro lado, há a circulação de ideias e autores entre vários meios de publicação e disseminação das ideias, diversidade, então, também assegurada no debate da questão colonial. Vive-se, pois, entre o final do século XIX e a aurora e afirmação do século XX uma verdadeira discussão em torno das temáticas coloniais, com armas desiguais, é certo, mas assegurando capacidade de intervir. A presença de deportados por questões políticas, sobretudo operários especializados e pequena burguesia (professores, assalariados do comércio, jornalistas, etc.) traz para Angola e Moçambique um novo tipo de população que já não é o deportado de crime comum, proporcionando o surgimento de um outro discurso: o das vozes silenciadas na metrópole que juntando-se aos insatisfeitos locais, produziram o seu próprio discurso<sup>161</sup>. A transição do século XIX para o século XX é relativamente profícua nesta tendência que concentra esta população, não nos antigos presídios, mas nas cidades, com consequências que se estenderam, pelo menos, até depois da Primeira Guerra Mundial. José de Macedo é um exemplo intrínseco desta situação, perseguido politicamente em Portugal, como se viu anteriormente, vai dirigir, em Luanda, *A Defeza de Angola*; regressado a Portugal ainda tenta envolver-se num projeto de imprensa para Lourenço Marques. Uma das personalidades que vem a ser figura de proa do Estado Novo, António Ferro, também ele passando por Luanda, e tornando-se próximo de Filomeno da Câmara, à época governador de Angola, considera as colónias “amorais”, significando cada dia uma luta contra a brutalidade da Natureza e refere: *ali, ninguém tem Passado, tem se tem Presente e Futuro*, numa clara alusão creio eu a todos estes indivíduos pertencentes a uma elite local e englobando alguns dos da metrópole sob condições de perseguição cujo passado parecia muito obscuro para um recém-chegado da metrópole<sup>162</sup>.

É, ainda, relevante o facto de estas alternativas discursivas terem surgido em momentos de elevado patriotismo, com uma mobilização interna assinalável contra um inimigo comum (as potências usurpadoras dos interesses portugueses), revelando que trata-se mais de um discurso de denúncia e de alterativa à situação de então do que um discurso antiportuguês. Era preciso denunciar o nada que se fazia para se edificarem colónias ativas, prolíficas e tornarem-se progressivamente capazes de se governarem a si mesmas. Se há a rejeição daquilo que era a prática colonial portuguesa, igualmente, havia o repúdio face ao estabelecimento de qualquer outro poder colonial naquelas paragens. Como diz Arnaldo Santos no seu romance: *o recente Ultimatum britânico rebentara na província com estridor, e levava até ao paroxismo, uma agitação que já tinha começado a sentir-se no final do ano de*

---

<sup>160</sup> Ilídio Rocha, *A imprensa de Moçambique*, Lisboa, Edições Livros do Brasil – Lisboa, 2000, pp. 60-61.

<sup>161</sup> Vide idem, p. 86.

<sup>162</sup> Ernesto Castro Leal, op. Cit., p. 206.

1889, quando a Rodésia saiu do domínio português e foi anexada pelo Governo da Grã-Bretanha, e Silva Porto, o velho sertanejo das chanas do leste, se fizera despedaçar<sup>163</sup>. O desgaste do poder político (tanto monárquico como posteriormente republicano) contribuiu para uma crescente polifonia discursiva, daí assiste-se durante todo este período a um incremento quantitativo e qualitativo dos discursos acessíveis aos leitores e público das conferências e debates<sup>164</sup>, mas também nos salões das casas em privado. Segue Arnaldo Santos, dando a visão de elite colona e de origem metropolitana e elite autóctone: *as notícias que ultimamente se conheciam de Loanda vinham carregadas de negros presságios; os ingratos filhos do país moradores daquela cidade arremedavam provocações de toda a natureza e isso não augurava nada de bom*<sup>165</sup>. Aliás, neste período tratado literariamente por Arnaldo Santos sabe-se terem-se aprofundado os conflitos na elite local, defendendo colonos e autóctones soluções diferentes para Angola. Apesar de partilharem até então interesses comuns, parecia agora surgirem, com as novas possibilidades oferecidas pela ocupação efetiva e das quais começavam a desconfiar os “filhos da terra”, posições divergentes quanto ao futuro da colónia. Aliás, a ideia de uma colonização moderna, baseada em princípios científicos, se é pretexto em África, a verdade é que é transversal a outras situações coloniais, como é o caso da Ásia<sup>166</sup>.

Passava-se em todos os continentes sob dominação colonial a um mesmo princípio, já não se tratava tão só do discurso contemplativo ou criativo, tratava-se da criação de um discurso revelador de um conhecimento utilizado para administrar, converter e impor. Isto era o colonialismo moderno, levando o progresso a todos os cantos do mundo, civilizando, ajudando o *outro* a chegar ao *nós*. Para tornar o processo mais credível criam-se escolas e cursos coloniais, forjam-se especialistas nas colónias, apoia-se financeiramente as expedições, as recolhas laboratoriais, promovendo por todos esses vastos territórios um conhecimento constituído sob a autoridade de eruditos, cientistas, e viajantes escritores. Trazia-se este mundo da obscuridade para um público que se imaginava fora da própria colónia ou aí estando como fazendo parte apenas da semiosfera de partida, ou seja, a europeia, a do colonizador. Seria, então, um conhecimento com carácter de exterioridade, produzido por europeus porque os povos colonizados pareciam não saber produzir conhecimento, dando uma substituição total do conhecimento local por um outro, científico. Contudo, já se pôde confirmar que este mundo colonizado não pode ser descrito a duas cores e, tal como os discursos eram polifónicos, estas sociedades urbanas são policromáticas. Usando as ferramentas do colonizador, alguns autóctones, perfeitamente enraizados na semiosfera urbana colonial, produzem o seu próprio discurso, partindo do espaço que à partida seria de *alteridade*. Para estes tratava-se da oportunidade de contar a sua própria narrativa, usando os utensílios científicos e culturais aprendidos na partilha da sua cidade com o colono, na frequência do ensino europeu. As primeiras obras de referência sobre os espaços coloniais são, em muitos casos, produzidas por autores africanos, como o ilustra bem Augusto Bastos que publica na SGL duas obras: *Traços Geraes sobre a Ethnographia do Districto de Benguella* (1909) e *Monographia da Catumbella* (1912). Isto quer dizer que estamos em campos semióticos

---

<sup>163</sup> Arnaldo Santos, op. Cit., p. 258.

<sup>164</sup> Vide Ernesto Castro Leal, op. Cit., p. 24 e 74.

<sup>165</sup> Arnaldo Santos, op. Cit., p. 258.

<sup>166</sup> Veja-se a este propósito Edward Said, op. Cit., p. 246.

intercomunicantes e que, embora todos os produtores discursivos pudessem partilhar elementos estéticos e até interesses de conteúdo, o modo como se posicionam e preenchem esses formatos e desenvolvem os seus temas não deixa de ser essa voz que estaria do outro lado e quase imprevisivelmente entra no diálogo da construção do conhecimento e do texto que fixa a realidade colonial. E, como se via anteriormente, algo juntava todos os vértices que se envolviam na discussão: havia graves erros na colonização portuguesa que era preciso debelar<sup>167</sup>.

Para além dos discursos produzidos no seio desta sociedade partilhada entre colonos e colonizados e expressando-se em português, outros se cruzavam na sociedade partilhando o português, vindos, por exemplo, do mundo anglófono, direto competidor em África com os portugueses. Os relatos de viagem e as narrativas de missionários e exploradores científicos ao serviço da Coroa Britânica preenchem os materiais impressos da época, juntando-se o impacto acrescido da imprensa regular na opinião pública, em que o tema africano ganha espaço e o jornalista americano Stanley que se vai encontrar com o famoso missionário e explorador Livingstone não é mais do que o exemplo mais notório do que falo. Numa análise recente, um autor anglo-saxónico refere mesmo que para além de campeões de vendas, os livros de Livingstone teriam permitido ao mundo conhecer através dos seus olhos a África<sup>168</sup>. Na verdade, toca aqui o autor, Martin Dugard, num ponto essencial, mais do que as descobertas feitas por Livingstone, em alguns casos mais tardias que o registo árabe ou português exatamente dos mesmos acidentes naturais e das mesmas populações: o grande feito do missionário está na sua capacidade, com a ajuda dos meios ao seu dispor na Grã-Bretanha, de disseminar esse seu conhecimento e de ser lido por largas camadas da população europeia, ultrapassando a barreira da língua. É comum tanto em documentos oficiais, como em artigos jornalísticos ou ficção encontrarmos a referência às viagens e relatos de Livingstone. Assim, a sua grande contribuição é a colocação das suas narrativas em discurso acessível ao europeu distante. Claro que algumas descrições do seu trabalho, em parte levadas a cabo por Stanley, também ele tendo conhecimento do trabalho desenvolvido por Livingstone através da escrita, possibilitaram a criação da ideia do herói solitário, o homem que desafiava os pré-conceitos e que arriscava a vida em nome de princípios humanitários como o fim da escravatura.

Imagem para a qual contribuiu mais o intuito de satisfação do meio de receção da sua obra, a Europa culta e sedenta de informação sobre os mistérios do continente negro, do que propriamente o seu percurso, em que figuram filhos ilegítimos, relações com mulheres autóctones e conivência com os traficantes de escravos quando se tratou de conseguir penetrar nas zonas mais difíceis da África Central e Oriental<sup>169</sup>. Ao serviço do regime vitoriano, era sua função contribuir para a ambição do Império em que “o sol nunca se põe”. Assim, se entende a discrepância entre o discurso que produziu servindo este efeito e prestando-se à formação da imagem do herói solitário e o que foi de facto a sua prática, enquanto ser

---

<sup>167</sup> Vide A. A. Lisboa de, *As Colónias Portuguesas e a crise económica e financeira de Angola. Necessidade de um plano de política colonial* – Memória, Lisboa, Sociedade de Geografia de Lisboa, 1925 (Desenvolvimento da Conferência realizada a 17 de Julho de 1925 na sede da Sociedade de Geografia de Lisboa), pp. 26-27.

<sup>168</sup> Vide Martin Dugard, [tradução: António Cruz Belo], *À Descoberta de África: As viagens épicas de Stanley & Livingstone*, Cruz Quebrada, Casa das Letras, 2007, p. 17.

<sup>169</sup> Idem, pp. 381-382.

humano dependente das circunstâncias locais e vivendo os desafios do seu tempo, que mais dão a ideia de anti-herói do que de herói propriamente. Os holofotes colocados em cima das suas viagens pelo *Times*, o *Daily Telegraph* e o *Guardian* justificam bem esta tendência não só com Livingstone, não só com África, mas com África em nome do Império e também cobrindo outros nomes, alguns caídos em desgraça pela força dos acontecimentos, como Burke ou Speke<sup>170</sup>. Quer isto dizer que não só a mobilização da sociedade civil era aqui importante, através de instituições como as sociedades geográficas, o papel da imprensa é também determinante para estabelecer esse ciclo que alimenta a curiosidade do leitor, logo da sociedade e que vai condicionando o discurso produzido pelos próprios exploradores, tornando-os contudo nas estrelas do momento. Os salões da alta sociedade abriam-se para ouvir as suas histórias, eram os exploradores que agora alimentavam a imaginação dos distantes mecenas e interessados na questão africana. Stanley que secundou Livingstone em parte do seu caminho e que a este se juntou e por ter sobrevivido à “aventura africana” acabou por ser contratado ao serviço do rei belga Leopoldo II, esquecendo-se de tudo o que tinha escrito contra o trabalho escravo a que eram forçados os africanos. Na verdade, realidade e utopia podiam ser escritas de formas diferentes pelos mesmos autores, dependia apenas de onde se posicionavam e ao serviço de quem estava. Todavia, Henry Stanley simboliza algo de muito novo, o jornalista que vai em reportagem para o desconhecido e envolve-se numa ação de descoberta, ou seja, passa do discurso à ação, em nome da informação. O jornalismo de guerra era, então, muito recente e inaugurava-se aqui uma outra tendência, a reportagem para relatar as realidades *outras* e longínquas em nome do conhecimento e da civilização, no fundo para aproximar o leitor do desconhecido.

### **Ventos de Mudança**

O acesso direto à imprensa, o interesse de um público leitor, refletindo uma sociedade que despertava para os assuntos africanos, como anteriormente vimos, levou também a uma descentralização do discurso e ao aparecimento de várias tendências no seio desta temática. Assim, o Primeiro Congresso Colonial Nacional, levado a cabo pela Sociedade de Geografia de Lisboa, que adiante será analisado em pormenor, representa uma inversão da tendência de concentração em torno do discurso dominante. Aliás, esse foi o seu papel durante largo espaço de tempo, desde a sua fundação: abrir o debate a todas as partes envolvidas, fazer interessar a sociedade e, em simultâneo, procurar as melhores soluções para a colonização. Assim, neste congresso são convidadas tanto entidades sediadas na metrópole como nas colónias, tentando abranger todos os setores ligados ao projeto colonial. Deste modo, se explica a participação de alguns intelectuais independentes, da Voz do Operário ou de instituições como o Comércio de Luanda. Na verdade e apesar de, posteriormente, algumas vozes terem acusado o congresso de poucos resultados práticos, não deixam de admitir que ali se fez um exercício de oratória representando os mais diversos pontos de vista, portanto, contribuindo para o debate da questão colonial com os seus protagonistas e interessados,

---

<sup>170</sup> A pressão dos acontecimentos e a necessidade de apresentar resultados em expedições subvencionadas publicamente ou pela recolha de fundos, gerou muitas vezes a competição feroz entre exploradores e alguma precipitação na identificação de regiões ou referências geográficas. Burke e Speke são exemplo disso. Vide idem, pp. 41-48.

independentemente dos seus pontos de vista ou origem. Uma das Comissões criadas posteriormente ao congresso e sediada em Luanda revela exatamente este facto, aludindo ao que teria sido um cruzar de diversidade discursiva que acabou por gerar uma realidade intradiscursiva, ou seja, a diversidade, neste fase, torna-se intrínseca ao discurso colonial, contudo esta variedade não se converteu em unicidade discursiva e esta mesma comissão, por exemplo, crítica o regulamento de trabalho proposto para as colónias que não teria em conta as especificidades étnicas de cada território<sup>171</sup>. Mas, por agora, retenho-me neste aspeto: de um discurso apagado e veiculado sempre a partir dos mesmos meios, surge uma nova tendência, a da diversidade discursiva e do debate aberto que ganha, neste congresso, uma expressão alargada, pela representatividade que aí consegue congrega.

A referida comissão, no seu texto publicado em Lisboa, em 1903, denuncia vários aspetos preocupantes para a colónia a seu ver. Um dos temas abordados e recorrente é o das vias de comunicação, com o progressivo aumento das tarifas do caminho-de-ferro que estaria a estrangular a agricultura e os produtos que se pretendiam ver embarcados nos portos angolanos. Lembre-se que, ao contrário das outras áreas económicas, no setor dos transportes era autorizada a iniciativa privada estrangeira, nomeadamente britânica; outra temática é a questão do desvio das matérias-primas das rotas habituais de comercialização como seria o caso da borracha naquele momento, agravando mais a questão o facto de este produto ter desvalorizado muito no mercado; outro aspeto ainda a exportação de mão-de-obra para São Tomé e Príncipe inviabilizando algumas possibilidades de desenvolvimento local; a questão da legislação laboral desadequada a cada caso, dadas as variações socioculturais apresentadas por cada território. Culmina a argumentação dizendo que os objetivos morais e civilizadores não chegam para criar medidas adequadas à colónia. Fazem o exame da situação: *É preciso não confundir a paralisação commercial de Angola com o seu pretenso desenvolvimento agrícola. A crise commercial é devida á baixa de preços e escassez dos géneros coloniaes de exportação commercial (...)*. E propõem as soluções: *e o remédio a applicar é – reforma da pauta de importação, eliminação de addicionaes de exportação, barateamento das tarifas do caminho de ferro e desenvolvimento da viação terrestre e fluvial*<sup>172</sup>. Veem na indústria do álcool algo necessário para mais efetivamente poder-se comerciar com os produtores dos produtos coloniais, a esta época ainda bastante dependentes da produção das populações autóctones. Justificam todo este arazoado publicado em texto assim: *O que a Comissão do Comércio teve em vista foi levantar a opinião da província, apontando as cousas que a todos levava a descer da proficuidade das medidas do poder central*, ou seja, a comissão apenas estaria a dar voz a quem melhor conhecia o que se estava a passar e a projetar a opinião pública angolense que de outra forma não seria escutada. Mas serve, igualmente, o texto para justificar a necessidade da autonomia administrativa, propondo este desígnio como o único capaz de assegurar o desenvolvimento da colónia, fechando assim o seu texto: *Porque, como está e mais uma vez accentuado fica, o que Angola precisa para sair do atrofiante meio que a esmaga e chegar ao pujante período de desenvolvimento e prosperidade a que tem legítimo e incontestável direito é da sua Autonomia Administrativa*. O texto, fechando em tom de

---

<sup>171</sup> Refiro-nos à Comissão 6 de Julho que edita os seus argumentos em prol da descentralização administrativa colonial na seguinte publicação: Comissão 6 de Julho, *A Descentralização Administrativa de Angola*, Lisboa, Typographia «A Favorita», 1903.

<sup>172</sup> Idem, p. 19.

manifesto, estava assinado pela comissão e apoiantes e datado de novembro de 1903. A participação de individualidades pertencentes a esta comissão no Primeiro Congresso Colonial Nacional e a publicação deste texto provam que o discurso não só se diversificava como havia agora a oportunidade das vozes periféricas ao poder decisório se manifestarem e criarem uma opinião pública favorável aos seus anseios, refletindo o surgimento da pluralidade discursiva.

Este descentramento do discurso vinha a ser preparado há algum tempo, como o testemunham os movimentos locais nas capitais das então províncias coloniais. No já aludido romance de Arnaldo Santos, *A Casa Velha das Margens*, apresenta-se com maestria este cenário. Uma elite colonial local dividida por diferentes interesses imediatos, mas unida em relação à contestação a uma política colonial centralizada e que parecia lesar os interesses das colônias, surge aqui para mostrar que a polifonia discursiva não surge apenas da dicotomia do discurso colonial oriundo da colônia ou da metrópole, mas também da divisão discursiva na própria colônia à semelhança do que ia acontecendo na metrópole, em que diferentes vozes defendiam decisões distintas para as mesmas questões. Essencial é perceber-se que, finalmente, nas colônias se tinha acesso a meios de divulgação, como os periódicos, do que se pensava e produzia localmente, abrindo caminho para que pudessem participar no debate em torno das questões que lhes interessavam e que nem sempre todos estavam de acordo com os posicionamentos assumidos. As urbes coloniais, limitadas na sua dimensão humana e baseadas em relacionamento de proximidade, já que os chamados indígenas geralmente viviam apartados da cidade branca, tornavam toda a diversidade discursiva passível de fortes desacordos e oposições, como acontece no caso que refere o autor mencionado quando o jornalista, “filho da terra”, José Fontes Pereira publica o seu artigo no *Arauto Africano* e realiza reuniões em sua casa<sup>173</sup>. Este suposto fórum dos filhos da terra poderia ser interpretado pelos colonos europeus como uma afronta, como a tentativa de criar um discurso próprio, local, mais autêntico que o seu, enfim, competindo com o seu próprio discurso e usando os mesmos meios para fazê-lo. Os desenvolvimentos tecnológicos, uma mais alargada alfabetização e uma tendência para considerar os meios impressos como os veículos da verdade e transmissores do mundo contemporâneo, lançava temor em alguns setores da sociedade e exortava a debates intensos e medidas decididas no sentido do controlo do discurso. Facilmente os entendimentos entre os filhos da terra, as reuniões exclusivas, a recuperação das tradições ambaquistas e dos registos antigos que outros filhos da terra iam fazendo sobre o correr dos tempos e das realidades, poderiam desembocar em teorias de conspiração, em supostos movimentos de resistência ou em intenções subversivas de independência imediata, como vem a acontecer anos mais tarde, com as acusações de constituição dos movimentos nativistas.

Contudo, a verdade é que estes autores ainda se encontravam de alguma forma ligados a Portugal, fosse pela ascendência, fosse pela educação ou simplesmente por terem bebido as suas ideias em autores portugueses ou influenciados pelos movimentos políticos portugueses. Mas essa sua ligação à metrópole e a qualidade de filhos da terra não evitaram que surgissem divergências entre os membros da elite local, mesmo se excluirmos os europeus, como referimos em capítulo anterior. O pequeno meio intelectual e social poderá ter provido as condições ideais para demasiada proximidade e conflito de interesses imediatos. A República

---

<sup>173</sup> Arnaldo Santos, op. Cit., pp. 258-271.



viria a trazer novas esperanças depressa abortadas e mesmo contrariadas aquando da perseguição à elite local, nos aludidos movimentos nativistas. No entanto, alguns europeus continuavam a mover-se nesta cultura urbana local, caracterizada pela criouliidade, por ser uma cultura já mestiça e arraigada localmente, depois de chegados a Luanda e a Benguela e seduzidos pelo seu ambiente<sup>174</sup>. É importante referir que muitas das manifestações anticoloniais desta elite ligam-se diretamente à sua perda paulatina de poder, ao seu afastamento de lugares administrativos e a ser preteridos face a recém-chegados metropolitanos, muitas vezes, com menos habilitações que eles próprios e com menor conhecimento da realidade local. Se havia razões objetivas de descontentamento com algumas políticas que conduzem à reclamação de maior autonomia, igualmente, as condições psicológicas e subjetivas os levavam à mesma demanda: uma descentralização consignada numa autonomia progressiva. A palavra torna-se numa arma poderosa, num tempo em que a divulgação da mensagem era facilitada.

Seguindo o raciocínio de Hans Robert Jauss, o que se passa é que o triângulo formado por autor, obra e público sofrera nos últimos tempos uma enorme mudança<sup>175</sup>: os leitores ou público dos emissores diversificara-se, existindo agora um fenómeno de massificação da leitura entre os artesãos e operários especializados, entre os membros da pequena burguesia como professores, escriturários, contabilistas, etc.. Com o advento da imprensa periódica, o acesso mais diversificado aos textos publicados, através não só de preços mais acessíveis como da partilha de jornais em cafés, associações ou outros locais de convívio, bem como, a leitura em voz alta para com aqueles que ainda não liam. Também, o autor poderia não corresponder àquele modelo ancestral que publicava os livros de referência até então, surgindo agora autores letrados, bons na escrita, mas cujo objetivo é publicar textos de divulgação e de informação, surgindo o que se veio a denominar publicista que era aquele que escrevia textos de ampla disseminação sobre assuntos prementes da realidade. A esta alteração de leitor e autor, junta-se a mudança da própria obra, ou seja, também os textos se adequam aos tempos, sendo comum a publicação de romances, poemas e novelas em fascículos acompanhando os periódicos e encontrando-se muitos autores a optarem por só publicarem artigos, reportagens e crónicas nos periódicos, numa tendência deste tempo. Dizia Proudhon nesta época que o futuro era o jornal, mais consentâneo com os tempos modernos de muito trabalho e necessidade de informação e conhecimento. Portanto, o que se assiste neste período é exatamente a esta tendência de alteração deste triângulo que obriga à transformação da linguagem, não só porque os autores mudam, mas sobretudo porque as necessidades e gostos dos leitores são outros, e os meios de publicação da obra e a própria forma que esta assume, igualmente, são testemunho deste tempo de mudança. A enciclopédia, a obra literária extensa e pesada vão sendo substituídas por textos mais leves, mais diretos, por vezes, com conteúdo de tese. No fundo, podemos dizer com um firme objetivo de os autores se aproximarem do leitor e da realidade que este manuseia, mesmo que, amiúde, tentando disseminar ideias alternativas a essa mesma vivência quotidiana.

Em simultâneo, a criação de um discurso científico a par deste discurso com maior impacto social e cultural, publicado nos periódicos, incrementou as possibilidades abertas para a

---

<sup>174</sup> Vide Jacobo Corrado, *op. Cit.*, pp. 106-115.

<sup>175</sup> Hans Robert Jauss, *op. Cit.*, pp. 56-57.

divulgação dos vários posicionamentos em torno da colónia e da colonização. Ao incluir na sua semiosfera os espaços coloniais, o novo discurso incorpora realidades diferentes das habituais e tem de modelizar essas próprias realidades dentro daquilo que é partilhado e reconhecido naquela cultura, gizada, sobretudo, a partir da metrópole, neste caso Portugal. Deste modo, é perfeitamente perceptível que, acompanhando o movimento científico, tecnológico e cultural, os produtores discursivos não só utilizem as novas ferramentas de publicação e de debate ao seu dispor como introduzam alterações nos seus conteúdos e formas, dando espaço à disseminação de vertentes até então impossíveis de singrar, integrando os novos conhecimentos e aspetos, num processo dinâmico, um conjunto cultural que ganha uma nova energia e movimento. É que agora os produtores culturais não estão centrados num único espaço e nestes espaços partilhados por diferentes origens culturais, como são as cidades coloniais, surgem expressões próprias de afirmação, veiculadas exatamente da mesma forma como o são as enunciações que chegam do espaço de referência, essencialmente, a capital da metrópole. Assim, as associações, os sindicatos, os clubes juvenis ou outros, o acesso a profissões ligadas à administração colonial e ao ensino, gizam uma pequena elite urbana, localizada num espaço que se pretende que funcione como uma projeção ou prolongamento das cidades metropolitanas, mas que comporta intrinsecamente um distanciamento face à realidade europeia. As elites autóctones acedem a meios que lhe permitem participar deste novo mundo em que parecem ter algo a dizer. Multiplicam-se os discursos que se cruzam na sociedade civil e que tentam influenciar o poder e este fenómeno estende-se por várias cidades coloniais<sup>176</sup>. De facto e como já tínhamos verificado no capítulo anterior e segundo a informação de Ilídio Rocha para Moçambique, de igual forma, em Angola se verifica a circulação de personalidades entre várias instituições da sociedade civil e publicando nestas. Mário António Fernandes de Oliveira refere como alguns responsáveis dos periódicos publicados em Luanda, nos últimos três decénios do século XIX, estavam ligados a outras instituições como a Sociedade Propagadora do Conhecimento Geográfico Africano, por vezes designada Sociedade de Geografia de Luanda e com estreita relação com a Sociedade Geografia de Lisboa, querendo isto dizer que o conhecimento era circulante, bem como, os próprios autores e leitores, entre metrópole e colónias<sup>177</sup>.

Aliás, esta mudança é tanto mais visível quanto se internacionalizam as questões ligadas à colonização e à participação do negro na sociedade que, se começam por ser um debate entre colonizadores, cedo se projetam em direção ao colonizado e ao antigo colonizado, agora residente no continente americano. Cientes da sua participação no esforço colonial europeu das Américas, os afrodescendentes americanos empenham-se na tentativa de dignificação do seu papel e reconhecimento da sua colaboração na criação dos estados modernos americanos. Assim, se explica que durante e após a Primeira Guerra Mundial e devido ao esforço e colaboracionismo impostos também a esta camada das populações, tenham surgido organizações defensoras dos negros, como, por exemplo, a Associação Nacional para o Progresso das Pessoas de Cor que tenta participar na Conferência de Paz de 1919, na pessoa de W.E.B. Dubois com a suposta finalidade de representar África nas negociações. Não só os

---

<sup>176</sup> Andrew Roberts, "African Cross-Currents", A.D. Roberts [editor], *The Cambridge History of Africa, 1905-1940*, Vol. 7, 1986, pp. 223-266, pp. 252-255.

<sup>177</sup> Vide Mário António Fernandes de Oliveira, *A Formação da Literatura Angolana (1851-1950)*, Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 1997, p. 60.

canais informais interessavam os africanos e afrodescendentes, oferecendo-se os canais oficiais como os meios mais atrativos para a solução dos seus problemas. A tentativa de participar na Conferência de Paz falhou, mas seguem-se a esta a organização do Congresso Pan-africano em Paris, sendo que a maioria dos participantes eram do continente americano e notava-se a ausência da África de expressão britânica. Nesse congresso, os observadores europeus aprovam as orientações no sentido de uma progressiva participação dos africanos nos governos dos seus países e territórios. A esperança revelada neste primeiro congresso prende-se, em parte, com a criação da Liga das Nações que parecia ir ao encontro dos seus anseios, defendendo os direitos dos povos. Deste modo, segue-se a realização de mais congressos pan-africanos, em 1921, em Londres, Bruxelas e Paris, em 1923 em Londres, em 1927, em Nova Iorque, com a ideia de que seria possível reformar as estruturas políticas e sociais com a finalidade de criar uma maior solidariedade dentro das sociedades colonizadas ou criadas a partir do sistema colonial<sup>178</sup>. Neste momento, o que se verifica é que o século XX traz não só a afirmação africana dentro do sistema colonial e pós-colonial como isso acontece com a partilha dos meios e métodos que o próprio sistema usa para criar o seu discurso de domínio. A realização de debates públicos, conferências, congressos, a escrita em jornais, revistas e livros são testemunho disso. A complexidade discursiva aumentava e a vontade de contrariar algumas dessas vozes também.

### **A alteridade em nós**

A colonização moderna obrigou a que se gerasse uma das operações epistemológicas mais interessantes até hoje registados. Agora não se tratava apenas de ocupar e desenvolver terras e submeter populações. Havia um princípio moral que deveria encabeçar a nova colonização: a civilização do *outro* através do *nosso* conhecimento científico. O positivismo e a ideia de grandeza das nações, permitiram que semiosferas *outras* fossem incorporadas nas semiosferas *europeias*, tornando as suas características e factos como verosímeis na cultura europeia e modelando-os para que se tornassem parte destas. Ao entrar neste jogo do *eu* e do *outro*, o que vai acontecer é que, em geral, o *eu* apresenta determinadas características físicas facilmente identificáveis como a cor que o distanciam do *outro*. Quer isto dizer que dentro de um objetivo que poderia ser de aparente igualdade, trazendo o *outro* até mim, o que acaba por acontecer é que *eu* me continuarei a identificar com diferente deste *outro*<sup>179</sup>. Mesmo que inadvertidamente, por vezes, o discurso racial vai penetrar o discurso político, através de canais diversificados, seja através da ciência, seja da arte e da cultura, eliminando por exemplo os artistas que apenas dão lugar a artesãos, assim como a literatura privilegiada é a oral, bem como, as cidades coloniais secundarizam-se para o reforço das narrativas dos sertões indómitos. O que se está a operar é uma rutura com o conhecimento local e com a história narrada e a sua substituição por um conhecimento novo, advindo da colonização. A missão de “civilizar” torna-se, então, no dogma das colonizações e o *mainstream* discursivo em torno da colonização tende a tomar este objetivo como fim último de qualquer ação nas colónias. A república não exclui estes valores civilizacionais, antes os torna necessários, para trazer o *outro* até si, para construir o cidadão. A categorização dos indivíduos e populações surge, assim,

---

<sup>178</sup> Idem, p. 258 e 264.

<sup>179</sup> Vide Pascal Blanchard e Sandrine Lemaire, *Culture Colonial*, op. cit., pp. 38-39.

naturalmente, pois seria um modo de mostrar a diversidade humana de forma até pedagógica, permitindo conhecer o outro e organizar e arquivar esse conhecimento, classifica-lo e criar um discurso em torno de si. O recurso à imagem começa, então, a tornar-se importante para completar o imaginário que se ia criando e para expor essa necessidade de intervenção civilizadora.

Esta missão de civilizar os selvagens acaba por ir ao encontro das missões nacionais dos países europeus que seria engrandecer o seu território, construindo grandes nações e criando um espaço imperial que poderia projetar toda a cultura e grandiosidade nacional. A ideia de nações multicontinentais precede mesmo o uso do seu termo e é gizada com a progressiva tentativa de alargamento das fronteiras europeias além-mar e agora não só para comerciar mas para estabelecer e efetivar um poder. Parece existir uma quase simultaneidade entre a formação do imperialismo e o estabelecimento da denominada colonização moderna e a reclamação da nação e formação pujante dos nacionalismos na Europa, progredindo para uma identificação entre nacionalismo, patriotismo e colonialismo<sup>180</sup>. Em França, consideram alguns investigadores que a fusão entre espaço nacional e espaço colonial começa na última década do século XIX, arrastando-se pelo século XX<sup>181</sup>. Este espaço físico é constituído com o auxílio de um imaginário colonial que se vai criando através de diversas iniciativas de ordem cultural e educativa, percorrendo desde as exposições e peças de teatro aos manuais escolares. O mundo colonial surge, então, como uma necessidade que deve ser tida em conta pelos herdeiros do espírito das luzes, os europeus. O Ultramar tornou-se extensivo a toda a população metropolitana, sendo um tema recorrente. Esta situação pode observar-se em diferentes regimes e sistemas políticos europeus, da monarquia à república, da democracia à ditadura. Há que ir para terreno selvagem para civilizar e esta passa a ser uma das vertentes do discurso político e cultural veiculado oficialmente ou pelos meios adstritos ao *mainstream* discursivo, a utopia civilizadora torna-se móbil e justificação da ação colonial, em nome de um país maior e mais digno. Cria-se uma cultura colonial que vai abafando lentamente todo o discurso anticolonial, esteja este sediado na metrópole ou na colónia, o que se acentua durante e após a Primeira Guerra Mundial. Apenas escritores alternativos mantêm as suas dúvidas quanto a uma presença colonial, mas paulatinamente serão menos os meios de publicação interessados neste ponto de vista. Restar-lhes-á a ficção e, algumas vezes, o que parece um retorno ao passado ou um aprofundamento das narrativas etnográficas que eram afinal o que uma cultura dominante colonial e colonizadora permitia tanto ao colono como ao colonizado.

De uma utopia civilizadora parece, em certos momentos, haver a sedução de uma utopia colonial, em que o espaço colonizado cumpriria a nação colonizadora. Contudo, estas utopias coloniais assumiram formas diferenciadas, como adiante se verá, de tal modo que poderiam desembocar na independência inequívoca da colónia, como defende Carneiro de Moura, sem ter bem consciência disso, quando fala de um método científico de colonização que prepara para a autonomia e posterior independência da colónia, qualificando o indígena para o efeito<sup>182</sup>. Ao trazer-se a alteridade para dentro do *nós*, mas mantendo-a no seu estatuto

---

<sup>180</sup> Michel Wievioska [Tradução de Miguel Serras Pereira], *O Racismo, Uma introdução*, Lisboa, Fenda Edições, 2002.

<sup>181</sup> Vide Pascal Blanchard e Sandrine Lemaire, *Culture Colonial*, op. cit., p. 44.

<sup>182</sup> Vide Carneiro de Moura, op. Cit., p. 295.

diferenciador, dava-se segurança ao processo colonial e transformava-se um processo maioritariamente político num processo cultural e mental. Progressivamente, o simbólico substituía o real, e a realidade *outra* passava a ser aqueles elementos que chegavam como representação da realidade: um casal “indígena”, artefactos locais, um filme, um testemunho, sem a preocupação de verificar até que ponto estas narrativas escritas, orais e visuais eram realmente representativas da realidade. As exposições universais que se transportam do século XIX até às primeiras quatro décadas do século XX contribuem bastante para a criação deste imaginário e deste simbolismo. Lentamente, montava-se uma cultura e uma mentalidade coloniais e, em simultâneo, desenvolviam-se outras narrativas que o tempo apagaria, de tão alternativas e distantes que foram da realidade que se veio a firmar.

Com a construção de uma mentalidade colonial e com um mote que se torna objetivo e justificação da colonização, o “civilizar”, o que acontece é que se está a estabelecer algo de muito pernicioso e paradoxal. A finalidade não foi construir realmente uma continuidade entre colónia e metrópole, já que a diferença é que caracterizaria essa relação e não a igualdade que é pilar da continuidade do *nós*. Ao dizer que se vai civilizar o *outro*, está-se a afirmar que este precisa de ser trazido até *nós*, mas numa condição de desigualdade, em que uns guiam e os outros são guiados, daí até à elaboração e recuperação de teses baseadas na raça e em determinismos geográficos ou culturais (afirmando que existem culturas e áreas geográficas que impediriam o desenvolvimento cabal daquelas populações por si só) ou explicando com teorias baseadas no darwinismo social esta relação, é um passo muito curto. A selvajaria tornou-se algo perpetrado por uma raça, porque na imagem da mentalidade colonial os indivíduos selvagens partilham todos uma característica física: são não brancos. A exterioridade que caracterizou a produção artística e de conhecimento ligada às colónias e de que tenho vindo a falar é exatamente a mesma com que é vista a população colonizada. Estando debaixo de um mesmo poder político, uns são colonizadores outros colonizados, uns possuem a cultura correta e os outros a errada que precisa de ser alterada. De facto, a colónia nunca se torna a verdadeira extensão da metrópole, ficando-se por ser um domínio territorial desta. Esta realidade tem implicações no cruzamento dos discursos e no modo como estes se conseguem disseminar. Quanto mais acentuadas forem a cultura e a mentalidade coloniais, menos hipóteses tem a diferença de se fazer escutar e mais assimétrica é a relação entre colonizador e colonizado. A sociedade urbana colonial é forçosamente mudada para que se tornasse num mimetismo, apenas mais colorido, da cidade metropolitana.

## **2.1 A Sociedade de Geografia de Lisboa e a questão colonial**

*Louva a iniciativa da Sociedade de Geographia que, organizando o congresso colonial, deu o primeiro passo para a coordenação de todas as actividades pacíficas que devem substituir o regímen militar por tão largo tempo exercido nas colónias. Mas essas forças vivas devem conjugar os seus esforços para a grande obra da civilização, estudando em todos os seus variados aspectos esses organismos sociaes rudimentares, que são as sociedades selvagens, procurando auxiliar e acelerar a sua evolução. Devemos instruir e educar o negro porque este é susceptível de civilização. Viu com magua que o congresso pouco se importou d’este delicado assumpto.*

A Sociedade de Geografia de Lisboa é a iniciativa da sociedade civil que mais repercussão tem no período em análise e relativamente às iniciativas coloniais. Num período de confrontação política ao nível interno e de amesquinamento ao nível externo, Portugal na sua posição periférica é forçado a agir e a SGL é um desses motores de ação durante o período de luta pelo domínio em África. Fundada em 10 de Novembro de 1875, a SGL baseava-se num propósito ativista, defendendo os interesses de Portugal, recorrendo a intervenientes bem informados e interessados na questão. Nesse mesmo ano, se as movimentações em torno dos territórios colonizados por Portugal provocavam algum ceticismo, o exemplo da arbitragem favorável do General Macmahon relativamente a Lourenço Marques e à disputa entre Portugal e a Grã-Bretanha, dava alento especial a estes indivíduos que viam na possibilidade diplomática e no despertar de Portugal para estas questões a única saída para evitar uma humilhação internacional<sup>183</sup>. A Sociedade torna-se o centro do debate colonial em Portugal, mas a sua ação não se esgota em palavras e discursos. As explorações de Hermenegildo Capello e Roberto Ivens e a de Serpa Pinto são organizadas pela SGL e respondendo às iniciativas de exploração britânicas, serão dignas de destaque no meio nacional e internacional, pois funcionam como uma resposta à conjuntura internacional. A tentativa da SGL era manter Portugal dentro do que se tornara o projeto europeu de então, que não era mais que uma corrida para o Continente Africano. As iniciativas políticas estavam feridas por confrontações que iam limitando a ação neste campo. Assim e congregando em seu torno monárquicos e republicanos, é a SGL que, amiúde, toma a iniciativa de criar eventos congregadores e mobilizadores da opinião pública, estando na origem das comemorações, que tiveram a adesão política, do Tricentenário de Camões (1880) ou o Centenário da morte do Marquês de Pombal (1881). Cientificamente revelou-se crucial para as pretensões portuguesas, criando comissões especializadas: África, Asiática, Caminho-de-ferro, Comercial e Industrial, Direito Internacional Marítimo e Comercial, Iluminação e balizagem; e as secções: agrícola, antropológica, cartográfica, botânica, ensino geográfico, estatística, geodesia e corografia, geologia, geografia histórica e geografia matemática, geografia militar, minas, náutica e hidrografia, geografia física, política, ciências étnicas e geologia. Pela diversidade de comissões e secções é perceptível a abrangência dos estudos ali levados a cabo e do debate que ali se tentava fazer, tendo em conta todos os domínios do saber que poderiam interessar ao desenvolvimento de uma política colonial.

Subjacente ao papel científico da SGL está o seu papel político, pois declarou-se, desde o início, patriótica e disposta a colaborar na independência de Portugal e de contribuir para que o país fosse um dos herdeiros desta conjuntura euromundista que determinava a afirmação nacional através de um colonialismo efetivo, com fronteiras estabelecidas e domínios sob a alçada de um estado colonial administrativamente constituído. Pode-se, no entanto, referir que as iniciativas da SGL tinham uma resposta lenta do poder político, daí que a exploração ao Niassa peque por tardia e por não ter evitado o que veio a acontecer em Janeiro de 1890 com o

---

<sup>183</sup> Vide Adriano Moreira, "Para a história do civismo da Sociedade de Geografia", *Boletim da Sociedade de Geografia de Lisboa*, Lisboa, Sociedade de Geografia de Lisboa, Série 124.ª, n.º 1-2, Jan-Dez. 2006, pp. 11-16, p. 11.

Ultimatum inglês. Portugal cedeu à Grã-Bretanha, contudo, havia um movimento social e político que permitiu que o país ainda saísse com alguma esperança do embate. Afinal, continuaria a participar do projeto europeu para África. A SGL seguia o seu trabalho e colocava a sua bandeira a meia haste aquando do embate da notícia. De facto, Portugal não dominava a extensão de territórios que reclamava e a derrota não tivera a dimensão que parecia ter. O país debatia-se com graves problemas internos, caminhando para uma dívida pública assustadora que teria consequências nas colónias. Enfim, nada estava perdido, somente os argumentos históricos saíam vencidos. Inaugurava-se, porém, uma nova era na discussão da questão colonial de que os congressos coloniais nacionais são o mais profundo exemplo.

#### PRIMEIRO CONGRESSO COLONIAL NACIONAL, 1901

Ferreira do Amaral, Presidente da Sociedade de Geografia de Lisboa, discursa na abertura deste Primeiro Congresso Colonial Nacional aos congressistas e na presença do Rei D. Carlos, da Rainha D. Amélia e do Príncipe D. Luís. Na presença das mais altas figuras do Estado, o presidente da SGL estabelece uma conexão temporal no âmbito da colonização, seria algo que caracterizava a nação desde sempre e constituía o desígnio nacional. A SGL surgia do esforço e dedicação de figuras maiores como Sá da Bandeira, Luciano Cordeiro e Andrade Corvo, entre muitas outras personalidades da história contemporânea portuguesa, e este congresso seria a prova do papel efetivo desta na sociedade e nas questões coloniais, tendo tudo começado por ser um sonho que tinha deixado muitos incrédulos. Diz Ferreira do Amaral: (...) *sonhos que os menos adversos capitulavam de utopia pretensiosa, e os mais hostis de música celestial, para apresentar as suas pessoas e as suas ambições, de dar nas vistas, dispuseram-se a trabalhar na árdua tarefa de tornar conhecidos do país os seus domínios ultramarinos, e a forma de poder aproveitá-los em benefício da pátria e da humanidade*<sup>184</sup>. Os objetivos do congresso eram manifestados, igualmente, em torno do conhecimento científico e do ensino especializado sobre todas as temáticas concernentes às colónias, privilegiando o interesse nacional em detrimento dos interesses individuais ou setoriais. Aliás a ideia de um benefício para Portugal e para a humanidade, em nome da qual exercia a sua missão de colonizador, está subjacente a todas as declarações de princípio da direção da S.G.L..

Ernesto Vasconcelos, secretário-geral da sociedade, refere ainda a necessidade de criar-se um instituto colonial que permitisse a formação de funcionários, comerciantes e colonos e explica esta corrida desenfreada dos europeus a África nos seguintes moldes: *Pela Europa culta corriam, nos âmbitos geographicos desconstradas noticias sobre o valor, recursos e aptidões do Continente africano, do qual poucos possuíam vagas noticias. (...) uma crise intensa vinha assolando os mercados fabris, regorgitantes de mercadorias que não tinham fácil vasão. (...) As vagas notícias, que do interior d'elles havia, não passavam dos arquivos de um velho paiz de marinheiros, que tinham ido por mar á Índia e ao Extremo Oriente, montando o Cabo das*

---

<sup>184</sup> Discurso na sessão inaugural de Ferreira do Amaral, Presidente da Sociedade de Geografia de Lisboa, Congresso Colonial Nacional, Inaugurado no dia 2 de Dezembro de 1901 por sua Majestade El-Rei e com a Assistência de Sua Majestade A Rainha Senhora D. Amélia e sua Alteza o Príncipe Real Senhor D. Luís, *Actas das Sessões*, Lisboa, A Liberal – Officina Typographica, 1902, p. 95.

*tormentas e fazendo talvez passar o Estreito de Magalhães*<sup>185</sup>. Ernesto Vasconcelos dá aqui conta de dois aspetos muito importantes, por um lado, tenta explicar a razão da corrida ao continente africano, que está também relacionada com o fim do tráfico negreiro que de facto resultava num reajuste do escoamento de produtos manufaturados (lembre-se a importância que Sá da Bandeira atribuiu à contribuição das manufaturas de Manchester nas trocas comerciais envolvendo o tráfico escravagista) e demanda por matérias-primas; por outro lado, refere-se a algo significativo para os argumentos históricos de Portugal e, igualmente, para a formação do novo conhecimento colonial: era este “velho” país que detinha algum conhecimento sobre aquele continente que agora se pretendia estudar e trazer para o “mundo europeu” e o conhecimento agora a criar viria a crescer a esse ponto de partida. Na verdade, o que o discurso europeu, sobretudo britânico, introduziu foi um conhecimento que se acreditava novo, ou seja, mesmo sabendo, em muitos casos da precedência portuguesa, ignorou-a e introduziu a sua narrativa como a primeira, mesmo que em alguns casos, como o de Livingstone, os próprios exploradores tenham admitido que alguém os tinha precedido. Mas continua Ernesto Vasconcelos explicando os objetivos relativos a África com argumentos muito pragmáticos, portanto, revelando-se uma pessoa consciente dos desafios da sua época e analítico relativamente aos discursos veiculados oficialmente pelos países europeus: *Desvendar os mysterios d’esse continente, estudar as suas populações, trazel-as ao convívio das raças civilizadas, crear-lhes necessidades, inventando-lhes confortos, excitando-lhes a curiosidade, aproveitando-lhes as aptidões, aqui de caçadores, alli de mercadores, mais além de pastores; reprimindo-lhes os vícios e ensinando-lhes a fé christã, tal era o fim que tal era o mesmo que ir abrir novas fontes de consumo para gastarem o excesso de produção, que açambarcava os mercados, alimentando umam crise económica*<sup>186</sup>. Alguns pontos a reter: o facto de as populações africanas ser consideradas como capazes de se desenvolver através do aproveitamento das suas próprias capacidades, claro que coadjuvadas pelo conhecimento europeu: a circunstância do móbil económico ser uma justificação plausível para esta saída para o continente africano. À distância dos tempos (como se viu anteriormente), foi um conjunto de razões e de necessidades que levou os países europeus a optar por esta “corrida a África”, e estas razões vão dos aspetos económicos aos políticos e sociais.

O que se ressalva aqui, é que não é apenas a missão civilizadora aquela apontada por Ernesto Vasconcelos, as questões de carácter pragmático são retidas e apresentadas como tendo igual ou ainda maior importância. E foi, talvez, esta consciência, por parte dos corpos dirigentes da S.G.L., que levou a que esta instituição considerasse a mobilização a sociedade civil como essencial para a defesa da posição portuguesa em África. Era preciso formar um discurso apelativo que mostrasse que os perigos eram reais e objetivos e não apenas uma problemática moral e ética. Silva Telles, Secretário-geral da S.G.L. e relator ao Congresso Colonial, reconhece que havia que divulgar o congresso e congregar a opinião pública em torno deste, daí que a imprensa, na metrópole, e as autoridades e classes representantes das classes comerciais (é o caso da Comissão 6 de Julho que participa em representação do comércio de Luanda), nas colónias, tivessem sido convidadas a auxiliar nesta missão. Diz: *Enviámos a todos os jornaes o programa dos trabalhos que pretendíamos seguir e a todos pedimos a sua cooperação, numa*

---

<sup>185</sup> Discurso de Ernesto Vasconcelos, Secretário-geral da S.G.L., Primeiro Congresso Colonial Nacional, op. Cit., p. 102.

<sup>186</sup> Idem, p. 103.



*empresa que só pretendia o engrandecimento do paiz. (...) A obra que projectavamos não era da Sociedade de Geographia: era do país inteiro*<sup>187</sup>. Testemunho da importância que a imprensa detinha já na mobilização da opinião pública, este trecho também ilustra como a questão colonial tinha ganho espaço de debate jornalístico. Fica-se com a ideia de que a incidência de divulgação na imprensa teria sido apenas na metrópole, tendo em conta as palavras de Silva Telles, mas sabe-se que facilmente a imprensa colonial poderia ter acesso a estes dados, pois as ligações entre a imprensa colonial e metropolitana eram consideravelmente estáveis como veremos adiante. Este facto pode conduzir a duas asserções que não se excluem e podem mesmo complementar-se: a imprensa colonial ser ainda mal conhecida entre os altos dirigentes da S.G.L. e desconhecer-se o seu verdadeiro impacto nas capitais das províncias ou, como houve o alto patrocínio do Ministério da Marinha e do Ultramar em estreita coordenação com os governos-gerais das colónias, ter existido uma opção por não incluir a imprensa colonial, em muitos casos dominada pelos filhos da terra, neste grande esforço coletivo e nacional, como assume Silva Telles. Questão torneada pelas boas relações entre imprensa colonial e metropolitana que faziam circular artigos mesmo os que não podiam ser publicados.

Várias teses são apresentadas a congresso, cobrindo temas como a emigração e assistência aos emigrantes, assistência e defesa sanitária, ensino colonial nas escolas superiores e criação de um instituto colonial, organização de um ensino colonial prático nas áreas da agricultura e comércio, difusão dos conhecimentos coloniais no ensino primário e secundário, ação administrativa, propriedade nas colónias, setores específicos da economia colonial (álcool, algodão, indústrias extrativas, etc.), regime laboral, assistência à população autóctone. Analisando as vinte e cinco teses apresentadas, conclui-se que prepondera uma visão de exterioridade à questão colonial, isto é, a colónia é um espaço à espera de progresso e civilização, é um espaço do outro que tem de ser convertido num espaço integrado na lógica de desenvolvimento europeia. A portugalidade aparece como superior à realidade local e, por exemplo, não existem referências à população autóctone (os filhos da terra) que já são educados e se regem pelo sistema colonial nem a qualquer um dos seus problemas mais específicos, como por exemplo o acesso à administração colonial. Apenas Eduardo Costa refere a questão da descentralização administrativa que tem interesse direto para esta parte da população, pois defende a criação de um conselho representativo dos setores significativos da colónia, com o alargamento das instituições municipais e da instrução pública para a formação de operários e agricultores<sup>188</sup>. Em todas as teses, salvo raras exceções é dominante a dicotomia entre o português civilizador e o africano necessitado de civilização. Outros autores como Manuel Moreira Feio, abordando a questão da propriedade, muito associada à posse territorial e à pertença comunitária, na África banto, defendem que se deve incutir não só o valor da propriedade como o valor do trabalho, deixando para cada povoação “indígena” um terreno para cultivo e devendo a transição ser gradual e respeitando os mores da população local, assegurando, contudo, que as famílias europeias teriam propriedades muito mais vastas

---

<sup>187</sup> Discurso de Silva Telles, Secretário-geral da S.G.L. e Relator do congresso, Primeiro Congresso Colonial Nacional, op. Cit., p. 115.

<sup>188</sup> Eduardo da Costa veio a ser governador de Angola e destacou-se pelas medidas de descentralização da colónia. Foi uma figura consensual entre os filhos da terra e pugnou pela educação pública na colónia. Foi fundada uma escola com o seu nome, em Benguela, cujo nome foi proposto pelas elites locais.

que os indígenas. Há aqui uma preocupação contemporizadora, talvez resultante dos conflitos levantados pela questão da propriedade e do território, que adiante analiso com mais pormenor, pois à territorialização da colonização corresponde a desterritorialização das populações autóctones cujo solo era uma marca identitária, enquanto parte da sua pertença comunitária e material e espiritual (a terra era dos antepassados). Apenas em colónias como Cabo Verde, São Tomé e Príncipe esta questão não se colocava, nas restantes colónias africanas foi um problema adicional ao estabelecimento europeu. Assim, a ideia dominante é a de que existe uma dualidade, em que colonizador, representado pelo colonos e pelos funcionários coloniais tem um papel e o colonizado representado pelas populações autóctones tem um outro, um orienta, o outro é orientado. Contudo encontramos discursos algo dissonantes que analisaremos com maior pormenor em seguida.

Foram delegadas ao congresso quarenta e duas instituições, cinco das quais representativas de Moçambique (que na altura tinha grandes companhias por área geográfica e setor de atividade), vinte e duas são associações de classe profissionais ou companhias metropolitanas (seis sediadas em Lisboa e catorze no Porto). Destacam-se três instituições que saem um pouco da representatividade habitual neste tipo de iniciativas: a Associação de Jornalistas (representada por Alfredo da Cunha e Pedro de Brito Aranha), a Associação de Imprensa Portuguesa (representada por Lomelino de Freitas) e a Sociedade de Instrução e Beneficência Voz do Operário (representada por Thiago Ferreira). Verificamos que existe uma larga representatividade da sociedade, sobretudo da metropolitana, e que o assunto colonial era de facto transversal aos interesses de diversos grupos e setores da sociedade. Só esse elemento pode explicar a presença destas últimas três instituições que ligadas à divulgação das preocupações coloniais (as primeiras) e à educação e cultura dos menos favorecidos (a segunda) se tenham feito representar. Thiago Ferreira toma a palavra no congresso, fazendo um discurso alternativo, vindo do lado dos que não representam as posições dominantes na sociedade portuguesa.

Abri este capítulo com um trecho de Thiago Ferreira, com alguma ambiguidade no seu conteúdo. Se Ferreira considera as populações colonizadas como selvagens (asserção que lhe chega certamente por narrativas alheias e não por conhecimento próprio), também as considera suscetíveis de desenvolvimento e o elo mais fraco neste processo de colonização, portanto, o que precisa ser protegido. Daí que defenda que devem ser tutelados todos os direitos de propriedade dos “indígenas” (aliás deveremos ser “nós” a dar o exemplo), fala da conservação intelectual e moral a par da conservação física e que as instituições “primitivas” desses povos têm fundamentos lógicos, logo todas as transformações introduzidas devem ser lentas e ir contando com a adesão das populações autóctones, por isso, propõe a criação de creches, hospitais e vacinação obrigatória, instrução manual e profissional e assistência jurídica, com o respeito por todas as instituições “primitivas” que não se oponham à moral social. A alternativa deste discurso não está no modo como o *outro* é visto, o colonizado continua a ser o *outro*, diferente de *nós*, quase oposto ao *nós*, e existe uma hierarquia de saberes e a retidão está no lado do colonizador, mas nas soluções que propõe e no facto de o considerar como parte da sociedade a construir, porque a colonização destas regiões seria impossível sem o auxílio dos povos autóctones, eles eram, então, parte da solução e não parte do problema. Quanto mais rápida fosse a sua inclusão no sistema colonial, mais progresso teriam as colónias. Thiago Ferreira revela ainda algumas leituras sobre as questões coloniais e

sobre as questões sociais, daí a sua sensibilidade para algumas problemáticas, como a questão do álcool que considera um problema não só das colónias, mas também das sociedades europeias. Outros discursos alternativos aí tiveram lugar, como o que referido relativamente a Eduardo da Costa ou a memória enviada ao congresso por José de Macedo que analisar-se-á oportunamente e em separado. Convém reter, no entanto, que fossem discursos dominantes fossem discursos alternativos, a verdade, é que todos procuravam nos conhecimentos divulgados sobre as colónias e na informação existente, fundamentar as suas apresentações ao congresso. Nas trinta e três memórias apresentadas a este congresso, pode-se referir essa característica como extensiva a qualquer uma destas.

#### SEGUNDO CONGRESSO COLONIAL NACIONAL, 1924

O Segundo Congresso Colonial decorre num ambiente completamente diferente do primeiro e, decorridos vinte e três anos sobre a primeira reunião magna sobre as colónias, as situações interna e externa tinham mudado bastante. Agora era o tempo de cimentar o estado colonial, num contexto que já não envolvia a competitividade entre potências europeias. Tinham passado os tempos turbulentos da Primeira Guerra Mundial, estava-se num período de paz, apesar de em Portugal a instabilidade política se acentuar. Mudara o sistema político, vivia-se numa República, mas os problemas antigos em termos económicos, políticos e sociais pareciam manter-se. O presidente da S.G.L., Almeida d'Eça, abre o congresso, na presença do Presidente da República, Manuel Teixeira Gomes, em 6 de Maio de 1924, num discurso duro que reflete muitas deceções com a política internacional e com as condicionantes que o próprio país apresentava. Exorta à participação da sociedade civil e reitera a suma importância das colónias, afirmando: *Defende-te Portugal, não entregues as tuas colonias. Alcaldes de Portugal são todos: os dirigentes e os dirigidos, os continentais e as colonias, os ricos e os proletários (...) n'uma palavra alcaldes somos todos nós, que sentimos circular nas veias o sangue de portugueses d'outros tempos. E se, por desgraça, há alguém que não o sinta, esse não merece o nome de português*<sup>189</sup>. O argumento histórico surge novamente em destaque, associado à ideia de missão comum, mas agora integrando todos os portugueses e alargando o conceito de portugalidade às colónias, algo que no anterior congresso não acontecia. Parte da sua desilusão com a situação internacional era tributária de Portugal ter entrado na Primeira Guerra Mundial para assegurar o domínio das suas colónias e não ter visto esses esforços reconhecidos aquando das negociações no seio da Sociedade das Nações. Mariano Martins, Ministro das Colónias, também discursa na sessão de abertura do congresso, em representação do governo (tal como acontecer no primeiro congresso, em que discursara o então ministro de Marinha e Ultramar que representava, à época, as colónias), citando o papel das colónias no passado, no presente e no futuro do país, assumindo um significado histórico que incidia diretamente sobre a identidade portuguesa, afirmando: *para as mantermos [às colónias] entramos na Grande Guerra ao lado dos aliados, recordando a frase, que ficou para sempre consagrada: «O futuro de Portugal está nas colónias». Temos o indeclinável dever não só de ordem colonial, mas também moral, de conservar o que nos foi legado pelos nossos antepassados, para que possamos deixar aos nossos vindouros o padrão de glória que*

---

<sup>189</sup> Discurso na sessão de abertura de Almeida d'Eça, Presidente da S.G.L., II Congresso Colonial Nacional, 6 a 10 de Maio 1924, *Teses e Actas das Sessões*, Lisboa, S.G.L., 1924.

*herdamos dos que se bateram em África e dos que sulcaram as águas em frágeis caravelas, no sonho lindo do Infante*<sup>190</sup>. Mencionando os heróis dos mares e continentes reporta-se a diferentes períodos da relação da metrópole com o além-mar e à importância da gesta colonial para a identidade portuguesa. O Ministro das Colónias coloca estes territórios como desígnio natural do país e a ideia que passa é que todos os esforços são nesse sentido e se Portugal não vai mais longe é porque alguém o impede de o fazer, não o colocando a par no concerto das grandes nações que decidem o futuro do mundo. Prossegue e concentra-se agora no presente e no futuro, *todo o nosso esforço e energia obrigam-nos a ser sempre coloniais e cada vez mais coloniais e podemos afirmar ao mundo quando amanhã alguém se levantar para discutir as nossas qualidades colonizadoras e os nossos direitos nos domínios coloniais, que há uma voz que se levanta mais alto, há um paiz que tem prioridade sobre os outros: é Portugal!*<sup>191</sup>. A ideia que fica é que a questão colonial ainda é tomada como um elemento patriótico, e ser bom português seria honrar o passado e construir o futuro, trabalhando no presente, logo sendo colonial.

O que acontecia era que, mais uma vez, o congresso colonial era realizado na senda de alguns revezes em termos de ambições coloniais para Portugal e que, outra vez, o que se pretendia era discutir as questões coloniais com base no conhecimento científico produzido em torno desta problemática. Ernesto Vasconcelos na mesma sessão reporta-se de novo ao facto de os estudos coloniais nem sempre terem encontrado acolhimento nos poderes públicos e que as políticas coloniais tinham pecado por tardias, dando o exemplo da autonomia administrativa. Completa o seu discurso, aludindo à pluralidade discursiva que caracterizava a S.G.L., tendo nas suas comissões e representações homens e mulheres, portugueses da metrópole e portugueses das colónias<sup>192</sup>. Toma a palavra Manuel Teixeira Gomes, Presidente da República, para encerrar o congresso, coordenando a ideia de ciência, conhecimento e patriotismo em redor da problemática colonial, declarando: *Nós não nos podemos defender senão pela sciencia e pela união, por maiores que sejam as nossas dissensões e irredutibilidades, estou convencido que à mais pequena ameaça contra as nossas colónias, encontrarei todos os portugueses, dos maiores aos mais humildes, unidos e fortes!*<sup>193</sup>. Se a questão do conhecimento parecia essencial para reclamar a vocação colonial do país, a ameaça externa continuava a ser um motivo mobilizador da sociedade civil, apesar de nesta época precisamente, já não existir alguma ameaça, que existira durante a Primeira Guerra Mundial, em que a Alemanha propôs à Grã-Bretanha a partilha dos territórios coloniais africanos sob colonização portuguesa, nem nenhuma hipótese de Portugal reverter a decisão da Sociedade das Nações relativamente às antigas colónias alemãs que passaram para a administração da Grã-Bretanha e da França (algumas destas como protetorados).

Foram apresentadas quinze teses ao congresso sobre temáticas ligadas à colonização, entre estas: organização do conhecimento colonial, mão-de-obra, administração colonial, missões

---

<sup>190</sup> Discurso na sessão de abertura de Mariano Martins, Ministro das Colónias, II Congresso Colonial Nacional, 6 a 10 de Maio 1924, *Teses e Actas das Sessões*, Lisboa, S.G.L., 1924.

<sup>191</sup> Idem, *ibidem*.

<sup>192</sup> Discurso na sessão de abertura de Ernesto Vasconcelos, II Congresso Colonial Nacional, 6 a 10 de Maio 1924, *Teses e Actas das Sessões*, Lisboa, S.G.L., 1924.

<sup>193</sup> Discurso na sessão de abertura de Manuel Teixeira Gomes, Presidente da República, II Congresso Colonial Nacional, 6 a 10 de Maio 1924, *Teses e Actas das Sessões*, Lisboa, S.G.L., 1924.

económicas às colónias, questões ligadas aos transportes, o degredo, o ensino nas colónias para “indigenato” e “colonato”, as missões, organização militar e regime monetário e bancário nas colónias. Durante as sessões de apresentação e discussão das teses, em geral, há alguma tensão quando se trata de temáticas que envolvem legislação a ser aplicada, como é o caso do fomento agrícola, ou que são interpretadas como envolvendo ameaças à soberania portuguesa, como é o caso das missões protestantes em território colonial português. Outras referências com a questão laboral, levantando-se de novo a suspeição da existência de escravatura ainda nas colónias portuguesas, que chegou à opinião pública através das imprensa e partindo de um relatório da Sociedade das Nações<sup>194</sup>. Neste congresso, estavam representadas ao todo quarenta e quatro instituições e presente a imprensa, sendo treze das representações angolanas entre catorze que figuravam pelas instituições coloniais, o que demonstra como Angola se tinha tornado importante dentro do panorama colonial português e era a grande aposta para desenvolvimento económico. Neste congresso, estão jornais representados, em vez das associações ligadas à imprensa, contando-se entre os presentes o *Diário de Lisboa*, o *Diário de Notícias*, *A Pátria*, a *Revista d’Aquem e Alem Mar* e o *Heraldo de Nova Goa*, continuando a verificar-se um *deficit* quanto à imprensa colonial que já era numerosa à época, sendo a única exceção a Índia Portuguesa. Contudo, nos jornais das colónias, encontram-se bastantes ecos deste congresso, nem sempre favoráveis, é certo.

#### TERCEIRO CONGRESSO COLONIAL, 1930

O Terceiro Congresso Colonial Nacional realiza-se já sobre outro regime político. Dado o golpe de Estado de 28 de Maio de 1926, estava-se no período de Ditadura Militar, mas já em fase de transição para o Estado Novo. António de Oliveira Salazar era, então, Ministro das Colónias e das Finanças, um dos presidentes honorários do congresso, estando presente na sua abertura. São presidentes honorários do congresso Domingos Augusto Alves da Costa Oliveira, Presidente do Ministério (corresponde ao atual Primeiro-Ministro), Luís Maria Lopes da Fonseca, Ministro do Interior, João Namorado de Aguiar (Ministro da Guerra), António Namorado de Aguiar, Ministro da Marinha, Fernando Augusto Branco (Ministro dos Negócios Estrangeiros), João Antunes Guimarães, Ministro do Comércio, Gustavo Cordeiro Ramos, Ministro da Instrução Pública e Henrique Linhares de Lima, Ministro da Agricultura e Conde de Penha Garcia, Presidente da S.G.L.. Quer isto dizer que o governo de Portugal se envolveu diretamente na iniciativa, o que em regime ditatorial quer dizer exerceu um controlo de proximidade, mesmo numa iniciativa de sociedade civil, numa instituição que sempre tinha prezado o livre debate. O Presidente da República, Óscar Carmona, abre o congresso, congratulando-se com o evento e esperando que este traga tantos resultados como os anteriores<sup>195</sup>. Toma, então, a palavra Ernesto Vasconcelos, Secretário Perpétuo, da S.G.L., para defender a sociedade que vinha a sofrer acusações de inatividade, ao que o secretário da

---

<sup>194</sup> Todo este período é marcado por denúncias deste tipo que se ligam à contratação forçada de autóctones ou de condições semelhantes à da escravatura no regime dos serviços. Existe uma resposta portuguesa, escrita em inglês, ao famoso Relatório Ross que inflamou a comunidade internacional. Vide Oliveira, *Reply to the accusations addressed to the League of Nations by Mr. Edward A. Ross against Portuguese in Angola*, Lisboa, Comp. e Imp. Tipografia Inglesa, Ltd., 1930.

<sup>195</sup> Discurso de Óscar Carmona, Presidente da República, Congresso Colonial Nacional, 8 a 15 de Maio de 1930, *Actas das Sessões e Teses*, Lisboa, S.G.L., 1934, p. XXVI.

instituições contrapõe as 120 conferências realizadas desde 1924 até à data do presente congresso e o início da “Semana das Colónias”, iniciativa que perdurará no tempo, sendo que os congressos não se voltam a realizar sendo este o último<sup>196</sup>. Pela primeira vez, a S.G.L. não é assumida como a instituição que lidera o processo colonial, mas como um coadjuvante para a divulgação da causa colonial e para o desenvolvimento do património sob gestão portuguesa.

O Conde de Penha Garcia, discursando em seguida, coloca o acento tónico na necessidade de congregar esforços em torno da causa colonial e de conquistar jovens para a mesma, declarando: *é nosso dever passar aos moços aquele facho de luz, que representa o amor pela Pátria, o sentimento da nacionalidade. Estamos certos que nas mãos em que vamos entregar esse facho não se apagará, porque, embora correntes diversas sintetizem formas diversas de sentir, embora nas colónias haja interesses individuais e materiais a respeitar, estou convencido que essa geração dos homens de amanhã, que se interessa já hoje pelos problemas coloniais marcará sempre nitidamente em todos esses problemas o seu nacionalismo forte*<sup>197</sup>. É de notar como esta declaração do presidente da S.G.L. se afasta daquilo que declarara o antigo presidente, Ferreira do Amaral no Primeiro Congresso Colonial Nacional, pois agora referem-se interesses individuais inalienáveis enquanto no congresso prévio se falava do interesse do país e da humanidade. É certo que a situação mudara, a administração colonial estava perfeitamente disseminada em todo o território, a propriedade privada era um facto e estava uma economia colonial de exploração intensiva em forja, sobretudo, nas plantações de Angola e de Moçambique, o que é relevante é este aspeto ser assumido discursivamente pelo presidente da instituição que ainda no segundo congresso colonial pugnara pelo envolvimento de toda a população na defesa das colónias e tomara o projeto colonial como um desígnio nacional e não como um foro da elite ou de alguns setores económicos. O discurso político mudava e a sociedade civil adaptava-se. O presidente da S.G.L. reconhece ainda a importância que a imprensa teve na divulgação da obra colonial, através da publicação dos editoriais dos diretores e dos artigos dos jornalistas. Aliás, a imprensa é o pretexto para o Conde de Penha Garcia abordar a questão do Acto Colonial, expondo: *Esse documento [Acto Colonial, vindo a público poucos dias antes do congresso] tem uma alta importância, mas o congresso não o pôde já incluir nos seus trabalhos porque era impossível alterar a ordem dos trabalhos que estava definitivamente marcada. (...) A Sociedade de Geografia correspondendo aos desejos do Sr. Ministro das Colónias estudará com a atenção que merece o Acto Colonial, que pela forma que reveste de anteprojecto um título da futura constituição assume uma importância e um carácter particulares*<sup>198</sup>. Segue o seu discurso, ainda se detendo sobre o uso da terminologia “colónias portuguesa” ou da preferência pela “significativa e velha expressão Províncias Ultramarinas”.

Analisando à distância temporal que hoje separa deste momento, parece calculada esta atitude do então ministro das colónias, António de Oliveira Salazar. Dando a ideia de abertura ao debate faz uma pré-publicação do texto que levanta muitas dúvidas durante este congresso. Contudo, Salazar não vai ceder às alterações propostas, como é o caso da

---

<sup>196</sup> Discurso de Ernesto Vasconcelos, secretário perpétuo da S.G.L., Congresso Colonial Nacional, 8 a 15 de Maio de 1930, *Actas das Sessões e Teses*, Lisboa, S.G.L., 1934, p. XXIX.

<sup>197</sup> Discurso de Conde de Penha Garcia, Presidente da S.G.L., Congresso Colonial Nacional, 8 a 15 de Maio de 1930, *Actas das Sessões e Teses*, Lisboa, S.G.L., 1934, p. XXXIII-XXXIV.

<sup>198</sup> Idem, p. XXXV.

eliminação da excessiva centralização administrativa, não fica até ao final da discussão no plenário do congresso, retira-se, assim como nunca toma em conta o retorno que lhe é dado pelos intelectuais ligados à questão colonial. As elites coloniais autóctones estavam neste momento controladas, a oposição na metrópole neutralizada e sofrendo as primeiras perseguições efetivas. O poder ditatorial ainda dá uma ideia de abertura e de decorrência normal na vida política, mas a pluralidade discursiva ia lentamente sendo asfixiada, o discurso iria tornar-se unívoco e a esperança iria deslocar-se da guerra aberta para as subtilezas das batalhas clandestinas ou dissimuladas. Mas não se pense que este era um rumo traçado apenas em Portugal, toda a Europa colonial mais ou menos democrática, muito ou pouco autoritária, enviesava os seus argumentos num nacionalismo exacerbado que agora assumia frontalmente que administrava territórios coloniais onde viviam populações sem capacidade para se manterem sozinhas. As oposições nas colónias eram silenciadas, os filhos da terra afastados de qualquer meio para participarem da partilha do poder colonial e nas metrópoles poucos falavam das colónias enquanto opositores, como vimos como o exemplo francês no capítulo precedente. O Conde de Penha Garcia termina com um elogio a Salazar, se bem, que com pequenas achegas, declarando ao fechar o seu discurso: *É de louvar o Senhor Ministro das Colónias pela publicação do Acto Colonial que é uma síntese das grandes linhas da nossa actual política colonial. Pode melhorar se o notável documento num ou n'outro ponto com as correcções que o seu estudo imponha, mas com ele o Sr. Dr. Salazar deixa vincado o seu nome na orientação da obra colonial portuguesa com um brilho semelhante aquele com que o fez na nossa reorganização financeira. (...) Portugueses de Alem-Mar! Irmãos! Unidos trabalhamos pelo engrandecimento e desenvolvimento dessa obra enorme que é a grandeza de Portugal!*<sup>199</sup> Salazar marcou a política das próximas quatro décadas a todos os níveis, o documento nunca cedeu às conclusões dos estudos propostos, o texto nunca foi alterado, mesmo provocando o escândalo nas colónias, sobretudo, entre as elites coloniais de filhos das terras, nas urbes coloniais. Como bem disse o Conde de Penha Garcia, a política colonial portuguesa seguia aquela orientação, o discurso colonial endurecia e moldava-se aos desejos do colonizador.

Logo na primeira sessão do congresso é assumido que muitas teses e suas conclusões contrariam o texto vindo a lume e que viria a constituir o Acto Colonial, assunto que marca indelevelmente todo o congresso, com discussões constantes sobre o assunto e que conduz à realização de uma sessão extraordinária que é proposta por Chaves de Almeida e aprovada por unanimidade no congresso. O congresso ainda considerava que o Acto Colonial ainda não era lei (como de facto não era) e a maioria dos congressistas discordava dos seus princípios, chegando mesmo Cunha Leal a declarar que tal como o texto estava ele tudo faria para que este não fosse aprovado<sup>200</sup>. Foram apresentadas quinze teses sobre temáticas diversas e no espírito de conhecimento que tinha vindo a presidir aos anteriores congressos, entre estas, os meios de comunicação nas colónias, o levantamento cartográfico das colónias, o estabelecimento de colonatos brancos, autonomia administrativa e financeira das colónias, mão-de-obra, divisão administrativa das colónias, missões religiosas e ensino, assistência económica à população local, preparação de funcionários e técnicos coloniais e fomento económico. O número de delegados ao congresso diminuiu drasticamente e os representantes

---

<sup>199</sup> Idem, p. XXXVIII.

<sup>200</sup> Intervenção de Cunha Leal, Congresso Colonial Nacional, 8 a 15 de Maio de 1930, *Actas das Sessões e Teses*, Lisboa, S.G.L., 1934, p. XCVIII.

da imprensa simplesmente desaparecem, apesar do elogio que o presidente da S.G.L. faz ao seu papel logo na abertura do congresso.

A sessão extraordinária em que se discute o Acto Colonial, dá-se a 13 de Maio de 1930 que começa com o presidente da sessão, Lopes Galvão, a lamentar as ausências de personalidades como Norton de Matos e Aires de Ornelas, duas personalidades de setores diferentes da vida política portuguesa (um maçom e o outro monárquico), mas marcantes na vida colonial do país, enumerando todos os outros cuja opinião seria necessário ouvir, mas que infelizmente já tinham falecido, evocando nomes como os de António Ennes, Mousinho de Albuquerque, Eduardo Costa e Freire de Andrade que arrancam à plateia demorados aplausos. Na verdade, era em nome destas referências que agora se discutia tão grave diploma. Cunha Leal destaca-se pela sua exaltação e pela emoção que coloca no discurso, defendendo o que seria a tradição colonial portuguesa, longínqua de algumas das propostas agora apresentadas, colocando mesmo numa das suas alocuções uma frase irónica: *Parabéns ao Senhor ministro, esta descoberta vai impô-lo à Nacionalidade! (...) o famoso Acto Colonial que é uma espécie de carne ensacada onde se meteu todo o que apeteceu ao legislador, porque naturalmente o freguês era de bom gosto!*<sup>201</sup> Pujante no discurso continua com o caso angolano, aludindo conjunto de impostos que se quer impor na colónia, demonstrando que não existiria capacidade para o pagamento de tal tributação. Outros nomes como Chaves d'Almeida, identificado com o grupo dos integralistas lusitanos pronunciam-se favoravelmente ao Acto Colonial, pois esta seria uma forma de introduzir discussões importantes na sociedade em temas que até já da constituição as pessoas se teriam esquecido<sup>202</sup>. Terminada a discussão desse dia, segue a mesma sessão no dia 14 de Maio de 1930. Nesse dia, nova discussão se levanta, agora relacionada com a legitimidade ou não de um governo não eleito decidir sobre uma questão tão importante para o país, como o tinha afirmado Norton de Matos, que lembre-se decide não estar presente no debate. Termina o dia com a elaboração dos onze votos do congresso, em que apenas um respeita direta e inequivocamente ao seu teor, afirmando-se que a designação correta para os territórios além-mar seria províncias ultramarinas. Todos os restantes pontos não reúnem consenso e a discussão é politizada e ideologizada. Todavia, é de notar que todos os dez votos aprovados estão diretamente associados a questões consideradas técnicas da colonização, seguindo o pensamento dominante nas áreas científicas e tecnológicas, logo não colidindo diretamente com o proposto no Acto Colonial. Mesmo as medidas que possam parecer mais racistas e injustas hoje, eram na época partilhadas entre as potências colonizadoras e assentes num racismo que tendia a crescer e a justificar-se com estudos que o hemisfério norte zelosamente patrocinava.

Não sendo os congressos coloniais nacionais o meu objeto de estudo nesta tese, a verdade é que estes foram marcantes para a política colonial portuguesa e que os autores em estudo, Augusto Bastos e José de Macedo colaboraram com a Sociedade de Geografia de Lisboa e participaram do seu esforço no que concerne ao conhecimento, à ciência e à divulgação coloniais. Como escrevera a Comissão 6 de Julho sobre o primeiro congresso, estes três congressos são dos melhores testemunhos de oratória e de pluralidade discursiva no que toca

---

<sup>201</sup> Intervenção de Cunha Leal, Congresso Colonial Nacional, 8 a 15 de Maio de 1930, *Actas das Sessões e Teses*, Lisboa, S.G.L., 1934, pp. CXCIV-CXCV.

<sup>202</sup> Intervenção de Chaves d'Almeida, Congresso Colonial Nacional, 8 a 15 de Maio de 1930, *Actas das Sessões e Teses*, Lisboa, S.G.L., 1934, p. CCIII.



à questão colonial. Se os seus resultados práticos não foram tão amplos quanto o desejado, a verdade é que durante décadas alimentaram o desejo e o sonho de alguns intelectuais que acreditaram que uma tal instituição podia mover o poder político e, também, proporcionaram que pensamentos alternativos ali fossem debatidos, contribuindo para a democratização do debate em torno da problemática colonial.

## 2.2 A imprensa e a problemática africana

*D'entre as diversas formas como foi pela imprensa jornalística do país apreciado o manifesto de 6 de Julho, destacam-se, sem dúvida, alguns periódicos pela maneira para nós muito grata, como tornaram a peito o natural e justificado clamor que esse desprezioso escripto teve em vista, e d'esses, sobressae, por uma maneira excepcionalmente louvável, o jornal A Vanguarda que, com perfeito conhecimento de causa e desassombro, compreendeu o largo alcance d'esse documento, e o tem defendido e patrocinado;*

Comissão 6 de Julho

Apesar da importância da imprensa no debate e publicação de todos os assuntos ligados à problemática africana, a verdade é que é uma questão ainda por estudar em profundidade, sobretudo, se pretende-se uma análise que possa comparar o que se passava na metrópole e nas colónias, mais ativas aquando do exponencial incremento da leitura dos periódicos. Sabe-se que Luanda e Lourenço Marques eram cidades muito ativas nesta área. Ilídio Rocha fez um levantamento considerável sobre o tema e João Paulo Borges Coelho também o tem vindo a estudar tal como outros autores escrevendo sobre Angola como Mário António Fernandes de Oliveira, Mário Pinto de Andrade, José Venâncio ou Francisco Soares. Contudo muitas relações estão ainda por aprofundar, como por exemplo o papel da maçonaria na imprensa colonial, as relações entre a imprensa colonial e metropolitana e tantas outras interrogações que vão surgindo e que não cabem agora no âmbito deste trabalho. O que se sabe é que nas cidades coloniais se publicava e com qualidade, que havia correspondentes de várias partes das então províncias coloniais e da metrópole e que a imprensa local dava voz aos intelectuais autóctones, abrindo portas para se tornar num dos meios privilegiados de publicação sobre os assuntos coloniais. A sua importância e impacto eram consideráveis, não sendo, por isso de estranhar, o acompanhamento que as autoridades davam aos textos publicados. Exemplo disso é o processo imposto a José Joaquim Alves de Almeida que, enquanto editor do Jornal *A Defeza de Angola*, de que José de Macedo é diretor, por ter transcrito artigos de jornais publicados na metrópole em que se falava da conivência do então Governador-Geral com o trabalho “indígena” identificado como escravatura. Foi condenado este jornalista a 4 meses de prisão e a multa pecuniária, tendo sido ordenado novo julgamento depois de ter sido feita apelação<sup>203</sup>. Os artigos ali publicados tinham origem nos jornais *A Vanguarda* (no qual também escrevia também José de Macedo) e *O Norte*, testemunhando que existia uma estreita relação entre jornalistas e periódicos da metrópole e das colónias. Todo este processo demonstra, igualmente, como era temida e controlada a imprensa, em que o poder político não se coibia

---

<sup>203</sup> Vide Adelino Torres, op. Cit., p. 224.

de usar o poder judicial ao seu alcance para demover os jornais de publicarem determinados textos.

O período conhecido como o “Scramble for Africa” foi o que, indubitavelmente, trouxe África para as parangonas. Com esta luta pelo território africano, outras temáticas acabaram por surgir naturalmente associadas ao processo colonial no continente, aparecendo notícias sobre a economia dos produtos coloniais, a necessidade de intervenção nos territórios, os projetos possíveis para desenvolver aquelas terras indómitas, etc.<sup>204</sup>. Na metrópole, multiplicam-se os títulos ligados à questão colonial e temas como o Banco Nacional Ultramarino, a dívida colonial e a dívida nacional são tratados em jornais como *O Século*, à época, dirigido por Magalhães Lima que está ligado a alguma imprensa sediada nas cidades coloniais e sempre se interessou pela temática africana<sup>205</sup>. Encontra-se, assim, uma certa complementaridade entre a escrita jornalística metropolitana e colonial (usa-se aqui o termo no sentido de produzida em solo colonizado), que permitia entender a realidade colonial como um todo, mas que na verdade também lembra que a circulação se dava mais no sentido metrópole/ colónia do que no sentido contrário. Apesar da publicação periódica nas cidades coloniais significar o acesso das elites locais à publicação, daí à sua divulgação nas cidades metropolitanas vai alguma distância e verifica-se que os autores oriundos das cidades coloniais adquirem maior reconhecimento dos leitores quando publicam na metrópole. Contudo, os círculos de amizade, o facto do tema africano ter saltado para as primeiras páginas dos jornais por toda a Europa conduziu a que os intelectuais portugueses também comesçassem a ter algum interesse pela produção dos intelectuais das colónias e a perscrutar mais sobre a dimensão que o facto colonial poderia ter. A importância que a imprensa e o tema vão adquirindo leva a que José Carlos Venâncio considere mesmo que os periódicos poderão ter sido uma fonte da procura da identidade angolense, proporcionando não só a denúncia da situação colonial como o debate de temáticas até então vedadas à discussão pública e consignadas aos salões e quintais luandenses e benguelenses<sup>206</sup>. Venâncio dá mesmo como certo o controlo dos jornais *O Echo de Angola*, *O Futuro de Angola* ou *O Pharol de Angola*, todos centralizados em Luanda, por parte dos angolenses. A Luanda juntava-se Benguela e a Catumbela, cidade exceção por não ser litorânea (apesar de não estar longe do litoral) e onde se publicava *A Ventosa*.

Isto revela que existia um público leitor, formado é certo pela educação de raiz portuguesa, portanto com profundo contacto com a cultura do colonizador, mas desenhando já necessidades próprias que levavam a que fossem recebidos com avidez e satisfação artigos, por vezes duros, para com a colonização portuguesa. Se esta era a situação junto da elite crioula autóctone, nem sempre o foi junto da elite constituída por colonos que, amiúde, tinham interesses divergentes dos autóctones, contudo não existia uma dicotomia perfeita, podendo dizer-se que, de certo modo, estes dois mundos interpenetravam-se. Aliás, havia circulação entre jornalistas, se alguns eram nascidos em Angola e passavam por Portugal outros eram portugueses e fixavam-se em Angola. Venâncio dá o exemplo de Alfredo Troni, aqui pode-se referir o caso de José de Macedo que, não permanecendo muito tempo em Luanda, durante a sua vivência na colónia aproximou-se muito da elite crioula local e foi ativo

---

<sup>204</sup> Vide José Carlos Venâncio, *op. Cit.*, p. 14.

<sup>205</sup> Vide Adelino Torres, *op. Cit.*, p. 101.

<sup>206</sup> José Carlos Venâncio *op. Cit.*, pp. 20-27.

participante nos debates concernentes ao estado da então província. A existência de leitores deve-se à alfabetização de parte da população urbana que sob a ação das missões e das pouquíssimas escolas criadas à sombra da concentração nesses locais da administração colonial foi medrando. O interesse pelas letras como forma de progressão social e profissional terá contribuído para a criação de uma tradição literária entre as elites autóctones. A escrita torna-se apelativa entre estas comunidades e, se as obras literárias publicadas não abundam, o interesse de saber o que se publicava mundo fora era muito e cultivavam-se as belas letras nem que fosse através do texto publicado em jornal<sup>207</sup>. Os anos 70, 80 e 90 do século XIX registam a fundação de diversos periódicos em Angola, em Cabo Verde, e na Zambézia, o que constitui prova dos esforços da elite local para criar os seus próprios meios de publicação e informação, já respeitando um certo pendor localista, isto é, já com a intenção de refletir a opinião e os anseios dos filhos da terra.

Estas vozes, surgindo em território descentralizado e incontroláveis no seu conteúdo, porque quebravam o habituado silêncio das cidades do outro lado do mar, levaram, como se viu anteriormente à tomada de posição por parte das autoridades locais. Este singelo facto demonstra a sua importância no quadro sociopolítico colonial e Arnaldo Santos, no seu romance, explica na perfeição o alcance desta medida: *Ele [Conselheiro Guilherme Capelo] que, já em 1890, começara a exercer uma rigorosa acção de censura sobre os jornais da província, obtinha do Ministro da Marinha, neste seu segundo ano de mandato como Governador-Geral de Angola, uma lei que proibia toda a “publicidade por qualquer meio de impressão ou estampagem, periódica ou não periódica, e seja qual for o seu formato ou tamanho.”*<sup>208</sup>. A inclusão do termo “periódica” ou “não periódica” testemunha o quanto se queria salvaguardar alternativas de publicação que poderiam surgir a qualquer momento, adaptando-se à situação. Contudo, algo ficaria de fora e, na verdade, circulariam materiais impressos clandestinamente, com o cuidado de cumprir o decreto de 27 de dezembro de 1895, conhecido entre a classe jornalística como a “lei das rolhas”. Esta atitude censória aproxima os jornalistas angolenses (e das outras colónias) dos jornalistas republicanos que, na metrópole, pugnavam contra o que alegavam ser a má governança do país. Assim não é de estranhar que a Comissão 6 de Julho, oriunda de um movimento luandense, tenha publicado o seu texto manifesto em Lisboa e tenha recebido do jornal *A Vanguarda* a devida cobertura. O que fica demonstrado é que existe a circulação de textos e a solidariedade entre causas, ao que não foi alheia, decerto, a tomada de partido pelo republicanismo por parte dos intelectuais autóctones e as esperanças que depositaram neste movimento. Deste modo e convergindo texto ficcional, como o de Arnaldo Santos, com texto jornalístico e informação histórica obtida nos documentos produzidos à época e nos trabalhos de várias disciplinas publicados sobre esta época, obtem-se um espectro de continuidade entre os dados obtidos que dizem que se na Europa se despertava para África que era dada à estampa nos periódicos de referência, também nas cidades coloniais se acordava para o facto colonial e se usavam os meios partilhados com o colonizador para criar uma voz filha da terra.

É partindo desta consciência de diferença face à metrópole que se gizam as primeiras escritas e leituras identitárias, com o auxílio da existência de meios para publicá-las, seja em meios

---

<sup>207</sup> Vide Mário Pinto de Andrade, op. Cit., p. 47.

<sup>208</sup> Arnaldo Santos, op. Cit., p. 325.

financiados por colonos e pela elite autóctone seja em meios cujo financiamento vem da metrópole. Na realidade, não são apenas os autóctones a defender uma maior autonomia para a então província, muitos na metrópole também consideram ser essa a solução. Entre estes destacam-se os republicanos socialistas e os maçons, fazendo coincidir ou não ambas características. Surge, então, o termo “angolense”, ambíguo o suficiente para conter várias designações e autoidentificações<sup>209</sup>. Na verdade, é um termo em torno do qual se agrupa a comunidade autóctone que participa de alguma forma na organização colonial. Em geral, são letrados, fazem parte de uma pequena burguesia e estão bastante próximos do colonizador pela educação e pela participação em serviços administrativos ou atividades económicas que servem ao regime colonial, e do colono por relações pessoais, profissionais e sociais. Todavia, apesar desse jogo de proximidades, têm consciência da sua diferença e dos seus anseios para a colónia, chegam mesmo a propor-se, mesmo que implicitamente, para dar continuidade a um processo colonial que desembocaria numa maior autonomia. É interessante verificarmos como o termo “angolense” vai tomando forma, conhecendo a sua génese nos núcleos urbanos coloniais em Angola, com destaque para Luanda, Benguela, Moçâmedes e pequenos pontos salpicados pelo mapa da colónia como a Catumbela ou o Dondo, entre outros. O angolense precede a ocupação territorial das fronteiras da província, traçadas em Berlim e na crise sucedânea do Mapa Cor-de-Rosa, baseando-se numa ideia de território e de pertença a um determinado espaço, mas cujas fronteiras são, ainda, volúveis.

De facto, o que a ocupação efetiva do território oferecia era a possibilidade de traçar uma unidade entre estes pontos urbanos, sendo o guia para o alargamento do conceito, criado nas cidades e a partir de uma comunidade letrada, a toda a população dentro das fronteiras. Aplicação mais teórica do que efetiva, pois era a própria elite autóctone, portadora de uma cultura própria, criada a partir da interpenetração de diversas influências em que se destacam a banto e a portuguesa, fortemente enraizada naquele espaço, que considerava todos aqueles que estavam fora da órbita da cultura angolense (que mais não era do que essa cultura crioula) e da genuinamente portuguesa eram indivíduos que deveriam ser trazidos para essa cultura angolense, isto é, de alguma forma civilizados<sup>210</sup>. No entanto, é indubitável que o angolense era bem mais contemporizador que o colono português, porque herdeiro dessas culturas locais e apegado ao seu meio, conseguia entrelaçar uma e outra herança e, se formalmente a cultura portuguesa poderia dominar, nos conteúdos a presença banto faz-se sentir, dando origem a algo singular. Eles eram os filhos da terra, os que tinham criado uma cultura própria, mestiça, e intrinsecamente ligada às urbes dessas terras ancestralmente tocadas pelos portugueses e com trocas culturais permanentes, se bem que mais citadinos que sertanejos, se bem que mais litorâneos do que do interior do território, mantinham as suas solidariedades e correspondências entre ambos universos, o que os tornava ainda mais diversos dos tradicionais colonos. A noção de diferença aliada a uma capacidade de projetar essa característica alimentou os primórdios da angolanidade, ou seja, o então evocado carácter de ser angolense. Alguns intelectuais portugueses, de certa forma e talvez despercebidamente, contribuíram para a reclamação identitária angolense, embora para si fosse, sobretudo, uma prestação política para a oposição ao regime monárquico e em favor da descentralização administrativa. O jornal *A Defeza de Angola* contém em si esta dualidade, de dar voz aos

---

<sup>209</sup> Vide Francisco Soares, *Notícia da Literatura Angolana*, Lisboa, op. Cit., p. 146.

<sup>210</sup> Idem, pp. 147-178.

anseios locais e, em simultâneo, satisfazer as pretensões republicanas e maçónicas. Este bissemanário, que foi dirigido por José de Macedo, defendia a autonomia da colónia, tornando-se consensual entre os colonos que pugnavam por maior capacidade de decisão na colónia e a elite crioula local, os angolenses. Denunciando os abusos dos contratos para serviçais, exigindo maior autonomia política e desenvolvimento da colónia, tornou-se uma voz que ocupa um desses espaços cinzentos, em que elites locais e metropolitanas se cruzam, pugnando por um conjunto de interesses comuns.

A imprensa era vista como o meio de poder mostrar-se e debater os assuntos do seu interesse. A campanha de angariação de fundos para a aquisição de equipamento das oficinas de composição e impressão do que veio a ser o jornal *A Defeza de Angola*, referida por Júlio de Castro Lopo, demonstra bem o interesse da elite local na fixação e um periódico de referência na capital de Angola<sup>211</sup>. No fundo representando, também, uma tendência para a colónia se autonomizar em termos discursivos, demonstrando que as suas estruturas sociais, económicas, administrativas e culturais estavam prontas para agir. O caso de *A Defeza de Angola* denota aquilo de que venho falando, uma aliança por vezes explícita outras vezes implícita entre elites coloniais e elite metropolitana, através do jornalismo e da imprensa que desempenhava então um papel primordial nesse combate por territórios agora em profunda e rápida mudança, com potências europeias a se digladiarem, com poderes africanos a resistirem à imposição do estado colonial, e com elites locais a procurarem o seu espaço de ação sociopolítica. Esta tendência permanece ao longo de algumas décadas, ficando fortemente ameaçada com a consolidação do poder colonial a partir dos anos 20 do século XX e com a perseguição ostensiva aos intelectuais filhos da terra. Cabe aqui mencionar, igualmente, que esta tendência para que uma elite crioula e local ganhe voz e tente disseminar os seus pontos de vista, é extensível a outras sociedades e cidades coloniais. O caso de Luanda e Benguela talvez ganhe em antiguidade nesta tendência, como se verá, e por ser uma tentativa de expressão de longa duração, debaixo sempre do mesmo poder colonial, o que não vem a acontecer em algumas das cidades que tinham as comunidades crioulas mais dinâmicas (por exemplo e pela proximidade com as colónias portuguesas, Port Clarence, sob domínio britânico, que veio a ser Santa Isabel sob domínio espanhol e hoje se denomina Malabo, uma das capitais da Guiné-Equatorial)<sup>212</sup>.

Todo este espaço dado à imprensa tem origens diversas, sentindo-se a necessidade de convocar a opinião pública para a questão africana, estava-se a abrir na Europa essa mesma possibilidade que era extensível a África. Existindo os meios técnicos para que tal acontecesse (meios de impressão, por exemplo), era consequência natural que também quem estava do lado da colónia aproveitasse esta mobilização para expor os seus anseios, necessidades e propostas. Lisboa Lima, em 1925, ainda falava da necessidade de um verdadeiro espírito

---

<sup>211</sup> Idem, p. 151.

<sup>212</sup> Escolhi este exemplo por várias razões: situa-se esta cidade numa ilha que faz parte do arquipélago onde se localiza São Tomé e Príncipe. A colonização espanhola pretendia tomar para este território o modelo experimentado por Portugal na relação de complementaridade entre Angola e São Tomé e Príncipe dado como exemplo; e o aspeto mais importante: a existência no início do século XIX de uma comunidade crioula que se estende ao longo de todo o século, com uma cultura própria e que tenta manter-se ao longo da colonização espanhola que termina apenas nos anos 60 do século XX. Como mencionado anteriormente, outros exemplos poderiam ser nomeados, como no caso de Moçambique em que se registou um movimento similar.

colonial junto da opinião pública, reatando a tradição portuguesa nesta área. Para o autor, esta seria a forma de pressionar-se o poder político para a ação colonial que levasse ao desenvolvimento da riqueza colonial. As elites ainda permaneceriam afastadas do que eram as verdadeiras necessidades das colónias. No ano em que escreve Lisboa Lima, já parte significativa dos formadores da opinião pública estava a ser asfixiada, através do controlo da sua atividade<sup>213</sup>. A produção intelectual da elite colonial diminuía, os jornais, embora ainda em crescimento, iriam sofrer um duro golpe, preparava-se a chegada de um prolongado silêncio. Pelas palavras de Lisboa Lima parecia não se ter cumprido o desígnio de uma opinião pública formada para a questão colonial. Agora calava-se a polifonia dos discursos, o final da década de vinte do século XX assinala o silenciamento das elites coloniais e o surgimento de uma forte propaganda nacionalista que colocava a colonização como missão patriótica e a civilização do outro como um serviço moral, como tinha acontecido desde que os portugueses tinham começado a sua gesta expansionista. A palavra de Deus a par da civilização dos indígenas era o novo papel de Portugal, ancorado numa Europa que usando justificações e discursos um pouco diferentes, considerava o mesmo: os europeus tinham a obrigação moral de civilizar os africanos, de estabelecer um estado colonial forte e de os iniciar no caminho do progresso. Se para os portugueses tinha sido a palavra de Deus que passava a importar, para os franceses continuava a ser palavra do conhecimento e para os britânicos era a palavra da grandiosidade. Diferentes palavras e um mesmo significado: colonizar era uma obrigação moral e um desígnio europeu. Esta finalidade passa agora a preencher as páginas de imprensa, sendo violentamente abafadas as resistências militares, com o esmagamento das revoltas dos africanos, e subtilmente silenciadas as vozes discordantes das elites autóctones. Abria-se o caminho para o controlo discursivo dos anos 30 do século XX. Contudo, não mais se calariam definitivamente as vozes que a imprensa tinha permitido despertar e mesmo sem acesso a meios de difusão, a escrita foi uma das armas de resistência do colonizado.

---

<sup>213</sup> A.A. Lisboa de Lima, op. Cit..

### CAPÍTULO III – A EMERGÊNCIA DO DISCURSO COLONIAL EM TEXTO

*Escolas, missionários,  
Estados, canais e leis,  
Engenheiros, operários,  
Mandai cá o bom soldado  
Na África ponde, achareis  
Um tesouro encantado.*

*Ponde cá prelos e livros,  
Uma linha de vapores  
E vereis estes cativos  
Levantar nossa nação:  
Vê-los-eis nobres senhores.*

Arsénio Pompílio Pompeu de Carpo

Arsénio Pompílio Pompeu de Carpo, poeta angolanizado<sup>214</sup>, apresenta em poema, em 1852, aquilo que seria o grande projeto de colonização: tornar as terras africanas em terras convertidas ao progresso tal como este era conhecido e concebido na Europa. Deste modo, não só o texto (expressão que mais me interessa nesta operação de domínio que afetou diretamente os sistemas culturais dominados) como o desenho, a fotografia, a recolha de exemplares da fauna e da flora contribuíram para que as terras africanas entrassem na semiosfera europeia, sendo, nas palavras de Isabel Castro Henriques deslaicizadas<sup>215</sup>. A par de um gosto exótico que parecia crescer entre os ávidos leitores europeus, agora com mais acesso à leitura, ao museu e à exposição, desmontava-se esse exótico através de um conhecimento que se queria científico e, portanto, sistemático. Impunha-se a criação de identidades novas não só integrando o colono, mas fazendo da sua ordem organizacional e da sua lógica, o cerne da sociedade colonial. Assim, opera-se uma das maiores transformações de sempre naquelas sociedades, um fenómeno de substituição do conhecimento, através da rejeição de todas as sabedorias tradicionais, tomando lugar uma nova lógica. Assim, o que se dá é um fenómeno de carácter epistemológico que interfere diretamente em tudo o que era o

---

<sup>214</sup> Arsénio Pompeu de Castro nascera na Madeira, mas a sua vivência em Angola foi marcante, tendo-se aclimatado de tal modo que era tomado como alguém do local.

<sup>215</sup> Vide Isabel Castro Henriques, *op. Cit.*, 2004.

sistema de pensamento e de compreensão do mundo e das populações autóctones. As descrições da fauna, da flora e dos seres humanos convertem toda a paisagem em algo passivo e disponível para ser reformatado no modo, reformulado no conteúdo. Quando existem levantamentos que referem que um determinado indivíduo ou comunidade não sabe ler, escrever e contar, poderia acontecer que simplesmente usasse um sistema de contagem desconhecido para o colonizador (que, quando o conhecia, o considerava completamente desadequado ou testemunho da falta de conhecimento sistemático daquela população). Contudo, não se pense que era uma tendência apenas verificada em África. Igualmente, se denota o aumento do número de livros artísticos e ficcionais sobre paisagem, bem como, artigos e descrições científicas a partir de 1890, por toda a Europa, com particular ênfase para a poesia, para o romance e a literatura de viagens. A ideia de continentes obscuros, de países selvagens, coincidia com a expansão europeia no mundo, com o encurtamento das distâncias e com o desenvolvimento tecnológico. O desconhecido tornava-se obscuro e incivilizado e era necessário conhecê-lo e, se possível, civiliza-lo<sup>216</sup>.

Como Said afirma, trata-se de uma certa correção à realidade, numa metamorfose de objetos flutuantes em unidades de conhecimento<sup>217</sup>. E como o próprio menciona, o grande desafio ao nosso entendimento é esta mesma conversão, necessária para a manutenção da unidade cultural. Deste modo, o que se impunha era uma lógica onde coubessem os novos conhecimentos e que pudesse abarcar toda uma realidade à partida distante e até exótica. Assim e retomando a ideia de deslaicização do espaço, anteriormente referido, assiste-se a uma recomposição e recriação da realidade em texto, em objeto de mostruário, em unidade pictórica, em fotografia que acrescenta o caráter de verossemelhança, exposta em livros de viagem, em guias, em relatos, em que literatura e conhecimento científico ou empírico se podem facilmente entrelaçar. Assim, o livro e o jornal contribuem para aproximar esta realidade distante do leitor que, procurando entre as suas experiências anteriores e as suas leituras precedentes, encontra um ponto de equilíbrio entre o desconhecido e o exótico e a forma do texto ou da obra pictórica que lhe é familiar, sendo que a forma pode tornar entendível e lógico o desconhecido<sup>218</sup>. A ideia subjacente é que a descrição da realidade, enquanto elemento passivo, pode torná-la entendível aos olhos do leitor que vê essa realidade transmutada para a sua semiosfera. O texto, por permitir este acesso a um mundo *outro*, torna-se mais importante que a própria realidade que é pouco entendível a olhos distantes. A transformação da alteridade para uma verdade entendível pela mesmidade é realizada de modo a que a escritura se torne mais inabalável que a realidade e que, por exemplo, fiquem cristalizados e aparentemente imutáveis os elementos sociais que se sabem serem muitíssimo dinâmicos<sup>219</sup>. Claro que esta predisposição do leitor leva que o escritor também se contenha e direcione a sua escrita num determinado sentido, seja na escolha dos temas, seja na forma

---

<sup>216</sup> Vide Ute Luig, Achim Von Oppen, "Landscape in Africa: Process and Vision: An Introductory Essay", *Paideuma*, n.º 43, 1997, p. 12.

<sup>217</sup> Vide Edward W. Said, op. cit., p. 77-78.

<sup>218</sup> Vide idem sobre o papel da literatura de viagem, p. 108.

<sup>219</sup> Iuri Lotman escreve: (...) *o próprio facto da descrição realça bem o grau de organização e rebaixa o dinamismo do sistema. Portanto, o que assistimos é a uma simplificação do sistema, retirando-lhe o seu carácter dinâmico para que este possa ser explicado no contexto de um outro sistema semiótico*. Vide Iuri Lotman, "Um modelo dinâmico do sistema semiótico" (1974), Iuri Lotman, Boris Uspenskii, V. Ivanóv, *Ensaio de Semiótica Soviética*, Lisboa, Livros horizonte, 1981, pp. 67-86, p. 81.



que eleger para os transmitir. Se se pretende criar um texto com autoridade sobre o relato do real, amiúde incluem-se indicações sobre experiências efetivas ou dá-se voz a personalidades reais que possuem esse valor perante o leitor. O silenciamento do *outro*, afirmando-se que não tem escrita, não tem história, desconhece as línguas dominantes no mundo ou simplesmente não tem como relatar a sua cultura, abre extraordinárias possibilidades de criação de um novo discurso que, começando por ser descritivo, depressa caminha para outras direções, introduzindo novidades que parecem ser todas estas fruto da ação deste recente e empreendedor participante que chega a estes espaços para levar “progresso” e “civilização”. A componente dinâmica é, pois, externa àquelas sociedades e assim sendo, surge a questão de como integrar o fator humano local que irei analisando ao longo desta tese. A força social dominante, isto é, o colonizador, toma a liberdade de transformar a realidade nos seus próprios signos, entendíveis no seu modelo social e inicia um processo de acumulação do conhecimento, pela conversão cada vez mais lata da realidade distante e “outra” em signos entendíveis no seio da sociedade metropolitana e colonial em construção<sup>220</sup>. A realidade colonial é convertida e vertida para a semiosfera do colonizador e oferecida à sociedade colonial, tornando-se os signos do colonizador comuns ao colono e ao colonizado. É no seio deste espaço de contacto e interação que toda a sociedade colonial se baseará e crescerá, conhecendo a sua própria realidade não apenas através da observação local, mas sobretudo dos textos escritos no âmbito do sistema semiótico do colonizador<sup>221</sup>.

Deste modo, a operação mental a que Said se referia relativamente ao orientalista que tem de converter o Oriente em algo diferente e em prol da sua cultura de origem, é de facto aquilo que aconteceu na generalidade das relações de conhecimento das sociedades coloniais em que houve o encontro de culturas diversas nos mais distintos aspetos, a começar pelo linguístico, em que a própria palavra parecia ser dita numa não língua, porque impercetível, advinda duma não civilização porque diferente nos comportamentos da do observador<sup>222</sup>. O que parece é que se está a construir uma história, um espaço, uma sociedade, quando afinal se está a relatar uma realidade que já existe, só que tinha lugar numa outra semiosfera que não a dos que agora produzem o conhecimento. É ainda de acrescentar que muito desse conhecimento iria ser produzido para fins pragmáticos, fosse de domínio direto, fosse para contornar as dificuldades de estabelecimento de relações amistáveis com as populações locais, fosse apenas para poder tornar os novos territórios ocupados em espaços que servissem os interesses económicos e políticos das metrópoles. A tendência para transformar diversos objetos num objeto coletivo foi constante, falando-se dos povos colonizados genericamente como se não existissem características de especificidade não só entre culturas como entre indivíduos. A relação entre a parte e o todo nem sempre foi clara, podendo aspetos limitados ser interpretados como um todo, como se se tratasse de uma recolha para amostra seriada numa exposição ou num museu, levando a que realidade e representação se confundisse, fundissem ou a segunda substituísse a primeira, e não foram apenas os cientistas ou viajantes

---

<sup>220</sup> Vide idem, p. 102 e pp. 106-107.

<sup>221</sup> Jorge Urrutia refere: (...) *conquistar algo não é tanto possuí-lo como ser capaz de o nomear, de apaga-lo nas suas marcas para fazer marcas de uma nova cultura*. E voltando à questão do espaço diz ainda: *Mas África parece ter resistido sempre e, uma ou outra vez, recuperou os seus nomes. Pode, assim, ser exemplo ou símbolo da resistência à objectualização*. Jorge Urrutia, *Leitura do Obscuro – Uma Semiótica de África*, Lisboa, Teorema, 2001, pp. 30-31.

<sup>222</sup> Vide Edward Said, op. cit., p. 78 e p. 89.

a contribuir para esta construção do conhecimento ou do imaginário<sup>223</sup>. Não raro os próprios militares nas suas campanhas de ocupação ou defesa de postos avançados da colonização faziam recolha de dados, de amostras, descreviam populações, de modo a produzir um conhecimento novo. Desde os tempos de Napoleão que tal acontecia, mas, por exemplo, com o advento da fotografia essa possibilidade de relato escrito e visual toma particular relevância, quando com os militares não seguem cientistas qualificados para determinados trabalhos<sup>224</sup>. Outros se juntaram aos militares e no século XX podem-se identificar amadores esclarecidos, administradores e colonos apaixonados pela história ou pela natureza local<sup>225</sup>.

No fundo, tratava-se de, ao dominar o conhecimento, possuir-se de facto o espaço e para tal havia que situá-lo dentro da cultura dominante, mesmo que para isso fosse preciso desmembrar saberes *outros*. É neste enquadramento que se produzem os textos a que hoje podemos aceder. Criados a partir do lado do colono ou do lado do colonizado, a verdade é que, por vezes, as fronteiras entre um e outro estatuto foram mais ténues do que possam parecer. Lê-se no trecho de abertura deste capítulo um aclimatado e defensor da terra a reclamar esse mesmo progresso que laiciza a terra, que impõe uma nova semiosfera. Contudo com uma cambiante, a ideia era prover o progresso a todos e incluir no processo de decisão o filho da terra que deveria aceder às novas tecnologias e conhecimentos para desenvolver o seu próprio meio e o que o autor deste trecho nos deixa não é mais do que essa mensagem. Atualmente, é assumido que houve um domínio de um espaço cultural sobre o outro que se deu ao direito de reinterpretar, recompor, reproduzir para a sua semiosfera que exportou para estes espaços de alteridade aquilo que seria o mundo real até então inenarrável e desconhecido. Este facto é reconhecido, por exemplo, pelos historiadores e diretamente citado na *História Geral da África* da UNESCO que, numa edição de 2010, refere: *É para corrigir essa falsa interpretação da escola colonial, para estabelecer os fatos e dar relevo à perspetiva africana que resolvemos destinar sete capítulos ao tema das iniciativas e reações africanas*<sup>226</sup>. E aqui toca-se noutro aspeto determinante: se, por um lado, o discurso foi produzido para informação e entretenimento, igualmente, foi motivado para a criação de conhecimento sobre povos, culturas e espaços até então desconhecidos. No entanto, a criação desse espaço de conhecimento colonial como autónomo e consagrado pelas escolas coloniais foi um processo longo que começa em finais do século XIX e chega até ao período entre as duas grandes guerras, querendo isto dizer que puderam ser experimentadas várias soluções e adaptações

---

<sup>223</sup> Vide Pascal Blanchard, Sandrine Lemaire, *Culture Coloniale: La France conquise par son empire, 1871-1931*, op. cit., pp. 208-209.

<sup>224</sup> Said refere estes aspeto, mas, por exemplo, Velloso de Castro, militar português notabilizou-se fotografando e relatando durante as operações militares portuguesas denominadas de pacificação. Vide Velloso de Castro, *A Campanha do Cuamato em 1907: Breve narrativa acompanhada de photographias*, Loanda, Imprensa Nacional, 1908 e a análise desse mesmo espólio fotográfico (na totalidade, incluindo parte não publicada) em Cátia Miriam Costa, "O outro na narrativa fotográfica de Velloso de Castro (Angola 1908)", *Culturas Populares. Revista Electrónica* 7 (julio-diciembre 2008), 18 pp., [www.culturaspopulare.org/textos7/articulos/costa1pdf](http://www.culturaspopulare.org/textos7/articulos/costa1pdf).

<sup>225</sup> Vide Pascal Blanchard, Nicholas Bancel, Sandrine Lemaire, *La Fracture Coloniale*, op. cit p. 90.

<sup>226</sup> Albert Adu Boahen, "A África diante do desafio colonial", БОАНЕН, Albert Adu [Editor], *História Geral da África, VII: África sob dominação colonial, 1880-1935*, Brasília, UNESCO, 2010, 2.ª Edição Revista, p. 11.

tanto no discurso científico como no pedagógico sem que isso deixasse de significar construções sempre em torno do sistema semiótico dominante<sup>227</sup>.

Assim, a par da divulgação científica, dá-se o desenvolvimento da criação, dentro das disciplinas existentes, de um conhecimento sistematizado sobre fenómenos tropicais, servindo essa vulgarização de conhecimento sobre espaços e culturas *outras* vários fins, uns mais virados para um público específico – o ensino e ciência coloniais – outros mais virados para o todo da sociedade, originando a propaganda colonial e as iniciativas vocacionadas para a sociedade civil como as exposições, os filmes, os textos, os cartazes. O discurso didático produzido, tendo em atenção as limitações pedagógicas, era oferecido a quem aprendia que o recebia de forma acrítica, podendo as ideias, vertidas em discurso viajar entre pessoas e espaços. O discurso substituía a realidade, tornava-se na própria realidade, afastando até os autóctones inseridos no sistema de ensino colonial das suas raízes. Porém não controlava a criatividade individual, permitindo que todos e cada um se apropriassem das ferramentas discursivas (meios, formas e conteúdos) e produzisse a sua própria verdade. Verifica-se, pois, que é intrinsecamente a estes mecanismos de produção textual, criada pela própria sociedade colonial, que surgem os discursos alternativos. Quer isto significar que é no seio dos meios de comunicação ao dispor para a produção cultural que os autores, que querem expor visões alternativas ao *mainstream*, usam os meios que o meio dominante lhe propõe. Assim, se percebe que a produção textual, veiculando diversidade intelectual, não deixa de estar condicionada a uma sociedade colonial que opera um revisionismo do saber autóctone e que obriga os que querem participar a entrar na sua semiosfera. Esta operação epistemológica proporciona a participação das elites locais no debate colonial, mas em simultâneo integra-las na sociedade colonial em todos os seus preceitos organizacionais e de conhecimento, daí poder parecer existir uma quase dualidade discursiva, reclamando o seu espaço de ação, mas aceitando os princípios do colonizador, desejando mais autonomia, todavia dentro de um quadro colonial.

Filhos da terra, mas indivíduos de lides urbanas, os intelectuais autóctones contribuíam para o processo descrito pela autora referida anteriormente que fala de um processo de oposição entre a cidade e o campo (descrito como mato, neste caso), em que a cultura urbana inferiorizava a cultura não urbana<sup>228</sup>. Contudo, se se analisar a época em si, a transição do século XIX para o século XX, assiste-se a essa tendência por toda a Europa. África estaria apenas a constituir uma extensão daquilo que também era tendência nas metrópoles, em que ao mundo rural se associavam as tradições contrárias à modernidade, a ignorância e o analfabetismo. Ao contrário, a cidade parecia prover aos seres humanos a possibilidade de se libertarem de amarras ancestrais e pensamentos caducos, através do conhecimento, da tecnologia e da convivência estreita. Claro que a realidade não era essa e grassava entre a massa de proletários migrantes nas grandes cidades o analfabetismo, a falta de condições socioeconómicas, todavia, ali residia a esperança de se ultrapassar todas essas adversidades. A cidade provia a possibilidade da construção do mundo moderno e, em alguma medida, alternativo ao antigo regime que significava retrocesso. Prossegue a autora, referindo que os urbanizados africanos sentiam ter alguma vantagem relativamente aos seus irmãos rurais

---

<sup>227</sup> Vide Pascal Blanchard, Nicholas Bancel, Sandrine Lemaire, *La Fracture Coloniale*, op. cit., p. 90.

<sup>228</sup> Isabel Castro Henriques, op. Cit., p. 42.

africanos, por estarem instalados em território branco. Contudo, a sua relação com o meio envolvente levá-los-ia a tentativas de criação e de reforço identitário, numa tentativa de impedir a completa desagregação dos seus valores de raiz africana<sup>229</sup>. Na verdade, o que Isabel Castro Henriques acima referia não é mais do que o posicionamento do autor que se aproximou dos valores dos filhos da terra e que acima se lê. Se, por um lado, deseja os instrumentos para o progresso da sua sociedade, vontade que lhe advém do facto de ser parte da semiosfera do colonizador, por outro lado, quer que sejam os nativos dos territórios a desenvolvê-los, atitude na qual pode-se perscrutar uma afirmação de diferencialismo ou, como se diria hoje, de localismo que se pretende respeitado, fazendo prever que o único progresso possível é aquele que for ancorado na força e na colaboração da população local.

Foi, indubitavelmente, o facto de os filhos da terra dominarem os meios técnicos e partilharem o sistema semiótico dos colonizadores que lhes permitiu verter os seus interesses e preocupações para texto. Assim, muitos descobrem a sua vocação, procurando tradições, expondo alternativas, tomando consciência das suas especificidades e transpondo-as para texto. Essa busca duma identidade própria coincide com a disponibilização da impressão em série sistemática nos territórios africanos colonizados pelos portugueses. Por isso, não é de estranhar que, na sequência da própria expansão territorial e administrativa do estado colonial, os filhos da terra tenham encontrado uma oportunidade para conhecer melhor o espaço que circundava a sua vivência, mais urbana que rural, como é o caso de Augusto Bastos que partindo do inquérito do Governador-Geral Eduardo da Costa, encontra o mote para o seu livro *Traços Geraes sobre a Ethnographia do Districto de Benguella*. Todavia, mesmo no caso de Bastos esses interesses eram mais amplos, daí que tivesse outras publicações em livro, como *Monographia da Catumbella* ou até em artigos vários publicados na imprensa periódica, passando pela publicação dos seus folhetins *A vida nas Selvas*, *As Furnas do Lobito* ou *Dois Heróis de Dezessete anos*, em que estão sempre presentes conteúdos etnográficos que oferecem ao leitor não só as especificidades do meio, como enquadram as personagens no seu contexto sociocultural. Esta tendência de escrever sobre as tradições, as origens das coisas, os sentimentos em torno da realidade ou a busca do porquê dos fenómenos humanos, é algo antigo e que acaba por caracterizar a literatura em geral, daí que, apesar de em texto colonial (refiro-me à produção textual em contexto colonial) ter ganho uma relevância específica, a verdade é que esta característica da literatura é observável nas diferentes literaturas dos vários continentes, sendo abusivo ligar a literatura produzida em contexto cultural este qualificativo<sup>230</sup>. O romance de José de Macedo que adiante analisarei, *Herança de Amarguras*, apesar de publicado em contexto colonial, durante a sua vivência em Luanda, de facto toma uma temática universal, mas que ele enraíza profundamente no seu país natal, declarando mesmo as suas observações diretas sobre a vida popular para justificar trechos literários e introduzindo preciosa informação etnográfica sobre costumes e cânticos. Portanto, esta profunda ligação entre construção identitária e literatura, entre procura das raízes e justificações de contextos verosímeis em ficção que mantinham relação direta com a realidade são característicos da literatura e não do texto colonial, sendo tomados tanto pelos filhos da

---

<sup>229</sup> Idem, p. 43.

<sup>230</sup> Vide Fernando Cristóvão, *O Romance Político Brasileiro Contemporâneo e outros Ensaios*, Coimbra, Almedina/Centro de Literaturas de Expressão Portuguesa da Universidade de Lisboa e Associação de Cultura Lusófona, 2003, pp. 221 e 222.

terra como pelos colonos ou até pelos metropolitanos redigindo poesia ou prosa, ficção ou ensaio sobre as sociedades coloniais, portanto, abarcando mundos reais e ficcionais, mundos contemporâneos e alternativos.

Se a dicotomia colonizador/colonizado se verificou no âmbito do território também se encontra a outros níveis como a sociedade, a economia, a cultura, a política. Contudo, esta dicotomia nem sempre foi clara, sobretudo, entre aqueles que formavam o que se pode chamar uma classe de equilíbrio entre as populações autóctones e o colonizador, os tais que tantas vezes têm sido denominados como crioulos que mais do que uma cor específica (que não existia) revelavam comportamentos e uma cultura que pode parecer à primeira vista ambivalente, entre o legado colonial e as heranças africanas. Desafio gigantesco, o de usando as ferramentas da cultura formalmente dominante, dar voz aos que afinal estavam dominados, reclamando uma identidade, uma pertença que parecia esfumar-se numa ambivalência entre dois mundos que afinal coabitavam e até se poderiam complementar, como adiante se verá. O combate deslocava-se, então, não para uma oposição entre tradição e modernidade, mas para uma outra contraposição: o colonizador via no habitante da colónia, no filho da terra, apenas um colonizado, submisso, portanto, à sua ordem, pensando que mesmo através da educação a única coisa que conseguiria criar seria a admiração sobre a sua superioridade cultural. Ora, o desafio era a afirmação de uma identidade específica, com os instrumentos que essa educação que vinha de outro continente, dos que dominavam aquela sociedade, usavam e mostrar que, quando partilhando conhecimentos, todos deveriam encontrar-se em igualdade. Esta vai ser a aspiração da elite culta das colónias, secundada por alguns intelectuais metropolitanos que também acreditavam nesta hipótese, como é o caso de José de Macedo. Parece-me, pois, que apesar de poder-se categorizar, como Said fez relativamente aos autores que escreveram sobre o Oriente, os objetivos e públicos para que escreviam, a verdade é que o resultado dessa escrita revelou conteúdos bem diversos e ideias que, podendo ter um fio condutor entre si, apresentam, contudo, muitas divergências face ao que constituía o discurso dominante. Mesmo entre os autores metropolitanos divergem os que apenas faziam viagens em solo africano, os que habitam durante um período da sua vida aquele espaço ou aqueles que preenchem as suas estórias com personagens com vivências africanas sem nunca por lá terem passado ou ainda aqueles que sendo autóctones são filhos de colonos e educados na cultura do colonizador<sup>231</sup>. Também, na forma se encontram muitas variações que vão desde os textos pessoais como as cartas, as notas de viagem, as anotações diarísticas, aos formalmente estéticos como os romances, contos ou poesia ou ainda os marcadamente informativos ou vocacionados para o conhecimento como os ensaios, os artigos de jornal e as crónicas.

---

<sup>231</sup> Edward Said fala de três categorias de escritores que teriam produzido textualmente sobre o oriente, desde o que se desloca por razões profissionais e científicas, ao que tendo esse objetivo se deixa impressionar e escreve de acordo com a sua consciência pessoal, sendo a última categoria preenchida por aqueles que, plenos de subjetividade, criam a partir da sua própria consciência individual. Na literatura de viagens atual ou no relato do que poderemos ainda chamar “exótico”, este debate mantém-se e para isso basta-nos ver o impacto do recente livro de José Luís Peixoto sobre a Coreia do Norte, apresentado como o país mais fechado do mundo, e a crítica que lhe é feita: o autor estaria a relatar a sua experiência nesse território e não o território em si, subjetividade em vez da objetividade prometida na apresentação do livro. Sobre esta questão do final de 2012 nas letras portuguesas vide: Edward Said, op. Cit, p. 184, José Luís Peixoto, *Dentro do Segredo: uma viagem na Coreia do Norte*, Lisboa, Quetzal, 2012 e António Rodrigues, “Viagens: O peso da responsabilidade”, *Ipsilon*, 27 Dezembro 2012, <http://ipsilon.publico.pt/livros/critica.aspx?id=313899>.

A palavra foi, pois, determinante na construção da ideia e da consciência de alteridade. Foi através da palavra que se construiu e desconstruiu o exótico e se criou um imaginário em seu torno. A palavra, pela distância, substituiu a realidade e permitiu que se fosse estabelecendo uma interação quase circular entre as expectativas do poder, as expectativas da sociedade colonizadora, as expectativas da sociedade colonial e os discursos produzidos, um oficial e outro oficioso, um expressando autoridade face à realidade, outros apresentando alternativas ao anterior. Se existe um jogo e ajustamento de poderes na sociedade, igualmente, existe um jogo de discursos que se apresentam à sociedade, que procuram os seus leitores, que angariam leituras possíveis que, sendo adaptativos, tentam propor soluções novas. O acesso ao texto de produtores e consumidores permitia que este guardião da memória e do discurso fosse usado agora para debater as questões do presente e do futuro. O texto não era agora apenas o passado apresentado ao presente, era o presente onde se debatia um futuro melhor. A imprensa periódica tem um papel notável neste aspeto, não só no que se refere ao artigo e à crónica, mas igualmente no facto de permitir a publicação de ficção e poesia no corpo do jornal ou em folhetins no seio dos próprios periódicos ou, através das suas gráficas, de permitir a impressão a baixo custo de folhetins e panfletos de divulgação<sup>232</sup>. E esta função era usada para defender as mais diversas posições. Assim, se a propaganda colonial tinha sucesso através da autoridade que as agências coloniais pareciam garantir, tendo ao seu dispor boas cadeias de difusão e capacidade para atuar a diversos níveis (indo dos postais e ilustrações aos manuais ou jogos), também os discursos alternativos eram bem-sucedidos pelo público fiel que tinha e pelo intervencionismo social que defendiam<sup>233</sup>. Por exemplo, parte do sucesso de divulgação das viagens anglo-saxónicas e o impacto de exploradores como Livingstone, Stanley, Burke ou outros é muito tributário desse novo instrumento, denominado imprensa que permitia não só a divulgação dos relatos de exploração como a sua tradução em outras línguas para publicação em meios similares, permitindo, portanto, que a palavra viajasse de semiosfera em semiosfera e que cada intermediário dessa viagem que introduzia o texto lhe desse um contexto próprio. Assim, se entende que todo o período abrangido por esta tese é caracterizado por este papel da palavra<sup>234</sup>.

No entanto, este papel não é apenas assumido na contraposição colonizador/colonizado e encontra-se no Novo Mundo a apropriação do discurso por intervenientes locais ou exilados naquele território no que concerne às questões coloniais e às desigualdades fruto das sociedades coloniais. Num estudo que compara o discurso do nacionalista indiano Lala Lajpat Rai, exilado nos EUA, com o discurso de Du Bois, que chegaram a dar conferências juntos, entre 1911 e 1917, Dohra Ahmed encontra algumas continuidades tanto no estilo como no teor, representando também um momento em que a luta anticolonial e antirracista está concentrada nos meios possuídos pelo discurso dominante, quer-se apoiar nas suas

---

<sup>232</sup> No livro já citado de Blanchard e Lemaire, *Culture Coloniale : La France conquise par son empire (...)* são dados exemplos neste sentido, por um lado, a propaganda à exposição colonial feita oficialmente, por outro lado, o panfleto com o título *Ne visitez pas l'Exposition coloniale*, em Maio de 1931, assinado por André Breton, Paul Éluard, Louis Aragon. O uso do mesmo recurso para a divulgação de pretensões opostas. Poderiam ser dados outros exemplos como os folhetos publicados pela Comissão de Descentralização 6 de Julho ou da Grande Comissão de Loanda.

<sup>233</sup> Vide Pascal Blanchard, Sandrine Lemaire, *Culture Coloniale: La France conquise par son empire, 1871-1931*, op. cit., p. 143.

<sup>234</sup> Vide Jorge Urrutia, op. Cit., p. 62.

instituições e se expressa dentro do sistema semiótico dominante<sup>235</sup>. Quer isto dizer que a problemática colonial viajava com os intelectuais que pensavam o problema e não era sequer um exclusivo de metrópole/colónia. Daí que se encontrem exilados a escrever discurso colonial, alternativo ao do poder dominante, e também indivíduos fruto do fenómeno colonial como Du Bois. Na verdade, o que os escritores convocavam era a sua capacidade de escrita para criar, durante os processos literários ou ensaísticos, mundo alternativos e a seu ver melhores e mais justos. Deste modo, é clara a diversidade entre formas e conteúdos, entre protagonistas e, igualmente, entre leitores e expectativas em torno dos textos produzidos. Assim, escrever na terra ou escrever e inscrever a alteridade poderia ter resultados diversos, o que passo a explorar nos pontos seguintes. Igualmente, é de atentar no facto de Augusto Bastos e de José de Macedo produzirem intrinsecamente a este contexto, se moverem neste quadro nacional e internacional que potenciou e condicionou de alguma forma a sua produção textual.

### **Escritas na terra**

Como anteriormente referi, os filhos da terra, educados na semiosfera do colonizador, mas em contacto permanente com a realidade local, cedo tiveram consciência da sua especificidade relativamente à metrópole, mas igualmente destacavam-se dos seus conterrâneos que não partilhavam de uma educação e comportamento comuns, reclamando através dos seus conhecimentos a sua própria identidade através dos meios sancionados pelo sistema colonial. Assim, criaram uma espécie de consciência de alteridade, tanto relativamente a metropolitanos como aos autóctones, considerando-se superiores àqueles que não podiam partilhar dos benefícios da “civilização” levados pelo colonizador, que foi escrita na terra para todos os que ali viviam e sabiam ler. Não é por isso de estranhar que as questões internacionais, pelo acesso total e até partilha da semiosfera do colonizador, fizessem parte dos seus conteúdos, sobretudo, os ecos que chegavam de outras antigas colónias. Assim a par do estrondoso efeito que o Brasil tinha nas cidades angolanas através dos filhos da terra e provenientes das estreitas relações culturais, de negócios e familiares, surgiam na discussão casos como o de Cuba que abalara em muito o orgulho nacional espanhol, um impacto comparável ao que o Ultimato tivera em Portugal. O facto de existirem meios impressos nas colónias tornava mais fácil a escrita na terra, sem necessidade de recorrer a meios distantes. No entanto, é preciso reter que havia uma tradição antiga nesta área: desde a introdução na então Índia Portuguesa da tipografia, em 1556, que se dera esta possibilidade de produzir texto impresso, portanto, de mais fácil disseminação junto do público, em terras colonizadas. Contudo, é preciso esperar 265 anos para que surja a primeira folha oficial no território e, no Brasil, a introdução da tipografia dá-se apenas com a transição da Corte Portuguesa para o Rio de Janeiro em 1808.

As então colónias africanas terão de esperar um pouco mais e em 1842 é introduzida em Cabo Verde, em 1845 em Angola e em 1854 em Moçambique<sup>236</sup>. Todavia, aqui acontece algo interessante: o tempo que medeia entre a introdução da tipografia e das publicações regulares

---

<sup>235</sup> Vide Dhora Ahmed, *op. cit.*, p. 4.

<sup>236</sup> Vide Ilídio Rocha, *op. Cit.*, p. 26.

é de poucos anos, ao contrário do que acontecera na Índia Portuguesa. Também existe uma diferenciação relativamente ao Brasil em que a entrada da tipografia é acompanhada desde logo pela produção regular, devido ao facto de ter sido um fenómeno político resultante da deslocação da corte. Ora, nas colónias africanas, o que acontece é que a voz dada aos poderes oficiais começa cedo a ser partilhada pela voz das elites locais que também se querem fazer ouvir e olhando o exemplo de Moçambique verifica-se que se a tipografia é introduzida em 1854 e a primeira revista literária da colónia data de 1881 (*Revista Africana*). Portanto, nem uma distância temporal de três decénios apresenta face à introdução do meio técnico para a produção textual em série. Quer isto dizer que os veículos oficiais de divulgação da informação se fundem com a massificação da imprensa escrita, aparecendo quase em simultâneo nestes então territórios coloniais portugueses. Esta situação fez com que os filhos da terra, de formas várias e nem sempre com estatuto de igualdade face aos poderes formais, acessem aos mecanismos de divulgação da sua mensagem. Assim, não é de estranhar que a Comissão 6 de Julho faça um alerta a partir da própria colónia sobre o favorecimento à exportação de mão-de-obra indígena para São Tomé e Príncipe, o que consideravam ter consequências drásticas para a então colónia, com o despovoamento do território que tinha ainda um outro aliado, a doença do sono. Publicam em Lisboa, porque o seu público era constituído pelos decisores políticos da metrópole e os seus pares em Angola. Significa isto que se abriam estas possibilidades de publicar na metrópole ou na colónia, consoante a mensagem e o público-alvo da mesma<sup>237</sup>. No entanto, não se pense que o facto de existirem publicações periódicas nas colónias não era decisivo para o acesso à publicação na metrópole, primeiro porque a proximidade geográfica permitia que fossem aperfeiçoadas formas e conteúdos dos textos junto de um público que se conhecia melhor, segundo porque grande parte das publicações periódicas coloniais recebiam o apoio e tinham ligações profundas com os periódicos da metrópole.

A imprensa periódica e as revistas temáticas serviram para estreitar laços entre intelectuais metropolitanos e da terra e o eco dos textos divulgados sobre assuntos coloniais, tanto na metrópole como nas colónias, é disso testemunho. Deste modo, a própria comissão expõe o seu objetivo e de certa forma explica a publicação em Lisboa, a par de outras iniciativas que eram tidas na colónia, escrevendo: *O que a comissão do comício teve em vista foi levantar a opinião a província, apontando as cousas a que todos levava a descrer da proficuidade das medidas do poder central e, portanto não havia que apontar outro erro que não fosse esse (...)*. À divulgação na colónia pelo comício e à publicação de panfletos, sucedia a publicação na metrópole que surgia como consequência natural, indo para além da informação dos leitores e formação de uma opinião pública, pois pretendia-se influenciar diretamente o poder decisório. Igualmente era comum que se comentassem na imprensa colonial os artigos publicados na metrópole e vice-versa, sendo esta uma forma de introduzir no debate intelectual posições diferentes sobre os mesmos aspetos. É também importante referir a importância dos periódicos na divulgação cultural, sendo comum terem espaços dedicados à literatura, à crítica literária ou à sua divulgação. É no contexto do crescimento de um gosto pelo exótico e de um maior interesse pelas belas letras que surgem nos jornais coloniais alguns textos de filhos da terra ou mesmo de colonos com expressões nas línguas locais, correspondendo ao gosto do público que mais por uma questão de exotismo do que propriamente por curiosidade ou

---

<sup>237</sup> COMISSÃO 6 DE JULHO, *op. Cit.*, p. 7.



interesse cultural. Esse gosto deu origem à possibilidade dos filhos da terra se expressarem com recurso ao bilinguismo e de reforçarem a sua identidade intercultural, com uma educação formalmente centrada na metrópole, mas bebendo muitos conteúdos e sentidos estéticos locais, numa sociedade herdeira da intersecção de diferentes culturas, oriundas de diferentes continentes<sup>238</sup>.

Estes filhos da terra estariam a contribuir para a existência de uma nova representação cultural, numa forma de expressão identitária transcultural em que as diversas heranças eram tomadas, apropriadas e reinventadas de forma a dar origem a um novo produto cultural. Contudo, não era esse o exotismo que parte dos leitores desejavam, sobretudo os urbanos metropolitanos, que viam no sertão e nas culturas distantes uma oportunidade de posicionar os grupos humanos portadores dessa alteridade num enquadramento de contraposição, de modo a justificar os seus ensejos face a estes territórios longínquos da sua perceção de mundo e com a necessidade de serem traduzidos para a sua semiosfera. Afinal, os “seus tradutores” eram em larga parte aqueles que constituíam eles próprios uma espécie de alteridade, porque apesar de portugueses na fórmula educacional eram africanos de criação. Os jornais desses tempos incitavam mesmo os autores a criarem poesia na “língua abunda”<sup>239</sup>, mas na verdade nunca incitaram a que se escrevessem ensaios, artigos, crónicas ou reportagens nessa mesma língua, querendo isto dizer que a linguagem poética poderia recorrer, sobretudo, por questões de estilo, às línguas *outras*, mas a linguagem usada para transmitir o real teria de se manter a que dominava o meio formal, a língua portuguesa. Na verdade, os leitores dominavam todos o português, contudo nem todos sabiam as línguas locais e mesmo que as soubessem esses textos, se escritos nas línguas locais, deixariam de poder ser lidos na metrópole. Existe, por isso, um jogo permanente entre a produção e receção do texto e, em simultâneo, uma perfeita consciência desse facto, levando a que se, por um lado, o recurso às línguas locais podia significar o reclamar de uma identidade própria e até de um desejo político de autonomia progressiva, por outro lado, significava a possibilidade de experimentar e de introduzir novos conceitos estéticos dentro daquilo que era o texto literário (ou não, se fosse uma crónica, por exemplo) escrito em português. O próprio recurso, nas literaturas europeias, de cânticos tradicionais ou populares e de expressões menos usadas pelas classes mais abastadas, tinha introduzido na literatura um certo gosto pela diferença, desenvolvido pela própria literatura de viagens. Lembre-se que à burguesia de finais do século XIX e inícios do século XX, a linguagem e vida de um operário ou camponês podia ser tão distante ou exótica como a experiência de viagem de um seu companheiro do clube literário, ou seja, o gosto pelo desconhecido já lá estava presente.

Deste modo, o que surge, nesta época, é a possibilidade de publicar para um público alargado, oportunidade que, mesmo com algumas dificuldades, também é dada aos filhos da terra, reclamando para si recursos estilísticos variados, tendo como único limite o facto de o conteúdo ter de ser consensual e aceite pela comunidade leitora<sup>240</sup>. Assim, se percebe que

---

<sup>238</sup> Como exemplo de alguns autores, marcantes no panorama da literatura angolana e no que concerne a esta questão do uso das línguas locais e do plano intercultural dos autores, vide Francisco Soares, *Notícia da Literatura Angolana*, op. Cit., p. 113.

<sup>239</sup> Vide idem, p. 114.

<sup>240</sup> Vide Iuri Lotman, “Um modelo de dinâmica do sistema semiótico (1974)”, Boris Uspenskii, V. Ivánov, *Ensaio de Semiótica Soviética*, Lisboa, Livros Horizonte, 1981, pp. 67-86, p. 80.

certos temas apenas pudessem aparecer de forma dissimulada, o que resulta, analogamente, do facto de estes autores apresentarem uma característica específica: a de estabelecerem a relação entre duas semiosferas e, em simultâneo, reclamarem um espaço cultural próprio nas cidades e pequenos estabelecimentos sertanejos. Logo vivem alguma ambivalência cultural e política que os torna alvos fáceis da crítica e do possível repúdio tanto das elites metropolitanas quanto das elites tradicionais africanas. Depreende-se, pois, o seu controlo com as palavras escolhidas e que a sua abordagem é condicionada não só pela receção da sua obra, como foi explorado anteriormente, mas tal-qualmente pela sua posição face aos poderes políticos estabelecidos. Não sendo colonos, aparecem como aliados da colonização, não sendo culturalmente autóctones, por terem uma educação formal de carácter europeu, aparecem como cúmplices das aspirações dos poderes tradicionais locais. Daí que não seja de estranhar, num quadro de colonização não tendente à autonomia, a perseguição aos que foram identificados como nativistas, como atrás referi. Aliás, estes autores, filhos da terra, escrevendo na terra, contrariavam parte do pressuposto da colonização, no entanto, nem sempre esta visão foi clara, por todos os sistemas sociais terem as suas contradições intrínsecas. Mas, note-se: a ideia geral era a de que os africanos precisavam de receber o conhecimento e orientação europeias para se tornarem seres humanos plenos e capazes de exercer a sua função de súbdito ou de cidadão, conforme fosse o sistema político na respetiva metrópole. Logo o facto de não terem a propriedade sobre a terra nem construírem cidades idênticas às europeias e de não dominarem as mesmas tecnologias que os europeus, tornava-os numa espécie de seres avessos ao progresso e à organização<sup>241</sup>. Ora estes africanos, educados por portugueses, destacavam-se deste conceito, essencialmente, porque sabiam usar formas e conteúdos da esfera semiótica que partilhavam com os metropolitanos. Logo aproximavam-se da população portuguesa, mas em simultâneo sendo diferentes e reclamando esse seu estatuto de alteridade, dentro de uma esfera alargada do que consideravam poder ser o seu campo de ação, no seio de uma diversidade que partilhava não só uma língua como princípios comportamentais e morais, gostos estéticos e hábitos.

A paisagem e o território talvez sejam os melhores elementos para entender-se a identidade do filho da terra, pois significam uma apropriação sociocultural da natureza, podendo estes aparecer como dinâmicos ou como descritores passivos e imutáveis, pois a construção em texto destes elementos é um processo contínuo que funciona ora por inovações, introduzidas por alguns autores, ora por repetições, ora satisfazendo o imaginário do universo de receção (os leitores) ou apresentando os espaços de identificação do autor<sup>242</sup>. Trata-se da passagem a texto da interação humana com a natureza que assume carácter diferenciado quer se trate de um observador extrínseco ou intrínseco, ou seja, alguém que viaje por um determinado local, tendo como referência identitária um outro espaço, ou aquele que está a escrever sobre o seu espaço de identidade ou reclamado como espaço identitário. Da mesma forma, a leitura do texto será diversa, caso se trate de alguém partilhando a mesma experiência do autor ou não. Quer isto dizer que a leitura é orientada consoante o leitor tenha ou não experiência ou memória constituída do espaço ou paisagem descritos. Assim nuns casos será a curiosidade e a

---

<sup>241</sup> Vide Jorge Urrutia, *op. Cit.*, p. 87.

<sup>242</sup> Vide Ute Luig, Achim Von Oppen, *op. cit.*, 1997, p. 7.

procura de exotismo e da alteridade que orientam a leitura, noutras situações será a identificação com o espaço e o sentimento de pertença que norteia esse ato. Nos casos em que a memória é construída a partir de leituras prévias pode acontecer que espaços distantes, nunca vistos, apareçam ao leitor como sendo conhecidos e em que o horizonte de expectativa está dominado por essa construção imaginária prévia, como nos exemplos apresentados por Said e anteriormente citados que referem que a construção do Oriente se dava principalmente através do texto, o que se sobreponha à própria realidade.

Assim, se aos olhos de um observador extrínseco são as características de diversidade e oposição à realidade do seu público leitor que ele mais vai ressaltar, tornando a natureza e a correspondente componente humana passivas, é comum que aos olhos de um observador intrínseco sejam as qualidades de continuidade e de interação entre natureza e ser humano que sejam ressaltadas, tentando seduzir o leitor a acompanhar um determinado espaço, mesmo que este lhe seja desconhecido, como no caso das cidades coloniais e dos escritores que escreviam sobre o sertão para este público. Era tornar a alteridade em algo mais próximo, muitas vezes, ressaltando os elementos de continuidade entre o que era vivenciado pelo leitor e o que o autor ali apresentava. Pense-se o caso angolano, vivenciado pelos autores a que se dedica este estudo, e atente-se que esta relação entre escrita / identidade / território revela-se mesmo no uso do vocabulário que precede de alguma forma a consciência de unidade territorial. Aqui, em finais do século XIX, é comum ver-se os autores autorreferenciarem-se como “angolenses”, conceito que entrará pelo século XX, que está ancorado numa concepção de espaço relativamente limitada, quando a cartografia de Angola ainda se constrói, mas com perfeita noção de alteridade face à metrópole e já com ensejos autonómicos. O termo angolano, que sucede a angolense, já resulta de uma construção em que o conhecimento territorial está fechado e há a necessidade de demarcação face à metrópole, já tomando o espaço de referência como um todo (todo aquele que se encontrava dentro das fronteiras já fechadas). Portanto, tanto a expressão angolense como angolano traduzem uma apropriação cultural do espaço que justifica e amplia uma noção e reclamação de alteridade face ao discurso dominante. Talvez, a principal operação de alteração de conteúdo entre o angolense e o angolano seja mesmo a fusão entre território e espaço político: já não se trata apenas de uma georreferenciação cultural e identitária, passando a tratar-se de uma georreferenciação política e social que reclama não só uma identidade cultural como uma identidade política.

A exterioridade ou não face à paisagem vai sempre dependendo da construção feita em seu torno, daí que as dicotomias cidade/campo, metrópole/colónia possam ser trabalhadas de acordo com a mensagem do autor e com o público para quem e para que escreve, porque os objetivos que a escrita encerra também conduzem a alterações de estilo e de forma, próprias de uma interação entre produção e receção do texto. No caso do trabalho das paisagens, o facto de ter havido uma viragem para as ciências naturais descritivas e a necessidade que os poderes coloniais sentiam de recolher dados sobre os territórios dominados abriu novas hipóteses de trabalho para os escritores e oportunidades para a construção de imaginários mais ambiciosos em termos de acumulação de conhecimento e de prazer de leitura, em simultâneo. Os grandes acidentes geográficos, as paisagens que funcionam por oposição à do leitor, seja por desconhecimento ou exotismo, passam a ter um espaço consagrado na escrita não só de viagens como em vários outros tipos de registo textual. A ideia era integrar o leitor no meio envolvente e demonstrar como a natureza podia ser convertida para a palavra,

conhecida e dominada pelo ser humano. A paisagem permitiu que se mostrassem várias ideias de mundo, que se passassem interpretações pessoais da mesma, e que se extrapolasse a partir destas criando imaginários associados a determinados territórios. Se, para o observador intrínseco, estas seriam uma forma de construir uma paisagem comum e um imaginário com alguma continuidade e neste caso a oposição e o exotismo era pouco relevante, para o observador extrínseco, a paisagem aparecia como forte elemento de prova de alteridade. Assim, se compreende que os elementos naturais que causavam estranheza a quem vivia em ambiente urbano, porque na sociedade colonial a maioria dos leitores era aí que se situava, eram descritos de forma a ser tidos como uma parte integrante de um todo. A sensação de afastamento que sentiam as elites locais fez com que procurassem o seu próprio espaço de atuação. Com formações idênticas ou, por vezes, até superiores às dos metropolitanos, sentiam-se preteridos face a estes, o que o fez questionar a justiça do sistema que lhe era imposto e qual o seu real papel no seio daquela sociedade. O suporte territorial para a construção dessa identidade e a ligação dos conteúdos e das formas ao espaço em si, forjou-se, pois, a partir do último quartel do século XIX de forma paulatinamente mais evidente.

O processo sendo lento e tomando referências advindas não só das experiências europeias coloniais e não coloniais como americanas, tem, em inúmeros casos, que ver com o acesso a exilados políticos, imigrantes com fortes convicções, refugiados ou mesmo com a introdução da maçonaria em muitos destes espaços, à semelhança do que acontecera com os movimentos independentistas americanos<sup>243</sup>. Aliás, ambos autores estudados neste trabalho têm fortes ligações à maçonaria e são exemplo de uma interação entre maçons metropolitanos e filhos da terra. José de Macedo, oriundo da metrópole, pertencendo ao Grande Oriente Lusitano, funda o jornal *A Defeza de Angola* e estabelece contactos no sentido da proteção dos direitos da colónia e da sua autonomia, estando ainda encarregado de colaborar na formação de agremiações culturais e de desenvolver em Benguela ou na Catumbela lojas maçónicas em colaboração com os filhos da terra, defendendo os mesmos valores da democracia, autonomia gradual, instrução e progresso. Augusto Bastos, filho da terra, vem a colaborar em diversos periódicos com ligações à maçonaria, e, em estreita ligação a outros intelectuais e a José de Macedo, fica encarregado de fundar o Grémio Africano na Catumbela e teria ligações à maçonaria benguelense. Contudo, não foram apenas os movimentos políticos e sociais europeus e americanos a influenciar os intelectuais locais. Igualmente, os movimentos culturais e artísticos para isso contribuíram, seja através da arte colocada ao serviço da construção da nação, com a procura da tradições através da música, da pintura ou da literatura, como também à importância concedida à expressão artística, sendo muito comum pessoas com interesses muito diversos terem sempre algum refinamento no que se refere ao gosto literário ou musical. A chegada de missionários e de académicos mais

---

<sup>243</sup> A figura do exilado político não é apenas uma referência na colonização portuguesa ou nos casos mais conhecidos de Angola e Moçambique. Constituiu uma prática relativamente alargada dos poderes coloniais europeus que muitas vezes conseguiam incriminar os opositores políticos de crimes de traição à pátria ou delito de opinião e os enviavam para as colónias consideradas insalubres. Tanto os registos documentais e investigações posteriores como a própria literatura registaram estes casos. No caso angolano e para a literatura dou o exemplo de Pepetela, *Yaka*, União dos Escritores Angolanos, 1988, 1.ª Edição, em que o fundador daquela família reclamava a situação de condenado ao exílio político. Acerca do papel da maçonaria vide Jacopo Corrado, op. Cit., p. 104.

ligados à linguística, à literatura e à recolha de elementos sobre a vida das populações também teria contribuído para esta redescoberta do espaço envolvente. Assim sendo, a própria tentativa colonial de conhecer mais o território que agora pretendia ocupar e os movimentos de valorização das tradições na Europa teriam sido importantes na tomada de consciência das elites locais sobre o valor das suas culturas e sociedades, a par de um desgaste político que os afastava dos cargos administrativos, agora que estes aumentavam fruto de uma administração direta, dando-lhes o ensejo de se questionarem sobre a sua própria identidade, vindo a reclamá-la.

Este ambiente cultural e social, aliado à disponibilidade de meios técnicos para escrever na terra, permitiram aos filhos daqueles territórios expressarem-se de modo a poderem ser descodificados não apenas na sociedade colonial como na sociedade colonizadora. De facto, em termos de mentalidade, estes intelectuais estariam mais perto do colonizador/colono do que propriamente dos seus irmãos autóctones. Apenas com a primeira república surgem as declarações como africanos de Angola em vez de angolenses, já num ambiente reivindicativo muito marcado pelo desalento que a falta de conquistas prometidas pela República vinha a provocar. Até então, existe uma tentativa de unificação de elites urbanas e o resto da população, mas nunca evocando o seu carácter de “africanos”<sup>244</sup>. Mesmo debaixo dessa tentativa de unificação, na verdade, não existia qualquer identificação formal com os poderes tradicionais ou com a sua forma de vida, mas existiam experiências, ligações familiares ou pessoais que demonstravam que essa fronteira não seria tão determinante como poderia aparecer nos seus textos. Deixo o exemplo de Augusto Bastos: antevê-se, através dos seus textos, um verdadeiro progressista, um homem educado nos preceitos europeus, entendido em diversas áreas, dominando várias línguas europeias como o francês, chegando a ser presidente da câmara municipal de Benguela. Contudo, na sua vida profissional e privada, teve fortes ligações ao meio tradicional, fosse através do comércio que herdou do seu pai que o fez iniciar-se junto das populações do sertão e lhe deu alguma experiência sobre o *hinterland* de Benguela e Catumbela, fosse através da sua própria origem, filho de mãe africana (apesar de desconhecer a sua origem étnica ou mesmo se era uma angolense residente na cidade) e do seu segundo casamento com a filha de um dirigente do poder tradicional, presumivelmente um soba. O que poderá parecer uma ambivalência, poderá apenas ser tido como uma enorme riqueza: Augusto Bastos poderia sentir-se confortável em ambos mundos, conheceu os sistemas linguísticos e vivenciou as correspondentes semiosferas de diferentes gentes. Todavia, na sua escrita, dirigida a colonos e filhos da terra com instrução, é o carácter formal e de conteúdo europeu que parece vencer, mas se se atentar profundamente no texto, como irei fazê-lo à frente, ver-se-á, também, que não se pode considerar o cânone europeu/colonial como o único prevalecente.

---

<sup>244</sup> Dou aqui o exemplo de um manifesto assinado por vários filhos da terra, incluindo Augusto Bastos, publicado no *Jornal de Benguela*, no n.º 5, em 29 de Janeiro de 1913, p. 5, intitulado “Visita do sr. governador geral”: *Mensajem do grupo de africanistas residentes em Catumbela – a que recebeis, Senhor Governador Geral de Angola| É a saudação grata de um grupo de africanos ( ...)*. Além de africanos, declaram-se africanistas, querendo isto dizer interessados nos assuntos de África. Apesar de se considerarem angolenses, reforçam a sua pertença identitária referindo a sua condição enquanto africanos da Catumbela, em Angola, portanto, africanos de Angola com “coração português” como adiante invocam.

De facto, pode-se considerar que esse sentimento de pertença a duas culturas é o primeiro a vir ao de cima na produção textual dos filhos da terra, precedendo a reivindicação política aberta. É nesse sentido que Mário António refere que o conteúdo de quase toda a literatura do século XIX, produzida em Angola seria de conteúdo cultural<sup>245</sup>. Contudo, apresenta exceções apresentando os versos de Arsénio Pompílio Pompeu de Carpo, datados de 1852, com que abri este capítulo que introduz na sua literatura temas que preocupavam a sociedade colonial como o tráfico negreiro. Igualmente, refere o nome de José Cardoso Vieira de Castro que em 1883 fazia um texto pro-autonomia, associando directamente colonização a emancipação, ou seja, a preparação das populações para serem responsabilizadas pelos seus destinos, introduzindo o conceito da “colonização livre”<sup>246</sup>. Outros escritores como Maia Ferreira, apesar da sua importância enquanto pioneiro na literatura produzida por filhos da terra e por ser dos primeiros a evocar a sua pertença identitária africana, centram-se na influência estética e discursiva da literatura portuguesa e brasileira, não produzindo grandes inovações no campo literário, mas marcando a origem da produção literária e tornando o discurso literário polifónico<sup>247</sup>. Contudo e tomando Maia Ferreira como exemplo, o autor escreve para leitores mais familiarizados com a literatura europeia e brasileira do que predispostos à partida para grandes desafios estéticos ou de conteúdo. Outra razão que Salvato Trigo aponta seria a vivência do autor, viajando entre Angola, Portugal e Brasil e a instabilidade em que viveu com irregularidade de rendimentos. Isto faz-me levantar outra questão, o problema não só do enquadramento da publicação (se existe facilidade ou oposição a que esta se concretize) como a importância da integração do autor numa rede de relacionamentos que propicia a sua edição. Creio que os jornais sediados nas colónias com as respetivas tipografias, coadjuvados pelo verdadeiro interesse dos diretores dos periódicos, uns idos de Portugal, outros já com ligações à terra ou filhos da terra, vieram, também, a ser responsáveis pela abertura de novas possibilidades aos autores.

Voltando a Maia Ferreira convém ressaltar que além de ser o primeiro livro de poemas publicado na África colonial portuguesa é também dedicado “Às Senhoras Africanas” e, novamente, parece esta dedicatória introduzir alguma ambivalência nesta produção literária de um filho da terra, pois o apego aos modos e estilos europeus é visível e mesmo umas certas francofonias e francofilias, enunciadas por Salvato Trigo, tentando, todavia, não só na dedicatória como no conteúdo dos poemas introduzir a paisagem angolense. Uma paisagem também sendo portuguesa, porque não fala apenas de território fala das belezas desse espaço que seria uma continuidade portuguesa. Parece-me, pois, existir aqui alguma duplicidade, apesar de os poemas não terem fim político e de nem em termos estilísticos ou de conteúdo, poder averbar-se como escrita marcadamente local ou crioula. Mas a introdução dos elementos aludidos, parece-me torná-la marcadamente escrita na terra, isto é, se não havia uma tradução clara nos ritmos, no vocabulário, enfim na forma da escrita desta pertença, havia a perfeita noção da origem do escritor e de escrever para um público, ainda com gostos literários europeizados é certo, que apresentava alguma especificidade vivencial, concedendo-lhes um diferente horizonte de expectativa face às belas letras.

---

<sup>245</sup> Vide Mário António Fernandes de Oliveira, *op. cit.*, p. 16.

<sup>246</sup> Vide *idem*, p. 63.

<sup>247</sup> Vide Salvato Trigo, “A poesia como testemunho”, José da Silva Maia Ferreira, *Espontaneidades da minha alma*, Lisboa, Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 2002, p. 10.

A escrita tem, contudo, algumas consequências para os filhos da terra, sobretudo, quando à questão cultural se juntam problemáticas que poderão ter eco político. Parte das perseguições a intelectuais, a que aludi anteriormente, nos denominados movimentos nativistas, estão diretamente relacionadas com a receção da sua mensagem escrita e a influência que conseguem junto da população e das instituições da sociedade civil, como as agremiações culturais ou sociais. Esta tendência persecutória não é, no entanto, uma prerrogativa do colonialismo português e insere-se até numa tendência que podemos verificar que se dá durante e pouco após o período da Primeira Guerra Mundial. O caso de Madagáscar é um bom exemplo desta situação em que existem intelectuais perseguidos e encarcerados, acusados de participarem em associações secretas e em movimentos nativistas<sup>248</sup>.

### **Escrever e Inscrever na alteridade**

A escrita, nas culturas que a dominam, significa muitas vezes não só a tradução da realidade para texto, mas analogamente, a conversão de realidades desconhecidas em palavras escritas que substituem essa mesma realidade. Deste modo, giza-se uma autoridade relativamente ao real, veiculada em texto e, muitas vezes, dificilmente testemunhada pelo leitor que acredita na palavra do autor e cria o seu próprio imaginário a partir daí. Assim, entende-se porque existe uma tendência tão forte para os autores relatarem experiências próprias, evocarem acontecimentos ou factos facilmente comprováveis pelo leitor, disporem as suas estórias em tempo cronológico com o fornecimento de datas, de modo a aprofundar a verosimilitude do texto. Nos casos coloniais, o que se passou é que paulatinamente foi criada uma tendência para que o texto mais lido e divulgado fosse aquele que era criado por observadores exógenos à realidade, ou seja, os que viajando ou vivendo temporariamente na sociedade colonial escreviam sobre esta. Criavam, pois, uma autoridade baseada no conhecimento da situação de facto através da produção textual e inscreviam essa sua interpretação da realidade no imaginário dos seus leitores que a tomavam como a própria realidade. Nessa operação de recriação do real, dá-se uma substituição da realidade pelo texto e uma denúncia do que seria a alteridade que assim ficava registada. Quanto mais autoridade possuísem os criadores e emissores do texto, por serem cientistas, missionários no terreno, viajantes, homens de negócios, militares, colonos, professores, funcionários da administração, menos questionado era o seu contributo e tomado como fruto de uma experiência direta da situação. É neste contexto que surgem as asserções da “colonização científica” ou de “o melhor para o povo colonizado” e, ainda, como refere Edward Said, “necessidade de forjar o cosmopolitismo”, como algo característico da organização socioeconómica dos povos colonizadores e importante para o progresso colonial<sup>249</sup>. A ideia subjacente a parte desta escrita é sempre a de que o desenvolvimento de qualquer ordem (político, social, económico, cultural) tem de ser aportado de fora, ou seja, intrinsecamente aquelas sociedades não seriam capazes de criar as suas próprias estruturas de mudança. Todavia, nem todos os discursos produzidos a partir da situação de alteridade vão neste sentido. Há alguns autores, também eles professores,

---

<sup>248</sup> Vide Michael Crowder, “A Primeira Guerra Mundial e suas consequências”, Albert Adu Boahen, *História Geral da África, VII: África sob dominação colonial, 1880-1935*, Brasília, UNESCO, 2010, 2.ª Edição Revista pp. 333-353, pp. 335-337.

<sup>249</sup> Edward Said, op. Cit., p. 42.

investigadores, jornalistas ou missionários que defendem exatamente que a população autóctone deve dar o seu contributo e ser integrada no plano colonial que for gizado. José de Macedo é uma dessas vozes que, na verdade, foi muito ouvida durante um período de tempo mas que, entretanto, foi sendo esquecida, erodida pelo tempo e pelo desinteresse dos investigadores e estudiosos no que concerne às vozes dissonantes da colonização.

Voltando à produção em contexto de alteridade, pode-se dizer que as áreas científicas foram aquelas em que se inscreveu uma maior e mais radical mudança no que concerne ao conhecimento e à divulgação deste junto da comunidade académica e das populações metropolitanas e colonizadas em geral. Assim, a sistematização dos conhecimentos sobre as realidades coloniais torna-se, paulatinamente, mais ampla, conhecendo um verdadeiro desenvolvimento entre as duas guerras mundiais e assente nas estruturas previamente criadas como as escolas coloniais e os institutos, laboratórios e jardins tropicais que visavam dilatar o discurso sobre as colónias e, em simultâneo, torná-lo credível e parte de uma vivência sociopolítica. O domínio que a Europa conquistava em três continentes nesse momento, não tinha precedentes, destacando-se a Ásia e a África, territórios abertos a toda uma conversão da realidade em texto, fosse este científico ou não. Dava-se a oportunidade de divulgar e traduzir para o sistema semiótico do colonizador de realidades outras e assim estas seriam inscritas não só nas metrópoles coloniais como nas cidades e vilas colonizadas, onde se ensinava segundo os preceitos destes textos e destes conhecimentos, agora sistematizados. Assim, parecia surgir uma total liberdade de recriação do *outro*, através de uma interpretação fruto de um contexto de alteridade, mas que era unívoca, não podendo esse *outro* dispor da mesma prerrogativa em relação aos donos do poder colonial. Portanto, o que se esperava era que o colonizado eliminasse todas as suas formas de saber, todas as suas instituições e nunca que traduzisse para o seu sistema semiótico a realidade do colonizador. Contudo, também existem exceções, comunicabilidades entre um extremo e o outro, como no caso dos missionários que traduzem a bíblia para línguas autóctones ou que defendem o ensino nas línguas maternas, tal como José de Macedo o faz. Mas tal não era consentâneo com os objetivos do poder colonial que se pautavam por uma substituição total da sede de poder, da organização social, com o total domínio das redes de produção económica e de fluxos económicos nos territórios, etc. Para o poder colonial não se podia apenas escrever sobre a alteridade, era necessário registá-la junto do colonizador e de inscrevê-la na população colonizada que se passaria a ver não a partir da sua própria visão, mas através de um processo mediado pela intervenção colonizadora, então dita “civilizadora”. Esta operação epistemológica foi, talvez, dos mecanismos mais complexos e duradouros da colonização que levou a que os próprios intelectuais nativistas ou defensores das identidades locais tivessem, amiúde, uma formatação educacional que os tornava quase estrangeirados na sua própria terra (como aconteceu, por exemplo, em Portugal, com as gerações que iam estudar a França ou eram francófilas).

Como anteriormente referi, a passividade com que é colocado o objeto descrito é propositada e torna-lo incapaz de se autorreferenciar, como se apenas quem agora chegava tivesse essa capacidade. A população local, apenas pode ser usada como informante, como fonte de dados que apenas se tornam entendíveis e lógicos quando trabalhados em registo de alteridade pelos recém-chegados. Conformemente, todo aquele objeto enorme aparece como uma tábua



rasa, aberta a uma reinterpretação livre, a uma reconstrução total<sup>250</sup>. A operação epistemológica fica concluída com o convencimento por parte do leitor de que toda aquela informação é geral, exata, desapaixonada, portanto o retrato da realidade, apto a substituí-la. Tendencialmente, a simples narrativa de viagem ganha novos contornos, torna-se na palavra sobre o *outro*, torna-se o veículo da realidade *outra* que, por vezes suportado por fotos, se ancora na representação dos seus leitores como o mundo real. O resultado de toda esta operação mental é que se estabelece uma limitação à imaginação do próprio leitor a quem é fornecida a “realidade” e apenas esta. O próprio enquadramento colonial levava a esta situação, o território era estanque, o discurso enviesado para justificar a necessidade da colonização. Seria difícil ao autor não beber toda essa envolvente, a não ser que tivesse uma verdadeira experiência da situação colonial e não estivesse limitado no seu discurso por funções públicas que o faziam dependente do poder colonial.

A situação colonial, mais do que colocar em contacto vários sistemas semióticos, fizera com que um, o do colonizador, se considerasse com ascendência sobre todos os outros e numa lógica que acompanhava a sua expansão política, advogou-se o direito de colocar os indivíduos dos outros sistemas semióticos sob o seu, destruindo, sempre que possível a semiosfera do *outro*. O sistema semiótico do colonizador é sujeito a uma dinâmica nova, mas os dos colonizados também, e cada um desenvolve as suas capacidades de resposta às novas situações. Se, por um lado, há a tentativa de destruição dos sistemas encontrados pelo colonizador que quer converter o colonizado à sua lógica de pensamento, por outro lado, os sistemas colonizados exercem a sua resiliência através dos mecanismos que o Estado Colonial não controla, por exemplo, a palavra falada que também reporta interpretações e traduções da realidade do colonizador colocada na oralidade do colonizado. A questão é que estes discursos não entraram em confronto na sociedade colonial, por ser produzidos em desigualdade de circunstância e facilmente o poder colonial os desconsiderava pela forma e pelo conteúdo<sup>251</sup>. Contudo, os filhos da terra que dominavam as ferramentas do colonizador puderam interagir com o discurso dominante e apenas nestes me posso concentrar neste trabalho, sem, todavia, deixar de referir todas as interações que foram possíveis. É sempre importante considerar-se o aspeto polissémico dos sistemas, em que existem elementos na sua dinâmica intrínseca que apresentam oscilações nem sempre unívocas. Portanto, quando surge uma polifonia de discursos, percebe-se que apesar de serem divergentes, podem inscrever-se dentro de uma mesma semiosfera, sem que isso queira dizer que o sistema está em perigo, porque irá responder, até encontrar um caminho unívoco mesmo que temporário que novamente será abalado. O que acontece em alguns casos coloniais é que a semiosfera do colonizador não exterminou a semiosfera do colonizado. Em algumas situações, a resiliência foi exercida através da transformação de ambos sistemas semióticos que fazem surgir um novo e talvez seja isso que alguns dos escritores filhos da terra ou mais experimentados nas sociedades coloniais tentaram colocar em texto.

No caso africano e nos textos produzidos em contexto de alteridade, a paisagem e a humanidade que nela habita é transformada em selvagem. As cores são demasiado fortes, o

---

<sup>250</sup> Vide *idem*, p. 185.

<sup>251</sup> Vide Cátia Miriam Costa, “Oralidad y Superivencia: de la palabra dicha al verbo sentido”, *Oráfrica*, n.º 5, Barcelona, CEIBA Ediciones, abril de 2009, p. 11-32.

sol escaldante, as chuvas devastadoras, os animais perigosos, a flora ora demasiado abundante ora demasiado falha, a natureza indomável, regenerando-se de forma violenta e abrupta. Todavia, tudo isto era em simultâneo um museu ao dispor dos olhares externos. A selvajaria, a transposição do humanamente suportável torna-se na imagem de marca de África<sup>252</sup>. Do outro lado, a possibilidade de dominar esta paisagem e natureza que se apresentam indómitas, parecendo urgentemente necessitadas de intervenção para se tornarem humanamente habitáveis e para tal é preciso capacitar as populações locais, também estas encurraladas nas suas culturas desconhecedoras da tecnologia e sem meios para responder aos desafios que a própria natureza lhes propõe. Este tornar-se-á o discurso mais veiculado e mais consentâneo num mundo colonial repleto de informação veiculada neste sentido. Contudo, existe uma polifonia discursiva, chegando tanto da sociedade metropolitana como da sociedade colonizada, ou seja, com intervenientes diversos, em diferentes posições face ao fenómeno colonial. Assim, estudo em seguida os textos de dois autores, um filho da terra, angolense, nascido em Benguela, vivendo na sua terra natal, em Lisboa e na Catumbela, e um metropolitano, português, nascido em Vila Nova de Gaia e vivendo na sua terra natal e em Lisboa e Luanda. Duas vozes com conteúdos específicos, dois autores defendendo ideias sobre a colonização, sobre as alternativas ao regime colonial que se vivia, dois discursos em nome próprio que será explorada tanto na sua produção textual ficcional como jornalística ou ensaística.

### **3.1 Augusto Bastos e o saber etnográfico**

Analiso neste ponto dois livros de Augusto Bastos, dedicados à descrição etnográfica de Benguela e Catumbela, publicados pela Sociedade Geografia de Lisboa, intitulados *Traços Geraes sobre a Ethnographia do Districto de Benguella* (1909) e *Monographia da Catumbella* (1912), de carácter ensaístico e que representam uma das vertentes do trabalho do autor que publicou em periódicos (revistas e jornais) e em livro, escreveu ficção, ensaio e artigos. Acompanhando estas suas obras, percorre-se também parte da história da colonização portuguesa e também a diversidade discursiva no seio da sociedade colonial e mesmo relativamente ao autor em estudo que apresenta uma obra vasta e variada. Ambas obras espelham similarmente uma característica que Bastos partilha com muitos outros autores filhos da terra, o facto de sendo africanos, autóctones, eram, igualmente, educados no sistema colonial, o que resultava numa mentalidade muitas vezes identificada como próxima da colonial, mas que me parece a mim quase equidistante das duas origens. Se renunciavam à africanidade associada ao batuque e aos poderes tradicionais, não abdicavam das sabedorias tradicionais, de alguns preceitos estéticos, do reconhecimento de humanidade e da, então, propalada progressividade de todas as populações africanas. Tal como se acreditavam que o sistema colonial poderia desenvolver aquelas terras, isso seria através da educação do autóctone, da formação de elites locais e não de uma hegemonia centralista da metrópole sobre a colónia. Contudo, tem, ainda, de perceber-se a complexidade da sua posição no quadro das relações coloniais. Na verdade, os filhos da terra tinham de afirmar-se pró regime colonial sob pena de serem imediatamente contra a pátria, tal como foram acusados aquando

---

<sup>252</sup> Vide Ute Luig, Achim Von Oppen, op. cit., p. 33.

dos pretensos movimentos nativistas tidos como lesa pátria. Assim e paradoxalmente, se queriam criticar algo na administração colonial, denunciando ilegalidades ou injustiças, ou se queriam propor alternativas, a única salvaguarda que tinham era afirmar-se o mais português possível; patrióticos, no seio de uma pátria multiforme, multicolor, multiétnica, multicultural. Essa é a sua pretensão a par do estabelecimento de movimentos sociais e culturais que veiculavam uma autonomia progressiva mas dentro de um quadro colonial, o único possível de reivindicar sem chamar sobre si a atenção das forças repressivas do regime colonial.

É, desta forma, plausível encontrar a declaração inicial de Bastos, que denominou *Duas Palavras*, no seu *Traços Geraes sobre a Ethnographia do Districto de Benguella: O presente e modesto trabalho foi elaborado tendendo tão somente a um fim utilitário – o de bem servir os governos da nação portuguesa, pondo á sua disposição os poucos e fracos elementos com que os nossos minguados recursos intellectuaes pretendem concorrer para o enriquecimento e vulgarisação dos conhecimentos ethnologicos e económicos da Provincia de Angola, o que incontestavelmente conduz os poderes dirigentes a uma orientação racional e producente em matéria da política e da administração colonial a seguir*<sup>253</sup>. Bastos integrava-se a si próprio na grande tendência da época, vendo na colonização uma possibilidade de “progresso” e acreditando que, através do melhor conhecimento da realidade, se poderia contribuir para resultados mais rápidos e mais satisfatórios. Neste ponto, apenas se pode identificar um ponto de convergência e que à época era consensual entre todas as áreas ideológicas que discutiam a colonização. A única exceção a esta visão chegava das autoridades tradicionais africanas que viam o seu poder muito abalado com esta nova atitude. É preciso frisar que os autores que recorrem à escrita são cultural e, muitas vezes, socialmente ambivalentes, participando de duas culturas, mas tendo a sua educação formal fortemente condicionada pela mentalidade colonial. Assim e no sentido de prestar um fim útil à sua comunidade, refere: *O utilitarismo d’este trabalho não se circunscreve só aos governos – tende também a servir os compenentes ethnologicos, sociológicos e económicos das sciencias geográficas modernas*<sup>254</sup>. Logo é anunciado uma finalidade científica que se pretende útil para uma melhor administração.

Continua justificando-se: *o aproveitamento das riquezas coloniaes e a pacificação das relações ethnicas estão na razão directa dos conhecimentos dos recursos económicas e da ethnologia d’esses povos, para cuja assimilação nada há melhor que a conquista económica operada pelo commercio e pela agricultura, que a conservação das boas relações mantida por uma política indígena suave e consentânea com os usos, costumes, leis e tradições d’esses povos, cujo conhecimento é indispensável para tal fim*<sup>255</sup>. Proponho que se atente particularmente nesta última frase para ver que posição assume o autor relativamente à questão colonial em termos genéricos. Bastos identifica-se com o colono/colonizador, ao usar o termo “d’esses povos”, portanto, coloca-se numa posição de alteridade face aos povos que estuda e propõe-se criar conhecimento em seu torno, aproveitando o ensejo científico para inserir no texto uma proposta política, sugerindo uma “política indígena suave e consentânea com os usos, costumes, leis e tradições d’esses povos”, excluindo-se de novo dessa herança cultural. Bastos é o intermediário que providencia o conhecimento direto sobre estas populações. A sua

---

<sup>253</sup> Augusto Bastos, *Traços Geraes sobre a Ethnographia do Districto de Benguella*, Lisboa, Sociedade de Geographia de Lisboa, 1909, p. 3.

<sup>254</sup> Idem, *ibidem*.

<sup>255</sup> Idem, *ibidem*.

capacitação científica segundo os padrões sistémicos do colonizador e a sua proximidade das comunidades tornam-no no indivíduo certo para defender uma política guiada pela ciência e pelo entendimento. Aqui, mesmo que blindado por uma intenção científica, aparece o discurso político que Bastos faz reaparecer na sua ficção, gizando uma situação de complementaridade entre colonizador e colonizado, em soluções consentâneas para ambos que teriam a sua origem numa cooperação económica visível e participativa do lado do colonizado. O facto de escrever para os decisores políticos e para as sociedades metropolitana e colonial, com ênfase para os atores políticos e sociais faz decerto acentuar esse distanciamento dos povos autóctones e, em simultâneo, reforçar a mensagem política, mas protegendo-se no argumento científico. Lembre-se que o texto é publicado na SGL, sociedade de conhecimento sobre as colónias, mas, igualmente, centro de debate político do país no que concerne às questões coloniais, ou seja, local onde o móbil científico sempre esteve acompanhado de uma finalidade política.

Essa interação ciência/política é tanto mais explícita que Bastos declara: *O presente trabalho, como resposta ao louvável e útil questionário, publicado como circular, pelo mallogrado Governador Geral de Angola, Eduardo Augusto Ferreira da Costa, no Boletim Oficial n.º 30 de 28 de Julho de 1906, obedece ao plano d'esse questionário. (...) Além de parcial é este trabalho resumido, e assim o fizemos, não só para se não tornar fatigante para quem o lê, como para atender á urgência que o mallogrado Governador Geral tinha em obter as respostas. Contém, porém, matérias que mais tarde desenvolveremos e publicaremos separadamente. Taes são: os remedios e cura das moléstias da Provincia; o espiritismo em Angola; os recursos económicos; grammatica, dictionários, livros de versões sobre os dois dialectos principaes da língua bunda, falados no distrito de Loanda e Benguella, que são os mais importantes e mais urge conhecer*<sup>256</sup>. Muitas informações preciosas neste trecho. Se, por um lado, Bastos justifica a forma e o conteúdo com a orientação inicial do trabalho, que seria a resposta ao Governador Eduardo da Costa, por outro lado, aproveita para enumerar e anunciar o aprofundamento de diversas matérias que já estavam inclusas nesta primeira publicação. Trabalhos que o autor, de facto, prosseguiu pois tanto na correspondência com José de Macedo estes são dados como concluídos e relatado o seu processo de elaboração como em pequenas publicações como os artigos saídos no *Jornal de Benguela*, numa espécie de pré-publicação, com o título *Folk-lore – Os segredos do ocultismo africano (excerpto de uma obra em preparação)*<sup>257</sup>. Portanto, esta linha mais científica e ligada à política colonial constitui um traço marcante da sua obra, como já referi aquando da correspondência com Macedo. Na verdade, as dificuldades de publicação deverão ter estado na origem de muitos destes trabalhos acabarem por não ser totalmente publicados ou, como levantam a hipótese os seus primeiros biógrafos, anteriormente mencionada, de ter havido em, alguns casos, como no *Método de Língua Bunda* a usurpação de autoria. Contudo, são representativos tanto na intenção como no árduo trabalho de escrita do autor.

Finaliza Bastos estas *Duas Palavras* com a menção explícita à importância do conhecimento científico na sua estreita correlação com a administração colonial: *O mallogrado Governador*

---

<sup>256</sup> Idem, pp. 3-4.

<sup>257</sup> Augusto Bastos, “Folk-lore – Os segredos do ocultismo africano (excerpto de uma obra em preparação), Abílio de Oliveira Bastos [Editor], *Jornal de Benguela*, n.º 4 e 5, 28 de Janeiro de 1914 e 4 de Fevereiro de 1914.

*Geral, como homem perfeitamente conhecedor de administração colonial e bom servidor da sua pátria, que era, formulando aquelle questionario, iniciava o seu governo com uma sabia orientação politica indígena, procurando harmonisar as leis e a sua administração com as instituições dos povos que vinha administrar*<sup>258</sup>. Refere-se de novo a Eduardo da Costa, um governador muito estimado pelas elites locais que inclusivamente lhe prestaram muitas homenagens e mantiveram a sua memória, e ressalta um aspeto marcante da sua governação que era a tentativa de compreender a realidade envolvente tentava uma política de não-agressão com as populações locais. Quando releio este trecho, vejo aqui reincidir o argumento político da obra de Bastos, apesar da sua evocação científica. O conhecimento era o primeiro passo para uma boa administração colonial e para o progresso da colónia e este só era viável se contasse com a ajuda das populações. A primeira etapa era, pois, a criação de conhecimento científico. Após estas palavras que situam a produção da obra e o seu objetivo, o autor divide o seu texto em dez capítulos, precedido de uma advertência ao leitor e com um pequeno vocabulário dos dialetos no final. Pretende a obra cobrir os seguintes temas: etnologia (com o percurso histórico dos povos e seu enquadramento nos movimentos populacionais de Angola, embora dentro das fronteiras angolanas permanecessem espaços por conhecer), o governo político, a organização guerreira, os direitos civis, a justiça (julgamentos, crimes e delitos), as principais cerimónias, as crenças e superstições, os diversos usos e a linguagem, abrangendo uma vasta parte da vivência daquelas comunidades. Lendo a circular n.º 30, assinada pelo Governador-geral Eduardo da Costa, publicada no Boletim Oficial em 28 de Julho de 1906, confirma-se que os títulos usados na íntegra por Bastos e a divisão que é dada ao trabalho correspondem a esse mesmo inquérito, onde são colocadas algumas questões que deveriam ser respondidas em cada ponto.

Contudo, o autor dá o seu toque pessoal ao texto e extravasa as indicações que eram pedidas em relatório, não só pela abertura com *Duas Palavras* que justifica a elaboração do texto e sua publicação como pela *Advertência* que constitui um dos capítulos da obra e introduz a história pré-colonial dos povos em estudo, justificando a situação presente de modo evolutivo e, claro, contrariando uma ideia dominante da época de que os povos africanos que não tinham escrita também não teriam história. Então, Bastos começa mesmo por aí, por escrever a história pré-colonial e por explicar as dificuldades de aprendizagem dos dialetos locais. Ambos aspetos são de suma importância quando analiso o texto, a par do seu enquadramento em termos de produção e receção. Trata-se de afirmar que os povos têm passado e que possuem uma língua traduzível com uma lógica de construção a si associada. Inclusivamente introduz duas áreas de análise na questão linguística, a pronúncia e a ortografia, portanto a oralidade e a escrita<sup>259</sup>. Deste modo e apesar das declarações iniciais, Bastos rompe com a estrutura do questionário e introduz um primeiro capítulo – *Advertência* – que extravasa o ponto I, intitulado “Dos povos em geral” e que coloca apenas questões que se prendem com a situação à época, ou seja, todo o relatório o que pretende é uma descrição sincrónica da realidade. A perspectiva diacrónica é introduzida voluntariamente por Bastos que descreve a ocupação do distrito de Benguela e, em simultâneo, tenta integrar as tendências históricas ali verificadas no quadro das fronteiras agora delineadas de Angola, criando uma correlação entre uma parte e um todo, em termos geográficos.

---

<sup>258</sup> Augusto Bastos, *Traços Geraes sobre a Ethnographia do Districto de Benguella, op .cit. , p. 4.*

<sup>259</sup> Vide idem p. 7.

Assim escreve o autor: *A maior parte d'estes povos pertencem á grande raça bantu. Não só o districto de Benguella como a Província de Angola foram o enorme cadinho em que se operou a fusão de três raças importantes – bantu, congoleza, hottentote. O districto foi primitivamente povoado pela ultima daquelas raças. A invasão das duas grandes raças – a bantu vindo do sudeste e a congoleza vindo do norte e nordeste, mais fortes que a hotentote, veio fazer evolucionar rápida e fortemente a anthropologia primitiva do districto e da Província. As raças invasoras chocaram-se e a resultante d'aquellas duas forças foi a direcção a sul que, rechaçada e vencida, seguiu a raça hotentote. A congoleza e a bantu, repulsionadas fortemente pelo choque as suas principaes massas, estabeleceram os seus habitats: a primeira no norte e nordeste, e a segunda no sul, sudeste e leste da provincia. Das duas invasoras, porém, a que soffreu mais com o choque, recuando consideravelmente, foi a congoleza. (...) Começou então n'essa zona a obra importante de fusão das três raças<sup>260</sup>. Vale a pena atentar neste longo trecho porque para além de um percurso histórico pré-colonial, Bastos fornece outras ideias de confrontos e divisão de território, por um lado, e a de fusão das três raças, isto é, de mestiçagem biológica. Desenvolve estes pressupostos quando redige o seguinte: *A raça hotentote, comtudo, não fora toda impelida para o sul – em todo o seu primitivo habitat deixava também os seus vestígios embora pouco densos. (...) Os vestígios deixados densamente pela congoleza e o continente trazido pelo avanço da bantu que entrava com a maior parte de elementos para a grande liga que se operou, fundiram-se então, produzindo os diversos typos que caracterizam os povos actuaes do districto. O typo que ficou predominando, porém, na grande fusão, foi o bantu, por ter sido esta raça a que entrara com maiores elementos. (...) O typo mais puro das raças invasoras encontra-se hoje a congoleza no norte (districtos do Congo e de Loanda), e a bantu no sudeste e sul (parte dos districtos de Benguella e Mossamedes). O centro da Província é ocupado pelos typos resultantes da fusão das três raças<sup>261</sup>. Esta descrição ganha relevância por todos os aspetos apontados anteriormente e, ainda, por mostrar que a volatilidade do território espelhou-se em ocupações sucessivas, disputas territoriais e mestiçagens antigas, ou seja, a mestiçagem entre o colono e a população africana, originando um novo tipo de mestiços não era um fenómeno introduzido pelos europeus, era analogamente um resultado da história local. A ideia de fusão de povos não é só interessante pela própria origem do autor, também resultado de um encontro entre indivíduos de povos diferentes, mas porque deixa antever que qualquer entendimento entre “raças” diversas é possível e poderá conduzir a alguma estabilidade futura.**

Só após este introito de carácter pedagógico, outro traço da escrita de Bastos e que se estende a todos os tipos de texto que criou, do ensaio à ficção ou mesmo à crónica jornalística, obedece fielmente à estrutura do questionário, se bem que marcando pela diferença o seu conteúdo. Divergência com um discurso dominante que fazia de África uma tábua rasa sem história nem meios para se comunicar ao mundo, sem línguas traduzíveis, sem lógicas apreensíveis para o colonizador e que torna patente, usando a forma e respondendo às questões do poder colonial oficial, se bem que se esteja a falar de um governador-geral preocupado, de facto, com o que então se designava o “progresso” da colónia. Começa pela descrição étnica das populações e pela nota que *quasi todos os povos do districto não usam*

---

<sup>260</sup> Idem, p. 13.

<sup>261</sup> Idem, ibidem.

*signaes distinctos de raça*<sup>262</sup>. Prossegue referindo-se à relação entre os povos, incluindo os conflitos entre si e a prática da escravatura dos mais jovens e aptos membros dos grupos étnicos, vendidos depois aos “colonos negreiros”. É assim mesmo que Bastos os refere, explicando um fenómeno que marcou imenso Angola através da sua própria história pré-colonial e colonial, se bem que o domínio colonial até ao final do século XIX não chegasse efetivamente nem houvesse uma administração direta dos territórios onde viviam estas etnias (galangues, quiacas, huambos, bailundos, bihenos, selles, etc.). Descreve, depois, mais povos que habitam o então distrito de Benguela, caindo por vezes em generalizações próprias da mentalidade da época e das poucas oportunidades de contactar individualmente pessoas pertencentes àquelas etnias. Contudo, alerta igualmente para os desmandos das instituições locais que representam a administração colonial, para o qual contribuiria o tamanho da unidade territorial, que justificam as revoltas autóctones<sup>263</sup>. Aproveita o ensejo e faz notar o abandono a que tem estado sujeita a administração colonial e, em simultâneo, apontando as possibilidades daquele território colonial, numa clara chamada de atenção: *O fomento colonial portuguez que, infelizmente, se acha atrasado pelo ostracismo a que foi votado por muitos e muitos anos, sobretudo esta Provincia de Angola, genuinamente portugueza, e a colonia de maiores esperanças para o futuro*<sup>264</sup>.

Principia, entretanto, a descrição política dos povos, referindo a sua organização por estados e subestados, os primeiros governados por Sobas e os segundos por Sobetas. Seguindo a tradição que marcou não só o relato como a ciência colonial, tentará buscar conceitos vulgarizados entre o seu público leitor para explicar a fenomenologia política ou social, e assim se introduz o termo local soba, explicando que este governa um estado. Esta tradução da realidade local para a língua do colonizador e para os seus conceitos, mostrando, neste caso, a complexidade das relações sociopolíticas ali existentes. Pode funcionar como prova de que o facto de existirem instituições criadas humanamente é transversal a todas as culturas e que existe uma organização, mesmo que seja considerada mais primária ou até inferior que a dos países tecnologicamente mais desenvolvidos. Deixa de se tratar de “selvagens” sem qualquer noção de poder, de coletividade, de organização social. Deste modo, explica Bastos como se dão as guerras de independência, porque surgem e suas consequências. Assinala o autor uma tendência que se aprofunda com o incremento da presença da administração colonial, mas de que ele já notava sinais: *Como já dissemos, hoje acha-se completamente decahido o poder dos estados; e em muitos já o machinismo intrinseco da sua organização politica não é completo e o mesmo; assim como muitos dos usos, costumes e leis antigas se têm adulterado fortemente, o que releva a tendência de alguns povos em se assimilar ás instituições europeias*<sup>265</sup>. Bastos reforça esta ideia, porque lhe parece plausível, penso até que desejável, mas, na verdade, o autor assistia ao enfraquecimento das hierarquias locais e à necessidade paulatina de estas se articularem com o poder colonial. Daí o fornecimento de mão-de-obra para as obras públicas coloniais, a disponibilização de população para contratação e tantos outros colaboracionismos

---

<sup>262</sup> Idem, p. 14.

<sup>263</sup> *As áreas das rejiões comerciaes são tão grandes que as auctoridades do interior não as podem fiscalizar, e, muitas vezes, escapa ao seu conhecimento o que ocorre a tão grandes distâncias, tornando-se inevitável n'este ou n'aquelle ponto do concelho o commetterem se desmandos e, mesmo crimes, cujo resultado é conduzir as gentes á revolta, como sucedeu em 1902.* Idem, pp. 17-18.

<sup>264</sup> Idem, p. 18.

<sup>265</sup> Idem, p. 20.

que podem ser melhor entendidos num quadro de procura da sobrevivência por parte dos poderes tradicionais. É curioso notar que neste trecho, como em tantos outros, dá o autor uma noção de distância face ao objeto observado e, igualmente, ao exemplo de comparação, não diz “nossas instituições” preferindo “instituições europeias”. A distância e precisão do termo reforçam o carácter científico da asserção e amplificam a autoridade perante o objeto estudado que o leitor lhe poderá reconhecer.

No capítulo II, entra na questão da governação, começando por explicar o sistema de governo: *é a monarchia absoluta e hereditária na organização política por estados, e electiva em algumas tribus pequenas de forma patriarcal. (...) A autoridade dos sobas é absoluta; não obstante ouvirem sempre o parecer do conselho por que são assistidos*<sup>266</sup>. De novo, é o conhecimento sistematizado europeu que fornece as categorias com as quais se descreve uma realidade de alteridade, o que é necessário para que o leitor possa entender o conteúdo. Todavia, neste mesmo capítulo, Bastos dá um passo na diferenciação face a uma mera descrição. Explica o funcionamento das instituições governamentais, atribuindo-lhes os nomes locais, demonstrando um conhecimento mais profundo daquela realidade e, novamente, ampliando a sua autoridade sobre o assunto. Logo incrementa a sua credibilidade junto do leitor, como verdadeiro conhecedor desta realidade. Assim ora entre parêntesis, ora no corpo do texto integralmente aparecem designações como “óchidúri” – Conselho de Estado, “vákuaróbe” – dignatários, “vámnéren eróbe” – conselheiros de Estado, “mukeno” – multa, etc., recurso que o autor, igualmente, usa na sua ficção, jogando entre ambas línguas os significados e conceitos para que não reste dúvida quanto ao que quer dizer. No capítulo III fala da organização guerreira, tal como era solicitado no inquérito previamente referido, referindo as táticas de guerra a par da descrição dos pontos de onde fazem ataques. Trata-se de um pequeno capítulo, se comparado ao prévio que lhe merece muita atenção, revelando aqui o seu carácter de estudioso e interessado da vida civil (isto é, se se tratasse de um militar, seria certo que esta área teria recebido um maior enfoque, que aqui aparecer reduzido e com pouca informação).

O capítulo IV é dedicado aos direitos civis, seguindo, mais uma vez, a ordem proposta no questionário oficial. Refere que não existe limite para definir a maioridade (lembre-se que nestas etnias a passagem à idade adulta é, em geral, feita através de rituais próprios e provas de superação que se o indivíduo não completa não tem direito ao estatuto de “adulto”, sendo curioso o facto de Bastos não o referir aqui). Prossegue mencionando os princípios de fraternidade, dando o exemplo da partilha relativamente ao fumar, ao comer e ao beber. Avançando no texto, deparo-me com uma afirmação interessante, mas que volta a situar o autor relativamente ao seu objeto de estudo e de descrição, sendo mantida a devida distância, tal como já tinha aludido: *Os brancos e mestiços são considerados como seres superiores, capazes de produzir cousas extraordinárias, dotados de grande poder decido á sua alta feitiçaria. (...) Entre os brancos é o portuguez que eles mais consideram e estimam*<sup>267</sup>. Duas frases repletas de significado. Na primeira, Bastos tece um elogio aos brancos e mestiços, escrevendo em nome daqueles povos, mas depois justifica a dita “superioridade” pela atribuição a dotes de feitiçaria a toda a tecnologia que estes seres teriam, o que pode levar a

---

<sup>266</sup> Idem, p. 21.

<sup>267</sup> Idem, p. 29.



várias leituras. Parece algo paradoxal, o elogio dever-se-ia à sua incapacidade para compreender a tecnologia assimilando-a à feitiçaria, único fenómeno por si conhecido que poderia justificar tal poder. Ora, o autor escreve para um público europeu ou europeizado que não acredita na feitiçaria, estando esta fora da sua lógica. Há duas hipóteses ou o autor quer abalar a ideia de “superioridade” que os seres que se creem “inferiores” teriam criado, defendendo uma ideia de igualdade de capacidades se devidamente aproveitadas, que me parece muito plausível e de acordo com a sua postura, ou estaria apenas a exaltar os brancos e mestiços, não sendo comum esta menção a “brancos e mestiços” nos textos contemporâneos com pendor idêntico que se pode justificar pela própria situação do autor que é mestiço e assim se inclui entre o grupo colonizador, apesar de o fazer de forma discreta<sup>268</sup>. A primeira hipótese parece-me mais credível, a par de uma tentativa de integrar o mestiço na mesma órbita do branco, quando tendencialmente era descrito tanto em textos oficiais como oficiosos, redigidos por metropolitanos, como sendo mais um dos elementos colonizados. A segunda frase encerra em si um significado de pender patriótico, é certo, e de afirmação de pertença do autor, mesmo que não ostensivamente mencionada, mas também uma realidade possível, nem que fosse por causa dos contactos comerciais continuados, o “branco” português era aquele que mais teria contactado consigo e provavelmente mantido alianças. Em seguida e voltando ao tema do capítulo, refere os direitos de obediência, diferenciando pais e tios maternos, a poligamia, a escravatura para o serviço doméstico, idade para o casamento, o divórcio, as dívidas. A questão da escravatura é um pouco mais desenvolvida, aludindo não apenas à escravidão para serviço local como para tráfico. Creio que o enfoque nesta descrição tem tudo a ver com o facto de se tratar de um ponto sensível para a colonização portuguesa e por, na época, esta se ligar à questão dos serviços enviados para outras partes do império para trabalhar, dentro e fora de Angola, como é o caso de São Tomé e Príncipe.

O próximo capítulo é dedicado aos crimes e seu julgamento, com especial enfoque para a formação do tribunal e as penas para os diferentes tipos de crime, sendo que informa o autor que progressivamente as penas mais duras como a morte, a mutilação ou incineração, desapareceram, sendo substituídas por outras todas baseadas na multa. Prossegue a obra com um capítulo dedicado aos recursos económicos e, de novo, seguindo a ordem proposta no inquérito oficial. Para além de explicar a volatilidade climática que provoca alguma escassez, descreve as indústrias conhecidas pelos vários povos, enumerando-os e dizendo quais os que se distinguem em cada área (metalurgia, curtição de peles, cestaria, olaria, adornos em metal, esteiras, objetos de arte). Explica, ainda, como se procede à troca de bens que é feita à vista, sem recurso ao peso e em que para além da troca direta existe o uso de gado e escravos, conforme o povo, usados como moeda. O capítulo VII compila as principais cerimónias levadas a cabo por estes povos, admitindo o autor: *Faltam-nos elementos seguros para descrever as cerimónias empregadas na celebração de tratados ou decisões de assumptos graves entre povos diferentes*<sup>269</sup>. Reconhecendo esta debilidade, apresenta, também, os limites do seu conhecimento relativamente a aspetos específicos da convivência entre os povos que

---

<sup>268</sup> Em geral, os mestiços eram apenas mencionados em estudos ou circunstâncias em que especificamente seriam importantes, não em contextos de descrição genérica branco/negro (ou preto, termo mais usado na época), europeu/africano.

<sup>269</sup> Idem, p. 42.

habitavam o então distrito de Benguela, descrevendo, contudo, todos os aspetos que conhece, entre estes os cerimoniais ligados à declaração de guerra. Na verdade, estas culturas apresentam alguma complexidade no campo cerimonial, o que se prende com a importância simbólica de certos elementos cujo significado é conhecido e partilhado apenas na semiosfera em que são criados ou que a rodeia. À declaração de guerra pela palavra, escrita ou dita, sobrepõe-se, nestas culturas, elementos simbólicos que substituem esse uso da palavra que se esgota no ato diplomático. A guerra que sucede a negociação mal sucedida é, pois, iniciada com um ato simbólico. Igualmente, Bastos reconhece: *As cerimónias da investidura dos chefes indígenas são complicadas, longas e cheias de mysterio*<sup>270</sup>. Passa, em seguida, a descrever as que tem conhecimento. Esta complexidade advém do carácter altamente simbólico de que se revestem em sociedades que indivíduos encarnam pessoalmente aquilo que no estado moderno ocidental são as instituições, existindo uma concentração de poderes executivo, legislativo e judicial no mesmo grupo de pessoas, com destaque para o Soba, tal como se verificara noutras sociedades. Nestas situações e, em geral, o carácter simbólico ganha um poder transcendente, daí a importância do cerimonial e da participação diferenciada da população em cada fase do mesmo. Seguindo o seu relato, passa às cerimónias que todos os indivíduos praticam como a passagem à puberdade, portanto, deslocando-se das de maior relevância institucional e política para as de relevância social. É de atentar que a complexidade e mistério das cerimónias advinham o seu simbolismo, apenas decodificado naquela semiosfera, daí as dificuldades do autor em aceder à sua plenitude que o próprio reconhece.

O capítulo seguinte é dedicado às crenças e superstições, começando Bastos por declarar que *cultivam muito o espiritismo*, o que é relevante, pois sabe-se do interesse do autor por estas questões e da sua vontade de aprofundá-las, daí que se encontram anos mais tarde artigos sobre este assunto publicados no *Jornal de Benguela*, como anteriormente referi<sup>271</sup>. Expõe a interpretação dos fenómenos naturais feita por estes povos, sempre guiado por um espírito positivista que norteia a sua descrição. Sabe-se que também entre as populações europeias apenas uma minoria tinha conhecimento sobre os fenómenos naturais, sendo este saber relativamente restrito e recente. Assim, refere: *Os pretos não atribuem o magnetismo às suas verdadeiras causas, mas sim à encarnação dos espíritos no cérebro do indivíduo*<sup>272</sup>. É de notar que usa o termo “pretos” como antes usara “brancos” ou “mestiços” como um descritivo que identifica a raça, mais do que torna uma superior ou inferior. Parte, depois para outras explicações: *As ideias que teem sobre o sol, lua, estrelas, trovão, relâmpago, raio, arco-íris, cometas, echo e eclipses, são, entre os povos mais civilizados do districto, aproximados da realidade. Os mais atrasados consideram os fenómenos do céu por diversas formas. (...) Os cometas não são conhecidos por eles. Os eclipses são considerados por uns como o efeito dos feitiços de dois sobas que rivalizam em poder e o põem á prova (...)*<sup>273</sup>. A verdade é aquilo que Bastos e os leitores conhecem e parece que alguns povos têm ideias próximas a essas sobre o fenómeno, ou seja, aproximam-se da sua explicação científica. Neste trecho o autor explica que os povos têm graus de conhecimento e desenvolvimento diferentes, daí a graduação entre mais e menos “civilizados”. Os mais civilizados eram, evidentemente os que mais se acercavam

---

<sup>270</sup> Idem, p. 43.

<sup>271</sup> Idem, p. 55.

<sup>272</sup> Idem, p. 55.

<sup>273</sup> Idem, p. 57.

dos conhecimentos que os europeus possuíam. Importante reparo é feito por Bastos ao referir que estes povos consideram a alma imortal, não só porque conhecem a existência da alma, mas porque o considerar a sua imortalidade os coloca na mesma dimensão que os cristãos neste ponto, o que não deixa de ser importante, relativamente a povos que se chegou a questionar se teriam alma.

Em seguida e ainda no mesmo capítulo, passa a algumas superstições, muitas destas ligadas a eventuais “sinais” dados por animais para se concentrar na medicina tradicional. Merece este ponto especial atenção pela relevância que o autor lhe dedica e pela sugestão com que dá continuidade ao assunto: *Esses remedios vegetaes têm propriedades muito curiosas taes como: purgativos, vomiteticos, calmantes, tónicos, adstringentes, emolientes, depurativos, tóxicos, anasthetics, etc., de que a sciencia medica não tem conhecimento. D’elles se poderia tirar grande proveito e utilidade, tratados chimicamente, se se procedesse á sua investigação e estudo profundo (...). (...) Em nosso humilde entender os trabalhos de investigação e estudo de taes remedios deviam ser cometidos aos médicos municipaes e delegados de saúde*<sup>274</sup>. A atenção prestada pelo autor a este assunto justifica-se de diversas formas, uma das quais o facto de ele próprio ter frequentado o curso de medicina, enquanto estudante em Lisboa, e também experiência pessoal à qual alude: *Esta nossa asserção baseia-se em provas que temos tido sobre doentes condemnados ou abandonados pelo medico e curados depois por indígenas. Abstemo-nos de exemplos que poderíamos citar*<sup>275</sup>. Neste excerto, Bastos faz uma passagem importante: da descrição passa à tentativa de influenciar a decisão política de se aprofundar o estudo desta sabedoria tradicional. Reforça o seu ponto de vista com a sua experiência e com a comparação com o caso brasileiro, antiga colónia portuguesa, sempre tão próxima de Angola e em especial do que constituía então o distrito de Benguela, mencionando: *Se tão utilmente foram estudados e aproveitados pela medicina os remedios da opulenta e variadissima flora brasileira, porque se não pode fazer o mesmo aos remedios da flora africana*<sup>276</sup>? Passa do conhecimento dos remédios tradicionalmente usados para a enumeração das doenças que a sua experiência lhe dá conhecimento de cura: *a diarrheia, a icterícia, o reumatismo, as ulceras, os tumores malignos, a syphilis, a gonorrhêa, o cancro, o prolapso do útero, a hemorroidal, affecções do baço, mordeduras de reptil, escorbuto, a variola, o sarampo, a erysipela, as belides, as constiçãoes, a tosse, as hemorragias, as inflamações, affecções da bexiga, a loucura, a amenmia, os vermes intestianes, taes como: lombriga, tenia que extrahem, dôres do peito, etc., etc.*<sup>277</sup>. O autor ao enumerar não só os remédios como as curas a que assistiu, está a assumir claramente que aquele conhecimento não é casual e que existe uma relação causal e direta entre os medicamentos e a cura da doença. Ora isto significava atribuir valor aos saberes encontrados e procurar uma complementaridade entre a medicina europeia e a medicina tradicional africana. Esta operação mental e epistemológica é extremamente árdua como se viu anteriormente, para povos cujo principal objetivo era congregar territórios e impor o seu poder político a todas as áreas da vida, sendo o seu argumento principal a incapacidade de aqueles povos se desenvolverem autonomamente. Alheio às repercussões do que o seu discurso defendia, numa ideia profunda de complementaridade, aliás desenvolvida

---

<sup>274</sup> Idem, p. 60.

<sup>275</sup> Idem, p. 61.

<sup>276</sup> Idem, p. 60.

<sup>277</sup> Idem, p. 61.

na sua ficção em que as etnias presentes em território angolano se entrelaçam, continua e descreve os atos médicos: *Sabem extrahir uma bala, praticam a sangria, aplicam as ventosas, estacam o sangue nas grandes hemorragias, e operam amputações admiráveis*<sup>278</sup>. Algumas destas práticas como as sangrias e aplicações de ventosas também estão documentadas em fotografia, por exemplo, no álbum da expedição em que o então Tenente Velloso de Castro participou tendo fotografado vários aspectos da vida dos povos autóctones<sup>279</sup>.

É curioso que, atribuindo tanta importância a este aspeto, o autor tenha respeitado o inquérito e incluído um tema a que concede tanta importância como a medicina tradicional nas crenças e superstições cujo título automaticamente retira qualquer carácter causal ou científico, sendo que Bastos contraria esta ideia, admitindo muito valor a estes saberes. No mesmo ponto ainda, refere uma instituição antiga que viria de tempos imemoriais, no que seria um “comunismo” praticado por aqueles povos e que, com grandes perdas, vinham procurando os europeus eliminar<sup>280</sup>. Lendo hoje o texto, o sistema que Bastos descreve parece assemelhar-se a uma reciprocidade obrigatória entre povos que se foram cruzando, sendo que, como o autor refere, esse comunismo era praticado entre povos diferentes. Considerava, então, que este tipo de reciprocidade absoluta e de partilha seria generalizado, a não ser que os cruzamentos com os europeus se intensificassem mais do que os cruzamentos entre os povos nativos. Contudo, parece-me hoje muito mais lógico pensar que a própria imposição da administração colonial interrompeu esta tendência que Bastos observava. É, novamente, de atentar que Bastos procura numa ideologia conhecida na Europa explicar uma instituição que existe naquela parte de Angola, mas que não tem correspondente direto na Europa. Deve-se, igualmente, referenciar que ao longo de todo o texto, Bastos escreve na primeira pessoa do plural, partilhando com o leitor e, possivelmente, com aqueles autores com quem se iniciou nos textos que procuravam o conhecimento do meio colonial, o seu conhecimento, numa descrição pejada de pensamentos, comparações, enumerações, qualificações para que o objeto observado fique mais claro, mais objetivo, logo mais científico. Contudo, este “nós” permite-lhe falar tanto de “brancos” como “pretos” ou “mestiços” a uma distância considerável, aumentando o nível de objetividade que pretende que seja intrínseco à sua obra, todavia tomando sempre como ponto de referência a semiofera europeia que ele partilha com o leitor. Assim, não resisto a deixar nota de como Bastos introduz a questão do comunismo: *Esta situação que apresentamos aqui, é um ideal para cuja realização a raça branca tem trabalhado afincadamente nos últimos tempos, com sacrifício de vidas, sem o conseguir. Esse ideal existe comtudo entre estes povos, e chamar-lhe-hemos comunismo ou a comunidade de bens*<sup>281</sup>. Portanto, num capítulo intitulado *crenças e superstições*, que assume pendor negativo numa mentalidade positivista, o autor apresenta dois exemplos que demonstravam o valor de alguns saberes e tradições locais. Aqui se o leitor buscasse exotismo, encontraria uma descrição factual, informativa e concentrada em valorizar as possíveis contribuições dos povos locais para a colonização e para uma cultura mais abrangente.

---

<sup>278</sup> Idem, *ibidem*.

<sup>279</sup> Vide Velloso de Castro, *op. Cit.* e Cátia Miriam Costa, “O *outro* nas narrativa fotográfica de Velloso de Castro (Angola 1908)”, *op. Cit.*.

<sup>280</sup> Augusto Bastos, *Traços Geraes sobre a Ethnographia do Districto de Benguella*, *op. Cit.*, p. 67.

<sup>281</sup> Idem, *ibidem*.

Os dois últimos capítulos são dedicados a diversos usos e à linguagem. No capítulo IX é dado ênfase à forma como os povos se vestem, adornam, usam o cabelo, como dançam, quais os seus instrumentos musicais, as habitações, ou seja, todas as descrições habituais nos relatórios ou estudos preliminares dedicados à administração colonial. Relativamente ao capítulo da linguagem, Augusto Bastos enumera as línguas faladas pelas populações, introduzindo os vocabulários mais falados no distrito de Benguela e de Luanda, trabalho que desenvolve e envia para Lisboa, não se sabendo até hoje qual o seu destino final, se o plágio se simplesmente a perda do original, nunca publicado. O tom usado pelo autor ao longo da obra é neutro, pretendendo sempre dar uma forma científica ao modo como expõe o seu conhecimento, procurando os conceitos certos, esclarecendo as eventuais dúvidas, recorrendo à enumeração e comparação sempre que necessário e apoiando-se numa adjetivação precisa, nunca excessiva. Uma linguagem direta, enriquecida por vocábulos locais para certos objetos e conceitos. Na verdade, Augusto Bastos cuida da forma do seu texto, aproximando-o o mais possível de uma linguagem científica, construindo-o com frases afirmativas repletas de informação, com uma tendência verdadeiramente pedagógica de passar conhecimento, mas também de explicar cada aspeto com a maior profundidade possível. Tendência que marca a sua obra e que se reencontra, igualmente, na sua ficção que adiante é estudada.

A segunda obra que analiso neste ponto é a *Monographia da Catumbella*, publicada em 1912, igualmente, sob a chancela da SGL, da qual dei conta quando apresentei a correspondência entre Bastos e José de Macedo que, em parte, alude à produção desta obra. O prefácio, datado de 1 de maio de 1909 (ano da edição de *Traços Geraes sobre a Ethnographia do Districto de Benguella*), refere que este trabalho seria apenas preparatório e com vista a um posterior desenvolvimento. Acresce: *Somente a tendência utilitária nos levou á produção e publicação deste modesto trabalho (...)*, retomando o princípio que lhe tinha guiado a publicação anterior<sup>282</sup>. Passa, pois, a apresentar o trabalho: *Não é elle nem uma obra puramente histórica nem uma obra puramente geographica, porque a tão alta produção não chega a nossa minguada intelligencia – é apenas um mixto de uma pequena parte histórica e de uma pequena parte geographica, que trata exclusivamente do conselho de Catumbella, descrevendo deficientemente o que foi r o que é a Catumbella, desde a sua fundação até aos nossos dias, em todos os seus ramos histórico, physico, político e economico*<sup>283</sup>. Trata-se, pois, de um trabalho exploratório que, mais uma vez, pretende fornecer dados para o desenvolvimento mais lato e científico no futuro. Daí que Bastos explique as dificuldades com que se deparou e as limitações do próprio trabalho: *Este trabalho contém por certo muitas lacunas e, talvez, mesmo, muitos erros, faltas devidas á ausência completa de documentos históricos e geographicos por onde nos pudéssemos guiar e basear com a segurança para produzir um trabalho completo e perfeito*<sup>284</sup>. O facto de se tratar um trabalho pioneiro resultava em determinadas limitações do próprio estudo levado a cabo pelo autor.

Em seguida, a finalidade do livro, mais aprofundada, mais politizada: *Tivemos de nos apoiar numa vontade pertinaz e que sempre nos tem guiado no intuito de querermos ser úteis à nação portugueza, procurando concorrer como a nossa pequenissima bagagem intelectual para a*

---

<sup>282</sup> Augusto Bastos, *Monographia da Catumbella*, Lisboa, Sociedade de Geographia de Lisboa, 1912, p. 1.

<sup>283</sup> Idem, *ibidem*.

<sup>284</sup> Idem, *ibidem*.

*vulgarização de conhecimentos coloniais, nomeadamente concernentes á nossa querida Província de Angola*<sup>285</sup>. A ressaltar alguns aspetos neste período que transcrevo, o primeiro, a reiteração de utilidade, neste caso direcionada para a nação portuguesa, numa afirmação de portugalidade que se repete e que já acontecera no livro anteriormente analisado; o segundo a reafirmação do contributo para a divulgação do conhecimento, agora referenciado como colonial e no livro precedente como científico, em nome da então província de Angola. Situando a produção do texto, era um filho da terra que escrevia, um angolense, poder-se-ia estranhar este posicionamento, mas tome-se em consideração as ideias de progresso vigentes à época, tendendo para o reconhecimento da colonização como o plano adequado para o desenvolvimento das terras ainda subaproveitadas e a crença na possibilidade de uma autonomia progressiva. A par destes argumentos objetivos e racionais, fundados nos conhecimentos científicos e ideologias dominantes na época, juntam-se argumentos emocionais como o facto de estes filhos da terra serem educados em Portugal ou por portugueses e por isso terem um contacto estreito com a cultura metropolitana, muitos deles vivendo na capital durante parte da sua vida. A este somatório juntam-se algumas razões estratégicas para a sua sobrevivência, a afirmação de “portugalidade” e de fidelidade à nação colonizadora podia, igualmente, querer dizer a permissão de publicação ou a garantia de não silenciamento, argumentos válidos e importantes num contexto permanente de controlo das elites locais por parte do poder colonial. Assim, afirmar-se português poderia ser uma forma de poder ser crítico, pois o que se pretendia era melhorar os resultados do domínio português e não afastá-lo. Num intrincado jogo entre razões e argumentos, percebe-se com alguma facilidade a reiteração constante tanto neste tipo de publicações como, por exemplo, nos periódicos dos argumentos patrióticos e de conhecimento de causa sobre determinado assunto, tanto em Bastos como em outros autores seus conterrâneos e contemporâneos. Deste modo, entendo esta repetição de argumentos como um posicionamento do autor que, analogamente, se protege de qualquer insuficiência do estudo através de falta de mais meios para investigar e exorta a continuidade do trabalho que estava sendo pioneiro.

Finalmente, declara para quem escreveu, se bem que usando o recurso pela negativa, reforçando a sua modéstia enquanto produtor de conhecimento, ancorado no facto de o seu nome ser desconhecido nestas áreas, e transportando todo o interesse da obra para a valorização do território sobre o qual escreve, não escondendo a leitura política que desejar que o livro venha a ter. Atente-se no trecho: *O nosso discurso e mal conhecido nome não recomenda ao Governo e ao publico este modesto trabalho; estamos, porém, esperançados de que o seu título, que mostra que o mesmo trabalho versa sobre o Concelho da Catumbella que é, d'entre os da Província, um concelho de primazia e importância económica, ainda mais valorizado pelo Caminho de Ferro de Benguella, de que o Lobito é testeira, supprirá a falta de recomendação do nome do auctor, e trará um bom acolhimento geral.* O apelo de Bastos fundamenta-se no pedido de atenção para com o conteúdo do discurso em vez do leitor se centrar na imagem pública do autor, ou seja, no reconhecimento prévio da sua obra e nome<sup>286</sup>.

---

<sup>285</sup> Idem, *ibidem*.

<sup>286</sup> É de referir que a imprensa contribuiu em muito para a construção do “reconhecimento do nome” ou para a “criação de uma imagem pública”, porque a publicação sistemática, o relato de eventos políticos e sociais, tornava acessível ao leitor em geral determinado discurso e personalidade. Quando se fala em imagem pública tem que ver não com a reprodução da imagem do indivíduo em si (visto que apesar de existir a fotografia não era o maior recurso dos jornais nem facilmente aplicável) mas imagem enquanto

É preciso notar, contudo, que em Angola já era o autor bastante reconhecido, no entanto e como o próprio declara, pretende agora chegar ao leitor metropolitano e às instâncias políticas, o que poderá conseguir com a publicação das suas obras debaixo de uma chancela com o prestígio da SGL.

A obra está dividida em duas partes, uma dedicada à história e outra à geografia, em sentido lato. O autor subdivide a primeira parte em sete períodos históricos (1836-1846; 1846-1856; 1856-1864; 1864-1874; 1874-1886; 1886-1900; 1900-1908), estando estas divisões subordinadas a acontecimentos históricos e não a conjuntos temporais. A segunda parte apresenta-se homogénea em termos da forma, incluindo temas que podem inserir-se em todas as áreas da geografia (humana, política, económica, etc.). Estendem-se da descrição física e climática, à divisão administrativa, à educação, rendimentos, população e elementos demográficos e ocupações espaciais (espaços urbano e rural). É de evidenciar, o facto de Bastos ter tido um cuidado que, à partida, poderia não existir de relatar profundamente o modo de vida da elite desta localidade a par de toda a sua história e talvez como justificação da situação sua contemporânea que guarda para a segunda parte. Deste modo, se introduz a parte I mencionado a insalubridade da cidade: *Esta má posição que escolheram os antigos para o estabelecimento da villa, prejudica muito as suas condições sanitárias, contrarias a toa a hygiéne (...) pela contiguidade e cheias do rio e dos pântanos, e que sempre deram origem á endemia de febres palustres, perniciosas e biliosas; á provação de viração e ar puro*<sup>287</sup>. Para logo em seguida descrever a pujança do comércio e o modo de vida a elite comercial, por um lado, justificando a permanência da povoação naquela mesma localização, por outro lado, mostrando que existiam outras razões para a falta de saúde da população local. Acresce a meu ver ainda o facto de Bastos gostar bastante desta vertente da vida social e de crónica de costumes de que se pode ler a continuidade na sua ficção, como adiante se verá. Assim escreve: *O aturado labor do commercio durante o dia, as noutes perdidas ao jogo, nos bilhares, nas senzallas á procura da conquista das bellas raparigas da terra que então enxameavam os bairros do Cuco, Cangato e Namano, aos centos d'ellas, a concubinage, a libertinagem, todos esses excessos enfim, constituíam o viver movimentado dos antigos patrões de Catumbella e, mais modernamente, de alguns empregados que iam conquistando alguma liberdade sobre os patrões, ajudando essa vida da antiga e tão afamada e rica Catumbella a ceifar vidas.* Não resistindo ao relato da vida social associa-a, contudo, a dois aspetos muito importantes sobre a localidade, mencionado a sua riqueza económica justificada pelo comércio e, de facto, a Catumbela sempre fora uma ponto comercial importante na ligação do sertão à zona litorânea, e referindo as consequências para a saúde deste modo de vida. Dois temas que naturalmente interessariam a quem quisesse gizar um plano de desenvolvimento para a região ou simplesmente implementar uma administração colonial eficaz.

Prossegue, aprofundando esta questão dos costumes locais, introduzindo um novo elemento, as possibilidades de progressão social no seio desta comunidade, não sem fornecer uma descrição completa de comportamentos, indo ao pormenor de enumerar todo o desenrolar de uma cena, como se de uma ficção se tratasse: *À tardinha depois da faina do dia, formavam-se*

---

conjunto de características recriadas no imaginário do leitor que, muitas vezes, nunca observou a fisionomia da personalidade mencionada.

<sup>287</sup> Augusto Bastos, *Monographia de Catumbella*, op. Cit., p. 3.

*às portas de certas casas grupos amigos, habituaes, fazendo roda, sentadas nas suas cadeiras; e ahi, com acompanhamento do classico chimchim, se tomava o fresco, mirando, apreciando e interpelando as raparigas que passavam com ditos picantes e alegres, se discutia sobre negócios e muito natural e honradamente «se cortava nas diversas casacas»<sup>288</sup>. O recurso à ironia no final da frase testemunha bem uma certa transversalidade de estilo que, com o amadurecimento da sua escrita, Bastos passou a usar, recorrendo a uma vertente pedagógica e a descrições quase científicas na ficção, preenchendo os seus ensaios, estudos e artigos jornalísticos com tiradas que usualmente são recurso da ficção como a ironia, a descrição de várias ações num mesmo cenário em jeito de enumeração e o uso dos verbos em gerúndio dando um carácter de continuidade a cada uma das ações. Segue com o assunto e entra na questão da promoção social de alguns empregados do comércio, então ditos “caixeiros”, e o modo como isso contribuiu para a dinamização da economia local<sup>289</sup>: *Os antigos empregados, esses, não tinham muito por onde gastar, porque os ordenados eram reduzidos (...); e esses ordenados não eram liquidados mensalmente como hoje; mas sim ficavam em conta corrente, capitalizando, pedindo o empregado mensalmente apenas o indispensável para suas despesas, até que se despedisse da casa. (...) E, foi com tal régimen de economia, baseada na disciplina imposta pelos patrões aos seus empregados, que se viu muitos destes retirarem-se de casas de seus patrões com bons pecúlios, construírem casas suas e montarem negócios de sua conta com base solida, tornados por sua vez patrões*<sup>290</sup>. O papel deste segmento da sociedade colonial, representado pelos empregados do comércio ou caixeiros, parece ter sido importante tanto ao nível da mobilização política como da dinâmica económica, pois foram extremamente ativos na diversificação dos produtos comercializados e foram estabelecendo novas redes para o interior do sertão.*

É muito relevante que o autor introduza a história da Catumbela fazendo esta referência, para recorrer, então, a uma analepse, outro recurso recorrente na ficção e a que Bastos recorre muito nos textos literários que produziu, para expor a história da Catumbela. Após esta descrição dos costumes sociais locais e da renovação económica operada, vai bem mais atrás cronologicamente e começa a contar a história da fundação da vila de Catumbela, em 1836, por ordem de D. Maria II. Contudo e numa perspetiva que o afasta dos historiadores coloniais em geral, o autor recua ainda mais no tempo para dar uma ideia do que seria aquele local em tempos pré-coloniais, dando sempre a noção da consciência de um passado muito anterior à chegada dos portugueses. Tem todavia o cuidado de não lhe chamar história, antes remetendo aquela narrativa para a tradição, de modo a colmatar qualquer possível interpretação que levasse o leitor a pensar que considerava as fontes locais completa e absolutamente válidas sem qualquer outra confirmação. Assim, afirma: *Reza a tradição indígena que o primeiro soba e fundador da antiga Catumbella indígena da margem direita foi uma mulher, facto este que, a dar-se credito á tradição, coincide singularmente com o facto de ter sido a povoação europeia de Asseiceira da margem esquerda mandada fundar por uma soberana portugueza, D. Maria II*<sup>291</sup>. A coincidência pelo facto de terem sido duas mulheres fundadoras das povoações, a

---

<sup>288</sup> Idem, p. 5.

<sup>289</sup> Lembremos que uma das acusações feitas a António Perez e a José de Macedo é ter sido secundados no seu grito de “Viva a República”, em tempos monárquicos, por um grupo de “caixeiros que ali se encontrava a jantar.

<sup>290</sup> Augusto Bastos, *Monographia de Catumbella*, op. Cit., p. 5.

<sup>291</sup> Idem, p. 6.



indígena e a europeia, poderá incrementar a verosimilitude da tradição indígena e permitir ao leitor europeu ou europeizado que esta realidade faça sentido. Note-se, ainda, que o nome que vai cair em desuso é a denominação portuguesa de Asseiceira, o que quer dizer que em termos de toponímia os nomes africanos em, muitos casos e sobretudo onde existiam povoações previas à implantação das comunidades ou localidades europeias, foi muito mais forte que a tentativa de imposição de nomes dados pelos europeus.

Continua Bastos: *Nesses tempos as populações indígenas contavam-se por milhares: fora, porém, desaparecendo gradualmente, dizimadas pela terrível moléstia do somno importada de Hanha, pela tuberculose e pelas epidemias de varíola. (...) A Catumbella antiga contava quatro sobados (...)*<sup>292</sup>. Reafirma aqui a importância desta localidade aquando da fundação da vila europeia, recorrendo de novo não só às fontes coloniais como às fontes locais, de origem oral, mas que se reportam ao passado e reconhece o uso dessas fontes logo em seguida: *O ultimo a actual soba (que d'isso apenas tem nome, representando a linhagem de seus antecessores) é o século Pedro de Moraes Gongo (...). Tivemos ocasião de lhe fazer uma visita, há bem pouco tempo, sendo por elle muito bem recebidos e tendo-lhe ouvido um pouco da história tradicional de seus avós e de seus domínios. Contou nos que era dono de alguns terrenos com palmares de Hanha, aonde ia de vez em quando, e dono, por hereditariedade, da ilha do rio, que fica junto á ponte, a jusante, e em frente da Fazenda de S. Pedro (...)*<sup>293</sup>. Neste trecho, Bastos demonstra ao leitor todo o seu conhecimento *in loco*, referindo o seu encontro com este dignatário do poder tradicional que, note-se, já tem o seu nome e primeiro apelido portugueses o que supõe o batismo ou a proximidade das autoridades coloniais portuguesas. O relato desta sua experiência pessoal aumenta o nível de credibilidade do seu relato e, em simultâneo, permite-lhe reportar o que ouviu dando indicações precisas, como a localização geográfica da ilha como que permitindo ao leitor confirmar a verdade dos factos. Com este recurso, o autor torna intrinsecamente viável o reconhecimento do valor de algumas tradições nomeadamente as que contam passagens da história pré-colonial, à época, praticamente totalmente desconhecidas pelo colonizador. No entanto e retomando um pouco um assunto que explorou na sua anterior obra que aqui analisei, retoma o tema das calamidades naturais como a seca, sendo estas interpretadas como *feitiço poderoso de alguns brancos, com o fim de aniquilar a agricultura indígena, reduzindo os pretos á pobreza e a abandonar os terrenos que cultivavam, e depois elles brancos, se apossassem de todas as terras, como de facto sucedeu*<sup>294</sup>. Atente-se neste trecho, Bastos não se identifica nem com a população autóctone nem com os “brancos”, transcrevendo sempre na terceira pessoa. Mas aqui levanta-se a questão: vê-lo-ia o seu interlocutor como “branco” para lhe fazer tais declarações ou vê-lo-ia como filho da terra? É difícil responder a esta questão, porém é muito fácil perceber onde o autor se quer posicionar porque, ultrapassando o seu papel de mero compilador da informação, intervém, segundo escreve assumindo a defesa do pensamento científico face a tais acusações, referindo: *Fizemos-lhe vêr que essa calamidade só dependia da natureza e não dos homens, brancos ou pretos*<sup>295</sup>.

---

<sup>292</sup> Idem, p. 7.

<sup>293</sup> Idem, ibidem.

<sup>294</sup> Idem, ibidem.

<sup>295</sup> Idem, p. 7.

Após este introito inicia, então, a história da Catumbela, dividida nos sete períodos anteriormente referidos, começando por aludir, no primeiro período (1836-1846) à submissão da população e fundação oficial da localidade, e, no segundo período (1846-1856), ao papel de Silva Porto que, tendo-se estabelecido no Bié, conseguiu abrir caminho para os indígenas que comerciavam do Bié e do Bailundo virem à Catumbela. O terceiro período (1856-1864) inicia-se com a mudança de localização da povoação que passa para a margem direita, no sentido de aproveitar o comércio de bailundos e bihenos que por aí passavam antes de dirigir-se a Benguela, prosseguindo com a descrição das principais fazendas pertencentes à localidade, de que realço a Fazenda Lembati, apesar de todas as fazendas terem referenciada a sua história e origem. Este destaque deve-se ao facto de esta fazenda resultar da união de propriedades de filhos da terra e esse dado ser fornecido pelo autor: *Situada na margem direita do rio, fronteiro á fazenda do Cassaque, prolongando-se até á foz, foi sua primitiva proprietária D. Rita Bernarda Vieira, mãe do barão d'Água Izé, e depois, Guuilherme de Mattos Tavares. O Lembi é um conjunto de antigas propriedades pertencentes a varios filhos do paiz, e as suas culturas dominantes eram a canna, palmeiras, bananeiras, batata, mandioca, milho, etc*<sup>296</sup>. Esta frase interessa particularmente por duas razões, uma por que testemunha a profunda relação entre esta zona de Angola e São Tomé e Príncipe, pois sabe-se da existência da importante Roça de Água Izé neste arquipélago; a outra porque informa que uma das fazendas importantes da Catumbela foi constituída a partir das propriedades de filhos da terra e que já eram exploradas agricolamente, querendo isto dizer que teriam mudado de mãos, provavelmente saindo da esfera de propriedade dos filhos da terra.

No período seguinte (1864-1874), o autor menciona a reconstrução da vila após as inundações e os novos arruamentos e o incremento do comércio, tributário do papel quase heroico dos sertanejos que Bastos relata em tom de aventura e de desafio do desconhecimento que os levava a enfrentar e colaborar com o *gentio desconfiado e rebelde*, deixando, ainda perpassar um leve traço de exotismo, patente nos *sertões misteriosos*. Leia-se, pois, esse elucidativo excerto: *Os antigos sertanejos, iam abrindo novos horizontes nos sertões misteriosos da Africa e encaminhando o gentio, desconfiado e rebelde, para o litoral. Os nomes de Silva Porto, Gonçalves e Rasquete, acima de todos os outros sertanejos, acordavam écco nas solidões vastíssimas do interior, e infundiram no animo do gentio o respeito, a admiração e o temor, espalhando em torno de si um prestígio sem limites*<sup>297</sup>. Refere, também, o tráfico de mão-de-obra que, ao longo dos tempos, como o próprio autor diz, vai mudando o nome, trazendo para o estudo que apresenta um dos temas mais sensíveis que atravessa o século XIX-XX e denunciando a manutenção de uma determinada prática: *A par dos géneros de exportação, afluíam á praça grandes levas de escravos (mais tarde designadas por: moleques, serviçaes, resgates e contractos actualmente). Comprava-se anualmente milhares de serviçaes trazidos pelas comitivas dos territórios do Bihé, Ganguellas e Lunda. A maior parte d'esses serviçaes eram exportados para S. Thomé e Príncipe, e para diversos pontos do littoral da Provincia (como ainda hoje)*<sup>298</sup>. Neste período, em 1873, vem a dar-se uma revolta da população “indígena”, procedida de uma contenda por o filho de um soba, Chikereto, ter sido atingido pelo barqueiro que efetuava a passagem do rio e que tentava impedir que muita gente subisse

---

<sup>296</sup> Idem, p. 12.

<sup>297</sup> Idem, p. 18.

<sup>298</sup> Idem, p. 18.

a bordo, declarando o autor que a comitiva teria cerca de 20 000 pessoas. Segundo Bastos o prestígio dos dirigentes locais teria sido essencial na solução da contenda. Igualmente, tinham sido dados alguns passos no reforço da presença da administração colonial no local.

O quinto ciclo identificado pelo autor (1874-1886) caracteriza-se pelo aumento da população urbana e inaugura o “período de borracha de primeira” como o próprio autor o denomina. O crescimento da importância deste produto assiste à decadência de outros produtos como o coconote, a urzela, a goma e os couros secos. Mas as repercussões da exploração e comércio da borracha teriam sido bastante mais latas, resultando em alterações no seio de toda a sociedade, como escreve Bastos: *A borracha abre novos horizontes, aviva as cubiças, chama a concorrência, e estabelecem-se as rivalidades e os jogos*<sup>299</sup>. Retoma, novamente, um tom descritivo mas vivo, preenchendo toda a frase com verbos de ação: abrir, avivar, chamar, estabelece. A Catumbela entrou no jogo do novo produto angolano por excelência, a borracha, com todas as consequências que tal acarreta, continuando a narrativa com a apresentação da realidade e do imaginário de então: *Com o aparecimento da borracha, começou a praça de Lisboa a conceder mais amplos créditos às casas de Catumbella, e começaram os jogos de negocio, abandonando-se a pouco e pouco o negócio certo e entrando mais tarde no régimen dos utingos*<sup>300</sup>. Também é nesta época que se estabelece o transporte da Catumbela para a praia por carros e que é aberta a comunicação telegráfica entre Catumbela e Benguela e estabelecido o serviço de “telefonía” entre estes concelhos. Apesar da pujança económica e dos avanços técnicos é ainda um tempo marcado pelas revoltas das populações locais, portanto, por alguma instabilidade no seio da urbe.

O intervalo de tempo que medeia entre 1886 e 1900 caracteriza-se pelas melhorias em termos económicos, políticos e sociais. Dá-se o aparecimento da borracha de segunda que espoleta uma “completa revolução comercial” nas palavras do autor. E prossegue enumerando os melhoramentos na cidade: *O desenvolvimento político e social é produzido por inúmeras construções de casas, melhoramentos públicos, estabelecimento de escolas régias, estradas, pontes, saneamento da villa, estabelecimento de farmacias, etc., etc., e uma evolução do viver social dos habitantes*<sup>301</sup>. As melhorias são tantas que o autor se abstém de mencionar todas, substituindo por etc. o que seria uma demasiado extensa enumeração. Aprofunda a questão da vida em sociedade e volta ao exemplo dos empregados comerciais, pois seria a atividade económica com mais oscilações naquele concelho. Convém analisar o excerto que se segue, um pouco longo, mas que permite ter uma ideia da profunda transformação que a sociedade de então sofria: *Os empregados começam n’este período a ter mais liberdade, em toda a acepção – frequentam bilhares, onde se bebe cerveja, vinho espumoso, cognac, etc., frequentam e promovem rebitas, percorrem de noute as sanzalas á cata de raparigas da terra, podem jantar, ficar de noute fora de casa e fumam deante dos patrões. Aos domingos ou grandes dias festivos do anno, lá promovem e organizam um passeio, um pic-nic ás Margueiras, ao Chuire, á praia ou ao Lobito. (...) As economias que antes d’este período, porém, faziam os empregados, pelo régimen de pouca liberdade em que viviam, deixaram de as fazer; e d’ahi até hoje, tudo o que ganha um empregado está completamente gasto ao*

---

<sup>299</sup> Idem, p. 24.

<sup>300</sup> Idem, p. 25.

<sup>301</sup> Idem, p.28.

*chegar ao fim do mês. (...) Esta falta de economias é devida não só á liberdade a que nos referimos, como ao desenvolvimento de educação social e esthetica – taes são: as associações, os teatros, os passeios, as bicyclettes, os collarinhos, os fatos á moda, os chapéus modernos, as botas racionaes, de borracha, d’anta, e mil outras cousas trazidas pela civilização moderna e que sorvem todo o dinheiro que se ganha*<sup>302</sup>. Bastos explica bem como a transformação económica e a oferta de novos produtos e oportunidades sociais mudou a vida da população local, com maior ênfase para os empregados do comércio por serem uma das classes sociais com maior dinamismo nesta época. Prossegue e entra numa outra vertente não menos interessante: este bem-estar económico e social tinha feito disparar o crédito, mas os investimentos eram cada vez menos seguros e o aumento da capacidade produtiva e do comércio não estava proporcionalmente a traduzir-se na melhoria das condições de vida da força de trabalho, que era a população autóctone. Foram-se verificando cada vez mais tensões, recusas de venda de mercadoria, etc. que colocaram em risco o crescimento económico que se vinha verificando. As casas de crédito de Lisboa abriam crédito ilimitado às casas comerciais de Catumbela e Benguela, rivalizando estas duas localidades para ver qual a que conseguia apresentar maior crescimento socioeconómico<sup>303</sup>. De facto, operava-se crescimento económico, mas sem qualquer desenvolvimento socioeconómico assinalável. Tudo continuava a ser importado, as pequenas indústrias como a do sabão são introduzidas, mas logo desativadas, sendo que a grande mais valia aparece conectada com as atividades lúdicas e culturais, sendo também referida a fundação de duas escolas régias para ambos os sexos.

O último período sinalizado por Bastos (1900-1908) caracteriza-se pela perda de importância da borracha, pelos problemas relativos ao seu fornecimento e consequente decadência económica local que se baseava quase em termos de exclusividade neste produto, pois tinha deixado cair outros como a urzela, a goma, o coconote, os couros secos que ficaram reservados para os muito pequenos comerciantes, deixando de figurar entre os produtos relevantes na economia local. Prossegue Bastos, enumerando estes produtos, referindo tensões internas e externas, descontentamento da população circundante que agora não via os frutos da atividade comercial e referindo uma nova proposta que parecia poder trazer de novo a localidade para melhores dias, tratava-se da cultura e exploração da cassoneira. Entretanto, o crédito tinha contraído bastante e estava muito controlado. À divisão social provocada pela riqueza, dizia o autor ter sido substituída por uma outra provocada pelos partidos políticos, verificando-se, igualmente, à época a saída de alguma população para outras zonas de Angola, sobretudo, comerciantes e antigos caixeiros, os que mais tinham sofrido com esta transformação socioeconómica. A estrada existente tinha sido entregue ao caminho-de-ferro, sendo na altura impossível deslocar-se de uma localidade à outra de carro, por ausência de estrada, considerando o autor que as reclamações da população de Catumbela e de Benguela são perfeitamente razoáveis e justificadas. Um dos raros momentos de emoção é dirigido à Companhia de Caminho de Ferro de Benguela: *Não se julgue que nos leva alguma animosidade contra a Companhia do Caminho de ferro. Não! Mas também não*

---

<sup>302</sup> Idem, p. 34.

<sup>303</sup> A importância da Catumbela mantém-se durante alguns anos, percebemo-lo através da correspondência com os jornais de Luanda em que muitas vezes aparece em detrimento de Benguela, sabemos-lo pela importância que José de Macedo, encarregado de divulgar a palavra republicana e a mensagem maçónica, lhe atribuiu, mesmo após a sua saída de Angola.

*calamos que os ingleses, ou cousa que o seja, venham fazer pouco de nós e de nossos territórios. A crítica que fazemos é imparcial e baseada na verdade dos factos*<sup>304</sup>. A exaltação do tom seria para marcar profundamente a injustiça da situação. Continua o texto e volta a referir progressos ao nível da vida social na época em apreço, mencionando as instituições mais marcantes que foram fundadas na época: *Em 1905 é fundada a Associação Beneficiente dos Empregados do Commercio a primeira associação que existiu no districto de Benguela. Mais tarde houve dissidência entre os sócios, sahindo alguns e fundando-se o «Grémio Pro Patria». N'este período, em 1903, se funda também em Catumbella uma loja maçónica*<sup>305</sup>. Contudo, necessitava a vila ainda de muita intervenção pública para a melhoria da iluminação pública, da salubridade, do abastecimento de água, com uma zona para a acomodação da população “gentílica”, boa parte desta flutuante, vindo apenas para negociar e depois regressando aos seus territórios de origem. Cabe observar que esta preocupação de Bastos existe, também, enquanto presidente da câmara de Benguela, em que a habitação “indígena”, regulada, com ordenamento e preocupação com a salubridade foi uma constante.

A parte II desta obra, como referido, é dedicada à geografia em sentido amplo do termo, começando por uma descrição climática, com a distinção entre a época do cacimbo e das chuvas e as mudanças ocorridas, com o prolongamento das estações secas e com o aparecimento de alguns fenómenos invulgares como uns ventos secos semelhantes ao *harmattan* que teriam provado a perda das colheitas. Segue-se a descrição administrativa e militar e a apresentação da dificuldade em listar os indivíduos ligados aos vários cargos públicos, fosse por ali permanecerem pouco tempo ou por outra razão não estavam registados de forma a que uma lista pudesse ser efetuada, explicando o autor que em 33 anos tinham existido 49 chefes de concelho. Indica, também, que o primeiro professor e apenas para o sexo masculino tinha sido um cónego apenas em 1882 e o ensino feminino teve ainda de esperar três anos, o que significa que a população local não recebia qualquer instrução a não ser a privada ou tomada através de familiares, dependendo por isso na totalidade e relativamente ao ensino da vinda de pessoas externas, da metrópole ou de outras partes da então província. Quer isto dizer que o nível de alfabetismo manteve-se durante muito tempo baixo, sendo por isso curioso o impacto e interesse que os indivíduos desta localidade, se bem que muitos vindos de outras regiões como se referiu que dominavam perfeitamente a leitura e a escrita, vêm a desenvolver o gosto e participação através do texto escrito e a iniciativa de organizar movimentos sociais e associações de cultura e lazer. Continua e lança a lista dos impostos cobrados, durante os últimos 4 anos económicos estudados e de acordo com os dados fornecidos pelas receitas do estado, detendo-se um pouco nos cálculos relativos ao imposto cobrado por contratos de serviços que parecia ser um tema que, como foi referido anteriormente, constituía alguma preocupação para o autor. Assim refere: *A verba total de 1:878\$000 réis cobrada pelos emolumentos e imposto de contractos de serviços para S. Thomé, á razão de 250(?) réis por cada um, demonstra que de 1 de Julho de 1907 a 30 de Junho de 1908 foram contractados no concelho e embarcados para S. Thomé 939 serviços*<sup>306</sup>.

---

<sup>304</sup> Augusto Bastos, *Monographia de Catumbella*, p. 45.

<sup>305</sup> Idem, p. 46.

<sup>306</sup> Idem, p. 60.

Dedica algum tempo ao rearranjo da administração colonial na Catumbela, o que tem a sua relevância para este estudo, pois durante algum tempo e tal como se viu na parte relativa à vida do autor, Bastos esteve interessado em conseguir algum cargo público na Catumbela, o que seria tributário exatamente desta reforma administrativa que ali tinha ocorrido. Explica: *A receita do estado tende a aumentar de anno para anno, e certo é esse argumento, agora que a Ganda e o Cubal passaram a pertencer ao concelho de Catumbella, e que os redimentos da Fazenda nacional que eram do concelho do Egipto foram agora incorporados na Fazenda de Catumbella. (...) Antes de 1904 os concelhos de Benguella e Catumbella funcionavam em uma só corporação denominada «Camara Municipal de Benguella e Catumbella» (...). (...) Deve-se ao mallogrado governador geral Eduardo Augusto Ferreira da Costa, a autonomia municipal da Catumbella*<sup>307</sup>. Lembre-se, ainda, que é em resposta ao inquérito lançado pelo mesmo governador, que, de facto, levou a cabo uma das maiores reformas da administração colonial e tentou saber mais dados sobre as populações locais por acreditar que tal seria necessário para uma melhor administração, que Bastos escreve *Traços Geraes sobre a Ethnographia do Districto de Benguella*, região em que se insere o concelho da Catumbela. Portanto, o autor estaria muito atento não só ao conhecimento das populações locais enquanto cientista, também enquanto cidadão participativo e politicamente ativo. Daí a atenção que presta às questões administrativas, o que se liga, igualmente, às suas ambições de vir a integrar a administração colonial ou a desempenhar um papel político como anteriormente mencionado e como membro do executivo camarário de Benguela. Analogamente, as questões ligadas à população são para si importantes e daí a referência à falta de censos fiáveis para o estudo das comunidades residentes. Alude ao deficitário número de alunos que frequenta o ensino e a massiva presença de elementos solteiros entre residente. Se fosse deduzido o número de serviçais que seriam cerca de 500, na vila estariam apenas cerca de 300 habitantes dos 140 europeus, incluindo “20 senhoras”, como nos diz o autor e 160 seriam africanos, incluindo “28 senhoras”; penso que aqui Bastos estaria apenas a contabilizar o que, neste período do colonialismo, se designava por população “civilizada”, isto é, vivendo sob costume europeu.

Outro assunto que assume destaque é o da salubridade e sua relação com a mortalidade elevada que se verificava no concelho, sendo que Bastos para além dos números refere também que a mortalidade entre os africanos era o dobro daquela verificada entre os europeus e que, apesar do decréscimo verificado recentemente na mortalidade e que se prendia decerto com a melhoria das condições sanitárias, a baixa de mortalidade entre os europeus tinha sido de 3,5%, enquanto entre os africanos tinha apenas registado um valor de 2%, apesar dos seus valores absolutos desde o início serem mais elevados. Esta sua preocupação não é uma questão meramente teórica ou colocada em texto numa obra para ser apresentada aos governantes coloniais, é uma apreensão que o acompanha também no seu exercício político quando a introduz entre os problemas a serem resolvidos pelo executivo camarário em Benguela. Não era só a mortalidade entre a população considerada civilizada que o preocupava nem que a salubridade chegasse apenas a uma camada da população. Para um território progredir teria de se generalizar o acesso a alguns bens e serviços comuns. Tal como na sua ação política, aqui aparecem reiterados esses elementos: a água, a iluminação pública, a salubridade, os sanitários públicos, a melhoria das comunicações, o ordenamento do território e das construções. Tudo isto são questões que à época eram extremamente novas e

---

<sup>307</sup> Idem, p. 62.

que mostram um *continuum* entre palavra e ação, daí que esteja a quase dissecar estes textos, não só na sua forma, mas no seu conteúdo porque me parecem preciosos para a formação de uma imagem aproximada do intelectual que em estudo enquanto protagonista discursivo de uma sociedade colonial.

Termina a obra referindo-se ao caso do Lobito, à época cobiçado por ingleses e alemães, pela sua posição estratégica e por agora estar servido de um caminho-de-ferro que também se ligava ao *hinterland*. Descreve a povoação e os seus habitantes, a importância que tinha ganho com o porto e com o caminho-de-ferro, relatando, no entanto, a sua pequenez tanto em comércio, na totalidade dominado pelos portugueses, como no número de habitantes. Este seu livro tem um estilo bem mais solto que o precedente, com mais recurso a figuras de estilo que são extensíveis à ficção e, em simultâneo, também apresenta uma forte conexão ao que constituiu a sua experiência política. Aliás, em termos de conteúdo estas duas obras manifestam uma forte ligação entre si, não só porque a Catumbela está incluída no distrito de Benguela, mas porque representam a região de origem e maior experiência vivencial do autor e são aquelas onde teve ambições administrativas ou políticas e onde maturou a sua participação cívica. Deste modo, muito do que constituiu a sua prática política e ideológica, fortemente baseada numa ideia de progresso socioeconómico, está aqui representando em texto cerca de uma década antes do seu primeiro cargo executivo no âmbito da Câmara Municipal de Benguela. Posso, pois, referir que existe uma sequência entre a sua escrita e o discurso formulado para publicação e a sua ação. Noutro âmbito existe igualmente um seguimento entre a sua ficção e o seu ensaio, não só pelos recursos estilísticos usados, como pela interpenetração que existe, na forma pedagógica à boa maneira positivista, usada tanto num como no outro caso, ou ainda como a sua defesa pela complementaridade de papeis entre colonizador e colonizado e pela necessidade de uma interação positiva entre todos os membros da sociedade colonial, reconhecendo a sua multiplicidade. Assim, traçar o percurso intelectual e discursivo do autor, teria obrigatoriamente de passar pela análise dos trabalhos publicados sob a forma de ensaio, em Lisboa. Tratam-se, pois, de textos que se podem considerar transversais à sua obra enquanto escritor e pensador da problemática colonial e identitária.

### **3.2 José de Macedo: o ideólogo**

José de Macedo notabilizou-se como jornalista, mas a par dessa carreira publicou muito como ensaísta, pedagogo e até ficcionista, durante a sua passagem por Angola. Nesta parte, analisei quatro textos seus, dois mais pequenos e publicados na *Revista Portuguesa Colonial e Marítima*, entre 1889 e 1901, com os títulos “Commercio com as Colónias” e “A Educação do Negro”, dois de maior amplitude, ambos publicados em 1901 e em Lisboa, *O Poderio de Inglaterra*, editado pela Collecção do Povo Scientifica, Artística, Industrial e Agrícola, e *As nossas riquezas Coloniaes [Memória]*, editado pela Imprensa Nacional. Dois artigos e dois ensaios reportando-se às questões coloniais nacionais e internacionais que constituem, a meu ver, poderosos testemunhos daquilo que foi o pensamento de Macedo relativamente à questão colonial e a uma política nacional tendente à responsabilização coletiva e à autonomia. É bem verdade que Macedo, também, bebeu as influências da época, o que está

bem patente nesta sua obra relativa a Inglaterra que vai ao encontro de uma tendência daqueles tempos, pois se este país se mostrava débil em termos internos, com contradições que representavam falta de um desenvolvimento social que acompanhasse o seu crescimento económico e expansionismo externo, a verdade é que se tornara no grande opositor às pretensões coloniais portuguesas e desferira o duro golpe do Ultimatum de que a geração de José de Macedo recebe os ecos e consequências<sup>308</sup>. Assim, na análise destes textos, tem de ter-se em conta exatamente o facto de se separarem apenas por uma década deste acontecimento social fraturante que foi o Ultimatum inglês e que tem repercussões que se vão estender não só na transição do século, mas até mesmo a queda da Monarquia.

Comece-se, pois, pelos textos publicados na *Revista Portuguesa Colonial e Marítima*, o primeiro dos quais “Commercio com as Colónias”, publicado no número relativo a 1899-1900, primeiro semestre. Era uma época em que África estava na moda, como foi exposto anteriormente, e isso elevava as expetativas relativamente ao continente e à sua participação numa economia mundo que, cada vez mais, parecia aproximar continentes, produtos e gentes. É à luz deste enquadramento que se percebe que José de Macedo refira que fruto de uma maior propaganda em torno das colónias (leia-se aqui propaganda como divulgação ou publicidade como hoje poder-se-ia dizer), tinha-se criado uma vontade em estreitar as relações comerciais entre a colónia e a metrópole. Nesse sentido, a África Ocidental (que na partição geográfica do continente desta altura, inclui Angola) seria a zona mais promissora, podendo mesmo tornar-se o centro das exportações portuguesas, sendo importante serem os portugueses a dominar o comércio por lá. Na verdade, esta previsão de Macedo nunca se veio a concretizar e as relações entre metrópoles e colónias nunca ocuparam a maior fatia da atividade económica das metrópoles, sendo, contudo, um argumento que se encontra nesta época disseminado por toda a Europa colonizadora. Todavia, não se pense que estas projeções de Macedo não estavam fundamentadas e apenas eram uma importação ou generalização de ideias que lhe eram exteriores, ao basear a sua opinião refere o aumento de 70,96%, entre 1891 e 1896, do comércio com as colónias, apresentando os respetivos quadros, divididos por zonas. Uma das então províncias que mais contribuía para esta situação, São Tomé e Príncipe, era apresentada como tendo efetuado um crescimento acentuado das importações. Enumera, ainda, os produtos com maior índice de exportação: o cacau, o café, o coconote e chinchona (planta da quina).

Menciona, igualmente, o abandono a que se encontra votada a Guiné, referindo, contudo, que a perspectiva do seu abandono não é algo que se preveja que venha a acontecer. Introduce, então, um dos argumentos que lhe é mais caro ao longo dos tempos, afirmando que se não se pretende levar a cabo determinadas ações progressivas a seu ver, então o melhor seria abandonar os territórios. Declara, então: (...) *desenvolvendo no indígena as suas aptidões e procure, por todos os modos dar-lhe a compatível dignidade de trabalhadores. Não se fazendo isso, não querendo trabalhar e não fazendo com que o negro seja um trabalhador consciente, então será preferível abandonar esses fecundos territórios para que a França, que*

---

<sup>308</sup> Sobre este assunto, vide Maria Teresa Pinto Coelho, *op. cit.*. Na pág. 132 diz relativamente à literatura: *Para além da devassidão moral, noutros poemas são ainda focados os problemas sociais da Grã-Bretanha. A fome, a pobreza, a prostituição são denunciadas como a outra face da riqueza e do poder britânicos, as consequências da industrialização. Ao arquétipo do monstro junta-se o do esgoto, também ele indissociável do esquema de descida.*



*evidentemente os cobiça, saiba tirar d'elles os proveitos possíveis*<sup>309</sup>. Num tempo de patriotismo exacerbado, mas também de venda de territórios coloniais de umas potências às outras, é natural este argumento que pretende mesmo alertar para o abandono em que se encontrava aquele território, rodeado de outras potências coloniais, como a França e fazendo valer o argumento do progresso, tornando o “indígena” num trabalhador esclarecido e com direitos, tal como se pretendia que acontecesse na metrópole. O trabalhador consciente só poderia ser um advento da introdução de uma educação sistemática e de um cuidado na sua formação. Assim, o artifício político da manutenção da soberania é habilmente ligado a um argumento, se bem que disfarçadamente e incluso num princípio da necessidade de mão-de-obra preparada, o da instrução generalizada da população, porque para trabalhar é preciso também ser instruído. Prossegue, aludindo à tendência para a nacionalização<sup>310</sup> do comércio, devido às pautas protecionistas que foram sendo introduzidas.

Entretanto refere um outro tema que lhe será muito caro, a escravatura e o problema da mão-de-obra, aqui ainda numa sucinta menção, mas já expondo os malefícios da escravatura: *Antes da abolição do tráfico dos escravos, havia com a metrópole um commercio insignificante*<sup>311</sup>. Portanto, o fim da escravatura teria permitido revitalizar todo o tecido interno da colónia e avivar as relações com a metrópole. Denuncia, ainda, a falta de capacidade das empresas de transportação marítima, sendo que isso representava uma enorme vantagem dos poderes concorrentes ao poder português. Em seguida, aborda especificamente o caso angolano, para o qual defende uma indústria própria e uma instrução eficaz e igualitária, indo para isso buscar um exemplo do contrário no seio da colonização portuguesa. Escreve: *É de prever um futuro prospero [refere-se a Angola] mas precisa atender-se ao estudo detalhado do que possa haver de utilidade a aplicar em medidas de fomento colonial*<sup>312</sup>. De novo e como se tinha visto em Bastos, Macedo, que em termos cronológicos precede o autor angolano, já refere a necessidade de um estudo detalhado que promova a progressão da colónia, constituindo o seu artigo apenas mais uma achega para esta situação. Continua, propondo alguns pilares que considera de base para que esta política possa ser um sucesso: (...) *a sua industria própria, não nos preocupando com possíveis exclusivos a exigir; a educação futura do indígena, a criação de escolas especaies e uteis, com uma organização adequada, sem a deprimente e inaceitável inferioridade em que posam estar perante as escolas da metrópole, como sucede, por exemplo, com a escola medica de Gôa, portuguesa, organizada por uma lei portuguesa, destinada a cidadãos portugueses e com o fim de exercer uma profissão em qualquer logar menos na metrópole! É um contrassenso. Poderá dizer-se que essa escola não tem matéria que a torne capaz de satisfazer a exigência da clinica na metrópole. Acaso as doenças no ultramar são menos perigosas que aqui ou noutro ponto?*<sup>313</sup>. Note-se o conteúdo e a forma como este se apresenta. Por um lado, Macedo defende uma intervenção ao nível económico, com a instalação da indústria, e ao nível educativo, com a introdução de escolas adequadas às

---

<sup>309</sup> José de Macedo, “Commercio com as Colónias”, *Revista Portuguesa Colonial e Marítima*, 1899-1900, Primeiro Semestre, Lisboa, Livraria Ferin, pp. 284-297, p. 290.

<sup>310</sup> Entenda-se aqui nacionalização como estando em mãos de portugueses ou de empresas sediadas em Portugal e não nacionalização enquanto propriedade do Estado, o que pode ou não verificar-se debaixo da mesma designação.

<sup>311</sup> José de Macedo, “Commercio com as Colónias”, op. Cit., p. 291.

<sup>312</sup> Idem, p. 293.

<sup>313</sup> Idem, ibidem.

necessidades locais, ambas as iniciativas para o desenvolvimento endógeno, não devendo haver preocupação com os “exclusivos” a exigir, mas sim com o aproveitamento das riquezas existentes; por outro lado, neste trecho o autor, pela primeira vez no artigo, dá alguma emoção ao seu discurso, exclamando perante o que lhe parece ser um contrassenso relativo ao problema da escola médica de Goa que se arrastou durante todo o período em que houve debate colonial e que permaneceu no imaginário goês, finalizando com uma interrogação que parece encetar um diálogo com o leitor.

Justifica a inserção do exemplo goês: *Esta observação parece deslocada. Vem, todavia, a propósito da indispensável necessidade de atender às colônias na sua parte material ou moral*<sup>314</sup>. Querendo isto dizer que, apesar de o autor estar a referir o caso angolano, existiria uma continuidade relativamente a estes casos, elevando a importância que concede ao aspeto da educação. Veja-se, igualmente, como sente necessidade de justificar esta alusão como se realmente dialogasse com o leitor e tivesse de responder às suas dúvidas ou justificar as suas opções enquanto autor. Este estilo será mantido pelo autor em inúmeras ocasiões, estendendo-se do ensaio ao artigo jornalístico. Macedo experimentava os seus argumentos como se em diálogo estivesse, o que torna a sua prosa extremamente viva e muito pejada de características oratórias, apesar de o seu discurso ser colocado por escrito. Finaliza mencionando os enclaves da Índia, Macau e Timor que, segundo o autor, *conservamos mais por uma recordação histórica do que para podermos alli exercer uma acção civilizadora*, mas defendendo que este legado deveria ser mantido intacto<sup>315</sup>. O caso de Moçambique também é brevemente abordado sendo dada relevância à presença britânica nesta colónia portuguesa. Em todo o texto são usados vários quadros e tabelas, servindo de apoio às opiniões do autor que pretende uma construção textual baseada na verdade dos números ou não fosse a sua formação original nessa área do comércio, economia e finanças. Hábito que lhe ficará e se repete em todas as suas obras ensaísticas, mesmo que de carácter monográfico, incrementando a sua autoridade sobre os assuntos e o seu domínio sobre a informação produzida em torno de determinado tema. Finaliza o texto em Lisboa, a 28 de Dezembro de 1899, o que quer dizer que por esta altura já frequentaria os meios coloniais como a Sociedade de Geografia que anos mais tarde assume ter sido uma das suas fontes de referência sobre a questão colonial.

No ano seguinte, publica o autor o artigo “A Educação do Negro”, na mesma revista do artigo anterior. Trata-se de um tema a que Macedo voltará muitas vezes e sob diferenciadas formas, preocupando-se sobretudo com a possibilidade do negro progredir, tanto como o branco se instruído da mesma maneira e sob as mesmas condições. Nesta época essa defesa não era comum, menos comum ainda a sua preocupação em buscar apoios teóricos e experimentais para provar a sua ideia e refutar publicamente a ideia de impossibilidade de progressão do negro. Significa isto que, mesmo antes da sua experiência africana, Macedo já defende a necessidade de o negro acompanhar o branco na progressão da colónia, sustentando que ambos são indispensáveis para um progresso efetivo. Abre assim o seu texto: *Embora pareça otimista a opinião de que o negro é progressivo, que é susceptível de adquirir uma determinada cultura, mais ou menos desenvolvida (...) Tal opinião é confirmada por elementos*

---

<sup>314</sup> Idem, p. 293.

<sup>315</sup> Idem, p. 297.

*seguros e práticos, por observações cada vez mais evidentes que veem radicando a certeza de que não só precisamos atender aos interesses materiais das nossas fecundas e riquíssimas colônias, principalmente das africanas, como também aos de ordem psychica, fazendo entrar o negro n'um caminho cada vez mais útil, para elle, e que traga alguns benefícios á causa da civilização e aproveitamento da África portugueza.* Começa Macedo por demonstrar que a opinião que veicula no texto tem fundamentos para ser transmitida e que a autoridade não vem apenas daquilo que o autor propala mas do que se tem vindo a pensar acerca do assunto, isto é, não podendo socorrer-se de tabelas ou quadros, apoia-se em estudos de outros autores. Considera que o *aproveitamento das populações que nasceram e vivem na Africa, é indispensável e urgente*<sup>316</sup>, tendo antes explicado que não decorria qualquer ameaça para os brancos o facto de se investir na população autóctone, dada a pouca densidade humana dos territórios e existir a necessidade de outro tipo de conhecimentos, ou seja, a par de cada opinião ou proposta não só o autor tenta justifica-la através de dados, como seguidamente se verá, como igualmente tenta fazer desaparecer qualquer fantasma ligado a medos infundados.

Fundamenta no interesse nacional a preparação das populações locais, seguindo o seu raciocínio: *Afora esta circunstância de um interesse próprio e nacional haveria o interesse especial de sabermos elevar o espirito, atrasado mas progressivo, do negro, mantendo a sympathia que sempre teve pelos portuguezes*<sup>317</sup>. Portanto, o argumento da civilização do negro poderia ser o motor para a defesa da sua instrução e é esse o argumento de Macedo, que prossegue: *Não é também em meia dúzia d'annos que se vae fazer avançar uma raça, das mais atrasadas, e em colônias onde há diversidade extraordinária de typos ethnicos*<sup>318</sup>. Para além do esforço da instrução pede o autor tempo e atenta na diversidade étnica, tendendo para se fixar na importância de perceber a variedade em cada caso. Continuando critica as afirmações de Oliveira Martins de que a raça negra não progrediria, contrapondo a opinião de um outro autor: *Letourneau na sua Evolução da propriedade e sociologia segundo a ethnographia é de opinião de que não há raças inferiores, no verdadeiro sentido do termo*<sup>319</sup>. Completa o seu argumento com a afirmação: *A raça branca antes de atingir o grau de desenvolvimento que hoje ostenta foi bastante inferior a outras raças, quando ella era ainda rastejante ou paredes meias com a animalidade inferior*<sup>320</sup>. Para além de citar um autor reconhecido internacionalmente à época, aprofunda o seu ponto de vista estabelecendo a comparação da situação então vivida com a situação da própria raça branca que teria sido em tempos inferior a outras. Como foi anteriormente exposto, era difícil nesta altura defender este tipo de pontos de vista, sobretudo, porque se tratava de negar uma eventual superioridade branca, num período em que os europeus preconizavam o maior movimento expansionista de que havia memória em todas as direções, para a Ásia, a Oceânia, a África e cimentando elites brancas que, reclamando a independência da América, se mantinham no poder com as outras etnias parte das nações bem controladas e apartadas da governação.

---

<sup>316</sup> José de Macedo, "A Educação do Negro", *Revista Portuguesa Colonial e Marítima*, Quarto Anno, 1900-901, 1.º semestre, Lisboa, Livraria Ferin, pp. 287-297, p. 288.

<sup>317</sup> Idem, p. 288.

<sup>318</sup> Idem, ibidem.

<sup>319</sup> Idem, p. 289.

<sup>320</sup> Idem, ibidem.

Numa tentativa permanente de demonstrar as possibilidades do negro participar cabalmente na sociedade em que vive, cita como alguns indivíduos se tornaram personalidades de referência, sem que a sua condição de negro impedisse esse facto: (...) *não é para admirar que os negros que já encontram, entre si, homens d'um certo grau de cultura e intelligencia que, mesmo, já tem tido altos representantes na sciencia, na litteratura e na governação publica, venham a constituir uma raça superior*<sup>321</sup>. E este era um exemplo mesmo na sociedade portuguesa, no entanto, Macedo dá o exemplo dos Estados Unidos em que subsistia um *preconceito inaceitável* e onde o negro ainda tinha uma *posição relativamente inferior*, estendendo esta questão da capacitação do negro a todas as sociedades em que ele estivesse presente. Portanto, não seria apenas uma questão de África, mas uma problemática ligada à eliminação do preconceito para com o negro e para exemplifica-lo escreve: (...) *existem fabricas e oficinas com todo o pessoal constituído por negros, entrando os seus produtos no mercado sem desvantagem em face dos dos brancos*<sup>322</sup>. Procura, ainda, na história portuguesa o fundamento para defender a cooperação inter-racial na colonização, aludindo ao exemplo dos exploradores que foram ajudados pela população autóctone, sua melhor aliada. Todavia a continuidade desse papel complementar ao do colono português dependia de uma condicionante, a educação. Após citar um autor estrangeiro, cita também A. F. Nogueira, *que com grande assiduidade, se tem dedicado à propaganda a favor do negro, tem um novo livro, dos mais importantes que, sobre o assumpto conhecemos, mesmo no estrangeiro, A raça negra*<sup>323</sup>, defendendo que o negro tem todas as condições para progredir. Para reforçar esta opinião o autor evoca agora um militar de marinha que, tendo convivido com as populações locais, lhe tinha dito que *nunca tinha vivido com gente mais leal, mais honrada e mais grata e com melhores tendências para progredirem*<sup>324</sup>. Tenta o autor reforçar a autoridade do argumento não só através de publicações como também de experiências de indivíduos acima de qualquer suspeita de favorecimento ao negro, como um representante de uma força militar portuguesa, evocado para isso o seu contacto pessoal com o autor daquele discurso. Já a finalizar refere o ambaquista em Angola e o seu papel na solução das questões mais intrincadas por conhecerem de memória as leis, referindo que Angola seria um território muito promissor para a educação do negro: *Pelo que se vê em Angola os variadíssimos elementos que ahi habitam podem e devem ser aproveitados pois que não era a menor dúvida que d'essa provincia há-de sahir uma forte corrente civilizadora em que o nome portuguez poderá ser mantido perpetuamente*<sup>325</sup>. Angola era, então, a esperança de que o nome português, leia-se a cultura em português manter-se-ia, esperança hoje de novo acalentada, com base num crescimento económico forte e numa riqueza reconhecidamente relevante e suficiente para construir um grande país. Terminava, Macedo escrevendo: *Mudaram os tempos, transformaram-se as ideias*<sup>326</sup>. Tudo parecia confirmar que havia que mudar mentalidades, adaptar ideias no sentido do progresso. Essa seria a grande mensagem deste pequeno texto, publicado quando Macedo ainda não chegara aos trinta anos nem passara por África.

---

<sup>321</sup> Idem, pp. 289-290.

<sup>322</sup> Idem, p. 290.

<sup>323</sup> Idem, ibidem.

<sup>324</sup> Idem, p. 292.

<sup>325</sup> Idem, p. 295.

<sup>326</sup> Idem, p. 297.

O artigo anterior é terminado em Janeiro de 1901, o livro que proponho analisar em seguida é publicado no mesmo ano e tem uma dedicatória à Sociedade de Geografia de Lisboa datada de Setembro desse mesmo ano. A Collecção do Povo publicava títulos variados que saíam mensalmente e destinavam-se à divulgação e instrução das camadas populares da sociedade. Deste modo, encontram-se títulos tão variados como *A dubos chimicus e estrumes, O Transvaal, seu passado e presente, Guia Prático de Photographia* ou *O Poderio da Inglaterra* de José de Macedo, querendo isto dizer que toda a linguagem utilizada teria de ser acessível e, em simultâneo, esclarecedora, contribuindo para o aumento dos conhecimentos entre as camadas alfabetizadas mas pouco favorecidas da sociedade. A obra apresenta-se dividida em sete partes, um Introito e seis capítulos: *O passado da Inglaterra, Expansão inglesa, A Inglaterra no seculo XIX, A Inglaterra actual, A queda da Inglaterra* e *Em conclusão*. Outro aspecto a considerar é a contextualização da produção do texto, que data de 11 anos após o Ultimatum inglês, sendo o seu autor, muito próximo da geração de intelectuais que mais debateu este assunto, com relevo para os republicanos que se levantaram e tentaram promover a revolução republicana, como é o caso do grupo do 31 de Janeiro, de quem Macedo era muito próximo, como anteriormente foi exposto. Assim e sentindo que pairava uma ameaça sobre o território português, é natural a defesa de algumas posições, portanto não é de estranhar a defesa das pequenas nações: *O que é necessário é que o mundo seja constituído por pequenas nacionalidades, gradualmente ascendentes formando o grande conjunto social pela adaptação e não pela absorpção; que se harmonisem e não hostilizem*<sup>327</sup>. Neste trecho está presente uma visão do mundo que Macedo mantém: a necessidade de entendimento entre povos e nações de modo à criação de espaços amplos de participação e cidadania na base dos quais poderia estar um federalismo, o que vem a defender, por exemplo, para o caso das colónias portuguesas ou de uma hipotética aliança com Espanha.

Seguidamente, identifica-se com o leitor para defender as suas ideias, nomeadamente, a da necessidade de indivíduos e comunidades que busquem a harmonia em vez do conflito: *Por isso é preferível ser homem de trabalho, ignorado, vivendo em contacto com a natureza pura, a representar um papel odioso em desharmonia, - quantas vezes? – com os nossos sentimentos, com a nossa moral e com a nossa educação*<sup>328</sup>. Note-se o uso de “nossos”, “nossas” a par de uma interrogação que introduz uma ideia de diálogo com o leitor e de identificação entre autor e leitor que seriam gente simples, mas procurando a paz e o entendimento entre povos ao contrário do país de que autor vai falar em seguida que parece ter repulsão até física pelo continente a que pertencem: *Que ilhas são essas que, em pleno Oceano, apresentam uma repulsão do continente que lhe está próximo*<sup>329</sup>? Volta a interrogar, logo a estar em diálogo com o leitor para transformar a Inglaterra no outro, nesse país que espoliou a nós portugueses, mas cuja repulsa não era para com os portugueses mas para com todos os outros países que partilhavam um continente. Assim, declara: *A Inglaterra, herdou, por conseguinte, todos os domínios das outras nações, apoderou-se do que a Hollanda, Hespanha, Portugal e a França tinham de melhor, revigorou-se em renhidas luctas, e o seu poder colonial assentava*

---

<sup>327</sup> José de Macedo, *O Poderio de Inglaterra*, Collecção do Povo Científica, Artística, Industrial e Agrícola, Lisboa, Livraria Editora [s/data], 1901, p. 5.

<sup>328</sup> Idem, p. 8.

<sup>329</sup> Idem, p. 11.

solidamente na America, Asia, Oceania e Africa, por aquisições importantíssimas<sup>330</sup>. A Inglaterra queria expandir, engrandecer-se mesmo que fosse à conta de outras nações que são enumeradas, optando o autor por tentar fornecer dados que encaminhem o leitor no seu raciocínio, em que o caso africano irá ganhar a importância devida, devido a ter consubstanciado a afronta feita aos portugueses. Entra, então, na questão africana: (...) *a Grã-Bretanha deseja, em substituição, formar um grande império africano onde tremule a sua bandeira, n'uma extensão enorme que vae do Cabo ao Egypto. É o sonho dourado d'um grande aventureiro inglez, Cecil Rhodes, cognominado o Napoleão do Cabo, pelo espirito de conquista que o domina*<sup>331</sup>. Atente-se no recurso a um vocabulário nacionalista e expansionista “grande império africano onde tremule a sua bandeira” que culmina com uma figura também traumática para a história portuguesa, consequência das guerras peninsulares que deixaram marcas profundas no século XIX nacional e que estavam mesmo transpostas em provérbios populares, contos e ditos por Portugal fora.

Acreditando na queda da Índia que a seu ver não demoraria muito, Macedo explica a posição geoestratégica do Egito e de novo volta ao modo de diálogo com o leitor, de modo a captar melhor a sua atenção, através do uso da interjeição “ora” e da interrogação: *Ora que importância tem o Egypto? Reparando-se no mappa, não é difficil descortinar, assentar mesmo na sua importância. O Egypto é um ponto de reunião de todas as três partes do antigo continente: Europa, Asia e Africa. D'este ponto pode estar com os pés no continente negro quando o seu prestigio ahi estiver em perdido, está vigilante quanto á marcha da Russia no Oriente e, por fim, estará em melhores condições para qualquer eventualidade que sobrevenha na Asia principalmente na Índia*<sup>332</sup>. Note-se o tom pedagógico com que o autor expõe a importância deste ponto estratégico e como prossegue a sua explicação, demonstrando como a Inglaterra é o primeiro poder mundial: *O que temos a notar é que a Inglaterra tem o primeiro logar como potencia, em extensão territorial. (...) É o auge do poder humano; tem sob a sua acção immediata aproximadamente quinhentos milhões de súbditos, como graciosamente se cognominam os naturaes ou dependentes da mais clemente das rainhas*<sup>333</sup>. Se a Inglaterra tinha dominado Portugal, outros países tinham sofrido o mesmo processo, como se depreendeu no início e quanto à atividade desta potência em África, onde afrontara os portugueses, tratava-se apenas da potência mais forte a nível mundial que, no entanto, cometia graves crimes contra a humanidade, como hoje se diria. Deste modo, a alusão à “mais clemente das rainhas” não deixa de ter um traço de profunda ironia, quando o autor demonstra a contradição daquilo que Inglaterra diz daquilo que preconiza. Denuncia: *A graciosa rainha de Inglaterra (...) é das que poderia obstar ao derramamento de sangue que no Transvaal e Orange está manchando o advento d'este século e que e matou com mortal fusilaria o extincto seculo das luzes (...). A rainha de Inglaterra (...) não será ella a sinistra e indirecta causdora da medonha hecatombe que lança a aflicção e a desgraça sobre milhares de famílias*<sup>334</sup>? A guerra na África do Sul marcara muito os mais atentos à situação africana, mas é de notar como Macedo prossegue o seu discurso, dando a ideia de reincidência na destruição da vida de inocentes, dos “milhares de famílias” que encerra com uma interrogação, tentando

---

<sup>330</sup> Idem, p. 26.

<sup>331</sup> Idem, p. 31.

<sup>332</sup> Idem, p. 37

<sup>333</sup> Idem, p. 39 e 41.

<sup>334</sup> Idem, p. 43.

que o leitor o acompanhe na sua conclusão de que a rainha deveria ter uma postura menos predadora no que se refere à política colonial inglesa. Apesar de reconhecer que este texto “não parecerá o lugar adequado para apurar responsabilidades” não deixa de referir a reincidência dos atentados contra populações desprotegidas aludindo ao “grande crime social com que a Inglaterra se macula mais uma vez”<sup>335</sup>.

Avança com casos específicos agora para mostrar a perversidade da política expansionista inglesa: *Depois a Australia, onde o indígena foi exterminado, onde começa um futuro imperio com o da America, onde há já mais de quatro milhões de europeus sobre três milhões de milhas quadradas: é a Austrália com o seu cortejo de ilhas, Fiji e nova Guiné, Tasmania e Nova Zelandia*<sup>336</sup>. A reter neste caso a exterminação do elemento indígena, sujeita aos interesses políticos e económicos da potência colonizadora, que em todos os casos pretende remeter a população autóctone para uma situação de subordinação: (...) *é ainda a preocupação de inferioridade do indígena, mesmo onde tenha florescido uma civilização avançada, como na Índia, que faz com que o inglez não conceda uma certa liberdade ao natural. (...) onde a Inglaterra concede garantias é exactamente nos terrenos onde predomina o elemento britânico, como no Cabo, no Canadá e na Austrália (...)*<sup>337</sup>. Macedo desloca o ponto de discussão dos tradicionais temas explorados em debate público como as questões de política interna e externa dos estados, concorrência entre potências e interesses económicos, para algo menos comum, a temática ligada às relações entre colonizadores e colonizados e o facto de nem todas as populações terem os mesmos tipos de conhecimentos e, a seu ver, capacidades governativas. Daí que incida neste aspeto de apenas nos casos de predominância europeia tenha a Inglaterra concedido alguma autonomia à colónia. Continua e agora, depois de exposto o seu argumento e os exemplos de que se socorre, volta a dialogar com o leitor, interrogando: *Onde o indígena esteja em condições de governar concede a Gran-Bretanha tal vantagem? Não, senhores. (...) No próprio Egypto, que já constituiu uma civilização bastante adiantada, o cuidado do inglez consiste em não fazer desenvolver o espirito natural.* Macedo pretende derrubar os argumentos civilizatórios que a Grã-Bretanha usava para com Portugal, numa tentativa de envolver o leitor até concluir os seus propósitos meramente pragmáticos desta nação<sup>338</sup>: Continua escrevendo: *Pratico, no sentido de lucrativo, é effectivamente o que a Inglaterra faz; mas nós vemos que a Gran-Bretanha, tem um modo muito pouco razoável de praticar e exercer a sua soberania nos paizes dominados*<sup>339</sup>.

Aprofunda o modo como este país coloniza completando a ideia anterior de um mero interesse de domínio económico e político: *Vae-se para as colonias não com a intenção de*

---

<sup>335</sup> Idem, ibidem.

<sup>336</sup> Idem, p. 44.

<sup>337</sup> Idem, p. 46.

<sup>338</sup> José de Macedo reitera o uso de “Inglaterra”, que dá título ao livro, em detrimento da correta e oficial denominação de Reino Unido ou Grã-Bretanha, por vezes usada como sinónimo de Inglaterra. Creio que a designação preferencial por Inglaterra advém do facto de ser na época o nome mais generalizado a par do império inglês, portanto, uma denominação que teria mais eco do que referenciar a mesma unidade política com outro nome, apesar de Inglaterra corresponder apenas a uma parte do território que detinha as colónias. Optei por usar indiferenciadamente as denominações “Inglaterra” e “Grã-Bretanha”, dependendo do trecho do texto analisado, mantendo a designação escolhida pelo autor.

<sup>339</sup> José de Macedo, *O Poderio da Inglaterra*, op. Cit., p. 47.

*civilizar, com o livro e com o alfabeto, mas se n'uma mão se tem a biblia na outra se apresenta uma amostra de algodão ou de ferro ou qualquer outro género. Aparecem os missionários nas terras incultas, com o fim de preparar o caminho para elle mesmo se transformar em mercador ou negociante. O padre é o predecessor do comerciante e o próprio livro santo já, com a rubrica d'uma casa comercial, com o logar competente onde se poderá pôr, logo que deseje, a indicação: Deve e Haver*<sup>340</sup>. O autor refere aqui um dos temas que lhe vai ser mais querido nos seus textos em que está presente a temática colonial, o papel dos missionários e das missões na colonização, a que se opõe, comparando como aqui a meros representantes de uma colonização interesseira. A liberdade religiosa nas colónias e os recentes tratados de delimitação das fronteiras levam-no a introduzir o leitor numa outra temática, a da arbitragem internacional, mas que coloca, a seu ver, em desvantagem os poderes mais frágeis: *A arbitragem internacional sendo uma sympathica maneira de resolver conflictos internacionais não pode resolver-os a todos, pela simples razão de que os povos poderosos não curam da justiça dos povos pequenos (...). Dominar é o seu lema: ganhar direito é a sua aspiração*<sup>341</sup>. Na verdade, Portugal recorreu algumas vezes a esta salvaguarda em termos de política internacional e conseguiu algumas resoluções a seu favor, como a de Bolama; outras vezes viu negada a sua pretensão deste tipo de intervenção. Contudo, Macedo espelha bem neste seu livro o carácter competitivo da colonização e acaba por admitir que não só a Inglaterra, mas todas as potências coloniais têm ambições similares: *O que se deve ver no avance que se observa na conquista inglesa e, em geral, de todas as potencias coloniaes é o espírito de ganho, é a preocupação aviltante do vil ouro que allucina os espíritos mais lúcidos, que fascina os talentos mais robustos*<sup>342</sup>. Há um fio condutor que conduz os povos colonizadores a um mesmo tipo de comportamento, mas agora e à maneira de Macedo, coloco a questão: serão povos colonizadores ou elites que assim agem? O autor esclarece com o próprio caso inglês: *Odiar a Inglaterra é desconhecer que esta nação é victima dos seus estadistas ambiciosos; das suas companhias negregadamente monopolizadoras. Com esta Inglaterra oficial e repugnante, há outra Inglaterra superior e grande tem em si elementos de vitalidade e de acção humanitárias*<sup>343</sup>. Desloca, assim, do argumento do povo para um argumento de ambições de dirigentes. Conclui: *Não é a Inglaterra que cahe, é a grande potencia, que se condemna e desvirtua*<sup>344</sup>.

A par de toda esta argumentação, também José de Macedo fala e seguindo as tendências da época das controvérsias e graves dramas sociais da Inglaterra da época, argumentos que aqui não exploro por se distanciarem do nosso foco ligado à produção textual diretamente relacionada com a política colonial portuguesa. No capítulo IV – *A Inglaterra actual* inclui subtítulos como *A fome; O péssimo procedimento inglez; A miséria na Inglaterra; O paiz de maior percentagem, no pauperismo; O confronto entre a enorme riqueza e a espantosa miséria; O vicio; A prostituição; A mulher inglesa; O criminoso em Londres*. Estes subtítulos denunciam uma clara influência dos textos contemporâneos e procedentes em que a atitude de Inglaterra para com Portugal, as campanhas levadas a cabo pela imprensa em solo inglês contra a colonização portuguesa (acusada de ser ainda de carácter escravocrata) provocaram

---

<sup>340</sup> Idem, p. 75.

<sup>341</sup> Idem, ididem.

<sup>342</sup> Idem, p. 76.

<sup>343</sup> Idem, pp. 76-77.

<sup>344</sup> Idem, p. 77.



na sociedade portuguesa e no discurso de diversos intelectuais um tom reativo que se verifica, igualmente, em Macedo. A forma sucinta e prática do livro, a coleção em que se insere, a linguagem usada com forte ligação ao leitor, exemplos muito claros e patenteados na imprensa de então, levam-me a crer que este texto é produzido em tom publicista para leitores de classe média e média baixa que acompanhavam os temas que marcavam a atualidade. Eram os que ambicionavam melhorar a sua participação na sociedade através do conhecimento, aliás tipologia individual que Macedo recria na sua ficção em que o seu herói é uma pessoa a percorrer este caminho de intervenção social através do conhecimento. As passagens de pendor mais pedagógico, a linguagem solta com recorrência à exclamação e, sobretudo, à interrogação espelham o carácter publicista da obra que se pretende acessível a um público alargado, mesmo que numa sociedade em que era predominante o analfabetismo.

Num registo diferente e que permite ver as adaptações de forma e conteúdo a que o autor recorreu, analisa-se a sua obra *As nossas riquezas Coloniaes [Memória]*, publicada em Lisboa, no mesmo ano da publicação precedente, pela Imprensa Nacional. Trata-se de uma memória apresentada ao primeiro Congresso Colonial Nacional, realizado na Sociedade de Geografia de Lisboa, em Dezembro de 1901. Trata-se de um volume dividido em sete partes, entre estas a introdução e seis capítulos: *Os domínios coloniaes portugueses, As raças nas colonias e as suas aptidões, Riquezas vegetaes, Riquezas mineraes, Riquezas animaes, Considerações geraes e conclusões*. Começando com o elogio a um tempo de fortuna na história de Portugal, os Descobrimientos, prossegue apresentando o que, na sua opinião, tinha constituído a razão da decadência ibérica: *O temperamento português, porem, não se adaptava a um trabalho útil. Conquistadas as terras, descobertos esses imensos territórios, cuidou-se mais de uma vida folgada e luxuosa, em que o carácter se amolentou (...). Assim, os descobrimientos tendo sido um bem, pelos seus benefícios prestados á humanidade e á civilização, foram para nós portugueses e hespanhoes, a causa de uma decadência prompta e humilhante*<sup>345</sup>. Continua o seu raciocínio referindo: *Marcou-nos o estyigma de mandriões immeritos que queriam viver á custa do trabalho de outrem; enriqueceu-nos momentaneamente, para findo esse lapso de tempo (...) cairmos todos no lodo ignomioso e triste de uma pobreza irremediável*<sup>346</sup>. Seguindo uma das tendências intelectuais da época e apesar de aludir às glórias de Portugal e Espanha, Macedo tem uma visão particularmente negativa da situação em que se encontram os povos ibéricos, presente que não condizia com o passado glorioso, realidade que se afastava até ao polo oposto das utopias ligadas ao Novo Mundo que prometiam uma existência plena e abundante para todos. Mas é nesta argumentação que surge o ponto de interseção com o texto analisado anteriormente, este estado de coisas devia-se à oligarquia do país, tal como a usurpação levada a cabo por Inglaterra se devia à sua elite governativa que apenas pensava no lucro e no poder. Deste modo, declara: *Fazendo-se o balanço do que fomos fica-se assombrado; um povo que se ergue até á glória e uma oligarchia que se roja até á abjeção. (...) Quando devíamos conservar intacta a herança dos que nos precederam, valorizá-la com o suor do nosso rosto, com o esforço do nosso trabalho, com a energia da nossa vontade, vimos despedaçar-se tudo, cair num descalabro estrondoso*<sup>347</sup>. A oligarquia governante não tinha sabido conduzir o país, era certo, mas também havia uma responsabilidade partilhada que

---

<sup>345</sup> José de Macedo, *As nossas riquezas Coloniaes [Memória]*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1901, p. 5.

<sup>346</sup> Idem, pp. 5-6.

<sup>347</sup> Idem, p. 6.

aparece na palavra “nosso” e com os verbos na primeira pessoa do plural, sugerindo uma partilha de responsabilidades, pela energia que não foi aplicada a reverter a situação, talvez pelos debates inócuos sem ação.

Nota-se, pois, que aqui Macedo escreve para um público diferente do da obra apresentada previamente. O seu leitor é o participante no Congresso Colonial Nacional, é o político, é o publicista ou jornalista, é o quadro superior, é o dirigente associativo. Em suma, escreve para aqueles que, mesmo em condições de desigualdade, podem aceder a veículos de informação, tanto como produtores como enquanto leitores. O estilo torna-se mais cuidado, é certo, mais formal e distante do leitor, contudo, o carácter de oratória está presente, como é testemunhado pelo trecho seguinte: (...) *ora nós se quiséssemos continuar o labor dos que nos precederam, se fossemos capazes de substituir vantajosamente os que escorraçámos* [refere-se aos árabes<sup>348</sup>], *deveríamos olhar para todo este território e, depois, de alargar as vistas pelo mundo fora e ir cumprir o nosso destino histórico dando á civilização elementos de desenvolvimento*<sup>349</sup>. A inserção do “ora” dá um toque de oralidade ao discurso que flui com a partilha com o leitor ou ouvinte, ou seja, estas palavras poderiam ser tanto ditas como escritas. À parte desta questão estética que se prende diretamente não só com o público para quem o autor escreve como com o objetivo que pretende cumprir, que é conquistar não só um espaço discursivo como partilhar o seu raciocínio e conseguir uma adesão ao mesmo, atente-se ao conteúdo, aceitando que Portugal e os portugueses teriam uma missão histórica, um “destino” a cumprir, tema muito tratado na época e ancorado nos direitos históricos que o país reclamava na sua relação com as outras potências que eram suas concorrentes. Avança no seu argumento, introduzindo uma perspetiva orgânica do país: *O Portugal guerreiro ia levar as suas façanhas ás partes mais distanciadas e, alargando o seu poder, tomava proporções gigantescas repentinamente, e como crianças que, com rapidez, tomam enorme desenvolvimento fazendo dellas rachiticas para o futuro, assim elle ampliando os seus territórios roubava ao próprio organismo o sangue de que necessitava para viver*<sup>350</sup>. Igualmente aqui se denota uma tendência da época em que se transportavam argumentos das ciências físicas para as ciências sociais, nem que fosse como neste caso a título comparativo com a finalidade de criar uma imagem ao leitor, que teria um termo fornecido pela natureza para equiparar a uma ideia genérica, impossível de concretizar numa reprodução imagética. O recurso ao evolucionismo e uma mentalidade positivista justificavam este expediente argumentativo, pois trata-se de uma tendência entre a intelectualidade europeia da época.

Continua com o seu desenrolar da história portuguesa e aponta as razões principais para a queda da importância de Portugal: *O que porem mais faz apressar a queda de todo esse imenso imperio, onde o ardor guerreiro e ao patriotismo purissimo se juntaram a egoístas e vis depredações, foi essa abdicação nacional em que tudo se entregou, se não em poder de Castella, pelo menos sob o peso do mesmo sceptro que, mais tarde, ia confundindo os interesses portugueses com os de nacionalidade que declinou e que não tem energia para se reerguer, numa repudiante luta contra os dominadores*<sup>351</sup>. Repare-se na adjetivação que vai

---

<sup>348</sup> Macedo considerava muito positivamente a herança árabe, afirmando mesmo *que a península prosperou e progrediu principalmente com o domínio arabe*. Idem, p. 7.

<sup>349</sup> Idem, p. 8.

<sup>350</sup> Idem, p. 12.

<sup>351</sup> Idem, p. 18.

acompanhando o texto e no recurso ao superlativo sintético, mostrando que não se quer apenas apresentar um facto, objeto ou situação, mas classifica-lo, dar-lhe uma dimensão emotiva que acompanhe a racional e leve o leitor a aderir ao argumento apresentado. Outro aspeto a reter é que aqui se percebe a junção analítica sobre a situação de Portugal e Espanha, descobridores de novos mundos, mas enfermos de velhas doenças que ganham uma expressão ainda maior com a junção das coroas. Entre estas destacava-se a corrupção que levou a que a *dedicação pelos interesses próprios a ponto de pretenderem arrancar a pelle aos pobres indígenas*<sup>352</sup>, situação com especial gravidade no Novo Mundo. Tudo isso era o passado que conduzia aos problemas do presente. Agora *o que se necessita é de uma política de vistas mais amplas; não ficarmos na insensata ideia de que as colónias precisam de progredir para nos dar lucros. Se bem que precisemos de obter resultados uteis das despesas com ellas feitas, não seja predominante esse intuito que, levado ao exagero, produzirá gravíssimas complicações. Necessita-se actualmente comprehender bem nitidamente as urgências de cada colónia, atender ao que lhes é indispensável para uma vida desafogada o quanto possível descentralizada, entregar a sua administração aos próprios interessados e, de bem que não deva ser em excessivo exclusivismo dar-lhe vida própria, honrosa, signa*<sup>353</sup>. Note-se a par da forma escolhida para apresentar o conteúdo, de novo remetendo-nos para a adjectivação para caracterizar bem a proposta do autor que abre finalmente o tema do presente, com dois dos seus argumentos favoritos a descentralização e a adaptação da política colonial à diversidade de cada colónia.

Seria a ameaça das outras potências coloniais que justificaria essa mesma medida e empenho em que cada uma das colónias liderasse parte dos seus destinos, escrevendo: *Quando todos se voltam para aquillo que nos pertence, quando atentamente o mundo colonial segue as nossas medidas com esperança de esfrangalhare, dentro em pouco, os disputados territórios não seria de má politica, entregar cada uma dellas á sua iniciativa, á sua acção, para depois, quando os leopardos tentarem apoderar-se de taes territórios, encontrarem, pela frente, quem defende o que é seu, o que lhe compete*<sup>354</sup>. Este é, de facto, um tipo de discurso que rareia nas metrópoles coloniais de então e que vai ao encontro daquilo que Macedo também defendia no caso inglês, da concessão de maior autonomia às colónias que tivessem população com capacidade suficiente para a liderarem politicamente, como foi referido relativamente à obra anterior em análise. Quer dizer que há uma continuidade no modo como vê que deve ser o relacionamento entre colónia e metrópole. Portugal teria de passar à acção e abandonar o debate meramente teórico, se os relatórios eram uma prova de trabalho e dedicação, eram contudo insuficientes<sup>355</sup>. Este argumento toma particular interesse por ter sido dirigido a um público ligado à SGL e ao debate público, portanto, a estudiosos, jornalistas, dirigentes associativos e políticos, todos aqueles que usam esse recurso mais que qualquer outro, mas aqui a exortação é que se passe para a fase seguinte, a da acção. Defende a fundação de cursos coloniais no Porto e em Lisboa, no sentido do aprofundamento do estudo das colónias para melhor preparar o seu presente e futuro, argumento, igualmente, sustentado por Augusto Bastos como verificado anteriormente nas obras analisadas. Volta à questão de Inglaterra que

---

<sup>352</sup> Idem, p. 21.

<sup>353</sup> Idem, p. 23

<sup>354</sup> Idem, ibidem.

<sup>355</sup> Vide idem, p. 25.

lhe era muito cara e à corrida a África por parte das outras potências coloniais que pareciam ambicionar os territórios outrora portugueses: *Vê-se, por esta estatística, que a Inglaterra é a maior potencia colonial do mundo, tendo as suas colonias por todas as partes da terra, quasi sempre adquiridas á custa de Portugal, principalmente o seu vasto imperio indiano e uma grande parte de Africa. (...) Pode-se afirmar que todas as outras nações, especialmente a Hollanda, a Belgica e a Allemanha, que ainda há pouco nos levou a Kionga, teem crescido á custa dos territórios portugueses*<sup>356</sup>. Denota-se aqui uma tentativa de mobilização, expondo o autor a situação de Portugal enquanto uma presa das outras potências coloniais.

Prossegue com a descrição dos domínios coloniais portugueses, começando por Cabo Verde, em que aborda os seguintes temas: *As ilhas e ilheus de Cabo Verde, a sua orografia e altitudes. Os topes. Hydrographia. As chuvas e as ribeiras e a sua influencia na desaboreisação do archipelago. Providencias do Dr. Eduardo Villaça sobre a arborização. As condições hygienicas de Cabo Verde. Doenças predominantes. Maneira de providenciar sobre os inconvenientes da insalubridade. Os pântanos e a opinião do Sr. Hopffer. A Inglaterra e a Belgica e as doenças palustres. O aspecto dos habitantes e o crescimento da população. Situação do archipelago e a sua temperatura. Terramotos*<sup>357</sup>. O autor descreve todos os aspetos da geografia e demografia de que havia conhecimento à época, incluindo a questão das doenças e da salubridade, num intento de fornecer um quadro bastante alargado de informação quanto ao arquipélago, socorrendo-se dos estudos e intervenções mais recentes para reforçar a autoridade da sua exposição. Avança com o caso da Guiné, dedicando-lhe os seguintes títulos: *A Guiné e o seu contraste com Cabo Verde. Opiniões de Valdez, Dias Costa e Eduardo Villaça sobre a Guiné. Os rios da Guiné e a sua importância. As excepcionaes condições e disposição dos rios. O macaréu do rio Geba. Os afluentes e sua importância. A Senegambia Portuguesa e a impropriedade da designação. A pouca importância da orografia. A parte insular da Guiné. A insalubridade da Guiné. Os pântanos e o solo. Maneira de obstar á incoveniencia dos pântanos. Pontos salubres. A falta de hygiene e de cuidado pelo seu saneamento. As tempestades. O harmattan. Formuras do interior da Guiné. Extraordinarias riquezas. Necessidade de atender á sua exploração*<sup>358</sup>. À autoridade da citação de autores versados sobre o assunto, acrescenta o autor o testemunho de alguém que tinha experienciado todas as potencialidades e belezas daquela terra, notando-se logo de início uma comparação com Cabo Verde que reforça a ideia de diversidade das colónias, até porque parece a Guiné opor-se em todas as suas características ao caso cabo-verdiano. Convém, ainda, notar que, creio, devido à complexidade da situação demográfica da Guiné, com muitos grupos étnicos e uma grande clivagem entre os centros urbanos de então, Bolama e Bissau, e todo o meio rural, massivamente mais representativo em termos de população, o autor não se debruça detidamente sobre este aspeto.

Desce mais um pouco em direção ao sul e entra na descrição de São Tomé e Príncipe, então, a mais pujante de todas as colónias, com um sucesso económico ancorado nas colheitas do café e do cacau, referindo os seguintes pontos: *A colonia portuguesa mais prospera. Opiniões de Dias Costa, Oliveira Martins, Lopes de Lima, Andrade Corvo e Eduardo Villaça. A orografia de S.*

---

<sup>356</sup> Idem, p. 29.

<sup>357</sup> Idem, ibidem.

<sup>358</sup> Idem, p. 34.

*Thomé. Os picos. A hydrographia. As augas das ribeiras. A sua boa disposição para um sanatório. As cataratas ou cascatas. A Blu-Blu. A Ilha do Príncipe e sua situação relativamente a S. Thomé e Príncipe, sua orografia e hydrographia. S. João Baptista de Ajudá. A antiga influencia dos portugueses nas costas próximas e seus vestígios na linguagem. As doenças em S- Thomé e Príncipe. As indicações dos competentes. Medidas a adoptar. A falta de agua. Locaes em que a vida é tolerável e mesmo satisfatória. As suas temperaturas medias. Os pântanos e insalubridade na Ilha do Príncipe. A superfície total das colonias anteriores a Angola. A sua relação com os restantes*<sup>359</sup>. Estas duas pequenas ilhas eram na altura o *ex libris* da colonização portuguesa, daí a relevância que o autor lhe concede, citando Oliveira Martins que lhes chega a chamar *pequena Cuba* (assume particular relevância este aspeto por ter sido Cuba uma das mais pujantes colónias, na altura, marcada pelo processo de independência com uma guerra que se estendeu de 1895-1898), a par de outros nomes marcantes entre os africanistas de então. É de atentar, ainda, na permanência do argumento histórico presente na evocação de S. Batista de Ajudá e nos “salpicos” de presença portuguesa que se mantiveram até então.

Chega, finalmente, à colónia que melhor conhecerá e que mais marcará a sua vida enquanto intelectual, Angola. Organiza, assim, a sua apresentação sobre esta colónia: *Angola. A maior colónia portuguesa. O futuro de Angola. A sua superfície. O Brasil e Angola. O norte e o sul da província. Os territórios do sul de Angola e a sua divisão em três zonas: a baixa, a media e a dos planaltos. Caracteres naturaes que distinguem cada uma destas zonas. A orografia da provincia e a sua hydrographia característica. Suas zonas em relação aos rios. Os diferentes rios e a sua excepcional importância. O Zaire e as suas cataratas. O Cuanza e a sua divisão em alto, medio e baixo. O Cunene. O Cubango. A nascente do Zambeze. Liambai. O clima de Angola e a sua diversidade. Localidades insalubres. Locaes higienicos. Rapida transição de temperatura. Os pântanos e a insalubridade da provincia. A zona do litoral e o seu fim determinado. Os limites de Angola e os tratados que se estabelecem*<sup>360</sup>. Desenvolvo um pouco mais a exposição de Macedo relativamente a Angola por ser a colónia mais presente nos discursos que produziu e que é determinante na sua visão da política colonial, o que foi decerto tributário da sua permanência na colónia e nas suas deslocações no seio desta, ficando a conhecer com bastante profundidade não só o país como as pessoas que se destacavam no seio desta sociedade colonial. Dada a extensão da colónia e toda a diversidade que abarcava percebe-se facilmente esta opção por apresentar a unidade territorial por zonas. Para reforçar a importância da colónia cita Andrade Corvo que em 1883 já a nomeava como *a mais importante e rica provincia africana*<sup>361</sup>. Refere, igualmente, os tratados assinados bilateralmente, por ser esta uma das mais cobiçadas colónias: *Há os tratados de 12 de maio de 1886 com a França fixando os limites do Congo francês na parte confinante com os angolenses; com o Estado Livre do Congo de 25 de maio de 1891 que por signal provocou uma violenta questão na Camara dos Deputados conhecida pela questão a Lunda; com a Allemanha em 1886, com a Inglaterra, com relação aos territórios do Barotze em 11 de junho de 1891*<sup>362</sup>. Atente-se na quantidade de tratados mencionados por um lado e no facto de ter o autor

---

<sup>359</sup> Idem, p. 40.

<sup>360</sup> Idem, p. 46.

<sup>361</sup> Idem, p. 48.

<sup>362</sup> Idem, p. 52.

escolhido a palavra angolenses para designar os limites do lado de Angola, o que não deixa de ser interessante, pois era o termo pelo qual se identificavam os filhos da terra na época. Não sendo possível asseverar que o autor teria contacto com essa realidade e por isso teria elegido este termo, é um aspeto curioso pois poderá revelar algum contacto prévio do autor com o discurso perpetrado pelos filhos da terra, nomeadamente, nos jornais locais.

Passa o Cabo da Boa Esperança, detendo-se na colónia que à época mais desafios trazia para Portugal, com duros conflitos chamados de pacificação e com muita competição à sua volta por ser um território ao longo do mar que assegurava a acessibilidade do *hinterland* a esse meio de comunicação por excelência que era o mar, agora sulcado por vapores paulatinamente mais rápidos. Divide, assim, a sua exposição relativa a Moçambique: *Moçambique e a sua importância segundo os senhores Eduardo Villaça e Mariano de Carvalho. A opinião do Sr. Ferreira de Almeida relativamente á alienação. A superfície da provincia. Os estrangeiros e Moçambique. Jorge Aubert e o seu livro A Africa do Sul. O El Dorado da Africa Austral. As opiniões de Francisco Maria Bordallo, Andrade Corvo e Mousinho de Albuquerque. A situação de Moçambique, os territórios confinantes e a sua importância em relação com alguns deles. A extensão da costa desde Cabo Delgado ao rio Maputo. Eliseu Réclus e os territórios de Moçambique. Necessidade do levantamento das cartas geographica e geológica. A falta de elementos com relação á provincia. A região Nyassa e o seu sistema orographico. A orografia da região de Sena e Tete. A Serra Morumbala na Zambezia e a sua salubridade. O massiço da Manica. A hydrographia em relação com o seu systema orographico. O Lugenda e o Zambeze. Os outros rios. A fertilidade dos terrenos moçambicanos explicada pela abundancia de rios na provincia. Lourenço Marques. Ilhas e ilheus ao longo da costa. A variabilidade de condições hygienicas. Pontos em que o europeu vive bem. A Beira. As doenças predominantes em Moçambique. Variabilidade de temperatura. Falta de serviço regular de saúde. Limites de Moçambique*<sup>363</sup>. A variedade de informação e extensão da exposição que dedica a Moçambique justificam-se por ser esta colónia a que, neste período, mais recursos da metrópole absorve, sobretudo, por causa da demarcação territorial e permanente negociação com as potências colonizadoras e com os poderes locais, com conflitos armados de dimensão considerável como foi o caso da guerra liderada por Gungunhama. Denuncia ainda que apesar do trabalho da SGL ainda não existia uma carta completa desta então colónia.

No seguimento do percurso dos portugueses, também Macedo se dirige para a Índia, apesar de se referir a estes territórios como *restos de um passado heroico, ruínas de um imperio colossal a pouco e pouco desmantelado por causas variadíssimas*<sup>364</sup>, não deixa de os mencionar. Apresenta-os da seguinte forma: *Os derradeiros pedaços do imperio português no Oriente. O actual estado da Índia. Goa, Damão e Diu. As suas situações respectivas. Divisões. A salubridade de seu clima*<sup>365</sup>. A brevidade com que expõe estas colónias portuguesas demonstra que as esperanças concentram-se em África e não na Ásia que apenas constituía o testemunho de um passado glorioso. Conclui a sua apresentação sobre os territórios sob administração portuguesa com os enclaves que restam, expostos nos seguintes pontos: *Possessões portuguesas na China e na Oceania. Macau e Timor. Suas superfícies respectivas. Necessidade*

---

<sup>363</sup> Idem, p. 53.

<sup>364</sup> Idem, p. 60.

<sup>365</sup> Idem, ibidem.

*de atender às doenças coloniais. O impaludismo. Preocupações pelo problema. Maneira de atender aos perigos advingos. O Sr. Teixeira de Sousa e a saúde colonial. A doença somno. Os cursos de medicina colonial. Maneiras de obstar á expansão das doenças coloniais. Urgência em atender às necessidades das colônias*<sup>366</sup>. Novamente, é a brevidade que caracteriza esta apresentação, em colônias que são nomeadas como *as duas ultimas possessões na ordem da disposição oficial e na extensão dos seus territórios*<sup>367</sup>. Contudo, note-se como o autor as referencia tratando do tema colonial no geral e usando da intertextualidade e da evocação de autores consagrados nas temáticas coloniais para expor os seus pontos de vista, se bem que alicerçados em dados precisos que recolhe bibliograficamente. Na verdade, no capítulo que dedica às “raças” nas colônias e as suas aptidões, o destaque é todo dado ao africano, o que reforça a importância que desde as descrições iniciais o autor pretende conceder à colonização africana, não deixando, todavia, os argumentos históricos e tentando através destes não só explicar a presença lusa em tantas partes do mundo como o seu fracasso em algumas situações.

O capítulo “As raças nas colônias e as suas aptidões” retoma em alguns aspetos o trabalho inicial publicado na *Revista Portuguesa Colonial e Marítima*, sob o título “A Educação do Negro”, sendo bastante mais aprofundado. Contudo determinados autores voltam a estar presentes, sendo novamente feito o recurso à intertextualidade para expor certas ideias. Os períodos que introduzem este capítulo são ilustradores da posição do autor que pretende demonstrar não só a capacidade do africano como que as visões deste enquanto ser humano inferior datam de um tempo em que ainda não havia diversidade de opinião e que apenas vinculam uma corrente de pensamento. Assim diz: *Longe vae o tempo em que havia unanimidade de opiniões relativamente á inferioridade intelectual dos negros ou, por outra, relativamente á sua capacidade de progredir a atingir uma certa cultura e uma larga ilustração*<sup>368</sup>. E volta a Oliveira Martins para referir que no seu livro *O Brasil e as colônias portuguesas, apresentava o negro sem possibilidade de sair do seu estado de bruteza, como raça a extinguir-se e não a perfeioar-se*<sup>369</sup>. Como se vê cita um autor com autoridade reconhecida e extrai o argumento deste para logo contrapor o parecer de A.F. Nogueira que *no seu livro A Raça Negra, veio trazer ao debate a autoridade da sua pratica de largos anos nos sertões de Africa e, firmado em opiniões de outros viajantes como Livingstone e Casalis, concluir que não só o negro é progressivo mas capaz de atingir um grau superior de perfeição mental. (...) chegaremos pelo estudo de todos os elementos ethnicos das colônias portuguesas á conclusão de que o negro é factor indispensável para o progresso ultramarino como superiormente demonstrou o Sr. Nogueira no seu livro*<sup>370</sup>. Detive-me nesta longa frase e vários elementos me pareceram dignos de reflexão: o primeiro, a evocação de autores com experiência de África, contrapondo a um autor que criava um discurso a partir do seu gabinete, daí que seja referida a questão da autoridade pela experiência; o segundo, a proposta de estudo das populações africanas apenas com intuito de provar que estas asserções eram verdadeiras, o que demonstra a segurança do autor face ao conteúdo do discurso; o terceiro, a consideração de que a população colonizada é essencial para o sucesso

---

<sup>366</sup> Idem, p. 62.

<sup>367</sup> Idem, ibidem.

<sup>368</sup> Idem, p. 65.

<sup>369</sup> Idem, ibidem.

<sup>370</sup> Idem, ibidem.

da colonização. Qualquer um destes elementos traz algum caracter de novidade quando defendido abertamente perante um público que é decisor em termos políticos e participante de uma sociedade de conhecimento.

E segue comparando, agora, com o percurso que os brancos também tinham feito, tal como está, igualmente, patente no artigo que analisei antes: *Raça progressiva, o negro sairá do seu actual estado de inferioridade como do estado primitivo e guerreiro saiu o branco, hoje triunphante*<sup>371</sup>. Vai mais longe: *O próprio negro tem feições diferentes de uns para os outros logares e esta questão de côr é falsíssima para concluir da inferioridade de uma raça. Quantos e quantos negros são muito superiores intelectualmente a muitos brancos*<sup>372</sup>. Para além dos dados fornecidos pelos viajantes que contrariam os autores que defendem a inferioridade do negro, Macedo aplica um modo de argumentação pedagógico e, em simultâneo, ancorado num discurso escrito que recorre à oratória, através do encadeamento de raciocínios, detendo-se em algumas partes, reforçando outras, voltando ainda a outras, indo à comparação, à oposição, para que não se perca o fio do raciocínio. Volta à *Revista Portuguesa Colonial e Marítima*, para evocar Ferreira Deusdado que *affirma que muitos africanos por elle examinados em philosophia, historia, geografia, línguas e mathematica teem mostrado superiores aptidões para essas disciplinas*<sup>373</sup>. A escolha de um trecho que enumera disciplinas geralmente associadas à sabedoria nas culturas europeias não é inocente e faz parte de uma estratégia que ora reproduz autores nacionais ora invoca autores estrangeiros. Assim, persegue o seu objetivo citando Winwood Read que novamente diz que o negro é progressivo, *auctorizado pela longa pratica que teve com elle nos sertões do interior*<sup>374</sup>. Alegando a diversidade entre os povos conclui: *A raça negra, nas colonias portuguesas, tem variados e muitos diversos typos a estudar. Daqui se conclue que o que se aplica ao negro da Guiné, se não pode adequar com precisão ao angolense*<sup>375</sup>. Usa o argumento anti-racista para concluir que a força não suprime *cóleras antes as exacerba* e que *só com a educação e com o livro se poderá progredir*<sup>376</sup>. Dá inúmeros exemplos na Guiné de atos heroicos em defesa da administração portuguesa e de povos que mesmo sem educação já tinham as suas povoações bastante organizadas. Como exemplo máximo alude ao grupo dos grumetes que habitavam, essencialmente, em Bissau, e ao Governador Honorio Barreto, *um negro, um guineano que conseguiu, pela sua tenacidade, garantir a posse dessa ilha [Bolama] ao Governo Português*<sup>377</sup>.

Rebate, ainda, o argumento daqueles que veem nas oposições interétnicas uma marca de inferioridade, comparando, uma vez mais: *Não vemos ainda que rivalidades e que ódios existem entre a França e Allemanha que representam uma civilização já tão avançada? Que admira, pois, que entre selvagens se dêem estas scenas*<sup>378</sup>? Volta o autor a um dos seus formatos favoritos no discurso, a pergunta que envolve o leitor e o expõe diretamente à comparação, com o fim último de partilha do argumento e do posicionamento face a esta

---

<sup>371</sup> Idem, ibidem.

<sup>372</sup> Idem, p. 66.

<sup>373</sup> Idem, ibidem.

<sup>374</sup> Idem, ibidem.

<sup>375</sup> Idem, p. 67.

<sup>376</sup> Idem, p. 71.

<sup>377</sup> Idem, p. 77. Vide também idem p. 78.

<sup>378</sup> Idem, p. 78.



questão. Para dar continuidade à sua defesa, transcreve mesmo uma passagem do livro de F. Nogueira em que refere que se todos receberem a mesma educação ficarão com aptidões similares<sup>379</sup>. Em seguida, dá o que me parece ser um salto qualitativo no conteúdo do discurso: *E no meio de tantos clamores, em frente de tantas recriminações para quem tinha afrontado a autoridade dizia-se que a inferioridade do negro precisava de ser apontada e este deveria fazer submisso servilmente prostrado aos pés do branco triunfante. (...) É com razões desta ordem que se amesquinha uma raça que tem contra ella tantos preconceitos acumulados que teem vindo de longos séculos de servidão*<sup>380</sup>. Macedo estabelece a relação direta entre anos de servidão e o preconceito para com o africano, indo mais longe declarando que esse argumento e preconceito é usado para mantê-lo num estado de inferioridade face ao branco. Este tipo de argumentação escasseia na época, sobretudo, esta ligação direta entre a condição servil, imposta pela escravatura e pelos contratos de serviçais em seguida, e o preconceito e a instalação mesmo entre os subordinados de uma ideia generalizada de inferioridade. Atualmente, é um tema em permanente discussão e generalizou-se a ideia, em muito tributária de alguns intelectuais sul-americanos como Gilberto Freyre que nenhum povo pode sistematicamente escravizar outro sem que isso deixe marcas na sua mentalidade e comportamento. Mas seguindo com o texto do autor, assiste-se a um isolamento do caso do negro de Angola para afirmar: *O negro angolense é deveras interessante para estudar pois oferece variedades sensíveis tanto nos costumes como no adeantamento intellectual*<sup>381</sup>. Queria isto dizer que à diversidade entre as colónias havia que acrescentar a variedade de costumes e etnias dentro dos próprios territórios das então províncias. Aborda, ainda, a questão da propriedade, defendendo que o autóctone tem direito à sua propriedade, parecendo, no entanto, estar pouco informado sobre o carácter inalienável que a terra assumia nestas culturas banto.

Segue para o caso moçambicano, pois *as ultimas campanhas em Moçambique fizeram dirigir para aquellas paragens a atenção de todos os portugueses, sem que a maior parte deles conheçam a índole, os costumes, os caracteres dos seus habitantes*<sup>382</sup>. Esta sobrevalorização do aspeto belicoso das populações, retiraria as atenções das comunidades mais pacíficas e que apresentavam um maior entendimento com o colonizador. E também aqui havia descrições que indicavam que os negros moçambicanos eram progressivos e que *num futuro mais ou menos próximo, capazes de influírem decisivamente, nos destinos da política indígena* como a de um funcionário inglês chamado O'Neil<sup>383</sup>. Completa, considerando quase irreal que os autóctones pudessem de imediato ser integrados na política local: *E, agora muito a sério, quem poderá imaginar o que se conseguiria desta gente por uma educação regular. Porque o que torna profícua a educação é aproveitar as tendências de cada individuo para um fim útil*<sup>384</sup>. Dá uma possibilidade plausível para os que o lêem, verem o negro não apenas enquanto elemento de um coletivo e pensar nele como um indivíduo, aceitando que pessoas diferentes possuem capacidades diversas. Para reforçar o seu raciocínio volta a contradição evocando Mouzinho de Albuquerque, conhecido pelas suas posições discriminatórias face ao africano:

---

<sup>379</sup> Vide idem, p. 81.

<sup>380</sup> Idem, pp. 84 e 85.

<sup>381</sup> Idem, p. 85.

<sup>382</sup> Idem, p. 93.

<sup>383</sup> Idem, p. 96.

<sup>384</sup> Idem, ibidem.

*Mousinho de Albuquerque tem quasi por todos estes povos um desprezo quase absoluto levando a sua opinião a ponto de afirmar que a história dessa gente (ainda bem que o ilustre militar assim os designa) é um encadear contínuo de barbaridades, actos de banditismo descoroadado e, forçoso é confessá-lo, de inhabilidade, fraqueza e por vezes criminosa por parte dos Governos*<sup>385</sup>. Usando de ironia quando abre o parêntesis para referir que ainda bem que Mouzinho considera pessoas aos africanos, aproveita para partilhar responsabilidades relativamente a alguns dos atos perpetrados pelos africanos como resposta a uma administração colonial desadequada e complementa, dando o exemplo de Gungunhama que teria dito ao emissário enviado por António Ennes: *Então os senhores consideram-me como um selvagem terrível e veem combinar comigo um facto dessa responsabilidade. Com selvagens ferozes não se negoceiam pazes, exterminam-se porque podem ser prejudiciais de futuro*<sup>386</sup>.

E, pegando neste considerando, aproveita Macedo para afirmar a necessidade urgente de envolvimento das populações locais na gesta colonial, até para defesa relativamente às potências coloniais concorrentes: *O aproveitamento do indígena, na obra indispensável do nosso desenvolvimento ultramarino, deve ser um dos pontos a que os titulares da pasta da Marinha deverão atender sempre, como elemento de máxima importância. O ensino nas colónias deve se espalhar o mais possível, criando escolas e colégios, organizando um trabalho de pedagogia propriamente adaptável aos negros. A criação das escolas de artes e officios poderá produzir resultados, mas esses serão muito restrictos emquanto não houver rede de escolas primárias que vão elucidando o preto, desbravando-lhe o espírito inculto, fomentando-lhe a iniciativa*<sup>387</sup>. E ter a colaboração das populações locais significava obrigatoriamente ter de inaugurar um processo educativo sistémico e alargado das comunidades residentes, independentemente da etnia a que pertencem. E mais, deve-se respeitar as línguas locais para conseguir melhores resultados, argumento perfeitamente inovador nesta época e que espelha bem a finalidade defendida pelo autor que seria a universalização da educação, conducente à integração de todos os indivíduos. Esta opção por iniciar o ensino na língua materna faz-me também pensar que, talvez sem consciência disso, o que Macedo defendia era que os alunos pudessem construir uma ponte entre semiosferas, ou seja, aproveitar conhecimentos e sabedorias que decerto conduziriam à criação de uma nova semiosfera, própria de um encontro de culturas. É curioso que 18 anos mais tarde tenha sido publicado um livro com base no método de João de Deus para o ensino a alunos de língua “mbundo” de modo a ensinar crianças nas missões do interior, portanto, fazendo a ponte entre a língua do colonizador e a língua local<sup>388</sup>. Aliás, a questão da língua está muito presente nas temáticas ligadas à colonização, a necessidade de traduzir mundos e torná-los acessíveis, como se verá na ficção de Augusto Bastos, por exemplo, mas que aqui Macedo de certa maneira já toca. Voltando a Macedo que nos diz: *Principie-se por educar o negro no seu próprio idioma, e depois de saber coordenar as regras geras da sua língua, já aglutinante, é que se deve ir ensinar-lhe o resto, para concluir A instrução e educação do negro é, pois, um dos mais*

---

<sup>385</sup> Idem, pp. 96-97.

<sup>386</sup> Idem, p. 97.

<sup>387</sup> Idem, p. 105.

<sup>388</sup> *Publicações// Método de leitura segundo os princípios de João de Deus, adaptado ao ensino dos indígenas de língua mbundo nas escolas rurais das Missões católicas pelo Padre João Ninguém. Jornal de Benguela, N.º 51, 19 de dezembro de 1919.*

*importantes assumptos a que se tem absolutamente de atender*<sup>389</sup>. Verifica-se, então, que a sua preocupação com a educação das populações autóctones chega ao ponto de sugerir uma metodologia e de que, em vez de uma substituição absoluta ou destruição dos conhecimentos locais, estes sejam antes direcionados para um aproveitamento por parte dos colonizadores, no processo de desenvolvimento da colónia.

Continua o seu texto passando para as “Riquezas Vegetaes” em que começa por abordar os produtos que em geral existem nas colónias, enumerando-os: o arroz, a mandioca, *entre os estimulantes, especiarias e aromáticos* nota-se o chá, o café, o cacau, a canna de assucar, a pimenta, a canella, a baunilha e o tabaco. O gergelim, a colla, o annil, a urzella, as gomas de acácia, os óleos de coco, a palma, a purgueira, o amendoim, o algodão, a borracha, etc<sup>390</sup>., apontando o facto de estas culturas estarem pouco cuidadas mas que poderiam constituir uma riqueza efetiva daqueles territórios. Após a enumeração e para melhor demonstrar a variedade e exuberância vegetal nas colónias dá o exemplo da Guiné e de como as suas terras inspiraram as belas letras: *Os que são menos attreitos ás descrições poéticas vão rebuscar ao recanto onde guardam algumas frases de efeito para mimoserarem os leitores com os thropos entusiastas. A Guiné, perante a exposição dos que já pisaram o seu solo, é thema para digressões literárias cheias de vida e vigor*<sup>391</sup>. Ninguém ficava insensível às belezas das terras guineenses, era certo, mas talvez não tomassem em consideração a utilidade de algumas daquelas árvores e plantas que tanto maravilhavam os olhos do viajante. É interessante que o autor vá buscar o exemplo literário, ligado à sensibilidade estética, para mostrar que o exotismo era atraente, mas por detrás disso havia uma utilidade aos elementos naturais descritos e que causavam pasmo ao visitante, usando ele próprio esse recurso de criação do ambiente exótico para prender o seu leitor à descrição: *As florestas na Guiné são verdadeiramente impenetráveis para o europeu que pretende introduzir-se ahi sem os competentes guias indígenas; arvores seculares orlam as margens dos rios; colossos vegetaes se erguem perante a vista do que ahi atender a estas gigantescas espécies*<sup>392</sup>. A Guiné, com pouquíssima presença de colonos, servia perfeitamente para introduzir um conceito de mistério e exotismo no leitor português, daí que as suas florestas fossem completas novidades para o europeu que sem o auxílio de um guia autóctone seria impossível, reforçando aqui e de novo a necessidade de colaboração dos nativos num processo de conhecimento e ocupação do território.

São Tomé era indicada como a colónia mais promissora, apresentando características tipo que a tornavam um exemplo<sup>393</sup>. Igualmente, defende a realização ou participação em exposições coloniais que dessem a conhecer os produtos coloniais em território português para torna-los mais apetecíveis para os mercados externos. Também em Moçambique havia riqueza vegetal, embora desde sempre tivessem sido *offuscadas pelo brilho intenso do ouro e diamantes*

---

<sup>389</sup> José de Macedo, *As nossas riquezas coloniaes*, op. Cit., p. 106.

<sup>390</sup> Idem, p. 108.

<sup>391</sup> Idem, p. 115.

<sup>392</sup> Idem, *ibidem*.

<sup>393</sup> Esta noção acerca de São Tomé e Príncipe não é apenas um pensamento circulante entre a elite colonial portuguesa, também em Espanha o arquipélago na sua conjugação com Angola era dado como o exemplo a seguir, sobre este assunto vide Cátia Miriam Costa, “J. Bravo Carbonel e José de Macedo: duas leituras coloniais dos trópicos”, *Revista Crioula*, N.º 6, Universidade de S. Paulo, S. Paulo, Novembro de 2009, <http://www.fflch.usp.br/dlcv/revistas/crioula/edicao/edicao06.php>.

*existentes ahi, pois o trabalho nos campos não é de molde a satisfazer os que costumavam manejar com galhardia a espada conquistadora ou apoderar-se do trabalho violento do pobre operário – negro*<sup>394</sup>. De novo, procura o autor explicar o abandono a que foram deixadas as colónias e as suas possibilidades de aproveitamento, que em geral estão na falta de aptidão dos que iam colonizar, apenas preocupados com a riqueza e com a opressão dos povos locais que aqui tomam a denominação de “operário”, aproximando-se da realidade europeia, para que não fique nenhuma dúvida do seu papel social e económico. O caso desta colónia trazia ainda o problema da desnacionalização, com parte do sector produtivo em mãos inglesas, preocupação que é extensível a muitos na época e que foi fortemente debatida no congresso onde foi apresentada esta memória. Não termina este ponto, sem frisar novamente a importância da colaboração das comunidades locais no aproveitamento das riquezas agrícolas e florestais: *Por acaso não seria possível, depois de estudadas as condições das populações rurais, chamá-las, em circunstâncias o mais favoráveis possível, ao trabalho agrícola e florestal nas colónias portuguesas? Assim nos parece se poderia despertar os interessados, radicando nelles o estímulo do lucro e da necessidade de lutar a fim de obterem fructos uteis do seu labor*<sup>395</sup>. A questão introduzida parece apenas querer tornar irredutível esta necessidade da colaboração da população local, com a qual se poderia verdadeiramente lucrar. Volta a defender as exposições coloniais, os jardins com espécies tropicais e alude aos exemplos de França, Inglaterra, Holanda e Bélgica, dando modelos comparativos que estariam nas mesmas condições de Portugal.

Prossegue, escrevendo sobre as *Riquezas Mineraes*, referindo que existe pouco trabalho científico nesta área, o que leva a que a opinião pública não conheça *o quanto há de importante e de rico nessas ignotas paragens que ninguém conhece e que, muito principalmente, ninguém faz por conhecer*<sup>396</sup>, ou seja, o que parece a construção de um discurso apelando ao exótico com “ignotas paragens” não é mais do que uma crítica velada ao desconhecimento sobre aquelas paragens que, votadas ao abandono, foram largadas à sua sorte sem que nada se fizesse para melhor aproveitá-las. E exemplifica com a sua experiência pessoal, para incrementar o grau de verossemelhança do facto exposto: *Ainda não há muito quem isto escreve conversando com um graduado funcionario do Ministerio da Marinha reconheceu, admiradíssimo, estupefacto, que elle era absoluta e totalmente leigo nestes assumptos. (...) Quando isto succede com taes homens cuja posição lhes impunha certas ideas geraes se não muito completas, pelo menos as bastantes para fazer boa figura deante de alguém que compreenda um tanto de colonias, que fará no povo, rude e analfabeto, que nem sabe onde ficam algumas terras metropolitanas, que desconhece o que sejam as minas cá, em terra portuguesa europeia, quanto mais essas distantíssimas terreolas, de que eles não fazem sequer uma ideia approximada*<sup>397</sup>. Grassando a ignorância entre quadros dirigentes seria normal que o comum cidadão e, ainda mais, o povo desconhecêssem por completo o que existia além-mar. Exorta, pois, num tom colloquial: *Trabalhar, trabalhar e dar menos à língua*<sup>398</sup>. Acrescentando que *as próprias companhias africanas terão isto de bom, nacionalizar os territórios pela sua acção e pelo trabalho português, embora admitindo elementos de outras*

<sup>394</sup> José de Macedo, *As nossas riquezas colonias*, op. Cit., p. 130.

<sup>395</sup> Idem, p. 141.

<sup>396</sup> Idem, p. 143.

<sup>397</sup> Idem, pp. 143-144.

<sup>398</sup> Idem, p. 154.

*nacionalidades, já não se podem contrariar*<sup>399</sup>. Note-se que aqui nacionalizar não é tornar as propriedades estatais, mas tornar as atividades económicas e propriedades tuteladas por portugueses e que isto teria a ver com o objetivo de tornar mais efetiva e eficaz a administração colonial. Identifica algumas riquezas minerais com o sal na Índia ou o petróleo em Timor e a necessidade de atualizar a legislação nesta área.

Seguidamente, dedica-se às “Riquezas Animaes” que podem trazer ao discurso tanto exotismo como as plantas e árvores. Começa por desfazer mitos e abalar uma potencial sede de exotismo, para imediatamente reverter esse virtual exotismo em algo concreto, leia-se, pois: *Não possuem as colonias portuguesas apenas animaes nocivos como é crença geral, pois o leão, o tigre, a pantera, o crocodilo, as serpentes, que poderão ser consideradas sob esse aspecto, são-no apenas em determinadas condições, isto é, quando vivos e quando sujeitos a estados muitas vezes excepcionaes*. Enumerando os animais que povoam o imaginário de terror metropolitano, afirma logo em seguida que estes não constituem o perigo que se imagina e seguindo a crença que o ser humano tudo pode converter, referindo: *Não vemos nós ahi que domadores se apresentam em circos públicos dando espetáculos com feras domesticadas sem que tenham tido o cuidado de as narcotizar previamente, o que as torna um pouco mais inofensivas*<sup>400</sup>? E, deixando o raciocínio em aberto pela interrogação, compara estes animais com o ser humano, aprofundando o argumento: *O próprio homem deseducado, selvagem, pouco distante do irracional, não é perfeita antítese do homem civilizado e com elevação de pensamento? A superioridade não é orgânica ou originaria, ella é a consequência de uma evolução perfeita e constante. E se já hoje alguns animaes nos dão algumas utilidades, nós não devemos esquecer-nos que não é apenas na morte que os poderemos obter, mas adquiri-los em plena vida*<sup>401</sup>. Ao comparar as possibilidades do ser humano e do animal, aproveita o autor para introduzir a questão de que a superioridade só pode ser tecnológica e cultural, pois não é orgânica nem originária, o que vai ao encontro dos seus raciocínios antirracistas, voltando a usar a interrogação para permitir a sua própria resposta, em diálogo com o leitor e acabando por mencionar que haveria decerto utilidades para o uso desses animais. Aproveita, ainda, para através do exemplo do elefante criticar a caça predadora deste animal que poderá conduzir ao seu desaparecimento: *O elefante, o gigantesco animal, que fornece as melhores condições de vida, encontra-se na Guiné em rebanhos já agora mais pequenos em virtude de terem sido devastados duma maneira pouco plausível e até mesmo censurável*<sup>402</sup>. É curiosa esta preocupação, pouco comum nesta época, mas que demonstra alguma apreensão relativamente à depredação natural.

Continua, entrando no caso específico de Angola, território sobre o qual existiam as narrativas mais fantásticas e, em simultâneo, aterradoras. Portanto, estar a imaginação de então povoada de animais que não existiam era algo normal dentro do quadro de pensamento da época relativamente àquele espaço, terra de degredo dos homens que praticavam más ações<sup>403</sup>. Diz o autor: *Nas narrações fantasistas do povo sobreleva-se em horrores e*

---

<sup>399</sup> Idem, p. 156.

<sup>400</sup> Idem, p. 167.

<sup>401</sup> Idem, ibidem.

<sup>402</sup> Idem, p. 171.

<sup>403</sup> Angola foi durante muitos anos vista como terra de degredo, visão que depois da ocupação efetiva foi sendo substituída por um imaginário de terra de promessa, contudo, o clima, os animais ferozes que

sentimentos de terror a provincia de Angola que, por uma incompreensiva e insciente expressão, elle designa por Costa de África. (...) Monstros pavorosos povoam, na imaginação popular essas terras para onde são mandados os homens de má fama que, nas suas aldeias, praticaram acções degradantes. (...) A fantasia popular que via monstros em toda a parte é substituída hoje por uma ignorancia profunda e não por um conhecimento perfeito, já não dizemos *methodico, da sua zoologia*<sup>404</sup>. Volta pois a acentuar a necessidade de manter a diversidade ecológica, sendo este um dos argumentos mais fortes desta parte da obra: *Nós manifestámo-nos sempre contra a extinção de qualquer espécie em que se pode, sem se esperar, encontrar um dia elementos de riqueza, porem, o crocodilo na Africa Occidental é de tal forma perigoso no presente, que seria de máximo alcance que se pudesse em campo uma guerra a tal reptil*<sup>405</sup>. É de notar o verbo manifestar, tornando os argumentos do autor em manifestos de intenções que, no entanto, poderão ter exceções como é o caso do crocodilo que, de facto, ceifava muitas vidas então. Termina esta última parte descritiva, como o próprio autor a denomina com a seguinte asserção: *Chegados ao fim dos nossos trabalhos propriamente estéticos sobre as colonias, estava logicamente indicado que, seguidamente, se tratasse dos de ordem dinamica, isto é, estudássemos o modo como se deveria actuar no sentido de movimentarmos e desenvolvermos as riquezas descriptas*<sup>406</sup>. O autor considera a parte descritiva como um trabalho estético sobre as colonias, provavelmente, pela riqueza de imagens e profusão de novos objetos que pretende apresentar ao leitor, sendo que a parte dinâmica seria constituída pela ação e métodos para desenvolver esta riqueza propostos por si. É isso mesmo que faz na parte final deste texto, propondo soluções, procurando respostas.

Assim, chega-se à última parte deste livro, intitulada “Considerações Geraes e Conclusões”. Neste último capítulo, Macedo concentra-se na falta de ação presente nas políticas coloniais portuguesas que começa por denunciar: *Já não é apenas com algumas disposições legais relativas a assumptos ultramarinos que conseguiremos desenvolver as nossas colonias e assentar definitivamente no seu progresso. As leis são ordinárias simples pontos de partida para assentar uma vida nova e ampla no caminho progressivo dos adeamentos sociaes*<sup>407</sup>. As leis seriam apenas os pontos de partida, era necessário apoiar a colonização, a ida de portugueses para as colónias não apenas com as viagens mas com outro tipo de apoios que os ajudasse a fixar, sempre conscientes da impossibilidade de ser apenas o colono português a desenvolver a colónia. Assim refere: *Claramente que não será o povo português, em absoluto, que constituirá o núcleo das nossas futuras colonias africanas. Para uma extensão de tal ordem seria impossível conseguir-se esse resultado com a nossa população; mas iriamo-nos alargando por esse mundo alem, radicando uma nacionalidade e firmando, com os poucos elementos de que pudéssemos dispor, o predomínio ou consolidação da nossa tradição e da nossa obra*<sup>408</sup>. Quer isto dizer que os elementos de nacionalidade como a língua, o comportamento, as

---

teria, a natureza inóspita descrita durante o período das guerras de ocupação e antes quando apenas eram para ali enviados degredados contribuiu para um imaginário povoado de criaturas estranhas e ameaçadoras, sem distinção para o campo e para a cidade. Sobre este assunto vide: Cátia Miriam Costa, “Para lá do horizonte: da terra do degredo à terra da promessa”, op. cit..

<sup>404</sup> José de Macedo, *As nossas riquezas coloniaes*, op. Cit , pp. 178 e 179.

<sup>405</sup> Idem, pp. 185-186.

<sup>406</sup> Idem, p. 190.

<sup>407</sup> Idem, p. 191.

<sup>408</sup> Idem, p. 193.

tradições teriam de ser levados pelo metropolitano, contudo, seria a população local que asseguraria a fixação desses valores no seu esforço complementar.

Finalizando o seu trabalho, Macedo divide por partes as conclusões do seu trabalho, defendendo para a parte relativa aos domínios coloniais portugueses, a autonomia administrativa e legislativa da colónia, a nomeação por concurso dos funcionários coloniais e a criação de um curso colonial, referindo um dos pontos que mais afetava o estabelecimento de portugueses e num tom coloquial refere: *É absolutamente necessário tratar a valer, da salubridade das possessões ultramarinas (...)*<sup>409</sup>. Prossegue com as conclusões ao capítulo II que tem das propostas mais interessantes, fazendo o quanto possível desaparecer a opinião de que o negro só pode desempenhar atividades de baixa capacitação e manter-se na servidão e, entrando num dos temas que marcará a passagem de Macedo por Luanda escreve: *Precisa condenar-se, em absoluto, e pedir mesmo estricatas responsabilidades aos homens que delinquirem, o commercio de negros que, disfarçadamente, se faz em colonias portuguesas. As providencias de protecção (...) devem tornar-se extensivas a todo o tráfico de escravos, que com a designação de contratos, encobrem o commercio de carne humana, abolida entre nós e nas colonias*<sup>410</sup>. Comprova-se com este trecho que Macedo tinha esta preocupação mesmo antes de partir para Angola e que usa um tom veemente para denunciar esta situação. Volta, então, a falar da educação defendendo o empenho do governo e a criação de missões seculares em vez das religiosas para prosseguir rapidamente com o trabalho de instrução da população autóctone e à questão do método a usar, reforçando a ideia já explorada do ensino na língua materna: *Deve também transformar-se o ensino seguido entre os negros ensinando-lhes primeiro a ler e a escrever na própria língua e depois educa-los e instrui-los nessa mesma língua, os indispensáveis conhecimentos scientificos (...). Deve ter-se em mira o estudo das tradições, crenças, superstições, costumes e aptidões dos indígenas para fazer a legislação progressiva, é certo, mas codificada em harmonia com os dados ahí adquiridos que não vão, de uma maneira rápida e anti-natural, contrariar profundamente toda a evolução intelectual e o direito consuetudinário*<sup>411</sup>. Reincide no tema da língua materna e em seguida faz o reparo de que deverá adaptar-se o ensino à cultura local, de que a preocupação linguística é já um indício, pois o que se pretende é que semiosfera de colonizado e colonizador sejam intercomunicantes, através de línguas que possam converter saberes e comportamentos, pois só assim poderia existir uma colonização bem-sucedida. Avança e defende regalias idênticas para todos os trabalhadores, isto é, em igualdade de serviços deveria o negro receber o mesmo que qualquer outro trabalhador. E, incluindo o elemento colonizador na defesa da instrução da colónia, menciona a necessidade de criar escolas, liceus, academias e institutos científicos para que os colonos não tenham de mandar os filhos estudar à metrópole.

Alude a mais diretivas quanto a um eficaz aproveitamento das riquezas vegetais, minerais e animais e termina escrevendo: *Finalmente, é indispensável que, quando os colonos se emancipem, levem a maior somma possível de elementos de vitalidade e de acção própria afim de que a civilização tenha em nós bons e activos pioneiros de sua obra libertadora e social*<sup>412</sup>. Neste fecho estão contidas ideias chave que José de Macedo desenvolve ao longo da sua obra

---

<sup>409</sup> Idem, p. 195.

<sup>410</sup> Idem, p. 196.

<sup>411</sup> Idem, p. 197.

<sup>412</sup> Idem, p. 201.

intelectual, sobretudo na que se liga às colónias. Entre estas a generalização da educação, a autonomia política, a descentralização, o desenvolvimento económico, a tentativa de progresso com a participação da população local, o esforço de uma mudança de mentalidades lenta, mas progressiva, que não implicasse a substituição das culturas locais mas a sua transformação. Neste seu trabalho, ainda numa fase inicial que desenvolve no seu livro *Autonomia de Angola* e nos artigos que vem a publicar nos jornais angolenses, Macedo mostra já a tendência dos valores que defende durante a sua prática jornalística em Luanda e em Benguela e, de certa maneira, no romance que publica na capital da então colónia portuguesa e que creio ser o mesmo que quatro décadas mais tarde o autor reescreve, como anteriormente referi. Nesta obra e apesar da adaptação que faz ao público leitor, Macedo mantém alguns elementos estéticos que marcam a sua escrita: o tom coloquial, o jogo entre pergunta e resposta para conduzir o raciocínio do leitor, a adjetivação e enumeração para limitar os espaços brancos do texto, livres para a imaginação do leitor, o pendor pedagógico (típico da época, é certo, mas que na sua obra ganha contornos de evidência), a intertextualidade para conceder ou retirar autoridade aos argumentos, a comparação para que se torne visível aos olhos do leitor uma realidade por vezes intangível e uma certa dinâmica discursiva que vai levando o leitor de tema em tema.

Em todos os textos que aqui analisei, encontrei estas características que se mantêm mesmo na sua escrita ficcional. É ainda interessante verificar-se como na viragem do século – 1899 a 1901 – Macedo produz estas obras e fixa em algumas temáticas o seu pensamento que defende perante as maiores dificuldades, desde a perseguição política à perseguição profissional, quando se vê proibido de ensinar e de publicar, passando por problemas económicos e até pelo acossamento intelectual, bem lembrado por uma das netas do autor que ouvia contar a seu pai que escutara um dia, estando no café com o pai, alguém que perguntava se o pai ainda persistia nas suas ideias e projeto. Eram, concepções muitas vezes contra a corrente, como a sua tese de doutoramento, defendendo a relação entre etnografia e economia e que determinados condicionamentos produziam efeito na obra humana<sup>413</sup>. É ainda importante notar que José de Macedo, para além de jornalista e pedagogo, tendo publicado ensaios científicos de valor, é um publicista no sentido que era dado nesta época, apostando na disseminação do conhecimento através dos meios que mais democraticamente podiam ser acedidos pelas pessoas, mesmo num país em que a taxa de analfabetismo era muito expressiva, o que liga diretamente o discurso artístico e científico ao discurso jornalístico que foi, em determinada altura, uma necessidade.

---

<sup>413</sup> Refiro-me ao testemunho de Branca Braga Macedo que gentilmente conversou comigo várias vezes, lembrando o que ouvira contar do avô, pela voz de seu pai e de sua avó.



## **PARTE II**

### **DO REAL AO UTÓPICO OU O INVERSO?**

## CAPÍTULO IV – O REAL E O UTÓPICO NOS DISCURSOS CIENTÍFICO E JORNALÍSTICO

*Par la parole et par la plume, voulant secouer les énergies qui dorment, vous avez dit et redit aux jeunes gens qu'il avait pléthore, en France, de tout et en tout ; que la lutte pour la vie y était accablante ; le succès, malgré les efforts les plus persévérants, les plus acharnés, toujours incertain. Et, faisant miroiter à leurs yeux le mirage éclatant des terres grosses et fécondes, des missions dorées et des butins faciles des colonies, vous avez conclu : Partez!*

Henry Mortimer

Entre o que constituiu o discurso e a prática coloniais existe uma divergência que pode ser encontrada em todos os regimes coloniais, no entanto, a clivagem não é só entre os que defendem sistemas utópicos mas também entre os que veem nas colónias a salvação ou a perdição da metrópole. Abro este capítulo com um trecho de um autor francês, Henry Mortimer, que considera que a utopia colonial se funda na ideia de que salvação para a pátria e para as suas gentes se encontra na saída para as colónias, ideia que contraria ao longo de todo o livro<sup>414</sup>. Surgido em 1899, este livro significa que o debate tinha saído das sociedades de conhecimento e das associações e tinha extrapolado para os materiais impressos, não se ficando por uma atividade panfletária ou jornalística, mas indo para outros modos de publicação mais extensos e completos. Esta realidade é extensível à generalidade dos países colonizadores, incluindo Portugal, instaurando-se o debate sobre as colónias no meio intelectual, é certo, mas também tornando-se tema nas escolas operárias e nas publicações de divulgação de conhecimento dirigidas às classes mais populares, como se viu com o caso de *O Poderio de Inglaterra* de José de Macedo, que não incidindo apenas na questão colonial, a inclui. Deste modo, quando se aborda a polifonia discursiva em torno das colónias, tem de considerar-se não só o real como o imaginário, não só o facto como a ideia, como muito bem o apresenta Adelino Torres, mencionando esse fosso entre glórias e ambições e a falta de eco desses mesmos elementos no quotidiano das sociedades coloniais<sup>415</sup>.

Esta multiplicidade discursiva esteve presente na imprensa, é certo, tendo aí ganho um protagonismo assinalável, contudo, igualmente, se destacou a outros níveis, resultando num novo discurso científico que tentava entender, sistematizar e tornar ensináveis realidades muito díspares das contempladas desde os tempos das luzes. Assim, se observa o surgimento de um discurso científico paulatinamente mais interessado e produzindo mais informação sobre as colónias. Mário Pinto de Andrade atribui esta tendência à necessidade que a Europa sentia de substituir as narrativas de viagem, plenas de particularismos, por realidades científicas, contudo a necessidade de conhecer o terreno para melhor colonizar e de converter para o sistema de conhecimento esta nova realidade teriam contribuído para este

---

<sup>414</sup> Henry Mortimer, *op. cit.*.

<sup>415</sup> “Na história da colonização portuguesa, o fosso entre o imaginário e o real, entre o discurso e a sua prática, é mais profundo do que alguns pretendem. Se é certo que ao primeiro não faltou grandiosidade, esta não encontrou no concreto quotidiano o eco da sua própria ambição e, impotente deixou-se fazer encurralar em sonhos de glórias há muito perdidas e mitologias sem consciência. Mas se o real não teve a dimensão do projecto que o justificou, também na acção não gerou, necessariamente, apenas trevas e escombros.” Adelino Torres, *op. cit.*, p. 41.

movimento<sup>416</sup>. No entanto e no sentido de poder divulgar melhor a sua mensagem que deixa de ser apenas direcionada para uma elite, pois é preciso conquistar o povo para a necessidade de colonizar, cria necessidades novas ao discurso que tem de tornar-se perceptível por todos. Todos os textos resultam de uma relação entre o autor e o público para quem é direcionado, isto é, para ser legível o texto tem de se enquadrar de alguma forma na expectativa do leitor e dentro da sua capacidade para contextualizar a informação. Deste modo, mensagem e destinatário têm de encontrar-se como se de um jogo pergunta/resposta se tratasse<sup>417</sup>. O material textual já conhecido acaba por estabelecer um fio condutor para o leitor, tanto no que concerne aos conteúdos como às formas. Logo o autor tem de atentar nos tipos de texto anteriores e na adesão do público aos mesmos para saber como comunicar com o seu leitor, porque o texto seja sobre o real ou ficcional, seja científico, jornalístico ou literário terá de ter em conta este aspeto.

A tendência em comparar a informação e a forma do texto com os textos previamente conhecidos é uma constante que torna menos arbitrária a receção do produto final, isto é, permite ao autor prever quais serão os possíveis enquadramentos que o leitor dará a um novo resultado. Interessante, é verificar-se que não só em termos estéticos mas também, inúmeras vezes, relativamente a conteúdos, a primeira receção de textos que contradizem o tradicionalmente aceite é difícil ou mesmo em muitos casos são necessários anos para que sejam recebidos em toda a sua dimensão. É, por isso, necessário reter que não apenas os conteúdos, mas também as formas, a estética do texto e o suporte em que se apresenta, são comparados pelos leitores, formando um todo na sua relação com a experiência da leitura da obra escrita, seja esta de grande ou pequeno fôlego, mais ou menos ampla<sup>418</sup>. Daí que pareça normal a preocupação que os autores têm em tornar a sua produção não só atrativa como acessível ao leitor, seja através de rasgos pedagógicos, seja através do diálogo com o autor. A possibilidade de o texto ultrapassar a leitura do leitor primário (o que contacta diretamente com a obra) através da leitura em voz alta entre mais pessoas ou da recomendação, pode determinar o sucesso de uma mensagem contida na palavra escrita<sup>419</sup>. O desafio é perceber a longevidade da leitura da obra nestes casos em que o efémero marca o próprio texto, pois no jornal o próprio suporte tem uma duração limitada e na publicação científica com a constante revisão de resultados e novas investigações a situação é a mesma, apesar de um novo resultado ou investigação poder ser no sentido do aprofundamento e não funcionar como algo completamente novo. Existiram autores que se mantiveram mais tempo a publicar e que inclusivamente marcaram o seu tempo com a sua obra. Todavia os movimentos políticos posteriores de independência e descolonização colocaram boa parte destas obras na penumbra, inclusivamente tiveram por consequência a diluição da divergência discursiva e o apagamento das descontinuidades entre ação e discurso, tanto nas antigas metrópoles como nas antigas colónias.

---

<sup>416</sup> Mário Pinto de Andrade, *op. cit.*, p. 163.

<sup>417</sup> Hans Robert Jauss trata este assunto relativamente ao texto literário, mas que creio pode ser aqui evocado, dadas as características que os textos de divulgação científica e genérica ganharam de modo a conquistar mais público; vide, Hans Robert Jauss, *op. cit.*, p. 57.

<sup>418</sup> *Idem*, p. 58.

<sup>419</sup> Referimos explicitamente esta relação entre a escritura e a oralidade, porque, de facto, em épocas em que o analfabetismo grassava, a leitura em voz alta dos periódicos foi prática corrente, bem como, o jornal partilhado, e a recomendação de leitura que ainda hoje é usual.

É importante reforçar esta ideia de que o acontecimento textual ou literário, como Hans Robert Jauss refere para o caso da literatura, mas que penso ser extensível aos outros textos com as devidas ressalvas, só continua a exercer o seu efeito enquanto mantém a sua receção junto dos leitores. Daí que sejam mais perduráveis as belas letras do que os textos informativos ou científicos, existindo, no entanto, a possibilidade destes subsistirem enquanto os leitores se apropriam dos mesmos seja através da reedição ou do reconhecimento da notabilidade daquele conhecimento, resultando que cientistas dos séculos passados continuem a ser lidos e ensinados (devido ao seu contributo reconhecido e legitimado para a ciência) e se continuem a recuperar textos publicados na imprensa por nomes grandes do publicismo das suas épocas. Esta asserção liga diretamente com o anteriormente referido: o facto de o regime colonial ter desaparecido e ter sido repudiado tanto nas colónias como nas metrópoles, determinou que boa parte da produção textual feita em seu torno fosse desconsiderada, focando-se a análise histórica, política e sociológica no discurso oficial da governação e nos factos históricos, na sua maioria, paradoxalmente fixados, sobretudo, pelo ex-colonizador que o ex-colonizado reinterpreta e aos quais adiciona das suas próprias narrativas, algumas destas forjadas oralmente.

Voltando ao tema que mais interessa no contexto deste estudo, verifica-se que certos conteúdos publicados em periódicos acabaram por sair desse formato, por se identificarem com o horizonte de expectativa dos leitores, críticos e autores que nas suas criações textuais reconheceram através da leitura a sua adesão a estes<sup>420</sup>. Esse é o caso, por exemplo, dos folhetins ou das antecipações de obras científicas, constituindo dois casos particulares e interessantes que merecem atenção. No caso dos folhetins existe um diálogo entre publicação periódica, ora no corpo do jornal, ora em fascículos (algumas vezes impressos ou mesmo adquiridos com os jornais<sup>421</sup>), e a publicação em livro, pois se algumas ficções ou artigos começam por ser publicados em folhetim para mais tarde serem condensadas em livro, como os casos conhecidos de *O Mistério da Estrada de Sintra* ou *Cenas de África? Romance Íntimo*, ou os artigos satíricos de *Os Gatos*, em que a publicação inicial é em suporte periódico mas que vem a ser editada em livro, mostrando a larga receção que o texto vem a ter, até patenteada pelas reedições que transpõem o século da sua produção<sup>422</sup>. Contudo, noutros casos a publicação em livro ou coletânea precede a publicação no periódico que serve o propósito da divulgação e às vezes é servido apenas por excertos. Tal acontece não apenas com a prosa como com a poesia, em que um poema é publicado na íntegra ou apenas publicado um poema de uma série anunciando um livro. Portanto, quer isto dizer que existe um diálogo entre suportes para a publicação literária que esboroam a barreira entre a erudição e a divulgação literária. Um trabalho aliás levado a cabo pelos periódicos que fazem a transição do século XIX para o século XX cujo objetivo é proporcionar um maior acesso à arte e

---

<sup>420</sup> “Horizonte de expectativa” é um conceito introduzido por Hans Robert Jauss para explicar a longevidade de determinadas obras em detrimento de outras junto ao público, relacionando o texto e a sua produção com a receção da obra por parte dos leitores e da crítica que depende essencialmente da sua experiência e do esperarem-se determinados resultados de algo com base em pressupostos, probabilidades ou promessas.

<sup>421</sup> Prática que ainda hoje se mantém quando se lançam com os periódicos coleções especiais em géneros específicos, por exemplo, “grandes nomes da literatura portuguesa”, “novos contos portugueses”, etc..

<sup>422</sup> Refiro-me às obras de Eça de Queiroz e Ramalho Ortigão, Pedro Félix Machado e Fialho de Almeida.

à ciência. Veja-se, agora o caso científico, com uma forte relação entre publicações periódicas e produção científica, igualmente numa dupla relação: por um lado, o avanço de resumos ou anúncio de publicação de textos científicos que tinham algum pendor inovador (como acontece com Augusto Bastos e os seus textos sobre etnografia no *Jornal de Benguela*) ou a publicação de artigos sobre obras científicas já editadas por publicistas, permitindo o acesso do público leitor em geral à ciência, por outro lado, tornavam o texto científico original também mais lido não desvirtuando as suas características próprias. Em geral, o autor é alguém com formação superior ou perto disso mas que não exerce o trato científico (caso de Bastos no que concerne à matemática ou à astronomia) mas que é um profundo conhecedor dos avanços de determinada área e os apresenta ao público em geral, simplificando a língua, descodificando conceitos, resumindo-a e publicando os seus resultados em meios de difusão coletivos mais abrangentes como jornais, almanaques ou revistas.

Na verdade, os periódicos, em geral, e os jornais, em particular, têm uma enorme responsabilidade no estreitamento de relações entre leitor e textos, tornando uma variedade enorme de tipologias textuais como algo publicável. O periódico torna-se fonte de informação, conhecimento, cultura, arte, divulgando nomes, dando oportunidades para a produção e receção de novas formas de expressão (como, por exemplo, a fotografia), proporcionando novos projetos de escrita descentralizados, localizados nas colónias ou nas capitais de província do país (com o início da imprensa regional), situação para a qual é decisiva a mecanização da tipografia com a conseqüente baixa de custos de produção que permite o alargamento da imprensa a muitos locais, acompanhada, igualmente, de uma progressiva, se bem que muito lenta, alfabetização das populações. A própria mudança tecnológica permite algumas modificações na mentalidade, como anteriormente referido, que preparam o leitor para mais experiências em diferentes contextos, numa época em que o debate sai dos gabinetes de ciência e cultura e vai para as sociedades de conhecimento e para os jornais. Significa isto que os leitores estão mais preparados para a diversidade e para uma multiplicidade de conteúdos e formas que agora marcam a publicação em periódicos. Como resultado, o tipo de linguagem utilizada na imprensa torna-se mais variada, mais rica, com recurso a diferentes ferramentas consoante o objetivo do autor. As formas léxicas específicas, a gramática ou as figuras de estilo e a introdução de figuras de discurso específicas como expressões idiomáticas ou metáforas e comparações tornam-se a marca de alguns autores que se notabilizam através da publicação em periódicos, fazendo, por vezes transparecer propositadamente o seu pendor ideológico e político e usando persuasivamente a linguagem para dar uma determinada imagem dos acontecimentos de forma a mobilizar o público leitor<sup>423</sup>. O facto de o debate ser transposto para a escrita e disponibilizado a um número mais vasto de público creio que leva a um progressivo aperfeiçoamento das técnicas de comunicação escrita, com particular ênfase para a estética do texto publicado que tem de ser atraente e mobilizador. Tal como os acontecimentos em si, os textos são um evento em si próprios, pois são processos que devem ser interpretados enquanto tal, representando exegeses do real e do ficcional que partilharam espaços de publicação, autores, leitores e

---

<sup>423</sup> Vide Robin Woofitt, "Conversation Analysis and discourse Analysis", Nigel Colbert [Edition], *Researching Social Life*, London, Sage, 2011, 3<sup>rd</sup> Edition, pp. 447-448.

temas. Daí que os discursos se encontrem todos numa esfera relacional e se aqui se vai dar preponderância aos discursos científico e jornalístico, a verdade é que estes se forjam sempre num contexto relacional com a sociedade onde e para que são produzidos e com as outras fontes textuais.

### **Identities forjadas entre o real e o imaginário**

Alguns autores apontam a distância entre a prática real e o imaginário discursivo como a causa do questionamento por parte das comunidades locais, portanto “nascidas e criadas”, na colónia como a causa direta de um questionar dessa ideologia em nome da qual se agia de forma muitas vezes contraditória<sup>424</sup>. Desse diálogo de pergunta/resposta teria surgido a busca de identidades que forjavam uma nova visão de si próprios e do seu espaço identitário. Estas questões ganham força num contexto de aprofundamento do conhecimento, promovido pelos movimentos a favor da instrução nas colónias, e dos projetos da sociedade civil como a imprensa local, as associações e agremiações, possibilitando não só o debate como o convívio entre indivíduos com perspetivas diferentes da realidade<sup>425</sup>. Os temas como a autonomia, a educação, a justiça, a cultura e o progresso económico tornam-se comuns e surgem tanto como denúncia ou reclamação direta, multiplicando-se as declarações conjuntas dos filhos da terra publicadas em periódicos, as reuniões públicas levadas a cabo para reunir e mobilizar vontades, as atividades de caráter lúdico e cultural, incidindo sobre estes temas que preocupavam a sociedade local. As reformas prometidas pela Primeira República e a disparidade entre a lei constitucional e a prática local fornecem a matéria-prima para as reivindicações dos filhos da terra, bem como para os colonos que pensam não estarem os seus interesses protegidos. A representação política da colónia na metrópole e a descentralização administrativa são temas constantes e que agitam não só as publicações escritas, com a proliferação de textos nos jornais e panfletos. É ainda interessante verificar que este movimento de coordenação entre filhos da terra acabou por ser extensível às várias colónias portuguesas e os movimentos cívicos em prol de mudanças nas colónias não foram um exclusivo das terras diretamente interessadas, pois na metrópole também se envidavam esforços para a alteração da ação colonial portuguesa. Assim, se explica a criação da Junta de Defesa dos Direitos d'África que encorajou a participação política, defendendo que os mandatos das colónias constituiriam uma representatividade regional de todas as zonas do país. A fundação do Partido Nacional Africano, em Março de 1921, esteve diretamente ligada à junta, considerando-se seu herdeiro e reunindo em seu torno representantes dos filhos da terra de Angola, Cabo Verde, Guiné, Moçambique e São Tomé e Príncipe<sup>426</sup>.

O resultado de todas estas movimentações foi a criação da União dos Povos Africanos que defendia a amizade e colaboração entre portugueses da metrópole e africanos, promovendo a equiparação absoluta entre uns e outros, a reforma do Estado com bases descentralizadas e federalistas, atentando nas diferenças étnicas, aspirações que vinham desde o século XIX, mas

---

<sup>424</sup> Mário Pinto de Andrade é um dos autores com maior relevância que defende este aspeto. Vide, Mário Pinto de Andrade, op. Cit., p. 21.

<sup>425</sup> Idem, p. 95.

<sup>426</sup> Vide idem, p. 102.

que com a implantação da República tinham ganho novo fôlego. Através destas mudanças, acreditava-se poder dar voz às identidades silenciadas e promover um ambiente progressivo nas colónias. Contudo, a resposta oficial mantinha-se insuficiente apesar da mudança de sistema e de regime políticos e aos intentos dos filhos da terra respondia-se com o adiamento de soluções e com as perseguições que marcam todos os anos dez do século XX. A introdução do sistema educativo era lenta, mas ia acompanhando a evolução discursiva e as novas possibilidades de publicação textual. O ensino secundário ficou estabelecido apenas depois de 1919 e o ensino superior, apesar de opiniões contrárias como as de José de Macedo que já em 1901 defendia o ensino superior nas colónias, não chega a ser introduzido. Isto significa que apesar de haver literacia e de se estudarem as disciplinas em vigor para a instrução secundária geral, a verdade é que muito do discurso produzido pelos filhos da terra que não se deslocavam à metrópole tem origem na escolaridade adquirida na colónia e no autodidatismo<sup>427</sup>. É nas primeiras décadas do século XX que se assiste a uma sistematização do discurso em prol dos filhos da terra que acompanha, como foi visto anteriormente, a formação de movimentos cívicos, num contexto de uma sociedade colonial complexa em que existia uma certa oposição entre o que era pretendido e o que era repudiado, isto é, havia tensão entre colonizadores e colonizados, num permanente jogo de forças. Existia também um repúdio dos filhos da terra que mais reclamavam contra a discriminação entre metropolitanos e oriundos das colónias, sobre alguns aspetos das sociedades africanas tradicionais, pois eles próprios fruto de relações familiares, do ensino ou da frequência das instituições coloniais acabavam por integrar-se no seio de uma sociedade colonial na sua génese e que lhes despertava o desejo de participação<sup>428</sup>. Se de uma parte, combatiam o fenómeno colonial tal qual este era, por outra parte admitiam a permanência de muitas das suas características e viam no ato de civilizar o indígena um argumento razoável desde que este fosse integrado, num espaço digno, na sociedade colonial.

Na sociedade colonial, como explica Mário António Fernandes Oliveira, existe uma dicotomia entre os privilegiados e os que suportam o privilégio, entre os que colonizam e são colonizados, entre os que oprimem e são oprimidos, entre os que produzem o discurso colonial e os que produzem o discurso que se lhes opõe<sup>429</sup>. Contudo, creio existir, um discurso que medeia uma e outra situação e que tanto foi produzido por colonos como por colonizados, numa situação minoritária em termos quantitativos, é certo, mas propondo soluções muito específicas. No caso dos filhos da terra, esse discurso de oposição ao discurso colonial oficial, mas de contemporização de alguns aspetos do colonialismo, representou a primeira tentativa de afirmação identitária, do ser diferente do metropolitano, apelando, no entanto e ainda, para uma característica de regionalidade em vez de exigência direta de separação. A par de uma necessidade de não hostilizar o colonizador, detentor do poder formal na colónia, há também razões de identificação do colonizado que recebeu educação no sistema colonial com o próprio colonizador, pois a elite de filhos da terra tem uma experiência cultural e educacional muitas vezes mais próxima da do colonizador do que da do colonizado. Esta relatividade expressa-se ainda mais quando se comparam comunidades urbanas e rurais, em que o cidadão se aproxima muito mais nas suas práticas sociais do seu vizinho,

---

<sup>427</sup> Mário António Fernandes de Oliveira, *op. cit.*, p. 156.

<sup>428</sup> Vide *idem*, p. 157.

<sup>429</sup> *Idem*, *ibidem*.

independentemente da sua origem étnica do que do seu irmão que vive no meio rural, apartado de toda a organização moderna da sociedade colonial.

Deste modo, o seu discurso ainda se insere numa lógica colonial, sendo que paulatinamente parece se ir afastando desta, todavia através de um processo longo e de avanços e recuos que, se não pode ser classificado como o discurso colonial tradicional (tanto ao nível ficcional como ensaístico ou jornalístico). Igualmente não pode ser considerado como anticolonial, antes como uma resposta de oposição identitária a um discurso dominante que pretendia tornar-se unívoco, antes uma preparação de caminhos futuros baseada em factos reais que eram trabalhados discursivamente de várias formas, originando literatura, ciência e jornalismo, e que se revelaram utópicos, apesar de ainda dentro de uma lógica colonial. Como filhos da terra urbanizados e com uma educação acima da média até dos colonos que vinham chegando, com uma tradição de ligação a uma outra antiga colónia portuguesa, o Brasil, tinham-se criado as condições necessárias para individual e coletivamente este grupo de pessoas se questionar a si próprio e aos demais. De outro lado, surgem os metropolitanos, uns missionários, outros professores, jornalistas ou funcionários da administração colonial que, não tendo ideias à chegada quanto à fixação de uma identidade, cedo se apercebem que esta existe e veem também na colónia e nas suas gentes algumas potencialidades que os fazem crer que através da instrução e de uma melhor e mais justa organização económica e social as colónias portuguesas tornar-se-iam mais fortes e capazes para fazer frente à cobiça dos estados coloniais vizinhos. Na verdade, podem-se enumerar algumas personalidades com estas características tanto no século XIX como no XX, em que incluo José de Macedo. Assim se em Macedo se vê um exemplo do lado metropolitano, em Augusto Bastos pode-se nomear o caso de um filho da terra, instruído segundo os métodos educacionais europeus e com uma passagem por Portugal, culturalmente pode-se detetar uma certa ambivalência vinda das suas duas heranças culturais<sup>430</sup>. A educação permitiu uma certa circulação de ideias entre estes intervenientes na sociedade colonial e alguma convergência cultural, baseada na adoção da religião católica, na aceitação do fenómeno do Estado moderno, representado pelo estado colonial e na defesa de uma instrução segundo os moldes europeus, amiúde contrariada pela divergência de interesses económicos ou de promoção social. Contudo, é exatamente neste grupo mais ligado à metrópole e à cultura e modo de vida portugueses que se encontram os fundadores das associações e dos periódicos que agitaram a vida colonial, tanto na segunda metade do século XIX como no século XX, sobretudo na sua primeira metade.

Mário António Oliveira Fernandes observa, ainda, um outro fenómeno interessante: a modernização da cidade colonial e a reposição dos espaços, a exclusão de uns e a conquista de outros. Na verdade, o autor dá o exemplo de Luanda, mas o mesmo se pode observar em outros pontos como é o caso de Benguela. Interessante aqui o acento tónico colocado na deslocalização dos bairros indígenas, alguns de população mulata, com o derrube das casas e seu estabelecimento na orla da cidade, criando uma nova realidade, em que cidade do asfalto e do colono estavam no centro e a cidade do trabalhador indígena e do mulato estavam na periferia. É evidente que estes dois espaços urbanos comunicavam, não só através da

---

<sup>430</sup> Mário António Fernandes de Oliveira cita as personalidades de António Castanheira Nunes e de António Joaquim de Miranda como exemplos de indivíduos envolvidos na instrução a população local, acreditando que este seria o melhor meio de fazer progredir a colónia e a sua população. Vide Mário António Fernandes de Oliveira, op. Cit, p. 166.



deslocação das pessoas, tornando-se espaços intercomunicantes como existia a possibilidade, se bem que incomum, de promoção ou despromoção que obrigava à mudança de espaço de habitabilidade urbana. Também é de assinalar que havia a frequência de espaços de cultura nos quintais e nas ruas destes bairros populares por parte de gente do centro da cidade. Contudo, tendencialmente com a chegada de cada vez mais colonos, a periferia tornava-se o espaço da cidade mais criativo e, em simultâneo, mais apartado da centralidade administrativa, o que permite que movimentos culturais adormecidos pela perseguição levada a cabo nos centros das cidades venham a originar-se, tomando a forma inicial de recuperação de tradições, isto é, de resiliência cultural e de liberdade intelectual, vindo a desempenhar um importante papel nos movimentos de resistência nacionalista<sup>431</sup>. No caso de Benguela, o ordenamento do território dos bairros indígenas é feito por um executivo camarário com presença de filhos da terra, sendo o presidente do mesmo Augusto Bastos. Aí a ideia não era apartar mundos ou vivências, mas preparar e ordenar espaços e organizar a cidade de modo a incrementar a sua salubridade, a ocupação dos espaços urbanos abandonados, mas que paradoxalmente preparou a cidade para esta divisão da cidade branca e cidade negra, mesmo que involuntariamente, mesmo que o princípio evocado fosse o da “civilização” e nunca o da cor ou pertença étnica. Cabe referir que o próprio Augusto Bastos teve uma residência no Bairro de Benfica, em Benguela, portanto no local onde terminava a cidade do asfalto.

Todavia, as operações socioeconómicas levadas a cabo pela administração colonial pauperizavam os filhos da terra que viam as suas pretensões de ascensão social e participação plena na vida colonial cerceadas, ao contrário das promessas políticas que uma monarquia constitucional liberal parecia promover e, mais tarde, a própria República, derradeira esperança deste grupo, responsável pelos primeiros testemunhos identitários das então colónias. O autor que por agora sigo alude a um panfleto publicado por Vittorio Salvadorini em Pisa, em 1893, referindo um manifesto anónimo de 1874 (e com o seu teor teria mesmo de ser anónimo para poupar o seu autor ou autores à perseguição política) que denomina *Uno manifesto del 1874 per l'Indipendenza Dell'Angola*, em que refere exatamente essa desilusão com a desproteção a que estão votados os africanos, mas repare-se os africanos urbanos, os que reclamam um espaço próprio dentro da dinâmica colonial e que nesta estão integrados, os que conseguem usar os instrumentos do colono para lhe demonstrar a injustiça da sua colonização. Aqui o colonizado urbano toma a voz de todos os oprimidos e refere: *Lembra que os empregos e tudo é só para os portugueses, para nós nada. Vede os nossos campos arrasados, a nossa riqueza aniquilada, as nossas irmãs prostituídas, os nossos concelhos do interior despovoados (...). A cor preta e parda é considerada como uma palha movida pelo vento. Não somos chamados para nada, porque entende o Governo que nós somos escravos. As nossas casas demolidas, e obrigados a residir em outras partes, sem que o Governo pagasse o justo valor delas; e ainda estais calados africanos*<sup>432</sup>. Note-se como o autor ou autores do panfleto se demarcam dos portugueses mas ainda se designando genericamente africanos, apesar de estar identificado o local de pertença da demanda, numa lógica de oposição, mitigada quando em vez de africanos aparece “angolenses” que reclamando uma identidade não a colocam diretamente como oposição aos portugueses, pois os portugueses de Angola seriam angolenses como tantas outras pertenças regionais existiam. Aqui a dicotomia branco

---

<sup>431</sup> Idem, p. 197.

<sup>432</sup> Idem, ibidem, nota 94.

/negro aparece (é a cor preta ou parda que tira a voz e participação cívica) bem com a oposição português/africano, desembocando no pedido imediato de independência: *A ideia de independência está por toda a parte na Província, todos já se congratulam, só resta pôr-se em prática a obra*<sup>433</sup>. Tal como havia oposição entre brancos e negros, portugueses e africanos havia que propor uma alternativa política a um conjunto de dicotomias económicas, sociais e étnicas, que se situa entre colonização e independência.

É este argumento que aparecerá subjacente ao livro de Arnaldo Santos, anteriormente aludido<sup>434</sup>, muitos anos mais tarde, em que as autoridades coloniais desenvolvem uma perseguição a elementos não identificados objetivamente, ou seja, sem se conseguir estabelecer uma correlação direta entre materiais publicados ou doutra forma difundidos (através do passa palavra, portanto, na dinâmica oral, por exemplo) e os respetivos autores, passando a identifica-los subjetivamente a partir de posições assumidas no passado, textos publicados oficialmente ou de participação em reuniões. Assim surge na referida obra o ambiente que aqui é descrito por um italiano no regresso à sua pátria natal, partindo no caso da ficção a que aludi de um jornalista, filho da terra, mostrando mais uma vez como o exercício jornalístico potenciava a expressão dos até então silenciosos ou silenciados angolenses. Deste modo, o momento seguinte surge quase naturalmente. Perseguidos, desprovidos de parte considerável da sua riqueza, desarticulado o seu comércio tradicional com o hinterland pela ocupação efetiva e substituição de algumas redes de administração colonial que multiplicam os seus postos no interior, as relações entre os angolenses urbanos e inseridos na gesta colonial, até então representantes do próprio poder colonial, está ameaçada, bem como, o frágil equilíbrio que mantinham com as autoridades tradicionais. A esta geração já madura no último quartel grosso modo ou, melhor ainda, das últimas três décadas do século XIX, sucede uma geração que, tendo nascido nesta época, se apercebe da volatilidade da sua posição. Não abandonam o discurso do filho da terra nem deixam de evocar a sua identidade, mas começam a geri-la de outro modo, em aliança com alguns metropolitanos, por exemplo, aqueles que fundam nas colónias os projetos jornalísticos liderados pela maçonaria, como aquele que José de Macedo irá chefiar, *A Defeza de Angola* que, tendo causado a ira local, acaba por se tornar um veículo para os filhos da terra encontrarem interlocutores válidos. Da reclamação de uma independência imediata, passa-se à evocação da autonomia progressiva, à descentralização, com base nas especificidades locais, na identidade autóctone e nas capacidades apresentadas por alguns indivíduos que poderia engrandecer-se em caso de investimento na instrução.

Mas se pode parecer utópico este objetivo de uma autonomia conducente à independência, igualmente, outras ideias se gizavam, roçando o utopismo nas metrópoles colonizadoras. Henry Mortimer, em 1899<sup>435</sup>, apresentava com base no caso francês o argumento que existiam uma série de razões que eram constantemente apresentadas na metrópole para a “expatiação” de população para as colónias. O termo em si é curioso, pois expatiação significava sair do território nacional, o que leva a concluir que ainda por esta época em França a ideia de colónia como parte do território nacional estaria ainda em construção. Enumera, em

---

<sup>433</sup> Idem, *ibidem*.

<sup>434</sup> Arnaldo Santos, *op. Cit.*.

<sup>435</sup> Henry Mortimer, *op. cit.*.

seguida, as razões apresentadas pelos defensores da colonização, referindo que estas faziam vibrar todas as cordas, a patriótica, a filosófica e mesmo a humanitária (usa a expressão “et mème”), referindo a uns faz entrever terras de uma fertilidade até então desconhecida, a outros exalta as riquezas minerais deste ou daquele país<sup>436</sup>. O que descreve Henri Mortimer é a imagem da colónia na metrópole que de espaço longínquo, misterioso e perigoso passa a espaço de promessa e riqueza<sup>437</sup>. Situação vivida intensamente no caso angolano, por comparação ao que parecia ser o novo Brasil, em que é curioso como a ironia de Pedro Félix Machado trata o caso, com duas frases notáveis, em diálogo prazenteiro com o leitor: *Sim – leitor amigo – em África, como em toda a parte do mundo se pode ser feliz, comprando esse direito e pagando-o generosamente adiantado com lágrimas e angústias. Só quem sofreu sabe gozar*<sup>438</sup>. Se por um lado, este filho da terra garante a possibilidade de felicidade, por outro lado, destrói esse imaginário de concretização plena, sendo, contudo uma das personagens centrais desta ficção um colono português que enriqueceu muito e se enraizou na terra. Estava, pois, destruído o cenário utópico, num texto publicado em primeira-mão na metrópole, em 1892 pela Ferin Editores, que vem a ser reproduzido em folhetim pelo jornal *Angolense*, em que o autor era apresentado como “talentoso escritor angolense”<sup>439</sup>. Este realismo apresentado por Pedro Félix Machado pode ser lido como uma resposta às ideias de riquezas fantásticas que então povoavam o imaginário metropolitano português por força da propaganda dita patriótica, pela resposta às humilhações inglesas e pela forte crença que as colónias podiam ser uma saída para a crise, também financeira e económica, que se vivia em Portugal<sup>440</sup>. Félix Machado retorquia a resposta que os filhos da terra podiam dar naquele momento ao colonialismo: era possível ser feliz, sim, mas para tal era necessário lutar contra as adversidades e, no subtexto da história, pode ler-se que também era necessário imbuir-se do espírito daquela terra e daquelas gentes. O reforço que faz com as palavras “como em toda a parte do mundo” não só integra África no cômputo geral das nações e continentes como a expõe como anti-exótica, anti-misteriosa, a par da universalização do ser humano pois apenas “quem sofreu sabe gozar”, independentemente da sua origem ou local onde esteja.

Assim, é muito plausível considerar-se que existia um diálogo entre colonizadores e colonizados e, em simultâneo, um diálogo entre utopia e realidade em ambos casos, uns pugnando pela colonização e apresentando-a como a solução para os problemas metropolitanos e até mesmo da humanidade, outros batendo-se pelo reconhecimento da sua identidade e participação de um projeto colonial tendente à autonomia progressiva ou à independência. Prossegue Mortimer desfazendo a ideia utópica da colonização como ideal para a metrópole, neste caso a francesa, referindo que apenas colonizadores de “quarto”

---

<sup>436</sup> Vide Idem, p. III.

<sup>437</sup> Sobre este assunto escrevi em 2010, num projeto de publicação bilingue espanhol/português, em que a ideia é mesmo essa passagem da “terra de degredo à terra de promessa”; se uma imagem espelha o fatal destino e o desconhecimento face a estes territórios, a outra imagem centra-se numa utopia de enriquecimento rápido, já experimentada pelo caso do Brasil. Vide Cátia Miriam Costa, “Para lá do horizonte: da terra do degredo à terra da promessa”, op. Cit..

<sup>438</sup> Pedro Félix Machado [organização e prefácio de E. Bonavena], *Cenas de África? Romance Íntimo*, Imprensa Nacional – Casa da Moeda, Maio de 2004, p. 37.

<sup>439</sup> Vide E. Bonavena, “Pedro Félix Machado (Um precursor do realismo Angolano)”, Pedro Félix Machado *Cenas de África? Romance Íntimo*, Imprensa Nacional – Casa da Moeda, Maio de 2004, p. 28.

<sup>440</sup> Pedro Félix Machado escreve o seu romance em 1891-1892, mesmo no rescaldo do Ultimatum inglês., Vide Idem, p. 21.

poderiam defender a colonização dentro de determinados moldes e ataca as bases do argumento civilizatório, largamente disseminado na época, incentivando os jovens a partir, com um imaginário construído que não encontrava eco na realidade colonial<sup>441</sup>. A este discurso e contradiscurso metropolitanos reagiam os filhos da terra com os seus próprios discursos, forjados na consciência da diferença, na reivindicação de uma identidade própria e na exigência da sua participação na gesta colonial. Nestas suas demandas havia um fundamento utópico, mas que partia de uma resposta à realidade e da proposta de alternativa a esta. Como refere Dohra Ahmed no seu estudo, o carácter utópico da literatura produzida pelos movimentos independentistas e, acrescento eu, autonomistas, raramente foi considerada como utópica, mas de facto os projetos propostos e implícitos em ficção literária, ensaio científico ou artigo jornalístico têm um carácter utópico. Uns contrariando o sistema colonial, outros encontrando alternativa dentro destes, todos tendo como ponto de referência e de contestação o sistema colonial tal como este existia<sup>442</sup>. Assim sendo, se Dohra Ahmed se reporta especificamente à utopia anticolonial (utopia que mais tarde vem a concretizar-se), arrisco-me a propor que existiram outras propostas, também estas utópicas, dentro do quadro colonial e que, neste caso, não foram só gizadas por metropolitanos e representando as ideias similares às que Henri Mortimer toma como base, existindo um outro tipo de utopias, ainda coloniais, mas tendentes àquilo que veio a ser a utopia anticolonial, e nesse caso inserem-se não só os autores metropolitanos como José de Macedo, como os filhos da terra, como Augusto Bastos. E por que aqui também se pode falar de utopia colonial? Porque os ingredientes utópicos estão todos lá: há a contestação do presente, a elaboração de propostas para um sistema socioeconómico sustentável alternativo, as sugestões de reorganização política acompanham o projeto que deve concretizar-se num futuro próximo, assente numa filosofia de oposição à situação atual e evocando uma identidade própria espaço-cultural. Apenas não se propõe a destruição imediata do sistema político vigente, mas isso poder-se-á dever, por um lado, ao medo das sanções político-sociais que daí poderiam advir, por outro lado, por considerar-se que o espaço político reclamado ainda não estava preparado para a concretização cabal do projeto de total libertação da metrópole (veja-se a insistência no tema da instrução, capacitação da população e criação de condições para o progresso económico).

Ahmed refere ainda uma questão que interessa particularmente para os casos em estudo, o papel dos periódicos não só na exposição da mensagem alternativa à situação vivenciada, como também na oferta de possibilidades de criação de espaços de imaginação junto dos leitores que poderiam experimentar, mesmo que em teoria, novas soluções comunitárias, funcionando como uma literatura utópica porque oferecem a oportunidade de escrever um futuro que não parte deste presente, mas de uma alternativa que se pretende fazer sair vencedora<sup>443</sup>. O que está em causa é a construção de um novo espaço político que reivindica um território político pré-existente. Os periódicos permitiam a divulgação efetiva da mensagem e, sobretudo, que esta chegasse a diferentes setores da sociedade, daí que a imprensa não possa ser dissociada de todos os processos criativos que a sociedade originou a

---

<sup>441</sup> Vide Henry Mortimer, *op. cit.*, pp. III-IV.

<sup>442</sup> A autora referida explora o caso indiano e a relação entre o nacionalismo indiano e os movimentos de afirmação negra, pan-africanistas nos EUA, onde alguns nacionalistas indianos estiveram exilados e a sua relação com uma utopia anticolonial, porque focada na independência do país, vide Dohra Ahmed, *op. cit.*, 2009, p. 67.

<sup>443</sup> Vide *idem*, p. 68.

partir do último quartel do século XIX, pois concedeu-lhes a oportunidade de se reinventarem discursivamente e de estabelecerem diferentes tipos de comunicação com os leitores diretos ou indiretos. Numa estratégia de abrangência e satisfação dos gostos do público-leitor, a imprensa colonial publica mesmo nas línguas nacionais. No caso angolano destaca-se o quimbundo, sendo comum solicitarem-se poemas ou outras publicações, mas notando-se também e por vezes a publicação de avisos em língua da terra. Isto significa que a produção e publicação textuais estavam muito conectadas com o gosto do público que, por exotismo ou ligação à terra, dependendo dos casos, usava este recurso, implicitamente indicador, igualmente, de que a comunidade de filhos da terra urbanizados ou educados dentro do sistema colonial estava integrada na sociedade colonial<sup>444</sup>. Aliás o conhecimento por parte dos colonos das línguas da terra era algo comum e retratado tanto na produção textual do real como do ficcional, como no caso de Bastos que ao criar uma das suas personagens afirma detalhadamente que este domina corretamente a língua local. Como muito bem indica Alfredo Margarido, este jornalismo era preconizado por uma burguesia local ou integrada no meio local, servindo-se os filhos da terra do seu papel de intermediário entre indígena e branco colonizador<sup>445</sup>, e os jornalistas idos da metrópole, como é o caso de Macedo que se integra muito rapidamente no seio da sociedade angolense de então, estabelecendo contactos por todos o país, do seu papel de intermediários entre as elites locais e as instituições decisoras em Portugal. Se uns mediavam a situação no seio da sociedade colonial, os outros mediavam a relação entre colónia e metrópole, agindo em ambos os espaços discursivos.

Conscientes da insuficiência da sua ação apenas na colónia, tanto metropolitanos como filhos da terra tentam publicar na metrópole e, indo para além disso, intentam a criação de instituições que pretendiam assegurar a ação coletiva dos africanos e que a sua voz fosse efetivamente escutada. Assim, com o dealbar da Primeira República iniciam-se projetos como a Liga Ultramarina, em 1910, à qual se segue a Liga Colonial, no ano seguinte, que já tinha um órgão oficial de publicação, o jornal *O Negro*. Este jornal inaugura uma tendência para a publicação de jornais dedicados a estas questões, ciclo que se fechará, segundo Margarido em 1937, com o semanário *A Humanidade*, já em plena ditadura do Estado Novo<sup>446</sup>. Contudo, tanto na metrópole quanto nas colónias não foi um processo fácil, pois existem relatos de perseguições políticas e mesmo de violência contra as instalações dos jornais como no caso da tipografia do periódico *A Verdade*, em 1912, portanto em plena Primeira República. Dada a oposição que lhe vinha sendo feita por colonos e administração colonial, não são apurados os responsáveis e as instalações do jornal acabam encerradas. Já no caso de *O Angolense* as instalações são encerradas por ordem do então Alto-comissário da República Norton de Matos<sup>447</sup>. O que aqui convém reter é que o exercício de publicação sobre temas coloniais não se deu nem apenas a uma só voz nem somente localizado num determinado lugar, o que permitiu dar voz a uma parte da população que ansiava por tomar a palavra no processo colonial. Num jogo permanente de força, de avanços e retrocessos, creio que é consensual assumir-se que a imprensa devolveu a voz a alguns setores até então silenciados e contribuiu para a forja de uma identidade ou, melhor, identidades próprias, pois fundamenta um diálogo

---

<sup>444</sup> Vide Alfredo Margarido, *Estudos sobre Literaturas das Nações Africanas de Língua Portuguesa*, Lisboa, A Regra do Jogo, 1980, p. 58.

<sup>445</sup> Vide idem, p. 67.

<sup>446</sup> Idem, p. 90.

<sup>447</sup> Vide idem, p. 91.

entre setores da sociedade então apartados e possibilitando, em simultâneo, que as comunidades se pensassem a si próprias, tendo como pontos orientadores a realidade do presente e uma utopia que propunha um futuro alternativo<sup>448</sup>.

### **Os novos discursos e a invenção colonial**

A generalização do sistema colonial a várias partes do mundo que culmina com o final da situação colonial no continente americano, traz a criação de novos discursos que sustentam a manutenção e início da colonização na África, na Ásia e na Oceânia. O caso africano ganha contornos mais evidentes, porque se tratou de uma corrida à ocupação de posições estratégicas ou economicamente válidas por parte das potências europeias, algumas sem qualquer experiência de além-mar. Igualmente, a tardia descolonização do continente gerou contornos diferenciados face ao que se passou, por exemplo, na Ásia. A justificação do investimento político, social e económico nas colónias determinou não só a proliferação de discursos sobre o tema como a invenção colonial, isto é, a criação de uma representação das colónias e dos colonizados que penetrou profundamente a cultura metropolitana que passa a ter uma vertente colonial, alimentada por publicações, fotografias, exposições, etc., ou seja, por tudo o que pudesse nutrir o imaginário colonial e depois o sonho imperial. Se se comparar os discursos levados a cabo pelas metrópoles, encontram-se algumas similitudes, porém, detetam-se igualmente algumas divergências, dependendo do que se pretende, se é a manutenção de espaços historicamente conectados com o país, se a conquista ou alargamento a novos espaços. Contudo os meios discursivos utilizados e as técnicas aplicadas pouco se diferenciam. A divergência reside nos conteúdos explorados para culminar numa mesma finalidade. Portanto, pode-se dizer que em termos discursivos existem continuidades, nuns casos, e descontinuidades noutros comparando as potências coloniais, sendo que a sua finalidade é idêntica: a manutenção do domínio sobre as colónias com base nos argumentos baseados no progresso e na “civilização”. Entre os regimes republicanos foi comum o uso da lógica da criação do cidadão, neutralizando os espaços públicos e privado, todavia criando uma ideia de cidadania baseada no grupo dominante que traçava os conteúdos deste mesmo estatuto, sendo este, por exemplo, o caso francês<sup>449</sup>. Assim, os povos colonizados estavam a caminho de poder participar numa cidadania plena, percurso este que era traçado a partir da metrópole. Surge, então, a necessidade de apelar ao nacionalismo e a uma tendência para a expansão universal, temas recorrentes em todos os regimes coloniais, independentemente do regime ou sistema político.

---

<sup>448</sup> Neste trabalho, optei excluir um dos discursos que também é muito importante na forja das identidades locais, sobretudo, das comunidades mais tocadas pelo colonizador, seja pela sua urbanidade, seja por estarem inseridas em contextos missionários. Na verdade, a religião foi igualmente um fator de alteração das identidades, existindo um pluralismo religioso assinaláveis e a proliferação e discursos religiosos alicerçados nessa diversidade e já contendo a palavra dos africanos e espelhando a reação ou adoção do colonialismo. A exclusão do tema deve-se à complexidade do mesmo e ao facto de apesar de se intersecionar no tema que exploro, seria muito extenso pegar em toda a diversidade discursiva tendente à criação de uma identidade própria.

<sup>449</sup> Vide Pascal Blanchard, Nicholas Bancel, Sandrine Lemaire, *La Fracture Coloniale*, op. cit., p. 36.

Se no caso francês predominam os argumentos de valores universalistas e dos direitos do homem, no caso inglês encontra-se a emergência de sentimentos que se transformam em movimentos sociais, promovida pela acelerada mudança das mentalidades, fruto das alterações económicas e sociais que dominam o século XIX e a transição para o século XX<sup>450</sup>. Os meios, resultantes da democratização progressiva da vida política e social, são os mesmos: periódicos, assembleias locais, panfletos, petições, universidades, associações. A tendência que assegura o sucesso destes meios empregues na estratégia de promoção dos discursos coloniais e, conseqüentemente, de algumas utopias coloniais é idêntica e está diretamente ligada a uma progressiva alfabetização da população e ao incremento da leitura pública que suscitava novas práticas culturais e sociais. São as classes médias, sobretudo com âncora na burguesia dos serviços, que promovem esta mudança. A diversificação dos meios de propaganda discursiva liga-se intrinsecamente à mudança dos hábitos socioculturais, com a valorização do lazer, com o interesse pelo distante que a ciência e novas tecnologias traziam para perto, em suma, com o acesso a mais conhecimento e informação, por um lado, e a mais possibilidades de aproveitamento dos tempos livres, por outro lado. Assim, as exposições universais coloniais são um sucesso desde o primeiro momento, os congressos coloniais conquistam um espaço de divulgação na imprensa (e usam-na, basta atentar-se na lista de órgãos de imprensa ou de jornalistas, convidados a assistir), as descrições das zonas coloniais, pejadas de exotismo, ou as publicações descritivas de carácter científico fidelizam um público, ávido de novidade e crente na invencibilidade da ciência e da tecnologia. O que ontem era mistério era hoje conhecimento, o discurso mítico era substituído pelo discurso científico e a imprensa contribuía para esta transformação, divulgando, debatendo, em suma, tornando acessível aos leitores a intervenção discursiva, oficial e oficiosa, em torno destes temas<sup>451</sup>. A animação tanto de espaços de trabalho como de espaços de lazer com o tema colonial determina a sua entrada na vida social das metrópoles, mesmo que ainda eivado de ignorância, preconceito e exotismo, mas ocupando o seu espaço, sobretudo, junto das elites económicas e culturais que se esforçam por influenciar a decisão política e a sociedade em seu favor.

No entanto, a criação do imaginário colonial e o aparecimento de uma polifonia discursiva no caso africano, aquele que me interessa aqui referir, acompanham o reescrever de factos e não apenas relativamente às populações colonizadas. Na disputa de territórios entre si, as

---

<sup>450</sup> Vide Françoise Vergès, *op. cit.*, p. 106.

<sup>451</sup> Vide Pascal Blanchard, Sandrine Lemaire, *Culture Coloniale: La France conquise par son empire, 1871-1931*, *op. cit.*, pp. 9-10. Relativamente aos congressos coloniais portugueses as listas de convidados (instituições e indivíduos) estão publicadas nas respetivas atas; vide: Congresso Colonial Nacional, Inaugurado no dia 2 de Dezembro de 1901 por sua Majestade El-Rei e com a Assistência de Sua Majestade A Rainha Senhora D. Amélia e sua Alteza o Príncipe Real Senhor D. Luís, *Actas das Sessões*, Lisboa, A Liberal – Officina Typographica, 1902; II Congresso Colonial Nacional, 6 a 10 de Maio 1924, *Teses e Actas das Sessões*, Lisboa, S.G.L., 1924, Congresso Colonial Nacional, 8 a 15 de Maio de 1930, *Actas das Sessões e Teses*, Lisboa, S.G.L., 1934. Nos congressos coloniais portugueses é de notar que atravessam dois sistemas políticos e três regimes que se refletem diretamente na ligação com a divulgação e com a imprensa que adiante explorarei.

potências coloniais elaboram toda uma nova história que torna cada um dos países mais pujante e capaz de “civilizar e fazer progredir” os territórios do que o outro. Assim se explica que, por volta dos anos 70 do século XIX, se afirmasse que tinham sido descobertas as fortificações do Zimbabué há muito identificadas pelos portugueses. Tratava-se de inventar uma nova história de descoberta e ocupação, não apenas junto dos povos sem escrita, fazendo cair no esquecimento crônicas de terras distantes e histórias de comércio remotas no tempo<sup>452</sup>. Todo o passado africano e toda a realidade são transformados em algo místico, selvagem, indomável que só o conhecimento e o refinamento cultural europeus poderiam amansar, embelezar, agora que tudo se descobria, agora que tudo podia ser registado (escrito ou fotografado) para a eternidade. E por quê este investimento no imaginário, fruto de um novo discurso? Porque, se o poder se basta pelos atos, a sua justificação e a sua construção ética para ganhar adeptos e não suscitar oposições é dependente do discurso, da aceitação de determinado imaginário. Deste modo e em geral com o objetivo de formar opinião pública e de induzir na sociedade uma visão de crédito absoluto nos métodos e conhecimentos europeus, o que servia os interesses do poder político, multiplicam-se os relatos de viagem, os textos ficcionais cujo pano de fundo é um território colonial, os artigos no jornal, os ensaios científicos, introduzindo o objeto estranho, neste caso o território *outro* que se quer que se torne *nosso* e as populações diferentes que se quer converter em semelhantes (dificilmente e no sentido cabal do termo “iguais”), na semiosfera partilhada entre autor e leitor. Ao fazê-lo, o autor reporta-se, sobretudo, ao seu ponto de partida, pois ali está o seu leitor, a justificação do relato é a viagem ou a estada no território colonial, mas o texto explica-se pela necessidade de integrar esta realidade, até então alheia e que se quer intrínseca, numa ideia de império que integra o próprio desígnio da metrópole enquanto identidade, fixando um conteúdo que preencha o imaginário do leitor, dentro daquilo que são as suas expectativas e memórias sobre o assunto. O conhecimento e as memórias do leitor metropolitano são as experiências sobre as quais leu, são os relatos das viagens, são as descrições científicas, não são a experiência em si, são a imagem dessa experiência fixada em texto e preparada para um determinado público (portanto, a experiência advinda da leitura)<sup>453</sup>.

Os territórios coloniais africanos convertiam-se numa possibilidade de criação discursiva a todos os níveis, a cartografia permitia a invenção de novos espaços, traçados a partir da Europa, e toda essa intervenção direta, toda essa mudança induzida à distância de um continente para o outro permitia a reinvenção total da histórica, da ciência e o descartar de todas as sabedorias locais<sup>454</sup>. Era importante fabricar um imaginário que demonstrasse o

---

<sup>452</sup> Vide acerca deste assunto Jorge Urrutia, *op. cit.*, p. 100.

<sup>453</sup> Vide *idem*, p. 102.

<sup>454</sup> A esse propósito referem Jean-François Klein, Pierre Singaravélou e Marie-Albane Suremain não só o modo como foram definidas as fronteiras, mas como estas continuaram a ser redefinidas fruto dos conflitos entre potências europeias como é o caso da Primeira Guerra Mundial, valendo a pena ler: *Ainsi, 44% des frontières africaines se fondent sur les méridiens, 30% relèvent de calculs mathématiques (arcs et courbes), tandis que les conditions géographiques n'auraient une influence déterminante que pour un quart des frontières. Cependant, la plupart du temps, ces frontières arbitraires sont modifiées par la prise en compte des limites tracées par les autochtones ou par les autres puissances – après la Première Guerre mondiale, la frontière entre la Gold Coast et le Togo, fixée originellement par les Britanniques et les Allemands, est ainsi révisée par la France. Atlas des empires coloniaux : XIX<sup>e</sup>-XX<sup>e</sup> siècles*, Paris, Éditions Autrement, 2012, p. 42. Jorge Urrutia pega novamente na operação britânica de reescrita da história e do conhecimento, referindo: *Claro que, para esquecer, os Britânicos chegam a*



pioneirismo da descoberta. A novidade justificava o facto de só agora se produzir este discurso refrescante sobre um pretenso desconhecido, sobre territórios que precisavam ser dominados, sobre populações que necessitavam de ser encaminhadas para a modernidade. Isso justificava o esquecimento ou mesmo a destruição dos testemunhos de rotas ancestrais e de conhecimentos antigos, abrangendo este processo não só as populações autóctones, como todos os possíveis concorrentes ou os que tinham por lá estado. Os árabes que localizaram tantas rotas, que descreveram populações e atividades locais, não sendo daquelas paragens, são apagados dos discursos coloniais europeus, com exceção da ficção, mas aí aparecendo em geral como opressores, temíveis traficantes de escravos, como por exemplo, no livro de Júlio Verne cuja narrativa parcialmente se desenrola em Angola e que analisarei adiante<sup>455</sup>. Neste contexto, tudo o que significasse modernidade era, amiúde, retirado dos textos produzidos, sendo praticamente desconhecida a existência de cidades pelos leitores europeus que, também, eles influenciavam a escrita dos autores que preferencialmente escreviam sobre o que mais agradava ao leitor e, cumprindo esse desejo, ganhavam ênfase, essencialmente, as descrições dos desertos, dos sertões e das florestas. Tudo espaços indómitos à espera de serem dominados, civilizados, introduzidos na esfera de ação e compreensão europeias. Falavam das cidades os autores autóctones que mesmo assim se sentiram seduzidos pelas aventuras na selva, como Augusto Bastos que escreve aventuras nas cidades, mas também satisfaz no leitor urbano esta necessidade de viajar através da palavra pelos sertões bravios e desafiantes, na necessidade de criar o herói (no seu caso, personagens um pouco diferentes do herói criado a partir da pena eurocêntrica). Portanto, não era a inexistência de meios urbanos ou de similitudes com as metrópoles que impedia os produtores de texto de inserir esta realidade, mesmo que minoritária, no panorama da escrita sobre as colónias, era sobretudo o interesse que os autores levavam a partir da metrópole e que desenvolviam à sua chegada, era o impacto da diferença e era o gosto e interesse dos leitores.

A Europa fazia o *outro* contribuir para a construção da sua própria imagem, nem que fosse através de cenários de contraposição que rapidamente se tornaram em imaginários que excluía a alteridade como continuidade numa lógica de mundo pleno de diversidade, tornando a alteridade num objeto passível de ser trabalhado com a finalidade de se tornar mesmidade. Assim, se os que eram colonizados, os que estavam em contexto de alteridade queriam de alguma forma participar do mundo “civilizado” teriam de mudar a sua língua, os seus comportamentos, o seu vestuário, os seus gostos, logo de transformar toda a sua vivência, porque o africano praticando a cultura autóctone só fazia sentido num contexto de oposição face ao colonizador ou enquanto elemento exótico. As coleções dos museus, as exposições, a iconografia e os textos produzidos vão largamente neste sentido, mas sendo hegemónicos não foram únicos e também aqui se deteta alguma diversidade, sobretudo, quando os mesmos meios deram possibilidade a colonos e colonizados (se bem que apenas os que estavam integrados no sistema colonial) de fazerem ouvir a sua voz, repetidas vezes sob a

---

*esquecer não só as explorações portuguesas desde o século XV ao século XVIII, mas também, inclusive, factos concretos de valor simbólico, como, por exemplo, que em 1831 o português António Gamito, vestido com um uniforme de dólmen azul e calças brancas, chegou à poderosíssima capital do Catanga e prestou-lhe homenagem um exército de cinco mil homens. Como também esquecem os britânicos que, em 1855, o alemão Ludwig Krag publica um mapa da África Oriental com uma exatidão surpreendente.* Jorge Urrutia, op. Cit, p. 115.

<sup>455</sup> Refiro-me a *Um herói de quinze anos*, Júlio Verne, op. cit..

tentativa de silenciamento dos poderes instalados na colónia e na metrópole. De fora do debate ficavam os povos fieis às suas tradições ancestrais, os africanos que se mantinham nas unidades de poder de origem que foram transformados pela criação do imaginário colonial como povos sem história e sem escrita, logo com memórias duvidosas no caso de estas existirem, imutáveis face à passagem do tempo, ancorados ao passado e presa de sistemas políticos imutáveis. A única forma de os retirar da situação de estagnação em que se encontravam era, decerto, a colonização que entra nos lares europeus não só como uma questão patriótica mas como um dever de levar progresso àqueles que só nunca poderiam lá chegar.

Se os britânicos constroem o mito do domínio colonial como produto do esforço explorador, enquanto potência económica pujante e progressiva, única capaz de assegurar a libertação dos jugos de antigo regime sofridos por estas populações, em que se insere a escravatura, os franceses edificam o seu mito colonial com a exportação da revolução republicana, na imposição dos seus valores universalistas, na conversão do indígena em cidadão (mas sem plenos direitos), única potência capaz de levar os valores da liberdade, fraternidade e igualdade através da sua “civilização”. Quanto aos portugueses a fabricação do imaginário colonial tem um ponto de partida comum, os direitos históricos adquiridos com a era dos Descobrimentos, aceite por todos os regimes e sistemas políticos como uma época dourada da história nacional, e um objetivo partilhado (pelo menos no discurso), o progresso das terras colonizadas, sendo o povo indicado para essa missão dada a sua experiência e contacto antigo com os povos tropicais, agora sob colonização intensiva. Todavia, o facto de terem existido dois sistemas políticos e três regimes políticos entre o último quartel do século XIX e os anos quarenta do século XX (período abrangido pelo estudo), torna mais complexo identificar-se um fio condutor entre todos os discursos, existindo elementos comuns como os anteriormente focados. Também é verdade que as elites coloniais foram depositando esperanças nas mudanças de regime que foram ocorrendo na metrópole e isso é notório logo com a mudança para uma monarquia constitucional, aliada à independência do Brasil, que no caso angolano leva ao surgimento dos primeiros discursos reivindicativos (mesmo excluindo as pretensões independentistas ligadas ao processo de independência brasileiro) das elites locais. Goradas essas expectativas surge nova esperança com a primeira República que traz consigo a perseguição a intelectuais locais e que diretamente se ligam às acusações de participação em movimentos nativistas, como se viu anteriormente para o percurso de Augusto Bastos. Significa isto que o discurso se ia adaptando às novas circunstâncias e que era fruto de uma constante interação entre a metrópole e as colónias, desmultiplicando-se na forma e no conteúdo, é certo, mas mantendo algumas características. A prática política portuguesa veio a demonstrar que a sua postura face aos territórios colonizados era muito idêntica às das outras potências coloniais, apesar de ser sempre visto como o parente pobre da colonização europeia. Os seus anseios de domínio, se bem que justificados de forma um pouco diversa, porque muito ancorados no passado, apresentavam uma ideia de futuro bastante próxima dos restantes casos: a ideia de progresso através da “civilização” das populações autóctones.

Se em termos genéricos, o discurso britânico reescrevia o passado para explicar o seu vigor do presente, o discurso português recorria ao passado para justificar as suas pretensões no momento. Se o discurso francês invocava, sobretudo, os artifícios ligados a questões de ética política, Grã-Bretanha e Portugal valiam-se de argumentos em que passado e presente

justificavam quem melhor serviria para uma colonização presente e passada. No caso britânico, era o “tempo linear” que contava, pois o argumento era económico, social e mental. No caso português predominava o tempo histórico e psicológico, baseado na evocação de um passado heroico e em relações ancestrais com as populações dos territórios coloniais (os portugueses também pretendiam agir no domínio do tempo linear, mas encontravam dificuldades em impor-se dadas as suas fragilidades económicas intrínsecas, daí a permanente oscilação entre medidas protecionistas e medidas de abertura ao investimento externo nas colónias). No caso francês, uma combinação de tempo linear com tempo psicológico que evocava o universalismo, mas que em simultâneo apresentava as riquezas coloniais como argumentos e adotava medidas para a sua efetiva exploração<sup>456</sup>. Como refere João Caraça, as utopias dos locais distantes desapareciam à medida que eram substituídas por outras que tinham o tempo como base, sendo previstas para um futuro mais ou menos distante<sup>457</sup>. Portanto, a distância no espaço é agora vertida para a distância no tempo, pois as distâncias geográficas encurtavam-se paulatinamente. Ora, o caso das utopias coloniais encaixa-se perfeitamente numa situação em que o território já é conhecido e as alternativas são desenhadas para um futuro próximo, daí que Henri Mortimer tenha intitulado o seu livro *L’utopie coloniale*, anteriormente mencionado, referindo às ideias projetadas desde a metrópole sobre as colónias no caso francês.

Para Mortimer as colónias não poderiam ser o território de promessa que se propalava na Europa e interroga: *Mais qui enverrez-vous aux colonies? Des ouvriers agricoles? – Le main d’œuvre indigène est trop bon marché. (...) Des ouvriers de corps d’état? Lesquels? (...) Des ouvriers d’industrie? – Mais il n’y a pas d’industrie aux colonies; dans aucune. (...) Car je ne suppose pas que vous pensiez aux fonctionnaires; le fonctionnaire est l’antithèse du colon; et, en outre, on ne peut pas aux colonies pour être fonctionnaire; les fonctionnaires sont nommés de France aux colonies. (...) Les pauvres partiraient peut-être; mais sans capitaux, il n’y a rien à faire aux colonies; quant aux riches, soyez-en bien sûr, ils resteront en France (...). M. Hugues Le Roux, en effet, n’envisage exclusivement que l’intérêt de la colonie; et, certes il est indiscutable qu’une colonie quelconque, qu’un pays quelconque a tout à gagner à voir s’y transporter des « initiatives énergiques. Mais la Métropole a toute y a perdre; et c’est à ce point de vue que je me place. Il n’y a pas pléthore, en France, d’intelligences et d’énergies, au point qu’on puisse les pousser à l’expatriement<sup>458</sup>. O investimento das metrópoles para o progresso das colónias é visto por Mortimer como uma utopia e, de facto, esse debate estava instalado nas sociedades coloniais e respetivas metrópoles, daí que José de Macedo também abra o seu *Autonomia de Angola* com a frase: *As colónias são a ruína da metrópole. As colónias são o motivo da nossa independência; sem ellas Portugal morreria como nacionalidade. Taes são os termos incoerentes com que certas individualidades nacionais apresentam o problema português. E é curioso como são os próprios que fazem a primeira afirmativa que fazem,**

---

<sup>456</sup> João Caraça define bem esta questão da transformação do tempo que causa enorme impacto na Europa e que se projeta nas colónias, referindo: *O tempo transforma-se no tempo de mercados, dos industriais, dos fabricantes de relógios – um tempo linear*. Vide João Caraça, *Do saber ao fazer: porque organizar a ciência*, Lisboa, Gradiva, 2008, 2.ª Edição, p. 37.

<sup>457</sup> *A partir dos meados do século XVIII, as sociedades e lugares utópicos não têm mais ocorrência em pontos remotos do globo ou no passado (pois tal noção fica vazia de sentido), mas sim no tempo, no futuro mais ou menos distante*. Idem, *ibidem*.

<sup>458</sup> Henri Mortimer, *op. Cit.*, pp. V-VIII.

também, incompativelmente, a segunda<sup>459</sup>. Significa que o debate estava aberto e que as posições, por vezes, eram até contraditórias e dentro do manancial de pensamento utópico acerca das colónias, algum deste tinha a sua origem nas próprias colónias e fruto da atividade intelectual dos que, à primeira vista, eram tomados como colonizados, mas que constituíam uma elite local, como o caso de Augusto Bastos que giza uma forma diferente de regime colonial, sem, no entanto, demandar diretamente o seu final.

Mortimer encontra no sentimento e inferioridade francês face à expansão britânica a origem de toda a argumentação utópica que promete a salvação através das colónias. Argumenta, então, que nem a referência à projeção da “raça francesa” poderia funcionar, já que os resultados pareciam contradizer esta asserção. A toda a esperança de lucro dos investimentos metropolitanos feitos na colónia denomina utopia, bem como, a ideia de melhoria das condições de vida do povo colonizador e dos colonizados. Quanto à missão civilizadora afirma: *La mission civilisatrice?... Je ne serai pas paradoxal au point de mettre en question d'une façon formelle les «bienfaits» de la civilisation, quoique... Mais je ne permettrai de trouver légèrement grotesque cette façon de civiliser, qui consiste à casser les têtes au lieu de les modifier. (... ) Mais, que faisons-nous ? – un beau jour, nous pénétrons dans ces territoires, qui ne sont pas nôtres, au nome da l'Humanité, nous massacrons les indigènes, et les chassons chez eux ! C'est ça qui doit leur donner une fière idée de la civilisation !*<sup>460</sup>. Como se viu anteriormente, o argumento da colonização francesa era exatamente a propagação do universalismo presente na sua República, o que Mortimer desmonta como justificação, remetendo toda a discussão em torno das possibilidades das colónias para o parâmetro utópico das realizações humanas. Em Portugal e crendo-se na colonização como um modo de manter a identidade nacional, como José de Macedo, refere, mesmo quem defendia que as colónias eram a ruína do país, pugnava para que enquanto elemento intrínseco da história da nação estas não fossem alienadas, nem por abandono nem por venda. Assim, o discurso torna-se ambíguo e, se existe uma utopia de promessa nas colónias (sobretudo, em Angola), igualmente, existe uma utopia partilhada entre metropolitanos e elites colonizadas, embora com contornos diferenciados, mas com um mesmo objetivo: a autonomia progressiva, conducente à independência.

Carneiro de Moura é um desses intelectuais. Professor na Escola Colonial é acérrimo defensor da descentralização que resulte na autonomia e que conduza à independência. Comparando a relação metrópole/colónia às forças orgânicas da natureza, técnica discursiva recorrente na época, a comparação pretende demonstrar como apesar de dominar a natureza, a humanidade é parte desta, obedecendo os fenómenos sociais a um processo idêntico aos acontecimentos naturais. Do mesmo modo, a metáfora conectando laços familiares e laços de administração política visa tornar acessível e compreensível a todos qual o desenrolar que estas relações deverão ter. Assim refere: *Assim como o pae começa por ter o dever de sujeitar os filhos á sua carinhosa e educadora tutela, para lhes formar o caracter conforme a educação e cultura paternal, no intuito de os assimilar á sua vida de família, o que não quer dizer que este esforço de assimilação exclua o dever que temo pae de dar a independencia ou autonomia ao filho educado e de maior idade, embora deseje muito que elle continue na sociedade*

---

<sup>459</sup> José de Macedo, *Autonomia de Angola*, op. cit., p. 5.

<sup>460</sup> Henri Mortimer, op. Cit., pp. 26-27.

familiar, - assim também a metrópole começa por sujeitar as colônias nascentes à sua protecção indeclinável, para as poder assimilar, ou tornar semelhantes à metrópole, mas sem que esse esforço educativo evite a autonomia das colônias<sup>461</sup>. Mas que não se tenham ilusões. Todo o processo é conduzido pela metrópole que naturalmente se sente ameaçada com as ideias demasiado autonomistas dos seus rebentos (porque as colônias funcionariam como continuidades da metrópole, tal como os filhos representam a continuidade dos pais). Prosegue: *É claro que a metrópole desejará sempre que as colônias autónomas não queiram a independência para formarem um novo Estado. Mas este fenómeno vem de forças orgânicas. As colônias autónomas tornar-se-ão independentes ou não conforme as circunstâncias*<sup>462</sup>. Importante este trecho que mostra como Carneiro de Moura, um defensor da autonomia conducente à independência, explica a propensão contrária a esse mesmo movimento por parte da metrópole, o que justifica as posições tomadas sempre que a elite autóctone tentou reclamar mais descentralização ou mesmo mais autonomia. Apesar dos defensores acérrimos que a autonomia tinha e da aceitação da constituição de elites locais como modo de lhe dar conteúdo, esta foi uma visão sempre contrariada pelo exercício do poder. Mesmo assim, leia-se Carneiro de Moura que afirma: *Quem está bem deixa-se estar, e a melhor política para evitar a independência das colônias não é a de sujeição ou de assimilação, mas a de autonomia, se a metrópole, sabe e pode manter a devida superioridade de civilização, riqueza e prestígio sobre as colônias autónomas*<sup>463</sup>. Talvez aqui resida a grande questão: a metrópole teria de assegurar a capacidade de manter autónoma mas submissa a colónia, através do seu trabalho de colonização.

Continua e introduz o caso do Canadá para demonstrar quão positiva pode ser a autonomia, contrapondo os casos de Cuba ou dos Estados Unidos que por uma cegueira de sujeição tinham sido obrigados a libertar-se do jugo colonial. Refere, ainda, que com o regime autónomo se torna menos necessário a representatividade de deputados nos parlamentos nacionais, já que as colônias decidem por si próprias, apesar da supervisão a metrópole. O sistema português era tendente à assimilação, impondo nas colônias as regras idênticas às da metrópole e criando uma situação de continuidade, como se fossem províncias ultramarinas, daí que seja algumas vezes retomada a discussão em torno a denominação deveria ser colônias ou províncias ultramarinas. Defendendo a educação como a arma principal para o progresso, propõe a solução: *É necessário educar a população pela acção da família e da escola; é necessário que os emigrantes sejam fortes, metódicos, ilustrados, capazes de criar a riqueza, para poderem levar o espírito de civilização aos povos bárbaros. O destino marcou principalmente ao povo português a árdua tarefa da colonização tropical, a mais difícil. As chamadas raças inferiores são capazes de civilização. O preto pode e deve ser educado para se integrar no movimento civilizador da nossa época. Tal é o grande problema*<sup>464</sup>. É preciso “civilizar” para tornar mais autónomo, indo ao encontro dos argumentos universalistas tão criticados pelo autor francês apresentado anteriormente. Mas tenha-se em atenção que a prática discursiva se afastou bastante da prática, neste caso, testemunhando verdadeiras utopias coloniais, porque são ideias alternativas ao sistema vigente, contudo realizáveis.

---

<sup>461</sup> Carneiro de Moura, *op. cit.*, p. 296.

<sup>462</sup> Idem, *ibidem*.

<sup>463</sup> Idem, p. 297.

<sup>464</sup> Idem, p. 298.

Concretizando o seu raciocínio dá o exemplo do que deverá ser a colaboração entre colonizador e colonizado, num objetivo de progresso e autonomia colonial: *Nas nossas províncias ultramarinas africanas, infelizmente, os indígenas ainda não podem integrar-se com a população europeia em comunas, districtos e províncias de organização homogena. Mas isto não obsta a que devamos tentar nas colonias a criação e municípios em que os colonos europeus e os indígenas que o desejem se interessem pela administração comunal dirigida por agente da metrópole*<sup>465</sup>. Esta ideia não esperou muito para ser concretizada e Benguela é um exemplo disso, pois o executivo camarário em que participa Augusto Bastos é de facto fruto de uma cooperação entre colonos e autóctones, numa das poucas instituições democraticamente eleitas que exercia o poder político na colónia.

Conclui o seu raciocínio enumerando os aspetos positivos da colonização portuguesa, como a construção do caminho-de-ferro e de portos, a expansão da língua portuguesa e a dinamização da economia e sua inserção na lógica de mercados modernos. Portanto, se Carneiro de Moura defende ideias que se ligam a uma utopia colonial recorrente, a autonomia conducente à independência, igualmente, mantém alguns aspetos que se ligam diretamente com o discurso colonial metropolitano mais frequente, tanto em Portugal como nas outras potências colonizadoras. Tomei os exemplos da França e da Grã-Bretanha por serem os dois poderes que mais possessões tinham no continente africano, fronteiras aos territórios coloniais portugueses, e que mais influenciavam os intelectuais e políticos portugueses que nestes países bebiam parte da sua formação cultural. A sua influência no pensamento político, social e cultural é notória e aprofundada pelas relações mantidas com ambos e que ganham ainda mais expressão nestes períodos conturbados de mudanças de sistemas e de regimes políticos. Em todas as situações deu-se a formação de um imaginário colonial, através da elaboração de discursos nem sempre complementares, nem sempre contínuos, mas que assumiram determinadas características (anteriormente apresentadas). Se, por exemplo, o autor francês analisado, Henri Mortimer, explora bastante o aspeto formal do texto, montando todo o seu discurso sob a forma de pergunta-resposta, como que num debate em que tenta, ao modo publicista, angariar adeptos para a sua causa, Carneiro de Moura e dado o objetivo do texto, constrói um texto sóbrio em que apenas a comparação e a enumeração aparecem como recursos estilísticos, mantendo uma certa distância face ao leitor, fornecendo dados que são apresentados como científicos e ligados à ciência da administração. Concluí com estes dois exemplos, apenas para que ficasse clara a divergência discursiva em relação às colónias, mas que mesmo esta diversidade advém de uma convergência que é simbolizada pelo facto colonial, ou seja, da questão colonial ter incorporado o imaginário metropolitano e ter sido recorrentemente utilizada com fins políticos, sociais e culturais. Existe um manancial de novos discursos inclusivamente nas colónias como resposta ao surgimento da colonização moderna, também resultantes de uma elite autóctone politicamente mais responsável e socialmente mais ativa. Adiante serão analisadas publicações dos autores em estudo, Augusto Bastos e José de Macedo, nas quais vamos encontrar correspondência aos discursos de intervenção colonial.

---

<sup>465</sup> Idem, p. 299.

## 4.1 Ciência e colonização: a elaboração de um novo discurso

*Pendant cinq années, de 1799 à 1804, Alexandre de Humboldt, le célèbre auteur des Voyages en Amérique et en Asie (1809-1848), parcourut la Colombie, les Cordillères, les bords de l'Orénoque et de l'Amazone, le Pérou, le Mexique et Cuba. Cette expédition provoque un enthousiasme mondial ; «trente ou trente-cinq volumes de grand et de petit format en ont été le fruit, eu font, une dizaine d'ouvrages renferment des études, des documents, des donnés de toute espèce, sur la géographie et les sciences annexes, l'anthropologie, l'ethnologie, l'archéologie américaine, l'économie politique et sociale, l'histoire physique et morale du nouveaux continent.*

Louis Cario e Charles Regismanset

Escreviam assim estes dois autores sobre o exotismo e a literatura colonial, num livro datado de 1911 e publicado em Paris, reportando-se ao impacto da coleção de volumes publicados por Humboldt, ainda na abertura do século XIX, em que, como se vê, parecem as ciências ainda estar entrelaçadas debaixo de um mesmo chapéu e num tempo em que ciência, relato de experiência de vida e ficção eram assumidos como produção dentro da literatura colonial<sup>466</sup>. Na verdade, a literatura colonial está recheada de discurso científico ou pretensamente científico que apresenta uma evolução à medida que o sistema colonial era levado aos quatro cantos do mundo pelos europeus<sup>467</sup>. Entretanto e como se viu anteriormente, o espaço deixava de ser utópico para passar a ter uma dimensão real e próxima, realidade para a qual contribuiu a obra citada na abertura deste subcapítulo. A enriquecer as notas científicas, encontra-se o desenho e uma inovação que, paulatinamente, se vai massificando, a fotografia. As narrativas fotográficas permitiam não só dar uma ideia geral do território, como contribuir para um conhecimento dos costumes da população, da fauna e da flora. Assim, não raro acompanhou os movimentos expansionistas do colonialismo, incluindo as campanhas de ocupação efetiva e de “pacificação” das colónias. Quero com isto afirmar que não apenas o discurso escrito vai ganhando uma nova dimensão, outras narrativas complementares ao discurso da palavra vão surgindo e, se o desenho, recurso antigo, poderia

---

<sup>466</sup> Vide Louis Cario, Charles Regismanset, *L'Exotisme : la Littérature Coloniale*, Paris, Mercvre de France, 1911.

<sup>467</sup> Tomo aqui em consideração sobretudo a expansão europeia, admitindo, contudo que houve outras expansões coloniais, com modelos similares aos perpetrados pelos europeus, como no caso japonês, considerado como a única tentativa de colonização não ocidental (sendo que, por exemplo, a Rússia também tentou formar o seu império colonial, apesar de terrestre e não se enquadrando totalmente naquilo que é consignado como “Ocidente”). Portanto, conclui-se que a colonização é um fenómeno diretamente conectado à capacidade económica e tecnológica do país que pretende colonizar, sendo que nos casos português e espanhol são os argumentos históricos os validados. Sobre o exemplo japonês, pode-se ler o seguinte: *L'expansion japonaise représente la seule tentative non occidentale de fondation d'un empire colonial ultramarin. Empire ancien qui a consolidé au cours des siècles son unité dans un monde archipelagique, son essor s'effectue dans le cadre de la poussée occidentale avec l'avènement de l'ère Meiji (1868-1912). Le «bon élève de l'Occident» cherche, en fait, à laver l'affront des traités inégaux et à prendre le leadership de la «modernisation de L'Asie». Afin d'accéder au rang de grande puissance économique, politique et culturelle, le Japon impérial amorce, au début des années 1890, son expansion coloniale.* Jean-François Klein, Pierre Singaravélou, Marie-Albane Suremain, op. cit., p. 48.

ainda refletir alguma subjetividade, já as câmaras fotográficas revelavam a imagem da realidade em si (pelo menos assim eram vistas). Nesse contexto dá-se a proliferação dos tipos de discurso e de recursos usados para a formulação das narrativas desses espaços mais próximos pela facilidade de transportes, mas, ainda, tão distantes em termos culturais.

É neste enquadramento que se compreende a narrativa fotográfica elaborada pelo então Tenente Velloso de Castro, homem curioso, pois aliava à sua condição de militar a paixão pela fotografia e pela ciência, deixando por isso sob formato publicado e inédito um precioso espólio fotográfico do qual trabalhei alguns documentos cuja análise foi oportunamente publicada<sup>468</sup>. Entre levantamentos topográficos e campanhas militares, Velloso de Castro recolhe um manancial de informação razoável, em que se vai interessando desde os aspetos da vida quotidiana, como o convívio entre indivíduos, os trabalhos artesanais que executam, a preparação da comida, os atos de medicina tradicional, aos aspetos que se ligam à organização social das comunidades, à forma como encaram a guerra, o tipo de tecnologia que possuem, a forma como colaboram em grupo, etc.. Se, na verdade, há um verdadeiro interesse do fotógrafo pela realidade local, também há uma imposição algo maniqueísta na narrativa, não só entre o *nós* e o *outro*, mas entre o *nós* e vários *outros*, que se estendem das populações insubmissas ou que resistem à ocupação do seu território pelas missões científicas (mesmo sem confronto bélico) às comunidades que colaboram com as próprias expedições militares e científicas. Ambas são tratadas na narrativa, mas de modos diferentes, o que advém não só da posição do fotógrafo como, igualmente, das suas possibilidades de contacto com a população. É, ainda, importante mencionar que a própria fotografia em si representa um desenvolvimento tecnológico e um avanço científico, pois tanto os processos químicos que envolvia como a criação de instrumentos específicos para a sua prática são reveladores do contexto de inovação e modernidade que esta representa. É um tipo de discurso que se adapta complementemente a um visão objetiva e científica do mundo e que contribuiu decisivamente para aprofundar a necessidade de tornar científica a colonização.

Contudo, volte-se às narrativas de Velloso de Castro, que podem ser interpretadas de várias formas e que foram publicadas em diferentes suportes ou ficaram mesmo apenas como álbum documental de acesso restrito. Quanto às publicações refiro-me à edição em livro e em série de postais, registos muito utilizados para as narrativas coloniais e que foram recorrentemente usados para disseminar a ideia de império e para a vulgarização dos territórios agora parte das metrópoles e considerados como alvo de ações de civilização. A imagem torna-se um veículo

---

<sup>468</sup> Refiro-me aos seguintes documentos, existentes no Arquivo Histórico Ultramarino: *Reconhecimentos Topographicos exectuados em 1908 pelo tenente J. Velloso de Castro, Primeiro Álbum, Junho e Julho, Calulo, Quissongo (Columna Móvel de Policia em Operações no Libolo)*; *Reconhecimentos Topographicos executados em 1908 pelo tenente J. Velloso de Castro, Primeiro Álbum, Agosto e Setembro, Calulo, Quissongo, Cabezo, Qissala, Gungo, Sanga, Quibala (Columna Móvel de Policia em Operações no Libolo)*; Velloso de Castro, *Província de Angola, Álbum de Aspectos da Vida e Costumes no Interior da Africa Occidental Portuguesa*, n.º 4 e n.º 10, 1908 [colectâneas de postais]; e a publicação Velloso de Castro, *A Campanha do Cuamato em 1907. Breve narrativa acompanhada de photographias*, op. cit. [um dos originais desta publicação encontra-se na Sociedade de Geografia de Lisboa]. O seu estudo foi publicado em Cátia Miriam Costa, “O *outro* nas narrativa fotográfica de Velloso de Castro (Angola 1908)”, op. cit..



extremamente importante, porque a ideia de exótico deixa de concretizar-se apenas através das palavras e indiretamente pelo relato de outro indivíduo, passando a ser parte de algo palpável. No caso apresentado, acresce o facto de poder ser tomado como uma informação fidedigna e em primeira-mão sobre populações e comunidades desconhecidas e um pretexto para afirmar o heroísmo dos indivíduos envolvidos nestas campanhas. Nos álbuns referentes às expedições e campanhas militares são tratadas de forma diferente as populações *outras*, quer se tratem de colaboradores do colonizador ou seus opositores. No caso dos opositores, a sua realidade é, sobretudo, documentada num contexto de derrota, portanto, são os despojos, os prisioneiros que são tema fotografado, apesar de existir aí informação relativa às suas habitações, à sua economia, à estratégia militar, ao tipo de poder exercido e, em alguns casos, até admiração pela sua capacidade de resistência. Contudo, são colocados no lugar do inimigo de Portugal e da civilização. Relativamente às populações colaboradoras, são apresentadas muito humanamente, explorando-se tematicamente desde os seus hábitos quotidianos à sua organização política, conhecimentos botânicos, médicos, etc., o que se torna mais óbvio devido aos comentários que o fotógrafo introduz, legendando as fotos nos álbuns e nas publicações. Num ensejo não muito comum, mas decerto com o intuito de demonstrar a ocupação efetiva dos territórios, este oficial do exército insere na sua série de postais algumas fotografias de centros populacionais, trazidos à civilização já com presença europeia, o que aumenta a grandiosidade dos feitos de ocupação, em contraste com as fotos do sertão indómito e temível. Daí que diga que existe, mesmo que pouco consciente, uma característica maniqueísta nestes discursos que apresentam sempre alguma dualidade que conduz o seu observador, lidando com a palavra da legenda e a imagem da realidade, a tomar determinados partidos ou a chegar a algumas conclusões.

O mapeamento do território, a demonstração do *outro* nas suas mais diversas vertentes, a descrição da paisagem no que respeita a todos os seus elementos geográficos, o tratamento da geologia, da botânica e da zoologia local, mesmo que feito por oficiais não totalmente especializados, cientistas na sua verdadeira aceção, pois trata-se de expedições do início do século XX, permitiram ampliar o conhecimento científico daquelas regiões então consideradas inóspitas. Iguamente se tem de mobilizar a população em Portugal e daí que se coloque nas bocas das populações autóctones a admiração pela tecnologia levada por estes soldados, o respeito pela sua bravura e se prolongue as descrições de paisagens áridas, com testemunhos sobre as dificuldades encontradas: a falta de água (tudo seco em volta), os carros que dificilmente avançam no terreno, os animais que se debilitam, os homens que perdem as forças. Em paralelo, explica-se como tiveram de ser destruídas algumas formas de poder tradicional, como se podiam aproveitar recursos agrícolas e pecuários já usados pelas populações locais e como se elegiam novos poderes tradicionais mais consentâneos com as necessidades do poder colonial, isto é, do processo de “civilização” destas populações. Contudo, nestas narrativas é raro assumir-se a selvageria das comunidades locais. Eram apenas povos em estado de profundo atraso, necessitados de civilização. O telégrafo, o telefone, as comunicações escritas como o correio, aparecem como símbolos tecnológicos, o domínio de algumas áreas científicas de conhecimento como justificação para a introdução de novos elementos de progresso junto daquelas populações, tudo conjugado dando a ideia de domínio e grandiosidade: havia que submeter para civilizar. Todas estas narrativas têm por objetivo divulgar uma região inóspita e a palavra apropriada talvez seja mesmo conhecimento, ou seja,

visavam dar conhecimento sobre uma região e incentivar o espírito curioso e a lógica que estão subjacentes à ciência.

Também, é interessante ver como entre o todo de fotografias a que acedi, aquelas que foram escolhidas para publicação em livro que não são mais que um punhado delas, numa narrativa escrita de 280 páginas, e na sua maioria ligadas à campanha militar, quando o importante ali era relatar a heroica operação militar. Assim, na publicação perdem-se as legendas como “extracção das ventosas originaes”, “tecem esteiras, tocam música”, “danças de homens”, “dança de mulheres”, “comem em grupos de amigos”, “mulheres civilizadas”, “aguentam pelo número troncos enormes”, “lavam roupa” que também poderiam ter servido para desmistificar um pouco esse *outro*, pois demonstrava-se que as suas necessidades eram bastante idênticas às de toda a humanidade e que as suas atividades quotidianas eram muito próximas das dos outros povos. Velloso de Castro, apesar da enorme recolha que fez e tal como acontecia com qualquer outro tipo de relato, adaptou-o ao seu público-alvo, constituído por colonos e gente metropolitana que em comum tinha sobretudo o facto de viver na urbe e desejar mais conhecimento sobre o sertão, mas também, aos olhos do autor, necessitada de ser mobilizada para os feitos da colonização portuguesa, fosse através das campanhas militares, das expedições científicas ou da demonstração da ocupação do território já pelo colono europeu, como acontece na coleção dos postais. A referência a este trabalho justifica-se porque evoca o maior conhecimento sobre o “outro” e se liga diretamente à explicação do papel do colonizador, o que é intrínseco à elaboração do discurso científico relativamente à colonização que paulatinamente tenta ganhar espaço próprio, descolando da literatura colonial em geral. Elementos como a fotografia, o levantamento descritivo da paisagem, o mapeamento do território foram essenciais para esta autonomia progressiva do discurso científico que se tornou uma das vertentes do próprio facto colonial. Consciente ou inconscientemente foram muitos os que contribuíram para a sua elaboração, sempre em nome do conhecimento e do progresso. Se a ciência permitira ao conquistador permanecer mais tempo no terreno, também permitiria justificar a sua ação no terreno, e verifica-se como descobertas como o quinino, o vapor, o telégrafo, o caminho-de-ferro ou o telefone foram determinantes no incremento das possibilidades coloniais, pela proximidade em termos espaciais e comunicacionais. Contudo, a própria ciência ia criando um afastamento entre colonizador e colonizado, entre o que detinha a chave do progresso e o que a tinha de aceitar.

As descrições, os relatos e as próprias imagens tornaram objetos dinâmicos em modelos de observação estáticos, dada a sua fixação no momento, o próprio ato de descrever os torna estáticos<sup>469</sup>. Ora se a aplicação dos métodos de análise científica não destruiu esse estatismo da observação, o que acontece é que se tende a proceder à elaboração de modelos estáticos de análise ou a cristalizar as análises no tempo, o que foi uma constante no que se refere aos territórios e populações colonizados, como se desde todos os aspetos da natureza até todas as vivências humanas tivessem sido sempre iguais, contínuas e sem qualquer alteração. A realidade colonial era vertida para a ciência como elemento passivo e sem capacidade para alterar-se a si própria: a natureza era selvagem e a humanidade que a habitava incapaz de alterá-la. Os modelos da análise então criados tornam o colonizado no que recebe o

---

<sup>469</sup> Vide Iuri Lotman, “Um modelo dinâmico do sistema semiótico (1974)”, Iuri Lotman, Boris Uspenskii, V. Ivanóv, *Ensaios de Semiótica Soviética*, Lisboa, Livros horizonte, 1981, pp 67-86.

conhecimento sem nada para dar em troca. O seu saber parece não encaixar no conhecimento sistemático que a ciência quer impor, racionalizando o que lhe parece serem práticas apenas reiteradas pelo tempo e nem as chamadas de atenção de autores como Augusto Bastos, analisadas previamente e no que respeita, por exemplo, à medicina tradicional e aos seus benefícios foram tomadas em consideração. O percurso da ciência colonial, como se concebeu chamar-lhe, tornar-se-á num caminho que elimina o saber local, operando uma das maiores mudanças epistemológicas alguma vez ocorrida. Mudava-se o tempo, o espaço e o modo como as populações viviam desde tempos imemoriais e se o impacto foi imenso no que respeita à Europa com as revoluções industriais, em que o processo surge intrinsecamente, imagine-se o que teria significado para povos em que toda a mudança lhe era imposta extrinsecamente, em que todos os seus valores eram considerados ineptos para o progresso e civilização que *outros* tinham decidido que deveriam ter. João Caraça fala do valor da família, quando se refere à Europa e de como este tinha sido secundarizado, pode-se dizer apenas secundarizado, todavia no caso africano é o próprio modelo familiar e de parentesco que é destruído ou fortemente abalado, considerado como impróprio para o progresso<sup>470</sup>. Quer isto dizer que o primeiro espaço de aprendizagem e de socialização do indivíduo sofre as repercussões de uma nova organização política, social e económica que ia tocando em diferentes aspetos e com profundidades diversas as comunidades tradicionais.

Nas palavras de Iuri Lotman pode-se dar uma limitação do sistema semiótico quando o metassistema se torna rígido ao ponto de perder quase todo o contacto com os sistemas reais que pretende descrever. Parece ter sido isso que aconteceu com as tentativas de descrição e interpretação que o meio intelectual metropolitano foi tentando elaborar acerca das terras e gentes colonizadas. À medida que existia mais e mais gente atraída à semiosfera do colonizador, embora fosse filha da terra, através da instrução (porque agora a semiosfera do colonizador precisava que houvesse o domínio por parte alguns da escrita e da matemática para que pudessem colaborar intrassistemicamente), e formada já com a adoção do conhecimento científico europeu, mais ambição havia, por parte desses elementos de integrar a sua própria cultura na semiosfera do colonizador, já que este ocupava não só física com intelectualmente a colónia. No entanto, o colonizador escudava-se na superioridade e absolutismo do seu conhecimento científico e não aceitava as participações destes novos elementos que detinham conhecimento para participar plenamente nos debates científicos internacionais. Paulatinamente o sistema semiótico do colonizador subordinava o sistema semiótico do colonizado, não lhe permitindo sequer a criação de novos espaços de diálogo entre semiosferas e assim se ia perdendo o contacto com a realidade colonial. As vozes, que se cruzavam e que poderiam ter significado o surgimento de uma nova semiosfera, eram, sempre que possível abafadas, mas mesmo assim a elite de filhos da terra criou o seu próprio sistema de compreensão do mundo, os seus modelos de análise que, partindo dos conhecimentos adquiridos com a instrução do tipo europeu e formados na ciência criada para e sobre as colónias, a este aliam alguma sabedoria autóctone, que os fazia olhar com relatividade alguns pressupostos dados como absolutos. Todavia, esta separação não é evidente e homens de ciência metropolitanos, quando nas colónias, colheram os saberes e os argumentos dos seus compatriotas das colónias, gizando novos discursos. Se a ciência era o mote para uma colonização positivada no conhecimento sistemático, esta foi interpretada, manuseada e

---

<sup>470</sup> Vide João Caraça, op. Cit., p. 38.

argumentada de forma diversa pelos diferentes protagonistas que acederam ao discurso científico.

Epistemologicamente o que aconteceu foi que a única forma da semiosfera do colonizador integrar a realidade do colonizado sem que esta assumisse um carácter de extra-sistematicidade foi a sua incorporação de modo estático, através da descrição, tomando as suas estruturas como um índice negativo, aquilo que não deveria ser dentro da semiosfera conhecida, ou seja, a do próprio colonizador<sup>471</sup>. Entretanto, foi mais longe e impôs a sua semiosfera e o seu entendimento do outro a esse mesmo *outro*, isto é, fez prevalecer a sua visão do colonizado ao próprio colonizado que de protagonista de um diálogo é, amiúde, forçado a tornar-se um observador passivo. Os hábitos do *outro*, as vivências do *outro* constituíam a não cultura, a sua própria língua parecia mais incorreta que a correta que era falada pelo colonizador, aparecendo como curiosidade, como mote estético ou como meio de chegar às populações autóctones, mas raramente havia a intenção da sua valorização enquanto testemunho cultural. A linguística, a literatura, a história tratam de colocar estas línguas num patamar de inferioridade face à língua colonial que tem a dignidade de documento escrito e quando a estas línguas *outras* recorrem é para satisfação estética ou para saciar a curiosidade do leitor. Como refere Lotman: *Na esfera da cultura chocamos sem cessar com a tendência que leva a considerar uma linguagem estrangeira como uma não-linguagem, ou, em casos excessivos, a considerar a própria linguagem como correcta, a outra como incorrecta e a fazer da sua diferença um motivo de «correção», quer dizer, a medir a adequação. (...) Existem numerosos exemplos em que a língua estrangeira é assimilada a uma não língua*<sup>472</sup>. Ora o que se produziu foi exatamente o mesmo movimento na esfera científica, não só a cultura considerava as línguas como não línguas ou línguas a corrigir (porque afinal aquela não seria a forma correta de exprimir-se) como a ciência considerava os conhecimentos como não saberes. Como resultado, os autóctones para poderem participar do processo sociopolítico da sua própria terra teriam de penetrar a semiosfera do colonizador, mesmo que isso possa significar algumas vezes quadros de ambivalência, em que se vê o então denominado “nativo civilizado” a ver no seu vizinho do sertão um “indígena incivilizado” e creio ter sido essa maior operação epistemológica que aconteceu: o levar alguém a crer na superioridade total dos conhecimentos que lhe eram propostos extrinsecamente.

Apesar das escolas se concentrarem, sobretudo, nas zonas litorâneas que eram também as zonas preferenciais para destino dos colonos europeus, houve algumas tentativas de introdução do ensino no interior das colónias, fosse através de missões ou de pequenas escolas públicas<sup>473</sup>. Naturalmente e porque se considerava que localmente não havia conhecimentos interessantes para ensinar na escola, os alunos nas colónias eram ensinados da mesma forma que os das metrópoles e nem opiniões como a de José de Macedo, vista anteriormente, em favor do primeiro ensino em línguas maternas, nem A. F. Nogueira que luta igualmente pelo mesmo tipo de ensino, incentivaram uma maior abertura face às culturas locais. A tendência portuguesa acompanhava a orientação internacional em favor da formação das ideias de império desde cedo nas escolas, ensinando a importância da metrópole para a

---

<sup>471</sup> Vide Iuri Lotman, “Um modelo dinâmico do sistema semiótico (1974)”, op. cit., p. 73.

<sup>472</sup> Idem, pp. 73-74.

<sup>473</sup> Vide Adelino Torres, op. cit., p. 144.

vida da colônia e introduzindo os conhecimentos científicos considerados adequados para cada idade. No ensino na infância e, dir-se-ia hoje, adolescência vocacionava-se sobretudo para a realidade europeia, chegando ao cúmulo de nas colônias os alunos conhecerem melhor a geografia da metrópole do que da colônia onde viviam. O século XX não vem a atenuar esta inclinação para a criação de uma consciência imperial ou colonial, antes a aprofunda, fundamentando-se numa ciência paulatinamente mais eurocêntrica na sua concepção<sup>474</sup>. Na história predominam as grandes figuras, os chamados descobridores, conquistadores e pacificadores, enquanto os colonizados são tratados como um conjunto de população indistinta, salvo raras e exemplares exceções que são usados como lições, como Gungunhana no caso português<sup>475</sup>. As línguas ensinadas são as europeias, na geografia instrui-se na morfologia metropolitana, aprende-se a matemática básica e, sobretudo, toma-se consciência que toda a ciência e tecnologia têm uma origem, os países colonizadores.

A colonização tem de ser feita com base em “métodos científicos”, único modo de arrancar as colônias do seu estado improgressivo. Assim, se numa primeira investida, a ciência tem de ajudar a colmatar aspetos como a fixação de população, a produção e integração no circuito económico da metrópole e seus parceiros comerciais, o combate às doenças mortíferas para o colono, o aproveitamento de recursos locais e a governabilidade dos espaços colonizados, num segundo acometimento teria de tomar conta dos aspetos ligados especificamente à população autóctone, como a higiene e a salubridade pública, a saúde e a educação, visando a sua total integração enquanto contribuidores para a sociedade colonial<sup>476</sup>. Ao ler as atas, memórias e outros textos publicados em torno do Primeiro Congresso Colonial Nacional, realizado na SGL, em 1901, verifica-se que todo este debate está lá, sendo uma preocupação expressa desde os primeiros tratados de ocupação efetiva dos territórios. Já as questões relacionadas com a população autóctone pareciam apenas vir associadas a esta primeira necessidade e só, posteriormente, à plena consciência que a problemática envolvendo a população local deveria também ser uma preocupação. Esta situação demonstra que, primordialmente, a questão seria mesmo conhecer a população local e contribuir para o domínio de territórios e populações e somente depois o cuidado em resolver os problemas da população, em nome da qual se tomava as rédeas do presente e do futuro “progressivos”. Na verdade, o ato de colonizar vai-se complexificando, o que obriga à evocação da ciência. Entre os aspetos que contribuem para complicar a colonização moderna encontram-se a competição existente sobre os territórios coloniais entre pares, as potências europeias, a resistência das populações locais à ocupação efetiva, o desapego de parte da população metropolitana ao ideário colonial, a luta política interna nas próprias colônias, o papel que o conhecimento conquistara entre as elites, o acesso de mais pessoas aos meios informativos como os periódicos, o livro ou mesmo os debates públicos. Isto significa que todo o panorama envolvendo o conhecimento e participação social e política estava em rápida mutação, o que obrigava a recorrer a justificações que iam para além de lugares comuns e a formular discursos de captação de uma opinião pública favorável.

---

<sup>474</sup> Vide Pascal Blanchard, Nicholas Bancel, Sandrine Lemaire, *La Fracture Coloniale*, op. cit., p. 98

<sup>475</sup> Idem, p. 101.

<sup>476</sup> Vide Pascal Blanchard, Sandrine Lemaire, *Culture Coloniale: La France conquise par son empire, 1871-1931*, op. cit., p. 55.

Algumas ciências conhecem um forte desenvolvimento com a problemática colonial: a antropologia, devido ao conhecimento dos povos colonizados; a botânica, por causa da identificação e classificação de mais espécies vegetais; a zoologia pela identificação e classificação das espécies animais; a geologia pelo estudo dos terrenos até então desconhecidos. Vulgarizam-se relatórios e inventários e criam-se museus e jardins botânicos para mostrar a diversidade e riqueza debaixo da hegemonia de cada metrópole. Inaugura-se a tendência para a pesquisa seguida de exibição, não interessa só a partilha entre pares, ou seja, entre cientistas, ou a divulgação junto de um público mais lato, interessado nestas questões. É preciso fazer as pessoas interessarem-se pelas temáticas, nem que seja recorrendo a momentos lúdicos como as exposições, os jardins, os museus<sup>477</sup>. Entre a vontade de dar a conhecer, o desejo patriótico de divulgar a grandiosidade da metrópole e o exotismo associado aos gostos do público, ou melhor dos vários públicos que se estendem das camadas mais populares às elites, criam-se diversos acontecimentos de impacto social sob o pretexto da divulgação científica. Estas iniciativas se não legitimam cabalmente as ações colonizadoras, justificam-nas em alguns casos, nomeadamente, no que toca à incapacidade das populações se governarem a si mesmas, necessitando de uma intervenção civilizacional. Ir ver a diferença do *outro*, conhecer as suas características para torna-lo inferior acabou por ser uma consequência destas atividades que, em alguns casos, até teriam boas intenções, como no caso da divulgação da flora, mas em que logo era explicado que por falta de tecnologia e ação humana a natureza se encontrava completamente indómita<sup>478</sup>. As encenações a que estavam sujeitas as exposições, a contextualização em que eram apresentados os quadros humanos e o desconhecimento do público em geral sobre as realidades dessas populações e do meio envolvente conduziram a que depressa se associasse o que se via ao alvorecer da humanidade, comparando o que se observava com os dados que a própria ciência fornecia sobre os

---

<sup>477</sup> Como muito bem explica Olga Pombo, existem vários momentos comunicacionais associados à produção científica: *Mas, se todo o conhecimento científico supõe a mediação de processos comunicativos, importa esclarecer o sentido múltiplo deste conceito de comunicação. Ele envolve três níveis: 1) comunicação horizontal entre pares (legitimação), 2) comunicação transversal entre a ciência e a sociedade (divulgação), 3) comunicação vertical entre gerações (ensino).* O que sucede nos casos da ciência produzida para as colónias é que a estes três momentos que a esta se associam se acrescenta um outro a par da divulgação, tratando-se de uma divulgação com um trabalho de propaganda anexo. Esta situação e esta profunda relação entre o discurso científico e uma divulgação que ultrapassa as fronteiras do publicismo, tornando-se muitas vezes propaganda, levantou problemas, por exemplo, no momento da legitimação, pois alguns cientistas desagradavam-se com essa relação entre discurso científico e discurso político que se ia tornado paulatinamente mais estreita. Esse primeiro momento comunicacional de legitimação é o que mais consequência repercute na comunidade científica, entendendo-se assim parte do descrédito que a ciência colonial acabou por granjear entre os seus pares, sobretudo, porque o discurso alternativo proposto por alguns cientistas que estudavam as colónias foi paulatinamente silenciado. Assim a referida autora explica também: *A ciência não é nunca uma forma de conhecimento solitária e singular. O seu topos de produção é uma comunidade de pares. Um conhecimento só é ciência se for aceite, reconhecido, validado por uma comunidade científica o que, portanto, supõe a sua circulação no interior dessa comunidade. Mas, mesmo antes de pôr à discussão os resultados da sua investigação, o trabalho de invenção e produção de conhecimento faz-se no interior de uma configuração comunicativa.* Vide Olga Pombo, *Unidade da Ciência: Programas, figuras e metáforas*, Lisboa, Centro de Filosofia das Ciências da Universidade de Lisboa/ Gradiva Publicações, S.A., 2011, p. 137.

<sup>478</sup> Vide Pascal Blanchard, Sandrine Lemaire, *Culture Coloniale: La France conquise par son empire, 1871-1931*, op.cit., p. 59.

primórdios da humanidade<sup>479</sup>. As formas de difusão da produção científica diversificam-se, como antes se demonstrou com o exemplo da fotografia, juntando-se a este meio outros que vão surgindo com maior ou menor intensidade, com cada vez mais títulos periódicos e mais variados, com o aparecimento dos filmes, da gravação áudio, etc..

A última fase do processo de comunicação da ciência, o ensino que assegura a passagem de conhecimento no sentido geracional ou vertical, é paulatinamente dominado pela presença colonial, na história, na moral e noutras disciplinas que vão introduzindo a criança na realidade de um estado colonial. Toda a simbologia é dominada por uma retórica colonial que se ancora em dados científicos, como por exemplo no caso da moeda, em que em Angola as notas trazem os descobridores e primeiros administradores da colónia (ainda sem a dimensão que veio a ter) e referências locais aparecem apenas indivíduos indiferenciados ou animais. Portanto, toda a iconografia de aprendizagem, divulgação e elementos quotidianos apontam num mesmo sentido, apoiando naquilo que a história conta, no que a botânica e a zoologia identificam, no que a geologia apresenta, no que as ciências de estado expõem. Tudo parece apontar para o facto de aquelas populações necessitarem de uma orientação externa que apenas poderá ser dada através do método científico, positivado e que produza resultados efetivos. Como consequência, a ciência dita colonial acabou por reforçar uma crença de superioridade do europeu sobre o africano. Mas não é a ciência que produz solitária este discurso, antes esta acompanha esse discurso, convergindo a maioria das vezes, mas algumas outras divergindo do discurso político colonial, contudo sempre fornecendo a justificação que ultrapassa o senso comum para a necessidade de “civilizar” o *outro*. E se algumas ciências parecem potencializar o discurso da superioridade e do racismo, esse movimento não ocorre apenas nas colónias, também as populações metropolitanas estão sob a mesma ação. Todos os que são considerados potencialmente diferentes ou perigosos, são analisados à lupa de uma forma muito própria, através da realização de estatísticas do corpo que ganham o nome científico de antropometria<sup>480</sup>. Nuno Luís Madureira refere, sobre a aplicação destas técnicas em território metropolitano português: *Estamos assim perante um momento singular de transposição de saberes científicos para técnicas de vigilância utilizados pelo estado para melhorar o controlo sobre populações perigosas (...)*<sup>481</sup>. Logo, o fenómeno que se assiste nas colónias é muito similar, justificando-se uma ação dependente da decisão política com a ciência e o discurso científico. Num momento positivista, no século XIX, e neopositivista, nos anos trinta do século XX, em que para além de pensar-se uma unidade da ciência, igualmente, se crê que a ciência solucionará todos os problemas da humanidade, independentemente da tipologia destes. Parece que até a forma social pode ser ensaiada, experimentada e alterada seguindo o que constituía então a metodologia científica<sup>482</sup>.

---

<sup>479</sup> Vide idem, p. 60.

<sup>480</sup> Nuno Madureira refere que a adoção da antropometria foi usada como método oficial e obrigatório nas cadeias portuguesas, com vários estudos e experiências a si associados, em que a finalidade seria a comparação dos resultados da medição corporal. Vide Nuno Luís Madureira, “A Estatística do corpo: Antropologia Física e antropometria na alvorada do século XX”, *Etnográfica*, 7, 2 (2003), pp. 283-303, p. 284.

<sup>481</sup> Idem, ibidem.

<sup>482</sup> Vide Olga Pombo, op. Cit. P. 65.

Os estados passam a usar a ciência para justificar a sua ação, para racionalizar atos que constituem escolhas políticas e isto liga-se ao desenvolvimento da ciência e ao progresso tecnológico e económico, mas também à necessidade do poder político se justificar junto de uma opinião pública com mais conhecimento, mais informação e mais preparação, conseguida através da instrução. Como diz João Caraça, *o exercício do poder, para ser credível e aceitável, precisa hoje em dia de se basear em conhecimentos científicos. Assim, não se visualiza um Estado moderno sem a sua «corte» de conselheiros e administradores de ciência e uma constelação de centros de investigação científica em áreas estratégicas, nem a operação de grandes empresas (...)*<sup>483</sup>. A orientação que o autor refere para os dias de hoje é exatamente o resultado duma tendência que se inicia com a positividade científica e com a sistematização do conhecimento. Claro que isto faz com que a ciência não consiga manter-se completamente imune à influência do poder, referindo o mesmo autor: *O relacionamento com o poder é mesmo a principal componente das interações da ciência com as áreas política, económica, social e cultural. O questionamento da ciência não pode, pois, deixar de ter em conta o quadro deste relacionamento*<sup>484</sup>. Assim, o surgimento de uma ciência colonial explica-se por si só como uma necessidade, mas também como resultado de uma tendência relacional com o poder político<sup>485</sup>. O poder tem a capacidade de legitimar ou não, de fornecer ou não uma identidade cultural ao conhecimento e este, a partir de meados do século XIX e até hoje, está diretamente associado à produção científica. Se a colonização fazia parte do projeto político, estava incorporada na identidade nacional seria natural que tivesse as suas repercussões na ciência. O discurso científico estava então sujeito à autoridade e à violência do poder político, tanto na sua vertente material como imaterial, tendo por isso de confrontar-se, complementar ou coadjuvar o discurso político<sup>486</sup>. Pode-se, por isso, dizer que existe uma intenção que se estende da metrópole para as colónias e que se ancora na justificação da ação política através da preparação e do conhecimento. Daí que as mensurações humanas fossem uma prática, tanto na metrópole como na colónia, e viessem de outras ciências até penetrar a antropologia e a medicina, pois começaram por ser feitas no âmbito da arqueologia e da paleontologia, com o recurso a cadáveres<sup>487</sup>.

O interesse pelas características humanas conhece um surto por toda a Europa nos anos de 1880, sendo o crânio e, depois a cabeça, a tornar-se o objeto de estudo por excelência, também na antropologia. Descobrir os diferentes tipos humanos, as anomalias biológicas, e encontrar linhas de psicologia étnica foram das problemáticas mais colocadas no âmbito dos estudos de craniometria. A classe médica junta-se aos antropólogos reivindicando a sua quota-parte neste trabalho de análise e descrição anatómica. O que se pretende é apreender traços gerais que cada indivíduo representa, mesmo que partindo das características de cada um. Por essa via, pensava-se ordenar-se as raças, reconstruir elos perdidos com o passado, identificar

---

<sup>483</sup> João Caraça, op. Cit., p. 65

<sup>484</sup> Idem, p. 64.

<sup>485</sup> *O saber encontra-se, assim, «alinhado» em relação ao poder, resultando as condições de eficiência e eficácia de ambos da sua mútua coexistência.* Idem, ibidem.

<sup>486</sup> *A violência é a capacidade de agir sobre pessoas ou coisas. A violência está intrinsecamente relacionada com o campo da acção, ou seja, com a possibilidade de manipulação da dimensão material. A autoridade, por outro lado, é a capacidade de influenciar a evolução do sistema. A autoridade está intrinsecamente relacionada com a possibilidade de operar na dimensão imaterial.* Idem, p. 65.

<sup>487</sup> Vide Nuno Luís Madureira, op. Cit, p. 284.



as constâncias dos tipos étnicos, etc.<sup>488</sup>. Parecia ter-se tornado um elemento perturbador a possibilidade de persistirem seres inferiores, de gente com características de selvageria nas sociedades contemporâneas. Contudo, algumas conclusões científicas contradiziam os pressupostos dos resultados que se propunham obter. Ainda em 1889, no Segundo Congresso de Antropologia Criminal, não se chegava a nenhuma conclusão quanto às características específicas do delinquente. No entanto, a crença no progresso era tal que se acreditava que tudo o que era possível, incluindo corrigir toda a degenerescência, não é por isso de estranhar que o eugenismo tenha ganho protagonismo ao longo das primeiras décadas do século XX. Tendo surgido no século XIX, a antropometria tinha conquistado um método científico que legitimava as suas teorias, mas no século XX consegue tornar-se uma técnica de investigação aplicável a qualquer comunidade, a qualquer povo<sup>489</sup>. A preocupação com a formação genética da população acompanha os avanços da antropometria, e nas primeiras três décadas do século XX, a eugenia torna-se numa disciplina que se desdobra em sociedades de conhecimento, de ambos lados do oceano Atlântico. Muitas vezes com boas intenções, outras apenas com o fim de controlar a população, o eugenismo atravessou ideologias, partidos políticos e movimentos sociais, da esquerda à direita, de feministas e livre pensadores a crentes na supremacia branca<sup>490</sup>.

Quer isto dizer que os métodos supostamente científicos, que serviram para justificar a inferioridade das populações autóctones eram exatamente os mesmos, que justificavam a discriminação de alguns grupos sociais e indivíduos na metrópole. Claro que a massificação destes estudos e a sua focalização no “outro”, para a qual contribuiu a exibição de pessoas como se de espécimes experimentais se tratassem, contribuem para colocar o acento tónico nas comunidades com características de alteridade, mas que se tenha presente que isto constituiu uma orientação da época presente em diversos países e foi amplamente aplicada nas metrópoles. A tendência para o controlo pelo Estado dos seus cidadãos liga-se a este tipo de métodos e é transversal a vários sistemas e regimes políticos, sendo que em Portugal, é a Primeira República que introduz a carteira de identidade para todos os funcionários públicos, em que eram anotadas algumas características físicas. Se, por um lado, se universaliza o indivíduo no sentido de obrigar todos a terem o mesmo tipo de identificação, por outro lado, o estado acede aos dados pessoais dos seus cidadãos. E a orientação é para que este procedimento se estenda às colónias que, sob domínio português apenas vêm a conhecer um estudo sistemático das suas populações com as equipas montadas por Mendes Correa. É com o Estado Novo e apenas nos anos trinta que se instalam novos laboratórios para o estudo das populações colonizadas.

Esta situação leva a que facilmente se consiga entrar em quadros em que a superioridade técnica, científica e supostamente cultural do colonizador se torna num elemento perene do sistema colonial, convertendo alguns elementos nativos através da instrução e até da sua inclusão na ciência, mas sempre criando esta sensação de superioridade tanto em colonos como colonizados, tendência que facilmente penetrava nas sociedades, tanto metropolitana como colonial. Não era apenas o discurso científico que legitimava essa sensação que se

---

<sup>488</sup> Vide, idem, p. 285.

<sup>489</sup> Vide idem, pp. 290-294.

<sup>490</sup> Vide Dohra Ahmed, *op. cit.*, pp. 55-56.

tentava impor como lógica. Para isso também tinham contribuído os séculos de escravatura, pois nenhuma etnia escraviza sistematicamente outra sem que isso não traga consequências para o seu relacionamento. Da inferioridade biológica passar-se-á, quando esta já estiver completamente fora dos domínios científicos, à diferença cultural, sendo que uns povos teriam uma cultura mais correta que outros, apresentando-se a língua, o sistema de parentesco, a religião, o costume como marcas de inferioridade e de necessidade de intervenção civilizadora<sup>491</sup>. Alternando entre uma e outra tendência e, posteriormente, abandonando completamente as classificações biológicas, a verdade é que o sentimento de desnível nas relações entre colonizador e colonizado foi permanente e, como tem vindo a ser apresentado, amíúde com o contributo do discurso científico. A par das questões biológicas havia um outro recurso argumentativo que era o de promover o progresso das populações, logo de promover uma evolução social em direção à civilização. A colocação de uma utopia de concretização no futuro em vez de num espaço diverso (como anteriormente visto, o espaço era agora conhecido, só o tempo poderia levar a concretizações que agora pareciam impossíveis, portanto à concretização utópica) permitia a criação de um discurso que se baseava no trazer para o presente e para o futuro aqueles que se encontravam no passado, e estes eram todos os que não dominavam os avanços tecnológicos e científicos<sup>492</sup>.

Assim e como resultado do que se expõe, surge como natural a fundação de estabelecimentos de ensino vocacionados diretamente para o estudo da questão colonial, com variações que vão do Gabinete Colonial na Grã-Bretanha, às Escolas Coloniais em França e em Portugal, ao Comité Económico Colonial na Alemanha, tendo mesmo este último país sido o primeiro a introduzir o estudo das línguas africanas no Seminário Oriental de Berlim, logo em 1887. Quanto aos estudos sociais em África, estes confundiram-se com os estudos etnográficos que ganham grande preponderância nesta época. Nos vários países colonizadores e ligados à ciência iam aparecendo vozes discordantes, entre as quais pode-se alinhar José de Macedo, entre outros em Portugal, ou a de Henri Rolin que foi sempre cético em relação ao modo como se desenrolava a colonização, apesar de se ter notabilizado pelas suas lições em estudos coloniais em Bruxelas. É ainda de referir que os primeiros trabalhos orientadores e fundadores da área surgiam através da pena de militares ou de indivíduos incorporados em campanhas militares, expedições de reconhecimento do território, etc., como foi o caso do Tenente Velloso de Castro, anteriormente referido. Igualmente, os missionários foram determinantes para a recolha dos primeiros dados sistemáticos sobre as línguas, os saberes ali tradicionais, incluindo a recolha de dados que transformavam em relatórios ou em informação apenas para uso próprio relativa ao ensino aos nativos das primeiras letras e das artes e ofícios<sup>493</sup>. Proliferava o interesse de cientistas e intelectuais pelas colónias, o que fazia crescer o número e variedade textual produzidos, com a implementação de cada vez mais disciplinas ensinadas nas metrópoles sobre as colónias, com professores que iam desde os chamados coloniais (que podiam ser homens de negócio) aos missionários ou militares. Apenas com o correr do tempo e com a sistematização do ensino, se encontram professores de carreira académica a dedicarem-se à investigação dos temas ligados às colónias, isto é, o início do conhecimento e o

---

<sup>491</sup> Vide Michel Wieviorka, op. cit., pp. 33-36.

<sup>492</sup> Vide Dorha Ahmed, op. cit, p. 65.

<sup>493</sup> Vide Adrew Roberts, "The Imperial Mind", A.D. Rboerts [editor], *The Cambridge History of Africa, 1905-1940*, Vol. 7, 1986, p. 369.

seu veículo não são os trabalhadores da ciência, embora as expedições científicas e o acompanhamento das campanhas militares por indivíduos com experiência científica. Apesar das grandes campanhas de recolha científica como as lançadas por Napoleão, rarearam as expedições em que iam indivíduos apenas com tarefas e desígnios científicos, sendo mais comum estes incorporarem iniciativas com outros fins. No caso africano, isso é notório e pode-se dizer que conhecimento sistemático e ocupação efetiva aliaram-se e só a partir daí foram codificados muitos dos conhecimentos que originaram o que veio a ser classificado como ciência colonial.

Em termos gerais, o que isto significou foi que a recolha de dados científicos teve de subordinar, amiúde, aos desígnios políticos. Contudo, havia um interesse genuíno que levou ao florescimento de uma produção textual, também nas ciências. Ciência e literatura cruzam-se, pois, não só porque existem fronteiras pouco definidas em termos de estilo e, por vezes, até de conteúdo, mas porque, por exemplo, é da recolha etnográfica das tradições orais das populações africanas que se acede não só a parte dos saberes locais como a todo um manancial de literatura oral que pode, pela primeira vez, ser lida na Europa. A introdução de novas tecnologias como o fonógrafo teriam contribuído para que esta tarefa, apesar das dificuldades técnicas que se apresentavam ao seu uso no trabalho de campo. Na alvorada do século XX, surgem ainda os primeiros livros publicados sistematicamente sobre a história africana que, em parte, dependem da recolha de elementos locais, mas em que é sempre dada mais credibilidade aos documentos produzidos por povos com escrita e que fixaram em texto determinados acontecimentos e tendencialmente escreve-se uma história da presença branca, ou seja, como se a história africana apenas interessasse quando cruzada com a europeia<sup>494</sup>. Narrativas como as dos portugueses sobre os primeiros contactos com os africanos e o estabelecimento das primeiras feitorias e cidades em África, a fixação da sua própria história por parte das comunidades brancas da África do Sul, os relatos de viajantes, a história oficial dos povos com escrita que frequentavam África constituíram os relatos factuais iniciáticos dessa história de África que apenas no século XX conhece uma sistematização, mas sempre olhando do mesmo lado. Se assim foi até à Primeira Guerra Mundial que até servira de pretexto para as elites locais africanas reclamarem o seu espaço e para as metrópoles as perseguirem, entre as duas guerras mundiais, assiste-se a uma proliferação de visões científicas de África e para tal contribuiu seriamente o empenho de alguns cientistas norte-americanos que, inclusivamente, se deslocam em trabalho de campo a África.

Uma nova visão surgia acerca da contribuição dos africanos para a construção das grandes nações do continente americano e que não vinha apenas de movimentos políticos ou sociais, era sustentada em contracorrente num período ascendente dos racismos europeus. Refiro-me não apenas norte-americanos cuja contribuição está mais documentada mas a autores de diferentes proveniências no continente americano, que se estendem de Franz Boas e Melville Herkovits a Gilberto Freyre e Fernando Ortiz e tantos outros que perceberam que o africano tinha sido um elemento ativo nas sociedades coloniais e agora nas sociedades livres e independentes, mesmo que inseridos nessas mesmas sociedades de forma subalterna e com as possibilidades de participação cerceadas ou controladas. Esta mudança de visão sobre o

---

<sup>494</sup> Vide *idem*, p. 57, em que o autor refere que entre 1905 e 1930 teriam sido produzidos 40 livros sobre história africana por autores britânicos.

negro tocou alguns intelectuais europeus e, sobretudo, dava razão a todos os que tinham defendido a completa progressividade do negro e a sua possibilidade de participação cabal na sociedade. José de Macedo é um desses intelectuais que várias vezes e desde muito cedo recorre ao exemplo norte-americano, lamentando que os negros ainda sejam vistos como indivíduos com menos capacidades, quando desempenham já papéis exatamente idênticos aos dos brancos sem revelarem qualquer inferioridade de aprendizagem e execução, afirmando, por isso, que as diferenças relativamente às capacidades são entre indivíduos e não entre “raças”. Quanto às metrópoles europeias, estas persistiam numa tendência para o estudo das suas próprias colónias, havendo algum interesse pelo restante território, mas de um modo pouco desenvolvido, podendo afirmar-se que de facto eram as questões ligadas administração colonial que promoviam o interesse científico sobre os territórios africanos e que determinavam as prioridades de estudo. Mesmo assim sendo, os alemães e os franceses publicaram até aos anos trinta do século XX alguns livros sobre territórios que não correspondiam às suas colónias, contrastando, por exemplo, com os britânicos cujas únicas exceções extraterritoriais se ligam a livros publicados contra os portugueses, alemães ou belgas, seus diretos concorrentes nas suas zonas de interesse<sup>495</sup>.

De novo exemplifico como o recurso ao discurso científico pretendia implementar uma ideia de como proceder a uma colonização científica dos territórios africanos, últimas áreas do globo em que os europeus penetravam em termos de ocupação efetiva. E para tal, cito Carneiro de Moura que chegou a ser professor da Escola Colonial, mas que também se candidatou (e talvez tenha sido selecionado) ao lugar de professor da Faculdade de Estudos Sociais e Direito da Universidade de Lisboa, cujo trabalho apresentado para candidatura analisei. Ora, Carneiro de Moura pega em vários exemplos científicos para explicar medidas tomadas pelas potências coloniais e note-se que essas medidas podiam ser de alcance genérico ou engendradas por cada poder colonial. Assim, cita os casos da Conferência de Bruxelas e o Congresso de Medicina de Paris para justificar porque se tentava travar o alcoolismo. As razões eram médicas: *enfraquece o organismo, degenera a raça, gera o cancro do fígado, arruina os intestinos, imobiliza o estomago, e dá origem à mais nefasta criminalidade*<sup>496</sup>. Completa a sua ideia estabelecendo a analogia provada *entre a sociedade e o individuo* que demonstraria *que as sociedades humanas teem, como o homem, órgãos cujas funções a sciencia reconhece na manha fatal da civilização*<sup>497</sup>. Aqui se encontra o argumento anteriormente exposto, a evocação de uma colonização para o progresso que encontra na ciência a resposta para todas as problemáticas, sejam estas relativas ao Homem ou à Natureza, ao aspeto físico e material como às questões imateriais. Cita, ainda, os congressos de sociologia colonial que, já tendo obtido resultados das missões coloniais, procediam à análise científica da colonização. Prosseguindo, enfatiza o facto de já existir uma ciência colonial que poderá promover contribuir para a educação das populações de modo a garantir o seu rápido progresso, concluindo *pelas missões civilizadoras, pela acção escolar, pelo bem estar dado aos aborigenes, é necessário tornar-lhes fácil e expontaneo o amor á nossa civilização*<sup>498</sup>. A política apropriada e a educação fariam o colonizado vir a integrar-se e a admirar a “civilização” do

---

<sup>495</sup> Vide Idem, p. 59.

<sup>496</sup> Carneiro de Moura, *op. cit.*, p. 295.

<sup>497</sup> Idem, *ibidem*.

<sup>498</sup> Idem, p. 298.

colonizador, mas tendo em atenção que teria de haver uma preparação para a educação, evitando quebras imediatas com o meio envolvente. Exorta-se ao respeito, mas sempre com a ideia que toda a cultura do colonizado é algo de povos ainda primitivos, mas que tem de ser conhecida pelo colonizador para uma intervenção correta e conducente aos resultados esperados. Defende, ainda, o estímulo ao trabalho, mas sem formatos compulsivos como a escravatura ou o trabalho serviçal obrigatório e que deveriam ser criadas pequenas linhas de crédito para que os trabalhadores “indígenas” pudessem desenvolver a sua atividade e fixar-se na terra. O autor entra, então, em sugestões que nunca chegaram a concretizar-se porque ao discurso desenvolvimentista juntava-se uma prática que pretendia captar e manter todas as fontes de riqueza locais.

Reforçando o papel do discurso científico e no sentido de justificar plenamente o esforço português na colonização refere: *A sciencia da colonização demonstrou, pelos dados da obra colonial, que são os portugueses os mais próprios para a colonização tropical*<sup>499</sup>. Continua enumerando um conjunto de ações levadas a cabo no ato colonial sem nunca se esquecer dos “postos de civilização”: os meios de comunicação (caminho-de-ferro, telégrafo, portos) e, claro, as missões de estudo. Realçando sempre a ideia de “plano científico de administração colonial moderna”, conclui que a colonização portuguesa tem desempenhado o seu papel no âmbito daquilo que são todas as tendências modernas de progresso e ocupação dos territórios com respeito pelos tratados internacionais. Em suma, todas as reuniões científicas internacionais, desde 1890, apontavam para a necessidade dos estados europeus proverem progresso aos territórios que se encontravam “atrasados” de modo a tornar habitáveis e prósperos todos os lugares da terra. Através da ciência Carneiro de Moura consegue provar, o seu ver e de muitos seus contemporâneos, que Portugal e os outros países europeus tinham um papel importante a desempenhar e que este só seria possível através da ciência e da ocupação colonial. Lembre-se, ainda, que o prestígio que a ciência tinha adquirido nos últimos anos levava a crer que traria todas as soluções e que apenas administrações e decisões políticas baseadas na ciência poderiam conduzir ao desenvolvimento<sup>500</sup>. Assim e pensando ter encontrado povos incapazes de produzir ciência, os europeus dispunham-se a produzir conhecimento científico específico para governar aquelas populações, numa perspetiva sempre centrada nas metrópoles. A visão positivista da ciência, o descartar dos saberes tradicionais locais e a asserção de que a cultura europeia era superior e tendencialmente aqueles povos eram pouco ou nada dinâmicos leva à criação daquilo que se chamou ciência colonial para prover o progresso dos povos, mesmo que para isso estes tivessem de sair da sua cultura tradicional para incorporarem uma que lhes era estranha.

Para os estados colonizadores europeus, mantinha-se a produção de conhecimento específico para a manutenção de uma situação que iria garantir ao colonizado aceder ao saber, ser semelhante mas não igual, nas palavras de Achille Mbembe<sup>501</sup>. Os métodos quantitativos, como a estatística, a história, a cartografia, a agricultura, a biologia, a zoologia forneciam

---

<sup>499</sup> Idem, pp. 302-303.

<sup>500</sup> Martin Dugard demonstra de uma forma interessante esse prestígio: *A ciência era considerada uma forma elegante para um homem de posses ocupar os seus dias*. Martin Dugard, op. cit., p. 123.

<sup>501</sup> Achille Mbembe, “Formas Africanas de Escrita de si”, *artáfrica*, Centro de Estudos Comparatistas – Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, 7-03-2010, [http://www.artafrica.info/novos-pdfs/artigo\\_21-pt.pdf](http://www.artafrica.info/novos-pdfs/artigo_21-pt.pdf), p. 9.

elementos para manter e recriar essa diferença e manter a ambivalência relativamente à organização local, sendo o costume, por um lado, aceite e respeitado, e por outro (sempre que colidia com os interesses do Estado colonial) desconsiderado ou mesmo eliminado por ser contrários aos princípios da civilização. Assumir o costume era arrogar diretamente a diferença (lembre-se de novo o ênfase que o autor precedente, Carneiro de Moura, dá “ao respeito pelos seus usos e costumes”) e, em simultâneo, reconhecer no outro a alteridade e julgá-la como inferior à mesmidade que o colonizador aporta. Mesmo quando se opta por uma política assimilacionista, o facto de trazer o *outro* para a *nossa* cultura, indica que a *nossa* é mais correta que a do outro, portanto, mesmo este apreendendo todas as ferramentas para manusear a *nossa* cultura nunca será exatamente igual a nós. Oscilava-se entre a “diferenciação” e a “assimilação” e, entre as duas guerras mundiais, assiste-se a um exercício de adaptação cultural no contexto de uma política muito orientada pelos resultados empíricos das experiências levadas a cabo no terreno, resultando num esforço de burocratização, com a expansão do Estado moderno nas colónias, introduzindo o autóctone na dimensão administrativa colonial<sup>502</sup>. Como refere Mbembe, *o negro em especial tem de ser convertido a ele. Esta conversão constitui a condição para ser percebido e reconhecido como um nosso semelhante e para que a sua humanidade, de outro modo indefinível, possa ser representada. Uma vez satisfeita esta condição, o projecto de assimilação pode prosseguir, com o reconhecimento de uma individualidade africana distinta das identidades tribais genéricas*<sup>503</sup>. Ora essa conversão faz-se através da introdução do indivíduo na semiosfera do colonizador, do que quer assimilar, através da instrução, através da participação controlada em algumas instituições coloniais, de modo a inseri-lo na sociedade colonial, mas lembrando-lhe em simultâneo da sua origem e muitas vezes incentivando a representação simbólica das tradições dos grupos étnicos de origem destes indivíduos que pela sua urbanidade, pela profissão que têm ou pela educação se tornam intermediários entre o costume e a “civilização”.

Assim, a questão do ensino e da participação dos autóctones das colónias no discurso científico e no ensino é paradoxal. Por um lado, justifica os argumentos civilizatórios que os Estados europeus se serviram para colonizar, por outro lado, concede aos colonizados a capacidade de se expressarem e participarem, mesmo que com o cunho de diferença, na mesmidade, ou seja, usarem das mesmas ferramentas que o colonizador para se expressarem, ou melhor poderem integrar na semiosfera do colonizador a alteridade do colonizado. Um dos processos através do qual isso foi feito é o ensino, o outro a participação discursiva. Esta situação e a capacidade de participar e conseguir uma posição não só nas instituições da administração colonial como a conseguir expor pela via do discurso as suas ideias, algumas destas contrárias aos interesses imediatos da colonização. A competição entre colonos e a elite dos filhos da terra leva a que, desde finais do século XIX, fossem paulatinamente sendo cerceadas as oportunidades aos colonizados cultos e educados, para diminuir a competição com os europeus. E esta situação repete-se nas colónias francesas, inglesas e portuguesas, sendo significativa em termos de tendência<sup>504</sup>. Portanto, apesar de integrado na cultura metropolitana, o colonizado nunca acedia exatamente às mesmas oportunidades que o

---

<sup>502</sup> Raymond F. Betts, “A dominação europeia: métodos e instituições”, Albert Adu Boahen [Editor], *História Geral da África, VII: África sob dominação colonial, 1880-1935*, Brasília, UNESCO, 2010, 2.ª Edição Revista, p. 356.

<sup>503</sup> Achille Mbembe, op. cit., p. 9.

<sup>504</sup> Vide Raymond F. Betts, op. cit., pp. 357-358.

metropolitano, sendo por isso um semelhante mas não um igual. Todavia, algumas áreas de conhecimento científico e com o apoio das populações locais, em papéis em geral subordinados, é certo, mas com uma contribuição determinantes destas áreas, produziram efeitos positivos como a diminuição da taxa de mortalidade que levaram à duplicação da população entre 1930-1960, à sua maior resistência, e provavelmente a uma consolidação do apoio às ideias autonomistas e independentistas, fruto de uma população mais integrada no próprio sistema que a colocava sistematicamente à parte<sup>505</sup>.

Quanto ao ensino nas colónias, os britânicos cedo alteram o seu procedimento face aos outros poderes europeus, centralizando o ensino nas próprias colónias e evitando a deslocação dos estudantes e a sua concentração na capital, Londres. Já Paris, Bruxelas ou Lisboa retardaram essa mesma iniciativa, resultando na reunião dos estudantes das colónias nas capitais das metrópoles, o que acabou por gerar no caso francês e português movimentos de solidariedade entre as elites colonizadas e sinergias aos movimentos socioculturais que pretendiam a dignificação do negro. O facto da ciência se ter deslocado para África, no caso inglês e porque os ensinos de nível superior significam uma ligação direta à produção científica, e o facto de os intelectuais com possibilidade de aceder à ciência se deslocarem às capitais das metrópoles para estudar, como nos casos português, belga ou francês, leva à circulação de saberes entre sistemas culturais, logo entre semiosferas. De novo, mesmo produzindo ou reproduzindo a visão europeia do conhecimento, tanto nas cidades africanas como europeias, existia um novo tipo de aluno que aprendia como os *outros* o viam, porque aprendia na linguagem e conceção europeia a realidade africana cientificamente fixada, por vezes e como foi referido anteriormente, quase estática<sup>506</sup>. A África tornava-se desconhecida para os seus próprios filhos para ser reconhecida através dos olhos europeus e assim chega-se à realidade de ter cientistas africanos a participarem como pares na produção científica, tanto naquela que se consignou designar por ciência colonial como na ciência em geral. O que assim se permitiu foi que a elite colonizada que sucedia nos estudos superiores pudesse entrar na discussão entre pares e, talvez, fosse esta a sua oportunidade para fazer reverter a estatismo da ciência produzida sobre o continente africano, ou seja, acediam a mais um dos tipos de discurso dominado pelo colonizador, podiam ser seus pares e desmistificar a colonização científica de África, processo que se vai revelar longo, mas profícuo, pois é nas academias que germinam movimentos como a negritude. Apropriar-se do conhecimento, lançar a dúvida, diversificar os discurso constituiu um processo demorado, mas profícuo, pois resultava no aprofundamento de alguns estudos e no revisionismo de alguns conceitos, pois como refere Roman Ingarden, *es indispensable para el origen y desarrollo de la ciencia que los científicos se entiendan entre sí y se pongan de acuerdo en cuanto a los resultados ya alcanzados y en cuanto a las cuestiones todavía por investigar o sobre las cuales haya duda*<sup>507</sup>. Como anteriormente mencionado, a comunicação entre pares é essencial para a construção científica e assim se renovava o discurso científico, deixando de funcionar apenas num sentido. Colonizador e colonizado podem, agora, estar do mesmo lado.

---

<sup>505</sup> Vide John Charles Caldwell, “As repercussões sociais da doutrinação colonial: aspetos demográficos”, Albert Adu Boahen [Editor], *História Geral da África, VII: África sob dominação colonial, 1880-1935*, Brasília, UNESCO, 2010, 2.ª Edição Revista, p. 529.

<sup>506</sup> Vide Jorge Urrutia, op. Cit., p. 25 e 51.

<sup>507</sup> Roman Ingarden [traducción de Gerald Nyenhuis H.], *La comprensión de la obra de arte literaria*, Ciudad de México, Universidad Iberoamericana, 2005, p. 191.

Claro que o ponto de partida é manifestamente europeu e, como se sabe, o conhecimento científico é cumulativo, o que quer dizer que mantém a memória do conhecimento já criado. Assim, a literatura científica quer-se cumulativa, por vezes, revisionista, mas tendo sempre presente o seu ponto de partida e podendo apresentar todo o raciocínio de modo entendível para que possa perdurar enquanto conhecimento já formado. Assim, na obra científica a relação com o leitor ganha a mesma preponderância que se encontra em toda a literatura em geral, independentemente, do seu suporte de publicação. Se no caso da ciência esta tem de ser entendida entre pares e esse é o primeiro nível de leitura, também para poder ser ensinada precisa de ser divulgada entre os cidadãos ligados a todas as áreas do conhecimento ou ao ensino mais especificamente, daí a proliferação de rubricas e suportes periódicos dedicados à ciência, numa tendência que se inicia com o século XIX e com a imprensa periódica regular. Dado que o interesse na obra científica é, em geral pragmático, pode-se encontrar neste uma limitação que leva a que os publicistas ligados à ciência e à pedagogia tenham de encontrar atrativos estéticos e conteúdos entendíveis por todos, evitando ambiguidades mas recorrendo a ferramentas do texto literário, como o diálogo com o leitor, a comparação com elementos ou factos previamente conhecidos pelo leitor, etc. Mas se isto se aceita na obra de divulgação científica, no tratado científico ou na apresentação da obra científica aos pares deve ser evitado, optando-se por uma linguagem rigorosa e precisa<sup>508</sup>. Interessa-me aqui expor que tanto no processo criativo como no processo de fixação textual, literatura científica e obra de arte literária podem ter muitos pontos de conexão. Apesar de parecerem absolutamente distintas e segundo os momentos de comunicação da ciência que Olga Pombo expõe, apresentados anteriormente, os recursos literários associados à expressão artística podem ser intercomunicantes com a literatura científica por a esta se associarem no captação de um público mais vasto ou na necessidade de ensino a gerações posteriores ou simplesmente a gerações mais novas contemporaneamente ao facto científico. Retomarei de novo este assunto, já em formato de análise textual para seu aprofundamento.

Voltando à obra científica especificamente, esta constitui por si só um diálogo com o leitor, sobretudo, quando o leitor é um dos pares (e com a progressiva educação das elites colonizadas, um par pode estar do lado do colonizado ou do colonizador, grosso modo, porque por vezes as fronteiras sociais apresentam zonas “cinzentas” de difícil definição) ou tem alguma habilitação sobre a matéria e assume o papel de divulgador científico ou publicista. Se a obra se apresenta aos olhos do leitor como completamente nova, vai exigir-lhe que aprenda algo, contudo, para ser entendível, tem de remeter a um conhecimento prévio, logo terá de encaminhar para o conhecimento prévio dentro daquela área para que o leitor possa ser contextualizado. Mesmo assim e no caso de uma teoria revolucionária ou completamente nova, espera-se que o leitor, porque entendido na matéria tenha uma leitura crítica do texto, mantendo a sua liberdade intelectual face ao que lhe está a ser apresentado. Mais uma vez, também na leitura do texto, encontra-se semelhanças com a obra de arte literária, pois o leitor para apreciar o novo tem de alguma forma associar essa novidade a alguma experiência sua prévia ou algum conhecimento precedente. O que se assume aqui é que tanto ao nível do leitor como do produtor da obra científica se dá uma proliferação de atores e uma diversificação quanto às suas origens sociais e até mesmo étnicas. Se a educação e o conhecimento os podem nivelar em grupos, os seus percursos individuais são extremamente

---

<sup>508</sup> Vide idem, p. 195.



importantes para a forma como constroem a obra ou a leem. Particular interesse ganham estas análises se pensar-se que aqui se estudam dois autores, um filho da terra, angolense que se destacou enquanto publicista científico e tendo iniciado estudos científicos com alguma profundidade, Augusto Bastos, e outro metropolitano, professor e jornalista, publicista e cientista, José de Macedo, ambos escrevendo para os seus pares e para o público. Se em *Traços Geraes sobre a Ethnographia do Districto de Benguella* e *Monographia da Catumbella*, Augusto Bastos escreve para os seus pares, encontram-se vários textos seus publicados em periódicos sobre questões científicas e culturais. Igualmente em José de Macedo, encontram-se textos de divulgação e textos criados para os seus pares, como são os casos de *Autonomia de Angola*, *As nossas riquezas Coloniaes* ou da sua tese de doutoramento, a par de inúmeros textos de divulgação e publicismo como *A socialisação do ensino*, *O Cooperativismo*, *O Poderio da Inglaterra*, e tantos outros publicados enquanto artigos de jornal.

Contudo, o discurso científico acarretava consigo os conceitos produzidos no âmbito de uma semiofera e a incapacidade de muitas vezes compreender que a realidade africana, em tantos aspetos nova para a Europa, era todo um processo dinâmico. Assim lê-se Bastos a tentar documentar os conhecimentos de medicina tradicional num livro publicado para os seus pares (*Traços Geraes sobre a Ethnographia do Districto de Benguella*), ou observa-se Velloso de Castro a integrar práticas de medicina tradicional no seu álbum fotográfico sobre as campanhas dos Cuamatos, previamente analisadas, que não recebem eco nos produtores de ciência metropolitanos, antes parecem passar ao lado dos interesses dos que queriam criar um conhecimento completamente novo sobre todas as áreas científicas que podiam ser aplicadas em África. A tendência para retirar os saberes e objetos do seu contexto, mesmo quando recolhidos por entusiastas e cientistas e expostos em museus, a descrição estática e passiva, o descrédito dado aos saberes tradicionais, apesar do reconhecimento por parte de muitos entendidos do seu valor e o seu afastamento do discurso dominante fizeram com que tudo parecesse presente e futuro no que toca a África. Isso não invalidou, como se vê, que muitas vezes dissonantes tentassem introduzir outros elementos no discurso científico, mesmo acreditando na possibilidade de que um melhor conhecimento da realidade, um método científico aplicado sistematicamente à especificidade africana poderia produzir melhores resultados. Contudo, teria de ser um conhecimento inclusivo, enquanto a tendência da ciência metropolitana, paulatinamente, se tornava mais exclusiva com saberes produzidos a partir da metrópole e com a obrigatoriedade dos que estudam cientificamente entrarem nas semiosferas metropolitanas, recusando ou pelo menos distanciando em termos de primazia os saberes ancestrais das suas culturas originárias. Tratava-se de uma operação lógica de efeitos quase incalculáveis, pois epistemologicamente teria de reconhecer-se um só caminho, o da ciência usada pelos que se consignaram chamar a si próprios ocidentais.

Assim, a preparação alcançada por esses intelectuais permitiu que obras como a *História Geral da África*, publicada pela UNESCO, fossem possíveis, pois manuseando as mesmas formas discursivas puderam proceder à revisão de alguns resultados científicos que eram, afinal, parciais. Diz o editor da obra que se *pretende corrigir essa falsa interpretação da escola colonial* (interessante como evita os termos “história” ou “ciência colonial”), *para estabelecer os fatos e dar relevo à perspectiva africana que resolvemos destinar sete capítulos ao tema das iniciáticas e reações africanas. (...) Na verdade, como se poderá constatar em certos capítulos deste volume, a natureza das reações africanas à colonização foi determinada não só pela*

*situação política e etnocultural com que se defrontavam os povos africanos, mas também pela própria natureza das forças socioeconómicas presentes em cada sociedade à época do confronto, bem como da sua organização política*<sup>509</sup>. Portanto, pretende o editor a pluralidade de vozes na construção da história da África e do próprio fenómeno colonial. Diversidade comprometida aquando da produção histórica debaixo do jugo colonial, decerto por esta estreita relação entre ciência e poder, entre construção do facto histórico e poder. Significa isto que as consequências do discurso político surgido com o facto colonial têm um alcance imenso, ainda notado no presente, em que existe a necessidade de elaborar uma resposta a esses saberes durante anos propalados a partir das escolas coloniais. Nesse sentido, convém destacar que nem todos os autores assumiram as mesmas posições e que a diversidade foi um elemento constante, apesar de nem sempre ser apresentada enquanto tal. Realistas e utopistas, cientistas e curiosos, artistas e técnicos, produtores textuais e leitores, todos detiveram um papel naquilo que veio a tornar-se no discurso dominante que chega até aos dias de hoje. Os autores estudados, Bastos e Macedo, apesar de produtores textuais e de participantes tanto na elaboração discursiva científica como artística representam faces diferentes das dominantes num discurso colonial que a administração colonial pretendia unívoco, mas que com diferentes contributos apresentou algumas características de convergência, mas tantas outras de divergência. Apropriando-se dos novos meios que apareciam ao dispor como a imprensa periódica regular e o livro, os autores puderam expressar-se, conquistar públicos e relacionar-se de forma enriquecedora com uma realidade que ia para além da dicotomia colonizador/colonizado, fruto de um ambiente cultural rico em variedade nas sociedades coloniais.

## **4.2 Imprensa, sociedade civil e novos projetos de escrita**

Como se referiu anteriormente, a imprensa constitui um passo muitíssimo importante na democratização do acesso ao texto escrito que se encontra a par de uma maior instrução da população que, assim, pode acompanhar este desenvolvimento tecnológico que permite o abaixamento do preço de todos os materiais impressos e a partilha da leitura. Nesse contexto, assiste-se à proliferação de projetos no âmbito da imprensa escrita, tanto nas metrópoles como nas colónias, que tiveram um forte impacto nas sociedades de então e mesmo no fluir dos acontecimentos políticos, como se verifica com o exemplo biográfico de um dos autores em estudo, José de Macedo, detido devido à publicação de um artigo no jornal *A Lucta* de que era diretor e o seu posterior projeto, em Luanda, *A Defeza de Angola*. Início a análise por dados genéricos em que são perceptíveis as tendências nacionais e internacionais relativamente à imprensa, para no final proceder ao estudo breve de quatro títulos publicados em Luanda e em Benguela, em que direta ou indiretamente Augusto Bastos e José de Macedo participaram: *A Defeza de Angola: Libertando pela paz; igualando pela justiça; progredindo pela autonomia, Jornal de Benguela; O Angolense: Semanário defensor dos interesses de Angola, O Distrito de Benguela: seminário regionalista*; com referências a outros periódicos, mas apenas a título ilustrativo e não analítico. Pode-se dizer que a imprensa acompanhou o ritmo da ocupação

---

<sup>509</sup> Albert Adu Boahen, “A África diante do desafio colonial”, Albert Adu Boahen [Editor], *História Geral da África, VII: África sob dominação colonial, 1880-1935*, Brasília, UNESCO, 2010, 2.ª Edição Revista, pp. 11-13.

efetiva dos territórios pelos colonos, sendo decisivo o estabelecimento nos sertões para a cobertura pela imprensa de todo o território. À semelhança do que se passava nas metrópoles, nas colónias iam despontando projetos de imprensa novos. No caso das colónias, boa parte destes estão ligados aos movimentos cívicos republicanos ou operários, como faz constar Mário Pinto de Andrade que cita a fundação em 1899 e 1905 de projetos jornalísticos com origem nas ideias republicanas<sup>510</sup>. Para além dos periódicos, existia um leque de organizações cívicas que publicavam não só folhetos como organizavam eventos informativos, entre estas associações comerciais, operárias, centros escolares, ligas patrióticas, grémios culturais, em geral defendendo o que consideravam ser o interesse das colónias e tendo o seu próprio órgão informativo ou fazendo a sua divulgação através de panfletos. Em comum tinham a defesa da instrução, do progresso, da participação plena dos seus associados na sociedade colonial. Se algumas tinham a sua origem direta na colónia, outras eram projetos trazidos da metrópole para as colónias, tal como acontecia com os periódicos, como *A Defeza de Angola* que começa por ser um projeto jornalístico traçado na metrópole, mas que cedo ganha uma identidade angolense, como adiante se verá<sup>511</sup>.

Esta ligação entre intervenção na sociedade civil e projetos de imprensa é muito notória na personalidade de um jornalista e intelectual moçambicano, João Santos Albassini que viveu exatamente na mesma época dos autores que aqui se estudam, entre a década de setenta do século XIX e os anos vinte do século XX, que, tendo falecido bem mais cedo que Bastos ou Macedo, pertence à mesma geração. Albassini foi um dos fundadores do Grémio Africano de Lourenço Marques, em 1908, vindo a lançar com o seu irmão, José Francisco Albassini, os jornais *O Africano* e *Brado Africano*, que desde cedo se notabilizaram pelo seu impacto na sociedade colonial moçambicana. Importa, ainda, referir que estes irmãos eram filhos da terra, mestiços, representando a elite colonial local e que tinham uma ideia e um projeto para o território em que viviam. As lutas assumidas por João Albassini no Grémio cedo transbordam para os jornais onde escreve. Jornalista, escritor e ativista social, tal como os autores que estudo, opõe-se ao trabalho forçado, à discriminação racial, ao imposto de palhota, à expropriação de terras, reclamando mais e melhor educação. Escusado é referir que o poder colonial por diversas vezes perseguiu o jornalista, apreendeu edições do jornal e trabalhos seus e o acusou de pertencer a movimentos nativistas. João Albassini, curiosamente, é uma personalidade que junta as características de Bastos e Macedo, se na sua origem se assemelha mais a Bastos, o seu exercício do jornalismo e a sua intervenção social parece-se mais com a de Macedo, constituindo um testemunho da variedade de discursos produzidos e do facto de os filhos da terra terem, quando existia essa oportunidade, se servido dos meios do colonizador para questionar a própria colonização.

No entanto, não se tenha a ideia que a imprensa poderia ser um negócio interessante do ponto de vista económico, pois não o era. Era, isso sim, um meio estratégico de levar as pessoas à participação na sociedade civil e de proporcionar alguma pressão à administração. O número de leitores era escasso, sobretudo, nas colónias o que comprometia economicamente os projetos, sendo que para além de uma restrita elite local, constituíam os leitores destes periódicos os comerciantes, os oficiais do exército, poucos funcionários da administração

---

<sup>510</sup> Mário Pinto de Andrade, op. Cit., p. 42.

<sup>511</sup> Idem, pp. 88-89.

colonial e um ou outro professor. Portanto, está-se a falar de pequenas tiragens tendentes à irregularidade, excetuando nos casos em que conseguem mobilizar alguns apoios ou a comunidade circundante<sup>512</sup>. É também no período de vida dos autores em estudo que a maçonaria entra em ação tanto ao nível da instrução como dos projetos na área da imprensa, contribuindo para a fundação de escolas, abertura de livrarias, formação de associações e, claro, fundação de periódicos de que *A Defeza de Angola* é apenas um exemplo. Estes maçons traziam ideias novas e muitos vinham perseguidos da metrópole por causa dos seus ideais republicanos, como é o caso de Macedo. Pensando em estabelecer-se nas colónias, lutar pela sua autonomia e introduzir novos valores, muitos acabam por se aproximar das pequenas elites locais, sobretudo, dos filhos da terra para imbuí-los desse espírito libertador e que assentava na educação e na informação<sup>513</sup>. Ilídio Rocha aponta para 1907 como o ano em que se intensificou a perseguição aos jornais republicanos, em Moçambique, culminando mesmo no empastelamento das tipografias afetas aos jornais republicanos pouco antes da Implantação da República. Em Angola, a perseguição a estas publicações teria sido um pouco anterior, pois em 1904 decorre o processo contra António Perez em que consta José de Macedo, por haver artigos publicados contra o governo colonial, sendo que dois anos mais tarde já não é Macedo que está à frente de *A Defeza de Angola*, donde sai com mágoa, mas isto pode simplesmente significar que a perseguição aos meios difusores de ideias republicanas era, paulatinamente, mais evidente. É curioso ainda notar as similitudes de estratégia para a fundação de jornais e sua manutenção.

Novamente o caso dos irmãos Albassini me traz alguma luz aos factos passados, fazendo-me crer que houve, por um lado, uma intervenção concertada da maçonaria, por outro lado, que os filhos da terra viram neste apoio maçónico um modo de exprimirem as suas próprias vontades, servindo-se das suas capacidades que, se apreendidas junto do colonizador, eram fruto do seu próprio labor e afirmação individual. Assim, os irmãos fundam *O Africano* com o apoio da maçonaria que acabou por se transformar num negócio, pois vendem este jornal, fundando depois *O Brado Africano* sempre com a mesma fórmula que incluem a tipografia e uma secção dedicada à publicação nas línguas nativas. Ora em diversos periódicos angolanos encontra-se exatamente a mesma estratégia, não sabendo se depois disso se transforma em negócios rentáveis. Ainda segundo Ilídio Rocha, a maçonaria teria estado na origem da Liga Pró-Colónias, em 1922, que dava continuidade a projetos iniciados nas colónias, através dos grémios e dos periódicos. Também, na metrópole se encontra uma influência da maçonaria no tratamento dos factos coloniais. Se o Ultimatum inglês de 1890 preencheu as páginas dos jornais, independentemente do seu alinhamento ideológico, rapidamente os temas africanos ficaram secundarizados, ganhando novo fôlego com o Congresso Colonial Nacional de 1901, organizado pela S.G.L., em que foram convidados jornalistas para assistir ao mesmo. Em Portugal, o interesse pelas colónias oscilava ao sabor dos problemas internos enfrentados pelo país e de um ou de outro escândalo acontecido em terras africanas, relativamente a uma disputa de fronteiras ou a um ataque das populações autóctones a um posto colonial avançado.

---

<sup>512</sup> Vide Ilídio Rocha, *op. cit.*, p. 46.

<sup>513</sup> Ilídio Rocha dá o exemplo para o caso moçambicano, mas pode-se encontrar uma enorme similitude com o caso angolano, querendo isto dizer que a tendência nas colónias portuguesas era a mesma e não estava muito distante de outros casos ao nível internacional, como se verá adiante. Vide *idem*, p. 80.

No caso britânico é muito interessante como são as notícias relativas à exploração de África e à competição com outras potências coloniais que mais alimentam as páginas dos jornais. Alguns autores dizem que o jornalismo sobre a África subsariana chega apenas com um jornalista que escreve e publica um relatório sobre a sua visita a Angola em 1904-1905 e apenas cinco anos depois surge um outro texto com impacto semelhante e é da autoria do fundador da Associação da Reforma do Congo que visitou a Nigéria. A polémica levantada num jornal sobre as colónias que mais se prolongou foi levada a cabo por um jornalista nascido na Jamaica que era escritor freelancer e que tinha trabalhado como médico na África Ocidental e viu com alarme como existia progressivamente uma segregação levada a cabo pelas populações brancas<sup>514</sup>. Tal como em Portugal, eram as histórias de escaramuças entre colonizadores e colonizados que mais alimentavam as páginas dos jornais, recorrendo à imagem sempre que possível para expor o exótico. O governo britânico ainda começou um jornal para africanos com a finalidade de evitar o surgimento da imprensa independente nas colónias ou para as colónias que era menos desejável por poder tornar-se incontrolável. Também se produzia um certo tipo de livros para africanos, pensando-se quais seriam as leituras adequadas para esta população que cada vez tinha entre si mais indivíduos alfabetizados. Mas o problema ia muito para além do incremento da população que já dominava as letras, pois estes faziam sessões de leitura em voz alta para grupos, sobretudo, em associações, locais de trabalho, etc., levando a situações como aconteciam no Tanganica em que africanos alfabetizados liam para cerca de cem ouvintes<sup>515</sup>. A relação entre texto escrito e oralidade foi muito profunda e tinha raízes nas próprias tradições orais africanas, ou seja, um livro ou um jornal poderiam ser lidos para um grupo, como antes se contavam outras histórias ou que eram anunciadas as medidas governativas dos seus chefes, no poder tradicional.<sup>516</sup>

No entanto e recuando um pouco mais, África já preenchia as páginas dos jornais, se bem que em segundo plano, pois o primeiro era entregue aos exploradores africanos, com destaque para Livingstone que preencheu muitas páginas de jornais, com realce para o *New York Herald* que afinal era americano (tal como aconteceu com as expedições de Speeke, Burton e outros). O encontro entre Stanley e Livingstone catapultou África também para as páginas do *New York Herald*, sendo que ambos forneciam relatos às redações, Stanley enquanto jornalista, Livingstone como missionário e europeu que pugnava pelo abolicionismo. Contudo, os artigos produzidos roçam o exótico e o triunfo do branco civilizado sobre regiões indómitas selvagens<sup>517</sup>. Mas o simples facto de ter sido pago a um jornalista para se juntar a um religioso que levava a cabo a exploração para posterior ocupação de territórios em África, testemunha como este continente começou por ser entendido pelos olhos ocidentais apenas como um local para a aventura e a prova da superioridade cultural do branco sobre o negro. Portanto, o

---

<sup>514</sup> Vide Andrew Roberts, "The imperial mind", A.D. Roberts [editor], *The Cambridge History of Africa, 1905-1940*, Vol. 7, 1986, pp. 24-76, p. 39.

<sup>515</sup> Vide idem, p. 233.

<sup>516</sup> Explorei bastante esta relação em dois trabalhos apresentados em eventos internacionais: "Oralidade e Utopia: o exemplo de Augusto Bastos", apresentado em *Àfrica són véus: Jornades de Literatures Africaines*, Centre de Cultura Contemporània, Barcelona, 20 a 22 de Abril 2009, organizado pelo Institut Catalunya-Àfrica; "Paroles en Mouvement: de l'appartenance communautaire au sentiment d'altérité", *Rencontre Internationale de Littérature Orale Africaine*, Faculté des Lettres et Sciences Humaines, Niamey, 6-8 dezembro 2012, organizado por Arts, Cultura y Desarrollo e CEIBA.

<sup>517</sup> Martin Dugrad, op. Cit., pp. 149 e 172.

impacto enquanto notícia factual é reduzido, contribuindo-se, sobretudo, para alimentar um imaginário, mais do que relatar a realidade. As causas humanitárias, civilizacionais e científicas justificavam esta aventura que um jornal norte-americano pretendia relatar, com a sua consciência a importância da imprensa e do seu papel na governança. Curiosamente, Stanley voltou a África, em 1874, como explorador para localizar a nascente do Nilo e entre os seus financiadores encontra-se um jornal, o *Daily Telegraph* de Londres, querendo isto dizer que de meros relatores os periódicos, para além de formarem opinião, tomavam parte ativa nas descobertas que a ciência e a tecnologia permitiam, integrando esta grande tendência para acreditar que a ciência, a divulgação científica e informação tudo poderiam fazer para o progresso da humanidade. Numa circunstância em que o protagonismo se centrava apenas num dos lados, o do desbravador de territórios, o do conquistador, o do colonizador<sup>518</sup>. Portanto, a este jornalismo pro ativo, mas baseado na descoberta, seguir-se-á um mais discreto que resulta de uma situação menos aventureira e mais rotineira da ocupação efetiva dos territórios.

Dado que os títulos analisados foram todos publicados em Angola e que os autores em estudo publicaram ou aqui ou na metrópole, pelo menos, de forma mais continuada, concentro-me no caso angolense, nos periódicos publicados que vêm desde um tempo que precede mesmo a fixação de fronteiras. Mário António Fernandes de Oliveira aponta para a profunda vontade dos intelectuais angolenses não só participarem da vida social local, como acontecia com Moçambique, anteriormente apresentado, mas de elaborarem e publicarem o seu próprio discurso, sendo que essa ambivalência cultural se revela não só na possibilidade de publicar nas línguas da terra em alguns jornais, como no próprio aparecimento de jornais com os seus títulos em quimbundo, ao gosto de leitores apreciadores de tons exóticos. Contudo, igualmente, ao sabor daqueles que dominavam perfeitamente esta língua e tinham aprendido a apreciar as suas sonoridades. Assim, aparecem o *Mukuarami* e o *Muen'exi* e, ainda o jornal evangélico de Chatelain, *Kamba dia Ngola*, o único expressando-se apenas em quimbundo<sup>519</sup>. Acrescenta ainda este autor que foi comum o interesse pela linguística, pela história e etnografia nos jornais locais e já nestes periódicos se sentia o descontentamento com as políticas coloniais que afastavam os filhos da terra dos cargos públicos e relegavam para segundo planos as suas aspirações. Como se pode verificar, existe uma profunda identificação entre o que se passava em Moçambique e o que se passa, em simultâneo, em Angola. A possibilidade de imprimir em Angola é contemporânea do aparecimento do Boletim do Governo-Geral da Província de Angola, em 1845. O facto de passar a existir a capacidade para imprimir na colónia representa uma verdadeira revolução cultural, pois já não têm de se limitar às novidades enviadas da metrópole ou do Brasil. Podem a partir de então gerar as suas próprias notícias e debates. Constituíam uma grande oportunidade para os filhos da terra, permitindo-lhes passar de leitores a produtores de informação impressa, deixando de estar limitados aos serões culturais ou serem meros observadores da vida intelectual. E é como resultado desse interesse pela escrita e do papel que veio a desempenhar a tipografia estabelecida em Angola que surge o primeiro livro de poesia publicado em África na língua portuguesa que tem por autor José da Silva Maia Ferreira.

---

<sup>518</sup> Idem, p. 392.

<sup>519</sup> Vide Mário António Fernandes de Oliveira, op. Cit, pp. 17-18.

A possibilidade de publicar também levou a encontros interessantes e improváveis à partida. Se José de Macedo era recebido de início com alguma desconfiança, cedo faz amizades e estabelece cumplicidades com os filhos da terra, procurando inteirar-se da realidade angolana e até mesmo partilhar da sua cultura, sendo constantes no seu espólio as descrições, as pequenas explicações sobre as várias partes do território e as diferentes populações aí residentes e situações acontecidas. Tal como ele podem referir-se outros metropolitanos que se destacaram na produção discursiva angolense, porque acabaram por, de alguma forma, defender os interesses da colónia e das suas populações, em colaboração com os filhos da terra. Mário António Fernandes Oliveira destaca mesmo esse aspeto, referindo: *A observação conjunta da produção jornalística de europeus e africanos, justificada desde logo porque reflectia os mesmos problemas, tantas vezes discutidos, sendo ineficaz a distinção que se queira fazer, de modo absoluto, entre jornais de africanos e de europeus – A Civilização da África Portuguesa, de europeus, consumiu-se num longo combate pela abolição, enquanto jornais dirigidos por africanos, na dispersão dos problemas que abrangiam, podem apresentar-se-nos com ideário menos claro; dos colaboradores de O Cruzeiro Sul, do africano Lino de Sousa Araújo, pai do nacionalismo e da literatura nacional, é mais radical que a do diretor; a posição assumida por Francisco António Pinheiro Baião, europeu decididamente anticolonialista. Não é suficientemente elucidativa, antes exige observação do pormenor, até para não ocultar uma característica resultante do próprio carácter livres dessa imprensa angolana do século XIX, a polémica*<sup>520</sup>. Interessa-me reter dois pontos desta transcrição: o primeiro liga-se com o facto das fronteiras serem ténues e terem de ver, algumas vezes, com posições individuais condicionadas por motivos pessoais ou de carreira que levam a que certos indivíduos pareçam mais frontais que outros (lembre-se o custo que teve para alguns intelectuais angolenses a afirmação de posições consideradas demasiado reivindicadoras do lado dos nativos que os levou à acusação de forjarem uma revolta nativista); o segundo liga-se ao facto de ser tendencialmente polémica a imprensa do século XIX, por se ter tornado no campo aberto de debate público de ideias e posicionamentos. Igualmente, na imprensa metropolitana podem-se encontrar acérrimos debates e, por vezes, algo ofensivos na tentativa de levar o leitor a posicionar-se face a determinada questão. Oliveira complementa a sua ideia referindo a frequência com que se estabeleceram relações entre os intelectuais crioulos e os intelectuais europeus e os resultados quase sempre positivos daí advindos.

Igualmente em Angola, a imprensa e os movimentos da sociedade civil caminhavam a par e sucedem-se os manifestos impressos, os folhetos de esclarecimento, a ideia era agitar a sociedade colonial, todavia, seguindo o próprio modelo colonial em que aquela elite que podia entrar em debate, que podia expressar-se discursivamente acabava por resultar de uma instrução nos moldes europeus, não conseguindo, por isso, aos olhos do conterrâneo mais humilde distinguir-se muito do próprio colono. Contudo, o papel da imprensa angolana ultrapassa os efeitos imediatos na sociedade e nos movimentos cívicos, isto porque permite o surgimento de escritores angolenses que publicam e são lidos e não apenas ouvidos nos salões ou lutando por publicar na metrópole em condições desiguais. A possibilidade da publicação sistemática conduz ao exercício da pena que permite ensaiar soluções, medir as reações dos leitores e aceder a meios até então inexistentes. A divulgação simplesmente de textos escorregidos e de arte literária desempenhada pelos jornais não é nada despiciente, devendo

---

<sup>520</sup> Idem, p. 59.

ser tomada em conta não só na sua repercussão imediata, mas pelo seu significado de médio e longo prazo, fazendo surgir textos que, paulatinamente, se desprendiam da imitação do texto metropolitano para ganhar motivos locais. A par da imprensa, os livros, a possibilidade de personalizar a publicação para o mercado angolano é outro elemento essencial que leva à capacidade de construção de um caminho identitário e de reconhecimento da diferença. Lembre-se o prefácio em quimbundo que Cordeiro da Matta faz à Cartilha Maternal de João de Deus (aliás método que era discutido para ser aplicado igualmente no ensino das línguas maternas, entre alguns intelectuais metropolitanos), só possível para uma publicação localizada, colocando no método para o ensino da língua colonial, a voz do colonizado, a sua própria língua introduzindo a outra, significando aquilo que outros autores, como José de Macedo defendiam: o início do ensino e da explicação do conhecimento na própria língua materna. Lutava, pois, pelo ensino da escrita, primeiro na língua que a criança entendia e só depois na língua que lhe serviria para integrar o ensino geral que lhe daria acesso à semiosfera do colonizador. Igualmente, o mesmo autor valoriza a literatura tradicional, o que é partilhado com alguns intelectuais da época, que aproveitavam os suportes de imprensa para publicar recolhas de adágios e de histórias tradicionais das populações locais. Cordeiro da Matta tem, aliás, um percurso biográfico semelhante ao de outros autores seus contemporâneos e posteriores, em termos de interesses e funções desempenhadas. Assim se primeiro se interessa pela etnografia, dedica-se também ao jornalismo, à literatura, passando pela crónica, pelo artigo e pela poesia<sup>521</sup>. Percursos que como se pode confirmar ligam-se intrinsecamente ao próprio desenvolvimento da imprensa nas colónias.

A publicação em folhetim, mais uma vez, pela existência da imprensa e tipografias locais, ganha fôlego, primeiro em consonância com o próprio crescimento da imprensa, depois porque os temas africanos começam a interessar a um leque mais vasto de gente e veem-se autores metropolitanos a publicar em Angola e em Portugal e autores angolenses a publicarem na metrópole e em Angola. Significa que os jornais potenciavam o desenvolvimento das publicações literárias e, em simultâneo, permitiam experimentar fórmulas que, quando bem sucedidas, eram repetidas em livro, sendo esta uma tendência geral que atravessa a Europa e, claro, Portugal e os territórios coloniais que administrava. Pedro Félix Machado, autor já abordado, consegue a proeza de publicar em dois periódicos diferentes e sob a forma de folhetim o seu texto *Romance Íntimo, Scenas de África*, na *Gazeta de Portugal* e na *Tarde*, em Lisboa<sup>522</sup>. O sucesso do livro de Machado pode dever-se exatamente ao facto de, se por um lado, respeita e integra-se dentro dos movimentos estéticos literários predominantes na metrópole, escrevendo um texto identificado pelo realismo, por outro lado, acrescenta-lhe o localismo não só da temática da narrativa. Aproveita para descrever, por vezes com acidez, a sociedade colonial, introduzindo alguns elementos que pretendem mesmo demonstrar a variedade e o que, à época, poderiam ser considerados regionalismos como a linguagem e os sotaques, a descrição do vestuário, os ambientes, etc. Sabendo que publica para um leitor distante da realidade descrita, acrescenta enquadramentos de pormenor que vão, de resto, ao encontro da tendência estética daquele período, oscilante entre um realismo predominante e um naturalismo que se liga especificamente à explicação da realidade em si. Apesar de narrador não participante, este, recorrendo à sua omnisciência, introduz juízos de valor aqui e

---

<sup>521</sup> Vide idem, p. 106.

<sup>522</sup> Vide idem, p. 112.



ali, enquanto encadeia a narrativa, orientando a leitura, dialogando com o leitor, prendendo-o não só ao fio da narrativa como às questões humanas e éticas que lhe estão subjacentes. Retratando o período abolicionista, reproduz também as suas contradições, os seus desafios e, sobretudo, refletindo uma sociedade colonial de contornos próprios, divergentes dos da sociedade metropolitana e ultrapassando a dicotomia entre colonizador e colonizado.

Apesar de ter permitido o alargamento dos leitores de literatura e de ter contribuído em muito para a formação dos gostos dos leitores, o folhetim obrigava os seus autores a seguirem estratégias precisas, também estas adaptadas ao meio de publicação, o periódico. Assim, para além de deixar no fim de cada episódio uma cena em aberto, o autor tem de recorrer a analepses e prolepses para que o leitor nunca se esqueça dos factos que o autor pretende ver relacionados. Igualmente, o diálogo com o leitor ou as considerações sobre os factos a decorrer são importantes elementos para captar a atenção do leitor e das possíveis assembleias que se reúnam em seu torno para escutá-lo ler a história. Deste modo, os romances, aventuras, contos, criados para o formato de folhetim apresentam estas características. Este jogo com o leitor, prendendo-o e encaminhando-o, permite, dependendo da habilidade do escritor que, suave e quase imperceptivelmente, se contestem preconceitos estabelecidos e estereótipos reproduzidos ao longo de décadas. Este é também um período de rápida transformação das sociedades e dos comportamentos, com a tecnologia a entrar na vida diária dos cidadãos e com a ciência a permitir conquistas até então impossíveis. Preencher o texto com os particularismos locais era um artifício inteligente de Machado que fazia o leitor viajar para outras paragens e ver a volatilidade de uma união que em si apresentava uma multiplicidade que precisava de ser respeitada do Minho a Angola, da metrópole às colónias. Aproveitou para introduzir as tensões dessa sociedade que sendo colonizada, tinha também em parte sido escravizada, precisando de uma verdadeira reabilitação e integração que evitasse as tensões que já em finais do século XIX e começo do século XX se previam e se vieram a concretizar. A expansão da imprensa, é certo, acompanhava, tanto por parte dos que gizavam os projetos como dos que produziam texto para publicação, uma esperança de que a instrução conseguisse evitar todos os males e estancar grande parte dos problemas das sociedades através do progresso e nesse âmbito não se distinguem metropolitanos de elites coloniais locais. É essa esperança que os faz publicar manifestos, reunir em associações, lançar o debate publicamente. Os 78,6 % de analfabetos da colónia não intimidavam os que acreditavam plenamente no futuro e que a república representou, tanto nos projetos de imprensa e de sociedade civil, como na instrução, a esperança de uma sociedade mais participada e equitativa que o apoio da maçonaria à elite crioula fazia crer possível, numa passagem de uma realidade injusta a uma utopia de justiça e concretização individual e coletiva. E se houve maçons ilustres como Magalhães Lima que, ainda em tempo monárquico, apoiaram e incentivaram diretamente projetos de imprensa na metrópole e nas colónias, outros houve como Norton de Matos que vigiaram de perto os intelectuais filhos da terra e mantiveram sob apertado controlo os jornais, expressão maior da pluralidade da sociedade colonial.

Foi, igualmente, através do livro e da imprensa que se fez eco das contradições encerradas na própria sociedade colonial em que os filhos da terra foram ativos participantes. Se no jornalista Carlos Silva se encontra, tanto nos textos que publicou em *O Arauto Africano* como em *O Polícia Africano*, as contradições da política colonial e os seus efeitos nefastos em terras

angolenses, em Pedro Paixão Franco encontra-se a denúncia dos conflitos intrínsecos ao grupo que de modo lato se designa por filhos da terra. No seu livro *História de uma Traição* desfiava-se uma série de argumentos explicando a oposição entre a elite colonial de filhos da terra e a restante população que, mesmo urbanizada, parecia a estes ancorada nas vivências de uma africanidade profunda. Vários autores referem o facto de Franco ser negro e de ter sentido a discriminação por parte dos intelectuais mestiços seus contemporâneos. Contudo, a verdade é que as suas observações tinham um fundo de realidade que se traduziu, por exemplo, no facto de se terem dividido as associações, enquanto projetos de iniciativa da sociedade civil, coincidindo essa cisão com o caso de representarem mestiços ou negros, gerando uma problemática que se estendeu do colonialismo para o pós-colonialismo: a relação entre mestiços e negros e o modo como se viam reciprocamente<sup>523</sup>. Em geral, as polémicas assumidas na imprensa entre o último quartel do século XIX e as três primeiras décadas do século XX, até à asfixia total da liberdade de expressão oral ou escrita, repercutiram-se para além do próprio sistema colonial, sendo apenas premonitórias não só de como seria o fim do colonialismo português como dos desafios que inaugurariam a independência. Se a imprensa deste período resulta de um longo e silencioso trabalho de formação em seminários e colégios, na sua maioria católicos, de uma pequena elite que se expandiu com a introdução das escolas laicas e de um cada vez maior acesso a leituras diversificadas, os intelectuais formados neste período lançaram as questões que se mantiveram atuais, desde a discussão de uma identidade angolense aos perigos de discriminação pela origem étnica. O progressivo silenciamento da elite de filhos da terra leva a que uma sociedade colonial de tendência crioula, em que a urbanização desempenhava um importante papel na mudança cultural do indivíduo, se torne numa sociedade colonial de características marcadamente diferenciais entre elite de colonos e elite de filhos da terra, os segundos perdendo poder económico para os primeiros. Mas como em todos os processos de mudança lenta, levaria décadas a que essa mudança fosse percecionada enquanto tal. Ao retrocesso económico, seguir-se-ia a regressão no prestígio com os cargos públicos a serem cerceados aos filhos da terra, depois e finalmente tentando empurrar, fosse na geografia urbana, fosse no tipo de trabalhos executados, os antigos membros da elite para zonas de transição, mais perto da condição do autóctone. À criouldade sucedia a assimilação, a uma realidade social dinâmica criada intrinsecamente, seguia-se uma realidade social criada política e extrinsecamente.

Mas volte-se aos anos ainda gloriosos dos filhos da terra que, publicando em Angola, conseguiam fazer-se ler na metrópole. Outro exemplo ilustre é António Assis Júnior que publica em Lisboa no jornal *A Vanguarda*, que se assumia marcadamente progressista e com ligações à maçonaria, tendo mesmo sido dirigido por Magalhães Lima, o romance em folhetim *O Segredo da Morta*. Curiosamente Assis Júnior é um dos intelectuais perseguidos em 1917, acusado de nativismo, num momento em que por toda a África os poderes coloniais tentavam controlar os discursos dos filhos da terra. O que parece um contrassenso pode não sê-lo, ou seja, a sociedade metropolitana que dá ao autor a possibilidade de publicar o seu romance que, embora sendo uma ficção, contém elementos expressivos específicos do próprio autor, é a mesma sociedade que o persegue no espaço colonial e o impede de defender os seus patrícios alvo de expropriação de terras, contrariando aliás o que defendiam vários cientistas. Políticos e intelectuais portugueses criticavam o modo como era captada e distribuída a

---

<sup>523</sup> Vide idem, p. 150-154.

propriedade em Angola pelos colonos, como por exemplo José de Macedo ou Carneiro de Moura, previamente analisado. Ainda recorrendo a meios que se encontravam disponíveis, Assis Júnior publica o relato dos acontecimentos que tinham levado à sua detenção e dos seus conterrâneos. De novo o meio é aquele que o colonizador traz e propõe, mas o discurso é o dos filhos da terra que mais do que ofendidos sentem-se injusta e consecutivamente perseguidos<sup>524</sup>. Mais do que uma contradição, parece-me que se está perante a diversidade discursiva e a divergência de pontos de vista que caracterizaram o debate colonial. Se Assis Júnior podia ser respeitado, admirado e considerado por uns, seria um opositor à aspiração de outros e por aqueles tempos ainda não se sabia quem sairia vencedor deste embate. Nem na colónia, nem na metrópole havia certezas ou ideias únicas, sendo que com o tempo, parece comum haver uma concentração nos discursos vencedores, mas isso tem mais que ver com a construção da memória do que com o que foi a realidade em si. Com o passar dos tempos e as sucessivas perseguições aos filhos da terra o que aconteceu foi que as vozes se foram emudecendo e com este silenciamento deu-se uma transferência de vozes, lenta, sem que destronasse completamente as vozes locais, mas começando por substituí-las por outras vozes, primeiro na metrópole, depois numa tentativa de fazê-lo na própria colónia.

Na década de trinta do século XX, autores como Bastos ainda publicam em Angola, mas já rareiam os angolenses a publicar na metrópole, contudo, é nesta época que se começa a estimular a “literatura colonial” com prémios e encontramos autores como Maria Archer, Lília da Fonseca, Fernanda de Castro, Augusto Casimiro, entre muitos outros. A voz crioula desvanece-se, os filhos da terra parecem adormecidos num sono que apenas entorpece a edição porque escasseiam os meios para fazê-lo, porque os poucos que existem não desafiam um poder controlador. Entre os órgãos de imprensa encerrados encontra-se *O Angolense* que é dissolvido pelo Decreto n.º 99 de 21 de Janeiro de 1922 e entre as iniciativas de sociedade civil encerradas a Liga Angolana, com o intuito de controlar e, posteriormente, extinguir qualquer movimento nativo ou independentista. No entanto, os hábitos literários entre a camada da população que correspondia à elite mantêm-se, bem como, as reuniões culturais se bem que mais cuidadosas nos conteúdos que promoviam, ou seja, silenciam-se as vozes e fecham-se as associações, mas o sentimento de identidade está lá, à espera de poder revelar-se. Como se pode verificar, não é apenas o regime do Estado Novo que silenciará todas as vozes locais. Esse trabalho começa ainda na Primeira República e a par deste exemplo do decreto de 1922, podem-se encontrar outros como o controlo sobre a reunião do congresso de Benguela (cuja comissão acabou dissolvida e de que Bastos fazia parte) que versava não só as possibilidades de autonomia da colónia como de regionalismo e autonomia das regiões, reclamando a divisão da colónia para evitar a centralização de todas as decisões em Luanda, o que foi visto com maus olhos por Norton de Matos, ainda nos anos 1913-14. Portanto, este processo contrário à afirmação de uma sociedade crioula, porque mestiçada também nos seus princípios culturais, percorre os três regimes e os dois sistemas políticos atravessados neste trabalho. É evidente que a ocupação efetiva do território e a burocratização do estado colonial levaram a que se gerassem tensões próprias de um processo de ocupação, acompanhado de um movimento de diferentes migrações, mas em que a ida de colonos europeus com carácter

---

<sup>524</sup> As obras publicadas são: António Assis Júnior, *Relato dos acontecimentos de Dala Tando e Lucala*, Parte Iop. Cit. e António Assis, *Relato dos acontecimentos de Dala Tando e Lucala*, Parte II, op. cit..

por vezes massivo para as colónias é muitíssimo perturbadora dos frágeis equilíbrios que as sociedades locais tinham engendrado nas suas dinâmicas próprias.

Com o emudecimento dos filhos da terra, as vozes locais tinham cada vez mais dificuldade em fazer-se ouvir, mas de novo a imprensa, agora surgindo de um sector talvez inesperado, traz nova esperança. As novas tipografias e os novos projetos editoriais propalando o que se pensava serem as vozes locais deslocam-se dos centros das cidades para zonas mais periféricas ou rurais, alojando-se em missões religiosas que sempre davam uma expressão aos sentimentos e anseios dos colonizados. Esse seu papel trouxe de novo à tona as questões que se levantavam desde que tinha sido declarada a liberdade religiosa nas colónias, existindo uma longa disputa e polémica entre missões, credos (católico ou protestante) e nacionalidades de origem das missões. Aqui não se trata de dar voz à elite ou às ambições de quem está perfeitamente dentro do sistema. Nestes periódicos a reivindicação assume um carácter de ligação à terra e, apesar de cristã, aos valores de uma africanidade desvalorizada e de uma população subvalorizada. Mas estes periódicos, devido ao público a que se dirigiam e às funções que pretendiam desempenhar não produziam a mesma capacidade de estímulo à produção do belo texto ou à publicação de textos intelectuais ou científicos sobre diversos temas. Assim, a literatura local vai perdendo força e são os metropolitanos que ganham vigor na produção de uma literatura reportando uma África que é vista da metrópole ou resulta de estadas temporárias nas colónias, existindo, também, os casos de autores que residem por longos períodos nas colónias.

Entretanto, as associações nascidas do apoio dos maçons e mesmo as extensões das lojas maçónicas criadas nas colónias foram desaparecendo, devido ora a perseguição, ora a proibição explícita, apesar de algumas destas instituições se terem mantido na metrópole, contudo mais discretas. Convém, no entanto, referir que no caso das lojas maçónicas o mau estar precedeu mesmo a intervenção direta do estado colonial e tinha a ver com dissensões entre os membros filhos da terra, em geral mestiços, e os colonos que ali se organizavam em conjunto. Tal como já tinha acontecido nas confrarias, tanto na metrópole como nas colónias, até o número de africanos ser subalterno e não poder reivindicar cargos de liderança ou direção, as divergências eram atenuadas por objetivos comuns. Quando havia um desequilíbrio provocado pelo número ou pela capacidade de determinados membros, neste caso os africanos, os membros de origem europeia, habituados a ser dominantes viam com maus olhos certas tomadas de atitude<sup>525</sup>. Ora, que eu saiba, pelo menos na Kuribeca, a maçonaria de Benguela na criação da qual esteve envolvido José de Macedo e onde deverá ter militado Augusto Bastos, existe um caso de dissensão e é também seguro que quando esta é dissolvida o seu responsável é um colono metropolitano<sup>526</sup>. É bastante plausível que este tipo de situações se tivesse repetido em outras lojas maçónicas bem como em algumas outras instituições resultantes da iniciativa da sociedade civil. O que quero fazer notar é que provavelmente também estas tensões, indo ao

---

<sup>525</sup> Para o caso das confrarias, vide Jean-Yves Loude, *op. cit.*, pp. 106-107.

<sup>526</sup> Sobre a polémica na Kuribeca, loja maçónica de Benguela vide: Baltazar d'Araújo Brito e Rocha d'Aguiam, *Enxotando moscardos – resposta aos kuribecas de Benguela*, Benguela, Tipografia de O Comércio, 1926; segundo a informação obtida através de familiar, o último responsável da Kuribeca teria sido Adriano Leandro que, durante muitos anos, também foi dirigente da Associação Comercial de Benguela, em diferentes cargos. Adriano Leandro era um colono português que teria ido muito jovem para Benguela, tendo começado a trabalhar para outros até poder criar os seus próprios negócios.

encontro do que já Pedro Paixão Franco anunciava, foram fragilizando organizações já pela sua natureza expostas à arbitrariedade do poder político. Se Franco se centrava nas relações entre angolenses mestiços e negros, juntam-se a estas as tensões não só com os colonos brancos mas com angolenses brancos, filhos de colonos, mas que já estavam numa outra posição. A intervenção de um poder colonial paulatinamente mais autoritário impediu que novos arranjos fossem dinamicamente operados intrinsecamente pela sociedade colonial e o resultado foi que as divergências foram usadas explicitamente pelo poder político para enfraquecer a sociedade civil e para emudecer a variedade discursiva.

No entanto, estas tentativas de controlo não eram específicas da administração colonial portuguesa, ganhando apenas contornos específicos porque todas as situações coloniais de alguma forma se diferenciam. Estudando o caso da Índia, situação colonial mas noutra continente e contexto, Dohra Ahmed refere a questão já exposta do facto de as publicações periódicas, apesar das suas raízes coloniais, contribuírem muito para dar voz aos colonizados, referindo ainda que, no caso indiano, até finais do século XIX, os periódicos eram os do poder colonial<sup>527</sup>. No entanto, no início do século XX, apareceram inúmeros títulos dirigidos por indianos e cobrindo diversas áreas do conhecimento e da informação. Poderia, neste caso, ter havido uma resposta à imposição dos métodos científicos de colonização, com a criação de periódicos que a autora refere nos domínios da botânica, arqueologia, medicina ayurvedica, da ciência bibliotecária e outras, que serviriam de resposta à informação e conhecimento produzidos pelo colonizador. Entretanto, também os periódicos mais ligados à reivindicação política, aos factos sociais e informação genérica ganhavam forma, recorrendo tanto à língua do colonizador como às línguas nacionais. Um dos seus ativistas mais destacados, que acabou por ser exilado nos Estados Unidos da América, Rajpat Rai esteve envolvido nestes projetos e, inclusivamente, considerava que a independência só seria possível quando fosse uma reivindicação de toda a sociedade civil. Perseguido pelo regime colonial britânico, acaba nos E.U.A. a prosseguir a sua divulgação através de periódicos, escrevendo em inglês para o mundo anglo-saxónico e passando de uma luta intrínseca para uma luta extrínseca. Com este fim circulou o periódico mensal *Young India* que projetava, essencialmente, o que a Índia deveria ser, passando pela literatura, crítica a livros, notícias retiradas de outros periódicos, editoriais completos, que projetavam num tempo colonial uma Índia independente. Impresso em Nova Iorque, toda a temática se centrava na Índia, tornando transnacional o problema da Índia e tendo contribuído para que nos E.U.A. houvesse uma maior consciência sobre o caso<sup>528</sup>.

Este caso que aqui apresento é importante, sobretudo, porque dá a noção de quanto os defensores das autonomias e das independências valorizavam o recurso à imprensa, medindo todo o impacto que esta poderia ter, mesmo quando fora de fronteiras. A escrita nos periódicos e, mais relevante ainda a sua leitura, permitia apresentar um discurso alternativo, utópico ainda, porque se pugnava por países independentes ou muito autónomos, gerindo-se a si próprios, quando o que existia na realidade eram regimes coloniais controladores e sem vontade de abandonar o poder. A tentativa de reformular a história ou de acrescentar uma visão ao discurso, mesmo sendo utópica, poderia ser o caminho para a realidade e assim o entenderam durante algum tempo os nacionalistas indianos, em que se encontra uma

---

<sup>527</sup> Dohra Ahmed, op. Cit., p. 68.

<sup>528</sup> Vide Idem, p. 71.

similitude com o que acontece em Angola, precedendo até no tempo as reivindicações indianas expostas na imprensa, se se comparar com as datas dadas pela referida autora. Ainda se torna mais próximo se considerar-se que Rajpat Rai se cruzou com Du Bois em conferências, contactando com a realidade não só das comunidades negras submissas nos E.U.A., que ainda admitia regimes de segregação em alguns estados americanos, com a realidade dos países africanos colonizados. Ambos defenderam uma estratégia de apropriação dos meios de divulgação como a imprensa e a edição livreira para despertarem as consciências para as problemáticas dos povos colonizados ou subordinados e sem direitos. A ideia subjacente era que a cultura e a arte poderiam ajudar a libertar as mentes. Esse era também o caminho que seguiam os intelectuais angolenses, editando jornais, publicando folhetins, organizando conferências, redigindo manifestos. O que estava em causa era dar uso a uma ferramenta que se tinha revelado de extremo alcance para os seus objetivos. A dinâmica produção textual/publicação/leitura revelava-se profícua, sobretudo, porque os periódicos passam a permitir a coexistência de textos variados: artigos, reportagens, relatórios, entrevistas, crónicas, alguns ilustrados por fotografias, que, por vezes, se confundem, no que respeita aos recursos estilísticos que usam. A maior diferença entre os textos literários e não literários é, pois, o facto de os últimos reclamarem sempre o valor de verdade direta e referencial<sup>529</sup>.

Esta proximidade entre estilos textuais e o facto de haver recursos partilhados leva a que se possam utilizar os mesmos métodos de análise para textos de arte literária e os outros, produzidos, sobretudo, com o objetivo de reproduzir, explicar ou relatar a realidade. Qualquer tipo de texto produz um campo referencial que se pode prolongar no futuro e que, em geral, tem um precedente. No caso do texto científico isso é absolutamente notório, pois cada teoria científica tem de se referenciar relativamente à anterior na mesma área. Igualmente, o texto literário cria um campo referencial único que tem de conter em si a possibilidade de o leitor o entender e contextualizar. Assim, quando a escrita se generaliza nos periódicos, independentemente do formato que assume, a preocupação com a criação de campos de referência facilmente detetáveis pelo leitor torna-se, paulatinamente, mais evidente entre os autores e muitos deles viajam entre formatos, entre relatos da realidade e ficção, entre crónicas, artigos e folhetins. Existe, pois, uma diversidade impressa nas páginas dos jornais imensa, mas que apresenta carácter de continuidade, por vezes, o que acontece amiúde com os autores que experimentam várias formas textuais. É esse o caso de Augusto Bastos e de José de Macedo, nas suas publicações em periódicos. Em seguida, analisa-se um conjunto de textos publicados na imprensa colonial pelos autores, excluindo a ficção que será estudada em capítulo posterior, e abrindo exceção para dois títulos que têm ligação direta aos autores. Os títulos com textos dos autores são *Campeão popular*, *revista litteraria*, *theatral*, *tauromarchica e sportiva*, *Almanach de Ensaios literários* (aqui incluído por publicar-se anualmente, portanto, com periodicidade e pela sua variedade de conteúdos, incluindo charadas, histórias, biografias, indo para além de uma definição restrita da classificação literária), e o *Jornal de Benguela*, e os títulos relacionados diretamente com os autores são *A Defeza de Angola*, que foi dirigido por José de Macedo, mas cujos números acedidos coincidem com a sua saída (são os únicos disponíveis em Portugal), *O Angolense* nos números dedicados à perseguição aos nativistas, no qual Augusto Bastos também chega a ser detido, e *O Distrito de Benguela* pela sua intervenção

---

<sup>529</sup> Vide Benjamin Harshaw, "Ficcionalidade y campos de referencia: reflexiones sobre un marco teórico", AAVV, *Teorías de la ficción literaria*, Madrid, Arco/Libros, S.L., 1997, pp. 123-157, p. 141.

relativamente ao poder municipal, sendo um dos meios de controlo da ação política. Seguir-se-á a ordem cronológica de aparecimento dos títulos de modo a ter-se uma perspetiva diacrónica e, em simultâneo, evocando sempre as relações sincrónicas que se possam estabelecer.

Comece-se pelo *Campeão popular, revista litteraria, theatral, tauromarchica e sportiva*, publicado ainda no século XIX e que pelos dados que tenho terá sido a primeira experiência de imprensa de Bastos que surge como redator e que assina a apresentação da revista que se declara vocacionada para as artes e cultura, com especial enfoque para a literatura e ciência, portanto, abrangendo duas áreas do conhecimento e realização humanas identificadas com o que se chamava “civilização”. Assim, no texto do redator, escreve Bastos: *Esta revista, cuja redacção está a cargo de um grupo de apreciadores das letras e da arte tem por fim exclusivo pugnar imparcialmente pelos interesses do teatro, da tauromachia e do sport nacional*<sup>530</sup>. Bastos vai assim ao encontro do próprio título da publicação que coloca igualmente o termo “popular” que serviria para marcar tanto a fácil disseminação e leitura entre o grupo de alfabetizados como o facto de pretender ser lido e vulgarizado, gozando do favor público e agradando a todos, o que de facto escreve no seu segundo parágrafo: *Publicamol-a hoje na expectativa de que o publico nos dispensará o seu valioso auxílio, para melhor desempenharmos a espinhosa missão a que nos propusemos gostosamente*<sup>531</sup>. De facto e apesar da importância dada ao público leitor, a revista registará apenas um número, abrindo-se a possibilidade de, por exemplo, Bastos ter-se ausentado de Lisboa, já que a publicação era metropolitana e o autor não teria permanecido muito mais tempo na metrópole, regressando a Angola. Contudo, a intenção era perdurar e isso está explícito no reforço da relação com o leitor, anunciando duas partes específicas que enriqueciam a publicação: as secções literária e científica, mencionando: *O Campeão Popular, occupar-se-há de tudo o que seja útil ou importante para os seus amáveis leitores e como parte recreativa terá duas secções especiaes: uma litteraria e outra scientifica*<sup>532</sup>. Concluía a apresentação ao público, referindo a falta de espaço que justificava uma apresentação mais curta do que seria o desejo do redator.

Se em 1898, Bastos publicava em Lisboa, em 1901, participava no *Almanach de Ensaio Literários*, publicado em Luanda, no entanto identificando-se o autor com Benguela, e agregando diversos tipos de publicação de interesse geral. Analiso apenas os textos escritos por Bastos e ali publicados. Logo na primeira página consta um pequeno texto intitulado “Os homens mais celebres do século XIX”, em que o autor cita políticos, militares e cientistas, revelando uma especial admiração pela França: *De todas as nações do mundo, aquella que mais se distingue por ser o berço dos homens que iluminaram e deram nome ao seculo passado, é a França, bastando dizer que só Victor Hugo, Augusto Comte e Napoleão Bonaparte collocaram a França no foco do genio e do talento que se irradiou por todos os cantos da terra no seu seculo*<sup>533</sup>. Integrado na secção “Variedades”, o texto cita as personalidades consideradas geniais pelo autor que explica o papel de cada uma delas, enumerando nomes

---

<sup>530</sup> *Campeão popular, revista litteraria, theatral, tauromarchica e sportiva*, Augusto Bastos [redactor], Arthur de Figueiredo [Administrador], n.º 1, Lisboa, 5 de Junho de 1898, p. 1.

<sup>531</sup> Idem, ibidem.

<sup>532</sup> Idem, ibidem.

<sup>533</sup> Augusto Bastos, “Os homens mais celebres do seculo XIX”, AAVV, *Almanach Ensaio Literários*, 2.º Vol., Loanda, Typographia do Povo, 1901, p. 1.

como Victor Hugo, Augusto Comte, Napoleão Bonaparte, Lamartine, Le Verrier e Verne<sup>534</sup> para o caso francês. Todavia, não se fica pelas personalidades francesas e também refere Bismarck e Guilherme, como personalidades alemãs, Gladstone, Franklin, Tyndall e Edison, Livingstone, britânicos, e passando o Atlântico Stanley e Rotschild, referindo ainda Nicolau da Rússia. Conclui: *Pára aqui a extensa lista das celebridades do século das luzes? Não! Apenas descortinamos o núcleo fugente d'essa imensa nebulosa de homens ilustres que abriram as portas á civilização actual e futura, nebulosa esta que só se resolverá com a extinção da humanidade!* Ao seguirem-se as personalidades evocadas, percebe-se que Bastos se mantinha bem informado das tendências da sua época e que, apesar da sua forte admiração pela cultura francesa, seguia também outros autores. É interessante a ausência de nomes lusos, mas talvez a ideia do autor fosse apresentar as personalidades ilustres que ao longo do século XIX tinham revolucionado o pensamento e o estadismo europeus e que eram menos conhecidas do público para quem escreve.

Participa ainda com mais dois textos no volume, uma charada, em que aparece identificado como sendo de Luanda, e uma pequena história, intitulada “Finura contra finura”. No caso da charada, trata-se de um caso matemático: *Subtracção extraordinária: De quarenta tirar cincoenta, ficando dez: ou, se nove tirar dez, ficando um. Como pode ser?*<sup>535</sup>, uma das áreas de interesse do autor. No texto “Finura contra finura”, Bastos conta uma pequena estória que funciona como crítica dos costumes sociais e para realçar o aspeto da etiqueta, coloca como personagem da sua narrativa um monarca francês e o seu primeiro-ministro. Apesar de ser uma estória que ocupa menos de uma página, o autor exercita toda a sua capacidade criativa e literária, introduzindo o discurso direto no pequeno texto, contextualizando o encontro entre monarca e primeiro-ministro que discutiam assuntos da nação e do mundo, enquanto almoçavam. Estava em disputa não os problemas do mundo, mas, sendo servidas duas perdizes, a maior destas. É interessante como Bastos caracteriza as personagens, introduzindo um parêntesis para, por exemplo, referir “era glutão”, certificando que o leitor atinge a manha da personagem. Ao colocar o discurso direto torna a história mais picaresca e, em simultâneo mais verosímil: *«Imaginae, Sire, que o mundo está tão torto que deu uma reviravolta completa com tanta facilidade como eu dou a esta travessa»*, teria dito o primeiro-ministro, ao que o monarca responde: *«Sim, tudo isso que dizes é verdadeiro e justo. Mas que quereis que eu faça? É certo que o mundo está torto; mas, como nós não podemos endireital-o, deixal-o estar como estava»*<sup>536</sup>. Bastos já exercitava a ficção curta, aqui reportada a uma pequena história que deveria provocar o riso, contudo, já adaptada à publicação em periódico e ao, invés do que acontece com o folhetim que vai deixando algo em aberto, este texto cumpre-se na totalidade em poucas linhas, respeitando o espírito da publicação.

Seguindo a cronologia, interrompe-se aqui a produção dos autores, introduzindo *A Defeza de Angola: libertando pela paz; igualando pela justiça; progredindo pela autonomia*. Apesar do período a que tive acesso ser posterior à saída da direção do jornal de José de Macedo,

---

<sup>534</sup> O facto de Bastos referir que Verne o encantava e o seu título ficcional do *Heróis de Dezassete Anos* levam-me a pensar que não só foi um leitor de Verne como nele se inspirou, sobretudo, no seu livro *Um herói de quinze anos* cuja narrativa parcialmente se desenrola em Angola, o que analisarei na última parte deste trabalho.

<sup>535</sup> Augusto Bastos “Charada”, *Almanach Ensaios Literários*, op. Cit., p. 24.

<sup>536</sup> Augusto Bastos, “Finura contra finura”, *Almanach Ensaios Literários*, op. Cit., p. 25.



interessa aqui perceber até que ponto a orientação do mesmo se manteve e qual o seu eco na sociedade luandense especificamente e angolense em geral, de então. Na primeira edição a que acedi e que se encontra na Biblioteca Nacional, em Lisboa, em muito mau estado, constata-se que existia uma preocupação em reportar o que vários jornais da metrópole referem e um cuidado em reportar os problemas da cidade de Luanda, tendo-se criado uma coluna especial para o efeito, o que demonstra o nível de envolvimento político da imprensa, tanto nas questões políticas e administrativas nacionais como locais<sup>537</sup>. Relativamente aos autores das crónicas e artigos, nota-se uma continuidade com o período em que José de Macedo dirigiu o jornal e aparecem nomes como o de Fernando Reis, que se sabe pela correspondência ter uma relação direta com o anterior diretor do jornal, ou Xavier da Câmara. A campanha contra os contratos abusivos dos serviços continuava, o que está explícito tanto em certos textos como na recolha dos textos publicados na metrópole que se referiam ao assunto. Relativamente a esta questão, há mesmo uma controvérsia com o jornal *O Benguella* que defendia nas suas páginas, segundo um dos articulistas de *A Defeza de Angola*, a descentralização do controlo dos serviços ao que se opunha o jornal de Luanda por causa dos abusos que naquele distrito eram praticados relativamente a esta problemática. Portanto, em termos gerais, parece o jornal manter toda a sua linha editorial precedente, o que faz estranhar ainda mais a saída de Macedo que permaneceu em Luanda mesmo após ter deixado da redação do jornal. Assim, podem-se encontrar passagens como esta, relativamente aos serviços que tinham levado à perseguição de Macedo em Luanda: *Relativamente a Angola, não tem sido diversa a doutrina por nós sustentada: «Os contractos de indígenas para S. Thomé, de aparente espontaneidade, não são mais do que a mascara hipócrita da antiga escravatura.»*<sup>538</sup> Prossiga-se, contudo, a análise deste periódico<sup>539</sup>. Iguualmente, a questão do imposto de palhota que se veio a revelar problemática nas várias colónias portuguesas é afluado, declarando mesmo Xavier da Câmara: *Insistimos: - o indígena, que não aceitará sem discutir, sem mostrar contrariedade, o projectado imposto de palhota (...)*<sup>540</sup>. Sobre o mesmo assunto é citado um artigo publicado no jornal *O Século* na metrópole, o que denuncia que jornais na metrópole e nas colónias se “liam”, sendo que a influência dos primeiros é, indubitavelmente, mais importante, mas que na colónia se tentava perceber quais os ecos que as questões coloniais colhiam no centro decisório do poder<sup>541</sup>. Noutra edição, aparece uma

---

<sup>537</sup> Vide *A Defeza de Angola* [a partir de 26 de Maio de 1907 passa a ser *A Defeza de Angola: libertando pela paz: equalando pela justiça; progredindo pela autonomia*], Loanda: N.º 250, ano III (28 Novembro 1906).

<sup>538</sup> Aproveita para citar outros de modo a reforçar a sua opinião, numa continuidade de posição que vinha dos tempos de José de Macedo, enquanto diretor. Vide “Casos e Echos”, *A Defeza de Angola*, n.º 260, ano III (3 Fevereiro 1907), p. 2.

<sup>539</sup> Vide *A Defeza de Angola* [a partir de 26 de Maio de 1907 passa a ser *A Defeza de Angola: libertando pela paz: equalando pela justiça; progredindo pela autonomia*], N.º 251 (2 Dezembro de 1906).

<sup>540</sup> Xavier da câmara, “Questões do dia: alvitres I”, *A Defeza de Angola*, N.º 259 (27 Janeiro 1907), p. 1.

<sup>541</sup> Prova disso são as permutas anunciadas nas páginas do próprio *Defeza de Angola*, enumerando *Comércio do Porto*, *Diário de Notícias*, *O Primeiro de Janeiro*, *o Diário Illustrado*, *A Palavra*, *O Século*, *Correio da Noite*, *A Voz Pública*, *O Dia*, *O Popular*, *A Vanguarda* (dirigido por Magalhães Lima que influenciou a ida de Macedo para Angola), *A Época*. *O Evolucionista* (Maceió – Brasil), *O Diário*, *O Liberal* (dirigido por Caneiro de Moura que anteriormente mencionei), *A Opinião*, *O Paiz*, *A Lucta* (agora dirigido por Brito Camacho e que chegara a ser dirigido na sua fundação por José de Macedo), *Correio do Norte*, *O Progresso* (Lourenço Marques), *Diário de Notícias* (Lourenço Marques), *Correio de Mossamedes*, *Folha do Sul*, *O Benguella*. É interessante notar-se que existiam fortes ligações entre imprensa e que os jornalistas comunicam entre si. O facto de se citarem artigos ou opiniões publicadas em outros jornais,

referência ao jornal *O Ultramar de Margão*, em Goa, sob o título de “Imprensa Amiga”, provando existirem relações estreitas também entre a imprensa colonial<sup>542</sup>.

E se se estava contra o regime de contratação dos serviços e contra o imposto de palhota indiscriminado e abusivo, era-se a favor de um código de indigenato, diferenciando filhos da terra “civilizados” e indígenas que só em finais dos anos trinta é codificado e positivado, com a justificação que seria um passo para a substituição das leis locais até que estes se encontrassem suficientemente ambientados com o progresso para acederem ao código comum aos filhos da terra. Ao contrário do que possa parecer, esta situação não era combatida sequer pelos filhos da terra que não se identificavam diretamente com estas comunidades e, portanto, viam maior importância na salvaguarda dos seus interesses do que na proteção de interesses que não eram no imediato os seus, e sobre isso falava, como foi apresentado anteriormente, Pedro Paixão Franco que denunciava esta desconexão entre angolenses como a causa de conflitos no futuro. Contudo, lendo o editorial que festeja quatro anos de publicação do jornal, percebe-se que seriam os interesses da então província que estariam acima de todos os outros: o seu desenvolvimento moral e material, o reclamar a adaptação do exercício do governo às necessidades da colónia, criticar atos condenáveis e de ser intermediário e orientador da opinião e aqui talvez resida um dos aspetos mais interessantes deste texto, o reconhecimento de que se pretende influenciar diretamente a opinião do leitor e de encaminhá-lo em algumas questões, mostrando como o papel deste tipo de imprensa ia para além da simples informação<sup>543</sup>. É bastante curiosa a alusão ao terceiro ano de atividade de *A Defeza de Angola*, pois trata-se de um ano ainda marcado pela direcção de José de Macedo e que, segundo o novo director, teria sido conturbado: *Foram levantadas, no decurso do terceiro ano, algumas campanhas violentas? – É certo, mas essas campanhas foram sempre inspiradas por sentimentos dignos, entre os quaes avultam os desejos de promover o saneamento moral da colónia e a extinção de exclusivismos irritantes. (...) Convictos de que velamos pelos interesses provinciais, constituímo-nos em acusadores de ciladas, que alguns argentários preparavam á boa-fé de classes humildes? – sem dúvida, com honra dizemos; mas nunca o nosso espírito se deixou influenciar pela inveja ou pelo ódio*<sup>544</sup>. Portanto, não restam dúvidas a orientação do jornal mantinha-se e o trabalho começado por José de Macedo era reconhecido. Assim, temas como os partidos, a autonomia colonial, o passadismo da política colonial portuguesa, bem como, a crítica a alguns protagonistas da política colonial, como o governador da Lunda, Veríssimo Sarmento que aqui aparece repetidamente e que é também referenciado na correspondência e alguns processos (nomeadamente o de António Perez) por causa da questão dos serviços. Igualmente se continua a dar voz a algumas figuras de proa do movimento republicano como, por exemplo, Ana de Casto Osório (amiga pessoal de Macedo e que aparece publicada como autora, mas que é também objecto de publicação quando se anunciam livros seus ou se lhe faz crítica literária).

---

prova como a imprensa era naquela época o centro do debate público que não se podia fazer presencialmente em conferências ou reuniões públicas pela distância que afastava os seus intervenientes. Relativamente a esta lista de publicações vide *A Defeza de Angola*, N.º 268 (25 Março 1907).

<sup>542</sup> *Defeza de Angola: libertando pela paz; equalando pela justiça; progredindo pela autonomia*, N.º 303, ano IV (29 Setembro 1907), p. 3.

<sup>543</sup> Vide “Quatro anos”, *A Defeza de Angola*, N.º 262, 4.º aniversário (21 Fevereiro 1907), p. 1.

<sup>544</sup> Idem, *ibidem*.

Na edição número 276, de 28 de Maio de 1907, o jornal muda o seu nome passando a intitular-se: *A Defeza de Angola: Libertando pela paz, igualando pela justiça, progredindo pelo direito*, colocando no seu título o que considerava ser a sua dívida de acção e note-se, ainda, a mudança de grafia no termo “defesa”. No número seguinte destaca-se o actual director do precedente, José de Macedo, por causa da questão dos serviços, referindo: *Quem hoje dirige este periódico não foi o iniciador da campanha que no público é conhecida por «contra os contratos dos serviços». Não repudia, porém, as ideias que anteriormente á sua entrada no periódico foram defendidas, discordando apenas, em parte, do modo porque foram expostas. Nesta conformidade, julga ter o direito de esperar que não se lhe assaque a paternidade do que nestas colunas foi escrito antes de publicado o número 217, de 28 de Junho de 1906, com o qual principiaram as responsabilidades em que ainda hoje se encontra investido e que em circunstância alguma declinará*<sup>545</sup>. Retenho aqui um dado importante, o acesso à data exata em que José de Macedo já não é o director, verificando-se que cerca de onze meses depois o tema permanecia quente e a saída de Macedo tem uma grande probabilidade de ligar-se a esta questão, como tinha estado conectada à sua detenção e imediata libertação em Luanda, na companhia de António Perez. Portanto, mesmo que mantendo a linha editorial, percebe-se que o tom teria baixado relativamente a este assunto, em que o actual director reconhece que a forma da campanha poderia não ter sido a mais indicada. Novamente, apercebo-me que o poder da imprensa era reconhecido entre todos os que pretendiam influenciar a decisão política e que o debate público estava aí centrado, num ano particularmente difícil em que as instituições democráticas da monarquia pareciam estar a fechar portas como Mayer Garção refere no seu artigo “A imprensa”, mencionando: *Com o parlamento fechado, os comícios proibidos, e o direito de associação cerceado e a dictadura campeando infrene, – a imprensa vae ser, já é, o derradeiro paladino da liberdade*<sup>546</sup>.

Apesar de centrado num equilíbrio entre a demarcação do seu antecessor e o reconhecimento da sua herança, o jornal mantém uma estreita vigilância sobre a administração pública. É também seguindo a leitura deste jornal que se percebe a ligação entre António Perez e José de Macedo, pois lê-se o seguinte: *Robustecido por alguns meses de permanência no reino, está de novo em Luanda e o sr. Henrique Perez, filho do nosso querido amigo António Perez, ex-administrador deste periódico*<sup>547</sup>. Aqui se percebe a estreita relação entre Perez e Macedo e igualmente que ambos saem do jornal, mesmo que em momentos diferentes, acabando por não chegar a concluir a sua grande tarefa de exterminar o tráfico de serviços e de conseguir a autonomia de Angola. Contudo, igualmente, se percebe que seguidores dos antigos membros da equipa de *A Defeza* continuam a reagir à presença desta família, portanto, mostrando apreço pelo passado, em que Perez é recordado pela “lúcida e leal camaradagem”, considerado um “denotado propagandista do principio associativo e convicto liberal”, tendo aplicado “uma fortuna em actos altruístas”, tendo contribuído para o impulso das instituições

---

<sup>545</sup> *A Defeza de Angola: libertando pela paz: equalando pela justiça; progredindo pela autonomia*, N.º 277 ano IV (30 Maio 1907), p. 1.

<sup>546</sup> *A Defeza de Angola: libertando pela paz: equalando pela justiça; progredindo pela autonomia*, N.º 278 ano IV (5 Junho de 1907), p. 1.

<sup>547</sup> *A Defeza de Angola: libertando pela paz: equalando pela justiça; progredindo pela autonomia*, n.º 295 ano IV (18 Agosto 1907), p. 3.

de ensino primário<sup>548</sup>. A saída de José de Macedo da direção de *A Defeza* assume, portanto, contornos que não consigo apurar na totalidade, apesar de se tornar paulatinamente mais clara que a questão dos serviços esteve na origem do problema e do facto de o grande coadjuvante de Macedo, Antonio Perez ter também ele abandonado o projeto do jornal.

No entanto, Macedo, enquanto jornalista mantém o seu interesse por Angola, mesmo quando já reside em Lisboa. É assim que aparece nas “Crónicas de Portugal” do *Jornal de Benguela*, pela primeira vez na edição número 22 do ano em que o jornal começa, 1912, sendo que o jornalista e pedagogo já vivia em Lisboa há pelo menos quatro anos e que mantinha uma correspondência regular com angolanos e que demonstra a continuidade das suas relações com a então província<sup>549</sup>. De novo, Macedo envolvia-se num projeto que se auto-declarava na “apresentação” do seu primeiro número como *semanário defensor dos interesses da região*<sup>550</sup>. Macedo expressava a sua visão sobre as relações entre colónia e metrópole, a que não é alheio o próprio título de “Crónicas de Portugal”, considerando que, havendo uma continuidade se tratava de duas realidades distintas que mereciam tratamento diferenciado. No mesmo periódico encontro ainda anúncios de Augusto Bastos enquanto advogado, entre abril de 1917 e 24 de maio de 1918, portanto, cobrindo todo o período de perseguição aos nativistas, e como solicitador, em que partilharia escritório com Baltazar d’Aguiam, no n.º 9 de Março de 1916<sup>551</sup>. Os escritórios vão mudando de morada e em alguns casos aparecem os escritórios correspondentes, nomeadamente, no Huambo e na Catumbela. Existem muitas outras referências a Bastos, enquanto ativo participante em iniciativas de sociedade civil, como escritor e enquanto político. Ficarei apenas pelos textos dos autores e por referências diretas a movimentos em que participaram, dada a extensão considerável da informação.

As “Crónicas de Portugal”, como o próprio José de Macedo reconhece constituem uma oportunidade para, enquanto jornalista, voltar a dirigir-se a *antigos leitores. Antigos amigos, velhos companheiros, camaradas de ontem*, e declara *regresso ao meu posto na imprensa desta terra donde recebi, sempre, estímulo e provas de inesquecível deferência*<sup>552</sup>. Prossegue ainda referindo a sua colaboração com *O Benguela*, às portas da revolução que levaria à Implantação da República, em Outubro de 1910. Reforça a sua relação com o leitor, lembrando aos mais esquecidos do seu papel, para prosseguir afirmando a sua solidariedade para com Angola, para introduzir um parágrafo em que marca a sua partilha com o leitor em relação às expectativas goradas da implementação de um regime descentralizado conducente a uma rápida autonomia: *Bem sei; bem sei. A república ainda não concedeu a autonomia a Angola. Mas a província tem o dever de a reclamar. No meu livro, publicado há tempos, sob título A Autonomia de Angola expuz a forma de se conseguir um sistema autonomista para essa*

---

<sup>548</sup> “Antonio Perez”, *A Defeza de Angola: libertando pela paz: equalando pela justiça; progredindo pela autonomia*, pp. 1-2.

<sup>549</sup> M. Mesquita [director], Abílio de Oliveira Bastos [Editor], *Jornal de Benguela – Semanário defensor dos interesses da região*, N.º 22 (27 Outubro 1912), p. 3.

<sup>550</sup> M. Mesquita [director], Abílio de Oliveira Bastos [Editor], *Jornal de Benguela – Semanário defensor dos interesses da região*, n.º 1, ano I (3 Julho de 1912), p. 1.

<sup>551</sup> Editor Abílio de Oliveira Bastos [Editor], M. de Mesquita [Diretor] *Jornal de Benguela – Semanário defensor dos interesses da região*, N.º 9, ano V (3 Março 1916).

<sup>552</sup> José de Macedo, “Crónicas de Portugal – Autonomia da Província”, <sup>552</sup> M. Mesquita [director], Abílio de Oliveira Bastos [Editor], *Jornal de Benguela – Semanário defensor dos interesses da região*, ano I, N.º 22 (27 Novembro 1912), p. 3.

*província que daria, estou intimamente convencido resultados profícuos. Por essa ocasião Freire de Andrade felicitava-me e concordava com a divisão que eu dava à confederação de Angola, e como prova de apreço pela minha humilde pessoa, propunha o meu modesto nome para secretário geral de Moçambique*<sup>553</sup>. Para além da referência autobiográfica relativa a uma eventual participação no governo de Moçambique, Macedo menciona a publicação do seu livro *Autonomia de Angola*, demonstrando cabalmente a sua identificação pessoal com os princípios da autonomia. Este recurso à partilha e diálogo com o leitor, não deixa de ser interessante, pois Macedo quer garantir a receção correta dos seus textos e para isso evoca a partilha de opiniões, expõe elementos biográficos que o ligam às questões coloniais e menciona os seus laços com os angolenses, culminando com a lembrança da sua publicação, num registo intertextual. No seu exercício que assume quase uma função retórica, se bem que condensada porque está-se em presença de um texto de imprensa, questiona: *Porque não estuda a província de Angola baseando as suas reclamações o plano que eu aí apresento?* Dando em seguida a resposta: *Lembre-mos que é necessário que a província tenha em si o seu próprio governo*<sup>554</sup>. Macedo exorta, então, a uma tomada de posição local que não poderia apenas esperar que pela simples reclamação fosse dada autonomia a uma colónia. Estava dado o mote.

As próximas crónicas, sendo de Portugal, assumem-se claramente dedicadas às questões coloniais e, mais particularmente a Angola, sendo que o crescendo é feito do geral para o mais específico e publicado em números diferentes com a cadência semanal, ou seja, Macedo escrevia todas as vezes que o jornal era publicado. Assim, surge o texto “República e colónias” em que defende que *os cidadãos das colónias tem o direito de reclamar e protestar*, concluindo: *A República, creiam-no todos os que me lêem, tem a obrigação moral de emancipar Angola e de lhe preparar, autonomia e livre, um largo e próspero futuro*<sup>555</sup>. A República deveria preparar a autonomia, mas contava-se que já havia elementos na colónia com capacidade de ação e assim a “Colonização de Angola” que dá título à “Crónica de Portugal” do número seguinte deveria ser estudada e decidida também com o parecer da população local<sup>556</sup>. O tema é aprofundado nos números do jornal que se seguem, com o título “Companhias de Colonização” que aponta para a necessidade de uma colonização com base nos dados científicos de higiene e clima, considerando contudo um erro pensar-se que as companhias de colonização resolveriam o problema<sup>557</sup>. Esta colonização, cientificamente orientada, deveria ser secundada pela própria província como diz Macedo: *Colonização livre, sim; mas colonização feita pela própria província, com os seus recursos próprios ou*

---

<sup>553</sup> Idem, *ibidem*.

<sup>554</sup> Idem, *ibidem*.

<sup>555</sup> José de Macedo “Crónicas de Portugal: República e colónias”, M. Mesquita [director], Abílio de Oliveira Bastos [Editor], *Jornal de Benguela – Semanário defensor dos interesses da região*, Ano I, N.º 23 (4 Dezembro 1912), p. 3.

<sup>556</sup> José de Macedo “Crónicas de Portugal: Colonização de Angola”, M. Mesquita [director], Abílio de Oliveira Bastos [Editor], *Jornal de Benguela – Semanário defensor dos interesses da região*, Ano I, N.º 24 (11 Dezembro de 1912), p. 3.

<sup>557</sup> José de Macedo “Crónicas de Portugal: Companhias de Colonização”, M. Mesquita [director], Abílio de Oliveira Bastos [Editor], *Jornal de Benguela – Semanário defensor dos interesses da região*, Ano I, N.º 26 (26 Dezembro 1912), p. 3.

*adquiridos*<sup>558</sup>. Mais uma vez, o autor pega num dos temas quentes, em debate na imprensa metropolitana e colonial, para defender o envolvimento dos cidadãos da província, ou seja, para reclamar não só a participação cívica na decisão como entregar os destinos da colónia a si própria. O próximo assunto é o “Crédito Ultramarino” e é interessante notar-se que todos os temas sobre os quais Macedo escreve, para além de formarem parte do debate da época, são, igualmente, temas explorados pelo autor no seu livro, o que lhe dá uma capacidade mais profunda de análise, pois eram matérias sobre as quais longamente se debruçara. Neste artigo defende que cada colónia deveria ter o seu banco, em vez de existir o Banco Ultramarino para todas as colónias. Introduce uma série de questões, interrogando o leitor e conduzindo no seu raciocínio sobre o problema do crédito e do trabalho em Angola e de que forma o crédito vinha colaborando para o desenvolvimento da província<sup>559</sup>. Exorta, pois, os angolenses a se posicionarem face a esta questão, reclamando que seja criada uma instituição financeira que os sirva.

A crónica que se segue intitula-se “Situação Política” em que Macedo aconselha os leitores a se interessarem pelo que se passa na metrópole em termos de discussão política das temáticas coloniais para que possa existir uma participação efetiva da colónia na decisão política. Persuade ainda o leitor da importância da eleição de deputados que representam ideias autonomistas porque apenas assim os poderiam defender efetivamente. Neste mesmo número publica-se uma mensagem dos africanistas residentes na Catumbela que propõem, como solução para os problemas enfrentados, a instrução que daria a todos os africanos as mesmas capacidades que outros agora detinham: *É porque até hoje, infelizmente, nada – em prol da educação dos africanos – , se tem feito, se bem que nós tenhamos cumprido todos os nossos deveres, como homens, como cidadãos e como portugueses, concorrendo com o nosso trabalho, pagando imposto e dando o nosso sangue – algumas vezes para a defesa dos interesses do país. É um grupo de africanos que aqui vos vem saudar; mas este grupo ousa declarar, que em vós saúda um amigo que, intelectual e moralmente, a bem da educação e perfectibilidade da raça indíjena, Progresso da nossa terra natal, trabalhará – fazendo com que prejuízos de castas baqueiem inertes ante a Verdade, - fazendo com que prejuízos de castas desapareçam perante a elevação de Mérito, - considerando todos os filhos de uma só nação.* Este grupo de cidadãos no qual se inclui Augusto Bastos, mestiço filho da terra, propõe a metáfora dos privilégios de casta que eram afinal os privilégios de raça e de etnia que se faziam ainda sentir. É evidente que eles estavam conscientes do que se passava, mas a necessidade era chamar a atenção sem ferir suscetibilidades e levar à ação política. É curioso como esta carta, publicada na página 5, prolonga as propostas que Macedo fazia na página 3, sobre a participação efetiva dos cidadãos nas decisões políticas sobre as colónias, o que não é de estranhar dadas as relações de tempos idos e daquele presente entre Macedo e alguns membros do grupo subscritor desta carta aberta ao Governador-geral.

---

<sup>558</sup> José de Macedo “Crónicas de Portugal: Companhias de Colonização”, “, M. Mesquita [director], Abílio de Oliveira Bastos [Editor], *Jornal de Benguela – Semanário defensor dos interesses da região*, Ano II, N.º 1 (1 de Janeiro de 1913), p. 3.

<sup>559</sup> José de Macedo “Crónicas de Portugal: Crédito Ultramarino”, “, M. Mesquita [director], Abílio de Oliveira Bastos [Editor], *Jornal de Benguela – Semanário defensor dos interesses da região*, Ano II, N.º 2 (22 de Janeiro de 1913), pp. 3-4.

A persistência no tema da política colonial é notória e Macedo volta a insistir nesta com a crónica “Colónias e Metrópole”. A desilusão e a esperança combinam-se nestas crónicas em que Macedo se declara arrependido por não ter aceite ficar no Governo provisório no gabinete do ministro das colónias, voltando a dar o seu exemplo biográfico para reforçar que, pensando que haveria outros mais competentes, não quis participar e afinal revelou-se que os que ocuparam lá lugar nada tinham feito. Insiste na necessidade de formulação das cartas orgânicas de modo a fomentar a autonomia administrativa e financeira<sup>560</sup>. Continua no número seguinte sob o mesmo título esta questão, afirmando-se em desacordo com a proposta de carta orgânica que teria sido proposta por Angola, concluindo acerca deste assunto: *O que asseguro é que me deixou uma impressão pouco satisfatória e, se, em Angola, na sua imprensa, ele for apreciado persuado-me que será completamente refundido*<sup>561</sup>. A importância da imprensa está aqui bem patente e a crença na boa análise que esta faz dos factos políticos, administrativos e económicos, demonstrando igualmente que é nos meios escritos que o debate se desenvolve e que se pressionam a decisão política. Portanto, uma vez mais o papel da imprensa é bastante revelador nesta sua vertente, o que não é novo no autor que na sua carta de defesa de 1901, analisada anteriormente, coloca essa mesma questão do poder da imprensa para elevar ou diminuir indivíduos em postos chave. A crónica seguinte, intitulada “O regime bancário” estende-se por dois números do jornal, em que introduz a relação entre importação de capitais e a “desnacionalização” da colónia, sendo contra o monopólio bancário que existe e que leva a que o crédito não seja o suficiente para animar a agricultura e comércio (o caso da indústria parece nem colocar-se)<sup>562</sup>. Para Macedo estas questões ligam-se profundamente ao fim último que a colonização deverá ter, o progresso, que intitula a crónica seguinte, “Progresso de Angola”, dedicado ao progresso social e cultural da então província, em que concede especial atenção à atividade dos grémios: Grémio Português de Luanda, Grémio Lusitânia de Benguela e o Grémio Pátria Nova do Bié. Unindo todos debaixo da designação “cidadãos portugueses”, menciona o tratamento que a monarquia dava a estes ativos construtores do progresso colonial. Não mencionando a desatenção da república a estas iniciativas de cidadania, chama a atenção do regime para a necessidade de dar apoio a este tipo de diligências, afirmando, *oxalá que a República alente aqueles devotados portugueses que da monarquia só receberam agravos, e que bem merecem estímulo e protecção, para que fiquem sabendo que, cá de lonje, na terra dos seus sonhos, alguém os segue na sua gloriosa carreira de trabalho*<sup>563</sup>.

Na próxima edição volta ao regime bancário, sendo uma constante a repetição de temas, se bem que sempre com conteúdos diferentes e adaptados à discussão política do momento,

---

<sup>560</sup> José de Macedo “Crónicas de Portugal: Crédito Ultramarino”, “, M. Mesquita [director], Abílio de Oliveira Bastos [Editor], *Jornal de Benguela – Semanário defensor dos interesses da região*, Ano II, N.º 11 (12 de Março de 1913), p. 3.

<sup>561</sup> José de Macedo “Crónicas de Portugal: Crédito Ultramarino”, “, M. Mesquita [director], Abílio de Oliveira Bastos [Editor], *Jornal de Benguela – Semanário defensor dos interesses da região*, Ano II, N.º 12, p. 3.

<sup>562</sup> José Macedo, “O regime bancário nas colónias”, José de Macedo “Crónicas de Portugal: Crédito Ultramarino”, “, M. Mesquita [director], Abílio de Oliveira Bastos [Editor], *Jornal de Benguela – Semanário defensor dos interesses da região*, Ano II, N.ºs 15 e 16 (9 e 16 de abril de 1913), p. 3.

<sup>563</sup> José Macedo, “Progresso de Angola”, José de Macedo “Crónicas de Portugal: Crédito Ultramarino”, M. Mesquita [director], Abílio de Oliveira Bastos [Editor], *Jornal de Benguela – Semanário defensor dos interesses da região*, Ano II, N.º 23 (4 Junho 1913), p. 3.

para na seguinte mencionar “As questões coloniais em debate”, centrando-se na contestação a Norton de Matos, não a referindo diretamente, mas atalhando pelo oposto e tornado ideológica a questão, comparando com as propostas políticas e administração monárquica e conduzindo o leitor a pensar que é preciso dar uma oportunidade. Leia-se o autor: *Dê-se tempo ao tempo. Espere a província de Angola que o sr. Norton de Matos tenha tempo para estudar os problemas angolenses e só então se lhe poderão exigir mediadas mais práticas, que façam desenvolver e progredir a província. (...) Parece que há o propósito de se amesquinhar os governadores republicanos, como se os governadores monárquicos tivessem sido duma alta capacidade e como se a República fosse culpada da situação do país e do atraso das colónias*<sup>564</sup>. No entanto, é o próprio Macedo que critica a ação de alguns detentores de cargos políticos como os deputados ao parlamento que explora na sua próxima crónica, denominada “Política Parlamentar”, em que declara: *Depois os deputados coloniais, a não ser um ou outro, dois principalmente, pouco se preocuparam com os interesses dos seus círculos (...) Não é isto para admirar, visto que alguns deles só pelo mapa saberiam determinar em que parte do mundo ficam os povos de que são delegados, no Congresso da República*<sup>565</sup>. Portanto, se a crítica é benévola para com os representantes governativos devido ainda à falta de estudo da situação real angolense nuns casos, esta torna-se assaz dura quando se trata de representantes do povo que não cumprem o seu dever.

Alternando entre os temas políticos e de administração colonial e a economia, escreve na crónica subsequente sobre “Indústrias nas colónias”, em que exprime a sua convicção que as indústrias com mais possibilidade de sucesso nas colónias serão as do setor agroindustrial<sup>566</sup>. Logo no próximo número volta à questão política, numa crónica que volta a falar das ameaças à República, intitulada “A situação política”, introduzindo em seguida um texto, denominado “Privilégios industriais nas colónias, em que defende a alocação da produção na própria colonial, promovendo assim o seu desenvolvimento, mesmo que fosse com capitais estrangeiros. Vale a pena aqui transcrever alguns excertos, em que Macedo aplica as técnicas usadas na oratória para produzir um registo retórico que pretende encaminhar o leitor, qualquer que seja a sua origem, a defender o mesmo. Para tal, recorre à coloquialidade e ao exercício dialogante com o leitor em que propõe o jogo de pergunta/resposta por ele dominado na escrita do texto, não deixando nenhum aspeto em aberto. Leia-se, então: *Que prejuízo haveria em montar fabricas de tecidos em Angola, estabelecer oficinas em Benguela, desenvolver a agricultura em Luanda, com capitais doutras nacionalidades? Isto chega a parecer uma loucura! Mas digam nos se não seria preferível que esse algodão que se tecesse e vendesse em Angola, que esses cereais se manufacturassem no próprio local, que esse minério se aplicasse na própria terra em que é extraído, que esse gado se vendesse no lugar em que é*

---

<sup>564</sup> José Macedo, “As questões coloniais em debate”, José de Macedo “Crónicas de Portugal: Crédito Ultramarino”, M. Mesquita [director], Abílio de Oliveira Bastos [Editor], *Jornal de Benguela – Semanário defensor dos interesses da região*, Ano II, N.º 26 (25 Junho 1913), p. 3.

<sup>565</sup> José de Macedo “Crónicas de Portugal: Política parlamentar”, M. Mesquita [director], Abílio de Oliveira Bastos [Editor], *Jornal de Benguela – Semanário defensor dos interesses da região*, Ano II, N.º 32 (6 Agosto 1913), p. 3. É de notar a distância de datas entre a publicação anterior e esta que se poderá dever à cobertura do Congresso distrital que foi apoiado pelo próprio jornal.

<sup>566</sup> José de Macedo “Crónicas de Portugal: Indústrias coloniais”, M. Mesquita [director], Abílio de Oliveira Bastos [Editor], *Jornal de Benguela – Semanário defensor dos interesses da região*, Ano II, N.º 33 (13 Agosto 1913), p. 3.



criado. *Seria preferível*<sup>567</sup>. Prossegue no número seguinte, de 24 de Setembro de 1913, com “A cultura do algodão”, em que defende a policultura para assegurar a prosperidade da colónia, apesar da cultura do algodão se apresentar aos olhos metropolitanos como muito promissora, constituindo esta posição uma continuidade com as suas ideias anteriores em que sustentava que não deveria haver a dependência de apenas uma cultura ou de um produto extrativo. Dando continuidade à problemática económica, aborda no número que se segue, o 44 do ano de 1913, a questão de “Angola e os seus produtos”, alertando para o facto de uma exploração exaustiva poder provocar o esgotamento das fontes de rendimento, muito na linha do que dizia no número precedente sobre a necessidade de diversificar as culturas.

Na crónica seguinte, intitulada “A iniciativa colonial e o crédito”, faz algumas referências interessantes no que respeita à receção da imprensa metropolitana sobre o congresso distrital de Benguela, o que vai ao encontro do que anteriormente foi exposto sobre as relações entre imprensa metropolitana e colonial (lembre-se que o congresso tinha sido longamente relatado pelo próprio *Jornal de Benguela* que mantinha muitas relações de permuta e interação com diversos periódicos na metrópole e nas colónias), referindo que teria servido para que a metrópole soubesse os valores que ali existiam: *O congresso de Benguela, tem sido muito apreciado por alguns jornais de Lisboa. As iniciativas das colónias necessitam ser muito conhecidas porque revelam energias que profundamente alteram o modo de ser dessas terras, e inteligências que muito convem evidenciar ante a metrópole que bastante ignora a intelectualidade que por cá domina*<sup>568</sup>. Assim, Macedo insiste no papel da imprensa para a consciencialização dos leitores menos informados e, mais, buscando novamente a sua experiência pessoal, menciona o seu livro *O Cooperativismo* em que aflora uma aplicação deste princípio às colónias, retomando essa linha de pensamento. Volta na edição subsequente, de 3 de Dezembro de 1913, ao crédito colonial e a sensação de retorno fica registada no próprio título “Ainda a questão do crédito”.

Nos números que fecham o ano, Macedo fala de um tema, até agora inexistente, mas pelo qual entrara várias vezes no debate público. Trata-se das “Missões religiosas nas colónias” que entra no ano de 1914. Nesta crónica e imputando ao texto uma opinião meramente pessoal, defende que o papel das missões religiosas tem sido diminuto e nada eficaz. Aprofundando este raciocínio coloca numa atividade económica, o comércio, e na atividade científica os maiores progressos das zonas agora colonizadas: (...) *quando o comércio e, até certo ponto, as expedições científicas, entraram pelos sertões dentro, explorando-os, tendo, portanto, necessidade dos meios indispensáveis de comunicação, a prosperidade colonial acentuou-se dum maneira espantosa. Em outro capítulo se provou, em face de números, quando essa prosperidade tem sido progressiva. No caso das missões, vemos que o missionário quasi isolado da terra donde derivam, produziu quando muito catedrais, hoje arruinadas e com uma tradição*

---

<sup>567</sup> José de Macedo “Crónicas de Portugal: Privilégios industriais nas colónias”, M. Mesquita [director], Abílio de Oliveira Bastos [Editor], *Jornal de Benguela – Semanário defensor dos interesses da região*, Ano II, N.º 37 (10 Setembro 1913), p. 3.

<sup>568</sup> José de Macedo “Crónicas de Portugal: A iniciativa colonial e o crédito”, M. Mesquita [director], Abílio de Oliveira Bastos [Editor], *Jornal de Benguela – Semanário defensor dos interesses da região*, Ano II, N.º 47 (19 Novembro 1913), p. 3.

*pouco honrosa*<sup>569</sup>. Uma das atividades imputadas às missões religiosas era o ensino que aparece na próxima crónica do autor, denominada “Instrução em Angola”, em que defende que o ensino é a base de todo o progresso e que devem lançar as bases de uma instrução primária, média e superior, defendendo as escolas comerciais, industriais e agrícolas, em detrimento dos liceus e universidades, centrando a sua defesa num ensino diríamos hoje de ciência aplicada em todos os níveis, incluindo com a criação de escolas superiores<sup>570</sup>. Volta aos temas políticos nos números seguintes em que escreve, publicando “A política” e “Governo de paz”, numa época em que se adensava a confrontação política tanto interna como externamente, e a “Política metropolitana”, em que refere o tardar das cartas orgânicas e a débil representação parlamentar de Angola, em qualidade e quantidade.

Macedo escreve durante mais quatro anos neste periódico, existindo um hiato na análise dos textos, dado que não consegui localizar o volume relativo ao segundo semestre de 1914 e ano de 1915, mas como o autor continua a publicar em 1916, creio que não houve qualquer interrupção na sua colaboração<sup>571</sup>. O ritmo dessa colaboração é irregular, o que se pode dever à distância e às situações críticas que se iam sucedendo e poderiam fazer variar a própria edição do jornal. Se, no primeiro ano, optei por dar uma visão completa da participação de Macedo no jornal, nos anos subsequentes farei apenas uma aproximação genérica, dado que as características tanto de conteúdo como formais se mantiveram e a sua colaboração com o jornal foi sempre feita por via das “Crónicas de Portugal”. Em 1914, o jornalista mantém os seus interesses temáticos. A instrução<sup>572</sup>, o progresso da colónia e os preparativos para as eleições constituem os assuntos tratados, num semestre que se caracteriza pela contestação à demora da implementação do ensino em Angola, pela exclusão do ensino superior e em que se denota uma forte tentativa de valorizar as personalidades locais.

Como disse, existe um interregno nos números a que pude ter acesso, voltando a analisar apenas os números de 1916. Nesse ano, José de Macedo dedica-se sobretudo à questão internacional, dado que a participação de Portugal na Primeira Guerra Mundial trazia agora as suas consequências diretas. Assim, títulos como “Perigo espanhol”, “A intervenção – Políticos e Povo”, “A aliança inglesa”, “O erro alemão”<sup>573</sup>, em geral, subdivididos em várias partes e publicados em vários números e com muitas referências bibliográficas ou recorrendo

---

<sup>569</sup> José de Macedo “Crónicas de Portugal: Missões religiosas nas colónias”, M. Mesquita [director], Abílio de Oliveira Bastos [Editor], *Jornal de Benguela – Semanário defensor dos interesses da região*, Ano II, N.º 53 (31 Dezembro 1913), p. 3.

<sup>570</sup> José de Macedo “Crónicas de Portugal: Instrução em Angola”, M. Mesquita [director], Abílio de Oliveira Bastos [Editor], *Jornal de Benguela – Semanário defensor dos interesses da região*, Ano III, N.º 6 (11 fevereiro 1914), p. 3.

<sup>571</sup> Esta consulta foi levada a cabo na Biblioteca da Administração de Benguela. Durante o período de realização desta tese, na BNL a maioria dos periódicos coloniais desta época estiveram a sofrer processos de intervenção técnica, sendo por isso muito difícil aceder aos mesmos. Acresce a este facto, a BNL ter estado fechada durante vários meses, o que dificultou as tentativas de obtenção de mais informação.

<sup>572</sup> José de Macedo refere o caso de Madagáscar como sendo um dos mais bem-sucedidos de educação das populações locais da colonização francesa. Não deixa de ser interessante este facto, pois é precisamente nesta época que a classe intelectual daquele território colonial sofre as mais duras perseguições por parte do poder colonial.

<sup>573</sup> Nesta crónica, o jornalista refere a sua experiência pessoal em África, mantendo portanto um recurso de que faz uso desde o início destas crónicas.

diretamente à intertextualidade, preenchem estas crónicas. O tema era quente e José de Macedo publicou nesse mesmo ano o seu livro *O Conflito Internacional sob o ponto de vista português: estudo políticos e económico*, sendo normal que escrevendo da metrópole incidisse tanto nesse tema. Outros assuntos tinham marcado o jornal nesse primeiro semestre de 1916, como a possibilidade de realização de um congresso distrital em Luanda para posterior organização de um outro provincial e a carta orgânica que continuava em discussão. Novamente e devido à inexistência dos números subsequentes em arquivo, tenho de me remeter para o ano de 1917, ano quente em Angola e na metrópole, em que os jornais tiveram muitas matérias em destaque.

Macedo escreve logo no primeiro número deste ano, referindo o adiamento das eleições administrativas que só serviria aos inimigos da república. Nesse mesmo número são referidos pela primeira vez os tumultos de além Quanza, em que teriam sido perpetrados roubos. O mês de Janeiro é, ainda, marcado pela agitação devido à falta de pão no Porto. Em Fevereiro são as eleições que dominam o tema e adensam-se os problemas além Quanza. Macedo volta a publicar, agora sobre política interna, demonstrando que o ano de 1917 será para regressar às questões internas, após um primeiro semestre de 1916 muito conectado à política externa e às relações internacionais. Já numa preparação para o pós-conflito fala do após a guerra e tenta demonstrar através das narrativas jornalísticas como um nação, a Alemanha, tinha embriagado os seus sábios, conduzindo a uma guerra civilizacional. No jornal publicam-se temas como a exposição agro-industrial de Benguela, os festejos da fundação de Benguela e se fala no “ódio de raças”, referindo os problemas entre as etnias locais, e se discute o novo adiamento à implementação da carta orgânica.

À medida que o ano decorre, o tema das revoltas locais ganha relevância e chega mesmo a denunciar-se uma eventual ingerência alemã que estaria a acicatar o conflito que, em Seles, tinha atingido grandes proporções com a morte de 39 pessoas entre comerciantes e militares. É interessante verificar-se que, por falta de comunicações oficiais e devido aos sistemas ainda deficitários de comunicação (com a avaria de telégrafos incluída) ganha grande relevância a narrativa pessoal que é apresentada como uma versão dos factos, mas neste caso como a versão credível dos mesmos. Os meses de Maio e Junho representam o expoente máximo do conflito ao nível provincial, com o distrito de Benguela também sob efeito da revolta, refletindo-se no jornal. Macedo mantém a sua colaboração, mas nunca se referindo a esta problemática, preservando o espírito da sua crónica e permanecendo no tema da germanofilia na metrópole que parecia agora ter eco nestes conflitos na colónia. No n.º 23 de 8 de Junho de 1917, fala-se mesmo de uma “cidade alarmada” por “boatos terroristas”, em que se fala de nativismo numa comunidade que vivia em harmonia, segundo o jornal, entre os “habitantes civilizados independentemente da cor”. Portanto, aqui a salvaguarda vai para os filhos da terra ou nativos como também são denominados nesta época, sem integrar neste grupo os “indígenas”<sup>574</sup>. Nos números 25 e 26 do jornal, respetivamente, de 23 e 29 de Junho do mesmo ano, exorta-se para que se apure a verdade para limpar a dignidade dos ofendidos com as

---

<sup>574</sup> Pedro Ferreira de Mesquita [Diretor], *Jornal de Benguela*, Ano VI, 1917.

persecuções policiais, em que se inclui Augusto Bastos, e para responsabilizar os denunciadores dos falsos movimentos nativistas<sup>575</sup>.

Macedo mantém a sua colaboração referindo-se à política interna e às suas consequências no desenvolvimento da então colónia, o que vai ao encontro da maior parte do teor do jornal que, após os conflitos de Seles e Aboim, debate, novamente, o estado da província, buscando inclusivamente a causa destes mesmos conflitos que seriam o modo como se cobravam os impostos, a injustiça na angariação da mão-de-obra e o marasmo económico vivido na colónia. Igualmente, existe uma forte pressão exercida pelo jornal para a demissão do então governador-geral, responsabilizado pela falta de resposta às revoltas e pela falta de controlo sobre os poderes coloniais que a teriam feito desencadear. A questão da carta orgânica é uma constante, e Macedo vai aproveitando para denunciar como os interesses pessoais e corporativos eram colocados à frente dos interesses tanto da metrópole como das colónias. Tem de se esperar por Outubro para que Macedo escreva sobre a receção das revoltas na metrópole, referindo o desinteresse face às mesmas e a ignorância relativamente às colónias que eram vistas como sítios exóticos. Nem os conflitos em terras angolanas durante a primeira Guerra Mundial teriam feito mudar este aspeto. Macedo volta aos temas ligados à guerra, como a proposta de paz, a posição inglesa relativamente às colónias, num período que se caracteriza pelo estabelecimento da censura à imprensa nas colónias que levava à supressão de um artigo de fundo do jornal.

O ano de 1918 abre com tumultos em Lisboa e com a manutenção da censura à imprensa em Mossamedes, apesar da sua eliminação em toda a colónia. É neste ano que Filomeno da Câmara<sup>576</sup> é nomeado para Governador-Geral e que a Carta Orgânica para Angola entra finalmente em vigor. Em Novembro do mesmo ano, é restaurada a censura prévia à imprensa, o que não impede que se continue a falar em regionalismo e na divisão da colónia em duas. A partir deste ano não localizei mais crónicas de José de Macedo, sendo que entre 1921 e 1924 existia de novo um interregno nos números disponíveis e que em 1924 aparece Carlos Fontes a escrever “Crónicas de Portugal”.

Contudo, este título periódico não se esgota na coluna de Macedo, também Bastos nele participa indireta ou diretamente, seja através de anúncios aí publicados ou enquanto presidente da câmara e objeto de notícia. No início de 1916, aparece o primeiro anúncio de Augusto Bastos, neste jornal, enquanto solicitador e a partilhar escritório com o advogado Balthazar d’Aguiam, ligado à Kuribeca, a maçonaria benguelense, e que esteve várias vezes no executivo camarário benguelense. Em 1917, os anúncios de Bastos já o apresentam como advogado e com escritório próprio. É de notar que durante todo o período de agitação e de acusações de nativismo, Bastos prossegue com a sua atividade como advogado e continua a anunciá-la. É muito provável que no seu caso, tal como no de António Assis Júnior, o facto de ser advogado a par do seu ativismo social tenham motivado a sua detenção. Durante o ano de 1918, mantêm-se regulamente os anúncios de Bastos que desaparecem no ano seguinte. Contudo, 1919 é marcado por inúmeras alusões a Bastos que integra áreas importantes da vida benguelense. É, ainda, de mencionar que nesta época existe uma preocupação do jornal

---

<sup>575</sup> Idem.

<sup>576</sup> Trata-se de um dos intelectuais que mais influencia António Ferro que por esta altura passa por Angola, cumprindo o seu serviço militar e aprofundando as suas ideias relativamente ao modernismo.

não só com a censura que se mantinha, como com a colaboração com os periódicos coloniais, aludindo-se ao *Jornal de Angola, Angolense, Cuanza Norte e Cunza Sul, Mossamedes, Distrito da Huíla* e, saindo da província, *O Brado Africano*, apresentado como um jornal dedicado aos interesses dos naturais das colónias portuguesas. Portanto, o tema colonial está paulatinamente a ganhar mais espaço no jornal que defende o regionalismo e a autonomia. No n.º 9, de 28 de Fevereiro de 1919, é referida a nomeação de Bastos para constituir a Junta Distrital da Instrução Pública, aparecendo como advogado<sup>577</sup>. Em Maio do mesmo ano, volta a ser mencionado como um dos participantes no Manifesto da Comissão Organizadora da Liga de Defesa e Propaganda de Angola – Pro Angola, em que são subscritores filhos da terra e colonos, tal como acontecia com a composição da Junta Distrital da Instrução Pública.

Ainda em 1919, é coberta com destaque a visita de Fernando Reis a Luanda, um dos cronistas de *A Defeza de Angola* que mais correspondência trocou com José de Macedo, manifestamente contrário ao trabalho serviçal. É igualmente neste ano que Bastos é destacado enquanto escritor, agradecendo-se a publicação em fascículos de *Epopéia Ultramarina – Os gigantes lusitanos através dos mares ou Aventuras Extraordinárias da epopeia ultramarina portuguesa*, enumerando os dois primeiros títulos (ao segundo dos quais não consegui aceder) e elogiando o autor como estando a *prestar um belo serviço às letras portuguesas*<sup>578</sup>. Ainda no mesmo mês é apresentada na secção “Publicações” o título de Bastos, *A vida nas Selvas*, lembrando que está a ser editada em fascículos em simultâneo com a série *Epopéia Ultramarina*. Ambos títulos são caracterizados como sendo também pedagógicos e demonstrando a ação portuguesa nas descobertas e na colonização, logo valorizando a tradição e história nacionais, o que ganha particular relevância num periódico que evoca constantemente o regionalismo e a autonomia. É tornado óbvio que a demanda por mais autonomia não é uma rejeição à pátria, pelo contrário, seria um modo da pátria se cumprir através do progresso da colónia. É de lembrar que este reforço da portugalidade no discurso regionalista acontece depois das denúncias de nativismo e que alguns dos colaboradores do jornal eram nativos ou filhos da terra. No mês de Novembro, anuncia-se a publicação de mais um fascículo de Bastos, “A viagem maravilhosa” que igualmente não consegui localizar. Ainda neste ano, surge como tema de destaque o congresso distrital em cuja Junta Organizadora participa Bastos como secretário.

1920 marca o ano em que, festejando a primeira década da República, o jornal encontra necessidade em explicar que o regionalismo e a autonomia têm sido tratados, por vezes, de forma equívoca e que nunca se pretendeu ferir a unidade dos angolenses. Fala-se, ainda, com alguma surpresa da exoneração do Governador distrital que estava a organizar o congresso (recorde-se que Bastos era um dos membros da comissão organizadora). Neste ano, assinala-se a criação de um Museu Agrícola, Industrial e Etnográfico do distrito nas instalações disponibilizadas pelo próprio jornal e organizam-se outras iniciativas de carácter cultural como o concurso literário “Conto de Natal”. Existe depois um hiato de três anos, em que não tive acesso a jornais (1921, 1922 e 1923), abrindo o ano de 1924 com a polémica das eleições na Câmara Municipal de Benguela em que Augusto Bastos foi eleito. Segundo o periódico a câmara tinha procedido fora da lei e seguem-se, durante os primeiros meses do ano, duras

---

<sup>577</sup> M. de Mesquita [Diretor], *Jornal de Benguela*, Ano VIII, 1919.

<sup>578</sup> M. de Mesquita, “Agradecemos”, *Jornal de Benguela*, ano VIII, N.º 33, 15 de Outubro de 1919, p. 8.

críticas ao executivo camarário que vêm a ser suavizadas a meio do ano e mesmo revertidas em elogio no segundo semestre desse ano. Algumas medidas na área da salubridade pública, o estabelecimento de uma padaria municipal numa época de carestia e carência de cereais e consequente aumento dos preços, a arborização e o reordenamento da cidade iam lentamente conquistando a opinião pública de que o próprio jornal vem a fazer eco. O auge deste bom relacionamento é assinalado com uma visita de um jornalista que acompanha Bastos pelos serviços camarários e melhorias executadas na cidade. As deliberações camarárias passam a ser publicadas e pela consulta das atas camarárias sabe-se que este aprofundamento do relacionamento não é apenas tributário da mudança de opinião do jornal, mas também de um esforço do executivo de publicitar as suas medidas e de estreitar a sua relação com a imprensa local. Este ano é, ainda, marcado pelo acompanhamento do Segundo Congresso Colonial Nacional que decorre na Sociedade de Geografia de Lisboa, sendo que desde a organização às sessões do mesmo são cobertas. Quer isto dizer que, apesar das reorientações discursivas que o jornal vai demonstrando, no período analisado, existe uma coerência relativamente aos seus objetivos que eram pugnar pela afirmação regionalista e pela autonomia, num quadro colonial, o que é demonstrado não só pela sua ligação à metrópole através de jornais e cronistas mas também pela sua conexão às elites locais, o que me faz crer que teve um papel importantíssimo na consciencialização para o facto político e colonial de então.

Um outro periódico, não menos interessante segundo a perspetiva que tenho vindo a explorar é *O Angolense*. O semanário publicado em Luanda que, desde o primeiro número 29 de Setembro de 1917, ano dos tumultos imputados aos movimentos nativistas, se apresenta ao público afirmando que com *todos trabalhará sem distinções de raças nem de cores políticas* e para terminar declara o seu patriotismo na orientação da opinião pública<sup>579</sup>. Nesse mesmo número alude aos acontecimentos passados, num artigo intitulado “Os nativos acusados de traidores!...” em que são mencionados os nomes de Augusto Bastos e de João Nepomuceno Reis que vem a ser seu colega de executivo camarário<sup>580</sup>. Este talvez tenha sido o título periódico que maior atenção dedicou ao assunto já no período pós tumulto, apesar de encontrar-se também essa incidência no *Jornal de Benguela*, mas sem a referência ao nome dos perseguidos. A este facto associa-se, a meu ver, o facto de o livro de António Assis Júnior, *Relato dos acontecimentos de Dala Tando e Lucala* (partes I e II), ter sido impresso na mesma tipografia onde o jornal era feito. Quer isto dizer que o autor do relato tinha acesso fácil ao jornal e por sua vez o periódico acedeu à sua narrativa. Este periódico chega mesmo a falar em aproveitamento dos acontecimentos de Seles e Amboim com o *levantamento do gentio* para passar na imprensa a ideia de infiltrações e *complots*. De facto, este é o único artigo jornalístico com tal profundidade e objetividade nos nomes, nas instituições, constituindo por isso uma peça discursiva importante quando se analise a relação da imprensa com o discurso dos filhos da terra ou nativos. Na verdade, *O Angolense* estava a ser o veículo para passar toda a informação acerca dos factos, mas pela voz dos acusados. Se comparar-se a informação aqui contida com aquela que surge no relato de António Assis Júnior percebe-se que esta apenas é

---

<sup>579</sup> Manuel Augusto dos Santos [Diretor], “Ao público”, *O Angolense: Semanário defensor dos interesses de Angola*, Luanda, N.º 1, 29 de Setembro de 1917, Typographia Mamã Tita, lta, p. 1.

<sup>580</sup> Vide idem, pp. 2-3.

mais condensada, passando, no entanto, todas as informações chave contidas na narrativa mais longa.

O número dois de *O Angolense* é dedicado às comemorações do 5 de Outubro, em que se aproveita para falar da expectativa que a implantação do novo regime criou, não só entre os colonos como entre os nativos. Fala-se, igualmente, da descrença na capacidade da república intervir nos problemas locais, pois parecia que ainda não tinha chegado à colónia, mas aproveitando este ensejo para reafirmar que a República é o regime certo para o momento. Contudo, a conclusão do artigo não deixa margens para dúvidas: *Em Angola não chegou ainda a Republica. (...) Ela chegará um dia. Não sejamos impacientes que a sublime trilogia – Igualdade, Liberdade e Fraternidade – fulgirá enfim nesta colónia tão portuguesa e tão republicana*<sup>581</sup>. Este periódico está em Angola ao nível de *O Brado Africano*, em Moçambique, notando-se uma evidente luta pelos direitos iguais aos dos colonos e, o mais interessante, feito nos moldes que mais poderia atingir aquela sociedade colonial e metropolitana, pois servia-se dos mesmos meios técnicos e adotava recursos discursivos similares aos dos poderes dominantes. Fico-me apenas por estes dois números para não tornar extensa a análise e porque me parece que são bastante elucidativos deste alinhamento do jornal com os filhos da terra.

Outro periódico importante é *O Distrito de Benguela: Semanário Regionalista* que começa a ser publicado em 1922 e, por isso, é aqui apresentado em último lugar. Logo no primeiro número afirma a sua finalidade, a *defesa e propaganda do distrito de Benguela, procurando defender os seus interesses*, portanto, em clara competição com o *Jornal de Benguela* que também reclamava essa função<sup>582</sup>. Creio que seria o tipo de reclamação e de perspetiva que poderia ser diferente, estando o título que agora se fundava, provavelmente, mais ligado aos colonos que aos filhos da terra. Em 1923, destaca-se o jornal pelas críticas consecutivas ao executivo camarário, a par de um acompanhamento estreito das questões ligadas à colónia, como a mão-de-obra, a emigração e a colonização, o impacto da colónia na metrópole, o temor da desnacionalização, através da vinda massiva de emigrantes de outras origens que não Portugal, o escravagismo de que são acusadas as autoridades portuguesas, etc.. Em 1924, o acompanhamento da atividade da Câmara Municipal de Benguela prossegue, sendo comum publicarem-se notícias sobre a mesma e, posteriormente, com a nova estratégia camarária de estreitamento de relações com a imprensa, também os editais camarários e as decisões passam a ser publicadas neste periódico. Contudo, existe algum distanciamento face ao executivo da época, liderado por Augusto Bastos. No ano de 1924, grassam as preocupações de desnacionalização da colónia, fosse através da emigração massiva de não portugueses, das missões protestantes ou pelo desenvolvimento de atividades lideradas por não portugueses.

É importante salientar que existia uma competição saudável entre os dois semanários de Benguela que, pretendendo servir os interesses locais, tinham perspetivas diferentes para o mesmo. Tal é tanto mais importante quanto representa o grau de democraticidade e de capacidade de intervenção que a sociedade colonial local tinha alcançado, apesar das

---

<sup>581</sup> Manuel Augusto dos Santos [Diretor], “Cinco de Outubro”, *O Angolense: Semanário defensor dos interesses de Angola*, Luanda, Luanda, N.º 2, 6 de Outubro de 1917, Typographia Mamã Tita, p. 1.

<sup>582</sup> Adolfo Pina [redator principal], “Na hora da largada”, *O Distrito de Benguela: Semanário regionalista*, Benguela, N.º 1, 7 de Janeiro de 1922.

interrupções por perseguições, no caso dos pretensos movimentos nativistas, ou da censura, que não sendo permanente causava os seus efeitos. Igualmente, se nota a preocupação de todos os que reclamam o regionalismo ou a autonomia se declararem patrióticos, como defesa, e tanto mais o fazem quanto sentem que se podem tornar alvos de discriminação ou perseguição política e aí pode por vezes residir alguma ambiguidade discursiva que à luz destas condicionantes é facilmente desmontável. Convém também lembrar que tanto Bastos como Macedo foram intervenientes ativos no mundo jornalístico e que ambos tinham profunda consciência do valor da imprensa e de como esta funcionava como um poder não só formativo da opinião pública, mas com uma capacidade muito própria de pressionar poderes. Se, no executivo camarário, Bastos defende um estreitamento de ligação à imprensa é porque percebe que tem de voltá-la a seu favor, quando a sua eleição como presidente ganha os contornos polémicos que veio a adquirir. Tal como recorria aos jornais para divulgar os seus livros, num ato que hoje se diria de publicidade, também o faz relativamente à sua ação política. Já Macedo, cedo, na sua carta de defesa quando foi detido por causa da sua atividade jornalística, refere o poder da imprensa nas sociedades modernas e, ciente disso, criou toda a sua ação cívica que se interliga com a sua própria profissão de jornalista e professor. Ambos sabem usar o que a sua época lhes oferecia: novos meios para comunicar realidade e utopia.



## CAPÍTULO V – REALIDADE E UTOPIA EM DISCURSO LITERÁRIO

*Saber pela literatura as ideias de uma época só pode ter interesse para a posteridade, que não tem outro meio de a tornar presente ao seu raciocínio. O que nos ocupa é saber se a literatura nos poderá ser um indicador sociológico, se nos pode ser ponteiro para indicar a que horas da civilização estamos, ou, para falar com clareza, para nos informar do estado de vitalidade e exuberância de vida em que encontra uma nação ou uma época, para que, pela literatura simplesmente, possamos prever ou concluir o que espera o país em que essa literatura é actual.*

Fernando Pessoa

Indissociável da realidade, a literatura estabelece um jogo de alternativas entre o mundo real e o mundo possível, tornando-se um hábil instrumento de fruição estética e, em simultâneo, de passagem de conteúdos muito elaborados. Questão de que os autores, em geral, não estiveram alheios, criando as suas obras com a consciência da importância de comunicar a arte, numa relação entre criador, obra e público<sup>583</sup>. Fernando Cristóvão coloca mesmo a questão de uma forma muito interessante: *a literatura não se pode alhear do projecto humano, constantemente balanceado entre o individual e o colectivo, a utopia e a realidade*<sup>584</sup>. Portanto, a literatura é parte de uma realidade na exata medida em que propõe uma evasão desta, através da criação de cenários ficcionais. Mesmo assim, refere Jorge Bastos Silva que, segundo os estudiosos da literatura portuguesa, teria vingado uma veia contemplativa, parecendo a literatura em português se divorciar da reflexão sobre as realidades sociopolíticas<sup>585</sup>. Contudo, encontram-se diversos exemplos, alguns ainda pouco estudados, outros mais referenciados, de produção discursiva refletindo sobre a sociedade com características literárias, registadas em ficção, ensaio ou texto jornalístico. Ninguém pode duvidar da qualidade literária do Padre António Vieira, contudo, destacou-se essencialmente pelos seus sermões em que demonstrava uma grande preocupação social com aspetos como a escravatura, como a usurpação de bens e a exploração excessiva dos mais pobres. Usava o meio de comunicação que lhe estava acessível para veicular a sua mensagem, preocupando-se com quem era o seu público. Mas em geral quando se fala de literatura, este tipo de discurso é, amiúde, esquecido. O facto de escrever e dizer belos textos e de demonstrar uma preocupação oratória, associados não só ao conteúdo mas ao prazer estético do texto, demonstram como um discurso literário pode ir bem para além da ficção, sendo que as suas técnicas e as preocupações que lhe estão subjacentes, salpicam ou são mesmo a fonte de alguns textos, que, à primeira vista, por não serem declaradamente ficções ou poesia, são excluídos desta temática.

O padre António Vieira, tal como tantos outros autores, desenvolvem o seu pensamento utópico através da escrita e recorrendo a figuras de estilo literárias, contudo, enveredam,

---

<sup>583</sup> Vide Fernando Cristóvão, “O romance político brasileiro contemporâneo”, *O Romance Político Brasileiro Contemporâneo e outros Ensaio*, Coimbra, Almedina/Centro de Literaturas de Expressão Portuguesa da Universidade de Lisboa e Associação de Cultura Lusófona, 2003, p. 43.

<sup>584</sup> Idem, p. 9.

<sup>585</sup> Vide Jorge Bastos Silva, “Introdução Crítico-Histórica”, *Utopias de Cordel e Textos Afins, Uma antologia*, Vila Nova de Famalicão, Quasi Edições, 2004, pp.7-43, pp. 27-28.

amiúde, por sermões, reflexões, cartas, ensaios, artigos, etc.. E isto, creio, associa-se diretamente com os meios que tinham ao seu dispor para comunicar e aos públicos que poderiam ser expectáveis, o que levou a que, algumas vezes, não fosse o livro que continha a ficção ou a poesia o mais utilizado para atingir um público mais numeroso quando o conteúdo era sensível. Os recursos literários permitiam a exposição pragmática de novas ideias, é certo, todavia, os meios tradicionalmente associados à sua comunicação poderiam ser os menos indicados para atingir o público que se pretendia que a mensagem chegasse. Assim se assiste ao florescimento dos sermões no século XVII, no século seguinte assiste-se à massificação da publicação do periódico e das coleções de encadernação barata que levavam a um público mais vasto as novidades da sociedade, ciência e cultura. É no seguimento desta tendência que surge então o folhetim para publicar a ficção, já que as páginas dos jornais eram, muitas vezes, invadidas pelos belos textos. A cada meio usado para a exposição textual está associado um tipo de leitor ou de ouvinte que formou ao longo do tempo o seu horizonte de expectativa. Se vai à igreja espera ouvir um sermão, se lê um jornal espera encontrar sobretudo notícias e também algum prazer na leitura. A preparação do elemento de receção é determinante para que o conteúdo e a forma possam ser entendidos e só o são se de alguma maneira tocarem as experiências anteriores, vivenciadas individual ou coletivamente, ou aquilo que constituiu a educação e inserção cultural do indivíduo<sup>586</sup>.

O impacto que a obra tem na vida do leitor pode surgir mesmo da proximidade ou distância que esta apresenta relativamente às suas experiências anteriores que pode ser causada pela novidade da forma ou do conteúdo, por obrigar a repensar alguns aspetos que já faziam parte da sua vivência, sendo que através dessas reações se pode, depois, perceber objetivamente qual o seu impacto no quotidiano do leitor, não apenas em termos artísticos como em termos de ponderação em torno do seu quotidiano<sup>587</sup>. Muitas obras para poderem ser apreciadas requerem o que Jauss denomina “mudança de horizonte”, ou seja, para acolher a obra o leitor precisa de enriquecer e reorientar a sua experiência, tornando-se em si própria numa nova experiência. Aí está-se em presença de uma obra que entra até na história da literatura. Contudo, se esta se limita a reproduzir conteúdos e formas passadas o seu interesse diminui para o estudioso, mas o seu sucesso é garantido junto de um público habituado à repetição. Ainda numa outra hipótese, se a obra busca formas antigas para colocar ao serviço de novos conteúdos ou importa de outros tipos de texto as figuras de estilo necessárias para enriquecer a obra, ocorre um fenómeno diverso, conduzindo o leitor num universo que lhe parece familiar e que, afinal, se revelará bem diverso daquilo que, ao início, seria expectável. Resulta isto em que cada obra acaba por ter o seu público, ou seja, um público com determinadas características, grau de literacia, tipo de experiências que faz com que o autor acabe por definir qual o público a quem se dirige a sua obra e por adaptar o seu discurso àquilo que é a realidade do seu leitor tipo, incidindo mais nuns aspetos que noutros, descrevendo mais bem umas situações que outras, encaminhando o leitor neste ou naquele sentido. Contudo, alguns aspetos como a linguagem, a temática e o desenvolvimento da narrativa podem ser adaptados ao leitor tipo pelo autor. Porém, muitas obras falam de temas intemporais e atravessam toda a humanidade. Neste caso não se pode considerar que o autor escreveu apenas para um grupo estrito, mas antes pode ter adaptado algo da sua obra, mantendo todavia a vontade de criar

---

<sup>586</sup> Vide Hans Robert Jauss, *op. cit.*, p. 70.

<sup>587</sup> Vide *idem*, p. 71.

um produto artístico ou discursivo que tenha uma maior profundidade do que as vivências quotidianas de determinada comunidade, grupo social ou povo.

Note-se que determinada receção da crítica ou do público não significa a qualidade da obra em si, antes pode significar o grau de preparação daquele tipo de leitores para aquela obra. Se o seu sucesso é menor entre o público seu contemporâneo do que vem a ser no futuro pode significar impreparação, mas também pode simplesmente querer dizer que esse público estava mais focado num outro tipo de estética ou de assunto que afinal ali não estava representado, permanecendo, no entanto, interessante para um público futuro que aí encontra uma reflexão ou o tratamento de algum aspeto da natureza humana que lhe é intrínseco. Algumas tendências perduram no tempo ou retardam pela sua disseminação no espaço. As áreas periféricas geralmente (até por falta de acesso) acedem sempre mais tarde às tendências da produção artística que emanam de um centro, em que a vida cultural é mais fervilhante e a preparação do leitor acaba sempre por depender do seu contacto com a novidade. A produção de obras muito diferentes entre si num mesmo tempo não quer dizer que o público não as possa entender e rececionar a todas, pois a diversidade faz parte do seu horizonte de expectativa para cada setor da produção textual. As suas memórias e as suas experiências, que originam a sua capacidade de antecipação, podem limitar o significado das obras mas não cingem o leitor apenas a um tipo literário. Um aspeto que veio a complexificar o papel do leitor foi a introdução do discurso indireto para apresentar as personagens, em que muitas vezes é deixado ao leitor o poder de decidir sobre a correção e ética da personagem. Esta tendência diminui na medida em que exista uma intenção autoral no sentido de conduzir o leitor num determinado sentido. Aí poderá existir um discurso de terceira pessoa, mas assessorado no juízo de valor do narrador que induz o leitor numa certa direção, nem que para tal seja necessário estabelecer um diálogo entre o narrador e o leitor. No caso dos romances de tese, isto é, que propõem uma alternativa ou solução para as questões aí tratadas, existe mesmo esse propósito de orientar o leitor, da leitura passiva para a ação, validando uns valores e comportamentos e desprezando outros.

A identificação do leitor com o texto literário depende em muito da sua vivência e das suas experiências de leituras anteriores. Se houver uma rutura com estas não é certo que o leitor compreenda a obra de arte literária com que se depara. Se esta lhe lembrar ou o fizer relembrar experiências anteriores e as completar ou de algum modo alterar, estar-se-á em presença de uma obra que consegue marcar a experiência literária de quem lê. As vivências do leitor e a sua aptidão para a leitura, em termos de variedade, de quantidade e de qualidade, determinam como pode ler o texto literário<sup>588</sup>. Podem considerar-se como textos mais válidos aqueles que têm maior longevidade na sua leitura, ou seja, aqueles que conseguem permanecer interessantes ao longo de várias gerações de leitores, querendo isto dizer que tocaram de alguma forma certos sentimentos ou aspetos culturais, considerados pelo leitor como intrínsecos à sociedade ou cultura em que se move<sup>589</sup>. Muitos destes aspetos podem até ser universais, porque também a literatura tem a capacidade de “traduzir” em diversas línguas sentimentos, comportamentos, desafios e questões filosóficas que são comuns aos seres

---

<sup>588</sup> Iuri Lotman, “Que nos traz uma abordagem semiótica?” (1980), Iuri Lotman, Boris Uspenskii, V. Ivanóv, *Ensaio de Semiótica Soviética*, Lisboa, Livros Horizonte, 1981, pp. 27-37, p. 30.

<sup>589</sup> Vide idem, *ibidem*, p. 43.

humanos. Assim, por vezes, a questão da compreensão dessa extensão de um conteúdo que pode ser lido por diversas culturas não depende apenas do entendimento do conteúdo, mas também da percepção da linguagem como a correta. Qualquer tradutor, quando trabalha um texto e o converte para outra língua, vai para além da simples tradução de palavras e tenta reverter conceitos e temas para uma forma que possa ser entendida por quem lê noutra língua, logo, com uma organização conceptual diversa. Os códigos têm de ser preservados, pelo menos parcialmente, para que possam ser descodificados e tornados experiências de leitura. Tudo o que extrapole a capacidade de descodificação do potencial leitor compromete a leitura da obra, seja porque a linguagem é demasiado rebuscada e por isso inacessível, seja porque evoca conhecimentos prévios a que o leitor não acedeu, seja porque descreve mundos desconhecidos sem encontrar paralelos que situem o leitor. Daí a tendência a que se assiste no final do século XIX e início do século XX, que posteriormente será analisada em pormenor em alguns textos, incida muito na metáfora, na enumeração ou na comparação para orientar o leitor na sua interpretação do texto ou inclua trechos pedagógicos que visam acompanhar o leitor para que melhor possa perceber o desenvolvimento de uma narrativa, numa época em que lhes parecia haver uma aceleração brutal do tempo, que trazia novidades, umas atrás das outras, desconhecidas à maioria das pessoas<sup>590</sup>.

Outro aspeto importante, quando se analisa um texto, seja este um relato de ficção ou uma narrativa pretensamente do real, é ter a noção que qualquer texto não é a realidade, mas provavelmente uma representação desta, logo, parte do material que nos pode ajudar a construir o que foi, de facto, determinada realidade. Assim, poder-se-á revelar factos que eram perfeitamente secundários na narrativa criada pelo autor, mas em que o investigador deteta uma importante informação a que o autor não deu importância. O não-acontecimento ou a menorização de determinado facto podem simplesmente sugerir um código de conduta ou um condicionamento cultural do escritor ou dos intervenientes na narrativa. A classificação de algo como feio ou bonito, correto ou incorreto, inscreve-se num registo de valores que podem divergir dos do investigador. A transgressão de algumas regras podem levar automaticamente a que algo não seja apreciado, daí que se tenha de ver o texto como uma unidade produzida em determinado contexto e, em simultâneo, ali procurar todas as marcas que indicam as suas circunstâncias de produção relativamente ao autor, para de melhor forma poder analisá-lo. Contudo, isto não quer dizer que seja apenas a literatura a beber inspiração na realidade, funcionando apenas reactivamente e de modo passivo. A literatura pode sugerir recriações, situando-se num plano renovador e capaz de influenciar diretamente a realidade, por mostrar alternativas, por ensaiar variações a um ambiente que parece incontornável e a vivências estabelecidas há muito<sup>591</sup>.

Igualmente Edward Said coloca o acento tónico no facto de literatura e cultura não serem criações isentas em termos de enquadramento social e político, tendo sempre uma relação

---

<sup>590</sup> Atualmente, fala-se muito da questão da aceleração do tempo, contudo, muitas das inovações tecnológicas estão acessíveis aos consumidores normais que também representam os leitores, tendo existido uma democratização no acesso à tecnologia, por um lado, uma generalização da educação, por outro lado, e ainda o surgimento de redes sociais apoiadas na tecnologia vulgarizaram alguns equipamentos e tornaram outros muito externos ao entendimento do leitor comum pela complexidade e grau de especialização que oferecem.

<sup>591</sup> Vide Francisco Soares, *Teoria da Literatura, Criatividade e Estrutura*, op. cit., p. 123.

profunda com o meio em que se insere, sugerindo mesmo que a sociedade e a cultura literária estão de tal modo ligadas que necessariamente terão de ser estudadas em conjunto<sup>592</sup>. Assim, pode dizer-se que quando se criaram textos em literatura colonial, estes surgiram a par de movimentos sociais em torno de um positivismo científico que penetrava todas as manifestações consideradas superiores da intelectualidade humana, resultando numa crença de que o conhecimento permitia a qualquer indivíduo elevar-se acima do imediatismo que a própria realidade fornecia<sup>593</sup>. Este positivismo científico teve correspondência na arte e os textos artísticos obedeceram tendencialmente ao realismo, acreditando-se que a literatura tinha uma função social direta, associada ao conhecimento, ao relato ou correção da realidade, estando intrinsecamente ligada ao mundo que rodeava o leitor<sup>594</sup>. A linguagem simplificava-se, os locais de publicação diversificavam-se, o acesso democratizava-se, numa realidade em constante transformação e que agora introduzia todos aqueles que até então a história centrada em personalidades e em valores aristocráticos excluía. Certos tipos de literatura, como a colonial, mostravam mundos desconhecidos mas verdadeiros e essa realidade tinha de ser reforçada aos olhos do leitor. Apesar da produção numerosa de alguns autores, este tipo de literatura perdeu prestígio. Contudo, algumas das suas características podem ainda ser encontradas nas obras da literatura de viagem que parecem querer dar um conhecimento de realidades *outras* com um certo distanciamento que faz parecer o relato objetivo, sobretudo, porque quem escreve fá-lo para um determinado público que conhece e com quem partilha códigos culturais. Assim essa realidade relatada por olhos *outros* pode afinal não ser mais do que uma recriação ficcionada ou utópica da realidade, mas como distingui-lo se todas as coordenadas geográficas estão lá<sup>595</sup>? No fundo, essa literatura mantém o interesse didático que a literatura colonial e não só este género literário apresentavam, dando a conhecer certos objetos e situações que apenas faziam parte do imaginário do potencial leitor. Cumpre a sua função ao tornar o imaginário em algo real, parte da experiência do próprio leitor.

No que concerne especificamente à literatura colonial, esta tem sido um pouco esquecida, pela força das circunstâncias e pelos ventos de mudança que chegaram com a descolonização, mas a verdade é que o seu estudo permanece importante, se se pensar que durante cerca de cem anos alimentou parte dos leitores das metrópoles e das próprias colónias. No caso angolano, sobre o qual me debruço mais detidamente, acresce outro fator de interesse: alguma literatura considerada colonial numa leitura apressada pode ser, afinal, uma literatura de carácter protonacionalista. Assente numa identidade forjada ou já existente e ali revelada, não só através de espaços que vão perdendo o seu carácter exótico como também da construção de uma narrativa com características próprias, ancora-se numa sociedade que é relatada como muito específica. Deste modo, esta literatura é interessante não só enquanto testemunho artístico, mas como depoimento sobre uma realidade histórica, esquecida de

---

<sup>592</sup> Vide Edward W. Said, *op. cit.*, p. 31.

<sup>593</sup> Vide *idem*, p. 36.

<sup>594</sup> Vide Iuri Lotman e Boris A. Uspenskii, “Sobre o mecanismo semiótico da cultura” (1971), Iuri Lotman, Boris Uspenskii, V. IVANÓV, *Ensaio de Semiótica Soviética*, Lisboa, Livros Horizonte, 1981, pp. 37-65.

<sup>595</sup> Vide Pascal Blanchard, Sandrine Lemaire, *Culture Coloniale: La France conquise par son empire, 1871-1931*, *op. cit.*, p. 67.

modo forçado ou não. Ao considerar-se a literatura como colonial não se exclui que esta incluía, em alguns casos, sérias críticas ao regime colonial ou ao modo como a administração colonial era imposta. Embora no caso português esta tenha vindo a diminuir progressivamente entre as décadas de vinte e de cinquenta do século XX, devido ao endurecimento e prossecução aos intelectuais filhos da terra e a todos os opositores ao regime, em que todos os meios possíveis de divulgação foram paulatinamente sendo controlados. Contudo, parece ter havido exatamente na mesma medida, embora por métodos menos ostensivos, a mesma tentativa em regimes democráticos que mantinham colónias. Tal parece ter sido o caso francês, em que as obras em favor do colonialismo obtinham maiores facilidades de publicação e chegavam com mais facilidade ao público, enquanto as que contestavam o sistema colonial eram relegadas para segundo plano e abafadas<sup>596</sup>.

A literatura colonial distingue-se por ter como tema central a colónia, a vida dos colonizados ou dos colonizadores, ou seja, esta não existe sem o fenómeno colonial e é neste que se centra. Essas marcas de colonialismo podem encontrar-se tanto no conteúdo como na forma, não só pelas variações linguísticas como pela própria forma de falar como pelos elementos estéticos que chama a si. Ao nível autoral, podem encontrar-se desde colonos de longa data e seus filhos que, embora nascendo ou sendo criados desde tenra idade por ali, mantêm muitas vezes uma profunda ligação à metrópole, aos filhos da terra propriamente ditos, já ali gerados e algumas vezes resultando de mistura de sangues locais com sangues metropolitanos, aos administradores, militares, professores, jornalistas que sendo colonos por algum tempo viveram situações de ambivalência cultural ou ainda viajantes ou visitantes de curta duração que concebiam que a colónia era a súpula das suas impressões imediatas sobre o seu espaço e suas populações<sup>597</sup>. Em inúmeras ocasiões eram os próprios colonos que se irritavam com estas visões redutoras que os seus compatriotas produziam em visitas apressadas às colónias, sobretudo, na altura em que está em construção todo o imaginário imperial com a realização de exposições, recolha de elementos para museus, escrita de textos, mais tarde complementada pelos registos de áudio e cinematográficos. Houve certo tipo de estilos que conquistaram públicos fiéis, como, por exemplo, os livros de aventuras que conseguiam sucesso dentro e fora das suas fronteiras linguísticas, como é o caso de Rider Haggard, inspirado em parte pela guerra anglo-boer. Outros autores que tocaram o universo colonial, como Júlio Verne, também numa versão de aventura, conseguiram muito sucesso. A mescla entre acontecimentos reais e a criação de heróis jovens e destemidos era, então, muito apreciada entre o público mais jovem, mas conseguindo conquistar, igualmente, outros públicos<sup>598</sup>.

Contudo, a divulgação artística não se ficava pela ficção literária. Outros géneros literários e outras artes eram tocados por um objetivo de criação de um imaginário coletivo ligado ao Império. Deste modo, surgem as famosas recolhas do património material das populações locais e algumas recolhas do património imaterial, originando a recolha de objetos para museus e a tradução da literatura oral dessas populações. Todavia, esta aptidão para a recolha

---

<sup>596</sup> Vide idem, p. 77.

<sup>597</sup> Vide idem, p. 69, onde se faz uma distinção entre vários tipos de autores, embora estas diferenciações com fronteiras muito precisas sejam sempre perigosas pelas situações intermédias, por vezes, as mais importantes, que deixa escapar.

<sup>598</sup> Vide sobre este assunto Andrew Roberts, "The Imperial Mind", op. cit., pp. 24-76, p. 40.

de testemunhos culturais locais não era acompanhada pela dignificação dos mesmos, querendo isto dizer que, amiúde, o que aconteceu foi que a criatividade dos povos e comunidades autóctones foi reduzida a expressões coletivas e repetitivas de expressões que tinham uma continuidade relativamente a tempos anteriores. Considerava-se que os artistas tinham uma expressão primitiva em termos estéticos e que apenas produziam elementos populares de cultura, dificilmente enquadráveis no gosto desenvolvido na Europa pelo refinamento da alta cultura. As missões começam a apostar muito na tradução, tanto do evangelho para as línguas locais como de algumas tradições literárias, história local ou métodos linguísticos para a língua do colonizador. Esta ponte, que se estabeleceu entre línguas colonizadoras e línguas colonizadas, permitiu que os africanos que contactavam com o sistema colonial acedessem à possibilidade de ler e escrever para dentro e para fora da sua comunidade, com todas as limitações que anteriormente foram expostas<sup>599</sup>. Pode-se mesmo afirmar que, mais do que permitir ler e escrever, permitia entrar na semiosfera do colonizador e conceptualizar parte dos mores e comportamentos que lhe eram impostos. O colonizado passava, assim, a dispor de ferramentas para desmontar e reconstruir o universo do colonizador que podia gerar situações de fascínio ou aprovação nuns casos e de busca identitária e rejeição noutros. Na verdade, eram as competências dos próprios indivíduos que se alteravam não só através dos novos conhecimentos, bem como, através das vivências diferenciadas que se iam construindo. A interpretação do mundo sai alterada porque as perspetivas e as respetivas ferramentas para a sua descodificação e interpretação são, igualmente, modificadas. Os indivíduos veem e interpretam aquilo que são capazes de ver e de interpretar e, igualmente, aquilo que querem observar, ou seja, o que para si faz sentido ser observado e desta forma acabam por criar sempre uma “verdade” algo subjetiva<sup>600</sup>.

No caso da literatura ou de outra arte, a situação comunicacional torna-se ainda mais completa, devido à distância que medeia artista e público, sendo que existe ainda uma outra interposição, o próprio canal, ou seja, esta comunicação pode necessitar de um meio para chegar do emissor ao recetor, no caso da literatura é a publicação em si. E mesmo que o público contacte com a obra diretamente existe sempre um desfazamento entre o espaço de produção e de receção que é incrementado no caso das sociedades coloniais, pois muitas vezes as obras são rececionadas por públicos distantes, geográfica e temporalmente, em que, por sua vez, se interpõe uma distância cultural que advém do facto de estarem em contacto comunidades muito diferentes. Neste caso, torna-se mais importante ainda a seleção do tipo de público que se quer alcançar aquando do processo criativo. Na verdade, a criatividade precisa de ser rececionada para que o escritor possa passar a sua mensagem e ser lido. Esse é um dos maiores desafios neste tipo de produção que faz por vezes parecer que os escritores assumem posições conservadoras na forma e no conteúdo, quando afinal queriam passar uma ideia de renovação. Mas tenha-se em mente que as distâncias espaciais, temporais e culturais poderiam gerar um vazio na compreensão da obra que corria o risco de tornar-se uma expressão sem qualquer sentido. O cuidado do escritor é, em boa parte, dedicado a preencher estas distâncias para que não se gerem esses vazios de compreensão, mesmo sabendo que não controla o momento de receção da sua obra e a leitura constitui em si um

---

<sup>599</sup> Vide Andrew Roberts, “African Cross-currents”, A.D. Roberts [editor], *The Cambridge History of Africa, 1905-1940*, Vol. 7, 1986 pp. 223-266, p. 237.

<sup>600</sup> Vide Jorge Urrutia, *op. cit.*, pp. 48-49.

ato criativo. Logo, o autor tentará imaginar o leitor tipo, o seu contexto de leitura, direcionando a sua obra, de modo a criar uma coincidência entre o mundo do emissor e do recetor, possibilitando a descodificação da obra<sup>601</sup>.

O facto do texto estar escrito permite que a distância no tempo de leitura possa aumentar de modo incalculável e, por isso, é o leitor que vai situar o texto em termos temporais, pois o texto converte-se em coetâneo ao leitor no momento da sua própria leitura. Daí que não seja de estranhar que, quando o autor pretende que obra tenha um significado muito específico para o leitor, acompanhe o seu texto de dados temporais e espaciais de tal modo precisos que o leitor, independentemente da distância temporal em que o leia, vá recuperar esse tempo onde se localiza a narrativa, em vez de a transportar para o seu próprio tempo. A circunstância dos preceitos expostos naquela obra estarem referenciados no tempo e no espaço e como, em geral, são elementos partilhados, isto é, coletivos e fruto de uma dinâmica social própria, leva a que o leitor seja transportado para dentro de um tempo e espaço que lhe são alheios e os passe a (re)construir com base nos conteúdos que lhe são apresentados, sendo o mesmo válido quando a distância é apenas geográfica ou temporal. Para o estudioso, o processo também ganha complexidade e a uma semiosfera sincrónica há a acrescentar uma semiosfera diacrónica, pelas distâncias que as obras percorrem, entre o tempo que são produzidas, o tempo que relatam e o tempo em que são lidas, o mesmo acontecendo com os espaços que determinam, por sua vez, a distância cultural. Muitas vezes, a administração colonial, impedindo o impulso criador local, tentou cerceá-lo e dominá-lo, de modo a que nenhuma produção textual pudesse escapar ao seu controlo. Assim se justifica a determinação por parte da administração colonial portuguesa em Angola da proibição, em 1921, de publicar nas línguas locais, impedindo-se, igualmente, o seu ensino nas escolas oficiais<sup>602</sup>. Esta proibição obrigava a que todos os que quisessem usar a escrita como comunicação tivessem de entrar na semiosfera do colonizador. Diminuía-se a distância cultural entre indivíduos, mas também se eliminava a livre expressão de sentimentos intracomunitários fora desse apertado controlo.

Do lado oposto estimulava-se a criação no seio do que se designava como literatura colonial, através dos gabinetes de propaganda das metrópoles, fazendo concursos, estimulando a publicação, de modo a disseminar um imaginário imperial entre a população<sup>603</sup>. É nesse âmbito que se assiste a uma criação consequente da literatura colonial em português, muito mais profundamente do que vinha acontecendo desde o século XIX, que se poderia traduzir pela oportunidade de filhos da terra e de colonos publicarem através dos meios que lhes estavam acessíveis como, por exemplo, a imprensa, como se tem vindo a notar. Filhos da terra, alfabetizados e cultos ao ponto de quererem fazer valer os seus conhecimentos e de serem tratados como qualquer cidadão metropolitano, estando, por isso, dentro da sua lógica a exaltação à pátria portuguesa e a sua proteção contra os seus concorrentes externos. Deste modo, alguns dos que mais foram perseguidos pela administração colonial, como são os casos de António Assis Júnior e Augusto Bastos, são igualmente dos que mais escrevem em favor de

---

<sup>601</sup> Vide idem, pp. 64-65. Jorge Urrutia dá ainda o exemplo do sucesso das crónicas de exploração africana dos britânicos da segunda metade do século XIX que está definitivamente ancorado na situação histórica e no sistema de valores que eram dominantes não só na Grã-Bretanha, mas na Europa de então.

<sup>602</sup> Vide Mário António Fernandes de Oliveira, *op. cit.*, p. 220.

<sup>603</sup> Vide idem, p. 224.



uma identidade local, fundada na cultura portuguesa que se mestiçara com os elementos locais de cultura. A sua produção literária deve, por essa razão, ser lida atentamente e de modo a aprofundar as várias *nuances* ou paradoxos que poderá parecer apresentar. Quanto maior foi a sua perseguição, mais necessidade tiveram de afirmar a sua portugalidade, de modo a se protegerem do que consideraram ser interpretações erradas de um sistema em que os próprios participavam enquanto quadros formados numa determinada educação e portadores de certa cultura. A esta ambivalência chamou Mário António Fernandes de Oliveira “ambiguidade crioula” que procurava associar ao heroísmo português os heróis africanos, seus dignos representantes naquela parte do mundo, na sua gesta ultramarina. Mas, na verdade, estes heróis, combatentes ou intelectuais representavam a identidade crioula destes filhos da terra e que não estava bem definida pela tonalidade da pele, apesar de esta ter gerado alguns conflitos. Era a sua dupla herança cultural e a vontade de conciliar o melhor de dois mundos que mais caracterizava esta elite local que reconhecia a Portugal o direito de continuar a “civilizar” os povos que ainda não conheciam o progresso, mas que em troca lhe exigia a inclusão dos filhos “civilizados” da colónia. A sua literatura vai nesse sentido e, por essa razão, não satisfaz cabalmente os desejos de uma administração colonial que se torna paulatinamente mais centralizadora e controladora. Assim, os estímulos literários para colonizados chegam, mas de forma controlada e sempre numa dimensão em que se sabe que não afetarão a ordem considerada “natural” das coisas, aliás, numa atitude algo ingénua dos poderes coloniais que creem controlar indefinidamente a criatividade humana. Com altos e baixos, vinha existindo um percurso literário nas colónias que se propiciara com o fim da escravatura, a introdução da tipografia e a circulação de intelectuais entre a metrópole e as colónias que vinha transformando o panorama e as possibilidades de participação dos residentes nas colónias<sup>604</sup>.

É com os autores filhos da terra e com os autores colonos, residentes por longos períodos nas colónias, que se dá o enriquecimento de uma literatura classificada como colonial, com todas as ambiguidades que essa classificação pudesse trazer como anteriormente foi referido, porque fora também um pretexto para a afirmação de indivíduos sem voz ou cujo silêncio era forçado. Mas voltando ao assunto central, são estes autores, profundamente ligados à colónia, que trazem alguma renovação a esta literatura, sobretudo no tratamento da língua, introduzindo termos locais (que são explicados ao leitor), inserindo alusões relativas à língua que está a ser falada pelas personagens em discurso direto ou indireto, ou, ainda, optando por referir amiúde conceitos desconhecidos para o leitor metropolitano que concedem um tom especial ao conteúdo. Ao recriar a realidade colonial parecem estes autores querer tomar as palavras e as referências à língua falada como referencial do real em si, isto é, as palavras ganham a sua força inerente tal como o próprio leitor usa as palavras habitualmente no seu quotidiano. Logo, a palavra fica de imediato ligada à realidade que pretende transmitir, contudo, o que habilmente estes autores introduziam era algo diferente, pois o significado da palavra ligava-se à unidade textual, como em toda a obra literária. Assim sendo, capturados num certo facilitismo por uma linguagem simplificada que era sugerida pelo autor, os leitores encontram novos significados para estas palavras, o que servirá para mostrar as variações em torno de uma sociedade colonial que se apresenta pluriforme, pluricultural, mas quase

---

<sup>604</sup> Vide Alfredo Margarido, *Estudos sobre Literaturas das Nações Africanas de Língua Portuguesa*, op. cit., pp. 109-110.

paradoxalmente exibindo uma certa unidade<sup>605</sup>. O artifício linguístico serve esta finalidade e torna mais fácil a entrada do leitor imprevisto na dinâmica do texto em si, sendo algumas vezes auxiliado por traduções, explicações pedagógicas contidas no próprio corpo do texto, de modo a indicar o caminho ao leitor. Contudo, é apenas no momento da leitura que os artifícios usados pelo autor podem operar o seu efeito, porque o leitor terá de recriar a unidade textual que o autor lhe sugeriu para que a leitura faça sentido e este possa descodificar toda a mensagem ali registada. Assim, para o estudioso não basta estudar o texto e o estilo do seu autor, é preciso procurar as raízes da recepção da obra e compreender de que modo o texto poderia ser lido pelo público para o qual foi escrito.

A obra literária nasce, pois, da intenção e dos atos criativos do seu autor. No entanto, desde o momento da sua criação liga-se necessariamente à ideia de ser lida, logo de ter um leitor, sugerindo desde logo uma intersubjetividade que se origina nessa relação de um objeto intencional e criativo se ligar indissociavelmente a um outro sujeito que não o seu produtor. Assim sendo, o belo texto resulta, desde o momento inicial, dessa relação de que o seu autor está consciente e reproduzindo de alguma forma parte das suas experiências literárias e vivências. Ao rececionar a obra, o leitor recriará tudo o que lê, dando-lhe uma ordem, voltando atrás quando necessário, ativando uns elementos na sua memória em detrimento de outros, acabando por ter uma atitude que Roman Ingarden classifica como “co-criativa”<sup>606</sup>. O leitor vai descobrindo aquilo que o autor foi introduzindo no texto como pistas deixadas ao leitor para construir o todo da ação, seja no que concerne à ação principal, seja relativamente às personagens. O processo de leitura torna-se, portanto, um constante processamento de informação com vista a ir criando uma unidade em torno daquela narrativa. Assim, o que ali se reproduz nunca poderá ser o mundo real, mesmo que assim seja apresentado pelo autor, tratar-se-á sempre de uma seleção suficiente de elementos (personagens/pessoas, objetos, ocorrências ou eventos/factos) que permita ao leitor reconstruir esse universo que o autor lhe quis deliberadamente mostrar. Toda essa construção intencional do autor é essencial para que a obra cause o efeito pretendido no leitor, que pegará nos elementos fornecidos e tomará a ação criativa de os reconstituir, usando para tal a sua própria experiência literária e as suas vivências. Entretanto, o autor vai trabalhando os aspetos estáticos e dinâmicos das suas personagens e se estes aparecem como quase imutáveis numa primeira fase, em que se processa a apresentação ao leitor, podem estes elementos ganhar uma dinâmica própria em momentos sucedâneos.

Igualmente Sampaio Bruno chama a atenção para a importância dos leitores poderem entender no seu “condicionalismo moral” as personagens e ações destas. No que concerne ao romance histórico esta preocupação tem ainda de ser maior, pois corre-se o risco das suas personagens “que maravilham” não sejam vistas como possibilidades de pessoas, a sua linguagem é demasiado complexa, as suas ideias desgarradas do presente, os seus sentimentos incompreendidos, fazendo com que o leitor não consiga acompanhar cabalmente a narrativa<sup>607</sup>. Esta preocupação parece-me ter estado na origem de parte das explicações

---

<sup>605</sup> Vide Michael Riffaterre, “A ilusão referencial”, Roland Barthes, L. Bersanni, RAMON, Ph. Ramon, Michael Riffaterre, WATT, I. Watt, *Literatura e Realidade (o que é o realismo?)*, Lisboa, Publicações D. Quixote, 1984, p. 102.

<sup>606</sup> Vide Roman Ingarden, op. Cit., p. 59.

<sup>607</sup> Vide Sampaio Bruno, *A Geração Nova*, Lello & Irmão – Editores, 1984, p. 21.

pedagógicas encontradas nos romances da transição do século XIX para o século XX, advindas da massificação da produção textual e da tentativa de chegar a públicos mais vastos, tendo de agradar a leitores com níveis educacionais diversos. Contudo, é extremamente interessante verificar que as narrativas em tempo histórico continuavam a ser do agrado do público e poderiam ser usadas como forma de educar e dar a conhecer a história dos povos, matéria tão cara aos intelectuais deste tempo. Aliás, o final do século XIX e o início do século XX, pelas possibilidades que abrem a leitores e autores, uma das quais da reprodução massiva e em série de textos, leva a que surjam muitos intelectuais interrogando-se sobre a função estética e social da literatura. Sampaio Bruno pensa essa mudança que parecia operar-se na literatura nacional, falando tanto da relação do autor com os seus predecessores, como na sua relação com o leitor. Igualmente Fernando Pessoa reflete sobre o que é uma corrente literária e de que modo esta se forma e qual a sua importância. Essencial esta questão, pois se a obra literária, tal como os outros produtos artísticos, é uma expressão da singularidade de cada artista, como se pode agrupá-la como obedecendo ou partilhando uma mesma tendência? Pessoa responde que a “corrente literária” se baseia no que de comum têm os escritores de um determinado período ou estilo que se revela na sua conceção do mundo e da vida e que isto de origina no espaço comum que habitam<sup>608</sup>. Ora, o que Pessoa fala é da ligação do autor ao mundo real, ou seja, é a sua relação com a realidade e o modo como a interpreta, os conceitos de vida que a partir daí gera que lhe concedem uma certa tendência para esta ou para aquela visão do mundo. Contudo, não são assim tão claras as coisas. Lembre-se que parte deste mundo chega-lhe através da escrita que se pode assumir como reprodução do real ou ficção, mas contendo intrinsecamente e sempre a subjetividade do elemento criador, ou seja, o escritor.

No entanto, a busca de Pessoa no seu ensaio é mais vasta do que a simples identificação de correntes literárias. Esta apenas é o pretexto para uma procura mais profunda sobre a possibilidade ou não de a literatura ser um indicador sociológico, apontando o tipo de cultura em que é produzida e qual a dinâmica da sociedade no seio da qual é produzida. A sua resposta é deveras interessante: não só a literatura surge como um indicador sociológico como o valor dos escritores está intrinsecamente ligado ao valor criativo das épocas em que se inserem. Na sua opinião, não só a literatura traduz o pensamento da sua época como o valor da literatura para a história literária é diretamente correlativo ao valor da época perante a história<sup>609</sup>. Deste modo, nos momentos em que os países e as sociedades nada criavam e apenas importavam elementos externos, ocorria a própria “desnacionalização” da literatura, tal como a sociedade se ia organizando pelas modas que ia trazendo de fora. Parecia a Pessoa que, naquele tempo (1912), existia uma literatura fruto da criatividade nacional que abarcava deste o “canto popular” aos sentimentos e modos de expressão “especiais”, como um movimento artístico próprio e com nomes marcantes a si associados. Apesar do momento difícil que a sociedade portuguesa atravessava, parecia ao poeta ser este o momento propício para a recriação e a novidade e nacionalidade deste movimento artístico, enraizado na sociedade portuguesa, dar-lhe-ia o papel de precursor, porque como refere, *a corrente*

---

<sup>608</sup> Vide Fernando Pessoa, *A Nova Poesia Portuguesa Sociologicamente Considerada*, Lisboa, Editorial Nova Ática, 2006, pp. 12-13.

<sup>609</sup> Vide idem, p. 20.

*literária* (...) precede sempre a corrente social nas épocas sublimes de uma nação<sup>610</sup>. Portanto, para além do valor sociológico da literatura, Pessoa acrescenta-lhe uma outra característica: a capacidade de antecipação face às transformações que virão em seguida. Mais do que um testemunho do real, a literatura é também criadora da realidade. Este ponto interessa-me especificamente porque demonstra como a realidade e a utopia podem estar no discurso literário, mesmo em simultâneo. Para expor uma utopia é necessário que esta mantenha alguma relação com a realidade e com os parâmetros mentais do leitor, que terá de recriar essa mesma alternativa que pode ser a realidade (e é sempre assim que a utopia é apresentada pelo seu autor) através da leitura do texto, nesse momento que Ingarden, como foi visto anteriormente, denomina como cocriação do texto. A literatura, mais do que o espelho da realidade, surge, pois, como sua construtora.

A relação entre literatura e política surge naturalmente a Pessoa, que a explora do ponto de vista ideológico, ligando a literatura de então ao sistema político Republicano, pois o futuro do país estaria neste elemento criador que atravessava a sociedade portuguesa e que não poderia ser outra coisa que não republicano. Contudo, introduz uma *nuance*: não era o republicanismo de então que poderia levar a cabo tão larga tarefa de interpretação das correntes artísticas que se afirmavam e denunciavam a ignorância e estrangeirismo dos que se viam como a elite<sup>611</sup>. Esta conclusão chegava-lhe pela análise do fenómeno literário sob três aspetos: o psicológico, por ser o resultado de uma criação individual; o literário, como produção artística de um elemento da sociedade para esta em si (logo, refletindo o aspeto criativo e a receção dessa criatividade); e, finalmente, o sociológico, pois o texto literário explica-se pela sociedade e explica aquela sociedade, em simultâneo. Diz, então, estarem reunidos os três elementos pelos quais interessa analisar e reter a obra literária, pois estes “interexplicam-se”: metafísica, no fator psicológico, porque liga o indivíduo ao universo; estética, no fator literário; e, finalmente, sociologia, na interpretação que representa da sociedade<sup>612</sup>. De facto, Pessoa dá uma visão da análise com um grau de abrangência que leva a que se capturem todos os momentos do processo criativo e de receção da obra e que ainda se explorem a montante as influências e percursos biográficos intelectuais do autor e que se avalie o impacto da sua obra na sociedade contemporânea e posterior. Creio que neste conjunto de publicações de Pessoa, resultado da recolha de quatro publicações do autor no ano de 1912 (“A nova Poesia Portuguesa Sociologicamente Considerada”, “Reincidindo”, “A nova Poesia Portuguesa no seu Aspecto Sociológico” e “Réplica ao Dr. Adolfo Coelho”), reunido sob o título genérico *A Nova Poesia Portuguesa Sociologicamente Considerada*, tem-se um panorama próximo do pensamento do que constituía o fenómeno literário numa época contemporânea aos autores que aqui se estudam. Sampaio Bruno já procura uma tendência na nova produção literária que dobra o século XIX para o século XX, representando a geração que precede Bastos e Macedo. Pessoa tem menos cerca de dez anos que os autores em estudo mas, dada a sua carreira literária muito precoce, acompanha os períodos de produção literária destes. Entre os dois

---

<sup>610</sup> Idem, *ibidem*.

<sup>611</sup> Fernando Pessoa, “Reincidindo”, *A Nova Poesia Portuguesa Sociologicamente Considerada*, Lisboa, Editorial Nova Ática, 2006, pp. 29-59, pp. 56-57.

<sup>612</sup> Vide Fernando Pessoa, “A Nova Poesia Portuguesa no seu Aspecto Psicológico”, *A Nova Poesia Portuguesa Sociologicamente Considerada*, Lisboa, Editorial Nova Ática, 2006, pp. 61-113, pp. 63, 64 e 68.

percebe-se o âmbito da discussão literária no país e junto do público para que afinal estes escritores produziam.

Um outro aspeto não menos importante é a introdução que Pessoa faz do conceito de “ideação”, demonstrando a interconexão entre emoção e racionalidade. Os escritores trabalhavam a intelectualização da emoção e, em simultâneo, a emotividade da ideia, consoante os seus objetivos, mas sempre focados na adesão do leitor à recriação do texto, testemunho desse conteúdo que o seu produtor quis oferecer à leitura. Conteúdo e forma ligam-se, dando origem a um texto que representa essa mesma ideia. Essa representação subordina-se ao estilo do próprio escritor, revelando um modo pessoal de usar os recursos de que se dispõe no discurso literário<sup>613</sup>. No caso que estudo, o do Padre António Vieira, António José Saraiva refere a introdução uma série de subtilezas, desfazendo equívocos, procurando etimologias, mas desafiando os limites da linguagem, tendo estas características ficado como intrínsecas à sua produção discursiva. Outro aspeto interessante da obra de Vieira é o facto de na sua produção textual ter existido uma enorme circulação entre oralidade e escritura, pois se atualmente se acede aos seus textos escritos, a verdade é que na sua maioria foram ditos, migrando entre oralidade e escrita. Fenómeno comum em termos literários, pois as histórias orais e os testemunhos falados além de poderem ser incorporados na produção literária, igualmente, o contrário acontece com os discursos escritos a serem lidos em voz alta, atenuando a fronteira entre oral e escrito. Aliás, as narrativas orais servem muitas vezes o propósito de inspirar o autor na perceção de como teriam sido tempos passados ou como eram vivenciados aspetos quotidianos, aos quais os autores eram exteriores, como acontece com a recolha de relatos de Bastos junto de pessoas mais velhas ou a recolha etnográfica de Macedo junto de comunidades e grupos sociais que se afastavam da sua vivência pessoal<sup>614</sup>. Essa ligação ao mundo real e factível tinha o seu lado positivo de ligar mais profundamente autor e leitor, sendo uma prática recorrente e fazendo parte da experiência literária dos próprios autores. Deste modo, se a circulação entre forma e conteúdo, ideia e emoção são características da literatura, também o é a estreita relação entre oralidade e escrita que se revelam na obra literária. Todos estes elementos testemunham essa conexão permanente entre realidade e utopia, entre facto e ficção na literatura.

## **Palavra e Ação**

Terminei o ponto anterior falando do modo como a literatura relaciona certos elementos que contribuem para os resultados finais a que os leitores acedem. Desde modo, pareceu-me claro que palavra e ação estão intimamente ligadas, seja na pretensa recriação do real, seja na demonstração de alternativas à realidade. Logo, não é de estranhar que a linguagem seja adaptada à realidade dos leitores ou ouvintes, com conceitos entendíveis para si e explicados uma e outra vez, não por mera repetição, mas para que a ideia subjacente fique bem clara.

---

<sup>613</sup> António José Saraiva reflete como, no caso do Padre António Vieira, este estilo converteu um discurso que poderia assumir as características de um discurso clássico no que Saraiva denominou discurso engenhoso. Vide António José Saraiva, *O discurso engenhoso: Ensaios sobre Vieira*, Lisboa, Gradiva, 1996, p. 9.

<sup>614</sup> Sobre a importância da narrativa oral nas obras escritas e reconstrução do passado, vide Sarah Eartly e Ann Crown, Nigel Colbert [Edition], *Researching Social Life*, London, Sage, 2011, 3<sup>rd</sup> Edition, p. 430.

Transportar quem lê ou ouve um trecho literário para o interior do texto é função do autor. Ao leitor cabe reorganizar e reunificar o texto lido ou ouvido e recriar as suas ideias chave. Qualquer orador ou escritor está ciente disso e reforço a questão da oralidade porque falarei de textos que são escritos para serem ditos e de outros que resultam de incursões da literatura oral ou da recolha de narrativas orais. Ao contrário do que é consignado na maioria das vezes, a literatura reveladora das utopias está profundamente enraizada na realidade do leitor e trata-se de uma exortação à ação, mesmo que se filiada numa ficção ou exposta como algo que parece distante no espaço ou no tempo. Ora, o período temporal estudado medeia a última década do século XIX e a primeira metade do século XX, aproximadamente o tempo de produção intelectual dos autores em estudo, Augusto Bastos e José de Macedo. Por esta altura, o mundo estava cartografado e descoberto e as utopias assentes no não lugar tinham dado os seus últimos suspiros com as famosas tentativas de intelectuais proporem as suas experiências de sociedades perfeitas em espaços por colonizar efetivamente. Uma das mais famosas tentativas, que acaba no regresso dos seus participantes a França, é levada a cabo por partidários do saint-simonianismo que fundam uma colónia no Egipto que produz os seus resultados, sobretudo ao nível da produção intelectual, mas que acaba por se dissolver. Todavia, para se perceber os autores em estudo e essa relação entre palavra e ação, há que recuar um pouco e ver na tradição colonial os testemunhos fundadores desta prática na literatura, num tempo em que existiam colónias, mas igualmente mundo para descobrir.

O Padre António Vieira é um desses exemplos que alia conceitos ligados à religião e à vida espiritual a uma linguagem dura e pejada de noções muito materiais, sobretudo quando se dirige aos colonos para falar dos excessos que eram praticados em terras brasileiras, demonstrando como o mundo perfeito de uns significava a aniquilação de outros. Vieira apreende profundamente a sociedade em que se insere e aproveita o púlpito para o exercício de uma retórica filosoficamente rica, mas muito ligada aos aspetos pragmáticos da vida local<sup>615</sup>. Vieira queria propor a alternativa, contudo, precisava de chegar ao seu interlocutor e este estava centrado na sua realidade e nos valores que a orientavam e via como inabaláveis. Existiam utopistas que criavam fechados nos seus gabinetes mundos perfeitos, outros houve que, defendendo propostas utópicas, as basearam na sua experiência terrena, no seu conhecimento e na sua vivência. O Padre António Vieira (1608-1697) e o Frei Bartolomeu de Las Casas (1484-1566) são os dois exemplos máximos dessa criação utópica, com raízes na realidade, que desafiaram as sociedades coloniais em que se inseriam e os valores sob os quais eram construídas. Dois intelectuais ligados ao clero que viam na terra prometida do Novo Mundo a desilusão de um projeto humano falhado que havia que reverter. Eram homens que tinham esperança numa alternativa, deixando à humanidade uma possibilidade de reconversão que eram os representantes de Deus na terra e por essa razão deveriam agir em seu nome. Tanto Las Casas como Vieira descobrem cedo que o Novo Mundo se tornara numa continuidade do Velho Mundo, por vezes, ainda mais cruel do que o seu predecessor. Assim, estes dois intelectuais, apesar do seu pensamento utópico, distanciam-se na sua utopia de autores como Tomas Morus (século XVI), Frei Tomás Campanella (Século XVII) ou Francis Bacon (Século XVII) que escrevem sobre cidades ideais e países inexistentes. Contudo, em comum todos usam o recurso literário seja para escrever e descrever o real como o utópico, o facto como o elemento imaginário. No fundo, todos ambicionavam que o estímulo da

---

<sup>615</sup> Vide Fernando Cristóvão, *op. cit.*, p. 151.

alternativa permitisse pensarem-se mundos possíveis fora daqueles que existiam e o que melhor do que a literatura ajuda a criar mundos possíveis?

Para que o leitor ou ouvinte possa recriar ao ler ou escutar esses mundos possíveis, tem de existir uma identificação entre si e a produção textual a que acede. De algum modo, tem de poder reconhecer-se nos seus conceitos, entender a sua linguagem, reconstruir a sua unidade para que a mensagem possa ser transmitida. O leitor tem de entender não só o que leva o autor a propor a alternativa como tem de encontrar razões para aderir a esta. No parágrafo anterior referi alguns autores para diferenciar não só vivências como criações, dentro da utopia. Agora passarei a enunciar um facto, também diretamente ligado às sociedades coloniais e que fez emergir uma enorme produção textual. Trata-se de um facto posterior à vivência dos autores que mencionei e que estão em estudo neste ponto, mas que diretamente se relacionam com aquilo que pretenderam e que, afinal, ocorre vários séculos depois. Refiro-me à escravatura e ao movimento abolicionista que enche páginas de textos e tem uma importância literária considerável, sendo um tema recorrente em alguns autores metropolitanos, num momento em que se posicionam no jogo de forças internacionais as potências coloniais. A literatura abolicionista surge, pois, como uma utopia, quase dando seguimento aos argumentos que Las Casas e Vieira usaram no seu tempo, mas agora numa produção mais vasta que ultrapassava as fronteiras da Península Ibérica, embora e em muitos casos se dirigisse exatamente contra estes países. A apresentação da humanidade como valor superior a qualquer outro inspirava os pensadores utópicos que aí viam um modo de pressionar os estados nacionais na ação em determinado sentido. Contudo, não se pense que ao abolicionismo se associa automaticamente uma ideia de humanidade, pois os indivíduos libertados do jugo escravagista estariam sujeitos a novo jugo opressor dos seus líderes, “incivilizados” e “improgressivos”. Esta utopia era criada e propalada à medida de povos e indivíduos no papel de colonos e não de colonizados, de donos de escravos e não de escravizados, apesar de toda a bonomia que podiam transportar em si. Se é verdade que a literatura abolicionista foi uma beneficiadora das narrativas de vida recolhidas entre os escravos e dos relatos redigidos pelos próprios, quando já dominavam a escrita, na realidade foi muitas vezes escrita por aqueles que nunca tinham conhecido nenhuma agrura relacionada com a escravatura nem tinham qualquer conhecimento das sociedades escravocratas, a não ser o que recebiam por vias indiretas<sup>616</sup>.

Apesar de mais conhecida relativamente ao caso americano, a literatura preocupada com a situação vivida nas sociedades coloniais não se esgota neste caso, nem tem o seu início com os movimentos abolicionistas. Escrito sobre outro continente, o africano, também se encontra o registo de preocupações e até de violências cometidas contra a população autóctone. É esse o caso de Joaquim António de Carvalho e Menezes que não se limita a descrever a paisagem ou a falar das suas riquezas como vinha acontecendo com alguns relatos que o precedem<sup>617</sup>. Neste autor, a dor alheia é assumida por si, originando uma atitude inovadora no registo literário angolense e, mesmo, africano. Mas ao atentar-se melhor neste caso, a sua particularidade advém não só de estar a escrever sobre África e a tratar a dor dos seus conterrâneos, porque é um filho da terra, mas do facto de o fazer identificando-se de certo

---

<sup>616</sup> Sobre o movimento e literatura abolicionistas vide Françoise Vergès, *op. cit.*, 2001, pp. 60-64.

<sup>617</sup> Mário António Fernandes de Oliveira, *op. Cit.*, p. 48.

modo com essas mesmas pessoas que sofrem os desmandos do colonialismo. É claro que este autor é muito posterior a Las Casas ou Vieira, pois nasce já em finais do século XVIII, mas representa de certa maneira a descentralização do pensamento sobre a crueldade que o colonialismo poderia trazer às populações autóctones. Como o faz de um ponto de vista intrínseco, afastando-se também daquilo que constituiu a corrente dominante da literatura abolicionista, produzida essencialmente por europeus, encontrando raras exceções em José do Patrocínio, Joaquim Nabuco, Artur Azevedo e outros, predominantemente americanos. Quer isto dizer que o continente africano continuava a ser representado nas metrópoles europeias por vozes mediadoras e poucas vezes por vozes próprias que, contudo, vinham persistindo, todavia com pouca capacidade de se fazerem escutar. A situação só se altera com a implementação da tipografia e conseqüente desenvolvimento do número e qualidade dos materiais impressos nas colónias africanas.

No entanto, a voz conquistada pelos filhos da terra foi circunscrita àqueles que mais contactavam com o colonizador e que estavam integrados no sistema cultural colonial, resultando em clivagens intrínsecas à própria expressão literária de autores que apresentam características identitárias muito próprias. Assim, a fragmentação da comunidade dos filhos da terra é um facto que abria muitas feridas aquando da sua expressão textual (ficcional ou real, utópica ou factual), porque sendo na sua maioria mestiços biologicamente eram todos mestiços culturais. Buscavam o equilíbrio entre duas heranças, a portuguesa ou genericamente europeia (havia alguns que tinham a sua origem noutros países europeus) e a africana. A temática da cor, do racismo, do abolicionismo, da autonomia colonial são aspetos em discussão contidos na sua expressão e que despertaram polémica, sobretudo, pelas visões contraditórias que poderiam suscitar num grupo que se considerava representante do colonizador na colónia e seu herdeiro, logo fazendo parte da população civilizada, mas sentindo-se remetido pelo poder local para um segundo plano, quase comparável ao dos seus conterrâneos sem qualquer educação ou formação. Algumas controvérsias ficaram famosas como aquela aqui mencionada que levou Pedro Paixão Franco a escrever *História de uma Traição*<sup>618</sup>. Este aspeto fraturante da sociedade colonial foi bem aproveitado pela administração colonial, acompanhado por tendências gerais na colonização que admitiam o progresso como valor último e que esse papel caberia ao colono, acabando por resultar noutras expressões duradouras em favor do colonialismo, mesmo que num modelo diferente e menos autoritário daquele que veio a vingar. Mário António Fernandes de Oliveira refere como um dos nomes responsáveis por essa ideia colonial Adolfo Pina, colono profundamente enraizado em Angola que criou vários jornais, em que se dava voz a diferentes intervenientes, mas sempre com a ideia de reforçar o facto colonial. No seguimento da herança de Norton de Matos que, republicano e maçom, defendeu uma colonização baseada na liderança do colono, provendo o progresso da colónia, é certo, mas sem qualquer participação direta dos filhos da terra na administração colonial<sup>619</sup>. Como tem sido exposto, esta submissão dos filhos da terra ao colonizador não foi consensual, mesmo entre os autores metropolitanos e, sobretudo, entre os republicanos portugueses.

---

<sup>618</sup> Vide idem, pp. 219-220.

<sup>619</sup> Idem, p. 185 e 220.



Retroceda-se agora e concentre-se o estudo de novo nos autores inicialmente anunciados, Padre António Vieira e Frei Bartolomeu de Las Casas, refletindo o modo como articular palavra e ação, em tempos em que a crítica ao colonialismo era praticamente inexistente, pois o estar além-mar representava em si a consumação da utopia de estar para além do espaço conhecido. No caso do Padre António Vieira escolhi o *Sermão do bom ladrão*, escrito em 1655, podendo caracterizar-se como um verdadeiro discurso sobre a política contemporânea com recurso a um estilo marcadamente retórico, mas em que se introduzem elementos que ultrapassam a retórica clássica, diversificando as imagens e os recursos literários ao seu dispor para tornar o texto mais eficaz<sup>620</sup>. Relativamente a Frei Bartolomeu de las Casas, a escolha recaiu sobre a *Brevíssima Relação da Destruição das Índias*, redigida em 1542, em que num documento oficial Las Casas desenvolve todo um argumento em torno da defesa das populações autóctones, intercalando o estilo retórico, com recursos literários que estava ao serviço da denúncia de uma realidade cruel e aniquiladora, constituindo um documento que pretendia, sobretudo, parar o que hoje se poderia denominar como genocídio programado<sup>621</sup>. Ambos são intelectuais associados ao clero e desenvolvendo a sua atividade intelectual no seio desta instituição. Articulado o Reino de Deus com os Reinos da humanidade, responsabilizam toda a sociedade pelos desmandos que ocorrem, esclarecem como se poderia reverter a situação, produzem uma literatura que estabelece a relação entre imanente e transcendente, ligando estes mundos com a elaboração de um discurso claro e muito explícito.

Vieira, logo nas primeiras páginas do seu *Sermão do bom ladrão*, demonstra como tirar o alheio tem sido uma prática extensiva a muitos setores da sociedade e fala da necessidade de torna-lo do conhecimento de todos. Seguro do seu argumento refere: *Mas o que vemos praticar em todos os reinos do mundo é tanto pelo contrário que, em vez de os reis levarem consigo os ladrões ao Paraíso, os ladrões são os que levam consigo os reis ao Inferno. E se isto é assim, como logo mostrarei com evidência, ninguém me pode estranhar a clareza ou publicidade com que falo e falarei, em matéria que envolve tão soberanos respetos, antes admirar o silêncio, e condenar a desatenção com que os pregadores dissimulam uma tão necessária doutrina, sendo que deverá ser mais ouvida e declarada nos púlpitos*<sup>622</sup>. Não culpando diretamente os reis, diz que estes se deixam levar pelos ladrões, logo que em vez de eles, representantes da bonomia, logo do paraíso, converterem os ladrões sucede exatamente o contrário, sem intervenção divina. Ainda, outro aspeto interessante: Vieira atribui aos pregadores um papel que mais tarde os jornalistas reclamarão para si, o de denunciar as injustiças e os perigos para a humanidade que advêm de condutas ruins do ponto de vista moral e ético. Em seguida dirige-se à sua audiência, aos que o escutam, nomeando-os, e fazendo querer que este seu discurso é, em especial, dirigido a estes, mencionando *vejo enobrecido o auditório presente com a autoridade de tantos ministros de todos os maiores tribunais, sobre cujo conselho e consciência se costuma descarregar os reis*<sup>623</sup>. O autor tinha encontrado a audiência adequada ao que queria denunciar. Explica, então, a existência da figura do “bom ladrão”, conceptualizando através das escrituras sagradas quem assim poderia ser designado. Seria o “bom ladrão”, aquele que entendendo o seu erro restituía tudo o que

---

<sup>620</sup> Padre António Vieira, *op. cit.*.

<sup>621</sup> Frei Bartolomé de Las Casas, *op. cit.*.

<sup>622</sup> Padre António Vieira, *op. Cit.*, pp. 10.11.

<sup>623</sup> *Idem*, p. 11.

indevidamente tinha sido retirado ao seu dono ou o que, não podendo devolver o roubado, se penitenciasse verdadeiramente por essa falta, num ato de autoconsciência, indo mais longe que a mera punição<sup>624</sup>.

Para reforçar essa diferença mesmo entre ladrões, introduz a história sagrada: *Mas o que muito se deve notar é que a Dimas prometeu-lhe o Senhor a salvação logo, e a Zaqueu não logo, senão muito depois. E por quê, se ambos eram ladrões, e ambos convertidos? Porque Dimas era ladrão pobre, e não tinha com que restituir o que roubara; Zaqueu era ladrão rico, e tinha muito com que restituir(...). E ainda que ele o não dissera, o estado de um e outro ladrão o declarava assaz. Porquê? Porque Dimas era ladrão condenado, e se ele fora rico, claro está que não havia de chegar à forca; porém Zaqueu era ladrão tolerado, e a sua mesma riqueza era a imunidade que tinha para roubar sem castigo, e ainda sem culpa*<sup>625</sup>. Depreende-se que a justiça divina se afastava bastante da justiça humana que perdoava ao rico pelas suas posses e condenava o pobre: mas qual dos dois mais necessitava? Vieira introduz durante o discurso interrogações às quais vai dando resposta, mas perante as quais o ouvinte ou leitor fica mais envolvido no sermão e pode mesmo partilhar a questão. O seu público está agora preparado para o desafio seguinte, inserindo as diferenças entre lei natural e lei divina, admitindo que perante a lei natural todos são iguais, independentemente da sua função ou riqueza, a matéria de que o ser humano é feito é a mesma. Contudo, é Deus que faz os reis maiores do que os outros, então, a lei divina obriga-os a agir segundo a lei divina e não o que os humanos concebem como melhor para si, geralmente, protegendo os mais fortes<sup>626</sup>. Então Vieira tem de explicar em que momentos retirar algo aos súbditos pode ser justificado e fá-lo evocando S. Tomás e inserindo o conceito de “bem comum”, aí se algum súbdito se recusar tem o rei direito de usar da violência institucional para o obrigar. Se não for para uso de todos, não têm os reis, tal como qualquer outro humano, o direito de retirar o que quer que seja e, caso o façam, terão de devolvê-lo. Afinal, Deus só o determina rei porque crê na sua capacidade de zelar pelo bem da sua comunidade e do seu povo<sup>627</sup>. Caso retirassem algo em nome próprio estariam a ofender a “justiça pública”, porque devendo ser seus defensores roubam para proveito próprio, estão a contrariar a sua função, atribuída por Deus. É muito interessante como Vieira trabalha conceitos políticos em articulação com as escrituras sagradas de modo a torna-los entendíveis e usáveis na semiosfera em que se integra o seu público. A citação de figuras cimeiras do catolicismo permite alicerçar os seus pensamentos e torna-los menos provocatórios e mais conformes à doutrina cristã, pois alguém muito reputado o antecederá.

Quando discursa é para exortar à ação e à mudança. Para comprová-lo, lembre-se que começa por referir a sua audiência e a sua importância porque são as pessoas que aconselham o rei. Após a introdução dos conceitos e da doutrina em relação ao roubo e aos ladrões, continua o seu discurso aprofundando os roubos cometidos pelos príncipes e pelos reis nas terras em que lhe estão submetidas, tocando em especial o caso das colónias que explorarei no ponto seguinte sobre realidade e utopia. Não sendo um discurso agradável ao público do seu tempo e menos ainda às autoridades que o escutavam, a verdade é que Vieira conseguiu sempre através da sua argúcia protege-lo de acusações imediatas de falta de fé ou de traição à pátria.

---

<sup>624</sup> Idem, p.12.

<sup>625</sup> Idem, p. 15.

<sup>626</sup> Vide idem, pp. 20-21.

<sup>627</sup> Idem, pp. 22-23.

O cuidado que tinha nos autores que sugeria, através da intertextualidade e que alguns eram filósofos da antiguidade clássica, o modo como colocava em contacto o imanente e o transcendente, levaram a que fosse sobrevivendo a várias tentativas de silenciamento e a que pudesse produzir a obra profícua de que apenas ainda só se conhece uma parte. Já o caso de Frei Bartolomeu de las Casas é um pouco diferente, tendo o autor acabado acusado de alta traição e heresia (luteranismo) nos tribunais da Inquisição. A receção da sua obra no reino é desde logo marcada pelo repúdio e condenação, registada nas palavras de Juan Ginés Sepúlveda, historiógrafo da corte do imperador Carlos V que denuncia a impressão do livro sem a devida autorização e que as afirmações contidas no que designa como “panfleto” são “precipitadas, escandalosas e heréticas”<sup>628</sup>. Também no Conselho da Cidade do México a publicação da obra do Frei tinha provocado agitação, ao ponto de terem sido chamados juristas e teólogos para lerem criticamente os seus textos e produzirem algo a partir destes, pedindo ao rei que sejam proibidos os livros de Las Casas<sup>629</sup>. Mais tarde, é o Vice-Rei do Peru a solicitar que não se possam imprimir os textos do Frei e a procurar resposta ao mesmo. A historiografia oficial é profícua em respostas a Las Casas.

Contudo, a sua fama alastrava e os seus textos reproduziam-se e internacionalizavam-se, numa época em que o livro era artesanal. À publicação do original em Sevilha, em 1552, dez anos após a sua escrita, seguem-se Paris, em 1559, Londres, em 1583, Amesterdão, em 1607, Veneza, em 1630, depois Barcelona, Bruxelas, Lião, Frankfurt, mais tarde o novo mundo e apesar das proibições, Filadélfia, Nova Iorque, Havana, Buenos Aires, Lima, S. Paulo, México e Santiago do Chile<sup>630</sup>. Não se sabe se o Padre António Vieira o leu, mas é uma possibilidade muito plausível, dado o facto de ser um homem viajado e muito interessado pela produção intelectual em discussão no seu tempo. Todavia, algo separa os dois autores: enquanto Frei Bartolomé de las Casas escreve ao seu príncipe denunciando a situação vivida e propondo a sua alteração rápida, o Padre António Vieira, igualmente, escreve ao seu príncipe, mas serve-se do seu púlpito para denunciar o que se passa. Em vez de recorrer à descrição, produz um discurso em que a retórica clássica é substituída pelo encadeamento de argumentos fluídos que surgem ligados a figuras de estilo literário que lhe permitem moldar o texto, embelezando, por vezes, uma realidade atroz. Em ambos encontra-se a capacidade de pensar a alternativa à realidade e de propor, apesar de todos os constrangimentos, uma ação nova através da palavra. Ambos conseguem alterar de algum modo a ação das administrações coloniais de então e dos colonos, todavia, são conquistas que, não tendo seguidor nem vigilância efetiva, se acabaram por perder com o tempo e o afastamento físico dos autores.

No caso de Las Casas existe um resultado real e imediato da sua palavra, a proibição da pesca de pérolas, mandada editar pelo rei de então. Foi uma conquista temporária, mas importante, que demonstra que poderiam ser introduzidas mudanças sem que todo o sistema colonial ruísse. Na audiência que tem com Carlos V, o Frei pede a fundação de uma colónia que seja exemplar, baseada na palavra e no arado, ou seja, nas boas práticas morais e na produção honesta e não na exploração desenfreada. O Imperador ainda lhe atribui terreno para fundar

---

<sup>628</sup> Vide Hans Magnus Enzensberger, “Las Casas ou uma retrospectiva no futuro”, Frei Bartolomé de las Casas [tradução Júlio Henriques], *Brevíssima Relação da Destruição das Índias*, Lisboa, Edições Antígona, 1997, 2.ª Edição, pp. 7-32, p. 8.

<sup>629</sup> Idem, *ibidem*.

<sup>630</sup> Vide idem, pp. 8-10.

essa colónia e com o apoio de camponeses e de índios recrutados para a mesma, o Frei chega a fundá-la. No entanto, desrespeitando a ordem do Imperador, o seu território era invadido por soldados, traficantes de escravos e outros protagonistas da colonização de exploração intensiva que determinaram o extermínio desta colónia e o abandono da população autóctone que lá se encontrava<sup>631</sup>. Tratou-se, provavelmente, da criação de uma utopia, ou seja, de um “não espaço”, na verdadeira aceção da palavra num espaço completamente novo e intrínseco à lógica colonial. No epítome da sua carta, que vem a originar essa dádiva de terras pelo Imperador Carlos V, Frei Bartolomé de Las Casas introduzia o tema ao Príncipe D. Filipe (que veio a ser Filipe I de Portugal), por ser o então responsável pelos negócios das Índias, descrevendo o que vinha acontecendo que lhe provocava transtorno e pasmo, pois entre estas coisas *estão as matanças e estragos de gentes inocentes, e os despovoamentos de aldeias, províncias e reinos que nestas Índias se têm perpetrado, e todas as outras não de menor espanto*<sup>632</sup>. Denuncia o que a ganância humana estava a provocar, desrespeitando as leis naturais e divinas e desafiando mesmo os poderes instituídos pelo imperador que, homem de bem, não poderia tolerar e condenaria tais práticas. Ao evocar a estranheza dos acontecimentos que passa a relatar, quer reforçar o facto de se tratar da realidade, apesar de poder parecer o contrário. Uma realidade sobre a qual se tem de atuar em nome da justiça. Assim declara: *suplico a V. Alteza [Príncipe Filipe] que o receba [ao que denomina sumário brevíssimo] e leia com a clemência e real benignidade com que costuma ver as obras de seus criados e servidores que, puramente, só pelo bem público e prosperidade do estado real desejam servir*<sup>633</sup>. Riquíssimo em informação, este pequeno trecho. Primeiro, porque nomeia o destinatário do texto, o príncipe que toma conta dos negócios das Índias ocidentais, e o seu objetivo, evocando o “bem público” e a “prosperidade do estado real”, o que vai ao encontro do que Vieira reflete no seu *Sermão do bom ladrão*, em que, igualmente, fala que a coleta de bens alheios apenas poderá ser feita para o bem comum e que o rei ou príncipe estaria divinamente incumbido de praticar o bem. Como se pode verificar, doutrinariamente os autores encontram-se muito próximos. Ao se declararem servidores dos respetivos monarcas estão de facto a defender-se de potenciais acusações de traição e, em simultâneo, a afirmar que é possível mudar sem a destruição de todo o sistema de poder.

Voltando ao texto em análise, Frei Bartolomé de Las Casas descreve as Índias a que se refere, ainda em fase de descoberta, começando por apresentar a sua geografia e aí incluir a geografia humana, descrevendo as populações autóctones como “pacíficas e quedas”, “delicadas, fracas e ternas em compleição e que menos podem sofrer trabalhos, e que mais facilmente morrem qualquer enfermidade”, não sendo “soberbas, nem ambiciosas nem cobiçosas”<sup>634</sup>. Contudo, o facto de serem pacíficas e frágeis não tinha acalmado os ânimos dos conquistadores que *outra coisa não fazem de há 40 anos a esta parte, até hoje e no próprio dia de hoje não fazem senão despedaçá-las, matá-las, angustiá-las, afligi-las, atormenta-las e destruí-las por via das estranhas e novas e várias e nunca vistas, nem lidas nem ouvidas formas de crueldade, das quais mais adiante umas poucas de hão-de dizer, a tal ponto que havendo na ilha Espanhola perto de 3 milhões de almas, que vimos, ali não há hoje de seus naturais 200*

---

<sup>631</sup> Vide idem, p. 32.

<sup>632</sup> Frei Bartolomé de las Casas, op. Cit., p. 35.

<sup>633</sup> Idem, p. 39.

<sup>634</sup> Idem, p. 42.

peessoas<sup>635</sup>. Atente-se na enumeração de todos os atos praticados pelos colonos e administração colonial e de como cada palavra é selecionada de modo a passar mais do que a ideia de morte, a imagem de suplício, parecendo até que se inventavam novas formas de crueldade. Não era apenas provocar pelo abuso a morte de alguém, era parecer que havia alguma planificação dessa morte, sabendo-se que os abusos praticados conduziram a esta situação, daí a preocupação do autor em, desde logo, demonstrar como era desnecessária esta atitude perante povos tão pacíficos. Deixa em aberto a descrição dos factos que já conceptualizou como crueldade, depois da enumeração das suas consequências.

Entretanto, atentando no possível desconhecimento do leitor face à realidade de que fala, usa a medida comparativa, referindo: *A ilha de Cuba é quase tão comprida como a distância que vai de Valladolid a Roma; e hoje está quase toda despovoada. A ilha de S. João e a da Jamaica, ilhas bem grandes e férteis e graciosas, estão ambas devastadas*<sup>636</sup>. Las Casas traduz a grandeza espacial para as medidas conhecidas pelos europeus, logo pelo monarca a quem se dirige o texto. Acrescenta, ainda, para dar a ideia da devastação: *Da grande Terra Firme estamos certos que os nossos espanhóis, por suas crueldades e nefandas obras, despovoaram e devastaram, estando hoje desertos, quando antes estavam cheios de homens racionais, mais de dez reinos maiores do que toda a Espanha, mesmo contando com Aragão e Portugal, e mais terra do que aquela que vai de Sevilha a Jerusalém duas vezes, que é obra de mais de 2000 léguas*<sup>637</sup>. Novamente, usa o recurso da comparação para dar a noção do real impacto do que estava a acontecer, pois o próprio autor tem a ideia do quanto seria difícil imaginar uma destruição com estas dimensões para quem a desconhecia na totalidade. Em seguida, denuncia os métodos usados por aqueles que para lá foram, designados como “cristãos”, entre estas enumera as *injustas, cruéis, sangrentas e tirânicas guerras*, depois através da “mais dura, horrível e desabrida servidão em que nunca homens ou bestas puderam ser postos”, para, então, expor as causas de tantos tormentos infligidos a uma população praticamente indefesa: o outro e a cobiça desenfreada por mais e mais riquezas<sup>638</sup>. Essa ambição provocara a destruição de tudo, da produção, das sociedades e da humanidade local, restando apenas a exploração bruta do que a natureza provia. Aqueles povos sofriam pela sua bondade e ingenuidade a violência e ambição de um outro povo, reiterando o Frei: *E esta é muito notória e averiguada verdade, que todos, sejam eles os próprios tiranos e matadores, sabem e confessem: que nunca os índios de todas as Índias mal algum fizeram aos cristãos, antes os tomaram como vindos do céu, até terem começado a sofrer, eles ou seus vizinhos, vezes repetidas, muitos males, roubos, mortes, violências e vexames por parte desses cristãos*<sup>639</sup>.

A partir daqui gerou-se então uma resistência das populações índias que, sabendo o que se vinha passando, tentavam repelir o invasor, usando Las Casas o termo *pôr fora das suas terras os cristãos*, portanto considerando os seus conterrâneos como os usurpadores de uma terra que tinha dono, o que coincide com o sermão anteriormente referido da autoria de Vieira, pois usurpava-se mas não era para o bem público nem das populações autóctones nem do próprio

---

<sup>635</sup> Idem, p. 43.

<sup>636</sup> Idem, ibidem.

<sup>637</sup> Idem, p. 44.

<sup>638</sup> Idem, pp. 44-45.

<sup>639</sup> Idem, p. 45.

colonizador.<sup>640</sup> Os índios já desejavam ir para o Inferno para que não se encontrassem com os cristãos, o que denegria a palavra de Deus junto dos índios e os chegava a fazer desejar a morte<sup>641</sup>. Prosseguindo a sua descrição, reforça a verosimilitude do seu texto através da descrição de factos relacionados com personalidades identificadas, em que se conta, por exemplo, o caso de um oficial do Rei a quem tinham sido dados 300 índios como escravos e que ao fim de 3 meses tinham morrido 270 no trabalho das minas. Anunciando-se em nome de Deus, do Papa e do Rei de Castela, apresentavam-se à noite nas aldeias para que os residentes lhes viessem prestar vassalagem. Rompendo o dia e tal não acontecendo porque eles se encontravam a dormir, aproveitavam e, sob o pretexto que tinham desrespeitado ao Rei e a Deus, exterminavam toda a aldeia: *Matavam a quantos queria, e àqueles a quem poupavam a vida matavam-nos depois co tormentos, para que lhes dissessem eles de outros povoados com ouro, ou com mais ouro do que o ouro que ali encontravam, e aos que restavam marcavam-nos com ferros em brasa, a escravos*<sup>642</sup>. A descrição das mortes está pejada da violência da execução: por lança, queimados vivos, sem distinção para adultos ou crianças, homens ou mulheres, ganhando o texto uma dureza extrema neste momento. Não isenta os homens que usam o nome do Rei e de Deus das suas culpas: *enquanto durou (como é dito) aquilo a que eles chamam conquistas, sendo na verdade invasões violentas de cruéis tiranos, não só pela lei de Deus condenados, mas por todas as leis humanas, por serem muito piores do que as que faz o turco para destruir a Igreja Cristã*<sup>643</sup>. Las Casas além de denunciar os crimes, atenta bem na precisão dos termos, o que os criminosos denominam “conquistas” não são mais do que “invasões violentas” e não há tribunal humano ou divino que os possa absolver. Levando o seu argumento até às últimas consequências, diz que os crimes perpetrados pelos espanhóis suplantam os levados a cabo pelos turcos que, lembre-se, eram os maiores inimigos dos cristãos na época e que tinham tentado chegar à Europa por toda a fronteira sul (o que até tinha ditado a perda de independência de Portugal pela morte do Rei D. Sebastião que sai da Península para ir ao encontro dos exércitos deste império). Não poderia haver pior comparação que esta que para um cristão soaria, decerto, a hipérbole.

Prossegue, dando mais exemplos do comportamento desumano dos colonos, nomeadamente, na extração ou pescaria das pérolas, uma das denúncias que veio a ter consequências práticas, dada a proibição que o Rei introduziu no exercício desta atividade. A descrição é assustadora, pois para além de referir pessoas que estão desde o nascer do sol até que este se põe mergulhadas no mar, refere ainda como se perdem as suas vidas devoradas por tubarões e marraxos, considerados pelo autor como *bestas marinhas crudelíssimas*<sup>644</sup>. A explicação das deformidades físicas causadas pelo excesso de trabalho marítimo leva à comparação das suas vítimas a *monstros com figura de homens*<sup>645</sup>. Contudo, todos os que queriam ocupar estas terras do novo mundo, que pareciam anunciar que a utopia era possível, eram atraídos pela ganância, tornado essas terras em locais de distopia e crueldade. Assim, o relata o Frei, demonstrando que a sua narrativa não se trata de uma perseguição aos espanhóis, mas da reposição da verdade, desconhecida pelos monarcas porque lhe era ocultada: *No ano de 1526,*

---

<sup>640</sup> Idem, pp. 46.47.

<sup>641</sup> Idem, p. 58.

<sup>642</sup> Idem, p. 63.

<sup>643</sup> Idem, p. 72.

<sup>644</sup> Vide idem, p. 113.

<sup>645</sup> Idem, p. 114.

com enganos e persuasões nocivas que se fizeram ao rei nosso senhor, como sempre se fez para lhe encobrir a verdade dos danos e perdições que Deus e as almas e seu estado naquelas Índias recebiam, deu e concedeu um grande reino, muito maior que a Espanha toda, que é o de Venezuela, com a governação e jurisdição total, aos mercadores da Alemanha, com certa capitulação e assente que com eles fez. (...) Devastaram, destruíram e despovoaram estes encarnados demónios para cima de 400 léguas de fertilíssimas terras, e nelas grandes e admiráveis províncias, vales de 40 léguas, muito amenas regiões, povoadas muito grandes riquíssimos em gente e ouro. Mataram e despedaçaram por inteiro grandes e diversas nações e muitas línguas, por não terem deixado viva alma que as fale excepto uns quantos que se terão metido nas cavernas e entranhas da terra, fugindo de tão estrangeira e pestilenta lâmina. Mais mataram e destruíram e para os infernos, atiraram daquelas inocentes gerações com estranhas, várias e novas maneiras de cruel iniquidade e impiedade (pelo que julgo) para cima de quatro milhões de almas; e hoje ainda o não cessaram de fazer<sup>646</sup>. A riqueza daquelas terras fazia, pois, espoletar a crueldade de gentes de várias nacionalidades, eliminando todos os que se lhe poderiam opor<sup>647</sup>. É curioso que o autor refira especificamente a destruição de nações e línguas, porque refere-se, então, à eliminação massiva de culturas, sociedades e comportamentos, em nome não da moral, senão do dinheiro, mas disto não teria sabido o rei que, incumbido na sua função por Deus, não o permitiria. Daí que o Frei tenha o dever de informá-lo de todos estes factos para que possa inverter a situação, descrevendo e demonstrando a grandeza do espaço e das suas riquezas e a vasta dimensão da sua devastação.

Outro aspeto que Las Casas refere é a prática de conhecer as inimizades entre as populações locais e, quando existia captura de índios de um determinado povo, entregar-se os prisioneiros ao povo seu inimigo, sabendo que tal resultaria na sua aniquilação. Todas estas injustiças, abusos e crueldades desconhecidas, como o Frei as classifica, incorporavam como obra do Inferno que ele, Frei, temente a Deus e súbdito de Castela, tinha o dever de expulsar. Assume textualmente esta posição, referindo: *Fui induzido eu, Bartolomé de Las Casas ou Casaus, frade de S. Domingos, que por misericórdia de Deus ando por esta corte de Espanha, procurando expulsar das Índias o Inferno, para que aquelas infinitas multidões de almas redimidas pelo sangue de Jesus Cristo não pereçam para sempre sem remédio, mas conheçam o seu criador e se salvem; e por via da compaixão que tenho da minha pátria, que é Castela, que a não destrua Deus por tão grandes pecados contra a sua fé e honra cometidos contra o próximo, e também por mor de algumas pessoas notáveis, zelosas da honra de Deus e compassivas das aflições e calamidades alheias, que nesta corte residem, propósito que também eu tinha e só não havia posto em obra por força das minhas contínuas ocupações*<sup>648</sup>. O autor acrescenta aqui um argumento de autoridade, identificando-se diretamente com a sua função religiosa, por isso

---

<sup>646</sup> Idem, pp. 116-117. O autor refere-se a uma concessão feita pelo Imperador Carlos V na sequência do seu endividamento face à banca alemã, no seguimento da sua escolha para imperador.

<sup>647</sup> Faz-me lembrar esta descrição, uma frase de Gabriel Mariano, autor cabo-verdiano, em que referia que a maior riqueza de Cabo Verde tinha sido a sua pobreza, porque permitira que em vez de se criarem massivamente serviços, tivesse havido a necessidade de escolarizar a população, numa parte, e deixá-la abandonar o arquipélago numa outra parte. Este posicionamento de Mariano foi fruto da entrevista que me concedeu e está publicada na íntegra em "Entrevista a Gabriel Mariano" no Jornal *Artiletra*, Cabo Verde, Julho/Agosto 2003.

<sup>648</sup> Frei Bartolomé de Las Casas, op. Cit., p. 145.

estando mais apto a conhecer os desígnios de Deus, e, em simultâneo, refere-se àqueles, que não apenas ele, o acompanham nessa vontade de denunciar a situação e revertê-la. Note-se como reafirma a sua posição de fiel patriota e associa essa sua fidelidade à necessidade de parar com as injustiças ali perpetradas, caso contrário a ira de Deus poderia abater-se sobre a sua amada terra. Em seguida, nomeia o local e a data em que termina a sua descrição: *Acabeia em Valência, a 8 de Dezembro de 1542, quando têm a força e estão no seu cogulo actualmente todas as violências, opressões, tiranias, matanças, roubos e destruições, estragos, despovoamentos, angústias e calamidades sobreditas, em todas as partes aonde há cristãos das Índias*<sup>649</sup>. A indicação precisa do local e do momento de escrita do texto acrescenta à autoridade, o realismo que o autor pensou necessário para passar da palavra à ação. A alternativa que Frei Bartolomé de Las Casas propõe era possível, mas havia que mudar a base daquela colonização, de altamente extrativa e depredadora para uma colonização que valorizasse a produção e as populações locais que podendo conhecer a palavra de Deus se juntariam ao colonizador. Séculos mais tarde outros autores, como Augusto Bastos ou José de Macedo, continuam a evocar a arbitrariedade e injustiça coloniais para justificar a necessidade de uma maior complementaridade entre colonizador em colonizado, num tempo em que o nome de Deus era substituído pelo progresso e pela ciência.

As denúncias do Frei resultam não só na proibição da pesca de pérolas como, mais tarde, na própria inversão do tipo de colonização efetuado, com o envio de população para o povoamento daquelas terras e com a tentativa de introdução de uma exploração agrícola intensiva. Mas isto após se terem devastado comunidades completas e da extração de minério se ter intensificado a tal ponto que necessitava de mais mão-de-obra<sup>650</sup>. É neste plano que entram não só os europeus para povoar como os africanos, enquanto escravos que asseguravam a mão-de-obra necessária e que também foram povoadores da América, levando as suas culturas, embora em situação de subordinação. De facto, a realidade colocada em texto por Frei Bartolomé de Las Casas era insustentável e a sua narrativa contribuiu, a par de outras, para que o poder colonial tentasse outra via que não a da exploração intensiva dos recursos naturais e o extermínio das populações locais. Contudo, noutras partes do mundo este cenário foi-se repetindo, percebendo-se que a relação colonial, pela sua especificidade, tal como as invasões ou outro tipo de ocupações de terras alheias potenciam ações violentas para obtenção de riqueza e lucro. Um Novo Mundo, que afinal se parecia, paulatinamente, com o Velho Mundo, foi o ponto de partida de Frei Bartolomé de Las Casas que precedeu todos os outros intelectuais que falaram de alternativa em circunstância adversas a essas palavras que queriam ver convertidas em ação.

### **Realidade e utopia: mundos intercomunicantes**

A fronteira entre realidade e utopia pode ser deveras ténue, pois trata-se de mundos intercomunicantes, já que um e outro se completam. Para alguém escrever ou descrever uma utopia tem de usar conceitos ligados à realidade e mesmo reforçando a ideia de que o seu

---

<sup>649</sup> Idem, *ibidem*.

<sup>650</sup> Vide Fernando Álvarez-Uría, Frei Bartolomé [tradução Júlio Henriques], *Brevíssima Relação da Destruição das Índias*, Lisboa, Edições Antígona, 1997, 2.ª Edição, pp. 161-197, p. 167.



texto é uma alternativa ao mundo real, a verdade é que tem de existir algo que o ligue a este, senão a sua leitura tornar-se-á impossível e o autor nunca conseguirá passar a sua mensagem ao leitor. Inúmeras vezes para fazer o leitor acreditar que aquela variação da realidade é possível, o autor intensifica o processo de verosimilitude do texto para que o leitor o acompanhe, técnicas usadas tanto para o relato do utópico como do real. O texto é por isso, muitas vezes, completado por descrições precisas, analogias, referências a documentos existentes, precisão de tempos e geografias que, inexistindo, são completadas por outras referências ou ainda pela justificação da sua ausência que acaba por ser uma presença só que não consumada, como é o caso de Morus que explica a ausência da indicação da localização precisa da ilha. Se por um lado, o autor ativa a memória do leitor através da descrição e da comparação, por outro lado, o leitor recria aquilo que o autor lhe quer comunicar de acordo com as suas experiências e com a sua capacidade de experimentar o mundo. Daí que certos elementos materiais sejam referenciados com tanta exatidão, alguns mesmo sendo apresentados de forma pedagógica, incluindo a sua contextualização história ou social. O texto constitui em si um estímulo à criatividade, por isso os traços do real em vez de impossibilitarem a construção de uma variante à realidade, antes a potenciam e auxiliam. Assim, o texto militante ou de tese, pugnando por um determinado fim, encontra no relato do real a justificação para a sua proposta de mudança. Neste sentido, a literatura abolicionista, se surge como uma vertente utópica da criação em texto, a sua obediência às regras literárias conhecidas e dominadas pela maioria dos leitores, garantia-lhe o sucesso junto de um público maioritariamente europeu que vivia muito afastado da realidade de uma sociedade escravagista, mas que através destes relatos do real podia recriar no seu imaginário esse mundo e lutar contra aquilo que era considerado injusto. O que começa por ser uma literatura sentimental acaba por tornar-se numa literatura de carácter colonial com a história de escravos e de missionários, que arrebatam escravos aos traficantes árabes, ou com as descrições de paisagens exóticas<sup>651</sup>.

Françoise Vergès refere mesmo uma descrição da dor, do corpo supliciado do escravo, o desespero da mãe escrava com os quais o leitor se vem a identificar, desconhecendo, contudo, estes sofrimentos na sua essência. A hipérbole da crueldade dos homens “incivilizados” justifica a ação daqueles que clamam “civilização” para o mundo. A introdução nestas narrativas de homens e mulheres brancas, europeus ou de origem europeia, eles próprios depravados, violentos e cruéis, alimenta essa necessidade de intervenção para que a mudança seja introduzida. Logo, explica-se toda a dureza da descrição, toda a veemência da comparação e a inserção de juízos de valor a par de aspetos pedagógicos para que o leitor entenda e, sobretudo, partilhe desta vontade de mudar o estado das coisas<sup>652</sup>. O leitor torna-se solidário com a situação do escravo, mas sente algum pudor em reconhecê-lo como seu igual, isto é, este deve obter todos os direitos de cidadania, mas também tem de ser educado seguindo os pressupostos da instrução e comportamento europeus. O abolicionismo salvador retira não só os escravos do seu tormento, mas igualmente põe um fim à degradação dos traficantes, senhores e mestres que ancoravam a sua atividade na escravatura. Os valores cristãos e a afetividade fazem parte do discurso literário abolicionista a par das descrições materiais da dor e sofrimento, mostrando como corpo e alma podem comportar com uma situação tão abjeta.

---

<sup>651</sup> Françoise Vergès, *op. cit.*, p. 56.

<sup>652</sup> Vide *idem*, p. 57.

É neste sentido que a realidade é evocada, porque somente se o leitor fizer entrar na sua semiosfera o elemento sofredor o poderá compreender. A diversidade de produção literária em torno do tema é assinalável, indo da poesia às histórias de viagens, às peças de teatro, aos romances, jogando entre narrador ou “eu poético” e leitor, entre realidade e utopia, porque esta última só seria alcançável se todos tivesse consciência da desumanidade da primeira.

No caso abolicionista, a esta construção em texto de uma realidade terrível também se estabelece uma associação ideológica, que oscila entre a consideração do valor humano como supremo e a introdução de elementos distorcidos de carácter ideológico que tinham a ver com a oposição entre impérios coloniais ou com a ideia de que o abolicionismo era uma convicção estrangeirada, importada de outros países e latitudes. Esta discussão, feita maioritariamente através de texto, não é despiciente e ocupou parte da vida intelectual daquele tempo. Portanto, para o escritor abolicionista, a revelação da realidade atroz tinha, por vezes, de se fazer acompanhar da desmontagem de raciocínios e propostas baseadas em ideologias que se consideravam nacionalistas e patrióticas. Assim, o discurso não tinha apenas de ser forte relativamente à realidade, mas justificar a utopia abolicionista como um argumento patriótico e para o bem da humanidade. Quer isto dizer que, em geral, a escrita utópica, tal como o caso do abolicionismo, é confrontada não só com factos e sentimentos como também com o combate ideológico, em que está sempre presente o debate contemporâneo que se desenvolve em torno das questões que se pretendem tratar. Contudo, a literatura abolicionista vem a beneficiar do apelo constante ao exótico e dos resultados das explorações científicas, publicados em revistas da especialidade. Jornais e livros, neste momento, ganham o impacto que têm atualmente as redes sociais e os meios tecnológicos de que se dispõe para disseminação da informação. Assim, o relato da crueldade da escravatura aliado a narrativas de exóticas descobertas fundamentam no imaginário coletivo europeu não só a curiosidade por estes novos territórios, como o sentimento de responsabilidade para com os povos e partes do mundo que não estariam a acompanhar o progresso da humanidade. Neste aspeto ganha o teatro particular importância ao lado dos periódicos que conseguia chegar a um maior número de público, incluindo aqueles que ainda não dominavam perfeitamente a leitura e a escrita. Lembre-se que o caso do teatro, tal como o da imprensa, é extensível às sociedades coloniais, pois a sua elite, mesmo a constituída por filhos da terra, habitualmente mimetizava os comportamentos das elites europeias, sendo um facto o elevado sucesso que os textos teatrais sobre a temática da escravatura, abolicionismo e colonização tinham junto do público<sup>653</sup>.

Este tipo de textos deixa entreaberta a possibilidade da criação de uma visão paternalista não só do escravo como dos povos que foram escravizados, querendo isto dizer que a empresa colonial em todos os países que tinham sido ou ainda eram fornecedores de mão-de-obra escrava surgia como uma obrigação dos povos civilizados que deveriam acabar com essa violência em nome da dignidade humana. Assim, o leitor destes textos tem a possibilidade não só de recriar o texto, mas de criar um papel para si, tornando-se protagonista da própria história que lê, promovendo que a realidade se altere e que o ontem seria uma utopia fosse

---

<sup>653</sup> Vide Pascal Blanchard, Sandrine Lemaire, *Culture Coloniale: La France conquise par son empire, 1871-1931*, op. cit., p. 81.

hoje uma realidade. Ultrapassada a questão do abolicionismo, outras problemáticas associadas à colonização substituíram o espaço deixado aberto pelo fim da escravatura. “Civilizar” o “outro” é uma destas temáticas, surgindo a colonização como uma utopia de concretização para as metrópoles, ou seja, a oportunidade das metrópoles concretizarem cabalmente os seus anseios humanitários e de progresso, tornado o mundo mais pequeno, mais conhecido, mais estudado. Claro que estas utopias vinham no seguimento de outras que tinham sido associadas ao novo mundo e que explorei no ponto precedente, em que no caso do Novo Mundo parecia existir todo um território pejado de riquezas e pouco povoado (que os europeus tomaram conta que se despovoasse ainda mais), aberto a todas as possibilidades de concretização do Velho Mundo. Agora os espaços estavam ocupados, eram conhecidos, mas vazios de “civilização e cultura” e incapazes de “progredir”, querendo isto dizer que havia sempre associada uma ideia de “não lugar” ou de “lugar não concretizado” que permitia que fosse preenchido com a utopia gizada a partir do imaginário europeu. No entanto, acedendo a meios similares de propagação das ideias, testemunhada pela capacidade de publicação, outros imaginários eram também sugeridos pelos colonos e filhos da terra nas próprias colónias em que circulavam ideias de administração colonial. Assim, através da palavra, puderam surgir discursos alternativos aos propostos a partir da metrópole. Pegando nas problemáticas que estavam em debate, os intelectuais das sociedades coloniais, igualmente, propuseram soluções diferentes para as situações vividas, tentando procurar alternativas baseadas numa complementaridade que sentiam não existir em sociedades que administrativamente pareciam se gerir por opostos e que na realidade e no quotidiano tinham funcionado muito por interação.

O constante jogo diacrónico, que acaba por ser introduzido no que concerne às sociedades coloniais, sobretudo, naquela literatura que antecipa mudanças que no presente se creem necessárias, ajuda o leitor a objetivar a ideia ou objeto em si, isto é, se se quiser concretizar esta ideia e no seguimento do que se afirmava no parágrafo precedente. Se o autor demonstrar que a sua fundamentação para a mudança se encontra enraizada na própria sociedade local, poderá a sua mensagem ser melhor entendida, ao ser lida e recriada pelo leitor. Assim, em resposta às propostas administrativas são dadas respostas fundamentadas na realidade local que demonstra que variações ao presente são possíveis e passíveis de ser construídas desde logo. Ingarden, aliás, fala da necessidade dessa interação entre visão sincrónica e diacrónica para que o leitor possa compreender toda a dimensão do seu objeto de leitura e recriá-lo, porque sempre que necessário, poderá durante a sua leitura, deter-se num momento ou num facto específico para, em seguida, o unir ao todo, ou seja, à unidade que representa o texto<sup>654</sup>. De novo volta-se à questão da necessidade de os autores evocarem pedagogicamente o passado ou introduzirem notas explicativas, não só aumentando a verosimilitude e aproximação à realidade que o leitor precisa de sentir para melhor conceptualizar a ideia, como permitindo orientar o sentido do desmontar e remontar da unidade do texto e das sincronias e diacronias que se pretendem fazer ressaltar para a afirmação da mudança.

Essa proximidade ao factual, ao real, não torna, contudo, a posição do autor menos criativa, porque a sua aproximação à realidade é em si original. Ele terá de seleccionar os elementos que

---

<sup>654</sup> Vide Roman Ingarden, op. Cit., pp. 66-67.

quer apresentar ao leitor como indicadores da “verdade” do seu texto e, mesmo antes dessa operação, terá de interpretá-los e vertê-los para texto. Esta necessidade advém do facto de o leitor necessitar de uma correlação com o mundo real para poder recriar este mundo possível, e tomá-lo como a sua própria experiência de um mundo conhecido. Assim, se explica que mesmo a literatura que aspirava desprender-se da realidade, sempre tivesse evocado elementos do quotidiano para fazê-lo. Quanto mais a proposta do autor se distanciava da realidade do leitor, mais pormenorizada seria a descrição de cada aspeto, contudo referenciando sempre objetos, ideias e conceitos conhecidos pelo leitor. O período aqui em estudo é bastante rico nesta ligação da realidade à ficção e do mundo real ao utópico, pois a literatura ganhava apego à realidade e procurava traduzir identidades e aí se funda a busca e introdução de termos coloquiais e mais que isso, quase folclóricos, da literatura tradicional oral em texto escrito<sup>655</sup>. No que concerne às sociedades coloniais, este aspeto ganha alguma importância, pois a referência à diversidade linguística usada na oralidade, o recurso, por vezes, a algumas palavras locais ou mesmo a exposição de provérbios tradicionais, permitia revelar a sua especificidade e, em simultâneo, agradar aos apreciadores do exotismo que prezavam a sonoridade diferente destas palavras, e aos interessados em conhecer mais de perto aquelas culturas que pareciam longínquas. A introdução desse vocabulário e das formas de dizer era um modo de fazer invadir o texto com a realidade local, mesmo que ao leitor pudesse apenas parecer um recurso estilístico em voga na literatura de então, mais do que contendo uma mensagem intrínseca. Inclusivamente, a literatura passou a ser vista como a expressão da alma de um povo, logo, criando-se no seio de uma sociedade e revelando a identidade do mesmo. Portanto, se por um lado se amalgamava mais com a realidade porque era a expressão de toda a novidade e de todas as permanências mantidas na realidade, continha em si a subjetividade de uma identidade que procurava um caminho para o futuro<sup>656</sup>.

No sentido em que Pessoa descreve a relação da literatura com a realidade, é perceptível a sua defesa de que a literatura antecipa os grandes momentos sociais, isto é, absorve e comunica à sociedade esta tendência mesmo antes de a própria sociedade se aperceber da mesma. Ora é exatamente nessa antecipação que fundamenta a literatura que propõe mundos de possibilidade como variantes ao mundo existente. O exemplo dado por Pessoa é muito exemplificativo, a literatura portuguesa teria tido um momento de rotura social e política, revelando-se com o movimento do 31 de Janeiro de 1891 que só viria a triunfar quase vinte anos mais tarde em 1910, com a Implantação da República<sup>657</sup>. Para Pessoa, a vitória do movimento republicano ter-se-ia também associado à sua capacidade de comunicar-se e daí o tempo que medeia a sua antecipação, revelada literariamente, e a sua concretização, quando a receção desses novos valores são rececionados por toda a sociedade. Em muitos casos, de facto, é assim que tem sucedido: a proposta textual antecipa a concretização do facto, como bem se viu no caso de Las Casas ou do Padre António Vieira, ao qual voltarei, ou da literatura abolicionista. Quer isto significar que o que começa por ser uma alternativa veio a constituir a realidade. De facto, Pessoa e Sampaio Bruno concordam que estava a irromper naquela época uma nova geração de intelectuais que escrevia com uma marca própria e num registo que a

---

<sup>655</sup> Vide Sampaio Bruno, *A Geração Nova*, op. cit., p. 11.

<sup>656</sup> Sobre a tentativa de afirmação destas tendências, vide Fernando Pessoa, *A Nova Poesia Portuguesa Sociologicamente Considerada*, op. Cit., p.33.

<sup>657</sup> Idem, pp. 41-42.

demarcava da anterior. A evolução tecnológica, a par da disseminação da alfabetização, tinha criado condições ótimas para essa mudança. Assim, o que a literatura faria não era a simples expressão da sociedade e identidade popular, seria antes a sua representação através da interpretação e representação. Assim, o autor é um protagonista da realidade, mas também um seu modificador e para essa tarefa convida o leitor não só a acompanhá-lo nesse caminho, como a participar dessa mudança<sup>658</sup>.

Seja para ser um texto dito ou lido, a verdade é que a interação entre produção e receção é constante. No caso oral, o produtor e o recetor do texto estão a partilhar o mesmo momento. No caso da leitura, o espaço de tempo que media produção e receção é incalculável, o que pode levar a que se usem exemplos intemporais para perceber esta relação que de facto garante a permanência da leitura do texto no tempo. Assim, de modo a ilustrar a relação entre realidade e utopia com o exemplo do passado mas que continua a ser lido, retomo o sermão do Padre António Vieira que tenho vindo a apresentar. Vieira, como autor, quer ver a situação mudada, e como padre tem de ancorar a sua prédica nas escritas sagradas. Isso leva-o a percorrer vários textos religiosos, das escrituras aos grandes teólogos religiosos, mas a sua necessidade de ligar o seu público ao conteúdo do seu texto tê-lo-á levado a apresentar outros exemplos. Assim, surgem as narrativas históricas, os filósofos da antiguidade grega, para fazer uma abertura do seu discurso aos crentes de vários níveis sociais, sobretudo dirigindo-se aos que detinham responsabilidades administrativas. Por exemplo, para introduzir o tema do roubo levado a cabo pelos reis e príncipes conta uma história de Alexandre Magno, reproduzindo exatamente o diálogo como este é apresentado nas histórias comuns: *É o que disse outro pirata a Alexandre Magno. Navegava Alexandre em uma poderosa armada pelo Mar Eritreu a conquistar a Índia, e como fosse trazido à sua presença um pirata que por ali andava roubando os pescadores, repreendeu-o muito Alexandre de antar em tão mau ofício; porém, ele, que não era medroso nem lerdo, respondeu assim: - Basta, senhor, que eu porque roubo uma barca, sou ladrão, e vós, porque roubais em uma armada, sois imperador? – Assim é. O roubar pouco é culpa, o roubar muito é grandeza; o roubar com pouco poder faz os piratas, o roubar com muito, os Alexandres*<sup>659</sup>. O padre teria conhecido esta história através de Séneca, o filósofo que refere para concluir que muito estranha que este filósofo tenha arriscado conclusões duras quando era o Imperador Nero quem governava e que agora o mesmo não aconteça com quem tem o poder da palavra, os oradores evangélicos.

Note-se que Vieira compara o papel do filósofo ao do orador religioso, como se ambos tivessem de denunciar a injustiça e pugnar pela reposição do bem comum. Diz: *Se o Rei de Macedónia, ou qualquer outro, fizer o que faz o ladrão e o pirata, o ladrão, o pirata e o rei, todos têm o mesmo lugar, e merecem o mesmo nome. // Quando li em Séneca, não me admirei tanto de que um filósofo estoico se atrevesse a escrever uma tal sentença em Roma, reinando nela Nero; o que me admirou, e quase envergonhou, foi que os nossos oradores evangélicos, em tempo de príncipes católicos e timoratos, ou para a emenda ou para a cautela, não preguem a mesma doutrina*<sup>660</sup>. O religioso que faz aceder ao mistério de Deus tem o mesmo dever que o filósofo que faz aceder ao mistério do conhecimento e ambos devem agir sobre a

---

<sup>658</sup> Idem, p. 52.

<sup>659</sup> Padre António Vieira, *Sermão do Bom Ladrão*, op. Cit., p. 25.

<sup>660</sup> Idem, pp. 25-26.

realidade, porque o trecho que traz o ouvinte até aqui é a história do encontro de Alexandre, o Magno, com um simples pirata, portanto, algo do mundo real. Aliás, o exemplo do roubo nos mares é muito significativo, dado que se trata de um discurso feito num tempo em que as frotas comerciais portuguesas eram constantemente atacadas em mar alto ou já perto da costa. O transporte, por comparação, deste exemplo para o tempo em que Vieira dava a sua pregação, permitiria ao ouvinte da mesma tornar aquele conteúdo real. Apoiado nas escritas religiosas e pagãs, afoita-se no passo seguinte que é a nomeação de, afinal, quem é o ladrão: *os ladrões que mais própria e dignamente merecem este título são aqueles a quem os reis encomendam os exércitos e legiões, ou os governos das províncias, ou a administração das cidades, os quais já com manha, já com força, roubam e despojam os povos*<sup>661</sup>. Habilmente, o autor está a usar um tempo histórico, suficientemente distante, para que os atuais príncipes não se sintam afetados pelo conteúdo da sua prédica, o que lhe permite seguir e evocar, com emoção mais um momento: *Diogénes, que tudo via com mais aguda vista que os outros homens, viu que uma grande tropa de vares e ministros da justiça levavam a enforcar uns ladrões, e começou a bradar: - Lá vão os ladrões grandes a enforcar os pequenos. – Ditosa Grécia, que tinha tal pregador! E mais ditosas as outras nações, se nelas não padecera a justiça as mesmas afrontas*<sup>662</sup>! Parecia, pois, que as sociedades atuais replicavam os males que tinham sido identificados por estas paragens. Contudo, Vieira era apenas o transmissor de uma mensagem antiga que parecia atual, assistindo-se ao longo do sermão ao recurso constante à intertextualidade, associada à evocação diversificada de autores, todos estes reconhecidos e estudados nas escolas de então, ou seja, todos com autoridade sobre as áreas de que fala o autor. Conclui taxativamente: *Declarado assim por palavras não minhas, senão de muito bons autores, quão honrados e autorizados sejam os ladrões de que falo, estes são os que disse e digo que levam consigo os reis ao Inferno*<sup>663</sup>.

Mas a Vieira não basta a acusação de que havia ladrões ao serviço dos príncipes, porque estes príncipes não controlavam esses oficiais que, afinal, estavam debaixo do seu domínio e pelas ações destes seriam condenados. Ao padre interessava reverter essa situação e para tal havia que mostrar-lhes o caminho da salvação: *Reis e príncipes mal servidos, se quereis salvar a alma e recuperar a fazenda, introduzi, sem exceção de pessoas, as restituições de frei Teodorico. Saiba-se com que entrou cada um; o de mais torne para donde saiu, e salvem-se todos*<sup>664</sup>. A salvação está no cumprimento da lei divina que dizia que o ladrão poderia salvar-se se restituísse tudo o que tinha roubado. E como saber os que tinham roubado demasiado? Bastava apenas notar aqueles que enriqueciam rapidamente, os que iam para as administrações com pouco e voltavam com muito. E Vieira di-lo assim mesmo, concretizando no caso português, portanto, chegando onde este largo caminho terminava: *Se trazem muito, como ordinariamente trazem, já se sabe que foi adquirido contra a lei de Deus, ou contra as leis e regimentos reais, e por qualquer destas cabeças, ou por ambas, injustamente. Assim se tiram da Índia quinhentos mil cruzados, de Angola duzentos, do Brasil trezentos, e até do pobre Maranhão mais do que vale tudo nele. E o que se há-de fazer desta fazenda? Aplicá-la o rei à*

---

<sup>661</sup> Idem, p. 28.

<sup>662</sup> Idem, ibidem.

<sup>663</sup> Idem, p. 29.

<sup>664</sup> Idem, p. 73.

*sua alma e às do que roubaram, para que umas e outras se salvem*<sup>665</sup>. O autor chegava, então, ao caso que lhe interessava denunciar, não se ficando apenas com a menção a uma atitude incorreta, ao nomear os locais onde era retirada a riqueza. Está a referir as populações que ali vivem como vítimas. Era a concretização do geral no particular que pretendia e por isso faz com que o seu ouvinte/leitor o acompanhe nesta longa viagem diacrónica, mas com episódios sincrónicos, ora evocando escritas sagradas e teólogos, ora evocando filósofos e histórias pagãs. António José Saraiva explica magistralmente o uso que Vieira faz da intertextualidade e da forma como torna o seu discurso muito mais rico de significado que não resisto a citar: *Vieira, assim como respiga aqui e ali textos para reforçar o texto do tema apropria-se de factos naturais ou históricos que submete a uma verdadeira exegese textual*<sup>666</sup>. É desta interpretação e da sua explicação que torna entendível ao recetor que dá significado ao seu discurso, e fá-lo tanto para objetos como para os textos, criando uma unidade interpretativa da realidade e do conhecimento que o levam à criação de uma unidade textual com base na sua interpretação e modo como a expõe ao leitor ou ouvinte<sup>667</sup>.

Este discurso “engenhoso”, como o denominou António José Saraiva (aplicando-se a todos os sermões do Padre António Vieira, como sua característica discursiva), dava voz aos que estavam silenciados e, no caso que apresentei, constituía uma denúncia contra os abusos levados a cabo contra as populações das colónias, incluindo alguns colonos menos endinheirados. O único modo de o transmitir no seu púlpito era através dos sermões que deveriam levar da palavra à ação como se viu, mas para tal teriam de coordenar e fazer interagir o mundo existente com um mundo possível, em que todos se salvariam e é essa mesma a sua conclusão. À utopia do mundo dos céus, já em decadência na época em que escreve, Vieira tenta contrapor o levar a realidade aos céus, referindo que a absolvição só seria possível se se cumprisse a vontade de Deus, e esta vontade era que os príncipes fizessem cumprir o bem comum. As literaturas subsequentes levadas a cabo nas colónias são de algum modo subsidiárias destas primeiras intervenções que Las Casas e Vieira tomam em mãos. Os oradores deixam de ser europeus para passarem a ser filhos da terra que podem apresentar alguma variação cromática e também eles vão equilibrar o seu discurso entre a realidade e a utopia, porque o presente que desejam não é verdadeiramente aquele em que estão inseridos. Contudo, como Alfredo Margarido refere, *não pode haver imaginário literário sem uma relação qualquer com a estrutura social onde é produzido*<sup>668</sup>, portanto, estes autores pretendem antecipar a mudança como se dos seus anunciadores se tratasse. Para tal era necessário mostrar a sociedade a partir da qual escreviam, pois o seu intuito era chegar aos administradores coloniais, aos decisores políticos e à opinião pública da colónia, mas também da metrópole. Para a maioria destes elementos a sociedade colonial só existe no imaginário, daí o pendor pedagógico, por vezes exagerado, ou o tom mais assertivo, ou a explicação minuciosa, como se verá adiante<sup>669</sup>. Na verdade, a educação dos filhos da terra permitiu a estes conhecerem o discurso do colonizador e poderem trabalhá-lo, o que foi absolutamente determinante quando quiseram expor o seu universo e os seus anseios a um público que,

---

<sup>665</sup> Idem, p. 74.

<sup>666</sup> António José Saraiva, *op. cit.*, p. 101.

<sup>667</sup> Vide idem, p. 105.

<sup>668</sup> Alfredo Margarido, *Estudos sobre Literaturas das Nações Africanas de Língua Portuguesa*, *op. cit.*, p. 196.

<sup>669</sup> Vide idem, p. 228.

como eles, sabia manusear corretamente a escrita e introduzir a sua palavra<sup>670</sup>. A criação de mundos possíveis é herdeira dessa capacidade criativa que surge pela própria experiência pessoal e pela leitura de textos que garantiu a estes autores o manuseio das unidades textuais para interconectar realidade e utopia.

## 5.1 Literatura e realidade: ficcionar o real

*Onde é que se acha o imoral ou o inverosímil?*

*As relações amorosas entre senhores e escravos foram e são, desgraçadamente, fatos comuns no nosso odioso regime social; só se surpreenderá deles quem tiver olhos para não ver e ouvidos para não ouvir.*

*Se a cada leitor em particular perguntássemos se lhe ocorre à memória um caso idêntico ou análogo ao referido no Escravocrata, certo estamos de que ele responderia afirmativamente.*

Artur Azevedo, *O Escravocrata*

A peça de Artur de Azevedo, *O Escravocrata*, tinha sido impedida de ser apresentada, em 1882, por ser considerada imoral<sup>671</sup>. O seu autor decide, dois anos depois, publicá-la. Apesar de tratar-se de uma ficção, foi considerada atentatória contra a moral e bons costumes por o seu conteúdo versar sobre o adultério cometido entre um membro da classe senhorial e um escravo. O discurso abolicionista, bem como o escravagista, são expostos com toda a sua crueza e inclusivamente os interesses em jogo são constantemente expostos ao leitor para que se aperceba de todas as variantes intrínsecas à discussão em torno do escravagismo. Contudo, para justificar que a sua peça não é imoral nem atentatória contra os bons costumes, o autor evoca o conhecimento que os leitores têm da realidade e da existência de casos deste tipo, ou seja, é o real que justifica a ficção e naquela obra o que parecia ter acontecido era apenas um exercício de criatividade literária alicerçado na realidade que autor e leitores compartiam. Apesar do autor não tomar partido, a verdade é que o final da peça revela não só a crueldade e injustiça do escravagismo como a imoralidade que este sistema continha em si, permitindo que uns seres fossem desrespeitados e oprimidos por outros sem qualquer outra justificação que a sua condição de escravo. Todavia, para lá chegar o leitor acompanha o dia-a-dia de uma família escravocrata. Talvez o receio da exposição de um facto literário que fosse tomado como um facto real estivesse na origem da peça ter sido censurada. Mas o que aqui se levanta é a questão da relação do texto com a realidade, da ficção com a verdade. O texto induziria o leitor em atos imorais ou revelaria uma realidade socialmente justificável mas putrefacta na sua intimidade? Era a realidade que imitava a ficção ou o inverso? O autor justifica-se dizendo que o leitor sabe que aquele tipo de situações é recorrente na realidade. Ao longo do texto

---

<sup>670</sup> Vide Wole Soyinka, “As artes na África durante a dominação colonial”, Albert Adu Boahen [Editor], *História Geral da África, VII: África sob dominação colonial, 1880-1935*, Brasília, UNESCO, 2010, 2.ª Edição Revista, pp. 648-656, p. 648 e 654.

<sup>671</sup> Artur Azevedo [com Urbano Duarte], *O Escravocrata*, Belém-Pará, NEAD – Núcleo de Educação à Distância, [www.nead.unama.br](http://www.nead.unama.br), [1884].



não são apenas os diálogos e as introduções à cena que expunham esse realismo, era, igualmente, a evocação de nomes como o *Clube Abolicionista Pai Tomás*, trazendo à memória do leitor ou espetador uma série de referências vindas da literatura abolicionista. Essa proximidade à realidade poderá ter assustado os que se decidiram pela não apresentação do texto, pelo menos, é essa a interpretação do autor, Artur Azevedo.

Abandone-se agora o texto de Artur Azevedo e centre-se este trabalho na discussão em torno da relação entre a realidade e a ficção ou criação literária. Genericamente, esta questão foi fundada com Aristóteles e a questão da *mimesis*, sendo, por isso, um tema antigo que tem acompanhado o estudo desta expressão artística<sup>672</sup>. Para facilitar o estudo dessa relação, alguns autores têm proposto algumas soluções de análise que, contudo, podem ser insuficientes, pois raramente existem em estado puro as classificações que introduzem. Comece-se por Parsons que sugere três tipos de classificação para os entes que povoam os mundos possíveis, ou se se quiser ficções, criados pelos autores. A seu ver existiriam as personagens completamente novas e criadas pelo autor, os autóctones, as personagens migrantes que proviriam do mundo exterior ao texto em causa, vindo do mundo real ou de outros textos, e, por fim, os substitutos que eram inspirados numa identidade real, mas que foram modificados<sup>673</sup>. De facto, esta classificação simplificaria muito a tarefa do autor que, exceto nas narrativas de factos reais, acaba por criar as suas personagens de acordo com todas as suas experiências, sejam reais, sejam de leitura, podendo é, claro, introduzir propositadamente uma personagem real ou, usando da intertextualidade, ir buscar uma personagem a um outro romance ou poema. Contudo, tem sempre de recriá-la e dar-lhe função dentro de uma nova unidade que é o seu próprio texto. Outras vezes, sobretudo, os autores do realismo ou naturalismo precisam mesmo de fazer crer ao leitor que a personagem ficcional é real e preenchem-na como uma história de vida, fazem-na habitar locais e participar em factos reais que o autor conhece. Mas, no fundo, temos dificuldade em saber se aquela personagem não foi alguém que o autor conheceu, mas a partir do momento em que é trazida para a narrativa ganha um conteúdo e uma forma diferentes que as tornam criações literárias.

Dolezel, um outro autor, refere a permeabilidade das fronteiras entre o mundo real e o ficcional, pois o autor transporta sempre consigo as suas vivências do mundo real, levando alguns dos seus modelos, após a sua interpretação, para o interior do seu texto. Portanto, mesmo que o mundo real, conhecido pelo leitor aquando do momento da leitura, não pareça ser aquele que lê, a verdade é que de algum modo a realidade esteve presente na génese do mundo ficcional que o autor criou.<sup>674</sup> B. Harsaw alude aos procedimentos para colocar em contacto o mundo da ficção (“campo de referência interno” constituído pelo próprio texto) e o mundo objetivo (“campo de referência externo” constituído pela realidade). Assim, este autor defende que o escritor procederia a uma modelização e representação, pois os mundos ficcionais configurar-se-iam a partir do mundo da experiência e todo o mundo ficcional representaria a realidade<sup>675</sup>. Mas não é apenas a experiência do autor que conta, também a do leitor. Logo, para o conteúdo fazer sentido tem de apresentar ao leitor alguma coerência,

---

<sup>672</sup> Vide António Garrido Dominguez, “Teorías de la Ficción Literaria: Los paradigmas”, AAVV, *Teorías de la ficción literaria*, Madrid, Arco/Libros, S.L., 1997, pp. 11-40, p. 11.

<sup>673</sup> Idem, p. 14.

<sup>674</sup> Vide idem, p. 17.

<sup>675</sup> Vide idem, p. 18.

credibilidade em termos psicológicos (tem de acreditar-se que aquilo pode mediante determinadas circunstâncias ocorrer), apresentar alguma compatibilidade social e ter uma linguagem comum à do mundo real. Dizem estes autores que quanto maior for a incorporação de elementos do campo de referência externo ou realidade, maior acessibilidade tem o leitor ao mundo descrito pelo autor. Contudo, por vezes, pode surgir a questão das relações entre o que é considerado verdadeiro e as referências literárias que, fruto de uma recriação por parte do leitor, podem ser assumidas enquanto verdades<sup>676</sup>. Assim, volto à questão com que abri este ponto, relativamente à peça de teatro *O Escravocrata*, o problema seria tomar-se como verdadeira a intriga do texto ou o texto ser revelador de uma verdade incómoda?

De facto, o que sucede é que o leitor ao acompanhar a narrativa ficcional aceita como verdadeira a experiência estética a que está a ser sujeito e enriquece-la, pois tem a necessidade de recriar todo o texto como unidade. Assim, este jogo ficcional requer que o leitor aceite como verdadeiro ou como possibilidade verosímil tudo o que o texto contém e daí advém o incómodo que o texto cria. Creio que o receio da receção dos textos na comunidade de leitores, que leva a excessos como a imposição da censura a narrativas ficcionais ou poesia, não deriva tanto da questão da relação entre ficção e realidade em absoluto. Antes resulta do receio da leitura de determinada obra literária espoletar no espírito criativo do leitor unidades que possam antecipar a realidade, substituí-la ou representá-la que são desagradáveis para os poderes instalados. Porque a verdade literária só depende da verosimilitude que o texto adquire quando lido pelo leitor. Assim se explica que a expressão nas sociedades coloniais tenha sido, independentemente dos regimes das metrópoles serem democráticos ou ditatoriais, controlada. É certo que o controlo era efetuado na produção textual, mas o receio não era a escrita de um texto ou sua publicação, o receio reside na sua receção e no modo como este vai ser reconstruído como unidade. A verdade interna de um texto pode não ser a realidade, mas liga-se a esta no momento da produção e da receção. Os mecanismos de enunciação e da comunicação através de uma língua partilhada e de uma linguagem comum permitem que um mundo inexistente e ficcional passe a existir com toda a sua dimensão, porque simplesmente ao ser comunicado passa a existir para o emissor e o recetor, daí advindo a sua perigosidade quando coloca em causa o sistema social ou político em que é produzido<sup>677</sup>. Autores como W. Iser, P. Ricour ou M. Vargas Llosa referem que a ficção permite a cada indivíduo aprofundar o conhecimento de si mesmo e do seu semelhante na realidade<sup>678</sup>. Todavia, essa operação só poderá ser bem-sucedida se a comunicação for realizada na medida em que existem canais semióticos que permitem ao leitor descodificar a mensagem do autor. O facto do mundo ficcional ter sido ancorado num indivíduo real, o autor,

---

<sup>676</sup> Dou aqui um exemplo recente, estando na estreia oficial do filme “Night Train to Lisbon” (Lisboa, 20 de Março de 2013) falei com algumas pessoas sobre o romance que deu origem ao argumento cinematográfico, e a maioria das pessoas acreditava que Amadeu Inácio de Almeida Prado era uma criação literária, bem como o livro que acompanha a personagem principal do romance seria um elemento ficcional, quando na realidade o autor existiu e a sua obra foi publicada (Amadeu Inácio de Almeida Prado, *Um Ourives das Palavras*, Lisboa, Editora Cedros Vermelhos, 1975). Portanto, o que era considerado como referência literária era afinal elemento real.

<sup>677</sup> Vide idem, p. 23.

<sup>678</sup> Vide Wolfgang Iser, “La Ficcionalización: Dimensión Antropológica de las Ficciones Literarias, AAVV, *Teorías de la ficción literaria*, Madrid, Arco/Libros, S.L., 1997, pp. 43-65, p. 43.

e na sua vivência e experiência comunicacional, permite que haja uma transferência entre o mundo real e ficcional que leva à fácil compreensão do texto literário por parte do leitor<sup>679</sup>.

No entanto, o leitor tem uma atividade proactiva e nesse sentido, introduz variações individuais à leitura do texto. O tipo de leitor, o estilo de leitura que faz, a finalidade com que lê são algumas dessas variantes que levam a que o autor tenha, por vezes, de procurar um modelo de público e perceber como passar a mensagem entre este. A linguagem, os gestos referidos, os movimentos enunciados, as cores e formas nomeadas, os sons descritos estão conforme à semiosfera do leitor-alvo e são vertidos para a unidade textual quando o escritor está no processo criativo. Dolezel faz uma distinção operacional interessante, mas algo redutora, referindo que os textos descritivos são representações do mundo real, de um mundo pré-existente a essa atividade textual, enquanto os textos construtivistas pré-existem aos seus mundos. Digo que se trata de uma distinção um pouco redutora, porque os textos que propõem novos mundos, amiúde, para justificar a sua sugestão, baseiam-se em descrições do real ou em factos passados, reunindo num mesmo texto as duas classificações, sendo em simultâneo textos posteriores e antecipadores<sup>680</sup>. O papel do texto ficcional repete-se sempre que existe leitura, ou seja, não se esgota na atividade construtiva do autor e torna-se no meio semiótico para a transmissão daquele mundo a leitores não contemporâneos. Enquanto o texto estiver disponível para o leitor, o mundo que propõe pode ser reconstruído vezes sem conta e em qualquer momento, desde que haja atividade de leitura e recriação pelos potenciais leitores. A conservação dessa capacidade de receção do texto depende muito das capacidades semióticas específicas dos textos ficcionais que serão mais ou menos atuais enquanto continuem a ter sentido para o leitor, ou seja, a despertar no leitor a capacidade de fracionar e voltar a colocar em unidade todo o texto, recriando uma narrativa com sentido. Quanto mais autêntico o texto for para o leitor, mais completa será a sua receção, isto é, mais envolvimento do leitor existirá no sentido de recriar o texto e torna-lo uma experiência pessoal de leitura que se transforma numa vivência própria. Muitas vezes, essa autenticidade que se quer reforçada, pois o autor necessita desta para alcançar os seus intentos relativamente ao conteúdo do seu texto, é gerida numa narrativa de terceira pessoa, em que o narrador acompanha o leitor e até pode com este dialogar no sentido de dar verossemelhança à diegese, através da citação de dados extra narrativos ou da justificação de elementos incluídos na narrativa<sup>681</sup>.

De novo, convém lembrar-se que o texto funciona como um todo. Assim, todos os elementos chamados à narrativa têm de fazer sentido intrinsecamente na obra, de modo a que o leitor receba o texto acreditando que aquela unidade textual tem um sentido próprio e uma mensagem a transmitir. A diversidade de componentes da narrativa (personagens, acontecimentos, situações, ideias, diálogos) aproxima a ficção da realidade, pois estes têm correspondência na realidade que o leitor vivencia<sup>682</sup>. O conjunto destes elementos funciona

---

<sup>679</sup> Lubomir Dolezel, "Mimesis y Mundos Posibles", AAVV, *Teorías de la ficción literaria*, Madrid, Arco/Libros, S.L., 1997, pp. 69-94, p. 82.

<sup>680</sup> Vide idem, pp. 88-89.

<sup>681</sup> Vide Lubomir Dolezel, "Verdad y Autenticidad en la Narrativa", AAVV, *Teorías de la ficción literaria*, Madrid, Arco/Libros, S.L., 1997, pp. 95-122, pp. 104-105.

<sup>682</sup> Vide Benjamin Harshaw, "Ficcionalidad y campos de referencia: reflexiones sobre un marco teórico", AAVV, *Teorías de la ficción literaria*, Madrid, Arco/Libros, S.L., 1997, pp. 123-157, p. 127.

como o campo de referência que o leitor tem em conta no ato da leitura e, enquanto lê e recria esse mundo ficcional, é aquele mundo que se torna real aos seus olhos. É neste mundo ficcional que concentra a sua atenção e tenta deslindar relações, referências, argumentos. Em suma, componentes materiais e imateriais que constituem o mundo. Ao descrever o mundo ficcional, o autor constrói uma realidade própria que oferece ao leitor, ou seja, o ato de descrever pode tornar-se um ato de constituir uma realidade única e diferenciada, o que remete para a questão dos mundos alternativos se tornarem realidade na construção destes mundos possíveis, mas ficcionais. Parte dos elementos evocados na sua construção são parte da vivência do autor e do leitor. A correspondência entre ficção e realidade é um facto e, por exemplo, assim como os textos ficcionais se ligam à realidade através da referenciação a experiências e vivências verídicas sem perderem o seu carácter ficcional, igualmente, os textos que se propõem descrever a realidade, como as autobiografias e biografias, as reportagens jornalísticas (em que por vezes se ocultam pessoas ou se lhes dá outro nome e quem sabe outras experiências), os relatos de viagens, etc. usam recursos literários próprios da ficção<sup>683</sup>.

Os chamados “campos de referência externos” podem ser variados e evocar desde factos históricos, geografias concretas, teorias filosóficas, concepções ideológicas, conceitos sobre a natureza e a humanidade, menções a tecnologias, alusões à religião, evocação de pessoas reais como personagens (entre estas as personalidades históricas), descrições da sociedade, isto é, referências que o leitor facilmente identifica com a realidade e que o ajudam a ligar-se ao texto como não só uma produção real, mas como contendo verosimilitude e uma possibilidade de existência verdadeira. Claro que a produção textual comprometida, portanto, visando orientar o leitor num determinado sentido, e a produção que se pode classificar como realista, assenta exatamente nessa referenciação externa, ou seja, na evocação de fatores facilmente identificáveis pelo leitor, como as referências temporais, geográficas e históricas. Introduce indicadores específicos que acabaram por desempenhar algum papel durante o desenrolar da narrativa. Essa relação entre realidade e ficção faz com que o leitor possa acreditar que uma determinada personagem quase que pode sair da narrativa e cruzar-se consigo ou que uma certa pessoa entrou diretamente na narrativa. Contudo, o autor medeia essa relação, tornando as personagens e os outros elementos verosímeis e, em simultâneo, recriando e dando-lhes uma função no seio da sua história. Quer isto dizer que a correspondência direta que o leitor poderá ser tentado a fazer, não existe exatamente per si, é antes um artifício usado pelo autor para contar a sua história que é afinal única<sup>684</sup>.

Lembre-se que a massificação da produção textual, fruto da mecanização da imprensa e logo do abaixamento do preço do texto impresso, alargou em quantidade e qualidade os leitores, fator que passou a ser tido em conta pelos autores e que levou também à diversificação do tipo de textos disponíveis e dos formatos dos mesmos (livros, folhetins vendidos em separado, publicações no corpo dos periódicos, etc.). Assim, o século XIX preenche-se de movimentos de

---

<sup>683</sup> Vide idem, pp. 137-138.

<sup>684</sup> É interessante recordar aqui a facilidade com que ao início da massificação das ficções na televisão que chegava a um largo espectro da população, alguns atores eram abordados na rua e, se fossem os vilões da história, maltratados pelas pessoas que os assumiam como uma pessoa real e não uma personagem ficcional. Esta situação tende a acontecer com mais frequência quando existe uma partilha de semiosfera, ou seja, quando a realidade da criação e do recetor da criação é a mesma. Essa proximidade faz desvanecer a fronteira entre realidade e ficção.

inovação que vão do romance naturalista a movimentos simbolistas, numa procura de público renovado para a literatura. Se uns autores se focam mais em formatos novos e estéticas diferenciadas, outros aprofundam os recursos estilísticos conhecidos para propagar mensagens e mundos alternativos que querem ver cumpridos. O início do século XX e as décadas de dez, vinte e trinta são particularmente ricas na busca de alternativas ao mundo conhecido e, sobretudo, no desafio às estéticas tradicionalistas. Contudo, estes movimentos tocam públicos diferentes e vão chegando de forma muito variada até aos leitores que, na sua maioria, se mantêm muito ligados a experiências de leitura de autores não contemporâneos. Em vários países da Europa e da América instala-se o conflito entre modernistas e tradicionalistas. Os primeiros tentando antecipar um gosto estético que lhes parecia representar o presente de mudança e o futuro de soluções que as tecnologias lhes permitiam, os segundos evocando as formas mais ligadas ao passado, à terra e aos costumes. Contudo, não se pense que este choque de movimentos se deu apenas na literatura, todas as artes passaram por este desafio e inclusivamente as ciências sociais que têm de repensar o papel da humanidade na sua relação com a ciência e com a tecnologia<sup>685</sup>. É indubitável que todo este futurismo ou vanguardismo não deixa de ser uma reação ao racionalismo positivista que se assenhorara da tecnologia e da ciência para impor valores de racionalismo estético. Por vezes, a subordinação da forma ao conteúdo, tornando as artes mais funcionais, com aprofundamento do seu papel social, parece relegar para segundo plano o seu papel no usufruto estético. A literatura que se reclama de vanguarda começa a opor-se à literatura engajada ou documentária que vinha-se tornando mais habitual e à qual o gosto do público se ia habituando<sup>686</sup>. O discurso persuasivo ou pedagógico estava fora do movimento de vanguarda, a forma do discurso, o seu modo, tornava-se no acento tónico, permitindo um número infinito de releituras e interpretações por parte do leitor.

A individualidade opõe-se ao coletivo, a liberdade ao controlo, soltando a inteligência e a imaginação, o lúdico e aprazível ao pedagógico, construindo-se o significado pela própria estrutura do texto. Esta liberdade, reivindicada para autor e leitor, fundava-se numa maior preparação de intelectuais, artistas e público para exercer a sua inteligência e imaginação sobre o mundo real. Portanto, não se defendia a alienação do mundo real, antes se pretendia que a interpretação, criação e recriação em relação com o mundo real fosse completamente livre. No entanto, não se pense que esta tendência cobriu todo o panorama de criação artística nos países em que surgiu e rapidamente entrou em conflito com a tradição. Várias tendências subsistiram em simultâneo e a verdade é que o neorrealismo ganhou expressão no período em estudo, remontando a uma tradição realista que ia mudando os protagonistas das ficções, mas que mantinha os recursos estéticos e as soluções narrativas, numa estreita relação com a realidade, no sentido da sua transformação efetiva. Os mundos alternativos, que propunha, nasciam destes mundos reais existentes e essa era a sua proposta, enquanto literatura engajada. Curiosamente, algumas figuras ligadas ou mesmo precursoras do modernismo português estiveram ligadas às colónias, fosse por nascimento, como é o caso de Almada Negreiros, fosse por passagens pela sociedade colonial como é o caso de António Ferro que,

---

<sup>685</sup> Vide Carlos D'Alge, *op. cit.*, pp. 9-11.

<sup>686</sup> Vide *idem*, pp. 15-16. Carlos D'Alge chama a atenção para um fator interessante, a literatura realista e neorrealista ou mesmo naturalista não é apenas uma *mimesis* da realidade, muitas vezes, tomando a realidade como orientação mas sendo uma recriação da realidade, portanto não é uma representação absoluta da realidade mas a interpretação e representação desta exegese.

em Luanda, recebe as influências de Filomeno da Câmara. No entanto, e apesar de ser no período de expansão desta expressão artística que a velocidade de chegada das revistas culturais, dos livros publicados na metrópole incrementa, não se pode dizer que ali existisse um público preparado em número suficiente para rececionar toda a mudança que as novas tendências artísticas propunham.

Assim, na literatura colonial e a par do que acontece noutros países colonizadores, é criada uma tendência textual para a formação do imaginário imperial, em que o exotismo, as aventuras, a descrição prepondera e conduz o leitor, mais do que o induz num cenário de liberdade criativa. O carácter pedagógico das obras mantém-se, bem como o seu cariz doutrinário ou, ainda, uma tendência para o engajamento com determinada corrente de pensamento ou ação. Isto é válido tanto para os escritores metropolitanos (que visitam ou viajam nas colónias ou simplesmente escrevem sobre estas a partir da metrópole) como para os colonos aí radicados desde há muito ou filhos da terra. A par do recorte histórico que tendia sempre a aparecer para justificar a presença colonial, portanto, evocando tempos passados, era acrescentado por interações entre diferentes personagens que, consoante a tese que o autor pretendia expor, apresentava algumas *nuances* sobre a sociedade colonial<sup>687</sup>. Dirigidas essencialmente a uma população metropolitana ou de formação europeia, as obras de literatura criadas no âmbito deste género literário são trabalhadas no sentido de cumprirem o seu papel, revelando uma sociedade de carácter novo que se distancia de algum modo da metropolitana. Se, no caso dos colonos e metropolitanos, poderia ser o preconceito e a justificação de um sistema colonial que os movia, no caso dos filhos da terra, era uma questão de público que os fazia adaptar-se a determinados estilos e a escolher certas opções estilísticas. Sabiam que maioritariamente o seu leitor tinha uma educação europeia e o seu mundo referencial estava fortemente condicionado pela visão do colonizador, o que regulava o seu próprio posicionamento. A tendência para manter uma certa tradição ligada, por um lado, ao positivismo e, por outro lado, ao exotismo, impedira que, por vezes, fossem bem-sucedida a introdução de outro tipo de gostos e de tendências.

No caso de um estudo realizado em torno da literatura de Henrique Galvão, é interessante verificar-se que o autor toca nos seus romances todos os aspetos em discussão sobre a realidade colonial. É curioso ver como a realidade condiciona tematicamente a ficção que ganha uma força descritiva e, em simultâneo, cumpre uma função doutrinária de orientar a opinião do leitor sobre os aspetos invocados que se estendem da missão civilizadora à questão das missões, dos costumes locais à recriação de Portugal em solo ultramarino, em que o autor usa o seu conhecimento sobre a sociedade colonial para dar uma ideia geral do que esta seria e como funcionaria e deveria articular-se<sup>688</sup>. Recorde-se, ainda, que Henrique Galvão era autor reconhecido na metrópole pela sua literatura colonial e inclusivamente foi agraciado no primeiro e segundo concursos de literatura colonial, portanto, perfeitamente reconhecido pelo regime colonial<sup>689</sup>. Os autores que aqui estudo, representam, em certo, sentido o reverso da

---

<sup>687</sup> Vide Paulo Manuel Pulido Garcia Zilhão, *Henrique Galvão: prática política e literatura colonial (1926-1936)*, S. Paulo, Universidade de S. Paulo/Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, 2006, p. 89-90.

<sup>688</sup> Vide idem, pp. 100-103.

<sup>689</sup> Henrique Galvão, apesar de todo o seu alinhamento com o governo colonial, acaba por se tornar crítico quando se apercebe da manutenção de certos abusos contra a população local, nomeadamente,

medalha, se bem que a ligação que estabelecem entre realidade e ficção seja igualmente marcante e se aproximem mais dos recursos tradicionalmente usados no naturalismo, realismo e neorealismo. Todavia, a sua literatura não pretende de modo algum doutrinar em favor do regime colonial. No entanto, existe uma concentração de enfoque na mensagem e uma preocupação profunda com a verosimilitude do texto, com a autenticidade dos factos narrados, o que os leva a preencher a sua narrativa com elementos do mundo real, o que também se pode denominar o mundo de referência exterior. As localizações precisas, as datas, os hábitos, a descrição minuciosa, o acompanhamento do leitor durante todas as partes do texto, ali estão como elementos da diegese. Augusto Bastos, filho da terra, redigiu ficção que se localizava em Angola, mais propriamente perto das zonas onde vivia, bem como ensaios e artigos (estes últimos que estão bem presentes nos pormenores extraliterários que introduz na sua ficção e que se percebe que resultam de um estudo aprofundado da realidade local). José de Macedo escreve e publica pela primeira vez ficção em Angola, mas referindo-se à realidade metropolitana (fazendo o movimento inverso do habitual que era o de na metrópole se escrever sobre as colónias), todavia os seus textos jornalísticos e ensaísticos estão peçados de pensamento local no que concerne ao regime colonial e às alternativas possíveis a este.

Nos autores em estudo, existem alguns exemplos de profundo enraizamento realista da sua obra, nomeadamente, no recurso à oralidade transposta para a escrita seja em diálogos, seja na introdução de provérbios e que não se cinge à ficção, pois como se viu anteriormente, também o relato do real recorre às técnicas da ficção e as introduz por vezes. Assim, o facto da sua produção textual ser engajada leva-os a uma preocupação mais profunda com a verosimilitude do que afirmam e com o sentimento de autenticidade que querem transmitir ao leitor. E por que se distinguem os ensaios, artigos e ficções de Bastos e de Macedo? Essencialmente, por transmitirem uma mensagem diferente da comum no que concerne à sociedade colonial, reconhecendo dinâmicas próprias à sociedade colonial, tendo a capacidade de nomear indivíduos locais como pessoas (integradas num coletivo, é certo), mas capazes de levar a cabo uma ação própria. Se ambos são fruto de uma educação metropolitana e veem no europeu ou europeizado o elemento progressista da sociedade, igualmente, admitem a necessidade existir uma ação cooperante entre colonizador e colonizado. Afinal, centrando-se na realidade, ambos propunham uma alternativa a esse mundo que conheciam e entendiam como sendo necessário mudar e fizeram-no, algumas vezes, através da ficção do real.

## 5.2 Literatura e Utopia: a criação de mundos novos?

*Most concretely, utopian fiction provides an opportunity to invent wholesale every institution through which people experience their lives: biological reproduction; education; relationships of friendship, passion, and community; agriculture; commerce; affairs; art; and perhaps*

---

no que concerne à angariação de mão-de-obra. A sua experiência africana tê-lo-ia levado a afastar-se daquele imaginário imperial em que o português civilizador encontrava como oponente ao seu trabalho a população local e daí o insucesso de parte da sua obra. Os anos quarenta marcam esta inflexão discursiva na obra de Galvão que entretanto começara a ver e interpretar a realidade de outro modo. Vide Bruce Fish, Becky Durost Fish, *op. cit.*, pp. 125-127.

*metaphysical belief. But even more important than any of those concrete details is the pure imaginative audacity that underlies the blueprint.*

Dohra Ahmed

Uma das formas pela qual mais se exprimiram os projetos utópicos foi a literatura, ou seja, o belo texto que para além das preocupações de conteúdo comportava em si um cuidado com a forma que se revela no estilo da escrita, nas figuras evocadas e no vocabulário selecionado. Em geral, na análise da literatura em português, considera-se existirem poucos textos ficcionais sobre utopias e, procurando uma resposta, parece ter sido consensual a de que teria faltado fôlego crítico e teria sido débil a intervenção cívica, o que resultava numa falta de propostas alternativas que significassem esse equilíbrio entre a tensão existente face ao estado das coisas e a exequibilidade de uma proposta completamente nova<sup>690</sup>. Apesar disso, a aceitação de algumas utopias é comum, sobretudo, no que se refere ao Padre António Vieira e a autores ligados ao Sebastianismo. Contudo, a publicação de alguns textos utópicos, ficcionais, sob o formato de “cordel” constituíram uma realidade e foram reunidos em livro por Jorge Bastos da Silva, tendo estes obtido algum sucesso junto do público aquando da sua publicação. De modo interessante, o organizador desta seleção de textos tenta explicar a sua fórmula e, em simultâneo, parte do seu sucesso no tempo em que foi publicado. É muito interessante verificar que na sua maioria são textos anónimos, mas que eram traduzidos e reproduzidos em diversos países, incluindo Portugal. Assim, provavelmente, a questão não estaria na receção do texto em si ou da temática utópica para a qual, sendo publicada e lida, se comprova existirem leitores. Talvez a grande questão se centrasse nos problemas que a produção e edição de um texto deste tipo poderia trazer para um autor e editor perfeitamente identificados e conhecidos das autoridades, o que se poderia evitar se o autor fosse estrangeiro ou se pensasse que era estrangeiro e anónimo e o meio de publicação fosse o folheto em que, por vezes, dificilmente se identificava o editor, a não ser quando isso interessava ao próprio. Assim, na seleção apresentada de oito textos, apenas dois têm autor identificado, sendo que fica a ideia que o problema da literatura utópica não seria o desinteresse do leitor ou a impossibilidade de receção do mesmo. É de notar ainda que algumas traduções sofriam adaptações para poderem ser publicadas em Portugal, portanto, havia a consciência de que poderia ser desagradável aos poderes instaurados a disponibilização e receção de tais obras pelo público.

O primeiro texto, intitulado *O Encoberto Maometano ou o Mohaidin Redivino cujo prodigioso sucesso se expõe em uma carta escrita de Astracã, empório do Mar Cáspio...*, o compilador alude a um fundo histórico que o texto teria e que era evocado no sentido de reverter para os acontecimentos fundadores da civilização islâmica. Em forma de relato, propunha-se um movimento utópico no sentido de revolucionar a sociedade que assentava numa mistificação e numa espécie de despotismo esclarecido que teria como finalidade harmonizar os indivíduos desavindos e levá-los a uma vivência comum e complementar. Datado de 1721, o relato continha em si aspetos que poderiam ser considerados como heréticos, mas, na verdade, a sua

---

<sup>690</sup> Sobre a apresentação de argumentos em torno da inexistência de utopias em português, vide Jorge Bastos da Silva “Introdução Crítico-Histórica”, Jorge Bastos da Silva [Organização, introdução, notas], *Utopias de Cordel e Textos Afins, Uma antologia*, Vila Nova de Famalicão, Quasi Edições, 2004, pp. 7-43, p. 27.



publicação foi um facto e obteve leitores. Se aqui existe uma concentração no utopismo que defende a refundação política e espiritual numa determinada situação, no próximo exemplo, *O Maior Monstro da Natureza, aparecido na Costa da Tartária Setentrional*, toda a narrativa se desenrola através de uma viagem que leva o leitor por caminhos desconhecidos até ao encontro de um povo ignoto que sobrevivia em condições espantosas e fora de qualquer habitat conhecido até então. Tal como noutros textos, aqui se vai encontrar a recorrência a um argumento de autoridade, salientando a sua possibilidade de existência devido a relatos anteriores feitos por gente com domínio sobre o tema. Seguem-se cinco textos, em que quatro se passam em ilhas desconhecidas e os cinco falam de geografias e gentes desconhecidas<sup>691</sup>. Para além de utopias, estes textos podem representar um certo gosto do público pela aventura e pelo exotismo, daí que na sua maioria as utopias estejam escritas sobre territórios ainda desconhecidos, num processo que estreitava as relações entre partes diferentes do mundo, fruto do encurtamento progressivo das distâncias, devido ao aperfeiçoamento das técnicas de navegação, e a existir cada vez menos mundo por conhecer. Contudo, a noção do leitor àquele tempo é que ainda se pode surpreender com o desconhecido, daí que o interesse pelas utopias seja acompanhado por um interesse nos relatos de viagem que se creem meramente descritivos, portanto, apenas representações do real. Se, por um lado, se preconiza a aceitação do conhecimento do novo e a aceitação de um saber progressivo e feito de experiência, por outro lado, é comum o sentimento de alteridade que rapidamente se transforma num sentimento de superioridade face aos povos que supostamente são encontrados. De facto, estas são as tendências que perdurarão relativamente aos mundos extraeuropeus e, com as independências no continente americano, àqueles que parecem ser mais extraeuropeus que os outros (por exemplo, o Brasil ou o México eram mais exóticos e menos europeus aos olhos conservadores do Velho Mundo que os Estados Unidos ou a Argentina).

Nos casos explorados no livro que referi anteriormente, um destes, *Carta em Resposta a um Amigo, na qual se dá Notícias da... Ilha Encoberta...*, é verdadeiramente interessante por propor a construção em tábua rasa de um novo lugar. A proposta é a conjugação entre passado e futuro, entre tradição e inovação, conjugando portugalidade e cristandade com a construção de um local completamente novo, em que não apenas a organização política é nova, tudo seria novo. Já a utopia com que se fecha o livro, *A Ilha Desconhecida e os Ilhéus Felizes*, tratando de uma sociedade colonial, pensa a distribuição de riqueza entre colonos e nativos, apresentando uma organização baseada na comunidade dos bens e fundada numa república democrática. Já se denota uma preocupação com a criação de uma comunidade de indivíduos saudáveis, daí que o casamento seja, por exemplo, vedado a pessoas com deficiência. Quer isto significar que esta utopia já continha em si muitas das preocupações sociais e políticas e inclusivamente científicas que vieram a vulgarizar-se durante todo o século XIX. O que parece ser claro ao ler-se todos estes textos é que a literatura constituiu um dos meios mais eficazes para propor as utopias como alternativas às sociedades de cada época e,

---

<sup>691</sup> Os textos são *Relação dos Usos e Costumes da Nova e Disforme Gente* (década de 1740?), *Segunda Relação dos Usos e costumes da Nova e Disforme Gente...* (década de 1740?), *Relação que trata de como em cinquenta e oito graus do Sul foi descoberta uma ilha por uma nau francesa...* (1753?), *Relação de um novo Descobrimto de uma Ilha, mandada por um capitão de um navio de Dieppe* (1758), *Carta em Resposta a um amigo, na qual se dá a notícia da... Ilha Encoberta* (1815), *A Ilha Desconhecida e os Ilhéus Felizes* (1816, 1819, 1826).

em muitos casos, como antecipadoras de soluções que vieram a ser procuradas posteriormente. Igualmente a questão do território é importante, pois entre o desconhecido, a possibilidade de aventura e a conquista do fantástico, o leitor é levado por caminhos alternativos à realidade, seja pelo despertar da imaginação, seja pelo pensamento de novos conceitos e soluções para os problemas com que se depara e, talvez, seja esse o papel essencial das utopias. Como refere Fernando Cristóvão “o próprio da utopia é estimular a imaginação e a criatividade”<sup>692</sup>. Vários autores defendem a mesma possibilidade que o autor precedente, a de que a ficção permite compensar as carências e frustrações da vida diária e que permite encontrar-nos a nós próprios e aos que nos rodeiam, pois a ficção permite ir para além do estritamente dito, através da recriação de significados que o leitor completa a tudo aquilo que o autor já escreveu. No caso da utopia essa liberdade criativa torna-se ainda maior, pelo estímulo que contém em si<sup>693</sup>.

E porquê esta facilidade com que literatura e utopia se podem cruzar? Simplesmente porque a literatura permite a criação de mundos que, existindo à parte do mundo real, também o constituem, porque são produzidos e rececionados na esfera quotidiana das sociedades<sup>694</sup>. Quer isto dizer que esses mundos, mesmo que absolutamente ficcionais, penetram na experiência do leitor e, mais evidentemente ainda, do autor. Logo, tornam-se parte da realidade, existindo materialmente em texto, mas não tendo de obedecer às regras estritas do realismo e da “verdade” e isso resulta em boas possibilidades para a expressão das utopias. O leitor torna, afinal, estes mundos utópicos em realidade, porque através da mediação semiótica os integra na sua semiosfera e na sua experiência do mundo. A sua observação deste mundo ficcional pode-se aproximar muito da sua experiência relativamente ao mundo que o rodeia<sup>695</sup>. No entanto, a grande diferença entre a experiência da vida real e a da leitura, é a liberdade que a segunda permite ao leitor que não tem de adaptar-se a nada, antes solta-se dos preconceitos e constrangimentos do quotidiano<sup>696</sup>. A literatura permite alargar os limites de comportamento social pelo simples facto de mostrar alternativas, suscitando de novas aspirações, exigências e objetivos, permitindo que o presente possa trazer potenciais experiências de futuro.

A própria tendência nas utopias para expor pedagogicamente, tratando-se de uma tentativa do autor, que escreve a utopia, controlar possíveis desvios naturais na natureza humana, pois o seu mote é sempre a transformação do mundo, isto é, a implementação de um mundo alternativo ao existente<sup>697</sup>. A desilusão com o mundo real pode estar patente, mas o mais importante é o acompanhamento do leitor na reconstrução da possibilidade de mudança que se propõe, daí esse pendor pedagógico, de explicação, por vezes, excessiva que o autor tende a impor. A utopia pretende mesmo compensar essa deceção com a realidade, tal como a ficção compensa as agruras do quotidiano, a utopia abre a esperança e permite em articulação com a

---

<sup>692</sup> Fernando Cristóvão, “A Literatura como antropologia das antropologias”, *O Romance Político Brasileiro Contemporâneo e outros Ensaio*, Coimbra, Almedina/Centro de Literaturas de Expressão Portuguesa da Universidade de Lisboa e Associação de Cultura Lusófona, 2003, pp. 213-233, p. 232.

<sup>693</sup> Vide Antonio Garrido Dominguez, *op. Cit.*, p. 38.

<sup>694</sup> Vide Wolfgang Iser, *op. Cit.*, pp. 45 e 51.

<sup>695</sup> Vide Lubomir Dolezel, “Mimeses y Mundos Posibles”, *op. Cit.*, p. 83.

<sup>696</sup> Vide Hans Robert Jauss, *op. cit.*, pp. 108-109.

<sup>697</sup> Vide Vita Fortunati, “Utopic and Melancoly”, Lourdes Cândia Martins, *Utopia e Melancolia*, Lisboa, Edições Colibri, 2002, pp. 11-27, p. 13.

literatura propor mundos alternativos que, em muitos casos, se apresentam como possíveis<sup>698</sup>. O aspeto interessante da utopia colocada em literatura é que esta espoleta um novo tipo de relação que, mesmo quando se assume tipicamente como ficção descritiva, existe entre leitor e texto não só através da sua atualização como da interpretação e recriação do mesmo, tornando-se num elemento ativo na construção do conteúdo, mesmo este sendo completamente alternativo ao seu mundo e podendo até parecer que não tem nenhuma relação<sup>699</sup>. Relativamente às sociedades colonizadas, se se pensar profundamente o assunto, percebe-se que não existe uma realidade que do ponto de vista sociológico possa oferecer mais probabilidades de descontentamento, tanto do colonizador como do colonizado. Da parte do colonizador dá-se a criação de um imaginário baseado na missão de civilizar que, por sua vez, lança o colono numa utopia de concretização, não apenas através de uma missão moral, mas, igualmente, por meio dos ganhos materiais que lhe permitiriam subir na escala social e melhorar a sua condição de vida. Ora, acontece que apenas uma minoria dos colonos consegue o bem-estar económico que desejou e acreditou conquistar quando saiu da metrópole, por um lado, e os que saem com projetos de base ética ou moral, como a educação das populações, a montagem de infraestruturas, etc., acabam por ficar desiludidos com as dificuldades com que se deparam, por outro lado. No que concerne aos colonizados, se existe desilusão por parte da população autóctone que continua a viver segundo os seus moldes tradicionais, contudo, sob a ameaça de ocupação do seu espaço e de introdução de comportamentos desagregadores dos que vem praticando, igualmente existe um descontentamento pelos filhos da terra que, integrando-se no sistema colonial e aí sendo educados, se veem cerceados na partilha da administração dos assuntos locais e preteridos em diversas situações que podem envolver não só a sua promoção económica como social.

Neste tipo de sociedade é fácil antever a necessidade da proposta de mundos alternativos, tanto da parte dos colonos como dos colonizados e, em parte da literatura, produzida em tempo colonial, foi isso que aconteceu. Contudo, os meios de expressão que permitiam chegar a todos, colónia e metrópole, eram aqueles que o próprio colonizador tinha introduzido, sendo também através da sua língua e das suas técnicas de escrita que estas ideias para a mudança se disseminavam, pois o público a que se dirigiam, aqueles que podiam contribuir para a mudança através da sua ação ou da sua adesão. Assim, parte da população local só tardiamente acede a estes meios, o que é indissociável da ação das missões religiosas que criam pequenos jornais comunitários, dando a oportunidade de expressão na sua língua e na língua do colonizador ao colonizado. Todavia, note-se que estes jornais tinham difusão sobretudo entre a comunidade, chegando às mãos das administrações coloniais por via indireta e sendo, quase sempre, tomados como formas de contrapoder. Portanto, os objetivos daqueles que escrevem num periódico fora do *mainstream* das publicações, reservando-se essencialmente para os que partilham uma mesma cultura que não é a do colonizador, não são os mesmos daqueles que escrevem para serem ouvidos pelo poder e reivindicam a sua participação na tomada de decisão política. No entanto, os filhos da terra ao exprimirem-se a si e às suas ambições não estavam a exprimir os ideais ou a identidade do colonizador, mas

---

<sup>698</sup> Sobre a utopia como alternativa a uma realidade que permite à aventura humana acreditar num final diferente, vide Raymond Trousson, "Mourir en Utopie", Lourdes Cândia Martins, *Utopia e Melancolia*, Lisboa, Edições Colibri, 2002, pp. 29-43, p. 29.

<sup>699</sup> Herbert Marks, "Benno Jacob's Textual Utopia", Lourdes Cândia Martins, *Utopia e Melancolia*, Lisboa, Edições Colibri, 2002, pp. 45-65, p. 46.

antes a de um colonizado com uma visão própria do sistema e sociedade coloniais. Portanto, o que estes autores escreviam refletia não só a sua experiência pessoal enquanto indivíduos e como fenómeno psico-antropológico, mas analogamente como pessoas integradas num determinado coletivo como facto psicossociológico. Foram, em geral, estes autores, filhos da terra integrados no sistema colonial, que mais participaram na elaboração de obras de arte de cunho individual que integravam a semiosfera como testemunhos de uma alta cultura ou cultura de autor. Os outros casos começam por ser, principalmente, manifestações de interesses da comunidade, logo, ficando associada a fenómenos culturais mais populares. Apesar desta tendência, não se devem pensar estes dois tipos de produção como opostos, um como autêntico e o outro como menos verdadeiro, porque interpenetraram-se, como será visto adiante, pois o escritor expressando a sua experiência individual não raras vezes recorreu à sua vivência coletiva, recriando ambientes associados ao mundo popular, introduzindo expressões, linguagem e paisagens que transportam o leitor para convivências sociais e não apenas expressões individuais.

Paradoxalmente e apesar de me parecer claro que uma sociedade como a colonial gerasse vontade e expressão de mundos alternativos, embora houvesse uma apertada vigilância das autoridades coloniais, independentemente do regime ser democrático ou ditatorial, quase parece não existirem autores que tratassem da realidade colonial e da sua mudança. Contudo, verifica-se que houve autores a tratarem destes assuntos desde cedo e que o fizeram nas páginas de jornais e revistas, nos folhetins impressos por fascículo, ou seja, todas as vezes que se puderam expressar desta forma. Acresce a este facto que alguns eram filhos da terra e, portanto, os seus escritos são gerados com base numa identidade diferenciada. O possível esquecimento ou subalternidade destes autores face a outros mais recentes, no que concerne aos estudos literários, pode relacionar-se diretamente com o facto de existirem correntes de pensamento que, por um lado, não os consideram autênticos porque os seus textos não consistiam na referência da metafísica da diferença (caso da linha nativista), ou por outro lado, que não tinham representado um discurso retórico de autonomia e de emancipação (caso de uma linha autodenominada progressista ou também classificada como afro-radicalista)<sup>700</sup>. Ambas linhas de pensamento consideram que a escravatura, o colonialismo e depois o apartheid foram responsáveis pelo apagamento da identidade africana. Daí só considerem legítima a transmissão dos valores que consideram como genuinamente locais ou que serviram para emancipar os povos colonizados de todos os abusos perpetrados durante a escravatura e o colonialismo (os que interessam para o caso angolense)<sup>701</sup>. Quer isto dizer que os indivíduos africanos integrados no sistema escravagista e depois colonial seriam menos autênticos que os outros, apesar de serem também filhos da terra, tal como os filhos dos colonos já nascidos na colónia ou até os colonos que iam para a colónia devido à situação política. O que teria acontecido era que estes indivíduos, à sua maneira, defendendo ou não o regime colonial, tinham-se movido no seu seio e ajudado a criar uma falsificação da história africana.

Assim sendo, toda a produção intelectual e científica de filhos da terra, criada sob a influência do conhecimento e das técnicas introduzidas através do colonialismo, poderia ser considerada

---

<sup>700</sup> Vide Achille Mbembe, *op. cit.*, p. 2.

<sup>701</sup> Vide *idem*, *ibidem*.

como menos autêntica. Deste modo, foram assumidos os textos produzidos segundo o discurso dominante como o discurso durante todo o período colonial e empobreceu-se a diversidade existente, se bem que sujeita a todos os condicionalismos. Pode-se por isso dizer que, tal como em qualquer outra latitude ou longitude, a literatura foi criativa o suficiente para propor mundos alternativos, mesmo que ligando-os ao mundo real. No caso da literatura, produzida em tempo colonial e com personagens da sociedade colonial, também existem propostas utópicas, mesmo que escondidas debaixo de aventuras ou de romances históricos. Ao evocar a sociedade colonial oitocentista, multicolor e complementar, que faziam estes escritores que não fosse chamar a atenção do leitor para um passado que se poderia reproduzir no futuro? Quando se escrevia com recurso às técnicas literárias textos jornalísticos frisando a identidade local e as possibilidades de progresso intrínseco que se está a fazer senão propor uma utopia, mesmo que dentro do sistema colonial? Torna-se evidente que algumas temáticas afastam estes autores dos que mais tarde os leram e fizeram a sua crítica, nomeadamente, a questão de aceitarem a participação autóctone em situações que levariam a uma verdadeira hecatombe para todo o continente e não apenas para Angola, como a escravatura e aquilo que acabou por ser um colonialismo tardio, o que foi depois negado pelas correntes nativistas e progressistas que preferiram remeter-se à vitimização sem repensar este tipo de fenómenos. Negando parte do seu passado e da sua utopia, a sociedade colonial viu-se reportada para a alteridade que lhe tinha sido atribuída pelo colonizador, o que acabou por manter-se no pós-colonialismo por não ter surgido a oportunidade de repensar em conjuntos as várias heranças em interação nestas sociedades de extrema complexidade. A literatura angolense que preconizava a crítica ao meio em si e anunciava a criação de mundos novos tem sido explorada pontualmente, mas não deixa de representar uma variação ao que se concebeu classificar como literatura colonial.

A literatura colonial geralmente considerada, aparece como uma herdeira ou resultado de um gosto pela literatura de viagens que se mistura com um sentido de missão que se gera exatamente com o conhecimento de regiões vistas como indómitas no mundo. A literatura de viagens cria, pois, a predisposição para o relato e para a descrição documental, inúmeras vezes, fundada em analogias para que o leitor possa acompanhar essa descoberta de novas realidades distantes da sua<sup>702</sup>. A separação desta nova realidade, que se lhe oferece face à realidade experimentada, faz com que surja um desejo pelo exótico, pela diferença que na versão colonial pode tornar-se no desejo de controlo e de domínio daquela paisagem trazendo os *outros* até *nós*, pois apenas por desconhecimento ou incapacidade (ou ambos) se mantêm apartados da *civilização* e cultura. A par da passividade do elemento autóctone é apresentado o herói europeu que arrisca a vida pela aventura ou em nome do seu país. Este tipo de literatura, com o estreitamento do espaço e a maior facilidade nas comunicações, tornou-se numa fonte de renovação constante, permitindo ao leitor experimentar estas paisagens distantes e, para si e para o autor, exóticas. Deste modo, ao leitor parece-lhe conhecer estes territórios longínquos e entender do que precisam para progredir. No seu imaginário eles estão construídos e fazem agora parte da sua interpretação da realidade, mesmo que distante e, na verdade, desconhecida. O facto de poder despertar sensações novas, talvez tenha sido, num período de constante descoberta tecnológica e científica, um elemento determinante no sucesso desta literatura. Quanto mais exótica parecesse, mais ímpeto aventureiro despertava

---

<sup>702</sup> Vide Louis Cario, Charles Regismanset, *op. cit.*, pp. 12-13.

no imaginário do leitor, o que explica em parte o sucesso da literatura criada no período colonial e classificada como “aventura”<sup>703</sup>. Uma natureza assim selvagem e desconhecida precisava de algum tratamento para poder inserir-se na semiosfera das culturas de civilização e é assim que se assiste ao paulatino desenvolvimento do conhecimento científico em torno da sua fauna, da sua flora e, mais tarde, das suas populações. Se uns autores optavam pela exaltação das belezas locais, levando o exotismo ao seu extremo, outros havia que enumerando estas belezas as tentavam explicar pedagogicamente, em relatos extensíssimos que incluíam as últimas descobertas das sociedades de conhecimento geográfico e citações das revistas de referência nesta época. Esta tendência da literatura de viagens alarga-se a outros tipos literários e não raro surgem ficções ancoradas no conceito da viagem e da descoberta.

No entanto, a literatura de viagens não fez apenas viajar no espaço, tendo, muitas vezes, acompanhado o leitor por deslocações no tempo, mostrando toda a história de um local ou evocando outros locais aos olhos europeus exóticos, mas por onde estes já tinham passado. Assim sendo, o exotismo não se trabalhava apenas com as narrativas do presente, era constantemente entrecruzado por menções ao passado, ou então com a ausência destas, referindo-se ostensivamente que eram locais sem história, pois a humanidade civilizada nunca por ali passara. Não é por isso de estranhar que autores como Augusto Bastos tenham a necessidade de começar por contar, nas suas aventuras, a história dos locais, nomeando os povos aí residentes, as primeiras comunidades de colonos, viajando com o leitor pelo exótico da paisagem, mas também demonstrando que por ali havia um passado já assinalável<sup>704</sup>. A maior variedade de gentes europeias pelo mundo que se estendia dos missionários aos funcionários administrativos, dos militares aos professores, dos turistas aos cientistas, tocando praticamente todas as áreas de atividade e motivações muito diferentes, diversificou, igualmente, os testemunhos descritos em relato a que o leitor acedia<sup>705</sup>. É com este gosto pela descrição da viagem que aparecem os postais ilustrados, atingindo um rápido sucesso na Europa. Quanto mais distante a realidade descrita fosse da vivência europeia do leitor, mais caminho se poderia abrir para soluções alternativas que chegavam por uma ficção de aventuras ou de proposta de variação à realidade. É através do imaginário que os locais descritos na literatura de viagem se tornam prolongamentos do mesmo continente onde se situam os leitores. Esta proximidade dá-se porque o exótico mantém-se diferente, mas agora já parece ser conhecido e porque os próprios regimes coloniais tratam de encurtar as distâncias geográficas, sem contudo diminuir o que separa o *outro* do *nós*.

---

<sup>703</sup> A literatura de aventuras tinha grande sucesso não só nas metrópoles como nas colónias, adiante analisar-se-ão dois exemplos, o caso de Augusto Bastos que escreveu na colónia e para os leitores aí residentes e o de Júlio Verne que escrevia em França e estava sendo traduzido por toda a Europa. Em ambos autores a viagem surge como um elemento natural associado à aventura, à descrição das paisagens e ao elemento pedagógico que acompanha a descrição das paisagens, da fauna e da flora. Também os aspetos históricos não são deixados ao acaso, sempre que ocorre uma analepse e se pretende explicar ao leitor como a realidade era antes, empreendendo então uma viagem no tempo.

<sup>704</sup> Refiro-me às suas duas coleções: *A vida nas selvas, coleção romântico-histórica* e *Os Gigantes através dos mares ou Aventuras extraordinárias da Epopeia ultramarina portuguesa*, Collecção Histórico-Romântica, e ainda, apesar de não identificada enquanto tal, *As Furnas do Lobito*. Todas estas obras foram publicadas em formato folhetim, sendo depois publicadas em fascículos.

<sup>705</sup> Vide Louis Cario, Charles Regismanset, op. cit., p. 18.

A proximidade que a política e a economia trazem significa que o interesse pela literatura de viagens pode agora prolongar-se noutros interesses: as batalhas humanitárias como o anti-esclavagismo ou o controlo do regime dos serviços já não eram temas longínquos, passam a fazer parte da vida daquele país em que o leitor vive, porque este tem colónias. A integração destes povos na lógica socioeconómica e política das metrópoles abre caminho para que esta literatura de viagens ganhe novas feições e entre em outros estilos literários de modo a fazer perdurar a atração pelo exótico, mas ultrapassando em muito o mero documento descritivo. Constitui-se, então, em proposta de alternativa ou em mote de justificação da ação colonial ou, ainda e apenas, para o puro prazer da leitura, evocando aventuras antigas e modernas que demonstrem o papel que os *civilizados* ainda têm por fazer ou deixando que ao leitor seja seduzido tão só e apenas por um exotismo que lhe parece ilógico e irreal e sobre o qual poderá vir a atuar<sup>706</sup>. Cario e Regismanset citam ainda Baudelaire para mencionar o caso da escrita crioula, lançando a questão sobre Leconte de Lisle que sendo crioulo de nascença, seria crioulo de espírito? Baudelaire refere que os crioulos praticam uma literatura com um certo ar provincial, sem qualquer originalidade, parecendo colar-se aos modelos existentes<sup>707</sup>. Mas para além das questões de enculturação e aculturação, processos pelos quais todos os escritores passaram, no caso, de terem nascido nas colónias e terem tido uma educação de cariz europeu, existe não só a questão da produção literária mas também a da leitura do texto. Para quem escreviam estes autores? Sobretudo para um público europeu ou educado da mesma forma que os europeus, portanto, com experiências literárias similares e vivências condicionadas por um estilo de vida europeu que constituía a norma de comportamento “civilizado”. Dificilmente os crioulos poderiam inovar mais do que qualquer outro autor europeu, pois estavam condicionados pela sua formação e experiência, mas também pela dos seus leitores. Acresce a estes factos um outro, no caso de residirem nas colónias, pois as publicações demoravam mais tempo a chegar até lá e, igualmente, chegavam mais encarecidas, diminuindo as hipóteses de leitura e retardando o acompanhamento das mudanças. Parece por isso natural que acompanhassem as tendências mais à distância e que seguissem os moldes mais usados para garantir o seu sucesso junto dos leitores que ali se deparavam com as dificuldades de acesso à leitura referidas. Assim, se propõem mundos alternativos, é natural que se inspirem em experiências similares às de outros autores europeus, dando contudo o seu contributo no desenho de conteúdos próprios mas que esteticamente não se pode considerar como sendo muito originais.

O exotismo, bem-sucedido na literatura de viagens, também o será na literatura colonial e serve perfeitamente os seus intentos, fixando no imaginário coletivo uma interpretação das colónias que é muito própria. E permanecerá, mesmo quando a escrita se vai agilizando nos conteúdos técnicos e científicos que se vão vulgarizando durante o período colonial. Os autores anteriormente referidos acrescentam um aspeto muito importante no que concerne à literatura colonial, colocando o acento tónico no facto de coexistirem várias literaturas

---

<sup>706</sup> Cario e Regismanset referem como exemplo Flaubert que cria uma trama em *Salambô* em que o exótico está sempre presente, ampliado, tornando-se quase “bizarro”, de modo a prender o leitor e provocando o aprofundamento da sensação de alteridade face àquelas personagens. Como é conhecido, essa contraposição entre alteridade e mesmidade fez parte de um imaginário que justificava parte das ações tidas como éticas ou morais perante os povos que tinham outras culturas. Vide idem, pp. 143-144.

<sup>707</sup> Vide idem, pp. 144-145.

coloniais<sup>708</sup>. Parece-me importante reforçar esta ideia, pelo simples facto de poder ser considerada literatura colonial toda aquela que verse sobre temáticas coloniais, tenha personagens que se reportem ao meio colonial, independentemente de ser escrita na metrópole ou na colónia, podendo isso abarcar vários géneros literários e conteúdos bem diversos. Nos casos em estudo, a ficção de Bastos pode ser considerada literatura colonial que, embora ancorada na realidade e até por vezes na história do local, veicula uma ideia nova para a sociedade, que o autor materializa tanto nos seus ensaios científicos como na sua vida política, propondo a aceitação de uma base de complementaridade nas relações existentes no seio daquela sociedade, com o esbatimento das fronteiras raciais. Se a uns caberia o comando a outros caberia participar e tomar a liderança quando as condições estivessem reunidas para tal. Bastos na escrita ensaística nunca o assume, mas como se verá na ficção, induz o leitor nesse sentido. Já nos seus ensaios limita-se a dar um passo importante no sentido da dignificação dos saberes tradicionais, pugnano pela sua importância e cobrindo várias áreas do conhecimento científico. Relativamente a Macedo, apesar de ter escrito e publicado o seu romance em Luanda, este não se pode considerar literatura colonial, pelo assunto que trata, as personagens que indica, tudo na sua narrativa se liga à metrópole e à experiência prévia à ida para Angola do autor. Todavia, os seus ensaios e artigos que versam sobre as questões coloniais, com grande destaque para os problemas angolenses, recorrem muitas vezes às técnicas literárias para dar ênfase às suas ideias e engajarem o leitor com o texto e com os seus propósitos. Esses podem ser considerados uma contribuição para a literatura colonial de então, pois toda a sua utopia colonial está expressa nesses textos.

Como previamente referido, a ficção e os recursos associados à linguagem literária permitiam envolver o leitor numa caminhada em torno da transformação da realidade. Quando o carácter utópico é levado ao extremo, pode recriar todos os aspetos da vivência humana e isso na ficção é possível porque a sua existência é textual e não tem de ser praticada no quotidiano. A proposta de alternativas à realidade e, no caso colonial, ao sistema existente, significa que o seu autor já se encontra em processo de afastamento face às soluções que lhe são impostas e tenta através da sua criação textual propor um mundo por si imaginado, seja através de fórmulas escapistas (as utopias que propõem a fuga para zonas desconhecidas ou isoladas para fundar o mundo ideal ou para aceder a um outro estádio, de carácter espiritual, por exemplo) ou as fórmulas de um romance que pode trazer novas propostas políticas, mesmo que não óbvias<sup>709</sup>. Esta transmissão de alternativas, mesmo que seja através da ficção, penetra na experiência do leitor que passa a ver outras possibilidades dentro da sua própria realidade. Se estas estiverem ancoradas numa realidade que conhece, essa possibilidade de recriação dentro daquilo que vê como a verdade do seu mundo torna-se mais evidente. No entanto, existem alguns obstáculos à adesão do leitor a algumas utopias, por exemplo, quando os seus próprios textos ficcionais revelam regras muito específicas ou rígidas, consideradas pelo leitor muito para além das suas possibilidades reais. Aí reside parte do drama do autor que precisa de atrair o leitor para a sua utopia, necessita mesmo da sua adesão ou participação. Nesse sentido e retomando o previamente apresentado, o exotismo constituiu um excelente auxiliar na atração do leitor, permitindo-lhe antever locais distantes, criá-los no seu imaginário com a sugestão de soluções para esses novos mundos, mas que refletiam alguns problemas que

---

<sup>708</sup> Idem, vide pp. 244-245.

<sup>709</sup> Sobre este assunto vide Dohra Ahmed, *op. cit.*, p. 5.



chegavam do Velho Mundo. Gera-se, então, uma tendência para preencher esses espaços considerados vazios, pelo menos de “civilização”, pelo progresso ou pela sua promessa que resolveria todos os problemas<sup>710</sup>. Lentamente, com o preenchimento destes espaços por esses ideais de progresso e civilização, as utopias espaciais, em muito baseadas em supostos relatos de viagens a locais fantásticos e desconhecidos, é paulatinamente substituída por uma tendência pela utopias temporais que se projetam no futuro ou buscam as suas raízes no passado para proporem soluções para o presente e para o futuro.

O século XX assinala mesmo essa descolagem entre utopias espaciais e temporais, surgindo a ficção científica como o campo de expressão literária eleito pelos autores de utopias<sup>711</sup>. Outras tendências podem, ainda, ser assinaladas, como as ficções utópicas, em que o desejo de mudança engloba não apenas a fundação de uma comunidade, mas toda uma herança cultural, como acontece nos EUA e noutros países americanos relativamente aos autores que fundam as suas ficções nas heranças culturais diversificadas e na perspectiva de uma solução concertada entre todos os povos, porque essas utopias, algumas de nacionalismo, se criam com base num ideal de fusão da diversidade<sup>712</sup>. Portanto, admitindo a diferença e desejando uma participação cabal de todos os elementos desta, cumprir-se-ia a utopia. Lembre-se como José de Macedo o refere relativamente aos trabalhadores afroamericanos, tão capacitados quanto quaisquer outros, portanto tão aptos quanto os outros a participar na sociedade civil local. Para Macedo, o trabalho mede em grande parte a capacidade do indivíduo colaborar na construção coletiva da sociedade. Outro aspeto interessante a juntar a estes, é que, fora do contexto da produção textual erudita, também existiam histórias e canções que apenas tinham existência oral e que expressavam essa vontade de mudança e propunham mesmo essa transformação da sociedade ou, mais amiúde, apenas expressavam a dor da realidade e mostravam esperança na mudança. O desejo de alteração ou a proposta de alternativas ancoram-se na realidade e, também, na desilusão que o quotidiano transmite a alguns, tal como a ficção se relaciona diretamente com a realidade. Visando ambas, literatura e utopia, a proposta de mundos alternativos, mas relacionados com a realidade porque nela se têm de ancorar, nem que seja na linguagem e nos conceitos para serem transmissíveis, seria impossível se não fossem duas criações humanas que caminhassem juntas. Seja o texto ficcional ou não, na verdade as exposições de utopias em muito devem à literatura que permite que o conteúdo se torne apreensível e manuseável pelo leitor. Daí a profunda trilogia realidade – literatura – ficção, por meio de uma inter-relação autor – leitor, anteriormente exposta.

---

<sup>710</sup> Vide idem, p. 22.

<sup>711</sup> Vide idem, p. 35.

<sup>712</sup> Vide idem, p. 131.

## CAPÍTULO VI – ENSAIAR A UTOPIA OU EXPERIMENTAR A REALIDADE

*Sinto-me quase envergonhado ao enviar-vos este livrinho sobre a República da Utopia, depois de vos haver feito esperar cerca de um ano (...). Vós sabíeis, com efeito, que para redigir este escrito estava dispensado de qualquer esforço de intervenção e de elaboração da forma adequada, pois o que tive de fazer foi repetir o que, na vossa companhia, ouvira relatar a Rafael. Não tinha de cuidar da forma, pois este discurso não podia ser trabalhado, uma vez que foi improvisado sob as esporas do momento por um homem que (...) conhece o Latim menos bem que o grego. Quanto mais a minha redacção se aproximava da sua familiar simplicidade, mais ela se acercava da exactidão que deve ser (...).*

Tomás Morus

A utopia foi, em geral, expressa em texto, em ficção ou ensaio, evocando uma âncora que ligasse o texto à realidade vivida e experimentada pelo leitor e, também, pelo escritor. Na verdade, sob a capa de ficções, de relatos verídicos ou de propostas baseadas em conhecimentos científicos, as utopias foram escritas com recurso às técnicas que se podem usar para a construção do texto artístico ou do mero texto informativo ou divulgador. Assim, a retórica, a oratória, o registo coloquial, a metáfora, a metonímia, a enumeração, a comparação são comuns quando se tenta descrever essa ideia alternativa que se pretende constituir enquanto hipótese válida e de esperança para locais idílicos de vida ou para amanhães mais sorridentes. Deste modo, quando os autores recorrem ao uso das ferramentas, habitualmente, utilizadas na construção dos textos artísticos não se estão a afastar da sua concentração do conteúdo que pretendem divulgar, estão apenas a tornar os textos mais entendíveis e próximos do leitor que os reporta facilmente a experiências de leitura prévia, assim como reporta os conteúdos ao mundo por si conhecido. Contudo, é o facto de a escrita recorrer às experiências anteriores de conhecimento e de estética no discurso que lhe permite introduzir ideias novas, conteúdos alternativos aos conhecidos, assumindo então o carácter que Hans Robert Jauss lhe confere e que se traduz no *carácter revolucionário da arte: [n]o poder que ela tem de libertar o homem dos preconceitos e representações arreigadas na sua situação histórica e de o abrir a uma percepção nova do mundo, à antecipação de uma realidade nova*<sup>713</sup>. Ora, a construção de conteúdos utópicos pretende exactamente exercer essa função de antecipação do futuro ou de possibilidade de variação face à realidade existente, sendo por isso perfeitamente normal que a construção estética e edificação do conteúdo partilhem dos mesmos pressupostos: usar a experiência anterior para mostrar a possibilidade de alternância, sendo que a parte formal é colocada ao serviço deste objetivo diretamente relacionado com a passagem da mensagem. Logo, se estes textos, muitas vezes nos preâmbulos e nos formatos que adquirem, expressam a realidade, igualmente são constitutivos de uma realidade inovadora e que pretende fazer reconhecer.

O seu impacto social depende da sua leitura e capacidade de perdurar no tempo, do seu prolongamento entre as ideias humanas veiculadas e de a sua linguagem e língua serem compreendidas ao longo dos tempos. Ficam registados na história e na memória

---

<sup>713</sup> Hans Robert Jauss, *op. cit.*, p. 45.

especificamente estes textos que produzem um efeito prolongado na sociedade e que permitem a sua receção e passagem às gerações vindouras. A circulação de conteúdos através dos discursos compreensíveis é que leva a essa longevidade que não depende só da partilha linguística, mas também da capacidade do recetor do discurso o poder reproduzir e reconstituir a mensagem numa partilha de experiência individuais e coletivas que a prolongam no tempo<sup>714</sup>. A relação entre experiência coletiva e individual apresenta um carácter muito interessante na questão comunicacional, pois tem de existir um entendimento partilhado do discurso para que este produza efeito social. A verdade é que tem de ser marcante em termos de experiência individual para que possa ser recuperado e transmitido vezes sem conta à coletividade, num jogo individual/coletivo permanente e que assegura a longevidade do discurso. Bordieu refere os casos interessantes dos discursos religioso e político em que a polissemia da linguagem assegurava que estes fossem tomados, reinterpretados e reproduzidos na linguagem vulgar por diferentes interlocutores que, movendo-se no tecido social, mas em diferentes posições, ofereceriam intenções e receções diferentes consoante os fins de cada um. Nesse sentido, era comum o debate político, por exemplo, na imprensa, usando exatamente a polissemia da linguagem para dar interpretações diferentes aos discursos disseminados.

No caso das utopias, existe um pouco este recurso, não só porque toca nas questões políticas essenciais e tem de ser possivelmente entendível por todos, mas porque quer comunicar-se a diversos grupos, por isso, por vezes se reincide ou explica demasiado cada um dos aspetos que se quer demonstrar. Quando esta situação se processa em situações de dominação política de uma etnia sobre outra, como são os casos coloniais, existe uma complexificação desta questão. Quer isto dizer que em contextos de oposição entre dominador e dominado, facilmente as palavras podem tomar sentidos antitéticos, consoante o emissor e o recetor os tomam um discurso em favor de uma medida que para um pode ser de higiene e civilidade e pode ser tomada pelo outro como opressão e desmantelamento do seu modo de vida tradicional. No caso de discursos refletindo propostas alternativas ou utopias, como se queiram designar, esta questão ganha relevo, porque para além de uma diversidade linguística existe uma variedade considerável nas possibilidades de interpretação do discurso, o que significa que as utopias, produzidas em contexto colonial, se deparam com desafios acrescidos. Assim sendo, para quem se propõem estas alternativas, a toda a sociedade colonial ou a uma pequena parte desta? Qual a evolução do pensamento utópico nessa Europa colonizadora e que chama a si a missão de concretizar os grandes ideais humanistas e a sua relação com as utopias gizadas em contexto colonial? A seu tempo se responderá a esta questão, por agora é importante a concentração no aspeto discursivo. O desafio centra-se na proposta discursiva que surge de quem tem a capacidade para usar os meios de difusão escritas ou orais, ou seja, que ocupa um espaço social a quem a sociedade reconhece esse direito ou até mesmo dever. Portanto, no produtor textual e na receção da mensagem que amiúde se destina aos que auferem desse direito de acesso ao espaço público de confrontação e debate, mas também aos outros, aos silenciosos que se pretende atingir com o conteúdo e fazer deste parte da sua experiência pessoal e comunitária. A linguagem tem provavelmente de sofrer uma simplificação, advinda das repetições e elementos constantes partilhados por todos os grupos sociais, de modo a tornar a mensagem entendível por pessoas de diferentes camadas da

---

<sup>714</sup> Vide Pierre Bourdieu, *O que falar quer dizer*, Algés, Difel – Difusão Editorial, S.A., 1992, p. 15.

população, sendo seguro que existem sempre grupos que ficarão de fora. Daí que a seleção do leitor, que se pretende alcançar, se ligue intrinsecamente à forma que o texto acaba por adquirir, reconhecendo a existência dos condicionamentos sociais da própria língua que podendo ser comum é manuseada de modos diferentes e, nos casos coloniais, a língua imposta pelo dominador é por vezes manipulada de forma deficitária ou simplesmente desconhecida<sup>715</sup>.

A gestão entre a reprodução da fala e o silêncio é essencial para perceber-se as condicionantes de uma sociedade colonial. Assim, se a fala é um dom humano e portanto universal, já o acesso social à reprodução da fala não é igualitário. Desde cedo, existe uma hierarquia na produção discursiva que é introduzida a qualquer criança, segundo as regras da comunidade em que cresce. Como se viu anteriormente, a diversidade linguística é uma característica das sociedades coloniais, resultando em que a fala de quem domina, o colonizador, seja considerada superior à fala de quem é dominado. Para aceder à reprodução discursiva, que chegue tanto aos ouvidos e olhos dos que mandam como dos que são mandados, há que manejar a língua considerada de *mainstream*, a dos vencedores que não é extensível a toda a população nem manuseada igualmente por todos. Se a competência para produzir discurso é universal ao ser humano, a legitimidade social para fazê-lo não o é, ganhando grande importância este jogo de silêncios e falas, imposto socialmente. A língua colonial torna-se a língua legítima e os debates políticos e ideológicos terão de se fazer obrigatoriamente recorrendo a esta. Assim, as alternativas originadas no seio do regime colonial terão este constrangimento discursivo que se estende a todas as outras intervenções da sociedade colonial, pois se assim não fosse correr-se-ia o risco de não chegarem a essa classe que detém o poder ou àquelas que o rodeiam. Deste modo, podemos perceber que cada ato de comunicação não é um mero exercício linguístico, mas uma construção lógica, assente em pressupostos de entendimento comum, em que se tenta maximizar o entendimento comum da mensagem, mas também a sua adaptação a um público específico. Assim, quando Macedo ou Bastos propõem soluções alternativas ao regime colonial vigente, fazem-no na língua do colonizador, mas, dependendo dos registos (se é texto jornalístico, ensaístico ou ficcional) fazem-no para diferentes públicos, adaptando a sua linguagem, mas usando sempre a mesma língua. Introduzem maiores ou menores trechos pedagógicos, sendo mais ou menos contundentes. Em todos os casos criando sempre testemunhos de autoridade sobre a mensagem que pretendem propor no sentido de conseguir adesões àquele pensamento<sup>716</sup>. A relação entre os grupos que partilham a língua em que se fala ou escreve é essencial para determinar a forma eleita pelo produtor discursivo. No caso colonial, essa seleção de público para propor as alternativas vai centrar-se muito nos alfabetizados, maioritariamente urbanos, inseridos no sistema educacional do colonizador e, bastantes vezes, apartados da convivência quotidiana com as restantes comunidades da sua região. Estes aspetos condicionaram a produção de discurso e inculcam características específicas no modo como se ensaiam as propostas utópicas e as experiências reais que as ancoram.

O reconhecimento social de que alguém pode apresentar o seu discurso, essa legitimidade que lhe é prestada pela sociedade, concede uma margem de manobra considerável, pois esse uso

---

<sup>715</sup> Idem, p. 38.

<sup>716</sup> Vide idem, p. 54.

da palavra torna-se (e assim é apropriado), um dever e um privilégio em simultâneo. Alguém ganha o direito de falar pela coletividade e para esta. Assim, não é de estranhar que a introdução da tipografia nas colônias, com o direito de reproduzir textos, tenha resultado numa diversificação de discursos e na tentativa dos filhos da terra se fazerem escutar de diversas formas. A imprensa é, indubitavelmente, como foi visto anteriormente uma dessas formas de conseguir aceder ao debate e de ver reconhecida alguma autoridade para fazê-lo. É por isso consequência normal que as propostas de alternativas a um mundo, que se reconhecia injusto e necessitado de ajustes, tivessem também na imprensa um dos seus referenciais. Outro estaria nos ensaios criados para as classes dirigentes ou com pretensões científicas, mas também para a instrução das massas populares alfabetizadas, como adiante será explorado. Através deste jogo entre fala e silêncio e do trabalho de captação de públicos diversificados, foram-se construindo correntes discursivas que tinham como objetivo principal expor novas correntes de pensamento que deveriam chegar sobretudo a quem decide. Se se comparar as utopias criadas em contexto colonial (em território colonizado) e as criadas nas metrópoles ou em países europeus sem colônias, percebe-se que apenas a partir do século XIX se tenta a sua divulgação mais massiva junto de várias classes da sociedade. Tal não acontece em muitos dos casos precedentes que recorrem ao latim, ao grego ou a uma erudição extrema dentro da língua por todos falada para exporem as suas ideias alternativas à realidade, numa época em que a população alfabetizada era diminuta, pois estas eram divulgadas, sobretudo, entre os dirigentes da sociedade e os intelectuais. Quer isto dizer que a questão da língua e da linguagem não se coloca apenas no estrito contexto colonial. A massificação paulatina da alfabetização abre portas a novas classes sociais que acedem à informação e ao conhecimento, complexificam a escolha dos produtores textuais que também passam a querer conquistá-los. Contudo, traz em si a esperança de que os “amanhãs” sejam possíveis num mundo que progressivamente se tornava mais conhecido e mais tópicos (fruto também do esforço cartográfico que eliminava o desconhecido).

A ciência tornava o mundo, cada vez, mais conhecido, as geografias compunham-se e o mapa-mundo ia ficando completo, assim a origem da própria palavra “utopia” que em grego “eutopia” queria dizer o bom lugar ou “outopia” o não lugar ganha mais espaço no imaginário do que na realidade. A procura de não lugares, associados a lugares desconhecidos, era paulatinamente substituída pela busca de soluções que saindo do presente seriam implementadas no futuro. Era a esperança no amanhã que vencia. Os revolucionários do século XVIII e os cientistas do iluminismo em muito contribuíram para o pensamento de variações em torno da realidade. Contudo, não deixavam de ser pensamentos individuais para propostas coletivas, tendo por consequência a elaboração de propostas umas vezes autoritárias, outras vezes baseadas em pressupostos intangíveis para a maioria da população. A esta visão acrescenta-se uma outra, que era a tendência para tornar estático o presente para propor a mudança que também traria por substituição outro mundo estático, pois as instituições deveriam manter-se como tinham sido criadas, porque estas eram o garante da felicidade humana. É evidente que aqui se fala em tendências gerais recolhidas nos discursos utópicos, mas na verdade era raro encontrar uma visão dinâmica de futuro que era contudo possível. Foi no caso de algumas ideias alternativas que visavam uma concretização utópica no futuro, ou seja, o que estava em causa seria o presente preparar o futuro, tornando possível essa tal esperança do novo amanhã. A uma conclusão próxima desta, mas mais absoluta,

chega Lewis Mumford que publica em 1922 um livro chamado *Utopias*, em que apresenta cada uma das que leu e estudou, tentando, em simultâneo, encontrar os elementos de convergência e de divergência em torno das alternativas propostas<sup>717</sup>. O seu estudo torna-se mais interessante para este caso, por ser um autor contemporâneo dos autores que aqui se estudam, sendo que a Mumford interessavam, sobretudo, a influência da tecnologia e das utopias na vida humana, com atenção especial para o urbanismo, que constitui um dos pontos de interesse de Bastos, enquanto a tecnologia indubitavelmente é um dos pontos eleitos por Macedo que, como precedentemente se viu, acreditava vivamente que esta poderia assegurar o progresso das colónias.

Mumford escrevia algo muito interessante nesse ido ano de 1922, em que Bastos já se introduzia nos jogos políticos da câmara municipal de Benguela: *Aqui se constata a função pragmática dos ideais: nenhuma sociedade estará inteiramente consciente da sua natureza intrínseca ou das suas perspectivas naturais se ignorar a existência de alternativas ao caminho que optou por percorrer (...)*<sup>718</sup>. Curiosamente, no caso do colonialismo português são exatamente estas falas alternativas que têm sido pouco exploradas, como se houvesse um *continuum* entre o que constituiu o discurso colonial, quando as divergências foram muito evidentes. Realidade e utopia cruzaram-se na literatura, nos jornais e nos registos científicos. Concordo com Mumford que quando não se repara nas variantes que a realidade podia ter tido e nos discursos alternativos que foram sendo apresentados, está-se em face de uma realidade incompleta, em que fica em causa a identidade da própria sociedade em estudo. Em muitos casos, as utopias anteciparam mesmo acontecimentos que vieram a constituir a realidade, como no caso do progresso tecnológico e da ciência como resposta aos desafios enfrentados pela humanidade. Uma outra ideia interessante proposta por este autor e que me parece relevante é a distinção entre utopia e mito social<sup>719</sup>. Estes mitos seriam criados por influência política, religiosa ou económica e serviriam para prover uma interação entre pessoas de modo organizado e estável. A Casa Senhorial seria um destes temas míticos recorrentes. Instituição inicialmente aristocrática, tornara-se burguesa com a introdução do mercantilismo e com a expansão económica que o acompanhou e, conseqüentemente, democratizou-se, não no acesso, mas na possibilidade remota de participação na sua organização que penetrou todas as classes sociais. Os seus hábitos de consumo não contradiziam sequer a Revolução Industrial que apenas permitiria a criação de outros mitos sociais.

Elemento essencial de distinção entre utopia e mito social era o facto de a utopia visar o bem comum e a felicidade da comunidade, enquanto esses mitos apenas queriam assegurar a ordem social e o bem-estar de alguns. A Casa Senhorial introduzia mesmo mecanismos de diferenciação entre as classes que nem o acesso da burguesia a esta permitiram terminar. O direito à terra nada tinha de ver com o trabalho, mas as classes que asseguravam a produção eram afastadas deste ambiente, a este acedendo apenas como serviçais. Era esse acesso restrito que fazia da casa senhorial um mito perante os olhos dos que alimentavam o mesmo. É importante reter-se esta distinção e lembrar-se que a colonização começa ainda com este mito inabalável, enquanto organização da sociedade. Relativamente à arte e ao culto

---

<sup>717</sup> Lewis Mumford, op. cit..

<sup>718</sup> Idem, p. 15.

<sup>719</sup> Idem, p. 156.

intelectual que particularmente aqui interessam, a Casa Senhorial alimentava-os, mas sem os devolver à sociedade, ou seja, o debate intelectual deveria circunscrever-se ao salão e a arte ao interior da casa. Se permitia a proposta de inovação, fechava-a no seu universo que subsistia em paralelo do resto do mundo. A fala aqui era partilhada por um grupo circunscrito que era compartilhada por pares ou pessoas com igual estatuto intelectual e conhecimentos mais ou menos adequados à receção da mensagem, o que quer dizer que a preocupação com os recetores do discurso não era tão grande como vem a acontecer quando se democratiza o acesso à fala, mesmo que em posição silenciosa. A fruição da arte tende a fazer-se do mesmo modo que se fruem outros bens de consumo. O gosto estético foi ali muito cultivado, bem como foi dali que surgiram os primeiros discursos dissonantes contra o mito da casa senhorial, situação que se torna mais assertiva quando o mundo está finalmente “descoberto” e os próprios mitos sociais começam a ser abalados por necessidades económicas que requerem uma mão-de-obra mais adaptável, mais livre para se libertar, menos escrava, portanto. É preciso não esquecer que o abolicionismo surge como uma ideia utópica e congemma-se no interior destas casas senhoriais, míticas organizações que asseguravam a paz social.

A Casa Senhorial assegurara a transição do mundo medieval para o mundo moderno, mas ia-se desadequando, enquanto mito social, à medida que as dinâmicas sociais sugeriam a sua inadaptação ao mundo de então. No entanto, não se deu uma substituição e o mito senhorial permanecia nas sociedades, mesmo que tocadas pela ciência e pela tecnologia. Porém, esta vacuidade permitia a instalação de outros mitos sociais. Assim se percebe o surgimento do mito do progresso alicerçado na fábrica que proporcionava toda uma organização social de interdependência e de mundos intercomunicantes, se bem que apartados entre si. Mas este mito do mundo fábrica nem sempre colide com o da casa senhorial, podendo até alimentá-lo na produção de bens de luxo, alojando os donos das fábricas nessas ditas residências. Todavia, introduz novos elementos: o tempo que se vai tornando mais rápido pela mecanização da produção, a informação e conhecimento que circulam mais facilmente com a tipografia mecânica vulgarizada, a instrução que tem de chegar a mais gente, porque os operários especializados precisam de aprender a ler. Mas pretendendo chegar a utopias elaboradas em contexto colonial, por que se fala da Casa Senhorial e da Cidade – Fábrica? Porque estes elementos de organização social foram vivenciados pelos colonos e filhos da terra colonizada que produziram esses pensamentos alternativos. Inclusivamente os filhos da terra que se destacaram como jornalistas, intelectuais e homens da ciência provinham de um meio semelhante ao da Casa Senhorial europeia, vivendo com privilégios concedidos pela sua ascendência, e que com a introdução da imprensa escrita, com as suas viagens à metrópole e à restante Europa, também se confrontam com o crescimento das cidades. Se em Lisboa, a industrialização ainda é limitada, os ecos do que se faz por essa Europa fora não o são. Portanto, este confronto entre velho e novo mundo entram na aritmética da elite colonial, também esta seduzida pelos progressos científicos e pela possibilidade da tecnologia levar a um progresso contínuo das regiões colonizadas. Diz Mumford que a utopia coletiva do Estado nacional surge da tentativa de ligação entre estes dois mitos, o da Casa Senhorial, profundamente elitista, e o da cidade-fábrica, que demonstrava como existia uma interdependência entre dirigentes e dirigidos. Ora, o Estado Nacional já se inscreveria numa necessidade coletiva e numa perspetiva de felicidade comum.

A crer que assim teria sido, pode-se avançar que o Estado colonial surge como resultado de parte da realização desse Estado nacional que se procura fortalecer, conquistando espaços que considera estarem politicamente fora do contexto de modernidade, sugerindo uma missão civilizatória de que estes estados se autoincumbem. À política, à ciência, à literatura e à arte em geral pedir-se-iam os argumentos para levar a cabo esta tarefa. Mas a esta utopia de Estado nacional teriam as colónias respondido, pela adesão aos valores nacionais das metrópoles, como acontece entre as elites coloniais que defendem muitas vezes a presença do colonizador que assegura o seu carácter diferenciador como filhos da terra. No entanto, em simultâneo, reivindicavam um espaço próprio e uma participação circulante e mediadora entre o poder e o povo, entre o mito da Casa Senhorial e a Cidade-Fábrica. As utopias gizadas no seio do sistema colonial podem mesmo constituir a resposta a essa necessidade de associar-se ao poder dirigente e, ao mesmo tempo, garantir que a introdução de uma nova ordem política, económica e social é feita de modo a preservar a identidade de uma sociedade colonial, já com dinâmicas muito próprias. O papel da fala é, então, essencial não só para chegar ao poder, mas para explicar-se aos demais, aos que podem cooperar para que, em vez, de uma oposição entre colonizador/colonizado, entre dominador/dominado, entre Casa Senhorial/cidade-fábrica, haja uma colaboração para o bem comum. A ideia de existência de uma identidade angolense pode ter sido forjada a partir da erosão de mitos sociais que se iam apresentando como insuficientes numa sociedade que dialogava com falas diversas. O conhecimento científico e o progresso tecnológico faziam crer nestas possibilidades e, se a ciência sempre precisara do favor do príncipe e agora do Estado nacional, o desenvolvimento colonial constituía interesse do próprio Estado nacional e colonial. Portanto, não haveria a necessidade de uma oposição à ordem estabelecida, apenas o seu reajustamento profundo que permitisse atingir no futuro um grau de equilíbrio que se aproximasse de uma sociedade ideal, por ser justa e compensadora.

Quando se defende uma colonização baseada no método e conhecimentos científicos, advoga-se o princípio do conhecimento regional que necessita da participação de muitos especialistas e de ter um discurso elaborado entre os pares, mas, em simultâneo, acessível a uma parte considerável da sociedade. É a procura do entendimento das questões da propriedade, do trabalho, do lazer que pode levar ao estabelecimento de linhas de progresso. Este tipo de aproximação, de algum modo vulgarizado nos Estados Unidos da América, é aquele que é defendido por José de Macedo na sua tese de doutoramento, não só para o território colonial como para a metrópole, em que a ciência deve ser aplicada, mas nunca de forma arbitrária e sem conhecimento das tradições e sabedorias locais<sup>720</sup>. A ideia de superação torna-se evidente nos discursos que veem no passado o incorreto e no presente a possibilidade de correção para um futuro melhor. Significa isto que as utopias propaladas em circunstâncias coloniais ligam-se intrinsecamente a outras tendências que eram verificadas mundo fora, numa época em que o conhecimento e a informação circulavam com maior celeridade e que havia, paulatinamente, mais indivíduos a aceder ao conhecimento. É de assinalar que é nesta época de desafio aos mitos sociais absolutos que surge a preocupação da alta cultura buscar nas culturas populares a fonte de alguma inspiração e de muitos argumentos nacionalistas. A recolha etnográfica torna-se uma ferramenta de trabalho não só para a recolha de tradições como para a sua

---

<sup>720</sup> Relembro que a tese de doutoramento de José de Macedo ficou inacabada, nunca chegando a ser defendida.



sistematização e divulgação e isto acontece tanto em contexto metropolitano como colonial. Era, novamente, o ultrapassar das barreiras da Casa Senhorial que fechava em si a criação artística. Agora os artistas saíam do seu meio protegido para revelar o povo. Nas colónias, era o gosto pelas línguas africanas, o reconhecimento da diferença, a descrição etnográfica que, igualmente, buscavam transpor uma dicotomia que já não servia o mundo contemporâneo. Os mundos tornavam-se intercomunicantes e ao fazê-lo, as expectativas de participação mudavam, bem como as propostas que se pretendiam apresentar, de modo a antecipar uma realidade que servisse melhor as dinâmicas sociais que tinham surgido. Alguns elementos eram comuns à generalidade das propostas alternativas à realidade ou utópicas. Entre estes o valor do trabalho e a necessidade da partilha desta função social, mesmo que com diferentes tarefas, a visão da terra como pertencente à comunidade, independentemente da existência ou não da propriedade privada.

### **Utopias vistas a partir da realidade**

Quando se observa o pensamento denominado utópico a partir das concepções realistas de pensamento, pode parecer que apenas se está em presença da sobrevalorização de ideais em detrimento da prática quotidiana. No entanto, foram amiúde os ideais que forneceram as pistas para as grandes conquistas da humanidade, sobretudo, na visão da sociedade como um todo, muitas vezes indo até uma concepção biológica da sociedade que funcionaria como todos os outros organismos, em interdependência e interação. As ideias tornam-se factos sólidos enquanto são determinantes para o comportamento humano, por isso não é de estranhar que nas épocas em que os desafios eram maiores ou em que a mudança social era muito rápida, surjam propostas de ideais e que estes se tornem parte do discurso sociopolítico em debate. Mumford dá para este caso o exemplo da *República* de Platão, redigida num tempo de desespero e de rápida mutação social que se segue à Guerra do Peloponeso<sup>721</sup>. Sempre que existe a desagregação dos valores vigentes e o surgimento de novos, surge uma oportunidade para mudar, para estabelecer uma variedade de propostas e é isso que tem acontecido ao longo dos tempos. Sejam utopias escapistas, por exemplo, as que propõem a salvação noutros mundos ou noutras terras, sejam as utopias de reconstrução, todas trazem em si o gérmen da mudança e originam-se nos desafios das transformações que se fazem sentir. A inteligibilidade dos textos divulgadores de utopias tem por base o facto de todos estes discursos se fundarem numa determinada realidade e serem comunicados numa língua que é comum ao grupo que se pretende dar a conhecer a mensagem. Aliás, a proposta utópica torna-se exequível exatamente porque toca o mundo real, tem um contexto que a torna entendível e não se trata apenas de uma questão de linguagem, mas, também, do seu conteúdo de alguma forma tocar a experiência da coletividade e do indivíduo, seja por oposição ou por concordância. Se as utopias de escape foram muito comuns enquanto havia geografias a desbravar, as utopias de reconstrução pretendem no presente preparar o futuro e tornam-se mais frequentes no período em estudo.

Grande parte das utopias defende o regresso a uma vida simples, de acordo com os princípios da natureza ou do seu domínio, mas em que o supérfluo é tratado enquanto tal, portanto,

---

<sup>721</sup> Vide idem, p. 20.

como algo dispensável e que pode mesmo afetar a felicidade da comunidade, pela competição entre os indivíduos para possuir mais e melhores bens. Assim, desde a *República* de Platão que se propõe soluções para o que parece ser a ambição desmesurada da humanidade ou de parte da humanidade, responsável pelo mando das sociedades politicamente formadas. É importante notar que as utopias são sempre propostas como variação a uma outra realidade política, ou seja, não nascem de ambientes anárquicos, antes originam-se em sociedades muito organizadas e com mecanismos de participação individual e coletiva determinados, perante os quais há uma certa resistência no que respeita à mudança. Na utopia de Platão tanto a riqueza como a pobreza extremas deveriam desaparecer, pois seriam as causadoras da improdutividade, da falta de criatividade e de uma vida espiritual depauperada. É a partilha de instituições e de modos de vida que constituiu a comunidade que pode compartilhar um destino comum, uma ideia de felicidade construída em conjunto e um desejo de permanência coletiva. Note-se que a utopia de Platão, apesar de pensada num momento de crise, não é escapista, centrando-se numa solução que parece exequível dentro do que eram as instituições vigentes na sua época, a implementar num espaço conhecido e que já tinha uma forma política.

Contudo, entre o pensamento lógico da Grécia antiga e as utopias de reconstrução dos tempos modernos, existe o surgimento de várias utopias escapistas, sendo a mais divulgada a do “Reino dos Céus”, com a promessa de redenção numa outra vida, num outro tempo e espaço. Com a lenta perda de domínio da religião sobre todos os aspetos da vida quotidiana, começam a surgir outros tipos de utopias escapistas como a de Tomás Morus (que analisarei em detalhe no próximo ponto, dada a relevância que adquiriu não só no período em que foi divulgada, mas sobretudo quando foi traduzida para as línguas vernaculares, abandonando o seu registo erudito; acresce a este facto, a questão de o narrador de *Utopia* ser um português de nascimento, cidadão do mundo por opção). Morus representa este momento de viragem, em que as utopias ganham uma forma que não é divina. Entretanto, a ideia de concretização religiosa passa um pouco pela implantação de modelos que liguem céu e terra, ou seja, que façam construir cidades celestiais na terra, sendo a cidade cristã, *Cristianópolis*, de Andreae exemplo disso mesmo. A cidade ganha relevância face ao campo, apesar de se considerar que este modelo de cidade integra os modos de vida simples associados à vida campestre e as zonas de plantação são integradas nestes espaços. Contudo, a divisão da cidade por setores, o usufruto da vivência em comunidade, as instituições que vigiam os cidadãos precisam de estar em ambiente urbano. A par de Andreae surgem as propostas de Francis Bacon e de Tommaso Campanella. Na realidade, parte dos ensinamentos e das propostas que estas utopias fazem da organização das cidades veio a ser retomada séculos mais tarde, devido ao desenvolvimento industrial e a uma maior concentração de população numa malha urbana que deveria tornar-se mais salubre. A ideia de necessidade de formação para execução das tarefas também é gizada a partir daqui, acreditando-se, então que a mecanização progressiva da produção seria possível. Outras ideias relacionadas com a cidadania se ensaiam nas utopias, como a igualdade entre os sexos, com homens e mulheres a contribuírem para a sociedade e a dividirem tarefas; com a inexistência de escravatura, por exemplo na *Cidade Sol*, porque a mecanização da produção dispensava os braços escravos, como veio a acontecer, dando origem depois aos movimentos sociais abolicionistas. As utopias ganhavam formas diferentes à medida que o conhecimento e o domínio sobre a Natureza se tornavam mais evidentes.

Entre os séculos XVI e XIX, o constante descobrimento de novas paragens e os desafios que se iam superando, levam a que o mundo se fosse tornando mais conhecido de todos e que muitos fossem chamados a esta empresa da expansão e ocupação de territórios outros, o que não se fez sem produzir mudanças nos poderes políticos instituídos na Europa que, se por um lado, se tornavam mais importantes, por outro lado, tinha de abrir-se a novas classes que asseguravam o investimento nestas novas empresas. Com mudanças socioeconómicas ocorridas, surgem novas formas de pensamento que originam as revoluções políticas que fazem cair o absolutismo e levam ao surgimento da república ou da monarquia constitucional. Nada que não tivesse sido almejado por algumas utopias, mas que ainda estava longe da realidade. O homem comum ganhava terreno na política e na sua relação com a Natureza. Agora tudo parecia possível. Uma das correntes interessantes das utopias são os associativistas que defendem que os interesses individuais podem ser cultivados, desde que estes não interfiram com o livre exercício das instituições comunitárias e, ainda menos, prejudiquem a solidariedade social, procurando um equilíbrio entre a satisfação dos anseios individuais e o bem comum. Assim, contrapõem aos exércitos destrutivos e inimigos da paz, a criação de exércitos que defendam a harmonia entre os povos e garantam a produtividade. Inúmeras vezes, as propostas de alternativas não se baseavam na destruição total do nível de organização que se tinha chegado, pautando-se apenas este pela reformulação de tudo o que existia e pela introdução de conceitos que levassem a uma melhor organização e a mais justiça na distribuição da riqueza. É desta questão de acesso à riqueza gerada por uma produção já industrial e por uma revolução agrícola que os intelectuais acreditaram que mataria a fome aos mais desfavorecidos da sociedade que surgem utopias de regresso à terra ou, sobretudo clamando por uma redistribuição da terra. É neste contexto que surge a utopia da *Freeland*, criada por um economista austríaco, Theodor Hertzka em que me vou deter um pouco mais.

Em *Freeland*, a sociedade não regressava ao idealismo campestre nem o passado era atrativo como proposta de variação à realidade existente. Tudo era pautado por uma solução nova relativamente à propriedade da terra e dos meios de produção. A propriedade era comunal e o capital e a maquinaria de produção pertenciam ao estado nacional. Hertzka começa por expor as suas teorias num livro em que expõe detalhadamente as teorias económicas da época, apresentando esta solução. Este livro, *Freeland: a social anticipation*, resultavam ainda de uma formação académica e tinha um molde de publicação científica, em que eram revisitadas todas as teorias de economia política suas contemporâneas. No livro que se segue, em que volta a falar de *Freeland*, esta república fundada na partilha de posse da terra e dos meios de produção já retrata a república em ação, libertando-se dos argumentos científicos do livro precedente. *A visit to Freeland, or the new Paradise regained* já constitui um ensaio ficcional de como funcionaria esta organização política. Ambos livros agitaram a sociedade de então e culminaram com a tentativa de experimentar em África o conceito que o autor propunha, o que não veio a resultar devido a rivalidades dentro da própria administração colonial. Curiosamente, Mumford no seu livro aponta como possível consequência prática deste projeto a tentativa de alguns sionistas instalarem em África uma colónia sua, dando o caso de Israel Zangwill, o que vem ao encontro de uma tendência que chegou a ser relatada pela imprensa, em que se afirmava que os judeus quereriam um pedaço de Angola para se instalarem, podendo mesmo proceder à sua compra<sup>722</sup>. O assunto acabou por morrer na imprensa

---

<sup>722</sup> Vide Idem, p. 118.

portuguesa sem que se soubesse a profundidade da conjectura e se realmente teriam existido negociações, mas o facto é que sendo apontados os anos 90 do século XIX como o momento de receção da utopia de Hertzka, a possibilidade de existir uma correlação é verosímil, dado os movimentos que a comunidade judaica (e não apenas desta), acabando por fazer no sentido de um seu estabelecimento em África. Dois aspetos importantes se conjugam nas obras anteriormente mencionadas: o facto de o seu autor as ter assumido como uma antecipação social possível; a sua tentativa de instalação ter sido em África, apesar de esta utopia não ter sido criada especificamente para um espaço africano, o que poderá dever-se ao facto de África ser ainda considerado um território sob vazio político e sem capacidade de progredir por si. Contudo, já não se trata do u-topus, é uma construção tópica, num território conhecido, num presente que já prepara um futuro melhor.

Assim, as terras altas do Quénia teriam sido as selecionadas para implementar esta *Freeland*, que seria orientada por princípios cooperativos de organização política e económica, com uma forte intervenção da tecnologia, mantendo o modo de vida que existia, mas assegurando uma melhor distribuição da riqueza através da intervenção do estado, em que o proletariado pobre desaparecia. O conhecimento seria colocado ao serviço da comunidade como um todo e a classe média trinfaria, acabando com os muito ricos e os muito pobres. A higiene e salubridade, a organização urbana, a iluminação, o afastamento do centro da cidade dos matadouros, estábulos e hospitais, as ruas fechadas ao trânsito, são elementos recorrentes das utopias desta época, que querem proletários menos pobres e mais saudáveis. Nesse sentido também a *Viagem a Icária* de Étienne Cabet segue os mesmos tipos de intervenção, no sentido de colocar a ciência e tecnologia ao serviço da comunidade. Bellamy, no seu romance *Reverendo o Futuro*, ultrapassa a antecipação social que estes autores propõem, para construir uma narrativa em que já se está no futuro, datando a diegese de 26 de Dezembro de 2000 e aparecendo como uma produção do Departamento de História de uma universidade em Boston. Aqui o processo de construção encontrava-se completamente terminado e o que se pretendia era demonstrar aos habitantes do ano 2000 tudo o que tinha mudado em função da aplicação tecnológica e da transformação industrial da sociedade. Muitos dos pilares das utopias precedentes são, igualmente, apresentados aqui, como a educação igual para todos, uma sociedade organizada em que todos têm de trabalhar, toda a comunidade partilhando os mesmos princípios éticos, etc.. H.G. Wells por sua vez sugere em *A Modern Utopia* a criação de uma civilização com valores únicos, em que todas as conquistas da humanidade são partilhadas e em que os serviços de comunicação como os serviços postais e os carris asseguram que qualquer parte do mundo possa interagir com outra parte. Os departamentos de identificação e códigos são todos iguais e a Ásia e a África são incluídas nesta ideia de mundo globalizado e partilhado. Não existe mão-de-obra servil e a maquinaria chega a todos os cantos do mundo. O solo e os recursos naturais pertenceriam à comunidade e estariam colocados sob a autoridade regional e as grandes empresas seriam socializadas de modo a permitir que fossem prestados serviços a todas as áreas do planeta. Haveria, depois, uma imensa repartição central que teria reunidos os dados sobre todos os cidadãos, incluindo a sua identificação e os registos de mudança de morada ou outros<sup>723</sup>. Aqui o aspeto mais relevante

---

<sup>723</sup> É muito interessante, porque de facto esta utopia coincide com a introdução dos mecanismos de identificação da população ou pelo menos com essa possibilidade, como vimos anteriormente no que se refere ao discurso científico e às métricas da população.

para este estudo é o facto de Wells pensar já uma comunidade mundial, em que todo o planeta estaria sujeito à mesma organização e partilharia o que eram consideradas as conquistas da ciência, o que em parte serviu para justificar a ação colonial europeia: a “civilização” e progresso do “outro”.

A par destas utopias, uma outra ganhava paulatinamente mais força e impunha-se às demais, a utopia do estado nacional que não punha em causa a forma e emanação do poder, apenas e restritamente em alguns casos a sua organização e abrangência. A nação para além de um território comum e de uma população, partilha um passado e um devir e o exercício da cidadania passa pelo respeito das fronteiras nacionais. O governo da nação deve ser apoiado pelos cidadãos, na medida em que o estado é o guardião das fronteiras, devendo sempre que possível o território ser alargado para garantir a sua sobrevivência e a grandiosidade do Estado. No exemplo interessante usado por Mumford, o Estado nacional constrói a ponte entre a Casa Senhorial e a Cidade-fábrica, persuadindo que a partilha de fronteiras, de uma identidade e de tempo comum (passado e presente) e uma ideia de futuro são o cimento suficiente para esta aliança<sup>724</sup>. A capital do estado funciona como o centro de emanação de todos os poderes e como referência para todos os habitantes do estado nacional. Os jornais, as revistas, os livros, o hábito de registar e arquivar são dos pilares mais importantes deste tipo de sociedade. O cidadão metropolitano vê chegar até si toda a informação e conhecimento de que necessita, a aventura do desbravamento de mais e mais terras para enriquecer o Estado chegam-lhe por papel e ele vivencia-as assim mesmo. Os partidos políticos, as associações e o debate nos meios de comunicação social como as revistas e jornais, asseguram a participação da sociedade civil. As cidades de menor dimensão dentro do espaço nacional tentam imitar a sua capital. A cultura torna-se nacional, a literatura é nacional, a ciência converte-se em nacional. Daí à tentativa de conquistas novos espaços como se fosse apenas um alargamento de fronteiras, permitiu que o ideal de universalização da comunidade temporal obedecesse aos mesmos princípios, autoconcedendo-se o direito de orientar toda a formação cultural dos povos que fossem sendo incorporados nas fronteiras nacionais, mesmo que isso desrespeitasse todos os direitos humanitários que este mesmo estado nacional defendia, buscando aperfeiçoar os mecanismos sociopolíticos e económicos da nação.

Esta utopia deixa de o ser com o reconhecimento cabal da sua existência nos 14 pontos de Wilson que resultam da primeira Guerra Mundial, sendo que o que ali se condensa é utópico, pois raros são os estados que estariam em condições de concretizá-lo. Mas o que se nota é que as utopias coloniais surgem em perfeita consonância com esta tendência do Estado nacional e vão alimentar-se do que todas as outras utopias referidas aludem. É a ciência e a tecnologia, em colaboração com o poder político, que levam à transformação da realidade, a par de uma sociedade mais interventiva e de o próprio conhecimento e acesso a este ter permitido que transformações sociais de grande monta ocorressem. Por agora, centro-me no Estado nacional e nas possibilidades que este abre, por um lado, para a criação de variações à ideia genérica por estabelecer uma relação de interdependência com a população, por outro lado, pelo investimento que este mesmo estado faz para converter toda a comunidade debaixo do seu poder comum não só a regras comuns como tenta a construção de uma mesma identidade. Quando se analisarem os textos de Augusto Bastos e José de Macedo

---

<sup>724</sup> Vide idem, p. 189.

percebe-se como ambos estavam imbuídos desse espírito de patriotismo, necessários para a manutenção do estado nacional. Apesar de apresentarem identidades diversas, acabam por propor soluções aproximadas para as mesmas questões. Por agora viajar-se-á por *A Utopia*, de Morus, narrada por um português, falando de uma terra longínqua, impossível de localizar mas que tinha em si o gérmen da mudança.

### **A alternativa ou o u-topus**

O trecho com que abre este capítulo demonstra duas preocupações muito evidentes de Tomás Morus, a primeira colocar na boca de Rafael toda a narrativa que passa a apresentar, fazendo lembrar como Platão registou em escrita as palavras de Sócrates, a segunda de tornar todo o relato verosímil, anunciando desde logo a grande falha do texto que estaria ao nível da imprecisão geográfica<sup>725</sup>. Anuncia-o a Pedro Egídio<sup>726</sup>, um homem culto, interessado pelas artes, ciência e cultura do seu tempo, bem como, pela política e administração e, de certa forma, creio que Egídio encarna o público que Morus pretendia atingir em primeira-mão: políticos e não políticos, mas todos intelectuais e participando de certo modo no debate político de então. Prossegue Morus justificando a forma do seu texto que se tinha limitado a reproduzir as palavras de Rafael. Quer isto dizer que estava ancorado numa narrativa oral que precedia este registo escrito e por uma razão de fidelidade ao relato original, pouco ou nada se tinha alterado entre as palavras ditas por Rafael e aquelas que Morus escrevera, afirmando *Quanto mais a minha redacção se aproximava da sua familiar simplicidade, mais ela se acercava da exactidão (...)*<sup>727</sup>. Mas o grande passo de mágica está no momento em que se percebe que Pedro Egídio teria acompanhado Morus na receção da narrativa oral e por isso testemunha a fidelidade do texto que, embora demorasse a redigir (cerca de um ano), mantinha a frescura que o ligava às origens. Egídio percebe o texto na sua versão oral e, posteriormente, escrita. Portanto, o ato de escrever pretende tornar imortal e partilhável um discurso que começa por ser oral e que tem de ser entendível pelos intelectuais da época, incarnados, por Egídio. Contudo, Egídio não é o leitor comum, é o leitor/editor, fazedor de cultura e política. Tomando essas suas funções envia o texto de Morus a Busleiden, membro do Conselho de Malines, nos Países Baixos, apresentando-o e comparando à República de Platão, assumindo-se como testemunha do relato de Rafael Hitlodeu, reiterando através do apelido a existência desta personalidade que tão fantásticas coisas tinha descrito. Lendo a sua carta parece que o próprio leitor escuta Rafael, no relato escrito mas fiel das suas palavras: *Ele [Morus] mostra-a de uma forma tão viva a nossos olhos, que lendo as suas palavras parece que tenho uma visão cada vez mais clara acerca dela do que tive enquanto a vida voz de Rafael Hitlodeu soava realmente aos meus ouvidos – pois eu estava com Morus, quando a conversa ocorreu*<sup>728</sup>.

---

<sup>725</sup> Tomás Morus, "Epístola de Tomás Morus a Pedro Egídio", *A Utopia*, Lisboa, Guimarães Editores, 2005, 14.ª edição, p. 1.

<sup>726</sup> Pedro Egídio era o secretário da cidade de Antuérpia, poeta latino, fazendo parte do movimento do renascimento jurídico renascentista e editor que publicou as cartas de Erasmo.

<sup>727</sup> Idem, p. 1.

<sup>728</sup> "Epístola de Pedro Egídio a Busleiden", *A Utopia*, Lisboa, Guimarães Editores, 2005, 14.ª edição, p. 1.

A obra circula, portanto, entre os intelectuais da época, mas inicialmente àqueles que de algum modo estão ligados ao poder. Egídio assegura que é testemunho de Morus e como narrador desta república emerge Rafael Hitlodeu, o que protege tanto o autor do texto escrito como a sua testemunha de qualquer má-fé para com a governação de então, todavia, não deixando de assegurar a verosimilitude do texto. Egídio coloca em Rafael o saber empírico de quem *deve ter visto mais mundo do que Ulisses, duvidando que tenha havido alguém que se lhe compare no decurso de, pelo menos, estes 800 anos*<sup>729</sup>. A este saber de experiência feito, próprio do período das descobertas, acrescenta alguns outros elementos que tornam todo o relato credível, pois, considerando o texto de Morus tão fiel ao relato original, apenas lhe acrescenta *as quatro linhas em verso em língua utopiana, que por acaso Hitlodeu (...) mostrou, depois de Morus ter abalado, e bem assim o alfabeto utopiano*<sup>730</sup>. Uma cultura possuir alfabeto e registar por escrito a sua literatura demonstra um grau de refinamento intelectual semelhante ao dos europeus, afastando-se de alguns povos que não conheciam a escrita, apesar de falarem línguas diversas. Ora o ter uma língua própria, um alfabeto e uma literatura eram provas suficientes para argumentar a existência desta população, num momento em que as descobertas de novas geografias e humanidades eram constantes (quando falo em descobertas, é sempre em ambos sentidos, entre os que chegam e os que estão e que reciprocamente criam as suas representações de alteridade). Segue com o seu relato mencionando a perturbação de Morus por não saber onde se localizava exatamente a ilha, mas justifica este facto: *De Facto, Rafael não a mencionou, mas só breve e incidentalmente porque pensava voltar mais tarde ao tema – e, por qualquer razão, estávamos ambos destinados a perder esse aspecto*<sup>731</sup>. Justificada a imprecisão que mais poderia colocar em causa a verosimilitude do texto, a falta de localização geográfica da ilha, logo em seguida argumentando, novamente evocando Rafael, porque esta ilha continuaria desconhecida aos olhos europeus. Haveria uma simples razão, talvez em tempos remotos teria ganho outra designação que fazia com que, mesmo que tivesse sido cartografada, continuasse desconhecida sob a sua forma política atual na Europa ou ainda porque nunca tinha sido tocada nos tempos que corriam. Conclui: *porque hoje em dia estão a ser descobertos países jamais mencionados nos antigos livros de geografia*<sup>732</sup>.

Morus, apresenta-nos o seu narrador, começando por referir que este *navegou tanto como Ulisses e até mesmo como Platão* e enceta o diálogo com o leitor, afirmando em tom coloquial, *ora escutai a sua história*<sup>733</sup>. A menção a duas figuras grandes da cultura grega não é casual, pois Rafael escrevia melhor em grego que em latim, porque estudara filosofia e por isso aprendera mais profundamente a língua da antiga Grécia. Rafael era, pois, um misto de aventureiro e homem portador do saber de experiência feito e, em simultâneo, um homem culto versado sobre as filosofias clássicas. Nascido em Portugal, viajara pelo mundo fora e já não quisera voltar a estabelecer-se na Europa, apesar da família abastada de que provinha. Rafael combina pois todos os elementos de autoridade para proferir um discurso, para a época, sendo proveniente de boas famílias, um estudioso e um aventureiro, logo congregando características de nobreza de carácter, de sabedoria clássica e de conhecimento adquirido com

---

<sup>729</sup> Idem, pp. 1-2.

<sup>730</sup> Idem, p. 3.

<sup>731</sup> Idem, p. 3.

<sup>732</sup> Idem, p. 4.

<sup>733</sup> Tomás Morus, *A Utopia*, Lisboa, Guimarães Editores, 2005, 14.ª edição, p. 25.

a sua própria experiência pelo mundo. Assim, tudo o que pudesse relatar teria à partida um tom de credibilidade, ainda mais marcado quanto o seu relato é partilhado por duas figuras intelectuais com a estatura de Morus e de Egídio. O Equador, relatado como espaço exótico, ainda é apresentado com as suas características de dureza e afastamento da vida “civilizada”, em que Rafael teria visto *vastas solidões requeimadas por um calor ardente*, sendo que tudo aí *lhes era motivo de confusão e horror*<sup>734</sup>. Ao afastarem-se do Equador, a vida ganhava de novo a sua normalidade, sendo que foram encontrando povos que faziam comércio por terra e por mar, não só no interior dos países como entre si e até alcançando regiões e países mais remotos, o que concede uma certa humanidade a um conjunto de povos que, estando geograficamente apartados da Europa teriam os mesmos interesses que os europeus. Mostrando que Rafael teria falado de múltiplos assuntos, Morus até promete para fase posterior um livro descrevendo as tradições, costumes e instituições dos povos civilizados que o narrador tinha visitado, o que seria o complemento da narrativa que agora apresentava e que não continha todas as informações que Rafael lhe passara<sup>735</sup>. É interessante a noção que já existiria de uma suposta diferença entre os povos, sendo que aqui ainda não se tratava do argumento para justificar a missão de “civilizar” povos, mas que demonstra a tendência para estabelecer uma barreira entre os povos mais próximos do “nós” e os que se destacam apresentando-se com um carácter completamente diferente, facilmente identificados como a alteridade do nós.

Sempre com base na narrativa de Rafael, começa o autor a descrever a ilha de Utopia e a sua história que é antecedida por largos raciocínios sobre os vícios, falhas e injustiças na organização dos países europeus, constando tudo isto do “Discurso do Magnífico Rafael Hitlodeu acerca da melhor constituição de uma república”, como Morus o intitula. Rafael declara: *Agora, caro Morus, vou abrir-vos a minha alma e revelar-vos os meus íntimos pensamentos. Por toda a parte onde a propriedade constitui direito individual, e onde todas as coisas se avaliam por dinheiro, nada poderá organizar-se a justiça e a prosperidade social a menos que chamais justa a sociedade na qual o que há de melhor é pertença dos piores, a menos que considerais feliz aquele Estado em que a fortuna pública é presa de um punhado de indivíduos insaciáveis enquanto a massa é devorada pela miséria. Por isso quando comparo as instituições utopianas às dos outros países, não posso deixar de admirar, num lado, a sabedoria e humanidade, deplorando, no outro, a sem menos razão e a barbárie*<sup>736</sup>. Esta reflexão de Rafael exprime bem o sentido crítico da narrativa que encontra nos valores desta república mais sensatez e justiça do que aquilo que era a vivência política dos países europeus. A ousadia da crítica leva a que o autor se demarque destas posições, acentuando o tom de diálogo, logo na abertura deste período, e introduzindo a sua própria resposta no seguimento deste diálogo, escrevendo: *Disse então a Rafael: - Muito longe de compartilhar das vossas convicções, penso, pelo contrário, que o país em que se estabelecesse a comunidade dos bens seria o mais miserável de todos. Como será possível, com efeito, satisfazer às necessidades de consumo? Toda a gente fugirá do trabalho e descansará dos cuidados da própria existência vivendo do alheio (...)*<sup>737</sup>. Refutando Rafael, Morus não só se demarca do narrador e das suas

---

<sup>734</sup> Idem, pp. 26-27.

<sup>735</sup> Idem, p. 27.

<sup>736</sup> Idem, p. 62.

<sup>737</sup> Idem, p. 64



opiniões como lhe dá a oportunidade de usar da retórica para expor as suas ideias. Rafael estará respondendo ao senso comum dos intelectuais da época e com o estatuto de Morus, colocando as questões que estes poderiam colocar, já que se moviam no seio de uma organização que de algum modo aceitavam, daí a interrogação: *Que barreira poderíeis opor à anarquia?*<sup>738</sup> O facto de Rafael demonstrar profundo conhecimento da obra de Platão, confere-lhe a possibilidade de falar no princípio da igualdade, pois estava a evocar um dos fundadores do pensamento que o Ocidente, agora renascido e renascentista, reclamava para si.

O recurso às interrogações estende o diálogo que através das páginas do livro deixa de ser entre estas duas personalidades apresentadas ambas como reais para, transpondo o papel, iniciar um diálogo com o leitor. Aliás, essa intenção de abertura do diálogo dá-se com o alargamento da conversa a outros elementos que garantem não só que Morus ouviu este relato da boca de Rafael, como tomam partido na contra-argumentação às ideias de Rafael. Surge, pois, Pedro Gilles dizendo: - *Nunca sereis capaz de me persuadir de que haja nesse novo mundo nações mais bem constituídas que neste nosso. (...) Temos além disso o exemplo de uma civilização mais antiga, e uma porção de descobertas que o lento volver do tempo fez surgir, quer para as necessidades, quer para o conforto da vida. Já não falo das invenções filhas do acaso que o génio mais subtil jamais poderia imaginar*<sup>739</sup>. Surge aqui o fundamento histórico e a capacidade engenhosa dos europeus como motivo de discordância da existência de um povo com características organizativas superiores aos europeus, a que Rafael responde, contando a história da ilha de Utopia, onde teria chegado um navio, levado pela tempestade, há 1200 anos. As vagas teriam lançado na praia de Utopia egípcios e romanos que acabaram por ficar pelo país, tendo a população local aprendido muito com estes. Com este desenvolvimento na sua história, Rafael coloca os utopianos a par dos europeus, pois todos estes povos teriam tido a influência colonizadora (se não presencial, pelo menos cultural) do Império Romano e do Antigo Egipto, grandes civilizações do Mediterrâneo que exatamente pela época do relato são recuperadas e integradas na história europeia como um passado comum. Era este passado que lhes teria assegurado o engenho que vieram a desenvolver, tal como acontecera com os europeus. Portanto, seria impossível considera-los de algum modo inferiores aos europeus, fosse no seu raciocínio, fosse no seu sentir ou nas suas concretizações materiais e institucionais. Seguindo esse rastro de lógica, Rafael introduz a descrição geográfica e morfológica da ilha que teria estado ligada ao continente por um istmo e seria a terra de Abraxa, segundo referiam as velhas tradições, mas que pareciam confirmar-se pela configuração do território<sup>740</sup>. Utopos ter-se-ia apoderado deste território e mandado cortar o

---

<sup>738</sup> Idem, ibidem.

<sup>739</sup> Idem, p. 65.

<sup>740</sup> É interessante Morus ter recorrido a este mito da fundação de Utopia que é bastante próximo de outros de culturas bem distantes da europeia e que, igualmente, conheciam a escrita. Lembro-me, por exemplo, do mito da fundação de Goa em que se diz que Paraxurama pediu ao Onipotente que lhe desse uma terra para viver em paz e fruir da liberdade e foi lançada uma seta ao Índico de onde surgiu a terra onde edificar o seu reino a que chamou Gomantak pela sua beleza. Vide Cátia Miriam Costa, "O Grande Dilema de Goa: Valorizar ou Menorizar a Herança Cultural Portuguesa", *Revista de Ciências Sociais e Políticas*, n.º 1, Lisboa, Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas, Primavera 2007, p. 109. Se aqui se descarta qualquer deus por se tratar de um texto que se funda no racionalismo, a verdade é que ainda se busca no mito a justificação daquela unidade territorial que, por sua vez, é tornado verosímil pela configuração do próprio território.

istmo, dando-lhe o seu nome e civilizando e humanizando os povos que ali se encontravam. Nesta história com mais de 1760 anos (portanto, tinha começado ainda antes da era de Cristo), às casas pequenas e baixas com teto de colmo tinham sucedido casas elegantes, a uma sociedade rústica tinha sucedido uma sociedade produtiva, organizada, autossuficiente, em que todos trabalham e se respeitam. Toda essa história se encontrava registada por escrito e conservada pelos arquivos.

E qual o segredo de todo este sucesso? O trabalho obrigatório e disciplinado, de seis horas diárias para todos, portanto, todos os que por riqueza ou preguiça estariam isentos de trabalhar noutra sociedade, ali eram obrigados a desempenhar uma profissão. Não havia mendigos como não havia classes ociosas a viver dos rendimentos. O intuito máximo desta sociedade era libertar a mente e cultivar o espírito com o estudo das ciências e das artes, já que a sobrevivência estava assegurada pelo trabalho de todos em prol da comunidade. Contudo e caso existisse uma sobrecarga de habitantes, seria decretada a emigração em massa, deslocando um conjunto de indivíduos para fundar uma colónia no continente mais próximo, onde os autóctones tivessem mais terreno do que aquele que poderiam cultivar. Esta colonização não seria de modo a espoliar os povos locais, mas antes para desenvolver agricolamente as terras que se encontravam incultas. Esses territórios colonizados governavam-se segundo as leis de Utopia, da metrópole poder-se-á dizer, chamando a si todos os naturais que quisessem compartilhar dos seus trabalhos e modos de vida. Portanto, para colherem dos benefícios da ação utopiana teriam de se assimilar ao comportamento dos utopianos, aceitando as suas instituições e a sua moral, pois assim povos e terras seriam tornados produtivos e fecundos. Mas caso haja resistência dos povos que detêm as terras e se tornem agressivos para com os utopianos, rejeitando a sua colonização, Utopia tem o direito de lhes fazer a guerra, pois têm muitos terrenos incultos que fazem falta aos utopianos e ao bem comum da humanidade e este seria um dos conceitos da guerra justa, porque estes povos teriam terras por usar e privavam outros de lhes dar proveitos. Contudo, mesmo depois de ocupados, a relação destes territórios continua a ser colonial, daí que se houver alguma epidemia que diminuísse a população das cidades utopianas, como já se tinha verificado de acordo com o relato de Rafael, imediatamente os colonos abandonariam a colónia para socorrer a mãe-pátria<sup>741</sup>. A relação de Utopia com as colónias não deixa de ser interessante, pelo que representa um uso perfeitamente instrumental de territórios alheios que, contudo, aparece fundamentada na incapacidade dos povos detentores dos mesmos os desenvolverem. Fazendo a ponte entre o discurso aqui apresentado e os discursos coloniais da transição do século XIX para o século XX, encontramos bastantes similitudes, fosse no aspeto civilizacional, fosse no direito de desenvolver territórios considerados abandonados e incapazes de se desenvolverem por si próprios.

Elementos fúteis como os metais preciosos são desprezados, mas o culto do espírito ao invés é muito considerado. Assim, os utopianos aprendem desde cedo as ciências num sistema de ensino que é igualitário e extensivo a todas as crianças e jovens, sendo que os adultos mantêm essa ligação ao conhecimento. Aspeto a ressaltar é que o ensino das ciências é feito na língua materna, o que constituía um fator de modernidade, já que comumente as ciências eram ensinadas nas línguas eruditas, limitando muito o acesso à ciência que era também escrita não

---

<sup>741</sup> Vide idem, p. 86.

nestas línguas mortas, restringindo-se aos seus leitores que tinham chegado a usufruir de uma educação mais profunda e erudita. A ideia subjacente é que esta língua estaria mais perto do pensamento e que se difundiria melhor. Como se sabe, o tema linguístico vai sendo recorrente e se, no período em estudo, as ciências e as artes já eram ensinadas nas línguas dos países. Com a colonização volta-se a colocar a questão do ensino nas línguas maternas que autores como José de Macedo defendem, como se viu anteriormente, pelo menos para os primeiros anos de escola, exatamente para aproximar o instruído do objeto de instrução. Acreditam em Deus e na sua bondade e que a alma é imortal. Crença e racionalidade fundem-se, sendo que a procura da felicidade de acordo com as leis é próprio da sabedoria, bem como, o trabalhar para o bem comum. No entanto, alguns aspetos que aos olhos de hoje nos poderão parecer desrespeitadores dos direitos humanos, eram também aceites, entre estes a escravatura. Podiam ser escravizados os prisioneiros de guerra que fossem apanhados empunhando armas, mas os filhos dos escravos não eram automaticamente escravos, numa espécie de lei do ventre livre. Também os escravos estrangeiros se tornavam livres nas terras de Utopia. Os cidadãos que tivessem cometido crimes graves eram reduzidos à servidão, existindo ainda escravos obtidos através de trocas comerciais ou não que, tendo cometido crimes nos seus países, eram levados para a Utopia. Qualquer que fosse o escravo teria de trabalhar constantemente. Existia, ainda, um último tipo de escravatura que era constituída por jornaleiros muito pobres, vindos de outros países e que se vinham oferecer; recebiam o tratamento social dos cidadãos, mas tinham de trabalhar mais do que as seis horas regulamentadas para o comum dos cidadãos. Portanto, um misto de servidão e escravidão era aceite não só para os utopianos que desrespeitavam as instituições de Utopia como para os povos estrangeiros. Mas o importante aqui é realçar que, apesar desta aceitação implícita da escravatura, esta sociedade não é escravocrata nem depende do trabalho escravo, ficando a ideia que é o trabalho partilhado pela comunidade que assegura o bem-estar comum e não a dependência de uma mão-de-obra sem direitos, servil ou escrava.

Rafael dá por terminada a descrição de Utopia, voltando a incidir na questão da religião e da existência de uma variedade de superstições que teria, no seu conjunto, tendência a desaparecer. Diz para finalizar a descrição de Utopia, mas não para terminar o seu discurso: *Tentei (...) descrever-vos a estrutura dessa república, que não só julgo a melhor, mas ainda a única que pode atribuir-se verdadeiramente o nome de república. Pois em todas as outras partes, os que falam de interesse geral só pensam no próprio; enquanto alui, onde ninguém possui nada de seu, toda a gente se ocupa a sério da coisa pública, porque o bem particular se confunde realmente com o bem comum. Qual é o homem que noutros países ignora que se desdenhar os seus próprios interesses, por mais florescente que seja a República, morrerá inevitavelmente de fome?*<sup>742</sup> Novamente, o autor coloca Rafael em diálogo com os seus ouvintes mas também com os leitores, voltando a exercer um jogo retórico em que coloca a questão que poderá mobilizar o público e os que o escutam têm as características aproximadas daqueles que Morus queria que o lessem, como referido anteriormente. O diálogo de Rafael progressivamente se torna um monólogo em que discorre sobre a justeza das situações sociais vividas nos países que conhece. As perguntas sucedem-se para que não lhes seja dada resposta: *Será justo que um nobre, um ourives, um usuário, aqueles que nada produzem, ou que só produzem objectos de luxo inúteis para o Estado, será justo que esses levem vida*

---

<sup>742</sup> Idem, pp. 154-155.

*delicada e esplêndida no seio da ociosidade ou de frívolas ocupações, enquanto o operário, o carroceiro, o artífice, o lavrador, vivem em terrível miséria, obtendo com dificuldade uma alimentação sempre escassa?*<sup>743</sup> Para voltar a questionar em seguida: *Não será iníqua e ingrata a sociedade que cumula tantos benefícios aos que se chamam nobres, joalheiros, os ociosos ou esses artífices de luxo, que só sabem lisonjear e sentir frívolos prazeres, quando, por outra parte, não mostra coração nem curiosidade para com o lavrador, o carvoeiro, o operário, o carroceiro, sem os quais não subsistiria o agregado social?*<sup>744</sup> A crítica à distribuição da riqueza e o reconhecimento do prestígio apenas a quem não trabalha, sendo que nesta república de Utopia é o trabalho o elemento mais valorado para o bem comum prossegue e agudiza-se nas respostas que o próprio Rafael fornece. Deste modo, termina dando a resposta que poderia afastar qualquer argumento contrário aos seus, declarando a sua convicção mais profunda: *Creio até que há muito tempo o género humano teria abraçado as leis da república utopiana, quer no próprio interesse quer para obedecer à palavra de Cristo, porque a palavra do Salvador não podia ignorar o que há de mais útil aos homens, e a sua divina bondade deve ter-lhes aconselhado o que sabia ser bom e perfeito*<sup>745</sup>. Com esta resposta global a todo o seu desafio interpretativo para o ouvinte ou para o leitor da narrativa que apresenta, fecha a sua narrativa. O fundamento de Cristo é muito profundo, visto que justifica que a moral de Rafael, tal como a da república que descreve, se baseiam no pilar da cristandade.

Morus dá por terminada a narrativa de Rafael e refere que a ele próprio teriam ocorrido muitos aspetos que lhe tinham parecido absurdos, fosse na lei, nos costumes, como no sistema de guerra, no culto, na religião e em algumas instituições. *Mas o que principalmente alterava todas as minhas [de Tomás Morus] ideias era o fundamento sobre o qual se edificou aquela estranha república, quero dizer a comunidade de vida e de riquezas, sem intervenção do dinheiro*<sup>746</sup>. A questão da distribuição da riqueza era, pois, a que causaria mais estranheza não só a Morus como aos potenciais leitores da sua condição e isto porque como coloquialmente o autor coloca a questão: *Ora esta comunhão destrói radicalmente toda a nobreza e magnificência, todo o esplendor e toda a majestade, coisas que, aos olhos da opinião pública, constituem a honra e o verdadeiro ornamento do Estado*<sup>747</sup>. Portanto, o maior desafio era a opinião pública aceitar este princípio de igualdade, em que as marcas que eram tidas como a autoridade e honra fossem pervertidas. Lembre-se que Morus refere explicitamente que Rafael era um homem rico e que abandonara a sua fortuna em prol do conhecimento e da aventura, incarnando os valores humanistas que depois reclama existirem em Utopia. Logo, o que o autor tenta estabelecer é uma ponte entre o presente existente e uma variação deste, lançando as bases de uma possibilidade de alternativa, pois acaba referindo: *Porque se por um lado não posso concordar com tudo quanto esse homem disse, homem aliás muito sabedor sem contradição possível e muito hábil nas coisas humanas, por outro lado facilmente confesso que há nos utopianos uma porção de instituições que desejo ver estabelecidas nos nossos países. Desejo-o mais do que o espero*<sup>748</sup>. Esta conclusão, apesar de esperançosa, leva a crer que Morus teria sido seduzido de alguma forma pelo discurso de Rafael. Morus não chega a

---

<sup>743</sup> Idem, pp. 155-156.

<sup>744</sup> Idem, p. 156.

<sup>745</sup> Idem, p. 158.

<sup>746</sup> Idem, p. 159.

<sup>747</sup> Idem, ibidem.

<sup>748</sup> Idem, p. 160.

dizer quais são as suas concordâncias, mas ao caso da riqueza opõe apenas as questões mundanas e de opinião pública e não a sua própria oposição.

Encerra, pois, justificando a sua própria receção da narrativa, como que propondo um futuro alternativo ao que se advinha e isto somente após ter explicado por que não rebatera os argumentos de Morus: *Não pus contudo a Rafael nenhuma dificuldade porque sabia que ele se encontrava fatigado da longa narrativa que me fizera. Além disso, não estava seguro de que ele fosse capaz de sofrer pacientemente a contradição. Lembrava-me de ter eu próprio já censurado vivamente aqueles contraditores que têm receio de passar por imbecis se não acham qualquer coisa a opor às ideias alheias*<sup>749</sup>. Justificado o seu silêncio e mostrando o seu desejo de ver algumas coisas alteradas nos países que conhece, Morus fecha a sua narrativa. A sua ilha natal poderia tornar-se na Utopia de Rafael Hitlodeu o que não veio a acontecer. Relativamente ao impacto da obra em Portugal, este terá sido provavelmente limitado, existindo uma primeira tradução para o inglês do original em latim datada de 1551, sendo que a versão em português só vem a ser editada em 1952, numa tradução de José Marinho<sup>750</sup>.

Apesar do narrador ser um português, viajado pelo mundo, a verdade é que a obra não despertou grande interesse entre os estudiosos portugueses. Então, por que incluí-la num estudo sobre autores que escrevem em português e que provavelmente só a leram por fontes secundárias? Antes de mais porque *A Utopia* marca um ponto de viragem no pensamento utópico criado sob a assunção da cristandade. Deus não aparece renegado, pelo contrário, surge fortalecido por ser o garante de justiça intemporal num mundo em que a temporalidade se revela arbitrária e incapaz de prover a felicidade e bem comuns. Contudo, a realização da alternativa já não é divina nem etérea, tem lugar na temporalidade, mesmo que esse território fique no desconhecido. Quer isto dizer que todas as utopias que se sucedem a este livro foram escritas já segundo essa tendência. Outro aspeto não menos importante é o facto de o conhecimento e a ciência já ganharem um papel de destaque aqui, onde o mundo ainda tinha um fim, ou seja, ainda havia um desconhecido, que no século XIX se apaga, sendo que o elemento temporal substitui o elemento espacial. O facto de Morus ter escolhido um português, demonstra como neste tempo muitos dos homens com saber de experiência feito estavam envolvidos nas viagens dos portugueses que apareciam aos olhos da Inglaterra de então com feitos magníficos, daí que parte da literatura portuguesa, como *Os Lusíadas*, fosse aí rececionada com elevado interesse. Muitos dos elementos levantados por Morus subsistem no tempo como a colonização e a justificação para esta, a escravatura, o fator trabalho e a sua importância, a distribuição da riqueza, a ciência e a educação e tantos outros. Igualmente se mantêm os seus artifícios estéticos, como a oratória e a retórica, a atenção ao leitor que se pretende atingir, o jogo entre ficção e realidade que recorrentemente vai sendo usado por diversos autores, sobretudo, aqueles que como Morus se veem condicionados na sua liberdade de expressão. Ensaiar a utopia relatando a realidade ou experimentar a realidade ficcionada a utopia foi um exercício aberto com Morus que se manteve ao longo dos séculos, continuando válido para os dias de hoje.

---

<sup>749</sup> Idem, p. 159.

<sup>750</sup> Pinheranda Gomes, "Posfácio", Tomás Morus, *A Utopia*, Lisboa, Guimarães Editores, 2005, 14.ª edição pp. 161-165, p. 161.

## 6.1 – Augusto Bastos e a primeira experiência de ficção: *As furnas do Lobito*<sup>751</sup>

*As Furnas do Lobito* constitui o título da primeira ficção de Augusto Bastos que consegui localizar, parecendo-me ter sido a sua primeira experiência deste tipo, já em formato de folhetim e publicado num periódico *O Benguela: Semanário Noticioso, Litterario e Annunciador*, editado logo com o primeiro número do jornal em 17 de Novembro de 1906, sendo posteriormente anunciada a sua publicação em fascículos independentes do jornal e que poderiam ser solicitados ao próprio autor como consta no número 15 do referido jornal, num anúncio que passo a transcrever: *As Furnas do Lobito // Romance Historico // Por Augusto Bastos // Publicação de 12 fascículos, sahindo um fasciculo por semana de 16 paginas, formato 22x15, com capa impressa. Venda por assignaturas e avulso. Preço de cada assignatura ou obra toda 600 réis. Preço de cada fascículo avulso 60 réis. Quem quizer tomar assignatura: em Benguella deverá enviar a importância à livraria e typographia de Tavares & C.ª, rua Paula Cid, em Catumbella á casa Benigno Ferreira & C.ª, dirigindo-se ao auctor. Aos srs. assignantes será logo remetido o competente recibo. // O auctor reserva-se todos os direitos. // Catumbella, 22 de dezembro de 1906*<sup>752</sup>. Interessante notar que o anúncio da publicação por fascículos do “romance histórico” se dá apenas após a divulgação de catorze trechos do texto, publicados como folhetim no corpo do jornal, sempre na primeira página deste. Os fascículos seriam mais desenvolvidos do que cada uma das partes publicada no jornal, pois anunciam-se apenas doze fascículos e um desconto para quem compre toda a coleção. Estava disponível nas cidades de Benguela e da Catumbela, querendo isto dizer que esta edição deveria ser do autor ou ele ganharia uma percentagem à peça, pois o leitor poderá assinar os fascículos também na casa do seu amigo Benigno Ferreira, localmente conhecido como “Chiquito”, portanto, aqui já não se trataria apenas de divulgação literária mas, igualmente, de encaixe financeiro.

É ainda relevante assinalar-se que a publicação deste romance em folhetim de Bastos coincide no ano com a publicação de José de Macedo do seu romance *Herança de Amarguras*, também em folhetim em *A Defeza de Angola* e que adiante analisarei, sendo agora relevante apenas o facto de ser prática corrente nos jornais angolenses de então a edição de folhetins ficcionais no corpo do jornal, mesmo que posteriormente fossem publicados em fascículos. Parece-me, pois, plausível pensar-se que a decisão de publicar em fascículos seria apenas considerada depois de se ter testado o sucesso do folhetim junto do público, o que era feito através da publicação no corpo do jornal, não implicando um grande investimento para o autor, a não ser o seu trabalho intelectual. Para o jornal que apenas concedia espaço de publicação, obtendo em contrapartida a diversificação do tipo de texto publicado e satisfazendo um público mais lato, interessado na literatura, mas, inúmeras vezes, com poucos meios para a aquisição de livros, sobretudo, num meio em que estes vinham encarecidos e retardados pelo transporte de distâncias longínquas, seria uma boa aposta. No entanto, não se pense que esta era uma solução apenas para a imprensa colonial, foi algo que aconteceu regularmente com a imprensa

---

<sup>751</sup> Todos estes originais foram identificados por António Trindade, em Luanda, que forneceu as respetivas cópias e que, na altura, deu-me a informação de que não tinha conseguido localizar a totalidade dos números publicados ou a sua versão em fascículos.

<sup>752</sup> *O Benguela: Semanário Noticioso, Litterario e Annunciador*, n.º 15, anno 1.º, Benguela, 28 Fevereiro 1907, p. 4.

a nível global e constituiu uma tendência da época, num tempo em que se pensava que os periódicos iriam mesmo suplantar a publicação em livro. O surgimento da possibilidade de impressão de coleções a baixo custo, por sua vez, fez igualmente decrescer os custos das publicações de fascículos e coleções populares que se tornam mais acessíveis, particularmente se partilhadas na sua leitura.

Comece-se, pois, a analisar o romance que Bastos publica, em primeira mão no jornal *O Benguela*, em 1906. O autor abre o seu romance com um introito histórico, explicando a fundação da cidade de Catumbela, que começara por ter um outro nome no ido ano de 1836, fornecendo informações factuais que repetirá na sua *Monographia da Catumbella*, publicada em 1912, em Lisboa e anteriormente analisada<sup>753</sup>. Abre a narrativa com um tom pedagógico e informativo, situando muito bem tanto em termos geográficos como temporais o início da sua história, não deixando qualquer margem para dúvida ao leitor: *Na madrugada de dia 26 de Dezembro de 1836 no mesmo anno em que Justiniano José dos Reis, então governador de Benguela oferecia ao governo a quantia de dois contos de réis para a fundação na margem esquerda do rio Catumbella, uma villa a que a Rainha D. Maria deu o nome de Asseiceira*<sup>754</sup>. Prossegue, fazendo uma viagem ao passado e mostrando a origem antiga daquelas terras e o local exato para onde deseja que o leitor concentre a sua atenção: *Áquella hora matinal mal se descortinava ao longe, fechando ao sul a Bahia das Vaccas (hoje Bahia de Santo Antonio), onde assenta a capital do antigo reino de Benguella conquistada e fundada em 1617 pelo seu primeiro e valente governador Manoel Cerveira Pereira, a massa azulada e cónica do cabeço do Sombreiro dominando o mar e guinado os navegantes*<sup>755</sup>. Dois aspetos devem ser tidos em conta: o primeiro, o detalhe na descrição geográfica e o fornecimento de pontos de referência específicos leva a crer que o autor escreve para um público que conhece o local mais ou menos bem, pessoalmente ou através de descrições alheias, o que é reforçado pelo facto de o texto estar a ser editado por um periódico de carácter regional; o segundo, apesar da linguagem literária assente na adjetivação e no recurso a uma escrita elaborada, os primeiros parágrafos são historiográficos e ancorados num território específico, corroborando numa tendência então recurso corrente que se inclinava no sentido da escrita da história nacional, aliando os factos a um território específico e a protagonistas muito próprios que procurava definir não só o percurso de um local, mas a identidade do mesmo.

Segue a narrativa, abrindo com uma exclamação que se segue à descrição histórica e paisagística do local onde se irá desenrolar a ação. O pano de fundo é um navio, onde se encontra uma jovem de beleza incontestável feita prisioneira, o resto começa o leitor a adivinhar. Leia-se Bastos: *Mas oh aberração! Em quanto a natureza exhibia impressionavelmente a imponência do seu espectáculo único; de pé sobre o tombadilho, encostada á amurada do navio, a face graciosa apoiada ás mãos pequeninas, uma jovem africana, de quinze primaveras quando muito, os olhos belos fixos insistentemente, contemplava melancholica, o largo horisonte dos sertões onde nascera. Arrancada violentamente á felicidade, aos carinhos dos paes, ás festas dos irmãos, sentia a saudade, a nostalgia aguilhoar-lhe atrozmente o pobre coração. Pela face d'um bello negro esbatido*

<sup>753</sup> Augusto Bastos, *Monographia da Catumbella*, op. Cit..

<sup>754</sup> Augusto Bastos, "As Furnas do Lobito" [folhetim], *O Benguela: Semanário Noticioso, Litterario e Annunciador*, n.º 1, anno 1.º, Benguela, 17 Novembro 1906, p. 1.

<sup>755</sup> Idem, ibidem.

*espelhava-se a tristeza que lhe ia na lama alanceada; e alheia ao alegre acordar da natureza recordava a scena inolvidável em que perdêra a liberdade, a família, os sonhos de infância, e dos olhos mornos e puros como o azul do céu, deixava manar o orvalho distillado pelo seu coração virginal*<sup>756</sup>. Atente-se no contraste entre a beleza da natureza e do amanhecer em todo o seu esplendor e a tristeza da jovem que, contra sua vontade, foi arrancada a tudo o que ama e a faz feliz, retirada, portanto, à sua cultura, à sua identidade, à sua felicidade. Bastos torna-a não só bela como delicada e pura, com mãos pequenas, olhos “mornos e puros” e “coração virginal”. O infortúnio tinha arrancado a jovem ao seu presente, mas também ao seu passado e ao futuro, porque deixaria para trás tudo aquilo que a fazia viver, num quadro de desamparo.

Apresentada a personagem em que agora a narrativa se centra, o narrador explica a sua origem, denominando-a e, em simultâneo, entrosando a sua história com a história da própria região, explicando como a sua origem se ligava a um protagonista da história local: *Nana, assim se chamava a joven, era filha dilecta do Muenecária (primeiro ministro) do soba das grandes terras de Quiaca, o velho e temido Gunga, grande potentado, cujo filho havia de mover trinta anos mais tarde a grande coligação dos povos do districto de Benguella que invadiram e saquearam, em guerras sangrentas e incendiarias, os Gambos e o Humbe, arrancado aos invadidos grandes riquezas representadas por gados e escravos*<sup>757</sup>. Note-se como o pai de Nana é mencionado, sendo descrito como primeiro-ministro, o que quer dizer que Bastos o assimilava a detentor de um cargo existente entre a organização do Estado moderno, assumindo-se que tanto o indivíduo como o povo a que pertencia não era de todo selvagem. A comparação do cargo permitia ao leitor obter a dimensão da importância da personagem em destaque. Aliás o facto de encetar uma relação diplomática com o representante da corte portuguesa demonstra como os poderes estariam segmentados entre poderes tradicionais e poder moderno, entre sertão e cidade. Agora, o leitor pergunta-se como a filha de tão importante dirigente local poderia ter caído nas malhas da escravatura, questão para a qual não obtém resposta, pois o autor anuncia a continuação do folhetim, deixando completamente em aberto a narrativa, numa técnica recorrente na escrita em folhetim que fomentava a curiosidade para o próximo número.

Bastos antecipando esta questão do leitor, inicia o próximo número exatamente com essa pergunta: *Como se achava, porém a joven Nana a bordo de um navio, a dezenas de léguas da terra que a vira nascer?*<sup>758</sup> Introduzindo uma analepse, o narrador começa por contar o percurso do pai de Nana, homem muito rico, membro da elite entre o seu povo. E é neste momento que se entende a abertura da diegese com uma alusão ao governador Justiniano José dos Reis, pois é ao seu encontro que o pai de Nana vai, fundindo-se facto histórico e narrativa ficcional. Trata-se do encontro de dois altos dignitários, cada um representando um poder, sendo que o que se desloca simbolicamente presta vassalagem ao que o recebe, elemento não despiciente quando se escreve para uma sociedade colonial, ou seja, a igualdade entre os protagonistas não é assumida. No entanto, é arrogado que cada um destes representantes tem associado a si uma parte do poder que vigorava então naquele território,

---

<sup>756</sup> Idem, *ibidem*.

<sup>757</sup> Idem, *ibidem*.

<sup>758</sup> Augusto Bastos, “As Furnas do Lobito” [folhetim], *O Benguela: Semanário Noticioso, Litterario e Anunciador*, n.º 2, anno 1.º, Benguela, 24 Novembro 1906, p. 1.



o que é mais notório visto que a ação se passa no passado, o que quer dizer que o equilíbrio de forças no presente poderia até já ser outro. Assim e continuando a sua narrativa escreve Bastos sobre a deslocação de Muenecária: *Quizéra um dia visitar a cidade de Benguella e conhecer pessoalmente o governador Justiniano José dos Reis que representava o alto poder da Rainha de Portugal. (...) / (...) portador das homenagens e de alguns valiosos presentes do soba Gunga, foi favoravelmente acolhido pelo fundador da villa de Asseiceira, com quem sustentou durante a sua visita algumas praticas em que ostentou uma capacidade política que lhe mereceu a mais desvelada atenção da parte de Justiniano José dos Reis e a oferta de uma farda agaloada e uma espada*<sup>759</sup>. Deste encontro sai uma aliança, pois Muenecária é agraciado com uma farda e uma espada, no entanto como se lê “o alto poder” está associado à rainha de Portugal, sendo reconhecido que alguns poderes locais poderiam ter comportamentos dignos ao ponto de serem considerados como aliados e reconhecidos enquanto tal. Apesar do autor demonstrar deferência diferente entre os poderes tradicionais locais e o poder emanado a partir da metrópole, a verdade é que propõe uma complementaridade e concertação entre estes. Proposta que o seguirá ao longo de toda a sua escrita ficcional e ensaística e que se pode reter desde já.

Descreve, seguidamente, o trânsito das caravanas que vinham do sertão até à Catumbela e os perigos que aí corriam, nomeadamente, pela perseguição dos salteadores envolvidos no tráfico escravagista, numa descrição que não isenta nem salteadores, alguns deles africanos, nem colonos e muito menos negreiros. Leia-se então o excerto: *O transito das caravanas entre Benguella e as terras de Quiaca, Bailundo e Bihé, antes das viagens do grande e velho sertanejo Silva Porto, fazia-se pela Ganda, e não era frequente pelos caminhos de Quissange e Hanha, grandes coios de salteadores que infestavam os caminhos desde Benguella até ao rio Balombo – os salteadores (...) faziam fogo, pondo em fuga os homens válidos assim tomados de surpresa; estes abandonavam as cargas de fazendas que os salteadores se apressavam a recolher, ao mesmo tempo que se apoderavam das mulheres e crianças indefesas, que sequestravam nos seus coios para depois as venderem como escravas aos colonos que, por sua vez, as vendiam aos navios negreiros que aqui vinham encher os porões de escravos para o abastecimento das fazendas da America e que infestavam as costas de angola contrabadeando, vindo muitos d’elles fazer aguada á bahia do Lobito [há tempos conhecida pela Catumbella das Ostras]*<sup>760</sup>. A ideia que se retira era que o perigo espreitava e que tudo estava assim montado numa sociedade que tolerava a escravatura e deste tráfico se alimentava. Após esta explicação, não só pedagógica como justificativa do que se vai passar em seguida na ficção, o narrador volta à história de Nana. Apesar de saber de todos estes perigos e de ter sido mesmo avisado pelo governador, Muenecária resolve seguir o caminho mais perigoso: *No seu regresso a Quiaca, decidira passar pelo caminho perigoso de Quissange, apesar das generosas admoestações do governador. Esta temeridade foi a sua perda e da sua família*<sup>761</sup>. Somam-se mais umas linhas para terminar esta parte, deixando de novo em aberto o que sucede de tão perigoso nesta viagem. Até aqui e apesar do risco que a caravana parecia correr, tudo seguia com a normalidade de uma viagem em territórios que não eram muito

---

<sup>759</sup> Idem, ibidem.

<sup>760</sup> Idem, ibidem.

<sup>761</sup> Idem, ibidem.

convidativos pelas armadilhas que poderiam trazer. Note-se, ainda, que o governador avisara o dignatário africano sobre os perigos, numa atitude prudente e leal.

No próximo número, o narrador começa por contar como Muenecária tinha empreendido uma caçada já perto dos territórios em que o perigo estava sempre à espreita. Mas é já ao cair do dia e quando se embrenham numa passagem estreita e temível que os problemas começam. Primeiro, o narrador descreve muito bem o local e a hora em que começa esse percurso: *Às seis e meia horas da tarde a comitiva dobrava a passagem do famoso e terrível Bundianói, apertada garganta formada por dois montes alcantilados que tem que se descer e subir, internava-se no espesso matagal que o segue – é uma espécie de túnel cujo caminho é difícil de fazer, erizado aqui e ali de frequentes e perigosos obstáculos; d’um lado, ergue-se a cadeia de montanhas em cuja falda assenta o matagal, e do outro desce abruptamente o declive que conduz a uma extensa ravina*<sup>762</sup>. A natureza adensa-se selvagem e o espaço diminui bem como a luz. Repentinamente algo acontece: *Subito, um clarão feriu as trevas e ouviu-se uma detonação seguida d’uma descarga, cujo echo se repercutiu por todo o valle; quasi ao mesmo tempo ouviu-se, dominante, um grito de Muenecária: // A mim, Calei, que estou ferido; salva a Nana! // Calei era o braço direito do Muenecária, o seu guarda fiel, o seu confidente*<sup>763</sup>. O leitor fica a saber que alguma desgraça aconteceu e que todos estão em perigo nesta comitiva, porque um clarão tinha irrompido na escuridão e logo em seguida, sabe-se que se trata de um ataque. Sem se saber de quem, começa a perceber-se como fica vulnerável esta coluna que se fazia transportar por tão perigosos caminhos. Tal como muitas vezes era descrito relativamente às caravanas de europeus, também nesta caravana se lança a confusão e *Áquelle grito, estabeleceu-se o pânico na comitiva – os carregadores abandonando as cargas, fugiam em diversas direcções, cahindo muito d’elles, no meio d’aquella fuga desordenada, em poder dos atacantes, que os aprisionavam e recolhiam as cargas*<sup>764</sup>.

A confusão generalizava-se, contudo, o perigo maior ainda estava para vir. Os atacantes não desistiam e já a caravana estava diminuída na sua capacidade de reacção. O Muenecária fica ferido, mas a ordem é resistir e abrir fogo sobre os atacantes sem contudo conseguir detê-los, terminando esta parte com o conflito a meio e com a caravana que o leitor vinha acompanhando sem capacidade de resistência. A descrição é tremenda, com atos de coragem que mantêm os que restam firmes, mas com a consciência que pouco falta para o fim. Termina assim, a parte três: *O muenecária, com o braço esquerdo fracturado por uma bala, e lesto como um rapaz deu um pulo para fora da tipóia da filha e da mulher que vinham uma ao pé da outra. (...) Depois, olhou em torno de si e apenas se viu com sua guarda valente e fiel, que, firmes, esperavam o embate dos salteadores que em saltos fantásticos galgavam, descendo, os pedregulhos da montanha, vindo esbarrar no circulo que formava os homens d’armas. // Foram os atacantes recebidos por uma descarga que conseguiu apenas deitar por terra meia dúzia d’elles; descarregadas as espingardas, não havia tempo de as tornar a carregar*<sup>765</sup>. A tragédia aproxima-se, mas fica interrompida até ao próximo número, novamente, num ponto

---

<sup>762</sup> Augusto Bastos, “As Furnas do Lobito” [folhetim], *O Benguela: Semanário Noticioso, Litterario e Anunciador*, n.º 3, anno 1.º, Benguela, 1 Dezembro 1906, p. 1.

<sup>763</sup> Idem, *ibidem*.

<sup>764</sup> Idem, *ibidem*.

<sup>765</sup> Idem, *ibidem*.

de viragem da narrativa, em que à descrição mais passiva se foram aliando momentos de grande intensidade e ação como a caçada e o ataque durante a viagem.

Retoma-se a narrativa, agora com Muenecária empunhando a espada oferecida pelo governador Justiniano, conseguindo, mesmo ferido, tirar a vida a muitos inimigos. A descrição dos confrontos torna-se aterradora, tentado transmitir, particularmente, a dureza da batalha: *Aqui um craneo fendido, allí um braço ou uma perna mutilada, além um peito atravessado por uma zagaiada, acolá um olho vasado, tudo augmentava o horroroso quadro*<sup>766</sup>. A descrição pormenorizada da ação incrementa o realismo da mesma, já ancorada na narrativa histórica que busca acontecimentos sucedidos para encaixar estes factos agora ficcionais. Volta ao protagonista, Muenecária que, como verdadeiro líder, se mantinha corajoso e imparável perante o sofrimento e a aproximação da derrota. Ainda exorta os que o acompanham: - *Rapazes meus, para a frente com eles; não nos deixemos vencer por estes cães; mostremos-lhes que mais pode um homem d'armas que dez salteadores, bradou com raiva o Muenecária*<sup>767</sup>. Note-se Muenecária é identificado como homem de armas, logo um homem honrado e não um vil salteador. A introdução do discurso direto não só reforça o drama ali vivido como demonstra a dignidade da personagem, bem perto do que estava para ser o seu fim. Os que ainda restavam da caravana são aprisionados e lançados num triste destino, quando, inesperadamente, o grupo de aprisionados e aprisionadores é surpreendido por um outro grupo de salteadores. O narrador introduz o discurso direto que passa a continuação de destino tão trágico: *Os vencedores não fruíram, porém, por muito tempo a victoria; porque pelo valle ressouou uma praga: // - com mil trovoadas do Congo, estamos roubados!*<sup>768</sup>

O leitor, tal como o narrador, assiste a mais este desastre, no percurso de Muenecária e sua família. Mas agora, eis que os salteadores são doutra estirpe, incarnando exatamente a descrição que tinha sido feita no início sobre o tráfico escravagista: *E vencedores e prisioneiros viram cair sobre eles uma avalanche de homens brancos que, pelo traje e pelo queimado do rosto, indicavam ser homens do mar. Vinham armados de carabinas, machados e facas e punhaes, e, sem dar tempo á defeza, atacaram com violência o gentio que, após um combate de curta duração se rendeu á força europea e por ella foi aprisionado e acorrentado. O chefe dos novos vencedores contou o numero dos presos e murmurou com visível satisfação: // - Bonita conta, só á minha parte quinhentos mil réis. Cincoenta cabeças d'ébano de presente a D. Pablo.*<sup>769</sup> A surpresa é que estes salteadores são homens brancos, mas a informação que teriam a pela curtida pelo sol e trajes marítimos já deixa o leitor antever algo mais, o que se confirma com o discurso direto que uma personagem profere referindo aos antigos aprisionados e aprisionadores como “cabeças de ébano” expressão utilizada a par de “cabeças de alcatrão” (a última mais depreciativa) para aludir aos africanos reduzidos à condição de escravos. Questionando-se com o leitor, o narrador introduz o tema, parcialmente respondido pela descrição dos novos salteadores e pela forma como falam: *Quem eram, porém estes homens? // Os negreiros. A tripulação do brague que o leitor viu na bahia do Lobito. O nome do negreiro soava nesse tempo aos ouvidos das populações gentias com um efeito terrível; porque*

---

<sup>766</sup> Augusto Bastos, “As Furnas do Lobito” [folhetim], *O Benguela: Semanário Noticioso, Litterario e Anunciador*, n.º 4, anno 1.º, Benguela, 8 Dezembro 1906, p. 1.

<sup>767</sup> Idem, *ibidem*.

<sup>768</sup> Idem, *ibidem*.

<sup>769</sup> Idem, *ibidem*.

*negreiros e colonos faziam frequentes razias ás povoações para a apanha de escravos*<sup>770</sup>. O narrador interroga e de imediato responde, não deixando qualquer dúvida ao leitor, que afinal até já tinha “visto” na Baía do Lobito todos os indícios do que agora se relatava, no início do folhetim, ou seja, no diálogo com o leitor, o narrador aproveita para retomar o início da história, demonstrando como apenas se viajara no tempo e no espaço para de novo se chegar ao navio negreiro onde se encontrava Nana.

Note-se como o autor, ao redigir o texto, se coloca do lado da população considerada “civilizada” pois diz que são as populações do gentio quem mais temia estes homens. Mas aqui dá-se o volte face, porque o autor também escreve que negreiros e colonos perpetravam estes atos de violência contra as populações autóctones para conseguir mais escravos para traficar, colocando-se, igualmente, à parte dos colonos. O autor propositadamente mantém o seu narrador dentro da população civilizada mas fora da população de colonos e ainda mais distante dos colonos que levavam a cabo o tráfico, pois as suas considerações sobre o escravagismo são no sentido da condenação moral. Esta quarta parte termina aqui, deixando um diálogo em aberto, iniciado por uma personagem que não obtém resposta. Um diálogo que o narrador enceta com o leitor para o lembrar do começo da narrativa. A tensão é de tal ordem que o autor sabe que o leitor esperará ávido a continuação do folhetim. Sabendo que estes homens são negreiros e são brancos e que o tempo a que se reporta a narrativa é histórico, fica no ar a questão de quem seriam e como continuariam a promover tal tráfico. É notório ao ler-se as passagens entre os vários números dos folhetins que Bastos terá lido muitos folhetins e experimentado estas soluções, porque as passagens mesmo quando parecem mais fechadas, ou seja, que as respostas às interrogações do leitor estão quase dadas, eis que se insere algum elemento de dúvida. Alguém diz que D. Pablo ficará contente, mas quem fala e quem é esse D. Pablo? Português não será pelo nome... E, depois, que coordenação têm estes homens que desferem o ataque com esse suposto negreiro que quer traficar os africanos? Perguntas não textualizadas que o autor sabe que o leitor fará a si próprio e, por isso, aproveita para jogar entre o momento em que a narrativa fica completamente aberta e o momento em que esta parecendo fechada, deixa muitas questões em inconclusivas.

Todas estas respostas estão no número seguinte que se inicia novamente com um trecho histórico, em que o narrador conta o que se passava com a proibição da escravatura, à qual havia a resistência dos “escravistas” de Angola e de Moçambique. Como resultado, os negreiros continuavam a frequentar, por vezes com navios disfarçados, as costas africanas semeando o terror entre as populações locais. Este é o preâmbulo à apresentação de mais uma personagem chave no romance, José Nunes: *Por esse tempo existia um degredado de nome José Nunes, miserável de ínfima espécie, alma venal e refractaria aos mais rudimentares sentimentos de humanidade, fugido do presidio de Cambambe, e que andava pelo districto de Benguella em pacto continuo com os negreiros, de quem era alma damnada. Como este, havia pela provincia de Angola muitos da sua egualha, agentes de escravistas ricos, como D. Maria Joaquina, a celebre «Dembo lalala», (...) possuía casas que tinham subterrâneos até ao mar*

---

<sup>770</sup> Idem, ibidem.

para a passagem secreta das levas de escravos<sup>771</sup>. Mais à frente, dirá o narrador que este José Nunes é o homem que fala de D. Pablo, contudo, por enquanto apenas quer traçar o seu perfil: um degredado como tantos outros, que trazia problemas de conduta à colónia, e um escravista como tantos outros, dando o exemplo de D. Maria Joaquina para referir que nem só de gente pobre e desenraizada da sua comunidade de origem vivia o tráfico. Neste excerto há, essencialmente uma denúncia dos aspetos mais tortuosos do escravagismo, contra o qual não bastava uma intervenção legislativa. Aproveita o ensejo e regressa ao relato histórico e quase étnico das movimentações guerreiras e escravagistas da região, pois as razias em busca de escravos prologaram-se pelo século XIX, entrando até à imposição absoluta por tratado que o mesmo fosse feito (Bastos indica o penúltimo quartel, portanto, até 1875, quando começam a ser assinados os tratados internacionais sobre a divisão do continente africano). Refere: *Até ao penúltimo quartel do século dezanove o interior do districto de Mossamedes foi mais ou menos frequentemente teatro das invasões e razias dos gentios do Nano (...). Os povos invasores eram sempre os Galangues, Quiacas, Huambos, Sambos, Momas, Quipeios e Bailundos, que ou todos ou parte d'elles se coligavam a convite d'um d'esses potentados para invadir esta ou aquella região com o fim da apanha do gado e escravos que, ou eram vendidos aos escravistas ou resgatados pelos parentes por grandes somas*<sup>772</sup>. A enumeração pormenorizada dos povos que contribuíam para o tráfico demonstra que o autor tinha informação sobre o assunto e que a tentava passar ao seu leitor, de modo a incrementar o grau de autoridade que tinha sobre o assunto, apesar de apenas se tratar de um romance. Mas, de facto, existe sempre um caminho paralelo entre realidade e ficção neste texto que, a pretexto de algumas personagens, de vez em quando se cruza.

Após a apresentação de José Nunes e o enquadramento da sua personagem como intrínseca à sociedade colonial angolense, feitos através da pedagógica exposição da história da terra, regressa-se à ação principal, em que o próprio narrador considera dramática a situação e aproveita para de novo entabular diálogo com o leitor: *Agora diremos ao leitor como se preparou o drama sangrento em que pereceram o Muenecária e o seu fiel Calei*<sup>773</sup>. O narrador retoma a história num tom retirado da oralidade, o que tem sido recorrente ao longo do romance, que o aproxima do leitor e, em simultâneo, parece ir aguçando a curiosidade deste. Não é por acaso que ao narrador se atribuem certos verbos para quando se dirige ao leitor, usando “dizer” ou “ver” ou quando introduz interrogações diretas. O narrador partilha a ação com o leitor, como se lhe contasse uma história, descrevendo pormenorizadamente cada ambiente, cada cilada, cada situação para que este a possa recriar e recontar, no exercício de uma influência oral, em histórias também estas por vezes contadas por partes. Este exercício de oralidade, tornada em escrita que detém a narrativa onde esta se deve reter, vai acompanhando o leitor como se fazia ao ouvinte, tem eco e é transversal a vários textos nesta época, não sendo uma característica exclusiva de sociedades coloniais. Neste tempo, as sociedades permaneciam essencialmente orais e a produção de textos em série era relativamente recente, bem como, a alfabetização era em muitos casos rudimentar e ainda não cobria uma boa parte da população, levando a que parte dos potenciais leitores fosse

---

<sup>771</sup> Augusto Bastos, “As Furnas do Lobito” [folhetim], *O Benguela: Semanário Noticioso, Litterario e Anunciador*, n.º 5, anno 1.º, Benguela, 15 Dezembro 1906, p. 1.

<sup>772</sup> Idem, *ibidem*.

<sup>773</sup> Idem, *ibidem*.

antes ouvinte. Daí a necessidade de cuidar a linguagem, por um lado, mas de ter introitos acessíveis, por outro lado, mantendo as marcas de uma tradição oral que persistia mesmo entre as camadas mais cultas e instruídas. Mas volte-se ao texto, retido exatamente neste diálogo entre narrador e leitor, para que seja retomado no próximo número.

A sexta parte abre de novo com José Nunes, relatando-se como este teria sabido da visita de tão importante comitiva à Catumbela e do percurso que a mesma faria de regresso, introduzindo novamente uma analepse na narrativa, onde de novo aparece o brigue com que se abre todo o relato, pois este estava *secretamente fundeado nas alturas das Salinas do Quipiandalo (...) pertencia a um hespanhol, Pablo Martinez, que exercia o trafico da escravatura, entre Angolas e as Antilhas hespanholas, e com o qual José Nunes já por vezes tivera negócios*<sup>774</sup>. A narrativa faz agora todo o sentido e percebe-se como Nana foi parar ao navio negreiro. A cilada aos africanos e o rápido contacto com a embarcação traficante estão justificadas e no próximo passo da narração já José Nunes está a bordo do escaler que o levará até D. Pablo, anunciando o bom negócio que os espera a todos, o que também era já esperado pelos que o tinham ido buscar para ver a bordo do navio o seu dono. A revelação do propósito da sua visita é feita pela sua fala em discurso direto, ainda no escaler: - *Sim, sim, diz bem, meu caro Marales; eu nunca perco o meu tempo, e quando apareço, para alguma coisa é. Olhem, meus amigos, a sorte enganou-se comigo: inteligencia, genio, tacto, coragem e pulso não me faltão, e, franqueza... gosto d'este negociosito de apanhar, matar e vender pretos, porque é o único que vejo em Africa que seja rendoso e que merece a minha atenção; mas reconheço que estava talhado para um grande general como o valente Saldanha ou um grande ministro como Pomba*<sup>775</sup>. Numa simples fala de uma das personagens, o autor desvenda aquilo que muitos leitores já sabiam: durante séculos o sertão angolano foi visto apenas como uma fonte de escravos e a escravatura como o único negócio rentável naquelas terras.

E que futuro restaria a um degredado, lançado no infortúnio por uma pena senão o de lamentar-se? José Nunes lamenta-se e traz à tona um dos temas mais debatidos em torno da questão colonial, o do degredo, que representava um custo para a colónia, como adiante se verá referenciado por Macedo, não só em termos económicos como sociais, fazendo desta então colónia uma terra de proscricção que, a par de uma natureza selvagem, tinha autóctones temíveis e colonos que tinham sido banidos da sociedade metropolitana. Lastimando-se, refere José Nunes: - *Ai, meu caro Morales, não me falle n'esse tom, que me parece que está zombando do meu infortúnio. Se não fosse aquella maldito magarefe do juiz que me mandou para Africa, cumprir-se-hia o meu destino*<sup>776</sup>. Todavia, não quer o narrador deixar que o leitor pense que foi verdadeiramente uma condenação injusta e deixa que a personagem continue a discorrer sobre o assunto: - *Olhe, meu caro Morales, para vocês não tenho segredos, e já lhes digo: o homem de maus fígados condemnou-me por toda a vida só por eu ter esfriado o céu da bocca a um farroupilha cuja bolsa continha dose librorias que aproveitei. Acha justa a condemnação?*<sup>777</sup> Ladrão e assassino, José Nunes tinha sido deportado para Angola e era este o retrato psicológico do negreiro que emboscava os africanos sempre que podia. É com esta

---

<sup>774</sup> Augusto Bastos, "As Furnas do Lobito" [folhetim], *O Benguela: Semanário Noticioso, Litterario e Annunciador*, n.º 6, anno 1.º, Benguela, 23 Dezembro 1906, p. 1.

<sup>775</sup> Idem, ibidem.

<sup>776</sup> Idem, ibidem.

<sup>777</sup> Idem, ibidem.

interrogação que Bastos termina este número, deixando em suspenso a conversa que se seguirá com o dono do barco e verdadeiro traficante intercontinental de escravos.

Retomando o capítulo, prossegue também o discurso direto de José Nunes que introduz uma questão que pode de alguma maneira influir na forma como o leitor constrói o seu retrato psicológico, dizendo: *sabe esse juiz, sabe o mundo as razões que me impelliram?*<sup>778</sup> Contudo e após a introdução de mais uma personagem, um jovem que remava, chamado Firmino que aconselha José Nunes a não falar no nome de Deus, a narrativa volta a centrar-se no ponto de partida, a “caçada” aos negros, sendo para tal preciso enfrentar alguns perigos. O diálogo é interrompido com a chegada ao navio, mas já se presume que, participando todos os intervenientes neste diálogo no tráfico negreiro, as personagens apresentam caracteres diferentes, o que faz com que se comece a esbater uma dicotomia entre bom e mau que é abalada logo no início no que toca ao tráfico negreiro, por se assumir que os africanos participavam ativamente no mesmo. José Nunes encontra Pablo Martinez e segue-se a apresentação desta personagem, até aqui apenas referida pelo nome. Catalão de origem, D. Pablo tinha crescido entre negreiros e, apesar de esta não ser uma vida fácil, parece que a dificuldade que lhe era intrínseca tornava aqueles que dela viviam em seres imorais no que toca ao respeito pelos sentimentos humanos. Bem no centro da narrativa, Bastos coloca a sua personagem entre esses homens que, podendo ter as suas razões para ter caído no tráfico, desafiam qualquer comportamento ético aceitável, escrevendo: *D. Pablo, creado entre negreiros desde a idade de treze annos, a fez-se a essa vida de aventuras cheia de riscos e de peripécias que traz o negreiro em completo divorcio com a consciencia, renegando os princípios humanitários e calcando o direito de liberdade. Por mar, luctando com os elementos que a cada bordada ameaçam submergil-o e fugindo, como raposa acossada por galgos, á perseguição e á justiça dos corsários; por terra, mercadejando gente, acorrentando, matando, arriscando a vida e praticando crimes, o negreiro é um homem que renegou todas as religiões, desprezou os preceitos da mais simples moral, matou a consciência e abdicou da dignidade*<sup>779</sup>. D. Pablo enriquecera materialmente mas, como ser humano, descera à mais baixa condição e é assim que fecha este número: *O rapaz de treze annos fez-se homem; as travessias entre a Africa e a America deram-lhe fortuna; e agora eil-o proprietário de um brigue e de alguns milhares de duros arrancados aos sofrimentos, ás dôres, ás misérias do preto escravo*<sup>780</sup>. Ficavam traçados os percursos das personagens, vincando-se a ideia que nenhuma justificação poderia explicar tão infame tráfico. Trecho desafiando a reflexão do leitor, deixa ainda em aberto todos os pormenores relativamente ao modo como se teriam desenrolado os factos para que a captura das pessoas para traficar fosse efetuada.

No número seguinte, reincide na técnica que vem usando, a analepse, recuando vinte e oito anos para explicar todo o percurso daquele traficante de escravos até chegar àquele momento, retomando a ação principal com a descrição do jantar que reunia os negreiros. Surge, então, e de novo, a personagem Firmino, como o único que se destacava entre os presentes, sendo interessante o facto de o autor incidir sobre a descrição psicológica das suas personagens, destacando apenas um de todos os outros que parecia ter ainda alguma

---

<sup>778</sup> Augusto Bastos, “As Furnas do Lobito” [folhetim], *O Benguela: Semanário Noticioso, Litterario e Anunciador*, n.º 7, anno 1.º, Benguela, 29 Dezembro 1906, p. 1.

<sup>779</sup> Idem, *ibidem*.

<sup>780</sup> Idem, *ibidem*.

dignidade: *Apenas Firmino, deslocado n'aquelle centro de crimes e insciências, se conservava, como sempre taciturno e comia com sobriedade; de vez em quando envolvia os seus miseráveis companheiros em um olhar de soberano desprezo que obrigava José Nunes a baixar os olhos, e provocava um encolher de hombros de D. Pablo*<sup>781</sup>. Provavelmente a sua história de vida afastava-o de todos os outros e, por isso, tomar todos como iguais seria tornar maniqueísta a noção mais vasta do que constituía o tráfico negreiro que poderia arrastar para dentro de si diferentes protagonistas em situações diversas. Prosseguindo a narrativa e dialogando com o leitor, o narrador propõe uma nova analepse, agora recuando mais anos ainda e deslocando-se, igualmente, no espaço: *Antes, porém, de seguir a acção dos negreiros desde o Quipandalo até ao local da morte do Muenecária, peçámos ao leitor para que retroceda vinte e oito annos e nos transportemos das praias quentes de Benguella ás costas temperadas da Andaluzia*<sup>782</sup>. Ao longo dos diálogos entre narrador e leitor, fica-se com a ideia que o leitor é conduzido numa imensa viagem no tempo e no espaço, ficando a conhecer não só todos os aspetos das personagens como do meio envolvente. Entra, então, na descrição da cidade de Cádiz, começando por apresentar a origem da cidade e toda a sua história, falando com o leitor e, em simultâneo, apresentando locais e factos relativos à cidade. A urbe é descrita com grande pormenor tanto nos aspetos físicos e de urbanismo como no clima e no ambiente aí vivido, parecendo que o autor quer fornecer toda a informação ao leitor que desconheceria este local tanto como vivência pessoal como enquanto experiência literária. Daí o pormenor, introduzido de forma pedagógica, tendência aliás que marca muitos dos autores da época que se servem da ficção e da leitura lúdica para introduzir ao leitor conhecimentos que de outra forma não adquiririam.

A literatura é vista, neste época, como um objeto de fruição estética, mas em simultâneo como um dos meios ideais para disseminar conhecimento, num tempo em que o acesso a este era ainda condicionado pela possibilidade de aquisição de livros ou de periódicos que embora em processo de embaratecimento, ainda representavam um dispêndio considerável. O facto de também ser expetável por parte do leitor a existência deste tipo de trechos, dá a margem de manobra ao autor para quebrar a narrativa a meio da descrição da cidade, dando sempre a entender que esta cidade e o que lá se passa faz parte desta narrativa. Assim se inicia o próximo número, descrevendo a urbe, o seu quotidiano, a arquitetura, a história, nunca deixando desamparado o leitor: *Cadiz com o seu movimento de marinheiros, forçados, comerciantes e industriaes encantam o viajante que visita a cidade aonde acabámos de conduzir o leitor*<sup>783</sup>. O narrador expõe a cidade como o viajante, podendo provavelmente esta ter constituído uma experiência do autor. O grau de pormenor que consegue e o modo como guia o leitor ao longo desta descrição permitem-lhe ocupar todo este número com esta cidade. Serve, então, este introito para introduzir uma nova personagem, D. Fernando, um fidalgo seduzido pelos feitos de portugueses e espanhóis, num tempo em que ambos impérios decaíam rápida e violentamente. A introdução do tema em si é muito interessante e, se se atentar nas respetivas frases, percebe-se que existe uma vontade de enaltecer o passado

---

<sup>781</sup> Augusto Bastos, "As Furnas do Lobito" [folhetim], *O Benguela: Semanário Noticioso, Litterario e Annunciador*, n.º 8, anno 1.º, Benguela, 5 Janeiro 1907, p. 1.

<sup>782</sup> Idem, ibidem.

<sup>783</sup> Augusto Bastos, "As Furnas do Lobito" [folhetim], *O Benguela: Semanário Noticioso, Litterario e Annunciador*, n.º 9, anno 1.º, Benguela, 12 Janeiro 1907, p. 1.



ibérico, em que os dois países não são opostos, antes complementares: *Horas e horas esquecidas lia e lia [D. Fernando] a historia d'esses homens aureolados de fama e gloria e purificados pelo amor da pátria, e que por tão subidos feitos, houveram por bem erguer os capitólios de Portugal e Hespanha. Comprazia-se na leitura d'esses exemplos que assombraram a historia e o mundo, e deram á Iberia um tão vasto imperio que, no dizer hyperbolico e sublime de Camões imortal, n'elle se não punha o sol*<sup>784</sup>. Apesar de Camões ser o autor enaltecido, a justificação poderia ser por ter apenas declamado as grandezas dos descobrimentos, na verdade, toda a Ibéria é vista como uma geografia que inovou e deu novos mundos ao que era agora o mundo conhecido.

A oportunidade do tema é de ressaltar, numa época em que muito se falava da possibilidade de um federalismo ibérico e em que isso era debatido nos meios da imprensa, nomeadamente, em *A Defeza de Angola* que era dirigida por José de Macedo. Data a sua saída da direção do jornal exatamente deste ano e refiro Macedo por ser um frontal defensor do federalismo e ter aflorado diversas vezes esta questão que aqui é apenas uma referência histórica do passado, sem qualquer menção ao momento político presente, mas que o autor sabe perfeitamente qual o efeito perante o leitor esclarecido e habituado à leitura dos periódicos. Portanto, creio que esta referência histórica serve para caracterizar a personagem D. Fernando, mas também indicia um tema que era debatido contemporaneamente que era a grandiosidade dos impérios ibéricos, agora perseguidos pelas outras potências coloniais. É de lembrar que o final da frase de impérios onde o sol não se punha que responde à divisa britânica do império onde o sol nunca se põe e logo pela pena do poeta maior dos Descobrimentos. Acossados no presente, os povos ibéricos tinham sido o arauto da modernidade no passado e isso condiz na perfeição com a retórica de resistência à competição das outras potências coloniais. Aliás, os interesses partilhados, o passado comum, fazem parte de toda a narrativa, pois personagens portuguesas, espanholas e africanas se cruzam nesta narrativa e em torno da ação principal, o tráfico negreiro. A união entre estes dois países, através do federalismo, foi, por vezes, vista nesta época como uma possibilidade de futuro comum, daí que a introdução deste aspeto na narrativa não me possa parecer casual.

Os três números seguintes são dedicados pelo autor a descrever a vida de D. Fernando e os seus infortúnios com a morte do pai. É curioso verificar-se que o narrador vai desfiando a história do fidalgo sem, contudo, existir a necessidade de esta se cruzar, por enquanto, com a narrativa que vinha sendo desenvolvida e que se passava em Angola. Lá se chegaria, depois de saber todos os traços psicológicos de mais uma personagem que surgia parecendo nada ter a ver com a narrativa inicial<sup>785</sup>. A falta do número 14 resulta numa interrupção da narrativa que prossegue com um introito extremamente filosófico sobre as dificuldades da vida que impedem aos seres humanos de aceder à felicidade, não existindo qualquer referência à ação

---

<sup>784</sup> Augusto Bastos, "As Furnas do Lobito" [folhetim], *O Benguela: Semanário Noticioso, Litterario e Annunciador*, n.º 10, anno 1.º, Benguela, 19 Janeiro 1907, p. 1.

<sup>785</sup> Vide Augusto Bastos, "As Furnas do Lobito" [folhetim], *O Benguela: Semanário Noticioso, Litterario e Annunciador*, n.º 11, anno 1.º, Benguela, 26 Janeiro 1907, p. 1. Augusto Bastos, "As Furnas do Lobito" [folhetim], *O Benguela: Semanário Noticioso, Litterario e Annunciador*, n.º 12, anno 1.º, Benguela, 2 Fevereiro 1907, p. 1. Augusto Bastos, "As Furnas do Lobito" [folhetim], *O Benguela: Semanário Noticioso, Litterario e Annunciador*, n.º 13, anno 1.º, Benguela, 9 Fevereiro 1907, p. 1.

principal da narrativa. O trecho aqui apresentado é, igualmente, extremamente poético: *É assim o homem. Nos mais afflictos transes da sua existência, no meio das maiores amarguras e das tempestades violentas do infortúnio, ainda lhe resta um pequeno desprendimento infantil em que esquecendo e abandonando os males que o assoberbam, se lembra dos momentos, relativamente felizes que apagaram as más horas passadas como as ondas da luz do sol rasgam as nuvens, trazendo a alegria e a vida e fazendo esquecer a tempestade ainda há pouco varrida*<sup>786</sup>. A adjetivação sempre hiperbolizando os momentos, fazendo da metáfora o testemunho de desespero que pode assolar um indivíduo, torna quase infantil qualquer desprendimento que mesmo assim ocorre. Muito ao gosto da época, o autor dramatiza o momento com o qual o leitor se identifica, porque ele próprio já passou por momentos adversos que quase ditam o desespero e que, depois, por si próprios se dissipam na presença de um qualquer elemento que traga alguma alegria. A partilha da reflexão do narrador com o leitor quase testemunha uma relação de intimidade que foi sendo criada ao longo dos números publicados e que permite este tipo de diálogo íntimo sobre a natureza humana.

No próximo número e pela primeira vez aparece o texto identificado como “Folhetim de «O Benguella», o que poderá resultar do anúncio no número prévio, como anteriormente tinha sido apresentado, sobre a publicação do romance histórico *As Furnas do Lobito* em fascículos<sup>787</sup>. Após o trecho mais filosófico sobre a condição humana, a diegese parece ter dado um salto que, pelo número em falta não consegui identificar, mas que agora se centra na narrativa de um moribundo para dar lugar a uma descrição de uma festa, em que, pela primeira vez e nos textos em que tive acesso, existe um narrador na primeira pessoa, que poderá ser D. Fernando cujo relato de vida pode ter sido interrompido pela reflexão filosófica, que se prepara para uma festa. Pelo diálogo e a introspeção do narrador, percebe-se que se iria introduzir uma história de amor, com o surgimento de uma bela jovem e de um militar na narrativa: - *Pontualmente la estarei, meu coronel. – Despedi-me do coronel que me animou com um aperto de mão e um sorriso. Eu não conhecia a filha do coronel; só sabia por ouvir dizer, que era uma menina muito gentil e bella, e possuidora de todas as graças que Deus deu aos anjos da terra*<sup>788</sup>. A jovem, tal como Nana, aparece num plano passivo da ação narrativa, pois tudo é preparado sem que os seus atos sejam determinantes para o curso da mesma, sendo escassas o número de personagens femininas, o que, nesta época e numa literatura em que a viagem e o risco ou a aventura são elementos presentes não é de estranhar, antes é bastante consensual entre os textos então produzidos. O último trecho a que acedi, demonstra a possibilidade de um eventual romance ou, pelo menos, que o jovem frequentará uma casa de hábitos ocidentais, não se conseguindo apurar onde seria essa casa, onde viveria esta família: *As palavras do coronel desassocegaram-me o espirito, e comecei a achar que o tempo corria lento de mais. Ardia em ancias de me apresentar n’essa casa que em era franqueada e onde, presentia, iria passar d’alli em deante tão felizes horas. (...) Chamei o meu ordenança e mandei aparelhar o meu cavallo. As cinco horas menos dez minutos descí ao pateo sobre cujas*

---

<sup>786</sup> Augusto Bastos, “As Furnas do Lobito” [folhetim], *O Benguella: Semanário Noticioso, Litterario e Annunciador*, n.º 15, anno 1.º, Benguela, 28 Fevereiro 1907, p.1.

<sup>787</sup> Vide idem, p. 4 e Augusto Bastos, “As Furnas do Lobito” [folhetim], *O Benguella: Semanário Noticioso, Litterario e Annunciador*, n.º 16, anno 1.º, Benguela, 7 Março 1907, p. 1.

<sup>788</sup> Idem, ibidem.

*pedras eu fazia tilintar alegremente as minhas esporas de prata e retinir a minha espada*<sup>789</sup>. A transição de narrador de terceira pessoa para o narrador de primeira pessoa, participante, poderá indicar que a narrativa teria mudado bastante o seu rumo, mas dado que não existe mais nenhum número de que me possa socorrer, mantenho apenas esta suposição que me parece mais plausível.

Relativamente ao facto de esta publicação, se bem que incompleta, constituir um elemento muito importante na carreira do escritor, não tenho qualquer dúvida. Trata-se da sua primeira ficção publicada em folhetim, usando já as técnicas adequadas para o efeito, com criação de suspense no final de cada número, aprofundando ao longo da diegese a sua relação com o leitor, de forma a fazê-lo a interagir com o narrador, prendendo-o na ação principal, mas introduzindo ações secundárias igualmente interessantes para serem seguidas, muitas das vezes, com carácter pedagógico. Outro aspeto muito importante para aprofundar é a relação desta ficção com a realidade e com os debates sociopolíticos deste tempo, não só porque levanta o problema da escravatura, num tempo em que se discutia ferverosamente a questão dos serviços que aparecia como sua sucedânea, como também a questão do passado histórico brilhante da Ibéria, sendo Bastos da geração que recebe o impacto do Ultimatum inglês ainda muito jovem. A visão que, por vezes, poderá parecer desadequada da realidade, quando o autor introduz uma relação de respeito e interação entre as autoridades portuguesas e as autoridades tradicionais, de que a personagem Muenecária se torna porta-voz juntamente com o governador português que lhe concede a honra do fardamento e da espada, fazem parte do seu ideal de complementaridade entre colonos e colonizados que contribuiriam cada um de formas diversas e sem ser de modo igualitário, para a sociedade angolense que conheceu. O facto histórico, a precisão geográfica e a determinação temporal além de tornarem verosímil a narrativa, apresentam-se como possibilidades reais aos olhos do leitor que seria angolense ou um colono ali vivendo. Daí que não haja grande pormenor na descrição geográfica de certos pontos ou justificação e referências geográficas e noutros se note um grande pormenor, como é o caso de Cádiz ou mesmo do percurso de sertão feito pela comitiva do Muenecária, contrastando com uma descrição menos extensa dos pontos de referência ou da cidade da Catumbella.

Se o autor prende a sua narrativa à realidade, ressaltando os aspetos que fazem parte da experiência pessoal ou literária do leitor, também propõe ao leitor uma visão diferenciada da realidade, apelando à complementaridade das relações entre dominadores e dominados e atenta na perversidade do tráfico escravagista que, sendo um facto histórico extremamente negativo, não deixa de estar ligado a ambos lados que participam na construção da história angolense. Bastos pega num tema, o escravagismo, que mais intervenção do discurso utópico tinha à época para o introduzir, referindo não só as clivagens intrínsecas à sociedade angolana, como projeta uma ideia de complementaridade entre os povos e comunidades ali em presença. Esta ideia vai sendo completada ao longo da sua carreira literária, mas aqui prepara-se esse percurso. Infelizmente e por não ter acesso ao texto na sua totalidade, não se pode saber como retoma a ação principal, contudo, é perceptível que se opõe a todo e qualquer tipo de exploração desumana, ou seja, à posse de pessoas. Assim, pode-se referir que se Bastos experimenta a realidade, através dos factos, geografias e tempos, por um lado, é igualmente

---

<sup>789</sup> Idem, *ibidem*.

verdade que começa a ensaiar a utopia, num registo de defesa da complementaridade até então invulgar, por outro lado.

## 6.2 – José de Macedo, cooperativismo e ensino rumo à *Autonomia de Angola*

José de Macedo publica em 1898 dois livros, *O Cooperativismo* e *A socialização do ensino*, focando dois temas muito em voga à época e que constituíam pilares das utopias que se vulgarizaram durante o século XIX<sup>790</sup>. Editados numa coleção denominada Ideal Moderno, os livros foram comercializados e eram vendidos a um preço acessível, pois destinavam-se sobretudo à divulgação científica em diversas áreas do conhecimento. Portanto, o próprio objetivo do autor se funde com o local onde publica: uma coleção de vulgarização do conhecimento destinada a um público instruído, mas sem os refinamentos de uma educação longa. Assim, de modo conciso, o autor vai expondo as suas ideias que constituem a base de elementos que alargará da metrópole às colónias e que já aqui ensaia. Na verdade, Macedo defende que os mesmos princípios devem presidir ao governo do país como um todo, incluindo as colónias. Deste modo, cooperativismo e instrução caminham a par, porque afinal uma e outra coisa estavam ligadas e ambas poderiam levar a uma sociedade mais equilibrada. Só a instrução poderia consciencializar o indivíduo e era prioritária a instalação de escolas, a leitura do livro e do jornal. Se a primeira era muito importante na primeira infância e na alfabetização dos adultos, os segundos asseguravam que se manteria o acesso ao conhecimento e à informação, únicas formas do cidadão se manter atual e poder contribuir para o bem comum. Igualmente, a organização de bibliotecas públicas, garantindo o acesso de todos ao livro, a publicação de brochuras de baixo custo para se tornarem acessíveis aos mais desfavorecidos e a realização de conferências para vários tipos de público contribuiriam para o esclarecimento progressivo daqueles que tradicionalmente estavam arredados do saber<sup>791</sup>. Só através da instrução se poderia aprender a importância do bem comum e assegurar a redistribuição da riqueza. O cooperativismo, aos olhos do autor, seria a forma mais indicada de lá chegar e propõe que essa mesma solução toque os territórios africanos colonizados por Portugal<sup>792</sup>.

Assim refere: *A fecundidade do solo da nossa Africa Occidental, o terreno ubérrimo da Oriental não teem quem por elles se interesse, pela simples e única razão de supormos que ahi só abundam os pretos, que servem para nos divertir quando passam nas ruas da capital*<sup>793</sup>. Se se tornava aflitivo o facto de existir uma colonização que não ajudava ao progresso das colónias, porque não aproveitava as suas riquezas, não era menos grave o modo como eram vistos os africanos, não só depreciativamente, mas como se apenas pudessem fornecer motivos

---

<sup>790</sup> José de Macedo, *A socialização do ensino*, Lisboa, Secção Editorial da Companhia Nacional Editora, 1898 e José de Macedo, *O Cooperativismo*, Lisboa, Secção Editorial da Companhia Nacional Editora, 1898.

<sup>791</sup> Vide José de Macedo, *O Cooperativismo*, op. Cit., p. 8.

<sup>792</sup> Lembre-se que já por esta altura, o autor se interessava pelas questões africanas, publicando artigos em revista, frequentando a Sociedade de Geografia de Lisboa e estando envolvido no debate público sobre esta temática.

<sup>793</sup> José de Macedo, *O Cooperativismo*, op. Cit., p. 14.

cômicos para divertimento dos transeuntes, provavelmente pelo carácter de alteridade que apresentavam nas feições, na cor da pele e no traje. Isto significava a manutenção das colónias num registo improgressivo, condenado pelo autor. Assim sugere: *A criação de cooperativas coloniaes, permitam o termo, seria, estamos convencidos, o primeiro passo para um grande desenvolvimento agrícola, comercial e industrial, e portanto para a utilização dos nossos fecundos territórios do Continente Negro, entregues á avidez dos ingleses que, conhecedores das suas riquezas inextinguíveis, nos vão roubando com pleno consentimento de quem nos governa e se governa*<sup>794</sup>. As cooperativas apareciam, pois, como uma forma de tornar a economia colonial produtiva e de competir com os ingleses que alargavam, paulatinamente, a sua influência às colónias portuguesas. Sem especificar, Macedo defende os “princípios da democracia social” e lista os exemplos de cooperativas que funcionam de modo positivo, tanto contribuindo para a instrução como para a produção (logo para a economia) e para a redistribuição da riqueza (logo para o bem comum da sociedade). No entanto e exemplificando com o caso de alguns negociantes de Lourenço Marques, nem sempre as cooperativas eram apreciadas, sendo consideradas uma concorrência indesejada por alguns como neste caso. Percebe-se, pois, que Macedo, para além de informado sobre a situação e tendência em Portugal também estava informado sobre o que se estava a passar nas colónias em termos de movimento cooperativo, o que é atestado pela sua referência ao congresso de cooperativismo e na correspondência deste, bem como, na evocação da sua experiência pessoal em cooperativas de Gaia, propondo uma federação de todas as cooperativas para potenciar os seus resultados<sup>795</sup>.

Macedo estende a sua proposta da formação de cooperativas a vários setores de atividade, todos os que se ligam diretamente à melhoria das condições de trabalho e de vida dos mais carenciados. Assim, propõe que deveriam existir cooperativas de produção, de consumo, agrárias e prediais. E, retoricamente e em tom coloquial, questiona, para logo de seguida fornecer a resposta, num diálogo com o leitor que simplifica a explicação de ideias, potencialmente complexas: *Como se auxiliariam? As cooperativas de consumo fornecer-se-hiam das de produção (incluindo agrarias), as de produção das de crédito, (transitoriamente são precisas), e as prediais seriam consideradas agencias das outras para fornecimento de habitação dos sócios ou aderentes*<sup>796</sup>. É de atentar na menção à questão do crédito que, no caso colonial, constitui uma das grandes preocupações de Macedo que volta variadas vezes ao tema, porque seria a única forma de a economia ser animada através do investimento nos setores produtivos. Depois, propõe outras medidas que, na altura, poderiam ser consideradas de higiene social, como a proibição da venda de bebidas alcoólicas, dada a taxa de alcoolismo entre as camadas mais desfavorecidas da população, de educação social dos trabalhadores e respetivas famílias, através da instrução e de animações sociais adequadas, e de igualdade de género, aceitando as cooperativas tanto homens como mulheres todos sujeitos às mesmas condições<sup>797</sup>. E tudo isto, se justifica, diz, por ter o autor conhecido bem essas condições de vida: *O auctor d’estas linhas viveu muito tempo entre operários, conheceu-lhes as necessidades, conheceu-lhes as virtudes sublimes que encerram no seu coração ingenuo e*

---

<sup>794</sup> Idem, *ibidem*.

<sup>795</sup> Idem, pp. 27 e 31.

<sup>796</sup> Idem, p. 33.

<sup>797</sup> Vide idem, p. 39.

conheceu-lhes também os defeitos que mancham o seu viver miserável; assistiu a provas de uma sublimidade extrema e viu acções que enlameiam caracteres; reparou que muitas vezes não há pão na carunchosa arca e há bôccas hiantes pedindo lacrimosa e desesperadamente o sustento<sup>798</sup>. Este é um traço transversal a toda a produção textual de Macedo, seja em ensaio, texto jornalístico ou ficção. O autor fundamenta sempre as suas razões na sua experiência pessoal, reportando-se, inúmeras vezes, com rigor às situações vividas, às ações em que participou. Assim, não é de estranhar que as suas descrições assumam uma riqueza ao estilo literário, mesmo quando escrevendo para a divulgação social ou científica, como se encontra neste caso: *Uma pobre casita, despida de todas as comodidades, tendo apenas um catre velho para toda a família que vive n'uma promiscuidade pouco limpa, uns bancos toscos e mutilados servindo de único ornamento, uma lareira quasi sempre apagada, eis onde vivem as famílias dos desgraçados trabalhadores. Pois este casebre, quasi sempre com brechas por onde o frio vento de inverno entra sibilante, é propriedade de alguém que exige o aluguer com modos carrancudos quando não... cacos na rua, exclama pitorescamente – n'este pitoresco que tem o que quer que é de horrível – o agente do proletário<sup>799</sup>*. Prossegue descrevendo os abusos dos patrões relativamente aos proletários, sempre em pormenor, partilhando com o leitor a sua experiência, mas também a sua indignação, exclamando sobre os abusos levados a cabo: *Só visto!*<sup>800</sup>, parecendo apenas faltar o complemento do provérbio: “contado ninguém acredita”. E é nesse momento que faz a ligação entre utopia e realidade, focando o exemplo de Cabet e da *Icaria* que teriam perecido por uma tentativa demasiado rápida e profunda de *derrubar d'um momento para o outro instituições sociaes que contam seculos e seculos de existência*<sup>801</sup>. A fechar este livro cita ainda bibliografia relativamente ao tema, destinada ao leitor que queira aprofundar a temática, ciente da brevidade com que expõe toda a problemática ligada a esta questão.

O outro livro editado nesse mesmo ano, *A socialização do ensino*, é dedicado por Macedo a três pessoas e a uma instituição: a *José Maria da Silva e Albuquerque, O devotado operário que se salientou pela divulgação das sociedades escolares*; a *José Elias Garcia, O incansável fomentador da instrução do povo nas escolas e bibliotecas municipaes*; a *Eduardo Coelho, O oriundo das camadas do trabalho que foi o glorioso popularizador da imprensa portugueza*; à *Voz do Operario, benemérita sociedade operaria que tem desenvolvido, n'um apostolado incançavel, as letras do ABC, pelas classes proletárias, como norma de reivindicações trabalhadoras*<sup>802</sup>. As dedicatórias do autor revelam as ações, instituições e personalidades que pensava ser importantes para a democratização do acesso ao ensino e sua massificação. As sociedades escolares, de natureza associativa, muitas vezes popular ou mesmo proletária, as escolas e bibliotecas municipais (algumas já obra dos republicanos eleitos pelos municípios já nesta altura, como é o caso de José Elias Garcia que era republicano) e a imprensa seriam os pilares da educação do povo, sem a qual seria impossível progredir e fomentar o livre pensamento como Macedo refere: *Illuminar espíritos corresponde a emancipar consciências*<sup>803</sup>. A falta de conhecimento aparece comparada à “escuridão”, sendo que a função do livro seria

---

<sup>798</sup> Idem, p. 43.

<sup>799</sup> Idem, p. 45.

<sup>800</sup> Idem, p. 46.

<sup>801</sup> Idem, p. 47.

<sup>802</sup> José de Macedo, *A socialização do ensino*, op. Cit., p. 3.

<sup>803</sup> Idem, p. 5.

essa mesma, proporcionar o conhecimento e dar a possibilidade de todos conhecerem a sua própria existência, passando o seu saber às gerações vindouras<sup>804</sup>. A ignorância mantinha o povo escravizado e vítima da tirania que o impedia de progredir<sup>805</sup>. De modo a reforçar estas afirmações, o autor, repetindo o que fazia no livro anteriormente analisado, refere a sua experiência pessoal: *Eu vi, muitas vezes, vivendo entre algumas dezenas de trabalhadores, quanto é contristadora a sua situação, e quanto doloroso o seu viver*<sup>806</sup>. A sua experiência de convivência com os trabalhadores, inserindo-se no seu meio, deveria ter sido bastante marcante, pela recorrência com que a expõe, sendo também um fator que atesta o seu saber empírico sobre as condições de vida destas pessoas, o que lhe dá mais autoridade para reclamar determinadas soluções e expor certos problemas.

Prossegue e refere um tema muito importante em toda a sua obra e que lhe é transversal, tal como a temática da instrução. Este tema é o trabalho que, se biblicamente teria significado uma condenação ou castigo, em termos racionais constituía a redenção do indivíduo que assim contribuía para o bem comum: *Não compreendem que o trabalho é uma condição essencial e natural da existência, deduzida da logica sombria das coisas; não compreendem que o trabalho há de ser sempre o grande principio da morigeração e de luz! Não compreendem que o trabalho não é um estygma, mas uma redempção. (...) O trabalho que representa o progresso, porque não é concebível uma coisa sem a outra (...)*<sup>807</sup>. O conhecimento que o autor tem do texto bíblico, permite-lhe o jogo entre preceito religioso e o pensamento que representava a lógica conducente ao progresso. Apenas a ignorância poderia levar a esta associação que terminaria no dia em que o povo tomasse consciência da sua verdadeira contribuição para a comunidade, introduzindo as questões que lhe permitem com a resposta justificar o papel da educação na regeneração das massas populares trabalhadoras: *E qual a razão da sua permanência n'este estado degradante e triste? Por que será que essa gente não tem a consciência dos seus direitos e não reconhece a situação deploravel em que jaz*<sup>808</sup>? O lançamento da questão envolve o leitor, mas igualmente simplifica o conteúdo textual, porque o leitor acompanha o raciocínio do autor, vendo ser-lhe dada a resposta adequada, terminando esta exposição com a interjeição: *Quer dizer – ignorância; significa – escravidão*<sup>809</sup>! Saber ler seria o primeiro passo e o mais determinante: *Sim, hoje o povo é escravo porque é ignorante; tem cadeias nos pulsos porque não sabe ler*<sup>810</sup>. Ter uma população educada significava entrar no grupo dos povos mais avançados tecnológica e cientificamente e fazer-se respeitar junto destes. Asserção mais acutilante se se tomar em consideração o facto de o Ultimatum ainda estar a produzir os seus efeitos nos movimentos patrióticos portugueses e ter contribuído fortemente para o abanar do sistema político vigente, consolidando os movimentos nacionalistas, formatados a partir de uma utopia de Estado nacional que se afirma interna e externamente, alargando-se na sua missão, agora, “civilizadora”. Macedo escreve: *Como pode um povo, que não segue o movimento da civilização, pretender que seja respeitado, no conjunto social, quando está fora da corrente renovadora dos tempos*

---

<sup>804</sup> Vide idem, p. 6.

<sup>805</sup> Vide idem, pp. 6-7.

<sup>806</sup> Idem, p. 7.

<sup>807</sup> Idem, p. 9.

<sup>808</sup> Idem, p. 10.

<sup>809</sup> Idem, p. 11.

<sup>810</sup> Idem, ibidem.

modernos, por isso que lhe falta a base essencial para ser agrupado entre os povos civilizados, a qual é a educação e a instrução de seus filhos?! Como pode exigir-se respeito para a nossa soberania nacional, quando não temos uma ilustração suficientemente solida que nos garanta a respeitabilidade e a consideração de estranhos?!”<sup>811</sup> Portanto, o desprestígio português não era apenas relativo à questão das colónias, era algo que resultava do atraso do país. Retardamento resultante da falta de investimento na educação da população. Veja-se como a dupla pontuação acentua a gravidade da frase e indignação do autor que a pretende partilhar com o seu leitor.

Contudo, a massificação do ensino deveria ser acompanhada de uma aprofunda reforma do mesmo, pois este revelava-se desadequado às necessidades da época. Contudo, não se deveria copiar tudo o que vinha de fora, declarando: *Temos o péssimo costume de copiar tudo quanto o estrangeiro por lá tem e que por vezes é inferior por não adaptar às nossas condições mesológicas e segundo um critério nacional*<sup>812</sup>. A questão da adaptação às circunstâncias mesológicas será retomada pelo autor muitos anos mais tarde, com a sua tese de doutoramento, como se verá adiante. Por agora, é importante constatar-se que esta é uma preocupação que demonstra desde os primeiros textos que publica como este e que mesmo na sua ficção aparecerá quando expõe no texto o fruto de algumas recolhas suas que indiciam comportamentos e modos de ver a vida. Assim, apesar de ativo defensor da modernização da sociedade não deixava de reforçar a necessidade de atender aos condicionalismos locais. Macedo enumera, em seguida, os problemas do ensino em Portugal: o recurso à memória no ensino primário, em vez de introduzir o raciocínio analítico, a repetição de conteúdos, a falta de metodologia no ensino da aritmética e geometria, o ensino da história com base em personalidades heroicas, em vez de transmitir o valor *d’uma nacionalidade que prestou serviços inolvidáveis á civilização moderna*, levando ao conhecimento *de que os outros povos são nossos irmãos e nossos colaboradores na obra de progresso e adiantamento social*<sup>813</sup>. Introduce, então, a questão do estudo das colónias: *Não seria mais importante o estudo das nossas colonias, que poderiam, bem aproveitadas, constituir uma fonte extraordinária de receita e ampliação economia da nossa nação?*<sup>814</sup> Aqui Macedo defende algo ainda pouco comum na época em que escreve este seu livro, pois está a referir-se à inserção do ensino relativo às colónias no ensino geral, justificando-o com uma questão pragmática: a importância de valorizar economicamente as colónias. Pegando de novo na sua experiência pessoal e evocando o que é referido nos congressos sobre o ensino, denuncia a falta de condições dos estabelecimentos escolares, onde as crianças são forçadas a iniciar a sua aprendizagem.

Fundindo a história nacional e a história colonial, aproveita o ensejo para expor a relevância da coletividade na história ao invés da personalidade com características laudatórias: *Desde Geraldo sem Pavor, o inimigo figadal dos mouros, até o sr. Mousinho d’Albuquerque, o fogoso apripionador do pobre Gungunhana. (...) Isto é o que se não comprehende perante a philosophia da historia, que, no estudo constante dos factos e dos acontecimentos, chegou á conclusão de que as grandes épochas históricas são a consequencia necessária do concurso de todas as energias racionaes e humanas e não o resultado da acção de qualquer homem, que*

---

<sup>811</sup> Idem, p. 14.

<sup>812</sup> Idem, p. 16.

<sup>813</sup> Vide idem, pp. 20-23.

<sup>814</sup> Idem, p. 23.



*substituísse o esforço individual pela potencia colectiva das multidões na lucta pelo progresso*<sup>815</sup>. É curioso, ainda, verificar que Macedo tem uma visão muito particular do caso de Gungunhana, constituindo um raro exemplo de valorização positiva das características de organização do seu povo que o rei vátua tinha apresentado. Portanto, não só o herói é coletivo, o que explica evocando Proudhon, como os supostos inimigos da construção e unificação da pátria portuguesa têm também algum valor intrínseco<sup>816</sup>. Ainda faltava aos estudos médio-superiores e superiores a introdução de uma visão crítica dos factos que resultava da ausência de investigação nas faculdades. Toda esta situação resultava na formação de bacharéis com pouca capacidade crítica que usavam um dos veículos que deveria proporcionar a informação e conhecimento à população para os seus discursos pejados de *verrina jornalística, sem um estudo sério, sem orientação lógica*<sup>817</sup>. Todavia, o ensino politécnico poderia ajudar a reverter algumas destas situações, essa era a esperança do autor. A par disso a socialização do ensino, tornar todos mais conhecedores, mais informados e mais capazes de desempenhar as suas tarefas sociais, o que não significava que se estava à espera de criar um grande número de génios, apenas de permitir que o acesso à instrução permitisse uma sociedade mais progressiva.

No entanto, não se pense que este trabalho ainda não se tinha iniciado. Na verdade, Macedo enumera várias escolas populares de alfabetização que contribuíam para a melhoria da instrução dos mais desfavorecidos, referindo as seguintes: *Voz do Operário, Academia de Instrução Popular, Escolas Móveis pelo Methodo João de Deus, Associação de Ensino Liberal, Academia de Estudos Livres, Instituto 19 de Setembro, Atheneu Commercial de Lisboa*<sup>818</sup>. Aliás, eram estas instituições as que mais rapidamente poderiam assegurar a socialização do ensino e a modernização das matérias ensinadas, visto considerar o autor que o ensino oficial se mantinha sempre atrasado face às tendências de uma sociedade paulatinamente mais dinâmica. A liberdade deveria estar presente na própria organização do ensino, permitindo ao aprendiz iniciar-se nos caminhos do pensamento livre, do questionamento e da crítica, estimulando todos a aprofundarem sempre um pouco mais os seus conhecimentos. Conclui, exclamando: *Que riqueza não poderia derivar d'essa utilização!*<sup>819</sup> O que aqui defende não é muito diferente do que vem a constituir a sua ação nos anos futuros, tanto na metrópole como nas colónias. A instrução é defendida como solução tanto em Portugal como nas colónias, sobretudo pela tentativa de massificação do ensino e divulgação do ensino técnico. Em qualquer um destes textos, mostra o autor conhecimento sobre as tendências da intelectualidade da sua época, sendo notório ter lido bastantes autores, entre estes utopistas e ter bem presente não só as utopias socializantes e comunitárias da sua época, como as utopias ligadas à construção do estado nacional. Doze anos depois destas publicações, em que as colónias ocupam um pequeno espaço, contudo sempre presentes nos textos de Macedo, o autor publica *Autonomia de Angola*, em que o tema central é a então província de Angola e os aspetos concernentes a uma descentralização progressiva<sup>820</sup>. Centrado especificamente em

---

<sup>815</sup> Idem, p. 31.

<sup>816</sup> Idem, ibidem.

<sup>817</sup> Idem, p. 40.

<sup>818</sup> Idem, p. 51.

<sup>819</sup> Idem, P. 62.

<sup>820</sup> José de Macedo, *Autonomia de Angola, Estudo de Administração Colonial*, op. Cit.. O livro tem mais duas reedições, a última das quais em 2008.

Angola, o livro aflora um dos debates mais intensos sobre administração colonial que se travava desde finais do século anterior, a questão se seria melhor um governo centralizado ou mais autónomo nas colónias. Esta discussão também acontecia no seio de outros regimes coloniais e acompanhava outras problemáticas ligadas à colonização, como se as colónias seriam a riqueza ou a ruína do país. Portanto, maioritariamente, o que constituiu tema de debate em Portugal também o foi noutras capitais europeias, se bem que algumas tivessem o seu plano gizado de tal forma que, mesmo que titubeantes em situações particulares, conseguiram dar um rumo mais regular à implementação das suas políticas como é o caso britânico, em que existiu um plano mais consequente paulatinamente implementado.

Macedo abre o seu livro relatando o aparente divórcio entre metrópole e colónia que deixava desamparados os cidadãos portugueses, referindo diretamente os direitos de cidadania que lhes eram negados, os direitos à educação, à saúde, ao exercício da cidadania, à comunicação, à circulação e ao trabalho, explicando factualmente: *Não lhes é concedido o mais necessário e o mais urgente dos direitos dos cidadãos: o de gerirem os seus negócios locais. Não lhes é permitida a indispensável regalia de se instruírem e aos seus filhos: em Angola quasi não há escolas. Não tem, pelas péssimas condições higiénicas em que se encontra a maior parte das terras africanas, o direito á vida: as febres e as doenças palustres, que poderiam ser, em grande parte, evitadas, dizem muitos milhares dos nossos compatriotas. O direito de comunicação entre as diversas povoações não existe, porque não há viação regularmente organizada e os caminhos ocasionaes das caravanas do gentio suprem uma rede de estradas. Não há o direito ao trabalho porque afogam as industrias nascentes com pesadíssimos impostos, esmagam o comercio com embaraços fiscaes, aniquilam a agricultura, que poderia ser riquíssima, com ciladas diplomáticas, como sucedeu com as convenções de Bruxelas. Não há bibliotecas, não há museus, não há exposições, não há estabelecimentos scientificos*<sup>821</sup>. Identificados os graves problemas existentes, com referência aos factos que produzem estes resultados. Concedendo mais dramatismo à situação, introduz ainda a ameaça que ia pairando no ar de uma possível alineação de território, usando explicitamente a metáfora de que *uma colonia não é uma quinta, que se aliene com a bicharada que lhe esteja adstrita; uma colonia contém cidadãos que podem magoar-se por os sujeitarem a preço, como vis animalejos, sem consciência e sem o espirito de solidariedade nacional, que, mais intensa, revive em muitos habitantes das dependências*<sup>822</sup>. A evocação da solidariedade nacional poderia causar mais eco, num argumento que chega primordialmente à classe política e intelectual metropolitana, dada que a publicação acontece quando Macedo já está em Portugal. Alude criteriosamente aos debates que prosseguiam na sociedade portuguesa relativamente às possibilidades de implementação de um regime autónomico, em que está muito presente uma mentalidade dominante de interdependência entre a metrópole e as colónias: a primeira necessitava das segundas para ser grande e afirmar-se como nação, as segundas precisam da primeira porque ainda não têm capacidade para progredir sozinhas, o que potenciava o afastamento dos princípios autónomicos quando se tratava da administração colonial.

Após este introito que serve de antecâmara ao leitor, o autor refere-se especificamente ao leitor e às conclusões que, no final da obra, autor e leitor poderão atingir, devendo o segundo

---

<sup>821</sup> Idem, pp. 7-8.

<sup>822</sup> Idem, p. 11.

reportar a sua conclusão ao produtor do texto: *Vamos a desfilar essa meada, e se este livro tiver algum leitor, no fim me dirá se a autonomia é, ou não, a única solução salvadora*<sup>823</sup>. É de atentar que nesta frase, Macedo estabelece quase uma relação de camaradagem com o leitor, estabelecendo um elo de igualdade entre ambos: ele escreve para que juntos cheguem a uma mesma conclusão. Avança com a questão do deficit das colónias, mencionando mesmo que os metropolitanos, colonos e populações autóctones tinham sofrido com as administrações desonestas e fá-lo de modo interessante, procurando expor como as opiniões eram concordantes neste aspeto, escrevendo não pode deixar de concordar-se que *fomos vítimas de administrações desonestas*<sup>824</sup>. Numa inversão ao que constituía boa parte da argumentação metropolitana, as colónias são apresentadas como vítimas do próprio desgoverno na metrópole que, inúmeras vezes, usaria o facto colonial para desculpar as falhas de governação do governo central e dá o exemplo de um ministro da fazenda, M. de Carvalho: *E o que é interessante é que no anno de 1888 em que o deficit atingiu a soma colossal de 9.600 contos atribuí-a o ministro da fazenda de então ás despesas coloniaes que tinham tido o deficit mesquinho de 872 contos sujeitos a rectificações, em que fica bastante reduzido*<sup>825</sup>. Num rasgo habitual na sua escrita e introduzindo um cenário de intertextualidade, Macedo evoca o seu texto publicado nove anos antes e aqui analisado, *As nossas Riquezas coloniaes*, para referir como a ansiedade de lucro tinha muitas vezes comprometido os bons resultados que se poderiam obter nas colónias, inclusivamente, negando aos povos autóctones o seu direito à justiça, pois *jamais eram ouvidos*<sup>826</sup>. Aprofundando este caso, refere a sua experiência pessoal e a recolha de elementos sobre o assunto, colocando o acento tónico no abuso das populações “indígenas”: *Tenho muitíssimos apontamentos sobre casos de grande importância, no sentido de extorsão ao negro e dos abusos de muita autoridade, no interior de Africa. Um dia farei um livro, minucioso e documentado, em que se revelarão coisas que deixarão pasmada muita gente*<sup>827</sup>. O autor não só incrementa a verosimilitude da sua obra como deixa em aberto um aspeto que era desconhecido dos leitores metropolitanos que apenas poderiam ter aproximações ao que realmente se passava e não o conhecimento devido sobre estes assuntos. Sendo uma obra em que o leitor é convidado a acompanhar o autor, este facto ganha relevância maior, pois visa abrir-lhe perspectivas que poderão estar ainda cerradas.

Um dos temas que explora, igualmente, e note-se que Macedo antes de introduzir qualquer proposta de solução, tenta diagnosticar todos os problemas graves existentes em Angola, é a falta de fiscalização sobre os negócios e, igualmente, sobre as prestações dos funcionários, bem como, sobre os atos administrativos. Segundo Macedo, o grande erro centra-se no facto de a metrópole querer controlar os povos autóctones sem fazer qualquer esforço para fiscalizar os seus representantes nas colónias, exclamando: *Os clamores da parte da metrópole deviam, por isso, ser orientados num sentido moralizador, mas infelizmente, em vez de se*

---

<sup>823</sup> Idem, p. 20.

<sup>824</sup> Idem, pp. 26-27.

<sup>825</sup> Idem, pp. 27-28.

<sup>826</sup> Idem, pp. 28-29.

<sup>827</sup> Idem, p. 31, nota 1. Infelizmente, não consegui localizar no espólio do autor quaisquer notas sobre os elementos que aqui refere, pelo menos de forma organizada que pudesse indiciar o início de escrita de um livro. Existem algumas notas soltas da sua autoria ou de recolha de contactos seus que lhe eram enviadas por correio ou entregues em mão, constituindo parte da sua correspondência. No entanto, existe a possibilidade de ter sido feito um original e de que este tenha sido entregue para publicação não se tendo consumado a edição.

*evitarem os escândalos e as extorsões tão fielmente retratados por mãos experientes, pensava-se que era necessário evitar os abusos dos administrados!*<sup>828</sup> Logo, o autor tenta dar uma visão multifacetada do problema angolense e, sobretudo, ancora-se na sua experiência pessoal a par da investigação dos números e diplomas legais, construindo um texto que, se por um lado, exorta o leitor pela partilha de vivências, por outro, desenvolve um raciocínio lógico próprio das pesquisas científicas mais apuradas. Cita inclusivamente figuras de proa do regime colonial para demonstrar como os problemas administrativos eram antigos e reconhecidos pelas individualidades que se tinham destacado não só em cargos governativos mas que tinham proposto algumas medidas que impossibilitavam que as culpas dos insucessos da política colonial portuguesa fossem imputados às próprias colónias: *Quem governa colónias como nós temos governado; quem não tendo escrúpulos na forma como tem seguido a administração ultramarina, não tem direito a assacar tantas ofensas á provincia que nenhuma ingerência tem sido na sua administração própria. Governar como afirmaram que tem sido governadas colónias Barros Gomes, Pinheiro Chagas, Oliveira Martins, Antonio Ennes, Mousinho de Albuquerque, e, dentre os vivos, mais em evidencia, os srs. Anselmo de Andrade, Julio Vilhena, Espregueira, Aires Ornelas, Teixeira de Sousa e Silva Teles, é não ter o direito, - o menor direito, - de amesquinhar as terras que tem, apenas, aceite os mais pesados encargos, erguendo-se, de quando em quando, para protestar, mas, ainda assim, frouxamente, sem continuidade, talvez porque a lassidão que o calor dos trópicos inocula prosta todos os indivíduos que pretendem erguer a voz, para reclamar mais justiça, mais honestidade e mais reconhecimento. Quem por lá vive, também tem direito a que os respeitem e atendam as suas reclamações*<sup>829</sup>. A enumeração das personalidades concede mais profundidade ao texto, na medida em que também introduz uma perspetiva diacrónica e, em simultâneo, sincrónica da denúncia dos problemas da governação colonial, pois refere figuras do passado e do presente.

A perspetiva diacrónica não se fica apenas pela enumeração dos políticos ligados à administração colonial, um outro trabalho de fundo, remete o leitor para a mesma, já que Macedo apresenta os balanços coloniais entre 1779 e 1843, com os deficits e superavits mencionados por anos e por quinquénios, apresentando em rodapé as notas explicativas, não sem denunciar a dificuldade na obtenção destes dados<sup>830</sup>. A falta de orientação governativa expressa-se no aumento desmesurado das receitas feita por conta dos contribuintes sem que houvesse uma clara política de racionalização da despesa ou de investimento nas atividades produtivas<sup>831</sup>. Não menos grave seria o facto de os orçamentos apresentados como finais serem afinal *o computo aproximado das receitas e despesas referentes a um anno económico de determinada unidade politica e administrativa, sendo corrente que as receitas se avaliem pelo mínimo e as despesas pelo máximo*<sup>832</sup>. Introduzindo este tema com “como é sabido”, o que demonstra que escrevia para um público que partilhava algumas noções de economia política, enumera vários exemplos em que os deficits previstos se tornaram em saldos positivos para no final fazer o cálculo geral, ajudando o leitor a obter a dimensão real dos números. Desmonta, assim, os juízos injustos que amiúde eram inculcados fruto da má

---

<sup>828</sup> Idem, p. 35.

<sup>829</sup> Idem, pp. 42-45.

<sup>830</sup> Idem p. 45-49.

<sup>831</sup> Vide idem, p. 50.

<sup>832</sup> Idem, p. 51.

informação sobre o assunto<sup>833</sup>. Se entre 1852 e 1899, portanto 47 anos, o deficit seria de 5 500 contos, apenas em 10 anos, entre 1900 e 1910, o mesmo deficit atingira os 7 100 contos. A falta de reinvestimento dos superavits na própria colónia poderia ter originado um agudizar das situações, ao que o autor alude de forma coloquial, envolvendo o leitor entre interrogações, exclamações e dupla pontuação. Atente-se aqui na forma a que recorre: *É claro; se havia deficits, quem os havia de cobrir senão a metrópole e, dada esta péssima organização colonial, viesse donde viesse o dinheiro? A metrópole serviu-se das sobras existentes das outras colonias? Que tem Angola com isso?! Foi um abuso, porque apenas os administradores do Terreiro do Paço são responsáveis e cae sem efeito a asserção de que as colonias são um ónus para Portugal, porque o que ellas seriam, pela argumentação, apresentada, é um ónus umas para as outras*<sup>834</sup>. Aqui refere-se Macedo a uma época peculiar da história de Angola, dominada por fortes confrontos militares, nas guerras denominadas de pacificação e de ocupação, em que se destaca a dos Cuamatos, conclusão que o autor imediatamente fornece ao leitor: *É uma vergonha! Para uma receita geral de 1:517 contos há uma despesa total de 2:777 contos, de que resulta a diferença referida. Mas o que é ainda mais desconsolador é que dessa receita de 1:517 contos só para despesas militares se tiveram de retirar 1:410 contos, o que significa toda, pode-se dizer – pois que os restantes 107 contos nada são em comparação com o que falta – que toda repito, a receita provincia se exgota em encargos bélicos*<sup>835</sup>. Note-se de novo a acentuação e o carácter moral que é inculcado na abertura do trecho, considerando uma falta de poder certas decisões tomadas pelo governo centralizado em Lisboa, para as quais a colónia em nada teria contribuído.

Antes de dar seguimento à sua apresentação, o autor volta a dialogar com o leitor, de modo a garantir a objetividade da sua apresentação. Assim e reconhecendo a emotividade da exposição precedente, afirma: *Mas não quero perder a linha de serenidade e vou prosseguir na exposição calma da minha tese, que, por ser baseada em algarismos, melhor pode sobressair a grave injustiça com que ofendem a melhor e mais importante colonia portuguesa*<sup>836</sup>. Volta aos números para demonstrar as razões pelas quais defende posições diferentes das que têm sido predominantes, tornando evidente a importância que concedida ao valor da demonstração lógica e positiva dos factos, mais fria, é certo, mas também indubitável nas suas conclusões. Para relançar o quase debate que parece desenvolver com o leitor, questiona: *Mas estas quantias exprimem, de facto, concretamente, melhoramentos para a vida colonial e asseguram aos habitantes da provincia uma maior soma de bem estar e conforto?*<sup>837</sup> Imediatamente respondendo: *Seria arrojo afirmá-lo.*<sup>838</sup> Apresenta uma relação das despesas, entre 1852 e 1907, divididas por setores em que se destacam, indubitavelmente, as despesas militares<sup>839</sup>. A

---

<sup>833</sup> *Em vez dum deficit geral, desde 1852 a 1907, de 9:600 contos, elle desce, aceitando os dados officiaes, á cifra muito menor de 5:369 contos, o que em vez do deficit medio anual que já consignámos de 175 contos, o reduz à media de 97 contos por anno. Idem, p. 53.*

<sup>834</sup> Idem, pp. 55-56.

<sup>835</sup> Idem, p. 56.

<sup>836</sup> Idem, pp. 56-57.

<sup>837</sup> Idem, pp. 57-58.

<sup>838</sup> Idem, ibidem.

<sup>839</sup> Despesas militares..... 16:626; Despesas eclesiásticas..... 2:319; Despesas fazendeiras..... 1:596; Despesas aduaneiras.....2:203; Despesas de justiça..... 1:533; Despesas em administração geral. 1:734. Idem, p. 61.

predominância dos gastos com o pessoal era outra questão importante, pois revelavam que raramente eram feitos investimentos fora desse capítulo. Fornece no final da apresentação e agrupando por setores os números da despesa: *26 mil contos para serviços militares, eclesiásticos, tribunaes e administração civil; 12.500 contos para saúde publica, obras publicas, marinha, correios, telégrafos e faroes; 900 contos para instrução publica, colonização e exploração científica!*<sup>840</sup> A organização da apresentação dos números tem uma razão lógica é certo, apresentando-se decrescentemente os valores, mas o agrupamento temático não é inocente e obedece à organização que o autor lhe pretende dar. Segundo o autor estariam quase invertidos os setores em que mais se deveria investir. Note-se que as melhorias públicas que poderiam levar ao desenvolvimento da colónia e a exploração científica que melhor asseguraria a sua ocupação e rentabilidade perfazem cerca de metade do valor gasto em serviços de administração associados diretamente ao poder (estão excluídos a saúde e a educação) e aos serviços religiosos.

Todo este diagnóstico termina com uma metáfora que o autor desmonta: *Esse cancro nefando é apenas uma explorada, uma vítima, que, sem ter quem a defenda, com interesse e com sinceridade, apenas tem merecido que a esmaguem, que lhe lancem ás faces esmolos que, de resto, ella, a parte trabalhadora, não merece, não aceita e repudia, mesmo, briosamente*<sup>841</sup>. Aproveita e menciona a classe trabalhadora, porque na colónia nem todos viviam da exploração do trabalho alheio que contrasta com a ideia e com o sentido das medidas tomadas na metrópole. Aliás, a decisão dos gastos era tomada na metrópole, excluindo de qualquer responsabilidade da colónia que via inscrito no seu orçamento rubricas como o depósito geral dos degredados e os serviços religiosos. Novamente para reforçar o seu argumento nomeia personalidades cujos préstimos à nação lhe tinham concedido o reconhecimento de carácter impoluto e patriótico, citando: *Afirmavam-no quando ainda o deficit colonial quasi não existia pois Sá da Bandeira no seu relatório, assinado também por Passos Manuel e Vieira de Castro, em que extinguiu o trafico da escravatura, atribuía o seu mal estar á metrópole, em 1836*<sup>842</sup>. A ideia de arrastamento do problema também inculca no leitor uma consciência de ineficácia e torpor da administração colonial que reforça a necessidade de pensar-se uma alternativa a este estado de coisas. Chegados a este ponto, pela primeira vez, o autor aflora a questão central do seu livro, colocando Portugal em oposição às correntes dominantes que assolavam outros países, numa tentativa de isolamento do caso português, declarando: *Emquanto que os outros paizes vão passando do centralismo para o descentralismo, nós, contraditando a corrente geral, vamos no sentido inverso, do descentralismo para o centralismo*<sup>843</sup>. E exemplifica com um caso metropolitano muito querido aos portugueses em geral, a tradição da descentralização municipal: *Na nossa evolução municipalista, que tem uma larga tradição jurídica, anterior mesmo á formação politica da nacionalidade, passamos da autonomia dos municípios, ainda claramente expressa no próprio código de 1842 (de costa Cabral), depois nos de 1878 e 1886 (do sr. Luciano de Castro), consignando a representação das minorias, á anulação das iniciativas municipaes e locaes*<sup>844</sup>. Note-se que, para além de lembrar um caso tipicamente metropolitano, Macedo introduz progressivamente a ideia de descentralização,

---

<sup>840</sup> Idem, p. 68.

<sup>841</sup> Idem, p. 69.

<sup>842</sup> Idem, p. 76.

<sup>843</sup> Idem, p. 77.

<sup>844</sup> Idem, pp. 77-78.

evitando o termo “autonomia”, conceito já de um nível muito elevado de descentralização, partindo da comparação com as tendências externas para o caso particular português, o que demonstra o cuidado dedicado à pretensão que o leitor acompanhe criticamente todo o seu raciocínio, daí a inserção constante de dicotomias ou oposições das situações expostas.

A palavra “autonomia” aparece com a análise do caso histórico da Ibéria ainda unida e que resultou no território de Portugal, de forma a introduzir o argumento contrário às autonomias: (...) *a descentralização tem o grande defeito afirmam ainda os contraditores da autonomia das regiões, de pôr os cidadãos na contingência de serem perseguidos pelos pequenos influentes locais* (...) <sup>845</sup>. Não deixa contudo sem resposta os opositores à descentralização ou autonomia: *Primeiro: a vida local é sempre especial, própria, diferenciada de terra para terra e embora a dinâmica social ponha em jogo as mesmas instituições há sempre uma expressão peculiar a qualquer tipo regional. Segundo: a autonomia deve corresponder a uma certa educação política, profundamente radicada no espírito da população e, portanto, é erro julgar-se que de futuro o caciquismo possa ter o domínio* <sup>846</sup>. Concluindo: *Os argumentos, por isso, não colhem porque à maneira que o cidadão vae tomando conhecimento dos seus direitos cívicos vae adquirindo também a convicção de que a sua acção política não pode estar sujeita a entidades que constituem castas, pelo facto de se encontrarem vivendo na capital metropolitana* <sup>847</sup>. O exercício da cidadania aparece como consequência natural, portanto, contrariando um ambiente ainda predominante de cidadania passiva e sem espaço participativo. De modo a melhor justificar as suas opções, cita literatura da área, abrangendo diferentes autores e temáticas, o que robustece a sua autoridade enquanto defensor da descentralização <sup>848</sup>. Invocando a imagem de um organismo, tenta explicar como a centralização prejudica a vida local, secundarizando-a e impedindo que frutifiquem as iniciativas localizadas. Não se furta a referir diretamente o caso angolano e a existência de uma corrente separatista de modo a explicar que mesmo sob um regime fortemente centralizado, estas tendências poderão surgir e, de novo, aplica a sua vivência para expor: *Ninguém que lá tenha vivido desconhece que não só entre os indígenas civilizados (e há-os que honram o seu nome) como entre os colonos europeus, existe uma acentuada manifestação de hostilidade, que nem pelas armas, nem pela maior centralização se poderá já extinguir* <sup>849</sup>. Note-se que ao nomear os “indígenas civilizados” e os “colonos europeus”, Macedo está a excluir as populações autóctones que guerreavam os portugueses e não aceitavam sem o conflito armado a ocupação dos seus territórios. É na sociedade colonial que se delineiam as oposições inesperadas e menos controladas ao poder colonial, resultado da ação dos que lutam através dos mesmos meios que a metrópole tem e que não rejeitam a “civilização” ou o “progresso”.

Um dos argumentos que mais favorece a descentralização é o da distância entre o centro de decisão e o local onde se precisa decidir, a par de um desconhecimento de quem decide sobre as verdadeiras condições do que se decide, o que é explorado por Macedo. Alude, em seguida,

---

<sup>845</sup> Idem, p. 78.

<sup>846</sup> Idem, pp. 78-79.

<sup>847</sup> Idem, p. 79.

<sup>848</sup> Enumera os seguintes autores e livros: Bordier, *La colonisation scientifique*; E. Thixion, *La population enrayé par la décentralisation*; Sam. Orth., *The centralisation of administration in Ohio*; Paul Meuriot, *Agglomérations urbaines dans l'Europe contemporaine*; idem, pp. 79-80.

<sup>849</sup> Idem, p. 83.

ao facto de existirem vários tipos de regimes coloniais, portanto, relativizando a forma encontrada por cada um dos poderes europeus para administrar a sua colonização<sup>850</sup>. Igualmente, os povos africanos são desmistificados relativamente à sua organização, ou seja, Macedo tenta apagar a ideia de que todas as suas reivindicações são descabidas, pois dentro do seu poder tradicional também existe uma ordem. Os colonizadores deveriam ter todos estes aspetos em conta, querendo isto dizer que cada caso é um caso, pela diversidade que apresenta, o que obrigaria a que o poder colonial também se tivesse de adaptar a essas realidades. Numa declaração pouco comum entre os colonizadores, Macedo partilhando o seu raciocínio com o leitor, defende: *Porque é necessário que nos convençamos numa vez, que os povos denominados, na Europa, selvagens pertencem à lenda. Se é bem que pertencera à história, o próprio tipo de grande potentado de Dahomé que é um tanto desfavorecido nas suas linhas geraes. Pois nem o Negus, na Albissinia, nem o sultão de Marrocos, nem os Levanicas, nem os Gungunhamas, nem os poderosos imperantes hovas, são tão absolutos que não precisem de prestar contas dos seus actos aos seus vassallos, estando em parte, sujeitos à acção da opinião publica da sua terra*<sup>851</sup>. O plural no verbo “convencer” demonstra bem a partilha do argumento com o leitor, por um lado, a introdução de um conceito de opinião pública relativamente aos povos submetidos, por outro lado. Insere uma lógica incomum nos discursos associados à colonização: a assunção que do lado da alteridade existem povos mais ou menos com as mesmas características dos europeus e que, em vez de totalmente alheios ao que se passa, têm uma organização, interesses e modos de vida próprios, o que os humaniza e lhes concede a capacidade de gerar opinião sobre os próprios factos.

A progressividade dos africanos justifica que se tenha de ter cuidado especial no tipo de administração a aplicar, sendo por isso normal que os ditos “civilizados” que mais contactavam com o poder colonial, tivessem formado as suas próprias opiniões e até pudessem propor as suas visões para solução dos problemas que encontravam. Reiterando o seu apoio teórico em factos, números e literatura, cita um autor francês para demonstrar como, para além de existir variedade entre os povos africanos, existe também uma organização política criada por cada povo. Leia-se o trecho que o indica: *Ainda está por fazer a etnografia geral dos povos africanos apesar de bons elementos que existem dispersos, mas quando ella se fizer, na organização politica indígena, ainda hade encontrar-se bons elementos de estudo, em parte levado a efeito, mas parcialmente, pelo eminente sociólogo Letourneau, que, todavia, no seu belo trabalho de evolução politica, soube ver no negro, não um improgressivo, mas gente com uma organização governativa onde está longe de haver o arbítrio e o despotismo á vontade do chefe, o qual em meu entender foi necessário aceitar-se como verídico, até certo ponto para justificar o infamíssimo trafico de escravos*<sup>852</sup>. Releia-se este fragmento textual, apenas para constatar como no final o autor estabelece uma associação entre a demonização das autoridades tradicionais (despotismo do chefe) para justificar o tráfico de escravos, cruzada na qual Macedo estivera envolvido, então sob o nome de trabalho serviçal, que lhe custara caro. Macedo introduz, sem contudo desenvolver, o combate ao argumento fácil, usado pelos humanistas, por vezes de forma inconsciente, que alguns chefes africanos despóticos e alguns traficantes sem escrúpulos alimentaram o tráfico infame, quando de facto organizações

---

<sup>850</sup> Vide idem, pp. 86-88.

<sup>851</sup> Idem, pp. 94-95.

<sup>852</sup> Idem, p. 95.



políticas inteiras tinham alimentado a sua economia e a sua cobrança de impostos com esse mesmo tráfico que, apesar de sórdido, era fonte de riqueza e de poder. Como se viu anteriormente, facilmente o combate à escravatura foi transformado quase numa utopia de uma Europa em desenvolvimento que já não necessitava de mão-de-obra intensiva, portanto, escrava. Estava mais interessada agora em manter essa força de trabalho nos novos territórios que pretendia em África, mas não se preocupava grandemente com as consequências para os povos que diretamente seriam afetados. A sua selvajaria permitira o tráfico, agora tratava-se de civilizar esses povos ao ponto de se tornarem úteis ao bem comum delineado a partir das metrópoles.

Assim, o despotismo poderia estar em qualquer lado e estava também presente nas administrações coloniais europeias, ilustrando esta questão com o exemplo do Congo Belga, recorrendo à figura do holocausto para descrever o que aí se passava, em nome de uma economia predadora, incarnada na imagem do “Deus Milhão”: *Sem duvida, porque não se refugiando atrás da ficção de que o Congo é independente, não dando resposta às interpelações feitas no parlamento belga, relativas às extorsões ali levadas, barbaramente a fim, os ministros são responsáveis, perante o mundo e perante o paiz, de tudo quanto de menos humano se perprete naquelas terras manchadas com o sangue de tanto infeliz negro, imolado em holocausto ao miserável e insaciável Deus Milhão*<sup>853</sup>. A constante subalternização política do autóctone e a depreciação do africano são vistas pelo autor como uma recorrência nas discussões em torno da política colonial, algo feito voluntariamente por poderes coloniais, em geral predadores das riquezas existentes<sup>854</sup>. Refere, seguidamente, o caso britânico em que o governo colonial já era proposto com características de *self government*, não reconhecendo contudo capacidades aos seus governados para se fazerem representar ou participar da decisão política, dando como exemplo o caso indiano, um dos expoentes máximos de uma cultura com conhecimento acumulado e preparação sob jugo colonial<sup>855</sup>. Significa isto que, mesmo entre os regimes descentralizadores, a capacidade da população autóctone participar da decisão política era claramente cerceada e que o argumento principal para este facto era sempre a impreparação da população para o fazer, sendo que, na realidade, esta seria apenas uma defesa dos regimes coloniais face às populações submetidas. A procura constante destas referências factuais baseia-se na necessidade de o autor demonstrar a sua autoridade, apesar do seu carácter de igualdade perante o leitor, provendo o seu público de dados suficientes para que o raciocínio do autor seja não só entendido como haja uma adesão moral e intelectual a este. Segue-se o exemplo histórico de Espanha, em que nem a República tinha percebido a dimensão do problema colonial, daí as independências ruinosas, tanto para a metrópole como para as colónias, dos países da América Latina, feitas sob um clima conflitual, fruto da incompreensão das ambições locais.

O caso espanhol serve mesmo para Macedo fazer uma ressalva importante, durante o processo de escrita e publicação deste livro dera-se a implantação da República em Portugal: *Quando revia estas provas foi proclamada a republica em Portugal. É evidente que não poderíamos inutilizar todo o trabalho feito, porque a doutrina que defendo neste volume*

---

<sup>853</sup> Idem, p. 96.

<sup>854</sup> Vide idem, pp. 102-103.

<sup>855</sup> Vide, pp. 104-115.

*sustento-a, agora com mais vigor e com muito maior esperança. (...) Ainda mais: quasi todo o original do livro, daqui avante, em nada será alterado, a não ser o aumento de alguma nota explicativa ou a forçada adaptação de trechos essenciaes*<sup>856</sup>. Para além de se tratar de uma nota explicativa, também pela desadequação de alguns termos oficiais à realidade que se fazia sentir no momento, o autor expõe a sua confiança em conseguir, de algum modo, alertar os poderes públicos para uma situação que se degradava a olhos vistos e para modificações políticas que poderiam influir no curso dos acontecimentos. Aquilo que propunha não se esgotava num sistema ou regime políticos. Aproveita o ensejo e começa a traçar o percurso histórico da expansão portuguesa que originara a posse de colónias, expondo desde logo a tendência para a centralização, particularizando o caso angolano<sup>857</sup>. Macedo mostra-se hábil na conjugação entre passado e presente, articulando perspectivas diacrónicas e sincrónicas sempre que possível, comprovando, igualmente, como as situações agora expostas resultavam de políticas que iam surgindo ao longo dos tempos, apesar da dinâmica desses mesmos tempos. Refere especificamente os abusos que eram perpetrados contra os colonos e populações autóctones por estar toda a administração concentrada numa só pessoa com amplos poderes e que apenas a larga distância havia algum controlo.

Regressa ao tema dos abusos de poder e à ausência de fiscalização, acrescentando uma outra causa, a falta de preparação dos quadros coloniais: *Ora é de notar que muitas vezes esses chefes de concelho e comandantes são simples e autênticos analfabetos, sem a menor preparação nem profissional, nem literária, nem jurídica. Compreende-se que gente nestas condições, embriagada com os poderes de que goza, não poderá ser nem benevola, nem justa, nem humanitária e se tomam de ponta, permita-se-nos a expressão corriqueira, qualquer desgraçado, tem este de abandonar a área em que elle domina, do contrario é homem morto ou, pelo menos, perdido*<sup>858</sup>. O tom coloquial que emprega não deixa de transmitir a sua segurança face aos factos narrados, concedendo-lhe mais vivacidade na forma, mas mantendo a sua argumentação e seriedade no conteúdo. Empreende então uma viagem temporal sobre as instituições criadas de forma a controlar de algum modo a execução das políticas e administração ultramarinas, referindo o papel do Conselho Consultivo do Ultramar que se veio a revelar inoperacional por causa da sua incapacidade para impor resoluções. Referindo a extinção de algumas juntas gerais na metrópole, ao nível distrital, e o seu desmantelamento em Angola questiona: *Mas se o governo mantem essas instituições nas ilhas adjacentes e na India, se reconhece a necessidade de as conservar ahi, porque razão logica a não manda convocar em Angola, onde a sua necessidade é evidente*<sup>859</sup>? Essa situação levava a que os negócios públicos deixassem de ter qualquer fórum de discussão ao nível provincial, sendo impossível defender os interesses locais. Citando Andrade Corvo menciona como não tem sido entendida a função das juntas gerais, dilatando a sua autoridade sobre o assunto<sup>860</sup>. Apesar de considerar o modelo de junta geral insuficiente, o autor reconhecia-lhe algum valor: *É certo, repito para evitar mal entendidos, que a junta não representa o ideal de governo colonial. É certo: mas nos trabalhos de tal instituição, permanente e constante, se encontraria a melhor forma de actuar no sentido mais consentâneo com o progresso material, moral e cívico da*

---

<sup>856</sup> Idem, p. 121.

<sup>857</sup> Vide idem, pp. 122-125.

<sup>858</sup> Idem, pp. 127-128.

<sup>859</sup> Idem, p. 134.

<sup>860</sup> Vide, idem, pp. 140-141.

*colônia*<sup>861</sup>. Com esta afirmação, o autor prepara o caminho para o aprofundamento de um elemento que existindo na lei não chegou a funcionar e que não sendo perfeito constituiria um estar a caminho.

Enumera, seguidamente, os diplomas legais que marcaram de algum modo as propostas para a administração colonial, referindo os anos e respetivos autores: o Marquês de Sabugosa (1880); Júlio Vilhena (1881); Ferreira do Amaral (1892) e Aires Ornelas (1907). Júlio Vilhena apresentava um diploma assente em *três grandes princípios: o da autonomia colonial, o da feição civil dos seus governos e o direito da intervenção do elemento indígena na administração das colônias, sem exclusão de crenças*<sup>862</sup>. Estas bases seriam fundadoras de uma administração verdadeiramente democrática e integrativa. Já o trabalho de Aires D'Ornelas, apesar de profundo, despreza o elemento nativo, através do qual se poderia implantar uma administração que garantisse o desenvolvimento da colónia. No entanto, em qualquer um dos diplomas já existia uma dinâmica positiva face ao que eram as administrações da época, pois parte considerável do exercício do poder e da decisão transportava-se para a própria colónia. Lembrando Eduardo da Costa, um Governador-geral que se notabilizou em Angola e por lá deixou saudades, menciona como este defendeu a complementaridade entre civis e militares na administração colonial, procurando os mais válidos para garantirem o progresso da colónia<sup>863</sup>. Relativiza o exemplo colonial português, explicando que outros países europeus colonizadores se confrontavam com o mesmo problema, a revolta efetiva ou potencial das populações locais. Demonstra como no caso da Argélia eram os abusos levados a cabo contra a população local que conduzia a essas revoltas que nem uma força bruta de uma presença massiva dos militares franceses conseguia eliminar. Descreve, igualmente, o caso de Madagáscar, em que critica o uso excessivo das forças militares quando se trata de reprimir qualquer insurreição de autóctones, escrevendo: *Galieni usou da maxima ferocidade, desta ferocidade severa e olímpica a que historicamente se costuma chamar heroísmo*<sup>864</sup>. É muito interessante esta expressão sobre o que habitualmente é tido como heroísmo à época e da qual o autor discorda. De facto, Macedo vive num tempo em que os heróis sertanejos são exaltados e comemorados, cresce e é ensinado ainda nesse ambiente. Contudo, tem uma posição crítica face a estes heróis que as metrópoles criavam para alimentar uma ilusão de patriotismo, onde por vezes apenas havia opressão e abuso de poder.

Em Angola os abusos de poder eram, igualmente, comuns, gerando situações quase inacreditáveis como as que o autor apresenta relativamente a Malanje, em que um conjunto de cidadãos tinha solicitado a desanexação do concelho do distrito da Lunda e que acabaram julgados, ao mesmo tempo que Macedo era considerado agitador e Perez expulso. Relata, deste modo, os acontecimentos: (...) *foram julgados todos os sinatarios, sendo condenados alguns a prisão que não cumpriram por o tribunal da Relação de Loanda por um exemplo típico o que foi a administração do sr. Custodio Borja. Pela mesma época era o autor deste livro, que dirigia a «Defeza de Angola», preso em Loanda pelo administrador do concelho, o sr. D. Guilherme de Menezes, enteadado do governador geral, e expulso da provincia Antonio Guerra Perez, por protestarmos contra os contratos que ali se faziam incitados pelo dito governador,*

---

<sup>861</sup> Idem, p. 141.

<sup>862</sup> Idem, p. 143.

<sup>863</sup> Vide idem, p. 147.

<sup>864</sup> Idem, p. 147.

ao mesmo tempo que se punha em perturbação permanente a pacífica população da capital de Angola<sup>865</sup>. Mais uma vez, a experiência pessoal do autor comprova acontecimentos que teriam passado ao lado do leitor metropolitano que, agora, poderia ficar mais ciente do tipo de abusos que poderiam ser cometidos em solo pátrio, apesar de longínquo. Voltando à sua história pessoal, relata como chegou a Luanda e a razão pela qual ficou na mira das autoridades repressivas de Angola<sup>866</sup>. Deste modo, explica o seu envolvimento com a sociedade colonial angolense e como pôde participar de alguns movimentos cívicos aí forjados, explicando: *O meu jornal suspendeu e estive um tanto afastado da vida activa política, publicando apenas todas quartas feiras um artigo de fundo na Vanguarda, quando Magalhães Lima, que desde que vim para Lisboa me penhorava com a sua amizade, me convidou para ir dirigir um jornal em Loanda. Como me dedicava a estudos coloniais tendo a Sociedade de Geografia publicado um livro meu sobre esses assuntos, aproveitei o ensejo de ir ver e estudar a nossa grande provincia da Africa Ocidental. O jornal que eu dirigia, Defeza de Angola, atacava energicamente a escravatura que se fazia no interior e no sul e os governadores um tanto perturbados com a nossa campanha, começaram a fraquejar ante o crime da venda do preto. Já poucos contratos se faziam, com o governo de Eduardo da Costa<sup>867</sup>. O livro que refere é *As nossas riquezas coloniais* e o processo de como chegou a Luanda e as razões porque estavam as autoridades alertas aquando da sua chegada. Atribui a Custódio Borja o reinício das práticas abusivas imputadas aos contratados como serviçais e descreve minuciosamente a tensão que ocorre no hotel Areias, em Luanda, que termina com a expulsão de Perez<sup>868</sup>. Guilherme Menezes seria o seu braço direito, estando envolvido no processo contra Macedo e sempre vigilante no caso do jornal que o autor defendia, todavia, com a implantação da república ter-se-ia convertido e sido mesmo valorizado pelo seu conhecimento colonial.*

---

<sup>865</sup> Idem, p. 163.

<sup>866</sup> Na nota 1 das páginas 163-165 relata todo o processo, sendo que previamente foi analisado neste estudo a carta de defesa do autor cujo processo judicial e detenção aqui relata: *O autor deste modesto trabalho é desde rapaz um democrata. Em 1896 organizou-se no Porto uma revolução republicana. Alistei-me na organização revolucionaria da academia. Nesse mesmo anno terminei o meu curso e vim para Vila Nova de Gaia, minha terra natal. Como reconhecesse que não havia trabalho revolucionário na vila, deitei mãos á obra e em breves tempos havia já bastantes grupos dispostos a lutar pela implantação da republica. Eu incumbi-me de trazer as carabinas, de baixo do varino, todos os dias, e entregava-as aos chefes dos grupos da vila (...).*

*Apesar do máximo cuidado que havia na escolha dos filiados houve um que me denunciou na administração do concelho como organizador dos primeiros grupos de Gaia e, dali em diante, comecei a ser vigiado pela policia do Porto. Pouco depois, porem, vim para Lisboa, começando a frequentar assiduamente as associações populares e fazendo conferencias proclamando aqui, como no Porto, a necessidade da revolução que derrubasse a monarquia, para iniciar uma época nova de trabalho, nascendo dahi a chamada concentração democrática.*

*(...) No estabelecimento combinamos um programa de reivindicações revolucionarias e tratamos de obter recursos para a compra de armamentos. Nessa altura deu-se o assassinato de Humberto, rei de Itália, caído sob o punhal de Breci e no diário que eu dirigia – A Lucta publiquei um artigo em que o sr. juiz Veiga pretendeu ver o aplauso ao acto violento de Monza.*

*Fui preso estando quatro mezes sob os ferros de El-rei debaixo da acusação de anarquista, (eu que desde sempre condenara as teorias acratas!) e estive para seguir com tão falsa acusação para Timor, quando a Relação de Lisboa me despronunciou da lei de 13 de fevereiro e mandou-me aplicar a de imprensa (...). Claramente que a policia começou vigiando-me atentamente, procurando conhecer todos os meus passos. Idem, pp. 163-165, nota 1.*

<sup>867</sup> Idem, ibidem.

<sup>868</sup> Idem, ibidem.

Macedo afirma: *Ora este ilustre empregado publico, aderiu ultimamente á república, com grande aplauso dum jornal republicano de Lisboa e faz parte duma comissão de sindicância às finanças ultramarinas e doutra para a reforma administrativa de Angola! Chama-se D. Guilherme de Menezes. Quem sabe se um dia com a republica se repetirá o mesmo acontecimento? O mundo é assim...*<sup>869</sup> Como se vê, apesar de Macedo ser republicano e acreditar que esse seria o melhor sistema político para o seu país, não deixa de reconhecer que a sordidez que algumas pessoas usam para servir os seus interesses pessoais pode ocorrer desde que não haja uma fiscalização efetiva dos seus atos e uma formação ética que lhes esteja na base do carácter. O tom coloquial apenas prende o leitor que se questionará sobre as possibilidades de reedição de factos como os ocorridos, quando tão facilmente os protagonistas mudam de campo de ação.

Nas páginas subsequentes, desafia as várias teorias e diplomas propostos para a administração colonial com especial atenção para os que continham algum enfoque descentralizador. Para além dos políticos, enumera alguns professores da então Escola Colonial: Lourenço Caiola, Lima Bastos e Almeida Garrett. Quase abusando da coloquialidade, expõe o que era a realidade da administração colonial naqueles dias: *A mesma cega rega, como se vê. A mesma opinião de que as colonias teem necessidade da descentralização, mas, ainda, a errada noção de que as colonias se administram a si próprias. (...) Isto é, o ultramar português está sendo governado por 2 ou 3 homens que, quaisquer que sejam as suas faculdades de trabalho e de inteligência, não teem a orientação conveniente, nem o conhecimento pratico das necessidades coloniaes. E assim muito facilmente, se explica porque a nossa administração ultramarina, tem o uniforme, pezado e inadapável a qualquer território que todos nós conhecemos e de que tanto sofrem as mesmas colonias. Ficará, pois, assente, de que o nosso Terreiro do Paço por forma alguma quer indicar o grupo de funcionários que ali trabalham, nem qualquer deles em particular, mas é unicamente a orientação administrativa que dali dimana, e pela qual é moralmente responsável o ministro, e os seus colaboradores essenciaes, os 2 ou 3 conselheiros íntimos, aquela espécie de Faz Tudo de carteira, a que já aludimos mais acima*<sup>870</sup>. Tudo precisava de ser reformado, incluindo a própria forma como eram vistas as colónias. A informalidade de discurso, marcada pela coloquialidade está bem presente. Sempre que existe um momento de argumentação que poderá resultar em afirmações mais polémicas, Macedo tem o cuidado de aproximar-se ao leitor, como o faz imediatamente antes de voltar a argumentar em favor da autonomia e em desfavor dos que nada percebiam de colónias ou colonização: *Prosigamos, todavia, na nossa exposição e não nos demoremos nesta lastimável prova de desorientação politica*<sup>871</sup>. À partilha de pensamentos e argumentos, junta-se um caminho comum que o leitor acaba por percorrer com o autor e que se pretende que seja profícuo na formação de uma opinião sobre esta temática. Agora, já sem receios, afirma o autor: *Autonomia é, pode-se dizer, o ultimo termo da descentralização*<sup>872</sup>.

Macedo considerava que a impreparação para o governo das colónias era extensível aos vários partidos políticos portugueses, em que inclui o Partido Republicano, ao qual exortava a ter uma atitude mais ponderada e profunda relativamente às colónias, escrevendo: *O partido*

---

<sup>869</sup> Idem, ibidem.

<sup>870</sup> Idem, pp. 181-182.

<sup>871</sup> Idem, p. 179.

<sup>872</sup> Idem, p. 186.

*republicano porém, que pela sua esplêndida organização, pelo prestígio que goza em todas as camadas sociais, desde o operariado à alta burocracia, exercito e marinha pode, dum momento para o outro (e estou convencido que isso será um facto que se realizará inesperadamente, sem possibilidade de previsão, mesmo dos próprios dirigentes republicanos que serão arrastados pelos acontecimentos quando metafisicamente estiverem discutindo entre si questões de secundario valor), ser colhido de surpresa e em branco, nesta capital questão quando os acontecimentos o levarem ao governo nacional*<sup>873</sup>. Lembre-se que, quando escreve Macedo, o Partido Republicano é ainda oposição ao regime monárquico liberal e que estas palavras foram premonitórias, pois de facto, nada se mudava na política colonial nem na mentalidade da *multidão que aplaude as chacinas em pretos e aclama como heroes quem apenas pratica simples e singelos actos de policia, seriam o bastante*<sup>874</sup>. Na nota às páginas 202-204, refere mesmo esse carácter prenunciador das suas opiniões: *Estas considerações relativas ao partido republicano tinha-as escritas muitos antes da proclamação da republica. Depois que as novas instituições foram proclamadas os acontecimentos deram razão as minhas opiniões*<sup>875</sup>. É, no entanto, interessante verificar que Macedo, tão agarrado que está à realidade, nunca vê nas suas propostas uma utopia, antes está seguro que é algo realizável e para ele as utopias estão no campo do irrealizável. Daí que considere que as ideias de Teófilo Braga da constituição de um novo Brasil na África então portuguesa fosse apenas uma aspiração utópica, ou seja, o autor, no seu espírito positivista não concebe que uma ideia que lhe parece inverosímil na sua concretização possa ser considerada senão uma utopia, algo longínquo e muito dificilmente realizável. O autor toca num aspeto muito interessante de ser analisado: se, por um lado, o tema colonial era transversal a toda a sociedade e a todas as ideologias como o comprova o próprio texto invocando os congressos socialistas e a sua posição relativamente à questão colonial e às políticas imperiais, por outro lado, não se desenvolvia o conhecimento suficiente para ultrapassar certos preconceitos<sup>876</sup>.

No entanto, as ideologias consideradas progressistas como as socialistas, nas suas diversas variantes, defendiam abertamente a “civilização” do nativo, mas a par da protecção à população indígena, a melhoria das condições de vida do colonizado, diminuição da influência do missionário e uma autonomia paulatina. Para não restringir ideologicamente a defesa da autonomia, Macedo refere o congresso de 1901 da Sociedade de Geografia de Lisboa, anteriormente analisado, para citar o voto que o congresso elaborou relativamente à autonomia<sup>877</sup>. A luta pela descentralização conducente a uma progressiva autonomia era partilhada por várias colónias em que Macedo destaca a Índia, Cabo Verde e Moçambique, antes de focar especificamente o caso angolense, o qual quer aprofundar<sup>878</sup>. Macedo enumera algumas dessas iniciativas, listando cada ação e a data respetiva, sendo muito relevante a

---

<sup>873</sup> Idem, p. 201.

<sup>874</sup> Idem, ibidem.

<sup>875</sup> Idem, pp. 202-204, nota 1.

<sup>876</sup> Vide idem, pp. 204-205, nota 1.

<sup>877</sup> *No próprio congresso colonial que a Sociedade de Geographia realizou em 1902 foi votada a autonomia colonial, nos seguintes termos: «O congresso emite o voto de que para o desenvolvimento rápido e seguro das nossas possessões ultramarinas, se torna necessário conceder a autonomia administrativa e financeira aos respetivos governos, adaptando a forma dessa autonomia às condições especiaes de cada colonia».* Por lapso o autor refere 1902, o congresso realizou-se em 1901. Idem, p. 206.

<sup>878</sup> Vide idem, p. 207.

importância da publicação de folhetos e manifestos bem como de relatórios de atividade, aludindo Macedo a um facto de extrema importância: a “orientação unânime da (...) imprensa” na colónia em favor do “espírito autonomista”<sup>879</sup>. Esta menção explícita ganha um valor adicional porque não se trata apenas de uma vontade expressa pela sociedade civil metropolitana, trata-se de um encontro de vontades das sociedades civis metropolitana e colonial que de algum modo estão envolvidas na questão colonial. No caso angolense, a expressão da vontade de autonomia foi mesmo proposta politicamente, sendo votada numa assembleia geral da Associação Comercial de Luanda que por sua vez propunha a reunião da Junta Geral da Província para que se pudesse fazer uma sugestão exequível para o poder político. Macedo tinha sido o autor desta representação e transcreve-a para o seu livro, demonstrando a precocidade da sua atividade em torno da questão da autonomia. Abria, assim, a sua exposição: *Ill.mo e Exmo. Sr. Governador Geral da Provincia de Angola. A moderna tendência de descentralização das colonias, comumente seguida por todas as nações colonias, tem tido, apenas uma lamentável exceção em Portugal*<sup>880</sup>. O seguimento do texto inclui os exemplos de outras colonizações e as possíveis alianças estratégicas que os territórios africanos poderiam tomar entre si, atendendo à sua configuração mesológica.

O autor leva mais longe o seu argumento e fala de uma possível esterilização dos esforços da metrópole por parte da sociedade angolense por estas diligências, apesar de poderem ser fundadas na boa vontade na metrópole, representarem sempre uma falta de democraticidade pela centralidade com que são tomadas, podendo lesar os interesses de metrópole e colónia. Materializando o seu pensamento, Macedo refere a iniciativa de “valiosos elementos de Loanda, fortemente apoiados em toda a província” que teriam fundado “um importante centro autonomista”, ou seja, a autonomia mais do que uma aspiração era um tema em torno do qual parte da sociedade angolense se organizara<sup>881</sup>. Não vê, contudo, este movimento de forma exógena, colocando ao lado dos que ambicionam as políticas descentralizadas e uma vez mais evoca a sua experiência pessoal: *Todo o meu empenho, durante a minha residência em Loanda convergiu para a propaganda a favor desta formula administrativa. Motivos íntimos, e graves doenças de pessoas muito queridas, forçaram-me a abandonar a terra em que tencionava passar toda a minha vida. Mas, como digo, o trabalho de propaganda, mantem-se e oxalá que jamais afrouxe*<sup>882</sup>. Escrevendo para o público metropolitano, não se furta à identificação com os angolenses de nascimento ou coração, o que reforça a sua posição. A um conhecimento teórico, acrescenta um saber de experiência feito, completado pelas boas relações que estabelece no território e por ação cívica que comprova o seu empenho, daí que se dirija ao leitor, expondo profundamente o modo como vê a produção intelectual sobre estas temáticas: *Precisamos falar com clareza e francamente. Não há nada que eu mais deploro que o servilismo intelectual e embora eu tenha por todos os autores dos varios planos que conheço a consideração e o respeito que se deve a quem trabalha honestamente, e honestamente apresenta o seu parecer, sem ambages, requiero também para mim, apesar da amizade com que me honro, de alguns, de discutir, apreciar e expor o que*

---

<sup>879</sup> Idem, ibidem.

<sup>880</sup> Idem, p. 209.

<sup>881</sup> Idem, p. 217.

<sup>882</sup> Idem, ibidem.

*julgar conveniente para a solução do importante problema em debate*<sup>883</sup>. É com esta honestidade intelectual que partilha com o leitor os trabalhos de autores reconhecidos na área da administração colonial, embora por vezes longe do sector ideológico com o qual se identifica.

Prosegue o seu trabalho, apresentando vários projetos de administração colonial que vão desde a confederação política à manutenção da unidade territorial com a descentralização através do alargamento das funções das instituições administrativas de menor dimensão. A conclusão desta exaustiva apresentação é muito clara: *A autonomia de Angola deveria ser obra da própria província, dos seus elementos ativos e intelectivos. Deveria se consultada numa reunião pública, em congresso geral, e ahí lançadas as suas bases fundamentais*<sup>884</sup>. E Macedo dispõe-se a ir mais longe e, em colaboração com as forças vivas de Angola, delinear uma estratégia para a sua autonomia que não levasse em cunho “o erro original” de ter sido traçada sem que os cidadãos locais fossem ouvidos<sup>885</sup>. Expõe, então, as propostas que tinham estado na origem de um congresso provincial em 1904 que nunca se chegou a reunir, em que se propunha uma transição administrativa progressiva e do qual também participava António Perez que é referido várias vezes neste livro, enquanto companheiro intelectual do autor. Seguidamente, Macedo identifica as várias razões por que se diz que Angola não está preparada para a autonomia, sendo que a cada questão dá a sua própria resposta. Vale a pena exemplificar o raciocínio seguido pelo autor e presente neste trecho do texto: *1.º - Estar sob os trópicos e não haver possibilidade de tal sistema administrativo com taes condições climatéricas e em tal latitude*<sup>886</sup>. Refuta esta ideia com o exemplo de vários países em que se inclui o Brasil, a Austrália e a América Central, uns países parcialmente tropicais, outros na totalidade. Prosegue: *2.º - Que com uma extrema variedade de raças, a autonomia incompatibilisá-las-ia profundamente*<sup>887</sup>. Contrapõe com os exemplos dos Estados Unidos da América e do Brasil, exemplos de que a “miscelânea de raças” não produz qualquer resultado negativo, senão “teria de refundir-se toda a historia politica do mundo para que pudessem tão extravagantes teorias prevalecer”<sup>888</sup>. E prossegue neste tom relativamente a outros pontos como a capacitação da população angolense, o facto de à época ainda haver uma pequena densidade de população de origem europeia, dos gastos se tornarem incontrolláveis pela ausência de vigilância metropolitana, sempre rebatidos por Macedo que entretanto lança o repto: *Escolham, pois: Ou a autonomia ou a independencia*<sup>889</sup>. O autor estava verdadeiramente consciente da insatisfação que grassava na colónia, daí a gravidade com que conclui a resposta a todas as objeções que eram colocadas à descentralização conducente a uma autonomia progressiva.

Seguidamente, José de Macedo fala da República quase como tendo um papel refundador da nação, encontrando-se ao nível da aclamação de Afonso Henriques ou D. João I ou da Restauração, num momento em que a nacionalidade portuguesa, pelo desgoverno existente,

---

<sup>883</sup> Idem, pp. 218-219.

<sup>884</sup> Idem, p. 235.

<sup>885</sup> Idem, p. 236.

<sup>886</sup> Idem, p. 240.

<sup>887</sup> Idem, p. 241.

<sup>888</sup> Idem, ibidem.

<sup>889</sup> Idem, p. 242.



poderia estar em perigo. Introduzindo, através da intertextualidade, Luís de Camões e a sua obra-prima *Os Lusíadas*, fala da nação que “deu novos mundos ao mundo” e que pode agora retomar a sua tradição como nação pioneira<sup>890</sup>. A sua esperança de uma nação a cuidar de si e do bem comum é expressa na afirmação de que *não há vencedores nem vencidos: há cidadãos do mesmo paiz, que deverão conjugar os seus esforços para a realização da possível felicidade comum*<sup>891</sup>. Ora sabendo das clivagens políticas e ideológicas existentes no Portugal de então que levaram até à organização dentro e fora de território nacional de uma resistência organizada ao sistema e regime republicanos, Macedo apresenta aqui uma visão idílica do Portugal a construir a partir daquele momento, expondo na verdade uma utopia ao que se passava no quotidiano daquele frágil regime<sup>892</sup>. A sua crença na possibilidade da implementação de uma realidade alternativa baseia-se na ideia de que um país novo vai surgir e para tal é necessário reunir todas as forças da sociedade: *Se efectivamente daqui avante temos, como se diz, de fundar um Portugal novo, essa obra de remodelação profunda deve basear-se num largo e vasto inquérito aos elementos com que se pode contar para a realização de semelhante e gigantesco esforço*<sup>893</sup>. Não era a ideia de homem novo que conduzia Macedo, mas de país novo, construído democraticamente, com base na discussão entre pares e cidadãos sobre as melhores decisões relativas a cada assunto, a cada região, a cada colónia. Defende uma reforma profunda do estado, com a criação de novos ministérios, o da educação nacional, o da agricultura e o da indústria, o do comércio e do trabalho e o das colónias<sup>894</sup>. Era da construção de um estado nacional forte e ao serviço dos cidadãos que falava.

Volta atrás para referir o quão antigo é o problema de Angola que começa com a escravatura que depauperava em termos demográficos o território e introduz outras consequências mais graves como a fixação de todo o setor económico e político colonial em torno de uma atividade predadora e empobrecedora do meio local, contrariando qualquer possibilidade de progresso. A par disto, a permanente tendência para encontrar apenas num produto a viabilidade comercial da colónia que apenas contribuía para uma maior dependência do mercado externo e para a pouca variedade do tecido empresarial local. Os fundamentos de uma sociedade consistente eram consecutivamente adiados, não existindo nenhum esforço no sentido de criar uma presença perene e edificante<sup>895</sup>. Qual era, então, o elemento estável em Angola, apesar de ainda pouco desenvolvimento e qualificado? *Em Angola, vivendo através dos seculos, solida e firme, há apenas a sociedade indígena, rudimentar ainda, pouco educada nas suas aptidões próprias, que as possui, e valiosas*<sup>896</sup>. E era este elemento que tinha de ser qualificado a par de uma passagem progressiva de funções administrativas para a própria colónia. Num tom tocado pela coloquialidade e por alguma ironia, Macedo enumera as comissões nomeadas para propostas de diplomas, sem que contudo a sociedade civil local seja consultada: *Depois nomeia-se comissões, muitas comissões, para estudar coisas varias como a*

---

<sup>890</sup> Vide idem, p. 245.

<sup>891</sup> Idem, p. 246.

<sup>892</sup> Este tema da resistência à Primeira República e da origem de uma nova elite está magistralmente tratado em romance por Maria Archer, em *Aristocratas*, sendo a autora contemporânea da implantação da República. Vide Maria Archer, *Aristocratas*, Lisboa, Editorial Aviz, 1946.

<sup>893</sup> José de Macedo, *Autonomia de Angola*, op. Cit., p. 248.

<sup>894</sup> Vide idem, pp. 248-249.

<sup>895</sup> Vide idem, pp. 264-271.

<sup>896</sup> Idem, pp. 271-272.

*questão do álcool, a colonização do planalto, a reforma das pautas aduaneiras de Angola, e do seu régimen administrativo, sem se lembrar que lá é que estes assuntos deveriam ser tratados e resolvidos*<sup>897</sup>. Evocando o ditado popular, num recurso à tradição oral portuguesa, refere: *Para cá do Marão governam os que cá estão. Como frase é lapidar e nenhuma outra poderia exprimir melhor os intuitos deste livro*<sup>898</sup>. Relembra ao leitor o objetivo central da obra, num tom informal que ao longo do texto o vai colocando em diálogo com o leitor. Propõe, por isso, que este ditado oriente a relação política com Angola: *Pois bem: a Angola o apliquemos, com todas as suas consequências. Que lá governem os que lá estão, os que lá tem interesses e que, pela sua permanência e sciencia, conheçam os negócios da colonia*<sup>899</sup>.

Finaliza, chamando a atenção para o desastre que se avizinharia se não houvesse um percurso alternativo ao que vinha sendo seguido: *Quererão os dominadores da metrópole impedir que as colonias progridam?! Que amargas desilusões lhes estarão destinadas no futuro se persistirem, em as considerar, ainda, populações conquistadas*<sup>900</sup>! Depois de expostas todas as suas propostas alternativas, sem nunca abalar o princípio do Estado nacional, mas antes quase propondo que se prepare a formação de um novo Estado nacional, o de Angola, Macedo fecha apelando a que o leitor pense nas consequências derradeiras que o fechar de olhos aos interesses e reivindicações locais poderia gerar. Com um avanço de sessenta e cinco anos, Macedo traça o que veio a ser o destino de Angola, uma independência conquistada através da força das armas, perante uma metrópole que não respondia aos desafios de uma colonização moderna, como então se dizia. Nesta obra pode-se dizer que a partir da sua própria vivência, o autor ensaia possibilidades de variação em torno da realidade existente. Sem nunca apelar à destruição total das estruturas e instituições existentes, prefere abalá-las fortemente, usando termos como reforma. Mas, fundamentalmente, o que pretende é uma mudança de fundo no ensino, na economia e na administração colonial. Estes três temas, que se ligam entre si, a trazem a lume dois outros: o do trabalho e o da distribuição de riqueza são recorrentes nos textos utópicos que referimos na abertura do capítulo. Em *Autonomia de Angola* o que Macedo faz é ensaiá-los de forma mais profunda e em torno de um território específico que não é o u-topos nem deveria esperar pelo futuro longínquo... A mudança tinha de iniciar-se, mas não deixa de ser um ensaio de uma utopia com base na experimentação da realidade a que tantas vezes alude ao longo de toda a sua obra, como se tem vindo a verificar.

---

<sup>897</sup> Idem, pp. 273-274.

<sup>898</sup> Idem, p. 274.

<sup>899</sup> Idem, p. 275.

<sup>900</sup> Idem, ibidem.

## **PARTE III**

### **ESCRITAS EM NOME PRÓPRIO**

## CAPÍTULO VII – ESCRITA POPULAR OU ERUDITA?

*«Tornar-se como o povo» significa mudar para «se tornar o próprio» e não «mudar para se tornar distinto»; por um lado, a aspiração de misturar-se com o povo significa, dum ponto de vista, unir-se àqueles que são «distintos» e que são «tantos», e, de outro, àqueles que são «iguais» mas dominados. O povo resulta atractivo pelo facto de estar dominado e não por ser numeroso; por ser débil e não forte.*

Iuri Lotman

O século XIX introduz uma nova tendência que se traduz no tratamento do povo que, como Lotman refere no excerto anterior, corresponde ao *nós*. Trata-se de uma mesmidade distinta que se pode opor a outras mesmidades que relativamente a si funcionam como alteridade cujo maior atrativo é o facto de se mostrar débil, apesar de poder ser mais ou menos poderoso. Essa debilidade leva a que os artistas de diferentes áreas, associados a uma série de novos movimentos ideológicos e sociais, comecem por sentir a necessidade de dar voz a esse povo silenciado que, fazendo parte do *eu criativo*, é-lhe também exterior, por os artistas e intelectuais por vezes serem oriundos de classes que tradicionalmente se autoexcluem do povo, seja através de posição social adquirida familiarmente, seja por intenção de demarcação. Deste modo, surge uma tendência muito interessante, para o artista interpretar as vozes silenciadas que podem ser o “seu” povo, pela sua submissão, ou os povos das colónias, devido ao gosto e entendimento metropolitanos não os poderem perceber por aparecerem como alteridade. Na verdade, o artista passa a interpretar e a colocar de modo entendível, na sua produção artística, aquilo que representa o “outro”, traduzindo e fazendo protagonistas onde antes havia silêncios e inexpressões. Desta tendência à criação de movimentos artísticos engajados, o passo não é longo, porque parte do seu sucesso reside na captação artística de territórios até então inexplorados, fazendo protagonistas os que eram apagados da produção artística. Este pendor da literatura manter-se-á na transição e continuidade do século XX, revelando-se de forma mais evidente quanto os casos de falta de democracia ou justiça social acompanham o quotidiano social, tal como afirma Fernando Cristóvão relativamente às ditaduras, neste caso específico a ditadura brasileira<sup>901</sup>. Contudo, não se pense que a ideia seria a continuidade da sociedade no estádio em que se estava, servindo este pretenso realismo para propor soluções alternativas, embora ancorado de tal forma os conteúdos na realidade que a correspondência para o leitor era imediata.

Este tipo de soluções, dando voz aos silenciados e adaptando o discurso a todos aqueles que podiam aceder ao mesmo, vem de trás e o mesmo autor dá o exemplo do Padre António Vieira, anteriormente exposto, que tentando através dos seus sermões alterar a mentalidade vigente e os costumes praticados, exortava contudo as vítimas das injustiças, como os escravos, a aceitarem a sua condição. Esta situação repetir-se-á com escritores posteriores que denunciam as situações vividas nas colónias, porque, tentando dar voz aos emudecidos, igualmente tinham de se proteger dos poderosos e de qualquer acusação de subversão da ordem pública. No caso de Vieira e da escravatura, o padre acaba por referir que a condição de

---

<sup>901</sup> Vide Fernando Cristóvão, “O romance político brasileiro contemporâneo”, *op. cit.*, pp. 43-44.

escravo é injusta e que deveria ser vivida com dignidade, ultrapassada a condição terrena por uma condição espiritual de igualdade, em que é invocada a Nossa Senhora do Rosário protetora dos negros com e sem alforria<sup>902</sup>. Portanto, essa tendência para uma escrita engajada, apesar de controlada, viria de trás, contudo ainda sem individualizar ou tornar personagens efetivas os “sem voz”. A escrita a que Fernando Cristóvão se refere é sobretudo doutrinal, mas ainda enraizada na lógica do sermão que se prende muito ao exercício da retórica, estabelecendo uma profunda relação entre oralidade e escrita. Esse passo para um outro tipo de doutrinação dá-se, portanto, no século XIX, persistindo ainda no século XX e permitindo uma tarefa educativa num momento em que Portugal atravessava um período de quase dissolução nacional, segundo Sampaio Bruno<sup>903</sup>. Oportunamente desenvolverei este tema para que se entenda como este período foi caracterizado por evocação popular mesmo que para fins eruditos, perpassando tanto por tendências românticas que procuram esteticamente o folclore e as raízes nacionais como pelo realismo que assenta na descrição profunda e detalhada da realidade e na inserção na trama narrativa de personagens até então arredadas da ficção.

Novamente, se torna evidente que a relação entre mundo real e mundos possíveis ou alternativos é constante, como foi referido anteriormente. Assim, desde há muito é estudada esta relação entre realidade e ficção, começando com Aristóteles e vindo até ao presente, sendo que vários autores se têm debruçado sobre o assunto. Alguns consideram existir uma infinidade de mundos possíveis que rodeiam o mundo real, desde que estes se apresentem como verosímeis, isto é que consigam ultrapassar a incredulidade que pode surgir de algum elemento narrativo considerado menos lógico ou mesmo como irreal<sup>904</sup>. Logo que esse mundo ficcional é construído, fazendo sentido para o autor e para o leitor, fica criada a sua autogestão, isto é, o autor vai-lhe dando uma forma e um conteúdo, num momento, e o leitor vai recriando essa forma e esse conteúdo, numa ocasião posterior. A acessibilidade a esse mundo ficcional é tanto maior quanto o leitor consiga recriar esse mundo e reconhecê-lo como lógico. Portanto, as obras com carácter biográfico ou as peças jornalísticas são facilmente apreensíveis, não sendo por isso de estranhar que, quando existe a tentativa de massificação da leitura existam recursos que sejam recolhidos junto deste género de texto. A evocação de personagens da realidade, o recurso à informação específica temporal e espacial e o recorte do real, que se transmite através de descrições pormenorizadas de espaços interiores e exteriores, coadunam com essa vontade de tornar a narrativa o mais verosímil possível. Esbate-se, então, a fronteira entre realidade e ficção, num momento em que a massificação surge como possibilidade não só de fornecer produtos em quantidade mas de chamar à cidade mais população que tem de ser mais educada para poder proceder às operações mecânicas necessárias à produção industrializada. Não é, portanto, de estranhar que essa massa que parece uniforme, lentamente vá deixando de o ser e entre com direito a personagem nas narrativas. Na verdade, este operariado também se torna leitor e mais do que isso intervém na produção dos livros, dos jornais, das revistas, dos folhetins, ou seja, está presente no momento de dar forma física ao texto e de distribuí-lo.

---

<sup>902</sup> Vide Fernando Cristóvão, “Vieira e os Sermões contra a escravatura”, *O Romance Político Brasileiro Contemporâneo e outros Ensaio*, Coimbra, Almedina/Centro de Literaturas de Expressão Portuguesa da Universidade de Lisboa e Associação de Cultura Lusófona, 2003, pp. 45-63, pp. 52-53.

<sup>903</sup> Vide Sampaio, *A Geração Nova*, op. cit., p. 67.

<sup>904</sup> Vide Antonio Dominguez, op. Cit., pp. 11 e 18.

Esta questão da introdução de novas personagens e do recurso a uma escrita que, sendo erudita, contenha em si o sentimento popular ou traga ao de cima a temática do “povo” com que abro este capítulo, ganha particular interesse relativamente aos dois autores em estudo, atualmente, desconhecidos do público leitor. Segundo Hans Robert Jauss para se considerar o aspeto histórico de uma produção literária deveremos analisá-la sob três perspetivas: a diacrónica, analisando a receção da obra ao longo do tempo; a sincrónica, debruçando-se sobre o sistema literário num dado momento e a sucessão destes sistemas; e a relacional, percebendo a interação entre literatura e história<sup>905</sup>. Nos casos em estudo, trata-se de dois autores desconhecidos do público atual, como referi anteriormente, sendo que o caso de Augusto Bastos está mais estudado e documentado tanto em termos de crítica literária como de história da literatura, sobretudo, em obras dedicadas ao caso angolano. No caso de José de Macedo existe um completo desconhecimento quanto à sua ficção e o estudo dos seus ensaios e textos jornalísticos é muito limitado<sup>906</sup>. No entanto, teriam tido sucesso na época em que publicaram, pois para além das reedições que Bastos tem dos seus folhetins, assinala-se a recuperação que Macedo tenta fazer do seu romance *Herança de Amarguras*, publicado pela primeira vez em folhetim, em Luanda, para uma reedição corrigida da primeira parte com a continuação numa segunda parte<sup>907</sup>. Para além disso a correspondência já referida e outra que será mencionada adiante atesta no sentido destas obras (tanto as ficcionais como as ensaísticas) terem sido bem rececionadas na altura, porém esquecidas com a morte dos autores. A razão não seria literária, mas política: o esmagamento dos movimentos intelectuais nativos, associado a uma ditadura extremamente controladora relativamente aos seus opositores, terá levado a que estes autores fossem sendo esquecidos porque deixam de ser reeditados. No caso da ficção, os meios pelos quais publicavam eram eles próprios perecíveis, pois trata-se de suportes jornalísticos ou de publicação de folhetim em volumes muito acessíveis ao público em termos de custo, mas facilmente deterioráveis. Estes autores são, pois, recuperados por estudiosos da literatura, da história, da economia e da etnografia, e não por um público leitor pois este não acede facilmente às suas obras.

Assim, pela falta de elementos orientadores, o estudo destes autores é elaborado em grande parte pela busca da intenção dos autores, pela tentativa de aferição da leitura que tiveram e pelas características do tempo em que escreveram. Percebe-se facilmente que ambos autores

---

<sup>905</sup> Hans Robert Jauss, op. Cit., p. 87.

<sup>906</sup> Encontrei dois autores que explicitamente falam da sua obra ensaística e jornalística e ambos no contexto da produção textual angolense/angolana, no quadro colonial; refiro-me a Adelino Torres e a Francisco Soares. Algumas vezes, ainda, o jornal que dirigiu, *A Defeza de Angola*, foi identificado como uma iniciativa à parte do jornalismo executado pelos filhos da terra, o que acaba por ser uma visão limitada de um jornal que, tendo sido fundado e equipado com dinheiros locais e metropolitanos e sob os auspícios da maçonaria, visava o combate ao trabalho serviçal e lutava pela autonomia progressiva de Angola com a participação dos filhos da terra. Ainda no que concerne a Macedo as duas reedições que existem de *Autonomia de Angola* foram levadas a cabo pelo Instituto de Investigação Científica Tropical, uma das quais protagonizada pelo seu filho Jorge Borges Macedo que decidiu recuperar este texto do pai. A segunda reedição cuja nota introdutória é da minha autoria, “Aspectos Inovadores em Autonomia de Angola”, coincide com a localização do espólio do autor que se revelou muito rico, sobretudo, em textos inéditos dos quais trato dois seguidamente. Vide Cátia Miriam Costa, “Os aspectos inovadores em *Autonomia de Angola*” in Macedo, José, *Autonomia de Angola*, Lisboa, Instituto de Investigação Científica Tropical, 2008, 3.ª Edição, p. 15-25.

<sup>907</sup> A versão a que acedi e que aqui será analisada é a corrigida pelo autor para reedição que tem uma continuação, da qual não existe transcrição a não ser uma pequena parte por mim feita.

não foram inovadores, antes satisfazendo gostos dos leitores que sabiam previsíveis e fixando-se num realismo que no caso de Macedo pode chegar ao naturalismo da descrição minuciosa e técnica, refletindo a sua própria vivência como refere para dar mais verosimilitude à sua narrativa. No caso de Bastos, pendendo para um historicismo e pedagogismo quase excessivo que forçosamente pretende que o leitor entenda os seus conteúdos narrativos como verídicos. O interesse de ambos pela leitura é inequívoco, pois Macedo até publica crítica literária num periódico, *O Gabinete de Repórteres*, em 1898, e deixa ainda preparado um capítulo sobre escritoras portuguesas contemporâneas que nunca teria sido publicado pelo que conseguiu apurar até agora, figurando entre as autoras estudadas Albertina Paraizo, Alice Moderno, Hermenegilda de Lacerda, Júlia Guzmão, Marianna Belmina d'Andrade, Adelina Lopes Vieira e Clorinda de Macedo, não existindo qualquer referência a datas, mas destacando o autor a limitação do meio literário português e as dificuldades que as autoras teriam em publicar, constituindo um nome literário<sup>908</sup>. No entanto, parece-me que os autores publicam num ato voluntário que não se fica pelo elemento estético, concentrando-se particularmente na mensagem que pretendem transmitir, o que combina perfeitamente com o tempo a que corresponde a sua produção, em que indivíduos do povo surgem nomeados como personagens. O realismo toma conta das páginas dos romances, mesmo que apelando a estudos ou períodos históricos anteriores centrados na busca da alma nacional. Ambos autores ancorados no positivismo científico e numa ideia de progresso contínuo das sociedades humanas. As suas obras fazem eco do que era então a propensão literária. Claro que a esse conteúdo deram uma forma literária, recorrendo a ferramentas usadas na época, percebendo-se que existe na sua própria formação autodidata em termos de escrita muitas experiências literárias (lembre-se que as suas formações de base se distanciavam da escrita, sendo que Bastos, já mais velho, segue uma carreira ligada ao direito, mas cuja formação base começa por ser a medicina).

Estas experiências literárias teriam levado os autores a apreender as técnicas literárias que os levam a construir determinadas formas textuais e é através destas que será analisada em capítulos seguintes a relação entre conteúdo e forma, porque ambos contribuíam para atrair o leitor para o texto e não podem ser apenas analisados em separado. Essa relação entre forma e conteúdo é que conduz o leitor na sua recriação deste mundo possível e alternativo à realidade, produzindo novas interpretações e reproduzindo significados que o autor quis dar<sup>909</sup>. Outro aspeto relacional a considerar é o da criação com o contexto que pode ser analisado de três pontos de vista: o da utilidade, da legibilidade e da credibilidade. A criatividade autoral surge contextualizada e adquire uma utilidade na relação entre autor/leitor própria, ou seja, a sua leitura (legibilidade) e a sua verosimilitude (credibilidade)

---

<sup>908</sup> José de Macedo, Capítulo do livro *Mulheres Portuguezas (manuscrito)*, 7.º caderno, transcrição Cátia Miriam Costa. O título a que me refiro é *O gabinete dos reporters: politica independente, litteratura e serviço especial de noticiario*. Dir. Eduardo Fernandes. N. programa (Fev. 1894)-a. 5, n. 106 (Nov. 1899). Lisboa: Typ. do Commercio de Portugal, 1894-1899, que o autor lista num manuscrito como tendo colaborado fazendo crítica literária para este periódico, mas do qual ainda não encontrei registo no espólio, tal como de quase toda a totalidade das publicações do autor que encontrei em outros fundos, da Biblioteca Nacional à Biblioteca da Sociedade de Geografia de Lisboa, ou à Biblioteca da Administração de Benguela. A dimensão da obra do autor (sobretudo a publicada em periódicos) e a ausência de qualquer análise prévia de conjunto tornou praticamente impossível confirmar todos os dados que o autor nos fornece através dos seus manuscritos ou correspondência.

<sup>909</sup> Vide Francisco Soares, *Teoria da Literatura, Criatividade e Estrutura*, op. cit., pp. 125-126.

são originadas por uma capacidade de o leitor ler e contextualizar a obra, dando-lhe uma determinada utilidade (prazer, informação, conhecimento) que não é apenas fruto da descodificação e recriação levada a cabo pelo leitor, mas também da intenção do autor que quer ver a sua obra lida de determinada maneira<sup>910</sup>. Esta intenção pode ser revelada logo no título, indicando o sentido da leitura, co-enunciando a direção da leitura, como acontece, por exemplo, com as aventuras de Augusto Bastos que são classificadas como romântico-históricas ou histórico-românticas<sup>911</sup>. A contextualização pode ser tomada, ainda, no sentido que Said refere, sendo *revelada a dialética entre o texto individual ou o autor individual e a formação coletiva complexa para a qual contribui o seu trabalho*, isto é, o seu público, o seu leitor, contudo neste caso ficaria a faltar o papel proactivo do leitor que se sabe existir e ser determinante, portanto esta dialética terá de ser considerada biunivocamente e não univocamente<sup>912</sup>. Lembre-se que o texto é um conjunto linguístico, representando pela linguagem toda uma lógica ou “mundo” que o leitor tem de atualizar enquanto procede à sua leitura, até porque as suas previsões quanto ao desenvolvimento da narrativa ou quanto ao seguimento da obra do autor podem não se concretizar, apesar de na sua leitura, tudo indicar num certo sentido que interpreta como sendo o que o autor ou narrativa seguirão. Portanto, esta relação, a que Said denomina dialética, é constante<sup>913</sup>.

No entanto, para reconstruir o mundo possível que o autor quis transmitir, o leitor tem de contextualiza-lo e entendê-lo, logo como o mundo possível é uma construção cultural, o leitor tem de interpretá-la como tendo sentido na sua semiosfera, mesmo que a seus olhos seja completamente diversa da realidade<sup>914</sup>. A construção desse mundo envolve desde a criação de paisagens e de lugares à indicação de tempos e à edificação de personagens, sendo que tudo conjugado tem de formar uma unidade lógica que o leitor lê, entende e considera possível, mesmo sendo ficção. Todo esse trabalho de criação de um “mundo projetado”, como lhe chama Ingarden, resulta da conjugação de unidades semânticas correlacionadas que permitem não só a constituição de uma unidade como que esta pareça extremamente lógica aos olhos do leitor<sup>915</sup>. Assim e no caso das personagens introduzem-se falas, mas também traços psicológicos que levam o autor a desenhar-lhe um percurso que pode ou não acontecer. Na época, em que Bastos e Macedo escreveram é de notar a diversificação de possibilidades em torno das personagens da narrativa, não só em termos de condição social ou económica como psicológica. Nesta época, começam-se a desenhar na literatura os primeiros dramas psicológicos, o problema da escolha, a vontade social e o anseio pessoal, o que dá ainda mais liberdade ao leitor que vai acedendo a determinadas características das personagens e criando a sua própria história, por vezes sancionada pelo autor, outras vezes contrariada. A importância que certos traços psicológicos das personagens adquirem é de tal ordem que estas tornam-se elementos determinantes na leitura da obra e na construção da coerência da narrativa, aparecendo a motivação psicológica como justificativo de algumas ações que o leitor

---

<sup>910</sup> Vide idem, pp. 89-90.

<sup>911</sup> Vide Jorge Urrutia, op. cit., p. 127.

<sup>912</sup> Vide Edward Said, op. Cit., p. 27.

<sup>913</sup> Vide Umberto Eco, *Leitura do Texto Literário: Lector in Fabula*, Lisboa, op. cit., p. 131.

<sup>914</sup> Vide idem, p. 139.

<sup>915</sup> Vide Roman Ingarden, op. Cit., p. 49.



vai acompanhando e prevendo para a personagem<sup>916</sup>. Nas situações em que a narrativa se centra mais nos aspetos psicológicos da personagem ou personagens, a descrição do meio exterior a esta aparece como secundária, já que toda a ação está a desenvolver-se intrinsecamente àquele indivíduo/personagem que percorre locais, apreende sensações, mas em que o seu estado psicológico prepondera. Nos casos em estudo, tanto Bastos numa das suas personagens de *Memórias policiais do Repórter Zimbro* como Macedo na sua personagem principal de *Herança de Amarguras* recorrem a esta solução, sendo que no primeiro caso de forma menos centrada do que no segundo e mais focada na justificação da ação da personagem do que propriamente no acompanhamento do seu processo psicológico relativamente ao mundo que a rodeia (é evidente que me refiro a momentos da narrativa e não à totalidade da mesma).

A forma como o autor encaminha o leitor nos conteúdos depende do recurso às técnicas literárias que determinam o aspeto estético da obra que, mesmo na literatura engajada, deve ter um pendor basilar pois é desse valor estético, dessa fruição da leitura pelo prazer, que se pode considerar como obra de arte. Na verdade, os autores em estudo e porque deixaram outros registos escritos que não literatura, esforçam-se por criar uma linguagem literária própria, se bem que com influências das suas próprias experiências literárias. As suas personagens aparecem a dialogar de modos diferentes consoante o enquadramento das mesmas. As figuras de estilo como a adjetivação, enumeração e comparação são recursos constantes numa tentativa permanente de “traduzir” aquele mundo ficcionado para o leitor e que este o tome como possível e verosímil. Não quer isto dizer que nos seus ensaios e textos jornalísticos não tenham igualmente recorrido a estas técnicas, contudo, fizeram-no de forma mais limitada e quase contida, porque não se queriam afastar da realidade pura. O facto de serem influenciados, tanto na sua educação como na sua produção intelectual, pelo positivismo, faz com que a sua literatura seja eivada de considerações justificativas e pedagógicas que quase parecem mais de ensaio do que de ficção, aproximando-se do realismo e tornando a correspondência intertextual mais evidente, como adiante se verá. A repetição de elementos, o voltar atrás na estória, não se devia apenas ao facto de se publicar em folhetim, portanto, em forma segmentada, mas também para reavivar a memória do leitor relativamente a componentes da narrativa que vão sendo relegados para segundo plano, sendo trabalho do autor recentrá-los sempre que estes se tornam de novo necessários para dar seguimento à diegese. A organização da obra em capítulos ou no caso dos folhetins em episódios e capítulos que poderiam ser colocados em fascículos marcam o próprio ritmo da leitura, pois tendencialmente o leitor para na pausa que o autor estabelece (no caso dos folhetins pode até ser forçada pois apenas aquele excerto vem publicado).

Deste modo, à sequência dada pelo autor e que o leitor acompanha, há ainda a acrescentar um ritmo que é estabelecido pelo autor e que pode ou não ser respeitado durante a leitura<sup>917</sup>. A leitura é um processo que toma tempo, daí que o leitor estenda temporalmente a sua ação “ler” e vá, através de sínteses sucessivas, atualizando os conteúdos precedentes. Caso o autor considere que existe o risco de se perder algum elemento importante da narrativa durante

---

<sup>916</sup> Vide Phillippe Hamon, “Um discurso determinado”, Roland Barthes, L. Bersanni, Ph. Ramon Rifaterre, I. Watt, *Literatura e Realidade (o que é o realismo?)*, Lisboa, Publicações D. Quixote, 1984, pp. 129-194, p. 147.

<sup>917</sup> Vide Roman Ingarden, op. Cit., p. 125.

este processo, retomá-lo-á, lembrando o leitor do mesmo. No caso dos folhetins esta situação é mais recorrente até porque o tempo que medeia entre a leitura de um capítulo ou episódio e o seguinte pode alongar-se e levar ao esquecimento de alguma parte. Será como reacender uma memória passiva e torna-la ativa, conduzindo a própria leitura do texto<sup>918</sup>. A construção do conteúdo da obra depende deste exercício da memória que acompanha a leitura do texto e o leitor com aquilo que já sabe e que guardou na sua memória. Conjugando com a expectativa que tem relativamente ao decorrer da obra, o leitor vai gerindo o seu horizonte de expectativa que não raras vezes, como foi referido anteriormente, pode sofrer um reajuste introduzido pelo autor, designadamente, através da nomeação de um facto desconhecido do leitor ou de alguma causalidade que o autor pode evocar, em nome de um conhecimento científico ou informação que o leitor comum desconheça. Esta solução é, por vezes, tomada por autores que pretendem reforçar o pendor realista da sua obra, relatando uma relação causa/efeito ou uma história que precede aquele momento narrativo que justifica um desfecho, amiúde, surpreendente. Apesar da obra literária não ter como objetivo primário a divulgação de conhecimentos científicos ou da história de um local ou povo, esta informação entra na narrativa como necessária para justificar o sentido que esta tomou. Fá-lo várias vezes Bastos, como adiante se verá, e Macedo igualmente a evoca para mencionar alguns comportamentos e situações criadas durante a sua ficção.

Todavia, pode dizer-se que o acompanhamento e adesão do leitor aos conteúdos da obra literária dependem sempre e muito da sua forma, da estética que apresenta porque é nesse âmbito que o leitor se sente tocado e motivado a seguir a leitura, seja por curiosidade, seja por solidariedade com uma personagem ou por sentimento de justiça ou qualquer outro. O prazer com que se lê, o entusiasmo que essa leitura provoca, a curiosidade que desperta, o engajamento a que leva são os ingredientes fundamentais para o envolvimento do leitor na trama narrativa. É através deste apelo estético que o autor transporta o leitor consigo no tempo e no espaço, introduz-lhe personagens que lhe são estranhas ou mesmo distantes do seu panorama social, permitindo antecipar a realidade umas vezes e outras denunciando-a. Na época em que os autores em estudo escrevem, era muito comum tomar a literatura como um produto cultural para a educação e erudição da população, assumindo o autor o papel do tradutor da realidade para o papel, transpondo representações do real e suas interpretações, umas vezes, anunciando transformações sociais ou outras vezes reivindicando a necessidade destas. Acredita-se que a experiência estética pode levar a uma maior compreensão do mundo e a um maior envolvimento por parte das pessoas na sua mudança. Esta tarefa não é, contudo, fácil, num mercado literário restrito como o português, incluindo e agravando-se a situação nas colónias, em que a circulação literária era deficitária e que muitas obras e números de revistas apenas circulavam por subscrição<sup>919</sup>. No entanto, no meio destas dificuldades, surgem as primeiras revistas literárias que se tornam repositórios documentais importantes no que concerne ao registo não só da produção literária em Portugal, como da sua receção e crítica, assumindo, por isso, um valor importante na construção da história literária e no estímulo ao seu estudo e divulgação. Este surgimento já indiciava a alteração de alguns comportamentos e uma vontade de alargamento cultural que acompanhava o desejo de mais conhecimento científico e de uma instrução estendida a toda a população. Para além das revistas literárias,

---

<sup>918</sup> Vide idem, pp. 129 e 132.

<sup>919</sup> Vide Sampaio Bruno, *A Geração Nova*, op. Cit., p. 62.

também os periódicos trazem para além do folhetim, artigos críticos sobre publicações recentes, publicam poesia ou indicam apenas a edição de uma nova obra, o que traz a literatura para as conversas de salão, para junto dos operários instruídos e da pequena burguesia das profissões e do professorado do ensino básico.

É no seguimento desta popularização da literatura e da massificação dos meios de impressão do texto que o folhetim ganha força e se torna num elemento imprescindível dos periódicos. Para além de alargar o público de leitores, o folhetim permite a acessibilidade dos antes excluídos da literatura, devido ao abaixamento do preço de impressão do mesmo e à sua incorporação no próprio corpo do jornal. Originariamente, o folhetim teria sido criado para publicar novidades não muito aprofundadas acerca de um qualquer assunto de interesse geral. Diz Sampaio Bruno que na cena nacional, o folhetim acabou por servir para descrições mais ou menos frívolas de pouco interesse, destacando apenas Lopes de Mendonça que mesmo com o seu talento, esgotava parte do seu assunto quando terminavam os grandes eventos sociais e culturais. Atribui Sampaio Bruno esta situação a um meio em que pouco ou nada acontecia<sup>920</sup>. Posterior e paulatinamente, talvez porque não apenas em Portugal o modelo tivesse sido esgotado, transportou-se para o folhetim novas temáticas e escritas diferentes, emergindo os contos, os relatos de viagem (muito prezados), as apreciações históricas, algumas descobertas científicas e trechos filosóficos. Sob o nome de variedades ou já com a denominação assumida de folhetim, o mesmo foi-se adaptando até conseguir captar um grande sucesso sempre que era dedicado à literatura. O folhetim afazia-se á linguagem jornalística. Era vivo, interrompia-se no momento certo, despertava curiosidade, causava emoção e permitia continuidade. Interrompendo o tradicional texto jornalístico, quase aparecia como uma continuidade sua, fosse pela imprevisibilidade, fosse pela capacidade de acomodação aos tempos e modos. Diz novamente Sampaio Bruno que se tornara no meio irrepreensível: *Depois, no modo de ser industrial e mercantil das sociedades modernas, o homem de letras não pode exigir uma atenção longa do grande público, ao qual os afazeres poucas horas concedem de liberdade, de modo que, se o jornal é, como o viu Prohdhon, a literatura do futuro, o folhetim corresponde perfeitamente ao actual condicionalismo histórico*<sup>921</sup>.

Assim, é fácil entender-se que a grande maioria dos autores da transição do século XIX para o XX foram tocados por esta tendência. Nos casos em estudo, essa propensão pode ter sido ainda maior, dado que Macedo desenvolve desde cedo a sua carreira de jornalista e torna-se diretor de um jornal e Bastos também se inicia nas letras com jornais e almanaques literários que obedeciam às mesmas regras de publicação que os periódicos. Acreditava-se, pois, que o folhetim seria o meio mais indicado para alargar o gosto pela literatura, fomentar as curiosidades do espírito, o prazer do conhecimento, estimulando a vontade de aprender. É nesse sentido e relativamente à “geração nova” que Sampaio Bruno menciona a necessidade de uma escrita engajada, comprometida com o futuro e com o progresso da sociedade<sup>922</sup>. Em última análise, o papel social do escritor não deveria reduzir a qualidade estética da obra, antes deveria ampliá-la, porque consciente que escrevia para uma causa e para um número de leitores, cada vez mais alargado, o autor poderia dispor dos recursos literários de modo mais

---

<sup>920</sup> Vide idem, pp. 70-71.

<sup>921</sup> Idem, p. 72.

<sup>922</sup> Vide idem, p. 82.

enriquecedor, trazendo ao mundo literário realidades e personagens até então arredadas deste. Era o tempo de se alargarem horizontes e de deixar cair um passado e um presente construído sob a ideia de heróis ou de personalidades históricas, começando agora a considerar os condicionalismos da produção intelectual no país, as circunstâncias de desenvolvimento do mesmo. Esse papel teria de ser entregue a artistas conscientes, com vontade de mudança, agora que a crítica artística parecia acompanhar a produção de arte. Sampaio Bruno, como intelectual republicano, implicado na tentativa revolucionária de implantação da República em 1891, é um homem viajado, forçado ao exílio, que viu o seu país intrínseca e extrinsecamente, devido a esse período de ausência. O seu empenho na causa do progresso é indubitável, mas igualmente representa uma voz atenta ao panorama artístico e intelectual nacional e uma corrente de pensamento que profundamente influencia os autores em estudo. Aliás, no caso de Macedo, sabe-se que o pai de Sampaio Bruno era seu padrinho e ambos tinham frequentado a alfaiataria do pai do autor. Relativamente a Bastos, é sabido que seguia com muita atenção todos os intelectuais republicanos, donde se pode explicar a pintura que faz de Teófilo Braga<sup>923</sup>.

Nota, ainda Sampaio Bruno, que a receção das publicações estrangeiras era tardia em Portugal e que o ambiente intelectual não favorecia a inovação ou a adoção de novos estilos mesmo que de outrem. Refere-se ao realismo como *o sentimento de verdade transportado para as artes e para a literatura*<sup>924</sup>. Nesse sentido, torna-se entendível o esforço dos escritores em lançarem pistas do mundo real na construção dos seus mundos possíveis ou alternativos, de modo a tornarem toda a sua estória mais verosímil. Pretendendo contribuir para a democratização da leitura, têm, ainda, de procurar fórmulas que sejam lógicas tanto para o leitor mais erudito como para o popular que aprendeu a ler e a escrever e pouco mais. Mais fiel à realidade em pormenor apenas o naturalismo que procurava uma fidelidade extrema, representando o mais exatamente possível a suposta realidade. Este intento de ser o mais objetivo possível e o mais leal à “verdade” que se poderia ser, levou a modificações da linguagem e da montagem da prosa que tinha de se aproximar mais e mais da realidade. Daí os diálogos que introduzem especificidades regionais que, além de satisfazerem o gosto pelo exótico, também trazem realismo ao diálogo. A inserção de provérbios ou canções populares, a recriação de paisagens, incluindo as sonoras, avivando o espírito do leitor para a sua vivência quotidiana, fá-lo tomar esta experiência literária como vivência efetiva, tal o pormenor da sua descrição. A linguagem mais erudita é substituída por uma mais familiar, de modo a aproximar-se da realidade. O progresso e as ideias novas, capazes de conduzir o país ao sucesso tornam-se quase obsessões e a literatura torna-se o veículo para cantar heróis mas também para exhibir a perversidade da sociedade, para edificar novos heróis, para elogiar o coletivo em detrimento do individual. Se o texto for belo perdurará porque contem em si não só os elementos estéticos necessários para tornar o texto belo, mas também as verdades humanas que perduram para além dos tempos, aquilo que de comum os seres humanos sustentam. A literatura deve ser bela e ter um conteúdo social ou humanamente útil, contudo deve negar-se a efeitos propagandísticos ou a ficar-se pelo conteúdo. Todavia, num país em

---

<sup>923</sup> No espólio de Macedo encontra-se mesmo uma cópia manuscrita de um texto de Bruno sobre o suicídio, possivelmente pode ter sido extraído das memórias de exílio de Sampaio Bruno (1891-1893), o que será uma hipótese a confirmar após a transcrição do documento na totalidade.

<sup>924</sup> Sampaio Bruno, *A Geração Nova*, op. Cit., p. 194.

que quase 90% da população era analfabeta não era fácil encontrar o corpo apropriado para a mensagem ou simplesmente fazer passar um conteúdo que se distanciasse mais do real<sup>925</sup>. Este era o desafio dessa tal geração nova de que fala Sampaio Bruno, essa geração que trará autores como Macedo e Bastos, no seguimento das influências deixadas pelos contemporâneos de Bruno. Em mente traziam a função social de “traduzir” a realidade e vertê-la em texto e de evocar aqueles que tinham sido silenciados.

Se a leitura se democratiza, por um lado, a escrita tem de acompanhá-la, por outro, para permitir a leitura da obra e a sua recriação e nesse sentido pode-se afirmar que a escrita se popularizou. No entanto, este exercício de tradução da realidade, por parte do escritor, e de evocação popular não deixa de significar que se tornaram elementos de cultura erudita os componentes que até então seriam impossíveis de figurar numa obra resultante de refinamento cultural. Como exemplos podem-se citar as personagens do povo, a introdução da oralidade popular nos diálogos dos romances, a recriação de ambientes onde apenas se encontravam os submissos e excluídos do poder, a apresentação da sociedade como um todo interagindo, influenciando-se reciprocamente, que tornam a possibilidade de leitura transversal aos vários segmentos da sociedade. A habilidade dos autores que fazem a transição do século XIX para o XX (incluindo as primeiras décadas deste século) associa-se muito a essa capacidade de tornar erudito o que antes era apenas popular e popularizar o que até então era sobretudo erudito.

### **A tradução da realidade**

Como vem sendo referida, a tradução da realidade para a arte foi um papel assumido pelos artistas oitocentistas que, deste modo, assumiam a função de uma espécie de mediadores que tornava perceptível a arte ao comum dos mortais. Assim se se introduziam nos novos romances personagens até então apartadas da literatura, como o camponês, o operário, o pequeno burguês, houve que torná-las perceptíveis para todas as classes sociais, incluindo a aristocracia, isto no âmbito da mesma semiosfera. Quando há o deslocamento no espaço dá-se a entrada em novas semiosferas. Aí a criação artística, acreditavam os seus produtores, era trabalhada de forma a transmitir aquela realidade e cultura, contudo traduzida numa linguagem que os públicos europeus pudessem entender. Neste caso, não me reporto só à literatura, pois esta tendência de transportar a realidade, por um lado, e o desconhecido, por outro lado, era extensível à pintura ou à música<sup>926</sup>. Portanto, tratava-se de transmitir a realidade, mas adaptando-a ao gosto estético predominante ou ao gosto do público a quem o autor se dirigia. Para analisar estas obras, a perspectiva terá sempre de ser semiótica, avaliando não só a obra em si e os seus recursos, mas essencialmente o seu impacto na receção e na satisfação dos

---

<sup>925</sup> Refiro-me aos dados referenciados pelo próprio Sampaio Bruno na obra supra citada.

<sup>926</sup> Joaquim Nabuco cita a obra de pintura de Castro Alves, “Tragédia no Mar”, que ilustrava com algum realismo um navio negreiro, pretendendo demonstrar o “suplício dantesco” do tráfico negreiro, vide Joaquim Nabuco, op. Cit., p. 39. Outro caso é o de Félicien David que, sendo socialista saint-simoniano, e tendo passado pela experiência da fundação de uma colónia no Egito, escreve uma série de obras musicais que reputa de música oriental mas adaptada ao gosto ocidental para que possa ser apreciada e, na verdade, a receção da sua obra musical tem um sucesso assinalável, tal como o tinha tido a pintura de Castro Alves, citada até em livro e logo numa obra de referência do combate abolicionista no Brasil.

horizontes de expectativa numa determinada época e sociedade, logo numa certa semiosfera que, muitas vezes, se distancia de uma outra, pode parecer idêntica num olhar desatento. Daí que se reforce tantas vezes o facto de existirem textos que são produzidos para as semiosferas metropolitana, colonial ou para ambas. Contudo, em geral, perspectivava-se o mesmo tipo de público, ou seja, um leitor com uma formação equivalente, tanto ao nível da instrução como ao nível das suas experiências literárias (dado que o acesso ao mercado literário poderia ser mais ou menos convergente e no, caso português, deficitário, tal como se viu anteriormente)<sup>927</sup>. Assim, mesmo que o enquadramento cultural fosse diverso, isto é, a sua realidade permitisse vivências diferentes, as suas experiências através da leitura eram semelhantes, o que aproximava os leitores em termos de leituras possíveis. De facto, o autor dá uma determinada coerência à sua obra e passa uma certa mensagem, mas é preciso que o leitor a entenda enquanto tal e o principal desafio está em o estudioso perceber como poderia a obra ter sido lida.

Para além dos constrangimentos que o autor tem, que não advêm apenas dos contextos da sua produção artística, mas, igualmente, das pressões sofridas pelas convenções entre pares, dos antecessores, do próprio ambiente social mais ou menos aberto à inovação, existem também outros condicionalismos como as questões políticas, ideológicas e institucionais. Há, ainda, a considerar os constrangimentos da receção da obra que podem não ser de menor monta<sup>928</sup>. Quer isto dizer que nem o autor produz nem o leitor recebe a obra em total liberdade cognitiva, condicionados que estão pelo que os precede e pelas forças dominantes do presente. Esse condicionamento pode levar a que em diferentes culturas, um mesmo texto seja rececionado de maneira diferente, apesar de o seu autor ter colocado um sentido que considerou universal na sua mensagem ou intrinsecamente a uma determinada cultura. Apenas pela distância temporal se poderá ter interpretações diferentes de um valor que, enquanto escrevia, o autor considerava ter uma leitura universal. Conformemente, as relações estabelecidas entre os acontecimentos e a sua justificação vai mudando ao longo dos tempos, logo a razão (ou falta desta) invocada por um autor pode perder sentido para um leitor muito posterior à criação da obra. Portanto, na análise textual tem sempre de existir a ponderação constante de uma relação entre a produção da obra e a leitura da mesma, entre o autor e o leitor, em diversas latitudes (quando é caso disso) e tempos<sup>929</sup>. Igualmente, os enquadramentos sociais do indivíduo vão-se alterando ao longo do tempo, o que vai moldando não só o seu comportamento individual face à coletividade, como vai transformando o seu modo de ver o mundo, logo as suas perspectivas e expectativas relativamente às suas vivências e experiências, artísticas ou não<sup>930</sup>.

Como combate o autor os condicionamentos interpretativos do leitor, quando tem de fazer passar a sua mensagem, sobretudo se esta estiver comprometida com um objetivo de

---

<sup>927</sup> Vide Francisco Soares, *Teoria da Literatura, Criatividade e Estrutura*, op. Cit., p. 170.

<sup>928</sup> Vide Edward Said, op. Cit., pp. 14-15.

<sup>929</sup> Vide Iuri Lotman, "O problema do signo e do sistema signico na tipologia da cultura anterior ao século XX", Iuri Lotman, Boris Uspenskii, V. Ivanóv, *Ensaio de Semiótica Soviética*, op. Cit., pp. 101-129, p. 113.

<sup>930</sup> Vide T. V. Civ'ian, "A Semiótica do comportamento Humano em certas Situações [Princípio e Fim da Cerimónia, Fórmulas de Cortesia], Iuri Lotman, Boris Uspenskii, V. Ivanóv, *Ensaio de Semiótica Soviética*, Lisboa, Livros horizonte, 1981pp. 201-226, p. 201.

proposta de alternativa social ou política? É essa resposta que as literaturas realista, naturalista e neorrealista tentam prestar, aprofundando a sua âncora na realidade, mesmo que criando um mundo completamente ficcionado<sup>931</sup>. Deste modo, preenche-se o texto com informações precisas ao nível temporal e espacial, que localizam facilmente o leitor, tanto aquele que lê a obra dada à estampa numa primeira edição, como o que a lerá no futuro, sabendo que tem de recuar a outros tempos e procurar na realidade de então as ruas, as paisagens, os dias que o autor menciona<sup>932</sup>. Como refere Phillipe Hamon, *o meu leitor deve acreditar na verdade da minha informação sobre o mundo*<sup>933</sup>, porque o autor lhe traduz o mundo para que ele o conheça, combinando, por vezes, estratégias diferenciadas e usando recursos provenientes de outras correntes, como por exemplo a exploração do exotismo até ao limite, a evocação folclorista, muito próximas de um romantismo tocado pelo exacerbar dos sentimentos e das sensações, numa linguagem emocionada que visa tocar o leitor, mas que de imediato se desvanece na alusão ao facto preciso, à característica, por vezes, científica ou pedagogicamente explicada. Para dar mais coerência à narrativa, recorre-se a analepses e prolepses que demonstram como o autor conhece tudo o que está contido naquele mundo textualmente traduzido, fazendo do narrador seu porta-voz. Recorrendo às informações históricas, o texto realista vai privilegiar a informação histórica relativamente ao passado, a informação comprovada do presente (seja advinda do texto jornalístico ou do científico), se o exotismo seduz é para em seguida ser desmontado, se a trama amorosa vinga é para mostrar que é idêntica a tantas outras que a realidade oferece.

Persiste, então, o autor nos lugares e tempos que são conhecidos do leitor ou facilmente apreensíveis, tornando o texto mais legível e entendível, logo mais tocante enquanto experiência orientadora de ideias e ideais do leitor. A evocação dos nomes próprios e apelidos servirá para que a personagem possa ser tomada enquanto um indivíduo em ação, sendo conotados com determinadas origens ou desempenhos sociais, de modo a situar o leitor e a facilmente transportar tanto a ação como as personagens da narrativa para uma experiência literária próxima da sua vivência quotidiana. Outros artifícios são, ainda, utilizados para robustecer o argumento que aproxima realidade e ficção, como por exemplo, colocar na voz de uma personagem com determinadas atribuições o discurso que informa sobre um dado específico: é o médico que explica a doença de uma personagem, é o farmacêutico que informa como um processo de envenenamento ou uma toma de medicamentos se efetua, o professor comunica a aptidão de um aluno e por aí adiante<sup>934</sup>. O facto de a informação advir

---

<sup>931</sup> Vide Leo Bersani, “O realismo e o medo do desejo”, Roland Barthes, L. Bersanni, Ph. Ramon Rifaterre, I. Watt, *Literatura e Realidade (o que é o realismo?)*, Lisboa, Publicações D. Quixote, 1984, pp. 51-86, p. 55.

<sup>932</sup> É interessante ver como esta técnica se mantém nos romances contemporâneos. João Paulo Borges Coelho na sua obra *O Olho de Hertzog*, anunciando-se como tratando Moçambique no rescaldo da Grande Guerra (a primeira, portanto) retoma esta tradição, incrementando o seu realismo pela nomeação de ruas, lugares, paisagens, hotéis conhecidos, navios marcantes da história, personalidades facilmente reconhecidas pelo leitor contemporâneo, fundando a sua ficção numa verosimilitude para o leitor que o transporta para a realidade. Num leitor menos preparado pode mesmo acontecer que tome o romance como a “verdade histórica” de um determinado momento da história moçambicana. Vide João Paulo Borges Coelho, *O Olho de Hertzog*, Lisboa, Leya, S.A., 2010, 2.ª Edição.

<sup>933</sup> Vide Phillipe Hamon, op. Cit., p. 144.

<sup>934</sup> No caso de *Herança de Amarguras* de José de Macedo existe este exemplo, em que a mãe da personagem principal, um jovem, está doente e quem comunica a doença é o próprio médico, também

de uma fonte segura permite que seja lida de um modo incontestado e de imediato integrada naquele mundo ficcionado como possível e verosímil. Notas científicas ou pedagógicas são incorporadas no texto a par de outros testemunhos da realidade diretamente retirados da oralidade que podem ir do calão tolerável à fala das crianças, aos modos cuidados e formais do aristocrata, ao provérbio, à cantiga, etc.. Todas estas técnicas trazem o texto para uma dimensão muito próxima da realidade, podendo o leitor deixar cair essa fronteira entre realidade e ficção, sobretudo, se for um leitor impreparado ou menos conhecedor e experimentado na leitura do texto<sup>935</sup>. A introdução do elemento fonético, seja nos vários sotaques e ritmos da linguagem quotidiana transportados para o interior da obra, seja pela proliferação de sons descritos não enriquece apenas o conteúdo, permite a criação de uma forma mais atraente para o leitor que o envolve emocionalmente<sup>936</sup>. Contudo, essa emoção processar-se-á de modo diferente relativamente às emoções advindas de reação à realidade, pois ali o texto é mediador e a experiência é sobretudo estética, isto é, é o modo como o mundo real está descrito que suscita a reação emocional e não apenas o facto em si, pois este chega ao leitor mediado pela criação artística do autor.

Este apego à realidade que se estende dos séculos XVIII, XIX e XX não é indissociável de todos os movimentos sociais e políticos que geraram as grandes transformações sociais que ocorrem, nuns casos antecipando-as, noutros relatando-as. Assim, a expectativa literária relativamente à literatura realista ou mesmo naturalista vai-se formando lenta mas duravelmente, atingindo quase o grau de corrente incontestada e que mais se adaptava ao momento histórico de profunda transformação social que já não permitia a alienação espiritual, lógica e emocional nem de autores nem de leitores<sup>937</sup>. No entanto, a designação desta corrente literária que supostamente vertia a realidade para o texto ficcional, aparece apenas como designação estética em 1835. Portanto, quando algumas obras artísticas em várias áreas, passando pela pintura, música e literatura, já tinham sido produzidas com características que são associadas ao realismo. Esta classificação estética aparece associada em primeira mão a um pintor, Rembrandt, numa receção póstuma da sua obra, ou seja, numa reinterpretação que ocorre dois séculos mais tarde sobre a produção da obra, em que se apontava a “verdade humana” ali contida como indiciadora do seu realismo. Relativamente à literatura o termo chega mais tarde, em 1856, mas rapidamente se difunde entre autores, intelectuais e leitores mais informados<sup>938</sup>. A missão reveladora da realidade estava na mão dos artistas e havia que cumpri-la. O autor como revelador do mundo real e das suas possibilidades de mudança torna-se um ideal partilhado entre produtores de arte e recetores, assumindo-se que a novidade e originalidade das histórias seriam reportadas nessas produções artísticas,

---

no caso de Augusto Bastos, em *As Memórias Policiais do Repórter Zimbros*, o envenenamento de uma das personagens é explicado pelo detetive em presença do farmacêutico que entretanto percebemos que foi quem explicou ao detetive o procedimento para aquela ação.

<sup>935</sup> Roman Ingarden fala destes riscos, referindo que o leitor desprevenido pode toma a leitura do texto literário realista como uma certa realidade até então desconhecida por si. Vide Roman Ingarden, op. Cit., p. 201.

<sup>936</sup> Vide idem, p. 90.

<sup>937</sup> Vide T. T., “Apresentação”, Roland Barthes, L. Bersanni, Ph. Ramon Rifaterre, I. Watt, *Literatura e Realidade (o que é o realismo?)*, Lisboa, Publicações D. Quixote, 1984, pp. 9-12, p. 9 e p. 11.

<sup>938</sup> Vide Ian Watt, “Realismo e Forma Romancesca”, Roland Barthes, L. Bersanni, Ph. Ramon Rifaterre, I. Watt, *Literatura e Realidade (o que é o realismo?)*, Lisboa, Publicações D. Quixote, 1984, pp. 13-50, p. 15.



sobretudo porque o mundo real oferecia possibilidades que pareciam infindáveis, dando voz, cor e som aos que nunca tinham obtido a oportunidade de exprimir-se. O romance vulgariza-se e ganha um protagonismo enquanto gênero literário que se sobrepõe aos outros, pela criação de mundos possíveis aos olhos dos leitores que ganham um significado específico, porque é colocado de um modo temporal, aderindo às técnicas mais recentes de narração que passam pela sua partição em folhetim, logo acompanhando a inovação técnica e a alteração dos gostos do público, agora mais ligado aos periódicos.

Como interpretes e tradutores da realidade, os artistas e, sobretudo, os escritores, porque trabalham a arte da palavra, oferecem ao seu público uma visão sistemática da realidade, representando-a segundo a sua própria perspectiva. A identificação que o leitor tem com a própria narrativa, transportando-a para o mundo real de um modo muito fácil, torna-la mais atrativa num contexto de transformação social a um ritmo até então desconhecido. A âncora do real satisfazia um gosto social que se ligava permanentemente às novas descobertas científicas, às possibilidades de descoberta de mais e diferentes mundos, a curiosidade humana podia agora ser trabalhada. É nesse contexto que surgem novas personagens e novas histórias, sons desconhecidos, paisagens ignoradas ao dispor do recetor da arte para serem decodificados e recriados, num processo constante e em mutação que colocava novos elementos em interação. Nesse sentido, as camadas populares, os colonizados, os excluídos do mundo do progresso passam a ser retratados e representados de uma forma que o público possa entender, segundo a visão dos próprios artistas e intelectuais. Deste modo, abrem-se novas possibilidades de expressão às camadas submissas da sociedade e também aos que representando mundos divergentes, como os colonizados, detêm afinal as ferramentas para expressar-se. Na verdade, tinha chegado o momento de escrever com erudição o que era popular e tornar popular a cultura erudita.

### **A evocação popular**

Esta época marca uma especial atração pelo povo e por aquilo que é representado como popular. Dar voz aos submissos, denunciar a sua submissão torna-se um objetivo para muitos intelectuais e artistas que aí encontram motivos de inspiração. O povo deixa de ser visto como um aglomerado indistinto e os indivíduos mesmo das classes populares ganham personalidades, histórias de vida, percursos que são transpostos para a arte<sup>939</sup>. O povo é o que forma as nações e os Estados fortes precisam de uma massa que os defenda, daí que desde a recriação das raízes folclóricas até à personalização dos indivíduos seja um passo curto, numa tentativa de criar destinos comuns que todos aceitem como o seu. A alfabetização, a massificação da imprensa escrita, a proletarianização da população está indubitavelmente ligada a esta tendência que chega a sociedades menos industrializadas por influência daqueles que tomam, então, a primazia na influência das tendências da modernidade. Esta individualização no seio do que era até então coletivo permite não só que estas personagens, silenciadas ao longo dos anos, ganhem um nome, como sejam descritas fisicamente, ou seja, que lhe sejam

---

<sup>939</sup> Vide Iuri Lotman, “O Problema do signo e do sistema Sínico na Tipologia da Cultura Anterior ao Século XX”, op. Cit., p. 122.

atribuídos predicados físicos que o leitor pode reconstruir<sup>940</sup>. No caso dos autores em estudo isso é muito evidente, sendo que em Bastos encontramos a descrição até de tipos físicos menos comuns nos textos até então publicados, ganhando as personagens mestiças ou africanas uma denominação e uma descrição física; e no caso de Macedo haja mesmo uma personagem do povo que se torne o protagonista da narrativa. Não só a beleza é descrita, por vezes, também as deformidades são apresentadas, geralmente como exceções e resultado de doenças ou acidentes, mas não estão ausentes da ficção que, no fundo, se reporta a uma determinada realidade, seja *a priori* seja *a posteriori*, seja aquando da produção da obra, seja aquando da sua leitura.

O romance permitiu desenvolver uma imensidão de personagens individualizadas, portadoras de um nome mas em simultâneo pertencentes a uma massa que as poderia tornar indistintas e aí entra o papel do artista como tradutor da realidade e, em simultâneo, como seu inovador, renovador e criativo. Esta individualização, acompanhada dessa consciência de coletivo, permite algo muito original na época que era a identificação dos indivíduos com casos específicos do meio social contemporâneo daquela produção textual, o que incrementa a legibilidade do texto e concede maior usufruto ao leitor durante a sua leitura<sup>941</sup>. Não só às personagens esta evocação popular trouxe transformações, também a forma do texto foi modificada de modo a transmitir mais intensamente as variações que a própria sociedade apresentava. A unidade social e política é, paradoxalmente e pela primeira vez, assente na diversidade de participações, de atividades económicas, de indivíduos, de associações cívicas. É preciso conduzir todos os intervenientes sociais nessa construção de uma sociedade nacional, em que se procura uma missão coletiva, em que tem de dar-se voz a todas as classes sociais, pois a obediência cega a um princípio aristocrático ou a um monarca encontra-se sob forte contestação e chega sobretudo através dos intelectuais.

Daí que o povo se torne atrativo como refere Iuri Lotman, porque o povo de um país acaba por ser todos os que nele vivem e os traços comuns de humanidade ligariam todos esses seres debaixo de uma mesma cultura, um mesmo sentir, apesar de todas as clivagens que eram identificadas. É quase numa relação de atração e repulsão que o jogo ficcional se efetua, porque se o escritor quer falar do povo e se identifica com uma determinada nação, não quer isto dizer que se identifique com as práticas populares. Augusto Bastos ou José de Macedo são exemplo disso. Bastos descreve habilmente e com dignidade as populações autóctones e, apesar de os considerar como naturais da terra, coloca-os num patamar diferenciado dos filhos da terra, angolenses, que consigo partilham uma vivência urbana e uma aculturação profundamente identificada com o colonizador. Macedo descreve profundamente as tradições populares e o povo, mas demarca-se destes, explicando até as origens da sua ignorância. Em ambos autores, o povo não é um aglomerado amorfo e daí a individualização, a possibilidade de exceção que deveria ser exemplar para que não se massificasse a interpretação do povo e com essas exceções os autores poderiam identificar-se<sup>942</sup>. Assim, o lema parece ter sido:

---

<sup>940</sup> Vide Paul Ricoeur, *Soi-même comme un autre*, Paris, Éditions du Seuil, 1990, p. 49.

<sup>941</sup> Vide Ian Watt, op. Cit., p. 28.

<sup>942</sup> Apesar disso, no caso de Bastos o caso é mais complexo, na medida, em que o autor pretende ser identificado com o elemento colonial, logo, o nós vai surgir ligado a quem lidera a colonização, mas como se sabe, em Angola e durante largo período, a colonização efetiva, os chamados colonos eram em

evocar o povo, sim, mas diferenciá-lo no seu próprio seio, de modo a que se identifiquem enquanto indivíduos e coletividade.

## 7.1 Entre Oralidade e Escrita

*La literatura oral es Libertad. Hasta tal punto que cualquier persona a quien haya gustado un cuento, una leyenda, una canción, un proverbio, o cualquier otra manifestación, puede repetirla en cualquier momento, ante cualquier interlocutor, contarla a su manera, efectuar pequeños cambios o deformarla. Hasta tal punto es un acto de libertad, que toda clase de poderes, incluidos los locales, incluidos los coloniales, han tratado de domesticarla consagrando ingenuamente todo tipo de cánones y de normas para evitar «desviaciones», tanto en los textos como en las interpretaciones.*

Jacint Creus

Oralidade e escrita têm ao longo dos tempos se complementado, de uma forma mais ou menos evidente, não só no transporte da oralidade para a escrita ou da escrita para a oralidade como através da partilha de recursos estilísticos por parte dos produtores discursivos ou da vontade dos leitores ou ouvintes. Como refere Jacint Creus, a literatura oral significa liberdade de reprodução e de recriação, podendo por isso interagir habilmente com o texto escrito, mais dependente de regras e das intenções alheias à sua produção artística, pelas dependências criadas pela necessidade de editar o texto e distribuí-lo, pela intervenção dos poderes que sancionam ou limitam as publicações. Jorge Bastos da Silva dá o exemplo da literatura de cordel, antepassada de certo modo dos fascículos e folhetins, pois trata-se de publicações modestas de pequeno formato, económicas e com extensões que iam das oito às 32 páginas (em múltiplos de quatro), raramente ultrapassando este número, que estava ainda muito ligada à oralidade<sup>943</sup>. Dependendo do género literário, o tom coloquial seria mais ou menos usado, dando o autor o exemplo dos sermões que, sendo uma prática de oratória, eram mantidos estilisticamente, exigindo uma certa erudição da parte de quem os lia, apesar do seu recorte oral, pois eram escritos com a intenção de serem ditos. Contudo, outros textos havia que se simplificavam para abrir-se a uma maior audiência. Apesar disso, a relativa popularidade do texto dependia de quem o lia e lhe emprestava a sua experiência erudita ou mais popular que, se influenciava a produção do texto que se pretendia aberto a um maior número de público, dependia da sua leitura para se tornar mais popular. É de referir que esta leitura era, algumas vezes, partilhada em voz alta, o que gerava uma passagem do escrito ao oral e, concomitantemente, levava à vulgarização do seu conteúdo. Alguns temas, na literatura de cordel, até variavam pouco, estando já estudados pelos autores as fórmulas que mais agradavam aos editores e censores e que tinham mais sucesso junto do público. Assim, tornava-se ainda mais fácil a reprodução oral de temas, contando-se em formato de narrativa oral conteúdos que eram vulgarizados na literatura de cordel. Posteriormente, é o discurso

---

boa parte constituídos por filhos da terra, logo por indivíduos que liderando a colonização não eram metropolitanos.

<sup>943</sup> A exceção relativamente ao fascículo ou folhetim é que neste caso a história vinha completa, contudo o modelo modesto de publicação e a variedade e quantidade de público que pretendiam atingir, coloca-as em planos similares. Vide Jorge Bastos da Silva, op. Cit., p. 28-29.

jornalístico, que aqui particularmente interessa, que toma os empréstimos da oratória e as fórmulas orais em sentido mais vasto para construir as suas histórias, os seus relatos do real, de modo a aproximar-se não só dos leitores, como da verdade que pretende relatar.

É a par do desenvolvimento jornalístico que cresce a prática da literatura em folhetim que, como anteriormente mencionado, começa por ser dedicado a “variedades”, portanto, focando assuntos diversos até que se vulgariza o pendor literário dos folhetins. A literatura em folhetim teve de adaptar-se a novas condições de mercado, amplificar a sua audiência, simplificar linguagens, procurar temas suficientemente atraentes e abertos para interessar os leitores de periódicos e, sobretudo, adotar algumas características da linguagem jornalística, com acento para o imprevisto e a coloquialidade a par da criação de suspense no final de cada parte para que o leitor aguardasse o próximo número. Todavia, entre o estímulo da curiosidade para o próximo número e a elaboração de uma narrativa unitária, em que o leitor fosse conduzido através de todo o folhetim sem que a narrativa apresentasse fragmentação (daí o recurso às analepses ou o retomar de alguns assuntos anteriores em números posteriores), existe um imenso trabalho autoral de adaptação. Os periódicos lançam-se na aventura narrativa, tanto na recriação das histórias verdadeiras como das estórias ou pequenas ficções, tendo como valor máximo a diversificação e reformulação discursiva. Nunca, até então, a escrita fora tão invadida pela oralidade, nunca o autor tivera de trabalhar tanto em consonância com o gosto do leitor, pois disso dependeria a prossecução do folhetim. Ainda mais do que no caso da literatura de cordel, o autor tinha de cingir-se a um formato não dispendioso, portanto, normalmente exíguo e que teria de conter cada episódio. O passo seguinte é, ainda, mais complexo, que é que cada episódio constitua uma unidade que se integra numa unidade maior que é o total da narrativa, querendo isto dizer que cada parte tem de fazer sentido por si só e contribuir para toda a narrativa integrando-se nesta. Em qualquer momento, quer dizer, episódio, o leitor deveria ser capaz de começar a narrativa que captasse a sua atenção durante as cenas ou no seu final, com o objetivo de prender o interesse do leitor para que este não abandonasse o folhetim a meio<sup>944</sup>. A linguagem tinha de ser entendível e contribuir para o aumento da legibilidade da obra que chegaria a um público mais vasto que o livro impresso<sup>945</sup>.

Quando o autor é bem-sucedido, os folhetins podem dar lugar a conjuntos ou coleções que podem denominar-se aventuras, memórias, ou seja, qualquer título que evoque uma certa continuidade, mas que estando no plural significa que existe uma variedade de estórias e de momentos. Em comum, estas séries têm uma personagem, um local, um tipo de aventura, ou seja, o elemento ou elementos que o autor quer tornar contínuos e repetíveis para dar a sensação de continuidade apesar da independência de cada episódio<sup>946</sup>. No caso dos autores em estudo, pode-se referir que Augusto Bastos cumpre esta etapa, através da publicação de três séries, *A vida nas selvas, colecção romântico-histórica* e *Os Gigantes atravez dos mares ou Aventuras extraordinárias da Epopeia ultramarina portuguesa*, ambas publicadas em 1919 e designadas como colecção romântico-histórica e collecção Histórico-Romântica, em que cada

---

<sup>944</sup> Francisco Soares, *Notícia da Literatura Angolana*, op. Cit., p. 134.

<sup>945</sup> Francisco Soares sintetiza muito bem numa frase a tarefa do autor que escreve no formato de folhetim: *Em resumo, isto implica uma estrutura comprimida, uma linguagem concisa e «prática», e uma totalidade para cada cena que a tornasse auto-suficiente sem deixar de acordar a curiosidade do leitor ao que estava para vir.* Idem, *ibidem*.

<sup>946</sup> Vide idem, pp. 134-135.

episódio em fascículo ganha um título específico, e *Memórias policiais do Repórter Zimbro*, em 1931 que obedecem à mesma lógica. Note-se ainda que este passo do folhetim para a publicação em fascículos é dado com o título *As Furnas do Lobito* cuja edição data de 1906, sendo esta anunciada pelo próprio autor, no jornal onde era publicado o folhetim. Significa que o autor já teria sucesso junto dos leitores, daí a pretensão de uma reedição agora em fascículos e com recurso à assinatura. Apesar de este primeiro título ainda não ter sido anunciado como uma série, é bem provável que tenha sido com este que o autor tenha percebido as potencialidades da sua autoria em folhetim, transformando as publicações seguintes em séries. Contudo, é de assinalar que *As Furnas do Lobito* se apresentam como uma história que parece contínua, apenas fracionada para a sua publicação em folhetim, mas na qual o autor introduz (creio que talvez de modo não planeado ao início do folhetim) uma variedade de assuntos e de personagens que ao início não era possível ao leitor imaginar. Todavia, não se encontra nada no título que indique essa intenção de variação ou de criação de uma série, o que me leva a crer que foi durante a publicação do folhetim e devido à sua recepção que o autor a foi adaptando e transformando. Já no caso de José de Macedo não existe esta transposição, tendo o autor publicado *Herança de Amarguras* em folhetim e sabe-se que tencionava a sua reedição, mas com o acrescento de uma segunda parte que tentava fazer, é possível que o seu intento fosse publicar a obra como um todo, pois as suas partes não constituem uma história em si, como acontece nos casos apresentados para Bastos.

Portanto e de acordo com os parágrafos precedentes, percebe-se que a escrita ganha uma forte componente coloquial, adaptando-se aos novos públicos que a edição massiva lhe proporciona e tomando para si a responsabilidade da representação e apresentação da realidade. A hierarquia pela qual sempre se pugnou de colocar a literatura oral num patamar ligada ao meio popular e àqueles que não eram eruditos, logo em posição de desvantagem e subordinação face à literatura escrita, com mais propensão à erudição, esbate-se no estilo. A partir daqui e nos vários contextos, seja metropolitano seja colonial, a diferença passa a estar no domínio ou não da capacidade de leitura e de escrita, pois a oralidade tinha definitivamente invadido a escrita e era a única forma de poder transmitir essa realidade pululante de vida e transformação<sup>947</sup>. No caso colonial, a complexidade deste relacionamento entre oralidade e escrita aumenta devido a um papel de tradutor que muitas vezes está subjacente ao papel do escritor. Resumindo, deve-se este aspeto à diversidade linguística existente na sociedade colonial que leva muitas vezes ao autor a ter de transportar para os seus diálogos ou narrativas, mesmo que sem discurso direto, o falar em várias línguas, enveredando por um papel de tradutor, anunciando se as personagens falam ou não as línguas da terra, mencionando, por vezes, em que língua se trava o diálogo, vertendo provérbios da oralidade para a língua da escrita, em geral a do colonizador. A transição linguística sem a perda de realismo e de verosimilitude é uma tarefa árdua que teria ocupado bastante os que escreviam no seio de uma sociedade colonial e, atualmente, no seio de uma sociedade pós-colonial que continua a depender dos mercados noutras línguas que não as originais do seu território<sup>948</sup>. Apesar dos recursos que o jornalismo e a literatura vão buscar à oralidade, o seu uso não é totalmente igual, pois ao discurso oral cabe envolver uma audiência que partilha um mesmo espaço e momento, em que a produção ou reprodução discursiva é contemporânea da

---

<sup>947</sup> Vide Francisco Soares, *Teoria da Literatura, Criatividade e Estrutura*, op. Cit., p. 23.

<sup>948</sup> Vide idem, p. 124.

recepção, levando ao aperfeiçoamento de técnicas de envolvimento do público. A escrita literária, mesmo que recorra a um tom coloquial e peça emprestado vocabulários e soluções estéticas próximas da literatura oral, não ganha a plasticidade e dinamismo que se pode encontrar na literatura oral ou, no caso do jornalismo, na oralidade. No entanto, através do diálogo entre narrador e leitor, da interjeição a meio do corpo textual ou da simplificação da linguagem e inserção de expressões próprias da oralidade, existe uma aproximação aos recursos utilizados oralmente.

Quando refiro que o contexto colonial complexifica a questão linguística é sinónimo de dizer que, igualmente, existe uma maior complexidade cultural e social, pois como referem Lotman e Uspenskii, *línguas e culturas são indivisíveis*, não sendo *admissível a existência duma língua (no sentido amplo do termo) que não esteja imersa num contexto cultural*<sup>949</sup>. Significa isto que os autores ao escreverem em contexto colonial, quando se reportam a diferentes línguas, também estão a aludir a diferentes culturas em interação que criam um ambiente sociocultural muito próprio e irrepetível, para o qual nem sempre o leitor está preparado. Nesta situação, a questão do recurso aos mecanismos de construção estética da oralidade ganha alguma relevância, fruto da necessidade dessa diversidade ser exposta, mesmo que num contexto de complementaridade como aquele que Bastos tenta criar em boa parte da sua ficção, e que estão muito patentes em *A vida nas selvas* (que se passa no sertão) ou mesmo em *Memórias policiais do Repórter Zimbó* (que se passa na cidade). Era já notória em *As Furnas do Lobito* em que é exposta a coexistência pacífica entre colonizador e colonizado e a agressão de africanos e europeus envolvidos no tráfico negreiro, como foi visto anteriormente (existe, portanto, o estabelecimento de uma dicotomia bem/mal que desde o início é incarnada no bem pelo colonizador e colonizado que cumprem o seu papel no trato comercial e nas relações equilibradas e no mal incarnado nas populações e mercadores que vivem do comércio negreiro). No caso de Macedo, como a narrativa se reporta a uma situação vivida na metrópole, existe a exposição de temas orais do norte de Portugal que poderiam parecer exóticos aos olhos dos leitores das cidades angolanas que nunca tinham visitado a metrópole ou aí tinham estado pontualmente, apesar de a sua educação ser feita nos moldes portugueses, como as línguas africanas pareceriam aos olhos dos colonos recém-chegados à colónia. Todavia, todos estes textos foram publicados em Angola, mais propriamente, em Benguela e Luanda, o que denota que os leitores ali residentes e com acesso à leitura estariam preparados para receber todas estas variações e que aderiam a uma literatura que para si representava uma determinada realidade fosse esta mais próxima ou distante do seu quotidiano. A coloquialidade estreitava a relação entre autor e leitor e, igualmente, entre ficção e realidade, sendo a partir daí mais fácil construir e introduzir variações linguísticas que notadamente corresponderiam a diferenças sociais e comportamentais.

No entanto, não se creia que todas as línguas eram consideradas da mesma forma. Assim, como entre literatura oral e literatura escrita parecia existir uma hierarquia que se reproduzia no caso da literatura popular e da literatura erudita, também entre línguas existia uma graduação. As línguas eram mais consideradas que os dialetos, sendo que as primeiras eram as que os colonizadores usavam e os segundos o modo como os próprios colonizadores designaram as línguas dos povos colonizados. Pierre Bordieu explica essa diferença que se

---

<sup>949</sup> Iuri Lotman, Boris A. Uspenskii, “Sobre o mecanismo semiótico da cultura”, op. Cit., pp. 37-65, p. 39.

conecta diretamente com questões ligadas ao poder de ensinar e reproduzir a língua: *Ao contrário do dialecto, [a língua] beneficiou das condições institucionais necessárias à sua codificação e à sua imposição generalizadas. Assim reconhecida e conhecida (mais ou menos completamente) acima de toda a resistência de uma certa autoridade política, ela contribui por sua vez para reforçar a autoridade que fundamenta o seu domínio: assegura (...) entre todos os membros da «comunidade linguística», tradicionalmente definida (...) um mínimo de comunicação que é condição da produção económica e até de domínio simbólico*<sup>950</sup>. No caso colonial, a língua acabou por ser importada, ou seja, é o colonizador que impõe a sua língua e a torna veículo de comunicação com melhor ou pior desempenho consoante a aprendizagem da mesma. O estado colonial não sanciona a aprendizagem dos dialetos, apesar de esta ser feita em algumas missões, e instrui na sua própria língua, cerceando as oportunidades de reprodução dos dialetos que nos meios formais de comunicação oral e escrita vão sendo paulatinamente substituídos até desaparecerem. O uso social da língua é determinado por uma administração colonial distante das culturas locais, os dialetos são remetidos para a esfera do tradicionalismo e do folclore e retirados da vivência formal. A lei linguística é imposta para aceder-se ao ensino, às instituições públicas, e vai-se fortalecendo através da promoção do seu estudo, da generalização do seu domínio até ser consagrada legalmente como a língua a ser usada<sup>951</sup>.

Exemplo deste labor em torno da língua é a elaboração do dicionário que resulta da codificação e da normalização da língua, tentando acumular todos os recursos linguísticos que vão sendo reunidos. No caso dos dialetos o que aconteceu não foi a elaboração deste tipo de dicionários, mas de um outro que serviria para a tradução de palavras que, algumas vezes, iam para além disso e tentavam explicar conceitos (como no caso dos glossários que não só a palavra vem traduzida como vem explicada a prática social que se poderia associar a determinada designação) ou adicionavam ao dicionário o método linguístico para que se pudesse aprender este dialeto. O caso de Augusto Bastos é um dos exemplos que aqui se poderiam citar, pois para além de um dicionário criou um método de ensino do que chamou a língua “bunda”. Note-se que a denominou língua, mas ainda num período em que os estudos linguísticos não estavam desenvolvidos em Angola e que portanto ainda não tinha havido a hierarquização entre língua e dialeto, apesar de já existir uma hierarquia entre línguas. A portuguesa era a língua da cultura, da ciência e da administração, logo da modernidade, as línguas locais as da tradição, do tráfico escravagista, do desconhecimento, que precisavam de ser, por tal, colonizadas. As modelizações dentro da própria língua, o vocabulário dominado, a pronúncia (que pode ser passada do oral ao escrito) podem fornecer o restante quadro social, daí que a alusão à fala em dialeto ou na língua oficial ou a referência ao domínio correto ou não de uma ou de outro traçam o perfil social de uma personagem, o meio em que esta se move. Esta situação permite uma enorme riqueza, pois tal como na realidade se cruzam pessoas de grupos sociais divergentes, também nas narrativas tal vai acontecer, estabelecendo-se variações no modo como a oralidade é trabalhada pelo autor.

No caso de Bastos, quando ocorre a tradução dá-se o inverso, a língua traduzida é a autóctone que aparece escrita num português escorreito, mas a informação que o narrador nos dá é que

---

<sup>950</sup> Pierre Bordieu, *op. cit.*, p. 25.

<sup>951</sup> Vide *idem*, p. 25.

o jovem colono domina perfeitamente a língua da terra, dos mucubais (atualmente designado por etnia kuvale), neste caso. Portanto, é a personagem do colono que domina a língua da terra, parecendo que o jovem mucubal não falaria o português ou, pelo menos, a isso não há referência, sendo esta língua traduzida para o corpo da narrativa, com menção explicativa aquando da introdução do discurso direto. Quer isto dizer que constituiu uma preocupação do autor que de alguma forma procurou dignificar a língua local e, em simultâneo, demonstrar como o jovem representando os colonos se interessava por apreender a cultura local através do conhecimento da língua, vontade desenvolvida quando pretende saber mais sobre o jovem mucubal. O autor experimenta, assim, uma espécie de complementaridade linguística que não significaria oposição. Contudo e, apesar da dignificação da língua local, a língua da escrita é a portuguesa, portanto a que obtém preponderância. Todavia, não é despiciente a referência a esta convivência linguística que se traduz numa coabitação cultural num mesmo tecido social. A inversão da hierarquia linguística não era previsível nem pretendida pelo autor, mas a elevação do valor do dialeto a língua já é uma estratégia sua que, trabalhando nas línguas locais e conhecendo-as, acredita que é necessário conhecê-las para perceber a dinâmica sociocultural das populações que se pretendem colonizar.

No entanto, a língua vulgarizada na oralidade ou na escrita para além de permitir o despertar dos sentidos é, sobretudo, um reservatório de formas de percepção do mundo e o facto de se partilhar leva a que todo um conjunto sociocultural possa entender-se e comunicar afetos e lógicas que, quando comuns, se tornam visões compartilhadas do mundo e do devir em conjunto. A oralidade pode conceder mais emoção e tornar mais democrático e horizontal o acesso à linguagem literária, logo a legibilidade do texto. Assim, tomam-se certas técnicas associadas à oralidade, como anteriormente se viu, e transpõem-se para a escrita, despertando mais sentidos. A inserção dos diálogos e dos conjuntos estéticos normalmente associados à oralidade (como, por exemplo, os provérbios, as canções, as interjeições) vão nesse sentido, facilitando ao leitor a tarefa de completar com o registo sonoro a sua leitura silenciosa, pois à medida que vai lendo, vai criando cerebralmente os sons das falas ou da natureza. Para espoletar o sentido auditivo basta a introdução de alguns verbos indicadores desta ação (como dizer, falar, cantar, exclamar, ouvir, escutar), a partir daí tudo o que se escrever parecerá ter um som próprio<sup>952</sup>. Acresce a este aspeto o facto de a coloquialidade e o despertar para o sentido auditivo facilitar o papel do leitor mediador, isto é, do leitor que lendo transporta o texto para a oralidade por estar a executar uma leitura partilhada em voz alta, prática comum na época, dado o elevado analfabetismo. Para além de poder dar vivacidade a estas narrativas com a reprodução diálogos e a referência aos ambientes envolventes, o leitor que, em simultâneo, se torna narrador para quem o ouve, transmite todas as ferramentas necessárias para que os seus ouvintes recriem eles próprios as sonoridades ali envolvidas, tornando o texto mais real e aproximando emissor e recetor. Entre oralidade e escrita, entre línguas mais ou menos dignificadas, os autores tentaram usar os meios estéticos ao seu alcance para demonstrar a diversidade social, o que não deixa de representar uma renovação constante desde o século XIX, permitindo-se que as várias clivagens sociais ficassem representadas, o que numa sociedade colonial tem algum destaque pela presença etno-cultural tão diversa.

---

<sup>952</sup> Vide Roman Ingarden, op. Cit., p. 37.



## 7.2 A Literatura “Outra”

*De todas as regiões marcadas pela presença colonial portuguesa, três mereceram especial atenção. Refirmo-me ao Nordeste brasileiro, a Cabo Verde e a Angola, mormente à região de Luanda e seu hinterland e à cidade de Benguela. Trata-se de regiões que registam uma presença portuguesa secular, razão pela qual os processos de consciencialização cultural e literária das suas elites se processaram de forma idêntica e, porque voltados para a valorização cultural das regiões em que emergiram, contraditórios nos seus propósitos: a autenticidade cultural procurada era, afinal, uma herança de subjugação que desejavam aniquilar.*

José Carlos Venâncio

A tradição literária em algumas colónias portuguesas é um facto histórico de longa duração, acompanhado da génese de elites que desenvolveram desde cedo o gosto literário. Digo desde cedo porque as suas condições de receção eram de tal forma deficitárias que o gosto já está enraizado quando algumas delas recebem a imprensa mecânica que chega com o estabelecimento das tipografias oficiais. Pode-se dizer que a receção tinha antecipado a capacidade de produção na própria colónia. Papel exemplar na divulgação do gosto literário foi detido pelos serões culturais que encheram casas senhoriais e onde a música e as belas letras eram cultivadas como sinal de refinamento. No século XIX, já existia uma predisposição para a receção literária, fundada na prática da leitura das obras que circulavam entre a metrópole e algumas colónias, como é o caso do Brasil. Em Angola são deixados rastros dessa circulação de obras e indivíduos que viajando entre a metrópole, Brasil e Angola faziam circular ideias e livros. É evidente que estas pessoas estavam enformadas naquilo que era o sistema de ensino e conhecimento europeu e, mais especificamente, português, pelo que, mesmo sendo naturais de Angola ou do Brasil, bebiam influências profundas nas literaturas europeias que constituíam mormente as suas experiências literárias. Assim, as tendências que surgem nas colónias com algum retardo são aquelas que vão ganhando eco pela Europa fora. Se, como foi mencionado anteriormente através do testemunho de Sampaio Bruno, as novas tendências chegavam a Portugal com atraso, nas colónias, onde chegavam por via indireta, o atraso poder-se-ia aprofundar. No entanto e na generalidade dos autores nascidos nas colónias, encontra-se uma literatura diferenciada que, como José Carlos Venâncio refere, procurava a sua autenticidade cultural que, parecendo paradoxal, se fundava na própria herança cultural da qual se pretendiam demarcar<sup>953</sup>. No caso angolense que aqui trato com maior pormenor, essa tentativa acaba por ter traços próprios. Se existe uma tentativa de afirmação de uma identidade própria local, evocada através da apresentação das especificidades da própria sociedade colonial, essa identidade é forjada dentro do próprio sistema colonial, o que leva a que essa classe de gente mais preparada das colónias de autodenomine como filhos da terra e tenha uma relação algo controversa com as populações locais, mesmo tendo por vezes aí a sua origem. Mesmo que mestiços, eles nasciam da exceção, ou seja, de um encontro de colonos e colonizados que frutificara, sendo educados numa cultura mas tendo consciência da pertença

---

<sup>953</sup> Vide José Carlos Venâncio, *op. cit.*, p. 153.

a outra. Contudo, essas raízes eram submersas numa roupagem cultural que os empurrava para a diferenciação face aos seus conterrâneos considerados incivilizados e menos avançados.

Esta literatura, ali gizada, tentando representar uma determinada sociedade e mundos possíveis e alternativos em seu torno, demarcava-se da literatura metropolitana, sobretudo, pelo tema e não tanto pelas soluções estéticas adotadas, se bem que se fizesse uso de recursos locais como as línguas autóctones para enriquecer o corpo estético da obra e tornar-se mais atrativa ou das paisagens exóticas para aliciar o leitor, sendo que algumas vezes em seguida se desfazia esse cenário para o tornar algo perfeitamente dentro da normalidade. Os autores desta época têm sido afastados dos estudos literários ou considerados como meros produtores de literatura colonial, quando na verdade introduziram elementos de diferenciação na sua literatura ainda pejada dos conceitos e contextos da época, porque também eles são fruto de determinados condicionalismos sociais, políticos e ideológicos, tal como qualquer outro artista. Neste sentido, Francisco Soares desenvolve todo um argumento em torno do valor intrínseco que o estudo de autores como Augusto Bastos tem, mencionando e apresentado especificamente o caso deste autor, quando se quer traçar o quadro panorâmico da literatura angolana ou, pelo menos, produzida em Angola<sup>954</sup>. O recurso que este autor faz especificamente do exótico afasta-o de outros autores metropolitanos, porque exótico é de facto o desconhecido ou aquilo que não se entende. O que Bastos fazia era atrair o leitor para esse exotismo para depois tentar explica-lo, com um recurso excessivo ao discurso pedagógico, fundamentado nas informações científicas que exerciam polo de atração para o autor e, ao mesmo tempo, permitiam-lhe aumentar a verosimilitude do seu texto. Assim, se a vida nas selvas é exótica para o leitor, Bastos trata de traduzi-la para facilitar a sua leitura, representando-a e, em simultâneo, dando-lhe contornos de aventura e demonstrando como aquele povo distante e desconhecido tinha afinal indivíduos de valor e com capacidades humanas extraordinárias que lhes permitiam agir com bravura<sup>955</sup>.

O interessante é que o próprio Bastos estivera sujeito a este gosto pelo exótico, tal como todos os outros autores que produziram em contexto colonial e cujas experiências literárias eram em boa parte tributárias dos influxos de materiais impressos que a própria metrópole controlava. Não era por isso de estranhar que usassem os seus próprios recursos para desmistificar algumas ideias correntes entre os leitores, em que a África podia ser sinónimo de desgraça ou de utopia de realização, tal como a apresenta Henry Mortimer, no seu *L'Utopie Coloniale*<sup>956</sup>. Relativamente a Angola este sentimento na metrópole foi claramente ampliado, devido à prática do degredo que reavivava no imaginário de quem nunca tinha lá estado uma terra de perdição para onde iam apenas aqueles que estavam destinados à prisão ou ao

---

<sup>954</sup> Vide Francisco Soares, *Notícia da Literatura Angolana*, op. Cit., pp. 130-131.

<sup>955</sup> Esse exotismo com que se via a população a que se refere Bastos, os kuvale, mantém-se até à pós-independência. Dois livros, um em registo ficcional e outro em narrativa antropológica com recurso a soluções compatíveis com a estética literária, comprovam-no. Refiro-me a Pepetela, *Yaka*, União dos Escritores Angolanos, 1988, 1.ª Edição e a Ruy Duarte Carvalho, *Vou lá visitar pastores explorar epistolar de um percurso angolano em território Kuvale (1992-1997)*, Lisboa, Cotovia, 2000, 2.ª Edição. Sobre este assunto em pormenor vide Cátia Miriam Costa, "Da Etnicidade ao Simbolismo: Três olhares sobre a etnia kuvale", 7.º Congresso Ibérico de Estudos Africanos, ISCTE, Lisboa 2010, Março 2011, 19 pp., [http://www.repositorio-iul.iscte.pt/bitstream/10071/2247/1/CIEA7\\_1\\_COSTA,%20Da%20Etnicidade%20ao%20Simbolismo.pdf](http://www.repositorio-iul.iscte.pt/bitstream/10071/2247/1/CIEA7_1_COSTA,%20Da%20Etnicidade%20ao%20Simbolismo.pdf)

<sup>956</sup> Henri Mortimer, *L'Utopie Coloniale*, op. cit..

fracasso<sup>957</sup>. É apenas com a necessidade de ocupar efetivamente o território e com a descoberta de algumas das suas riquezas, para além do tráfico negreiro que também preenche mais ou menos discretamente as páginas das ficções angolenses que, paulatinamente, Angola se torna terra de promessa<sup>958</sup>. Portanto, condicionamentos não faltam a estes autores que produziam essencialmente para um público habituado às leituras europeias e recriando, por vezes, ambientes que lhes eram próximos através dos olhares de outros que viajavam e descreviam com magistral domínio da linguagem essas paragens que estando perto de si pareciam longínquas. Curiosamente, este exotismo não era só cultivado pela divergência espacial como também pela reconstrução histórica. O passado, numa época de constante mudança e em que permanece parcialmente desconhecido, também oferece o seu grau de atração. Deste modo, encontra-se a designação que Bastos dá às suas coleções de romântico-históricas ou nos tempos que evoca em qualquer um dos seus folhetins, todos prévios ao momento em que escreve<sup>959</sup>, e que também se encontra em Pedro Félix Machado que se reporta ao passado.

No caso da literatura de aventuras sabe-se hoje que reunia um certo gosto consensual de leitores mais e menos jovens e permitia um melhor manuseamento da realidade quando se pretendia ir para além do momento aprazível e dar a conhecer ou inclinar o leitor para um qualquer comportamento<sup>960</sup>. Quer isto dizer que quase todas as obras produzidas no seio do meio colonial pretendiam passar alguma mensagem muito precisa que era construída de modo intrínseco à narrativa e que, se não colidiam frontalmente com o modelo colonial, propunham subtis alterações que vão desde o aproveitamento dos conhecimentos das populações autóctones à humanização e individualização das mesmas, ao reconhecimento desse direito de ter voz, apesar de ainda ser uma voz subordinada. Se o papel de mando e orientação não é colocado em causa, o de subordinado é enriquecido não só por surgirem personagens nomeadas e com personalidade própria como por se ter uma atitude de dignificação das mesmas, o que não era a corrente dominante de pensamento que colocava todos na mesma classificação de incivilizados, sem qualquer direito a uma individualização positiva, quase na mesma dimensão em que o proletariado citadino e os camponeses pobres, antes massa amorfa de gente, fora convertido em indivíduos com direito a diferenciação. Contudo e, pesando a dimensão psicológica dada a estas personagens, verifica-se uma tendência para não existir uma retenção nos aspetos íntimos das personagens. As suas características psicológicas existem para justificar o seu papel exemplar enquanto membros de um coletivo que necessita

---

<sup>957</sup> No seu livro Pedro Félix Machado constantemente tenta desfazer este imaginário, o que ganha particular importância, pois o folhetim começou por ser publicado num periódico da metrópole, logo dirigido ao público europeu que precisava aclarar as suas ideias sobre África e sobre Angola em particular. Pedro Félix Machado, op. cit..

<sup>958</sup> Sobre essa tentativa de orientação da opinião pública e de criação de um novo imaginário em torno de Angola, vide, Cátia Miriam, “Para lá do horizonte: da terra do degredo à terra da promessa”, op. cit., pp. 55-76, 59-80 (versão bilingue: português/espanhol).

<sup>959</sup> Todos os títulos publicados em folhetim ou série por Augusto Bastos são narrativas do passado, tendo sido identificados os seguintes títulos: *As Furnas do Lobito*, *A vida nas selvas*, *Os Gigantes atraves dos mares ou Aventuras extraordinárias da Epopeia ultramarina portuguesa* e *Memórias policiais do Repórter Zimbro*.

<sup>960</sup> Vide Pascal Blanchard, Sandrine Lemaire, *Culture Coloniale: La France conquise par son empire, 1871-1931*, op. cit. e Françoise Vergès, *Abolir l’esclavage: une utopie coloniale. Les Ambigüités d’une politique humanitaire*, op. cit.

ser transformado, retratando-se a sociedade para lhe introduzir mudanças. Nos casos em estudo, a verdade é que tanto Bastos, criando ficções que podemos classificar como literatura colonial, como Macedo, com uma ficção que não se liga ao colonialismo, tenderam a representar psicologicamente as suas personagens. Todavia subordinaram essa representação aos seus intentos de demonstrar uma sociedade modelo que, baseada num relato realista era enriquecida com informações científicas e pedagógicas, orientando o leitor não só na sua leitura da ficção como da realidade<sup>961</sup>.

O pendor etnográfico das obras de ambos autores, explorado através das descrições, imprimia um realismo que servia para justificar as suas propostas. A verossemelhança dos conteúdos saía reforçada e a sua forma aparecia ligada à realidade pelos diálogos, pelo pormenor descritivo, pelo conhecimento dos comportamentos. Fazendo crer que da realidade se tratava, escreviam afinal sobre sociedades ideais que não existiam com a dimensão que os autores ali faziam pressupor<sup>962</sup>. Se no caso de Bastos é a complementaridade interétnica e a valorização de todos os elementos em interação que conduz as suas narrativas que, reconhecendo o papel orientador ao colonizador, igualmente identificam o colonizado como um elemento ativo na própria colonização, no caso de Macedo trata-se do reconhecimento do valor do povo e da sua capacidade de sair da estagnação em que se encontra devido à instrução. De algum modo, ambos autores são autorreflexivos: Bastos tem origem num encontro interétnico, sendo filho de pai português e mãe africana, daí a naturalidade com que assume a complementaridade não só biológica como cultural; Macedo tem origem nas camadas populares que se destacam pelo acesso à instrução, tendo-se revelado um excelente aluno e capaz de aceder a mundos vedados tanto ao povo como à baixa burguesia dos artesãos, pequenos comerciantes e funcionários do estado de categoria modesta<sup>963</sup>. As suas ficções tendem a propor mundos em que as personagens em interação refletem o seu próprio percurso. Neste sentido, Bastos, por se reportar a uma literatura colonial produzida na colónia e por um filho da terra, e Macedo, por criar uma ficção baseada na sua própria experiência de vida, contribuem para a afirmação de uma literatura *outra* que não se identifica na totalidade com as características dominantes do escritor ou do tema retratado, tal a incidência com que se fecham no seu objetivo de modelar a sociedade e de propor as suas soluções como as que têm moralidade suficiente para alterá-la. Outros aspetos podem ser tomados em atenção para ambos autores, como o facto de introduzirem quadros de ruralidade ou de periferia urbana na sua literatura, apesar de conscientes de escreverem para um público urbano. Assim como a descrição da natureza e da paisagem é uma constante, a fixação dos locais pela nomeação precisa, o posicionamento social das personagens, a referência aos conhecimentos adquiridos cientificamente ou pela

---

<sup>961</sup> José de Macedo nas duas ficções (uma das quais não é objeto deste estudo) que identifiquei não apresenta um texto que obedeça às características de literatura colonial. No entanto, parte dos seus ensaios e textos jornalísticos poderiam nesta ser incluídos, se por literatura se entendessem os textos marcados por uma estética literária, como acontece nos casos dos Sermões, das Cartas, de autores longínquos, hoje considerados como literatura pela sua riqueza estilística. Nesse sentido, existe uma convergência na obra de Macedo entre ficção, ensaio e texto jornalístico. Inclusivamente, a sua produção científica está muito marcada

<sup>962</sup> Vide Francisco Soares, *Notícia da Literatura Angolana*, op. Cit., p. 133.

<sup>963</sup> Em carta dirigida a Macedo, um amigo e leitor escreve-lhe: *Já o formoso romance que vem publicando nos revela uma existência dolorida do seu autor (...)*, vide Correspondência de António Freitas, Catumbela, 25 Março 1906. Note-se como o leitor identifica o autor com a sua produção literária, como se a vivência real fosse tornada experiência literária.

sua vivência, levando-me a crer que recorreram ao mesmo tipo de soluções para as suas narrativas, embora cada um cultivando um estilo próprio.

Outro aspeto interessante a considerar é que se existiram literaturas que começaram por ser “outras” também existiram leitores que começaram por ser “outros” e o mais curioso entre Bastos e Macedo é que não partilhando temáticas na sua ficção, ao contrário do que se pode identificar nos seus ensaios, partilharam um público ou, melhor, um tipo de público, tanto na sua produção ensaística como literária. Se nos ensaios publicaram, sobretudo, para os entendidos sobre as questões coloniais na metrópole e nas colónias, incluindo os políticos, na ficção publicaram para leitores urbanos em Angola, sediados em Luanda ou Benguela, através de folhetins, reproduzidos no corpo do jornal ou, no caso de Bastos, nesta versão e na de fascículos produzidos nas mesmas tipografias que os jornais. Esta componente de análise torna-se tanto mais interessante se se verificar que Macedo engendra uma narrativa passada na totalidade no norte de Portugal, portanto, na metrópole, em que as alusões ao “ultramar” são residuais e assumem o carácter de longínquas. Já Bastos relata estórias que se passam nos ambientes urbanos ou rurais de Angola. Os dois procuram traduzir a vivência rural aos leitores citadinos, é certo, mas o leitor angolense ou vivendo longamente em Angola consideraria qual dos textos o mais exótico? O das selvas e das aventuras dos sertões ou o do detetive a viver em Benguela ou o do jovem vivendo numa metrópole apenas conhecida textualmente (refirmo-me à maioria dos leitores que estariam sediados em Luanda e Benguela). Quantos teriam conhecido o Porto e as localidades sobranceiras? Poucos penso eu, portanto, se Macedo foi recebido sem essa sensação de exótico pode querer dizer duas coisas: a primeira, que foi mais lido pelos colonos do que pelos filhos da terra; a segunda, que os leitores ali não encontraram exotismo porque a sua experiência literária era em boa parte ou maioritariamente ancorada em produção não local, tendencialmente europeia e metropolitana, que tornava aqueles campos temperados e húmidos do norte de Portugal um local conhecido e, neste caso, a experiência literária sobrepor-se-ia à vivência quotidiana<sup>964</sup>. Por enquanto, tenho poucos elementos para aprofundar estas hipóteses, mas acredito que a segunda hipótese é muito plausível, dado que as experiências literárias dos filhos da terra, devido à sua instrução e ao facto de desde cedo serem incorporados na semiosfera do colonizador, estava mais ligada à produção literária metropolitana do que colonial.

A questão que aqui se levanta traz uma outra no seu seguimento que tem de ver com a construção do imaginário, pois este será mais tributário da receção artística e, neste caso, literária do que propriamente pela interpretação pura e objetiva do real, daí que os artistas se concedam a função de observar, interpretar e recriar a realidade, representando-a, exacerbando as conexões entre ficção e realidade de modo a ampliar a todo o custo a sua verosimilitude. Quer isto significar que a ideia de exotismo depende da construção do imaginário, logo poderá ser mais tributária da experiência de receção literária ou de outra arte (como a composição musical, a pintura, a escultura) do que propriamente a receção da realidade, mesmo que tal aconteça de modo involuntário, pois o contacto com a diferença natural ou cultural poderia não fazer parte da experiência real do indivíduo. Aliás, como se viu

---

<sup>964</sup> Aliás, creio que boa parte da argumentação relativa à alienação artística dos produtores culturais dos territórios colonizados poder-se-á fundamentar na receção da arte e não propriamente na sua vivência, como se a experiência da receção de um produto estético fosse algo distinto da própria experiência de vida ou experimentação do quotidiano.

anteriormente, o exotismo não resulta apenas de um conteúdo desconhecido, é, igualmente, fruto de um trabalho estético do autor que, através da forma, promove os contornos de afastamento do conteúdo face ao conhecido e vivenciado pelo leitor, em detrimento dos elementos de aproximação. Em cada analogia está a marca da diferença, pois comparar apenas serve para que o leitor tenha uma ideia do que se fala, em cada adjetivação ressaltam-se as características de divergência, sempre que se enumera é para aprofundar a diversidade de elementos que apontam para a diferenciação, em cada ação um ato de coragem ou de êxtase perante o belo e selvagem. Portanto, a sensação de exótico pode muito bem resultar de uma construção estética e da sua experimentação, sem que a audiência da produção literária ou artística em geral tenha consciência disso. Deste modo, se em termos de produção, pode-se dizer que a literatura “outra” seria, para facilitar a classificação, aquela que resultava de produtores literários não esperados ou possíveis antes da vulgarização dos meios de produção massiva textual, acompanhada pela generalização dos jornais, em termos de receção essas fronteiras são mais difíceis de definir, mas podem bem situar-se no âmbito do inesperado em termos de receção literária. Quer isto dizer que um texto vindo dos filhos da terra, até então sem voz e falando enquanto angolenses, poderia ser tomado entre a população da colónia menos informada e menos “leitora” como uma literatura “outra”, apesar de representar aquele meio especificamente. Daí que as narrativas de Bastos, apesar de se desenrolarem em solo angolense, pudessem conter em si um esmerado trabalho de sugestão do exótico para seu posterior apagamento, pois a perspectiva exótica só pode perdurar enquanto se ver uma determinada realidade como distante e tal só acontece numa visão extrínseca a esse mundo real que serviu de referência à construção da narrativa.

No entanto, mesmo em Bastos, se nas em *A vida nas selvas* ou em *As memórias do Repórter Zimbro*, se está em presença de aventuras em que protagonistas e narrativa se localizam em geografias conhecidas pelo leitor angolense ou pelo colono em Angola, na série *Os Gigantes através dos mares ou Aventuras extraordinárias da Epopeia ultramarina portuguesa*, os protagonistas são portugueses e a aventura desenrola-se entre terras desconhecidas de África e Portugal, numa construção cujo discurso se aproxima muito das incursões patrióticas de alguns autores nacionais que tentavam valorizar a herança ultramarina portuguesa e relançar os valores que supostamente, através do culto patriótico, eram associados à expansão. Reclamando uma identidade própria, o autor reivindicava também a sua condição de português e de produtor cultural enquanto tal, o que denota não uma repulsa pela sociedade colonial mas uma certa crítica suave ao modo como esta se organizava, deixando de fora os valores locais que teriam estado na base do sucesso da presença portuguesa. Assim, por vezes, Bastos parece agir enquanto elemento intrínseco a essa sociedade colonial e, em simultâneo, como elemento extrínseco, forçando a sua identificação com todos os metropolitanos, quando fala do “nós” e se alinha com a posição do colono. Esta posição seria tributária não só do facto de ter de se identificar com o colonizador sob pena de poder ser silenciado, sobretudo, depois da perseguição de 1917, em que chegou a ser referenciado como nativista, mas também por viver um posicionamento ambivalente em que toda a sua educação se tinha desenrolado num ambiente colonial em que a posição dominante e orientadora era colocada na metrópole que aderira aos valores da modernidade, ao invés das populações locais, vistas como arreigadas a tradições incompatíveis com o progresso. O positivismo que enforma a sua obra é tributário do seu percurso e das suas vivências enquanto estudante em Lisboa e depois como membro de

uma comunidade que se via como capaz de colaborar com a metrópole na reforma social do seu território. Bastos segue passos de outros e precede, ainda, outros que virão, pois segundo Francisco Soares boa parte do que se encontra na obra de Bastos é também visível na obra de outros como Pedro Félix Machado, como seu antecessor, ou, na posteridade, Óscar Ribas ou ainda autores que vieram a enveredar pelo mesmo tipo textual como João Teixeira Vasconcelos que se destacou na produção de aventuras no âmbito da literatura colonial<sup>965</sup>.

Um aspeto a ressaltar era que alguns destes autores de literatura “outra” passam, como Bastos em *Os Gigantes atravez dos mares ou Aventuras extraordinárias da Epopeia ultramarina portuguesa*, pelo menos de forma tentada, para o outro lado, produzindo uma literatura que nada tem a ver com o que se consigna como literatura colonial, tal como autores metropolitanos escreviam uma literatura colonial, baseada numa experiência de exterioridade face ao espaço e ambiente sobre o qual escreviam. Assim, se encontra Óscar Ribas publicando *O Resgate de uma Falta*, em 1929, que se passava em Portugal e onde África e Brasil apareciam apenas residualmente e de modo distante<sup>966</sup>. Significa que essa possibilidade de o autor se transportar para uma realidade “outra” permitia que as interações fossem biunívocas, sendo que o autor filho de terra colonial poderia produzir literatura classificada como nacional do mesmo modo que o autor metropolitano poderia produzir literatura colonial. Portanto, a fronteira entre literatura nacional e colonial não estaria tão definida pelos leitores, talvez mais pelos autores que tinham em mente um móbil de ação e adaptavam a sua produção ao público com que iriam lidar, constituindo a literatura colonial, provavelmente, um subgénero dentro da literatura nacional que não seria estanque. Entretanto, Ribas assume a influência que Bastos tem nesta sua obra específica, o que quer dizer que Bastos estaria consciente da importância desta necessidade de o autor se expressar e mover dentro de diferentes temas para ser lido de modo transversal, pois o constrangimento sociopolítico que sofre Bastos é similar àquele que sofre Óscar Ribas, sendo certo que a vigilância sob a produção intelectual autóctone tendia a aprofundar-se e não a aliviar-se<sup>967</sup>.

Restava a estes autores, herdeiros de uma cultura crioula (mesmo que não o fossem biologicamente), recordar as tradições, evocar tempos passados de entendimento, o que poderá ter contribuído para uma tendência que Francisco Soares classifica como conservadorismo<sup>968</sup>. Atente-se que este conservadorismo resulta não só da ambivalência cultural e social em que vivem os filhos da terra, plenamente integrados no sistema colonial (mas também necessitados de valorizar as heranças e tradições autóctones, donde nasce o seu interesse pela recolha de testemunhos locais), como de um atraso constante na receção das novas tendências artísticas e na dificuldade em aderir a estas quando apareciam desenquadradas do contexto que delimitava a sociedade colonial. A certo momento, a conservação das tradições pode ter parecido aos intervenientes nos discursos locais a única maneira de manter alguma dignidade identitária. Não é de estranhar tal situação, pois a própria metrópole via chegar com algum atraso as correntes artísticas dominantes no resto da Europa ou nos Estados Unidos, situação que se torna ainda mais complexa com a ascensão de um regime ditatorial, conservador, que paulatinamente cerceia as possibilidades de expressão

---

<sup>965</sup> Vide Francisco Soares, *Notícia da Literatura Angolana*, op. Cit., p. 136.

<sup>966</sup> Idem, p. 143, nota 469.

<sup>967</sup> Idem, pp. 144-145.

<sup>968</sup> Idem, pp. 153-154.

alternativas. A esta ambivalência sociocultural que constituiu a estratégia de sobrevivência possível dos filhos da terra corresponde uma certa incompreensão por parte de alguns estudiosos e críticos que ignoraram a sua produção textual ou simplesmente a remeteram para um lugar secundário como se constituísse uma consequência colateral da imposição da literatura nacional portuguesa. A meu ver tratou-se de um aproveitamento estratégico das novas possibilidades de edição que se abriam no território e que acompanham a segunda metade do século XIX, aumentando de intensidade com a transição para o século XX. Ignorar, pois, a produção levada a cabo por filhos da terra ou colonos que aí residiram a maior parte da sua vida ou aqueles que, residindo menos tempo, estiveram à frente de grandes projetos editoriais na colónia, é apagar uma produção discursiva angolense ou em território angolense que precede em muito a fixação final das fronteiras angolanas como estas transitaram do regime colonial para o pós-colonialismo. Na verdade e tal como aconteceu em outros casos de colonização portuguesa, como é o caso de Cabo Verde e que não se trata de mera coincidência, a reivindicação de uma identidade própria antecede a reclamação e obtenção da própria nacionalidade. Nos dois casos, existiram comunidades intelectuais formadas, com capacidade para debater os problemas locais e para aceder aos meios de disseminação discursiva como os jornais e livros e, numa fase posterior que aqui não se trata, as rádios. Em ambas situações, o colonialismo tinha permitido formar filhos da terra capazes de competir em apetência discursiva com os metropolitanos e de se destacar enquanto escritores<sup>969</sup>.

Certos temas tinham permitido esta incursão neste mundo “outro” e mesmo inadvertidamente dado voz aos locais. Um dos géneros literários que mais furor fez nas metrópoles foi a literatura humanista impulsionada pelo abolicionismo e que perpassou vários géneros literários e mesmo outras artes como a pintura. A popularidade desta literatura está associada ao crédito que também era dado pelo público à literatura de viagens. Estas duas temáticas reuniam em seu torno o gosto do público que se ancorava nesse desejo do exótico e de extermínio de todas as práticas bárbaras desenvolvidas nesses mundos estranhos e longínquos. Daí que anteriormente tenha afirmado que parte da construção do imaginário dos próprios leitores desses mundos “outros” que eram as colónias, incluindo os que se tornaram escritores, tenha sido feita através destes autores abolicionistas ou de literatura de viagem. Creio, por exemplo, no caso de Bastos que seja muito verosímil que tenha lido e se inspirado em Júlio Verne, nomeadamente, no seu livro *Um herói de quinze anos*, não só pela coincidência de título com um dos números da série *Os Gigantes através dos mares ou Aventuras extraordinárias da Epopeia ultramarina portuguesa*, intitulado “Dois heróis de dezassete anos”, como pelo estilo de aventura que partilha com Verne e com a temática da escravatura que se encontra em *As Furnas do Lobito*<sup>970</sup>. Inclusivamente, os trechos pedagógicos ancorados numa excessiva descrição científica que positivam o texto, explicando aos leitores desde a história dos locais ao mais simples elemento da natureza referenciado, podem ter sido aprofundados com este autor, sendo de recordar que Bastos era fluente em francês, não necessitando sequer de esperar por uma tradução para poder ler o autor.

---

<sup>969</sup> Sobre este assunto vide a obra, já citada, de José Carlos Venâncio, *Colonialismo, Antropologia e Lusofonias*, op. Cit., p. 151-155 e Cátia Miriam Costa, *Mundo Luso-tropical: três estudos de caso*, Lisboa, Editorial Minerva, 2005, pp. 105-130

<sup>970</sup> É de lembrar que esta obra de Júlio Verne se passa parcialmente em Angola (todo o período em que a narrativa está localizada em terra firme) e se liga, igualmente, à questão da escravatura e da necessidade de implementar medidas abolicionistas.



Entretanto, o modo como estes autores viam a natureza que os cercava era díspar, por vezes, da percepção que faziam passar através da sua escrita, pois o que tentavam era cativar o leitor desconhecido desta paisagem real.

Assim, não é de estranhar que Bastos até possa ter usado artifícios similares aos de Verne, apesar de ser um autóctone e até estar familiarizado com aquela paisagem, mas escrevendo para um público que não conhece o sertão ou desconhece como seria Benguela antiga. Igualmente, a paisagem circundante ganha contornos diferentes daqueles que tem para a comunidade que a vivencia quotidianamente e os significados associados a certos elementos da natureza podem mesmo ser esvaziados por não serem condizentes com a semiosfera do leitor<sup>971</sup>. Deste modo, o realismo da descrição mantém-se nas componentes naturais que podem ser apontadas e decodificadas pelo leitor, mas esvaziando o seu contexto pela ausência de referência face ao seu significado para aqueles que habitam aquela natureza. Logo, assiste-se a um pretoso realismo que recorta a realidade, a interpreta e reformula de modo a representá-la, sem que o leitor se aperceba disso, pois aceita esta realidade traduzida para si por um autor que domina a semiosfera de recepção do texto. O mundo rural, a paisagem indómita apenas aparecem para justificar o seu domínio e o progresso que é preciso levar a cabo e é isso mesmo que os leitores esperam e não informação que não entenderiam. Deste modo, ainda mais que a cidade são os meios rurais que fornecem o grande contingente de exotismo e diferenciação a par das populações distantes que vinham às cidades, como é patente em *As Furnas do Lobito* ou em *A vida nas Selvas*, de Bastos. Mesmo assim, é de referir, como anteriormente o fiz, que se Bastos recorre ao exotismo para atrair o leitor também o desfaz quando demonstra como aqueles habitats eram tão naturais para aquelas populações como o conhecido pelos leitores era para si, deixando, contudo, esta ressalva da necessidade de intervenção para que o progresso possa ser ali uma realidade. Claro que este aspeto se relaciona com um outro, mencionado anteriormente, que tem de ver com o facto de existir sempre alguma ambiguidade no olhar do escritor filho da terra, educado nos princípios culturais portugueses, mas ainda assim ali vivendo e sendo fruto das circunstâncias do meio local. Logo não se pode dizer que seja um olhar exterior, mas parece ter sido esteticamente treinado para o ser, apesar da sua vivência intrínseca daquela realidade<sup>972</sup>.

Outra questão a considerar é que quase todos estes autores filhos da terra ou mesmo colonos ali residentes eram autodidatas dada a escassez de estabelecimento de ensino locais que existiam apenas até ao ensino secundário (tanto no ensino civil como nos seminários) e que parte dos mais instruídos que faziam os seus cursos na metrópole eram especializados em áreas muito distantes da literatura. Não é de estranhar que a sua formação literária fosse baseada na sua experiência enquanto leitores e, por isso, tivesse algumas semelhanças com caminhos trilhados no passado. Uma forma de colmatar estas dificuldades foi, em certos casos, optar por completar as tradições africana e europeia, de modo a citar tanto a expressão oral de uma herança como de outra, por exemplo, através dos provérbios ou das canções populares ou de contos que ilustravam bem o fenómeno intercultural que se passava naquelas terras distantes. Se tudo era traduzido, pelo menos para ser escrito e lido, para a língua do colonizador, a sua origem disseminava-se por diferentes proveniências que apareciam lado a

---

<sup>971</sup> Vide Ute Luig, Achim Von Oppen, op. cit., pp. 20-22.

<sup>972</sup> Vide Mário António Fernandes de Oliveira, op. Cit., p. 153.

lado, num desejo contínuo de superação de uma dualidade que de facto poucos sentiram enquanto escreveram. Se neste ponto falei, sobretudo, de Bastos, não quer dizer que à sua maneira, Macedo não tenha criado uma literatura “outra” em terras angolenses, pois ido da metrópole para dirigir um jornal e apesar de anteriormente ter feito alguma crítica literária, a sua experiência era de receção literária. É em Luanda que se estreia como escritor ficcional (tentando apenas regressar à ficção no final da sua vida, com uma possível reedição de *Herança de Amarguras* e sua ampliação com a introdução de uma segunda parte), logo para um público não metropolitano, escrevendo sobre a experiência de um jovem que, através do seu esforço e da instrução, consegue pugnar ao lado dos mais fracos. Não seria Macedo um autor “outro” numa Luanda que se tornava menos simpática aos seus olhos à medida que a sua luta contra o tráfico de seres humanos em nome da contratação de serviços parecia paulatinamente perdida? Se os leitores luandenses conheciam aquelas paisagens portuenses, seria essencialmente através da escrita e de relatos longínquos. Aí também poderia residir algum exotismo, mesmo que inconsciente. Todavia, parece-me, que conheceriam bem, sobretudo os angolenses ilustrados e os colonos alfabetizados que para ali iam tentar a sua sorte como caixeiros ou como pequenos servidores da administração colonial, aquele percurso de que falava Macedo. Eles tinham experimentado a dureza da repulsa com base na sua origem social ou étnica, eles tinham tentado, tal como a personagem principal de Macedo, ser úteis à sua sociedade, instruindo-se. Tal como os filhos da terra que escreviam, Macedo não tinha formação literária, mas tinha o gosto pela leitura e pela escrita. O que escrevia era também parte da luta daqueles que o liam, talvez daí a sua receção favorável e a edição até ao final do seu romance, um dos derradeiros atos que teve em terras angolenses que vem a abandonar. Verifica-se, pois, que a consideração de mesmidade ou de alteridade não tem uma fronteira definida e que, afinal, as literaturas “outras” podem ser as “nossas”. Evidentemente que no caso de Bastos, a opção pela literatura classificável como colonial estreita-se nos objetivos que tem para a sociedade colonial que habita. Contudo as personagens que ali se cruzam são apresentadas com sentimentos que são universais para a humanidade, independentemente da cor da pele. Neste caso, ambos autores criaram para um público que, se comparado ao da metrópole poderia ser visto como “outro”, e escrevendo para esse público reclamaram identidades diferenciadas. Se se colocar lado a lado Macedo e Bastos, nota-se que ambos estão a propor uma linha de transformação para as sociedades em que vivem, para que se progrida aproveitando os talentos até então desaproveitados e criando uma sociedade complementar e solidária. Nesse sentido escreveram sobre temas universais, mesmo que revestidos de um realismo que numa leitura rápida parece submeter a ficção à realidade, quando esta a está a superar através de uma proposta inovadora.

## CAPÍTULO VIII – AVENTURAS DO SERTÃO E DA CIDADE

*Gastavam-se importantes somas em banquetes e orgias.*

*Compreendia-se isto, porque eram os divertimentos que então tinham por base os abusos da mesa, do jogo e das mulheres.*

*De meses a meses, com esforço notável, conseguia um grupo de amadores dar uma récita no teatro da Associação de Outubro – único da terra – onde afluía toda a gente a ver os seus dramalhões arcaicos que ali se exibiam, com rapazes vestidos de mulheres, e a banda de Infantaria 1 – de lá – a fazer de orquestra, abuzinando os ouvintes com o seu variado repertório.*

Pedro Félix Machado

Pedro Félix Machado escrevia assim sobre a sociedade luandense do século XIX, num período de ressaca entre a desarticulação da escravatura e o surgimento de novos produtos miraculosos como a borracha, descrevendo uma cidade nos seus vícios e costumes bem diferentes da que se encontra em Bastos, como se verá adiante. Contudo, convém, desde já, reter que ambos autores reportaram à sua maneira, segundo perspetivas diferentes e com objetivos diversos um mesmo tipo de fenómeno, a sociedade colonial angolense, considerando que esta contém especificidades que lhe concedem um certo localismo. Pedro Felix Machado escreve, na sequência do Ultimatum britânico de 1890 este seu romance, publicado em folhetim em Lisboa, portanto, dirigido a um público metropolitano ainda desentendido sobre as colónias enquanto realidade própria e associando a questão colonial a uma herança patrimonial histórica que deveria ser preservada. Machado destrói a imagem, tanto do exótico selvagem, quanto da sociedade reproduzindo os costumes e a organização da metrópole. Machado queria antes de mais denunciar a situação e encontrar eco no presente para os factos narrados, muito na linha do realismo que vinha a ter sucesso na metrópole de que Eça de Queirós constituiu o maior exemplo. Bastos, por seu lado, pretende demonstrar que existe naquela sociedade tradição e identidade próprias e que remontam há algum tempo atrás. Ao lado heroico da ocupação dos sertões e desbravamento da natureza selvagem, aparece uma sociedade refinada e culta na cidade, portanto, num misto de civilização e progresso. Em vez de denunciar o lado negativo, o autor envereda pela proposição de um mundo contemporizador e complementar e baseia-se na sua própria experiência, enquanto filho da terra mestiço para caracterizar relações que extrapolam essa sua condição.

Se Machado denuncia assimetrias, Bastos cria continuidades entre a metrópole e a colónia. Entre ambos a mesma esperança: um mundo mais equilibrado e o reconhecimento da especificidade das colónias enquanto parte de um todo que integrava a metrópole. Lembre-se ainda que a primeira ficção que identifiquei de Bastos data de 1906, logo, cerca de 15 anos após a escrita de *Cenas de África* de Machado, o que contextualiza de forma diferente a sua produção textual, em que as fronteiras se começavam a definir e a metrópole iniciara o investimento na ocupação do sertão e na reorganização da administração colonial, para além dos movimentos autonomistas estarem a receber alento por parte da imprensa local de forma mais evidente. Agora era preciso alertar que existiam condições para alterar o estatuto das colónias, mais do que manter o discurso de vencido do progresso, urgia promover adeptos

para o progresso. Se Machado representa o realismo, Bastos espelha o realismo numa imagem que recria a realidade, mas também a transforma porque é seu reflexo, tal como acontece na sua aventura número dois do repórter Zimbro, em que o crime é descoberto através do espelho que apenas reflete aquela parte da realidade: a consumação criminosa. Portanto, em Bastos encontra-se uma ficção muito baseada no dever ser, mais do que o que era. Apesar do seu esforço constante de situar temporal e espacialmente a ação e de recheá-la de informações históricas e de factos conhecidos as suas narrativas de modo a ancorá-las na realidade, fazendo o leitor acreditar que aquele é o mundo verdadeiro. É neste âmbito que se encontram certas características interessantes e reveladoras na obra de Bastos e que a teoria literária tem, de algum modo, explicado. Contraria alguns dos aspetos gerais da literatura colonial, em que a dicotomia entre colonizador e colonizado toma conta da obra, incarnando o primeiro os aspetos positivos e o segundo os negativos, em que o exótico toma conta da paisagem e o domínio sobre territórios indómitos tudo justifica.

Um dos elementos mais interessantes em Bastos, nas suas aventuras do sertão e da cidade, é o facto de nomear as personagens independentemente da sua origem étnica ou posição social, dominante ou subordinada. Significa isto, seguindo a explicação de Paul Ricoeur, que Bastos atribuiu importância àquelas personagens de modo a poder caracterizá-las individualmente, ou seja, destaca-las do cômputo coletivo, permitindo que adquiram todos os predicados que se lhe queiram atribuir, escapando a uma visão simplista que as tornaria apenas mais uma personagem<sup>973</sup>. Com o nome recebem características físicas e psicológicas, importantes para o desenrolar da narrativa, evitando a generalização das características. Esta identificação através do nome próprio, também, permite estabelecer o jogo entre mesmidade e alteridade, entre o “eu”, o “nós” e o “outro”, porque as personagens posicionam-se com vontades próprias, inseridas num determinado grupo étnico e social e interagindo sob estímulos psicológicos e sociológicos. No entanto e na estratégia de Bastos, mais do que a exclusão do outro, que não pretende, pois lembre-se do quadro de complementaridade que constrói nas suas narrativas, aspira-se a uma individualização que permita identificar cada personagem como única, facultando a sua funcionalização no quadro diegético. Para esta unicidade do ser enquanto único, igualmente, contribui de forma decisiva a caracterização física das personagens, dando-lhes um porte, uma feição e uma indumentária, ajudando o leitor a recriar a sua apresentação mas também a identifica-las como únicas, porque é essa noção de aparência física ou de materialidade que conduz à sua diferenciação. Como o ser humano cujas características se almeja verter para a personagem não é apenas material, eis que surge a descrição psicológica, sobretudo, se se quer tornar essa personagem como determinante na ação. Assim, as personagens principais das aventuras de Bastos são caracterizadas tanto ao nível físico como psicológico, o que ajuda o leitor a acompanhar a sua ação.

O romance introduziu pela primeira vez esta necessidade de nomear a personagem para lhe dar uma dimensão individual que se alastrou a outros tipos literários. Ao fazê-lo permitiu que a dimensão privada da personagem saltasse para as páginas do livro, acedendo o leitor aos seus debates psicológicos, a par de uma descrição física que lhe permitira quase identificar a personagem se por esta passasse na rua. A uma imagem pública quase idêntica de um coletivo indiferenciado, permitiu-se a criação de contornos que permitem aceder ao aspeto privado da

---

<sup>973</sup> Vide Paul Ricoeur, *op. cit.*, p. 42.

personagem<sup>974</sup>. As personagens são assimiladas a pessoas reais, com papéis sociais e pessoais específicos que lhes conferem individualidade. É, por isso, interessante que Bastos tenha recorrido a esta ferramenta, nomeando as personagens principais, mas também as secundárias, e que o tenha feito independentemente do papel social que representam.

Outro aspeto interessante na obra de Bastos é a questão da língua que aparece sempre subjacente ao contexto comunicacional das personagens, desde aquelas que se vão entender através de gestos como no caso de *Os Gigantes através dos mares ou Aventuras extraordinárias da Epopeia ultramarina portuguesa* ao caso de *A vida nas selvas*, em que existem momentos de bilinguismo e que, apesar de escrito em português, a maior parte dos diálogos é feita na língua da terra, o que desaparece nas *Aventuras do repórter Zimbro*, por se passar em ambiente urbano e não aparece explorado em *As Furnas do Lobito*. Algumas observações podem aqui ser lançadas. Bastos adaptou o caso linguístico à situação de cada narrativa, pois nas aventuras romântico-históricas (*Os Gigantes através dos mares ou Aventuras extraordinárias da Epopeia ultramarina portuguesa* e *A vida nas selvas*), como as denominou, passam-se num ambiente sertanejo de confluência linguística, em que existe num dos casos desconhecimento das línguas recíprocas e no outro conhecimento da diferença linguística. Já no caso do repórter Zimbro está-se numa situação em que o português domina e em *As Furnas do Lobito* é predominante o discurso indireto sem que sejam introduzidas alusões específicas à questão linguística.

Embora a questão linguística tenha interesse, parece ter vindo a ganhar desempenho na obra do autor, o que está provavelmente ligado ao seu estudo sobre as línguas locais. Veja-se as datas de publicação para verificar-se que em *As Furnas do Lobito* e apesar de confluírem aí personagens com línguas diferentes não existe essa preocupação, datando-se o texto de 1906/1907. No caso das aventuras romântico-históricas a data de publicação é 1919 e o autor neste registo de convivência linguística evoca para o texto essa mesma questão, referenciando-a. Portanto, parece que em situações similares, separadas por um pouco mais de uma década, apresentou soluções diferentes. Contudo, existe uma explicação muito plausível para este facto: Bastos interessara-se pela língua “mbunda” e inclusivamente criou um método para o seu estudo, visando não só a sua aprendizagem como elaborou um dicionário permitindo a sua tradução e o que faz na sua ficção é traduzir para português os diálogos que supostamente acontecem numa língua “outra”. É indubitável que a sua sensibilidade quanto à questão linguística teria aumentado a par da sua tentativa de sistematizar uma das línguas da terra, ou seja, o que Bastos pretendia foi a operação que Pierre Bourdieu denominou *condições institucionais necessárias à (...) codificação*<sup>975</sup>. Mais do que uma evocação de realismo ou de exotismo que existiu em geral na literatura colonial, Bastos demarca-se concedendo dignidade comunicacional à língua local e, no caso de *A vida nas selvas*, estabeleceu a analogia entre o conhecimento da língua da terra por parte do colono e a sua integração no meio local e convívio com as comunidades autóctones. Propósito que estaria subjacente ao seu projeto linguístico que anteriormente referenciei que está pormenorizado na parte dedicada à sua biografia e correspondência com José de Macedo.

---

<sup>974</sup> Vide Ian Watt, *op. cit.*, pp. 27-28.

<sup>975</sup> Pierre Bourdieu, *op. cit.*, pp. 24-25.

Numa sociedade fortemente caracterizada pela oralidade foi, também, comum Augusto Bastos não só introduzir o discurso direto, preenchendo-o de diálogos e de troca de informações que por esse meio surgiriam. Esta abordagem é tanto mais interessante quanto o autor pretende induzir o leitor na realidade do seu relato e o ouvir contar. O assistir ao diálogo pode ajudar a essa percepção durante o ato de leitura. Bastos sabia que em parte a sua obra seria escutada por aqueles que não sabiam ler, através da leitura partilhada que era então um recurso comum. Portanto, haveria uma identificação dos leitores diretos e indiretos com uma narrativa que se soltava das amarras da escrita para a ligeireza da fala. A importância que concede à oralidade explica também o seu recurso à explicação sobre a língua. Escrevendo para um público letrado em português nunca poderia usar a escrita de uma língua tradicional, mas podia dignificá-la, torna-la socialmente importante através não só da sua nomeação como deste exercício de tradução. Se a língua portuguesa era a mais importante, a que assumia o carácter de testemunho escrito, a língua local era usada pragmaticamente, enaltecendo-se o seu papel social. No fundo, através da oralidade, Bastos trazia para o mercado da língua portuguesa a realidade das línguas africanas e o seu valor intrínseco, mesmo que para tal tivesse de satisfazer um certo gosto exótico, libertando alguns nomes da fauna e da flora na língua local, para depois se remeter para o lugar de tradutor daquela realidade para a língua portuguesa.

Esse realismo que o autor quer imprimir na construção das personagens individualizadas, na questão linguística e no recurso à oralidade transportada para a escrita, é ainda completado pela referenciação histórica que, para além de pedagógica, pretende demonstrar ao leitor como os factos podem ser comprovados, assegurando a sua verosimilitude. Assim sendo, procura nos exemplos do passado um reflexo da realidade que poderia resolver os problemas do presente, baseado na complementaridade e na entreaajuda interétnica. Deste modo, a sua ficção ganha características que, apesar de se enquadrarem numa produção de literatura colonial em que o pano de fundo social é a sociedade colonial e toda a narrativa se prende com este sistema de organização, tornam os seus textos como transitórios, pela afirmação identitária e pelo localismo que aparecem narrados. A demonstração de especificidade daquelas sociedades, o acento colocado no aspeto decisivo da colaboração entre colonizador e colonizado, a oralidade autóctone, usada de forma funcional e traduzida para o português, afasta-o da tendência da literatura colonial publicada, sobretudo, na metrópole. Todavia, afasta Bastos tal como a tantos outros filhos da terra e autores de ficção do *mainstream* do que veio a ser a literatura publicada sobre as colónias. A especificidade de Bastos também nos remonta para a sua naturalidade e a convivência que existia na sua terra de origem, Benguela, cuja ocupação já tinha séculos. Assim, podem-se encontrar muitas pistas na sua obra que remontam para essa pertença identitária que em seguida explorarei.

### **Augusto Bastos, o benguelense**

Na obra ficcional de Augusto Bastos é muito relevante o facto dos textos deixados remontarem o leitor para espaços africanos, seja Benguela, Lobito, Catumbela, Campangombe ou Moçâmedes. Tentando relatar a diversidade geográfica das próprias terras angolanas, o autor coloca um acento muito localista nas suas estórias, demonstrando muito conhecimento

sobre cada uma das regiões, sendo um facto que, apesar de urbano, Bastos teve sempre um profundo contacto com o interior, fosse por deslocações temporárias, fosse através dos negócios<sup>976</sup>. Em *As Furnas do Lobito*, a ação principal passa-se no distrito de Benguela e tem como tema o escravagismo, nas aventuras romântico-históricas reporta-se à África Ocidental e a Moçâmedes e Campangombe e, finalmente, as *Aventuras do repórter Zimbrow* que se passam na cidade de Benguela. Em comum a vivência, mesmo que temporária, que o autor tem de alguns daqueles locais e como foi assistindo e analisando o tipo de relações estabelecidas entre colonizador e colonizado para depois fazer a sua própria proposta.

Augusto Bastos é natural de Benguela e, embora tendo vivido em Portugal enquanto estudava, manteve sempre uma profunda ligação à sua terra natal, fosse por via familiar e pela rede de amizades, fosse pela sua aproximação a instituições e grupos ligados às questões africanas como a Sociedade Geografia de Lisboa. Os negócios do pai, que veio a herdar, e o exercício de diferentes cargos no distrito de Benguela, desde escrivão na Catumbela a secretário, vereador e presidente da câmara em Benguela, permitiram-lhe conhecer profundamente a região e interpretá-la de diferentes pontos de vista. Igualmente, os seus interesses académicos levaram-no a aprofundar os seus conhecimentos etnográficos, administrativos, económicos e linguísticos sobre as populações ali residentes, o que surtiu numa obra ensaística e ficcional de relevo e caracterizada por basear-se em conhecimentos de facto. A importância dada pelo autor à educação também fica bem patente tanto nos textos ensaísticos, que dirige sobretudo aos decisores políticos e a um público mais restrito interessado nas questões coloniais e no progresso e autonomia das colónias, como da ficção, mais virada para o consumo interno da colónia, essencialmente, nas cidades. Assim, muitas vezes, o autor extrapola, no caso da ficção, para a prestação de dados ao leitor perfeitamente paralelos ao correr da ação principal, mas importantes para a criação de uma elite conhecedora do seu próprio país. Mesmo no caso ensaístico, Bastos vai ao ponto de demonstrar pormenores que habitualmente ficariam de lado no texto, mas a sua ideia é sempre a construção de uma unidade textual que forneça todas as informações necessárias para que o leitor possa fazer uma apreciação genérica dos conteúdos e aprender um pouco mais do que é a sua expectativa inicial.

Na realidade, a par de uma africanidade, fruto da sua origem e convivência, existia uma mentalidade forjada no seio do sistema colonial, em que tinha sido educado e que lhe permitira não só alfabetizar-se como frequentar estudos superiores que não terminou devido à grave doença do pai que teve de substituir. As suas redes de socialização são, por isso variadas, e às gentes da terra e à sua família somam-se os amigos de Lisboa, os intelectuais com quem mantinha correspondência, os companheiros de discussão com quem conservava as tertúlias. Portanto, um leque suficientemente diverso de pessoas que lhe asseguraram a satisfação da sua curiosidade em determinadas áreas. Assim, apesar de não abdicar dos conhecimentos oriundos do mundo tradicional e de até defender a sua incorporação no conhecimento gerado no seio do regime colonial, como é o caso da farmacopeia local e dos saberes botânicos e zoológicos a que alude nos seus ensaios *Traços Geraes sobre a Ethnographia do Districto de Benguella* e *Monographia da Catumbella*, aceita sem contestação

---

<sup>976</sup> Parte dessas deslocações estão referenciadas nas atas da Câmara Municipal de Benguela, devido a pedidos de Augusto Bastos para se ausentar para o interior. Vide *Actas Câmara Municipal de Benguela: "Acta Sessão Ordinária de 24 de Fevereiro de 1921" a "Sessão Ordinária de 21 de Fevereiro de 1925"*.

a superioridade científica e tecnológica do colonizador. Daí que acredite que esse sistema deveria ser usado para salvaguardar o progresso da colónia. Portanto, quando integra os seus conhecimentos na esfera colonial está, sobretudo, a demonstrar que os filhos da terra tinham a capacitação suficiente para dirigir os seus destinos e, em simultâneo, a reconhecer que através da colonização se poderia construir um espaço mais desenvolvido e, conseqüentemente, mais autónomo.

O facto de amiúde se colocar numa posição de alteridade não deixa de ser simbolicamente importante, pois espelha essa ambivalência de habitar entre dois mundos. É natural, quando escreve os seus ensaios ou ficções, o autor assumir o papel do lado do colonizador para o qual usa o *nós*, porque de facto em termos de conhecimento, de organização política e administrativa ele encontra-se muito mais perto desse *nós* do que das populações a viver no meio tradicional. Todavia, reclama para si um lugar de charneira, tal como outros filhos da terra o farão, porque ser angolense começava na reivindicação da especificidade da sua terra e pela demonstração que existia uma identidade local, daí que as relações inter-raciais sejam tão profusamente descritas e assumam um colorido positivo. Mesmo não acedendo a parte da obra de Bastos, pois sabe-se que em termos científicos deixou preparados livros e ensaios que nunca foram editados<sup>977</sup> e em ficção não consegui localizar todos os textos com indicação de publicação<sup>978</sup>, consigo através das obras analisadas, encontrar algumas continuidades não só formais, exploradas nas partes dedicadas à análise textual, como também nos temas abordados, em que as relações interétnicas são uma preocupação constante bem como a especificidade do meio. A contemporização que defendia servia, essencialmente, para aproveitar o bom de uma convivência interétnica e eliminar progressivamente os elementos negativos como a discriminação e o preconceito.

O facto de, por vezes, parecer que se colocou ao lado do colonialismo também está associado ao pragmatismo desta posição. Se, por um lado, a sua educação o remetia para uma superioridade técnica e organizacional do colonizador, por outro lado, as situações em que foi sendo colocado levaram-no a, paulatinamente, considerar a colonização como um meio de progresso, apesar de alguns dos seus aspetos poderem ser contestados. O facto de ter sofrido algumas perseguições, por parte dos poderes estabelecidos durante a sua vida profissional e intelectual, poderá ter originado um cuidado maior nas palavras que publicava e na forma como assumia as suas posições públicas que se encontram em vários periódicos angolanos, como o *Jornal de Benguela* que relata a participação de Bastos em vários movimentos cívicos com carácter político. É a sua vivência urbana que lhe permite estabelecer as redes interessantes de relacionamento que vem a ter e o acesso a determinados movimentos da sociedade civil e, nesse sentido, o autor é profundamente benguelense, evocando espaços identitários de referência que também são os seus e estando envolvido não só na reivindicação da autonomia para a colónia como do regionalismo dentro da província.

Assim e apesar dos seus contactos não só com Luanda como com Lisboa, encontra-se no ano de 1906 um registo a ter em conta. Nesse mesmo ano inicia o autor a escrita do seu ensaio

---

<sup>977</sup> Entre estes um sobre o método da língua “mbunda” e o outro sobre a história da economia angolana.

<sup>978</sup> Recolhi essa informação tanto na correspondência recebida por José de Macedo e oriunda de Augusto Bastos, previamente analisada, como através dos autores que trataram da biografia de Bastos, entre estes destaco Júlio de Castro Lopo e Geraldo Bessa Victor.



*Traços Geraes sobre a Ethnographia do Districto de Benguela*, respondendo ao inquérito lançado pelo então governador Eduardo da Costa, começando também a escrita de *As Furnas do Lobito* que vêm a lume nesse mesmo ano. Liga ambos textos uma referência à história da Catumbela que abre a ficção e cujo teor também se encontra neste primeiro grande estudo de fôlego do autor, que chega a publicação. Tanto no ensaio como na ficção persistem as descrições geográficas muito ricas e o apontamento histórico o mais preciso possível, recuando até à alusão ao antigo Reino de Benguela que acaba por descrever uma realidade histórica anterior à própria colonização. Assim sendo e embora abordando os momentos trágicos da história local como as guerras ou a escravatura, Bastos introduz um elemento novo, referindo a existência de uma história pré-colonial que poderia ser contada, mesmo que através das técnicas do colonizador. Esta assunção de uma história pré-colonial com a existência de organizações político-sociais de alguma complexidade não só dignifica os povos locais como deita por terra a ideia que se estava perante povos sem história. Este objetivo liga-se profundamente à sua identidade e ao facto de tratar-se de um filho da terra que reclama a sua especificidade e o reconhecimento de que naqueles territórios, agora sob domínio colonial, havia um percurso e uma dinâmica que levava a determinadas distribuições étnicas, a alguns costumes e a uma denúncia da participação africana no tráfico negreiro que não escamoteia, antes a torna relevante ao longo da sua obra. Ao fazê-lo não iliba o poder colonial português ou a participação do colono, propondo uma análise mais abrangente do fenómeno e o seu melhor texto sobre esta temática é indubitavelmente uma ficção, *As Furnas do Lobito*. Deste modo, o autor denuncia a existência de uma rede social que beneficiava do esquema montado pelos escravagistas, num equilíbrio de forças e interações que daí retiravam o seu lucro, mostrando que nem negreiros europeus nem os seus fornecedores africanos eram inocentes neste jogo de poderes. Bastos contactara profundamente com famílias de antigos negreiros tanto da Catumbela como de Benguela, por isso sabia bem do que escrevia e mais uma vez é a sua identidade e a sua experiência pessoal que contribuem decisivamente para a descrição de um momento histórico que continua a não ser pacífica.

No caso da *Monographia da Catumbella* já existe, igualmente, uma tentativa de explicação da penetração e ocupação efetiva do interior que começa exatamente com a criação desta cidade, onde estivera sediada uma outra correspondendo ao poder tradicional local, repetindo o discurso que faz no seu ensaio precedente, ou seja, reclamando uma identidade pré-colonial. Refiro este ensaio porque novamente se prende à sua história de vida e ao facto de ali ter trabalhado e desenvolvido relações sociais assinaláveis, como por exemplo com o famoso comerciante e fazendeiro conhecido por Chiquito que perdurará para além da sua vivência na cidade e, também, porque ali se começa a explicar parte da expansão para o interior. Portanto, o interesse de Bastos pelo sertão era notório e daí a coloca-lo em ficção foi um pequeno passo, aparecendo *A vida nas Selvas* como um conjunto de aventuras em que se contava a expansão para Moçamedes e Campangombe, portanto, para o sul de Benguela que durante muito tempo foi a localidade mais a sul possuída pelos portugueses. De novo, a sua visão de natural de Benguela concedia um significado especial a esta penetração para o sul. No caso das *Aventuras do repórter Zimbro*, a situação é outra, passando-se toda a trama narrativa na cidade de Benguela que é descrita ao pormenor não só na sua geografia como na sua constituição social. O refinamento que o autor concede à elite benguelense liga-se um pouco à sua experiência de frequência dos salões em que as pessoas com algum nível cultural trocavam

experiências, gostos e conhecimentos. Trata-se de um dos últimos textos publicados por Bastos que vem a falecer pouco tempo depois, retratando a cidade que tanto amou e com a qual se identificou nas suas virtudes e defeitos e para a qual gizou planos de modernização, alguns concretizados e outros tantos que ficaram no rol de boas intenções. Na verdade, havia uma tradição que o precedia e uma tendência que o autor marcou e que se viria a revelar em outros textos, distantes no tempo e até no espaço.

### **Antecedências em Augusto Bastos**

É certo que Bastos teria sido influenciado por alguns autores que o precederam, mas é igualmente verdade que alguns autores que se lhe seguem recuperam temas que lhe foram caros, dando uma nova visão daquilo que em primeira-mão o autor tinha revelado. No caso das antecedências, escolhi dois livros que pela proximidade de temas acredito não só terem sido lidos pelo autor como o teriam de algum modo influenciado. Trata-se de um título de Júlio Verne, *Um herói de quinze anos*<sup>979</sup> cuja ação principal se passa em Angola, e do livro de Pedro Félix Machado, inicialmente publicado em fascículos, *Cenas de África*<sup>980</sup> mencionado anteriormente. Comece-se pelo livro de Júlio Verne por ser o de edição mais antiga, publicado em 1878, integrando uma narrativa de aventura que percorre diferentes mares do globo, mas cuja trama narrativa essencial se desenvolve em Angola, território em que a escravatura clandestina ainda provocava danos. No livro são óbvias as contradições entre a situação vivida e as próprias posições oficiais das autoridades coloniais. Sendo uma obra de denúncia do escravagismo, não efetua, contudo, qualquer ataque à gesta colonial. Analisando o texto, percebe-se que o autor concede grande importância aos dados temporais e espaciais precisos, principiando a narrativa com a indicação exata do dia, 2 de Fevereiro de 1873, e do espaço 43° e 57' de latitude sul e 165 ° e 10' de longitude oeste de Greenwich. Desde o início, é apresentada uma personagem africana que, servindo desde a infância, não era escrava, o que é realçado logo nos primeiros momentos da narrativa. Ao longo do livro e acompanhando descrições das tecnologias de navegação, da fauna e da flora, existem inúmeros trechos sobre o papel da ciência, com explicações pedagógicas sobre as novas descobertas ou sobre os modernos equipamentos ao serviço da humanidade, algumas vezes assumindo o tom coloquial e mantendo o diálogo com o leitor, de modo a tornar a leitura mais participada e apelativa<sup>981</sup>. A personagem principal destas aventuras é um rapaz que tinha apenas 15 anos e tinha sido enjeitado por seus pais, representando o jovem que se faz a si mesmo, incarnado todas as boas qualidades como a inteligência, esforço e dedicação.

Ainda no início da narrativa, o autor refere o drama da escravatura e como continuavam a sair das costas moçambicana e angolana navios de escravos, apesar dos cruzadores ingleses e franceses que tentariam impedir este tráfico, denunciando que alguns, pertencendo ao dito “mundo civilizado”, continuavam a colaborar com este crime<sup>982</sup>. Percebe-se que a escravatura é uma preocupação do autor e que cruzando os mares este vai ser um tema presente. Durante

---

<sup>979</sup> Júlio Verne, op. cit..

<sup>980</sup> Pedro Félix Machado, op. cit..

<sup>981</sup> Como exemplo vide Júlio Verne, op. Cit., pp. 9 e 10.

<sup>982</sup> Vide idem, p. 30.

esta aventura e em alto mar, ocorre o resgate de um grupo de negros que afinal já era livre, pois eram americanos e refere o autor que já não falavam a “linguagem de preto” que o narrador atribui ao sistema escravagista e que explica como sendo uma linguagem que não aplica ao artigo e só conhece o infinitivo dos verbos, não os sabendo conjugar. Estes negros eram afro-americanos, aparecendo os Estados Unidos da América como o país da liberdade e do abolicionismo. Apesar de se tratar de homens libertos, o narrador reincide no seu valor para o mercado escravagista dada a sua compleição física. Em algumas circunstâncias, o narrador individualiza este conjunto de personagens que surgem na narrativa devido a um naufrágio. No entanto aparecem preferencialmente como um conjunto, ao contrário das personagens “brancas” que surgem sempre denominadas. Também o mando e a autoridade cabem às personagens brancas, a quem é reconhecido pelas restantes personagens o seu papel. Assim e apesar de muito jovem, a liderança do grupo de pessoas no navio caberá ao jovem de 15 anos, apesar de outros mais velhos terem conhecimentos de navegação. Aliás, a informação relativamente às tecnologias e técnicas de navegação é bastante profunda, ao ponto de, no caso do barómetro, existir uma extensa nota, introduzida pelo autor e proveniente do *Dicionário Ilustrado Vorepierre*, explicando que o jovem herói sabia como este funcionava<sup>983</sup>. Contudo, numa determinada altura da narrativa, parece que andavam meio à deriva e isto dever-se-ia à mão criminosa do cozinheiro que falseava os resultados do equipamento.

Assim, a embarcação é lançada no meio de uma tempestade e naufraga. Chegados a terra, é tempo de explorar o meio circundante com uma descrição da paisagem envolvente. Surge, então, uma personagem que desde logo se interessa pelos naufragos, sobretudo, pelo grupo de negros, dizendo-lhes que estariam no continente americano. Com a introdução do discurso direto, parece desde logo que o diálogo está muito focado no grupo de naufragos, inserindo novamente o tema da escravatura na narrativa. Os naufragos começam a estranhar a ausência de alguns elementos da natureza local, pois supostamente estariam na Bolívia e começam a questionar o seu interlocutor, notando o aparecimento de elementos estranhos na paisagem, admirando-se com a ausência de árvores da quina que servem de pretexto para nova nota científica e pedagógica, até que avistam elefantes, hipopótamos e até moscas tsé-tsé. Finalmente, um dos negros vê restos dos ferros que lhe lembram a sua infância de escravatura, apontando todos os indicadores para um facto: estariam na África Equatorial e não na América. Essa África apresentada ao leitor como sendo “dos negreiros e dos escravos!”<sup>984</sup>. Em seguida, desenvolve o narrador o aspeto moral do tema, apresentando os portugueses como os fundadores da escravatura na Europa, por trocas que começaram a ser efetuadas com os muçulmanos, visão que aliás se encontrava bastante disseminada nos países europeus. Envereda, então, por contar parte da história do abolicionismo e de como este surgiu, referindo mesmo o Bill do Lord Palmerston (anteriormente analisado aqui), estabelecendo uma ponte para um facto político e histórico real. Deste modo, não é só a descrição da natureza que transporta o leitor para um mundo real, são também as datas e os factos.

Num recurso à intertextualidade, refere os discursos da época, referindo o nome de alguns viajantes pelo sertão que tinham encontrado eco na imprensa de então como Grant, Speke,

---

<sup>983</sup> Vide idem, pp. 100-101.

<sup>984</sup> Idem, p. 190.

Curton, Cameron e Stanley, justificando assim os receios com que o herói da aventura se depara. Afinal estava em Angola e precedendo estes grandes relatos corrobora das suas informações, usando-os tanto o narrador como a personagem principal para validar a sua narrativa. Embora, apoiado pelos relatos dos viajantes, salvaguarda a veracidade da situação, mencionando que aquele era a Angola dos escravos e não a Angola oficial que virá a ter o seu papel no final da narrativa. São as personagens que denunciam o envolvimento de portugueses no tráfico e imagina-se que os negros incluídos no grupo de náufragos deveriam ser levados a embarcar em Moçâmedes. Todavia, este é ainda um segredo entre a coluna dos náufragos, apenas o jovem herói e o velho negro que ainda nascera no tempo da escravatura se apercebem de tão terrível destino, cooperando os dois para uma solução. Uma entreajuda que permita retirar todo o grupo daquela situação, sem, porém, denunciar a verdade aos companheiros. Segue-se uma descrição cruel da escravatura e do ambiente que a rodeia, incluindo a paisagem, comparando-se esses elementos paisagísticos com os que tinham sido bebidos através da literatura. Angola tinha mau clima, feras e indígenas cruéis, sendo os últimos ainda piores que os dois primeiros<sup>985</sup>. O grupo é detido pelos negreiros e isso explica que não alcancem o Rio Cuanza onde poderiam encontrar salvação. O narrador explica todas as hipóteses de desvio a este desfecho, mas apenas para, dialogando com o leitor, demonstrar a sua inevitabilidade. Descrevendo a coluna em viagem e as atrocidades aí vividas, introduz uma personagem, Alves, que o narrador aproveita para referir que também foi descrito por Cameron e por Livingstone, o que significa que se inspirou nesta pessoa do mundo real, reforçando a verosimilitude do texto. Durante o percurso, o grupo de náufragos é separado e nesse momento de solidão do jovem herói, este é colocado a dialogar com o próprio leitor.

Tirando partido da descrição de Kasonde reflete sobre a manutenção da procura de escravos que alimentava o tráfico, fazendo subir o preço de escravos cuja proibição empurrava este comércio para o contrabando. Alves dominaria todo o processo, sendo descrito como um não branco que de português só teria o nome e, numa prolepse, refere que Camerou haveria de encontra-lo em finais de 1874. Aparece, também, ligado ao tráfico um mestiço de nome Coimbra que seria filho de um major, meio vestido como a população local e que seria o melhor amigo de Alves, também descrito Cameron. É interessante ver como o autor reforça a verossemelhança com um facto posterior à data da sua própria narrativa. É também de notar como o acento tónico da escravatura é assimilado às populações não europeias. Aliás, as personagens falariam uma espécie de português, misturado com o idioma indígena que um “lisboeta” não entenderia, dando de novo importância à questão linguística, tal como fizera relativamente aos americanos negros naufragados que não falavam “linguagem de preto”, em que a língua aparece como elemento civilizatório e o seu não domínio como associado à ignorância promovida pela escravatura. Aliás os idiomas locais são considerados desagradáveis aos ouvidos europeus, numa clara atitude depreciativa.

Descreve a fertilidade das terras e outras possibilidades de aproveitamento para as mesmas, o que muito se liga ao ideário colonizador, de civilizar os povos, acabar com a escravatura que

---

<sup>985</sup> Essa imagem vai ao encontro do exotismo com que África era vista em geral e Angola em particular por ser sempre associada a uma terra de escravatura e de degredo. O discurso aqui vertido corresponde a uma versão discursiva dominante que impediu muitas vezes que as próprias colónias pudessem ser vistas de outro modo e para aí fossem delineados planos de progresso, como o denunciam bem os autores em estudo, Augusto Bastos e José de Macedo.

parecia ser endógena naquelas partes do globo e promover a exploração das riquezas naturais. Fala da moeda local e caracteriza o poder tradicional como fundado numa elite permanentemente ébria, sendo os reis descritos como grotescos. Portanto, vai dando alguma informação etnográfica ao longo da obra, mas sempre com um pendor depreciativo em tudo o que respeita à comunidade local, também responsável pelo tráfico negreiro. Para tornar o fosso civilizacional entre africanos e europeus ainda maior, alude à possível prática de canibalismo em África para demonstrar a barbárie dos costumes locais. As suas descrições vão-se ancorando nos relatos de Cameron, referindo o narrador *A Humanidade está ainda, naquelas tristes regiões, tal como a pintámos*<sup>986</sup>, servindo a ficção para uma denúncia da realidade. Intrinsecamente a esta mentalidade de civilizar o outro, surge em discurso direto o encontro entre Stanley e Livingstone que se torna a esperança de todos os antiesclavagistas, segundo este relato. Prosseguindo na narrativa, encontra-se o jovem herói, fugido aos negreiros, a enfrentar um leão, afastando-se por momentos a narrativa do drama da escravatura, reforçando a audácia da personagem principal. Introduce ainda a alusão a uma população que viveria debaixo da terra e que se portava como selvagem, portanto, defrontando-se com tudo isto, o jovem herói engrandecia aos olhos do leitor. A narrativa termina com os náufragos com algumas perdas, a conseguirem libertar-se do grupo de negreiros, sendo ajudados por um grupo de comerciantes portugueses a chegar até à costa para poderem seguir para o seu destino. Fecha-se em jeito de epílogo com a menção ao valor do jovem herói. Um elemento a reter é que, apesar de ser contrário à escravatura e de associar à ignorância e impreparação, Verne defende princípios de inferioridade sociocultural das populações africanas, apesar de não generalizar essa posição, o que o afasta de Augusto Bastos.

No entanto, outros elementos aproximam os autores e poderia Bastos ter lido esta aventura e, sobretudo, ter-se apercebido do seu sucesso junto do público leitor. Na verdade, a escolha de jovens para heróis das aventuras de Bastos pode ser tributária deste gosto e do sucesso da experiência de autores como Verne. Portanto, os percursos destes heróis muito jovens sem mácula teriam um público fiel. Outro aspeto interessante é que este livro se Verne se intitula *Um herói de quinze anos* e Bastos denomina uma das suas aventuras “Dois heróis de Dezassete anos”. Iguamente, o tráfico negreiro e a procura de similitude entre a ficção e realidade são extensíveis a ambos autores que se baseiam não só nas descrições da paisagem, nos pormenores científicos, pedagógicos e técnicos, como nos factos históricos e nos relatos escritos ou orais, portanto, estabelecendo uma ponte entre realidade e ficção. Mesmo considerando estes aspetos como comuns à generalidade da literatura publicada então, outros aspetos ainda podem ser invocados para parecer demasiada a coincidência de temas, apesar de anteriormente eu ter referido e reitera-lo, que a visão de África e dos africanos é bem distante para os dois autores. Verne vê esta realidade do ponto de vista de um colonizador externo que procura a justificação para ocupar e civilizar África. Bastos tem a visão de um representante do colonizador, mas autóctone, logo que vê a interação entre europeus e africanos de um modo complementar e a colonização só se justifica pela capacidade de progredir das populações locais. Voltando à comparação entre os autores e ao facto de Bastos poder ter-se inspirado em Verne, existem ainda duas questões muito importantes: a linguística, em que incidindo ambos também existem divergências quanto à valorização das

---

<sup>986</sup> Idem, p. 317.

línguas locais que em Bastos merecem tradução para uma língua colonial e em Verne são desagradáveis ao ouvido europeu; e a escravatura, dando ambos autores importância a este fenómeno e relacionando-o com as culturas africanas e da sua relação com o mundo islâmico. Considero existirem proximidades nas soluções encontradas pelos autores (nomeadamente para garantir a verosimilitude textual), embora os contornos dados aos conteúdos sejam bem diferenciados.

Outro autor que creio ter influenciado de algum modo Bastos, nem que fosse através de uma leitura atenta, foi Pedro Félix Machado que, tal como o autor em estudo, era um filho da terra, pertencente à elite local, tendo nascido fruto de uma união entre um português e uma africana de Luanda. Tal como Bastos era republicano e simpatizante de ideias socialistas, no caso do autor estudado patente nas suas relações intelectuais e no apreço que tem pelas referências intelectuais nesta área. Machado praticou uma escrita engajada e foi acérrimo defensor da educação da população autóctone, acreditando que isso resolveria parte substancial dos problemas da colónia. A obra a que aqui me reporto, *Cenas de África. Romance Íntimo?* refere-se à sociedade angolana na segunda metade do século XIX, começando em 1851 e alargando-se até ao aparecimento do partido republicano, que legalmente data de 1876, tendo a obra sido escrita e publicada entre 1890 e 1891, portanto, na ressaca do Ultimatum britânico. O romance introduz o diálogo com o leitor, através do narrador, sobre os preconceitos relativos a África, usando a ironia para demonstrar que nem tudo o que se pensa relativamente àqueles territórios corresponde à realidade. Ainda nessa conversa dada ao leitor pelo narrador é abordado o papel do moral e social do escritor, revelando a identificação do autor com o realismo francês de então, assente no positivismo social e numa representação da relação entre indivíduo e sociedade<sup>987</sup>. A estrutura do romance é condicionada pelo facto de ter sido publicado pela primeira vez em folhetim, dirigida a um público relativamente vasto e diversificado e com um ritmo próprio em termos formais para que o interesse do leitor seja mantido ao longo de todos os números. Nas palavras de Bonavena o acolhimento que o autor tem em Angola, sendo o romance reeditado em folhetim no jornal *O Angolense*, deve-se ao facto de as personagens principais e a narrativa estarem fundadas em Angola, logo, as personagens em contexto metropolitano aparecem em função destas personagens principais e isso teria contribuído para a sua aclamação em Angola, enquanto escritor angolense<sup>988</sup>.

Bastos teria lido Machado e decerto acompanhara aquela leitura com atenção redobrada, pelo que vale a pena verificar o tipo de sociedade que o autor de *Cenas de África?* relatava. O romance dividia-se em duas partes, sendo a primeira intitulada de um modo estranho, começando por uma interrogação, ? – *Romance Íntimo*. Inicia-se a narrativa com a identificação precisa do local, a Igreja de Nossa Senhora dos Remédios, em Luanda, acrescentando o narrador que o leitor não precisa de saber o ano exato da ação, num diálogo com o leitor, antevendo a expectativa relativa ao tempo e ao espaço. A escolha do vocabulário demonstra que o autor tem uma cultura científica assinalável e que a verte para o próprio texto, usando termos como “abóboda celeste”, fenómenos de endosmose e exosmose, etc<sup>989</sup>. Igualmente se revela um conhecedor não só do público para que escreve como do contexto

---

<sup>987</sup> Vide E. Bonavena, op. Cit., , pp. 23-24.

<sup>988</sup> Idem, pp.27-28.

<sup>989</sup> Vide Pedro Félix Machado, op. Cit., pp. 35-36.

social que pretende retratar, introduzindo expressões como todo o *sono pacífico e burguês e vagueando pelas regiões quiméricas de sonhos orientais*, este último trecho colocando um toque de exotismo, muito ao gosto do leitor metropolitano e das elites treinadas nas leituras europeias. O narrador está a apresentar ao leitor um casal, representando a pequena burguesia para, desde logo, caracterizar as suas assimetrias: ele, homem instruído que gastara a juventude em prazeres; e ela, quase analfabeta e restrita à casa de seu pai, caracterizando depois as expectativas dos indivíduos relativamente ao próprio casamento segundo o cânone social. Inserindo uma analepse, conta como este jovem casal se conheceu, remetendo o leitor para o baile no Palácio do Governo, sendo acrescentado o pormenor relativamente a estes bailes: *destes que se fazem os convites pelo cadastro de recenseamento*, querendo isto dizer que as pessoas ali seriam um grupo restrito e selecionado<sup>990</sup>. Tal como em “O sinal da morte”, *Aventuras do repórter Zimbro* de Bastos, também aqui o baile tem um papel social importante e em ambos casos se trata de bailes para grupos restritos de pessoas, encaradas como a elite local, um em Benguela e o outro em Luanda.

Voltando a Machado, de seguida enceta um diálogo com o leitor, mas com a particularidade de se dirigir ao público feminino, reconhecendo-lhe uma especificidade face aos leitores em geral no assunto que trata, os sentimentos, colocando os fatores educação e cultura como essenciais para a compreensão dos sentimentos. Assim, a personagem feminina, Laura, não ama, simpatiza, porque a sociedade em que foi criada, desde cedo, lhe cerceou a imaginação, portanto, ela não consegue delinear essa perspetiva romântica de amor. Acompanhando o leitor em cada um dos passos, acaba por o congratular, por acompanhá-lo nos seus devaneios filosóficos, significando que o narrador pretende ganhar a confiança e cumplicidade do leitor. A origem de Laura é idêntica à de Matilde do *Repórter Zimbro*, ambas são mestiças, filhas das relações que Bastos denomina como sendo o uso da terra e Machado qualifica como concubinato, mas num modelo muito específico, em que a concubina é também a companheira de sempre durante a vida. Portanto, Machado sempre mais ácido e cru que Bastos, mais denunciando do que justificando para que se considere aquela realidade como aceitável. Também quando descreve a casa de família, incide muito no desgaste que os trópicos impõem às estruturas arquitetónicas, mesmo as mais sólidas. Outros termos, como “mato”, surgem na narrativa e são explicados ao leitor, dizendo-se que seria o interior da província, pois o texto foi escrito para ser publicado na metrópole, onde o público não domina a realidade da colonial, daí a profusão de explicações em torno dos termos e das situações. Da mesma forma, a escrita é deformada segundo o modo de falar das personagens, denunciando as características e preocupações da personagem, o que contribuiu para a verosimilitude da narrativa junto do leitor que lê nestas variações uma aproximação à realidade.

O pai de Laura é uma dessas personagens, de quem se denuncia o sotaque. Oriundo de famílias modestas, tinha feito fortuna através do comércio, o lícito e o ilícito, como o tráfico negreiro, mesmo quando este já era proibido pelas autoridades, tomando um tema que está igualmente muito presente na obra de Bastos como se verá adiante. Aprofunda um pouco o tema e relata como no regime de transição da escravatura para o trabalho livre os libertos, ainda, eram açoitados no Quartel do Carmo. Numa sociedade assim, ainda à procura de sarar os erros e as feridas do passado, os espaços públicos também não eram cuidados e a cidade

---

<sup>990</sup> Idem, p. 41.

primava pela falta de condições, com as ruas de areia, a má iluminação, os edifícios degradados, apesar das melhorias urbanas já faladas. A lista de denúncias é longa: a câmara nada fazia a não ser projetos, não havia o encanamento das águas, nem telefone, nem telégrafo, nem caminho-de-ferro, nem medidas higiénicas de controlo às doenças, concluindo o autor que o desprezo da vida, associado ao regime escravagista, porque estes estavam interligados, endurecia os corações<sup>991</sup>. Contudo, naquelas paragens havia muito dinheiro, desbaratado em abusos de mesa, de jogo e de mulheres, tendo a cidade uma vida cultural e social precária, numa sociedade construída pela iniciativa, génio aventureiro e resistência de alguns que conseguiam obter sucesso que não dependia da sua ilustração nem da sua cultura. Relata os locais de socialização e de como pessoas de determinado estatuto se encontravam para conviver, todavia o que pretende ressaltar é a ausência de locais de convívio e o desinteresse pelas artes e pela cultura da elite local. Portanto, aqui aparece exatamente a contrastar com o que se encontra em Bastos, cujas personagens têm conhecimentos variados e uma certa polidez que se encontra nos relatos da história de Moçamedes e Campangombe em *A vida nas selvas* ou a cultura exímia das jovens e senhoras africanas de “O sinal da morte”. O que levaria os autores a divergirem tanto? Provavelmente os objetivos com que escrevem as respetivas obras. No entanto, é notório que ambos descrevem sociedades que bem conhecem. Se Machado quer denunciar a realidade para a mudança hoje, Bastos procura no passado a justificação para as suas propostas e projetos sociais do presente, pressentindo que esse talvez fosse o único modo de convencer a administração colonial a aceitá-los.

Machado introduz, entretanto, na sua narrativa uma personagem desconhecida dos luandenses do romance. Trata-se de um médico misterioso que agitava os pontos de encontro e convívio de então. A pretexto de reportar a conversa aí mantida, o narrador conta dos casos que agitavam a sociedade de então como o caso de um jornal, *Civilização* (em que os redatores tinham sido presos), o governador, o preço da borracha, os escândalos do dia e, claro, o enigmático médico (Dr. Duprat). Portanto, existe a preocupação de traçar um quadro social com algum pormenor, onde se encaixam os indígenas de Lisboa, os lisboetas recém-chegados, e com esta expressão colocados em igualdade de circunstância com os filhos da terra. Ernesto, o marido de Laura, não teve tempo para consultar o pai sobre o seu casamento porque teria de esperar quatro meses para aguardar a resposta, denunciando a demora das comunicações entre a metrópole e a colónia. Os trajes que se mantêm, quando já passaram de moda na capital, devido ao tempo que a informação e os produtos novos levam a circular. O Dr. Duprat que recusa expor-se à curiosidade local. Cada personagem e cada elemento evocado que, por vezes, parece um *fait divers* tem o seu papel dentro do quadro social que se pretende traçar. O único local onde parecia existir luxo e civilização era a casa do Vice-Cônsul francês, tudo o resto era um contraste com o refinamento e cultura, logo distanciando-se da ideia que Bastos dá da sociedade benguelense pautada pela erudição entre a sua elite.

De modo a entrosar a informação e a manter a atenção do leitor, o autor recorre a uma grande analepse ainda no início da narrativa, introduzindo, todavia, pequenas analepses face a esse tempo recuado e algumas prolepses, com a finalidade de o leitor compreender cabalmente o significado de cada ação e de cada momento psicológico das personagens. Quando abre a parte II, dá uma nova nota ao leitor, explicando que o seu ponto de partida foi um livro de

---

<sup>991</sup> Idem, p. 74.



Victor Hugo, apresentado ao leitor como a fonte da curiosidade do narrador que depois foi deslindando a estória que agora conta. Deste modo, esta narrativa é criada a partir de um objeto bem real e o livro, como existência material e artística, é tornado elemento fundador, o que incrementa a verossemelhança do texto. O narrador prolonga o diálogo com o leitor, estabelecendo uma espécie de cumplicidade e exortando o leitor a organizar por si a própria narrativa, como se de uma história oral se tratasse, concedendo um papel criativo também a quem procede à leitura. Na obra, a intertextualidade está presente tanto com a evocação deste livro como com o remetimento para o documento escrito. A preocupação do autor com o assegurar da verosimilitude liga-se profundamente a um outro aspeto, na crença que a verdade da obra encontra-se na verossemelhança que a obra transmite ao leitor, num trabalho de recriação do real, transformando-o em ficcional. A beleza da obra e a sua capacidade de conduzir o leitor nesse sentido resultam do trabalho estético do próprio autor, sendo este aspeto afluído pelo narrador que Machado coloca em diálogo com o leitor, o que revela o profundo conhecimento do autor sobre as técnicas da escrita ficcional<sup>992</sup>. O leitor acaba por acompanhar a descoberta do próprio narrador, já que este refere que esta história lhe foi contada, o que quer dizer que a partilha da narrativa é total, porque quem lê receciona o texto exatamente como este foi contado ao narrador e descobre com ele o desenlace da figura misteriosa de Duprat. Ora, no caso de Bastos também existe este encaminhamento do leitor nas aventuras que escreve, indo quem lê acompanhando quem escreve, como se descobrisse em simultâneo as ameaças, os desafios, etc.. Deste modo, o leitor acaba por entrar no jogo da criação literária e ter mais vontade de ir acompanhando cada passo e cada novo número.

Regressando Machado ao tema da escravatura, refere explicitamente a morfologia da cidade de Luanda, ainda com os tuneis de negreiros, marcada pela desigualdade social e por um atraso no seu desenvolvimento ainda resultado de uma mentalidade predadora relativamente ao que a terra poderia dar. É nesse contexto que refere a *cólera passiva mas gigantesca da raça escravizada*<sup>993</sup>. Revela o narrador que a aceitação da situação de escravo não significava que o ódio se instalasse no coração dos oprimidos. Em poucas linhas e encaminhando o leitor para um embarque específico, descreve todo o sofrimento de uma população amordaçada e diminuída à condição de escravo. Em Bastos pode-se encontrar a exposição do sofrimento do escravo, não só físico como emocional, contudo, nunca se aborda a eventual revolta do escravo face à sua situação ou a existência de um sentimento de repugnância face à sua situação. É neste contexto que Machado aborda a questão linguística, mencionando o português como a *língua dos brancos*, onde pela primeira vez a língua aparece associada a uma representação étnica, que na realidade não se confirmava pois era a língua ouvida por todo o lado, induzindo o leitor na conclusão de que coexistiriam várias línguas noutros locais, mas que o português dominava em Luanda. Relativamente à língua e como já foi referido, trata-se de um elemento cultural profundamente tratado por Bastos, logo, ganhando um relevo superior ao que aqui encontramos. Usando da ironia, vai desmontando o discurso colonial da civilização, demonstrando como foram infrutíferos os esforços da catequização e como o preconceito para com o desconhecido, coadjuvado nos relatos de aventureiros que transformavam as populações negras em canibais ou opositores à civilização, representada pelo europeu, se mantinha.

---

<sup>992</sup> Idem, p. 161.

<sup>993</sup> Idem, p. 177.

Tratando o leitor por amigo, o narrador criado por Machado chega ao ponto de justificar os seus considerandos pela necessidade de arredondar o capítulo, o que demonstra a intimidade a que leitor e narrador teriam chegado. Igualmente, Bastos usa este tratamento para o leitor, mantendo-o sempre que possível em suspense perante uma nova situação ou descoberta, mas justificando sempre as suas opções para com o leitor<sup>994</sup>. Machado coloca o seu narrador como um observador de uma crónica de costumes que vai apresentando factos contemporâneos da narrativa e assim se contextualiza a obra no âmbito político, introduzindo alguns pensamentos sobre a dificuldade de relações entre o Estado e os povos. Explica para que interessa todo esse enquadramento, apenas para encaixar a ficção na realidade ou vice-versa, porque é exatamente em determinados momentos históricos ou mudanças políticas que algo acontece a uma personagem. Se Machado era forte neste enquadramento político, a verdade é que Bastos opta pelo enquadramento histórico, mas dando-lhe uma profundidade similar à que Machado dá no seu romance. Significa que ambos autores têm uma forte necessidade de consubstanciar as suas narrativas em factos que o leitor consiga objetivamente identificar e isso não deixa de ser uma marca de realismo que pretendem inculcar na sua obra.

Ao contrário de Bastos, Machado não acredita numa complementaridade de papéis, enquanto existir discriminação, preconceito e desconhecimento do outro. O objetivo com que escrevem leva-os a relatar a mesma sociedade de forma diversa e isso pode explicar a perspetiva que pretenderam recriar na ficção para a realidade. Contudo, ambos são observadores de uma sociedade colonial em profunda transformação e que nem sempre mudou positivamente para os filhos da terra. Não me parecem existir grandes dúvidas que Bastos leu Machado e coincidiu em algumas decisões em termos de estética literária formal nos seus textos. Todavia, as divergências de perspetivas levam a que muitas vezes, tratando o mesmo tema, pareça que estão a escrever sobre sociedades completamente díspares apesar de suportarem a sua descrição com elementos reais que tornam as suas narrativas verosímeis. Do mesmo modo, outros autores lendo ou não Bastos em profundidade, acabaram por recuperar temas caros ao autor em narrativas recentes. Neste estudo, escolhi Ruy Duarte Carvalho com o seu livro *Vou lá visitar pastores explorar epistolar de um percurso angolano em território Kuvale (1992-1997)*<sup>995</sup> e Pepetela com o livro *Yaka*<sup>996</sup>. Os dois autores, escrevendo no terceiro quartel do século XX, referem-se a realidades exploradas nos textos ficcionais de Bastos e explicam em parte *a posteriori* algumas escolhas do autor nas soluções narrativas. Sendo o texto de Duarte Carvalho o relato de um antropólogo escrito com um sentido estético, Pepetela escreve uma ficção, reportando-se a acontecimentos locais para ancorar parte da sua história. O interesse da abordagem neste contexto é mesmo esse, perceber-se que parte da angolanidade de Augusto Bastos reside exatamente nos temas que elegeu nas suas ficções.

Comece-se pelo relato antropológico, pois Bastos também foi um etnógrafo interessado. Ruy Duarte de Carvalho gravou entre 1992 e 1997, portanto, final do século XX, as impressões sobre o seu trabalho desenvolvido no Namibe, em que mantinha contacto frequente com a etnia kuvale de que é originária uma das personagens principais das aventuras *A vida nas Selvas* de Bastos. Estas gravações, preparadas para um repórter do canal televisivo BBC que

---

<sup>994</sup> Idem, p. 225.

<sup>995</sup> Ruy Duarte Carvalho, *Vou lá visitar pastores explorar epistolar de um percurso angolano em território Kuvale (1992-1997)*, Lisboa, Cotovia, 2000, 2.ª Edição.

<sup>996</sup> Pepetela, *Yaka*, União dos Escritores Angolanos, 1988, 1.ª Edição.

deveria acompanhar este trabalho de campo e como tal não veio a acontecer, deram origem ao livro *Vou lá visitar pastores explorar epistolar de um percurso angolano em território Kuvale*. Assim, o texto assume um carácter de permanente diálogo com o leitor, começando-se por localizar a narrativa, fornecendo os contornos espaciais ao leitor, buscando as origens da região e dos aglomerados populacionais, em especial Moçâmedes, em que se explica a ligação do Brasil a esta região e a génese da povoação fruto da vinda dos colonos da antiga colónia portuguesa para ali. Neste sentido, o seu texto assemelha-se a parte do conteúdo escolhido por Bastos na sua ficção que, de modo pedagógico, explica essa chegada e a sua influência na região. Em diálogo com o leitor, Duarte Carvalho apresenta os Kuvale ao leitor. Constituem uma sociedade pastoril, qualidade que também Bastos ressalta relativamente a esta etnia. Indo um pouco mais longe, o autor faz esta destrição, de extrema importância como se verá: *os Kuvale, pastores, os Mucubais do imaginário angolano*<sup>997</sup>. De facto e como também está patente em Bastos, deu-se a criação de um imaginário em torno desta etnia que esteve sempre apartada do regime colonial e cujas disputas territoriais estendem-se até aos anos 40 do século XX. A sua identidade local parece sobrepor-se à sua angolanidade, mantendo, por isso características que se estendem independentemente do regime e talvez tenha sido esta a razão da escolha de Bastos que elege um mucubal como o principal aliado de um jovem colono, mas com uma importante *nuance*, os conhecimentos do jovem mucubal são valorizados.

O autor de *Fui lá visitar pastores* justifica esta atração pelos Kuvale que mantêm o seu carácter exótico perante os outros, os que representam a angolanidade, ou seja, mantêm-se diferentes num contexto nacional, tal como o eram no enquadramento colonial. Deste modo, coincide com Bastos na distância interétnica e na especificidade daquela etnia. Igualmente, quando Duarte Carvalho explica a história local, recorre às mesmas referências históricas que Bastos, portanto, este relato, que nada tem a ver com uma ficção, vai ao encontro do que é exposto em narrativa, o que demonstra que o autor de *A vida nas Selvas* tinha a lição bem estudada e realmente conhecia a história local. Refere, ainda, a cultura do algodão que Bastos também relata num seu artigo de jornal que oscila entre a crónica e a história local, publicado em *O Lobito*, ou no episódio em análise neste trabalho das *Aventuras do Repórter Zimbros*. Logo, existe uma convergência factual entre as várias narrativas que se pode considerar como marcante para a região descrita, reforçando o autor de *Fui lá visitar pastores* a profusão de documentação produzida em torno desta etnia devido aos constantes conflitos que ali se davam. Capangombe e Moçâmedes tornam-se zonas de constante tensão entre colonos e colonizados, o que poderia ter levado Bastos a interessar-se pela população e a criar aquele herói mucubal que afinal tinha sentimentos de humanidade que podiam reverter para um projeto comum. É Duarte Carvalho que informa que, ao invés da ficção de Bastos, esta etnia esteve sob permanente pressão territorial do colonizador que foi, inúmeras vezes, transformada em agressão direta. A sua prática de vida afastava-os dos objetivos do colonizador e isso seria a causa dos 100 anos de oposição entre uns e outros que levou à desvalorização dos conhecimentos desta população. Duarte Carvalho evoca a questão ecológica de adaptação das atividades de sobrevivência ao meio local com a mesma intensidade que Bastos convoca o saber de experiência feito da sua personagem mucubal que conhece como ninguém os sertões, ambos escritores recorrendo a uma perspetiva de

---

<sup>997</sup> Ruy Duarte Carvalho, op. Cit., p. 22.

valorização dos saberes locais e da sua aplicação. Portanto, é notório que os temas de Bastos se ligam muito ao próprio território angolano e à vivência e confronto de identidades dentro de uma mesma fronteira e é essa atualidade que a sua obra ainda hoje apresenta, se bem que com uma visão condicionada pelo tempo em que foi produzida.

O outro livro que aqui proponho é *Yaka*, tratando-se neste caso de uma ficção, escrita em 1983 e publicada em 1988. O romance estende-se de 1860 a 1961, incidindo sobre Benguela e o que era então considerado o seu *hinterland*, com destaque para Capangombe, terra dos Kuvale. Ainda no início da narrativa Pepetela tem a necessidade de explicar quem são os kuvale<sup>998</sup>, o que demonstra que os seus leitores, apesar de angolanos, pois este livro é editado em Luanda, não conheceriam esta etnia. Logo, o pendor pedagógico a que Bastos recorria volta-se a encontrar em Pepetela. Também neste autor, é abordada a fundação de Moçâmedes e a importância da vinda da população brasileira para aquelas paragens. Contudo e ao contrário de Bastos, a visão aqui afasta-se do heroísmo da criação de uma localidade nova em terras desconhecidas. Estes colonos são descritos como sendo incapazes de viver num Brasil independente, sendo alterada a perspectiva como é vista esta vinda, apesar de ser implícito em Bastos que estes colonos estariam descontentes com o que se estava a passar no Brasil. Enquanto para Pepetela é incapacidade de viver num país independente para Bastos era um ato de patriotismo, todavia coincidem no facto histórico. Também Pepetela procura o rigor histórico e fá-lo através do provimento de dados específicos como por exemplo relativamente à população de Capangombe, o que insere na narrativa ficcional de modo ágil. O autor incide nos conflitos entre colonos e mucubais, uns produtores agrícolas e criadores de gado, os outros dedicados ao pastoreio e ao roubo (segundo o relato dos primeiros), as autoridades coloniais de permeio. Logo, a relação aqui exposta por Pepetela afasta-se muito daquela que Bastos retrata em *A vida nas Selvas*, em que reina o entendimento e a complementaridade.

Em *Yaka* são aflorados temas que se ligam diretamente à política na cidade de Benguela, uns fazendo parte da vida de Augusto Bastos e outros das suas ficções. Exemplos são o republicanismo em Benguela que parecia existir em grande monta, mas até à implantação da República eram muito vigiados todos os seus simpatizantes. Ora sabe-se que realmente Benguela teve uma forte presença republicana, patente mesmo nas associações aí criadas e nos projetos que vieram a florescer na cidade, como por exemplo a maçonaria, Kuribeca, ou a escola Eduardo da Costa, factos vivenciados por Bastos. A par deste elemento moderno da sociedade, havia a existência dos moleques e dos criados que os colonos tinham para as várias tarefas diárias que diz Pepetela seriam, em alguns casos, *escravos disfarçados*<sup>999</sup>. Bastos não fala de escravidão oculta, mas refere a existência dos moleques que são o pretexto que o autor de *Yaka* toma para se reportar a este assunto. Mais uma vez é a perspectiva sobre o facto que muda e não o facto em si<sup>1000</sup>. Outras ideias aparecem associadas a este período, no romance de Pepetela, como a instrução como único meio para o progresso, a questão dos serviços e da mão-de-obra disponibilizada forçadamente pelas autoridades tradicionais que é um tema que

---

<sup>998</sup> No corpo do texto, optei por usar a grafia que cada um dos autores utilizou. Esta nota que aqui refiro, encontra-se na p. 13 do romance *Yaka*.

<sup>999</sup> Pepetela, op. Cit., pp. 25-26.

<sup>1000</sup> É de referir que mesmo na metrópole existia uma figura semelhante ao “moleque” que eram as meninas e meninos retirados das aldeias pobres e que iam servir famílias mais abastadas a troco de comida e pouco mais.

Bastos também refere na sua ficção, por exemplo, em *As Furnas do Lobito*. Pepetela fala com um grau de liberdade que Bastos não tinha, mas mesmo assim retoma assuntos já aflorados pelo autor que o antecede. Aspectos como a perseguição nativista são referidos, revelando que a ficção se baseava na realidade e percorrem-se assuntos que vão da autonomia e do papel da república aos bairros indígenas. Deste modo, em *Yaka* são tratados assuntos políticos contemporâneos de Bastos e, em alguns casos por si abordados, mas também parte da sua vida. Quanto à escrita, tanto as referências etnográficas como a explicação do que era um mucubal é reveladora do desconhecimento relativamente a esta etnia, que já Duarte Carvalho abordava e que acaba por ser uma continuidade ao que Bastos já estava a fazer. De facto, Bastos escreve como angolense e os temas que elegeram repercutem-se posteriormente na literatura angolana. Para além disso, a importância dada à descrição étnica e ao papel pedagógico da literatura não é abandonado. Assim, existem algumas continuidades entre Bastos e os autores aqui apresentados e fica testemunhado que tratou assuntos de profunda importância temática para as letras angolanas, daí que estes se repitam.

## 8.1 As coleções romântico-históricas

*O inteligente mucubale tranquilizou a família do seu joven companheiro de caça, prometendo e assegurando que empregaria toda a vigilância e cuidado para que lhes não sucedesse qualquer percalço, e que estaria sempre ao lado de Nestor para o proteger com a sua espingarda, com o seu braço e com a experiência e conhecimento prático que tinha dos sertões onde nascera e que, com a sua pouca idade, tantas vezes cruzara.*

*Tomaram os nossos protagonistas a refeição da manhã, da qual também foi servido o mucubale, e foi-lhes preparado um bom farnel, água e mais cousas necessárias, sendo tudo metido nos alforjes, de que foram conductores a eguazinha de Nestor e um cavallo, também novo e bom, que foi preparado para o seu companheiro.*

Augusto Bastos

O excerto que aqui transcrevo remete para a série *A vida nas Selvas*, publicado em 1919, tal como a outra série de aventuras *Os Gigantes através dos mares ou Aventuras extraordinárias da Epopeia ultramarina portuguesa*. Ambas séries são produzidas na Tipografia do *Jornal de Benguela*, saindo cada número em fascículos, tendo mesmo o autor incluído na série *Os Gigantes através dos mares* (...) a nota “Cada fascículo contém um episódio completo.”, alertando o leitor para o facto de não se tratar de uma reprodução típica do número de folhetim em que a narrativa é sempre deixada em aberto<sup>1001</sup>. Contudo, formalmente, é mantida uma divisória entre partes do texto que poderá significar ou que as séries chegaram a ser publicadas em folhetim ou que estariam preparadas para tal destino<sup>1002</sup>. Para além do ano,

---

<sup>1001</sup> Vide Augusto Bastos, “Dois Heroes de Dezassete Annos”, *Os Gigantes atravez dos mares ou Aventuras extraordinárias da Epopeia ultramarina portuguesa*, Collecção Histórico-Romântica, N.º 1, Benguella, 1919, tip. Do «Jornal de Benguela».

<sup>1002</sup> Relativamente a este aspeto, não consegui localizar nenhuma informação precisa sobre o assunto e apenas acedi à publicação em fascículo. No entanto, é de prever que fosse por hipótese, fosse na realidade, o formato dado ao texto deixa antever que estaria preparado para o formato folhetim.

local de edição e formato do texto, outros elementos ligam estas duas séries de aventuras, pois ambas têm como protagonistas dois jovens e referem-se a períodos da colonização portuguesa em África. Significa isto que o tema da história colonial é central, porque as aventuras são por si mesmas “histórico-românticas” (no caso de *Os Gigantes através dos mares*) ou “romântico-históricas” (em *A Vida nas Selvas*), ou seja, têm o pendor de aventura e emoção que apaixona o leitor, mas também a vertente histórica, alicerçada num discurso pedagógico, que o educa. Apesar dos momentos históricos serem diferentes em cada série, reportando-se à chegada dos portugueses a África, num caso, e à ocupação do sertão, no outro, já após a independência do Brasil, a verdade é que em ambas está subjacente o heroísmo dos portugueses e uma visão multicontinental daquilo que é o sentimento de pátria portuguesa, como adiante se verá.

Não deixa de ser significativo o contexto de produção dos textos que, sendo publicados em 1919, deverão ter sido escritos antes, até porque a média de tempo, por exemplo, no caso dos ensaios que superaria o tempo de espera para a ficção, é superior a dois anos. Quer dizer que neste caso, entre a escrita das aventuras e a publicação em fascículo também teria decorrido algum tempo. Voltando ao contexto de produção textual, deve lembrar-se é posterior às perseguições sofridas por Bastos no âmbito dos movimentos nativistas, ocorridas durante o ano de 1917 e que tinham resultado na sua detenção temporária, como mencionado anteriormente. Isto significa que o autor, tendo essa experiência, encontraria novos meios de propor as suas ideias, por um meio menos ofensivo, a ficção, que aliás não era novo para si. Já tinha publicado folhetim, numa forma contemporizadora para a sociedade colonial, sugerindo a colaboração entre conquistador e conquistado, entre colonizador e colonizado, mas assegurando visivelmente a liderança ao elemento português, com o qual aliás se identificava. Deste modo, publica aventuras, muito ao gosto do público da época, e fá-lo evocando tempos e espaços que se apresentam como exóticos ao leitor que alcança os seus textos. Recorde-se que, editando em Benguela, Bastos seria lido sobretudo por um público urbano que, mesmo com alguma experiência de sertão, esta seria pouco relevante. São leitores letrados pelo sistema de ensino colonial e cultivados pelas belas letras de outras paragens, como a Europa ou a América.

Assim sendo e remetendo a narrativa para tempos já longínquos, fortalecia o argumento histórico da colonização portuguesa (sempre em discussão durante todo este período), enaltecia os seus heróis e evocava o elemento exótico, fosse pela distância temporal, fosse pela descrição de paisagens distantes e desconhecidas. Bastos afirmava a sua portugalidade, é certo, mas entretanto aproveitava para subverter a típica narrativa colonial através da nomeação de personagens. Representava o elemento colonizado que tinha um papel mais lato do que apenas ser colonizado, aparecendo como elemento ativo e cooperante na ação do colonizador. Este carácter que se poderá interpretar como ambiguidade, não é mais do que a revelação de uma pertença identitária que situa o autor entre o colonizador e o colonizado. Reconhecendo na componente colonizadora o garante de progresso, Bastos também percebe que sem a valorização do elemento colonizado e a sua cooperação não só com o seu trabalho, mas também com o seu saber, o projeto colonial com vista ao progresso de Angola estaria comprometido. Analise-se agora as aventuras publicadas para que se possa entender melhor este trecho introdutório às mesmas.

Começo por *Os Gigantes através dos mares ou Aventuras extraordinárias da Epopeia ultramarina portuguesa*, considerando o tempo consignado nesta narrativa, pois em termos de publicação é impossível averiguar qual das séries teria sido editada antes. Apenas consegui aceder ao primeiro número da série, sendo certo que no final do fascículo se anuncia “As Proezas de Pedro Gallego” que não tive oportunidade de localizar, apesar da consulta a várias bibliotecas e arquivos em Portugal e em Angola. No entanto, a análise do primeiro fascículo, como contém uma aventura completa ou, nas palavras do autor, um episódio completo, dá para ter a ideia do que seria a unidade textual de cada número desta série. O primeiro número intitula-se “Dois Heróis de dezassete anos”, situando-se a narrativa nos primórdios da colonização portuguesa. O retrocesso temporal vai mesmo para lá do tempo da narrativa que é o das viagens de Gil Eanes, sendo introduzida pelo autor uma analepse que remete para o contexto histórico, a conquista de Ceuta e só depois a passagem do Bojador, com a entrada em cena de Eanes. O carácter pedagógico que pretende dar a estas aventuras explica este introito que ocupa toda a página 3 do fascículo<sup>1003</sup>. O heroísmo da passagem do Cabo Bojador e a personagem emblemática de Gil Eanes é descrito na página seguinte, bem como, é citado um escritor que contudo não é referenciado pelo autor. É interessante o facto de a narrativa remeter para um contexto de intertextualidade, mesmo sem menção ao nome do autor, porque significa que Bastos se queria ancorar não só no facto histórico que daria verossemelhança à sua narrativa como cita autoridades externas ao texto para demonstrar que não é apenas ele a considerar os feitos que relata de forma heroica. Deste modo, o narrador introduz os dois heróis da diegese, remetendo o leitor para a segunda viagem de Gil Eanes que volta a passar o Bojador. Símbolo emblemático da gesta dos descobrimentos portugueses, referenciado por outros nomes grandes da literatura portuguesa, é testemunho de engenho, perseverança e coragem, ingredientes essenciais na construção da imagem do herói. O pano de fundo histórico estava construído e agora o narrador introduz os dois jovens que constituem as personagens principais desta aventura em tempo histórico. Motivados pelo *desejo de glória e de alcançar a fama heroica de portugueses que eram*, os jovens oferecem os seus préstimos para o reconhecimento das terras em que tinham acabado de aportar<sup>1004</sup>.

Inicia-se, pois, a aventura. O solo era *virgem e misterioso*, sobre o qual se contavam *desde a antiguidade fantásticas e pavorosas versões lendárias*, o que incrementava o grau de ansiedade e emoção dos dois jovens que se tinham oferecido para explorar tais terras<sup>1005</sup>. Atente-se em dois aspetos: o primeiro, aquelas terras eram desconhecidas, nunca antes pisadas por gentes que as pudessem trazer ao conhecimento; o segundo, a coragem dos aventureiros é tanto maior, quanto existiam quase desde sempre lendas terríveis sobre o local. Portanto, os jovens estão a desafiar mitos e a trazer ao conhecimento terras antes completamente ignoradas sobre as quais apenas corriam lendas. Só por este feito já seriam heróis, mas, como em todas as aventuras, os perigos espreitam nos momentos mais inesperados. Regressa o narrador à descrição daquele espaço, pois as personagens já abandonaram a praia em que ancoraram para agora pisar as areias quentes do deserto. Numa tentativa de demonstrar a imensidão daquele espaço, é introduzida uma comparação: o

---

<sup>1003</sup> Vide Augusto Bastos, “Dois Heroes de Dezassete Annos”, op. Cit., p. 3.

<sup>1004</sup> Idem, p. 5.

<sup>1005</sup> Idem, ibidem.

Sahara é *tão grande como dois terços da Europa*<sup>1006</sup>. Agora o leitor percebe que não só o desconhecimento e os elementos adversos, como a temperatura do solo e do ar, a ausência de vegetação e de água, são argumentos mais do que suficientes para testemunhar a coragem dos jovens. Também a dimensão do espaço quase inimaginável para um desconhecedor do mesmo se torna em fator adicional da audácia destas personagens. Demonstrada a imensidão espacial, é necessário localizar os heróis da narrativa. Estão, afinal, algures entre os cabos Bojador ao norte e Branco ao sul, indo o narrador mais longe e fornecendo a localização exata de ambos através da evocação dos paralelos que os orientam, aproveitando para referir que *foi um antigo piloto português quem primeiro observou que sobre o rio do ouro corre a linha do trópico de Cancer*<sup>1007</sup>. Assim sendo, estes jovens apenas seguem o percurso heroico dos seus antepassados, o que amplia a ação portuguesa e os torna parte de um todo.

Tendo a narrativa ganho alguma maturidade, com antecedentes explicados, personagens apresentadas e espaços e tempos definidos, o narrador passa a palavra às personagens, e entra o discurso direto. A linguagem sofre uma transformação e aproxima-se do português da época em que se passa a narrativa, de forma a reproduzir algo próximo do que seria a realidade discursiva de então. O efeito do sentimento de descoberta leva os jovens a se afastarem da praia que os recebera e vão falando sobre esse país onde estão e que lhes parece desabitado. Agora estavam em terra firme e começava a aparecer alguma vegetação, embora ainda rala<sup>1008</sup>. O entusiasmo levava-os a caminhar muito e agora era preciso descansar e comer. Para procurar abrigo, os jovens acabam por se separar contra as indicações dadas à partida por Baldaya, um dos responsáveis da tripulação. Conversando sobre o assunto, pensam que esta é a melhor solução, pois precisavam de uma árvore para o merecido descanso, depois de três horas a percorrer aquele território inóspito. É D. Diogo o primeiro a encontrar uma sombra e a alertar o companheiro para o facto, com o sinal combinado. Seguindo as marcas deixadas pelo cavalo, D. Heitor vai ao encontro do amigo. Note-se que neste momento de maior envolvimento do leitor na aventura, os jovens já são nomeados e aparecendo como um coletivo, é certo, mas tendo cada um uma referência personalizada. De todas as formas, é de referir que estes jovens incarnam o herói ainda moço, cheio de bravura e com ânimo para prosseguir os seus intentos, servindo a pátria e tendo capacidade de abnegação em prol do bem comum, isto é, estas personagens, apesar de individualizadas, constituem personagens tipificando um certo ideal. A reforçar o heroísmo da façanha, de novo os jovens são apresentados como estando a cinco léguas dos seus companheiros de viagem, numa *região pisada pela primeira vez por pés europeus*<sup>1009</sup>. Na narrativa está sempre presente a possibilidade de aparecerem animais ou pessoas hostis, em que os adjetivos são respetivamente *animal feroz ou de qualquer bando de bárbaros*, estando implícita a situação de risco das personagens que coloca o leitor em alerta.<sup>1010</sup>

Os jovens calculam o tempo para regressar à praia e dado ainda disporem de algum tempo, decidem descansar mais um pouco. Quando notam que o sol já ultrapassou o seu zénite, decidem colocar-se a caminho. Entretanto, avistam uma nuvem de poeira, mas não

---

<sup>1006</sup> Idem, p. 6.

<sup>1007</sup> Idem, ibidem.

<sup>1008</sup> Idem, p. 7.

<sup>1009</sup> Idem, p. 10.

<sup>1010</sup> Idem, ibidem.



conseguem desde logo determinar o que seria, primeiro questionam-se: seria *uma tromba ou um tufão*? Todavia, parecia que *ella caminha muito veloz*<sup>1011</sup>. Isto é o que o leitor acompanha através do discurso direto das personagens. Criado o suspense, são vistas as várias possibilidades, até que em discurso direto se sabe que seria uma coluna de animais e que se fossem cavalos deveriam vir montados. Mesmo em desvantagem e correndo o risco de virem os animais montados por gentes hostis, mouros ou magrebinos, decidem avançar por não ver outra possibilidade de chegar até junto dos seus companheiros que os aguardavam na praia. Voltando ao discurso indireto, o narrador descreve estas populações como mouros e mestiços, referindo as suas atividades económicas, explicando a origem da denominação “mouros” e criando em simultâneo uma necessidade explicativa ao longo do texto que viria ao encontro da função pedagógica do texto. Prossegue o narrador distinguindo, através da caracterização, os diversos tipos de mouros, numa tentativa também de demonstrar a diversidade que se encontrava por aquelas paragens, apesar de geralmente ser usada uma designação comum a todos. Quanto aos jovens aventureiros simplificam tudo, identificando os que vinham em sua direção como os naturais. Estes eram dezanove e tinham grande corpulência, segundo o narrador relata após a contagem levada a cabo pelos jovens. Entretanto, verificam que com eles vêm duas jovens mouras que ao contrário do aspeto *medonho* dos mouros, eram *formosas*<sup>1012</sup>. O primeiro encontro com as gentes da terra assume, então, carácter belicoso, sendo que as jovens aparecem como oposição aos homens que acompanham. Mediante a confusão e o ar ameaçador dos que consigo se vão encontrar, decidem os jovens prosseguir o seu caminho e honrar a pátria, recusando-se a fugir. Evocando Santiago, decidem atacar apesar da enorme inferioridade numérica. Pensam logo em fazer prisioneiros e, preferencialmente, gostariam que fossem as jovens mouras que pensam ser filhas ou escravas dos mouros, caracterizados como *bárbaros*.

Os portugueses tomam a dianteira no ataque e os mouros, surpreendidos pela sua aparência e pelo próprio ataque, mudam a direção da sua cavalgada, sendo perseguidos pelos jovens aventureiros. Atribui o narrador ao possível cansaço dos cavalos dos mouros o facto de os jovens estarem a conseguir aproximar-se destes. Entretanto, uma das jovens mouras cai do cavalo e a outra vai socorre-la, sendo feitas prisioneiras pelos portugueses que, levando, os seus cavalos e verificando que estavam bem, prosseguem na sua perseguição aos mouros. A cumplicidade destas é expressas pelos seus sorrisos comparados ao *desabrochar das primeiras pétalas d'um botão de rosa de cor carmim*<sup>1013</sup>. Todas as palavras relativas à caracterização das jovens apontam para a beleza, fragilidade e doçura, características geralmente atribuídas às mulheres em geral. Apesar de serem de outras paragens, a sua imagem é construída e comunicada favoravelmente. Contudo, nem a sua doçura nem a sua beleza deixam que os jovens esqueçam o seu dever, continuando estes a perseguição em curso. Assim, ainda alcançam os mouros e empreendem numa briga corpo a corpo que resultou no ferimento do que julgavam ser o seu chefe e conseqüentemente no início do desânimo dos mouros que se refugiam numa caverna. Note-se como o autor mantém as características de alteridade do grupo encontrado que se refugia não numa aldeia ou cidade, numa fortaleza ou casa, mas numa caverna, dando azo às mais exóticas deambulações do imaginário. O facto de as jovens

---

<sup>1011</sup> Idem, p. 11.

<sup>1012</sup> Idem, pp. 12 e 13.

<sup>1013</sup> Idem, p. 14.

mouras não terem resistido à captura e do grupo de homens as ter abandonado, fá-los pensar que seriam escravas do líder do grupo ou mesmo daquele conjunto de homens. Esta asserção demonstra como a escravatura seria ali uma prática comum aos olhos do autor e como esta seria perpetrada naturalmente pelos mouros<sup>1014</sup>. Contudo, refere também o autor que os mouros refugiados na caverna não teriam a percepção que a ousadia dos portugueses chegaria até levarem as jovens mouras. Elas deixam-se então conduzir pelos portugueses, sempre descritos como atenciosos e cautelosos nos seus gestos, sendo mesmo graciosos na sua aproximação às jovens para não lhes causar susto.

Entra-se, então, na parte conclusiva da narrativa em que os portugueses devem regressar à praia que foi o seu ponto de partida e onde os esperam os seus companheiros. Partem pois, formando um *pequeno e gracioso grupo*<sup>1015</sup>, afirmação que demonstra como o convívio de raças não era repudiado, antes a barbárie o era e estas jovens assumem um papel contemporizador. Elas seriam tão vítimas da barbárie dos homens como o eram os próprios jovens. No entanto, sob a ameaça da noite cair, o grupo é forçado a pernoitar, por sugestão das jovens mouras que os jovens aventureiros decidem aceitar. É interessante verificar que estas jovens estariam duplamente em desvantagem, por uma questão de género e de submissão pois tinham sido resgatadas pelos aventureiros que decidiam o seu destino. Todavia, a sua proposta de paragem é aceite, o que demonstra que de algum modo a sua opinião seria tida em conta. Bastos conhecia bem o papel social de cada elemento e consagra-o na ação da sua narrativa, demonstrando contudo que uma decisão conjunta e o aproveitamento de alguns saberes locais não deveria ser desprezado. Passam a noite junto à árvore onde os jovens já tinham estado a comer e a descansar, sendo esta estada descrita como uma *noute de poesia e desassossego ao mesmo tempo, mas felizmente sem incidente*<sup>1016</sup>. Atente-se que, apesar de todos os perigos, a noite é de poesia, ou seja, tem em si alguma magia e humanidade. De madrugada iniciam o seu caminho de regresso à praia donde tinham partido e, quando chegam, veem que os seus companheiros já se preparavam para ir procurá-los. Narram entusiasticamente a sua história e apresentam as duas jovens prisioneiras como o presente da expedição e o ferimento que Heitor sofrera no combate como a prova de bravura dos portugueses. Partiram os outros, chefiados por Baldaya em busca do grupo de mouros, mas não os tendo encontrado acabaram por regressar ao navio. O desfecho da narrativa é constituído pela entrega do coração das jovens mouras aos bravos portugueses que demonstram um alto valor intelectual, ético e emocional, respeitando e apaixonando-se por estas jovens donzelas feitas escravas pelo infortúnio<sup>1017</sup>.

Este final quase idílico, não deixa de trazer uma das propostas subjacentes à ficção de Bastos que retrata, umas vezes com maior profundidade e outras com menor, as relações interétnicas entre homens e mulheres, mas também entre amigos, e em algumas situações esbatendo a fronteira da cor e substituindo-a pelo papel social detido, assumindo que a mestiçagem tinha permitido a muitos que tinham características físicas de africanidade deterem papéis sociais associados ao colonizador. Mas isso será visto adiante. Por agora percebe-se o quanto esta harmonia entre colonizador e colonizado, entre conquistador e conquistado em que cada um

---

<sup>1014</sup> Idem, p. 15.

<sup>1015</sup> Idem, ibidem.

<sup>1016</sup> Idem, p. 16.

<sup>1017</sup> Idem, ibidem.

assumia o seu papel parecia trazer benefícios para todos. Como referido anteriormente, não consegui localizar a segunda aventura desta série, mas dado o seu anúncio, creio que terá sido publicada. Assim sendo, passo à série de narrativas *A vida nas selvas*, publicada nos mesmos ano e cidade.

Tal como a primeira aventura da série *Os Gigantes dos mares*, também a primeira aventura de *A vida nas selvas*, “O caçador de Leões”, se inicia com um introito histórico, explicando as lutas no Brasil pela independência e o pedido de autorização para fundar em Angola a colónia de Moçâmedes de uma comunidade portuguesa ali residente<sup>1018</sup>. Bastos refere que estes colonos seriam perseguidos e ao mencionar esta comunidade usa os termos *a nossa colónia*, querendo isto dizer que se identifica com estes portugueses e com uma pátria comum e fá-lo textualmente para que não reste qualquer dúvida ao leitor. Nesta introdução à ação principal, indica datas e todo o processo decorrido para a fundação da colónia de Moçâmedes, fornecendo dados históricos precisos. Entre estes dados, o nome das embarcações que trouxeram os novos colonos para Angola, o número de pessoas embarcadas por género e outros pormenores que reforçam o seu conhecimento sobre aquele acontecimento histórico, incrementando a sua autoridade sobre o assunto e demonstrando a verosimilitude do seu relato.

Tal como no caso anterior, mas agora desenvolvendo mais a narrativa histórica, recua no tempo e descreve o papel de Benguela na penetração para sul no território angolano, papel que veio a ser substituído por Moçâmedes, quando na realidade pôde haver interesse em desbravar esse território. Prossegue a sua narrativa histórica e refere as negociações que tiveram de ser feitas com as populações locais para conseguir manter ali o poder colonial, declarando-se de novo como parte desse poder colonial, afirmando *começaram as negociações com os indígenas, afim de os chamar á nossa submissão e ao reconhecimento da nossa soberania*<sup>1019</sup>. Bastos identifica-se não só com as personagens que tomam conta da sua narrativa, na sua maioria correspondendo a indivíduos que realmente existiram, como com o seu leitor que seria o metropolitano colono ou o urbano assimilado, aprofundando a sua partilha com o leitor potencial da sua obra. Entre recuos e avanços temporais, chegando a ir a dados do século XVII, constrói uma narrativa histórica de carácter pedagógico, indicando a precedência dos contactos com as populações autóctones e, para garantir a veracidade dos factos que relata, evoca a documentação existente na torre do Tombo<sup>1020</sup>. A preocupação em assegurar a realidade da sua ficção para torna-la verosímil e pedagógica é um esforço constante e que se ancora não só na documentação existente como também nas personalidades locais que evoca, algumas das quais teria conhecido por relatos orais de pessoas mais velhas que ele próprio. As datas, os nomes próprios e os factos históricos tornam-se um garante do realismo com que o autor trata a sua narrativa, assumindo mesmo o carácter de lição.

Após tão largo introito, volta ao fio da narrativa e centra-se de novo na comunidade chegada do Brasil para fundar Moçâmedes onde apenas se encontravam antigas feitorias e um presídio.

---

<sup>1018</sup> Augusto Bastos, *A vida nas selvas, colecção romântico-histórica, O caçador de Leões*, 1919, Benguela, Tipografia do “Jornal de Benguela”, fascículo I, p. 1.

<sup>1019</sup> Idem, p. 2.

<sup>1020</sup> Idem, ibidem.

A chegada dessa comunidade num ano de seca leva a que sofra privações e fome, sendo essas notícias levadas para o Brasil e desanimando os que queriam juntar-se aos já chegados. É interessante como o autor retoma esta ligação importante entre as duas costas sul do Atlântico que se ligavam entre si, sem a intermediação da metrópole, e que fez com que fosse conhecida a capacidade de resistência dos recém-chegados, acabando por atrair a vinda de mais gente, isto é, os contactos perduraram apesar da separação entre o Brasil e Portugal e ainda com carácter direto. Aos colonos de Pernambuco juntaram-se os da Bahia e do Rio de Janeiro e Luanda e Benguela subvencionaram algumas das ações ali tidas para a criação de condições de desenvolvimento de uma colónia. Toda esta introdução acaba por ter características ensaísticas, mais do que ficcionais, detendo-se nos pormenores factuais históricos, nas personalidades envolvidas, nas datas precisas. No entanto, não se pode dizer que esta introdução não se ligue à ação principal, pois Nestor, o jovem que incarna a personagem principal, é oriundo de uma destas famílias vindas do Brasil. No entanto, é preciso ler-se as primeiras quatro páginas para chegar à apresentação das primeiras personagens a surgir na narrativa. Nestor é apresentado como filho de José Joaquim da Costa, um dos membros dessa colónia vinda do Brasil, e que representa um dos jovens heróis desta narrativa. O narrador detém-se a explicar o papel desta família no desbravar do sertão do sul de Angola e as colónias que iam sendo fundadas por outras nas mesmas condições. Para findar este introito refere que, *não querendo fatigar o leitor com massudas descrições geográficas e históricas*, introduz a sua personagem Nestor *que mais tarde se tornou o grande e enxcedível caçador de leões, cujo nome e proezas todo o sul de Angola conhece (...) e que também relevantes serviços prestou ao governo e á nação do titânico trabalho de submissão dos povos indígenas para o desenvolvimento agrícola (...)*<sup>1021</sup>. Dois dados são de reter: a personagem Nestor foi alguém que realmente existiu e que ficou na memória coletiva local; Nestor seria reconhecido, sobretudo pelo domínio sobre as populações locais. Este último aspeto ganha relevância quando o seu companheiro de aventuras, ele próprio personagem principal, é um jovem mucubal (hoje dir-se-ia kuvale).

Entrando na narrativa que conduz à ação principal, a caçada, eis que surge o companheiro de Nestor, um jovem mucubal, desconhecido do jovem caçador português e também ele caçador. Tudo o que o leitor tinha lido anteriormente, era aquilo que Nestor contava ao jovem caçador mucubal que agora se encontrava em sua casa. Contudo, ao atentar no teor do texto, percebe-se que os elementos de verosimilitude, enunciados pelo autor e descritos pelo narrador, são direcionados para o leitor europeu ou africano educado segundo os moldes europeus e não para um jovem africano sem acesso às primeiras letras. Apesar de não deixar de existir uma exploração da oralidade na construção da memória coletiva e na passagem do conhecimento e da tradição, quando, por exemplo, se nomeiam personalidades que ficaram na memória coletiva local, a verdade é que o facto histórico, a data precisa e o documento escrito são os fatores de maior ênfase na narrativa para comprovar que se fala do real, embora se esteja em território ficcional. No entanto, o papel da oralidade não se esgota na evocação da memória coletiva de feitos e personalidades, é através desta que o jovem mucubal sabe da história heroica dos portugueses no sul de Angola, enquanto o leitor a vai descobrindo através da escrita. O curioso é que, não sendo introduzido o discurso direto nesta parte da história, é sugerido na diegese que se trata de um relato oral. Pode-se dizer que existe uma função

---

<sup>1021</sup> Idem, p. 4.

dialéctica da oralidade que, aparecendo, fundida na escrita, exerce o seu papel no que concerne à memória e à passagem de conhecimentos, voltando a ser absorvida pela escrita para poder ser lida e em seguida, iniciar um novo ciclo, por exemplo, ligado à leitura em voz alta que converte também o escrito em oral. Ouve o jovem mucubal toda esta história, sabendo-se que está em casa da família portuguesa, onde pernoita, se alimenta e prepara a caçada da manhã seguinte. Diz o narrador que o caçador mucubal participa em todos os momentos familiares em torno da saída para a caçada, incluindo quando a família reunida se despede de Nestor ou quando toma a primeira refeição do dia. Atente-se que a comensalidade, em todas as culturas, é dos aspetos que tem regras mais específicas (sobretudo no período aqui retratado, meados do século XIX), representando um dos mais fortes indícios de integração que o autor quer deixar patentes.

O jovem africano é descrito como inteligente, mas vai recebendo as indicações familiares para acompanhar Nestor, sendo que ele próprio *tranquilizou a família do seu joven companheiro de caça (...) e que estaria sempre ao lado de Nestor para o proteger com a sua espingarda, com o seu braço e com a experiência e conhecimento prático que tinha dos sertões onde nascera e que, com a sua pouca idade, tantas vezes cruzara*<sup>1022</sup>. As qualidades de destreza física, inteligência e saber de experiência feito fazem do jovem mucubal um companheiro exemplar, mas é ele que tem de proteger e guardar a vida do seu companheiro de caça e não o contrário. Existe sempre subjacente uma hierarquia, apesar de reconhecer-se a importância da presença do africano junto do português, do colonizado junto do colono. Ambos saem para a caçada com bons cavalos e um farnel recheado, mas antes da partida, a despedida da família é escrita em discurso direto, cada membro da família pedindo o que mais desejava. Aproveitando a viagem dos dois jovens, o narrador retoma os temas históricos e conta como se procedeu à povoação daqueles territórios, sendo que Capangombe teria resultado da fundação de uma colónia com o transporte de mais de *101 pessoas de diferentes cores, idades e sexos*<sup>1023</sup>. Percebe-se que existe uma intenção pedagógica do autor que se detém em pormenores como este que, de facto, não trazem nada de novo à ação principal em curso, mas trazem um aspeto muito importante à história geral daquelas paragens: a origem daquele como de outros tantos povoados era multiétnica, multigeracional e multigénero, querendo isto dizer que haveria desde sempre uma convivência entre indivíduos de origens e características diferentes. De novo, parecia o estilo ensaístico estar a ganhar terreno à ficção, sobretudo para a passagem de determinadas mensagens, mas eis que se retorna à caçada.

O jovem africano, que montava pela primeira vez, ia aprendendo rápido e mostrando habilidade. Recebia as indicações de Nestor que zelava para que não caísse do cavalo. O caçador mucubale agradecia e em discurso direto falam sobre a dificuldade da arte de montar e nesse mesmo diálogo trata Nestor por *meu senhor e meu mestre*, reconhecendo implicitamente a quem cabe o mando da caçada<sup>1024</sup>. É aceitando este seu papel, complementar mas subalterno, que vê positivamente avaliadas as suas características reconhecendo Nestor que o africano era um *rapaz inteligente, forte e ágil*<sup>1025</sup>. Pode-se inferir que as características individuais de personalidade de cada personagem são acompanhadas da

---

<sup>1022</sup> Idem, p. 6.

<sup>1023</sup> Idem, p. 7.

<sup>1024</sup> Idem, p. 8.

<sup>1025</sup> Idem, ibidem.

sua caracterização social, com papéis bem delimitados neste campo. Mantém o diálogo sobre os benefícios de caçar a pé ou a cavalo, como se de velhos amigos se tratasse, contribuindo esta interação para acentuar o carácter de convivência entre as personagens, reforçando que, embora cada um saiba qual a sua função social, não existe uma deferência social tal que imponha o silêncio entre ambos. Mas note-se que até agora só se sabe o nome da personagem que representa o colono, por enquanto o jovem mucubal é referenciado pela sua pertença étnica (mucubal) e pela sua idade (jovem) sem ser ainda nomeado. Quer dizer que, apesar de ser distinto do grupo de pessoas que partilham essa identidade étnica, ainda não foi nomeado, como se a sua individualidade se fosse construindo com o correr da narrativa. A individualidade do mucubal, a sua identidade pessoal, vai ganhando forma à medida que a sua relação com Nestor se aprofunda, como se esta identidade apenas pudesse ser revelada e compreendida em relação com o mundo do colono, porque só nessa medida provavelmente os leitores a compreenderiam.

Apenas na nona página das aventuras sabemos o nome do jovem africano, chama-se Cangombe e é Nestor que lhe pergunta seu nome para logo de seguida trata-lo por *meu amigo Cangombe*<sup>1026</sup>. Reconhecendo os saberes e a experiência de seu amigo, Nestor pergunta-lhe se alguma vez viu uma dala, um tipo de cobra daqueles sertões, ao que Cangombe responde negativamente, apesar de ter ouvido as suas descrições e a poder identificar. O diálogo prossegue em torno deste assunto, desfiando aquilo que seria mito e realidade. É Cangombe que desfaz a lenda de que a dala teria asas e voava, o que não deixa de ser significativo, pois é o representante da cultura africana, sempre considerada como vivendo de mitos e não do saber, que desmistifica a aparência da cobra e as suas reais possibilidades<sup>1027</sup>. Prosseguem o seu caminho, referindo o autor que seria para os lados da Chela, logo dando o ponto geográfico aproximado e identificável pelo leitor, quando veem uma gazela e Cangombe cede o primeiro tiro a Nestor, demonstrando novamente que reconhece a hierarquia. Também na forma de tratamento essa ordem é repercutida: Cangombe trata Nestor por você e Nestor trata-lo por tu, embora o narrador sempre os apresente enquanto amigos ou companheiros. Regressando à ação, Cangombe diz a Nestor que se ele errar o tiro, ali está ele para corrigi-lo, mas logo algo se lança sobre a presa a partir de uma árvore (que é mencionada com o nome em português e na língua local). Era uma dala e é Cangombe quem a identifica. Nestor, inadvertidamente, fere a gazela, mas acaba por desferir o golpe mortal na dala. Em discurso direto, Cangombe reconhece a valentia de Nestor e agradece a Deus a salvação<sup>1028</sup>. Percebe-se que, embora indígena, Cangombe está completamente inserido no sistema colonial, de tal modo que até professa a mesma religião, pois agradece a Deus. O narrador descreve toda a ação como destemida e audaz, incrementando o carácter heroico das personagens, neste momento, sobretudo de Nestor. Decidem seguir caminho e voltar mais tarde para ver como reagem aos animais selvagens atraídos pela gazela morta. Nestor propõe esta solução, mas aguarda a resposta de Cangombe para decidir, estando ambos de acordo, colocam-se a caminho.

---

<sup>1026</sup> Idem, p. 9.

<sup>1027</sup> Idem, ibidem.

<sup>1028</sup> Idem, p. 11.

A caçada continua, com o abate de muitos animais, cujos nomes aparecem em língua local, sendo depois explicado como seriam, com indicações como *espécie de perus, antílopes*<sup>1029</sup>, etc., ou seja, a comparação surge para que o leitor possa entender de que tipo de animal se está a falar, pois este desconhece o sertão e a sua fauna. Novamente, se percebe que o leitor conhece deficitariamente o sertão, daí a necessidade explicativa. Entretanto, os jovens caçadores param para almoçar, conversando sobre as caçadas, as guerras e as viagens pelo sertão. Levantam o acampamento e levam toda a caça com o intuito de voltar a casa. Nestor vai consultando Cangombe e vão decidindo em conjunto o que seria melhor fazer. Cangombe justifica sempre as suas opiniões e é com base nestas que decidem o regresso a casa. Dada a quantidade de caça conseguida, acabam por ter de deixar parte dos animais para trás, por impossibilidade de assegurar o seu transporte. Voltando pelo local onde tinham deixado a gazela e a dala, são surpreendidos pelo comportamento dos cavalos que começam a tremer face a uma ameaça qualquer ainda desconhecida. O suspense leva o leitor a perceber que a aventura continua. É Cangombe que, pelo comportamento dos animais, adianta a hipótese de se estar em presença de um animal feroz. Cangombe desce do cavalo, porque este estava a ficar demasiado assustado. Questionam-se sobre que animal seria até que, com Cangombe já perto da gazela, veem surgir o corpo de um leão que se lança sobre a gazela. Vencendo o medo, Cangombe grita a Nestor na língua local, prevenindo que se trata de um leão. Nesta passagem, sabe-se que Nestor dominava a língua local, porque percebeu a mensagem de Cangombe, o que demonstra o seu grau de conhecimento da cultura autóctone e como a língua local acaba por aparecer a par da língua portuguesa, pelo menos quando se trata da oralidade. É, no entanto, de recordar que os nomes da fauna e flora em língua local permitiam, igualmente, dar um toque de exotismo à narrativa tão ao gosto dos leitores da época. Ao agradar ao leitor, o autor também está a demonstrar que conhece profundamente a realidade local, logo aumentando o grau de verosimilitude com que o texto é lido.

Cangombe consegue desferir um golpe mortal sobre o leão, mas tem de pedir socorro a Nestor, pois vê surgir uma leoa que se aproxima perigosamente, saindo de trás de um monte de salalém (construção em altura executada por formigas) que constitui a par da flora e da fauna, outro elemento típico identificador daquelas paragens<sup>1030</sup>. A intensidade da ação cresce, bem como a ansiedade das personagens. Cangombe, por ter a espingarda descarregada, já não podia disparar e é curioso que é neste contexto que o narrador pela primeira vez refere a personagem do jovem mucubale pelo seu nome próprio, até então tal uso ficava restrito às falas de Nestor, aplicadas em discurso direto. Nestor correu ao local onde estava Cangombe em perigo, mas já a leoa se tinha envolvido numa luta corpo a corpo com o seu companheiro. Entretanto, Nestor consegue matar a leoa com um tiro certo, num contexto em que a narrativa ganha uma tensão e um ritmo muito notórios. Ambas personagens demonstram uma coragem assinalável e é através da sua entreatura que conseguem salvar-se mutuamente em situações complicadas. Ferido Cangombe, Nestor ajuda-o a subir para o cavalo e regressam à casa do jovem colono, onde Cangombe acaba por ficar em tratamento, indicando que as aventuras não terminam ali, dado que os jovens se mantêm unidos<sup>1031</sup>. A relação destes jovens na aventura é como deveria ser a relação entre colonos e

---

<sup>1029</sup> Idem, p. 13.

<sup>1030</sup> Idem p. 16.

<sup>1031</sup> Idem, p. 18.

colonizados e acaba por simbolizar esse desejo do autor, em que há uma perfeita compreensão dos papéis de cada um e uma entreaajuda que permite a proteção recíproca relativamente às ameaças externas.

No último parágrafo, anuncia a continuidade da coleção, referindo que contará num próximo número a origem da amizade entre Nestor e o jovem mucubale, Cangombe, ou seja, à identidade individual associa a identidade coletiva ou étnica. Neste caso, dirige-se diretamente ao leitor, encetando com este o seu próprio diálogo sobre estas aventuras e o seu resultado. Cangombe parece representar uma individualidade dentro do enorme grupo que seriam os indígenas e do grupo étnico mucubale. Não deixa de ter alguma importância esta articulação, pois Cangombe representa uma das etnias mais problemáticas na ocupação do sul de Angola. Embora reconhecidos como bons caçadores, pastores e conhecedores do meio local, sempre foram hostis à organização colonial. Quereria Bastos dizer que todas as etnias deveriam colaborar na empresa colonial, desde que devidamente integrados e aproveitados os seus saberes? Estaria o seu objetivo de conduzir o leitor na diversidade de populações e costumes associado a uma valorização das populações locais, desde que conduzidos por um projeto progressista de colonização? Creio que as respostas a estas questões são ambas positivas e que o autor, não sabendo o que se iria passar no futuro, tinha perfeita consciência da capacidade de resistência de algumas etnias como a kuvale e tentava propor uma convivência profícua que levasse ao entendimento entre colono e colonizado.

Essa perspectiva cooperativa, em que ambos têm uma palavra a dizer, mas em que o progresso da colonização está de um dos lados, volta a estar patente na segunda aventura. Nesta sabe-se como se conheceram os jovens Nestor e Cangombe, ou seja, a narrativa inicia-se com uma analepse face ao texto precedente e que constitui o primeiro número das aventuras, tal como anunciado no número anterior para aguçar a curiosidade dos leitores. Começa por localizar precisamente no tempo – *tarde amena do mez de Setembro do anno de 1860* – e no espaço – *campos que cercam a povoação de Canpangombe, assente na vertente oeste da serra da Chella* – a ação da narrativa, colocando nesta cena um jovem a montar uma égua<sup>1032</sup>. Em seguida, descreve fisicamente essa personagem e vai traçando algumas das suas características, aludindo ao aspeto físico e aos apetrechos a que faz corresponder atividades e comportamentos. Por exemplo, são os apetrechos e o vestuário que demonstram que seria caçador, funcionando estes simbolicamente, pois é através do objeto observado que se chega à função social. Agora é a descrição física que coincide com traços psicológicos: o rosto *simpático, a fronte espaçosa e alta revelava inteligência*, o olhar, que chamava a atenção, era *poderoso e profundo*<sup>1033</sup>. Tanto física como psicologicamente vai ficando completa a descrição da personagem, remontando-a para o imaginário sertanejo. No entanto, não deixa de usar o sentido de humor para divertir o leitor, mencionando: *Assim, armado até aos dentes, tinha o joven cavalleiro um ar marcial que, alliado á sua pouca idade, lhe dava bastante graça*<sup>1034</sup>. Para um maior realismo de toda a envolvente, são colocadas em discurso direto as palavras que o jovem dizia à égua para a estimular, ficando, assim, completo o quadro sertanejo.

---

<sup>1032</sup> Augusto Bastos, *A vida nas selvas, coleção romântico-histórica, Debaixo de um Búfalo*, II, (n.º 2 das aventuras africanas), Benguela, Tipografia do “Jornal de Benguela”, 1919, p. 1.

<sup>1033</sup> Idem, p. 2.

<sup>1034</sup> Idem, ibidem.



A descrição interrompe-se quando a égua pressente que algo anormal se está a passar e, novamente, o jovem se dirige ao animal em discurso direto, tentando perceber o que se estaria a passar. O narrador vai dando a informação necessária ao leitor à medida que o facto narrativo acontece, muito ao género do estilo de aventura. A surpresa e o suspense aliam-se a uma descoberta que parece simultânea à que as próprias personagens concretizam. Assim, é com as tentativas de localização do que estaria a assustar a égua que o leitor vem a saber tratar-se de um búfalo, *corpulento, bello exemplar, encimando-lhe a enorme cabeça um par de armas poderosas e de ponta aguda como a de um punhal*<sup>1035</sup>. Apesar de estremecido por esta visão, o jovem reage corajosamente, pois conseguia manter-se firme e em *presença de espírito* mesmo em situações adversas, segundo o narrador informa<sup>1036</sup>. Deste modo, coloca a égua frente ao búfalo e mantém-na firme, ficando a fitar-se frente a frente, até que o jovem caçador decide disparar sobre o búfalo. Quando está prestes a atirar, alguém lhe grita em língua mucubale que não o faça, pois apenas ferir o búfalo seria mais grave do que manter o animal expectante face a um ataque. Era tarde de mais, o caçador já tinha pressionado o gatilho e o tiro saíra mesmo<sup>1037</sup>. Atente-se neste aparente pormenor da narrativa: alguém se dirige em língua mucubale ao jovem que incarna o imaginário do sertanejo caçador e este parece entender o aviso. Veja-se então como esta personagem agora surgida se dirige ao jovem caçador, passagem reproduzida em discurso direto na narrativa: *Páre, senhor não atire! Se errar o tiro ou ferir o animal somente, está perdido*<sup>1038</sup>. Neste simples tratamento está subjacente que existe uma hierarquia entre as personagens ou pelo menos o respeito pela posição de uma delas, o que é indicado pela palavra “senhor”. Mas continue-se o fio da narrativa para melhor se perceber esta interação. Pelo facto de o gatilho já ter sido puxado, adensa-se a narrativa, pois o risco para o qual o caçador é alertado vem mesmo a verificar-se, incrementando o grau de curiosidade do leitor. Este aviso, apesar de cauteloso e zelador da vida do jovem, acaba por provocar o efeito contrário, desconcentrando o caçador que acaba por resultar na falha do tiro. O búfalo apenas tinha ficado ferido e segue-se uma descrição desse momento de confronto entre homem e animal, muito presente nestas aventuras, pois a questão aqui é a caçada que simboliza também a conquista e submissão desses territórios adversos que são os sertões, povoados de gentes diferentes (e aproveitáveis) mas também de feras selvagens capazes de destruir qualquer ser humano, mesmo o mais afoito.

Continuando a assistir a toda a ação, a personagem que antes gritara para avisar o jovem, volta a fazê-lo, para o alertar que terá de fugir, sem olhar para trás, única forma de se salvar da ira do búfalo. O jovem caçador pressionou o mais que pôde a égua, mas o búfalo não desistia da sua perseguição. Até que o búfalo, com uma marrada, consegue derrubar a égua e o jovem pensa ter *chegado o ultimo momento da sua vida*<sup>1039</sup>. Com o pé preso numa das rédeas, pouco mais pode fazer para enfrentar o búfalo enfurecido. Fá-lo com uma faca, indiciando uma luta corpo a corpo com animal, tal como acontecera no episódio anterior, o que demonstra a importância que tinha este enfrentar humano da adversidade intrínseca à própria natureza, aqui simbolizada pela existência de animais ferozes<sup>1040</sup>. Já o búfalo estava sobre o caçador que

---

<sup>1035</sup> Idem, p. 3.

<sup>1036</sup> Idem, ibidem.

<sup>1037</sup> Idem, p. 4.

<sup>1038</sup> Idem, ibidem.

<sup>1039</sup> Idem, p. 5.

<sup>1040</sup> Idem, p. 6.

temia ser esmagado, quando ouviu uma forte detonação que matara o búfalo. Alguém tinha vindo em seu socorro, mas que ainda não surgira na narrativa. É assim que entra na narrativa, agora já identificado, se bem que ainda de forma genérica, o jovem mucubale. Estava identificada a voz que gritara ao jovem caçador. Nas páginas seguintes é descrita a forma como o jovem mucubale tinha chegado junto do búfalo em luta com o caçador, decidindo abrir fogo sobre o búfalo de forma a salvar o caçador. O jovem caçador logo que pôde desembaraçou-se das rédeas e percebeu quem o tinha salvado. O narrador descreve as armas que trazia o mucubale e como as usara para salvar o jovem, servindo a descrição para fazer o contraponto entre as que ele, enquanto africano, possuía e as que o jovem caçador, como colono europeu, acedia. A descrição de como se apresentam cada uma das personagens servia também para mostrar as suas diferenças de origem étnica e de papel social. Contudo, algo mais forte os une: ambos lutam contra das adversidades da natureza, ambos são corajosos, ambos estão prontos a arriscar a sua vida. É a audácia do jovem mucubale que salva o jovem colono, no entanto, este também se sentia responsável por toda a situação, pois possivelmente tinha distraído o caçador, levando-o a falhar o tiro.

Em todo o trecho em que decorre a ação aventureira, existe sempre uma tentativa de caracterização das personagens, com a descrição das suas emoções e pensamentos, ou seja, com a introdução de factores psicológicos que ajudam o leitor a construir o carácter de cada personagem. O jovem caçador agradece a intervenção do jovem mucubale que ainda corre ao seu encontro para ver se está tudo bem. Inicia-se novo diálogo e o jovem caçador sossega o seu salvador, referindo que, apesar de algumas dores, está bem, apenas com o corpo dorido. Novamente, o diálogo é em língua mucubale, o que surpreende o jovem africano que elogia o modo como o jovem colono fala a língua da terra. Este conhecimento dessa língua *outra* é um dos elementos de maior relevância na narrativa se se observar o alcance político que pode encerrar em si. O facto de o jovem colono falar da língua da terra indica *per si* que pretende envolver-se no meio local e comunicar com as populações aí residentes, tendo consciência que é mais difícil impor à partida a sua língua para comunicação, neste caso o português, num território onde não existia qualquer tipo de ensino e as populações viviam no seu meio tradicional. É a si, enquanto orientador do progresso da terra, como é revelado nos trechos ensaísticos introduzidos pelo narrador, que cabe a *descoberta do outro* e a aproximação a este, sabendo o valor acrescentado que isso trará para aquelas terras. No entanto, este não seria o comportamento mais comum, porque se o fosse, o jovem mucubale não ficaria tão surpreendido. Outro elemento curioso é colocado na fala do africano em discurso direto, pois além da valentia que reconhecia ao jovem português, estava *pasmado de o ouvir fallar tão bem a nossa língua como se fosse aqui nascido*<sup>1041</sup>. Aqui introduz o autor uma variante de grande importância, pois a vivência e convivência poderiam substituir a origem, ou seja, não era o nascimento que ditava o conhecimento de uma língua que simboliza todo um sistema cultural ou, pelo menos, de acesso cultural, mas antes um fator sociocultural, pois não sendo dali, o caçador dominava a língua como um natural. A questão linguística igualmente insere aqui alguma paridade na comunicação, pois aparece referenciada com alguma dignidade, até

---

<sup>1041</sup> Idem, p. 8.

pelo facto do colono a dominar, mas também pelo reconhecimento da sua importância, é através da fala nesta língua que o colono é salvo da ameaça do búfalo<sup>1042</sup>.

Voltando ao correr da ação, o jovem mucubale, em resposta aos agradecimentos do caçador, diz que apenas fez o seu dever, pois *todos os homens se devem socorrer uns aos outros*<sup>1043</sup>. O carácter da assistência humanitária é curiosamente introduzido do lado africano, apesar de os argumentos humanitários de assistência na colonização serem, geralmente, colocados do lado do colono. Ora, aqui e apesar de se poder caracterizar esta ficção como literatura colonial, dado que toda a ação principal se desenrola em território colonizado em que o sistema colonial está subjacente ao relacionamento que as próprias personagens mantêm, é do lado do colonizado que surge o argumento da solidariedade humana, estabelecendo uma igualdade de valores e princípios que deve ser comum a todos os seres humanos. Aqui o mucubale não é incivilizado, nem estão em questionamento as suas características de humanidade enquanto indivíduo, é apenas tecnicamente inferior por desconhecimento e falta de acesso aos meios que a ciência e a tecnologia colocaram ao dispor dos que desempenhavam o papel de colonos. Se o jovem caçador, representando o colono, mostrava bravura e inteligência, o jovem mucubale, figurando como colonizado, também demonstrava essas mesmas características, aliadas a algum desembaraço e correção na fala (lembre-se que trata sempre o caçador por senhor, apesar de reconhecer a sua tenra idade). A partir daqui surge um cenário de cooperação entre ambos. É com a ajuda do mucubale que o caçador trata da égua que estava ferida como consequência da investida do búfalo. Entretanto, nunca abandonando o tema da língua que ganha uma importância considerável na narrativa, o diálogo entre ambos vai surgindo e o caçador explica que, apesar de ali não ter nascido, veio do outro lado do mar ainda criança tinha sempre ali vivido e atravessado os sertões aprendendo a língua local. Demonstrando deferência para com o colono, o africano agradece a explicação e, mantendo o diálogo, descobrem o seu interesse comum pela caça. É um outro elemento a reter, pois parece que aqui o mais importante é sempre detetar os fatores comuns que ligam pessoas em vez de as afastarem, logo, de fazerem surgir laços e entendimento, em detrimento da conflitualidade. O discurso direto acompanha todo o diálogo e o colono diz que vive com a sua família e que por essa mesma razão tem de se pôr a caminho.

Agora a única questão relaciona-se com o búfalo que o mucubale refere como tendo sido abatido por *nós*. Contudo, o jovem colono alerta para o facto de que quem tinha morto o búfalo tinha sido o jovem mucubale, mas o africano insiste na primeira pessoa do plural, levando o caçador que salvara a aceitar a partilha, pois o animal pertencia a ambos. Reincide-se, então, na ideia de partilha e de presente e destino comuns, simbolizada pela justiça da decisão e pela aceitação de uma pertença comum, portanto, ambos têm direito àquela parte da natureza, conquistada por um trabalho conjunto. Durante a conversa, está sempre presente a noção do africano que parte da responsabilidade do acontecido e da perseguição que o caçador sofre por parte do búfalo também foi sua, mas introduz o seu saber de experiência

---

<sup>1042</sup> Apesar de em termos narrativos se estar em presença de uma analepse, logo este texto representando o encontro das personagens, a ordem de leitura não coincide com o tempo cronológico da narrativa, isto é, o leitor lê primeiro uma fase posterior da ação. Assim, é normal que a questão linguística apesar de apresentada no primeiro número que o leitor acede, seja aprofundada no segundo número.

<sup>1043</sup> Idem, ibidem.

feito para lhe explicar que contra um búfalo só se deve disparar de cima de uma árvore, o que valoriza os seus conhecimentos no seio da narrativa. Em seguida, há que planear o modo de não deixar ali a caça, reconhecendo o colono os saberes que o africano, também ele caçador, tem e aproveitando-os. A família do africano tinha experiência de caçador e ele próprio já conhecia os animais do sertão e sabia das melhores formas de dominá-los. Questionado sobre onde vive e se tem família, o mucubale aponta na direção da residência, mas refere que a sua libata fica um pouco longe de onde agora estão. Querendo o colono saber mais da sua família, o africano responde que é uma história longa e triste e promete contá-la de uma outra vez e, calando-se, olha o horizonte o que indica, segundo o narrador, que se teria emocionado. Esta pressuposição revela-se verdadeira, pois segue a narrativa com os olhos dos jovem mucubale a encherem-se de lágrimas e teria sido essa a razão do seu silêncio, tendo o jovem colono percebido a delicadeza do momento e suspenso o diálogo. Uma vez mais, a universalidade daquilo que une a humanidade aparece no correr do texto, agora são os sentimentos despertados apenas por uma conversa no jovem africano. Há aqui alguma nobreza de sentimentos de ambas personagens, o que os torna pares em termos de humanidade.

Alguns minutos depois, o jovem africano sai daquela apatia, provocada por recordações dolorosas, é certo, e retoma o diálogo para saber onde se podem ir buscar pessoas para ajudar. O jovem colono propõe que se busque auxílio junto da sua família, em sua casa e, aproveitando que o diálogo tinha sido retomado, pergunta o que fazia o caçador mucubale em cima da árvore donde disparou. Este retorquiu que, andando à caça e tendo visto que um búfalo por ali andava, decidiu subir à árvore, protegendo-se da sua ira, caso este o visse. A sua intenção era idêntica à do jovem colono, seria caçá-lo, mas quando vê este caçador tentar fazer o tiro a partir do chão, percebeu o risco que correria. O diálogo, transcrito em discurso direto, com o auxílio da tradução da língua local, na qual as personagens falam, para o português que o leitor poderia ler, retrocede na diegese até ao ponto em que os jovens se encontram naquele momento que poderia ter sido fatal para o jovem colono. Decidem, então, colocar-se a caminho para procurar auxílio, não sem antes cortar a língua do búfalo para que alguém que passasse soubesse que aquela caça tem dono. Liberto da parte de ação mais intensa e colocando as suas personagens a caminho da ajuda que necessitam, o narrador insere na narrativa novo trecho de carácter ensaístico para explicar a origem do jovem mucubale, utilizando este pretexto para pedagogicamente explicar a origem da sua etnia, o atual território que ocupavam e quais os seus mesteres. Vai mais longe e aproveita para descrever populações vizinhas e dar conhecimento preciso da geografia e hidrografia daquela parte de Angola, referindo a sua importância no contexto geral do sul do país. Viaja até à povoação de Cangombe, local a que as personagens não chegam a ir, mas ao qual o leitor é levado, introduzindo a descrição da flora e termina referindo que ali se detém por serem apenas estes os espaços importantes até agora para estas aventuras, demonstrando o seu conhecimento sobre a região e como haveria mais para dizer.

Se no primeiro número, o narrador insistia muito na parte histórica e na explicação da presença portuguesa por aquelas paragens, da sua antiguidade e do esforço que representara, no segundo número a relevância é dada à informação geográfica, etnográfica e botânica daquela região, revelando que o autor para além de se interessar por várias disciplinas era versado em diversos tipos de conhecimento que pretende transmitir. É manifesta a sua preocupação em formar pedagogicamente o leitor, fornecendo-lhe um quadro geral de

conhecimentos sobre o Sul do país, ainda considerado selvagem por muitos, dada a sua recente ocupação quando comparada com Luanda, Benguela ou mesmo outras cidades menos relevantes. Chega ao ponto de destrinçar habitats e enumerar as plantas que ali se têm aclimatado num pedaço textual que se prolonga da página 12 até à página 15, ocupando pois três páginas e meia de uma aventura escrita em 16 páginas, o que testemunha a importância dada pelo autor à divulgação de conhecimentos sobre o país, mesmo que num contexto ficcional e de aventura, pois chegaria a um público que não lendo ensaios, gostava de ler este tipo de literatura. Igualmente, não me parece que esta descrição da natureza e da configuração destas terras se esgote numa simples apresentação do espaço. O autor, com o ensejo pedagógico e científico, é certo, coloca a par no seu texto os nomes portugueses e os nomes locais. Nomeia algumas das pessoas que tinham identificado as plantas, tendo o cuidado de mencionar plantas de diferentes origens, como se tudo, até a própria natureza fosse cooperante e aparecesse como o resultado de esforços comuns, típicos de uma sociedade e da uma envolvente natural funcionando em regime de complementaridade. Findo este trecho, volta habilmente à ação principal para mostrar os dois jovens caçadores a caminharem para Capangombe, onde fica a casa do jovem colono para irem buscar ajuda para desmembrar e transportar o búfalo, pertença de ambos.

A casa colonial é descrita como tendo um grande cercado para defender a moradia de ladrões e animais ferozes<sup>1044</sup>. Ao chegarem perto, foram logo avistados pela família e recebidos em casa do colono, de forma afável. O narrador informa o leitor sobre a composição da família do jovem caçador e coloca logo o pai, em discurso direto, que pergunta: *Então trazes-nos um companheiro, Nestor?*<sup>1045</sup> Nota-se que há uma receção positiva ao jovem mucubale e que este é logo tomado como um amigo do jovem caçador cujo nome, agora mencionado, permite ao leitor fechar a narrativa, ou seja, reunir todos os pedaços da diegese e construir a história no seu todo. Juntando-se em seu redor a restante família, o diálogo prossegue e Nestor introduz o jovem africano como seu salvador, o que causa admiração na família, pedindo o pai que conte toda a história. O jovem colono narra então toda a sua aventura até que, fazendo-se tarde, se reuniu uma comitiva para ir resgatar a presa que originara peripécia tão grande. O jovem mucubale, como o leitor já sabia da aventura anterior, acabou por pernoitar em casa do jovem colono e por se tornar seu companheiro de caçada, dando origem a uma forte amizade entre ambos. O jovem mucubale, representando o africano colonizado, é integrado no seio da família colonial, não como escravo ou serviçal, mas como um companheiro de aventura de um jovem que, apesar de ser apresentado como hierarquicamente superior, aparece muitas vezes em situação de paridade com o companheiro, nomeadamente, durante as caçadas. Assim, se encerra esta aventura, renunciando a sua continuidade que, contudo, não consegui apurar.

É, no entanto, de referir que é anunciado o título da próxima aventura que seria ou terá sido *A vingança e o fim de um escravo* cuja publicação não consegui confirmar. Algumas observações podem ser aqui deixadas, uma relacionando-se com a reiteração do tema da escravatura ao longo da obra de Bastos, como o comprovam os títulos ficcionais que analisei ao longo desta tese (recordando-os *As Furnas do Lobito*, *Os Gigantes através dos mares*, *A vida nas selvas* e até o que analisarei de seguinte, *As aventuras do Repórter Zimbro*) que atesta a importância

---

<sup>1044</sup> Idem, p. 15.

<sup>1045</sup> Idem, ibidem.

que o autor dava a este assunto e que considerava relevante na formação do seu país. Outra observação que pode aqui ser deixada é a hipótese de este tema ser introduzido nas aventuras da série *A vida nas selvas* devido ao jovem mucubale que tem a história da sua família para contar e que menciona um passado triste que até o leva a se emocionar. Mais do que uma continuidade temática, a escravatura foi um elemento fraturante da sociedade colonial angolana, a que se seguiu o trabalho serviçal. Assim não é de estranhar que o autor, pretendendo propor uma solução que, embora colonial, resulte da interação entre colonizador e colonizado, tenha sempre presente não só a sua realidade como as consequências que tinha trazido a todo o território. Deste modo, vão-se encontrando continuidades na obra de Bastos que fazem com que se possa considerar que teve uma produção literária e ensaística consequente e que pode ser estudada como uma unidade.

## 8.2 A sociedade colonial em ficção

*Havia reunião familiar, ou, mais propriamente, soirée, em uma d'essas casas, muito conhecida por «Casa do Barão de S. Lourenço», que era de um dos mais importantes negociantes do burgo, e que ficava situada no antigo Largo do Coringe, no alinhamento de casas da actual Rua Machado dos Santos – lado norte.*

*Grandes fogueiras à porta da casa do Barão de S. Lourenço, iluminando o largo, onde vai um movimento desusado, e arrojando para o espaço alaranjado compridas línguas de fogo. O céu é escalado pelos foguetes de lágrimas, que, depois de atingir as culminâncias, deixam cair sobre a terra uma deslumbrante chuva irisada.*

Augusto Bastos

Augusto Bastos tentou, através da sua ficção, fornecer retratos de uma sociedade colonial em construção, optando sempre por uma incursão histórica. Assim, todas as suas narrativas se localizam temporalmente em tempos idos, um passado que para o autor poderia explicar o presente. Aproveitando esse tempo histórico, vai descrevendo vários cenários, incluindo os naturais, permitindo que os seus leitores adquiram maior conhecimento do que realmente é Angola, sobretudo, ao sul, as terras onde viveu durante mais tempo. Entrelaçando realidade e ficção, criou a sua própria interpretação do universo colonial. Deste modo, decidi incorporar neste subtítulo dois títulos, um pequeno artigo saído no jornal *O Lobito*, “Angola de outros tempos” e um outro, as *Aventuras do Repórter Zimbros*. Ambos foram identificados e coligidos por outras pessoas, o primeiro pela família do autor que o fez chegar até mim, o segundo por Francisco Soares que o digitalizou e me forneceu o respetivo texto. Em comum, os textos têm a década de publicação, o artigo publicado em 1930 e as aventuras em 1931, e o período aproximado que tratam, pois se o primeiro se refere ao ano de 1879, o seguinte situa-se em 1888, portanto volvidos apenas 9 anos. É interessante verificar-se o estilo literário do artigo, enquanto na narrativa encontrar-se-ão muitos pormenores que a ligam não só ao realismo, mas que também permitem reconstruir historicamente qual seria a feição daquela sociedade, pelo menos, da parte que o autor quis retratar. Factos e estilos interpenetram tanto o que se

pretende enquanto relato da história e como narrativa ficcional, notando-se um interesse por parte do autor em focar este período da história angolana. Há um forte indício de tentativa de construção de uma memória coletiva que sirva de base identitária a uma comunidade em busca de referências comuns. Essa foi uma das intenções mais proeminentes na obra de Bastos, a procura das origens da sociedade colonial e como esta poderia funcionar de modo harmonioso.

Comece-se, então, pelo artigo “Angola de outros tempos (episódios da ocupação comercial e militar da colónia)”. O artigo relata um tempo histórico, como anteriormente referido, e dá conta da problemática do fabrico de algodão em Angola que ainda se fazia por essa época, mas que ao cabo de uns anos terminaria por ter sido mal sucedido, mencionando outras situações idênticas como era o caso da pólvora. Mais do que relatar um facto, o estilo usado assume um carácter literário, apesar de o seu objetivo imediato ser informativo. Assim, refere outras indústrias existentes na altura, fornecendo os dados económicos e comerciais da empresa com que abre a narrativa, a firma Benchimol & Sobrinho e a ligação dos israelitas com um antigo colonial, comerciante de Angola e de Lisboa, António de Sousa Lara. Portanto, identifica os protagonistas de toda esta ação ligada à história do país, detendo-se no tipo de parcerias e de relações comerciais existentes que, ao contrário do que um olhar superficial poderia supor, eram ricas em diversidade e intensidade. Conta que no vapor em que seguiam os produtos comercializados por esta empresa, também seguia um jovem a que *daríamos o nome de Armino filho*<sup>1046</sup>. A forma de nomear o jovem é profundamente literária, pois na realidade não se coloca no condicional a nomeação das pessoas, parecendo que são o narrador do facto e o leitor que decidem como nomear aquele interveniente. Identifica o pai desse jovem como um antigo comerciante de Benguela e agricultor do Vale do Luacho que tinha uma fazenda no Dombe Grande, referindo mesmo o nome do seu compadre. A ocultação de alguns nomes aparece como voluntária e não como desconhecimento do narrador, dado o grau de profundidade de informação e o número de dados que o autor tem sobre a vida dos indivíduos a que vai aludindo, sem contudo dizer, por vezes, o nome, uma outra técnica utilizada mais na ficção do que propriamente na linguagem histórica ou jornalística em que todos os dados se pautam pela objetividade.

Passa depois a enumerar as fazendas existentes e conta a façanha de um colono que lutara corpo a corpo com um leão, depois de o ter ferido a tiro, tendo saído vitorioso e matando o leão à coronhada. Segundo se contava, era um homem corpulento e esta façanha tinha sido assistida por um serviçal indígena que lhe era muito dedicado, já o tendo salvado uma vez de ser comido por um jacaré. Esta história em muito se assemelha ao que Bastos escreve nas suas *Aventuras nas selvas*, incluindo a questão da solidariedade inter-racial e não apenas o carácter aventuroso do confronto entre homem e animal feroz. Ao retomar estes temas, leva a crer que a sua ficção em muito se baseia nas histórias que foi ouvindo relatar e na sua própria experiência pessoal, à qual estava implícita esta convivência inter-racial desde os primeiros dias da sua vida. De modo a garantir que este episódio não era ficcional, Bastos evoca o local onde conheceu e entrevistou o homem que ainda ostentava as marcas do leão que o próprio

---

<sup>1046</sup> Augusto Bastos, “Angola de outros tempos (episódios da ocupação comercial e militar da colónia)”, *O Lobito*, 16 de Agosto de 1930, p. 1 (a paginação reporta-se à reprodução do original fornecida pela família do autor, copiada e escrita à máquina).

autor tinha visto. Outro aspeto não menos curioso, é o facto de Bastos referir que o protagonista desta aventura residia na cidade e tinha uma profissão perfeitamente inserida e fruto da sociedade colonial, pois era farmacêutico prático em Benguela e Catumbela. A par disso desenvolvia vários negócios nas áreas do comércio e da agricultura, sendo esta multiplicidade de atividades comum no que foi o contexto de muitos colonos.

Tal como na ficção, também aqui o método de construção discursivo é idêntico. Se na ficção todo o discurso é ancorado nas personagens, no relato da realidade esse mesmo discurso é fundado em personalidades, com uma tentativa de mostrar as redes de relacionamento socioeconómico, os interesses culturais, as práticas sociais, indo ao pormenor da localização precisa do local e da data. No entanto, é interessante verificar que em Bastos as personalidades evocadas na escrita de um artigo podem surgir perfeitamente no correr de uma ação ficcional pela similitude de comportamentos, feitos ou experiências vividas. Incluir este texto, que pretende aclarar os leitores sobre a história de Angola e a sua ocupação territorial no campo da análise ficcional, pretende apenas demonstrar como em Bastos estes mundos real e ficcional se entrelaçavam e alimentavam mutuamente, tendo essa tendência permanecido até ao final da sua carreira como escritor. Outro elemento a reter é que o autor elege preferencialmente o tempo passado para exercer uma função pedagógica junto do leitor, mesmo tratando-se da realidade. A par disto, a localização precisa e a demonstração pessoal de conhecimento de causa que seriam o garante da verosimilhança de todo o corpo textual.

Passa-se, deste modo, à última produção literária do autor que trago para este estudo, tendo sido a obra localizada e digitalizada por Francisco Soares na sua totalidade e obedecer à paginação da sua transcrição. O episódio analisado denomina-se “O sinal da morte”, e constitui a segunda aventura do Repórter Zimbros, dividida em números que constituiriam as partes publicadas no jornal, em sistema de folhetim. Acedi à parte da primeira aventura, mas estando esta recolha ainda incompleta, considere que seria melhor aprofundar a análise sobre esta segunda aventura, pois apresenta-se como muito rica em termos de caracterização da sociedade colonial e bastante ilustrativa do estilo do autor. A aventura divide-se em 31 números, correspondendo cada número a uma publicação em folhetim, e 14 capítulos, tendo cada capítulo um título atribuído, correspondendo à dimensão de um livro de cerca de 100 páginas. É, ainda, de notar que os números de publicação não correspondem a capítulos, podendo um capítulo se iniciar a meio de um número, o que quer dizer que a lógica era a do folhetim, mantendo sempre a curiosidade no leitor e não a da organização da obra como um todo.

A narrativa abre com a localização no tempo de toda a ação, era a época do cacimbo em Angola, vésperas de S. João, portanto, 23 de Junho, e apenas em seguida se menciona o ano, 1888. Logo no segundo parágrafo, contextualiza a cena, falando dos hábitos sociais de então. Esta era uma noite de reuniões familiares e bailes de gala nas principais casas de Benguela, identificando-se assim o espaço onde passaria a decorrer a ação. Refere-se, então, a casa onde decorre esta festa, a Casa do Barão de S. Lourenço, e avança-se o pormenor da sua localização na cidade de Benguela, *o antigo Largo do Coringe, no alinhamento de casas da atual Rua*



*Machado dos Santos*<sup>1047</sup>. Precisada a localização, é descrito o ambiente de festa que se vivia, avançando o narrador para a apresentação das personagens que ali se divertiam. Ali estavam as principais famílias de Benguela, num serão de refinamento cultural, sendo o barão casado com uma *formosa senhora africana e distinta pianista*<sup>1048</sup>. A destacar logo nesta abertura a descrição de uma sociedade elegante e refinada, em que as senhoras locais tocavam piano e tinham recebido educação em Lisboa, mestiçada porque o casamento é entre o barão e uma senhora africana, fazendo adivinhar que a origem do barão seria europeia para tal aparecer referenciado (mesmo que ali fosse nascido); ou seja, existe uma profunda convivência inter-racial e a partilha deste ambiente num tom familiar com o leitor, pois falando na primeira pessoa do plural aproxima o ato da escrita do ato da leitura, portanto, criação e receção da obra<sup>1049</sup>.

Entre estas personagens estava aquela que interessa para a ação principal, a jovem Matilde, *filha do negociante Campos*<sup>1050</sup>. O narrador introduz toda a história deste negociante, a sua chegada a Angola e o que mais difícil poderia ter feito, a troca das *delícias da vida dos campos metropolitanos* pelas *aguras da vida dos sertões*<sup>1051</sup>. Merece especial atenção esta passagem, não só por descrever a origem do pai de Matilde e de reportar o leitor para a imagem das terras angolanas como então eram vistas, como terras de sacrifício ou mesmo degredo, mas porque não constitui um traço da obra de Bastos. O autor, muitas vezes, descreve as belezas dos sertões angolanos e fá-lo seja em *A vida nas selvas* ou em *As Furnas do Lobito*, o que quer dizer que aqui está o narrador a tomar o partido da sua personagem, o colono que chega a terras que lhe parecem adversas. Esta solução faz mais sentido tanto quanto o escritor sabe que escreve para um público urbano, em larga escala no papel de colono, isto é, que experienciou de alguma forma sentimentos similares. Depois de introduzida esta analepse fala da visita que o pai de Matilde tinha feito a Portugal, por motivos de saúde, já fazendeiro e comerciante rico. Regressando ao tempo da ação, fala dos antecedentes e das circunstâncias que vão interessar para a narrativa. Assim, remete-se para o regresso de Campos a Angola que monta uma casa de comércio importante em Benguela, vindo casado com uma senhora portuguesa de origem afidalgada. Conta a história deste matrimónio, resultado dos amores do fazendeiro africanista rico por uma jovem portuguesa que via nele algum interesse económico. Para demonstrar o verdadeiro objetivo da portuguesa, o narrador refere: *O que ela queria partilhar com o fazendeiro não era precisamente o amor e uma cabana em África*, sendo interessante atentar-se na expressão coloquial a que recorre de modo a tornar muito ostensivos os interesses desta personagem naquele matrimónio<sup>1052</sup>. A fixação do casal em Benguela permitiu que se integrassem na sociedade local, relacionando-se com as famílias mais influentes da urbe. Campos é apresentado como estando envolvido nos setores mais recentes e dinâmicos da então economia de Angola daquela região, como por exemplo quando

---

<sup>1047</sup> Augusto Bastos, “ O sinal da morte”, *Segundo Episódio das Aventuras do repórter Zimbro*, n.º 1, *Jornal de Benguela*, Novembro de 1931, p. 2.

<sup>1048</sup> Idem, p. 3.

<sup>1049</sup> Segundo o estudo de Francisco Soares pode confirmar-se que algumas destas personagens aqui evocadas por Bastos foram personalidades factuais, como é o caso dos dois Barões de S. Lourenço.

<sup>1050</sup> Augusto Bastos, “ O sinal da morte”, *op. cit.*, p. 3.

<sup>1051</sup> Idem, *ibidem*.

<sup>1052</sup> Augusto Bastos, “ O sinal da morte”, *Segundo Episódio das Aventuras do repórter Zimbro*, n.º 2, *Jornal de Benguela*, Novembro de 1931, p. 6.

refere o investimento de Campos no cultivo do algodão, sector que como se viu anteriormente, através do seu artigo publicado em jornal, foi uma área de investimento que não chegou a conhecer maturidade por se ter extinguido<sup>1053</sup>.

É interpolado o texto com nova analepse, agora para contar as origens da filha de Campos. Matilde era uma mestiça nascida de uma união entre seu pai e uma africana, referindo o narrador que esta prática seguia o uso da terra e que Matilde tinha sido reconhecida como filha ilegítima de Campos e batizada na Igreja de Nossa Senhora do Populo. Esta caracterização da personagem Matilde quase sugere tratar-se do correspondente feminino do próprio autor, também ele mestiço, nascido de uma relação de um comerciante português com uma africana e batizado nesta mesma igreja, como se existisse uma continuidade nestes costumes que davam um tom muito próprio àquela sociedade colonial específica. Ainda seguindo a mesma linha, tal como Bastos e sua irmã, também Matilde foi enviada ainda menina para Lisboa para prosseguir a sua educação, aprendendo o que era suposto nas jovens com o seu estatuto social como a música e o canto, os bordados e outros labores, o francês e o inglês, de modo a participar cabalmente na vida de salão para a qual estava a ser preparada. Encerra-se este número terminando a analepse e voltando-se ao tempo da ação para no número seguinte voltar a dar algumas informações adicionais como o facto de Matilde ter perdido a mãe dois anos depois de ter ido para Lisboa. É a saúde de Campos ou aliás a falta desta que o leva à metrópole com sua filha para se tratar, onde vem a conhecer a sua esposa D. Hermínia. Apresentadas as personagens, habilmente introduzidas como um interregno na ação principal da narrativa, volta-se à festa de S. João, onde predominava o bom gosto. É o próprio narrador que chama parêntesis a esta exposição sobre as personagens, num diálogo simpático com o leitor que vai viajando no tempos e no espaço e acompanhando a descrição dos precedentes da ação principal. Note-se como para Bastos era importante mostrar que existia refinamento nos costumes e práticas sociais benguelenses, o que desafia aquela ideia de selvajaria permanente em que a população viveria. Esta preocupação associa-se a uma outra, a de demonstrar que aquelas cidades eram locais com história e que esta tanto estava guardada nas memórias orais como em testemunhos históricos. Essa tentativa de construção de uma memória coletiva através da revelação da história local que fundamenta uma identidade própria está patente ao longo da maior parte da sua ficção, podendo ser lida em *As Furnas do Lobito*, *A vida nas selvas* ou nas *Aventuras do Repórter Zimbro*.

Dando voz a um literato que se encontrava entre os convivas da festa, insere pela primeira vez textualmente o discurso direto para proceder ao elogio da jovem Matilde, sendo descrita rigorosamente a sua indumentária e, através das suas características físicas e comportamentos, são demonstrados traços psicológicos, método que já usava relativamente à personagem Nestor em *A vida nas selvas*. Dialogando com o leitor, o narrador refere que provavelmente o leitor já teria identificado esta personagem, pois tratava-se do protagonista da aventura precedente nesta série de aventuras, *Máscara Azul*, caracterizando a personagem como *jornalista doublé de polícia amador*, aparecendo Zimbro como um homem refinado e de

---

<sup>1053</sup> Considera Francisco Soares que esta referência específica ao algodão vai ao encontro do envolvimento do autor com as suas ideias de progresso para Angola que creio seriam também sustentadas pelos estudos que foi fazendo sobre a economia local e pelos relatos que ia recolhendo das personalidades envolvidas no setor produtivo e comercial local.

bom gosto<sup>1054</sup>. É de ressaltar que este tipo de aventuras de detetives era bastante famoso na época e que a técnica literária prevalecente nestes casos era a do envolvimento do leitor no processo de descoberta do criminoso. Um dos mais famosos detetives ficcionais da época em que decorrem estas aventuras é Sherlock Holmes que foi publicado entre 1877 e 1914 e às quais provavelmente tanto escritor como público leitor teriam acedido pela fama que este alcançou. Localizar na cidade de Benguela estas aventuras seria torná-las mais próximas do leitor no espaço, mas distantes no tempo, o que permitia contribuir pedagogicamente para a construção de uma memória do próprio espaço urbano benguelense e das vivências quotidianas. O número três é interrompido neste exato momento do discurso direto, em que o leitor já foi conquistado, já acedeu às personagens principais mas ainda não escrutinou o que estaria a acontecer. O suspense é mantido para o número seguinte.

No entanto, com discurso direto se termina o número precedente e com o mesmo recurso se abre o número seguinte, o quarto, para que o leitor escute a interjeição de Matilde ao Repórter Zimbro, encetando uma conversa com ele e com o seu amigo Silva, referindo-se a jovem a estes como *dois distintos cultores das letras*<sup>1055</sup>. Mantém-se o diálogo que ganha contornos de conversa de salão, tendo como pano de fundo uma valsa que o próprio narrador classifica como antiga. À polidez do trato entre as personagens acrescenta-se as práticas sociais ligadas à erudição e refinamento culturais. Aliás, a música será uma constante ao longo de toda a obra ou não fossem parte das suas personagens, neste caso apenas femininas, exímias executantes do piano e do canto. Uma tão profícua presença musical não é decerto alheia aos interesses culturais do próprio autor, também pianista amador e compositor, o que lhe concede uma sensibilidade especial não só para o tema como a identificação das músicas mais bem-sucedidas no gosto da época. No entanto e apesar da subtileza de Matilde, cedo os intervenientes no diálogo percebem que o seu interesse vai para além da mera conversa de salão e que algum assunto importante movia a jovem para junto dos dois amigos, dado esta ter pedido alguma atenção para um outro assunto. Apercebendo-se disso, é o repórter que pede a honra de uma dança para que possam encetar a conversa pretendida. Entretanto, o narrador fornece todos os pormenores quanto ao espaço onde se desenrola a ação, o salão de baile, o tipo de dança, vários pares a rodopiar, Silva que encontrara outro par para dançar, sugerindo, porém, que o leitor se concentre no par composto por Zimbro e Matilde. É o diálogo entre Matilde e Zimbro interrompido exatamente no momento em que o repórter se coloca na posição de ouvinte para escutar o assunto de que Matilde lhe quer falar, encerrando-se assim o número quatro. Induzido pelo narrador, já está o leitor com a sua curiosidade no máximo grau e aguardando o próximo número que abre exatamente retornando ao diálogo interrompido. As personagens vão dançando e conversando e combinam o que fazer no caso de aquela dança não ser o suficiente para aclarar toda a situação.

Matilde começa, finalmente, a contar a sua história, referindo-se à doença de seu pai que parecia ser um mal misterioso para o qual o médico não encontrava explicação. É de notar que todo o vocabulário está adaptado à época e ao invés de “médico”, palavra que se usava nos

---

<sup>1054</sup> Augusto Bastos, “O sinal da morte”, *Segundo Episódio das Aventuras do repórter Zimbro*, n.º 3, *Jornal de Benguela*, 1931 (?), p. 13.

<sup>1055</sup> Augusto Bastos, “O sinal da morte”, *Segundo Episódio das Aventuras do repórter Zimbro*, n.º 4, *Jornal de Benguela*, 1931 (?), p. 14.

anos trinta do século XX, aparece a palavra “físico”, dando maior verosimilitude ao diálogo. Zimbrow conhecia vagamente os contornos deste facto por ter visitado Campos, no entanto, agora parecia levantar-se uma questão algo misteriosa em torno desta enfermidade. O repórter questiona a jovem sobre como poderá ser útil e esta responde-lhe que poderia fazer-lhe um favor, já que esta pretende saber o que se está a passar com seu pai, remetendo-se para o profundo amor que une ambos. Responde, desde logo, Zimbrow, referindo que lhe ficam muito bem aqueles sentimentos que aliam as belezas da alma e física. Novo elemento a considerar, mais uma vez, Zimbrow, o repórter ido de Lisboa, como se saberá adiante, reincide no elogio à beleza da jovem africana. Sublinha igualmente as suas qualidades de carácter, tornando-a numa daquelas personagens que incarnam a beleza feminina em todas as suas vertentes, como se quase fosse uma musa inspiradora, cantando-se assim a beleza da mulher local, o que no contexto de uma literatura colonial não deixa de ser assinalável. Ao invés da madrasta, como posteriormente se verá, que, sendo uma mulher de origem europeia, traz em si os vícios da perfídia, Matilde que é africana simboliza o bem e a doçura da mulher anjo. É neste contexto que a jovem surge como uma filha preocupada com alguma fatalidade que possa acontecer ao pai e assustada com o desengano médico face a esta situação. É, novamente, interrompida a narrativa num ponto fulcral da conversa, pois a questão que fica no ar é qual seria a reacção do detetive? O leitor terá de esperar pelo número 6 para sabê-lo. Abre este número com a reacção de Zimbrow que, modestamente, refere-se a si próprio como simples repórter e se questiona sobre o que poderia fazer num caso de medicina tão complexo, sendo a modéstia tomada como um alto valor.

Prosseguindo, Zimbrow pede que lhe sejam dadas mais informações, o que sugere ao leitor que tinha aceitado o desafio. Matilde disponibiliza-se no momento a fornecer todos os dados que o repórter necessita, mas eis que a música termina e continuar a falar do assunto seria pouco cauteloso. A música, para além de exercer um elemento lúdico e de preencher o ambiente em que se passa a ação, também serve de pretexto pedagógico, dando-se informações sobre as partituras tocadas e o modo como tal era feito, e, igualmente, de recurso para ocultar ou dissimular as conversas que não poderiam ser ouvidas. A criação desta ambiência de cultura de salão serve para ilustrar como seria a sociedade benguelense e o seu requinte, mas também para incrementar a curiosidade do leitor que acede ao que os circunstantes não acedem e para demonstrar como as situações de ocultação da verdade podem ser feitas em ocasiões de partilha de espaços. Nesta história, a música e os espelhos, tanto ocultam a uns como denunciam a outros, entre estes os leitores, as intenções e ações das personagens. Terminou a valsa, Matilde e Zimbrow têm de interromper o diálogo, mas o essencial já foi dito e a suspeita de crime está apresentada. Silva, pretendendo saber sobre o que conversaram, enceta uma conversa de ocasião, propícia à vivência de salão. Zimbrow usa da ironia para parodiar o seu amigo e Silva reconhece-lhe o gracejo e, neste preciso momento, é o diálogo interrompido, não sabendo o leitor se Zimbrow adiantará algo a Silva que ainda não tenha sido dito. Portanto e de novo, há uma interrupção da narrativa num momento chave, em que o detetive passaria a apresentar o caso ao seu assistente, em que o leitor confirma se acompanhou todos os contornos da história.

O número seguinte relata, então, o diálogo entre os companheiros desta aventura, mais uma vez reforçando o tom coloquial e irónico que concede um certo dinamismo e ligeireza às falas das personagens, portanto, tornando a leitura mais fácil. Habilmente, o tom é alternado entre

a brejeirice que responde à curiosidade de Silva e o tom sério quando passa ao relato da conversa tida com Matilde. No entanto, o ambiente que os rodeia é, agora, essencial para o desenrolar da narrativa, regressando-se ao baile e às músicas que se seguiam num rodopio de danças, revelando o cosmopolitismo daquela sociedade que se denota até no facto de, por vezes, Matilde aparecer como Mademoiselle Campos. Tal como o narrador indicara, Zimbrow volta a dançar com Matilde com o fito de combinar a estratégia para resolver aquele mistério. Combinam o plano de ação que começa por uma visita de Zimbrow ao pai de Matilde, à hora que o médico lá vai, fazendo parecer que tudo não passa de uma coincidência. Novamente, os valores éticos são colocados, dizendo Zimbrow que poderá ser indiscreto ao que a sua interlocutora responde que não existe qualquer constrangimento. O enigma está lançado e o começo da ação também. Para que Zimbrow possa saber mais, combina um encontro com Matilde fora da casa do pai, usando-se a casa de uma amiga para o efeito. Essa conversa, referida como conferência, portanto, concedendo toda a formalidade a este encontro, é marcada para a casa do Vereador Moreira à hora que este se ausentava para a reunião de câmara e em que a amiga de Matilde ficava com sua madrastra em casa<sup>1056</sup>. Estava tudo combinado, ao tempo que a polka que fazia rodopiar Matilde e Zimbrow terminou e como se extingue a música, interrompe-se o diálogo.

Abandona-se, então, o cenário do baile, pois este perdera interesse para a narrativa. Contudo, não se cessa a festa sem a descrição do fogo que é feito para festejar o santo popular e sem que o narrador aproveite o pretexto para descrever a alta sociedade benguelense de então, pormenorizando os trajes, a música e as danças que enchem o salão, abandonando este enquadramento logo que se torna desnecessário. É, no entanto, de notar que Bastos é muito preciso nas informações que coloca à disposição do narrador que vai dialogando com o leitor. Os dados de pormenor sobre os vários elementos acentuam o pendor realista que pretende dar à sua obra de tempo histórico, o que demonstra que, enquanto escreve a sua narrativa de aventuras policiais também parece estar a escrever a história de uma parte da sociedade benguelense. É, ainda, de assinalar que neste caso se concentra muito na vivência da burguesia em Benguela, demonstrando uma convivência saudável entre colonos e filhos da terra, em que a mestiçagem não só biológica como cultural está presente, porque se vive segundo o ritmo daquela terra. Contudo, os elementos de alta cultura são todos oriundos da sociedade europeia, enquanto noutros âmbitos como a culinária, encontram-se complementaridades e uma forte presença africana, em que o cozinheiro, sendo africano, acaba por representar essa especificidade. A sociedade burguesa, que Bastos descreve, caracteriza-se pela abundância e requinte, tal como tantas outras sociedades burguesas pelo mundo fora, parecendo ser mesmo essas as suas características.

No dia seguinte, dirige-se Zimbrow à casa do doente, sendo muito bem recebido, tal como era hábito. O narrador aproveita para realçar o perfil do detetive e jornalista que, durante a sua carreira, já várias vezes se tinha deparado com situações complicadas envolvendo doenças. Remetendo para o discurso indireto sabe-se que se trocaram frases de ocasião como de costume em situações similares, não havendo a reprodução das mesmas, fazendo crer que o

---

<sup>1056</sup> Francisco Soares, nas suas notas, refere que de facto existiu um Vereador Moreira na Câmara Municipal de Benguela, o que serviria, para os que ainda tinham memória disso através de familiares ou de ouvir contar, para consolidar a verosimilitude da narrativa.

público leitor saberia exatamente do que o narrador falava. No entanto, apesar de parecer que tudo se passa com aparente naturalidade, a verdade é que o detetive aproveita para observar tudo em seu redor. É interrompido o número 7 destas aventuras a meio da visita do médico. Retoma o número seguinte com a visita do médico e os sintomas do doente, estando presentes o médico, o detetive, o paciente e sua esposa e filha. Apercebe-se o detetive que as apreensões de Matilde são para ser tomadas em consideração e ouve do médico os sintomas misteriosos do doente. Mesmo assim, Zimbro solicita ao médico que complete os dados ali recebidos e o próprio médico demonstra querer colaborar e obter a ajuda do detetive por sentir-se incapaz de resolver tal mistério. Despedindo-se, Matilde percebe que pode contar com o detetive através do seu aperto de mão. É extremamente simbólico que seja o aperto de mão forte que passa esta sensação de uma personagem à outra, existindo uma substituição da palavra. Se até aqui o leitor acompanhava o enredo através dos diálogos, agora deverá passar a estar atento a todos os elementos descritos pelo narrador, porque estes podem indicar sentimentos ou ações das personagens. Bastos remete-se para as técnicas policiais e, de facto, constrói uma trama rodeada de subentendidos e dos jogos de espelhos porque um reflexo pode significar uma realidade bem diferente.

Após a visita ao doente, Zimbro vai para casa e encontra-se com o seu amigo Silva. Se o detetive é *doublé* de jornalista, o amigo é burocrata *doublé* de literato, portanto, estas duas personagens também incarnam alguma duplicidade, o que é sempre apelativo numa diegese que joga com o mistério. O amigo já o aguardava, pois tinha saído da repartição que já encerrara, indo o narrador ao pormenor de referir o horário de funcionamento ao tempo em que a narrativa se passa, demonstrando todo o seu conhecimento sobre os costumes de então. O *ajudante* logo o interpela com exclamações em discurso direto, nomeando Zimbro como o *grande jornalista lisboeta*. Se existiam dúvidas quanto à origem do detetive, estas ficam desfeitas, não só tinha vindo de Lisboa como era de lá, ao contrário de Campos que tinha uma origem rural. Como se sabe, era comum esta circulação de jornalistas entre a metrópole e aquele território, situação que o outro autor em estudo nesta tese, José de Macedo, atesta. Voltando à narrativa, Silva reclama pela demora de Zimbro que lhe pergunta as horas, ainda a viver as emoções deixadas pelo estranho relato que ouvira da boca do médico. Como se denota, o detetive estava de tal modo imbuído das suas responsabilidades naquele caso que até se esquece das horas. Silva refere que já passaria das 5 horas pela forme que já tinha, portanto, o seu ajudante muito mais pegado às coisas do quotidiano, apesar de ser um literato. Entra em cena, então, uma nova personagem, a ladina Berta, que representando a africanidade pura, sem mestiçagem, é descrita fisicamente em termos muito positivos e é individualizada, pois aparece nomeada e não apenas referenciada com um carácter coletivo ou funcional. Berta, apesar da sua posição subordinada, tem características físicas e comportamentais que a aproximam das outras personagens femininas, portanto, é *esbelta* e *amaneirada* (o contrário de boçal ou grosseira)<sup>1057</sup>. Dando-lhe voz na narrativa e tornando o espaço doméstico também num espaço de convívio, o leitor escuta em discurso direto Berta a

---

<sup>1057</sup> É interessante comparar a descrição das personagens femininas de Bastos nesta narrativa e as de Pedro Félix Machado em *Cenas d'África?*, em que a africana e a mestiça dadas a conhecer ao leitor são mulheres sem instrução, vivendo muito apartadas da sociedade e com poucos momentos para participar nesta. Já em Bastos, o leitor vai acompanhando várias mulheres que têm acesso à cultura, pois tocam piano, cantam e dançam elegantemente, falam diferentes línguas, e mesmo Berta aparece como uma africana muito integrada e capaz de interagir em qualquer sociedade.

avisar que o jantar estava pronto. Zimbro mantém-se incomodado e pouco sociável no decorrer do jantar, o que levanta a questão do que estaria a incomodar tanto o detetive após aquela visita, que aos olhos do leitor era perfeitamente inconclusiva.

O número seguinte abre exatamente com Zimbro a explicar porque tinha ficado taciturno, correspondendo o autor precisamente à curiosidade com que o leitor ficara. No dia seguinte e dando seguimento à ação apresentada previamente ao leitor, desloca-se à casa do Vereador Moreira para conferenciar com Matilde, tendo o pai da amiga da jovem se ausentado para a reunião camarária. Tal como previsto e dando o narrador um pormenor, este ter-se-ia deslocado de machila, meio pelo qual as pessoas com recursos financeiros de então se faziam movimentar. Esta informação, de novo, localiza a ação que só poderia ser num contexto de sociedade colonial e volta a mostrar como o autor conhecia bem o passado, pois ao tempo que escreve este meio de locomoção baseado na força humana já não se usava. Reincidindo numa solução prévia e porque não seria decoroso uma jovem se isolar conversando com um cavalheiro, o narrador recorre à música para dar alguma privacidade à conversa de Zimbro com Matilde, tal com acontecera no baile, sendo que agora é a sua amiga que executa uma peça que o narrador identifica. Zimbro vai solicitando pormenores sobre o pai à *jovem africana* que os vai fornecendo, continuando o seu pai a piorar. Note-se a designação que é introduzida para Matilde, reforçando a sua pertença identitária e associando-a a uma vivência de polidez e refinamento, portanto, nem todos os africanos eram incivilizados nem viviam sem conhecer a beleza da arte e da cultura. Encetado o diálogo, Zimbro aprofunda a questão familiar e social de Campos: quem eram as suas amizades, como tinha conhecido a sua esposa, que tipo de relação havia no seio doméstico, sempre cauteloso nos pedidos de desculpa por tal indiscrição. Relativamente à jovem, coloca uma questão, como o amigo da família, Gastão de Lila olhava para ela, o que fica em aberto, interrompendo-se de novo o diálogo. A atenção do leitor divide-se entre as questões financeiras, a situação familiar e a integração desta família na sociedade benguelense de então.

Inicia o número 10, mantendo o diálogo e referindo a jovem que Gastão de Lila sempre foi simpático e cortês para consigo e que todos os amigos da família se mostram interessados relativamente ao estado de saúde de seu pai. Entretanto, a jovem pretende saber se Zimbro já concluiu alguma coisa ao que este responde que precisa de refletir sobre todo o quadro que lhe é apresentado. A conversa termina ao som dos últimos compassos da música, ao que se sucede um momento de apreciação musical em que Zimbro escuta Matilde tocar uma peça de Chopin, como bom admirador de música. A descrição do narrador, permite ao leitor recriar aqueles momentos e quase ouvir e partilhar a música que as personagens estão agora a compartilhar. Quando a jovem termina, o repórter pede licença para se retirar e segue para casa, onde partilha a recente informação com o seu assistente. A sua casa aparece como o local de reflexão e onde busca quebrar aquele mistério. Talvez devido à sua inquietação, Zimbro decide dar um passeio com o seu amigo, conversando e refletindo, até se dirigir à casa do médico que lhe fornece todas as informações de que dispõe. Ao narrador cabe resumir esta conversa para não aborrecer o leitor, continuando a explicar todo o tratamento que tem aplicado ao doente. É relevante o facto de todas as explicações médicas virem pela voz de um médico, ganhando assim autoridade e verosimilitude, uma técnica muito comum e partilhada pela estética realista, naturalista e neorrealista. Todavia, a parte mais empolgante retoma o discurso direto em que se reforça a inexplicabilidade do mal que afeta o doente. O que se referenciava como a

queda do doente em sono profundo não fazia sentido e seria onde residia o mistério. O médico dispunha-se a consultar um colega, mas ia dizendo que lhe parecia ser a ciência incapaz de combater tal mal, o que aprofunda o carácter de mistério, pois Bastos como positivista acreditava que a ciência era capaz de resolver os problemas humanos. O facto de a ciência parecer não ser capaz de resolver esta questão justifica a ação do detetive no sentido de deslindar o que estaria por detrás de tão complexa situação. Conclui-se este número com a intuição que não se pode perder mais tempo.

Fica, pois, em aberto qualquer conclusão que Zimbrow pudesse ter extraído do seu diálogo com o médico que parecia ter adensado o enigma em vez de o ter clarificado. O número seguinte, o 11, retoma o diálogo do número anterior, em que Zimbrow referia da urgência de se pedir a conferência ao colega do médico de Campos e pedia para se fazer acompanhar pelo seu *amigo e colaborador*, referindo-se a Silva. O assunto é de tal modo denso que necessita de todas as colaborações possíveis para que se possa resolver. Diz, depois, o narrador que Zimbrow nem dorme, intrigado pelo mistério com que se depara, fumando tabaco holandês de que gostava e a *parafusar no obcecante enigma patológico do pae de Matilde*<sup>1058</sup>. Note-se dois aspetos: um, o uso de tabaco estrangeiro que demonstra que em Benguela haveria esse tipo de bens de consumo, pois Zimbrow fumava aquele tabaco porque era o seu preferido e não porque não houvesse escolha; o outro, o uso de parafusar que está ligado a uma ação mecânica mas também tecnológica, pois tinha parafusos a maquinaria mais recente e resultante dos avanços técnicos desde a Revolução Industrial. Seguem-se uma série de verbos no gerúndio e ligados a uma ação intensa, seja em termos de fenómenos da natureza como faiscar ou fuzilar, em que a luz se torna muito intensa. Estes verbos no gerúndio dão uma noção de permanência da ação, apesar de tudo se desenrolar na mente do detetive. Portanto, à inação física opõe-se uma ação psicológica fortíssima. Para que o leitor o sinta é necessário recheiar o texto de verbos que indiquem essa intensidade. No dia seguinte a tais atividades cerebrais, dá-se a visita ao doente dos dois médicos, acompanhados pelos dois detetives amadores, com a presença da esposa e filha do enfermo. A visita, porém, revela-se inconclusiva, não existindo sintomas de intoxicação, excetuando o brilho dos olhos e a ligeira dilatação das pupilas que não seriam indicadores decisivos. O mistério adensa-se e cabia agora aos dois detetives deslindar o caso, pois os médicos não encontravam solução possível para o mesmo. Contudo e sempre buscando pistas, Zimbrow ainda indaga para saber quem eram as pessoas que acompanhavam o doente, ficando a saber que apenas a esposa e a filha o tratavam, portanto nenhum moleque nem nenhum amigo interferiam nesse processo. Novamente, a introdução do termo moleque aponta para a localização da obra e leva o contexto para aquela sociedade colonial, a benguelense.

O narrador lembra as aptidões do detetive que deslindara um caso muito complicado cujo impacto fora enorme em Benguela, referindo-se à primeira aventura do Repórter Zimbrow a que não teve acesso. Além de publicitar o seu próprio texto enquanto autor, deixa ao narrador o papel de credibilizar as capacidades do repórter para este novo mistério e assim termina este número. No número subsequente, retoma o texto precisamente no ponto em que deixou,

---

<sup>1058</sup> Augusto Bastos, “O sinal da morte”, *Segundo Episódio das Aventuras do repórter Zimbrow*, n.º 11, *Jornal de Benguela*, 1931 (?), p. 42.



mencionando como a famosa aventura precedente fixara créditos na cidade e o tornara numa personalidade pública. Entrementes, começa a descrever o processo mental que estaria a ser levado a cabo por Zimbro, introduzindo uma série de metáforas (*torpedos da imaginação, formidável couraça de aço que servia de véu protector ao misterioso caso*, por exemplo<sup>1059</sup>) que aumenta o grau de ansiedade do leitor quanto a possíveis desfechos, aproveitando para qualificar este caso como o mais complicado que o detetive amador tivera até então. Passa-se, então, ao discurso direto num diálogo entre Silva e Zimbro, em que todo o raciocínio do detetive o levava a crer que existiria mão criminosa, contudo os indícios pareciam provar o contrário. Nesta parte, percebe-se como o autor não só coloca a autoridade da desconfiança no detetive como sobrepõe a lógica ao “parecer ser”, ou seja, ao que parece estar empiricamente demonstrado, como se a descoberta deste mistério seguisse exatamente os mesmos caminhos que a produção de uma ciência que desafia os saberes estabelecidos que não questionam a sua origem nem estabelecem uma relação causal entre os fenómenos. Zimbro pensa que as maiores suspeitas sobre o método teriam de recair sobre o envenenamento, o que até ia ao encontro de algumas das indicações recolhidas pelos médicos. O leitor vai acompanhando todo o raciocínio em torno desta conversa e vão sendo deixadas as questões no ar: *o elemento mortal com que é perpetrado, como e quando é ministrado e a quem pertence a mão criminosa*<sup>1060</sup>. Cai o silêncio, apenas preenchido pelo pensamento de cada personagem e assim termina este número, deixando ao critério do leitor a interpretação dos pensamentos trocados entre os amigos e onde poderia ser levantada a ponta do véu.

Abre o número 13, com o repórter mergulhado no seu raciocínio, usando curiosamente o autor a palavra *neuronas* que veio a ser *neurónios*<sup>1061</sup>. Os pensamentos de Zimbro e Silva são interrompidos pelo anúncio que o almoço estava pronto. Berta, de *feições simpáticas*, era a portadora desta notícia e principia-se o almoço com um diálogo em que as iguarias confeccionadas pelo cozinheiro cabinda são elogiadas e em que se caracteriza o local da refeição. A sala de jantar que era uma varanda aberta sobre o quintal, dizendo o narrador que seria ali costume, reportando de novo o leitor para um elemento localista e, em simultâneo, histórico. O repasto era constituído por seis pratos entre ensopados, fritos e assados, perfumando o ambiente, em que o responsável, o cozinheiro, é denominado, Tate. Contudo, condimentava muito a sua comida com pimenta (introduzindo o autor a indicação que a pimenta era então chamada do Reino, como acontece no Brasil e por chegar através do comércio colonial, logo, dando um dado histórico e uma achega pedagógica sobre o termo) colorau, gindungo (nome local para piri-piri, portanto mais um localismo), cravo-da-índia e outros temperos. Ora, esta profusão de temperos e especiarias leva a crer que o cozinheiro teria contactado com vários tipos de culinária para misturar tais temperos que vinham doutros continentes e latitudes, tal como acontecia na metrópole e em algumas colónias. Note-se que esta descrição leva o leitor a entender que não era só a abundância que caracterizava esta

---

<sup>1059</sup> Augusto Bastos, “O sinal da morte”, *Segundo Episódio das Aventuras do repórter Zimbro*, n.º 12, *Jornal de Benguela*, 1931 (?), p. 46.

<sup>1060</sup> Idem, p. 48.

<sup>1061</sup> Como bem explica Francisco Soares na sua nota a este trecho, esta escolha demonstra o interesse que o autor tinha em tudo o que constituía novidade científica, usando assim uma palavra então muito recente que se veio a transformar. Vide Augusto Bastos, “O sinal da morte”, *Segundo Episódio das Aventuras do repórter Zimbro*, n.º 13, *Jornal de Benguela*, 1931 (?), p. 50.

sociedade, era, também, um certo refinamento do paladar que recorria a experiências culinárias de várias origens. Berta, que servia a refeição, apresenta-se com *meneios dengosos e elegantes* fazendo-se auxiliar pelo moleque de nome Catraio<sup>1062</sup>. É importante referir o facto de todas as personagens serem nomeadas, portanto, não sendo tratadas apenas pela sua função na história, apesar de se estar dentro de um ambiente doméstico e destas personagens não influírem na ação principal. Contudo, o autor concede-lhes importância suficiente para descrevê-las ou falar das suas habilidades, dando um quadro mais completo da vivência de então. O nome do moleque não deixa de ser curioso, pois designa em Portugal criança, não desenvolvendo o autor qualquer indicação em torno de seu nome. Termina a refeição com uma sobremesa e um digestivo, tendo o narrador dado todos os pormenores possíveis sobre a mesma.

Silva tem de regressar à repartição e Zimbro concentra-se, novamente, no caso que tem em mãos, repetindo mentalmente a conversa mantida com Silva. A hipótese do crime afigura-se atroz, dado que na sua mente apenas duas pessoas poderiam levar a cabo este crime: a esposa ou a filha. Finaliza assim este número, deixando todo o suspense para o número seguinte: crime ou não e quem seria o criminoso. Enceta o número 14 com os pensamentos decorridos como sequência do número anterior. Um a um o detetive revê os possíveis criminosos, afastando a hipótese de Matilde, de Gastão de Lila porque não prestava tratamentos ao doente, ficando apenas em aberto a hipótese da esposa da vítima. Detém-se entre a rejeição e a aceitação desta hipótese, acedendo o leitor ao debate interior que Zimbro preconizava, medindo e pesando todos os argumentos. Este elemento é de extrema importância, pois o autor recorre uma técnica que envolve diretamente o leitor que partilha todos os passos da descoberta do mistério, incluindo as dúvidas que este vai sentindo. Ao tomar esta opção está a tornar o leitor cúmplice da personagem e da narrativa em si. Depois de abordada a questão do quem, Zimbro começa a deter-se na questão do como, voltando a enumerar sintomas. Neste momento, a narrativa assume um carácter particularmente emotivo, o que se percebe pela pontuação em que estão presentes interrogações e exclamações nas frases que transmitem o pensamento do detetive. A ação está ao rubro e o leitor mais do que nunca tem de ceder à curiosidade, ansiando uma solução para o mistério. Palavras associadas à modernidade, seja ao desporto, à ciência ou à tecnologia marcam o processo de pensamento de Zimbro (*az da ginástica do raciocínio; cérebro; transformado numa caldeira de água na ebulição; fisciando pensamentos, por exemplo*)<sup>1063</sup>.

Eis que os pensamentos são interrompidos pela presença do seu ajudante que vinha *com ar de quem é portador de novidade*<sup>1064</sup>. Engenhosamente, o autor fecha aqui este número, ficando no ar não só as dúvidas de Zimbro, mas quais seriam as novidades de que Silva era portador. O número 15 retoma o discurso direto que introduz Silva em cena, justificando Zimbro a sua presunção de novidades pelo olhar do colega, tal como anteriormente acontecera (com o aperto de mão) é uma expressão corporal que denuncia a ação de uma personagem relativamente a outra. Silva diz que Zimbro acertou, mas no mesmo momento, Berta anuncia o jantar. A empregada doméstica é novamente descrita, mas agora com o pormenor do traje

---

<sup>1062</sup> Idem, p. 51.

<sup>1063</sup> Augusto Bastos, “O sinal da morte”, *Segundo Episódio das Aventuras do repórter Zimbro*, n.º 14, *Jornal de Benguela*, 1931 (?), p. 55.

<sup>1064</sup> Idem, *ibidem*.

(vestia panos e trazia um penteado ao uso da terra o que realçava a graça do seu simpático rosto<sup>1065</sup>). Berta incarna, outra vez, a mulher local que, não se desfazendo de algumas características tradicionais, se apresenta como bela e graciosa, numa valorização de alguns elementos culturais locais, tal com acontecera com Tate, o cozinheiro. Seguem para a mesa e depois do jantar os amigos vão dar uma volta, seguindo por caminhos onde não se cruzariam com conhecidos, para que Silva pudesse contar sem indiscrições o que acabara de saber. Regressa-se ao discurso direto, incitando-se a curiosidade do leitor, com Silva a perguntar a Zimbro se teria ideia de onde tinha estado. Não sabendo Zimbro, tal como o leitor, este último desenvolvimento, Silva esclarece que tinha estado na botica, onde se deslocara para comprar sulfato de quinino (que tem neste período uma grande importância, enquanto descoberta de método de combate à malária, portanto, mais um elemento que localiza a narrativa) e que o ajudante, com que Silva tinha um bom relacionamento, andava desgosto pela falta de um medicamento, o láudano, da qual só se apercebera quando fora aviar uma receita para um dos médicos. Como só ele e o dono da farmácia tinham acesso ao medicamento, o mistério do desaparecimento adensava-se. Mantendo o diálogo, Zimbro quer saber há quanto tempo tal teria acontecido e Silva diz-lhe que haveria uns 20 dias. Ora, lembra Zimbro, que Campos estava com aqueles sintomas estranhos haveria umas duas semanas a 20 dias. Silva concorda com a coincidência de datas, mas ambos perguntam-se quem teria subtraído o medicamento. O leitor acompanha a par e passo todos os momentos de descoberta porque segue o diálogo entre as personagens, portanto, também a ele se colocam as questões que atormentam as personagens.

Começava a vislumbrar-se uma possibilidade para o modo como o crime era executado, no entanto, faltava apurar o como e o quem. Interrompido o número prévio desta forma, no número 16, é mantido o diálogo, planeando-se como desvendar o caso, considerando-se que sabendo quem retirava o láudano se teria uma ponta da questão esclarecida. Zimbro pede a Silva que vá visitar Campos e entregue um bilhete a Matilde, devendo esta queimar o bilhete logo que o leia. Assim, percebe o leitor que, de facto, existe matéria importante e que a ação está num crescendo, caminhando para o seu final a descoberta do mistério. O narrador informa o leitor do conteúdo desse bilhete: pedia Zimbro que Matilde fosse jantar no dia seguinte a casa de sua amiga, filha do vereador, onde se desenrolou a primeira conferência entre ambos, que o detetive lá passaria após o jantar. Entregue o bilhete, Zimbro dá ainda instruções a Silva para que passe de novo na botica, colocando algumas questões ao ajudante de farmácia. Fecha este número com estas interrogações que aguçam a curiosidade do leitor que espera o próximo número para obter uma repostagem. Se, por um lado, o leitor acompanha a estratégia da dupla de detetives, por outro lado, tal como as personagens, tem de esperar pelo desenrolar das importantes tarefas de Silva para perceber melhor a questão. A narrativa, mais uma vez, interrompe-se em pleno diálogo e é deixada em aberto.

O número seguinte, começa com o seguimento do diálogo e com Silva a assegurar que consegue essas informações, após o que Zimbro volta a concentrar-se e a tentar associar os possíveis efeitos do láudano ao efeito cataléptico que regista o paciente em determinadas alturas. Admitindo esta hipótese, surgia uma nova dúvida: o doente tomaria láudano por sua

---

<sup>1065</sup> Augusto Bastos, “O sinal da morte”, *Segundo Episódio das Aventuras do repórter Zimbro*, n.º 15, *Jornal de Benguela*, 1931 (?), p. 58.

vontade ou seria este administrado por mão criminosa? A dilatação das pupilas e a prisão de ventre, sintomas relatados pelos médicos, iam no sentido da administração do láudano. Volta a interrogar-se, colocando em causa a toma voluntária pelo enfermo, já que isto parecia ser feito sem o conhecimento de ninguém e ter origem no roubo de que se queixava o boticário. Porém, o narrador prefere manter o suspense e voltar às questões mais óbvias a que estava subjacente a voluntariedade da toma. Assim, questiona-se: quem roubaria o fármaco? Quem o administrava? Era o láudano que provocava a enfermidade? Ao recheiar a narrativa de interrogações também está a preencher de dúvidas a mente do leitor. Hermínia, esposa do enfermo, aparecia cada vez mais como uma hipótese, mas não seria ela a furtar o láudano, para tal teria de ter um cúmplice. Portanto mais hipóteses são abertas, não só a de existência de um criminoso como de alguém que colaborava na ação. Numa tentativa de complemento da informação sobre o caso de subtração do láudano da botica, Zimbro vai falar com o dono do estabelecimento, confirmando que apenas aquele narcótico faltava, recebendo todas as informações técnicas sobre o medicamento. Uma vez mais, trata-se de colocar na voz do especialista todos os dados que mostrem a amplitude que a utilização daquele medicamento poderia ter. Como a personagem encarregue de o fazer é aquela que tem mais autoridade sobre o assunto, a narrativa ganha verossemelhança perante o leitor, imprimindo realismo ao texto.

Em discurso indireto, fica o leitor a saber que Zimbro e Silva têm novidades para trocar, mas, habilidosamente, o autor fecha este número sem as divulgar, deixando todo o suspense para o próximo número, como tem vindo a fazer ao longo de todo o episódio ou aventura que funciona como unidade. O número 18 recupera o diálogo entre as duas personagens e, estabelecendo a ponte entre o número precedente e o de agora, o leitor sabe das respostas que Silva traz, mas Zimbro não volta a elaborar as perguntas, ou seja, para relembrar as perguntas, o leitor teria de reler o número anterior. Eram, pois, fornecidas todas as informações necessárias ao desvendar do mistério, sabendo-se que Gastão de Lila era o amigo mais íntimo do boticário e já tinha ficado só na zona dos medicamentos, que as prateleiras onde estavam os medicamentos não eram envidraçadas e que o boticário não tinha mais ninguém de sua confiança que deixasse ali ficar sozinho sem a presença do ajudante. Tomando estas informações, Zimbro quer saber qual a opinião de Silva e em discurso direto vai colocando as questões e o próprio leitor vai acompanhando e refletindo sobre as mesmas. Se era evidente que Gastão de Lila seria o responsável pela falta de láudano na botica, não era óbvia a sua conexão com o crime, apesar da sua ligação íntima ao casal Campos. Este diálogo é vivo, sendo que Zimbro considera que *começamos a levantar a ponta do veu do mistério*<sup>1066</sup>. A par da dificuldade de estabelecer uma relação direta entre Gastão e o crime, encontra-se ainda o facto de o láudano não ser suficiente para causar tais sintomas na vítima.

Prossegue-se o plano e Zimbro passa na casa do vereador Moreira, onde Matilde tinha jantado, para que pudessem conversar. Enquanto o vereador jogava com os amigos, Zimbro vai fazer companhia às meninas e a música volta a envolver o diálogo do detetive com a jovem, pois a amiga decide tocar uma peça que abafa o conteúdo da conversa. Zimbro, em diálogo, refere a Matilde que já tem um indício, mas não a solução do mistério, aludindo ao muito

---

<sup>1066</sup> Augusto Bastos, “O sinal da morte”, *Segundo Episódio das Aventuras do repórter Zimbro*, n.º 18, *Jornal de Benguela*, 1931 (?), p. 70.

provável facto de seu pai estar a ser vítima de envenenamento. O autor interrompe aqui o diálogo, com Matilde alerta e com o leitor curioso por saber qual a estratégia que pode ser usada para a descoberta de tal enredo. Aqui interrompe-se a narrativa e não tendo acesso aos números 19 e 20, volto a analisar a diegese com base no número 21 ao qual já acedo. No entanto, a falta destes dois números não inviabiliza a análise do texto como um todo e é possível reconstruir o que teria sido o conteúdo dado pelo autor a estes números. O número 21 abre com a colocação em prática de um plano para desmascarar o criminoso, o que faz supor que os números precedentes foram dedicados à delineação da estratégia para expor o crime. Assim, o leitor acompanha Matilde a deslindar o mistério, sentada na camarinha contígua ao quarto de seu pai e observando a madrasta a dar uma “poção” a seu pai, podendo escutar o diálogo do enfermo com a esposa, em que a madrasta dá alento ao marido e fala da promessa de Matilde de bordar uma toalha solicitando a salvação do pai. A oposição entre a ação da madrasta e o diálogo que mantém com o pai de Matilde expõe muito eficazmente o seu cinismo e crueldade, perpetrando um crime premeditado mas dando alento à própria vítima, conduzindo o leitor na descoberta dos contornos psicológicos desta personagem. Também a boa-fé do doente é reforçada que trata a esposa por *meu anjo bom*, incrementando o contraste entre a sua ingenuidade e a maldade de Hermínia, seu algoz<sup>1067</sup>. O olhar social fica completo com o tratamento que o narrador acaba por dar à personagem de Campos, o *velho ricaço*, portanto o que valia apenas pela sua riqueza, retirando-lhe toda a humanidade, pelo menos na forma como a própria esposa o via.

Matilde, apesar de tudo ver, é forçada a manter o silêncio, resistindo à denúncia do que ali se passa, surgindo a *imagem dominadora do repórter* que lhe lembra da sua função imediata e de qual a melhor forma de ajudar a desvendar o crime<sup>1068</sup>. É de notar como surge a figura de Zimbro como dominante neste momento, em que o racional tem de superar o emocional, portanto, esta personagem representa a lógica que num caso destes tem de sobrepor à emoção imediata<sup>1069</sup>. Num debate interno que é relatado ao leitor, a jovem ainda se interroga sobre o que mais haveria para saber. Entretanto e depois da primeira operação executada pela madrasta, Matilde vê que esta abre um outro frasco que identifica como diferente pelo tamanho e forma. Suspende-se aqui a narrativa, tendo o leitor de esperar pelo próximo número para entender o que se estaria a passar. O número seguinte retorna à descrição da ação de Hermínia que retira a rolha ao frasco e espetava um alfinete no peito do doente. Nervosa, a jovem emociona-se para depois se conter, relembrando as instruções de Zimbro que lhe teriam sido reportadas a si e ao leitor nos números que tenho em falta. Só após a completa observação do processo que lentamente matava seu pai se recolhe para dormir.

À hora combinada, mais uma vez pressuponho que tenha sido nos números em falta que o leitor teve acesso a esta informação, pois aqui é mencionado como um facto já conhecido, Matilde vai à casa da amiga para nova conferência com Zimbro, com o piano da amiga como

---

<sup>1067</sup> Augusto Bastos, “O sinal da morte”, *Segundo Episódio das Aventuras do repórter Zimbro*, n.º 21, *Jornal de Benguela*, 1931 (?), p. 74.

<sup>1068</sup> Idem, p. 75.

<sup>1069</sup> Curiosamente, também José de Macedo usa esta expressão no seu romance *Herança de Amarguras* relativamente à personagem Alfredo que aparece como dominante exatamente pela sua força intelectual. Em ambos autores, trata-se de personagens masculinas que pelas suas qualidades intelectuais e éticas levam a uma determinada ação das suas personagens femininas.

pano de fundo à cena, tal como nos casos precedentes. Zimbrow percebe que o plano elaborado resultou e associa, no plano teórico e ainda sem provas, Gastão de Lila ao crime levado a cabo por Hermínia. Exclama o narrador: *como iludem as aparências!...*<sup>1070</sup> É interessante analisar esta exclamação, pois é através dos espelhos que Matilde vê da camarinha onde se encontra para o quarto de seu pai, ou seja, o espelho é uma reflexão da realidade e como a encobre também a pode descobrir. A jovem africana desmascarava a mulher europeia, apesar dos espelhos e da sedução através destes ter sido usada pelos europeus, não se esquecendo que o autor do plano é europeu, logo tem o perfeito domínio do valor desse reflexo da realidade. O espelho como representação da realidade, aqui assume o papel de duplicar a imagem da verdade. Já sabia o leitor quem era a criminosa, mas outras surpresas estariam para vir, ter-se-ia de perceber quem era o seu cúmplice e como agia. Interrompe-se aqui a narrativa deixando precisamente em aberto esta questão. Gastão de Lila era a hipótese mais provável, mas como liga-lo diretamente ao crime? E como explicar toda aquela operação levada a cabo por Hermínia? Deixando a narrativa em aberto, o narrador encaminha o leitor para o próximo número, o 23, que abre com Zimbrow a mostrar a sua perplexidade sobre a segunda operação desempenhada por Hermínia. Deduz o detetive que se trata de veneno, o líquido desconhecido, e que o láudano serviria para adormecer o paciente, o que explicaria porque a ciência médica não conseguia descobrir o mal. Reconhece a genialidade do crime, pois só os venenos ingeridos eram detetáveis, todos os que eram injetados, portanto, que entravam por via intravenosa, era silenciosos.

Levanta-se a questão, se a esposa era a criminosa e se Gastão furtava o láudano, qual a natureza da relação entre ambos? Nas entrelinhas do diálogo e dos pensamentos de Zimbrow, surgem muitas questões que desembocam numa primeira sugestão da possibilidade de uma relação adúltera entre ambos. Zimbrow tem de pedir a Matilde um pouco mais de tempo e a sua colaboração, pois a sua estratégia de descoberta do mistério ainda não estava terminada. Cessa aqui o diálogo, ficando a pergunta de Matilde no ar, como poderia ela colaborar para que se deslindasse todo o crime. O leitor percebe que já existe algo mais que lhe está a escapar, mas terá de esperar pelo próximo número. Inicia-se o número 24 em discurso direto, combinando Zimbrow e Matilde a ação para desmascarar os criminosos. Zimbrow pedia para ser introduzido na casa do enfermo à hora que a primeira operação ocorria para poder observá-la. Entretanto, iria buscar os dois médicos para que assistissem à segunda ação. Entra-se na execução do plano que o leitor acompanha na íntegra. O narrador explica como era segura o seu cumprimento, dado os empregados do comércio, portanto, de Campos já estarem recolhidos à hora que a ação se desenrola. Aproveita, ainda, o narrador para explicar que este era um costume de então, dando repetidamente provas do seu conhecimento sobre o quotidiano local naqueles tempos. O repórter executa a sua parte do plano, convidando os médicos a estarem presentes, o que os surpreende. Fecha-se aqui o número, a armadilha de Zimbrow aos criminosos estava montada, faltava agora saber o seu desfecho.

No número 25, o plano já está em plena execução, com Matilde a falar com o guarda-livros, portanto, pegando na narrativa no exato momento em que esta tinha ficado, em que o plano

---

<sup>1070</sup> Augusto Bastos, “O sinal da morte”, *Segundo Episódio das Aventuras do repórter Zimbrow*, n.º 22, *Jornal de Benguela*, 1931 (?), p. 79.

passava à ação. Executa-se o plano com a ajuda do guarda-livros, introduzindo-se Zimbro na casa do doente para assistir à primeira operação de Hermínia, ausentando-se para ir buscar os dois médicos e, depois regressando à casa do paciente. O narrador tem o cuidado de fornecer todos os pormenores inerentes à ação, incrementando a verosimilitude da ação, pois o tapete abafava os passos de Zimbro, os espelhos permitiam-lhe ver sem ser visto. Zimbro ausenta-se e volta à ação no momento em que o veneno letal é injetado, já acompanhado dos dois médicos que como especialistas poderiam asseverar da relação causa/efeito entre a injeção e o estado de saúde do enfermo. Todas as personagens envolvidas assistem dissimuladamente e através dos espelhos à ação de Hermínia, a criminosa. Contudo, dado o flagrante faltava entender as relações que uniam ambos procedimentos, a administração do láudano e a injeção do veneno. Suspende-se aqui o relato, terminando este número. Se o delito já tinha sido testemunhado, faltava saber os cúmplices e razões para o mesmo. O número 26 começa com a ação ao rubro, em que a criminosa se apercebe da presença de Zimbro, de Matilde e dos médicos e do assistente do detetive. Surpreendida recebe voz de prisão por parte de Zimbro que o faz em discurso direto, empolgando com o desfecho que se aproxima. Zimbro volta a dominar toda a ação e parte-se agora em busca do esclarecimento das questões em aberto.

Hermínia assume a sua perdição, intervindo Zimbro para referir o seu ato criminoso, com a injeção de veneno no paciente, explicando o seu móbil, a ambição, e a razão por detrás, um amor adúltero seu cúmplice. Hermínia estava assombrada com a capacidade do repórter que tinha desmantelado todo o seu plano, acompanhando o leitor não só toda a conversação, como os diálogos internos que cada personagem vai tomando. Zimbro propõe a análise do conteúdo dos frascos, explicando que um contém láudano e o outro não sabe o que seria, mas só poderia ser veneno. Todas as personagens, tal como o leitor, estão agora rendidos à sagacidade do detetive. Zimbro aparece como o herói, enquanto Hermínia ainda tenta clamar inocência e negar a existência de um cúmplice ou a administração do láudano, embora esta tentativa não convença nenhum dos presentes nem o próprio leitor, pela falta de substância da mesma. Detém-se aqui a narrativa, deixando em aberto se existiria um cúmplice e quem este seria, portanto o crime ainda não está resolvido e tal como os leitores, também as personagens envolvidas na ação ainda tentam acompanhar o raciocínio de Zimbro, o que parece conceder a simultaneidade entre a descoberta das personagens da própria narrativa e o leitor. Essa sincronia da descoberta é tanto mais interessante quanto o relato é em tempo histórico. Bastos seria um leitor de policiais e conhecia perfeitamente as técnicas inerentes a este tipo de narrativa, em que fazer coincidir na descoberta leitor e personagens envolvidas dava um carácter mais participativo ao leitor e tornava o deslindar do caso uma intriga intensa.

Suspensa aqui a narrativa, só a retomo dois números depois, pois os números 27 e 28 não se encontram digitalizados. Novamente, esta interrupção não impede o entendimento cabal da ação, iniciando-se o número 29 em discurso direto com a revolta de Matilde e com o arrependimento da criminosa. O pai de Matilde ainda tem fôlego para se despedir da filha, percebendo, apesar da sua agonia, o ardiloso crime de que fora vítima. O tom é dramático, mas Matilde mantém a dignidade e elegância que faltam agora à madrasta. Hermínia pede perdão, aumentando o dramatismo da cena. Dispõe-se a confessar tudo e desde logo diz que foi *induzida e impelida por um génio infernal*, aparecendo também ela como vítima de um

espírito maléfico<sup>1071</sup>. Neste preciso momento, Zimbro insere na narrativa uma informação preciosa que nem os circunstantes nem o leitor ainda tiveram acesso, explicando que Gastão tinha estudos superiores e fora ajudante de farmácia em Portugal, sabendo o repórter disto através do dono da botica que, lembre-se, era amigo pessoal de Gastão. Aproveita o narrador para novamente elogiar Zimbro, agora através das palavras do dono da botica que admirava os *conhecimentos enciclopédicos e as faculdades de inteligência do repórter*<sup>1072</sup>. Repara-se que, tal como é habitual nas aventuras policiais, o leitor é sempre encaminhado através dos diálogos e raciocínios que permitem o desenlace da história. No entanto, quando se trata do desfecho existe sempre alguma informação que ficou à margem e que vem credibilizar as conclusões do descobridor e a sua autoridade sobre o assunto e Bastos não se furtou a esta técnica. Hermínia deixara-se seduzir por Gastão e tornara-se sua amante, indo esta confirmação ao encontro das suspeitas tidas pelo repórter. Embora as revelações surjam em catadupa ao leitor, ainda se mantém em aberto o fecho da narrativa, pois há que saber todos os contornos da história e como os criminosos conseguiram o veneno. O suspense está garantido e tem o leitor de aguardar pelo próximo número.

No número seguinte, o 30, encontra-se delineado o retrato psicológico de Gastão de Lila, o homem responsável por forjar o plano que conduziria Campos à sua morte. Gastão tornara-se guarda-livros de uma importante casa comercial que mantinha relações com as populações do interior, entre estas, os bienos e ganguelas, encetando um bom relacionamento com um século local, o que lhe tinha permitido conseguir o veneno que procurava para levar a cabo o seu plano contra o rico fazendeiro. Dois elementos a reter: o autor volta a demonstrar conhecimento sobre os dados que fornece, nomeando, os povos que se encontravam no interior e com quem a personagem teria contacto (lembre-se que Bastos se interessava pela farmacopeia tradicional e sobre rituais associados à feitiçaria que incluem o envenenamento, portanto, seria normal ter informação), o que dá um maior realismo à narrativa; o crime é perpetrado com recurso a drogas de origem moderna, o láudano, e de origem tradicional, o veneno, portanto há um entrosamento quase perfeito entre a esfera moderna da sociedade, a colonizadora, e a esfera tradicional, a colonizada. A primeira operação era feita com um produto vindo da farmácia, a segundo conseguida através de um século, portanto, nesta coabitação entre dois mundos nem sempre era óbvia a vitória de um sobre o outro. Veja-se como o narcótico vindo do meio tradicional consegue escapar ao controlo da medicina moderna com meios científicos e tecnológicos mais eficazes. O autor, apesar do mau uso dado ao produto vindo do meio tradicional, aproveita para demonstrar como os conhecimentos locais podem úteis independentemente da sua finalidade. Só a astúcia de Zimbro tinha abortado o plano, o que significa que este estava montado com todos os cuidados.

Todos acreditaram na confissão de D. Hermínia, até porque ia ao encontro das suspeições do repórter. No dia seguinte, fez-se correr a notícia da morte do negociante, o que atraiu os amigos da família e também o cúmplice de Hermínia que recebe voz de prisão dada por Zimbro, sendo o leitor confrontado com o discurso direto em que é envolta a trama. Gastão é colocado frente a Hermínia, sendo-lhe dito que esta já tinha confessado o seu crime. O

---

<sup>1071</sup> Augusto Bastos, “O sinal da morte”, *Segundo Episódio das Aventuras do repórter Zimbro*, n.º 29, *Jornal de Benguela*, 1931 (?), p. 99.

<sup>1072</sup> Idem, *ibidem*.



discurso direto aumenta a intensidade da cena e o seu dramatismo, sendo a narrativa, deixada em aberto, com o confronto entre os dois amantes guardado para o número seguinte. O número 31 retoma a narrativa, dizendo Hermínia a Gastão que já confessou tudo, sentindo que o seu amor pelo amante se convertia em ódio. O diálogo entre os antigos cúmplices é colocado em discurso direto, aumentando o drama quando Hermínia se depara com a prova do seu crime: a vítima tinha morrido e decorriam agora os preparativos para as cerimónias fúnebres. É curioso que antes da morte, Hermínia aluda que, tanto ela como o amante, iriam pagar com o seu crime, punidos pela cadeia e pelo degredo para Moçambique. É tanto mais interessante esta alusão, quanto Angola era destino de degredo e as personagens encontram-se em Benguela, surgindo aquela pena como o castigo máximo para tão hediondo crime. No entanto, aniquilada pelo arrependimento e pela emoção, Hermínia fica sem forças, vindo a falecer naquele momento. Apesar do seu crime, Hermínia ainda tinha alguma sensibilidade dentro de si que dita o seu fim prematuro ao ver o desenlace da sua ação, alcançando-se uma espécie de redenção perante o leitor com a morte desta personagem vil e traiçoeira. Por seu lado, Gastão é tomado como o responsável por ambas mortes, causando emoção entre os presentes o falecimento de Hermínia.

Sabe-se, através do narrador, que Gastão de Lila foi deportado para a Ilha de Moçambique, com a pena máxima. Ainda segundo o narrador, este caso apaixonara *profundamente a opinião pública* benguelense, o que acaba por transportar o caso para a realidade, como se as pessoas o tivessem continuado a comentar<sup>1073</sup>. Convém, também, reter o uso da expressão “opinião pública” que faz crer que o autor já tinha perfeita consciência do seu significado e de como esta era importante na receção dos factos sociais e políticos. Termina a narrativa referindo-se que Zimbro se tornara o ídolo das pessoas de bem em geral e o terror dos criminosos em geral, construindo uma imagem de herói e justiceiro ao repórter que era detetive amador. O bem vencia o mal e a razão e justiça derrotavam o obscurantismo e o crime, o que encaixa bem nos ideais positivistas do autor e permite um ensinamento moral aos leitores, mesmo que num tipo de literatura destinado ao entretenimento. Iguamente, as informações dadas sobre Benguela, os costumes e o quotidiano da cidade obedecem a uma vontade de revelar uma sociedade com história. As relações complementares entre colonizado e colonizador, bem como, a harmonia que parece assistir a todos estes relacionamentos não deixa de constituir um elemento ideológico da literatura do autor que pretende sempre defender essa ideia utópica de entendimento entre colonizador e colonizado.

Assim, europeus e africanos, brancos, mestiços e negros aparecem referenciados enquanto indivíduos, sendo que as mulheres anjo que incarnam as características positivas atribuídas ao sexo feminino, neste caso, são representadas por mestiças, o que quer dizer que há a eliminação de um certo maniqueísmo para o qual tendia a literatura colonial, em que o colono era civilizado e o colonizado boçal, ou em que existiam fronteiras muito definidas entre uns e outros. Bastos destrói essas fronteiras, construindo uma sociedade com história e ancorando esse percurso em personagens realistas, de modo a demonstrar que aquele mundo seria possível. Não são só as personagens das *Aventuras do repórter Zimbro* que remetem o leitor

---

<sup>1073</sup> Augusto Bastos, “O sinal da morte”, *Segundo Episódio das Aventuras do repórter Zimbro*, n.º 31, *Jornal de Benguela*, 1931 (?), p. 106.

para a realidade, são também as das outras aventuras que escreve em ficção, o que quer dizer que este é um cuidado transversal à sua obra ficcional. Atente-se, ainda, que, com exceção para as aventuras *Os Gigantes através dos mares ou Aventuras extraordinárias da Epopeia ultramarina portuguesa*, as personagens “reais” são as que se ligam diretamente ao meio africano, ou seja, as que contribuem para o localismo da obra, mesmo que sejam colonos, como é o caso do jovem Nestor em *A vida nas selvas*. Mais do que reconstruir a realidade, Bastos quer construir uma ideia de realidade que se ancora em factos e personalidades reais, é certo, mas que ultrapassa esse realismo quando demonstra como uma solução singular, aplicável a alguns casos, poderia ser extensível a toda a sociedade. Por vezes, comparando com outros autores, também eles filhos da terra, parece que Bastos criou ficções quase idílicas, face ao que era a realidade, mas isso pode explicar-se pela sua visão utópica do futuro, se bem que numa proposta de alternativa ainda centrada no regime colonial, pois consideraria que a sociedade angolense ainda não estava preparada para um autonomia completa que desembocasse na independência imediata. O que Augusto Bastos coloca nos seus textos é uma sociedade de transição e complementaridade tendente à independência, mas fá-lo de forma discreta ou não tivesse ele sido implicado anos antes nos movimentos nativistas, o que na década de 30 do século XX seria ainda mais gravoso, dada a mudança de regime em Portugal, com o Estado Novo a cercear fortemente toda e qualquer participação de cidadania por parte da população local. Deste modo, essa sociedade almejada não era propriamente a sociedade existente, se bem que houvesse muitos pontos de contacto, daí poder-se considerar que a sua literatura revela traços de utopia colonial, por ser alternativa, é certo, mas não propondo a rotura com o sistema colonial que chegaria uns anos mais tarde. Ainda sem ser nacionalista, não deixa de ser protonacionalista e regionalista, reclamando para si a diferenciação e a identidade local.

## CAPÍTULO IX – AMARGURAS E ILUSÕES PARA A MUDANÇA

*Luta um velho que quer dar exemplo aos novos, de constância no estudo e no sacrifício do seu nome humilde que vem lembrar aos jovens que nunca é tarde para exercer uma função e que até ao túmulo deve aparecer perante os outros a expor o fruto do seu trabalho e das suas vigílias.*

José de Macedo

Nos séculos XVIII e XIX, o realismo tornou-se, para alguns autores, o modelo estético do romance que surge exatamente nesse período, tendo o ideal da representação do real se tornado no seu retrato textual. Tal como as fotografias retratavam a imagem, as palavras nos textos realistas reproduziam os factos, os sentimentos, os desafios do mundo. Assim, a literatura realista vive do discurso do real que é aquele que é considerado como perfeito e capaz de servir os objetivos de uma arte conectada ao que a rodeia<sup>1074</sup>. Deste modo, Macedo, decerto fiel leitor dos escritores realistas, reproduz com fidelidade diálogos entre as suas personagens que representam muitas vezes a *vox populi*, mas também o debate intelectual, sobretudo, quando se trata dos diálogos entre as personagens Alfredo e Dr. Mendes, em que as variações de linguagem e de intensidade emotiva são muito notórias. Sabendo-se mediadores entre a cultura erudita e a cultura popular, os escritores usam os provérbios, as cantigas e outros jogos de palavras que servem para localizar o leitor, enriquecendo o texto, concedendo-lhe um pendor dinâmico e, em simultâneo, admitindo a recontextualização que o momento de leitura obrigatoriamente gera através da recriação da unidade textual<sup>1075</sup>. Esta escolha de recorrer à oralidade prende-se, também, com o objetivo de tornar-se tão fidedigna a representação da realidade que a possa substituir durante a leitura do texto, colocando o leitor quase como observador participante que pode escutar os diálogos, acompanhar os cortejos, ver as expressões faciais das personagens. O romance tornara-se no veículo literário de uma cultura, de uma sociedade, atribuindo um imenso valor à novidade e à criatividade, daí que romance em inglês seja “novel” porque tem esse carácter de permanente reinvenção, reinterpretção e originalidade literária<sup>1076</sup>.

Em vez de obedecer a cânones restritos na construção de personagens ou de ambientes, o realismo concede a liberdade de introduzir uma diversidade de personagens e enquadramentos que no mundo ficcional são inesgotáveis. Daí que seja fácil perceber-se que Macedo, usando essa liberdade e dando um significado social ao seu produto artístico, o romance, tenha aí colocado personagens oriundas de um meio desfavorecido como Alfredo e Gertrudes, até ao movimento realista, afastados das narrativas literárias, dando-lhes uma profundidade psicológica que se baseia na individualidade que lhes reconhece, apesar de estas serem representativas de determinados grupos da sociedade. Esta concessão de individualidade é mais um passo para a aproximação à realidade, porque no quotidiano não só o aspeto físico como os comportamentos e feições psicológicas distinguem os vários indivíduos, logo o que o autor representa é aquilo que naturalmente o indivíduo experiencia

---

<sup>1074</sup> Vide T.T., op. cit, p. 9.

<sup>1075</sup> Vide Francisco, Sores, “Criatividade Poética e Imagem”, <http://pt.scribd.com/doc/48908155/Criatividade-Poetica-e-Imagem> (5 de Fevereiro de 2013), p. 19.

<sup>1076</sup> Ian Watt, op. cit., p. 19.

no seu dia-a-dia<sup>1077</sup>. Este abeirar-se à realidade também permite que a experiência de ficção e realidade se estreite e muitas vezes tenda a formar uma continuidade vivencial que o próprio leitor não diferencia. Se se comparar o caso de Macedo com o caso de Bastos, percebe-se que, enquanto Macedo, dado o duro realismo das suas personagens, coloca várias vezes em texto que estas são de carácter ficcional, Bastos relatando um mundo de aventuras e heróis pretende reforçar o seu carácter real, inserindo no texto personagens que correspondem a indivíduos que realmente existiram ou reportando o leitor para factos que tornam a narrativa mais próxima da realidade. Portanto, José de Macedo sente a necessidade de afirmar a ficcionalidade das suas personagens e Augusto Bastos o realismo das suas, um porque tem raízes demasiado fundas no realismo do seu relato, o outro porque quer ancorar as suas histórias na realidade, mas ambos profundamente influenciados pelos escritores realistas.

O romance também revolucionou a concepção de tempo na estrutura ficcional. Das narrativas intemporais sobre os grandes desafios morais colocados à humanidade, passa-se a ficções devidamente localizadas no tempo, com maior ou menor precisão. No decorrer da narrativa, o fator tempo faz-se sentir e são os próprios narradores que o introduzem, dizendo que passaram dias, horas, semanas, anos, para dar a correta noção do passar do tempo, tal como este acontece na realidade<sup>1078</sup>. É esta consciência da passagem do tempo que dá às personagens a possibilidade de evoluir de modo verosímil aos olhos dos leitores. As próprias preocupações diárias, a reconstrução do real, obrigam a essa escrita do tempo e à sua exploração, por exemplo quando se quer introduzir o tempo psicológico, ligado aos pensamentos de dada personagem e não correspondendo ao tempo físico. Outro aspeto tocado pelo romance foi o comportamental. A conduta das personagens torna-se extremamente importante e, por vezes, pequenas reações, modos de se relacionar com o outro tornam-se muito ilustrativos para a narrativa<sup>1079</sup>. No caso de Macedo, tal acontece com a personagem Manuel Tumba que, sendo cangalheiro, através do seu comportamento aparece como bajulador e cínico, ou seja, a sua conduta indicia a sua personalidade e o autor não necessita de aprofundar muito mais. Por isso, o narrador diz que não está interessado em traçar psicologicamente o carácter da personagem, pois sabe que a sua personalidade é apreendida pelo leitor apenas através do comportamento. O tempo permite que o comportamento da personagem evolua ou se mantenha, consoante o objetivo do escritor, permite-lhe dar uma dimensão reiterada ou passageira, isto é, possibilita a criação de pequenos incidentes que levam a expressões de carácter ou de quadros sociais, sem que tenha de existir uma intervenção que não a ação das personagens. Logo, todos estes aspetos do romance moderno abriram portas ao escritor, proporcionando-lhe até uma aproximação e cumplicidade com o leitor que o vê apenas como mais um contador de histórias. Daí os diálogos que os narradores começam a travar com os leitores, esclarecendo-os, encaminhando-os para a leitura desejada, satisfazendo a sua curiosidade ou suscitando-a.

Os heróis, escritos pelos autores do realismo, assumem as características de heroicidade, tal como estas existem na imaginação do público, mas ganham alguns contornos mais específicos.

---

<sup>1077</sup> Vide idem, p. 26.

<sup>1078</sup> Vide idem, p. 32.

<sup>1079</sup> Vide Leo Bersanni, "O realismo e o medo do desejo", Roland Barthes, L. Bersanni, Ph. Ramon, Rifatterre, I. Watt, *Literatura e Realidade (o que é o realismo?)*, Lisboa, Publicações D. Quixote, 1984p. 53.

A sua energia incentiva o leitor à ação, mas em simultâneo pode ser tida como advertência, pois esta personagem é construída como sendo um de “nós”, só que carregando motivações e resistência superior às habituais. Sendo moralmente um ser justo e irrepreensível, pode provocar a apreensão do próprio leitor. Por exemplo, em Bastos estariam nestas condições Zimbro, capaz de descobrir qualquer crime ou desmascarar qualquer impostura; Nestor, enfrentando animais selvagens e desmistificando a natureza colaborativa dos autóctones, apto a vencer o medo e a suportar qualquer violência; Cangombe, conhecedor do sertão, habilitado pela humanidade que tem a participar na empreitada colonial, ciente dos seus conhecimentos e da sua posição mas também consciente do seu contributo para a sociedade (isso para alguns membros da administração colonial deveria ser verdadeiramente desafiante). Em Macedo, Alfredo e Albertina, moralmente irrepreensíveis, capazes de lutar pela justiça social onde quer que estejam. Em comum, a perfeição destas personagens que estando ligadas à realidade pela sua descrição (no caso de Macedo) ou pelo facto histórico (no caso de Bastos), é desafiadora ao leitor que percebendo aquela realidade, conseguindo recriá-la e torna-la parte da sua experiência vivencial, não consegue atingir aquele grau de perfeição. O herói realista faz notar ao leitor a sua imperfeição num jogo ficção/realidade que os próprios autores pretendem contínuo, porque afinal o seu realismo serviria o fim último da criação de uma sociedade alternativa.

O herói operário de Macedo é tributário das suas incursões pelo mundo dos trabalhadores, camponeses e proletários, onde fez alguma recolha etnográfica, patente tanto no romance que aqui se estuda como na própria tese de doutoramento. A par de outros partidários do socialismo democrático, Macedo conviveu de perto com as condições de vida dos operários, com as suas formas de trabalho, conhecendo-os não só através das leituras, mas também da experiência pessoal que muito valorizava e que várias vezes colocou em texto para que fosse evidente. Influenciado pelo grupo de republicanos do Porto, alguns envolvidos na intentona do 31 de Janeiro, como Sampaio Bruno, cujo pai era padrinho de José de Macedo, e outros republicanos influentes que frequentavam a alfaiataria do pai, Macedo adere à República muito jovem. Das suas leituras fizeram parte inúmeros autores que constam da sua biblioteca, apesar dos livros que foram apreendidos aquando da sua prisão, sobretudo, aqueles que foram considerados subversivos. Dois dos fundadores do Partido Republicano, que vieram a formar o seu diretório, eram intelectuais muito admirados pelo autor enquanto políticos mas também noutros domínios. Teófilo Braga pela sua dimensão de estudioso da literatura e como ensaísta que cita ao longo da sua obra. Sebastião Magalhães Lima como panfletista, agitador da sociedade civil e escritor que colocou os seus ideais socialistas ao serviço de causas como a criação dos grémios nas colónias e também algumas lojas maçónicas, envolvendo-se diretamente no desenvolvimento da imprensa protonacionalista angolana<sup>1080</sup>. Sampaio Bruno teria sido o seu filósofo de eleição, entre os seus manuscritos encontram-se transcrições do autor e percebe-se a sua presença quando traça o caminho das mulheres escritoras portuguesas, por exemplo, procurando essa geração nova que mudaria o país<sup>1081</sup>. Assim, se compreende que o autor submetesse ficção e realidade a certos ideais e que recusasse

---

<sup>1080</sup> É curioso que o Alfredo de *A Senhora Viscondessa* de Sebastião Magalhães Lima seja rico mas infeliz pela morte da família, coincidindo na infelicidade da morte familiar com o Alfredo operário de Macedo em *Herança de Amarguras*. Vide S. Magalhães de Lima, *A Senhora Viscondessa*, Coimbra, Imprensa Commercial e Industrial, 1875.

<sup>1081</sup> Um desses textos transcritos é *O suicídio*.

identificar as alternativas que propunha como utopias, porque na sua luta estas eram possibilidades reais e assim as via. Contudo, o que Macedo defendia eram utopias importantíssimas que se vieram a tornar algumas em factos concretizados, como a educação universalizada a homens e mulheres, outros são ainda histórias a decorrer, como o caso importantíssimo das taxas de juro e das assimetrias de distribuição da riqueza.

Para o autor, realismo e ficção caminharam de braço dado. Neste capítulo tratar-se-ão dessas duas fases de criatividade de José de Macedo. Ciência e arte foram as suas paixões e áreas onde atuou, na primeira como economista, jornalista e professor, na segunda como escritor e desenhista, apesar de no último caso não ter deixado testemunhos publicados. A realidade inspirava o autor e de facto encontram-se motivos comuns a todas estas áreas da atividade. A sua atenção concentrava-se no ser humano e naquilo que o rodeava e de que fazia parte. Ideologicamente identificado com o socialismo proudhoniano, a defesa da justiça social, do valor do trabalho e da dignidade humana atravessam todos os seus interesses e lutas cívicas. Relativamente à sua tese de doutoramento, infelizmente, inacabada, não só existe a reincidência nos temas, mas também a sensibilidade do escritor, recolhendo e tornando documento a literatura popular. Para além disso e como se verá adiante, o processo criativo da arte e da ciência é muito similar, indo ao encontro do que por aqueles tempos e, em parte através da construção do romance, se tinha percebido: a criatividade e originalidade eram dos traços mais próprios da humanidade e que mais frutos poderiam trazer. Aliás isso vai ao encontro do que pensava Macedo que defendia que ciência e arte poderiam prover à humanidade não só a solução dos seus problemas como contribuir definitivamente para que houvesse mais felicidade. Colocadas ao serviço do bem-comum, a ciência e a arte tornariam o mundo mais justo e mais digno. Assim, criatividade, realidade e ficção para si acabavam por fundir-se num mesmo propósito, a felicidade humana.

### **Criatividade, Realidade e Ficção**

José de Macedo publicou em inúmeros periódicos sob diversas formas, artigos, crónicas, etc., tornando-se num artesão da palavra. Com publicações desde 1890, tem um vasto leque de participações tanto em revistas como em jornais, editados em Lisboa, Porto, Coimbra, Gaia, Luanda, Benguela e Novo Redondo (atual Sumbe), portanto, em Portugal e Angola<sup>1082</sup>. Fez da realidade a sua inspiração e publicou centenas de textos, hoje difíceis de reunir pela dispersão de títulos em que publicou. Também foram publicadas várias obras, algumas das quais não consegui encontrar nem no espólio nem nas bibliotecas. Estes títulos são indicados pelo próprio autor e entre estes encontram-se: *Os contratos de serviços em Angola*, Grande Comissão de Luanda, 1904; *As pautas de Angola*, Editado pelos comerciantes angolenses de

---

<sup>1082</sup> Revistas onde o autor publicou: *A Crónica*, *O Gabinete de Reporters*, *Revista Portuguesa Colonial e Marítima*, *Boletim da Sociedade de Geografia*, *A Atlântida*, *Revista de Portugal*, *Revista Instituto Superior de Comércio de Lisboa*. Jornais: *A República*, *A República portuguesa*, *Os Vencidos*, *Revolução de Janeiro*, *Revolta do Porto*, *Luz do Operário*, *Portugal*, *A Folha do Povo*, *A Vanguarda*, *A Lucta – Diário socialista*, *O Eco Socialista*, *A Defeza de Angola*, *Diário de Notícias*, *Benguela*, *Folha do Sul*, *A Defesa*, *Comércio do Porto*, *Capital*, *A Folha Nova*, *O Século*, *O Jornal de Benguela*, *O Mundo*, *O Povo*. Esta listagem resulta da enumeração do próprio autor que se encontra depositada no seu espólio.

Lisboa, 1912; *Meio de desenvolver a riqueza pública*, tese para um congresso nacional, 1913. Encontrei ainda a referência a obras em vias de publicação que não consegui localizar e manuscritos que estão para além da lista de obras que o autor já tinha contabilizado. Significa isto que a sua produção intelectual foi profícua e que se estendeu por diversas áreas, o que lhe concedeu um enorme treino no que respeita à escrita e uma capacidade de adaptação aos públicos e de manuseamento dos conteúdos invejável.

A sua ida para Luanda teria interrompido algumas das suas atividades em Lisboa, onde então vivia, exemplo disso é uma nota pessoal, datada de 1905, presumivelmente de uma carta enviada a alguém, que dá conta que estava a preparar a cadeira de colonização do curso colonial do Real Instituto de Lisboa, tendo interrompido essa preparação, referindo: *O meu trabalho de então não pode progredir porque tive de me retirar de Lisboa para tomar direção da Defeza de Angola a convite de alguns comerciantes*<sup>1083</sup>. Nessa mesma nota, critica o peso excessivo das ciências exatas face às ciências humanas, o que considera inadequado no caso de uma possível ciência colonial, pois a colonização, para ele, era sobretudo uma questão sociológica. É interessante verificar-se que existe também no seu espólio uma cópia do processo de candidatura à então Escola Colonial, em Lisboa, datado de 1907, portanto do ano em que o autor expressa o desejo de regressar a Lisboa e que se encontra registado numa nota pessoal datada de Março do mesmo ano, encontrado igualmente no seu espólio. Incido neste aspeto porque considero que a sua vivência em Angola foi importante no seu processo intelectual, primeiro porque passa a ter uma vivência colonial direta e não apenas teórica, que o marcou de modo a continuar ligado aos jornais locais anos depois de ter saído de Angola e a referencia-la várias vezes, incluindo na sua tese de doutoramento, esta experiência. Logo, tanto antes, como durante e depois da sua estada em Angola há um interesse sobre as questões do território, expressa com evidência nas relações jornalísticas mantidas ainda durante alguns anos, depois do seu regresso a Lisboa.

Creio que o contacto com esse mundo tão diverso do berço dos movimentos políticos e socializantes, o teria despertado não para as questões coloniais, pelas quais há muito se interessava, mas para uma realidade que o estimulou. Assim, talvez pelo contacto próximo da intelectualidade local e por uma rede de contactos permanentes tanto na metrópole como na colónia em torno das questões económicas e políticas, é certo, mas também em torno da cultura, em que se inclui a literatura, o autor enriqueceu a sua forma de expressão nas formas e nos conteúdos. É interessante verificar-se que esta mudança, estimulada pelo ambiente envolvente, não acontece apenas com José de Macedo, outros autores sofreram, igualmente, o impacto da vivência de uma sociedade colonial, como é o caso de António Ferro<sup>1084</sup>. Quero com isto dizer que a sociedade colonial não era apenas uma vivência diferente, constituía também uma experiência estética e poderia resultar na adesão ou repúdio da mesma, contudo, produzia estímulos importantíssimos tanto para relatar o real como o ficcional. Acredito, por isso, que a criatividade intelectual de Macedo foi muito incentivada por esta mudança na sua vida, fazendo-o passar de um ativista político, jornalista e pedagogo a um

---

<sup>1083</sup> Nota pessoal de José de Macedo, 1905, Espólio Dr. José de Macedo depositado no Arquivo Histórico Ultramarino, Lisboa.

<sup>1084</sup> No caso de António Ferro é a personalidade de Filomeno da Câmara e o repúdio por parte da elite intelectual local que produziram os efeitos mais notórios e que contribuíram para a sua adesão ao modernismo. Sobre o assunto vide Ernesto Castro Leal, *op. cit.*, 1994.

intelectual mais universalista tocado pela diferença cultural e pelo panteísmo que ali se vivia e que coloca na sua personagem Alfredo. O interregno que da escrita ficcional não me parece que tenha sido um corte pelo gosto da bela escrita, mas antes um tempo de dedicação a outras batalhas que tinham surgido com a Primeira República. Anos depois e próximo do seu final de vida, volta a esse conforto da escrita ficcional.

### **O Regresso à Ficção**

José Macedo sempre se interessou por literatura, fosse no seu aspeto mais teórico, fosse na área da crítica literária, e, claro, por poesia e narrativa, resultantes do labor de outros autores. Creio, por isso, que a literatura foi intrínseca à sua própria vida, o que o comprovam os interesses demonstrados e algumas publicações que deixou, como os seus romances, a crítica literária e alguns estudos pelos quais se começou a interessar. Contudo, é interessante verificar que, enquanto escritor, a sua produção ficcional se liga a momentos particularmente difíceis da sua vida. O livro *Herança de Amarguras* é publicado quando o autor já foi afastado da direção de *A Defeza de Angola*, mas ainda vive em Luanda. Teria sido redigido já durante o período de estada do autor na então colónia, dado que a sua data provável de partida é 1902/3 e o romance data de 1906. Nesse momento, a sua grande preocupação era o trabalho serviçal e a luta pela República nas colónias, a par de uma grave desilusão que ditara o seu afastamento do jornal. No entanto, percebe-se que a edição do livro teria sido no jornal já abandonado e em folhetim, por existir uma nota que referencia alternadamente a publicação dos excertos do seu romance com outros textos. Segundo a sua correspondência este era já um momento delicado na sua vida.

Durante décadas e entre o espólio do autor não se encontram quaisquer outras incursões pela ficção, a não ser o interesse enquanto leitor. Contudo, nos anos 40 percebe-se que a sua velha paixão pela literatura não tinha desvanecido e o autor revê o seu antigo romance *Herança de Amarguras*, acrescenta-lhe uma segunda parte e escreve um novo romance *Paz Perpétua*, que começara por se denominar *Paz Eterna*, datado pelo autor de 1947. Os anos 40 constituem uma década particularmente difícil para o autor, que tinha sido afastado do ensino, cujos projetos editoriais eram consecutivamente deixados sem recursos ou mesmo censurados, em que já tinha uma idade avançada e muitas dificuldades domésticas para resolver, entre estas graves problemas financeiros, fruto da paulatina perda de funções que vinha a ter. Nem os apelos a António Ferro lhe tinham valido qualquer compreensão por parte do poder de então. A questão que se coloca é porque teria o autor voltado à literatura num momento tão difícil como aquele, tal como acontecera na sua primeira incursão literária. Talvez o facto de se tratar de momentos de mudança na sua vida o impelisse para este tipo de escrita, mas também existe sempre subjacente uma certa esperança na alteração da sua vida e do país e isso está bem patente no que acontece na década de quarenta. Após o fim da Segunda Guerra Mundial, Macedo acredita que o fim da ditadura é possível sob pressão internacional, quando a Europa se libertava de Hitler. Assim, funda a Liga Portuguesa dos Direitos Humanos e enceta contactos com jornalistas internacionais para que o caso português seja denunciado e para que o país possa receber algumas ajudas políticas ou mesmo financeiras para a recuperação da democracia. No seu espólio encontram-se vários documentos que atestam estes esforços,



existindo mesmo contactos formalizados e a resposta por parte de algumas pessoas. Também em Portugal, se tentava uma aproximação ao MUD – Movimento de Unidade Democrática com o objetivo de derrubar o regime ditatorial. As ligações ao movimento republicano democrático que ainda restavam em Portugal teriam sido a razão pela qual a Liga Portuguesa dos Direitos Humanos, fundada no mesmo ano que o MUD, em 1945, tivesse pensado numa união de esforços. É provável que a reedição do seu romance, que era uma exortação à coragem de quem não se resigna, fizesse parte dessa sua vontade mais vasta de mudança. Quanto ao romance *Paz Eterna* encontra-se manuscrito e a sua leitura, dada a caligrafia do autor é muito árdua, daí que não tenha sido incluído no material de análise. A avaliar pelo título seria, igualmente, uma narrativa de procura de um equilíbrio social e político que o autor crê perdido há longo tempo, mas pelas razões apontadas não constitui aqui objeto de análise.

Se o regresso à ficção se dá nestas condições, também a primeira experiência de publicação ocorre em circunstâncias idênticas, num e noutro caso, debaixo de uma forte perseguição do regime político. Quanto à turbulência da vida de Macedo na época da publicação do romance, existe uma carta, referindo a receção do romance e dizendo: *Muito lamento eu de todo o coração a saída de V. Exa. do jornal que lhe deve a existência e que tão bem orientado foi e tantas lutas sustentou durante os três anos em que V. Exa. esteve à testa dos seus destinos, e deploro tanto esse facto, quanto é certo que me parece sai desgostoso por alguma injustiça que lhe tenha sido feita, ou por ingratidão d'algum mal agradecido*<sup>1085</sup>. Logo, o meio de subsistência de Macedo por essa altura seria constituído apenas pelas receitas do Colégio Progresso. Quanto à receção do romance, diz o correspondente: *Já o formoso romance que vem publicando nos revela uma existência dolorida do seu autor, e por um trecho da carta a que tenho o prazer de estar respondendo se vê que alguns desgostos o têm alcançado n'essa terra, o que não admira desde que se conhece o meio pernicioso em que aventura ou desventura nos lançou. Meio pequeno e de intriga, retrato envelhecido dos tempos da escravidão e pirataria, nada mais a esperar d'ele, enquanto não for ocupado por nova gente orientada em princípios novos, do que dissabores e malquerenças. Isso tudo, porém, é nada em face d'uma consciência pura e d'um espirito tranquilo. Desprezo ou esquecimento são os poderosos remédios contra tais males*<sup>1086</sup>. Deste trecho percebe-se as dificuldades em que o escritor viveria e o tipo de público que acolhia a sua obra, uns mais conscientes é certo, mas outros ainda descendentes do escravagismo e da pirataria, portanto, que seriam menos sensíveis aos dramas dos menos favorecidos. Decerto a esperança de Macedo era tocar-lhes através da literatura e provavelmente tê-lo-a feito, pela manutenção da publicação do folhetim.

Deste modo, o seu regresso à ficção é parceiro de uma campanha de esperança na mudança, tal como o era em 1906, quando Macedo almejava a República. A par da escrita da tese de doutoramento, a reedição de *Herança de Amarguras* e *Paz Eterna* foram os projetos que estiveram mais perto de serem concretizados no campo intelectual. Das lutas cívicas ficou a Liga Portuguesa dos Direitos Humanos. O seu regresso à ficção tinha coincidido com o retorno à crença num mundo melhor.

---

<sup>1085</sup> Correspondência de António Freitas: Catumbela, 25 Março 1906.

<sup>1086</sup> Idem, ibidem.

## 9.1. A tese: *Etnografia e Economia*

*O que tentei provar, ao longo destas minhas considerações é que toda a economia portuguesa, se resume nestas três grandes palavras que são o expoente máximo da nossa forte individualidade étnica, e os valores primaciais da nossa vincada personalidade económica, coincidentes e solidárias: mar, amor, liberdade.*

José de Macedo

José de Macedo deixa inacabada a sua tese de doutoramento. Começada a ser escrita nos anos trinta do século XX, nunca chega a ser terminada. Várias vicissitudes na vida do autor teriam contribuído para tal desfecho. Macedo tornara-se uma personalidade incómoda ao regime e sofre um duro golpe com o seu afastamento da carreira de ensino. Contudo, a sua tese não deixa de ser um texto interessante, embora apenas existindo em versão manuscrita, fazendo convergir economia, etnografia e por estranho que possa parecer literatura. Considerava o autor que a literatura era uma das expressões culturais mais importantes, a par de outras de que foi apreciador como a música e a escultura, ou até produtor como o desenho e a pintura. O facto de trazer para a sua tese trechos de poesia popular e erudita e a citação de autores literários denota a importância que concedia a esta arte enquanto elemento sociológico. Proponho aqui a análise do texto da sua tese, não só por estes fatores como também pelo facto de na sua génese criativa a ciência ter contornos similares aos da arte, sendo, por isso, difícil estabelecer uma divisão inabalável entre um processo e outro que obedecem ao mesmo tipo de operações cerebrais que se ligam a uma constante reconfiguração, reinterpretação e recriação com base nos estímulos recebidos da realidade. Alguns autores defendem esta similaridade criativa entre a ciência, a filosofia, a invenção tecnológica e a arte que apenas defeririam no desenvolvimento que dão às imagens sobre as quais trabalham, sendo esse o caso de Sampaio Bruno<sup>1087</sup>. Pegando nestes exemplos e autores, esclarece Francisco Soares que *a diferença nos processos criativos em arte, ciência e filosofia reside, portanto, nos critérios e modos dos desenvolvimentos disciplinares, não sendo original ou de raiz*<sup>1088</sup>. Significa, pois, que a origem seria a mesma, apenas deferindo o modo como era trabalhada cerebralmente, tratando-se de um ato consciente.

Deste modo, a proveniência é idêntica e resulta da captação da realidade através de imagens, portanto, o processo começa bem antes da conversão da realidade em linguagem (verbal ou mesmo matemática), só depois pensamento e linguagem se fundem. Portanto, para o conhecimento e a criatividade também contribuem a emoção, a intuição e a imaginação, pois são determinantes para a primeira fase do processo de captação do mundo que rodeia o autor ou o artista<sup>1089</sup>. Logo, faz sentido analisar em paralelo a produção artística, científica e intelectual de um autor, pois permitirá que se entenda quais as preocupações de conteúdo do autor, a perspectiva com que viveu e referenciou o seu tempo, quais as influências que colheu e que criou. Mais do que imitar a realidade, os cientistas e autores reformulam-na e colocam-na

---

<sup>1087</sup> Francisco Soares, “Criatividade Poética e Imagem”, op. cit., p. 2.

<sup>1088</sup> Idem, ibidem.

<sup>1089</sup> Vide idem, pp. 6-7.

em discurso, científico ou artístico. Cada estímulo registado cerebralmente, seja pelo contacto com algo novo seja pela ativação da memória, pode levar à reconstrução de uma imagem ou à sua invenção, daí que na produção intelectual de um autor, mas em várias disciplinas, apareçam recursos similares não só de conteúdos como de formas, por exemplo, o esbatimento da fronteira no discurso verbal entre as ferramentas estéticas literárias e as usadas na construção da comunicação científica. Há a tendência para a criação de alguma regularidade no processo mental que acompanha a captação e trabalho dos estímulos exteriores, ou seja, cada pessoa tende a criar os seus próprios padrões a partir de regras ou métodos que vão sendo apreendidos, o que aproxima ainda mais o processo criativo, independentemente do que deste vai resultar. Embora, exista esta similitude e um treinamento cerebral inspirado em determinado precedente que pode ter a ver com a tradição ou com uma escola, a verdade é que como se está em permanente recriação, até esses elementos são personalizados de modo a tornar-se próprios de um indivíduo que acaba por estabelecer os seus padrões mas que são diferentes de todos os seus circunstâncias<sup>1090</sup>. Tanto na arte como na ciência recorre-se durante o processo criativo a estratégias similares, baseadas em raciocínios comparativos e analógicos, daí que as usem quando experimentam argumentos junto do seu público<sup>1091</sup>.

Logo, analisar a tese de doutoramento do autor em estudo surgiu como algo natural, não só porque aborda questões importantes para se perceber o seu pensamento, como expõe a ligação mental que estabeleceu entre as várias áreas que trabalhou na sua vida. Se se trata de um registo importante no âmbito da ciência económica, também se trata de um testemunho do seu pensamento e de como interpretou a realidade e a reconfigurou, percebendo-se que muitos dos estímulos que usa para a criação deste trabalho científico, também o impeliram para a escrita e reescrita do seu romance. Logo, depois de materializado em texto, Macedo ainda reconfigura essa porção de realidade em algo novo, mudando-lhe a forma, isto é reconfigurando-o enquanto objeto estético e como proposta utópica. Portanto, do ponto de vista criativo, creio que se justifica a sua análise. Mas não se esgota aqui o seu interesse, pois o período da vida do autor em que surge também apresenta características específicas, entre estas o facto de se encontrar em ascensão um modelo de governo ditatorial e autoritário que determina o afastamento de Macedo como professor do ensino superior, porque o poder tem sempre essa capacidade de agir sobre as pessoas, de autorizar ou desautorizar o trabalho produzido para a coletividade<sup>1092</sup>. Como não é apenas o poder político que representa autoridade, outros poderes como os advindos do conhecimento, isto é a ciência, podem tornar-se desafiantes se contrários aos poderes instituídos. Era o caso de Macedo e é nesse contexto que tenta realizar o seu doutoramento. O facto de não ter publicado os estudos que precederam a elaboração da tese, pode significar que esse poder orientador que a ciência tem por vezes relativamente à sociedade, foi cerceado, porque em última análise a ciência constituía um dos argumentos da decisão política e os temas tratados pelo autor eram particularmente sensíveis neste aspeto. É também de recordar que o público da ciência são os pares do cientista, ou seja, os académicos e os indivíduos mais junto ao poder que compreendem que dominar o conhecimento é de certo modo controlar o poder. Estas

---

<sup>1090</sup> Vide idem, p. 14.

<sup>1091</sup> Vide idem, p. 16.

<sup>1092</sup> Sobre as relações entre poder e ciência vide João Caraça, op. cit., pp. 65-66.

circunstâncias teriam cerceado as possibilidades académicas de Macedo que enfrentava já nessa altura uma perseguição enquanto cidadão e professor. No entanto, existem na sua tese momentos altos de reflexão que não perderam a atualidade, apesar dos oitenta anos que medeiam a escrita deste texto e os tempos de hoje.

Em termos científicos, pode-se considerar que a tese de Macedo se enquadrava mais no espírito académico e político que veio a vencer na Europa depois da Segunda Guerra Mundial do que propriamente naquele que era dominante na época em que escrevia. Macedo escrevia nos anos trinta do século XX defendendo o pacifismo e que para um maior desenvolvimento económico era preciso considerar o desenvolvimento humano e as características etnográficas de cada país, com o objetivo de eliminar as graves assimetrias sociais que levavam ao empobrecimento das nações. Aliás reflexões que já estão subjacentes ao seu romance publicado pela primeira vez em 1906. Ora, na Conferência de Londres de 1941, organizada pela British Association for the Advancement of Science, defendia-se que o pós guerra tinha de ser orientado por uma ciência que se convertesse no esforço dos cérebros mais preparados a favor da paz, contra a miséria e pela dignidade humana, pedindo consciência europeia pela cidadania mundial<sup>1093</sup>. Portanto, no que concerne às tendências dos objetivos científicos, Macedo encontrava-se dentro do seu tempo, talvez até num papel preconizador, dado que desde o início do século defendia que a ciência deveria ter uma aplicabilidade que conduzisse ao desenvolvimento humano e ao entendimento entre os povos. Igualmente defende o princípio da unidade da ciência e, por isso, propõe uma tese que se baseia na intercomunicação entre duas disciplinas, a economia e a etnografia, recorrendo ainda à arte, o que resulta certamente da sua ideia de unidade científica e intelectual. A ideia de unidade da ciência era bastante contestada e relativamente a uma suposta intercomunicação entre ciência e arte, o caso era ainda mais complicado, porque a especialização científica e a divisão em disciplinas ocorrida durante o século XIX apareciam agora como um obstáculo a que se pensasse que os processos para a produção da ciência fossem extensíveis a todas as ciências, humanas e as ditas exatas. Sem se entrar em pormenores que não estão aqui em estudo, pode-se dizer que é em 1946 e no Congresso de Berna que a discussão da unidade da ciência toma uma dimensão assinalável, levando ao posicionamento de cientistas de diversas áreas, fruto de uma discussão que vinha desde 1940<sup>1094</sup>. Novamente, o autor acompanha os movimentos do seu tempo, antecipando-os de alguma forma, pois como se vê a dimensão global da discussão da unidade científica, mesmo entre a comunidade académica, só vem a acontecer uns anos mais tarde, já na década de quarenta e com o decorrer e finalizar da Segunda Guerra Mundial<sup>1095</sup>.

Analise-se, então, o texto deixado em manuscrito por José de Macedo. A sua tese intitulava-se *Etnografia e Economia* e resultava de uma primeira abordagem feita ao tema no congresso Internacional de Antropologia, realizado em Coimbra, no Porto e em Lisboa, em 1930 em que

---

<sup>1093</sup> Vide Olga Pombo, op. Cit., p. 146.

<sup>1094</sup> Vide idem, p. 108, p. 235 e 254

<sup>1095</sup> É ainda de notar que, na época, Portugal era um país periférico em termos de produção de conhecimento científico. Logo este alinhamento e até precedência do autor relativamente a tendências que levaram algum tempo a afirmar-se mesmo internacionalmente, mostram que era um intelectual informado e atento.

tinha apresentado duas comunicações sobre o assunto<sup>1096</sup>. Logo no seu introito, José de Macedo refere a falta de confiança entre as duas ciências que pretende abordar, portanto, reportando a essa divisão e especialização das ciências que vinha desde o século XIX. Candidatava-se o autor ao doutoramento em Ciências Económicas e Financeiras e referia que caso não lhe fosse conferido o grau, apesar da sua vontade, prosseguiria os seus estudos nesta área. Já com alguma idade, o autor refere que a sua finalidade seria deixar o seu testemunho académico, mais do que qualquer vontade de brilho pessoal. O texto de abertura está datado de Abril de 193..., ou seja, deixando o ano em aberto. A tese encontra-se inacabada, mas na estrutura a que acedi, encontrava-se dividida em 5 capítulos com temas diferenciados. O capítulo I, intitulado “Noção de raça em economia” tenta expor o que é entendido por raça, colocando em causa algumas das classificações raciais biológicas, baseadas na medição craniana, referindo *Não é pela forma craniana, nem pelas diferenciações pigmentares, nem pelos caracteres maxilares (?) nem ainda pela estatura que nós poderemos encontrar índices (?) certos com significado [...], uma vez que ninguém ainda nos trouxe, dum modo definido, o carácter seguro das classificações raciais.*<sup>1097</sup> Numa época em que este era um dos argumentos que pretendia demonstrar a inferioridade de algumas raças ou grupos sociais, é relevante que o autor se bata por desmantelar estes raciocínios. Indo um pouco além, refuta também a ideia da existência de quatro grandes raças, a branca, a preta, a amarela e a vermelha, mencionando que a cor de pele não poderia ter significado na qualificação dos indivíduos. Portanto, as identificações biológicas e o ordenamento das capacidades dos indivíduos consoante as suas capacidades não podiam ser feitos com base numa caracterização racial deste tipo. Considera, no entanto, o autor que a etnografia contribuía para que se pudessem criar alternativas económicas mais sustentadas. Assim, defendia que a interdependência de trabalhos conjuntos nestas duas áreas científicas seria a única forma de dar à economia uma ideia de conjunto, adaptada a cada uma das circunstâncias, numa visão que já tendia para a interdisciplinaridade e para a unidade da ciência, escrevendo (...) *sem perdermos de vista a acção particular dos assuntos da etnografia, poderemos dar à economia uma ideia de conjunto, estabelecendo uma interdependência com os trabalhos etnográficos. É vasto o assunto, mas se não pudermos demarcar a linha de separação entre as várias ciências, dentro do quadro geral dos conhecimentos humanos, temos de nos conformar sempre com as várias tendências filosóficas, o que é facto é que hoje está adquirido o princípio da unidade científica*<sup>1098</sup>.

Outra interessante manobra argumentativa do autor é a referência a autores dos quais chegou a discordar como é o caso de Oliveira Martins, fortemente criticado em *As nossas riquezas coloniais* e aqui evocado como tendo dado um contributo à etnografia moderna portuguesa *que nos seus trabalhos sobre antropologia, raças humanas, civilização primitiva e regimen das riquezas, nos fornece uma orientação, vaga por vezes, mas duma séria intuição sociológica, que dá aos seus estudos históricos, de fomento e de reformas políticas nacionais, uma certa originalidade que principalmente se define, dum modo lúcido, na sua obra sobre circulação fiduciária. Apresentando-nos o Homem evolucionando e conquistando pelo seu esforço e pela*

---

<sup>1096</sup> José de Macedo, *Etnografia e Economia*, Transcrição de Arminda Fortes. [193-?]. 265 p, p. 2, inserida atualmente no espólio à guarda do Arquivo Histórico Ultramarino (trata-se da transcrição, não revista, nem publicada, da tese de doutoramento em Ciências Económicas e Financeiras).

<sup>1097</sup> Idem, p. 8.

<sup>1098</sup> Idem, p. 13.

*sua ânsia de aperfeiçoamento em sucessivas etapas, dá-nos uma série de graduações morais de adaptações mesológicas, integrando-o no estado actual da civilização*<sup>1099</sup>. O aproveitamento de um autor de quem foi crítico durante a maioria da sua obra e o facto de lhe extrair alguns contributos poderia ser um modo de assegurar que os mais céticos percebessem a importância da sua proposta, o seu alcance e que não se tratava de uma aproximação ideológica à ciência, aspeto pelo qual o autor estava bastante marcado. Igualmente, refere o impacto das tecnologias na vivência das populações, portanto, reportando-se ao dinamismo das sociedades: *Pelos transportes, pelas comunicações, pela imprensa, pelo regimen escolar, as sociedades vão tomando uma feição determinada pela função do homem, já extraordinariamente diferente do homem simples sem família vivendo no nomadismo absoluto*<sup>1100</sup>. É interessante esta ligação direta entre inovação tecnológica e dinamismo social, ao qual ainda acrescenta a mestiçagem como um elemento muito antigo e que continuaria a produzir os seus resultados na mudança operada em comunidades intercomunicantes. A disseminação a todas as sociedades dos meios tecnológicos, como o vapor, a eletricidade etc., vinha introduzindo grandes mutações em todas as sociedades e aceleravam a própria tendência para a mudança. Contudo, mesmo se universalizando a tecnologia e os conhecimentos científicos era sabido que uns países estavam mais providos de recursos do que outros, o que alterava as suas condições de resposta à partida, tanto no que concerne às matérias-primas como à energia. Defende, então que o *determinismo económico* constitui um *determinismo étnico*, mas afastando o sentido tomado até então por este parecer. Não são as raças que estão aqui em ponderação<sup>1101</sup>. Portanto, o que se deveria não era hierarquizar as raças, mas antes adaptá-la às capacidades de consumo e produção de cada sociedade<sup>1102</sup>.

Também para expandir as economias mais dinâmicas seria necessário conhecer as outras economias e os outros povos, pois esse crescimento dependia de redes comerciais e de produção que se vinham estreitando com o encurtamento das distâncias. Para a integração de todos os povos, mesmo os menos desenvolvidos, seria necessário conhecer bem as suas comunidades para depois poder introduzir a questão económica do trabalho e do consumo. Assim, propõe que o método empírico seja substituído pela observação psicológica e pelo método experimental, tendo em consideração que as variedades étnicas *são tão numerosas como são numerosas as variedades geográficas*<sup>1103</sup>. Alude, ainda, à capacidade de adaptação de várias populações, dando o exemplo dos africanos, aos diferentes tipos de economia, portanto, a adaptabilidade seria a prova que a cor ou a raça não definiriam as capacidades humanas. Deste modo e convergindo com outros autores da época mas de outras latitudes, refere que a associação da escravatura ao africano tem de ver com o sistema colonial, recente em termos da história do mundo, o que advém da preocupação de demonstrar que o africano não é escravo por incapacidade mas devido a uma série de condicionantes, sabendo que a escravatura era aos olhos europeus uma das razões porque o negro era considerado

---

<sup>1099</sup> Idem, p. 15.

<sup>1100</sup> Idem, p. 17.

<sup>1101</sup> Idem, p. 22,

<sup>1102</sup> Idem, ibidem. É de referir que o conceito que Macedo atribui a “raça” estaria hoje associado a etnia, que encaixa com maior perfeição naquilo que pretende designar.

<sup>1103</sup> Idem, p. 26.

inferior<sup>1104</sup>. Propõe, então, uma classificação etnográfica baseada nos seguintes termos, umas raças seriam marítimas e as outras continentais. Entre as populações marítimas encontrar-se-iam as atlânticas, pacíficas, mediterrâneas, índicas e glaciais; e entre as continentais achar-se-iam as fluviais, lacustres, das estepes desérticas, montanhosas e florestais. Mudava apenas as condições de habitat e o modo como cada povo se adaptava. Os povos marítimos e dada a influência do mar na sua vida, seriam dados à saída das suas terras e à procura de novas paragens. Embora proponha esta classificação, Macedo é perentório referindo que isto não quer dizer que haja povos superiores ou inferiores. Menciona, igualmente, o facto de esta classificação ser imperfeita e insuficiente. Contudo deixa patente o seu objetivo: *fique, ao menos, este documento da boa vontade com que pretendi irromper com fórmulas que também não possuem bases sólidas de certeza científica*<sup>1105</sup>, demonstrando que se esta nova proposta não fosse irrefutável, pelo menos que servisse para se ver que as classificações raciais de então também não eram adequadas.

O segundo capítulo, denominado, “A mesologia no seu aspeto económico”, reporta-se às condições do meio envolvente e ao modo como os indivíduos e comunidades se adaptam a estas e como em casos temporários, pode haver a adaptação dos indivíduos aos códigos de comportamento e tecnologias locais, para, quando regressados ao ponto de origem, retomarem as suas tradições. Neste caso, evoca a sua experiência pessoal em África que teria observado algumas situações deste tipo, concluindo, *essa gente transplantada vai adquirindo o carácter médio do meio a que se adaptam*<sup>1106</sup>. Confrontando o exemplo português com outros exemplos, tenta provar como tanto os franceses no Canadá, como os holandeses na África do Sul ou os espanhóis no México, na Argentina, em Cuba ou nas Filipinas se tinham adaptado às condições locais, afastando-se progressivamente em termos de comportamentos dos seus irmãos das metrópoles. Coloca, então, como testemunho dessa mudança a questão linguística e a modificação que as línguas europeias sofriam em contexto colonial. Apontava essencialmente neste caso para o continente americano e para a constante dinâmica social e mestiçagem biológica que levava a que se estivessem criando raças neoamericanas. Logo, a questão linguística, muito presente em Bastos, acaba por aparecer em Macedo, enquanto elemento fundamental da dinâmica cultural dos povos. Ainda neste capítulo, dedica uma parte substancial do mesmo a explicar a diversidade do fenómeno colonial não só numa perspetiva diacrónica como numa perspetiva sincrónica. Se em muitos casos recentes, a colonização tinha significado a exploração massiva dos povos e a sua redução à escravatura, existia uma outra possibilidade, a dos mais fracos serem educados de modo a participar num sistema colonial em igualdade de circunstância, sem o seu desrespeito ou destruição. Este argumento vai ao encontro daquilo que foi a sua prática nos ensaios e artigos jornalísticos que publicou ao longo da sua vida, defendendo a instrução e os direitos dos povos que possibilitassem a sua participação plena na sociedade. Debruça-se ainda sobre a incapacidade de desde logo os

---

<sup>1104</sup> Gilberto Freyre e Fernando Ortiz nas suas vastas obras, um brasileiro e outro cubano, defendem que a discriminação do elemento africano teria mesmo essa origem, o facto de terem sido sistematicamente escravizados africanos que levava a uma suposta superioridade do que era considerado como elemento dominante. Assim, o trabalho destes dois intelectuais cuja obra é contemporânea de Macedo, é no sentido da valorização da contribuição africana para a economia, sociedade e cultura dos seus países, outrora sociedades coloniais.

<sup>1105</sup> José de Macedo, *Etnografia e Economia*, op. Cit, p. 59.

<sup>1106</sup> Idem, pp. 62-63.

povos colonizados se adaptarem aos setores modernos da economia levados pelo colonizador, pelo simples facto de existir um choque de estruturas que lhes impedia uma adaptação imediata. É muito curiosa esta asserção, pois só muitos anos mais tarde, os antropólogos se debruçariam verdadeiramente sob as assimetrias entre a sociedade tradicional e a sociedade moderna, introduzida pelo colonizador, tanto em termos de poder político como económico ou social. Macedo começa aqui a levantar o véu sobre um dos aspetos que mais estudos e questões académicas veio a colocar.

Para suportar a sua asserção de que os povos podem ser tecnologicamente menos avançados mas não são destituídos de razão ou de alguns conhecimentos, usa o caso dos viajantes dos sertões, evocando Brazza, Livingsstone, Stanley, Capelo e Ivens e mencionando que todos eles tinham encontrado populações com sentido crítico e faziam comentários lógicos. Vai mais longe e ilustra com uma situação pontual o que quer dizer sobre a adaptação e igualdade de reação dos povos perante a novidade: *Quando o indígena de Luanda (?) se extasia ante o movimento da locomotiva que ele vê marchar, sem cavalos ou bois a puxar, não se distingue nada do nosso provinciano quando se espanta perante o mesmo facto nas inaugurações dos caminhos de ferro de Portugal, em terras atrasadas*<sup>1107</sup>. Assim o que estaria em causa era a capacitação das pessoas e não as suas características inatas para a aprendizagem, defendendo *que logo que ao indígena se dão umas luzes de instruções [...], ou simples aprendizado dum ofício, ele torna-se excelente operário e agricultor*<sup>1108</sup>. Recorrendo a uma série de provérbios populares, portanto de um dos elementos mais constantes da literatura popular oral, procura a razão de algumas influências entre indivíduos que poderão constranger a ação individual e coletiva, numa perspetiva relacional, logo, procurando o exemplo como método pedagógico para ilustrar a sua afirmação. Se se analisar o conteúdo das expressões populares recolhidas, percebe-se que se passa da relação familiar à amizade ou mesmo à comunidade circundante: *Quem vive com coxo ao fim de anos (?) coxeia, exprime bem como o povo soube interpretar num modo claro a vida de relação. // Tal pai, tal filho, que exprime o espírito de sequência, quer psicológica, quer física. Junta-te aos bons, serás um deles, junta-te aos maus, serás pior do que eles, representando mesmo no domínio (?) profissional que devemos sempre procurar quem nos dê ensinamentos úteis e próprios*<sup>1109</sup>. É interessante que Macedo opte pela literatura popular, transcrevendo-a para o corpo do texto, para apresentar esta questão, pois, apesar de se tratar de um estudo sobre etnografia, poderia optar por colocar este trecho em nota de rodapé ou por mencioná-lo de forma mais abstrata que, numa tese do ramo de economia e finanças, seria mais comum. A sua opção prende-se, em certa medida, não só com a exposição do exemplo, mas com a reabilitação do aspeto popular e do modo como este confina as mentalidades coletivas e individuais a determinadas formas de ação. Mais uma vez, o que se procura é demonstrar a circunstância da ação, relativizando-a face ao ambiente envolvente que vai ser a grande continuidade encontrada nesta tese, pois, se à partida todos têm capacidades idênticas, de facto o seu desenvolvimento é bastante desigual, fruto de condicionantes que se estendem da geografia à tecnologia<sup>1110</sup>.

---

<sup>1107</sup> Idem, p. 76.

<sup>1108</sup> Idem, p. 78.

<sup>1109</sup> Idem, p. 83.

<sup>1110</sup> É muito curioso este aspeto que tem vindo a ser retomado pelos estudiosos da ciência e tecnologia, nomeadamente, no que concerne ao sucesso da Europa na introdução da tecnologia no quotidiano das



Voltando à palavra, o autor concede-lhe um valor económico, pois representava um recurso de todas as culturas, mas que espelharia já as suas particularidades, como se viu anteriormente no que concerne à linguagem. Reconhecia Macedo que para além do valor cultural, todas as atividades em torno da palavra tinham um valor económico que não poderia ser despiciente, afirmando: *Na literatura, no (?) [...], no jornalismo e na oratória é ainda o poder dominador da palavra que atinge a culminância do génio e que se impõe de tal forma que todas essas superiores manifestações da inteligência são representadas monetariamente em somas importantíssimas*<sup>1111</sup>. Esta tendência, identificada pelo autor, é de extrema importância, pois datam dos anos oitenta do século XX, os primeiros estudos sobre o valor da retórica, em que se inclui o contributo da palavra, para a economia<sup>1112</sup>. Estudos que têm estado sob atualização e as últimas conclusões apontam para uma subida deste indicador económico, agora aplicado como valor do índice de persuasão no PIB de um país<sup>1113</sup>. No caso da lusofonia, foi publicado um estudo de Luís Reto, em 2012, sobre o valor económico da língua portuguesa que supera o de outras línguas europeias, como por exemplo a espanhola<sup>1114</sup>. Assim, verifica-se que Macedo estava atento a elementos que muito mais tarde viriam a constituir matéria científica, mas que na sua época não colhiam interesse nem desenvolvimento académico. Procura, depois, explicar como existiriam correntes de pensamento dominantes, para as quais o valor da palavra era dominante, mencionando a tendência de tal acontecer em momentos coletivos de expansão económica ou de grandes mudanças coletivas.

Tal como tudo na natureza, as ideias deveriam adaptar-se, nas palavras do autor “aclimatar-se”, de modo a poderem tornar-se fecundas. Se a sua substância não deveria ser alterada, estas teriam de modificar-se de acordo com o meio envolvente, tal como acontecia, por exemplo, com os seres humanos<sup>1115</sup>. Aborda, ainda, a questão das elites, pretendendo demonstrar como a organização aristocrática impossibilitava a existência de elites progressivas, ou seja, o isolamento a que estas se obrigavam face ao resto da sociedade não

---

peçoas. Numa aula aberta no Instituto Superior de Economia e Gestão, João Caraça abordou especificamente este assunto, incidindo num fator por vezes esquecido: a Europa foi muito bem-sucedida a importar conhecimento e tecnologia que rapidamente disseminou, como no caso da imprensa ou da pólvora, não inventando o conhecimento ou técnica mas inovando na sua aplicação e disseminação no continente europeu e fora deste. João Caraça, “Leonardo a visão geométrica da natureza”, ISEG, Lisboa, Aula Aberta de 7 de Outubro de 2013. Portanto, o que na Europa se fez foi encontrar condições ótimas de desenvolvimento das ideias e não a sua criação, portanto, a autoria do sucesso europeu até é multinacional ou multiétnica, dependendo da perspetiva tomada, logo o sucesso na disseminação de tecnologia e conhecimento científico não implicou a superioridade de uns povos sobre os outros.

<sup>1111</sup> José de Macedo, *Etnografia e Economia*, op. Cit., p. 91.

<sup>1112</sup> A última atualização dos autores sobre este assunto foi publicada em 1995. Vide: Donald McCloskey, Arjo Klammer, "One quarter of GDP is persuasion", *The American Economic Review*, Vol. 85, No. 2, 1995, pp. 191-195

<sup>1113</sup> Gerry Antioch, "Persuasion is now 30 per cent of US GDP: Table 1: McCloskey and Klammer's Persuasion Estimate", *Economic Roundup Issue 1*, Commonwealth of Australia, 2013.

<sup>1114</sup> Luís Reto, *Potencial Económico da Língua Portuguesa*, Lisboa, Texto Editores, 2012.

<sup>1115</sup> Sublinho o termo “aclimatação” por este ser encontrado também noutros autores que estudaram o fenómeno da colonização ou das sociedades coloniais, como Gilberto Freyre que recorreu a este inúmeras vezes. É de salientar que no caso de Macedo, as tendências que identifica pretende generaliza-las, mas toma como ponto de partida as sociedades coloniais, como modo de reforçar a inexistência de superioridade racial ou étnica (os termos ainda se confundem na época em que escreve) dos povos colonizadores sobre os colonizados.

permitira a progressividade das sociedades. Tal como os povos que eram paulatinamente mais intercomunicantes, também as elites tinham de o ser, tanto intrínseca (com as restantes camadas da sociedade) como extrínsecamente (contactando com as elites de todo o mundo). Sob este pretexto ataca as teorias de Garofalo e de Lombroso que, apesar de documentadas, eliminam elementos determinantes de análise como as condições sociais de vida dos criminosos que estudaram. Aliás, a questão social é uma preocupação transversal à obra de Macedo que se pode encontrar na imprensa, no ensaio científico e na ficção. No caso da ficção, como se verá adiante, o autor debruça-se várias vezes sobre as questões sociológicas que condicionam o desenvolvimento, sobretudo, das camadas mais populares, existindo de facto essa preocupação intelectual.

No capítulo III, intitulado “As raças em regime económico peculiar”, aborda as especificidades de vários países como a França ou os Estados Unidos da América, para explicar que tanto étnica como culturalmente estão sempre a acontecer constantes aglutinações que resultam da própria dinâmica das sociedades<sup>1116</sup>. Estes exemplos solidificam a sua demonstração de que a educação é essencial para o progresso dos povos e de que a ciência e a indústria podem ajudar a encaminhar as diferentes sociedades, desde que usadas de modo digno para com os seres humanos. De modo a representar a variedade de povos e relações, mesmo dentro do âmbito colonial, alude aos casos da África do Sul e da diferente gestão colonial por parte dos africanos, que considera um novo tipo africano, e dos bóeres e dos ingleses que se afastam dos primeiros que representariam uma fusão entre gentes asiáticas, europeias, americanas e australianas. No caso australiano aponta para a extinção das populações aborígenes que se tornara numa política oficial da administração colonial, aludindo ainda a outros casos como o papel de Cortez que da mesma forma extinguiu comunidades inteiras no continente americano. Segundo o autor, era a sede de riquezas e o controlo de qualquer oposição que determinava estas opções, em colonizações que acabavam por ser depredadoras das riquezas naturais. As variações são imensas tanto nos povos como nos resultados surtidos, mas alerta Macedo, o denominador comum seria essa capacidade de adaptação que levava por vezes a que fossem criadas medidas protecionistas da raça, como no caso dos Estados Unidos da América com a proibição de casamentos entre mulheres anglo-saxónicas e afroamericanos.

Percorrendo os vários exemplos de economias e da sua relação etnográfica local, procede à comparação entre os alemães e os russos, portanto, estendendo a sua análise baseada na etnia/raça (lembre-se como os conceitos se fundiam na época em que escreve) e desempenho económico a diferentes povos, independentemente do seu grau de desenvolvimento tecnológico. Macedo analisava o sucesso da economia alemã com base em dois processos: a instrução, com o combate ao analfabetismo e com a criação de condições para os proletários alemães progredirem socialmente; e a cartelização da economia, com o entendimento entre setores da economia que agiam em conjunto, almejando determinado fim. Quanto à Rússia, a falta de sucesso económico dever-se-ia a uma passagem muito rápida de estruturas tradicionais a estruturas modernas, mas baseadas numa ditadura que não atentava na questão da mentalidade do seu povo, catapultado do arcaísmo estrutural económico para uma economia dominada pelo Estado, em que os proletários (classe pouco representativa aquando da revolução de outubro) deveriam liderar os processos de mudança social. De modo, ainda, a compreender o fenómeno alemão, explica como no pós Grande Guerra (refere-se à Primeira

---

<sup>1116</sup> José de Macedo, *Etnografia e Economia*, op. Cit., p. 109.

Guerra Mundial, como então era designada), a Alemanha conseguia taxas de juro mais favoráveis, apesar de ter perdido a guerra, do que alguns dos vencedores dessa guerra, o que lhe tinha possibilitado financiar a sua economia e reconstruir o país. Um dos países que mesmo em condição de vencedor pagava juros mais altos que a Alemanha para financiar-se era Portugal<sup>1117</sup>. Portanto, até os anteriores inimigos reconheciam à Alemanha esta capacidade de organização dos seus setores produtivos e de continuar a formar uma mão-de-obra que correspondesse aos desafios do seu tempo. Considerava que o caso russo era exemplar da desadaptação dos objetivos traçados relativamente à mentalidade existente, portanto, existiria a importação de um modelo desadaptado às suas condições etnográficas. Serve esta comparação para abordar um tema que retoma no capítulo V e último a que acedi e onde penso que se interrompeu a redação desta tese. Esse assunto é o problema da então denominada *MittleEuropa* que demonstrava as dificuldades de entendimento entre os povos europeus que desde há muito se digladiavam em guerras violentas, mas que com a necessidade de financiar-se e conseguir mais fontes de matérias-primas e energéticas se tinham tornado mais abrangentes e mais violentas, fruto também da evolução tecnológica. A militarização de um projeto de união dentro da Europa era a pior das soluções como fora demonstrado e a definição de um centro económico e político europeu também apresentava muitas dificuldades. É interessante como Macedo, um pacifista e defensor do entendimento político e económico europeu tivesse tido uma tão perfeita percepção do seu tempo e antecedesse mesmo algumas movimentações científicas e académicas em torno do pacifismo como anteriormente foi referido.

O capítulo IV é dedicado a Portugal, denominando-se “O carácter económico da Etnografia portuguesa”, começando pela caracterização geográfica do país, em que logo se denota a importância atribuída ao mar (recorde-se a classificação étnica proposta por Macedo, em que uma parte era dedicada às populações marítimas): *Portugal é um país caracterizado pela sua posição marítima e pelos relevos que ao norte do Tejo lhe dão um carácter pouco definido de desenvolvimento continental, pois os seus sistemas montanhosos Transmontano, Beirão e Transtagano são formas orográficas que não impedem, inteiramente, a acção do mar e a sua fronteira leste é pouco distanciada do litoral*<sup>1118</sup>. Menciona a atração de Lisboa e o seu poder centrípeto que funcionava como elemento irradiador das modas e tendências para todo o país, o que acentuaria uma uniformização étnica, sentida em todos os aspetos da cultura, em que evidencia a língua. A economia portuguesa caracterizava-se por setores dominantes baseados nas suas condições morfológicas: o mar e a terra, escrevendo: *Da terra obtém o pão de cada dia; ao mar vai, também, buscar o seu sustento quotidiano. São as forças da natureza que dá ao português a sua directriz económica, lavrador e marinheiro, fortes actividades de navegação, de comércio e de colonização vai pelo mundo fora aplicar as suas actividades, criar riquezas e buscar, na grande obra genial de Camões, o termo para definir o carácter da nossa terra*<sup>1119</sup>. Note-se que alude ao poeta para melhor firmar a sua exposição, não são só dados materiais evocados para esta tese de economia, são também os dados metafísicos, vertidos para texto, o que os materializa, é certo, que também contribuem para justificar o seu

---

<sup>1117</sup> Idem, p. 154.

<sup>1118</sup> Idem, p. 176.

<sup>1119</sup> Idem, p. 188.

articulado argumentativo. Assim, evoca tanto a literatura popular como os autores eruditos, convocando-os no seio de uma mesma cultura que seria reveladora do carácter português.

Tal como afirmara relativamente às tendências dos povos marítimos, também os portugueses teriam uma especial atração pela expansão e viagem através do mar, considerando, por isso, que a vocação colonial era resultado da própria identidade nacional. Aproveita o ensejo e refuta de novo a importância atribuída às questões físicas e que nada queriam dizer: *Se nos formos embrenhar nesse confuso problema do aspecto e deixando-nos dominar pelas teorias anatómicas ou fisiológicas nunca se chegará a uma conclusão para o estudo que nos interessa, nem nunca saberemos por esses processos, as qualidades inerentes às nossas populações trabalhadoras. Esse estudo tem, em meu entender, um valor nulo, dum modo geral, na definição que convém fixar, do nosso carácter fundamental*<sup>1120</sup>. Assim, Macedo procura no imaterial, o “carácter”, aquilo que o material “aspeto físico” não pode dar. Recorre novamente à literatura popular, expressa em cantigas, para demonstrar como o português enfrentaria o trabalho, um dos elementos essenciais para a economia, porque diretamente se liga à produção. Assim, cita a canção popular para comprovar como o povo tem alegria no trabalho: *Já comi e já bebi, // Já molhei minha garganta. // Eu sou como o rouxinol, // Quando bebe logo canta*<sup>1121</sup>. Muitas das canções populares que o autor invoca têm como motivos o mar ou o amor, voltando a citar mais canções populares para demonstrar a importância destes dois elementos no alento para o trabalho. O mar ganha grandeza e é apresentado como *o leal companheiro que não engana, amigo que não abandona*, não se deixando dominar pela *cobiça, inveja e pela calúnia*<sup>1122</sup>. Voltando ao assunto da tese, conclui que *para estudar a nossa economia é nessa base tradicionalista que a devemos seguir e que nos momentos da vida tormentosa da pátria trouxeram a confiança do futuro da nacionalidade*<sup>1123</sup>. Retorna à literatura popular, mar e mulher/homem amados confundem-se como entes desejados na vida dos portugueses, o trabalho é valorizado, porque a terra e o mar não dão sustento aos preguiçosos. Canta-se para dar alento ao trabalho e não para fugir deste. Leia-se o autor: *É preciso mesmo que haja uma certa dificuldade na obtenção dos recursos para sustentar a vida porque “os bens do sacristão, cantando vem, cantando vão” e este mundo “não vive de cantigas” porque “cantigas leva-as o vento”. // A cantar ganhei dinheiro, // A cantar se me acabou. // O dinheiro mal ganhado // Água o deu água o levou*<sup>1124</sup>. O trabalho na mentalidade portuguesa tinha, então, um valor social e humano que emparelhava com o valor económico e até a mulher deveria trabalhar, segundo consignava o ditado *“para a casa não ir mal deve a mulher ganhar o sal”*<sup>1125</sup>.

Mas porque nem só a literatura popular espelhava o carácter nacional e avança o autor citando motivos que encantaram também os poetas, nomeando mesmo os temas e os autores. Assim e como elemento de ligação aparece o tema de Inês de Castro que teria encantado eruditos e populares, imortalizando-se na memória popular, nos belos textos e também entre os estudos literários, portanto, como elemento transversal à cultura portuguesa. Surgem depois os nomes de Camilo Castelo Branco, de novo Camões, e Guerra Junqueiro para

---

<sup>1120</sup> Idem, p. 195.

<sup>1121</sup> Idem, p. 200.

<sup>1122</sup> Idem, p. 201.

<sup>1123</sup> Idem, p. 202.

<sup>1124</sup> Idem, p. 204

<sup>1125</sup> Idem, pp. 205-206.

regressar ao tema do amor, porque, segundo o autor, tanto a literatura popular como erudita bebiam no carácter apaixonado dos portugueses a sua força que se revelaria em todos os aspetos da sua ação, incluindo o trabalho. Retoma o lado popular encontra no fado de novo o amor, a paisagem, a liberdade e o próprio trabalho, transcrevendo para o corpo do texto parte de um fado: *Meus senhores, sou operário, // Tenho a honra por brasão. // Venham ver os pergaminhos // Nesta calejada mão*<sup>1126</sup>. Fecha esta parte com o trecho com que abri este subtítulo, considerando que seriam o mar, o amor e a liberdade os elementos fundamentais em torno dos quais se organizava a vida portuguesa, incluindo a economia e a natural tendência para a colonização. Assim, cultura e economia seriam parte de um todo que se resumia à própria identidade nacional, impedindo que os modelos importados sem qualquer alteração pudessem ser funcionais em contexto nacional ou mesmo colonial.

Encerrado o caso português, volta aos temas que abrangem um todo pautado pelas relações entre os povos. O capítulo V, intitulado “A economia internacional com determinantes étnicas”, abre com a grande questão, como o próprio autor a designa: *Como se poderá, após os elementos que deixei espalhados ao longo deste volume, obter uma doutrina orientadora que nos dê a ideia fundamental da Etnografia Económica?*<sup>1127</sup> Ciente que a confusão poder-se-ia instalar, retoma a centralidade do tema, principiando por afirmar a sua originalidade, dado não encontrar produção científica sobre esta matéria nem na disciplina de economia, nem de etnografia, nem mesmo na área política, o que constituiria uma falta, dado que seria importante resolver esta questão para que a paz perdurasse. Assim, as paixões étnicas tinham feito parte da ação política, mas podiam ser serenadas através de relações de solidariedade e complementaridade, retomando o autor o mesmo argumento que usara para justificar a cooperação entre colonizador e colonizado nas sociedades coloniais, à semelhança do que também defendia Augusto Bastos, como foi visto no capítulo anterior. Contudo, o crescimento das economias e das redes de comunicação (com o vapor, o caminho-de-ferro, o telégrafo, o telefone, etc.) não tinham tornado mais cooperativas as várias nações, o que fora bem demonstrando pela Grande Guerra. Assim para a estabilização das relações, sobretudo, na Europa e logo nos seus impérios coloniais havia que contemporizar esforços no sentido da satisfação de interesses comuns. O autor levanta a questão do carvão e do aço, defendendo que geravam o embate de interesses por parte de países diversos e que portanto havia que corrigir a lei da concorrência e colocar um cartel dirigente desta área que fosse consensual.

Todavia, não é ingénuo nem crê numa fácil solução para o problema, perguntando *Que se deve esperar da nova tentativa da criação de uma União Económica Europeia?*<sup>1128</sup> Pouco, porque os vários interesses políticos a minavam e porque partia do pressuposto que a Europa era homogénea, o que de todo não acontecia. Só reconhecendo essa diversidade e o passado de cada país europeu que o ligava a outras zonas económicas se poderia construir uma união que levasse ao pacifismo e para tal também teria de consignar a grave questão do acesso às fontes energéticas e às matérias-primas. Evoca, então, um livro que leu para explicar um fenómeno muito repetido em Portugal e que no momento em que se vive faz todo o sentido recuperar, o da Europa a duas velocidades: *O livro de Delaisi sobre as Duas Europas exprime bem as diferenças profundas existentes entre aquela em que domina o cavalo a vapor, com todas as*

---

<sup>1126</sup> Idem, p. 231.

<sup>1127</sup> Idem, p. 239.

<sup>1128</sup> Idem, p. 249

*consequências industriais e aquela em que apenas o esforço animal e a actividade do homem ficam em pleno contraste com aquela em que a mecânica acelera a produção.*<sup>1129</sup> Macedo propunha cautelas nessa convergência que poderia ser desejada ou imposta, até porque os vários países europeus tinham afinidades que não passavam pela Europa como era o caso da zona Mediterrânica que tinham mais relações com o Norte de África do que com a zona contígua aos Urais. É perentório no caso português e afirma, apesar de europeísta: *relativamente a Portugal, por exemplo, não é com a União Europeia, que a sua crise se resolverá.*<sup>1130</sup> Na sua conclusão do capítulo, menciona que seria incauto, no mínimo, se Portugal renunciasse às suas relações privilegiadas com outras partes do mundo para apenas privilegiar as suas relações com a Europa, pois o seu carácter e as relações que historicamente suportara, impeliam-no para outros continentes e latitudes.

É notório que nesta tese incompleta de doutoramento, o autor reúne muitas das suas reflexões e dos seus interesses, passando pela literatura, pela etnografia e pela economia. Tendo sido jornalista, escrevendo crónicas, crítica literária, artigos e opinião, foi também professor e pedagogo lecionando até ao final da sua vida ativa, o que lhe concedeu uma agilidade de escrita muito evidente. Nesta tese, retoma temas que lhe são caros como o trabalho, a identidade nacional e local, a igualdade que deveria ser garantida a todos os seres humanos, a defesa da instrução e o antirracismo. Se se ligar esta tese a trabalhos preparatórios que deixou por publicar e um cujo manuscrito se perdeu, como o que dedicava ao trabalho servicial<sup>1131</sup>, assunto pelo qual acabou por ter de abandonar o jornal que fundou em Luanda, *A Defeza de Angola*, percebe-se que esta tese serviria como um corolário de muitas lutas da vida cívica, muito estudo em torno das questões ligadas à economia e à distribuição da riqueza, e uma tenaz vontade de persistir na procura de soluções para um país que teimava em manter-se afastado do progresso, na sua percepção da realidade. O recurso feito à literatura popular e erudita demonstra que a ligação do autor a esta arte não era puramente para fruição passiva. Neste seu documento, torna a literatura num elemento ativo do seu argumento, tão válido como a prestação de qualquer facto histórico ou indicação numérica.

Também é de assinalar que Macedo que tanto sabia de análise quantitativa e que está demonstrada em alguns livros e artigos que publicou, optasse aqui por uma análise qualitativa e factual, remetendo, numa tese que seria apresentada para o grau de Doutor em Economia e Finanças, a palavra e não o número para o primeiro lugar<sup>1132</sup>. Não se tratando de uma ficção ou de uma tese em literatura, a verdade é que o autor entrosou elementos de arte e ciência e valeu-se para sustentar a sua teoria, porque para si a literatura era reveladora das características de cada povo. Não sendo do mundo ficcional que Macedo trata, a verdade, é que a sua tese obedeceu não só a critérios de criatividade similares, como encontrou no testemunho estético literário o fundamento não só de uma etnia mas do seu comportamento económico. É de destacar que isto seja tanto mais evidente quanto trata o caso português, já que o seu objetivo era a alternativa ao modelo que o país vinha aplicando. Igualmente, em

---

<sup>1129</sup> Idem, p. 250.

<sup>1130</sup> Idem, p. 253.

<sup>1131</sup> É o próprio autor que refere este caso mais do que uma vez, sobretudo em correspondência.

<sup>1132</sup> Refiro-me a textos como *As nossas riquezas Coloniaes, Autonomia de Angola*, "Comercio com as Colónias" ou "A Educação do Negro", anteriormente analisados.

termos científicos, pode-se afirmar que a tese tinha aspetos que a tornavam consentânea e até antecipatória de movimentos científicos que apenas depois ganharam expressão internacional, como os mencionados casos da unidade da ciência ou do pacifismo. No âmbito deste trabalho é importante, também, salientar a sua revelação antirracista num momento de ascensão da discriminação racial em todo o mundo, aliás uma continuidade com os seus trabalhos precedentes que sempre incidiram sobre a necessidade de instruir e nunca de discriminar.

## 9.2. A ficção: *Herança de amarguras*

*Fallei com o Sr. Perez a respeito do folhetim e elle disse-me que resolve varial-o, dando-se um numero o romance "Amarguras" e o outro um excerpto qualquer... no numero de quinta-feira irá o excerpto e no de domingo o romance.*

Atenciosamente [?]

Henriques

A nota com que abro este capítulo encontrava-se no espólio de José de Macedo, junto de tantas outras notas que guardou ao longo da vida. Ganha especial relevo porque, após uma perspectiva mais completa do autor, pude constatar que se referia a António Perez, o administrador de *A Defeza de Angola* que foi alvo do auto de extradição imediata a que tive acesso. O romance aqui referido é *Herança de Amarguras*, o qual Macedo reescreveu parcialmente para publicação aproximadamente quarenta anos depois. Igualmente, completou o romance com uma segunda parte toda manuscrita e nunca publicada, a qual comecei a transcrever mas cujo trabalho não concluí. A primeira parte encontra-se impressa, sendo que as correções foram executadas nessa mesma versão impressa. No entanto, creio que as correções teriam sido feitas a dois tempos, pois são utilizadas tintas distintas e as regras ortográficas também diferem, havendo momentos em que as correções até podem parecer contraditórias. As páginas impressas deveriam ser as provas ou um original, pois é provável que as primeiras correções tivessem sido feitas no âmbito da prova (para a publicação no jornal ou para uma eventual publicação em volume separado), e as regras ortográficas datam do início do século XX, logo coincidindo com a data de publicação que aqui avanço de 1906. Macedo, apesar de recentemente afastado do jornal, permanecia em Luanda e é possível averiguar-se que por essa altura ainda seria detentor do Colégio Progresso, dada a correspondência recebida<sup>1133</sup>. Quanto à estrutura não é possível averiguar se teria sido desde início esta, em que existe apenas uma divisão por capítulos que parece coincidir com a divisão de publicação do texto, contudo, a nota de Henriques leva-me a crer que se poderia tratar de um folhetim e nesse caso a publicação pode não obedecer aos capítulos.

No entanto, nem estas questões formais nem as correções influem de forma tão definitiva no carácter que creio que o autor quis dar à sua obra. Macedo dedicou-se a escrever um romance tese, seguindo um realismo que torna a narrativa por vezes quase documental, como se verá em seguida, e propondo através das suas personagens não só uma visão crítica da sociedade

---

<sup>1133</sup> Vide Correspondência de António Freitas: Catumbela, 25 Março 1906.

portuguesa, como as prováveis alternativas ao estado de coisas. Apesar de provavelmente escrito em Luanda e com toda a certeza ali publicado, o romance não pode ser considerado como literatura colonial, pois o único momento em que se alude a África é através de um navio, avistado a partir de Gaia. Toda a narrativa se passa em Portugal e mais concretamente na zona de onde Macedo é oriundo, Vila Nova de Gaia, existindo mesmo uma passagem da mesma que se dá na terra do autor, Santa Marinha. O meio social em que se desenvolve é constituído por operários e campesinato, apesar de ali se cruzarem personagens de outras origens sociais. Aliás, as personagens principais são um muito jovem operário e uma muito jovem rapariga de origem burguesa que enfrentam um amor mal visto pela sociedade. É um romance sobre a *áspera escola da adversidade*<sup>1134</sup>, mas esperançoso no final, forte nas convicções e de inspiração utópica, assente nas desigualdades que se transformariam em igualdades num amanhã promissor. Deste modo, pode dizer-se que, tanto em termos estéticos como temáticos, o romance está impregnado de soluções propostas pela literatura realista de que o autor era decerto consumidor. A um objetivo de denúncia associa-se uma finalidade de transformação da sociedade, que é transversal à obra ensaística e jornalística do autor, que seleciona as suas personagens de acordo com este objetivo. Assim, num romance constituído por poucas personagens que influem na narrativa, pode ser reconstruído um quadro social de uma determinada época e grupo social. A estas personagens âncora que serão apenas quatro, dois homens e duas mulheres, junta-se a voz do povo, traduzida nas falas das vizinhas, do cangalheiro, das crianças, dos trabalhadores do campo que, sendo denominados em alguns casos, apenas compõem o quadro que o autor pretende que o leitor aceda. Temas como a doença e a morte são essenciais para o desenvolvimento da diegese, o que lhe concede um apego à realidade ainda maior. O drama, que é partilhado com o leitor, é a tragédia diária de muitas famílias, constituída pela pobreza, a doença e a morte.

Principie-se, então, a análise do romance. O primeiro capítulo abre com a frase: *Passaram-se anos*<sup>1135</sup>, dando a ideia que se tratava de uma continuidade face a um qualquer trabalho anterior, o que de facto não acontece. Mais à frente no romance, será feita uma analepse em diálogo e através de uma das personagens que contará o que se passou durante estes anos que o leitor desconhece. Começando a narrativa propriamente dita, o narrador, desde o primeiro momento, recorre à primeira pessoa do plural, englobando o leitor no processo de descoberta das personagens. A primeira personagem a surgir é Alfredo Morais, em torno de quem gira toda a ação principal. Localiza-se a ação no espaço e a influência que aquela geografia tinha na personagem principal, Alfredo: (...) *arrabalde [?] do Porto, donde a grande urbe meteo [?] se [... ] banhada pelo Douro ameno e pelo oceano, ora tempestivo e ativo, como leão indomável [?], sereno e calmo, na limpidez das suas águas bonançosas, em certo momento carecidamente [?] banhando as longas praias da Foz, Matosinhos e Lavadores, Alfredo era influenciado por ambiente que desfrutava nele emoções estéticas que o iam dominando num estado panteísta [?]*<sup>1136</sup>. A natureza aparece como perfeita e equilibrada, ao contrário da vida da vida do jovem, apenas temperada *pelos seus estudos e firmeza*<sup>1137</sup>. Alfredo trabalhava na fábrica de Massarelos e Lordelo, onde aprendia a profissão de serralheiro e mais

<sup>1134</sup> José de Macedo, *Herança de Amarguras*, I parte; II Parte [incompleta], transcrição Cátia Miriam Costa.

<sup>1135</sup> Idem, p. 1 (a paginação que aqui uso corresponde à transcrição do documento).

<sup>1136</sup> Idem, ibidem.

<sup>1137</sup> Idem ibidem.



tarde veio a ser desenhador do Gabinete Técnico. É interessante que a personagem Alfredo acabe por ter um percurso similar ao do pai de José de Mededo, também ele foi estudando até ser desenhador, tendo chegado a ser professor de desenho. Ao longo do romance é notório que Mededo aproveita algumas notas autobiográficas para compor a sua narrativa, pois até o próprio ambiente em que se desenvolve a diegese é comum ao da vida do autor e, no final, tal como Mededo, fica-se com a ideia que Alfredo sai da sua terra natal.

Passa o narrador a descrever o jovem, aproveitando os seus traços físicos para lhe dar uma caracterização psicológica: *Era um perfeito rapaz de feições dignas [?], mas não rudes e grosseiras. Olhar franco e leal, tinha a distinção e aprumo que o tornava notado naquela sua apresentação de austeridade que era notado pela vizinhança no lugar onde vivia, e simpatia [e] inflexibilidade moral.*<sup>1138</sup> De acordo com a estética dos romances modernos, Mededo elegia as personagens principais e apenas a estas apresentava os traços psicológicos, servindo a descrição física apenas como suporte daquilo que se transmite em termos comportamentais. Alfredo era sensível à beleza e isso permite ao autor lançar-se em belas descrições da zona circundante à cidade do Porto. Sem qualquer indicação temporal, sabe-se por exemplo que o Palácio de Cristal já existiria, portanto, a narrativa passa-se depois de 1865, data de abertura do palácio. O palácio surge numa descrição sobre as vistas que Alfredo tinha para a outra margem, onde trabalhava, pois este edifício encontrava-se na freguesia em que a personagem trabalhava. O Porto era risonhamente *ativo, frenético e lutador orgulhoso das suas origens plebeias*<sup>1139</sup>. Continuando a descrição, encontra-se a única alusão a África, partilhada com o Brasil, num misto de ansiedade e de saudade da terra amada, *os marujos, no alto mar, nas voltas das suas longas viagens ao Brasil e à África olhavam com ansiedade, ao longe, tornando à terra querida dos seus sonhos e dos seus amores*<sup>1140</sup>. Esta descrição tão pormenorizada que se vai prolongando também resultaria da saudade que o autor tinha da sua terra, talvez reflexo do momento difícil que então vivia, afastado do jornal que criara em Luanda e com a coluna de inimigos pessoais a engrossar numa cidade que não era a sua. Prossegue a descrição de Alfredo que se funde com a descrição da própria paisagem e que o impressionavam dada a sua sensibilidade artística, ficando bem patente que se trata de alguém com elevação intelectual e moral.

É neste contexto que se dá o encontro de Alfredo com uma outra personagem que surpreende o jovem, tanto quanto o leitor, pois caminhava *quando sentiu uma voz áspera, acentadamente varonil, que lhe falou, em todo o caso, dum modo carinhoso*<sup>1141</sup>. Enceta-se o primeiro diálogo, transcrito em discurso direto. Tratava-se do médico da aldeia que cumprimenta Alfredo. O tratamento é respeitoso e o diálogo vivo e repleto de interjeições e interrogações. O tom coloquial domina sobretudo através da voz do médico que recorre a expressões muito populares como *nem qual carapuça*, ou *borrabotas*, portanto, através da personagem que se caracterizando pela respeitabilidade, escolhe falar com um jovem através de um tom mais jovial e coloquial<sup>1142</sup>. A conversa encaminha-se para o estado de saúde da mãe de Alfredo e para o facto de residirem numa casa sem condições que causa ainda mais

---

<sup>1138</sup> Idem, ibidem.

<sup>1139</sup> Idem, pp. 1-2.

<sup>1140</sup> Idem, p. 2.

<sup>1141</sup> Idem, p. 2.

<sup>1142</sup> Idem, p. 3.

problemas de saúde, dizendo o médico: *Ali morre-se [...] a vida esgota-se, definhando os organismos mais robustos. Tudo precisa de ar, de luz a jorros, para nos alegrar a vida e purificar as habitações*<sup>1143</sup>. Através desta personagem introduz-se um dos temas que acompanha a narrativa até seu final, a falta de condições económicas e sociais dos mais carenciados, apesar da sua luta por melhores condições de vida. Alfredo ainda em diálogo, reporta ao médico a falta de capacidade financeira para mudar de casa, continuando a narrativa em discurso indireto, em que é identificada a doença da mãe de Alfredo: *E Alfredo, narrou ao doutor Mendes as mil dificuldades com que vivia com um reles crusado por dia, miseravelmente, não tendo, muitas vezes, para comprar, à pobre enferma, um pequeno bife de que tanto necessitava, para reconfortá-la, e dar a vida àquele organismo tão forte, belamente servido, mas em que se ia notando a ruína constante, e que a tuberculose, o negro fantasma dos famintos, ia rilhando e depauperando. E a casa? Podia elle acaso obter outra com tão exíguos ganhos?*<sup>1144</sup> Esta interrogação é agora partilhada com o leitor que acaba de conhecer o quadro dramático em que vivia aquela família, apesar do contraste que estas condições de vida apresentam face à beleza e fertilidade das terras descritas.

Alfredo era um bom filho e um rapaz responsável, mas como tantas outras pessoas, vivia preso a um local miserável por falta de condições financeiras. O narrador retoma o discurso direto para que o jovem discorra sobre a vida dos menos favorecidos, numa descrição pungente e dolorosa. Cito aqui apenas uma das passagens dessa descrição para que se verifique o tom duro em que é feita, muito apegada a um realismo evidente: - *Demais, explicava elle, em tom eloquente, quem não conhecia a triste vida dos miseráveis? Os cubiculos onde não havia ar puro, nem mesmo a cubagem indispensável para as duas creaturas viverem a vontade e onde cinco, seis e oito pessoas de família se acumulam, num pequeno quarto, sem uma permanente renovação de oxigénio, respirando noites inteiras na mesma atmosfera viciada, sem que o acido carbónico fosse substituído, nessas pocilgas repugnantes, sem sôlho, nem resguardo das inclemências do tempo onde, promiscuamente, filhos e paes dormiam na mesma enxerga, atirada para o chão*<sup>1145</sup>. É com este discurso que prende a atenção do médico que fica surpreendido *pela eloquência expontanea do jovem operário, que, ao de leve, mas com precisão, tocara um dos grandes problemas a que estava ligada a infelicidade social. // Tendo se dedicado pouco a generalisações sociológicas, enquistado na sua especialidade medica, não tinha aprofundado a questão*<sup>1146</sup>. Provavelmente tal como o leitor, o médico nunca se tinha debruçado profundamente sobre o assunto e era através de Alfredo que percebia que *havia uma multidão de fenómenos sociaes a estudar, uma ampla sucessão de princípios a analisar e uma terapêutica preventiva que ele ignorava*<sup>1147</sup>. A preocupação social do autor é evidente e é introduzida uma esperança na ciência que possa estudar as questões sociais para tratá-las e a controlar os efeitos nefastos que a pobreza pode provocar. À mente do médico vinham todas as residências de trabalhadores que visitara e são citadas essas *colmeias de trabalhadores com insignificantes salários*<sup>1148</sup>. Continua o narrador descrevendo os vícios (alcoolismo,

---

<sup>1143</sup> Idem, ibidem.

<sup>1144</sup> Idem, ibidem.

<sup>1145</sup> Idem, p. 4.

<sup>1146</sup> Idem, ibidem

<sup>1147</sup> Idem, ibidem.

<sup>1148</sup> Idem, ibidem.

prostituição) e as doenças (variola, febre tifoide, tuberculose) existentes nesses bairros degradantes.

Através das palavras do jovem *operário* parecia que o médico ia reinterpretando toda a realidade. Fruto do embate recebido, construíra uma nova perspectiva da realidade, surgia agora o *quadro negro dos famintos e dos miseráveis, em luta com a adversidade, tendo contra si a própria ignorância, a injustiça social, que vê neles, apenas o esterco humano, os escravos do nosso tempo, esfacelando se e decompondo se numa fermentação permanente. Via agora [o médico] tudo, tudo, com nitidez e a repugnância instintiva que sentia por essa vida de podridão, transmudava-se, de repente, em íntima compaixão por uma odisseia de dor e de sofrimento*<sup>1149</sup>. É de atentar no recurso ao termo “escravo” tão conhecido na sociedade colonial em que era publicado o romance: estes trabalhadores eram afinal tratados como indivíduos sem qualquer direito ou dignidade. Igualmente, importante é o uso da palavra “operário” para caracterizar Alfredo, tratando-se de uma categorização social (que no caso de Bastos, por exemplo, aparecia como caracterização étnica, como o termo que usava para Matilde de jovem africana). Aqui predomina a questão social e as assimetrias vividas entre os mais modestos e os mais favorecidos. A verdade era aquela que tinha sido descrita e o médico só consegue vê-la com a ajuda do discurso “eloquente” do jovem. Estes pensamentos despertam a compaixão do médico que diz a Alfredo que têm de pensar num modo de retirar a sua mãe daquela casa sem condições. Quando se despedem, recorre o autor ao que parece ser uma antítese, mas que se trata apenas de colocar uma característica onde este pretende que ela se encontre, assim o médico aperta *com entusiasmo, a nobre mão calosa do mancebo*<sup>1150</sup>, o que significa que a nobreza se encontra no trabalho, por isso a mão de Alfredo, tendo as marcas do seu ofício e apresentando-se calosa, é digna.

O jovem regressa ao seu passeio, voltando-se à paisagem doce, agora, enriquecida pelos cânticos populares de quem trabalhava, tornando o ambiente bucólico e, todavia, pejado de uma alegria transbordante: *Em baixo, no rio, uma voz argentina de mulher do povo, como que á compita com as aves canoras, fazia-se ouvir, encantadoramente, numa profusão de canções, amorosas, suaves, cariciosas, numa doce cadencia rithmica. A espontânea poesia popular, realçava, a mimosa musica do povo, semi-rude mas vibrante*<sup>1151</sup>. Sem os contornos da música mais erudita, animava Alfredo que, com a sua *alma de poeta*<sup>1152</sup>, se sentia enlevado pelas cantigas. Em seguida, transcreve o autor as músicas que estariam a ser escutadas pelo jovem, enriquecendo o seu texto com sons que o leitor, mesmo desconhecendo as cantigas, poderia recriar no seu íntimo e completar o quadro de perfeição apenas abalado pelo sofrimento das personagens. Esta colocação das músicas no corpo do texto resgata, também, uma série de tradições populares das quais o próprio autor se encontrava agora afastado, o que se assemelha à recuperação que faz destes temas na sua tese de doutoramento e que considera testemunhos importantes da identidade do povo. Portanto, também se enquadra no interesse etnográfico do autor e na importância que lhe atribui na explicação do fenómeno social. A par da situação degradante dos trabalhadores, provocada pelas insuficiências da distribuição da riqueza, há elementos galvanizadores e positivos entre essas camadas mais desfavorecidas e a

---

<sup>1149</sup> Idem, pp. 4-5.

<sup>1150</sup> Idem, p. 5.

<sup>1151</sup> Idem, ibidem.

<sup>1152</sup> Ide, ibidem.

literatura popular é um destes fatores. As músicas transcritas são de amor: *Canta amor, cantemos juntos, // Já que outra vida não temos // Anda a morte pelo mundo // Cedo nos separaremos*<sup>1153</sup>. Outra ainda: *Cuidavas que em me deixares // Que eu por ti deixava dó?! // É muito fraco o navio // Que tem uma amarra só!*<sup>1154</sup> O autor explica a variação nas canções, umas mais alegres e outras mais tristes, mas todas com um encanto especial que pretende revelar em texto.

Enlevado pelas cantigas, Alfredo cruza-se com uma jovem que cativa a sua atenção e que vem a ser a outra personagem principal desta narrativa. Esta personagem é descrita fisicamente e essa descrição é corrigida pelas últimas anotações do autor. A personagem é descrita tal como Alfredo a via, sabendo o leitor apenas o que o jovem observava: *Vinha só. Esbelta, de cabelos acastanhados de tendência dourados, grandes olhos azulados [corrige o anterior negros], guarnecidos de fartas pestanas, um rosto sobre comprido, nariz esculturalmente contornado, um tanto saliente, uma linda boca deixando ver, por entre os lábios levemente vermelhos, semi-abertos, duas fileiras de dentes, que pareciam duas alas de pequenos bocadinhos de marfim, ali engastados por primorosas mãos de artistas*<sup>1155</sup>. Apresentava-se com simplicidade no vestuário e singeleza nos acessórios, também descritos. Cumprimentaram-se os estranhos com um aceno de cabeça, ficando Alfredo extasiado com a beleza da jovem e muito ansioso por saber quem seria. Tendo ela desaparecido do seu raio de visão, fica com a sua imagem como se fosse algo de irreal. Tal como o jovem, o leitor fica sem saber quem seria esta jovem e convém notar a simplicidade com que a personagem se apresentaria, apesar de formosa, parecendo existir da parte do autor um culto à simplicidade e modéstia, características que estas duas personagens partilham. Entretanto, como a jovem é descrita pela observação de Alfredo não existe uma caracterização psicológica da mesma que chegará em seguida. O narrador sossega o leitor escrevendo-lhe que se verá adiante quem era esta jovem que impressionara Alfredo. O jovem regressa a casa, não sem que sejam novamente escutadas canções populares cantadas pelas mulheres que lavavam no rio. Pela primeira vez, o narrador denomina a jovem que encontrara Alfredo, chama-se Albertina e também ficara impressionada com este encontro e, neste momento, o leitor já sabe um pouco mais que a personagem Alfredo.

Interrompe-se o capítulo, começando-se um novo com a chegada de Alfredo a casa, encontrando a sua mãe doente, informação que o leitor já detinha. As atenções do jovem viravam-se para a mãe, deixando para segundo plano o encontro da manhã. Igualmente a jovem, dedicada aos seus afazeres que eram sobretudo consolar os pobres, também já coloca o pensamento noutra lugar. Dá-se a visita do médico, o Dr. Mendes, à mãe de Alfredo, tendo este informado o filho que a mãe estava condenada, o que é colocado em discurso direto, incrementando a emotividade da cena. O narrador informa o leitor como Alfredo ouviu estas palavras: *Se bem que conhecesse a gravidade da doença, ficou aturdido quando o doutor lhe confessou, sem hesitação, que a mãe ia morrer. (...) A verdade que, na sua frente, se erguia, tétrica e fatal, aparecia-lhe agora, exposta pela boca do homem de sciencia, como uma sinistra setença pasada em julgado. Antes ainda poderia acariciar uma ténue duvida que sempre*

---

<sup>1153</sup> Idem, p. 6.

<sup>1154</sup> Idem, p. 7.

<sup>1155</sup> Idem, p. 8.

*acompanha os desgraçados, mesmo nos momentos mais difíceis e decisivos*<sup>1156</sup>. Portanto, o escritor recorre ao médico para passar esta terrível informação, também ao leitor, tornando-se esta indubitável pois vinha através de quem mais tinha autoridade sobre o assunto. Este recurso é muito habitual nos romances de carácter realista, o que aqui é de ressaltar é que a própria personagem faz o raciocínio que se pretende que o leitor execute. Não existem margens para dúvidas que o fim da mãe de Alfredo está a aproximar-se, agora que o próprio médico o declarou.

Alfredo fica desesperado com este diagnóstico e pensa em mandar pedir pelas aldeias para poder tratar melhor a mãe, contudo, o médico oferece a sua ajuda e diz que já tem uma casa disponível para ambos irem para lá. Apesar de “vexado” o jovem teve de aceitar a oferta do Dr. Mendes por não ter condições para melhorar a condição da mãe. O narrador expõe ao leitor este debate interno enfrentado por Alfredo: - *Mas, pensava elle, tenho acaso o direito de sacrificar o bem estar da pobre creatura, em nome dos meus brios ofendidos? E não pensava eu numa esmola ainda mais aviltante, como a de pedir por essas portas?*<sup>1157</sup> O gesto do médico além do auxiliar naquele penoso momento, também o levava a ter fé na humanidade e de novo o narrador partilha com o leitor o raciocínio daquela personagem: - *Não é verdade, raciocinava, que nem tudo seja egoismo. Há, ainda, nesta miserável civilização mercantil, alguém que faz bem, só pelo prazer consolador de fazer bem*<sup>1158</sup>. Para o Dr. Mendes parecia que a vida ainda tinha o devido valor e por isso decidira ajudar aquela família, despedindo-se do jovem, alegrando-o para que fizesse frente àquela terrível situação. Apesar de homem da ciência, o médico também se emocionava e aquele quadro despertava-lha esse sentimento de tristeza pelo drama ali vivido. Até aqui, percebe o leitor que esta personagem, o Dr. Mendes, apesar de não pertencer à classe dos trabalhadores que sofrem, era um homem da ciência e como tal pretendia agir no sentido de minorar o sofrimento humano, já que fora tão sensível aos argumentos do jovem. A ciência e a vontade de resolver as maleitas da sociedade eram aliadas dos mais desprotegidos.

Na sua solidão e sofrimento, Alfredo lembra-se novamente da jovem e esperava voltar a encontra-la, pois despertavam sentimentos nobres relativamente a esta desconhecida. O narrador para que não restem dúvidas da bondade e respeitabilidade dos sentimentos do jovem refere: *Não que a ambicionasse; não que a cortejasse grosseiramente. // Na sua alma abria-se uma nova fase*<sup>1159</sup>. Segundo o narrador era a primeira vez que Alfredo se sentia assim, embora já tivesse visto muitos conterrâneos *presos pela beija, na expressão pitoresca do povo*<sup>1160</sup>, evocando o autor de novo a linguagem popular que causa alguma ligeireza num texto pejado de emoções fortes e linguagem dura, dadas as circunstâncias que pretende relatar com o maior realismo possível. Entretanto, as outras jovens, aldeãs e trabalhadoras como ele, representam a voz do povo, e o leitor escuta o seu diálogo, percebendo como o jovem era visto e apreciado entre os seus pares:

---

<sup>1156</sup> Idem, p. 10.

<sup>1157</sup> Idem, p. 11.

<sup>1158</sup> Idem, ibidem.

<sup>1159</sup> Idem, p. 12.

<sup>1160</sup> Idem, bitem.

- *Credo, o Alfredo da viúva parece uma alma penada; sempre triste como um coveiro. Nem adeus; nem bons dias nem boas tardes; nem quem foste nem quem vieste. Passa por nós como o cão por vinha vindimada.*

*E outra replicava:*

- *Qual quê? Aquilo não é tristeza, aquilo é para se dar ao respeito; sempre cheio de chieira. Pensa que é mais do que os outros mas afinal, coitadito, anda com os dedos a olhar à janela das botas.*

- *Isso tenho eu toscado, exclamava outra, mas também tenho reparado que é um brinquinho. Sempre com a camizinha brunida, com o fato muito covadinho, as botas engraxadas, mesmo muito bem arranjado.*

*E a outra, gargalhando, dizia para a companheira:*

- *Olha como tu tens deitado o olho para essas coisas? Quem quer ver que andas com o sentido nelle?*

- *Olha o que tu dizes!... replicava a defensora de Alfredo. Aquilo com a seriedade delle quer mas é alguma viscondessa.*

- *Sim, sim; retorquia uma das interlocutoras, alguma viscondessa piolhosa.*

- *Qual quê; já se tem visto coisas peores. Então o ranhoso do alfaiate, que tem uma cara que nem um chinelo velho, não arranjou a casar com a viúva do Joaquim da Tenda que é rica que nem uma porca? Só uma deixa que ella teve encheu-lhe uma arca de moedas. E hoje canta-lhas gordas; isso é uma sorte.<sup>1161</sup>*

Neste trecho, o autor explora muito bem a estética subjacente à oralidade, selecionando cuidadosamente o vocabulário que aparece adaptado às pessoas da classe social que se trata e conjugando de modo vivo a forma e o conteúdo. Com este diálogo, em discurso direto, quebra-se não só a monotonia do texto, como se introduzem uma série de expressões populares que divertem o leitor e tornam o ambiente em que vive a personagem mais autêntico, no sentido em que parece mesmo que o leitor está a ver toda a cena e a acompanhar o seu desenlace. O quadro ganha realismo e, em simultâneo, vai ao encontro daquilo que o narrador vai comentar, os ódios e invejas que a vida de aldeão leva a acumular, quando um ou outro se distingue por algum motivo. O jovem, desconhecendo o que dele se dizia, regressava a casa, cansado de mais um dia de trabalho e assim se termina este capítulo.

O capítulo III inicia-se com a referência à nova casa da família, indicação do local e caracterização do espaço. Este capítulo tem a indicação de “a completar”, não conseguindo perceber se todas as alterações já teriam sido efetuadas. A casa, mais saudável que a anterior, permitira à mãe de Alfredo passar melhor, contudo, a doença ia avançando. Todo este excerto é rico em advérbios e adjetivos para além de os verbos apontarem para a continuidade do tempo. Apesar de abatida, sonhava conseguir ir ver o mar, elemento sempre presente na paisagem do romance a par dos verdes campos, portanto, reportando-se a uma geografia bem definida. A mãe do jovem acredita verdadeiramente que ficará melhor, graças à casa arejada e à comida adequada que o médico lhe provém. Alfredo deixara de frequentar as aulas para melhor acompanhar a mãe, o que demonstra a sua abnegação. O narrador introduz novamente o discurso direto para dar voz à enferma que fala com as visitas que vão aparecendo, sendo que começa a receber a visita de uma jovem que se interessava por ela e

---

<sup>1161</sup> Idem, pp. 12-13.

trazia-lhe sempre algo para comer. O autor opta por transpor para o texto o diálogo entre as vizinhas: - *Quem será esta menina? Perguntava ella, ás visinhas.*

- *Oh! Aquela é um anjo; é o refrigerio da pobreza destes arredores, informavam-na.*

*E outra, mais besbilhoteira, acrescentava pormenores:*

- *Mora para os lados da Alumiara numa casa muito bonita, do feitio duma gaiola em bicos para o ar, como as de Espinho e da Foz. Passa por aqui quasi todo o anno porque parece que não gosta muito lá da cidade. A familia é muito rica mas, pelos modos, a mãe morreu há muito tempo, quando ella tinha seis annos e ao despedir-se, á hora da morte, disse á inocentinha – como se ella a entendesse! – que fosse muito caridosa.*

*Outra muito admirada, abrindo muito os olhos, descendo e levantando a cabeça, afirmativamente, dizia como ilação:*

- *Oh; Maria da Horta! Olha que ella não se esqueceu do que a mãe lhe disse ao morrer. Anda por ahí por estes logares mais perto a dar esmolos ás mancheias, aos necessitados. Coitadinha: Deus a abençoe que tem tão bom coração<sup>1162</sup>.*

É, de novo, a voz do povo que descreve a personagem, valendo-se o autor dos recursos da oralidade, para mostrar como as aldeãs estavam atentas à ação daquela jovem que a doente relatava ao filho. Por esta altura e pela importância concedida à personagem ainda desconhecida do leitor. Este antevê que poderá ser a jovem que Alfredo encontrou e começa a questionar-se sobre esta personagem, tal como o jovem agora se questiona, avançando a hipótese de ser Albertina, a personagem nomeada pelo narrador mas cujo nome estes intervenientes desconhecem. As visitas, em especial a da jovem, aliviavam o sofrimento da mãe que esperava o filho que saía às cinco da manhã para regressar às sete e meia. Um desses dias, a visita mais aguardada foi mais cedo e o narrador identifica-a com Albertina, portanto, a jovem que tanto fazia sonhar Alfredo. Logo que chega, Albertina começa a falar com a doente que respondendo que estava melhor, é desmentida por um *violento ataque de tosse*<sup>1163</sup>. A mãe de Alfredo começa então a contar a sua história, dizendo que agora está muito melhor naquela casa arejada. Este assunto é pretexto para contar a sua narrativa, uma analepse, interrompida várias vezes pelo narrador para descrever o estado da enferma, incidindo profundamente no sofrimento que ali se vivia. Igualmente, o nome de Albertina volta a ser referenciado como “o nome da sua enfermeira” para reforçar que havia este encontro de personagens, ou seja, a jovem que visitava a mãe era a mesma que o filho avistara. É relevante Macedo ter introduzido o diálogo entre estas duas personagens, uma quase representando o passado, porque está à morte, e a outra o presente e, essencialmente, o futuro porque ainda irá ser descoberta por Alfredo. Trata-se de um diálogo entre duas mulheres cuja origem social é díspar, como o leitor percebeu através da leitura do diálogo entre a doente e as vizinhas, pois Albertina apenas se dedicava a praticar o bem. É da boca da mãe de Alfredo, personagem representando o passado, que sai a história da família, portanto, que se estabelece a analepse. Albertina limita-se a ouvi-la e consola-la. A enferma centrava-se no marido e no filho, as pessoas mais representativas da sua vida, e a jovem interessava-se pelo relato. O pormenor do diálogo chega ao ponto da doente receber pela primeira vez nome, Gertrudes, enquanto reportava à jovem os dizeres do seu marido.

---

<sup>1162</sup> Idem, p. 14.

<sup>1163</sup> Idem, p. 15.

O marido adoecera e tinham perdido todas as economias com a doença e levanta-se a questão dos usuários que viviam da desgraça dos pobres, tomando um drama individual ou quando muito familiar em toda uma expressão social e pela voz de uma mulher simples e sem instrução: - *Todo o ouro e roupas tinham ido para o penhorista; mas de que servia? Pelo que valia vinte davam só dois ou menos. E como nós não lhe podíamos pagar juros, lá ficou tudo quanto lhe custou a ganhar. Pois tínhamos bastantes andainas de roupas. Algumas tinham ficado por quatro moedas davam por elas só duas coroas! Um cordão de ouro que tinha custado sessenta mil réis lá ficou por duas libras*<sup>1164</sup>. Igualmente é de se notar que este diálogo é entre duas mulheres, falando de assuntos muito sérios como a usura, apesar de ser feito numa linguagem muito popular. Para além de serem pessoas com papéis sociais diferentes, faziam parte do grupo de seres humanos submissos, lembre-se que as mulheres não tinham quaisquer direitos de cidadania. Isto espelha uma postura do autor relativamente às questões de género, pois Macedo reconhecia um importante papel às mulheres, tendo, por exemplo, mantido uma ligação muito próxima com sua mãe que é visível na sua correspondência pessoal e a nível profissional chegou a escrever sobre as mulheres portuguesas escritoras e as dificuldades que enfrentavam em divulgar a sua obra, portanto, existe uma profunda sensibilidade ao papel das mulheres na vida familiar, social e intelectual<sup>1165</sup>. Prosseguindo a sua história, Gertrudes chega ao momento em que o marido morreu e os desejos que deixou relativamente ao seu filho, ainda criança. Albertina passara a tarde escutando a história da doente, mas agora ia para casa, deixando-se levar pelos cantos das jovens que regressavam do trabalho, voltando o autor a colocar no corpo do texto alguns dos estribilhos entoados. Havia alegria e jovialidade nestas jovens que regressavam do trabalho dos campos, contrastando com a atmosfera em que Albertina estivera durante a tarde. Esse dia cai para outro se levantar e é assim que termina este capítulo, como se mais um dia de tarefas tivesse sido cumprido.

O capítulo IV abre com a visita do Dr. Mendes. Era sábado e o médico chegou cedo, encetando o diálogo com a paciente, questionando-a porque se tinha cansado tanto. Abalada conta-lhe que estivera recordando os problemas do passado, o que o médico escuta, desaconselhando que volte a estar assim. Quando se despedia o Dr. Mendes, chega Albertina para saber da doente, ainda se encontrando com o médico à porta da casa, dirigindo-lhe o médico um grande cumprimento e elogio em discurso direito. Albertina revela-se modesta, tal como Alfredo, refutando o elogio. Segue-se o diálogo entre o médico e a jovem em que esta deseja inteirar-se do estado de saúde da enferma e acabam falando de Alfredo, pois Gertrudes recorda a conversa do dia anterior. Alfredo é muito elogiado pelo médico e pela mãe, mas Albertina ainda desconhece quem ele seja. Fala-se da sua tenacidade e de como pretende seguir os estudos, portanto, criando já uma certa admiração e respeito por parte da jovem relativamente a este esforçado operário que crê desconhecer. Apenas o leitor e o narrador sabem que Alfredo e o jovem que se cruzou com Albertina são a mesma personagem.

---

<sup>1164</sup> Idem, p. 17.

<sup>1165</sup> O facto de Macedo ser amigo pessoal de personalidades como Ana de Castro Osório teria proporcionado um contacto com diferentes correntes de pensamento, muito orientadas para a valorização da mulher, enquanto membro ativo e com direito a participação na sociedade. Também intelectualmente lhes concedeu importância tendo escrito mesmo um capítulo de um livro que creio nunca ter sido publicado *As Mulheres Portuguesas* (José de Macedo, Capítulo do livro *Mulheres Portuguezas*, 7.º caderno, transcrição Cátia Miriam Costa).



Fechado o capítulo precedente, eis que se abre o quinto capítulo, dizendo-se que é domingo, logo parecendo que agora está a fazer-se corresponder cada capítulo a um dia. A doente tinha piorado e o Dr. Mendes ia de novo visitá-la, encontrando agora Alfredo com quem conversa, introduzindo-se novo diálogo em discurso direto. Nesse dia, ia ali representar-se um auto que o médico reconhece como benéfico e o jovem pensa que seria uma festa ridícula e apenas mais um pretexto para a desordem. Mas o médico elogiava estes jovens que, apesar de simples, ocupavam assim o seu tempo em vez de irem para a taberna. O auto chamava-se “Auto do dia do Juízo” mas dito pelos populares transformara-se em “alto dia do juízo”, voltando o autor a fazer notar as pequenas informalidades, coloquialidades e deformações permitidas pela oralidade. Todo o cortejo é descrito, ganhando contornos de rudeza, pois os populares que serviam de atores pareceriam estar todos deslocados dos seus papéis, ouvindo ainda as piadas ditas por quem os via passar. Algumas expressões usadas pelo autor são de notar, como *pelos muito compridos, como os dum chimpanzé* ou *lábios grossíssimos, como os de um hotentote*<sup>1166</sup>. Se se reparar bem, o autor recorre a um animal que não existe na fauna europeia e a um tipo físico que não existe em Portugal, mas que tanto num como noutro caso seriam facilmente reconhecidos por um público familiarizado com estes elementos, como era o angolano. Aqui ocorre, pois, a operação inversa ao que os escritores de literatura colonial habitualmente faziam que era verter a realidade considerada pelos europeus como exótica para padrões que os metropolitanos pudessem entender. Logo, as comparações eram feitas com aspetos conhecidos deste público, sobretudo, se a ambição do autor fosse publicar na metrópole. Neste caso, a operação é a inversa, tomam-se elementos da sociedade colonial e conhecidos pela cultura local para comparar com o que se está a apresentar.

A orquestra era desafinada, as personagens vinham mal vestidas e o que predominava era o ruído de que já a doente se queixava, acalmando-a o filho, explicando o que se passava. Tanto a passagem do cortejo como a conversa com a doente estão vertidas em diálogos transcritos em discurso direto, parecendo que o leitor mergulha na própria ação e ali está também observando de forma participada tudo o que se passa. Alfredo e o Dr. Mendes encetam, então, uma conversa sobre a falta de divertimentos sãos e educativos entre uma sociedade que se encontra degradada. Entretanto gera-se um motim, correm pessoas e o barulho aumenta de modo assustador, terminando assim este capítulo. O capítulo VI começa com uma analepse, voltando-se ao momento em que toda a gente queria entrar no recinto onde se ia realizar o espetáculo. Forma-se o cortejo para a representação e o narrador apresenta em tom de ironia a personagem “Zé da Ana Magana” que dizia ser um entendido em teatro e que a esta atividade se dedicava, sendo afinal o porteiro do teatro Príncipe Real<sup>1167</sup>. O narrador descreve o público, as suas roupas domingueiras, os acessórios em filigrana ou ouro, no caso das senhoras, existindo aqui um tom de crónica de costumes, só que vocacionada para a gente aldeã, popular, isto é, para aqueles que não frequentando os salões de baile também tinham os seus hábitos e vaidades. A eira estava cheia, *uma casa á cunha* como se diria em *calão teatral*, como o próprio narrador menciona<sup>1168</sup>. Introduce-se nova analepse para explicar a fama

---

<sup>1166</sup> José de Macedo, *Herança de Amarguras*, op. Cit., p. 24.

<sup>1167</sup> Idem, p. 26.

<sup>1168</sup> Idem, p. 27.

que precedia os atores do auto. Estes tinham sido *muito festejados no palco do «Príncipe Real», no Porto*<sup>1169</sup>, o que lhes trouxera fama.

Então, o narrador tem de recuar à semana anterior para explicar o verdadeiro sucesso do auto, trazendo de novo ao tema as assimetrias sociais e a falta de dignidade que se estendia a vários grupos sociais. Leia-se o autor: *Uma comissão de caixeiros dos Clerigos e rua do Almada tinha os convidado para uma recita, naquele teatro. Encheu-se até mais não poder. Os bilhetes nas mãos dos contratadores, pagavam-se pelo triplo dos da casa já esgotados. Na ancia de adquirir lugar, predominava a caixeirada do Porto que aproveitava algumas horas que tinha livres concentrando-se no Príncipe Real para uma pândega a valer, como elles designaram aquela caçoadada aos aldeãos ignorantes*<sup>1170</sup>. Note-se na intenção de humilhar os aldeãos e que esta vinha de um grupo profissional que nem sequer ocupava os lugares mais altos da sociedade, mas que, achando-se superior, consagrava-se a si próprio o direito de humilhar publicamente os atores vindos da aldeia. Regresse-se à leitura. *Quando se encontrava o palco cheio de figuras, saudando gravemente a plateia, em cortezias habituaes, começaram os civilizados espectadores dos camarotes, uns a miar, outros a ladrar, outros a chiar, outros a tocar cornetas de barro, fazendo uma algazarra furiosa, de maneira que os pobres diabos não puderam ser ouvidos nem devidamente apreciados*<sup>1171</sup>. A antítese entre a palavra “civilizados” e o comportamento dos caixeiros não poderia ser maior e esta palavra usada em sentido irónico expõe de forma mais acutilante a falta de civilidade dos caixeiros que, por serem urbanos, se achavam com direito a desrespeitar os visitantes. Mesmo assim, estes lá iam representando o auto, sendo algumas falas das personagens transpostas para a narrativa, para que o leitor possa ter noção do que se trata. Entretanto, caixeiros e estudantes que se lhe tinham juntado, cada vez gritavam mais, o que veio a piorar com o público a lançar vegetais podres, excrementos e a ridicularizar os atores, até que um destes se revolta e solta um palavrão que resultou numa *colossal e expontanea gargalhada enquanto as damas que assistiam á scena, olhavam umas para as outras, envergonhadas pelo palavrão proferido*<sup>1172</sup>. Retenha-se que as damas não ficam envergonhadas com o comportamento dos seus acompanhantes, mas com o palavrão dito pelo aldeão. A situação atinge o máximo do ridículo quando os elementos do público começam a perseguir os atores.

Contudo e no uso do seu orgulho aldeão, os atores chegam à aldeia e falam de um sucesso retumbante na cidade, desmentido por alguns que não tinham gostado da brincadeira: - *Pois a mim, Zé, quando vi que os nabos, e quasi toda a hortaliça podre do Bulhão, caia sobre nós, como uma chuva fedorenta, deu-me tal dor de barriga que tive de me raspar*<sup>1173</sup>! O quadro que Macedo aqui descreve assume contornos importantes, pois o pretendido é ir dando, ao longo do romance, uma ideia do que eram as práticas culturais de uma população que se encontrava atrasada e sobre a qual, embora com exceções, pesava a ignorância que tanto se fazia sentir nos meios rurais como nos urbanos. Terminada a analepse para se explicar o sucesso dos atores junto do público da aldeia, volta-se à representação da peça naquele domingo, incomodando a mãe de Alfredo e que já se sabe tinha descambado em motim. O narrador

---

<sup>1169</sup> Idem, ibidem.

<sup>1170</sup> Idem, ibidem.

<sup>1171</sup> Idem, ibidem.

<sup>1172</sup> Idem, p. 29.

<sup>1173</sup> Idem, ibidem.

descreve toda a cena em pormenor e também o que se gritava da plateia mas que não conseguia distrair os atores, sobretudo o “Zé da Ana Magana” que sendo *bom psicólogo da mentalidade aldeã preferiu fazer ouvidos de mercador e readquiriu a sua serenidade de chefe da festa*<sup>1174</sup>. O auto continua e o narrador vai dando conta da entrada em cena das personagens e das suas falas que também aparecem deformadas, nas expressões *Nós que semos portugueses* ou *Sêmos filhos do trabalho*<sup>1175</sup>, numa clara alusão a textos decorados oralmente, portanto, deformados por uma pronúncia que não conhecia a palavra escrita. Mas as provocações, todas colocadas em discurso direto, lá continuavam até porque os atores de um outro auto, o do José do Egito, combinados com outros atores populares do Cardal pretendiam acabar com tudo aquilo à paulada. Prossegue a descrição do auto, incluindo na narrativa o que era dito pelos autores, tal como acontecera previamente.

Não paravam as incitações grosseiras à desconcentração dos autores que vinham aumentando à medida que se consumia mais vinho, o narrador tudo relatando ao leitor em discurso direto e o autor colocando uma nota explicativa sobre o aparecimento de duas personagens que suscitaram finalmente o motim de que se queixavam a doente, o filho e o médico. Trata-se de Adão e Eva e diz Macedo: *Na edição do auto que conheço não vêm, como personagens Adão e Eva. A primeira edição é do século XVI, indicando Theofilo Braga na relação de diversos autores anónimos. O autor deste romance assistiu, porém, nos arrabaldes do Porto, a varias representações do mesmo auto, alterado conforme o gosto do ensaiador, e ahi entravam as personagens indicadas, além de outros que a primeira edição não traz*<sup>1176</sup>. Esta nota é reveladora de um especial cuidado que o autor tem em aproximar o seu texto da realidade, apesar de ser ficcional, evocando não só a sua autoridade por ter assistido muitas vezes a autos deste tipo, como ancorando as suas observações num estudo levado a cabo por uma personalidade incontestada na altura relativamente à literatura oral e popular. Logo, para além de formar um quadro social, Macedo também pretende pedagogicamente fundamentar, seja através da voz das suas personagens, seja através da intervenção do narrador ou mesmo da sua escrita, a informação que apresenta, pois o seu desejo é que se construa uma alternativa a uma sociedade que mantinha tantas características que a seu ver a tornavam pouco progressiva.

Quando estala o conflito, ouvem-se pessoas a fugir, cabos da polícia a querer intervir e toda uma confusão que se gera em pouco tempo e nem a autoridade policial ali presente consegue estancar. É o Dr. Mendes que com a sua *voz forte, vibrante e energica chamou: //- Que desordem é esta, rapazes?*<sup>1177</sup> Todos pararam de imediato e acabaram por reconhecer o médico que, em vez de os recriminar, considera que tudo aquilo resulta do atraso em que vivem, mas que quer pedir-lhes compreensão para uma paciente que agoniza de dor no momento em que tudo aquilo acontece. Aproveita e repreende a hostilidade entre aldeias: *Não sois vós, acaso, irmãos? Para que hão de os Coimbrões andar em rixa com os do Marco, os do Marco com os do Candal, os do Candal com os de Gaia e Santo André*<sup>1178</sup>. O médico aparece ao longo do romance como a voz da razão, capaz de conter ânimos e de se aperceber das

---

<sup>1174</sup> Idem, p. 30.

<sup>1175</sup> Idem, ibidem.

<sup>1176</sup> Idem, p. 33.

<sup>1177</sup> Idem, p. 35,

<sup>1178</sup> Idem, ibidem.

injustiças sociais, por isso, é um bom conselheiro que exorta os aldeãos a usarem o seu tempo de modo mais profícuo: *Diverti-vos, sim, mas diverti-vos com seriedade, com superioridade. Confesso-vos que quando vos vi passar ali, ao Verdinho, senti um grande prazer por pensar que procuráveis nestes divertimentos um meio seguro de acabar com a frequência da taberna; vejo, porém, que me enganei e que isto é mais uma maneira de exacerbar irritabilidades de logar para logar, por uma emulação mal compreendida*<sup>1179</sup>. O Dr. Mendes é escutado e os aldeãos abandonam o local, convencidos pela sua argumentação, ficando explícita a rudeza dos costumes. A polidez do médico fora essencial para o desfecho e a doente fica-lhe muito agradecida, acabando o capítulo com a conclusão do auto e da confusão em seu torno.

O capítulo VII abre com a mesma lógica, isto é, no dia seguinte ou seja segunda-feira. Diz o narrador que a doente tinha passado mal a noite e descreve os sintomas que o comprovam. O filho tinha ficado em casa para atender à mãe mas aproveitava para ler um *livro, que o narrador não identifica, mas cujo conteúdo descreve era um livro que estudava as causas das doenças sociais, causadas pelas [?] trágicas das injustiças do mundo*<sup>1180</sup>, sendo os livros de Alfredo uma referência ao longo do romance, apesar de estes nunca serem nomeados no seu título ou autor. Pretende o autor demonstrar não só o interesse da personagem pelo conhecimento como incidir sobre o tipo de resposta que procurava. Sendo este romance construído em torno da injustiça social, da perseverança e do trabalho de alguns para contrariar a condição em que se encontram, é lógico a personagem principal interessar-se pelo entendimento dos fenómenos sociais, tal como a personagem feminina principal, Albertina, pretende aliviar o sofrimento dos mais pobres. Neste caso, a vivência das dificuldades quotidianas surge como um conhecimento de causa, experiencial, superior ao que poderia ser analisado pelos especialistas, daí que o Dr. Mendes só entenda a extensão dos problemas dos mais carenciados através da intervenção de Alfredo. Esta demonstração da superioridade da realidade face à própria teoria, volta a acontecer quando Gertrudes conta a Albertina o que os agiotas tinham feito ao pequeno pecúlio que conseguira com o marido. As vidas e os sofrimentos destas pessoas eram o testemunho acabado com o qual os cientistas teriam de lidar para criar uma ação preventiva para estes males. É isso mesmo que o autor conclui quando escreve: *O corpo da mãe, ahi prostrado, em sofrimento, era o melhor tratado de patologia social, que os maiores sábios tivessem escrito*<sup>1181</sup>. A ciência era positivada pela experiência, portanto, ali estava a prova e qualquer sábio sendo tocado por esta realidade teria matéria para desenvolver a sua teoria<sup>1182</sup>.

Entretanto, Albertina encontra o médico na rua e falando com ele fica a saber do grave estado de saúde da doente, o que é revelado em discurso direto. Albertina decide, pois, ir ver a enferma, mas quando chega depara-se com o jovem com quem se tinha cruzado e que a

---

<sup>1179</sup> Idem, ibidem.

<sup>1180</sup> Idem, p. 36.

<sup>1181</sup> Idem, ibidem.

<sup>1182</sup> É muito importante este trecho de Macedo, pois o autor teria sido tocado por esta realidade, ele próprio admite várias vezes a sua convivência com operários, o que o poderia ter inspirado a escrever esta ficção. De modo similar, é no povo e na sua experiência junto deste que escreve todo o capítulo dedicado a Portugal na sua tese de doutoramento. Portanto, para si ciência e arte partiriam de um mesmo início, a observação da realidade que inspirava a criatividade dos mais atentos que se dedicavam à arte ou à ciência.

impressionara. Existe um momento de forte emoção e ansiedade por parte de Alfredo e Albertina e o diálogo irrompe com a jovem a perguntar pela doente. Como Gertrudes descansava no momento, Albertina decide esperar que ela desperte. Entretanto, aproveita para observar o jovem e comprovar as indicações que lhe tinham dado, em que de novo surge a importância do livro, da instrução e cultura que se pode adquirir por este meio. Albertina compara o que tinha escutado com o que via naquele momento: *Na verdade o doutor não tinha exagerado, se bem que ella ainda não conhecesse o grau de illustração do homem em quem estava pensando com tamanho interesse*<sup>1183</sup>. Estava comprovado que era um jovem ético e intelectualmente de valor e o narrador aproveita para dar mais alguma informação ao leitor: *A sua maneira de se apresentar, o amor que tinha ao estudo, os livros que quasi todos os sábados, depois de receber a minguada feria, comprava, tudo denotava a grande superioridade intelectual daquelle rapaz*<sup>1184</sup>. Há aqui de novo, um certo aspeto autobiográfico, pois igualmente Macedo, mesmo em momentos de dificuldade económica que viveu, sobretudo após o seu afastamento do ensino, foi sempre um ávido consumidor de jornais e revistas, o que explica a conservação do seu espólio e as notas que foi guardando ao longo dos anos sobre matérias que foi analisando. É notório que o próprio autor concedia uma grande importância ao livro enquanto instrumento de educação e progresso popular, daí a sua participação nas coleções mais populares da Companhia Nacional Editora que teve a oportunidade de expor anteriormente<sup>1185</sup>. A jovem mesmo pertencendo à alta burguesia portuense sabia apreciar essas qualidades do jovem, pois aborreciam-na os jovens dos salões elegantes do Porto que viam mercantilismo no amor. Assim, encorajada pelos valores e vontade do jovem, Albertina *sentiu-se dominada por aquele mancebo, tão fora do vulgar dos filhos do povo rude, tão cheio de brios e de boa vontade e tão superior, ainda, ás figuras petulantes dos seus adoradores habituaes*<sup>1186</sup>, segundo informa o narrador.

Também Alfredo pensava sobre a distância que os apartava, apesar de sentir por Albertina algo que nunca tinha sentido antes, revelando-se o aspeto social como condicionante da ação das personagens. Pensa Alfredo: *Era assim que elle a tinha sonhado nos seus devaneios alados às regiões do ideal e do intangível. (...) intangível e ideal continuava a ser para si, deserdado, sem recursos, filho duma mulher que ella vinha socorrer, arrastada, apenas pela vontade dominante de fazer bem passando-lhe despercebido, elle, o triste proletário que não tinha, quasi, onde cair morto, filho das tristes chuvas [?], neto das águas correntes, tendo reclinar a cabeça, ao descansar, no catre fornecido por um benfeitor*<sup>1187</sup>. No entanto, o jovem não se deixava abater e declarava *hei-de fazer-me homem*<sup>1188</sup>, comprovando a sua vontade em mudar a sua vida. Entretanto, desperta a mãe de Alfredo, e ambos jovens foram socorrê-la, dizendo Gertrudes: - *São duas creaturas bem eguaes. // O meu Alfredo é um anjo de bondade. A menina é outro anjo cheio de caridade. Quem dera que ambos se pudessem entender*<sup>1189</sup>... Este desejo deixa os jovens perturbados e esta é das últimas palavras da enferma que vem a falecer na presença dos jovens, sendo este momento proficuamente descrito. Ambos choraram a

---

<sup>1183</sup> Idem, p. 37.

<sup>1184</sup> Idem, ibidem.

<sup>1185</sup> Refiro-me, por exemplo, a estes dois livros: *A socialização do ensino* e *O Cooperativismo*.

<sup>1186</sup> José de Macedo, *Herança de Amarguras*, op. Cit., p. 38.

<sup>1187</sup> Idem, ibidem.

<sup>1188</sup> Idem, ibidem.

<sup>1189</sup> Idem, ibidem.

morte de Gertrudes, concluindo o narrador, *as lágrimas nem sempre são provas de fraqueza. Por vezes conforta os infelizes e identifica sentimentos comuns*<sup>1190</sup>. Foi nessa altura que entrou o Dr. Mendes que acalmando os jovens disse: - *Acabou-se o martírio desta desventurada. Como te disse estava por pouco porque a tuberculose vinha de longa data e já era impossível salvá-la. Agora como Pombal te digo que tratemos dos vivos e enterremos os mortos. Até logo; vou acudir a um pobre homem que ficou debaixo dum penedo, ali nas obras do Joaquim Moleiro*<sup>1191</sup>. Nestas palavras do médico encontra-se o consolo face ao sofrimento da doente, mas também o pragmatismo do homem que sabe que o mundo não para e as injustiças não cessam e, por isso, tem de ir salvar uma vítima de um acidente de trabalho, revelando toda a dureza desse mundo dos que por pouco trabalhavam muito.

Termina assim este capítulo, com o médico a dizer a Alfredo que enviará quem cuide do enterro. O capítulo seguinte, o oitavo, abre com o Dr. Mendes a procurar o cangalheiro que dava pelo nome de Manuel Tumba que, logo que vê o médico, antevê negócio. Inicia-se o diálogo, transposto para discurso direto, e o leitor rapidamente percebe que o único intento desta personagem é garantir o seu lucro. O médico responsabilizava-se pelo pagamento, o que dava um certo conforto ao cangalheiro. Passado pouco tempo, o cangalheiro chegou à casa de Alfredo e pergunta - *Há aqui carne fresca? Venho do mando do sr. Doutor Mendes, tratar dum enterro*<sup>1192</sup>. A questão, colocada em discurso direto, mostra a insensibilidade do cangalheiro. É Albertina quem lhe responde, dizendo que seria ela a pagar o enterro e como o preço do enterro não havido sido combinado o cangalheiro ficou *todo satisfeito, com aquela boçal satisfação de quem julga que anda enganando os outros, numa malévola e cínica velhacaria, dos que, invariavelmente, pantominam, para o conseguimento desvairado das suas aspirações, ainda as mais grosseiras, ainda as mais idiotas, ainda as mais vis*<sup>1193</sup>. É intenção do autor demonstrar a mesquinhez e insensibilidade do cangalheiro, enquanto personagem, mas sobretudo alertar para a quantidade de gente que, com falsos galanteios, enganava os outros. Assim, coloca na voz do narrador essa partilha com o leitor que diz: *Eu não pretendo fazer, nestas paginas, a análise detida do caráter desta creatura. De resto, encontramos, a cada passo, na vida, sempre mesquinho sempre na própria expressão corrente, de finórios intuitos mercantis, embora, sempre se apresentem, como quilate da sua avessa sentimentalidade, o máximo desinteresse nas suas ações mal intencionadas*<sup>1194</sup>. Apesar de o narrador não pretender fazer a análise do carácter da personagem, a verdade é que lança os traços psicossociais daqueles que bajulam para poderem tirar mais proveito das situações e partilha essa reflexão com o leitor, concluindo: *Quando temos nós encontrado desta ajéz eu, tu leitor amigo, com lábios hipocritamente arregaçados num ritus permanente; boas pessoas, muitas vezes, a quem na aparência amarguraram também as dores dos outros*<sup>1195</sup>. Novamente, a personagem não é apenas vista isoladamente, está ali representando algum comportamento que o leitor pode experimentar ou já experimentou no seu contacto com o mundo que o rodeia, isto é, a experiência literária (portanto, ficcional) é tomada como um *continuum* da experiência individual e coletiva da realidade.

---

<sup>1190</sup> Idem, p. 40.

<sup>1191</sup> Idem, ibidem.

<sup>1192</sup> Idem, p. 41.

<sup>1193</sup> Idem, ibidem.

<sup>1194</sup> Idem, ibidem.

<sup>1195</sup> Idem, ibidem.

O narrador recupera a narrativa não se querendo afastar do tema principal que é agora o enterro de Gertrudes. Tendo Albertina acertado tudo com o cangalheiro, decide retirar-se pois já se fazia tarde, comunicando a Alfredo que regressaria no dia seguinte. Albertina estende a mão a Alfredo para despedir-se, mas ele num arrebatamento ajoelha-se, beijando-lhe as mãos, o que simboliza o estado de paixão em que se encontra. Albertina retira-se, emocionada com tudo o que se passara e correspondendo ao jovem. Alfredo fica agora só, vivendo a sua dor, chorando as suas mágoas, mas também pensando no seu futuro. O narrador descreve toda a cena, introduzindo o leitor nos pensamentos da personagem e dando vigor a todo aquele sofrimento que se torna quase real para o leitor mais atento que seria solidário com este *moço operário*<sup>1196</sup> com uma vida tão amargurada. Existe de facto o intuito do autor de tornar o leitor solidário com as personagens da narrativa, daí que haja tão grande intensidade na transmissão das emoções das personagens e intervenções tão veementes por parte do narrador. O corpo de Gertrudes passa a simbolizar todas as injustiças cometidas: *Aquele resultado era, de resto, uma exaustiva manifestação da amargurada vida passada, em que a mãe, em luta com a doença, e com as más condições de existência, havia de ficar vencida pela força. Aquele corpo inanimado, na [...] aparência marmórea, era o símbolo de todas as amarguras humanas em que os proletários em resgate, sem afagos, sem os grandes confortos que são necessários para que a humanidade faminta, não seja a eterna escrava, tendo á frente uma esfinge sombria que se ergue, ameaçadora, perante os que entram na vida sem o amparo da fortuna*<sup>1197</sup>. Aquela morte simbolizava a necessidade de mais justiça social e fundamentava o clamor por maior reconhecimento do esforço dos trabalhadores.

Regressando ao correr da ação, entra de novo Manuel Tumba cuja aparência física é agora descrita, sendo que tudo nele parecia grotesco, sobretudo, o modo como se apresentava, o vestuário e até o modo como se comportava. Tal como aconteceu com outras personagens, também o cangalheiro passa pelo julgamento da voz popular, primeiro com o narrador a expor as diversões das crianças quando o cangalheiro passava, detendo-se o narrador no ponto em que poderia ser incorreto para os leitores, justificando-se *A garotada não fazia rimar positivamente assim, mas evitemos temos que poderão ofender os ouvidos castos dos leitores ingênuos e inexperientes*<sup>1198</sup>. O cangalheiro fazia por ignorar estes dizeres e ia levando a sua vida e, mais uma vez, o autor dá voz ao povo para que se saiba o que se pensava deste. Transcrevo aqui mais um diálogo colocado em discurso direto: - *Oh, aquilo é marau muito fino, grazinavam as visinhas; mete a unha nas contas, de combinação com o cereeiro e o armador, que é um regalo.*

- *Se fosse só isso, ajuntava outra. E o que elle arrasta para casa, quando morre qualquer graúdo?*

- *Lá isso é verdade, que eu não sei como elle possa viver, assim, á farta; sempre tudo à grande. Ali naquela casa não se olha a meias medidas, corta-se por largo, pela medida grande, repontava uma terceira, escarafunchando os dentes com um alfinete e pondo a boca à banda e o pescoço ao lado, como uma mimalha provinciana.*

- *A filha é que anda no luxo. Ella são os bons lenços de sede de quartinho e 15 tostões; ella são boas roupas, anéis, e cordões de oito e dez moedas, boas arrecadas que parecem que lhe*

---

<sup>1196</sup> Idem, p. 42.

<sup>1197</sup> Idem, p. 43.

<sup>1198</sup> Idem, ibidem.

*puxam as orelhas até aos ombros; são mesmo como as rodas dum carro. Nunca vi uma coisa assim, ti Maria Padeira; só o pae é que não muda nunca de farpela, é sempre o mesmo jarreta e parece que anda a cair da boca aos cães*<sup>1199</sup>.

Macedo recupera a linguagem popular para expor como esta personagem era mal vista, mas percebe-se que, na voz do povo, todos os que têm alguma característica de diferente ou são vistos como tendo algum bem-estar ou pretensão a este são alvo deste tipo de comentários. Ao contrário do narrador que incide no carácter e comportamento servil e bajulador do cangalheiro, a voz popular preocupa-se mais com o dinheiro que ele ganha e o modo como se apresenta. A forma como o autor prepara e escreve os discursos diretos demonstra um profundo conhecimento da oralidade entre as camadas mais populares que constituem o meio envolvente da ação e das personagens principais. Entretanto, o cangalheiro volta à casa de Alfredo e também ele tem os seus pensamentos sobre o jovem, portanto, também a sua personagem ganha uma dimensão psicológica a par de Alfredo, Albertina e o Dr. Mendes, refletindo: - *O rapazote parece que tem o rei na barriga, resmungou. Quanto mais pobres mais orgulhosos. Has-de dá-las tesas! Ora o pirralho de bosta!... Magricela! Anda aqui às ajudas dos outros e nem sequer dá trela aos homens mais velhos, que o auxiliam no enterro da mamã*<sup>1200</sup>. Estando-se na fase de preparação do enterro, chegam as carpideiras que o narrador também descreve no modo como se vestem. Observando a envolvente, cedo percebem que se trata de uma casa modesta o que lhes dá algum desalento. Mas começam o seu trabalho, chorando e rezando pela defunta, o que também é colocado em discurso direto: - *Ai minha rica Gertrudes; quem te há-de esquecer? Tu que eras a mais santa das mulheres. Pede ao senhor por teu, filho no céu; roga à Virgem Santíssima que nos livre do pecado; pede a S. Jeronimo e a santa Bárbara que nos livrem da trovoada; roga á senhora da Bonança pelos pobres pescadores que andam sobre as aguas do mar*<sup>1201</sup>. O narrador descreve depois toda a cena, com o barulho e os comportamentos habituais nestes casos, pois as carpideiras recebiam de comer e de beber enquanto choravam o defunto. Existe um tom irónico por vezes, noutros momentos mesmo a crítica aberta que sai pela voz de Alfredo. Portanto, não se trata de um relato apenas do que se passava, existe uma caracterização do que significava aquele comportamento das carpideiras e do que representava socialmente.

Alfredo revoltava-se e pensava que, caso fosse ele a tratar do funeral, tiraria dali aquelas mulheres, mas neste caso poderia ser interpretado como um desrespeito pelos seus benfeitores. O narrador arremata *Alfredo não objectou, curvou-se ante a exigência praxista dos preconceitos da aldeia*<sup>1202</sup>, portanto era como submeter-se à lei do mais forte e do juízo dominante. Dialoga com o Dr. Mendes, refletindo sobre o assunto que com ele concorda, mas justifica que são os costumes da terra que são difíceis de arrancar às pessoas. Albertina está do lado de Alfredo, mas o médico, mais experiente na vida, aconselha que se deixe tudo como está, usando o provérbio *na terra onde viveres farás o que vires fazer*<sup>1203</sup>, para que não se gerem conflitos. O recurso ao ditado reforça a ligação entre a mentalidade do povo e estes testemunhos de literatura popular que são os ditados e que condensam regras para o

---

<sup>1199</sup> Idem, p. 44.

<sup>1200</sup> Idem, p. 45.

<sup>1201</sup> Idem, p. 46.

<sup>1202</sup> Idem, p. 47.

<sup>1203</sup> Idem, p. 48.



comportamento individual face à integração numa determinada comunidade. As carpideiras continuavam e estavam cada vez mais embriagadas, consumindo três garrações de vinho e dois bacalhaus com broa. De tal modo estavam embriagadas que acabaram por cair e já nem eram capazes de fazer o seu ofício que era chorar, sendo descrito pelo narrador tudo o que se passara e nesse momento decidem mesmo colocar um termo a uma situação que já gerava riso entre os presentes. Foi Alfredo que decidiu colocá-las fora com um único raciocínio em mente sobre o qual o narrador informa o leitor: *Indignado dirigiu-se para a cosinha a fim de pôr, violentamente fora de casa aquelas duas mulheres que alugavam o pranto e os soluções como outras alugavam os beijos e as carícias*<sup>1204</sup>. Note-se que a comparação entre as prostitutas e as carpideiras surge pelo pensamento de uma personagem, ou seja, nem sequer é introduzida pelo narrador, o que comprova o cuidado do autor quando se trata de tradições mantidas pela população, numa atitude similar à que surgira com a representação do auto, anteriormente apresentado. Significa que o autor se faz valer das suas personagens e do debate entre estas sobre as práticas sociais para questioná-las e até evidenciar como estas podem ser negativas e antiprogressivas para a sociedade.

Mais uma vez, o autor aproveita uma situação recorrente para expor um quadro social que desejaria ver alterado, aliás como todos os outros que vão sendo apresentados ao longo da obra. Portanto e tal como já tinha aludido previamente, trata-se de revelar uma crónica de costumes, só que o pano de fundo em vez de serem os salões aristocráticos ou da alta burguesia, é o povo tanto em expressões coletivas, como está tratado individualmente, com personagens que se movem neste meio. A densidade individual dada a determinadas personagens (Alfredo, Albertina, Dr. Mendes) não impossibilita que seja também observado o comportamento coletivo. Das carpideiras ficava a nota que depois de tudo aquilo, a única preocupação que levavam para casa era a aposta que tinham feito para ver quem conseguiria beber mais. Assim termina o capítulo, iniciando-se o seguinte com mais pormenores sobre o ritual funerário, encontrando-se o corpo agora amortalhado, recebendo as despedidas dos conhecidos. O Dr. Mendes vinha de vez em quando animar Alfredo e Albertina ali permaneceu até que teve de se retirar, mas com a intenção de ali regressar. Quando volta a casa, após o velório, Albertina leva no pensamento exatamente as imagens daquele dia e reflete: *Aquele moço tão cativamente modesto; tão dedicado ao estudo, tão amante de sua mãe, tinha, para ella uma extraordinária superioridade*<sup>1205</sup>. No entanto e apesar de pensarem em tantas coisas da mesma forma e até desejarem mudar certos aspetos no mesmo sentido, sabia que a sociedade era desfavorável aos seus anseios. Assim, na privacidade do seu quarto tem estes pensamentos, mas a dura realidade impõe-se e se o luar a fazia o sonhar, o seu raciocínio trazia-lhe à mente a crua verdade, descrevendo o narrador toda essa reflexão conduzida pela agora atormentada Albertina: *O luar banhou o seu aposento duma luz branda, com aquela claridade baça que predispõe às nostalgias e aos pensamentos alados que inebriam e fazem sonhar, fantasiando, idealizando ilusórios devaneios, com que o espírito se embriaga e que, na realidade, se esfrangalham, na dura materialidade da vida ante interesses sobrepostos por preconceitos sociaes que formam a crosta indestrutível das sociedades como superstições infindas [?] de longas [...] de sobrevivências supersticiosas*<sup>1206</sup>. Albertina, embora proveniente

---

<sup>1204</sup> Idem, p. 49.

<sup>1205</sup> Idem, p. 51.

<sup>1206</sup> Idem, ibidem.

de uma classe favorecida, percebia os problemas dos pobres e a sua consciência social apenas vinha crescendo, ganhando particular importância quando confrontada com este apreço por um jovem que não pertencia ao seu meio privilegiado.

O palacete onde vivia Albertina é descrito como sendo lindo e rodeado de uma vegetação viçosa e bela, portanto todo ele transportando para um ambiente de felicidade que agora se apresentava antitético face aos sentimentos da jovem. Diz ainda o narrador que Albertina tinha uma alma sensível, amante da poesia e da prosa e que lhe despertava um gosto pelas artes. Entregue aos seus pensamentos, que o narrador partilha com o leitor, interroga-se: - *Mas que é isto? Que transformação se operou em mim?*<sup>1207</sup> O leitor percebe então toda a dimensão dos fortes sentimentos e angústias que estavam a invadir as personagens, constrangidas pelo meio social que as rodeava. No meio de drama tão pungente aparece a paisagem, com constante alusão ao mar e aos campos, apresentar-se como algo positivo, belo, harmónico e retemperador, em contraste com a vida dos trabalhadores, com a doença de Gertrudes, com o sofrimento da separação que Albertina e Alfredo antevêm. É, igualmente, manifesto o valor que o autor atribui à natureza e à harmonia do ser humano com esta, pois começa por referir essa mesma característica quando fala de Alfredo e do seu panteísmo, aspeto que poder-se-á ligar à vivência do autor em África, em que a natureza tem outra expressão e é filosoficamente valorizada de outro modo, fazendo o ser humano parte de um todo. Refiro isto, porque lembro que ainda em *As Nossas Riquezas Coloniaes* o autor mencionava o valor da ciência no domínio da natureza, em que acredita até final da sua vida é certo, mas dando-lhe agora uma perspetiva diferente, baseada nesse equilíbrio invisível das leis da natureza que mantinha a harmonia na turbulência e que poderia substituir outras crenças e superstições. Volte-se à narrativa, com Albertina agitada e sem conseguir adormecer. No dia seguinte, arranja-se e volta para o enterro, encerrando-se assim o nono capítulo.

O capítulo X abre com o ritual funerário. As pessoas tinham acorrido à casa de Alfredo e ainda comentavam o caso das carpideiras que o narrador remete para o capítulo anterior, o que pode indicar que de facto a publicação foi feita em formato folhetim e que seria preciso remeter o leitor para o número anterior. De novo, surge um enquadramento na narrativa que pode ter uma leitura sociológica, como diria o seu autor. Trata-se da chegada dos padres que desde logo levanta alguns protestos: - *Pra que diabo haviam de vir agora estes caras rapadas. Melhor dessem aos pobres o dinheiro com que vão gratificar a padralhada. Ah grande Marquez de Pombal!*<sup>1208</sup> O narrador refere que os que teriam dito isto seriam os mais casmurros e que até demonstrariam a sua ignorância histórica relativamente ao Marquês de Pombal que no imaginário popular era visto como anticlerical. O autor protege-se de acusações que possam surgir, lembre-se que está a publicar, na primeira edição, no tempo da Monarquia Constitucional, daí que mais uma vez os argumentos mais incómodos sejam colocados nas falas das personagens. Iniciou-se o ritual, mas persistentemente um jovem estudante mantinha-se ativo na sua revolta contra o clero que apelidava como *cleralhada*<sup>1209</sup>, expondo o narrador todos os seus argumentos. O narrador vai entremeando as cenas em volta do clero

---

<sup>1207</sup> Idem, ibidem.

<sup>1208</sup> Idem, p. 53.

<sup>1209</sup> Idem, p. 54.

com a descrição do aprumo da urna. Chega o tempo de o caixão ser levado para o cemitério e nova confusão é levantada, por o povo querer ir por um sítio e os padres desejarem ir por outro. O povo, considerando que era apenas a teimosia e o autoritarismo que orientavam a ação dos padres, explicava que seguir pelo outro lado seria melhor e nisso também se mostrava intransigente. O enterro deveria seguir para Santa Marinha, terra de origem do autor, mas detinha-se ali numa encruzilhada.

O estudante aproveitava a confusão para gritar palavras de ordem como - *Abaixo a reacção!*, que segundo o narrador não colhia efeito por os circunstantes ignorarem o *significado da palavra reacção*<sup>1210</sup>. Outras vezes era bem-sucedido, dada a revolta que a população estava a sentir contra os padres. Gritava: *Amigos: façamos engulir a frase a estes inimigos da luz e do progresso. Isto não pode continuar assim. Abaixo os jesuítas! Viva a liberdade*<sup>1211</sup>. O narrador torna evidente que, apesar dos aplausos, os aldeões apenas estavam interessados na solução daquela questão em particular e isto não representava uma revolta conseqüente e com seguimento contra a igreja, pelo menos naquele momento. Depois de esperarem por uma solução, um grupo de aldeões decide levar o caixão para o cemitério pelo caminho que tinham elegido, acabando os eclesiásticos por segui-los. No final desta parte, o autor cortou, na sua revisão, dois pequenos parágrafos, deixando a nota: *lig/atenção que julgo querer chamar a atenção para a necessidade de ligar os dois parágrafos*. Continua o cortejo fúnebre, com os padres reclamando da solução encontrada, e com um deles que, embora não demonstrando nenhuma aversão para com a população, insistia em olhar para o estudante como se encarasse o sombrio inimigo. Já depois do enterro, permanecia o jovem ativo na mobilização contra o clero, agora apelando à resistência para que os tempos da inquisição não voltassem. O narrador conta tudo o que se ia passando e também o modo como o jovem era escutado, por exemplo, neste pequeno diálogo: - *Que diz lá o rapazote, ó Manel? Interrogava um campónio, com ares de espanto perante aquelas palavras que nunca tinha pronunciado seu sobrinho regedor, [...] dos santos, dos padres e da Santa Madre Igreja.*

- *Eu sei lá! Parece que diz que as linhas do Porto são boas para a costuma, rezingou o interpelado, aflito*<sup>1212</sup>.

Confirma-se que a maioria dos circunstantes não entendia onde o estudante queria chegar, o que o fez sentir-se humilhado pela indiferença daqueles populares. Mas não desanimou, ficou clamando até que se retira o último aldeão, permanecendo no cemitério, tendo-lhe o coveiro pedido que se retirasse. Tendo o estudante ignorado o pedido, o coveiro volta munido de um cacete, levando a que o jovem se decidisse retirar. Tudo completado por falas e pensamentos que o narrador transpõe para o texto, acedendo o leitor a todos os pormenores da ação. Findo o funeral, os homens que tinham levado o caixão reclamaram aquilo a que tinham direito, o vinho e o bacalhau com grelos, tendo rezado um padre-nosso pela alma da defunta. Percebe-se, pois, que o autor usa a morte e enterro de Gertrudes para ilustrar uma série de tradições que lhe pareciam já fazer pouco sentido, mas escudando-se sempre nas personagens que representam as próprias clivagens da sociedade. O caso dos padres vem apenas a juntar-se ao do auto e ao das carpideiras, fazendo crer ao leitor que é mesmo necessário modificar a

---

<sup>1210</sup> Idem, p. 55.

<sup>1211</sup> Idem, ibidem.

<sup>1212</sup> Idem, p. 56.

sociedade, com a tal terapêutica de que fala o Dr. Mendes no início do romance, depois da sua conversa com Alfredo. Assim se encerra este capítulo.

O capítulo XI transporta o leitor para o dia seguinte ao enterro de Gertrudes, com Alfredo em casa abatido ainda com o desfecho dos acontecimentos. O narrador traça o estado psicológico em que o Dr. Mendes o encontra, ainda prostrado pela morte da mãe. Solidário com o jovem, também admirava a sua coragem, pensando usar algumas coisas que tinha aprendido com o jovem na sua intervenção clínica futura, refletindo: *A vontade é um instrumento terapêutico admirável, para o medico que o sabia aplicar, nos momentos críticos dos homens batidos pela desgraça [...] só por ela se podem explicar certas curas na afluência milagrosa mas que são atidas por uma disciplina do espírito*<sup>1213</sup>. Reconhece, pois, a Alfredo a capacidade de se regenerar através da sua vontade. Passado algum tempo chega Albertina que vem manifestamente emocionada, *com o olhar em fogo e a fronte vincada pela dor*, adivinhando a separação que iria ocorrer. Alfredo parecia sereno, apesar de tudo, e recebe do médico o oferecimento de ficar naquela casa sem ter de proceder a qualquer pagamento, tomando o Dr. Mendes o cuidado de fazer esta oferta de modo delicado para não ofender o jovem. Agradecido pela intenção do médico, Alfredo renuncia a tal oferecimento, pois declara querer acima de tudo tornar-se independente. Diz a Albertina e ao Dr. Mendes que eles são o exemplo *que nem tudo no mundo é egoísmo*<sup>1214</sup>. O médico ainda lhe pergunta onde pensa ficar ao que Alfredo responde: - *Não sei, meu bom amigo, explicou Alfredo. O meu coração está preso a esta terra por mil recordações de infância e por um novo sentimento que desabrochou há pouco*<sup>1215</sup>. Albertina de imediato percebe que o novo sentimento é o que liga ambos. Também o médico tinha compreendido o sentimento a que Alfredo aludia, declarando este que guardaria esse sentimento só para si. O médico, sempre sábio conselheiro, pronunciou uma última opinião: - *O homem dignifica-se pelo trabalho e pelo estudo, meu amigo. Se seguir esta norma serás respeitado e querido, por todos, e a eleita do teu coração, por muito alto que esteja, descerá até ti ou, por outra, erguer-te-á até ella*<sup>1216</sup>. Tomando ensejo, ainda pede a Alfredo que não abandone aquela terra. Não foi permitido a Alfredo responder, porque entretanto entrava Manuel Tumba, o cangalheiro que vinha cobrar a sua conta, tendo Albertina pago o que era devido. Cá fora aguardavam-no os rapazes que logo começaram com as suas brincadeiras, ao que o cangalheiro respondia: - *Pois sim; mas a maquia já cá canta. Olarila!*<sup>1217</sup>

Albertina, apesar de se sentir presa àquela casa, teria de regressar ao seu palacete, pois a sua ansiedade estava a tornar-se insuportável. Sentia-se dividida entre aquele amor nascente e uma ofensa ao pai que tanto bem lhe queria, conforme conta o narrador. Com todos estes sentimentos contraditórios a percorrerem-na, despede-se de Alfredo que lhe aperta fortemente a mão. Também o Dr. Mendes abraçou longamente o jovem, despedindo-se. Só, Alfredo é invadido por uma imensidão de pensamentos, dos quais vai dando conta o narrador. A dor sentida pelo jovem refletia-se nos seus pensamentos, constituindo também uma perspetiva sobre a sociedade de então, levando o narrador a questionar-se sobre que tipo de

---

<sup>1213</sup> Idem, p. 58.

<sup>1214</sup> Idem, ibidem.

<sup>1215</sup> Idem, ibidem.

<sup>1216</sup> Idem, p. 59.

<sup>1217</sup> Idem, ibidem.

*intima revolta ia na sua alma?*<sup>1218</sup> Porque apenas sabia que para Alfredo *a vida do que trabalha não é apenas sofrer, é também lutar e vencer*<sup>1219</sup>. Ao sofrimento, junta-se um sentimento de esperança que guia a personagem. Reconhecia que havia os que combatiam pelo bem comum, mas até então não tinham conseguido mudar a vida dos que mais aguentavam o peso de uma sociedade corrompida.

Há uma alusão breve às lutas operárias que Alfredo atribuiria à incompreensão de tamanha desigualdade entre indivíduos, colocando Macedo nos pensamentos de Alfredo uma das questões pelas quais ele lutou durante toda a sua vida: *Por vezes ouvia falar nas reivindicações proletárias. Conhecia o profundo mal estar em que todos viviam; compreendia que não era possível prosseguir-se nesta falta de regalias. Ao seu espírito fazia impressão a profunda desigualdade das condições humanas, em que não havia o menor reconhecimento da justiça*<sup>1220</sup>. Alfredo continua pensando, questionando se a situação seria irremediável, reportando o narrador: *Mas, afinal, a realização dos sonhos de fraternidade, serão falsas miragens de espíritos doentes, desde que, na terra, haja grandes e pequenos, ricos e pobres, trabalhadores que sob o solo que cultivam lançam as vagas do suor que segregam e o insensível mas dolorosamente sentido capitalismo*<sup>1221</sup>. Os pensamentos de Alfredo continuam em catadupa, contudo, quis citar estes dois trechos, porque creio que se ligam diretamente a uma questão que o autor levanta também na sua tese *Etnografia e Economia*. Para além da redistribuição da riqueza que aqui aparece como uma questão constante desde o início do romance, levanta-se uma outra, a do elemento trabalho e da sua contribuição para o capitalismo. Tanto na tese como no romance, o capitalismo é visto a partir não da parte do investimento mas da parte que assegura a produtividade (fator que Macedo considerava essencial para a criação de uma economia sustentável e adaptada a cada povo), ou seja, o trabalho. Portanto, a sua preocupação com o fator trabalho atravessa a sua obra ficcional, ensaística e jornalística, acreditando o autor que esta era a maior forma de dignificar o ser humano. No entanto, não é o narrador que defende que essas conquistas seriam essenciais para uma sociedade mais justa, é uma personagem, Alfredo. Só havendo mais justiça social poderia haver liberdade e este era o pressuposto do jovem que, apesar de uma vida pobre e dura, escapara às redes da ignorância.

Não era a riqueza que atraía o jovem, mas a justiça, o que o levava a questionar-se prolongadamente sobre o que afinal significavam as riquezas, o uso material de certos objetos. Para si havia outros tipos de riqueza, aqueles que podiam ser trazidos pelo conhecimento que revertesse para o bem comum. E quase todas as profissões da arte e da ciência poderiam enriquecer a humanidade, sobretudo porque procuravam resposta para o sofrimento humano. É extremamente relevante que Macedo tenha colocado lado a lado ciência e arte que via como as atividades humanas da criatividade e que considerava terem igual contributo na solução dos problemas humanos. Daí que se torne claro que a sua obra ficcional é atravessada pelos seus estudos científicos, pelas suas convicções políticas e pelo seu ativismo social e que a sua obra científica está pejada de considerandos artísticos e mesmo pela elevação de testemunhos da

---

<sup>1218</sup> Idem, ibidem.

<sup>1219</sup> Idem, ibidem.

<sup>1220</sup> Idem, p. 62.

<sup>1221</sup> Idem, ibidem.

cultura popular a ingredientes teóricos para o estudo da economia nacional. A decisão de Alfredo é lutar por um futuro melhor e por mais dignidade, quer isso lhe trouxesse sofrimento ou triunfo. Antes de se despedir daquela velha vida, desenha três retratos, o da mãe, o de Albertina e o de Dr. Mendes, as três pessoas que mais o tinham marcado. Parte daquela casa, antes do sol raiar, sem carta de despedida, levando uma pequena mala e os retratos desenhados. Mais uma vez, parece existir uma coincidência entre o autor e a personagem, por duas vezes teve Macedo de mudar o seu local de residência, por causa das suas lutas, a primeira de Gaia para Lisboa, a segunda se Lisboa para Luanda. Não só este aspeto pode despertar similitudes, também o facto de Macedo ser um excelente desenhador e ter deixado alguns testemunhos dessa arte parece ligá-lo à personagem. Alfredo estava decidido: *la sofrer. la lutar. la vencer*<sup>1222</sup>.

Deste modo termina a primeira parte do romance, aquela que acredito ter sido publicada, pois toda a segunda parte consta de um manuscrito sem quaisquer páginas impressas. A segunda parte que não analisarei aqui na totalidade, debruçando-me apenas sobre o seu princípio, continha a anotação “incompleta”, desejando o autor completá-la, provavelmente, para editá-la. O narrador começa por dialogar com o leitor, informando-o que tinha deixado que passassem alguns anos sobre os acontecimentos precedentes, explicando a razão dessa opção: *Os leitores devem desculpar-me que eu deixe passar uns sete anos sobre as personagens que acabam de ver movimentadas na primeira parte deste romance. Precisei dar-lhes relevo; deixá-los na sua evolução mental, orgânica e moral, obter novas formas sem o olhar impertinente de quem as idealizou, caminhando na sua estrada, sofrendo, lutando e agitando no seu espírito das suas esperanças, os seus ideais; conglobando na sua individualidade novas formas pessoas, saindo, os jovens das indecisões do tipo, ascendendo às situações logo ambicionadas e aceitando responsabilidades, e o mais velho, o honrado médico, continuando na sua missão, altruísta, bendita*<sup>1223</sup>. O narrador assume plenamente tratar-se de uma ficção, pois na sua conversa com o leitor trata assim os intervenientes na narrativa, e fundamenta este hiato de tempo com o facto de os muito jovens precisarem de tempo para se concretizarem assim mesmo sem a visão intrometida do próprio autor que parece agora, apesar de assumir que as personagens fazem parte da sua ideação, ser exterior às mesmas, como se as tivesse libertado por terem vontade própria.

Inicia, então, a narrativa. Albertina tinha 22 anos, educara-se e continuava apreciadora da leitura, contactando *com os elementos científicos, literários e artísticos que dão às inteligências ensejo de se expandirem*<sup>1224</sup>. Contudo, também continuava a gostar de observar a natureza, por exemplo, *olhando o céu acastelado de cúmulos como que reunidos no céu por mão hábil de operário*<sup>1225</sup>. Note-se como as mãos do operário aqui simbolizam habilidade e beleza e não rudeza. Dá conta de como vivia rodeada de algumas pessoas com poder económico mas sem qualquer refinamento cultural, o que distinguia o seu palácio, tanto por fora como por dentro, pois Albertina mantivera-se fiel à simplicidade. A jovem lamentava não ter em seu torno a convivência que lhe poderia trazer algum prazer na troca de ideias, pois conforme informa o

---

<sup>1222</sup> Idem, p. 64.

<sup>1223</sup> José de Macedo, *Heranças de Amarguras*, parte II, transcrição Cátia Miriam Costa.

<sup>1224</sup> Idem, p. 65.

<sup>1225</sup> Idem, *ibidem*.

narrador, *a frequência dos liceus e universidades, não tinha tomado o incremento que depois tomaram, com a [...] da República, que abriu, de par em par, a novidade [...] as portas da civilização, arejando um ambiente inquinado pelo bafio de séculos*<sup>1226</sup>. Portanto, a narrativa continua a desenrolar-se no período monárquico, apesar de não se indicar o ano para a ação. A alusão à República e à sua aposta na instrução servia para fazer contrastar com o ambiente de ignorância e falta de acesso à cultura mesmo de quem tinha posses. Segundo o narrador, fora o exemplo de Alfredo que a tornara ainda mais atenta não só às questões sociais como à importância do próprio conhecimento. Acreditava que apenas se cultivando poderia tornar-se esposa de Alfredo, correspondendo-lhe intelectualmente. Autoanalizando as suas condições artísticas e científicas, acreditava que continuava a sair a perder, mesmo tendo origem numa família burguesa do Porto, mas seria apenas isso.

Detive a transcrição do romance neste ponto, encontrando-se esta muito incompleta. As razões para tal, expliquei na introdução, mas não é demais repetir, a letra do autor, a corrupção do manuscrito obrigam a um consumo de tempo que, na verdade, já não dispunha dado que tinha de terminar este trabalho. No entanto, não creio que esta análise saia prejudicada, dado que o estilo do autor e as suas influências são facilmente identificáveis, notando-se o pendor ideológico da obra e o facto de tratar-se de um romance tese que propõe a alteração da sociedade num determinado sentido. É natural que numa revisão para publicação e não apenas de montagem de texto, como esta me parece ser, com a segunda parte a completar a primeira, alguns termos fossem retirados numa adaptação ao leitor metropolitano porque provavelmente aí seria publicado, como é o caso da alusão ao chimpanzé ou ao hotentote. O facto de ter publicado pela primeira vez em Luanda, levava-o provavelmente a esta opção, mas como se pode ler, todo o romance decorre sem que haja grandes explicações em torno da paisagem, o mesmo não acontecendo com os hábitos, como no caso do auto ou das carpideiras que é um pormenor até pedagógico, demonstrando o enraizamento daquelas práticas na sociedade local. Mas isto não seria de estranhar, pois o público leitor em Angola era maioritariamente formado por pessoas que aprendiam em escolas portuguesas, sabendo-se que a geografia e história que aprendiam era a portuguesa, daí que não fosse necessário justificar a existência do mar e do rio nem que Gaia olhava o Porto e vice-versa. A ausência desses elementos justificativos apenas me inclinam para que o texto tenha sido escrito para as elites vivendo numa sociedade colonial em que a metrópole era uma presença constante, o que se pode comprovar lendo os filhos da terra que conseguem descrever com minúcia as paisagens metropolitanas, alguns por lá tendo passado e outros nem tanto. Se a perfeição está naquela paisagem, creio que parte dessa interpretação de equilíbrio da natureza que está ali para ser descoberta pela arte e pela ciência mas da qual a humanidade é apenas parte, teria sido um enriquecimento filosófico adquirido pelo autor nesse contacto com a diversidade de culturas e paisagens que Angola lhe proporcionara. Lembre-se que Macedo viajou bastante pelo país e correspondia-se com pessoas de todas as partes que lhe iam dando notas sobre a etnografia local.

No campo estético com o recurso à oralidade, à opção pelo realismo, com descrições profusas e com as personagens certas a dizer o que tecnicamente lhes diz respeito (o médico com notícias sobre a doença, as carpideiras com a sua performance, o cangalheiro com os

---

<sup>1226</sup> Idem, *ibidem*.

pormenores do enterro), concedem uma verosimilitude que o leitor espera nestes casos e que num romance de tese serve de garante para comprovar que a situação vivida tem de ser alterada. O romance adquire um carácter universalizante, podendo ser lido fora de Portugal desde que se conheça minimamente a sua cultura. Em termos de conteúdo, a apresentação das clivagens sociais presentes na sociedade portuguesa, a valorização do trabalho, a luta contra a injustiça que incarna na personagem de Alfredo, que se recusa à resignação, são motes que usou na sua ação enquanto jornalista em Luanda. Logo, o romance estava adaptado ao público a que se destinava, sendo apenas curioso que Macedo, bebendo em Angola, experiências tão vivas não tivesse escrito sobre estas, preferindo reportar-se ao passado da metrópole e procurando pontos que se identificavam consigo, como o local onde toda a ação se passa. Talvez o autor não tivesse tempo para se afastar suficientemente das suas vivências angolanas para ser capaz de ficcionar sobre estas, tal como refere o narrador do romance que fala de um tempo para dar às personagens. Outro facto pode estar ligado a esta escolha. Macedo está num momento difícil da sua vida, confrontado com a possibilidade de um regresso à metrópole ou de uma ida para outro local, sente-se injustiçado e perseguido, tal como se sentira quando, por denúncia por movimentações pró republicanas, teve de ir de Gaia para Lisboa.

A sociedade que retrata no seu livro é a mesma que o levava ao exílio forçado e as mesmas forças opressivas que o tinham levado a tal ato, eram similares às que o afastavam do jornal *A Defeza de Angola*. A seu ver, a ignorância, a ausência de valor dado ao fator trabalho, a falta de redes de instrução, a injustiça social e a assimetria de riqueza. Quando recupera as vozes populares está a dar voz aos silenciados, tal como o jornal que dirigia pretendia dar voz aos autonomistas e aos opositores ao trabalho forçado. Crítico relativamente a algumas práticas sociais do povo, considera que é neste que reside a esperança, por este valer a pena lutar e com este construir-se-ia um futuro melhor. Acutilante, o seu livro foi rececionado pelos amigos como sendo um relato da dureza da experiência do próprio autor. Quanto aos outros leitores, deveria ter sido bem aceite, pois o leitor pensa na sua reedição e não o faria não tivesse tido algum sucesso na primeira tentativa. *Herança de Amarguras* é um romance testemunho da perseverança de um homem que acreditou que podia contribuir para a transformação do mundo em que vivia e que morreu com esperança de um amanhã melhor.



## CONCLUSÃO

*Nenhures era uma vez meu nome,*

*Isto é, uma terra onde ninguém vai.*

*(...)*

*Um lugar onde todo o sábio vai:*

*Algures é agora meu nome.*

Pelo poeta laureado Anemdio, filho da irmã de Hitlodeu, in Tomas Morus, *Utopia*

A colonização de territórios tem dado azo a discussões aceras sobre realidade e imaginário em seu torno, hoje felizmente, completadas e enriquecidas por perspectivas discursivas que não são apenas oriundas dos meios dominantes, tanto em termos académicos como socioculturais ou económicos. Neste momento, antigos colonizadores e colonizados contribuem para a incursão nesses imaginários e realidades múltiplas que foram sendo apresentados como únicos, por que subordinadas a projetos políticos que não admitiam alternativas à ideia que pretendiam ver transformada em dominante. Este trecho, incluído no livro de Tomas Morus, *Utopia*, mostra como o reconhecimento de um espaço enquanto tal dependia dos sábios o visitarem e conhecerem. Assim e seguindo este raciocínio é perceptível que a terra, antes de conhecida pelo colonizador, não tem nome traduzível para a semiosfera do dominador, mas torna-se num lugar onde os detentores do saber querem agora ir. Essa é a história da colonização na perspectiva dos vencedores: uma terra nomeada e umas gentes identificadas por aqueles que lá chegavam para impor o seu poder. Ser algures significava ser conhecido pelo mundo que podia reconhecer e essa capacidade apenas frutificava entre aqueles que recorriam à razão universal e partilhavam processos lógicos semelhantes.

A colonização torna-se, pois, mais do que realidade, um discurso ou como se viu ao longo desta tese, um emaranhado de discursos que o poder colonial teve a necessidade de canalizar apenas para um modelo, como se tudo desembocasse num consenso que foi inexistente durante a maior parte do tempo em que o regime colonial moderno subsistiu. Assim, quando se pensa que os discursos estão ausentes, amiúde procedeu-se ao silenciamento da diversidade e a um consenso conveniente. Logo, percebe-se ter antes subsistido uma perspectiva múltipla para o que seria colonizar, centrando-se o consenso apenas na reclamação por maior progresso nos territórios coloniais. Numa sociedade colonial, colonizadores e colonizados tiveram a sua quota-parte de discursos, como foi visto, não só no caso da imprensa colonial como mesmo no âmbito dos autores em estudo. Somente a conveniência do colonizador, durante o período colonial, em acreditar que o seu discurso foi unívoco e do colonizado, no período pós colonial, em apagar possíveis dissidências internas do passado ou ações interpretadas como colaboracionistas, poderiam ter confluído em hiatos de silêncio que

os autores de então trataram de preencher, fosse através da ficção, do texto jornalístico ou do ensaio.

Ao longo da elaboração desta tese, apercebi-me que, em alguns aspetos, colonizados e colonos além de completares e, por vezes, até aliados, recorreram aos mesmos meios e métodos para fazer ouvir ou ler a sua palavra. Esta tendência não se esgota nos autores em estudo, prolongando-se por tantos outros que fui acompanhando, fosse por razões teóricas, fosse para conseguir um melhor enquadramento da obra dos autores em estudo. Em comum, as ferramentas estéticas que a tradição euro-americana de literatura fornecia para os autores textuais, criando para um público que no seu domínio técnico da leitura e cultura geral se aproximava, independentemente de viver na sociedade colonizadora, vulgarmente designada por metropolitana, ou na sociedade colonial. Os métodos e sistemas educativos eram semelhantes, o que determinava que o público tivesse uma preparação idêntica para a receção de qualquer produto artístico. As concepções estéticas são partilhadas, ao ponto de sancionarem um tipo de gosto face a um outro que apareça como alternativo. Apenas a atração pelo exótico permitia que parte dos elementos da natureza que eram extrínsecos a esse sistema de ensino, de conhecimento e de produção artística pudessem penetrar nos elementos de produção. Contudo, é pelas mãos da população da sociedade colonial que se dá parte dessa operação, por exemplo, com escritores como Augusto Bastos e outros autores que abordo como Pedro Félix Machado ou António Assis Júnior. Reforça-se o aspeto de existir também criação a partir da sociedade colonial, num esforço que parece, por vezes, de tradução de uma realidade desconhecida. É através da partilha de uma parte da semiosfera que se pode explicar a utilização dos mesmos recursos estilísticos que vão povoar tanto discurso ficcional como real, surgindo a adjetivação, a comparação e a enumeração como argumentos de uma escrita que se quer objetiva porque inscrita em princípios positivistas, em que a realidade é o elemento orientador de toda a vida intelectual e do próprio imaginário. Deste modo e recorrendo às mesmas ferramentas estéticas, aos mesmos meios para disseminação do discurso e vivendo, por vezes, realidades mais próximas do que poderia parecer, as oposições entre colonizador e colonizado esbatem-se, sendo necessário ir para além desta dicotomia, que certamente não fornece as respostas necessárias, quando se pretende reconstruir os percursos discursivos das sociedades coloniais.

Parece-me que este trabalho de análise e confronto discursivo é tanto mais necessário, quando se constroem e reconstroem memórias e se tentam compreender percursos de vários séculos no tempo que, embora passado, continua a condicionar fortemente as perceções do presente e do futuro. Circunstanciados por uma memória incompleta tem sido difícil antigos colonizadores e colonizados estabelecerem autorias e créditos ao conhecimento e às obras publicadas, devido a um recurso constante a uma dicotomia que mais confunde do que explica a complexidade criativa nas sociedades coloniais. As circunstâncias de produção intelectual são de tal modo intrincadas e multirrelacionais que não se podem explicar por simples convivência ou proximidade artística ou de pensamento. Outros argumentos se levantavam, como o enquadramento político, a progressão da ciência e da tecnologia, a influência da política externa, o difícil equilíbrio entre poderes coloniais e poderes tradicionais que degenerou no domínio colonial e na construção do estado colonial. Essa construção está longe, tanto para colonos como para colonizados, das utopias de concretização colonial, centradas no progresso das populações e territórios colonizados. As conclusões a que aqui chego ilustram bem a

complexidade destas sociedades a diversos níveis, incluindo na produção de testemunhos identitários e artísticos, demonstrando que a riqueza de análise do discurso se encontra em todas as tipologias criadas pelos autores em estudo: no discurso jornalístico, o manifesto, o artigo e a crónica; no discurso científico: o ensaio e o trabalho de publicismo científico; e, sobretudo, na ficção: o romance e a sua articulação com as técnicas aplicadas ao folhetinismo.

Se do lado da produção textual existiu esta complexidade, do lado da receção esta também estava presente, pois, apesar de uma educação plena de continuidades que fazia com que metropolitanos e colonizados recebessem o mesmo tipo de ensinamentos, a verdade é que a semiosfera da sociedade colonial não era completamente similar à da metrópole. Assim, também os públicos eram diversos, mesmo entre a diminuta camada da população que era alfabetizada que incluía metropolitanos (que iam dos altos funcionários administrativos e homens de negócios ao caixeiro da loja, do cidadão ao sertanejo), a elite local bem enquadrada na sociedade colonial e os jovens rurais e das pequenas cidades educados nas missões. Se em muitos casos as experiências literárias se aproximavam, pela impossibilidade de uma escolha alargada de títulos e por oportunidades de ensino reduzidas, as vivências e o quotidiano afastava estes mesmos leitores, daí o trabalho que os autores em estudo desenvolvem no sentido de pedagogicamente fornecer elementos que permitam o alargamento da base de leitura, incluindo elementos explicativos para os que não dominam determinada realidade. Contudo, é perceptível que a sua preferência vai para esse público treinado num tipo de leitura comum que entenderá as suas figuras de estilo e uma narrativa baseada numa lógica pedagógica muito ligada ao ensino e à necessidade de disseminar conhecimento, remetendo para as características realistas dos romances. Aliás, a ficção torna-se um veículo essencial para desempenhar esse papel informativo e educativo, em que muitos pormenores são dados a par da referência a pesquisas ou recolhas desenvolvidas pelos escritores, reforçando o pendor positivista da sua obra. O facto de o colonizador dominar o ensino, permite-lhe dominar a ferramenta através da qual o colonizado tem acesso à criação artística e à ciência, logo, enforma de algum modo o pensamento de todos os que se instruem. Esse aspeto concede-lhe uma margem de manobra assinalável que resulta num processo de integração do colonizado na sociedade colonial (com exceção para o que se mantém no meio tradicional), mas também conduzindo a que todos os recursos artísticos e da ciência se coloquem debaixo de um mesmo chapéu lógico e estético.

Tendo em conta os pontos já referidos, que resultaram do estudo que desenvolvi, e partindo agora para o enfoque nos discursos ficcionais e reais estudados, cheguei a algumas conclusões que passo a enumerar e que me parecem um resultado substancial do trabalho desenvolvido, tanto ao nível do enquadramento da obra de Augusto Bastos e de José de Macedo como a sua análise. Antes de mais parece existir à partida uma série de paradoxos inconciliáveis, mas que se explicam numa sociedade complexa, transcultural e dinâmica cujas características foram muitas vezes esquecidas ou apagadas em nome dos discursos coloniais. Deste modo, selecionei alguns aspetos importantes que parecem paradoxais, resultando, contudo, de fronteiras sociais de continuidade e não de estancamento. Um destes factores tem a ver com a criouldade, hoje associada a autores como Augusto Bastos, que aparece associada a uma aparentemente contraditória afirmação de portugalidade unívoca, resultando de um difícil equilíbrio entre o desejo de autonomia local e a necessidade de não levantar suspeitas de desafio ao poder (lembre-se o caso dos movimentos nativistas, aqui exposto) e, igualmente, a

crença que o progresso viria através da ciência e da arte positivadas. Aliás, acredita-se tanto entre elite metropolitana como entre elite local que a ciência resolveria todos os problemas da humanidade, incluindo as questões sociais. Bastos e Macedo acrescentam-lhe a crença (em Macedo textual na sua tese e romance) que a arte e a ciência resolveriam todos os desafios enfrentados pela humanidade. Ou seja, mesmo sendo críticos da sociedade colonial, mesmo reconhecendo a imperfeição do sistema colonial, mesmo percebendo que havia elementos de criouliidade na sociedade em que se inserem, intelectuais locais e metropolitanos não deixam de sentir a portugalidade que, contudo, não exclui o regionalismo e a possibilidade de afirmação identitária, superando o aparente paradoxo. O caminho para algo mais substancial fazia-se através da identidade ainda dentro do colonialismo e de Portugal. Claro que esse caminho veio a revelar-se uma utopia, dado que a prometida descentralização nunca chegou, a almejada autonomia não vingou e o que se verificou foi uma imposição paulatina da portugalidade.

Do mesmo modo, pode parecer paradoxal a convivência de uma sociedade colonial que tem no espaço urbano características de transculturalidade, belissimamente transmitidas por Bastos nas *Aventuras do repórter Zimbro*, e, em simultâneo, no sertão ser relatada uma sociedade intercultural, reportando-me ao mesmo autor no caso de *Aventuras nas Selvas*, em que a integração social parecia estar a caminho. No entanto, são faces da mesma moeda, pois a convivência interétnica e intercultural e a força da administração colonial eram diversas caso se estivesse na cidade ou no sertão. É o espelho dessa realidade que a ficção de Bastos fornece, não como uma tensão, mas como caminho a percorrer. Daí o facto de o jovem mucubal se tornar no grande apoio do jovem colono, portanto, levando à convivência interétnica os intervenientes na colonização, não podendo ser dispensado nenhum deles. Outro interessante elemento é o facto de a sociedade colonial, apesar de vista como sociedade “em espera”, dependente das decisões distantes da metrópole e com poucas possibilidades de ação, nos discursos se converter numa sociedade dinâmica. Esta está patente tanto nos textos jornalístico como ficcional, sendo a sua dinâmica muito própria, sendo os interesses locais e as relações sociais expostas com grande fulgor, mostrando vitalidade intelectual e pensamento próprio. Quer isto dizer que à observação estática, própria do elemento colonizador e à realidade de uma sociedade “em espera”, os discursos permitiam a revelação de uma sociedade transcultural, angolense e com identidade própria. De novo, não se trata de uma ambiguidade, mas antes de uma questão de perspetiva que fica sempre incompleta quando se olha apenas para um dos elementos. Por isso, neste caso era essencial confrontar imaginário com realidade, ficção com verdade e existência real com utopia. Só percebendo as suas interações é possível entender-se a complexidade da sociedade colonial que, mais do que paradoxal, se apresenta com tendo características próprias.

Uma dessas utopias famosas, transformadas em realidade, é a que decorre dos movimentos abolicionistas, em que valorizando o trabalho, tema muito salientado por Nabuco e que Macedo também toca nos seus artigos jornalísticos com a questão dos serviçais, provoca a mudança de estatuto do escravo. Permite transformar o escravo em proletário, idêntico mas não igual ao proletário europeu, fazendo-o entrar na lógica económica do sistema colonial, mas negando-lhe a participação plena no mesmo, apostando na educação mínima para a assimilação máxima. Às vozes silenciadas pela escravatura era dado eco pelos escritores que as tornavam audíveis nos seus romances, na sua poesia, ou pelos artistas plásticos que pintaram

o tráfico, mas sem conhecer verdadeiramente o seu significado por serem observadores externos. Contudo, é de extrema importância o papel do discurso e não me refiro apenas ao manifesto político ou social, mas essencialmente às peças de teatro, aos romances, à poesia que fizeram chegar aos menos politizados o drama da escravatura e congregar esforços para o que parecia uma utopia. Era o sofrimento dos escravos vertido para o texto e demonstrado primeiro com a paixão da liberdade e depois com o realismo do sofrimento que comovia os corações dos decisores. Mas este abolicionismo acaba por ser o mesmo que aceita e justifica o colonialismo, substituindo uma supremacia que vinha do próprio sistema escravagista por uma supremacia científica e tecnológica que permitia agora dominar as terras de origem dos escravos. Acreditando no humanismo da intenção e na bonomia da ação, muitos foram os artistas que se juntaram em torno da causa abolicionista, sendo este um dos maiores exemplos de como a arte influenciou um movimento social e antecipou-se-lhe na exposição das consequências nefastas de uma determinada prática socialmente aceite. Angola, palco das trocas discursivas que analiso, não esteve fora deste contexto, bem pelo contrário foi cenário do imaginário do tráfico negreiro, inspirando tanto a criação literária interna como externamente.

Respondeu a então colónia com um ideário de instrução e progresso, construindo uma memória local com base numa identidade reconhecida, em contraste com o mundo dos selvagens que era exposto pelo colonizador. Surgem novos elementos em cena: um destes é a competição entre colono e o filho da terra, em espaços outrora mais contemporizados pela ausência do colono que era representado exatamente pelo filho da terra; o outro, o trabalho servil que se impõe através de uma tradição de exportação de mão-de-obra precedente. Bastos e Macedo são indubitavelmente duas figuras interessadas nas questões que emergem em Angola no período em estudo, apresentando algumas similitudes intelectuais, sobretudo, no que respeita às simpatias políticas, alinhadas com o republicanismo, aos interesses científicos e jornalísticos e propósitos para a colónia: ambos acreditam numa descentralização tendente à autonomia. Portanto, à proximidade intelectual aliou-se uma partilha de interesses que os tornou não só correspondentes como interativos, intercedendo Macedo por Bastos na metrópole e organizando os grémios e participando nas iniciativas regionalistas Bastos. É interessante verificar que ambos autores fizeram perpassar os mesmos princípios através da sua obra e do seu comportamento. Macedo enquanto professor, jornalista e ativista político. Bastos enquanto ensaísta, político e presidente da câmara. Ambos consideraram o papel do elemento autóctone como essencial ao desenvolvimento da colónia, o que está patente nos artigos jornalísticos e nos ensaios de Macedo e na obra ficcional e ensaística de Bastos. Ambos viram na imprensa um aliado da sociedade civil e Macedo nomeia-a mesmo como um dos poderes do Estado, o que está patente na sua carta de defesa da prisão política, como foi visto. O jornalismo era a porta do ativismo social e permitia que se estabelecesse uma rede entre filhos da terra e colonos com interesses partilhados que foi nitidamente o caso dos autores em estudo.

Os dois autores são contemporâneos do Ultimatum britânico, recebendo o seu impacto ainda muito jovens, num contexto de corrida ao continente africano e forte disputa internacional das colónias, em que a figura de Camões aparece como consensual, unindo tradição, cultura, aventura e esse desígnio marítimo e colonial que os portugueses reclamavam. A imprensa metropolitana e colonial permitiu a proliferação de discursos na sociedade, em que a

africanização do discurso se dá através das elites coloniais, de que Bastos é parte. A sociedade colonial, embora afirmando uma semiosfera muito própria, apresenta continuidades com a semiosfera metropolitana que permitem a circulação discursiva e a receção textual, tanto na metrópole como nas colónias. Este diálogo textual permitia a existência de duas tendências: uma que queria reescrever a história das colónias, considerando nada existir em termos pré-coloniais, outra evocando a existência de uma história pré-colonial e de uma história colonial com raízes nos territórios que formara uma elite local. Uma das tendências saiu vencedora, é certo, mas o facto assinalável na época em estudo é a sua coexistência e o debate proporcionado pela imprensa sobre as questões coloniais. A par de uma tentativa de categorização dos indivíduos e da natureza era apresentada uma categorização do conhecimento, em que a ciência positivada e de origem metropolitana deveria preponderar sobre os saberes locais. Também aqui, aparecem divergências, defendendo uns a anulação dos conhecimentos locais e outros advogando a sua contemporização com a ciência metropolitana que deveria abarcar também estes saberes. Bastos e Macedo, tanto nas áreas especificamente científicas como nas questões políticas, defendem a existência de comportamentos e saberes muito próprios e que deveriam ser aproveitados pela ciência e política coloniais. Neste campo, desempenhou a Sociedade de Geografia de Lisboa um papel incontornável na motivação de quadros jovens em torno da questão colonial e ambos autores tiveram fortes contactos com esta sociedade de conhecimento, não só através da produção de ensaios publicados pela instituição como através da sua associação e participação nos debates aí promovidos.

A “problemática africana” invadia os textos jornalísticos, ao que não era alheio o trabalho da Sociedade Geografia de Lisboa e o interesse de muitos jornalistas e cronistas em torno destas questões. A colonização é vista como um desígnio nacional e como uma questão identitária. A escrita torna-se indubitavelmente uma arma, cada vez mais usada e com maior intensidade, paulatinamente utilizada por mais indivíduos e sucessivamente rececionada por mais pessoas. Se o apelo ao exótico fazia crescer a mancha sobre África no corpo dos jornais, aliando-se aos assuntos políticos internacionais, era a justificação da produção de um conhecimento sistemático sobre as colónias e de uma ocupação efetiva que orgulhasse a tradição colonial portuguesa que mais alimentava as páginas da imprensa na época. Ocorria um dos mais complexos fenómenos epistemológicos de sempre: a criação e substituição de conhecimento sobre paragens consideradas indómitas e que precisavam de ser dominadas para juntar-se ao progresso. Conhecer este mundo permitia trazê-lo para a semiosfera do colonizador e corrigi-lo. Era esse o trabalho do discurso científico e jornalístico dominante. Contudo, a imprensa colonial demonstrou que o que na metrópole era exótico, não era um elemento passivo nem se tratava de uma sociedade estática. Participando, em ambos discursos, apesar de estes estarem dominados pelo discurso sancionado pelo poder, as elites coloniais procedem a uma interação no processo de revisionismo discursivo. Se têm de penetrar a semiosfera do colonizador, fazem-no para se mostrarem críticos e para revelar as características que ficam de fora em interpretações distantes da realidade. Neste papel, estiveram colonos e colonizados, ilustrando bem este aspeto o caso dos autores em estudo, decididos que estavam a fazer progredir não só a colónia em si, mas sobretudo a população local, sob a qual deveria ser colocado no futuro o destino da própria colónia.

Todo este revisionismo epistemológico colocado em texto levou a que a modernidade entrasse nas narrativas do real e do imaginário, portanto, na descrição da realidade e na invenção de

mundos alternativos. A cidade cresce em importância enquanto centro do conhecimento, da política e da organização social que deve ser alargada aos sertões, daí a luta de Macedo pelos serviços colocada em texto e a ficção de Bastos em torno dessas regiões ainda mal conhecida pelo próprio colono. O meio rural, tanto na metrópole como na colônia, aparece como aquele que precisa de uma intervenção para que se modernize, para que progrida e aceite as tradições positivas que a ciência, a tecnologia e uma administração pública virada para os cidadãos lhe pode proporcionar. Assim, Bastos e Macedo são unânimes nesta necessidade e a sua ficção transmite fortemente esse testemunho de necessidade de colaboração e também de aprendizagem. Mas é a cidade do conhecimento e organização que deve abranger o campo e não a cidade ignorante e que despreza o meio rural que também aparece no romance de Macedo. A tradição precisa de ser reinventada, mas sem perder a sua ligação ao passado e às raízes, o que é trazido, por exemplo, pela oralidade explorada em ambos autores que colocam em confronto conhecimento e saberes. No caso de Macedo, pela recuperação de muitos temas de literatura oral que marcaram a cultura popular e no caso de Bastos pela evocação das línguas locais, que à época careciam de um estatuto que as dignificasse. Não se trata, pois, de menosprezar a cultura popular, mas antes de lhe dar a possibilidade de atualizar-se, de conviver com o mundo moderno. Direta ou indiretamente, este interesse permitiu dar voz aos dominados, proliferando diferentes tipos de texto com esta preocupação, dos jornalísticos aos ficcionais, passando pelos científicos.

Os autores com produção discursiva nas colônias tornaram-se intermediários dessa própria sociedade, passando de uma georreferenciação cultural e identitária a uma georreferenciação política e social, querendo isto dizer que da reclamação identitária surge uma reivindicação sociopolítica, patente na demonstração da capacidade da sociedade conduzir os seus destinos, a que Macedo se refere no seu *Autonomia de Angola* e que Bastos demonstra nas *Aventuras do Repórter Zimbro*, com uma sociedade refinada culturalmente e viável socioeconomicamente. É evidente que os autores, sobretudo os filhos da terra, encontram-se condicionados por uma semiosfera dominada pelo colonizador e por um poder político exercido através da concessão de uma liberdade limitada e de uma vigilância por vezes apertada, como se viu no caso das perseguições aos intelectuais acusados de nativismo. O seu discurso é, por isso, condicionado por uma constante necessidade de afirmação de portugalidade, mesmo quando reclamando uma identidade própria que se deseja regionalista, com direito à descentralização e autonomia, mas ainda sem uma reclamação direta da independência que, no entanto, estaria subjacente ao espírito da população ilustrada da colônia, tendo em conta o testemunho de Macedo que escreve que, se não for dada a autonomia, o caminho será o da independência mesmo que conquistada pela força das armas. Macedo mais liberto, por incarnar a pele de colono, pode colocar em conteúdo aquilo que muitos filhos da terra sentiam, mas estavam impossibilitados de dizer. Significa que a contemporização com o sistema colonial é em parte devida a esta questão até de sobrevivência intelectual, a outra parte liga-se a uma educação metropolitana e a um objetivo de progresso que facilmente se liga ao elemento colonizador. Ambos contribuíram para que as posições dos filhos da terra possam parecer paradoxais, como no caso de Bastos que, identificando-se com o colonizador, defende a contemporização com a população local e o aproveitamento dos seus saberes e capacidades.

Diferentes circunstâncias e objetivos geravam diversos discursos, mas a ideia de alternativa esteve presente em muitos destes discursos e constituiu mesmo uma característica dos autores em estudo. Assim, no desenho do texto propõe-se uma ideia de colonização divergente daquela que existia, passando-se da mera crítica, à proposta de soluções que, apresentadas em ensaio ou ficção, constituem hoje importantes testemunhos de que existiram propostas exequíveis para a mudança. Salvar a pátria através do progresso é uma dessas utopias genéricas que se converteu para a utopia colonial, em que parece fundir-se o real e o imaginário. Os filhos da terra, aliados às novas condições de produção intelectual e suportados em alguns casos por projetos maçónicos, como foi visto, reinterpretaram a realidade e, apesar de crenças no universalismo da razão e na necessidade de “civilizar”, propõem uma perspectiva diferente sobre as colónias, num tempo em que se discutia ainda se as colónias seriam a salvação ou a ruína da metrópole, sendo que no caso português, a primeira variante foi sempre mais bem-sucedida. A incorporação do facto colonial no imaginário coletivo, tanto na metrópole como na própria sociedade colonial, acabou por lançar raízes para esta discussão de diferentes modos de construir o espaço colonial, em que a convivência e caminho para uma igualdade entre colonos e colonizados constituiu um dos temas mais caros aos filhos da terra.

No caso da ciência, a mudança epistemológica introduzida no conhecimento foi assinalável, não menos foi a sua projeção em texto, levando à proliferação de ensaios científicos e textos pedagógicos com o objetivo de descrever e sistematizar a realidade, ou seja, de lhe aplicar um conhecimento lógico que parecia inexistir até então. Todavia, o aspeto mais destacado é exatamente a necessidade de textualizar não só entre os pares nem apenas entre os alunos os novos conhecimentos. Era preciso fazer chegar essa nova informação ao público em geral, sendo massificada a escrita da ciência e adaptado o estilo discursivo às necessidades de entendimento de um conjunto de leitores que se pretendia o mais vasto possível entre os alfabetizados. Assim, alguns textos ganham formas próximas do relato ou mesmo da narrativa ficcional, esbatendo-se muitas vezes os recursos estilísticos usados na descrição da realidade, na sua análise e interpretação, e na ficção. Se a ficção tem de justificar partes da narrativa com trechos que mais parecem ensaios científicos ou divulgação desse tipo, a ciência busca nas comparações, nas enumerações e até nas hipérboles transmitir essa realidade diferente nunca antes integrada na semiosfera metropolitana. Assim, os intelectuais que se dedicam à escrita científica e à escrita ficcional recorrem muitas vezes, embora dentro de uma lógica positivista, a recursos de estilo mais habituais da literatura, aplicando-os ao texto científico. Nesse sentido, foram também exemplares Bastos e Macedo que rechearam os seus textos científicos e os seus artigos jornalísticos com recursos próprios da literatura, sempre numa tentativa de aproximar o objeto de leitura da receção desse mesmo objeto. A proeminência que o discurso vai adquirindo junto do poder político e da sociedade em geral resultou numa perspectiva que defendia a colonização científica, isto é, uma colonização que deveria assentar no conhecimento sistematizado da realidade, o que vinha ao encontro da defesa de soluções científicas para todos os aspetos da vida humana. Como referido, para Bastos e Macedo juntava-se-lhe a arte, portanto, trata-se em ambos casos de interpretações da realidade colocadas debaixo de operações mentais humanas que refletiam a ação criativa sobre o mundo envolvente.

Apesar de produzido por cientistas, o discurso científico relativo às colónias deixou abertas brechas que facilmente foram identificadas com categorizações de superioridade ou de



inferioridade, consoante se tratasse do colonizador ou do colonizado. A ciência deixou-se colocar, muitas vezes, ao serviço do poder colonial (que lembre-se custeava as missões e projetos levados a cabo) e o estado colonial usou esse discurso científico para legitimar a sua ação e, igualmente, para orientá-la. Entre categorizações e ação, a ciência forneceu argumentos que as correntes racistas souberam aproveitar na perfeição. Contudo, os autores em estudo, entre outros, contrariaram essa asserção fácil que levava a considerar que menor desenvolvimento científico e tecnológico significasse menor capacidade intelectual ou estatuto de inferioridade. Pode-se considerar que, de certa maneira, iam em contramão face ao discurso dominante e eram os novos projetos de escrita, proporcionados pelas tipografias independentes na sua maioria ligadas a jornais coloniais, que albergavam esta vaga discursiva para a mudança. Para além de proporcionarem o acesso de diferentes vozes à escrita, estes projetos também facilitaram a publicação sistemática que rompia o silêncio imposto aos colonizados ou mesmo às sociedades coloniais no seu todo. Bastos e Macedo também acompanhavam a internacionalização das questões coloniais, usando a cultura e arte enquanto elementos libertadores, mas acedendo ao que se ia passando pelo mundo fora através da imprensa. Essa consciência levou-os a experimentar alianças até então improváveis e a antecipar a expectativa dos leitores relativamente a estes assuntos, avaliando o seu grau de preparação para a leitura, usando formatos já conhecidos por estes e preenchendo todos os elementos narrativos que pudessem suscitar dúvida ou incompreensão. Ficcionalizando sobre tempo histórico, muito bem definido em Bastos e quase indefinido em Macedo, em que é a existência de um palácio e a referência à implantação da república (na revisão a que tive acesso para reedição nos anos 40 do século XX) que transporta para o tempo em questão, os autores tiveram de atentar especialmente nas distâncias espaciais, temporais e culturais que mediavam a produção e receção da obra e, sobretudo, o local onde se desenrolava a narrativa e onde esta era lida. Para poder interpretar a obra, o leitor tinha de ser apetrechado de ferramentas para tal, daí que Bastos enveredasse por um discurso pedagógico no seio das suas ficções e que Macedo evoque elementos ligados à recolha científica para melhor demonstrar os seus propósitos narrativos.

Estes autores tinham consciência que a literatura era não só construtora da realidade como permitia esse diálogo entre produtor textual e leitor, ou seja, permitia uma interação que nascia de um processo criativo. Era no seguimento dessa tradição que ligava palavra e ação que pretendiam que os seus textos tivessem eco, recuperando tradições orais, buscando na oratória e na retórica as estruturas para expor o seu argumento, notório essencialmente em Macedo. Denuncia-se o que está mal ou que deverá ser feito, recuperando a tradição dos púlpitos, aqui analisada através de Frei Bartolomé de las Casas e do Padre António Vieira, retomando a tradição que Vieira refere para o clero como devendo fazer uma análise crítica da realidade, exortando à sua mudança, papel que curiosamente os jornalistas reivindicam para si na altura em que Bastos e Macedo escrevem. O discurso literário já tinha dado provas de contribuir para a mudança e mesmo de antecipá-la e esses testemunhos estavam bem próximos destes autores. Tanto a literatura abolicionista como a literatura independentista americana tinham contribuído para esta certeza que a ficção contribuía definitivamente para transformar o mundo real e potenciava a introdução de novas temáticas no imaginário coletivo. Assim, o surgimento de temáticas coloniais com base em personagens que se moviam em terreno colonial e se inseriam na semiosfera local ou movendo-se entre as semiosferas

metropolitana e colonial, favoreceram novas leituras ficcionais que desembocaram em renovadas leituras da realidade. Aliás, ao trabalhar o tempo histórico é exatamente isso que Bastos pretende: levar a uma reinterpretação através da releitura da realidade, daí que recheie as suas narrativas de informações precisas que tentam mobilizar o leitor para a esfera do real, reforçando a exequibilidade da sua proposta. Este lado alternativo da realidade é tão importante como a própria realidade, pois não só a complementa como demonstra a possibilidade de concretizar a mudança. Ao que é hoje tem sempre de colocar-se a questão do que poderia ter sido e do que pode ser, só assim se terá uma visão holística da situação que se pretende analisar.

É assim que mitos e utopias se cruzam com a realidade, formando um mundo real repleto de imaginários e preenchido por discursos. O mito da casa senhorial, por exemplo, alimentou o regime colonial antes da sua modernização, com um espaço em que se concentrava a riqueza, o conhecimento, a arte e o poder de gerir. O estado nacional, enquanto utopia, debelou o mito da casa senhorial, mas trouxe ao sistema colonial o estado colonial que vinha do seguimento desse outro estado que produzia uma arte, uma economia, uma política e uma ciência nacionais. Os autores em estudo encontram-se exatamente nesse momento de mutação da sociedade ainda com vestígios senhoriais para uma sociedade nacional e nesse contexto produzem os seus textos, ensaiando a utopia e experimentando a realidade, acreditando verdadeiramente que a arte e a ciência ajudarão a humanidade a percorrer um caminho progressivo. Confirma-se, pois, que o imaginário é decisivo, porque as casas senhoriais permaneciam, mas era o estado nacional que dava alento para a modernidade e para o progresso. Nesse sentido, ambos autores relatam experiências de casas senhoriais nas suas ficções, mas em simultâneo retiram-lhes o elemento que tradicionalmente as tornava conservadoras e avessas à mudança, a distância do elemento popular. Quando os colonizados aderem à utopia do estado nacional, estão a aderir a uma ideia de progresso também para as colónias que passariam a ser administradas por um estado colonial que investiria na modernização da colónia e na capacitação da população local. É durante o período de formação intelectual destes autores que o povo surge como protagonista na arte, seja nas artes plásticas ou na literatura, conquistando um espaço até então desconhecido. Mas essa voz dada aos silenciados é concedida por aqueles que dominam o sistema, ou seja, que detêm uma posição dominante em termos de semiosfera. São os que dão voz ao povo que por sua vez davam voz aos escravos, num ideal de razão universal que seria extensível a toda a humanidade, se todos fossem instruídos para tal. O recurso estético ao folclore, buscando na literatura tradicional e nas línguas locais o seu fundamento, dá-se a par da valorização do exótico que pretende demonstrar que é possível domar o indómito, portanto de cumprir a missão de civilizar. Dois recursos que tendem a evocar o povo e, em simultâneo, a criar uma consciência nacional, de passado comum e de missão presente e futura. Em plena conjuntura nacional e de evocação popular, estes autores sentem-se responsáveis pela transmissão da realidade e mais do que isso pela sua tradução para leitores que não estão familiarizados com o que pretendem colocar em mensagem.

Assim, tendencialmente, reforçam a verosimilhança da narrativa para incremento da credibilidade da mesma; apostam na legibilidade do texto, facilitando a receção do mesmo, explicando ao pormenor tudo o que possa passar desentendido ao leitor; têm um objetivo útil com a sua narrativa que se prende com passar conhecimento e informação sobre uma

determinada realidade e mesmo conseguir levar o leitor à solidariedade para com as personagens e o projeto de sociedade apresentado; utilizam a sua capacidade de contextualização da narrativa na experiência de vida e de leitura do público para que os leitores possam desfrutar do prazer da leitura. Estas tendências foram trabalhadas pelos autores em estudo, pois na sua obra existe a preocupação constante com a receção do texto e com a experiência de leitura que esta provê ao leitor. Daí a constante preocupação em encaminhar os leitores pelos caminhos da obra, fechando os espaços em aberto, mesmo quando se dá a impressão de soltar a imaginação do leitor, logo o narrador vem confrontá-lo com uma informação sobre a narrativa para a qual encaminhou o próprio leitor. Apesar de este ficar com a sensação de descoberta, a verdade é que o narrador lhe deixa pouco espaço para sair da linha condutora que o autor estabeleceu. A ficção tanto de Bastos como de Macedo é ágil neste artifício, em que um narrador conhecedor de toda a trama vai acompanhando o leitor na sua leitura, propondo-lhe questões, dialogando consigo, ao ponto de estabelecer uma relação de proximidade, como se toda a leitura fosse um ato acompanhado por essa figura abstracta do narrador. Outros recursos são usados pelos autores, como por exemplo, o uso do elemento exótico ou a demonstração de ser extrínseco ao elemento narrado como modo de captar o leitor, igualando-se a este para logo o conduzir para dentro do texto e o aspeto curioso é que esta técnica não se cinge ao texto literário, tendo constituído igualmente recurso nos textos ensaísticos e até jornalísticos. Esta aproximação do leitor e distanciamento face ao objeto narrado cria uma certa cumplicidade, útil quando se trata de guiar a leitura que se pretende feita.

A persistência do realismo ao longo de toda a obra dos autores é tributária do seu enquadramento ideológico, fortemente influenciado pelas ideias republicanas e pelos socialismos democráticos, mas também por um factor endógeno à semiosfera metropolitana e colonial: como áreas periféricas no que concerne à produção artística, acabam por receber com algum atraso as mudanças que se vão operando internacionalmente, salvo raras exceções. Acresce a este retardamento relativo à receção das tendências estéticas, a garantia que os autores pretenderam de que a sua obra fosse bem rececionada, o que os leva a optar por algum conservadorismo em ficções que têm um objetivo muito específico que roçam propósitos muito pragmáticos ou no caso de Macedo pode mesmo dizer tratar-se de um romance tese, menos evidente em Bastos que apresenta uma série de aventuras. A ideia é educar, ser pedagógico, mobilizar para a mudança, ou seja, valores que considero que se vão sobrepor à oferta de um texto apenas para desfrute da leitura, ou seja, a finalidade é a mensagem, mais do que o prazer da leitura. A leitura tem de ser prazenteira na medida em que esse é o garante para que seja lida e interpretada. Neste domínio, a literatura nacional em que se pode enquadrar a obra de Macedo não é muito diferente da obra de Bastos que se pode enquadrar na literatura colonial, pois tanto as personagens como o meio são condicionados pela sociedade colonial ou pela expansão portuguesa que levaria à criação de vínculos coloniais. Deste modo, creio plausível admitir-se que literatura nacional e colonial (como foi sendo designada, sobretudo, pelo lançamento de concursos literários e outras iniciativas) apresentam influências estéticas similares e são, sobretudo, criadas para circular dentro dessa semiosfera criada com algum esforço, mas que resultava dessa utopia de estado nacional, agora convertida em realidade, que abarcava metrópole e colónias, submetidas aos

mesmos sistemas de conhecimento e de apreciação estética, logo encaminhando autores e leitores para um mesmo caminho.

Analisando os autores em separado e começando por Bastos, concluo que, apesar do móbil pragmático da sua obra, o autor esteve muito atento ao valor dos recursos estilísticos e colocou-os ao serviço dos objetivos da sua obra. Deste modo, compara, enumera, adjetiva de modo abundante, fornecendo ao leitor um panorama completo sobre cada elemento narrativo, seja o tempo, o espaço, as personagens ou a ação. Na sua literatura encontram-se os fundamentos da sua ação e se se analisar da perspetiva contrária, dando prevalência à ação, a mesma conclusão é válida. O progresso e a complementaridade entre colonizador e colonizado que defende na sua obra ficcional têm ligações ao seu projeto político ou científico, tanto enquanto presidente da Câmara Municipal de Benguela como enquanto escritor de ensaios científicos sobre a realidade colonial. A sua ideia era trazer o progresso à colónia, através da instrução e do desenvolvimento de atividades lucrativas que promovessem o crescimento económico local, bem como melhores condições de vida à população autóctone fosse através do saneamento básico, da saúde ou da educação. Outros temas, mesmo que de forma menos evidente, perpassam a sua obra ficcional, mas estão sempre presentes, como, por exemplo, a escravatura que aparece nas suas aventuras e também em *As Furnas do Lobito*, em que nem os poderes tradicionais e nem os europeus estão isentos da colaboração no tráfico, confirmando sempre que historicamente a escravatura era uma realidade do continente africano. A sua literatura, em geral, abalou as dicotomias que estavam preestabelecidas no imaginário colonial, com a divisão entre colonizador/colonizado, a oposição entre civilizado/selvagem e até mesmo entre bem e mal, porque o bem e o mal são levados a cabo por personagens de diferentes origens étnicas, com diversas formações éticas, logo, projetando a individualização das suas personagens que, apesar de pretender que incarnem uma personagem tipo, em simultâneo têm direito a uma individualidade pela nomeação, pela fala em discurso direto e por poderem se destacar dos demais que formam a sua comunidade ou grupo social. Assim, Bastos escrevia mais sobre o que deveria ser do que sobre o que era, apesar de reforçar a verosimilitude e historicidade dos seus relatos ficcionais, fornecendo elementos ao leitor que catalisavam para a veracidade da narrativa que, sendo ficcional, poderia funcionar como documento histórico e pedagógico.

Nas coleções romântico-históricas, o autor apresenta outro aspeto muito interessante, o estabelecimento de um ciclo entre oralidade e escrita, pois o leitor lê muitas vezes o que foi contado de viva voz, ou seja, o contar da história assim como o saber de experiência feito aparece valorizado, sendo que são elementos considerados mais próximos das culturas populares que propriamente da erudição. Contudo, aquela sociedade colonial tinha de tudo, refinamento e tradições arreigadas, portanto, cultura popular e erudita conviviam e subsistiam e isso era testemunho de uma sociedade dinâmica e pejada de capacidade para agir. Bastos toma essa diversidade e deixa bem claro que o colono é que tem a capacidade de mando, mas não poderá levar a cabo a sua tarefa se não integrar o colonizado. Toda a sua obra reforça a origem multiétnica, multigeracional e multigenéro da formação dos espaços coloniais, aparecendo a descrição sobre as mulheres e homens de diferentes etnias e idades que povoaram territórios inóspitos e até arriscaram uniões pouco prováveis, estando fortemente presente a união interétnica, seja por casamento ou amizade. Contudo e porque toma a semiosfera do colono, a individualização das personagens africanas chega com a sua relação

com o colono, seja como empregados domésticos ou como companheiros de aventuras, porque apenas nesse momento entram no espaço narrativo do colono. Nesta época, é ainda raro colocar a história ou a convivência das populações tradicionais africanas num espectro diferente que não seja o da objetificação, através da descrição extrínseca para fins científicos ou políticos. Portanto, nas aventuras a descrição da fauna e da flora ou mesmo das etnias estão consignadas a esse princípio de distanciamento que cabe num registo do tipo ensaístico que é colocado no seio da própria narrativa. A ficção e a realidade acabam por se cruzar pela evocação de personalidades reais, factos, redes de relacionamento socioeconómico, práticas sociais e interesses culturais que estão relegados para tempo histórico, período de tempo que pretende não só revelar pedagogicamente como demonstrar a importância da história pré-colonial ou do período de assentamento colonial urbano. Aliás, o uso do exótico reporta-se à escolha do conjunto espaço-temporal para a narrativa, indo para os sertões e para um tempo passado. Portanto distanciando-se espacial e temporalmente do tempo em que vai ser lido, o que também constitui elemento de distanciamento para o leitor que recebe, muitas vezes, o texto como única fonte de informação sobre a época.

Nas *Aventuras do repórter Zimbro* aprofunda a sua descrição da sociedade urbana colonial, recheando o seu texto de referências localistas, retomando os seus temas chave como a complementaridade colonizador-colonizado, a dinâmica daquela sociedade, os costumes, o refinamento e cultura popular que por ali se poderia encontrar, funcionando como uma crónica de costumes da própria sociedade. Tratava-se de uma sociedade em transição e com elementos de complementaridade que pretendem demonstrar uma identidade própria e sinergias que se tocam numa sociedade em que existem indivíduos capacitados para levar a cabo o seu progresso. Surgem aspetos interessantes na sua narrativa como a opinião pública, demonstrando que aquele tecido urbano já tinha a maturidade dos tecidos urbanos mais modernos, em que a imprensa e a sociedade civil desempenhavam um papel relevante na aceitação e rejeição de determinados comportamentos e ações. Reclamando a diferenciação identitária e aspetos regionais estéticos que aparecem, por exemplo, na descrição das personagens femininas e na sua indumentária, pode ser considerado como um protonacionalista que tentava reinterpretar a história da colónia, dando-lhe um cunho de unidade não só através da colonização portuguesa como do que seria a antiga interação entre colonizado e colonizador. Preparava, pois, através da ficção, o caminho para um mundo alternativo que conduziria à autonomia e, posteriormente, se tudo corresse bem a uma independência que sendo futura já se desenhava nesta reivindicação de uma identidade local.

Enquanto Bastos reforça textualmente o realismo das suas personagens, Macedo faz exatamente o inverso, reforçando textualmente a ficcionalidade das suas personagens, dado o apego que estas apresentam relativamente ao quotidiano que os leitores poderiam ter conhecido mais ou menos bem. Ambos criaram heróis com características realistas, sendo o seu papel denunciar e corrigir as injustiças, praticar o bem e elevar a condição humana. O seu comportamento é irrepreensível, demonstrando as fragilidades em seu redor. Ambos publicaram em Angola as suas ficções, pois a primeira edição de *Herança de Amarguras* foi feita em Luanda, o que pode demonstrar que ali encontrou as condições de publicação que lhe podem ter faltado num período anterior. A sua vida no seio da sociedade colonial foi bastante estimulante, pois contactou com a elite local e forjou planos na área das publicações, com destaque para *A Defeza de Angola* que dirigiu. Por ali, Macedo apreendeu as dinâmicas sociais

locais, mas também um certo gosto pelo debate intelectual e decerto foi influenciado na sua experiência pelo contacto com realidades estéticas diferentes, por exemplo, começando a defender princípios de panteísmo ou referindo exemplos da natureza local. O seu envolvimento com a comunidade colonial foi determinante para o seu interesse pela realidade e criatividade locais que atravessou o período em que residiu em Angola, mantendo-se como correspondente de jornais, mas também como o fiel amigo que se corresponde com os seus companheiros intelectuais. Na sua obra é assinalável a continuidade entre os valores expostos em ficção e o que defende em ação, o que igualmente acontece se se comparar o discurso do real, publicado nos periódicos e nos seus livros, e o discurso ficcional.

É interessante o facto de ter voltado ao seu romance *Herança de Amarguras* e à ficção nos anos 40 do século XX, conjugando uma atividade cívica na Liga Portuguesa dos Direitos Humanos com a criação literária, patente não apenas na revisão para publicação deste livro, com o acrescento de uma segunda parte, como com a escrita de um outro romance, *Paz Eterna*. Portanto, é em períodos de dificuldade socioeconómica, como aconteceu em Luanda (Macedo publica quando sai da direção de *A Defeza de Angola*) que mais se dedica à literatura e à ficção, como se arte fosse a porta que se mantinha aberta quando o mundo real, mesquinho e duro, lhe fechava todas as saídas criativas. A literatura e a ciência funcionariam pois como o bálsamo contra as injustiças que sofreu, testemunhando que a sua capacidade criativa não se esgotara nem com a idade nem com as dificuldades. Se os romances o patenteiam, igualmente, a sua tese de doutoramento inacabada contribui para aclarar o seu percurso enquanto intelectual que procurou na criatividade a resposta para os desafios do seu tempo. A sua tese em muito se liga à literatura, se bem que a um ramo mais popular e menos erudito, porque, ao evocar o aspeto etnográfico da população portuguesa, vai inserir no seu método científico a recolha de literatura oral enquanto documento, fornecedor de elementos objetivos da formação identitária do povo, mas também a questão estética que o ligaria a determinadas expressões populares que se estendem dos cantares aos provérbios. Igualmente, se confirma que o processo de criatividade científico é similar ao da criação artística, nascendo de um processo de interpretação e reformulação da realidade, originando um novo discurso. Ora este processo de reinterpretação e reformulação da realidade estava muito presente no final da vida de Macedo quando volta à ficção e a uma atividade cívica muito próxima da que encetara em jovem. A luta pela liberdade política alia-se à busca e apresentação dos valores que sempre considerara essenciais para a construção de uma sociedade saudável e a ciência e a literatura são os seus veículos. A preocupação com o mundo do seu tempo demonstra as preocupações que tinha e elementos como o trabalho, a igualdade de oportunidades, a instrução, o progresso são extensíveis a todas as áreas da sua atividade, convertendo as imagens que captava da realidade numa linguagem perceptível mais ou menos artística, mas defendendo sempre a ligação entre estes dois pilares que tornariam a vida humana mais agradável: a ciência e a arte.

Tal como a arte, a ciência tinha constrangimentos face ao poder. Se em Bastos reforço as circunstâncias de produção da sua obra literária, em Macedo reforço nos anos 40 do século XX os condicionalismos subjacentes à produção da obra científica do autor que se afasta bastante do paradigma então mais defendido que se baseava em princípios hierárquicos de “raça”, que se mantinha acrítico aos processos bélicos que dilaceravam a Europa e que viam no elemento popular e no elemento colonizado meros instrumentos para a sua ação. Assim, temas como a

paz e a unidade da ciência e da ciência e da arte são facilmente encontrados na sua obra científica e, igualmente, na obra ficcional. As personagens eruditas de Macedo, que são sensíveis ao conhecimento, estão também despertadas para a arte e para a apreciação estética, um pouco à semelhança do autor que para além de escritor, desenhava, fazia e publicava crítica literária. Na sua tese de doutoramento recupera, então, todos esses valores que defende discursivamente ao longo da sua obra e não esquece de modo algum a sua experiência africana que lhe trouxera novos horizontes. Como resultado refere elementos chave como a ideia de inferioridade racial do africano que resultava da sistematização da sua escravatura; trazia a lume por comparação, como faz em outras obras, a questão do choque de estruturas existente entre mundo moderno e mundo rural e que não fora apenas um facto colonial mas igualmente um facto identificável na metrópole junto das populações rurais; e foi buscar à literatura oral o valor social do trabalho que o tinha mobilizado, por exemplo, contra o sistema de contratação dos serviços em Angola. Relativamente à relação entre a sua produção científica e literária, vale ainda a pena destacar as considerações estéticas ligadas ao elemento étnico e a consideração do valor da palavra, concedendo-lhe mesmo valor económico, algo inovador na sua época e que só décadas mais tarde veio a estar na agenda científica, valorando-se economicamente o discurso. Ao demonstrar o valor da palavra, o autor também está a fazer a ponte não só entre conhecimento e literatura popular, mas também entre conhecimento e leitura do texto e as diversas leituras que podem ser feitas a partir de fenómenos discursivos distintos, o que claro inclui a literatura escrita e erudita.

Quanto ao romance que aqui analiso, *Herança de Amarguras*, este não pode ser considerado de literatura colonial, apesar de publicado em Luanda e de ter colhido a receção positiva junto deste público (o romance foi publicado na totalidade em folhetim e existe referência ao mesmo na correspondência de Macedo). No entanto, as técnicas narrativas aproximam-se de algumas que também foram utilizadas por autores de literatura colonial, contudo, aqui as personagens são da região do Porto e Vila Nova de Gaia, toda a ação ali se desenrola e até o vapor que liga o Porto a África aparece como distante. É interessante verificar-se como uma narrativa que contem na paisagem elementos tão regionais foi positivamente rececionada junto do público da sociedade colonial, o que reforça a possibilidade de o sistema de ensino e as experiências partilhadas trazerem familiaridade entre a sociedade colonial e sociedade metropolitana. O autor apenas se detém a explicar os costumes tradicionais, amiúde de uma forma crítica, mas não deixando escapar nenhum elemento que poderia comprometer a compreensão do texto por alguém que desconhecesse aquele tipo de prática social. Se Bastos faz uma crónica dos costumes dos mais abastados da sociedade colonial, Macedo faz o mesmo relativamente aos estratos mais desfavorecidos da sociedade metropolitana. Nesta obra, a ciência é reiterada como a solução de todos os males, mas teria de ser positivada pela experiência alastrando-se dos campos mais exatos aos sociais, porque a vivência humana era apenas uma e como seu resultado a ciência também era uma e obedecia aos princípios gerais da razão.

A personagem principal do romance, Alfredo, é um leitor assíduo e lê diferentes tipos de textos, dos científicos aos literários e informativos, surgindo ali a experiência literária como algo paralelo à própria vivência. A experiência literária é apenas mais uma experiência de vida, portanto, inserida no contexto da criação racional do mundo. A arte e a ciência, é textualmente dito, seria o suficiente para acabar com o sofrimento humano, aparecendo a

natureza como harmónica e equilibrada, enquanto os elementos sociais parecem distorcer o princípio harmónico do mundo, daí a procura do panteísmo ao longo de toda a narrativa. A voz popular, não sendo letrada, evoca a literatura popular e aparecem belos trechos de músicas ao longo de toda a narrativa que a preenchem de sons e tornam a paisagem mais composta para o leitor que é guiado através dos espaços com apelo aos seus sentidos. Tal como nas *Aventuras do repórter Zimbro* a música erudita invade os salões e oculta as conversas, aqui os cantares invadem a natureza e exultam à alegria, mesmo que num quadro de sofrimento. Ambos autores recriam personagens e momentos que os remontam às suas vivências, daí que haja uma forte ligação a um objetivo que, mais do que recreativo, é também educativo para a transformação da sociedade. O diálogo permanente com o leitor, entrecortado pelas vozes do povo que caracteriza o que está em seu redor, vão conduzindo a leitura onde se encontra a riqueza da oralidade e o recurso a uma caracterização pormenorizada não só das personagens como das situações, adjetivando nuns casos, comparando noutros, usando a metáfora noutros ainda. Todavia, o apego à realidade é tal, que é próprio narrador que, no início da segunda parte do romance, refere o facto de se tratar de personagens e não de pessoas quotidianas. Macedo faz ressaltar os costumes e comportamentos habituais no sentido de exortar à mudança, falando de uma sociedade ainda rural e em que a mentalidade não acompanhava a modernidade que a tecnologia e a ciência já podiam permitir e que à qual a própria arte já recorria.

Fica comprovado que estes autores contribuíram para a diversidade discursiva e que representam uma parte importante do jornalismo e da literatura produzida entre a realidade e a utopia, testemunhando as continuidades, nuns casos, e descontinuidades noutros casos, da colonização portuguesa que existiu sob a forma discursiva e na realidade. Significa isto que discurso e prática influenciaram-se, tanto quanto realidade e utopia o fizeram. É de notar que para além de não constituírem fenómenos isolados, foi na literatura que os autores encontraram campo fértil para propor as suas ideias para a mudança, mesmo escudando-se em tempos passados ou em narrativas que parecem ou demasiado aventureiras ou demasiado coladas ao quotidiano. Trata-se de um período muito rico em termos de discursos produzidos e que não pode ser reduzido a simples dicotomias ou a análises parciais. Daí que o estudo destes autores tenha sido exemplar no sentido de demonstrar como estética e conteúdo contribuíram para o enriquecimento dos novos projetos de escrita, proporcionados pelo desenvolvimento da tecnologia, e como literatura e ciência colaboraram na edificação de discursos alternativos ao dominante, mesmo que sendo silenciados pelos poderes de então e, posteriormente, esquecidos. O facto de os autores terem recorrido tanto na construção dos discursos do real como nos discursos ficcionais a estilos idênticos, demonstra como a produção textual sistemática, devida à possibilidade de publicar regularmente, lhes permitiam criar um estética própria que perpassa várias obras e ajuda a demonstrar como, apesar de esquecidos, foram autores relevantes na sua época, mesmo que diversificando os meios e tipos de publicação.

Reconhecer o papel de autores como Augusto Bastos e José de Macedo na história literária da lusofonia é também reconhecer o valor da polifonia de vozes e posturas mesmo num tempo em que as condições de produção artísticas e científicas eram deficitárias em liberdade de expressão. A verdade é que recorrendo a estratégias de resiliência estes autores conseguiram publicar até perto da data do seu desaparecimento e mantiveram-se ativos socialmente,



portanto, nunca desistindo de antecipar textualmente as alternativas a um mundo pejado de injustiças. Nada melhor que o jornalismo e a literatura para esse exercício que não só valorou a palavra como preparou o caminho para lutas futuras, tanto no campo sociopolítico como cultural, com o reconhecimento das várias literaturas nacionais lusófonas. Foi desse difícil equilíbrio entre continuidades e descontinuidades que a criatividade se revelou e irrompeu em sociedades que, ricas em diversidade e capacidade intelectual, eram dinâmicas e plenas de vida. A sociedade metropolitana e a sociedade colonial não se constituíram de unicidade discursiva e o facto de partilharem elementos das suas semiosferas proporcionou a circulação do bem mais valioso, o pensamento.



## MATRIZ DAS EPÍGRAFES

### Introdução

Donato Ndongo, “La literatura de Guinea Ecuatorial: 25 años despues”, MIAMPIKA, Landry-Wilfrid [editor], *La palabra y la memoria: Guinea Ecuatorial 25 años después*, Madrid, Editorial Verbum, 2010, p. 36.

### Parte I – Entre discursos

#### Capítulo I – O começo

Sampaio Bruno, *Os modernos Publicistas Portugueses*, Porto, Livraria Civilização/Lello & Irmão Editores, 1987, p. 363.

##### 1.1 – No trilho de Augusto Bastos e José de Macedo

Carta de Augusto Bastos para José de Macedo, “Catumbella, 10 de Janeiro de 1908”

##### 1.2 – O Despertar para África

Carneiro de Moura, *A História Administrativa, colonial e política de Portugal (Dissertação para concurso a um lugar de professor da Faculdade de Estudos Sociaes e de Direito da Universidade de Lisboa)*, Lisboa, Typ. Anuario Commercial, 1913, pp. 301-302.

#### Capítulo II – Discursos cruzados na sociedade civil

Arnaldo Santos, *A Casa Velha das Margens*, Luanda, Edições Chá de Caxinde, 1999, p. 258.

##### 2.1 – A Sociedade de Geografia de Lisboa e a questão colonial

Discurso de Thiago Ferreira no I Congresso Colonial, representante de A Voz do Operário, Actas do I Congresso Colonial.

##### 2.2 – A imprensa e a problemática africana

COMISSÃO 6 DE JULHO, *A Descentralização Administrativa de Angola*, Lisboa, Typographia «A Favorita», 1903, p. 3.

#### Capítulo III – A emergência colonial em texto

Arsénio Pompílio Pompeu de Castro, in OLIVEIRA, Mário António Fernandes de, *A Formação da Literatura Angolana (1851-1950)*, Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 1997, pp. 38-39.

## Parte II – Do real ao utópico ou o inverso?

### Capítulo IV – O real e o utópico nos discursos científico e jornalístico

Henry, *L'Utopie Coloniale, s/local*, Bureau du Voltaire, 1899, p. V

#### 4.1 – Imprensa, sociedade civil e novos projetos de escrita

Louis, REGISMANSET, Charles, *L'Exotisme : la Littérature Coloniale*, Paris, Mercvre de France, 1911, pp. 173-174.

### Capítulo V – Realidade e utopia em discurso literário

Fernando Pessoa, *A Nova Poesia Portuguesa Sociologicamente Considerada*, Lisboa, Editorial Nova Ática, 2006, pp. 13-14.

#### 5.1 – Literatura e realidade: ficcionar o real

Artur Azevedo [com Urbano Duarte], *O Escravocrata*, Belém-Pará, NEAD – Núcleo de Educação à Distância, [www.nead.unama.br](http://www.nead.unama.br), [1884], p.2

#### 5.2 – Literatura e utopia: a criação de mundos novos?

Dohra Ahmed, *Landscapes of Hope: Anti-Colonial Utopianism in America*, Oxford, University Press, 2009, p. 5.

### Capítulo VI – Ensaiai a utopia ou experimentar a realidade?

Tomás Morus, “Epístola de Tomás Morus a Pedro Egídio”, Lisboa, Guimarães Editores, 2005, 14.ª edição, p. 1.

## Parte III – Escritas em nome próprio

### Capítulo VII – Escrita Popular ou Erudita?

Iuri Lotman, “O problema do signo e do sistema sígnico na tipologia da cultura anterior ao século XX”, LOTMAN, Iuri, USPENSKII, Boris, IVANÓV, V., *Ensaaios de Semiótica Soviética*, Lisboa, Livros horizonte, 1981, p. 122.

#### 7.1 – Entre oralidade e escrita

Jacint Creus, “De Boca en Boca”, Jacint Creus, *De Boca en Boca: Estudios de literatura oral de Guinea Ecuatorial*, Barcelona, CEIBA Ediciones, 2004, p. 4.

## 7.2 – A literatura “outra”

José Carlos Venâncio, *Colonialismo, Antropologia e Lusofonias*, Lisboa, Veja, 1996, pp. 152-153.

## Capítulo VIII – Aventuras do sertão e da cidade

Pedro Félix Machado [organização e prefácio de E. Bonavena], *Cenas de África? Romance Íntimo*, Imprensa Nacional – Casa da Moeda, Maio de 2004, p. 74

### 8.1 – As coleções romântico-históricas

Augusto Bastos, *A vida nas selvas, colecção romântico-histórica, O caçador de Leões*, 1919, Benguela, Tipografia do “Jornal de Benguela”, fascículo I, p. 6

### 8.2 – A sociedade colonial em ficção

Augusto Bastos, “ O sinal da morte”, *Segundo Episódio das Aventuras do repórter Zimbrow, Jornal de Benguela*, p. 2 (corresponde à página de transcrição)

## Capítulo IX – Amarguras e ilusões para a mudança

José de Macedo, “Preâmbulo”, *Etnografia e Economia*, Transcrição de Arminda Fortes. [193-?]. 265 p. Trata-se da transcrição, não revista, nem publicada, da tese de doutoramento em Ciências Económicas e Financeiras, p. 6 (corresponde à página de transcrição)

### 9.1 – A tese: *Etnografia e Economia*

José de Macedo, *Etnografia e Economia*, Transcrição de Arminda Fortes. [193-?]. 265 p. Trata-se da transcrição, não revista, nem publicada, da tese de doutoramento em Ciências Económicas e Financeiras, p. 237 (corresponde à página de transcrição)

### 9.2 – A ficção: Herança de Amarguras

Bilhete não datado, assinado Henriques, encontrado no espólio Dr. José de Macedo.

## Conclusão

Anemdio, filho da irmã de Hitlodeu, in Tomas Morus, *Utopia*, Lisboa, Guimarães Editores, 2005, 14.<sup>a</sup> edição, p. 170.

## BIBLIOGRAFIA

### BIBLIOGRAFIA ATIVA

#### AUGUSTO BASTOS

BASTOS, Augusto, *A vida nas selvas, colecção romântico-histórica, O caçador de Leões*, 1919, Benguela, Tipografia do “Jornal de Benguela”, fascículo I

BASTOS, Augusto, *A vida nas selvas, colecção romântico-histórica, Debaixo de um Búfalo*, II, (n.º 2 das aventuras africanas), Benguela, Tipografia do “Jornal de Benguela”, 1919

Bastos, Augusto, “Dois Heroes de Dezassete Annos”, *Os Gigantes atravez dos mares ou Aventuras extraordinárias da Epopeia ultramarina portugueza*, Collecção Histórico-Romântica, N.º 1, Benguella, 1919, tip. Do «Jornal de Benguela»

BASTOS, Augusto, *Monographia da Catumbella*, Lisboa, Sociedade de Geographia de Lisboa, 1912

BASTOS, Augusto, *Traços Geraes sobre a Ethnographia do Districto de Benguella*, Lisboa, Sociedade de Geographia de Lisboa, 1909

BASTOS, Augusto, “As Furnas do Lobito” [folhetim], *O Benguela: Semanário Noticioso, Litterario e Annunciador*, n.º 1, anno 1.º, Benguela, 17 Novembro 1906 [originaes identificados e cópias fornecidas por António Trindade para todos as referências “As Furnas do Lobito”]

BASTOS, Augusto, “As Furnas do Lobito” [folhetim], *O Benguela: Semanário Noticioso, Litterario e Annunciador*, n.º 2, anno 1.º, Benguela, 24 Novembro 1906

BASTOS, Augusto, “As Furnas do Lobito” [folhetim], *O Benguela: Semanário Noticioso, Litterario e Annunciador*, n.º 3, anno 1.º, Benguela, 1 Dezembro 1906

BASTOS, Augusto, “As Furnas do Lobito” [folhetim], *O Benguela: Semanário Noticioso, Litterario e Annunciador*, n.º 4, anno 1.º, Benguela, 8 Dezembro 1906

BASTOS, Augusto, “As Furnas do Lobito” [folhetim], *O Benguela: Semanário Noticioso, Litterario e Annunciador*, n.º 5, anno 1.º, Benguela, 15 Dezembro 1906

BASTOS, Augusto, “As Furnas do Lobito” [folhetim], *O Benguela: Semanário Noticioso, Litterario e Annunciador*, n.º 6, anno 1.º, Benguela, 23 Dezembro 1906

BASTOS, Augusto, “As Furnas do Lobito” [folhetim], *O Benguela: Semanário Noticioso, Litterario e Annunciador*, n.º 7, anno 1.º, Benguela, 29 Dezembro 1906

BASTOS, Augusto, “As Furnas do Lobito” [folhetim], *O Benguela: Semanário Noticioso, Litterario e Annunciador*, n.º 8, anno 1.º, Benguela, 5 Janeiro 1907

BASTOS, Augusto, “As Furnas do Lobito” [folhetim], *O Benguela: Semanário Noticioso, Litterario e Anunciador*, n.º 9, anno 1.º, Benguela, 12 Janeiro 1907

BASTOS, Augusto, “As Furnas do Lobito” [folhetim], *O Benguela: Semanário Noticioso, Litterario e Anunciador*, n.º 10, anno 1.º, Benguela, 19 Janeiro 1907

BASTOS, Augusto, “As Furnas do Lobito” [folhetim], *O Benguela: Semanário Noticioso, Litterario e Anunciador*, n.º 11, anno 1.º, Benguela, 26 Janeiro 1907

BASTOS, Augusto, “As Furnas do Lobito” [folhetim], *O Benguela: Semanário Noticioso, Litterario e Anunciador*, n.º 12, anno 1.º, Benguela, 2 Fevereiro 1907

BASTOS, Augusto, “As Furnas do Lobito” [folhetim], *O Benguela: Semanário Noticioso, Litterario e Anunciador*, n.º 13, anno 1.º, Benguela, 9 Fevereiro 1907

BASTOS, Augusto, “As Furnas do Lobito” [folhetim], *O Benguela: Semanário Noticioso, Litterario e Anunciador*, n.º 15, anno 1.º, Benguela, 28 Fevereiro 1907

BASTOS, Augusto, “As Furnas do Lobito” [folhetim], *O Benguela: Semanário Noticioso, Litterario e Anunciador*, n.º 16, anno 1.º, Benguela, 7 Março 1907

BASTOS, Augusto, “O sinal da morte”, *Segundo Episódio das Aventuras do repórter Zimbro*, n.º 1, n.º 2, n.º 3, n.º 4, n.º 5, n.º 6, n.º 7, n.º 8, n.º 9, n.º 10, n.º 11, n.º 12, n.º 13, n.º 13, n.º 14, n.º 15, n.º 16, n.º 17, n.º 18, n.º 21, n.º 22, n.º 23, n.º 24, n.º 25, n.º 26, *Jornal de Benguela* (começa em Novembro de 1931)

BASTOS, Augusto, “A Máscara Azul”, *Memórias policiais do Repórter Zimbro*, 14-11-1931, 17-11-1931, 18-11-1931, 19-11-1931, 20-11-1931 [referência *Aventuras do Repórter Zimbro*, identificadas, digitalizadas e cedidas por Francisco Soares]

BASTOS, Augusto, “Angola (...)”, *O Lobito*, 16 de Agosto de 1930 (cópia de texto publicado por Augusto Bastos; transcrição anónima, fornecida pela família do autor).

#### **JOSÉ DE MACEDO**

MACEDO, José de, “A Educação do Negro”, *Revista Portuguesa Colonial e Marítima*, Quarto Anno, 1900-901, 1.º semestre, Lisboa, Livraria Ferin, pp. 287-297

MACEDO, José de, “Commercio com as Colónias”, *Revista Portuguesa Colonial e Marítima*, 1899-1900, Primeiro Semestre, Lisboa, Livraria Ferin, pp. 284-297

MACEDO, José de, *A socialização do ensino*, Lisboa, Secção Editorial da Companhia Nacional Editora, 1898

MACEDO, José de, *As nossas riquezas Coloniaes [Memória]*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1901

MACEDO, José de, *Autonomia de Angola, Estudo de Administração Colonial*, Lisboa, Editor o Autor, Typographia Leiria, 1910

MACEDO, José de, *Autonomia de Angola, Estudo de Administração Colonial*, Lisboa, Instituto de Investigação Científica Tropical, 2008, 3.ª Edição

MACEDO, José de, *O Conflito Internacional sob o ponto de vista português: estudo políticos e económico*, Porto, Edição da «Renascença Portuguesa», [1916]

MACEDO, José de, *O Cooperativismo*, Lisboa, Secção Editorial da Companhia Nacional Editora, 1898

MACEDO, José de, *O Poderio da Inglaterra*, Collecção do Povo Scientifica, Artística, Industrial e Agrícola, Lisboa, Livraria Editora [s/data], 1901

#### **MANUSCRITOS** (documentos não tratados arquivisticamente, digitalização Cátia Miriam Costa)

MACEDO, José de, *Etnografia e Economia*, Transcrição de Arminda Fortes. [193-?]. 265 p. Trata-se da transcrição, não revista, nem publicada, da tese de doutoramento em Ciências Económicas e Financeiras.

MACEDO, José de, Capítulo do livro *Mulheres Portuguezas*, 7.º caderno, transcrição Cátia Miriam Costa

MACEDO, José de, *Herança de Amarguras*, I parte; II Parte [incompleta], transcrição Cátia Miriam Costa. A parte I teria sido publicada em Luanda no início do século XX, e estaria em revisão nos anos 40 para publicação em Lisboa. A parte II está muito incompleta é totalmente manuscrita e seria a continuação da parte I.

MACEDO, José de, Rascunho do discurso comemorativo dos 10 anos sobre a ascensão ao poder de António Oliveira Salazar, apresentado na Instituto Comercial de Lisboa, em nome do Conselho Escolar [incompleto]

MACEDO, José de, Rascunho da Carta de defesa, escrita durante a sua detenção por motivos políticos em 1900, 6 de Agosto de 1900 (calabouços da esquadra do Rato), transcrição Arminda Fortes e Cátia Miriam Costa.

#### **DOCUMENTOS OFICIAIS**

Actas Câmara Municipal de Benguela: Acta Sessão Ordinária de 24 de Fevereiro de 1921; Acta Sessão Ordinária do dia 17 Março 1921; Acta Sessão Ordinária do dia 24 de Março de 1921; Acta Sessão Ordinária do dia 31 de Março de 1921; Acta Sessão Ordinária do dia 4 de Abril de 1921, Acta Sessão Ordinária 7 de Abril de 1921; Acta Sessão Extraordinária do dia 8 de Abril de 1921, Acta Sessão Ordinária de 21 de Abril de 1921, Acta Sessão Ordinária de 28 de Abril de 1921, Acta Sessão Ordinária de 5 de Maio de 1921, Acta Sessão Ordinária de 26 de Maio de 1926, Acta Sessão Ordinária de dia 16 de Junho de 1921, Acta da não reunião da Câmara por falta de número em 23 de Junho por falta de número legal; Acta da não reunião da Câmara por falta de número em 30 de Junho por falta de número legal; Acta da não reunião da Câmara por falta de número em 7 de Julho por falta de número legal; Acta da não reunião da Câmara por



falta de número em 14 de Julho por falta de número legal; Acta da não reunião da Câmara por falta de número em 21 de Julho por falta de número legal; Acta da não reunião da Câmara por falta de número em 28 de Julho por falta de número legal; Acta da não reunião da Câmara por falta de número em 4 de Agosto por falta de número legal; Acta da não reunião da Câmara por falta de número em 11 de Agosto por falta de número legal; Acta da não reunião da Câmara por falta de número em 13 de Agosto por falta de número legal; Acta da não reunião da Câmara por falta de número em 18 de Agosto por falta de número legal; Acta da Sessão Ordinária de 25 de Agosto de 1921; Acta da não reunião da Câmara por falta de número em 1 de Setembro por falta de número legal; Acta da Sessão de posse conferida à câmara eleita em 18 de Dezembro de 1921; Acta da Sessão Ordinária de 18 de Janeiro de 1922, Acta da Sessão Ordinária de 20 de Janeiro de 1922, Acta da Sessão Ordinária de 27 de Janeiro de 1922, Acta da Sessão Ordinária de 3 de Fevereiro de 1922, Acta da Sessão Ordinária de 10 de Fevereiro de 1922, Acta da Sessão Ordinária de 17 de Fevereiro de 1922, Acta da não reunião da Câmara por falta de número em 28 de Fevereiro por falta de número legal, Acta da Sessão Ordinária de 3 de Março de 1922, Acta da Sessão Ordinária de 10 de Março de 1922, Acta da Sessão Extraordinária de 4 de Março de 1922, Acta da Sessão Ordinária de 17 de Março de 1922, Acta da Sessão Extraordinária de 22 de Março de 1922, Acta da Sessão Ordinária de 24 de Março de 1922, Acta da não reunião da Câmara por falta de número em 30 de Março por falta de número legal, Acta da não reunião da Câmara por falta de número em 5 de Abril por falta de número legal; Acta da Sessão Ordinária de 7 de Abril de 1922, Acta da Sessão Ordinária de 10 de Abril de 1922, Acta da Sessão Ordinária de 22 de Abril de 1922, Acta da Sessão Extraordinária de 25 de Abril de 1922, Acta da Sessão Extraordinária de 28 de Abril de 1922, Acta da Sessão Ordinária de 5 de Maio de 1922, Acta da Sessão Extraordinária de 8 de Maio de 1922, Acta da Sessão Ordinária de 12 de Maio de 1922, Acta da Sessão Extraordinária de 15 de Maio de 1922, Acta da Sessão Extraordinária de 16 de Maio de 1922, Acta da Sessão Ordinária de 19 de Maio de 1922, Acta da Sessão Ordinária de 2 de Junho de 1922, Acta da Sessão Ordinária de 9 de Junho de 1922, Acta da Sessão Ordinária de 16 de Junho de 1922, Acta da Sessão Ordinária de 30 de Junho de 1922, Acta da Sessão Ordinária de 4 de Julho de 1922, Acta da Sessão Ordinária de 21 de Julho de 1922, Acta da Sessão Ordinária de 4 de Agosto de 1922, Acta da Sessão Ordinária de 11 de Agosto de 1922, Acta da Sessão Extraordinária de 18 de Agosto de 1922; Acta da Sessão Extraordinária de 4 de Setembro de 1922, Acta da Sessão Ordinária de 8 de Setembro de 1922, Acta da Sessão Ordinária de 13 de Outubro de 1922, Acta da Sessão Ordinária de 20 de Outubro de 1922, Acta da Sessão Ordinária de 24 de Outubro de 1922, Acta da Sessão Ordinária de 10 de Novembro de 1922, Acta da Sessão Ordinária de 17 de Novembro de 1922, Acta da Sessão Ordinária de 24 de Novembro de 1922, Acta da Sessão Extraordinária de 24 de Novembro de 1922, Acta da Sessão Ordinária de 8 de Dezembro de 1922, Acta da Sessão Ordinária de 13 de Dezembro de 1922, Acta da Sessão Ordinária de 15 de Dezembro de 1922, Acta da Sessão Ordinária de 22 de Dezembro de 1922, Acta da Sessão Ordinária de 24 de Dezembro de 1922, Acta da Sessão Ordinária de 29 de Dezembro de 1922, Acta da Sessão Ordinária de 5 de Janeiro de 1923, Acta da Sessão Ordinária de 12 de Janeiro de 1923, Acta da Sessão Extraordinária de 16 de Janeiro de 1923, Acta da Sessão Ordinária de 19 de Janeiro de 1923, Acta da Sessão Extraordinária de 24 de Janeiro de 1923, Acta da Sessão Ordinária de 27 de Janeiro de 1923, Acta da Sessão Ordinária de 9 de Fevereiro de 1923; Acta da Sessão Extraordinária de 20 de Fevereiro de 1923, Acta da Sessão Ordinária de 23 de Fevereiro de 1923, Acta da Sessão Ordinária de 9 de Março de 1923//Licença de Augusto

Bastos – até vinte e tal de Junho // Acta da Sessão Ordinária de 29 de Junho de 1923, Acta da Sessão Ordinária de 6 de Julho de 1923, Sessão Extraordinária de 6 de Julho de 1923, Sessão Extraordinária de 18 de Julho de 1923, Sessão Ordinária de 3 de Agosto de 1923, Sessão Ordinária de 10 de Agosto de 1923, Sessão Ordinária de 31 de Agosto de 1923, Sessão Extraordinária de 5 de Setembro de 1923, Sessão Extraordinária de 13 de Setembro de 1923, Sessão Ordinária de 21 de Setembro de 1923, Sessão Ordinária de 28 de Setembro de 1923, Sessão Extraordinária de 1 de Outubro de 1923, Sessão Ordinária de 12 de Outubro de 1923, Sessão Ordinária de 19 de Outubro de 1923, Sessão Ordinária de 26 de Outubro de 1923, Sessão Extraordinária de 3 de Novembro de 1923, Sessão Ordinária de 9 de Novembro de 1923, Sessão Ordinária de 16 de Novembro de 1923, Sessão Extraordinária de 26 de Novembro de 1923, Sessão Extraordinária de 3 de Dezembro de 1923, Sessão Ordinária de 7 de Novembro de 1923, Sessão Extraordinária de 11 de Dezembro de 1923, Sessão Ordinária de 14 de Dezembro de 1923, Sessão Ordinária de 21 de Dezembro de 1923, Sessão Ordinária de 28 de Novembro de 1923, Sessão Ordinária de 4 de Janeiro de 1924, Sessão Ordinária de 10 de Janeiro de 1924, Sessão Ordinária de 24 de Janeiro de 1924, Sessão Ordinária de 14 de Fevereiro de 1924, Sessão Extraordinária de 25 de Fevereiro de 1924, Sessão Ordinária de 28 de Fevereiro de 1924, Sessão Ordinária de 13 de Março de 1924, Sessão Ordinária de 27 de Março de 1924, Sessão Ordinária de 10 de Abril de 1924, Sessão Ordinária de 17 de Abril de 1924, Sessão Ordinária de 8 de Maio de 1924, Sessão Ordinária de 15 de Maio de 1924, Sessão Ordinária de 22 de Maio de 1924, Sessão Extraordinária de 27 de Maio de 1924, Sessão Ordinária de 5 de Junho de 1924, Sessão Ordinária de 19 de Junho de 1924, Sessão Ordinária de 3 de Julho de 1924, Sessão Extraordinária de 18 de Junho de 1924, Sessão Extraordinária de 6 de Agosto de 1924, Sessão Extraordinária de 28 de Agosto de 1924, Sessão Ordinária de 11 de Setembro de 1924, Sessão Ordinária de 9 de Outubro de 1924, Sessão Ordinária de 23 de Outubro de 1924, Sessão Ordinária de 30 de Outubro de 1924, Sessão Extraordinária de 13 de Novembro de 1924, Sessão Ordinária de 24 de Novembro de 1924, Sessão Ordinária de 4 de Dezembro de 1924, Sessão Ordinária de 18 de Dezembro de 1924, Sessão Ordinária de 30 de Dezembro de 1924, Sessão Extraordinária de 30 de Dezembro de 1924, Sessão Ordinária de 8 de Janeiro de 1925, Sessão Extraordinária de 27 de Janeiro de 1925, Sessão Extraordinária de 29 de Janeiro de 1925, Sessão Ordinária de 19 de Fevereiro de 1925, Sessão Ordinária de 21 de Fevereiro de 1925, Acta da Sessão de posse e eleição de presidente e vice-presidente, a 2 de Janeiro de 1926.

Auto de investigação a António Perez, Arquivo Histórico Ultramarino, n.º 805, pasta 21, período 1901-1904, digitalizado por Cátia Miriam Costa.

Congresso Colonial Nacional, 8 a 15 de Maio de 1930, *Actas das Sessões e Teses*, Lisboa, S.G.L., 1934

Congresso Colonial Nacional, Inaugurado no dia 2 de Dezembro de 1901 por sua Majestade El-Rei e com a Assistência de Sua Majestade A Rainha Senhora D. Amélia e sua Alteza o Príncipe Real Senhor D. Luís, *Actas das Sessões*, Lisboa, A Liberal – Officina Typographica, 1902

Congresso Colonial Nacional, Inaugurado no dia 2 de Dezembro de 1901 por sua Majestade El-Rei e com a Assistência de Sua Majestade A Rainha Senhora D. Amélia e sua Alteza o Príncipe

Real Senhor D. Luís, *Conferências Preliminares*, Vol. I, Lisboa, A Liberal – Officina Typographica, 1902.

Congresso Colonial Nacional, Inaugurado no dia 2 de Dezembro de 1901 por sua Majestade El-Rei e com a Assistência de Sua Majestade A Rainha Senhora D. Amélia e sua Alteza o Príncipe Real Senhor D. Luís, *Memórias ao Congresso*, Vol. IV, Lisboa, A Liberal – Officina Typographica, 1902.

Decreto-Lei n.º 22:465, Acto Colonial, 11 Abril de 1933.

Documentos Fotográficos: *Reconhecimentos Topographicos exectuados em 1908 pelo tenente J. Velloso de Castro, Primeiro Álbum, Junho e Julho, Calulo, Quissongo (Columna Móvel de Policia em Operações no Libolo); Reconhecimentos Topographicos executados em 1908 pelo tenente J. Velloso de Castro, Primeiro Álbum, Agosto e Setembro, Calulo, Quissongo, Cabezo, Qissala, Gungo, Sanga, Quibala (Columna Móvel de Policia em Operações no Libolo);* Arquivo Histórico Ultramarino, Lisboa.

II Congresso Colonial Nacional, 6 a 10 de Maio 1924, *Teses e Actas das Sessões*, Lisboa, S.G.L., 1924

Processo da Escola Colonial (rejeição de José de Macedo no concurso para o lugar de professor nesta escola em 1907).

Registo de Baptismo de Augusto Bastos, Igreja de Nossa Senhora do Pópulo, Benguela.

**CORRESPONDÊNCIA** (documentos não tratados arquivisticamente, digitalizados por Cátia Miriam Costa)

Correspondência de Augusto Bastos para José de Macedo: Catumbella, 10 de Janeiro de 1908; Catumbella, 23 de Junho de 1909; Catumbella, 10 de Julho de 1909; Catumbella, 23 de Julho de 1909; Catumbella, 11 de Agosto de 1909; Catumbella, 23 de Setembro de 1909;

Correspondência de José D. Rodam Tavares: Benguela, 9 de Fevereiro de 1909, s/ local, 15 Agosto 1912;

Correspondência de António Freitas: Catumbela, 25 Março 1906; Catumbela, 11 Novembro 1909,

Correspondência Benigno Ferreira: Lisboa, 14 Setembro 1909; Lisboa, 6 Dezembro 1909,

Correspondência Fernando Reis: Lisboa, 11 Outubro 1903; Lisboa, 23 Dezembro 1903; Lisboa, 17 Junho 1904; Lisboa, 22 Junho de 1904; (sem local) 6 Dezembro 1904; Lisboa, 7 Março 1905; Lisboa, 21 Outubro 1905;

Correspondência de Novo Redondo, datada de 7 Novembro 1912, assinatura impercetível, papel timbrado Araújo, Vasco & Amorim;

Correspondência Mário Mesquita [Jornal de Benguela] [data imperceptível]

Correspondência de António Peres [mesmo que António Perez do processo, lapsus linguae do escrivão no nome, mesmo que Guerra Peres referenciado por Fernando Reis em carta, como indo ajudar na questão dos serviços para Luanda] para Brito Pires, Luanda, 27 Março 1903;

Correspondência Marques Pinheiro, 15 Novembro 1903;

Correspondência Novo Redondo, sem assinatura, 26 Outubro 1904;

Correspondência Bravo da Costa: Quanza do (?), 30 Janeiro 1907; s/ local, 10 Março 1909; Quanza do Mussimo (?), 7 Outubro 1909;

Correspondência Joaquim Ra(...) Silva, Loremo, 10 Setembro 1907;

Correspondência José Maria d'Araujo Freire de Andrade: Lourenço Marques, 20 Novembro 1908; Lourenço Marques, 20 Janeiro 1912

Correspondência Appolinário do Couto [ou Canto?]: Benguela, 26 Julho 1910;

Correspondência João Moreira Semedo: Catumbela, 29 Março 1911

Correspondência de Eduardo da Costa para o Conselheiro Custódio Borja (ex-governador geral para governador-geral); Luanda, 16 Março 1904;

Relatório expedido em carta, Luiz Gomes, João Garrido Fragoso, Nicolao Chicolate e B. Santos, Catumbo (?), 3.ª Divisão do concelho da Barra do Dande (?) (refere batalha de 2 Fevereiro 1905);

#### PERIÓDICOS

***O Angolense: Seminário defensor dos interesses de Angola***, Manuel Augusto dos Santos [proprietário, director e editor], Loanda, Typographia Mamã Tita, Ltd., N.º 1 (29 Setembro 1917), N.º 2 (6 de Outubro de 1917), N.º 3 (10 de Outubro de 1917)

***O Distrito de Benguela: Semanário regionalista***, Adolfo Pina [redactor principal], tipografia e Papeleria Paris, Benguela, N.º 1 (7 de Janeiro de 1922) ao N.º 146 (26 Outubro de 1924).

***A Defeza de Angola: libertando pela paz: equalando pela justiça; progredindo pela autonomia*** [a totalidade do nome só é adquirida a partir de 26 de Maio de 1907], Loanda: N.ºs 250, ano III (28 Novembro 1906), ao N.º 313 (6 Dezembro 1907).

***Jornal de Benguela – Semanário defensor dos interesses da região***, M. Mesquita [director], Abílio de Oliveira Bastos [Editor]: n.º 1 (3 Julho de 1912) ao N.º 26 (25 Dezembro 1912) // N.º 1, ano II (1 Janeiro 1913) ao N.º 53, ano II (31 Dezembro 1913) // N.º 1, ano III (7 de Janeiro de 1914), ao N.º 23, ano III (10 Junho 1914) // Ano V – Editor Abílio de Oliveira Bastos, Director M. de Mesquita // N.º 3, ano V (21 Janeiro 1916), ao N.º 25, ano V (23 Julho 1916) // Ano VI – Editor Pedro Ferreira de Mesquita // N.º 1, ano VI (5 Janeiro 1917), ao N.º 52, no VI (28 Dezembro 1917) // Ano VII – Director M. Mesquita, editor Pedro Ferreira de Mesquita // N.º 1, ano VII (4 Janeiro 1918) ao N.º 50, ano VII (27 Dezembro 1918) // Director M. de Mesquita, editor Pedro Ferreira Mesquita // N.º 4, ano VIII (24 Janeiro 1919), ao N.º 52, ano VIII (26 Dezembro 1919) // Ano IX – director M. de Mesquita, editor Pedro Ferreira de Mesquita // N.º 1, ano IX (2 Janeiro 1920), ao N.º 52, ano IX (31 Dezembro 1920) // Ano XII, Director M. de Mesquita, editor Pedro Ferreira Mesquita // N.º 1, ano XII (4 Janeiro 1924) ao N.º 22 e (30 Maio 1924) [pela primeira vez aparece J. Ralph Corte Real Delgado como secretário da redacção], ao N.º 52, ano XII (26 Dezembro 1924). Nota: Em 1931, o jornal de Benguela já não utiliza o subtítulo “semanário defensor dos interesses da região”, passando a usar o subtítulo de “diário independente”.

***Campeão popular, revista litteraria, theatral, tauromarchica e sportiva***, Augusto Bastos [redactor], Arthur de Figueiredo [Administrador], n.º 1, Lisboa, 5 de Junho de 1898 [teve apenas um número]

#### **BIBLIOGRAFIA PASSIVA**

AAVV, *Almanach Ensaios Literários*, 2.º Vol., Loanda, Typographia do Povo, 1901

AAVV, *Teorías de la ficción literaria*, Madrid, Arco/Libros, S.L., 1997

AHMED, Dohra, *Landscapes of Hope: Anti-Colonial Utopianism in America*, Oxford, University Press, 2009

ANDRADE, Mário Pinto de, *Origens do Nacionalismo Africano: continuidade e ruptura nos movimentos unitários emergentes de luta contra a dominação 1911-1961*, Lisboa, Publicações D. Quixote, 1997

ANTIOCH, Gerry, "Persuasion is now 30 per cent of US GDP: Table 1: McCloskey and Klamer's Persuasion Estimate", *Economic Roundup Issue 1*, Commonwealth of Australia, 2013.

APPIAH, Kwame Anthony, *My Cosmopolitanism*, Barcelona, Centre de Cultura Contemporània de Barcelona, 2008

ARCHER, Maria, *Aristocratas*, Lisboa, Editorial Aviz, 1946

AZEVEDO, Artur [com Urbano Duarte], *O Escravocrata*, Belém-Pará, NEAD – Núcleo de Educação à Distância, [www.nead.unama.br](http://www.nead.unama.br), [1884]

BANDEIRA, Marquês de Sá da, *O Tráfico da escravatura e o Bill de Lord Palmerston*, Lisboa, Ulmeiro, 1997

- BARTHES, Roland, BERSANNI, L., RAMON, Ph., RIFATTERRE, WATT, I., *Literatura e Realidade (o que é o realismo?)*, Lisboa, Publicações D. Quixote, 1984
- BLANCHARD, Pascal, BANCEL, Nicholas, LEMAIRE, Sandrine, *La Fracture Coloniale*, Paris, Éditions La Découverte, 2006
- BLANCHARD, Pascal, LEMAIRE, Sandrine, *Culture Coloniale: La France conquise par son empire, 1871-1931*, Paris, Éditions Autrement, 2008
- BOAHEN, Albert Adu [Editor], *História Geral da África, VII: África sob dominação colonial, 1880-1935*, Brasília, UNESCO, 2010, 2.ª Edição Revista
- BOURDIEU, Pierre, *O que falar quer dizer*, Algés, Difel – Difusão Editorial, S.A., 1992
- BRUNO, Sampaio, *A Geração Nova*, Lello & Irmão – Editores, 1984
- BRUNO, Sampaio, *Os modernos Publicistas Portugueses*, Porto, Livraria Civilização/Lello & Irmão Editores, 1987
- CARAÇA, João, *Do saber ao fazer: porquê organizar a ciência*, Lisboa, Gradiva, 2008, 2.ª Edição
- CARIO, Louis, REGISMANSET, Charles, *L'Exotisme : la Littérature Coloniale*, Paris, Mercvre de France, 1911
- CARVALHO, Ruy Duarte, *Vou lá visitar pastores explorar epistolar de um percurso angolano em território Kuvale (1992-1997)*, Lisboa, Cotovia, 2000, 2.ª Edição
- CASTRO, Velloso de, *A Campanha do Cuamato em 1907: Breve narrativa acompanhada de photographias*, Loanda, Imprensa Nacional, 1908
- CASTRO, Velloso de, *Província de Angola, Álbum de Aspectos da Vida e Costumes no Interior da Africa Occidental Portuguesa*, n.º 4 e n.º 10, 1908 [colectâneas de postais].
- CHADS, Diana, *Searching for African Prospects: Life as a Mining Engineer in Nigeria and Angola*, London/N. York, the Radcliffe Press, 2006
- COELHO, João Paulo Borges, *O Olho de Hertzog*, Lisboa, Leya, S.A., 2010, 2.ª Edição
- COELHO, Maria Teresa Pinto, *Apocalipse e regeneração: o Ultimatum e a mitologia da Pátria na literatura finissecular*, Lisboa, Edições Cosmos, 1996
- COLBERT, Nigel [Edition], *Researching Social Life*, London, Sage, 2011, 3<sup>rd</sup> Edition
- COMISSÃO 6 DE JULHO, *A Descentralização Administrativa de Angola*, Lisboa, Typographia «A Favorita», 1903
- CORRADO, Jacopo, “The Fall of a Creole Elite? Angola at the Turn of the 20<sup>th</sup> Century: the decline of the Euro-African Urban community”, *Luso-Brazilian Review*, 2010
- COSTA, Cátia Miriam, “A árvore convertida em palavra”, *Mulembra – Revista Científica*, n.º 1, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Outubro de 2009, [http://setorlitafrica.letas.ufrj.br/mulemba/numero\\_atual.php](http://setorlitafrica.letas.ufrj.br/mulemba/numero_atual.php)

COSTA, Cátia Miriam, “Aspectos Inovadores na obra de José de Macedo” em Rodrigues, Miguel Jasmins [organização], *Futuro e História da Lusofonia Global*, Lisboa, Instituto de Investigação Científica Tropical, 2008, p. 325-334

COSTA, Cátia Miriam, “Augusto Bastos: discursos intercomunicantes entre o real e o ficcional”, *Maka – Revista de Literatura & Artes*, Volume I, N.º 1, Ano 1, Luanda, União de Escritores Angolanos, p. 137-148

COSTA, Cátia Miriam, “Da Etnicidade ao Simbolismo: Três olhares sobre a etnia kuvale”, 7.º Congresso Ibérico de Estudos Africanos, ISCTE, Lisboa 2010, Março 2011, 19 pp., [http://www.repositorio-iul.iscte.pt/bitstream/10071/2247/1/CIEA7\\_1\\_COSTA,%20Da%20Etnicidade%20ao%20Simbolismo.pdf](http://www.repositorio-iul.iscte.pt/bitstream/10071/2247/1/CIEA7_1_COSTA,%20Da%20Etnicidade%20ao%20Simbolismo.pdf)

COSTA, Cátia Miriam, “J. Bravo Carbonel e José de Macedo: duas leituras coloniais dos trópicos”, *Revista Crioula*, N.º 6, Universidade de S. Paulo, S. Paulo, Novembro de 2009, <http://www.fflch.usp.br/dlcv/revistas/crioula/edicao/edicao06.php>

COSTA, Cátia Miriam, “O outro nas narrativa fotográfica de Velloso de Castro (Angola 1908)”, *Culturas Populares. Revista Electrónica* 7 (julio-diciembre 2008), 18 pp., [www.culturaspopulare.org/textos7/articulos/costa1pdf](http://www.culturaspopulare.org/textos7/articulos/costa1pdf)

COSTA, Cátia Miriam, “Oralidad y Superivencia: de la palabra dicha al verbo sentido”, *Oráfrica*, n.º 5, Barcelona, CEIBA Ediciones, abril de 2009, p. 11-32

COSTA, Cátia Miriam, “Os aspectos inovadores em *Autonomia de Angola*” in Macedo, José, *Autonomia de Angola*, Lisboa, Instituto de Investigação Científica Tropical, 2008, 3.ª Edição, p. 15-25

COSTA, Cátia Miriam, “Para lá do horizonte: da terra do degredo à terra da promessa”, Peinado J.L. Ruiz, *Atlántico imaginado: fronteras, migraciones y encuentros*, Madrid, Ministerio de Trabajo e Inmigración/Subdirección General de Información Administrativa y Publicaciones, 2010, pp. 55-76, 59-80 (versão bilingue: português/espanhol).

COSTA, Cátia Miriam, “Pensamento republicano e africanismo: o caso de José de Macedo”. In *Viagens e missões científicas nos trópicos: 1883-2010*. Lisboa: Instituto de Investigação Científica Tropical, 2010, p. 34-38

COSTA, Cátia Miriam, *Mundo Luso-tropical: três estudos de caso*, Lisboa, Editorial Minerva, 2005

CREUS, Jacint, *Curso de Literatura Oral Africana*, Barcelona, CEIBA Ediciones, 2005

CREUS, Jacint, *De Boca en Boca: Estudios de literatura oral de Guinea Ecuatorial*, Barcelona, CEIBA Ediciones, 2004

CRISTÓVÃO, Fernando, *O Romance Político Brasileiro Contemporâneo e outros Ensaio*, Coimbra, Almedina/Centro de Literaturas de Expressão Portuguesa da Universidade de Lisboa e Associação de Cultura Lusófona, 2003

- CROWDER, Michael [editor], *The Cambridge History of Africa, 1940-1975*, Vol. 8, 1984
- D'AGUIAM, Baltazar d'Araújo Brito e Rocha, *Enxotando moscardos – resposta aos kuribecas de Benguela*, Benguela, Tipografia de O Comércio, 1926
- D'ALGE, Carlos, *A Experiência Futurista e a Geração de «Orfeu»*, Lisboa, ICALP, 1989
- D'ANDRADE, José Maria d'Araújo Freire, *A Descentralização Administrativa na província de Moçambique*, Lisboa, 1908.
- DUGARD, Martin [tradução: António Cruz Belo], *À Descoberta de África: As viagens épicas de Stanley & Livingstone*, Cruz Quebrada, Casa das Letras, 2007
- ECO, Umberto, *Leitura do Texto Literário: Lector in Fabula*, Lisboa, Editorial Presença, 1993, 2.ª Edição
- ECO, Umberto, *Leitura do Texto Literário: Lector in Fabula*, Lisboa, Editorial Presença, 1993, 2.ª Edição
- ECO, Umberto, *O signo*, Lisboa, Editorial Presença, 2004, 6.ª Edição
- ECO, Umberto, *O signo*, Lisboa, Editorial Presença, 2004, 6.ª Edição
- FERREIRA, José da Silva Maia, *Espontaneidades da minha alma*, Lisboa, Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 2002
- FISH, Bruce, FISH, Becky Durost, *Angola 1880 to the present: Slavery, Exploitation, and Revolt*, Philadelphia, Chelsea House Publishers, 2001
- HENRIQUES, Isabel Castro, *Território e Identidade. A construção da Angola colonial (c.1872-c.1926)*, Lisboa, Centro de História da Universidade de Lisboa, 2004
- INGARDEN, Roman [traducción de Gerald Nyenhuis H.], *La comprensión de la obra de arte literaria*, Ciudad de México, Universidad Iberoamericana, 2005
- JOÃO, Maria Isabel, *Memória e Império, Comemorações em Portugal (1880-1960)*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian/Fundação para a Ciência e Tecnologia, 2002
- JÚNIOR, António Assis, *Relato dos acontecimentos de Dala Tando e Lucala*, Parte I, Loanda, Tipografia Mamã Tita, 1917
- JÚNIOR, António Assis, *Relato dos acontecimentos de Dala Tando e Lucala*, Parte II, Loanda, Tipografia Mamã Tita, 1918
- Klein, Jean-François, Singaravélou, Pierre, Suremain, Marie-Albane, *Atlas des empires coloniaux : XIX<sup>e</sup>-XX<sup>e</sup> siècles*, Paris, Éditions Autrement, 2012
- LADEBAT, M. de, *Discours sur la nécessité et les moyens de détruire l'esclavage dans les colonies*, Lu à la séance publique de l'Académie royale des Sciences, belles lettres et arts de Bordeaux, le 26 Août 1788, Project Gutenberg, [Ebook #10697] January 12, 2004



LAS CASAS, Frei Bartolomé [tradução Júlio Henriques], *Brevíssima Relação da Destruição das Índias*, Lisboa, Edições Antígona, 1997, 2.ª Edição

LEAL, Ernesto Castro, *António Ferro Espaço Político e Imaginário Social (1918-32)*, Lisboa, Edição Cosmos, 1994

LIMA, A. A. Lisboa de, *As Colónias Portuguesas e a crise económica e financeira de Angola. Necessidade de um plano de política colonial – Memória*, Lisboa, Sociedade de Geografia de Lisboa, 1925 (Desenvolvimento da Conferência realizada a 17 de Julho de 1925 na sede da Sociedade de Geografia de Lisboa)

LIMA, S. Magalhães de, *A Senhora Viscondessa*, Coimbra, Imprensa Commercial e Industrial, 1875.

LOPO, Júlio de Castro, *Jornalismo de Angola: subsídios para a sua história*, Luanda, Centro de Informação e Turismo de Angola, 1964

LOPO, Júlio de Castro, *Para a história da imprensa de Angola*, Luanda, Edição do Museu de Angola, 1962

LOTMAN, Iuri, USPENSKII, Boris, IVANÓV, V., *Ensaios de Semiótica Soviética*, Lisboa, Livros horizonte, 1981

LOUDE, Jean-Yves, *Lisboa na Cidade Negra*, Lisboa, D. Quixote, 2005

LUIG, Ute, VON OPPEN, Achim, "Landscape in Africa: Process and Vision: An Introductory Essay", *Paideuma*, n.º 43, 1997

MACHADO, Pedro Félix [organização e prefácio de E. Bonavena], *Cenas de África? Romance Íntimo*, Imprensa Nacional – Casa da Moeda, Maio de 2004

MADUREIRA, Nuno Luís, "A Estatística do corpo: Antropologia Física e antropometria na alvorada do século XX", *Etnográfica*, 7, 2 (2003): 283-303.

MADUREIRA, Nuno Luís, "[Polícia sin Ciência. La Policia criminal in Portugal: 1870-1930](#)", *Revista Política y Sociedad- Universidad Complutense de Madrid*, 42, 3 (2005):45-62.

MARGARIDO, Alfredo, *Estudos sobre Literaturas das Nações Africanas de Língua Portuguesa*, Lisboa, A Regra do Jogo, 1980

MARTINS, Lourdes Câncio, *Utopia e Melancolia*, Lisboa, Edições Colibri, 2002

MATOS, Norton, *Discurso pronunciado em 1 de Agosto de 1913, pelo major Norton de Matos, Governador Geral de Angola, na sessão de abertura da Junta Geral da Província*, Loanda, Imprensa Nacional, 1913

MBEMBE, Achille, "Formas Africanas de Escrita de si", *artáfrica*, Centro de Estudos Comparatistas – Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, 7-03-2010, [http://www.artafrica.info/novos-pdfs/artigo\\_21-pt.pdf](http://www.artafrica.info/novos-pdfs/artigo_21-pt.pdf)

- MCCLOSKEY, Donald, KLAMER, Arjo, "One quarter of GDP is persuasion", *The American Economic Review*, Vol. 85, No. 2, 1995, pp. 191-195.
- MEMMI, Albert, *Portrait du Colonisé*, Paris, Petite Bibliothèque Payot, 1973
- MIAMPIKA, Landry-Wilfrid [editor], *La palabra y la memoria: Guinea Ecuatorial 25 años después*, Madrid, Editorial Verbum, 2010
- MOREIRA, Adriano, "Para a história do civismo da Sociedade de Geografia", *Boletim da Sociedade de Geografia de Lisboa*, Lisboa, Sociedade de Geografia de Lisboa, Série 124.ª, n.º 1-2, Jan-Dez. 2006, pp. 11-16
- MORTIMER, Henry, *L'Utopie Coloniale, s/local*, Bureau du Voltaire, 1899
- MORUS, Tomás, *A Utopia*, Lisboa, Guimarães Editores, 2005, 14.ª edição
- MOURA, Carneiro de, *A História Administrativa, colonial e política de Portugal (Dissertação para concurso a um lugar de professor da Faculdade de Estudos Sociaes e de Direito da Universidade de Lisboa)*, Lisboa, Typ. Anuario Commercial, 1913
- MUMFORD, Lewis [tradução Isabel Donas Botto], *História das Utopias*, Lisboa, Antígona [edição original em inglês de 1922]
- NABUCO, Joaquim, *O Abolicionismo*, S. Paulo, Publifolha, 2000, <http://www.bibvirt.futuro.usp.br> (Biblioteca Virtual do Estudante Brasileiro)
- OLIVEIRA, Mário António Fernandes de, *A Formação da Literatura Angolana (1851-1950)*, Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 1997
- OLIVIER, Roland, SANDERSON, G.N. [editors], *The Cambridge History of Africa, 1870-1905*, Vol. 6, 1985
- PAGEARD, Robert, *Littérature negro-africaine*, Paris, Le Livre Africain, 1966
- PEPETELA, *Yaka*, União dos Escritores Angolanos, 1988, 1.ª Edição
- PESSOA, Fernando, *A Nova Poesia Portuguesa Sociologicamente Considerada*, Lisboa, Editorial Nova Ática, 2006
- PESSOA, Fernando, *O Interregno: Defesa e Justificação da Ditadura Militar em Portugal*, Lisboa, Editorial Nova Ática, 2007
- POMBO, Olga, *Unidade da Ciência: Programas, figuras e metáforas*, Lisboa, Centro de Filosofia das Ciências da Universidade de Lisboa/ Gradiva Publicações, S.A., 2011
- RETO, Luís, *Potencial Económico da Língua Portuguesa*, Lisboa, Texto Editores, 2012
- RICOEUR, Paul, *Soi-même comme un autre*, Paris, Éditions du Seuil, 1990
- ROBERTS, A.D. [editor], *The Cambridge History of Africa, 1905-1940*, Cambridge University Press, Vol. 7, 1986

- ROCHA, Ilídio, *A imprensa de Moçambique*, Lisboa, Edições Livros do Brasil – Lisboa, 2000
- SAID, Edward W. [tradução Pedro Serra], *Orientalismo: Representações Ocidentais do Oriente*, Lisboa, Livros Cotovia, 2004, 2.ª Edição
- SANTOS, Arnaldo, *A Casa Velha das Margens*, Luanda, Edições Chá de Caxinde, 1999
- SANTOS, Oliveira, *Reply to the accusations addressed to the League of Nations by Mr. Edward A. Ross against Portuguese in Angola*, Lisboa, Comp. e Imp. Tipografia Inglesa, Ltd., 1930
- SARAIVA, António José, *O discurso engenhoso: Ensaio sobre Vieira*, Lisboa, Gradiva, 1996
- SHAPIRO, Michael J., *The time of the city, Politics, philosophy and genre*, London and New York, Routledge, 2010
- SILVA, Jorge Bastos da [Organização, introdução, notas], *Utopias de Cordel e Textos Afins, Uma antologia*, Vila Nova de Famalicão, Quasi Edições, 2004
- SOARES, Francisco, “Criatividade Poética e Imagem”, <http://pt.scribd.com/doc/48908155/Criatividade-Poetica-e-Imagem> (5 de Fevereiro de 2013)
- SOARES, Francisco, « Literatura Política : três abordagens », *Africana studia*. – n.º 4. Porto: CEAUP, 2001. – pp. 99-110
- SOARES, Francisco, *Notícia da Literatura Angolana*, Lisboa, Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 2001
- SOARES, Francisco, *Teoria da Literatura, Criatividade e Estrutura*, Luanda, Editorial Kilombelombe, 2007
- TEIXEIRA-GOMES, Manuel, *Miscelânea*, Venda Nova, Bertrand Editora, 1991, 3.ª Edição [1.ª Edição 1937]
- THORNTON, John [tradução Marisa Rocha Motta], *A África e os Africanos na Formação do Mundo Atlântico, 1400-1800*, Rio de Janeiro, Campus Editora/Elsevier, 2004, 2.ª Edição
- TORRES, Adelino, *O Império Português entre o real e o imaginário*, Lisboa, Escher, 1991
- URRUTIA, Jorge, *Leitura do Obscuro – Uma Semiótica de África*, Lisboa, Teorema, 2001
- VALVERDE, Paulo, “O corpo e a busca de lugares de Perfeição: Escritas Missionárias da África Colonial Portuguesa, 1930-1960”, *Etnográfica*, Col I, 1, 1997, pp. 73-96
- VENÂNCIO, José Carlos, *Colonialismo, Antropologia e Lusofonias*, Lisboa, Veja, 1996
- VENÂNCIO, José Carlos, *Uma perspectiva etnológica da literatura angolana*, Lisboa, Ulmeiro, 1993, 2.ª Edição
- VERGES, Françoise, *Abolir l’esclavage: une utopie coloniale. Les Ambigüités d’une politique humanitaire*, Paris, Éditions Albin Michel, 2001

VERNE, Júlio [tradução Pedro Guilherme dos Santos Dinis], *Um herói de quinze anos*, Barcelona, RBA Editores, 2002 [1878]

VICTOR, Geraldo Bessa, *Intelectuais angolenses dos séculos XIX e XX: Augusto Bastos, I*, Lisboa, Edição do Autor, 1975

VIEIRA, Padre António, *Sermão do Bom Ladrão*, Lisboa, Editorial Nova Ática, 2007

VIEIRA, Padre António, *Sermões, s/ local*, Editores Reunidos e RBA Editores, SA, 1996

WIEVIORKA, Michel [Tradução de Miguel Serras Pereira], *O Racismo, Uma introdução*, Lisboa, Fenda Edições, 2002

ZILHÃO, Paulo Manuel Pulido Garcia, *Henrique Galvão: prática política e literatura colonial (1926-1936)*, S. Paulo, Universidade de S. Paulo/Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, 2006